

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONFIGURAÇÃO DE PROCESSOS IDENTITÁRIOS NA ABORDAGEM DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SAXOFONE NO UNIVERSO DA MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA

Bruno Barreto AMORIM¹

barreto.amorim@bol.com.br

Magda de Miranda CLÍMACO²

magluiz@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Mestrado em Música da Universidade Federal de Goiás. Tem como objetivo investigar as *representações sociais* capazes de revelar *processos identitários* relacionados à inserção do saxofone no universo da chamada “música erudita”, que até pouco tempo prevalecia nos cenários acadêmicos brasileiros, buscando investimentos, valorações, “pré-conceitos”, relacionados às suas peculiaridades e às práticas delas resultantes, capazes de apontar *configurações identitárias*.

PALAVRAS CHAVE: Saxofone; Cenário erudito/acadêmico; Representações sociais.

ABSTRACT: This work is part of an ongoing study in Masters Program in Music, Federal University of Goiás has to investigate the social representations capable of revealing the identity processes related to the insertion of the saxophone in the universe called "classical music, which until recently prevailed in the Brazilian academic settings, seeking investments, valuations, pre-concepts "related to their peculiarities and practices resulting therefrom, capable of indicating *identity configurations*.

KEYWORDS: Saxophone; Scenario Scholar; representations.

O convívio intenso com o universo da música erudita³, através da frequência constante aos recitais e da atuação como *performer* e compositor, tem me levado a perceber

¹ Mestrando em Música pela Universidade Federal de Goiás

² Doutora em História pela Universidade de Brasília e professora adjunta da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás.

³ CANCLINI em *Culturas Híbridas* (São Paulo: Edusp, 2003), utiliza também a expressão “Cultura de elite” referindo-se à música dessa dimensão cultural, que considera uma “música cultivada” e apreciada pela elite. Como não existe ainda um termo que satisfatoriamente expresse essa cultura e música, numa circunstância que, apesar do fenômeno da “circularidade cultural”, remete também a um *locus* de produção cultural, continuo

que uma enorme variedade instrumental tem estado presente nas apresentações musicais abrangendo formações tais como: piano e violino, piano e voz, violão e flauta, violão e voz, quarteto de cordas, dentre outras. Circunstância igualmente observada mediante a análise de programas de recitais de várias escolas de música do Brasil, como a Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, a Escola de Música da Universidade de Brasília e a Escola de Música da Universidade Federal da Bahia. Entretanto, chamou-me a atenção a pouca utilização do saxofone nessas formações, o que me levou a buscar uma bibliografia relacionada ao instrumento e ao universo acadêmico que tem trabalhado, sobretudo, a chamada música erudita⁴, rever o repertório dos principais compositores brasileiros como Heitor Villa-Lobos, Radamés Gnattali, Cláudio Santoro, Edino Grieger, dentre outros. Encontrei pouquíssimos investimentos.

A dimensão cultural que tem recebido a denominação “erudita” (*rus-ruris, ex-rude*), segundo BOSI (1992), é aquela ligada, sobretudo, às instituições de ensino e cultura (escolas, universidades, museus, dentre outras), implicadas, de um modo geral, com uma sistematização e organização do conhecimento, comprometidas com “fórmulas” de transmissão desse conhecimento que se apresenta “acumulado” (erudição) e “abstraido”. Diferente da dimensão popular que remete, mais diretamente, ao saber advindo de uma “vivência” cotidiana, não relacionada de forma direta com as instituições, e que implica, de um modo geral, em bens culturais “vivenciados” e “divulgados” de forma mais espontânea. Importante dizer que depois de caracterizar cada uma dessas dimensões culturais, o autor, estabelecendo diálogo com GINSZBURG (2002), reconhece o dinamismo cultural que faz interagir, de forma inevitável, as diferentes dimensões culturais que integram as tramas culturais maiores, propiciando o fenômeno da “circularidade cultural”. BOSI (op. cit.) mostra, no entanto, que só se pode falar na inevitabilidade da “circularidade”, se os diferentes lócus de produção cultural forem reconhecidos também nas suas peculiaridades. O saxofone interage bem com essa circunstância de circularidade cultural, já que as primeiras leituras relacionadas à sua história, como vai poder ser constatado logo adiante, têm evidenciado um trânsito constante entre diferentes dimensões culturais, vindo daí, possivelmente, muitas das representações sociais que busco localizar nessa investigação.

utilizando a expressão “cultura erudita”, “música erudita”. Acho preferível às outras denominações que têm sido utilizadas até o momento, já citadas, por achar que remete menos a circunstâncias de preconceito e elitização.

⁴ FREIRE (1992, p. 114 – 126), observa que o contexto ligado ao estudo da música na academia brasileira que privilegia, sobretudo, a chamada música culta ou música erudita de origem européia – chamada às vezes de música séria – não considera de forma semelhante a música popular, muito significativa para os estudantes de música.

Os primeiros levantamentos sobre o instrumento revelaram que a história do saxofone remete a um período temporal de cerca de 150 anos. Apesar de parecer muito tempo, esse instrumento tem uma das histórias mais recentes do espectro musical. Segundo CAPISTRANO (2006), embora concebido inicialmente para as bandas militares, foi popularizado pelos músicos de jazz norte americanos a partir de 1930. Criado pelo fabricante de instrumentos Antoine-Joseph Sax (1814-1894) em 1840, a primeira patente do saxofone data de 21 de março de 1846, o que não impediu que Sax executasse publicamente o instrumento antes da data de patente.

As primeiras notas tocadas em público por um saxofone foram envoltas num clima de mistério. A primeira “aparição” por assim dizer do saxofone se deu em condições inusitadas. Por ocasião da Exposição da Indústria Belga de 1841, Sax tocou seu instrumento atrás de uma cortina, pois seu invento ainda não tinha sido patenteado. (Ibidem, p. 4).

Em 1844, o saxofone foi exibido pela primeira vez na "Paris Industrial Exhibition" e, em fevereiro do mesmo ano, Hector Berlioz o incluiu no esboço do arranjo do coral *Chant Sacre* (OLIVEIRA, 2008), o que fez dele um dos primeiros compositores eruditos a utilizar o saxofone em uma composição. Referindo-se esse instrumento Berlioz comenta:

Para mim, seu principal mérito, é a beleza variada de seu timbre, às vezes grave, às vezes calmo, às vezes apaixonado, sonhador ou melancólico, ou vago como o eco enfraquecido de um eco, como os lamentos indistintos da brisa no bosque e, melhor ainda, como as vibrações misteriosas de um sino, algum tempo depois de ter sido tocado, nenhum outro instrumento musical existente que eu conheça possui esta curiosa sonoridade situada no limite do silêncio. (CAPISTRANO, op. cit., p.6)

Os primeiros levantamentos permitiram observar ainda que no início do Século XX, algumas poucas composições já haviam sido escritas para o saxofone e orquestra como a "Rhapsody" (1903) de Claude Debussy, a "Sinfonia Doméstica" (1904) de Strauss e a "Fantasia Para Saxofone Soprano e Orquestra (1948)" de Heitor Villa Lobos, dentre outras. No tocante à música brasileira, uma das primeiras interações com o instrumento aconteceu ainda no século XIX. Conforme BIRDER (2006),

O último texto sobre a distribuição de instrumentos musicais na legislação administrativa do exército [brasileiro] publicada das coleções de leis foi o decreto

n.5352, de 23 de julho 1873 (CCLB: 63). Os instrumentos arrolados no decreto constam da tabela [onde estão catalogados três saxofones]. (Ibidem, p. 123)

No Brasil do século XX, a difusão e popularização do saxofone estão relacionadas, principalmente, à sua intrínseca relação com grupos musicais, bandas militares e bandas de baile, onde o repertório executado na maioria das vezes era transcrito de músicas do cancionário popular, o que geralmente não conferia um caráter de originalidade idiomática e relevância técnica, elementos que são uma das principais fontes de estímulo para o instrumentista. Ainda na primeira metade do século XX, o saxofone passou a ser explorado também sob influência do jazz, sobretudo, através do grupo de choro do músico Alfredo da Rocha Vianna Filho, o “Pixinguinha”. Segundo NETTO (2007),

A presença do jazz americano na Europa foi tão marcante que Pixinguinha, no período em que esteve na França com os Batutas (em 1922), conheceu lá o saxofone ao ouvir uma banda de jazz se apresentar no clube em frente ao que seu grupo se apresentava. Arnaldo Guinle o presenteou com o novo instrumento [um saxofone tenor] que passou a ser, mais tarde, uma das marcas deste músico. (Ibidem, p.58)

Por outro lado, MARIZ (2000) observa que no âmbito da chamada música erudita houve um considerável investimento por parte dos compositores modernistas que, influenciados por Mário de Andrade⁵, preocupados com o ideal de atualização técnico-estética no campo musical, em face aos trabalhos inovadores europeus, passaram a defender a construção de um projeto em prol da criação de uma música brasileira nacionalista, envolvendo certas especificidades rítmicas, melódicas, timbrísticas e formais baseadas no folclore e na cultura popular. Essa inovação artística brasileira deu início à grande revolução da Semana da Arte Moderna de 1922, “movimento que visava renovar a linguagem artística abrangendo todas as artes.” (CONTIER, 1985, p.23). A partir desse momento, foi notável a valorização do saxofone por parte de alguns compositores brasileiros, principalmente, Heitor Villa Lobos (2009) e Radamés Gnattali (2005), que dedicaram uma quantidade significativa de obras a esse instrumento. No entanto, esses primeiros levantamentos bibliográficos sobre a inserção do saxofone no cenário musical da chamada música erudita brasileira, no âmbito

⁵ **Mário Raul de Moraes Andrade**, (São Paulo, 9 de outubro de 1893 — São Paulo, 25 de fevereiro de 1945) foi um poeta, romancista, crítico de arte, musicólogo da época do movimento modernista no Brasil e produziu um grande impacto na renovação literária e artística do país, participando ativamente da Semana de Arte Moderna de 22, além de se envolver (de 1934 a 37) com a cultura nacional trabalhando como diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo.

historiográfico, de trabalhos acadêmicos e através de partituras, me permitiram perceber uma grande lacuna no que se refere a estudos realizados na área. Atualmente, o saxofone no Brasil tem sido utilizado pela comunidade musical, predominantemente, como um instrumento de improvisação em música popular, incluído como principal solista de alguns gêneros, tais como, o jazz, o blues, e o choro.

Assim, se as abordagens de CAZES (1998) e DINIZ (2003) permitiram observar que uma das primeiras inserções do saxofone nas formações instrumentais brasileiras ocorreu durante a primeira parte do século XX, isso aconteceu, de um lado, através dos grupos de choro, sobretudo do grupo *Os Oito Batutas*, do compositor, flautista e saxofonista Pixinguinha, como já observado, e, de outro lado, através do compositor Heitor Villa Lobos que, envolvido com as ideologias modernistas, compôs, dentre outras obras, a “*Fantasia para Saxofone Soprano e Orquestra*”, e os *choros n. 3, n. 6, n. 7, n. 8, n. 10, n. 11 e n. 12*. As atuações de Pixinguinha, Villa-Lobos e as inovações da Semana de Arte Moderna, portanto, podem ter contribuído muito com a circunstância em que o saxofone passou a ser explorado com maior interesse por alguns instrumentistas e compositores brasileiros da dimensão erudita, tais como Radamés Gnattali, que dedicou parte de sua força criadora a esse instrumento. A sua utilização por compositores da primeira parte do século XX, no entanto, foi seguida de uma perceptível desvalorização por alguns relevantes compositores brasileiros contemporâneos. Segundo RYDLEWSKI (1999), o compositor Mario Ficarelli se referiu ao saxofone como sendo um “instrumento para acompanhar Strip-Tease! [...] mas é instrumento para isso porque todo mundo toca” (Ibidem, p. 166).

Formulações verbais, frases como essa, junto à pouca utilização do instrumento na maioria das formações instrumentais que compõem o repertório nos programas de recitais das instituições mencionadas e ao pouco investimento da maioria dos compositores no instrumento, na verdade, parecem evidenciar, numa primeira instância, pouca valorização do saxofone no meio acadêmico que, historicamente, tem privilegiado a dimensão chamada “erudita” da música. Circunstâncias que me levaram a buscar como fundamentação teórica o conceito de “representações sociais”, ou seja, a descobrir a possibilidade de observar percepções, classificações, categorizações, delimitações, envolvidas com uma modalidade de conhecimento coletivo, partilhado, que se objetiva em formulações verbais, práticas e obras de grupos sociais inerentes a uma trama sócio-histórico e cultural maior, apontando para textos culturais capazes de revelar lugares de fala, segundo CHARTIER (1994). Esse autor tem em foco as “configurações intelectuais múltiplas”, os “esquemas intelectuais incorporados” capazes de determinar “um ser-apreendido constitutivo de sua identidade”

(Ibidem, p. 23), um lugar de fala na sua relação com outros lugares de fala, o que o levou a observar ainda que a noção de representação

*permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar o **trabalho de classificação e de delimitação** que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as **práticas** que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as **formas institucionalizadas e objetivas** graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (Ibidem)*

SILVA (2000) estabelece diálogo com CHARTIER (op. cit.), ao comentar que “a representação social não é, nessa concepção, representação mental ou interior.” (SILVA, op. cit., p. 90). Observa ainda:

a representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. A representação não é, nessa concepção, nunca, representação mental ou interior. A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior. (Ibidem)

Visando também o suporte que o simbólico (“desse modo”) e o imaginário (“como se fosse”) dão ao representacional e, nesse processo, a sua implicação com processos identitários, cita WOODWARD (2000) ao acrescentar:

a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (WOODWARD apud SILVA, op. cit., p.17)

Assim pode ser dito que as formulações verbais inerentes aos depoimentos orais e os documentos escritos que estão sendo levantados nessa investigação, os programas de recitais analisados, que utilizam pouco o saxofone, as práticas musicais observadas e a análise e interpretação das partituras e gravações selecionadas de dois compositores que compuseram

para o instrumento, Heitor Villa-Lobos e Ronaldo Miranda, têm suas particularidades, podem revelar imagens, formulações, características de estilo que são escolhas que identificam os grupos em questão, um lugar de fala (CHARTIER, op. cit.), na sua relação com outros lugares de fala. São marcas que evidenciam seus gostos, suas vidas, processos identitários, portanto. SILVA (op. cit.,) pode ser lembrado novamente quando observa que é através da representação que a identidade e a diferença passam a existir e que “representar, nesse caso, significa dizer: essa “é a identidade” “a identidade é isso” (Ibidem, p. 90).

Por outro lado, tendo em vista que a busca da trajetória histórica do Saxofone nessa investigação, já nos primeiros contatos com a bibliografia selecionada, remete sempre à implicação desse instrumento com diferentes dimensões culturais como a chamada erudita e a popular, a americana e a brasileira, por exemplo, CANCLINI (2003) também foi selecionado como base teórica para esse trabalho. Esse autor, ciente dos processos identitários que têm como suporte as representações sociais e de que as práticas, obras e formulações culturais não deixam de estar em constante diálogo com outras práticas, obras e formulações de outras dimensões culturais numa trama sócio-histórico e cultural, discorreu sobre os processos de hibridação. Chamou atenção para os processos inerentes a essa trama que apontam para a inevitabilidade do entrecruzar de fronteiras, ou seja, chamou atenção para o entrecruzar constante de diferentes representações sociais. Sobre esses processos de hibridação observou: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.” (Ibidem, p. XIX).

Foram essas primeiras inquietações, levantamentos, constatações e fundamentação teórica, portanto, que me induziram à série de questionamentos que estão na base dessa investigação: Que representações sociais implicadas com o saxofone estão sendo evidenciadas nas formulações verbais (“discursos”) dos músicos inerentes à dimensão erudita/acadêmica brasileira e nas circunstâncias (obras, repertórios, programas de recitais, apresentações ao vivo) que remetem à atuação dos *performers* desse instrumento? Os compositores brasileiros, que não tocam saxofone conhecem de fato as possibilidades idiomáticas do instrumento? Que relação de valor têm estabelecido com esse instrumento? Por que existem tão poucas referências históricas sobre o saxofone no cenário musical chamado “erudito” brasileiro? Nesse contexto, que referências serviram de parâmetro para que os compositores do século XX /XXI pudessem compor para o instrumento? Enfim, que processos identitários estão relacionados à trajetória do saxofone na dimensão cultural enfocada nessa pesquisa no período em questão?

Com o intuito de responder esses questionamentos, o presente trabalho objetiva investigar a inserção do saxofone no universo da chamada música erudita brasileira - década de 1920 ao Tempo Presente - buscando investimentos, classificações, valorações, “pré-conceitos”, ligados à suas peculiaridades, possibilidades técnicas e às práticas delas resultantes, circunstâncias capazes de apontar representações sociais implicadas com configurações identitárias. Tendo em vista essa fundamentação teórica na abordagem do objeto, junto aos primeiros questionamentos e levantamentos bibliográficos, parto da pressuposição de que as representações sociais relacionadas à dimensão social investigada, representações essas objetivadas em práticas, obras e formulações verbais relacionadas ao saxofone e à história de sua trajetória, têm condições de apontar investimentos, valorações e pré-conceitos capazes de remeter a processos identitários que, por sua vez, podem revelar características da inserção desse instrumento na chamada dimensão cultural “erudita” no Brasil. Acredito, levando em conta as peculiaridades e histórico do instrumento, que processos acentuados de hibridação cultural estarão aí relacionados.

Por outro lado, para atingir os objetivos propostos e situar historicamente o objeto, essa investigação tem como referência dois recortes de tempo. O primeiro deles, abrangendo a década de 1920 até a década de 1970, tendo em vista, sobretudo, as significativas atuações de Heitor Villa-Lobos e Radamés Gnattali relacionadas à composição de obras para o saxofone e o início da intensificação do diálogo com a cultura americana, que tem demonstrado investir muito nesse instrumento; e o segundo, remetendo à década de 1980 até o tempo presente, levando em consideração uma das primeiras interações mais acentuadas do saxofone com o cenário musical erudito/acadêmico brasileiro, segundo SCOTT (2007).

Tendo em vista atingir os objetivos na sua relação com o primeiro recorte de tempo efetuado, alguns recursos metodológicos foram selecionados. Estão sendo realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas históricas, além de apreciados DVDs e CDs, também históricos. Partituras foram selecionadas para análise e interpretação e arquivos pessoais e de jornais de ampla circulação estão sendo consultados. Já no referente aos objetivos na sua relação com o segundo recorte de tempo abordado, entrevistas direcionadas a seis compositores e seis saxofonistas brasileiros já começaram a ser realizadas, assim como a aplicação de questionários que estão sendo endereçados a alunos e professores de cursos de bacharelado e licenciatura em saxofone de cada uma das escolas de ensino superior em música do Brasil selecionadas nesse estudo. São elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de

Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal da Paraíba. As entrevistas direcionadas a compositores e saxofonistas e a escolha dos entrevistados são justificadas pela ligação que cada um deles tem com o universo acadêmico e pelo fato de representarem diferentes regiões do país; peculiaridades que estão contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, oferecendo a possibilidade de percepção das trajetórias e das relações estabelecidas pelo saxofone no cenário musical acadêmico brasileiro, que tem privilegiado a chamada música erudita. A finalidade do questionário é fazer uma coleta de dados que permita observar como a *performance* e o ensino do saxofone estão sendo desenvolvidos nos centros acadêmicos brasileiros e qual é o índice de procura do instrumento nestas instituições.

Como um dos objetivos propostos no projeto é analisar como os compositores brasileiros têm representado o pensamento musical através das obras escritas para o saxofone, estão sendo também sendo analisadas duas obras: *Fantasia para saxofone soprano e pequena orquestra* do compositor Heitor Villa Lobos e *Fantasia para saxofone alto e piano* do compositor Ronaldo Miranda. A análise das obras tem o intuito de evidenciar diferentes procedimentos composicionais e, por conseguinte, como o instrumento foi empregado nas composições. Segundo PISTON (1984), “a maior informação sobre o emprego dos instrumentos está nas obras dos compositores e são nelas que se poderá aprender tudo o que falta”. Os critérios na escolha das obras que estão sendo analisadas remetem, o primeiro, a um compositor que interagiu diretamente com o primeiro recorte de tempo em questão, e o segundo, a um compositor que tem interagido de forma significativa com o segundo recorte temporal.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, portanto, a pesquisa está sendo desenvolvida através dos métodos bibliográfico, documental e da história oral. As entrevistas semi-estruturadas, relacionadas à História Oral, estão constituindo um recurso técnico importante, assim como os questionários que estão sendo aplicados nas diferentes instituições de ensino superior. Para MINAYO (1994), a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos. Os resultados obtidos através do questionário, por sua vez, podem ser muito profícuos, pois, segundo BONI (2005)

o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o

objetivo da pesquisa. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador (Ibidem, p.74)

A análise e a interpretação das partituras estão tendo como referência a inseparabilidade da estrutura sonora do cenário sócio-histórico e cultural, levando em consideração com Catellan (2003), citando Pêcheux, que

um dos critérios para definir o discurso tem sido a junção do extralingüístico e da sequência lingüística. É possível, pois, pleitear que não há como determinar o efeito do sentido de um produto lingüístico que não seja por meio da concorrência do estrutural e do acontecimento (Pêcheux,1997). Uma representação social não se deduz, pois só da materialidade ou só do extradiscursivo, mas destas duas instâncias. [...] o sentido se constrói no intervalo das duas dimensões, fazendo linguagem e contexto se completarem e se determinarem mutuamente. (Ibidem, p. 82)

No entanto, concordo também com NAPOLITANO (2002) quando lembra que

a performance é um elemento fundamental para que a obra exista objetivamente. [...] A partitura é apenas um mapa, um guia para a experiência musical significativa, proporcionada pela interpretação e pela audição da obra. Seria o mesmo equívoco de olhar um mapa qualquer e pensar que já se conhece o lugar nele representado. No caso da música popular o registro fonográfico se coloca como eixo central das abordagens críticas, principalmente porque a liberdade do performer (cantor, arranjador ou instrumentista) em relação á notação básica da partitura é muito grande (Ibidem, p. 83-84).

Quanto à forma de abordagem do objeto, portanto, um enfoque de base qualitativa está sendo adotado nesse trabalho, em função do levantamento de dados utilizados e da sua relação e interpretação. Lembro que o método qualitativo compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979 p.520). SILVA (2001) estabelece relação com MAANEN (op. cit.) quando considera que

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (Ibidem, p. 20)

GEERTZ (1989) e PESAVENTO (2003) se tornam referenciais importantes quando se tem em vista a decodificação de um sistema complexo de significados e o cruzamento de dados recolhidos em diferentes fontes. O primeiro, por discorrer sobre a abordagem metodológica que chamou de “descrição densa”, tendo como ponto de partida a percepção de que a descrição cuidadosa e minuciosa de uma situação concreta de relações culturais, relacionada às abordagens mais amplas do cenário sócio-histórico e cultural com o qual interage, possibilita a percepção de elementos da trama de significados que se articulam nessa circunstância de encontros. PESAVENTO (op. cit.), por sua vez, observa que fontes selecionadas pelo pesquisador, que também têm possibilidades de remeter a esses elementos, têm que ser questionadas e interpretadas para que possam falar, exploradas em todas as possibilidades interpretativas que oferecem, e que indícios vários, o que inclui representações sociais diversas, portanto, devem ser cruzados para que se chegue à “verossimilhança”, ou seja, à maior aproximação possível dos fatos, o que implica no “método da grelha” ou “grade de cruzamentos”. Cita BENJAMIN (1989), ao relacionar esses métodos ao “método da montagem” mencionado por esse autor:

É preciso recolher os traços e registros [...], mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro “quebra-cabeças” ou puzzle de peças, capazes de produzir sentido. Assim as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias, e relações de significado, ou então, se combinar por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. Nas múltiplas relações que estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudas, explicações se oferecem. (PESAVENTO, op. cit., p. 64)

Por outro lado, PESAVENTO (1995) lembra que é o simbólico que dá suporte às representações sociais ao observar que as representações estão profundamente implicadas com o Imaginário por intermédio da sua “natureza simbólica [que] remete à noção de alegoria”, das possibilidades colocadas por suas três dimensões, “a empírica, a ideológica e a utópica que o colocam entre o real concreto e o real pensado”. A autora observa:

representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. [...] Aquilo/aquele que se expõe – o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado. A representação não é cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção a partir dele (Ibidem, p. 40).

Pelos processos simbólicos implicados com o imaginário, com um real concreto e um real pensado, estabelecem-se representações da realidade e não os seus reflexos. Trata-se de uma forma de entendimento que encara a realidade não só como “o que acontece”, mas também “como o que foi pensado” ou mesmo “o que se desejou que acontecesse” (Ibidem, p. 17). Para a autora, perseguir o imaginário como objeto de estudo consiste em “desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e do aparece (Ibidem, p. 24). Esse enfoque das representações sociais, implicadas com o imaginário e o simbólico, remete à possibilidade de se consistirem também em um instrumento de análise nessa investigação. Busco aqui representações sociais, portanto, que tendo como suportes o simbólico e o imaginário são capazes de se evidenciar em formulações orais, obras e práticas musicais inerentes à dimensão cultural investigada na sua interação com outras dimensões culturais e temporais, são capazes de revelar o cruzamento do “já dito” com “o que está sendo dito agora e dessa maneira”, nessa dada situação concreta de relações. Representações sociais inerentes a essas fontes que podem ser analisadas tendo em vista o “método da grelha” ou o “método da montagem”, se PESAVENTO (2003) for lembrada.

Considerações finais

Mas enfim, como saxofonista e como compositor, percebo o saxofone como um instrumento rico na utilização das mais variadas combinações instrumentais. Por ser um instrumento de sopro com palheta simples acoplada a um corpo metálico, o saxofone permite que seu timbre possa ser associado a uma vasta combinação instrumental, possibilitando, dessa forma, resultados sonoros inusitados. Penso que essa investigação pode ajudar a chamar atenção para esse fato, evidenciar que o saxofone no cenário brasileiro atual faz jus a uma maior atenção no que diz respeito às suas possibilidades idiomáticas, a um repertório que evidencie o seu caráter e a multiplicidade de suas possibilidades técnicas. É importante mencionar ainda as dificuldades que os *performers* relacionados ao saxofone têm enfrentado

ao se deparar com concursos onde há a exigência de um programa específico. Sendo assim, considero necessário que se invista no sentido de pesquisas que divulguem as possibilidades do instrumento, que chamem atenção para a consolidação de um repertório específico que lhe possibilite adquirir novas fronteiras e perspectivas no cenário musical chamado erudito, igualando-o em teor e qualidade aos outros instrumentos, bastante mencionados na literatura camerística. As implicações do saxofone e de suas práticas com a trama social, por sua vez, pode elucidar uma série de questões que têm deixado esse instrumento até certo ponto de lado das atenções da dimensão erudita, o que também deixa claro a preocupação nesse estudo com o representacional ligado a essa dimensão.

Diante de todas essas reflexões e desses investimentos metodológicos, portanto, pode ser dito que busco aqui não apenas um levantamento historiográfico acerca do saxofone, as suas possibilidades técnicas, mas também as possibilidades de interação desse instrumento com estruturas simbólicas, sua condição de protagonista de uma trama de relações interdisciplinares, as suas implicações com a configuração de representações sociais múltiplas capazes de apontar configurações identitárias. As identidades, segundo SILVA (2000), profundamente implicadas com o representacional, são tomadas como “construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (Ibidem, p. 96/97).

Espero, depois de terminada a ação de cruzar, relacionar, analisar e interpretar os dados colhidos a partir das fontes e abordagens metodológicas citadas, conseguir provar a pressuposição de que as representações sociais inerentes à dimensão social investigada, representações essas objetivadas em práticas, obras e formulações verbais relacionadas ao saxofone e à história de sua trajetória, têm condições de apontar peculiaridades idiomáticas, investimentos, valorações e pré-conceitos ligados a esse instrumento e às práticas a ele relacionadas, capazes de remeter a processos identitários que, por sua vez, podem revelar características da inserção desse instrumento na chamada dimensão cultural “erudita” no Brasil que apontam para processos de hibridação cultural implicados, inclusive, de forma simbólica, com “lutas de representações” conforme definidas por CHARTIER (op. cit.). Trato aqui de processos interdisciplinares, portanto, implicados com o campo musical, que justificam também a relevância do projeto no âmbito social e científico e que interagem com as preocupações mais recentes do campo musicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikail. **Estética da comunicação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Obras escolhidas, v. III
- BIRDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. 135p. Dissertação (Mestrado em Musicologia)- Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, 2006.
- BONI, Valdete. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina, Vol. N° 02, p. 68-80, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras**. In BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAIT, Beth. Bakhtin – **Conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CAPISTRANO, Rodrigo. **Apostila Sobre o Saxofone**. 27p. EMBAP, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- CATTELAN, João Carlos. Matrix!? In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Paulo: Claraluz, 2003.
- CAZES, Henrique. **Choro - do quintal ao Municipal**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre praticas e representações sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CONTIER, Arnaldo. **Modernismos e Brasilidade: Música, utopia e tradição**. *Tempo e História*/ organização Adalto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- DINIZ, André. **Almanaque do Choro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- FREIRE, Vanda Lima B. **Música e Sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior da música**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Musical, 1992
- _____. **Música e Sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior da música**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Florianópolis: Associação Brasileira de Educação Musical, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.
- GINSZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LIMA, César Edgar Ribeiro. **O Saxofone: História e Evolução, contributos para uma nova sonoridade na Música Erudita**. 37.p. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- MAANEN, John Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**, In ADMINISTRATIVE Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979a, pp 520-526.
- MARIZ, Vasco. **História da Música no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.
- MINC/ IBRAN. **VILLA-LOBOS, Sua Obra**. Museu Villa Lobos, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. **Música & História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- NETTO, Michel Nicolau. **Discursos Identitários em Torno da Música Popular Brasileira**. 240p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- OLIVEIRA, Marcos. **Introdução ao Estudo de Saxofone Erudito**. 34p.
- ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. **Em busca de uma outra História. Imaginando o Imaginário**.
In Revista brasileira de História São Paulo: v. 15, n. 29, 1995.
- PINTO, Marco Túlio de Paula. **O saxofone na música de Radamés Gnattali**. Rio de Janeiro: ANPPOM, 2005.
- PISTON, Walter. **Orquestración**. Tradução: Ramón Barce. Madrid: Real Musical, 1984.
- RYDLEWSKI, Paulo Eduardo de Mello. **Uma Abordagem do Processo Composicional de Mario Ficarelli a Partir da Análise de “Concertante para Sax Alto e Orquestra”**. 170p. Dissertação (Mestrado em Musicologia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1999.
- SCOTT, Rowney Archibald. **A Música Brasileira nos Cursos de Bacharelado em Saxofone no Brasil**. 251p. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, 2007.
- SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 121p. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Tomás Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

REPRESENTAÇÕES DO OUTRO E ASPECTOS DA IDENTIDADE NACIONAL NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Einstein Augusto da SILVA¹

101einstein@bol.com.br

RESUMO: Este artigo pretende apresentar algumas características que compõem a concepção de Identidade Nacional que perpassa as Crônicas de Machado de Assis. Com esse propósito, interpretaremos algumas representações acerca dos “Outros” e algumas referências diretas à coletividade nacional, presentes nessas Crônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Nacional, representações, Machado de Assis.

ABSTRACT: This article presents some characteristics that make up the conception of National Identity that permeates the Chronicles of Machado de Assis. For this purpose, we will interpret some representations about the "Other" and a few direct references to the national community, in those chronicles.

KEYWORDS: National identity, representations, Machado de Assis.

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho pretendemos apresentar alguns aspectos ou características que compõem as concepções de Identidade Nacional Brasileira que perpassam as Crônicas (1859 a 1900) de Machado de Assis, tendo como ponto de partida as representações acerca dos “Outros” e as referências diretas à coletividade nacional ou a aspectos da brasilidade.

Empreenderemos este trabalho munidos de uma aparelhagem teórico-metodológica apropriada ao nosso tema e às nossas fontes e conscientes de que “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16) e sabendo que todo discurso, “todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais etc.” (DE CERTEAU, 2002, p.66).

HISTÓRIA E LITERATURA

Muito se tem discutido atualmente as relações entre a História e a Literatura, ora aproximando-as, ora distanciando-as. Embora tenham semelhanças (têm o “real” como

¹ Mestrando do Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

referente, compartilhem o interesse pelo humano, se materializem por meio da narrativa), isso não foi suficiente para abrigá-las sob um mesmo estatuto.

No entanto, o que se percebe é que há algumas décadas a História vem se movimentando em direção à Literatura. Talvez na expectativa de que esta lhe servisse de “repositório de gestos, gostos, afetos, sentimentos” (CAMILOTTI e NAXARA, 2009, p.27).

Encaramos a Literatura como fonte devido sua capacidade de produzir representações e de suscitar práticas sociais. Diante disso, conhecermos a relação da Literatura com a História é imprescindível, uma vez que o trabalho histórico deve ser considerado “um trabalho sobre a relação entre representações e práticas” (CHARTIER, 1990, p.87).

Atualmente “nos situamos no meio de uma complexificação e estilhaçamento da realidade, onde é preciso encontrar novas formas de acesso para compreendê-la” (PESAVENTO, 2006, p.1). Portanto, o historiador não pode desprezar a Literatura, “porque [ela] lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam” (PESAVENTO, 2006, p.21).

Para adotar a Literatura, o historiador deve considerar o alargamento das noções de fonte e documento, assumir “posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção” (PESAVENTO, 2006, p.4) e ter consciência que

[...] nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo o mais ‘objetivo’ [...] – mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. O texto literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, [...], que remetem para suas próprias condições de produção (CHARTIER, 1990, p.63).

Tanto a Literatura quanto a História têm como referente o real, quer seja para confirmá-lo ou negá-lo. Ambas constroem sobre ele “representações que se referem à vida e a explicam” (PESAVENTO, 2006, p.4). “Entretanto, as narrativas históricas e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação” (PESAVENTO, 2006, p.20).

Assim sendo, a História pode ser concebida “enquanto uma narrativa, tramada e tecida a partir dos fragmentos que a documentam, que se querem e são vistas como portadores de sentido e, para além disso, possuem e devem possuir sentidos plausíveis” (CAMILOTTI e NAXARA, 2009, p.39).

Diante disso, podemos dizer que o que diferencia a narrativa histórica da narrativa ficcional é a intenção do historiador de se aproximar do acontecido e da necessidade de submeter sua interpretação do passado à comprovação. Para isso o historiador – além de

honestidade – se utiliza de vestígios, de traços – documentos e fontes – que exercem uma espécie de controle, de limite à sua imaginação e, conseqüentemente, à sua escrita.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A realidade é infinitamente mais complexa do que qualquer teoria, sendo constituída de inúmeros níveis ou dimensões; por isso, qualquer estudo que tenha a pretensão de abarcá-la em sua totalidade estará, inexoravelmente, fadado ao malogro.

Diante disso, identificaremos as Representações do “Outro” e os Aspectos da Identidade Nacional presentes nas Crônicas de Machado de Assis privilegiando uma determinada dimensão da realidade: a do imaginário², que comporta as imagens e representações de uma coletividade, convictos de que elas carregam traços de realidades que estiveram presentes no instante de sua elaboração.

Procuraremos caracterizar o que Machado de Assis concebia como sendo Identidade brasileira, a partir das representações acerca do “Outro” e de referências diretas à coletividade nacional também presentes em suas Crônicas. Sabendo que “política e ficção são inextrincáveis na história da construção nacional” (SOMMER, 2004, p.20).

Não é difícil constatar o quanto história e literatura estiveram e são aproximadas para se pensar as nações e nacionalidades (entre elas o Brasil) quando se trata de avaliar a sua importância para contar e cantar a nação – seja pela procura de compreensão das relações estabelecidas no conjunto da sociedade. Os sentimentos de pertencimento, considerados importantes para dizer da nação e de sua formação [...], tendo em vista a busca de signos identitários (CAMIOTTI e NAXARA, 2009, p.48).

Devido à natureza de nosso objeto e visando nossos objetivos, podemos dizer que os conceitos de “Representação” e de “Identidade” são indispensáveis para o desenvolvimento deste estudo. Assim, consideraremos as “representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua” (CHARTIER, 1990, p.18). Além disso, consideramos que as representações “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p.19).

Dito de outra forma, as diferentes práticas (políticas, sociais, discursivas, culturais) são produtoras das representações que, em conjunto, compõem e constroem o que se convencionou denominar “realidade”. Práticas estas que, “pluralmente, contraditoriamente,

² “A História do Imaginário é atravessada pelo conceito de ‘imagem’, que não se prende apenas ao de imagem visual, mas abarca também o âmbito das imagens verbais e das imagens mentais” (BARROS, 2004b, p.26).

dão significado ao mundo” (CHARTIER, 1990, p.27). Tendo sempre em mente que representações e práticas³ são noções complementares:

As práticas [...] geram representações, e as representações geram práticas, em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações) (BARROS, 2004a, p.80).

“O esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões” (BARROS, 2004b, p.23). Assim, ao focalizarmos um aspecto específico da realidade – o imaginário –, estaremos tentando realizar o que se convencionou denominar micro-história.

De acordo com Jacques Revel, “a mudança da escala de análise é essencial para a definição da micro-história” (REVEL, 1998, p.19), posto que sua gênese deu-se no final dos anos 70, quando o modelo de História Social (abordagem macrossocial) em vigor entrou em crise. Portanto, a micro-história foi [é] uma reação à abordagem macrossocial, que, por assim dizer, desprezava as margens, os detalhes, os aspectos “finos” da realidade.

Por se distanciar de uma abordagem macrossocial e também por privilegiar a singularidade é que este trabalho poderá ser considerado um trabalho micro-histórico, que “não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada de realidades macrossociais: é [...] uma versão diferente” (REVEL, 1998, p.28). E mais: “a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23).

Quando falamos em interpretar representações, devemos nos lembrar que por trás delas existiram atores históricos que participaram, negociaram, desde o âmbito local até o global, ativamente durante o processo de elaboração e aceitação dessas representações; atores históricos que buscavam, dentro do processo histórico, interpretar e dar sentido às representações acerca do “Outro” e da Identidade Nacional.

Um discurso, uma representação acerca do “outro”, geralmente, diz mais sobre “nós” mesmos do que sobre o “outro”. Partindo desse princípio, acreditamos ser possível reconstruir o que Machado de Assis concebia como sendo a Identidade Nacional. As referências ao “Outro” e a “Nós” presentes nas Crônicas de Machado de Assis são representações, visto que

³ “O campo das representações ‘engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida’ e está ligado ao processo de abstração. [...] As representações podem incluir os modos de pensar e sentir, inclusive os coletivos, mas não se restringem a eles” (BARROS, 2004a, p.82). “São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros” (BARROS, 2004a, p.77).

são “realidade[s] social[ais] [...] construída[s], pensada[s] e dada[s] a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Lembrando que as representações devem ser entendidas como “*representações*, e não como descrições ‘naturais’” (SAID, 2001, p. 32).

No que diz respeito ao outro conceito chave: o conceito de Identidade, utilizaremos as concepções defendidas pela/na perspectiva dos estudos culturais, composta, entre outros, por Stuart Hall, Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu da Silva. Para essa perspectiva, identidade e diferença são construções sociais e culturais, portanto, instáveis e, inexoravelmente, sujeitas a relações de poder. Além disso, identidade e diferença “não são simplesmente definidas; elas são impostas” (SILVA, 2000, p.81).

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

Segundo Tomaz Tadeu, “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir”; e para que se possa incluir ou excluir faz-se mister, identificar nitidamente quem são “eles” – “os Outros” - e quem somos “nós”, numa palavra, é necessário classificar.

Conforme Tomaz Tadeu, “a mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias”, cujos componentes possuem “cargas” diferentes e estão sempre em assimetria, um sempre em desvantagem em relação ao outro.

A identidade hegemônica, afirma Silva, “é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (SILVA, 2000, p.84). Ainda no que diz respeito à presença do “Outro”, como contraponto para a construção, afirmação ou reafirmação das identidades, Woodward diz que “uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra” (WOODWARD, 2000, p. 46); por sua vez Hall assevera que:

É apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim sua identidade – pode ser construído (HALL, 2000, p.110).

Em suma, é deste suporte teórico que pretendemos fazer uso neste trabalho.

No que diz respeito à metodologia em geral e ao método específico que pretendemos adotar neste trabalho, consideramos relevante apresentarmos as seguintes observações.

O método, desde René Descartes, é concebido como forma de evitar que tomemos por verdadeiro algo que não o é. Todavia, a ciência, atualmente, não postula mais a existência de verdades absolutas; mas sim de probabilidades. Na História, há algum tempo, se concebe a verdade como probabilidade. Embora a História não mais persiga a verdade, ainda assim faz-se necessário um método para lidar com os objetos/fenômenos históricos.

O método, a ser utilizado na pesquisa, “depende fundamentalmente da modalidade de tema que se escolheu, da teoria de que se parte e das hipóteses, além da consideração de qual é a documentação disponível” (CARDOSO, 1984, p.77). Assim, considerando à natureza das fontes que elegemos – Crônicas literárias – necessitamos de um método que leve em consideração os interesses e as necessidades que motivaram determinado indivíduo⁴ a produzir tais discursos.

Por esse e outros motivos, procuramos um método que nos possibilite abordar nossas fontes à procura de “pistas talvez infinitesimais [que] permitem [am] captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1989, p.150); pensando assim chegamos ao “método Morelli” (paradigma semiótico ou indiciário⁵).

O mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo moderno (GINZBURG, 1989, p.177).

O método indiciário, simplificadaamente, consiste em abordar as fontes enfatizando ou dando atenção aos pequenos detalhes, aos traços, aparentemente, insignificantes, aos aspectos subliminares, àqueles que não estão no primeiro plano ou que não são evidentes, considerando-os não secundários ou complementares, mas imprescindíveis para a compreensão da realidade.

É por isso que optamos por empregar neste estudo o método indiciário ou semiótico, pois, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p.177).

No entanto, pouco nos valeriam o aparelho conceitual e os instrumentos metodológicos se não soubermos abordar e tratar nossas fontes, se não soubermos “olhá-las com olhos para ver” e se não nos precavermos dos “perigos e escolhos” nelas ocultos.

⁴ “Mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira” (GINZBURG, 1989, p. 157). “Indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria” (CERUTTI, 1998, p.201).

⁵ Nascido “da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento de abstração” (GINZBURG, 1989, p.167).

Diante disso, apresentaremos a seguir algumas advertências e conselhos – relevantes para este trabalho – de estudiosos de diferentes áreas. Conselhos que nos ajudem a lidar com nossas fontes, considerando sua riqueza e as possibilidades interpretativas; e advertências que nos impeçam de ficar fascinados e, por isso mesmo, “cegos” diante de tais fontes.

Entre os estudos que nos forneceram orientações e advertências, destacamos primeiramente o de Dominick LaCapra acerca da história intelectual e da leitura de textos, sobretudo “textos complexos⁶”.

Segundo LaCapra, devemos considerar “la interpretación como una actividad que no puede reducirse a la mera subjetividad” (LACAPRA, 1998, p.284). Por esse motivo, há a demanda por documentação que “sirve para evitar que las interpretaciones sensibles se vuelvan irresponsables” (LACAPRA, 1998, p.286). Assim, “não se trata de indagar se a interpretação é ou não necessária. [...] não é uma questão de opção. Sempre se interpreta. A verdadeira questão consiste em saber qual a sua relevância” (LIMA, 2002, p.25).

Ademais, é preciso lembrar que “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] Mas que esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura” (CHARTIER, 1999, p.77). “Dizer, portanto, que o significado do texto literário é engendrado no processo de leitura significa que o texto não é ‘expressão de algo outro’, anterior e independente dele” (LIMA, 2002, p.24-5).

De acordo com LaCapra, o diálogo entre o passado e o presente – em outras palavras, a operação historiográfica – “exige una sutil interacción entre proximidad y distancia en la relación del historiador con el ‘objeto’ de estudio” (LACAPRA, 1998, p. 267).

LaCapra defende também a ideia de que “la apelación al contexto no responde en el acto todas las cuestiones de la lectura y la interpretación”, argumentando que

Lo que tenemos en el caso de los textos complejos es un conjunto de contextos interactuantes cuyas relaciones mutuas son variables y problemáticas, y cuya relación con el texto que se investiga plantea difíciles cuestiones de interpretación. (LACAPRA, 1998, p.252).

Devemos ainda considerar que “uno de los contextos más importantes para la lectura de textos es evidentemente el nuestro propio” (LACAPRA, 1998, p.286), ou seja, o contexto do leitor; contexto que envolve o leitor em uma interação entre passado, presente e futuro, interferindo em seu entendimento e em suas ações. Portanto, o problema – no que se refere à

⁶ Seguindo o raciocínio de LaCapra, acreditamos que as Crônicas de Machado de Assis possam ser considerados “textos complexos”.

relação texto/contexto – “es entender cómo se relacionan los textos complejos com sus diversos contextos y viceversa” (p.288).

No que diz respeito à relação entre as intenções do autor e o texto, LaCapra afirma que esta é uma relação tensa, que pode inclusive ter como implicação a autoimpugnação.

No sólo es posible que la intención no complete el texto de una manera coherente o unificada; la intención o intenciones del autor pueden ser inciertas o radicalmente ambivalentes. A decir verdad, en buena parte el autor puede descubrir sus intenciones en el acto mismo de escribir o hablar (LACAPRA, 1998, p.254).

No mesmo sentido apontam Camilotti e Naxara quando transcrevem um texto de David Harlan que diz o seguinte:

Uma vez que o texto encontra-se liberado da referência autoral, ele é também liberado da intenção autoral. Dessa maneira o autor se desvanece, suas intenções desaparecem, e o texto começa a oferecer possibilidades que seu autor pode jamais sequer ter imaginado (2009, p.32)

LaCapra considera que uma boa interpretação reativa o processo de indagação, ao abrir novos caminhos de investigação, crítica e auto-reflexão; lembrando que para Luiz Costa Lima uma boa interpretação ou uma “interpretação ‘correta’ não anula a possibilidade doutras interpretações corretas” (LIMA, 2002, p.27).

No que tange a relação entre a vida do autor e o texto, LaCapra faz as seguintes observações: “cuando se plantea el supuesto de la unidad o identidad plenas entre la vida e los textos [há a tentação de] ver el texto como señal o un sintoma del proceso vital” (LACAPRA, 1998, p. 257).

Sobre a relação da sociedade com os textos, LaCapra afirma que devemos estar atentos à relação existente entre os processos sociais e os textuais. Relação que, segundo ele, foi explicitada por Foucault no momento em que este desenvolveu a noção de prática discursiva, apontando a interação entre instituições e formas de discursos. De acordo com Certeau, o lugar a partir do qual os indivíduos pensam, falam ou escrevem é indelével; para ele “todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais, etc.” (CERTEAU, 2002, p.66), que impõem limites a toda pesquisa e, conseqüentemente, a toda escrita historiográfica, posto que “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesse, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002, p.67).

Uma advertência importante para o trabalho diz respeito às cargas interpretativas que os textos carregam, as quais podem induzir a equívocos e nublar novas interpretações:

Cualquier texto llega a nosotros cargado y hata abrumado de interpretaciones con las cuales estamos conscientes o incoscientemente en deuda. La canonización misma es un procedimiento no sólo de selección sino de interpretación selectiva, a menudo orientada hacia la domesticación. Como intérpretes, estamos situados en una capa sedimentada de lecturas que exigen una excavación. [...] En realidad, la actividad de relacionar la serie existente de interpretaciones [...] es esencial para una historiografía crítica (LACAPRA, 1998, p.264).

Nessa mesma direção aponta Chartier ao afirmar que “os indicadores explícitos pelos quais os textos são designados e classificados criam expectativas de leitura e perspectivas de entendimento” (CHARTIER, 1992, p.228).

Então, para produzirmos uma “boa” interpretação – além de atentar para carga interpretativa que os textos carregam – devemos conhecer os limites da perspectiva que adotamos, pois, “toda interpretación debería conmove-se con la revelación de que estamos inevitablemente ciegos a ciertas limitaciones propias a nuestra perspectiva. Pero no obstante interpretamos” (LACAPRA, 1998, p.264).

Assim, munidos com um instrumental teórico e com uma metodologia de pesquisa apropriados e também conscientes dos riscos que envolvem o processo de interpretação de textos literários, nos sentimos preparados para abordar nossas fontes e, a partir da interpretação delas, produzir uma representação historiográfica plausível acerca das Concepções de Identidade Nacional que perpassam as Crônicas de Machado de Assis.

O ESTATUTO DAS FONTES

As fontes que elegemos para este estudo são as Crônicas, que abrangem os anos de 1859 a 1900, escritas por Machado de Assis para diversos jornais de sua época. A obra Machadiana completa editada por W. M. Jackson Inc. Editores é composta de 31 volumes, dos quais 7 são Crônicas (que vão do vol.22 ao vol.28); já a edição mais moderna da Editora Nova Aguilar é composta de 3 volumes, sendo que as Crônicas ocupam parte do terceiro volume.

Elegemos as Crônicas, primeiramente, porque “a crônica machadiana tem valor de documento histórico indiscutível e uma fascinante profundidade literária sob uma forma simples, familiar, corriqueira” (CALLIPO, 2007, p.1).

Em segundo lugar, porque as Crônicas abordam – conectando-os ou não – diversos assuntos ou acontecimentos contemporâneos que se relacionam diretamente com a sociedade ou que tenham repercutido nela. Assim, se referindo à crônica, Machado disse que “nada do que é humano lhe é desconhecido” (MACHADO DE ASSIS, 1957, v.23, p.36).

No mais, Camilotti e Naxara afirmam que “da produção circunscrita aos finais do XIX e início do XX – é a crônica o gênero [...] mais abordado no conjunto desta produção historiográfica” (CAMILOTTI e NAXARA, 2009, p.35), o que podemos interpretar como sinal de consistência e confiabilidade do gênero.

Além disso, neste trabalho adotaremos as Crônicas de Machado de Assis não apenas como fontes para a História, “mas também, e especialmente, como *fonte de história*, na qual se pode recuperar as diferentes leituras que os autores concebem, através da ficção, a respeito do país (FIGUEREDO *apud* NAXARA e CAMILOTTI, 2009, p.35).

MACHADO DE ASSIS E SEUS LUGARES

Machado de Assis, assim como todo ser humano, é produto do seu tempo. Embora seja um excepcional escritor, pensador e crítico, não se pode dizer que ele – nem que qualquer outro ser humano – esteve ou estivesse à frente de seu tempo. Acreditamos que Machado de Assis teve a capacidade de enxergar, com maior profundidade, a realidade que o cercava.

Porém, uma vez que Machado de Assis estava inserido no universo conceitual, linguístico, mental de sua época e de seu lugar social⁷, e tendo em vista que “as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas” (CHARTIER, 1999, p.91), podemos dizer que toda a sua produção literária está marcada por essas especificidades e só pode ser compreendida levando-se em conta tais especificidades.

Assim, com atenção e, sobretudo, honestidade poderemos realizar uma abordagem que permita uma aproximação e uma interpretação judiciosas, sem, contudo, transformar Machado de Assis “no que queremos que ele tenha sido, em algo diferente do que ele foi, conforme os limites que a nossa incompreensão nos permite conceber” (GODOY, 2002, p.107).

REPRESENTAÇÕES DO OUTRO E ASPECTOS DA IDENTIDADE NACIONAL NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Ao longo do tempo em que Machado de Assis escreveu, “à supremacia econômica da Inglaterra⁸ contrapunha-se à hegemonia cultural francesa. Durante o século XIX, foi a

⁷ “Todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais, etc.”(CERTEAU, 2002, p.66).

⁸ “Dizem que somos colônia da Inglaterra; não sei se somos, mas é preciso provar que não” (MACHADO DE ASSIS, 1957, v.22, p.68).

França⁹, como difusora da cultura ocidental, que exerceu profundo impacto na cultura brasileira” (OLIVEIRA, 2000, p.93).

Diante disso, pode-se perceber como o Brasil está inserido na rede de “consumo¹⁰” de diversas representações – entre elas, as representações acerca do Oriente, o “outro” por excelência do mundo ocidental – produzido por essas duas potências que mantinham estreitas relações com o Brasil.

Além disso, devemos ter em mente que para que essas representações fossem recebidas e compreendidas era necessário que fossem “traduzidas” – ou nas palavras de Chartier, apropriadas¹¹ –, para a sociedade ou realidade local, Machado de Assis, além de “traduzir”, produziu e reproduziu representações acerca de diversos “Outros” (inclusive acerca do Oriente) que se apresentavam, no momento, como contraponto para construção de uma Identidade Nacional.

Contudo, dizer que Machado de Assis produziu e reproduziu representações do “Outro” não significa dizer que ele acreditava que todas essas representações condissessem com a realidade, posto que tinha consciência da existência do “fosso que separa as idéias e os fatos, os nome e as coisas” (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.23, p.28). Tampouco quer dizer que Machado de Assis, enquanto [re]reprodutor de representações do Oriente, participasse conscientemente de um projeto político de dominação do Ocidente sobre o Oriente. Estamos apenas dizendo que Machado de Assis explorou um dos temas mais recorrentes de todo o século XIX: o Oriente¹²; em outras palavras, estamos dizendo que Machado representou “aquilo que é [era] lícito representar” (CHARTIER, 1999, p.79).

Ademais, numa crônica publicada em 3 de julho de 1864, Machado de Assis afirma que “escreve-se na Europa tanta barbaridade, o que não sai de falso e de imaginoso quando entram lá na apreciação da vida íntima dos povos desta banda?” (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.23, p.31). Ora, se ele sabia que na Europa escreviam-se barbaridades sobre a América, com toda probabilidade ele deduziria que muito do que a Europa escrevia sobre os “Outros” povos ou civilizações deveria ser produto de imaginações e de falsificações.

⁹ “Eu, se lá fosse, não ia em jejum. Pegava de algumas opiniões sólidas e francesas e metia-as na cabeça com facilidade” (MACHADO DE ASSIS, 1957, v.26, p.133).

¹⁰ “Como uma disciplina que representa o conhecimento ocidental sobre o Oriente, o orientalismo começa assim a exercer uma força tripla, sobre o Oriente, sobre o orientalista e sobre o “consumidor” ocidental do orientalismo” (SAID, 2001, p.76).

¹¹ “A noção de apropriação torna possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção. [Noção que possibilita compreender] os usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos e das mesmas idéias” (CHARTIER, 1992, p. 232-3).

¹² O Oriente foi um dos temas prediletos do Romantismo, que tinha como uma de suas principais características “a valorização dos sentimentos e da imaginação” (<http://www.historiadaarte.com.br/arteromantica.html>).

A partir de agora apresentaremos e interpretaremos algumas representações machadianas referentes ao Oriente. Além disso, utilizaremos essas representações como uma espécie de “negativo¹³” que nos possibilitará “revelarmos” o que Machado de Assis concebia como sendo a Identidade Nacional, partindo da concepção de que, para a maioria dos ocidentais, o Oriente era [é] o oposto, a inversão, do Ocidente.

No entanto, devemos tomar muito cuidado em nossa busca pela concepção machadiana de Identidade Nacional, posto que “via de regra, identidades inventadas e construídas a partir do recorte nacional oprimem e/ou escondem as diferentes formulações identitárias que pulsam em seu interior e fronteiras” (CAMILOTTI e NAXARA, 2009, p.49).

23 de outubro de 1883

A *Gazeta de Londres* publicou, em seu número 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever êsse documento:

[...]

“Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Excia. que é preciso distinguir o chim¹⁴ do chim. O chim comum está de há muito abandonado em tôda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao govêrno de Sua Majestade, é o chimpanzé.

[...]

“O primeiro súdito de Sua Majestade que empregou o chimpanzé, foi Sir John Sterling, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1864 o seu trabalhador era o chim comum. Últimamente, porém, deu-se uma desordem, verdadeira rebelião, e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. Sir John Sterling resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícia de que o chimpanzé era moralmente superior ao chim comum, mandou contratar uns trinta para ensaio e deu-se muito bem com eles.

[...]

“A primeira vantagem do chimpanzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum.

[...] O chimpanzé não usa roupa, calçado ou chapéu. [...]

[...] A perfeição do trabalho é, ou a mesma, ou maior. A celeridade é dobrada e a limpeza é tão superior, que Sir John não viu nada melhor na Inglaterra.

“Webster”

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

¹³ Utilizamos os termos “negativo” e “revelar” neste período e em outros ao longo do texto, no sentido que são empregados no “universo” da fotografia.

¹⁴ “Chim. [De *chino*, por apócope.] *Adj.* 2 g. e s. 2 g. V. chinês” (FERREIRA e J.E.M.M.: 1986, p.396).

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar êste substituto. Segundo a carta transcrita, o chimpanzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão êsse argumento porque o chimpanzé não se cruzará com as raças do país. (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.25, p.198-203)

Apenas o primeiro e os dois últimos parágrafos desse excerto saíram da pena de Machado de Assis. No entanto, ao reproduzir tal ofício cujo tema são os chineses – mesmo que ironizando como podemos perceber no penúltimo parágrafo – Machado de Assis pôs em circulação uma representação que compara chineses a chimpanzés, ou seja, [re]produziu uma representação que inferioriza os chineses, e, por metonímia, os orientais e o Oriente. Consoante Said, “a essência do orientalismo é a distinção inextirpável entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental” (SAID, 2001, p.52). Antes de tecermos alguns comentários, vejamos mais um fragmento:

[...] Não são raros os telegramas de Constantinopla; temos sabido por êles como vai a questão dos Dardanelos; mas desta vez alguma coisa me dizia que não se tratava de política. Tirei os óculos, limpei-os, fitei o telegrama. Que dizia o telegrama?

“Cinco odaliscas...” Parei; lidas essas primeiras palavras, senti-me necessitado de tomar fôlego. Cinco odaliscas! Murmura êsse nome, leitor: faz escorrer da bôca essas quatro sílabas de mel, e lambe depois os beiços, ladrão. Pela minha parte, achei-me em espírito, diante de cinco lindas mulheres, com o véu transparente no rosto, as calças largas e os pés metidos nas chinelas de marroquim amarelo, - *babuchas*, que é o próprio nome. Todas as *orientais* de Hugo vieram chover sobre mim as suas rimas de ouro e sândalo. Cinco odaliscas! Mas que fizeram essas cinco odaliscas? Não fizeram nada. Tinham sido mandadas de presente ao sultão. Pobres moças! Entraram no harém, lá estiveram não sei quanto tempo, até que foram assassinadas... Sim, leitor compassivo, assassinadas por mandado das outras mulheres que já lá estavam, e por ciúmes...

Não, aqui é força interromper o capítulo por um instante. Não continuo sem advertir que o ano é bissexto, ano de espanto. Míseras odaliscas! (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.26, p.195-196).

Luxúria! Lascívia! Odaliscas: sílabas de mel que escorrem da boca. Odalisca, transparência, ouro, sândalo. Neste trecho, a capacidade literária de Machado se apresenta de forma superlativa, posto que sua escrita “transporta” o leitor para um ambiente de sensualidade, implícito no conjunto deste fragmento. Sensualidade que faz o cronista perder o fôlego: “senti-me necessitado de tomar fôlego”; tanta volúpia que chega a provocar o êxtase: “Pela minha parte, achei-me em espírito, diante de cinco lindas mulheres”. Isso porque “o

Oriente era [concebido como] um lugar onde se podia procurar por experiências sexuais impossíveis de se obter na Europa” [no Ocidente] (SAID, 2001, p.198).

Do trecho transcrito ainda podemos fazer mais uma inferência. Na sétima linha do excerto em questão podemos ver uma referência direta ao livro de poesia “As Orientais” de Vitor Hugo. Portanto, podemos crer que Machado de Assis, por admirar o escritor francês, já tivesse interiorizado muito das representações do Oriente de Hugo.

Sem esquecer que “uma identidade é sempre produzidas em relação a uma outra” (WOODWARD, 2000, p.46) e que “as relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias” (SILVA, 2000, p.83), podemos fazer algumas observações acerca dos Aspectos da Identidade Nacional, tendo como base os dois fragmentos apresentados até aqui.

No primeiro fragmento, há a comparação entre o oriental e o animal, tendo como resultado a inferiorização do oriental. Além disso, naquele fragmento representa-se o oriental como desordeiro, anti-higiênico, moroso, moralmente inferior, menos sóbrio (tudo isso em comparação ao chimpanzé, imagine se o comparasse a um ocidental!?).

Então, se compusermos os pares das possíveis oposições binárias do primeiro fragmento teremos: em oposição ao oriental inferior, o ocidental superior; em oposição ao animal (oriental), o homem (ocidental); em oposição ao instinto, a razão; e assim por diante: desordem/ordem; anti-higiênico/higiênico; moroso/célere; moralmente inferior/moralmente superior; menos sóbrio/mais sóbrio. Reiterando que em cada uma dessas oposições binárias o primeiro termo representa o Oriente (e possui carga “negativa”) e o segundo termo representa o Ocidente (e possui carga “positiva”).

No segundo excerto, temos a clássica referência à sensualidade ou à devassidão oriental, logo, por oposição, temos a temperança, a sobriedade ocidental.

Vejamos mais um excerto das Crônicas de Machado de Assis pejado de representações do Oriente:

1 de julho de 1876

Dou comêço à crônica no momento em que o Oriente se esboroa e a poesia parece expirar às mãos grossas do vulgacho. Pobre Oriente! Mísera poesia!

Um profeta surgiu em uma tribo árabe, fundou uma religião, e lançou as bases de um império; império e religião têm uma só doutrina, uma só, mas forte como o granito, implacável como a cimitarra, infalível como o Alcorão.

Passaram os séculos, os homens, as repúblicas, as paixões; a história faz-se dia por dia, fôlha por fôlha; as obras humanas alteram-se, corrompem-se, modificam-se, transformam-se. Tôda superfície civilizada da terra é um vasto renascer de coisas e

idéias. Só a idéia muçulmana estava de pé; a política do Alcorão vivia com os paxás, o harém, a cimitarra e o resto.

Um dia, meia dúzia de rapazes libertinos, iscados de João Jacques e de Benjamim Constant, [...] resolveram dar com o monumento bizantino em terra, abrir o ventre ao fatalismo e arrancar de lá uma carta constitucional.

Pelas barbas do Profeta! Há nada menos que maometano do que isto? Abdul-Aziz, o último sultão ortodoxo, quis resistir ao 89 turco; mas não tinha sequer o exército, e caiu; e, uma vez caído, deitou-se da janela da vida à rua da eternidade.

O Alcorão fala de dois anjos negros de olhos azuis, que descem a interrogar os mortos. O ex-padixá foi naturalmente inquirido como os outros:

- Quem é teu senhor?

- Alá.

- Tua religião?

- Islã.

- Teu profeta?

- Maomé.

- Há um só deus e um só profeta?

- Um só. *La illah il Allah, ve Muhameden ressul Allah.*

- Perfeito. Acompanha-nos.

O pobre sultão obedeceu.

Chegando à porta das delícias eternas achou o profeta sentado em coxins espirituais, resguardado por guarda-sol metafísico.

- Que vens cá fazer? – perguntou êle.

Abdul explicou-se, referiu o seu infortúnio; mas o profeta atalhou-o, clamando:

- Cala-te! És mais do isso, és o destruidor da lei, o inimigo do Islã. Tu fizeste possível o germen corrutor das minhas grandes instituições, pior que a fé de Cristo, pior que a inveja dos russos, pior que a neve dos tempos; tu fizeste o germen constitucional. A Turquia vai ter uma câmara, um ministério responsável, uma eleição, uma tribuna, interpelações, crises, orçamentos, discussões, a lepra toda do parlamentarismo e do constitucionalismo. Ah! quem me dera Omar! ah! quem me dera Omar! [...]

Mas o que apuro de tudo o que nos vem pelo cabo submarino e vapôres transatlânticos é que o Oriente acabou e com êle a poesia. [...]

Aquele bazar de belezas de tôda a casta e origem, umas baixinhas, outras altas, as louras ao pé das morenas, os olhos negros a conversar com os olhos azuis, e os cetins, os damascos, as escumilhas, os *narguilés*, os eunucos...

Oh! sobretudo os eunucos! Tudo isso é poesia que o vento do parlamentarismo dissolveu em um minuto de cólera e num acesso de eloquência. (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol. 24, p.77-80).

Por onde começar? Pela inusitada relação: “fim Oriente-fim da poesia”? Pela oposição binária: civilização-barbárie, implícita no 3º parágrafo? Ou pela ideia principal do texto, qual seja, a de que o imutável Oriente é regido pelo fatalismo e absolutamente avesso ao constitucionalismo ou a qualquer configuração política democrática?...

Começemos pela ideia principal – isto é, a ideia de que o Oriente deveria ser imutável, regido pelo fatalismo e, inexoravelmente, antidemocrático, sendo que o responsável por qualquer mudança da lei seria considerado um traidor e sofreria as consequências no “além-mundo”. Machado de Assis foi buscar tais concepções na “biblioteca” ou no repertório conceitual de representações do Oriente. Porquanto, de acordo com Said, para os ocidentais

[O] Oriente [era] imutável, absolutamente diferente (as razões mudam de época a época) do Oeste (SAID, 2001, p.105).

*

um oriental vive no Oriente uma vida de tranquilidade oriental, em um estado de despotismo e sensualidade orientais, imbuídos de um sentimento de fatalismo oriental (SAID, 2001, p.111).

*

O Oriente [...] era sinônimo de “subumanizado, antidemocrático, atrasado, bárbaro etc. (SAID, 2001, p.158).

No que diz respeito à relação “fim do Oriente-fim da poesia” expressa no primeiro e no antepenúltimo parágrafo, Said ressalta que os “textos [sobre o Oriente] podem *criar*, não apenas o conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever” (SAID, 2001, p.103). O conhecimento de Machado de Assis sobre o Oriente se deu por meio de textos; assim, o Oriente de Machado de Assis era uma criação textual, cuja existência se restringia aos textos, às poesias. Portanto, se o Oriente se apresentasse concretamente diferente do Oriente descrito nos textos, necessariamente, ele deveria ter sido degenerado¹⁵ e, conseqüentemente, toda a poesia, toda imagem que o envolvia, esvaeceria, teria um fim. Consoante Edward Said,

Escrever sobre o Oriente moderno é ou revelar uma perturbadora desmistificação das imagens extraídas dos textos ou confinar-se ao Oriente de que falou Hugo em seu prefácio a *Les orientales*, o Oriente com *image* ou *pensée* (SAID, 2001, p.110).

Como podemos perceber, Machado de Assis optou pela segunda alternativa: confinou-se ao Oriente textual, principalmente, ao Oriente “imaginado” por Vítor Hugo.

¹⁵ “Para o orientalista, que acredita que o Oriente nunca muda, o novo é simplesmente o velho traído por novos e equivocados *des-orientais*”(SAID, 2001, p.113).

O binarismo Civilização/Barbárie ou avançado/atrasado ocupava uma posição bastante central durante o século XIX. As virtudes, as qualidades do Ocidente têm como pano de fundo os vícios, os defeitos do Oriente. O Oriente “serve como um contraste chocante com os hábitos das nações européias, em que os prazeres extravagantes dos orientais servem para destacar a sobriedade dos hábitos ocidentais” (SAID, 2001, p.95).

Sabemos, por meio dos Estudos Culturais, que as identidades são construídas a partir das diferenças, que ficam evidentes nas oposições binárias:

A mais importante forma de classificação¹⁶ é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, [...] em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo o valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. [...]. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias (SILVA, 2000, p.83).

Assim, podemos concordar com Edward Said quando afirma que o Oriente é uma das “mais profundas e recorrentes imagens do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, idéia, personalidade e experiência de contraste” (SAID, 2001, p.14). Podemos dizer, então, que Machado de Assis utilizou esse Outro para construir a Identidade do Brasil, a qual, em sua concepção, estava inserida na identidade ocidental.

Portanto, tendo a Crônica do dia 1 de julho de 1876 como referência, podendo extrair mais alguns elementos para “recompormos” o que Machado de Assis considerava ser a Identidade Nacional. Se Machado de Assis concebia e representava o Oriente como bárbaro, fatalista, antidemocrático, por oposição, o Ocidente (por extensão o Brasil) deveria ser civilizado, ser autônomo ou ter livre-arbítrio e ser democrático.

Nesse momento, então, a Identidade Nacional ou Brasilidade já conta com os seguintes aspectos ou características: a racionalidade, a temperança, a civilidade, a autonomia, a prática da democracia, a manutenção da ordem, a sobriedade, a celeridade, a higiene. Passemos adiante.

Ora, partindo do princípio de que para a maioria dos ocidentais, à época de Machado de Assis, o Oriente é absolutamente diferente do Ocidente, e que a racionalidade, a constância, a determinação, a formalidade, são atributos dos ocidentais; nada mais lógico do que atribuir o oposto dessas características aos “outros”. Foi seguindo essa lógica que Machado de Assis pôde escrever que a Turquia e a Bolívia mudam de governo como o leitor muda de camisa.

A Turquia está a macaquear a Bolívia de um modo escandaloso: muda de sultões como a Bolívia de presidentes e o leitor de camisas. Um sultão ali equivale a um

¹⁶ “Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar” (SILVA, 2000, p.82)

colarinho de papel: dura um passeio. Durou êste, ainda assim, mais que o projeto de constituição, de que não há notícia, por fortuna do Alcorão (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.24, p.110-111).

Em outra parte, tratando igualmente da instabilidade oriental¹⁷, especificamente da instabilidade do governo da Turquia, Machado de Assis assim se expressou:

Alá! Aquilo é governo ou *Pêra de Satanás*¹⁸? Inclino-me a crer que é simplesmente *Pêra*. A porta [referência à Porta Otomana] tem outros muitos e vários alçapões, por onde sai ou mergulha, ora um sultão ora um grão-vizir, de minuto a minuto ao som de um apito vingador. Tôdas as mutações são à vista (MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.24, p.191-192).

Em oposição à instabilidade como característica ou aspecto da identidade oriental e também boliviana, apontada por Machado de Assis no excerto acima, temos a estabilidade (político-social) brasileira.

Atribuir ao Oriente a causa dos males do Ocidente era uma constante nesse tipo de representação. Diante disso, fica fácil entender quando, ao tratar de uma praga que atacara as plantações, Machado de Assis parodia a Bíblia escrevendo que “um vento *oriental* que trouxe gafanhotos, que os espalhou por tôdas as terras do país, cuja erva comeram e comerão” (Grifo nosso. MACHADO DE ASSIS, 1957, vol.24, p.144).

Acreditamos que este estudo nos tenha fornecido indícios suficientes que permita considerar Machado de Assis um produtor de representações do “Outro”, ressaltando que neste trabalho priorizamos suas representações do Oriente, por questão de espaço.

Outrossim, acreditamos que essas representações machadianas do Oriente tenham nos fornecidos elementos de contraste suficiente para revelarmos o que Machado de Assis considerava ser a Identidade Nacional. Como veremos, uma identidade construída não só em contraposição a outra identidade ou em contraposição a identidade do “outro” (Oriente).

Até agora obtivemos, por oposição, alguns elementos da identidade ocidental – da qual faz parte a nacional – a partir das representações do Oriente, no entanto, temos em Machado de Assis referências diretas à coletividade ou a aspectos da Identidade Nacional que podem nos ajudar a compor sua concepção acerca de tal identidade. Vejamos algumas:

¹⁷ Said nos lembra que os orientalistas transformaram o Oriente em “uma espécie de museu imaginário sem paredes, no qual tudo o que fora colhido nas enormes distâncias e variedades da cultura oriental se tornava categoricamente *oriental*” (2001, p.174). Ou seja, a categoria *oriental* poderia abarcar a Índia, a China ou o Oriente Semítico.

¹⁸ *Pêra de Satanás* é o nome por que ficaram célebres os selos falsos de 25 reis da emissão de D. Luís, fabricados por Alfredo Alves Mendes (<http://dicionario.sensagent.com>). Acreditamos que Machado de Assis utilizou a expressão como sendo sinônimo de fraude, falsificação.

(1) Mercê de Deus, não é capacidade que nos falta; talvez alguma indolência e certamente a mania de preferir o estrangeiro, eis o que até hoje tem servido de obstáculo ao desenvolvimento do nosso gênio industrial. (p.84, v.22)

*

(2) Conhecida a nossa índole caseira, a tal ou qual inércia de espírito, que é menos um fenômeno de raça, que de idade social [...] (p.77, v.25)

Podemos perceber que esses dois fragmentos carregam, por assim dizer, imagens, representações da identidade brasileira; algumas das quais foram interiorizadas pela coletividade, ao longo do tempo, e se cristalizaram; outras foram combatidas no “campo de batalha” das representações, onde o poder é convertido em arma.

No primeiro excerto temos como traços da identidade brasileira, de acordo com Machado de Assis, a “capacidade”, a “indolência” e a “mania de preferir o estrangeiro”, ou seja, a mania de imitar. No segundo, encontramos a expressão “índole caseira” que podemos traduzir por provincianismo e, novamente, a indolência patente na expressão “inércia de espírito”; porém devemos destacar a ideia de que, para Machado de Assis, tais características são produtos da “idade social”, posto que o autor considerava o Brasil uma “sociedade imberbe”, portanto, suscetível amadurecimento. Vejamos mais alguns elementos presentes nas Crônicas machadianas que nos ajudem a compor sua concepção de Identidade Nacional.

(1) Tudo entre nós é mal feito. Cada um puxa a brasa para sua sardinha. (p.195, v.22)

*

(2) No Brasil, por isso que todos são grandes, ninguém gosta de obedecer. (p.205, v.22)

*

(3) Em nosso país a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão. (p.53, v.22)

*

(4) E por falar neste animal [Machado refere-se ao burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. [...] 70% de cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado (p.106, v.24).

*

(5) Assim como um governo sem equidade só se pode manter em um povo igualmente sem equidade (segundo um mestre), assim também um parlamento remisso só pode medrar em sociedade remissa. Não vamos crer que todos nós, exceto os legisladores, fazemos tudo a tempo. Que diria o sol, que nos deu a rêde e o fatalismo? (p.265, v.25).

*

(6) Era muito; era levar a audácia a um limite desconhecido de todos os sátrapas do Oriente; era manifestar que nenhuma consideração lhe merece este povo, o mais meigo de todos os povos (p.120, v.25).

No fragmento “1” temos, na primeira oração uma mistura de incapacidade e indolência, posto que o que é mal feito o é por incapacidade de se fazer bem feito ou por indolência por parte daquele que faz; a característica presente na segunda oração é o egoísmo ou a insolidariedade. No excerto “2”, a inobediência ou a insubmissão são apontadas por Machado como elementos da personalidade brasileira.

Alguns conteúdos dos excertos “3” e “4” apontam para características identitárias semelhantes: a mediocridade, a vulgaridade; o fragmento “4”, além dessas características, indica, a volubilidade, a inconseqüência e a propensão a ser manipulação.

No trecho “5”, Machado de Assis acrescenta outros componentes à identidade brasileira, quais sejam, a iniquidade, a remissão (de indolente) e o fatalismo. No fragmento “6” Machado de Assis apresenta a meiguice como aspecto da identidade brasileira.

É interessante observar que, ao longo do processo de construção de uma identidade, são incorporadas ao “nós” representações elaboradas pelos “outros”. É o que podemos perceber, por exemplo, quando Machado de Assis escrevia que somos imitadores, indolentes, volúveis, manipuláveis, etc.

A fim de possibilitarmos uma “visualização” da “imagem” do que seria a identidade brasileira para Machado de Assis, reuniremos agora os diversos aspectos ou atributos da Identidade Nacional apresentados até o momento.

Assim temos num primeiro bloco os caracteres da identidade brasileira – que participa da identidade ocidental – obtidos por oposição ao “Outro” (Oriente): a superioridade (física, moral e intelectual); a racionalidade; a civilização; a temperança; a sobriedade; a autonomia ou livre-arbítrio; a democracia; a constância ou a estabilidade. Em outro bloco temos alguns elementos da Identidade Nacional obtidos a partir de referências diretas à coletividade: a) positivos: a capacidade, a meiguice, a racionalidade, a temperança, a civilidade, a autonomia, a prática da democracia, a manutenção da ordem, a sobriedade, a celeridade, a higiene; b) negativos: a indolência, a mania de imitar, o provincianismo, o egoísmo ou a insolidariedade, a inobediência, a mediocridade, a vulgaridade, a volubilidade, a inconseqüência, a propensão a ser manipulados, a inequidade, a remissão e o fatalismo; c) neutro: a imaturidade.

Assim, após seguirmos alguns dos rastros, das pegadas (Representações do Outro e Aspectos da Identidade Brasileira) deixadas por Machado de Assis – porta voz da sociedade de sua época e arauto dos anseios da mesma –, ao longo de sua trajetória como cronista,

chegamos momentaneamente ao fim, tendo aprendido com Machado de Assis “que as idéias mudam de natureza com as pessoas e com os tempos” (MACHADO DE ASSIS, 1957, v.22, p.122). Diante disso, devemos nos esforçar para compreender as ideias em sua temporalidade e não julgá-las e condená-las, cometendo anacronismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D’Assunção. “*Os campos da História – uma introdução à especialidade da História*”. *Revista HISTEDBR on-line*. Campinas, n. 16, p. 17-35 dez. de 2004b.
- BARROS, José D’Assunção. *Os campos da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.
- CALLIPO, Daniela Mantarro. *Rimas de Ouro e Sândalo: a presença de Vítor Hugo nas crônicas de Machado de Assis*. Encontro Regional da ABRALIC 2007 – Literatura, Artes, Sabres – USP: São Paulo, Brasil.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1984, 5ªed.
- CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel: 1990.
- CHARTIER, Roger. *Textos, impressões, leituras*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GODOY, Luciana Bertini. *Introdução; Correspondência: a obra e suas leituras*. In: *Ceifar, semear: a correspondência de Van Gogh*. São Paulo: Anablume; Fapesp. 2002.
- HALL, Stuart. “*Quem precisa de identidade?*”. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias Jose. “*Giro lingüístico*” e *história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. *Prefácio à segunda edição*. In: *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa* (organizada por Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. Editores. 1957.
- NAXARA, Márcia Regina; CAMILOTTI, Virgínia. *História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente*. História: Questões e debates. Curitiba, n.50, 2009.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos – representações da identidade nacional nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & Literatura: uma velha-nova história*. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). *Literatura e história: Identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU: 2006.
- REVEL, Jacques. *Microanálise e construção sócial*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). “A produção social da identidade e da diferença”. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SOMMER, Doris. *Romance irresistível*. In: *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- WOODWARD, Kathryn. “Identidade e da diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

A NARRATIVA *HISTÓRICA* DE BERNARDO GUIMARÃES EM *O ERMITÃO DE MUQUÉM*

Gisela Morena de SOUZA
gisela.morena@yahoo.com.br¹

RESUMO: Obra do poeta e romancista mineiro, Bernardo Guimarães, o romance a ser tratado aqui é *O ermitão do Muquém* ou *História de Fundação da Romaria de Muquém, na Província de Goiás*, cujo prefácio data de 1858, entretanto foi publicado pela primeira vez 1866 e em forma de folhetim, num jornal ouropretano, *Constitucional*, e como livro somente em 1869. Nesse romance Guimarães fala sobre o início de uma tradição muito conhecida na Província de Goiás, a romaria de Nossa Senhora da Abadia do Muquém. O presente trabalho propõe, através dessa obra, a discussão da escrita da história no oitocentos, a partir de sua íntima relação com a literatura, observando a formulação do que entendemos como história memória dessa localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Romance, escrita da história, Bernardo Guimarães.

ABSTRACT: The romance that will be treated here, work of the poet and romance writer Bernardo Guimarães, is *O ermitão do Muquém* or *História de Fundação da Romaria de Muquém, na Província de Goiás*, that the preface was written in 1858, however published in the first time in 1866 as brochure, by a Ouro Preto's journal, *Constitucional*, and as a book just in 1869. In this romance, Guimarães talk about the beginning of a much known tradition in the Goiás province, the *Muquém Nossa Senhora da Abadia's* pilgrimage. The present work consider, through this romance, the write of history in the XVIII century discussion, having as starting point its soul relationship with the literature, looking the formulation of that we comprehend as history-memory of this place.

KEYWORDS: Novel, write of history, Bernardo Guimarães.

No processo de consolidação das nações da América Latina, entre elas o Brasil, foi imprescindível além de uma definição territorial clara, a existência entre as pessoas de um sentimento de pertencimento a nova Nação. Para que se garantisse tal sentimento era preciso

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

que se elegessem ícones, que de certa forma já estavam presente no imaginário das pessoas, para serem representativos dessa identidade coletiva. Assim, fez-se necessário o empreendimento de grandes empreitadas para que o passado se tornasse palpável.

Entre as empreitadas pelo conhecimento do passado, no Brasil, estava a de se escrever a história do país. Muitos foram os projetos de como se deveria ser escrita essa história, de quais deveriam ser seus representantes e os heróis, de como seria proposta uma filiação civilizacional e de como essa história poderia criar um horizonte de esperança para o futuro, entretanto o vencedor foi de uma História Geral, pautado numa história filosófica.

A História Geral do Brasil, escrito por Varnhagem, foi tido pelo IHGB como a história oficial. Entretanto, essa não foi a única forma de se fazer história nesse período. Os estudos de Bruno Franco Medeiros é muito elucidativo ao demonstrar que embora a história oficial do Brasil devesse ser escrita aos moldes de uma história geral, esse não foi o único modo de se escrever sobre o história do Brasil no oitocentos. Ele exemplifica isso demonstrando que havia uma escrita de histórias particular ou regional, que era a de Minas Gerais. A esse tipo de escrita ele dá o nome de *História subterrânea*. Neste sentido, tem-se que apesar de não estar em evidencia esse tipo de escrita, ela é tão importante quanto a de uma história Geral, pois também oferece um conhecimento válido sobre o passado que ajudará na compreensão da Nação como um todo.

O trabalho de Medeiros ajuda a pensar na possibilidade de outras formas de escrita da História, como por exemplo, a de uma história regional e de algumas obras literárias, onde pode ser observada uma escrita da História fora do padrão vigente, e que também contribuiu para a formação da nação oferecendo um conhecimento sobre o passado e uma elaboração identitária.

Ao longo do oitocentos houve uma maciça publicação de romances nos folhetins, que enunciavam por meio de suas narrativas, vínculos de identificação entre os leitores e a nação que se formava. Doris Sommer (2009), em seu trabalho sobre os romances da América Latina, considera-os como romances de modernização², que podem ser caracterizados pela existência de uma lógica comum, uma (re)conciliação de componentes nacionais. A sensibilidade, um aspecto da vida privada dos indivíduos, transbordava desses romances para a vida da nação.

² Romance de modernização deve ser entendido como as obras produzidas na América Latina, no contexto de formação dos Estados Nacionais. Embora seus contemporâneos os tenham considerados inferiores por não seguirem o modelo de europeu, Sommer salienta sua inovação ao tratarem das especificidades da América Latina, procurando colocá-los sempre a serviço da consolidação do Estado Nacional.

Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, propõe uma especificidade para os romances que vai além de um tipo narrativo, o que indica uma cultura do romance³. Para o autor, eles foram um meio possível e talvez um dos mais eficientes de se criar e divulgar um conhecimento sobre o passado e o povo, o que contribuiu para o processo de formação dos Estados Nacionais. Dessa forma, colocaram em evidência seus cânones, (re)construindo um imaginário sobre nação, e por sua vez contribuiu para a construção e o (re)conhecimento de uma identidade nacional. Há certa confluência de interpretações acerca do processo que envolve o contexto de produção e divulgação do romance. Luciana Boeira (2009) confirma essas interpretações no que se refere ao fato da literatura ter sido no século XIX, enquanto se escrevia uma história nacional oficial nas ex-colônias da América, o lugar por excelência de manifestações dos vários projetos identitários desses países, e por sua vez o palco de suas disputas.

Outro importante apontamento de Anderson (2008), a respeito do papel dos romances nesse processo, foi a incorporação da simultaneidade na maneira de percepção de tempo das pessoas. Assim, elas passaram a ter noção de que o tempo não é linear, de que várias coisas acontecem ao mesmo tempo e de que existem outras pessoas que não as que estão em seu convívio direto. Com essa percepção, foi possível notar a partir da imaginação a existência de comunidades maiores do que a da convivência, na qual o pertencimento a elas é garantido pelo compartilhamento de signos comuns.

Ao fundamentar seus argumentos no trabalho de Benedict Anderson (2008) que considera o nacionalismo uma ligação afetiva originada na imaginação e no espaço privado pelos romances, Sommer salienta que eles

saíam com frequência suficiente para poder comunicar aos leitores os sentimentos de pertença e cidadania implícitos nas histórias. (...) eram escritos pelos mesmos que construíam as nações (...) e convidava os cidadãos (virtuais) a depor as armas a fim de que se tornassem cidadãos reais, capazes de dar vida a uma nação composta por inúmeras famílias. (2009, p. 314)

Sommer (2009, p.331), ainda a respeito dos romances, afirma que “(...) contribuíram realmente para dar expressão cognitiva e estabilidade emocional às formações sociais e políticas por eles articuladas”, e ressalta que a ligação que se formava entre os leitores se dava

³ Recentemente foi lançado o volume 1, denominado *O Romance* da coleção *A cultura do romance*, organizada por Franco Moretti. Essa coleção, composta por cinco volumes, traz artigos de pesquisadores de várias áreas e nacionalidades que tratam exatamente da existência de uma cultura do romance.

por meio do sentimento. A história do livro e da leitura é um campo que contribui bastante para a pesquisa aqui proposta, daí a importância dos estudos da área, como o de Roger Chartier, historiador francês, que aponta para essa direção do romance como responsável pela circulação das idéias, porém a focaliza a partir da formação de uma opinião pública.

Chartier (2001) considera que a opinião pública se estabelece a partir da vinculação de duas realidades distintas: os lugares formais e informais de sociabilidades, onde são concretizadas as trocas de experiências; e os lugares abstratos de sociabilidades, onde a comunicação entre as pessoas é possibilitada pela circulação de impressos e não do contato de direito. Por isso que o público leitor e a conseguinte formação de uma opinião pública favorece a constituição de uma identidade coletiva, cria e fortalece vínculos de pertencimento entre pessoas, que mesmo desconhecidas se unem pela apropriação e circulação dos escritos. Portanto, podemos concluir que um público de leitores e a opinião pública tiveram importante atuação no processo de formação das nações modernas.

Chartier, em seus trabalhos, propõe a existência de uma revolução da leitura no século XVIII⁴, na qual ele percebe a existência de uma universalidade da leitura na sociedade, que implicaria, por sua vez, no aumento do público leitor e na alteração das práticas de leitura. Embora a dicotomia entre os tipos de leitura proposta por Chartier seja alvo de muitas críticas no sentido de não haver uma separação tão rígida, não podemos deixar de considerar a importância dessa observação para compreender o leitor do século XIX e as quatro obras de Bernardo Guimarães, selecionadas para esta pesquisa.

No entanto, esses romances de modernização, certamente, não tiveram apenas a temática sentimental, que projeta os leitores para o futuro (a consolidação do Estado), mas também se dedicaram às temáticas históricas, e ficaram conhecidos como romances históricos. Nesse tipo de obra, além de ter essa projeção para o futuro, há um “(...) olhar voltado para trás, como nos mitos e relatos religiosos, partindo-se de algo sagrado para reconstruir o percurso que permitiu chegar até nós.” (SOMMER, 2009, p.329). No Brasil, temos como uma expressão do cânone literário José de Alencar, que, para De Decca (1997, p.205), propôs o romance como o gênero da modernidade⁵ mais eficaz para descobrir, fazer e escrever a História.

⁴ A leitura deixaria de ser *Intensiva*, com um *corpus* de textos limitado e fechado, no qual eram lidos, relidos e memorizados; para ser uma leitura *extensiva*, na qual a leitura era mais rápida e o leitor tinha acesso a uma maior quantidade e variedade de textos, que por sua vez eram mais efêmeros. CHARTIER, 2009, p. 95-96

⁵ Gênero da modernidade significa aqui, como o gênero literário que se desenvolveu na modernidade, período entendido, grosso modo, como do século XVIII em diante.

Segundo Georg Lukács (1981), o romance histórico surgiu como uma tentativa de resgate da história perdida ou esquecida, na Europa oitocentista, marcada por transformações políticas e sociais que permitiram seu aparecimento. Eles possibilitam a observação de interessante fenômeno: a íntima relação, no oitocentos, entre a história e a literatura. Vemos que em uma narrativa literária a história é mobilizada em prol da construção do sentido de uma coletividade, para tanto, são utilizados elementos da memória e da tradição. Assim, propomos que o romance seja visto por outra face que compreenda esse sentido histórico.

Ao analisar essa interface entre a história e a literatura, presente nos romances, propomos o estudo de uma obra do romancista e poeta mineiro Bernardo Guimarães, o romance *O Ermitão de Muquém*, que tem sua narrativa construída a partir da representação do passado.

Nesta obra observa-se que o autor mineiro, com uma linguagem simples e estratégias narrativas da oralidade, conduz seu leitor àquele ambiente tradicional do interior (de contação de histórias), narrando lendas e contos populares e tradicionais, os quais de certa maneira explicam as origens de costumes e representam um passado que é imemorial. Além disso, Guimarães se retira do texto como autor da história narrada, fato que reforça a idéia de que ele apenas narra uma história que já é conhecida e contada de geração em geração no entorno daquela comunidade. Isso pode ser percebido na seguinte passagem da obra *Histórias e tradições da Província de Minas Gerais*: “Isto seria por certo mais dramático, e talvez mais sublime. Mas eu conto uma história e não invento um conto.” GUIMARÃES. 1976.

Podemos considerar que essas lendas e contos populares, para o contexto em que estão inseridas, eram como histórias que existiram desde sempre, não sendo inventadas por ninguém, e que tratam de um passado muito distante no tempo, um passado imemorial, e que seu conhecimento só se tornou possível devido à memória e à tradição que o preservaram como histórias relativas à identidade de certo grupo. Assim, para melhor compreensão do que são essas lendas e tradições e de como contribuíram para a formação de uma identidade coletiva, partiremos de uma aproximação com algumas das considerações de Jean-Pierre Vernant a respeito do mito.

O mito para Vernant (2000, p.12) é um “relato vindo do fim dos tempos e que já existiria antes que um contador qualquer iniciasse sua narração, (...) transmitido oralmente de geração para geração, sem que precise de um ensino oficial, sendo que sua existência e sobrevivência dependem da memória, tradição e oralidade”. Podemos compreender, dessa forma, que os relatos míticos são constituidores da memória, ao mesmo tempo em que são constituídos por ela – esses relatos resultam da transmissão e da memória, e não da invenção

individual ou da fantasia criadora. De tal maneira, o estatuto do relato mítico, e aqui, as lendas e os contos populares, se aproximam da definição de “ficção” proposta por Catherine Gallagher.⁶

A narrativa oral, ao passar para o relato escrito, adquire uma eficácia como força agregadora, pois, de acordo com Goody (1988), a escrita transformou sobremaneira a natureza da comunicação, fazendo-a ir além dos contatos pessoais. Ainda segundo o autor de *A domesticação do pensamento selvagem*, “a escrita tornou possível examinar o discurso de outra maneira, emprestando à comunicação oral uma forma semipermanente,” mesmo a tendo tornado mais fixa. Este processo de registro escrito de narrativas orais, que garante ao mesmo tempo sua permanência e sua circulação, é observado na obra de Bernardo Guimarães, *O Ermitão de Muquém*.

Podemos entender que esse processo feito por Guimarães está próximo ao modelo do romance histórico, que segundo De Decca (1997, p.205), “utiliza de elementos ficcionais da memória coletiva (lendas, ritos) e reelabora os seus conteúdos e os inscreve na ordem do tempo histórico, cronológico e linear.” Assim, entendemos que Guimarães ao artificializar a memória e as tradições, para construir suas narrativas, se aproxima das preocupações da historiografia; pois as organiza por meio da racionalização, e oferece então, um sentido (e coesão) para essa coletividade e também coloca seus sujeitos numa cadência cronológica⁷.

Guimarães utilizando-se de elementos da narrativa oral em sua obra, aqui vislumbrada, sobre lendas e contos populares e tradicionais, produz uma história-memória sobre trajetórias de personagens locais, transformando-a na história de um lugar, e oferece, dessa forma, à comunidade um (re)conhecimento. Tal movimento não se resume à Goiás especificamente, mas sim, se articula em vários níveis de pertencimento, indo do local ao nacional, e isso faz com que a coletividade se auto-reconheça, e se torne conhecida. O autor mineiro constrói vários elos e camadas de identidade, coletiva e regional, que assimila perspectivas e especificidades locais na construção da nação, e complexifica ainda mais a formação da história nacional.

Diante do exposto até agora, podemos pensar na possibilidade de outras formas narrativas que se aproximam de um modelo identificado com o historiográfico. Tal afirmação é possível quando se vêem nas duas narrativas (no romance e na história) semelhanças

⁶ Catherine Gallagher define ficção como: modalidade discursiva que se distingue tanto da realidade quanto da mentira, assim, a ficção estaria num não lugar entre a realidade e a mentira. GALLAGHER, C. Ficção. In: MORETTI, F. **O Romance 1**: A cultura do Romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

⁷ Para melhor compreensão do que chamamos aqui de artificialização da história, consultar o trabalho de Pierre Nora. Ele define História como sendo operação intelectual e laicizante e por isso demanda de análise e discurso crítico.

estruturais na proposição de uma trajetória coletiva no tempo. Assim podemos pensar nessa obra de Guimarães como uma modalidade de escrita semelhante ao modelo de narrativa historiográfica, aproximando-nos da noção de gêneros narrativos proposta por Bakhtin. Para o autor, são [os gêneros narrativos] “determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p.266) e que são gerados por “determinada função e determinadas condições de comunicação discursiva”. Seguindo a linha de pensamento de Bakhtin, Marcuschi (2009, p.5) define gênero como “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.”

A partir da leitura de Bakhtin e de Marcuschi, podemos entender que a definição dos gêneros textuais se dá antes pelo seu emprego na sociedade, que por modelos formais e estruturais rígidos. Os gêneros podem ser entendidos como uma ação na sociedade e definidos a partir de três elementos principais: sujeitos (expressam os lugares de fala, lugares entendidos não só como institucionais); poderes (formados pelas inteligibilidades culturais dos grandes projetos); texto (a narrativa propriamente dita). Assim, percebemos que eles têm um uso histórico, numa rede de estratégia em função de uma “ação”, que é cultural e social, com efeitos marcadamente político. Diante disso, ao considerar, que em determinadas condições, a obra em questão teve uma função social, podemos compreender essa narrativa como parte integrante do que estamos chamando de gênero historiográfico.

Ao se estudar a escrita da História no século XIX, a partir da interface história-literatura nesse romance de Guimarães, percebemos a articulação de preocupações historiográficas, pois por meio da mobilização da memória e da tradição, ele compôs uma narrativa que forma uma história-memória da fundação de uma localidade que é caracterizada pelo início de uma romaria de Muquém, propondo uma relação entre o tempo imemorial e o tempo cronológico, e ao mesmo tempo organizando uma trajetória no tempo para certa coletividade.

Podemos concluir que essa obra de Bernardo Guimarães pode ser lida como história-memória e ao aproximar história e literatura pode ser também uma possibilidade de gênero discursivo historiográfico produzido, no oitocentos, no Brasil. É possível observar na narrativa que por meio dessa aproximação, é construída uma história a partir de uma incorporação e da organização da tradição e da memória, integrando o passado imemorial em um tempo histórico e em um espaço no momento de sua fundação. E que, também, é empreendida com essa narrativa uma ação prática na sociedade – a de produzir e divulgar conhecimento sobre a história da trajetória no tempo e no espaço de determinadas

coletividades, além de estabelecer entre essas pessoas, que ainda teriam que se reconhecer enquanto uma nação, as bases que sustentariam a formação de uma identidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia et al. **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. Disponível em< <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2010.

ABREU, Márcia. Concepções sobre o romance. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALI: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS, 11, 2008, São Paulo.

AGUIAR, Flávio et al. (Org.). **Gêneros de Fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história**. 1. ed. Baurú: EDUSC, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AUGUSTI, Valéria. Os deveres do romance para com a Nação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALI: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS, 11, 2008, São Paulo.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética (A teoria do Romance)**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Estética da Criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. “O discurso da história”. In: **O rumor da língua**. trad. De António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

BOECHAT; OLIVEIRA; OLIVEIRA (Orgs.). **Romance histórico: recorrências e transformações**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. Caminhos entre a literatura e a História. **Estudos Avançados**, 19. 2005

BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro**. São Paulg: Polis, 1979.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira** – momentos decisivos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

_____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. Uma revolução da leitura no século XVIII? In: NEVES, Lúcia M. B. P. (Org.). **Livros e impressos**. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986.

DE DECCA, Edgar S. O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White. In: **Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.

EAGLETON, Terry. **Teria da literatura**: uma introdução. 4° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Ilustração e educação: uma leitura de Bernardo Guimarães. **Educação Santa Maria**, v.31, n. 01, p.153, 174, 2006.

FLACH, Alessandra Bittencourt. **Nós, os fabulistas: o pensamento baseado na oralidade e as narrativas de Guimarães Rosa**. Porto Alegre, 2007.

GOMES, Ednaldo Cândido Moreira. **Sutilezas e mordacidades da poética de Bernardo Guimarães**. Belo Horizonte: PUC-BH, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Pontifícia Católica, Belo Horizonte, 2006.

GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Domesticação do pensamento selvagem**. Lisboa: Presença, 1988.

GUIMARÃES, Bernardo. **História e Tradições da Província de Minas-Geraes**. Rio de Janeiro, Brasília: Civilização Brasileira, INL, 1976.

GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista Do Instituto Histórico/Imprensa Nacional**, Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, n°1, 1988.

- _____. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.
- _____. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. **Revista Ágora**. Vol. 11, n. 1, 2005.
- _____. (Org.) **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas da modernidade”. trad. de Lawrence Flores Pereira. In: **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HANCIAU, Núbia Jacques. Confluências entre os discursos históricos e ficcionais. **Cadernos literários**, Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”. trad. de Eliane Cezar. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997.
- HAVELOCK, Eric A. **A musa aprende a escrever**. Lisboa: Gradiva, 1988.
- HEGEL, Georg. W. F. **Cursos de estética**. São Paulo: Edusp, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **L’expérience de l’histoire**. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.
- _____. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LÄMMERT, Eberhard. Historia é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. **Estudos avançados**, 9 (23), 1995.
- LOPES, Silvina Rodrigues. Literatura e Circunstancia. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.7, n.13, p. 162-171, 2 sem, 2003.
- LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **Teoria do Romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. **The Historical Novel**. Harmondsworth: Penguin Books, 1981.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Bernardo Guimarães**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. Disponível em <www.proead.unit.br/.../Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf> Acesso em: 7 jun. 2010
- MARTINS, Amanda Silva. Um passado para Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889). Mariana: UFOP, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

- MEDEIROS, Bruno F. **Nota sobre uma tradição subterrânea: a historiografia sobre Minas Gerais no século XIX, 1854-1913.** Monografia de Bacharelado em História. Universidade Federal de Ouro Preto, [2007].
- MELLO, Ludmila Giovanna Ribeiro. Realidade ou criação? Um panorama sobre o romance histórico. **Ícone – Revista de Letras**, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 123-135, jul. 2008. Disponível em <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>> Acesso em: 23 abr. 2010.
- MENNA, Andre da Silva. **Um gorpo Santo na Província: da história a ficção.** Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Federal De Santa Catarina, Centro De Comunicação E Expressão, Florianópolis, 2003.
- MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu: 1800-1900.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. (Org.) **O Romance 1: A cultura do Romance.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, (10) dez, 1993, 9 7-28.
- ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira.** 7° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, número 02, março 2009, p. 163-209.
- _____. **Reconstrução do passado.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SOMMER, Dóris. **Foundational Fictions: the national romances of Latin America.** University of California Press: California, 1991.
- SPIEGEL, Gabrielle M. **The past as text: The theory and practice of Medieval Historiography.** Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- _____. **Practing History: New directions in Historical Writing after the Linguistic Turn.** New York: Taylor & Francis Group, 2005.
- SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- _____. **O Brasil não é longe daqui.** O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- _____. **Mito e pensamento entre os gregos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **O universo, os deuses, os homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

O MARANHÃO NO ALVO: HUMORISMO E POLÍTICA NO JORNAL A FLECHA

Iramir Alves ARAUJO
iramiraraujo@ig.com.br

RESUMO: Artigo que aborda o jornalismo humorístico no final do século XIX, no Maranhão, representado pelo jornal “A Flecha” editado de março de 1879 a outubro de 1880, identificando-se as diversas abordagens a respeito da política, do clero, da cultura e dos serviços públicos; traçando um panorama da província envolvendo a publicação e seus colaboradores e mostrando de que forma o jornal foi um veículo de desafio ao *status quo* do Maranhão à época.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo ilustrado, política, anti-clericalismo,

ABSTRACT: This article discusses humorous journalism in the late nineteenth century, in Maranhão, represented by the newspaper "A flecha - The Arrow" published from March 1879 to October 1880, identifying the different approaches on politics, the church, the culture and public services, drawing a picture of the province surrounding the newspaper and its collaborators and showing how the newspaper was an instrument to challenge Maranhão's status quo at that time.

KEYWORDS: Illustrated Journalism, politics, anti-clericalism.

No final do século XIX, São Luis era uma cidade que respirava sujeira em todos os sentidos. Tanto o real quanto o metafórico.

Em diversas ruas do centro da cidade o comércio era feito sem nenhuma regulação. Ferreiros, peixeiros, verdureiros e outros expunham suas mercadorias sem nenhuma preocupação com a higiene; açougueiros abatiam porcos, e outros animais de pequeno porte e os evisceravam na calçada, deixando que o sangue e os restos de vísceras escorressem pela sarjeta, sujando as calçadas e pondo em risco a saúde da população.

Inexistia sistema público de esgotamento sanitário. Os dejetos humanos eram carregados por escravos em grandes vasilhames chamados tigres, e despejados na praia, à beira-mar.

A iluminação pública deficiente punha em risco a segurança de qualquer cidadão que resolvesse trafegar pelas ruas e becos do centro da cidade.

O transporte público, representado pela Companhia Ferro Carris, era alvo constante de reclamações por parte dos usuários.

Em suma, São Luís era uma cidade fétida, com água parada nas ruas do centro, com lixo e esterco de animais em todos os lugares. Reflexo de políticas públicas insuficientes para as crescentes necessidades da capital.

A província carecia do mínimo necessário para ser considerada civilizada. Segundo Domingos Viera Filho,

as autoridades municipais sempre viveram em luta aberta com os moradores, luta que prossegue até nossos dias. A rua, em certa época era lugar para tudo. Nela torrava-se café e estendia-se roupa lavada. Oficinas de reparo funcionavam em plena via pública, como nas cidades medievais. Era o rio de águas servidas, amontoado de lama, de animais mortos, de lixo, em suma. (VIEIRA FILHO, 1971, p. 20).

Foi esse cenário que viu nascer, no início de 1879 o jornal A Flecha, editado por um grupo de jovens intelectuais, capitaneados por Celso Magalhães, recém chegado de Recife, onde se graduara bacharel em Direito e Manuel de Bethencourt, português que vivia então na cidade e que daria grande contribuição naquele momento de efervescência intelectual da cidade.

Em torno dessas duas figuras, reuniu-se o grupo, onde se destacavam Paula Duarte, Aluísio de Azevedo, Eduardo Ribeiro, Agripino Azevedo e João Afonso do Nascimento.

Esses mesmos jovens haviam fundado em 1877 o Jornal para todos, de curta duração.

A Flecha surgiu em um momento bastante delicado da vida da província. O Maranhão, que havia se distinguido pela cultura que ostentou, a partir das atividades do chamado “Grupo Maranhense”, experimentava um período de pouca atividade literária, o que motivou João Afonso e seus amigos a criar o jornal.

A imprensa ilustrada já há muito estava em voga nas principais capitais do Brasil. Iniciada com o aparecimento no Rio de Janeiro de A Lanterna Mágica, em 1844, só mais de 30 anos depois apareceu no Maranhão, contradizendo a conhecida fama de vanguardista que a província granjeara por conta das atividades do chamado “Grupo maranhense”. Fama que lhe valeu o epíteto de Atenas Brasileira.

Não obstante a relativa calma e a pequena movimentação cultural na província, aquele momento era propício ao debate das causas que mobilizaram a sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX. Questões como a abolição da escravatura, a proclamação da

república, novas estéticas, um novo pensamento filosófico que tinha como inspiração o materialismo cientificista entre outras, ocupavam as mentes e corações de uma geração que vislumbrava, desejava e lutava por uma transformação geral no país.

Impresso pelo processo de Litogravura, A Flecha era ilustrado em sua quase totalidade por João Afonso do Nascimento (1855-1924), que era também professor de desenho, dono de uma “officina de litographia” conforme anúncio no numero XIV, do jornal, e também despachante da alfândega, a julgar pelas páginas centrais (204 e 205) do número XXVI, de dezembro de 1879, onde se retratou como despachante e artista.

Cabe ressaltar que Aluísio de Azevedo, um dos criadores do jornal, era também exímio ilustrador, embora não figure em nenhuma das edições algum desenho com sua assinatura. O que não quer dizer que ele não tenha colaborado com sua arte. Há, nas páginas de A Flecha diversos desenhos não assinados, notadamente retratos. Mas somente uma análise acurada de estilo poderá revelar se são ou não originados de seu lápis.

Na sua primeira edição datada de 14 de março de 1879, já no editorial, e não poderia ser de outra forma, o redator d’A Flecha dizia a que veio:

A Flecha, que se propõe a crusar o campo vasto e cultivado da imprensa, não é a arma franzina e poética do deus do amor, mas a flecha certa e penetrante do índio de nossas florestas; é o Brazil selvagem, porem honesto e brioso, vibrando os golpes da sua crítica imparcial e justiceira aos costumes da sociedade que se pretende civilisada e perfeita. Não vae envenenada a flecha, não; não deixará na ferida a hava da calumnia ou do insulto, porque o nosso programma exclue toda e qualquer discussão individual e política e estabelece apenas a crítica moderada e a publicação gratuita de trabalhos literários. (A FLECHA, nº I, março de 1879, p.2).

Na aparência, um discurso moderado, mas logo contradito nas notas que se seguem ao editorial e na ilustração da página central, onde um índio, o ícone gráfico do jornal, aparece disparando várias setas certas fixando em uma espécie de tábua que serve de fundo a diversas figuras representando a corte, a justiça, a fazenda, os serviços públicos e a companhia de navegação.

Sua forma de exprimir-se era a dos pasquins que, segundo Sebastião Jorge, são

frutos de um determinado momento político. É exatamente em situações especiais, isto é, quando o império da força tenta silenciar o direito da livre manifestação das idéias ou o poder se torna mais forte do que os interesses coletivos, é aí que essas folhas tomam forma” (JORGE, 1998, p. 14).

Os pasquins tinham como matéria-prima a política, o conflito de interesses, a disputa entre partidos que os autores usavam para atingir os adversários. O centro aglutinador, por ser a capital do império e polo de conflitos e interesses políticos, era o Rio de Janeiro. Esse modelo de jornalismo era exportado para o resto do país e era comum que jornalistas das províncias se espelhassem no estilo de Cipriano Barata, Apulcro de Castro, ou do mais famoso e cáustico, considerado o pai de todos, o lendário Gregório de Matos, o “Boca do Inferno”.

No caso d’*A Flecha*, que se declarava um jornal que “exclue toda e qualquer discussão individual e política e estabelece apenas a crítica moderada e a publicação gratuita de trabalhos literários”, esse compromisso só é efetivado quando se trata da publicação de trabalhos literários, como poemas, contribuição dos poetas que desejavam ver seus versos impressos. No mais, a crítica é abundante e sempre ocultada por pseudônimos, a principal característica dos pasquins. Ainda assim, dos poemas “assinados” havia alguns claramente orientados no sentido de criticar o *status quo*.

No primeiro número, a capa do jornal mostra um retrato de Aluísio de Azevedo segurando um índio, o mesmo do cabeçalho do jornal. Ao lado, uma plaqueta com os dizeres “Aluísio de Azevedo declara que por ora não poderá tomar parte, porém até breve” e abaixo, a legenda: “*Vae... Só desejo que vivas mais tempo que o defunto Jornal para todos...*” (A FLECHA, nº I, março de 1879, p.1).

Fazendo jus ao objetivo do jornal, seus colaboradores não poupavam ninguém. Nenhuma autoridade estava imune, fosse o governo, a igreja, o legislativo, ou a força policial. Fosse o comércio, a “cultura”, o povo, qualquer um poderia ser “flechado” pelos comentários levemente irônicos ou francamente mordazes estampados em suas páginas.

O primeiro número é exemplar do que estaria por vir. As observações do cotidiano da cidade, as caricaturas dos personagens populares, as brincadeiras com os vagabundos, as notas sempre ácidas sobre os serviços públicos, as “flechadas” nos governantes, no clero, na polícia...

Como exemplo, na coluna “Flechadas”, na página três, há o

“caso referido há dias pelos jornaes, do brutal ataque feito à uma respeitável senhora, por um ladrão que depois atirou-se ao mar, faz-nos lembrar à polícia a necessidade de exigir que seus agentes saibam nadar. Do contrário, está tudo perdido. A polícia para ser completa, deve ser amphybia” (A FLECHA, nº I, março de 1879, p. 3).

Uma nota dessa natureza substitui com muita eficiência qualquer editorial sobre a incompetência da polícia em capturar um reles ladrão de bolsas. Um achincalhe com estilo e graça.

E na coluna “Pacotilha”, página sete,

“A companhia das águas no seu relatório apresenta a idéia de fechar os chafarizes e torneiras públicas, salvo nos casos de incêndio! Será bom providenciar que nas vésperas estejam os guardas dos chafarizes e torneiras prevenidos para se acharem à hora nos seus postos” (A Flecha, 1979, p. 7).

A direção da companhia de águas, certamente não achou graça nenhuma no fato de ter sido chamada de imbecil, por apresentar uma idéia que não primava exatamente pelo bom-senso. Ora, postar-se nos chafarizes às vésperas de um incêndio...

E ainda estamos falando do primeiro número, encerrado com uma ilustração sob o título: *“Uma família de mendigos”*, que mostra um casal e duas crianças. Na ilustração, a mulher, macilenta, está vestida em trapos e segura um ancinho e uma enxada, representando, assim, a agricultura; o homem, também em andrajos, tem na cabeça uma cartola com asas, símbolo do comércio, entretanto está escorado em uma muleta e sua perna está enfaixada; uma das crianças segura instrumentos de pintura e música, dando a entender tratar-se da cultura; a outra deixa cair ao chão um martelo semelhante aos usados por juizes, sugerindo, portanto, que ela representa a justiça. Essa representação leva à conclusão óbvia que a justiça é marcada pela inépcia na província do Maranhão. As crianças também estão mal vestidas. No rodapé, a legenda: *”Quadro oferecido aos digníssimos representantes da Província”*. O quadro geral sugere a imagem da província como uma família completamente arruinada.

A situação econômica da província atravessava um momento em que a pujança de anos antes, sustentada pelo braço escravo, dava lugar a um quadro de abandono e desalento. Quadro retratado pelos traços pouco lisonjeiros de João Afonso.

O quadro desalentador da província foi também objeto de estudo do historiador maranhense Mário Meireles (2001), na sua *História do Maranhão* traça um quadro econômico marcado pela derrocada:

Desde a Lei dos Sexagenários, em 1855, e a do Ventre Livre, em 1871, que a economia maranhense, essencialmente agrária e escravocrata, como dissemos, viu-se condenada à morte, que o mal entrou a crescer sem que lhe encontrasse remédio

pronto e adequado. A Lei Áurea deu-lhe a “extrema união: “A abolição do elemento servil lançara de vez a província na mais sombria miséria econômica,” acentua Dunshee de Abranches em A esfinge do Grajaú. (MEIRELLES, 2001, p. 260)

N’A Flecha, além da ilustração na página final, a coluna Epístolas reforça o pensamento dos editores, traçando um quadro dramático do estado em que se encontrava o Maranhão:

(...)

A nossa querida província, berço de tantos homens eminentes e ex-florescente capitania no velho domínio portuguez escorrega hoje n’um declive assustador de decadência, de desmoronamento mesmo. A lavoura, a fonte principal de nossa riqueza, longe de explorar de animo deliberado a natureza pujante e inesgotável de nossa terra, agonisa no leito da banca-rôta, fruto infallível da rotina e da preguiça, e queima os últimos cartuchos em seu próprio detrimento, desfazendo-se dos braços escravos que a auxiliam, antes que posam atrair a emigração estrangeira. O commercio, filho directo da agricultura, é uma cousa chocha e anêmica, sem coragem nem recursos para nada. A arte assumio entre nós as proporções de verdadeiro mytho e os poucos que de coração a procuram teem por único aplauso o abraço de ferro da miseria. Industria não a temos: o estrangeiro fornece-nos tudo quanto carecemos d’esse vasto ramo do trabalho humano.

João Affonso, Aluísio e os colaboradores d’A Flecha, constituíam a elite intelectual da província de então. Declaravam-se positivistas, abolicionistas, republicanos, livres-pensadores e não perdiam de vista os rumos a que ela se encaminhava. O jornal era um meio de, com os recursos de que dispunham, mostrar aos leitores da província a miséria em que se encontrava a cidade.

O recurso mais abundante era o humor.

N’A Flecha, o humor está presente em todas as páginas de todas as edições, sob suas diversas formas. Ironia, blague, paródia, chistes, metáforas, caricaturas e etc.

É uma linguagem jocosa, por vezes ácida, onde os autores emitem suas opiniões a respeito da política praticada na província; sobre a cultura, no entender dos redatores uma sombra do que já foi a “Athenas”; sobre o clero, corrupto e aproveitador da boa vontade dos fiéis, e a respeito dos prestadores de serviços públicos notadamente a ferro-carris e a companhia de águas.

Um retrato cáustico, o traçado na crítica teatral, ainda no primeiro número do jornal. Em “Theatro”, uma coluna não assinada, mas provavelmente feita por Aluisio Azevedo que havia chegado recentemente do Rio de Janeiro.

THEATRO

De alguns pedaços destacados da companhia Vicente fez-se uma associação, que dá agora espetáculos no S. Luiz. Juntaram-lhe, para apimentar, uma franceza, com um contra-veneno – Mr. Dufoux.

A franceza, que muita gente conheceu no Rio quando se chamava Theodora, a, a, a,a, chama-se actualmente Mlle. Leonie, i, i, i, i, tem uma boa porção de brilhantes, quando fala abre a boca até as orelhas e vae sofrendo uma transformação nos cabelos que, com o clima tem se feito amarelos.

(...) D. Ludegária ainda tem os braços finos e a voz estridente com que foi daqui, há tempos. Mas fez algum progresso. Calça meias côr de rosa para dançar o cancan e falla no Nhô Quim um francez esbodegado (A FLECHA, março de 1879, p. 2).

O teatro era objeto constante de observações espirituosas e sarcásticas. Na coluna Piticaias, agora assinada por Pitriby, pseudônimo adotado por Aluísio Azevedo, o autor espicaçava, no segundo número do jornal, a mesma companhia de que já havia feito gozação no primeiro.

Afinal foi-se embora o projecto de companhia franco-portugueza que nos estava a impingir comédias e cançonetas em portuguez, francez, francez e portuguez ao mesmo tempo e nem francez e nem portuguez em tempo algum desta vida (A FLECHA, nº 2, março de 1879, p. 10).

N’A Flecha são abundantes as caricaturas de situações, que sugerem o absurdo do dia-a-dia, como aquela, do ladrão que atirou-se ao mar para escapar à polícia ou esta, em que os burros que puxavam os bondes da companhia ferro-carris:

Por ocasião de parar um bond na rua de São Pantaleão, os burros investiram para as janellas de uma casinha, pintadas de verde. Talvez por julgarem ser capim. Coitados! (A Flecha, 1879, pág. 7).

Provavelmente os burros da companhia pareciam, ao jornalista, magros e famintos. Impressão observada em diversas notas em outros números do jornal.

No que concerne às observações e preferências sobre a política, os jonalistas da Flecha eram defensores da república como sistema de governo e com isso não davam tréguas ao império, que consideravam minado por interesses particulares e por isso, ineficiente para dirigir os destinos do Brasil.

Na vida política do período, o poder oscilava entre partidários dos liberais e dos conservadores, o que não queria dizer necessariamente que os que pertenciam a um ou outro grupamento o faziam por convicção. A verdadeira influência, na verdade, era a das famílias que dominavam a cena política e tinham nos partidos meros instrumentos para satisfação de suas aspirações e interesses pessoais.

Durante o Segundo Reinado, o exercício do governo teve, no Maranhão, com a alternância partidária, um caráter bastante efêmero. O período de 1860 a 1889 é de intensa luta entre os dois partidos que se revezavam no poder ao sabor das oscilações da balança política do regime parlamentar, o que impedia a continuidade administrativa. “Poucos, muito poucos presidentes de província, pelo Brasil afora, escapam a esta conceituação; conseqüentemente, em sua maioria foram simples respondedores do expediente” (MEIRELLES, 2001, p. 244).

As aspirações dos jovens intelectuais para que houvesse verdadeiras mudanças esbarravam no desinteresse da população que “*se interessava mais pelas notícias policiais, pelos mexericos e pelos resultados da loteria de São Paulo, que pelos acontecimentos políticos*” (MÉRIAN, 1988, p.147/148).

Apesar do desinteresse do povo, a crítica ferina do artista João Afonso exhibe o que considera a atividade dos então políticos representantes da província na corte.

No centro da página 61 João Afonso desenhou uma figura representando um deputado, em pose de orador, encimado pela frase “Ser deputado na Côrte” ladeado por 10 pequenas figuras também representando deputados, e sob cada um deles um trecho de um suposto discurso: “Senhores! O paiz está em crise!” Não sei onde iremos parar...” “As instituições baqueiam!” “Neste estado de cousas...” “Caminhamos para o abysmo!” “Os orçamentos são uma mentira!” “Sou admirador do nobre ministro” e assim por diante. Abaixo da figura do deputado, o desenho do índio, o ícone do jornal, segurando um buquê de flores e abaixo dele a inscrição: “Em suma: o que lucra o paiz? Umas flores de retórica e mais nada!!” (A FLECHA, nº VIII, maio de 1879, p.61).

Em 1879 a sociedade maranhense continuava às voltas com os políticos incapazes, com eleições marcadas pela fraude e violência, com representantes incompetentes que propugnavam leis esdrúxulas. Assim, é que o número XII, d’A *Flecha* trazia uma nota sobre

um dos representantes da província na assembléia geral, sob o título “fontes de receita”, assinada pelo “politiqueiro”

FONTES DE RECEITA

Enquanto na Corte o galhoifeiro e xingador deputado Martim Francisco propunha um imposto sobre os celibatários, a assembléia do Amazonas discutia uma postura anti-carnavalesca, taxando 60\$ sobre cada baile de máscaras e mais 5\$000 por cada cidadão que sair à rua mascarado, durante o carnaval. Já se vê. Como são as cousas d'este mundo! Os príncipes no Rio são pagos, em Manaos os príncezes de carnaval pagam imposto. E dizem que os extremos se tocam...

Quanto a nós, o melhor meio de illudir a nova lei é fazerem penitências no carnaval e mascararem-se durante a quaresma.

Ninguém se lembrará de propor um imposto sobre cada deputado que propuzer asneiras? Politiqueiro (A FLECHA, julho de 1879, p. 95).

Um exemplo típico e por várias vezes citado no jornal é o do deputado Martim Francisco, segundo “A Flecha”, galhoifeiro e xingador. Mas, a julgar pelas inúmeras notas do jornal, o que não faltavam na câmara eram propostas esdrúxulas. A propósito de uma lei que instituía o diploma de mendicidade aos pedintes da província, *A Flecha* disparou:

A Illustríssima Camara Municipal deu no vinte dessa vez. Passou uma postura que hade eternisal-a, tal como o negócio da parteira e do calceteiro.

Resta saber uma cousa: quem faz executar a nova lei?

Os fiscaes da Camara...onde estão esses illustres desconhecidos?

A polícia...anda agora muito occupada em descobrir os pasquineiros e as almas do outro mundo.

Só si for a caridade pública.

- Uma esmola pelo amor de Deus ao pobre cego...

-Traz diploma?

E às portas das igrejas?

Hade ter graça. duas alas de mendigos armados de papel, a gritarem:

- Em louvor de Nossa Senhora dos Remédios! Eu sou matriculado! favoreça ao triste doente! Olhe meu devoto, eu tenho diploma...

Ou então uma cantilena assim:

Pelas chagas de Jesus

Condoei-vos do meu mal

Que eu sou um pobre aleijado

Que tem um título legal.

Isto sem falar no requinte da civilização que vamos ter, nós, o Maranhão onde até a mendicidade se rege por uma lei! (A Flecha, 1879, p.150).

É antiga, entre os humoristas, a idéia de que os políticos são os maiores fornecedores de assunto para piadas. Essa proposta de instituir um comprovante para os mendigos foi também ironizada na capa do número XX, de 7 de setembro de 1879. Nela, João Afonso fez uma ilustração retratando a província como uma mulher esfarrapada com um saco vazio pendendo de sua mão e dirigindo-se para os músicos à sua frente que tocavam por ocasião da abertura da câmara. Pedia por uma medida que a salvasse ou... “uma licença para mendigar” (A FLECHA, setembro de 1879, p. 153).

Uma dupla crítica: Aos políticos e suas idéias estapafúrdias e à própria administração que, com a “ajuda” dos deputados, conduziu a província à situação de mendicância.

Fazer política na corte ou na província era, de uma forma ou de outra, estar sempre correndo o risco de ser retratado pelo lápis impiedoso e arguto de João Afonso Nascimento.

O destino do Maranhão era uma preocupação dos intelectuais, dos jornalistas, dos comerciantes e de quem mais se importasse verdadeiramente com os rumos que ele tomava, e se ao povo, como dizia Aluísio Azevedo, não interessavam os assuntos políticos, havia aqueles a quem tais assuntos interessavam, e disso tiravam proveito. Mas não sem que fossem observados e criticados.

Ao tratar da sangria aos cofres públicos, sob o dúbio pseudônimo de “Reconfesso”, que pode ser interpretado como “réu confesso” ou como confessar mais uma vez, um dos colaboradores escreveu um pequeno poema com o título de “Glosa”, palavra com vários significados, que vão de *nota explicativa, comentário, interpretação,*

GLOSA

Não se tratando do caso

Do centeio e da ergotina,

Embora a velha rotina

Autorize as mamadeiras

Gloso a entrega dos cobres

Com que a província exaurida

Em vez de comprar a vida

Colhe apenas...frioleiras

Proteste, embora o capricho

De quem julga o parlamento

A porta do...ajuntamento

Onde as novelas se geram

É de mais! Alem dos dias

Em que só lavaram roupa

Nem ao thesouro se poupa

Os que nada fizeram. (A FLECHA, nº XXII, novembro de 1879, p. 171)

Numa demonstração de acurado senso de humor e finíssima ironia, o poema citado é publicado na página 171. Este é, já em 1832, o artigo do Código Penal inscrito no título que trata “dos crimes contra o Thesouro Publico e Propriedade Publica”, especificamente o de Peculato (Código Criminal do Imperio do Brasil, 1831, p. 211). O que faz bastante sentido, considerando que a atividade parlamentar era, sob o olhar atento e crítico de João Afonso, uma espécie de engodo para com o povo e a província.

Ainda em 28 de fevereiro de 1880, a propósito da abertura dos trabalhos na assembléia, por diversas vezes fechada por falta de quorum, o jornalista ironizava...

ASSEMBLÉIA PROVINCIAL

Naturalmente por ter caído em domingo gordo, deixou de ser aberto o parlamento no dia marcado.

Achamos que foi bom.

Teria seu tanto ou quanto de exquisito.

O desfilar dos carros trazia à idéia as passeatas carnavalescas e as bandas de muzica podiam dar ao hymno nacional um tom de Zé Pereira bastante desagradável.

Por isso transferio-se a solemne cerimonia para o dia 13; o que talvez também não seja bom, porque, alem de 13 – numero fatídico – caio em sexta-feira – dia de máo agouro.

Emfim está aberta a assembléa. (A FLECHA, Nº XXXI, fevereiro de 1880, p. 242)

João Afonso tinha os olhos sobre a cidade e nada escapava à sua pena. Sua crítica era responsável, pois apontava os problemas que via e os expunha em seu jornal como contribuição para o melhoramento dos serviços de limpeza pública, segurança, transportes, água e iluminação. Afora sua linguagem sarcástica, caricata e mesmo mordaz, sua atuação

jornalística cumpria um papel de lembrar aos governantes de suas debilidades no que concerne à atuação mais visível da política: aquela que é estabelecida com o cidadão, no dia-a-dia.

Seus olhos podiam se voltar para a Ferro-Carris, como na coluna “Piticaias”

(...)

Garante o João das Moedas que o público de ora em diante não terá mais razão de se queixar contra a companhia dos bonds, porque os coupons vão ser queimados e as cinzas lançadas aos quatro ventos cardiaes; os conductores todos e cocheiros tomarão um banho purificador, o padre Maia benzerá os carros e os burros assignarão um termo de bem viver.

Só assim! (A FLECHA, nº XV, agosto de 1879, p. 119).

Podiam, também, dirigir-se para os serviços prestados pela companhia de gaz,

A Companhia do Gaz sabe bem aproveitar os contractos.

Ainda a lua vem lá na casa de Nosso Senhor Jesus Christo e já os lampiões se conservam apagados e a gente anda na rua sem encher gar trêz dedos na frente do nariz.

Não há que duvidar: n'estas occasiões teremos de voltar ao antigo costume de trazer um batedor com a bojuda lanterna de duas velas (A FLECHA, nº XXIV, novembro de 1879, p. 190).

Sempre atento às disposições da Assembléia Provincial em relação ao orçamento para os serviços públicos, A Flecha, ainda com a Companhia de Gaz na mira, acerta no governo.

LUZ

O projecto do orçamento provincial consigna nas suas ultimas disposições (ultimas porque vem no fim) uma autorisação à presidencia para contractar a illuminação da cidade a gaz hydrogeneo ou outro qualquer systema mais aperfeçoado.

Ora diga-me a nobre commissão elaboradora da aterradora lei: Que outro systema de illuminação mais aperfeçoado encontrará o presidente?

A luz electrica, talvez

Sim, luz electrica...

Fallemos claro

Nós vamos ficar no escuro. Essa disposição do projecto de orçamento traz agoa no bico e a prova é que a Companhia de Gaz já se sangrou na veia da saude, publicando um contracto que, tenha paciencia a Companhia, na primeira

oportunidade irá por agoa abaixo como já o foi o da dos Vapores e irão outros, enquanto Deus não se amerciar de nós.

Brevemente, pois, teremos o gosto de vêr a cidade illuminada por um systema aperfeiçoado, tal como o kerozene, ou, quem sabe? O azeite de carrapato com torcida de fio de algodão (A FLECHA, nº XXXIV, março de 1880, p. 267).

Dos inúmeros alvos dos colaboradores do jornal, a igreja era um dos mais visados.

Declaradamente anti-clericais e positivistas, os jornalistas que estavam na frente de combate na época, não poupavam suas flechas quando o assunto era se contrapor ao poder religioso. A idéia de separação entre a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios, o casamento civil, tudo era explorado nas tribunas dos jornais para a difusão da, como chamavam, ideologia de Comte.

Os positivistas tinham como base de apoio os jornais “O País” e “Diário do Maranhão” os dois maiores em circulação.

Estavam também presentes n’A Flecha, a primeira tribuna anticlerical da província.

Mas, diferentemente dos outros jornais, n’A Flecha os jornalistas utilizavam de sua verve para fazer, em cada pequena nota um exercício de humor, quase sempre carregado de mordacidade. Como em “Flechadas”,

“Dizem que um professor por ocasião da grande descarga electrica que desabou ha dias sobre esta cidade, longe de aproveitar esse ensejo para ensinar mais alguma cousa aos seus alumnos, mandou-os ajoelhar em grupo, resar o Magnificat e queimar palha benta.

Isto é que é illustração (A Flecha, nº VIII, maio de 1879, p. 63).

As disputas com o clero maranhense eram um constante exercício intelectual e humorístico para os redatores do jornal. Exercício que muitas vezes extrapolava as notas sarcásticas, de duplos sentidos ou mesmo as ilustrações com referências ou mensagens cifradas. Na carta ao bispo, “Catucaba” lembrava que “No tempo do presidente Epaminondas, esses Gavroches de pelle negra, cantavam ao som do careca umas quadrinhas gostosas” (A FLECHA, nº XXXI, fevereiro de 1880). O redator que assina com o pseudônimo de “Alvarenguinha”, compôs uma dessas quadrinhas em “homenagem” ao cônego. O poema utiliza o recurso da onomatopéia, quando nos versos imita o toque festivo dos sinos, compondo assim, uma alegre cançoneta, intitulada

“REPIQUE”

“Digue – digue - digue -

“Digue – digue – dão!

Chegou o precioso

Cônego Mourão

“Digue – digue – digue

“Digue – digue – dem!

Tão fino como elle

O Maranhão não tem!

“Digue – digue – digue –

“Digue – digue – dim

Do bispo a inteligência

Vae surgir emfim!

“Digue – digue – digue –

“Digue – digue – dom

Traz-nos o que é justo

Amável, santo e bom!

“Digue – digue – digue

“Digue – digue – dum!

No clero maranhense

Assim não há nenhum! (Id. Ibid)

A vida dos cidadãos em São Luís era um tanto quanto reservada. Segundo Ananias Martins (2001), A parcela da sociedade maranhense representada pela elite ficava muito confinada às suas residências, pois os escravos cuidavam de todos os afazeres, não havendo, assim, necessidade de ir às ruas. Entretanto, havia ocasiões especiais. As grandes solenidades públicas eram, segundo ele, os batizados, os casamentos e os funerais.

Dentre as poucas opções de diversão que restavam para a elite, afora os bailes nos períodos carnavalescos, estava o teatro. E o Theatro São Luiz era o centro para onde convergia “a boa sociedade” em noites de espetáculo.

Aluísio Azevedo, *A Flecha* fazia a crítica teatral. Uma crítica de nenhum modo complacente com os atores que se apresentavam a começar pela estrela do espetáculo:

THEATRO

A franceza, que muita gente conheceo no Rio quando se chamava Theodora, a, a, a,a, chama-se actualmente Mlle. Leonie, i, i, i, i, tem uma boa porção de brilhantes, quando fala abre a boca até as orelhas (A FLECHA, nº I, março de 1879, p. 6).

Ainda em sua coluna “Píticaias”, Aluísio destila sua conhecida verve humorística, contra a peça que não adicionava nada em termos da renovação teatral pela qual ele e seus amigos propugnavam.

Afinal foi-se embora o projecto de companhia franco-portugueza que nos estava a impingir comédias e cançonetas em portuguez, francez, francez e portuguez ao mesmo tempo e nem francez e nem portuguez em tempo algum desta vida (A FLECHA, nº XIV, julho de 1879, p. 106)

Suas idéias em relação ao teatro foram expostas nos vários jornais em que colaboravam. Aluísio escrevia nos periódicos *O Pensador*, *O País* e *A Flecha*. Nesse último, além de exercitar com grande destreza o estilo ferino que já mostrara nos jornais do Rio de Janeiro, com seus desenhos, também deixava ver o que pensava sobre e como deveria atuar o teatro na capital.

THEATRO

O S. Luiz abrio a enorme bocca e disse um dramalhão, esperamos, porem, que para outra vez nos diga alguma coisa mais moderna e mesmo mais util.

O drama hoje tem a missão mais nobre do que a de distrahir o publico com um enredo todo enxertado de assassinatos e pescoções: não senhor, elle hoje é o desenvolvimento de uma these social ou científica. é enfim o meio de ensinar ao povo aquillo que elle só poderia aprender no seio de uma sociedade que não conhece (A FLECHA, nº XIV, julho de 1879, p. 106)

Em muitas ocasiões, as festas populares ofereciam variados motes e cenas humorísticas para as crônicas. O jornalista aproveitava essa matéria-prima e nesse caso, o foco, de crítica cultural se transmutava em espirituosa crônica social.

ECHOS DA FESTA

Uma volumosa cafusa vestira no domingo à tarde uma coruscante saia de chita que, por acabada à última hora, trazia o cós pregado a alfinetes. Com a dilatação das

carnes, mal costumadas a serem comprimidas, os frágeis atracadores foram-se despregando, de forma que, em plena rua dos Remédios, um endiabrado cachorro atira-se à extensa cauda da pobre mulher e a saia escorrega até deixa-la em anágoas!

É escusado dizer que saia e dona desapareceram pelo primeiro corredor que acharam aberto.

[...]

Andava no largo, de doceira em doceira, um menino munido de um pequeno podim que trazia empalmado.

Passava defronte do taboleiro e dizia à mulher:

- Quer vêr uma bonita graça?

Tomava um doce, dos melhores, já se sabe, e fazendo a mímica própria dos prestidigitadores, passava-o à algibeira do jaleco e mostrava depois o seu podinzinho.

- Passou: então que tal acha a graça? Não vale o doce?

Mas sem dúvida os intelectuais de então tinham no teatro e nas letras a medida da cultura. João Affonso e seu grupo de amigos estavam sempre atentos ao que acontecia além das fronteiras do Maranhão e do Brasil. Para eles, Paris era, idubitavelmente, a capital da cultura e da civilização. Ao escrever sobre a peça teatral de Robert Planquette, “*Les cloches de Corneville*”, em cartaz em Paris, com grande êxito, o autor insistia na idéia de atraso cultural da província.

CÁLCULO INFALLIVEL

Para calcularmos qual a distancia que separa o Maranhão de Paris, tomemos por base o som.

Como muita gente não ignora, o som percorre 340 metros pouco mais ou menos por segundo no ar na temperatura de 16 graos e sob pressão de 76 centímetros.

É fácil, pois, saber a distancia em questão se considerarmos que os Sinos de Corneville foram tocados há mais de três annos em Paris e só agora os ouvimos no Maranhão. (A FLECHA, nº XXVI, dezembro de 1879, p.207)

A visão sobre cultura, pelo que se pode observar nas colunas e notas da Flecha, era essencialmente elitista. – essa, não ilusória, posto que a classe iletrada na época se constituía

na maioria da população. Sinônimos de distinção intelectual era ir ao teatro, mesmo que em eterna reforma e nem sempre ou quase nunca apresentando peças que cumprisse uma “missão mais nobre do que a de distrahir o publico com um enredo todo enxertado de assassinatos e pescoções”; frequentar o gabinete português de leitura, um dos poucos lugares onde a juventude poderia se instruir com os livros de sua biblioteca; ou ainda visitar as poucas livrarias da capital da província em busca dos últimos lançamentos da literatura francesa, então em moda.

A Flecha foi uma arena de onde os jovens intelectuais desejosos de arejar a vida da cidade.

Um jovem grupo que veio a estabelecer sua importância pela atitude frente à realidade que se apresentava; à política praticada no Maranhão e no Brasil, naquele momento; às relações estabelecidas entre igreja, clero e povo da província e, fundamentalmente, à necessidade premente de transformação que exigia uma nova visão de mundo. Uma visão humanista que não comportava a escravidão como relação de trabalho, e onde a república se apresentava como o regime mais adequado de governo para o país.

Mas, sobretudo, uma visão que considerava o riso qualidade inalienável das mentes sagazes e espirituosas.

E, como explicitado em seu “programma”, A Flecha seguiu “vibrando os golpes da sua crítica imparcial e justiceira aos costumes da sociedade, que se pretende civilisada e perfeita”, para terror dos seus adversários e gáudio dos admiradores.

AS ELEIÇÕES NA CAPITAL DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1930¹

Jales Guedes Coelho MENDONÇA²

jalesgcm@bol.com.br

RESUMO: O presente artigo representa parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no curso de doutorado e relacionada à história da transferência da capital goiana da Cidade de Goiás para Goiânia. Busca-se destacar, por meio da análise dos dados obtidos nos três pleitos eleitorais realizados na década de 1930 na antiga metrópole, a ocorrência da vitória política da agremiação partidária vinculada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. Tal acontecimento evidencia que a objeção radical da população vilaboense ao projeto mudancista, evento consagrado pela memória coletiva hegemônica, merece ser melhor explicado à luz do resultado das eleições. A elaboração do trabalho valeu-se da análise documental e da pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: História de Goiás. Mudança da capital. Eleições na década de 1930.

ABSTRACT: This article represents part of a wider research project that has been developed in graduate school and related to the transfer history of the state capital of Goiás aim is to highlight, through analysis of data obtained in three rigged elections conducted during the the 1930s in the former headquarters of state governments, the occurrence of partisan political victory of the party linked to the intervenor Pedro Ludovico Teixeira. This demonstrates that the radical population vilaboense objection to the project changes, as propagated in historical studies, should be better explained in light of the election result. The work is seized on documentary analysis and literature search.

KEYWORDS: History of Goiás. Change of the capital. Elections in the 1930s.

Em recente edição especial, alusiva aos 50 anos de Brasília, a revista *Veja* (2009, p. 124) publicou uma pesquisa confeccionada pelo instituto Ibope, em março de 1960, mostrando que à época 73% dos moradores do Rio de Janeiro aprovavam a mudança para o planalto central, ao passo que apenas 24% rejeitavam-na. O retrato da opinião pública carioca representa um indicativo luminoso para o preâmbulo deste artigo.

¹ Artigo elaborado em maio de 2011 para o V Simpósio Internacional de História/Anpuh – Goiás.

² Mestre em História pela PUC/GO e doutorando em História pela UFG. Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes.

A repetida e consagrada afirmação de que a população vilaboense fora invariavelmente contrária à mudança da capital de Goiás merece melhor reflexão, a começar pelos termos vazados da comunicação telegráfica do interventor Ludovico endereçada ao chefe do governo provisório Getúlio Vargas: “Seguiu ontem, registro, memorial desta Interventoria sobre mudança capital Goyaz. Interior vibra entusiasmo pela ideia que é apoiada maioria população desta Capital. Peço fineza leitura atenciosa dito memorial. Respeitosos cumprimentos. Pedro Ludovico.”³

A principal bandeira do Partido Social Republicano⁴ sempre foi a construção de uma nova cidade-capital estadual. A ata de formação do núcleo pesserrista de Bonfim não deixa dúvida: “Pelo Snr. Dr. Domingos Netto de Vellasco, como presidente, foi proposta a diretriz geral do partido em organização, onde se incluiu como ponto principal a mudança da sede do Governo do Estado.”⁵

Não obstante o objetivo mudancista da agremiação, nas três eleições realizadas durante a segunda República na Cidade de Goiás – quando ainda ostentava o título de sede dos poderes –, o Partido Social Republicano venceu todos os pleitos que buscavam a reconstitucionalização das esferas federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, o testemunho do advogado Joaquim Carvalho Ferreira (1980, p. 144), filho do conhecido professor Ferreira⁶: “É preciso deixar bem claro que ao contrário do que se costuma propagar – TÔDA A POPULAÇÃO VILABOENSE NÃO ERA ANTIMUDANCISTA [destaque do texto original]”. No intuito de justificar sua asserção, Joaquim Ferreira utilizou o argumento eleitoral, muito embora citando apenas uma das três eleições ocorridas na década de 1930, qual seja, a de 14 de outubro de 1934:

E tanto isso é verdade que, nas eleições realizadas para escolha dos representantes à constituinte goiana, o partido situacionista, ou seja, o Dr. Pedro Ludovico derrotou os adversários por larga margem, apesar da extraordinária força política do Senador Caiado e da campanha promovida pelos inimigos da mudança, dentre os quais se incluíam, como era natural, os comerciantes e os velhos vilaboenses que dedicavam profundo amor à cidade que os viu nascer e que foi cenário dos

³ Cf. telegrama de Pedro Ludovico Teixeira ao chefe do governo provisório Getúlio Vargas. Goyaz, datado de 07 de julho de 1932. Datilografado. Arquivo Nacional, fundo Gabinete Civil da Presidência da República, lata 19.

⁴ Partido estadual fundado no início do ano de 1933 na Cidade de Goiás e ligado ao interventor Pedro Ludovico Teixeira.

⁵ Ata de constituição do Diretório Municipal de Bonfim do Partido Social Republicano, datada de 11 de janeiro de 1933. Datilografada. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

⁶ Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (2010) é autor do Dicionário Analógico da Língua Portuguesa, livro recentemente prefaciado pelo compositor Francisco Buarque de Holanda.

acontecimentos que mais de perto lhes tocavam as fibras do coração.

É sabido que o voto secreto foi uma das aspirações do movimento de 1930 e destacada bandeira da Aliança Liberal. Os juristas que se debruçaram sobre a temática eleitoral, logo após o triunfo da Revolução de 1930, sustentaram que a mais adequada forma de consolidar o sigilo do voto seria a instituição de um órgão do Poder Judiciário com competência para controlar todas as fases das eleições, isto é, do alistamento até a diplomação. Assim, em 1932, dá-se a criação da denominada Justiça Eleitoral no Brasil.

Com efeito, o acervo documental existente a respeito das eleições no conturbado período compreendido entre os anos de 1932 a 1937 – quando a Justiça Eleitoral é extinta – é rarefeito e esparso. Há razões para o fenômeno, consoante infere-se da declaração prestada pelo magistrado gaúcho Adalberto Burlamaqui Lopes (AXT; TORRE, 2003, p. 40):

Acompanhei porque, quando entrei para o Tribunal, estudei tudo o que tinha acontecido. Quando fiz concurso, uma das primeiras coisas que me interessou foi a história do Tribunal, tanto que, quando fui procurar se existia alguma coisa, descobri que tudo tinha sido queimado por ordem do Getúlio. Quando ele criou o Estado Novo, em 1937, fechou o Congresso, mandou queimar tudo o que existia na Justiça Eleitoral e colocou na rua todos os funcionários, pelo art. 177. Quando a Justiça Eleitoral reiniciou em 1945, com a redemocratização, em três meses, foram obrigados, no Brasil inteiro, a realizar uma eleição para Presidente da República e para o Senado. Então, nada existia, e tiveram que aprender tudo, inclusive, Juízes, Desembargadores e Ministros. Foram quinze anos sem que ninguém soubesse nada.

Os dados das revistas retrospectivas editadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo (TRE/SP, 2005) e de Goiás (TRE/GO, 2005), em 2005, alusivas aos “60 anos de história da Justiça Eleitoral”, corroboraram o relato de Burlamaqui. Fica a indagação: mas por que 60 anos? Deduz-se que a própria Justiça Eleitoral despreza a rica experiência de 1932 a 1937, além de contribuir para uma desfiguração injustificável da memória histórica dos mencionados órgãos do Poder Judiciário.

Em decorrência certamente da obra promovida pela ditadura estadonovista e mencionada pelo magistrado gaúcho citado, os manuais de Direito Eleitoral raramente fazem referências ao interregno de 1930 a 1937. Ademais, desconhece-se estudos históricos relacionados ao tema.

Mesmo diante desse contexto desfavorável à pesquisa, foi possível localizar

algumas informações, sem corresponder, por óbvio, à exatidão desejada. Contudo, os elementos coligidos apresentaram respostas positivas no tocante ao vertente objeto de análise: as eleições vilaboenses durante a segunda República.

Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, na contenda de 03 de maio de 1933, em que eleger-se-iam 241 deputados à Assembleia Nacional Constituinte, estavam alistados 1.438.729 eleitores no Brasil, sendo que o maior contingente situava-se nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em Goiás, inscreveram-se 16.114 cidadãos e cidadãs, sendo que estas últimas se alistavam pela primeira vez. Ao total, existiam 23 zonas eleitorais. As mais representativas eram as unidades da capital e de Catalão. A primeira contava com 2.145 eleitores e a segunda com 2.108.⁷

No município de Goiás, de acordo com a ata geral de apuração da eleição do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, 1.775 pessoas votaram validamente no pleito, fracionando-se do seguinte modo: a) 1.148 votos ao Partido Social Republicano; b) 497 aos candidatos avulsos; e c) 130 à legenda Democratas.⁸⁹

Traduzindo os números, infere-se que o PSR atingiu quase o dobro de votos dos candidatos avulsos e da legenda Democratas juntos. Em outras palavras, era incontestado o triunfo da agremiação situacionista em Vila Boa na eleição de 03 de maio de 1933, primeira realizada após a Revolução de 1930.

A propósito, acrescentou o jurista Colemar Natal e Silva (1933), governista de destaque: “O resultado do pleito na Capital, com a estrondosa vitória do PSR, é, nas condições em que se deu, um belo exemplo para todas as outras cidades do Estado em muitas das quais lutas de grupos e questiúnculas municipais emperram o progresso e embaraçam a própria ação administrativa.”.

Vale registrar que na contenda eleitoral de 14 de outubro de 1934, o alistamento apresentou um incremento significativo se comparado ao certame anterior. O eleitorado goiano dobrara, chegando a 33.691 inscritos. Os municípios de Goiás e de Catalão com, respectivamente, 3.787 e 3.613 eleitores, continuavam sendo as zonas eleitorais mais relevantes.¹⁰

O sufrágio de outubro de 1934 seria crucial para a mudança, bem assim para aferir

⁷ Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 23 de abril de 1932.

⁸ Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1933, p. 2462.

⁹ A legenda Democratas era constituída de correligionários do antigo Partido Democrata, agremiação liderada pelo senador Antônio Ramos Caiado.

¹⁰ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 06 de setembro de 1934.

a aspiração da população vilaboense. Julgava-se na ocasião que a disputa significaria um verdadeiro plebiscito sobre a transferência. Nessa direção, a avaliação empreendida pelo deputado federal Domingos Netto de Vellasco (1934b):

Penso que a attitude do P.L.G., em face da transferencia da Capital, deve depender do resultado das proximas eleições. Será um plebiscito. Se o eleitorado de Goiaz e Itaberaí, em sua maioria, sufragar os candidatos do partido do interventor que está fazendo a mudança, isso quer dizer que também a desejam os proprietarios de imoveis e todos os interessados dessas cidades. E não será razoavel que o P.L.G., constituído principalmente das maiorias eleitorais dos municípios do interior, contrarie a vontade expressa nas urnas pelos habitantes de Goiaz e Itaberaí que são os maiores prejudicados. Assim, a sorte de Vila Boa dependerá de seus proprios filhos.

De igual modo, a declaração dos irmãos Zacheu e Zabulon Alves de Castro (1934): “Tendo tudo feito para honrarem o seu compromisso politico, recolhem agora à vida privada, certos de que cumpriram bem e fielmente o seu dever. Se a Colligação não obtiver a victoria, é porque o povo está satisfeito com o governo que tem e quer de fato a mudança da nossa Capital.”.

A oposição buscou incompatibilizar em grau máximo os pesserristas com os habitantes da capital. Vejamos os mais variados exemplos de tal attitude.

O jornalista Egerineo Teixeira (1934) qualificou o interventor de “carrasco-mór” de Vila Boa: “O governo bruxoleante do sr. Pedro Ludovico pretendeu com aquilo erguer barricadas ao vellasquismo em Vila Bôa, cuja população culta deve ter lido o meu artigo na integra e, portanto, saboreou o trecho em que no mesmo aponto o sr. Pedro Ludovico o carrasco-mór daquela cidade.”

A *Colligação*, jornal da Coligação Libertadora do estado de Goiás¹¹, deixou consignado: “A mudança significa o desaparecimento completo de Vila Boa e Itaberahy do mapa de Goiaz. É por isso que a população do Estado está de olhos voltados para a Serra Dourada aguardando a attitude compativel aos nossos sentimentos de povo altivo e conscio de seus deveres.”¹²

Nem o meio-termo era aceito pela folha oposicionista coligada. O momento era de

¹¹ Organização política fundada em 1934 e que congregava o Partido Libertador, liderado por Domingos Vellasco, e o Partido Democrata, chefiado por Antônio Ramos Caiado, além de contar com a colaboração dos católicos goianos.

¹² Cf. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

reagir pelo voto: “Isso quer dizer, simplesmente, que não há não pode haver meios termos: ou Villa Boa reage, pelo voto, contra os mudancistas, ou ajuda a lavrar a sua sentença de morte. Não se trata mais de uma questão política: trata-se de uma questão de honra e de instinto de conservação.”¹³

Na mesma direção, o artigo assinado pelas iniciais I.B. (1934) assinala sem vacilação: “Considerae bem isto: a proxima eleição de outubro é que vai decidir a sorte de nossa terra; si o governo sahir victorioso nessa eleição, a mudança da capital se effectivará, sendo a nossa terra condemnada á decadencia, e, portanto, à miseria.”

Novamente Vellasco (1934a): “Tenho em meu archivo, perfeitamente catalogadas, outras cartas semelhantes a que publiquei. Entre ellas existe aquella na qual S. Exa. formula o triste juizo que faz dos chefes politicos que ainda o apoiam nesta Capital.”

Inúmeras outras passagens poderiam ser colacionadas para a comprovação da utilização da tática da intriga pela oposição. O objetivo, claro, era chocar o governo ludoviquista com a população do município de Goiás. A provocação, entretanto, do jornal *A Colligação* ao prefeito Joaquim da Cunha Bastos sintetiza bem o ambiente. Antes, porém, cabe fazer um pequena digressão relacionada ao assunto.

Quando Pedro Ludovico e seus colaboradores colocam em execução o projeto de transferência, o primeiro intendente de Vila Boa após a Revolução de 1930 – nomeado pelo decreto nº 07, de 28 de outubro de 1930 (MELO, 1936, p. 04) –, Samuel Sabino dos Passos, requer sua exoneração. Malgrado a imprensa officiosa ter buscado minimizar a divergência política¹⁴, o alcaide realmente dissentiu do governo: “Mais tarde, divergindo do Interventor no tocante ao seu firme proposito da mudança da Capital, e sendo ele contrario a essa medida, em um gesto de nobreza de sentimento e de comprovada dignidade deixou o elevado cargo.”¹⁵

Nesse contexto, o interventor convida para assumir o alto posto municipal, o experimentado bulhonista (GODOY, 1975, p. 120) e patriarca de tradicional família vilaboense, Joaquim da Cunha Bastos, descendente do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva.

Pois bem. Voltando à eleição de outubro de 1934, estando Cunha Bastos no exercício do cargo, *A Colligação* interpela o coronel:

O que nós quizemos dizer, evitando a citação de nomes, é que um homem como o Coronel Joaquim da Cunha Bastos, digno a toda prova, que aqui nasceu e viu nascer

¹³ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 09 de setembro de 1934.

¹⁴ Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de dezembro de 1932.

¹⁵ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

*seus filhos; que aqui tem sepultados seus paes e seus avós; um homem como o coronel Joaquim de Bastos, que tem quarenta annos de trabalho honrado para constituir o patrimonio de seus filhos e o constituiu à custa do proprio suor e de seus proprios meritos, não pode em absoluto apoiar os que querem a mudança da Capital nas condições com que a vão fazendo. Porque (já que nos obrigam a personalisar a questão) a transferencia da séde do governo para Campinas significa para elle a inutilidade de todos os seus cansaços e o esboroamento de toda a conquista material de sua existencia. O que nós quisemos dizer é que um homem do patriotismo do Cel. Joaquim da Cunha Bastos, tão prestigiado pelos seus concitadinos, não pode, com a respeitabilidade do seu nome e o da sua familia, contribuir para a quéda de Villa Bôa. Poque amanhã, quando esta cidade se transformar numa tapéra, amanhã, quando a sua decadência for tamanha que só ruinas – forem guardadas pelos seus muros, amanhã quando as gazetas continuarem a lançar sobre a capoeira que isto virará o roldão de sarcasmos chulos, a sua consciencia doerá pela attitude que deveria tomar e não tomou.*¹⁶

De fato, o texto acima tentou mexer com os bríos de Joaquim da Cunha Bastos. Por isso sua resposta merece ser integralmente conhecida. Nela o chefe político explica sua attitude frente à mudança.

O prefeito inicia a missiva historiando sua trajetória política, sempre integrada aos postulados da liberal democracia. Conta que se filiou às minguardas hostes da Aliança Liberal antes de 1930, mas anteriormente – há mais de quatro lustros – já era oposicionista às diversas situações dominantes no estado. Desde o triunfo da Revolução, continua Bastos, ele depositava confiança, “ainda não decepcionada”, nos companheiros de ideal. Avaliando as gestões da junta provisória e posteriormente de Pedro Ludovico, o alcaide reconhece em ambas a vontade leal de tornar realidade as pregações aliancistas e pontifica: “administrador honesto é o que não mente às promessas effectuadas, não abandona diretriz que se traçara e lhe valera o apoio da opinião publica.” (BASTOS, 1934).

Em seguida, Joaquim da Cunha Bastos afirma que, embora hipotecando apoio ao partido dominante no estado a partir de 1930, nunca fez mistério de sua prevenção à causa mudancista, inclusive teve oportunidade de reiterar seu ponto de vista ao interventor na ocasião do convite que lhe fez para a exercer o cargo de prefeito e acrescenta:

Foi quando ouvi daquele administrador a promessa de que não desampararia nossa velha e querida cidade e que tomaria todas as providências e cautelas necessárias à sua conservação e progresso, de maneira que a não affetasse a

¹⁶ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.

mudança projectada. Como primeira manifestação dessa solicitude, foi obtida a vinda da 2ª Cia do 6º BC, que há um anno já está integrada na vida local. [...] Eis porque, anti-mudancista, aceitei a investidura de prefeito da Capital, em idade a que não tentam mais vaidades, antes propicia ao repouso e ao descanso de uma vida afanosa.

Sem embargo, o chefe político municipal assevera que tem trabalhado com afinco e recebido o apoio do interventor nas iniciativas encetadas para beneficiar Vila Boa. Por fim, menciona a inevitabilidade da transladação e o instituto político-partidário do centralismo democrático:

Sinceramente, julgo preferível essa attitude a uma inercia condemnável, gerada por rancores pessoaes, impotente para obstar à projectada transferencia e nociva aos interesses geraes do Estado. Considere-se, afinal, que todas as associações, todos os partidos políticos, deliberam e resolvem pela maioria de seus componentes. Vencido em um assumpto, não se desligam os indivíduos que integram essas associações ou esses partidos, pelo único motivo não terem conseguido tornar vencedor seu ponto de vista. Porque, a prevalecer o critério das vontades individuaes, não existiriam associações, nem partidos, nem reuniões de qualquer espécie, eis que surgiriam, fatalmente, vontades divergentes.

É certo que malogrou a tática da intriga agitada pela oposição, ao menos na eleição de outubro de 1934. Ao final da apuração, pela segunda vez consecutiva, as forças pesserristas obtiveram sucesso em Vila Boa. Infelizmente, a ata geral da eleição, lavrada pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, não discriminou a votação em cada zona eleitoral, o que dificultou sobremaneira nossa tarefa.¹⁷ Restou assim o recurso às edições do *Correio Oficial*, que realmente apresentou elementos convincentes.

Das quatorze seções apuradas¹⁸, das dezenove existentes na zona eleitoral da capital, para deputado federal, Claro Augusto Godói – o mais votado do PSR – conseguiu 1.800 votos, ao passo que Jalles Machado de Siqueira – o mais lembrado da Coligação Libertadora – alcançou 979.¹⁹ Para deputado estadual, o mais votado das respectivas correntes políticas em luta foram o situacionista João José Coutinho e o coligado Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior, que obtiveram, respectivamente, 1.755 votos e 1.036.

¹⁷ Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1935, p. 54.

¹⁸ Cumpre apenas acrescentar que nestes dados de quatorze seções constam duas seções de outras zonas eleitorais.

¹⁹ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 19 de outubro de 1934.

Localizamos o placar isolado de duas outras seções da primeira zona eleitoral (capital), não incluídas nas cifras acima, com o seguinte resultado: a) 18ª seção: PSR: 167 votos; Coligação Libertadora: 25;²⁰ b) 19ª seção: PSR: 77 votos; Coligação Libertadora: 05 votos.²¹ Esses números indicam uma vantagem ainda maior dos governistas.

A terceira e última disputa sucedida na década de 1930 foi a que reconstitucionalizou os municípios, selecionando os edis e alcaides. Na metrópole anhanguerina, por determinação da Constituição Estadual²², haveria sufrágio apenas para o cargo de vereador, haja vista que a nomeação do prefeito seria de livre nomeação do governador.

É relevante a abertura de um breve parêntese para a inserção de uma informação que vaticina o valor do cargo de presidente da Câmara Municipal da capital. A primeira Carta Magna de Goiás de 1891 (GOYAZ) preconizava a participação da dita autoridade municipal na ordem de sucessão do presidente do estado:

Art. 80. Substituem o presidente em seus impedimentos, ou quando se der vaga do respectivo cargo, os vice-presidentes na ordem de sua classificação.

§ Unico. No impedimento ou falta dos vice presidentes, assumirá o governo:

- I. o presidente do Senado;*
- II. o presidente da Camara dos Deputados;*
- III. o vice presidente do Senado;*
- IV. o vice presidente da Câmara dos Deputados;*
- V. o presidente do conselho municipal da capital do Estado.*

No sufrágio de dezembro de 1935, a oposição repetiu a mesma ação eleitoral usada no pleito de outubro de 1934, ou seja, a tentativa de desarmonizar o mudancista PSR com a população da Cidade de Goiás.

Essas foram as principais armas políticas estampadas no periódico *A Colligação*: “Votar nos candidatos do P.S.R. nas proximas eleições, é entregar a cidade de Goiaz aos seus destruidores.”²³

Outro exemplo: “A minha esperança de salvação da cidade de Goiaz, está nos candidatos da Coligação Libertadora, anti-mudancistas sem rebuços, os unicos capazes de

²⁰ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 25 de outubro de 1934.

²¹ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 08 de novembro de 1934.

²² Art. 64, § único: “Os prefeitos da Capital e estâncias hidrominerais serão de livre nomeação do governo.” In: GOIAZ. *Constituição do Estado de Goiaz*. Cidade de Goiaz: Seção Gráfica do Dep. de Estatística e Publicidade. 1935, p. 26.

²³ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 10 de novembro de 1935.

lutar contra a furia devastadora dos seus inimigos ocultos ou descobertos.²⁴

Mais um: “Votar nos candidatos da Colligação Libertador é desagrar a cidade de Goiaz de todas as humilhações que tem sofrido. Nada de contemplações: PAU NOS MUDANCISTAS! [destaque do texto original]”.²⁵

Mudancistas no contexto quer dizer: pesserristas vilaboenses.

Debalde de novo a arma da intriga. Terceira vitória pesserrista no município de Goiás. No pleito de 1º de dezembro de 1935, votaram 1.252 pessoas, assim distribuídas: a) PSR: 815; b) Coligação Libertadora: 253; c) Integralismo: 64.²⁶

A conclusão que se impõe ante o resultado não poderia ser outra senão a mesma a que chegou o órgão oficial de propaganda do governo goiano:

Se, entretanto, é de assinalar essa vitória do governador Pedro Ludovico nos municípios do interior, ela mais avulta em Vila Boa, a velha capital, cidade de tradições históricas, cidade que ainda é a cabeça pensante do Estado. O oposicionismo à mudança em Vila Boa alçou vôos na Assembléia e nas colunas da folha oposicionista. Esta última dizia – e será que ainda continua a dizê-lo? – que representava, na opinião que emitia contra a mudança, a própria opinião do povo desta velha cidade. Entretanto, que vemos nós? No pleito municipal de 1º do corrente o partido de que é chefe o sr. dr. Pedro Ludovico elegeu oito vereadores e a oposição dois. Isto prova que o próprio povo de Vila Boa não nega apoio à mudança da capital.²⁷

A frase derradeira da citação exige realce: “Isto prova que o próprio povo de Vila Boa não nega apoio à mudança da capital.” O resultado foi implacável com a oposição na medida em que a Câmara Municipal vilaboense passou a contar com oito vereadores do PSR e apenas dois da Coligação Libertadora. Incontinenti às eleições municipais, verberou a *Folha de Goiaz*, jornal do então deputado estadual pesserrista Salomão de Faria:

Ultimamente, as suas [da Coligação] descalibradas baterias assestaram-se contra a mudança da Capital de Goiás, esse empreendimento aplaudido pela nação inteira e que já se tornou um facto consumado, por isso que é hoje uma realidade que se concretizou. [...] Conclue-se daí, e muito claramente, que a “A Coligação” não fala em nome de uma coletividade, a menos que queira afirmar, o que será a maior

²⁴ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 24 de novembro de 1935.

²⁵ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 24 de novembro de 1935.

²⁶ Quadro geral de apuração das eleições realizadas em 1º de dezembro de 1935 para vereadores municipais do Município da Capital de Goiás. In: Arquivo Histórico Estadual.

²⁷ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 19 de dezembro de 1935.

*insensatez, que os anti-mudancistas, que hoje são poucos, desta cidade, representam a opinião de todos os habitantes do Estado; que os seus interesses superam os da maioria dos goianos do interior.*²⁸

A matéria afirma que a construção de Goiânia já inseria-se no rol dos fatos consumados e que os antimudancistas naquele momento eram de pequena expressão política na Cidade de Goiás.

Logo após o terceiro pleito eleitoral, sob o título “O Governo do Estado beneficia a prefeitura de Goiás”, o *Correio Oficial* comunica que o município de Goiás começa a ser beneficiado “a fim de conservar, como é de justiça, sua primazia dentre as demais cidades”:

*Consoante ao que vimos afirmando, é intenção do Governo do Estado, beneficiar tanto quanto possível a cidade de Goiaz. [...] A primeira lei de proteção à cidade de Goiaz já foi patrioticamente decretada pela Assembléa Legislativa e sancionada pelo Executivo. Cria ela a Casa do Estudante, cedendo a essa instituição edificios publicos estaduais e doa ao município de Goiaz o actual palacio do Governo e o predio em que funciona a Diretoria da Fazenda. O ancestral palacio do Conde dos Arcos foi destinado com muita propriedade, ao Grupo Escolar Municipal. [...] A cidade de Goiaz que, como vemos, começa a ser beneficiada deverá ainda receber o amparo e ao auxilio do Governo do Estado a fim de conservar, como é de justiça, sua primazia dentre as demais cidades. E essas medidas devem ser de tal maneira tomadas de modo a não alterar o seu ritmo de progresso.*²⁹

É imperioso sublinhar ainda dois pontos. Primeiro: a eleição de 1935 contou com a participação de uma terceira legenda, qual seja, a Ação Integralista Brasileira. A organização política, contudo, não conseguiu assento na Câmara Municipal, não obstante ter inscrito alguns nomes conhecidos da opinião pública anhanguerina.

Segundo: em decorrência do levante comunista desencadeado em novembro de 1935 pela ANL de Luís Carlos Prestes, o presidente Vargas decretara estado de sítio em todo o território nacional. Em um ambiente institucional desta natureza, cumpre ressaltar que a imprensa oposicionista denunciou violência no distrito vilaboense de Aldeia, bem como a utilização da polícia-política para intimidar a cidadania:

O publico só teve conhecimento da suspensão do estado de sítio no sabado de

²⁸ Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 06 de fevereiro de 1936.

²⁹ Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 06 de dezembro de 1935.

manha. Vinte e quatro horas depois comparecia o eleitorado às urnas. O ambiente estava formado para a mais eficiente compressão. Não nos devemos esquecer, também, que a chefatura de polícia distribuiu dois dias antes um boletim ameaçando de prisão os “boateiros”. A ameaça era classica demais, pois “boateiro” tanto pode ser o indivíduo que solta boatos, como o cidadão que não comunga com o governo - depende do modo de entender das autoridades que dirigem a policia-politica. Nesse ambiente só poderia comparecer massa simpatica ao officialismo. E foi o que aconteceu.³⁰

Decerto a ocorrência noticiada dificultou a mobilização da oposição que talvez teria melhor êxito na eleição, a despeito da pouca expressividade do distrito. Todavia, é improvável supor que o PSR não venceria o pleito na capital de Goiás, em razão da grande diferença registrada nas urnas.

A terceira vitória consecutiva da grei ludoviquista na Cidade de Goiás, atingindo uma bancada de oito vereadores em uma casa de dez parlamentares, pontifica que a ferrenha objeção à mudança do vilaboense – cantilena tanto ouvida quanto repetida pela memória coletiva hegemônica –, no mínimo, merece ser repensada, à luz das novas fontes trazidas ao vertente estudo histórico.

Como explicar esse evento altamente contraditório, isto é, população vilaboense radicalmente contrária ao projeto mudancista do PSR e vitória eleitoral pesserrista na capital, concedida pelos mesmos vilboenses que combatiam cegamente a transferência.

Se os habitantes de Vila Boa fossem tão intransigentes contra o projeto interventorial, o conseqüente óbvio não seria uma acachapante derrota do PSR nas urnas?

Poder-se-ia afirmar que a compressão eleitoral por parte do governo fosse o motivo do sucesso. Todavia, o uso da força logo na urbe onde se localizavam o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça Federal e uma companhia do Exército? Não se constatou nenhuma denúncia, na eleição de 1934 em Vila Boa, nesse aspecto no semanário *A Colligação*. Apenas no pleito de dezembro de 1935 houve uma ocorrência, mas mesmo assim aparentemente sem maior impacto no resultado final, conforme já mencionado.

No sufrágio eleitoral de 1934 chegou-se a cogitar na participação de um observador para acompanhar o certame. Mas de que local ele acompanharia o pleito? Com a palavra o diretor do periódico da oposição goiana Alfredo Nasser:

O interventor federal neste Estado, segundo telegrammas publicados no “Correio

³⁰ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 08 de dezembro de 1935.

Official”, solicitou ao sr. Ministro da Justiça e à Associação Brasileira de Imprensa que mandassem fiscaes por ocasião do proximo pleito. Quer com esse gesto o governo de Goyaz demonstrar a lisura de suas attitudes e sua intenção de permitir que as eleições correm livremente. Muito bem. Mas de onde assistirão o pleito esses fiscaes? Da capital? Daqui a visão é muito restricta e bastante relativa. Se o interventor está, realmente, disposto a não coagir o eleitorado solicite fiscaes do governo federal e da imprensa para os municípios de Jatahy, Catalão, Pouso Alto, Campo Formoso, Pires do Rio, Bomfim e outros. Aqui ha a força federal, o Tribunal Regional, e outros obstáculos à compressão. O interior está entregue à sanha de chefes, além de desprestigiados candidatos.³¹

Entre outros elementos, o sucesso do partido situacionista na capital em todas as eleições realizadas durante a segunda República é prova inabalável de que alguma coisa não está bem explicada na História de Goiás. O êxito nas três eleições mencionadas é o reflexo mais visível do mudancismo condicionado³².

A historiografia regional que se debruçou sobre os episódios da mudança da capital goiana geralmente tem formulado generalizações sobre os personagens políticos que mais confundem do que esclarecem.

É leitura corrente, seguindo as pegadas da escritora e memorialista Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, autora da obra *Como Nasceu Goiânia*, a classificação rígida e inflexível dos atores políticos entre mudancistas e antimudancistas. As acomodações e os arranjos ao longo do itinerário mudancista acabaram apagados da narrativa histórica.

A verdade é que tal olhar desconsidera as marchas e contramarchas do jogo político, sem prejuízo de reduzir o debate a um exagerado rigor que não foi e não é a realidade da cena política pátria, fértil em composições, pactos, enfim plasticidade. Por esse motivo, as rotulações impingidas aos próceres da antiga metrópole sejam tão contraditórias e falhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter; TORRE, Márcia de la. *História de vida: representações do Judiciário*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2003, V.3.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

³¹ Cf. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

³² Ver capítulo II do nosso livro *A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

- BASTOS, Joaquim da Cunha. A mudança da capital. *A Colligação*, 30 de setembro de 1934.
- BRASÍLIA 50 ANOS. *Veja*, edição especial, editora Abril, ano 42, novembro de 2009.
- CASTRO, Zacheu Alves de; CASTRO, Zabulon Alves de. Declaração necessária. *Correio Oficial*, Goiás-Capital, 16 de outubro de 1934.
- FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Editora UFG (Coleção Documentos Goianos, 5), 1980.
- GOIAZ. *Constituição do Estado de Goiás*. Cidade de Goiás: Seção Gráfica do Dep. de Estatística e Publicidade. 1935.
- GOYAZ. *Constituição Política do Estado de Goyaz*. Edição especial contendo a consolidação a que se refere o art. 4º, das Disposições Transitorias da Reforma Constitucional de 13 de Julho de 1898, tirada por ordem do Presidente da Câmara dos Deputados. [s.l.: s.n.], [s.d.].
- GODOY, Claro Augusto. *Fragments do passado*. Goiânia: O Popular, 1975.
- I.B. Goyanos da Capital! *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.
- MELO, Segismundo (Org.). *Atos do Governo Revolucionário do Estado de Goiás em 1930*. Cidade de Goiás: Oficinas Gráficas Popular, 1936.
- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho Mendonça. *A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.
- SILVA, Collemar Natal e. O pleito na Capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 13 de maio de 1933.
- TEIXEIRA, Egerinêo. Cupins e Condores. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de março de 1934.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS. *Justiça Eleitoral: 60 anos*. Coordenação de Mary Denise Martins. Goiânia: [s.n.], 2005.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Justiça Eleitoral: uma retrospectiva*. Coordenação de Eliana Passarelli. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- VELLASCO, Domingos Netto de. A retractação do sr. Interventor. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.
- _____. Importantes declarações do deputado Vellasco. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.

DE TEMPOS E TEXTOS: REFLEXÕES ACERCA DE UM INVENTÁRIO DA HISTORIOGRAFIA MARANHENSE NO SÉCULO XX

João Batista BITENCOURT*

bitencourt.jb@gmail.com

RESUMO: O estudo de historiografia como a reflexão sobre as maneiras de fazer próprias do ofício do historiador, que abrange escolas, arcabouços teóricos, métodos, conceitos, abordagens, temáticas e estilos narrativos surgiu como um ramo específico no interior da própria disciplina, fazendo da história objeto de estudo de si mesma. Dentro desta perspectiva, a presente comunicação buscar divulgar um estudo sobre a história da história do Maranhão no século XX. Isto é, um inventário analítico da historiografia maranhense do século passado, acompanhando as transformações e permanências que marcam sua evolução no período.

PALAVRAS-CHAVE: história, historiografia, inventário.

ABSTRACT: The study of historiography as the reflection on the ways to make own craft of the historian, which covers schools, theoretical frameworks, methods, concepts, approaches, thematic and narrative styles emerged as a specific branch within the discipline itself, making the history object of study itself. Within this perspective, this communication seeks to disclose a study on the history of history of Maranhão in the 20th century. That is, an analytical inventory of historiography maranhense, accompanying transformations and stays that mark its evolution in the period.

KEYWORDS: history, historiography, inventory.

A história desde sua profissionalização, quando se constituiu como campo de saber institucionalizado, tem apresentado inúmeras inovações: surgem escolas, arcabouços teóricos, métodos e conceitos no seu caminhar. Aparecem novos problemas, novas abordagens, novos objetos, como lembra o título da coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora nos anos de 1970 para demarcar o aparecimento de uma “nova história”. Tais desdobramentos, associados a uma série de outras implicações do presente, do momento da escrita, interferem na representação do passado e na eleição de temas. A perspectiva histórica resultante do alinhamento com determinada matriz historiográfica, ou teoria de análise, é então um

* Professor da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em História. Investigação em desenvolvimento com o apoio financeiro do CNPq (edital universal/2009).

definidor do padrão narrativo, do uso e tratamento dado às fontes, da idéia de realidade histórica, etc., pois como disciplina a história constituiu regras, métodos, conceitos; maneiras de fazer próprias do campo de saber. Essas lógicas e práticas da história, que são mutáveis com escolas e arsenais teóricos que se transformam no tempo, implicam em alterações na compreensão e representação do passado e cabe ao historiador conhecê-las e analisá-las. Ou seja, a história se tornou objeto de estudo da própria história. Na abertura da obra *História e memória*, Jacques Le Goff apresenta seis problemas para o conceito de história, o primeiro deles diz respeito justamente a essa relação entre os acontecimentos pretéritos e o arsenal analítico que os aborda. Assinala o historiador:

que relações existem entre a história vivida, a história 'natural', senão 'objetiva', das sociedades humanas, e o esforço científico para descrever, pensar e explicar esta evolução, a ciência histórica? O afastamento de ambas tem, em especial, permitido a existência de uma disciplina ambígua: a filosofia da história. Desde o início do século, e sobretudo nos últimos vinte anos, vem se desenvolvendo um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global: a historiografia, ou história da história. (LE GOFF, 1994: 7)

Data do século XIX a profissionalização da história, momento no qual se estabelece o campo de conhecimento que se institucionaliza. A disciplina história resulta de um consenso de comunidade, da consciência dos que fazem história de que no que fazem compartilham de certo domínio, com determinadas práticas, métodos e fronteiras que os separam de outros. Definir o papel, a função e os critérios do historiador, possibilitando a autonomia como campo intelectual e acadêmico ao estabelecer o que é e o que não é história, passou pela criação de rigorosos critérios de produção, uma profissionalização da história que decretava o fim do tempo de aventuras e de produções aleatórias de diferentes pesquisadores com seus próprios direcionamentos. Regras metodológicas passaram a traçar os caminhos da construção histórica, delimitando um campo de ação do historiador e sua relação com os demais ramos das ciências sociais. Constituiu-se uma comunidade de ofício que passou a trabalhar para sua afirmação, definindo um domínio e uma congregação de iguais que julgava se certa produção estava ou não de acordo com as regras, práticas, métodos, objetos. Em uma palavra, se era história. (REVEL, 1989: 13-41)

Com a oficialização da história, processo observado mais claramente entre os franceses, valorizou-se o trabalho de arquivo, a referência às fontes e a organização da produção, que caracterizam a escola Metódica, vulgarmente conhecida como positivista. (BOURDÉ e MARTIN, 1983: 137-169) Impõe-se a idéia de verdadeiro ou falso e, com isso, a relevância das fontes (documentos, destaque aos escritos e nesses a validade dos oficiais) e do método para chegar à verdade. (REVEL. In: BOUTIER e JULIA, 1998: 79-90) A essa escola atribui-se, principalmente à luz da crítica da sociologia durkheimiana que via os historiadores com desprezo, o apego à política, contada através de nomes próprios e fatos isolados, e a falta de teoria e análise conjuntural, apenas uma narrativa descritiva beirando uma compilação anedótica de curiosidades. (BURKE, 1991: 21)

Do final do século XIX com a oficialização da história pelos metódicos até atualidade, as transformações foram muitas. Pode se conferir na escola Metódica o início de uma vasta história da história na época contemporânea cujas inovações passam, entre outras influências como a micro história italiana, pelo envolvimento com materialismo histórico e dialético, o que se poderia, grosso modo, chamar de uma escola marxista e sua renovação vinda principalmente dos historiadores ingleses ligados à história social, e a escola dos *Annales*, constituída a partir da revista criada por Marc Bloch e Lucien Febvre, e suas sucessivas gerações. A história no século XX, mesmo perdurando com bastante força os modelos do século anterior, dos quais a escola Metódica é emblema, passou por grandes transformações e experimentou nas últimas décadas novas possibilidades ao adentrar ao campo da cultura. Assim a escrita da história muito se renovou com o desenrolar da disciplina, dessas inovações emergiu o interesse em estudar o seu próprio movimento. Ou seja, a história se tornou objeto de estudo da própria história. (LE GOFF, 1994: 7)

Dito de outro modo, o papel do historiador dilatou-se ao conhecimento do próprio movimento da história, uma procura por ela mesma, um entendimento de si própria. Costumava-se dizer no meio acadêmico que os franceses lideram as discussões sobre historiografia porque a cada dez anos param para repensar sobre o que foi produzido. No Brasil o estudo da escrita da história tem se tornado nos últimos tempos um campo da disciplina bastante fecundo, porém ainda continuam mais reluzentes observações sobre obras de grandes historiadores, como Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, ou teses sobre os Institutos Históricos e Geográficos, mas sem ainda constituir um corpo geral; não existe a organização de um pensamento histórico brasileiro a partir de uma análise mais

ampla da produção nacional. Contudo tem-se visto algumas iniciativas nesse sentido, entre elas pode-se destacar a obra *Historiografia brasileira em perspectiva*, que promove alguns balanços temáticos.

No Maranhão, resguardadas as proporções, constata-se a mesma situação, há alguns poucos trabalhos – artigos, dissertações e teses – que estudam autores e instituições isoladamente. Textos que tentam construir uma observação mais geral são ainda inexistentes.

A história maranhense, embora tenha espaços “autorizados” de produção, como o Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão e os Departamentos de História das Universidades, federal e estadual, é em geral observada no âmbito global da produção intelectual do estado que, deve-se salientar, é marcadamente tocada pelo que se convencionou chamar de “ideologia da decadência”. Inserida nessa lógica sem uma análise própria, mais exclusivamente vinculada ao caminhar do campo de saber no estado, a produção histórica é, grosso modo, pensada em sua inserção em tal marca da criação cultural maranhense. Isto é, não há uma observação propriamente historiográfica sobre o conjunto da produção histórica e as análises sobre determinadas obras ou autores, partem em geral de uma compreensão do sentido, traduza-se: como esses reproduzem a “ideologia da decadência”. Colocada nesses termos, a percepção decorrente leva a crer em dois tipos de história: a que confirma a tradição e a que faz a sua crítica. Desse modo, pode-se aferir que a demarcação de transformações mais marcantes na historiografia regional seria a inserção ou não dentro do sentido daquela tradição, confirmando ou criticando tal marca da produção intelectual estadual.

A “ideologia da decadência” tem sido entendida como um discurso que emerge na primeira metade do século XIX projetando um sentimento de perda ou passagem de uma “idade de ouro”, na qual o Maranhão teria experimentado grande desenvolvimento. O tempo de glória e prosperidade que tal discursividade lamenta o fim teria ocorrido na segunda metade do século XVIII, como resultado da ação modernizadora do Marquês de Pombal ao instituir a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Surgido inicialmente das queixas das classes econômicas e de seus representantes políticos, tal discurso atinge a produção intelectual, se constituído em um itinerário de atraso para o estado no qual a própria se vê caminhando. Sob a lógica da decadência, o surto de progresso do final do século XVIII teria fomentado uma forte atividade intelectual quando a prosperidade já declinava. Assim, tem-se um outro momento de glória, não mais econômico e sim cultural, quando se forja a “Atenas brasileira”, cuja figura emblemática é Gonçalves Dias. Acompanhando o ritmo da

decadência econômica segue-se à primeira geração da “Atenas” uma segunda que já não consegue fazer do Maranhão um centro gravitacional da intelectualidade brasileira, seus membros então abandonam a terra natal para se projetarem nos círculos culturais da capital do Império. No limiar do século XX, as grandes alterações na vida política e econômica nacional, com o fim do trabalho escravo e a república, teriam se constituído no golpe de morte ao convalescido desenvolvimento maranhense. Naquele momento a “ideologia da decadência” é acionada a brada voz, como uma “reação” dos intelectuais que, ao lembrarem os “bons tempos” afirmando a tradição e se firmando nela, se articulam na intenção de um dia revivê-los. Se autodenominando os “novos atenienses”, essa geração funda as agremiações de “saber autorizado”, como a Academia Maranhense de Letras (1908) e o Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão (1925). Essas instituições, ao que parece, sofreram alguns revezes durante o governo Vargas e retornaram mais fortalecidas no final dos anos de 1940, já com uma nova geração de intelectuais. Porém, também esses não se desvincularam da tradição e reforçaram a “ideologia da decadência”. (SILVA, 2008)

Na seara de Clio, no Maranhão, inovações de maior vulto seriam aparentes somente com a criação do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, quando historiadores profissionais se desvinculando da tradição identitária da “Atenas” estariam aptos a formular a crítica da “ideologia da decadência” e promover reformulações na historiografia estadual. Dito desse modo, dois parâmetros impõem-se para pensar a história da história maranhense no século passado: filiação à tradição e local de enunciação discursiva. Muito embora a questão seja aqui tratada de maneira bastante rápida, são esses dois parâmetros que mais reluzem. Elementos de grande importância em uma análise historiográfica, é lúcido contudo, pensar que tais parâmetros não sejam capazes de dar conta das complexidades que envolveram a trajetória da escrita da história no Maranhão do século XX. Basta lembrar, por exemplo, que Mario Martins Meireles, historiador de grande reconhecimento da geração que ascendeu no final do Estado Novo, era discípulo de Jerônimo José de Viveiros e, tal como seu mestre, foi membro da AML, do IHGM e defensor da tradição. Porém, seu trabalho de maior envergadura é uma obra de síntese que faz sua produção histórica diferenciar-se da de Viveiros. Pode-se lembrar igualmente que o Curso de História da UFMA é proveniente da Faculdade de Filosofia, esta criada em 1952 por meio de um movimento no qual a AML teve destacada atuação. Quando da federalização (1966) o corpo docente remanescente da antiga Faculdade de Filosofia, cujos membros em grande medida eram vinculados às instituições

guardiãs da tradição, permaneceu. Somente na década de 1980 o Curso de História da UFMA vivenciou uma renovação de maior densidade, com o investimento na capacitação e titulação dos professores. (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2009)

Tais transformações e permanências fomentaram o objeto de estudo desta pesquisa, colocando como problemática para a história maranhense seu próprio desenvolvimento no desenrolar da história vivida no século XX. Esta investigação ainda não está concluída, no momento atual finaliza-se a consulta aos arquivos e bibliotecas na qual se identificou de cerca de 100 obras, que configuram o conjunto da produção histórica maranhense do século XX disponíveis nos acervos. O trabalho de identificação de tais obras foi realizado a partir de alguns critérios. Basicamente critérios para seleção de fontes. Tais como:

- 1- Para efeito da análise, considera-se história toda narrativa que se propõe a realizar um estudo, analítico ou descritivo, acerca de um acontecimento ou contexto anterior ao seu próprio tempo e, igualmente, que se considere enquanto tal.
- 2- Embora reconhecendo toda influência recíproca entre história e memória, não foram considerados para este estudo escritos memorialísticos e testemunhais. Isto é, o relato rememorativo que traz ao presente um passado resultante das lembranças de um narrador que o viveu e a descrição da testemunha que viu, ouviu ou ouviu contar, constituindo-se em uma descrição quase que imediata do tempo vivido.
- 3- Também foram desconsiderados os estudos que, mesmo direcionados a épocas pretéritas, situem-se em outros domínios, como geografia ou sociologia.
- 4- Estabeleceu-se como critério de seleção do tipo de produção que será observada “textos de maior porte”. Por “maior porte” entenda-se o sentido de obra, trabalho mais completo. Assim, são analisados livros e trabalhos acadêmicos (dissertação de mestrado e tese de doutorado), dispensando-se toda produção de menor extensão como, por exemplo, artigos e monografias.
- 5- Preocupa-se em inventariar a produção histórica do Maranhão e não sobre o Maranhão, o que levaria a uma busca maior para poder contemplar uma produção “de fora”. Não enquadrada em uma lógica local, as produções “de fora”, embora pudessem influenciar a historiografia regional, não expressam necessariamente o caminhar da produção no estado. Por esse motivo não se configuram como essencialmente importantes aos objetivos do projeto.

Juntamente ao trabalho de identificação das obras foram realizados estudos de aprofundamento teórico-metodológico sobre o desenvolvimento da disciplina história, suas maneiras de fazer e suas renovações no curso dos acontecimentos do século XX. Isto é, uma procura pela história da história, observando escolas, abordagens, objetos, métodos, teorias, enfim aquilo que envolve a representação do passado, o trabalho de escrita da história, possibilitando uma instrumentalização ao catalogar e analisar as obras. É a partir de um maior conhecimento sobre a historiografia que foi composta uma categorização analítica para compreensão e enquadramento da produção histórica maranhense encontrada.

A constituição de categorias de análise que formam o arsenal de compreensão historiográfica, as quais as produções históricas maranhenses são enquadradas, não deve ser entendida como uma camisa de força; não buscam prender com fortes amarras os estudos inventariados a critérios rígidos, rotulando-os, e sim estabelecer formas de concebê-los dentro de uma história da história estadual. Toda classificação é em si já reducionista e aprisionadora, mas também necessária para o estabelecimento de parâmetros analíticos em estudos desta ordem.

Sem pretender o encarceramento das obras, pode-se, ainda assim, antecipar alguns pontos já consensuais para uma abordagem historiográfica, como: uso de fontes e referência à evidência utilizada, diálogo com trabalhos precedentes, explicitação ou não dos princípios metodológicos e epistemológicos, destinação e local de onde parte o discurso, narrativa e estrutura de enredo, opção temática, abordagem geral ou estudo de caso. A esses se aliam outros elementos classificatórios como, por exemplo, ano de produção ou defesa e vínculo institucional do historiador.

Esta pesquisa busca a catalogação de obras para compor um inventário da historiografia maranhense do século passado, classificando os trabalhos que a compõe a partir de critérios que os compreenda enquanto alinhados com procedimentos da disciplina história. Compreende-se sua importância pela necessidade de procurar pelo conhecimento do que já foi produzido sobre a região no último século, para catalogação, classificação e análise. Nesse sentido, pode se destacar as implicações em relação à própria produção histórica realizada atualmente. Michel De Certeau (1994: 289) lembra que “o ‘real’ é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar”. Para além da referência às fontes, pode-se refletir a partir das palavras de Certeau sobre as implicações da relação do historiador com as produções precedentes. Sabe-se que o trabalho do historiador é saturado de citações, de

indicações que levam a outros, tais remissões é, por assim dizer, uma forma de empregar credibilidade à narrativa, demonstram a erudição do historiador ao compor um enredo pretérito e apontam para a convenção de veracidade do relato histórico. A referência à produção histórica precedente, ainda que seja para ser contestada, tende a dotar o texto do historiador de credibilidade, sentido de verdade, e empresta autoridade a seu discurso, na medida em que esse se firma em um outro já dito. A inexistência de reflexão historiográfica que aborde de maneira crítica as produções passadas, pode levar a uma absorção pouco criteriosa das mesmas, pois se não impossibilita ao menos dificulta sua leitura para além dos acontecimentos narrados, sem concebê-las dentro de uma história da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas I*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARBONELL, Charles-Oliver. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAPPINI, Ligia e AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- COSTA, Wagner C. da. Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Luís, v. 12, n. 1/2, p. 79-105, 2002.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (Universidade Federal do Maranhão). *Projeto de mestrado*. São Luís, 2009.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo: Unicamp, 1992.
- FARIA, Regina Helena Marins. *O historiador Mário Meireles e a invenção do Maranhão*. Palestra proferida na Casa de Cultura Josué Montello. São Luís, 18/05/2005.
- _____ e MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.). *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís: UFMA/Depto de História; Brasília: CNPq, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- _____, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (Dir.) *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____ e NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1977.
- NARDINI, Bruno. *Mitologia: o primeiro encontro*. São Paulo: Círculo do livro, 1982.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, s.d.
- _____. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história. *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, v. 15, nº 29, p. 9-27. 1995.
- _____. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.
- _____. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*. São Paulo, 1: 29-46. 1 sem. 1989.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIOUX, Jean-Pierre et SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar - projetos de narrativa instituinte*. São Paulo: Dissertação (mestrado em História) USP, 1992.
- SILVA, Ana Ládía Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mario Martins Meireles*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) USP, 2008. P. 176.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SOARES, Flávio José. A "História do Maranhão", a decadência e seu avesso. *Folha da Manhã*. São Luís, 24/11/2002. (F-6 Entretenimento)

_____. Miopia e surdez de Clio, a musa da História, no MA. *O Estado do Maranhão*. São Luís, 22/07/2001. P. 6.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. *Revista de História*. São Paulo, n. 2, 1991. P 13-37.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1995.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Ed. Central de Universidade Gama Filho – Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DE “BARDO PLANGENTE” A “POETA DU SERTÃO”: A LITERATURA DE CATULLO DA PAIXÃO CEARENSE (1908-1930)

Kleitton de Sousa MORAES¹

kleitonmoraes@ufrj.br

RESUMO: Esta pesquisa pretende investigar a produção literária do poeta e autor de modinhas Catullo da Paixão Cearense atentando para o processo de inserção de sua poesia no universo literário de inícios do século XX. Investigando a trajetória singular de Catullo pretendemos analisar como o autor se construiu como literato a partir de sua atividade de compilador de modinhas e de como as representações sociais construídas em seus textos balizavam sua inserção posterior como poeta sertanejo reconhecido pelos literatos de então. Ao analisar esse processo objetivamos também lançar luz sobre formação do campo literário brasileiro no período que se construía afinado com as transformações sociais que se processavam nos grandes centros urbanos, notadamente o Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: representação; literatura; Catullo da Paixão Cearense.

As galerias do Instituto de Música, no Rio de Janeiro, nunca haviam recebido tamanha multidão como na noite do dia 5 de junho de 1908. A distinta platéia, acostumada a freqüentar os cafés e livrarias da capital durante o dia, se aglomerava nos corredores para assistir o insólito espetáculo em que um sujeito franzino cantava modinhas acompanhando-se ao violão. Letrados, como José do Patrocínio Filho e Luiz Murat, festejavam no violonista franzino o triunfo do violão “brasileiro” nos espaços reservados para espetáculos da dita “civilização”. Entre aqueles que ali presenciavam o acontecimento estava o escritor João do Rio (Paulo Barreto) que meses depois, já saudoso, lembraria daquele dia em sua crônica no jornal:

Certo, quando entramos, não contávamos com aquele ambiente.

O teatro estava cheio, mas cheio dessa sociedade elegante e fina, da sociedade que está no Lyrico, nas recepções, nos chás, nos bailes, da sociedade que vai para Petrópolis. (Cinematographo, Gazeta de Notícias, Setembro de 1908, p.7)

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente Doutorando em História pela mesma Universidade com bolsa Capes.

Era a primeira vez que o Instituto de Música abria suas portas para uma audição de violão. Depois de muito hesitar, o seu diretor, o maestro cearense Alberto Nepomuceno, consentiu que ali se realizasse o inédito espetáculo. O foco das atenções daquela noite – e que dali sairia consagrado – não era, porém, propriamente um desconhecido nos salões e nas ruas cariocas e respondia pelo nome de Catullo da Paixão Cearense.

Maranhense de São Luís, Catullo chegara ao Rio de Janeiro em 1880 vindo do sertão do Ceará, onde permanecera por 10 anos na casa dos avós. A cidade engatinhava nas grandes transformações modernizantes que, no limiar do século XX, ganhariam ritmos mais acelerados. Nesse ambiente o jovem Catullo se embrenhou nas rodas boêmias e se tornou, em alguns anos, um conhecido autor de modinhas, saudado e venerado por grande parte da elite urbana carioca que se regozijava nos recitais em que aquele apresentava canções como *Luar do Sertão*, *Talento e Formosura* e *Ontem ao Luar*, acompanhado de músicos como João Pernambuco e o “lendário” Quincas Laranjeiras.

Catullo também ficou conhecido por organizar os livretos de modinhas publicados pela “popular” Livraria Quaresma, cujos editores se imbuíam do projeto de “baratear” o custo do livro no Brasil.² Nestes livretos Catullo assumia a tarefa de “civilizar” as modinhas - corrompidas, segundo ele, pelo linguajar das ruas - “traduzindo-os” e “corrigindo-os” para o universo letrado em publicações de grande vendagem na época como *Cancioneiro Popular de Modinhas Brasileiras* (1899), *Choros ao Violão* (1902) e *Lyra Brasileira* (1908). Ele identificava no violão e nas modinhas elementos que singularizavam o Brasil no mundo, mas criticava àqueles que faziam deles um mau uso:

Fechando os ouvidos a todos os seus pseudos adoradores, desprezando os dicterios, com que me presenteiam, irei seguindo o meu intuito, educando a esperança de ver um dia esse bello instrumento ter ingresso em todos os salões, sem respeitar categoria, intellectual ou material, quero dizer – pecuniária.

Presumo eu que o motivo primordial de sua isolação de pária, é a falta de uma penna habilitada que o arrancasse do injusto esquecimento, provando que o seu contacto é inoffensivo e que uma modinha brasileira, magistralmente cantada, vale bem essa romaria de cançonetas francezas, hespanholas e italianas, mais estimadas porque não são nossas, porque é objecto de importação. (Cearense, 1908, p.10)

² A Livraria Quaresma tinha como principal projeto vender livros a preços módicos fazendo, assim, aumentar o seu consumo. Barateando os custos de sua produção, o proprietário Pedro da Silva Quaresma foi responsável pelo lançamento de vários autores jovens desconhecidos do público carioca, bem como de histórias de terror e pornografia que fizeram muito sucesso na época. Cf: FAR, Alessandra El. Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Assumindo o papel de mediador entre a oralidade das ruas e as *belas letras* dos salões, Catullo via nele alguém habilitado para, usando a pena, desestigmatizar o violão e as modinhas brasileiras, levando-as aos salões das elites urbanas. Na esteira disso, o autor mostrava sua parcialidade expressando todo o seu ódio pelo verso mal cantado e pela corrupção da gramática disso proveniente:

*(...) Aos que me censuram por ter tirado o sentido das modinhas que tenho corrigido, quíзера perguntar: e que sentido tinham ellas?
É poesia ou verso uma quadra que tem no primeiro verso (linha) cinco syllabas, no segundo sete, no terceiro três e no quarto dez?
E não vistes despreitados os mais comesinhos preceitos da grammatica?
E depois: não perdestes excellente occasião de ficar calados? Não seria melhor que, embuçados na vossa ignorância, fosseis acceitando as correções que faço, pois que vos fallecem as habilitações para poderdes critical-as? (Idem, p.14)*

As ruas e os salões – ainda que, por vezes, vistos como opostos – eram ambos expressões dos novos espaços que surgiram com a modernização das cidades no Brasil. Com trânsito livre pelos dois espaços, Catullo, no entanto, em pouco tempo escolheria um outro espaço como palco de suas construções imagéticas sobre o Brasil: o sertão. Sertão cuja escolha como tema se tornou febre entre os letrados brasileiros na virada do século XIX para o XX.

Nesse período, ladeada por equipamentos modernos que criavam novos espaços de sociabilidades e armadas das “palpitantes” obras literárias que atracavam nos portos das grandes cidades, a elite letrada brasileira convivia com o dilema cotidiano de ver-se como parte importante do desejo de civilizar-se da elite cidadina, ao passo que enxergava à sua volta a sobrevivência – e, por que não, a ameaça – da existência de coisas ditas “bárbaras”. À pretensa busca de um ideal civilizatório que fosse corporificado pela sede de progresso – palavra de ordem daqueles tempos –, juntou-se, para essa elite letrada, uma vontade de encontrar algo que singularizasse o Brasil diante do mundo. Ambos os movimentos – o de buscar inserir-se e o de singularizar-se – faziam parte da mesma vontade de representar-se. Parte constitutiva desse paradoxo, e aquela onde mais se expressou esse dilema, foi a sede por temas sertanejos que se disseminou nas produções de grande parte do universo letrado das capitais.

No Rio de Janeiro, a capital federal de então, onde desde fins do século XIX se processava, além de rápidas mudanças de natureza sócio-política, uma rápida racionalização espacial que culminaria na gestão de Pereira Passos (1902-1906) - cujo maior símbolo foram as obras de construção da Avenida Central -, essa “voga sertaneja” se expressava como “um lugar comum alambicado, um exercício de cariocas deslumbrados por Paris”. Tal “voga” então “persistiria por duas ou três décadas”, se disseminando por diversas produções de natureza literária, musical, teatral e mesmo historiográfica. (Galvão, 2004, p.12)

Quando Euclides da Cunha publicou o seminal livro *Os sertões*, em dezembro de 1902, a produção em torno do “sertão” já era reivindicada por uma gama de autores e estudiosos que, desde meados do século XIX, escolheram falar das “coisas do interior”. Tal temática tornou-se um terreno fértil para construir uma representação singular do brasileiro e, na esteira disso, um índice de definição do que seria uma literatura nacional.

O novo, que se expressava de maneira veloz nas grandes cidades, concomitantemente demandava uma inserção dos cidadãos naquilo que se convencionou chamar de “modernidade”. Hábitos foram (re)fundados e velhas práticas sofriam aversão entre os apologistas do moderno. O regozijo fúnebre do passado era exortado em textos que cantavam os novos prazeres das ruas, que triunfavam nos espaços urbanizados. As cidades, com suas ruas modernamente retilíneas, impulsionavam uma nova percepção de tempo e espaço. Ao espaço citadino aderiu-se uma qualificação temporal: à “antiga” cidade veio sobrepor-se a “moderna” cidade.

Nesse contexto, sertões e cidades tornaram-se temas fundamentais para se pensar a nação. Dois espaços apartados por profundas contradições entre si e que, por isso mesmo, provocavam a vertigem de viajantes desavisados, como se expressava nas impressões sintomáticas de Isaías Caminha - personagem criado por Lima Barreto - , quando adentrava na baía de Guanabara às portas da cidade do Rio de Janeiro, vindo do sertão capixaba:

O espetáculo chocou-me. Repentinamente senti-me outro. Os meus sentidos aguçaram-se; a minha inteligência entorpecida durante a viagem, despertou com força, alegre e cantante...Eu via nitidamente as coisas e elas penetraram em mim até o âmago. Convergi todo o meu aparelho de exame para o espetáculo que me surpreendia. Estive por uns instantes espamodicamente arrebatado, para um outro mundo, adivinhado além das coisas sensíveis e materiais. Voluptuosamente, cerrei os olhos; depois, aos poucos, descerrei as pálpebras para olhar embaixo o mar espelhento e misterioso(...). (Barreto, 1997, p.50)

Essa sensação de estar num espaço onde as mutações se corporificavam quase como um encantamento se fazia aparecer, como bem salientava o cronista João do Rio, inclusive nas formas com que os “modernos artistas” davam a luz suas obras:

Os artistas modernos já não se limitam a exprimir os aspectos proteiformes da rua, a analisar traço por traço o perfil físico e moral de cada rua. Vão mais longe, sonham a rua ideal, como sonharam um mundo melhor. (Rio, 2007, p.33)

E na dramática espera por esse “mundo melhor”, onde a rua domesticada pudesse desaguar por todos os espaços e onde as novidades triunfariam diante da relutância do velho, foi que os limites do moderno se figuraram diante do rechaço do sertão. A cidade modernizada descobria o sertão. O sertão era o “outro geográfico”, incontornável diante do arrivismo moderno. Mas um “outro” que, segundo as lições dos românticos, era o guardador das raízes do país e, portanto, o sertão era um “outro” que era, concomitantemente, um “mesmo”. O discurso nacionalista o aproximava das cidades enquanto o discurso cosmopolita da modernidade o repelia.

Essa dualidade na forma de tratar os espaços se manifestou num imenso debate acerca do sentido do sertão nos novos tempos, de forma que falar dele era uma operação que atravessava toda tensão expressa em dualidades qualificadoras tais como bárbaro, porém abandonado; berço da nacionalidade, porém espaço do atraso; doente, porém forte. Dicotomias expressas, sem dúvida, de maneira dramática na obra de Euclides da Cunha, mas que apareceram em inúmeras outras que surgiram na febre de sertão que ela própria secundou e que a ela se seguiu.

Coelho Neto, Arthur Azevedo, Afonso Arinos, Franklin Távora e Antônio Sales – alguns dos primeiros dessa safra de “autores sertanejos” – traziam no bojo do sertão de suas histórias não mais apenas elementos para contar sobre eles, mas para, a partir de sua presença, compará-los às cidades. A comparação sertão-cidade se fez presente nas obras de diversos autores do período, tornando o sertão um critério comparativo importante para pensar as cidades. O sertão deixava de ser simplesmente o “passado”, um guardador das raízes que autorizaria o presente e, passava a ser, ele mesmo, uma presença constante na comparação com as cidades.

Não obstante, nas três primeiras décadas do século XX, o sertão ganhou as ruas e os salões do Rio de Janeiro e apareceu nos mais diferentes espaços da capital federal e nas mais diferentes produções culturais do período.

E foi nas ruas que, no ano de 1914, a canção *Cabocla di Caxangá*, de autoria de Catullo da Paixão Cearense e João Pernambuco, fez um grande sucesso no carnaval carioca. Interpretada pelo grupo Caxangá - formado por nomes futuramente conhecidos como Pixinguinha, Donga e o próprio João Pernambuco - a canção de temática sertaneja foi apresentada com sucesso pelas ruas da capital federal por músicos vestidos como vaqueiros do sertão (Costa, 2009, p.121). Com o triunfo de *Cabocla di Caxangá* nas ruas, Catullo da Paixão também voltaria sua produção para temáticas sertanejas.

Entusiasmado com o sucesso da música *Cabocla di Caxangá*, Catullo apropriou-se do tema sertanejo e começou a compor modinhas sertanejas como *Luar do Sertão*, gravado em disco pela primeira vez por Eduardo das Neves em 1914. Além disso, a boa receptividade que teve *Luar do Sertão* lhe rendeu a oportunidade de apresentar-se no Palácio do Catete, então sede do governo federal, a convite do então presidente Hermes da Fonseca e sua mulher, Nair de Teffé, para uma platéia de políticos e intelectuais. (Maul, 1971, p.69)

Em 1915 foi encenado com bastante sucesso no palco do Teatro São José (hoje Teatro João Caetano), no centro do Rio de Janeiro, a opereta sertaneja escrita por Catullo intitulada de *O Marrueiro*, que revelaria Vicente Celestino como o personagem do sertanejo-cantador e onde o próprio autor cantaria algumas vezes.

Foi nesse contexto que, já laureado nos recitais e presença constante nas rodas boêmias, Catullo da Paixão Cearense passou a flertar com o mundo literário e, apoiado por homens como João do Rio, Capistrano de Abreu e Roquette Pinto, publicou em 1918 seu primeiro livro de poemas, intitulado *Meu Sertão*, pela editora Castilho. Nele o Catullo “civilizador” dos versos das modinhas e das edições Quaresma – e o vigilante raivoso da gramática culta diante do “dizer” cotidiano – deixava temporariamente o violão para dar lugar ao poeta sertanejo, assumidamente de linguajar bárbaro e com um profundo desejo de assim ser:

*Quizera ser ignorante
como um cantor sertanejo
era esse o meu desejo
não ter nenhuma instrução
Mas ter o dom do improviso
para dizer, de momento,
as dores do pensamento
e as maguas do coração
(Cearense, 1918, p.26)*

Para Catullo da Paixão Cearense falar de sertão passou a ser falar de Brasil e, a partir dessa equação, reproduzir o linguajar do homem do sertão era reproduzir a fala brasileira, por isso sua escolha por construir em seus poemas personagens sertanejos que contavam histórias num linguajar típico. Em seu afã por coisas brasileiras, Catullo substituía o violão pela pena, as ruas pelos sertões, e assim passaria a ser reconhecido como poeta sertanejo. Mais do que isso: deixava de ser um zeloso crítico da corrupção da gramática para tentar reproduzir, ele mesmo, o linguajar do sertanejo. Abria mão de ser o tradutor da oralidade das ruas para ser o tradutor do sertão em seus versos. Ademais, a sua poesia aparecia no meio letrado com uma pretensiosa mudança na forma: a escrita *ipsis litteris* de falas sertanejas, assim como a inclusão de um enorme número de termos e coisas do sertão. Essa ousada forma de mostrar o sertão sofreria, posteriormente, severas críticas, tais como as de Monteiro Lobato, que o acusaria de influenciar a má escrita da língua “brasileira”. Não obstante, quase que imediatamente, Catullo da Paixão seria alçado a poeta sertanejo maior e, na esteira disso, a poeta nacional. Antevendo alguma reprimenda nesse seu procedimento, Catullo assim recomendava em *Meu Sertão*:

*Nada achareis neste livro,
Narcisos afrancezados
Vós estaes acostumados
Com essas lyras de alem mar
Este instrumento que eu trago
aqui, por cima do peito,
é tão bárbaro e imperfeito,
que só eu posso escutar*

*Nesta floresta de versos,
nessa espessa mataria,
não se escuta a melodia
de um CHANTECLER de Rostand
No sertão destes poemas
Não canta um gallo estrangeiro,
mas um gallo brasileiro
Saudando a luz da manhã.*

(Idem, p.29)

Foi sob o impacto da publicação do primeiro livro de poesias de Catullo, que no dia 12 de setembro de 1918, no Teatro São Pedro, Rio de Janeiro, uma grande festa foi realizada em homenagem ao agora poeta Catullo da Paixão Cearense. Entre os convidados estavam literatos como João do Rio (Paulo Barreto) e Mário de Alencar, e políticos como Afrânio de Melo Franco e Miguel Calmon. A poesia de Catullo era reverenciada por estes homens por transmitir, ainda que numa linguagem considerada “rude” e “simples”, as belezas do sertão para o público citadino. Beleza e rudeza se misturavam para definir o novo “poeta sertanejo”. Assim, aquilo que para Catullo era um índice de incivilidade nas modinhas – o linguajar rude das ruas – tornou-se um elemento primordial para seu reconhecimento como poeta nacional. No discurso de apresentação do homenageado, o poeta Humberto de Campos tratava de salientar que Catullo deveria ser encarado como

O ourives que trabalhou no ouro virgem da linguagem popular as jóias rústicas e maravilhosas que por ahí andam, é necessariamente um grande e lídimo artista, um fidalgo poeta, que se disfarça em ave cantadeira para melhor espalhar, a mancheias (...) a rutilante pedraria do seu erário. Catullo é realmente, um mixto de singeleza e de opulência (...). A sua poesia simples, doce e ingênua, mas em versos de métrica perfeita, é uma resina do sertão a arder, cheirosa, num thuríbulo de prata ou de ouro. (Ibidem, p 18)

O fato de Catullo escrever seus poemas em um linguajar dito “sertanejo” exigiu a explicação do mesmo Humberto de Campos, que apontou esse modo como um fator que o distinguia positivamente de outros poetas, pois:

Passados esses versos para a linguagem correntia, não teríamos nós, entre os dos nossos melhores lyricos, outros que se lhe avantajassem em meiguice. Catullo não quer, porém, que os seus fructos nasçam no jardim ou brilhem em vasos de porcellana: quer conserval-os no mato, envoltos nas folhas. A seiva para o fructo quem dá é Deus. À árvore compete, apenas, dar fôrma ao pomo. Catullo tem toda inspiração dos grandes e verdadeiros poetas; e como é sertanejo, vasa essa forte seiva nos rústicos moldes que lhe fornece o sertão. (Ibidem, p.19)

Essa aproximação de Catullo com o sertão – e, como ele buscava enfatizar, da natureza – era buscada como algo que o autorizava a ser reconhecido como poeta da terra e, portanto, um “verdadeiro” poeta. Só assim, para Humberto de Campos, Catullo poderia ser

compreendido e, definitivamente, conhecido e reconhecido como um “verdadeiro” poeta e não mais somente como um autor de modinhas.

Por seu turno, o poeta e acadêmico Mario de Alencar, prefaciando o segundo livro publicado por Catullo, intitulado *Sertão em Flor*, em 1919, já apresentava Catullo como um poeta das cidades, porém nascido no interior. Para reafirmar isso, Mário de Alencar indicava a necessidade do auditório das cidades como elemento fundamental para um fazedor de versos virar um “verdadeiro poeta”, pois

Permanecesse Catullo no sertão, teria sido naturalmente poeta, como são poetas as criaturas simples, na sua fala ingênua, de tom concreto, inspiradas na natureza vizinha e familiar; e o teria sido ainda pelo dom pessoal do sentimento e da imaginação vivaz. A sua concepção poética, porém, ficaria restrita em virtude da mesma familiaridade dos costumes e pela habituação do cenário; não iria talvez além das impressões, incisivas embora, mas curtas, que dão a matéria dos versos populares, raro excedentes de uma quadra, jamais dilatados à proporção de um canto. Nem o auditório que estimula o cantor, tem ali capacidade de atenção para o desenvolvimento dos temas, nem mesmo cantor possui condições de cordenação e elaboração de demorados assuntos de poesia.

(...)

O bem ou mal do Catullo foi o seu afastamento do sertão natal. Distante, sob a experiência de outros costumes, deixou de ser ator no cenário nativo, para ser espectador alongado e mais sensível dele. A humanidade embrionária do sertão cresceu aos seus olhos em figuras acabadas; os sentimentos, limitados aos desafios, tomaram a intensidade de estados de alma, estuosos e ardentes; os usos quotidianos tocaram-se do prestígio para a revelação a estranhos: surgiu o cenário em relevo, nas suas partes mais indiferentes aos seus olhos de outrora; tornou-se possível a perspectiva; cresceu a saudade; deu-se o choque vibratório de todas as sensações adormecidas e da saturação dos sentidos virgens resultou a força imaginativa do poeta sertanejo. (Cearense, 1919, p.21)

Essa tentativa de afirmar Catullo como poeta sertanejo atrelava-se a um movimento que visava não só chamar a atenção do leitor para entender a poesia de Catullo, mas, mais que isso, de afirmá-lo como poeta e como autor de uma poesia nacional, ou seja, poesia produzida por alguém que deveria ser entendido a partir desse lugar. Porque para Mário de Alencar um verdadeiro poeta se expressaria somente nas cidades, nesse sentido ele explicava que:

A mesma relação necessária entre o objeto inspirador e a emoção expressiva, há entre o poeta e o auditório. O isolamento – e estar no campo é como estar isolado

– é negativo para a criação. O trabalho espiritual procede com a condição da dualidade da luz e do som, que não existem sem o meio transmissor: não há luz no vácuo, não há som sem a ondulação do ar ou a vibração de um corpo. A voz do passado só ressoa para o ouvido alheio, próximo ou distante, mas possível, que a esperança realiza.

Agora na cidade havia auditório para escutar o poeta sertanejo; e curiosidade para estimulá-lo.

O tema, encurtado em cantigas, dilatou-se em poemas. (Idem, p.21)

Se, por um lado, a poesia de Catullo era entendida como algo “rústico”, por outro ela era expressão do nacional. Se o sertão podia ser identificado com a imagem do “atraso” e próximo à natureza, era essa proximidade que dava ao autor o status de verdadeiro poeta. Se Catullo era o poeta *do* sertão ele não poderia ser poeta *no* sertão, pois só a cidade que autorizaria o epíteto de poeta. E esse movimento que, à primeira vista pode parecer paradoxal, esclarecia a dúbia posição de Catullo no meio letrado de então, qual seja, a de ser um autor de poemas sertanejos, porém poeta cidadão, e a de ser reconhecido como alguém que conhecia o sertão, mas que o representava com os referenciais e códigos reconhecidamente das cidades. Dubiedade que era evocada como parte intrínseca e fundante da sua condição de poeta. Em *Meu Sertão*, seu primeiro livro de poemas sertanejos, o autor expressava grande parte das tensões, das temáticas e das ambigüidades com que o tema era tratado.

Antes de lançar mão da descrição do espaço sertanejo, “*Meu sertão*” começa com um convite a uma viagem lançado pelo autor ao seu público, sabidamente cidadão. Assim foi que o autor iniciou seu primeiro poema – na verdade um prefácio do livro –, intitulado convenientemente “*A Caminho do Sertão*”, com um convite aos poetas para deixarem a “Avenida” e irem rumo aos “mattos sombrios” e uma alerta para as “gentis senhoritas” tomarem cuidado com “a língua bárbara” dos sertões do norte que ele iria apresentar. (Cearense, 1918, p.10). Foi através desse convite – ao modo como Euclides da Cunha havia feito no 1º capítulo de “*Os sertões*” – que Catullo se fazia aparecer como o cicerone de uma viagem a um “outro” que, para o autor, era abandonado pelo país: o sertão.

O sexto poema de “*Meu sertão*”, sob o título de “*O Passador de Gado*”, é aquele em que o autor tece mais claramente críticas ao mundo cidadão, aparecendo de forma mais clara algumas definições do que seria o “homem da cidade” e o “homem do sertão”. A história se passa em torno do passador de gado e morador dos sertões do norte Chico Mironga que, a convite de seu compadre Dezidério, vai visitar a capital federal. O narrador – que é o próprio Chico –, de volta à sua terra, começa a contar sua visita à “Avenida Cintrá” e, a partir

dessa experiência, se inicia uma série de impressões do narrador sobre o espaço citadino, onde pululam adjetivações e comparações entre sertão e cidade. Entre os sustos e passagens cômicas narradas pelo personagem-narrador Chico Mironga, Catullo parece responder à definição, tão comum em seu tempo, do sertão como lugar do “atraso”, quando afirma, através de Chico, o progresso das cidades como sendo meramente “prú fora” mas “prú dentro...Nada!!”, desembocando, no último verso, numa crítica direta à chamada civilização: “vale mais que essa porquêra da tá Civilização – um carro de boi, cantando pulos matos do sertão”. (Idem,p.162)

Ora, se Catullo manifestava em seus poemas uma “dessorada” paixão pelo rural, construindo representações do espaço sertanejo que o dignificavam e o enobreciam em relação às grandes cidades, o mesmo autor, é preciso que se diga, também estava impregnado de referenciais oriundos de sua posição de citadino, que ele se utiliza nos poemas para tecer significados como o do “sertão bárbaro”, citado acima. Assim, a compreensão das representações dadas aos sertões – e, por consequência, às cidades - construídas numa narrativa – sendo o texto de Catullo um exemplo –, é compreensível se, e somente se, entendemo-las como produto de um diálogo travado num ambiente ele mesmo citadino e, por isso mesmo, referenciado por definições oriundas de uma percepção do “novo” que se expressava na cidade, bem como tangenciada pelas discussões do lugar “sertão” num discurso nacional.

Essa posição citadina, o próprio Catullo a compreendia e a expressava, inclusive na forma com que o poeta se auto-representava. Em *O Sonho* – que abre um poema endereçado a Heitor Vila-Lobos – Catullo conta de um sonho que tivera onde se via voltando para o sertão depois de 25 anos e, ao tocar a viola em baixo de um pé de jequitibá olhando para o luar, de súbito escutou a árvore falar-lhe:

Quem te deu o direito de violar o silêncio desta noite misericordiosa?! Que vens aqui fazer nestas soledades, onde, depois de teres sido confiante de nossos melindres, já foste amaldiçoado pelos nossos corações?! Não nos pertences mais. O teu estro está eivado de civilização. Não esperes que amanheça. Se estas fontes, estas lagoas, estes plunitivos e estas árvores te virem, te esmagarão sob o guante escárnio, porque, ainda que sofresses cem anos, não lavarias as máculas do teu crime nefário. Eu, imperador destes vegetais, falo por toda a Natureza. Fita a lua. O seu brial argênteo enturvou-se. Como agradecer-te as estrofes que lhe fizeste, se a oferecetes à maldita civilização? A lua sertaneja não é a lua das cidades. Esse canto religioso era nosso: só deverá ser vibrado nestas catedrais de verdura. Por

que foste falar dos trinos de um sabiá, pelas Avenidas infernais, onde só se ouve a algazarra dos categorias e o grito estúpido dos automóveis fumarentos?!
(Cearense, 1919, p.36)

Catullo, ao passo em que assumia seu lugar dúbio de um poeta sertanejo produzindo nas cidades, marcava a diferença de sua poesia diante de outras produções que se voltavam para o sertão pela criação de personagens que dialogavam diretamente com alguns homens importantes daqueles tempos. Um desses diálogos, por exemplo, foi travado no poema intitulado *Geca-Tatú*, sabidamente uma referência ao personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato para representar o homem do interior. Uma vez que Monteiro Lobato, através do seu Jeca-Tatu, pintou a figura do sertanejo num primeiro momento como um fraco, por seu turno, Catullo tratou de desconstruir essa figura – que, de resto, tornou-se bastante citada por homens como o conselheiro e senador Rui Barbosa - em prol de uma representação menos condenatória do sertanejo. Assim, seu personagem Geca tratava de admoestar o homem da capital, um tal “Conseiêro” e “Senadô”, que andava falando de uma imagem sua como “preguiçoso”, como demonstra a passagem abaixo:

*Os home cá da cidade
me agarante que o sinhô
é o prêmero entre os prêmero
é o mais grande brasileiro
é o Dunga dos inscrito!...*
*Mas porém Macaco veio
não mete a mão cumbuca
vazia ansim, seu douto!*

(...)

*Preguiçoso?!Mandracêro?!
Não, sinhô, seu Conseiêro!!*

*É praquê vancê não sabe
o que sêje um boiadêro
criá cum tanto cuidado,
cum tanto amo e alegria,
umas cabeça de gado,
e, despois, a impidimia
carregá tudo, cum os diabo,
im mêno de quatro dia!*

(Idem, p. 131-135)

O que chama atenção, na produção de Catullo, é uma vontade apaixonada de “mostrar” o sertão para cidadãos, o que demandou um exercício de tradução e convencimento em narrativas que buscavam referendar-se através de uma tentativa de *abarcas os referenciais europeus de civilização com um nacionalismo que elegia o sertão como essência*.

Enfim, as obras sertanejas de autoria de Catullo da Paixão Cearense participam desse (re)encontro com o sertão, tão comum na literatura de inícios do século XX, em que os referenciais definidores deste espaço sofreram mudanças a partir do contato com o novo que surgia nas cidades. Esse movimento, que pode parecer à primeira vista paradoxal, introduzia o “atrasado” sertão nas cidades para defini-las para si, mas também introduzia referenciais cidadãos para afirmar os sertões como potencialidade e como devir da nação, reconstruindo-o para um mundo que almejava ser “moderno”. O que nos levaria, pretensiosamente, a arriscar a dizer que a paixão de Catullo pelo “atrasado” sertão é também paixão por uma forma de expressar o sertão... para “modernos”.

FONTES CONSULTADAS

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Publifolha, 1997 (1ª Ed. 1907).

CEARENSE, Catullo da Paixão. *Meu Sertão*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1918.

_____. *Sertão em flor*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1919.

_____. *Meu Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. (2ª Ed.). s/d. (1ª Ed. 1928).

_____. *Lyra dos Salões*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1908.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. IN: CUNHA, Euclides. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1908.

RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*. Ed. Crisálida: Belo Horizonte, 2007. (1ª Ed. 1910)

TAUNAY, Visconde de. *Dias de Guerra e de Sertão*. São Paulo: Revista do Brasil, 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *O Enigma de “Os sertões”*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CONTIER, Arnaldo Daraya (Org.). *O teatro popular: Rio de Janeiro, cidade polifônica (1930-1945)*. In: Caderno de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, São Paulo, v.3,nº 1, p. 105-117, 2003.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Metamorfoses do sertão*. In: Revista de Estudos Avançados, São Paulo, Vol. 18. Nº 52, s/p, Set/Dez. 2004.
- FOOT HARDMANN, Francisco. *Antigos Modernistas*. In: Tempo e História. NOVAES, Adauto (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. (vol. V e vol.VI). São Paulo. Ed. Cultrix, 1977.
- MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLSC, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VELOSO, Mônica Pimenta. *Falas da cidade: conflito e negociações da identidade cultural no Rio de Janeiro*. In: Revista ArtCultura, Uberlândia, v.7, nº11, p. 159-172, jul.-dez. 2005.

“SER BRASILEIRO” E “NATUREZA”: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Ludimila Stival CARDOSO¹

Sérgio Almeida LOIOLA²

RESUMO: Este artigo discute a representação de natureza no Brasil. Argumenta-se que a representação de natureza inscreve-se a partir da visão utilitarista e externalizada da relação sociedade-natureza, a qual permeia a mídia e as ciências na atualidade. Ao mesmo tempo, isso influenciou a construção do “ser brasileiro”, já que as identidades do povo brasileiro estiveram associadas a noção de selvagem, florestas, meio ecológico e recursos naturais, operando no modo como o brasileiro se vê (e é visto). Desse modo, a partir de fontes bibliográficas, a investigação pautou-se no olhar crítico das leituras e propostas da história ambiental, da *semiosis colonial* e das *linhas abissais*, procurando discutir o “ser brasileiro” e sua relação com a natureza, sobretudo a partir do momento de construção de sua identidade: a instituição da República

PALAVRAS-CHAVE: história ambiental, representação da natureza, Brasil.

ABSTRACT: This article analyzes the representation of nature in Brazil. It is argued that the representation of nature subscribes from the utilitarian and outsourced point of view of the relationship society-nature that permeates the media and science today. At the same time, it had an effect on the construction of the "to be Brazilian", cause the identities of the Brazilian people were associated with the concept of wilderness, forests, ecological environment and natural resources, operating in the Brazilian way of being (and be seen). So, from bibliographic sources, the investigation was based on a critical look at the readings and the proposals of the environmental history, of *colonial semiosis* and *abyssal lines*, discussing the "to be Brazilian" and its relationship with nature, especially when the construction of identity: the establishment of the Republic.

KEYWORDS: environmental history, the representation of nature, Brazil.

¹ Graduada em Relações Internacionais, pela PUC-Góias, mestre em Comunicação, pela Universidade Federal de Goiás, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e aluna do Programa de Pós-Graduação em História, nível doutorado, da Universidade Federal de Goiás, bolsista da CAPES. E-mail: lulusco@hotmail.com.

² Graduado em Geografia, mestre em Geografia, UFG, e estudante do doutorado do Programa de Pós-graduação em geografia, UFG.

PRIMEIROS ESCLARECIMENTOS E DEBATES

Um estudo do Brasil no que se refere a repensar a formação do “ser brasileiro”, sobretudo discutindo a dominação e a perspectiva de mitos fundadores como a exuberância da natureza, que uniria a todos através de uma “unidade territorial preexistente” e da “posse de um vasto território” (Santos, 2010, p. 180), se debruça sobre o período republicano porque, como esclarece Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos (2004), a independência brasileira significou continuidade com as ideias dinástico-religiosas de legitimação do Estado, o que levou a imensas dificuldades para a conformação da identidade nacional, que se ancorava “na natureza, na colonização e em uma leitura irreal do elemento indígena tornado ‘brasileiro’” (p. 134).

Além disso, segundo José Murilo de Carvalho (1990), os republicanos tinham a tarefa de construir uma nação, substituindo um governo. Isto é, a eles foi dada a tarefa de elaborar todo um imaginário, para legitimar o regime político que nascia e atingir o coração, “as aspirações, os medos e as esperanças de um povo” (p. 10), colaborando para que as sociedades definam suas identidades, objetivos, inimigos, passado, presente e futuro, baseando-se em ideologias, utopias, símbolos, alegorias, rituais e mitos.

Nesse contexto, grande parcela da população brasileira foi excluída da identidade, quais sejam os escravos, mestiços e muitos indígenas, pois não cabiam na perspectiva do Brasil como “o amplo território comum legado pela natureza, cuja unidade foi preservada pelo colonizador” e “por uma literatura que enxergava as origens da pátria no heroísmo de míticos indígenas ancestrais” (SANTOS, 2004, p. 134).

Essa exclusão levou à debilidade qualquer possibilidade de construção de cidadania, pois além de alijar grande parcela da sociedade, a república nasce colocando, segundo Carvalho (1990), ênfase no Estado, em razão da tradição estadista do país e da falta de espaços ocupacionais oferecidos pela sociedade escravocrata, levando as pessoas a recorrerem diretamente ao emprego público e a se inserirem politicamente por meio do Estado, garantindo o que o autor denomina, mais apropriadamente, como Estadania, ou seja, uma cidadania conseguida por meio do Estado, e por isso, débil, já que a sociedade era – e ainda o é, apesar das melhorias – profundamente desigual e hierarquizada.

Toda essa construção de identidade e de história empreendida, também, e, principalmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que objetivava criar uma historiografia “genuinamente brasileira”, baseada na assimilação das diferentes “raças” formadoras do Brasil, como ratifica Santos (2004), demonstra a impossibilidade do

Brasil de se posicionar favorável à América, considerada instável e anárquica, enquanto o Império era próspero, civilizado e “europeu”.

Essa noção altera-se apenas com a República, quando, para o mesmo autor, o Brasil busca legitimar uma ideia ampla de nação e se integra à América. Por isso a escolha desse período para estudo, momento que se rompe como Antigo Regime e se constrói um país bastante controverso: ainda preso à ideia de atraso, pois, como explica Carvalho (1990), no início da República ainda não havia um sentimento de nacionalidade, mas elementos constituidores da identidade nacional (unidade de língua, religião e política) legados pelo Império e a noção de um “povo” constituído por “raças” subalternas – índios e negros –; ao mesmo tempo, em que é possuidor de uma grandeza territorial.

Nessa realidade percebe-se que o fim da colonização política, representada pela Proclamação da República, não redundou em fim de submissão social, o que nos leva a pensar no conceito de Quijano (2005) de Colonialidade do Poder, fundamentado na perspectiva de “raça”, retirando a procedência geográfica e conotando novas identidades, hierarquias e papéis sociais, servindo para “outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (p. 02).

Tal cenário – A Conquista – conduziu, como explica Quijano (2005), à elaboração teórico/prática, até então inaudita, da noção de raça como a “naturalização” das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus, legitimando a dicotomia superioridade/inferioridade. Isto é, “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (p. 02).

Enquanto a produção social da categoria “gênero” a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria “raça” a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista (Quijano, 2010, p. 119).

Em razão disso, se fundamenta o caráter eurocentrado do padrão de poder e de produção científica do conhecimento a partir de um determinado lugar (o Ocidente), permitindo a consolidação da colonialidade do poder e do saber. Além disso, a guerra de conquista é colocada como justa porque se faz contra “bárbaros”, com o objetivo de civilizá-los e torná-los humanos.

Os europeus realizariam, então, uma missão civilizadora na América, pois, segundo Ginés de Sepúlveda, em estudo de Enrique Dussel (2008), a práxis da dominação colonial se fundamenta na noção de que a cultura dominante outorga à outra os benefícios da civilização.

Em nome dessa “missão”, todos os procedimentos adotados seriam válidos e justificáveis, porque era justa a guerra e fundamentada, ao mesmo tempo, politicamente, já que pela Bula *Inter Caetera* de 1493, firmada pelo Papa, Deus havia dado aos europeus grande parte do reino Dele, cabendo aos mesmos propagar as verdades cristãs e, ainda, salvar as vítimas dos sacrifícios humanos aos deuses, feitos pelos povos ameríndios (DUSSEL, 2008).

Este pensamento de justificação filosófica da dominação européia sofreu, todavia, algumas críticas, entre elas a de Bartolomé De Las Casas, que se pergunta se os índios não seriam homens como os europeus, ou se estes não deveriam amá-los como a eles mesmos. Porém, os europeus estavam insensíveis, como declara Dussel (2008), “ante el dolor del mundo periférico del Sur.”³

Las Casas, retomando Dussel (2008), refuta a pretensão de superioridade da cultura ocidental, face à barbárie das culturas indígenas; diferencia a noção de outorgar ao outro a pretensão de que sua verdade seja universal, sem deixar de querê-la também em relação ao Evangelho, e demonstra a falsidade da ideia de que a conquista era necessária para salvar as vítimas dos sacrifícios humanos. Isso porque os que se chamam “cristãos” retiraram os povos de suas terras por meio de uma guerra cruel e sangrenta. E, depois, os lançaram a uma dura servidão.

Assim, Las Casas constrói um pensamento contra esse projeto de modernidade em função do grau de violência que se gerou, visto que para ele “el *único modo* de atraer a los miembros de una cultura extraña a una doctrina para ellos desconocida es aplicando el arte de convencer⁴” (DUSSEL, 2008, p. 174).

Busca-se, dessa forma, conquistar o Outro por sua livre vontade, sem imposição da força, mas sempre pensando no domínio, de uma forma mais sutil: por intermédio da persuasão, garantindo a ele o *status* de Outro, de dignidade para, depois, conquistá-lo. Assim, o mesmo não se torna um instrumento, um alienado, como acabou ocorrendo, já que Las Casas saiu derrotado desse confronto de ideias.

³ “quanto à dor do mundo periférico do Sul.” (tradução dos autores).

⁴ “o único modo de atrair aos membros de uma cultura estranha a uma doutrina desconhecida é aplicando a arte de convencer.” (tradução dos autores).

Essa derrota marca o direito à dominação, como argumenta Dussel (2008), da natureza das coisas e fundamento de toda a filosofia moderna, que parte do pressuposto (mesmo que oculto) de que não é necessário justificar racionalmente a dominação européia baseada na exploração da periferia, mesmo que tal filosofia tenha uma legitimidade um tanto débil, em função das injustiças cometidas.

A noção de periferia, portanto, parte da perspectiva de naturalização da inferioridade que, como se vê, é um processo constitutivo das ex-colônias – e também de Portugal –, entre elas o Brasil, o que, para Nísia Trindade Lima (1999), significa a noção de atraso histórico, levantando a necessidade de investigar o país, visto “como o principal problema a ser investigado” (p.17), ou ainda, nas palavras de Octávio Ianni (2001), “um país, uma sociedade nacional, uma nação ou um Estado-Nação, em busca de conceito” (p.178). Não faltam, pois, tentativas de interpretá-lo ou de entender sua fisionomia e seu conceito.

Por isso, o que buscamos, assim como Walter Mignolo (2009) em seus trabalhos, é explorar novas formas de pensar acerca do que já sabemos, ou seja, de pensar a identidade nacional, em vez de acumular novos conhecimentos concebidos nas velhas formas de pensar, tendo em mente que quando falamos do mundo, apresentamo-nos a nós mesmos, somos parte (participantes) do mundo que descrevemos.

Esse novo olhar faz-se necessário porque debateremos sobre “raças” subalternizadas – índios e negros – e de uma que carrega a inferioridade, mesmo que dentro de uma sociedade considerada e construída como superior – Portugal dentro da Europa. Daí buscarmos uma metodologia diferente: comparativa, mas nos perguntando quem compara o que, por que e como, entendendo, baseado em discussão de Mignolo (2009), que as culturas não são fundamentadas em uma única lógica, que uma mente científica observa, diseca e compara.

Isto porque, como explica o mesmo autor, nos interessa mais nos colocar como parte e parcela do sujeito comparado, pois fazemos parte de uma língua que foi colonizada (português) e excluída da ciência durante o processo de colonização, cabendo-nos perceber que lugares nos foram reservados nessa perspectiva de controle e manipulação que representaram esses encontros coloniais, como deseja Mignolo (2009) por meio do conceito de *Semiosis Colonial*.⁵

⁵ É uma expressão usada para sugerir um processo – mais que lugares – nos quais “a gente” interatua. Um conceito performativo de interação semiótica que permite ver os encontros coloniais como um processo de controle e manipulação e não transmissão de significado e representação, mudando a perspectiva com que se vê o estabelecimento do Novo Mundo durante o século XVI, concedendo voz à periferia colonial desde onde se percebe o Renascimento Europeu, ou seja, colocando no primeiro plano as “histórias” que os homens europeus

Assim, queremos colaborar no entendimento do passado, mas falando do presente, a partir de um discurso erudito que relacione o tema, a audiência, o contexto de descrição e o *locus* de enunciação através do qual alguém fala “[...] y hablando, contribuye a cambiar o a mantener sistemas de valores y creencias⁶” (MIGNOLO, 2009, p. 176).

Recorremos, então, à *Semiosis Colonial*, como já dito, por meio de uma aproximação filológica, subscrita por Mignolo (2009), porque partimos da perspectiva de que o mundo da identidade brasileira engendrado pela “natureza” irá, parafraseando o mesmo autor, dizer mais do que pensamos e menos do que esperamos, pois iremos considerar a relação desse “ser brasileiro” com a natureza, ou a influência das ideias acerca da natureza na sua formação.

Em função do elemento cultural presente nesse estudo, percebe-se uma preocupação com o “dizer da gente”, ou ainda, em atravessar o que Boaventura de Souza Santos (2010) denomina de *linhas abissais*,⁷ que a ciência moderna ergueu para tornar invisível o “outro lado da linha”, já que nessa perspectiva não há possibilidade de coexistência de linhas. Ou seja, uma só existe se a outra for declarada inexistente. Seria, então, a negação da contemporaneidade, à qual foi lançada toda uma realidade diversa da européia conquistadora, qual seja a de indígenas e negros, considerados o “outro lado”.

Percebe-se, pois, a junção entre cultura e “natureza”, já que se entende o Brasil partindo da perspectiva de “raça”, “linhas abissais” e, por isso, da dicotomia superioridade/inferioridade, em que se coloca esse “povo conquistado” em uma situação “natural” de inferioridade, sejam em seus traços fenotípicos ou em suas diferentes descobertas. O que, ao mesmo tempo, nos leva a recorrer à História Ambiental, que enxerga sociedade e “natureza” como indissociáveis, em que uma interfere na outra, o ambiente atua sobre a cultura e esta elabora técnicas, normas, políticas e objetivações sobre o espaço e a paisagem (Martins, 2010).

Essa interferência é perceptível quando nos debruçamos sobre os níveis de abordagem da História Ambiental, que, segundo Worster (1991) estruturam-se em três. O primeiro

negaram a esses “povos”, dentro de um panorama de coexistência engendrado por uma luta em nome de poder, dominação e resistência (MIGNOLO, 2009).

⁶ “[...] e falando, contribui para mudar ou manter sistemas de valores e crenças” (tradução dos autores).

⁷ O pensamento moderno ocidental é abissal, pois, como argumenta Boaventura de Souza Santos (2010), consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, que divide a realidade em duas linhas radicais: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”, excluindo este último de existência, ou seja, “o outro lado da linha” passa a não existir, “sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (p. 32). Isso porque, prossegue o mesmo autor, o pensamento abissal se caracteriza pela impossibilidade de copresença dos dois lados. O que “à própria negação da natureza humana de seus agentes” (SANTOS, 2010, p. 37). Isto foi realizado com diversos conhecimentos e povos, entre eles os indígenas e os negros.

resume-se a entender o funcionamento da “natureza” em si, o desenvolvimento dos elementos orgânicos e inorgânicos e suas interações. O segundo refere-se à dimensão socioeconômica, à interação entre a organização social e os recursos naturais disponíveis à sociedade.

E, o último prende-se à dimensão simbólica da interação entre homem e “natureza” e é de grande interesse neste trabalho, já que busca “compreender os tipos de ‘negociação’ que as diferentes populações estabelecem com o seu meio geográfico, no que se refere aos contínuos processos de apropriação simbólica, adaptação e modificação, ao longo da história” (MARTINS, 2010, p. 6).

Além disso, devemos considerar, assim como o historiador Roderick Nash (1970), que toda paisagem é um “documento histórico”, a espera de alguém que lhe atribua significados, possibilitando diversas percepções e interpretações, tal qual ocorre com a história, que “nunca se debruça sobre a realidade, mas sobre as representações que as pessoas fazem dela” (Araújo, 2010, p. 6).

Pode-se, partindo de tal discussão, investigar a relação entre a noção de “natureza” e o “ser brasileiro” e em que sentido uma interfere na outra, ou seja, como o “brasileiro” vê a “natureza”, e como esta modifica a percepção que se tem do “ser brasileiro”.

O “SER BRASILEIRO” E A NATUREZA

A percepção e a representação da natureza variam de acordo com a cultura, já que esta “é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”, conseqüentemente, “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (Laraia, 2002, p. 67).

Desta forma, a noção de “natureza” varia de uma sociedade a outra, sendo o conceito brasileiro de tal realidade específica e condizente com nossos artefatos, princípios e pressupostos culturais, significando que o “ser” da “natureza” se modifica e “continua sendo re-significado” (Araújo, 2010, p. 7).

Essa mudança de significação da “natureza” verifica-se ao longo da história do continente americano e do Brasil. No início a natureza foi vista pelos portugueses como uma idealização de um paraíso perdido, tal qual descrevera Cristovão Colombo quando chegara à América (Todorov, 1983), uma vez que o *Paraíso Terrestre* estaria localizado “numa região temperada além do Equador” (p. 17), denominado América que ele acabara de descobrir (Todorov, 1983). Prevalcia nesse período a ideia de uma natureza exuberante e inesgotável,

como demonstra a Carta de Pero Vaz de Caminha: “Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”

Já no período colonial, o Brasil passou a ser escrutado por vários exploradores, objetivando confirmar em seus mais recônditos locais, “estranhezas agrestes” que muito perturbaram os imaginários desses homens medievais (Araújo, 2010).

No Brasil “independente”, a relação do país com a “natureza” foi, em muito, moldada pela atuação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro -, criado em 1838 com o objetivo, como já se viu, de “pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Tentativa complexa, pois envolvia construir um projeto nacional “para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas” (GUIMARÃES, 1988, p. 6) por meio de ideias iluministas em que, se formaria uma visão homogênea de Brasil no seio das elites nacionais. O IHGB trabalhará na construção de um Brasil que representaria a noção de civilização no Novo Mundo, o que exclui todos os que não são portadores dessa ideia: índios e negros. Ou seja, a Nação brasileira aparece como um desdobramento da civilização branca e européia.

Tal projeto se formulou a partir da concepção iluminista de história: linear e marcada pela perspectiva do progresso. Historiadores do IHGB passaram a utilizar conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos na argumentação científica para acessar as culturas indígenas, na tentativa de demonstrar sua inferioridade diante da “civilização branca”, à qual caberia o papel de civilizadora e a construção de uma nação miscigenada com os indígenas e os negros, erguendo assim o mito de democracia racial (GUIMARÃES, 1988).

Desta forma, a Revista trimestral do IHGB se ocupou com temas como: a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e a história regional, no sentido de entender a melhor maneira de “colonizar os índios”, a fim com o projeto de integração nacional, o qual buscava definir de forma precisa os contornos físicos do país, sob prerrogativas de continentalidade e inúmeras riquezas, na tentativa de realizar sua identidade e considerar as regiões como organicamente presentes no conjunto nacional (GUIMARÃES, 1988).

Essas viagens e explorações científicas se propuseram a descrever as paisagens e catalogar diversas espécies de plantas e animais para construir cartografias do Brasil, em que “a natureza se configura na tensão entre imagens paradisíacas e infernais – tensão essa que se dinamiza na oposição entre civilização e natureza e suas noções derivadas, domesticação e

selvageria” (Lisboa, 2007, p. 429), tal qual a perspectiva do IHGB, em que a Nação brasileira viveria sob essa tensão: de um lado os índios e negros (natureza, selvageria) e de outro, os brancos (civilização, domesticação).

No final do século XIX e início do XX começou a se formar uma *intelligentsia* no Brasil com o objetivo de interpretá-lo, resultante da abolição da escravatura e da instituição da República, que pensava o país por meio da noção de atraso histórico, dividido, de um lado, entre os intelectuais advindos das camadas econômica e politicamente dominantes, e das classes médias urbanas. Do outro lado, os despossuídos ou “oprimidos” na sociedade brasileira, de que a elite intelectual fala, colocando-se, em função disso, em uma situação desconfortável, como que “desterrada na própria terra” (Lima, 1999), já que a intelectualidade fala de uma sociedade em que não se sente presente, mesmo sendo uma *intelligentsia* nacional.

Assim, a elite pensante brasileira discorre sobre uma realidade na qual em nada se reconhece, ou seja, ela constrói um “ser brasileiro” do qual não faz parte, pois, encontra-se desiludida com a República em razão das crises, da especulação e das fortunas rápidas, o que significava, no pensar da elite, uma traição ao ideário de progresso e de civilização que o regime representava, levando Euclides da Cunha a considerá-la “imbecilidade triunfante” (Lima, 1999).

Diante disso buscava-se construir um pensamento que consolidasse o Estado como construtor da Nação (Carvalho, 1990) em um Brasil dual, parte progressista, mas copista de outras sociedades; e parte atrasada e isolada, que poderia ser o cerne da nacionalidade, em que o sertanejo aparece como uma possibilidade de caracterizar os tipos brasileiros, elevando a natureza ao status de sujeito histórico.

Nesse contexto, o *sertão* aparece relacionado aos elementos naturais e à simbiose com o homem sertanejo, além de coadunar com a noção de resistência ao moderno por estar, também, fortemente ligado à ideia de raça, que como já se viu, serviu para inferiorizar sociedades, que foram ditas “naturalmente inferiores”.

Essa perspectiva presa ao atraso produziu um pensamento que viu o *sertão* como a “possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional” (Lima, 1999, p, 61), vinculando a nacionalidade ao binômio Homem-Natureza, representado na obra *Os sertões*, publicado em 1902, de Euclides da Cunha, visto que no livro Canudos é caracterizado “pela supremacia da natureza sobre o homem, pela quase impenetrabilidade da caatinga e pela autenticidade da nação” (p. 68), não excluindo a representação negativa do sertanejo e, isto

sim, incentivando a “civilização do litoral” a viajar ao *sertão* para agregá-lo ao Estado brasileiro.

O Brasil, por esse pensamento, viveria em situação ambivalente, com um tipo nacional, o sertanejo, que resultaria da mestiçagem com forte marca do negro e, em decorrência disso, uma nacionalidade construída com base na relação entre homem e ambiente, posto que há nesse ‘brasileiro’ uma “completa adaptação às condições ecológicas: ele é um forte; representa um verdadeiro tipo de raça brasileira” (Roquette-Pinto, 1927, p. 296).

As representações do tipo nacional⁸, entretanto, variaram ao longo da história: de autêntico e forte até um retrato satírico do homem do interior. De um lado tem-se a obra *O sertanejo*, de José de Alencar, publicada em 1875, em que, segundo Lima (1999), seu homônimo se caracteriza pela altivez e o domínio da natureza e; de outro o Jeca-Tatu, da obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, publicada em 1918, imagem de preguiça, indolência, imprevidência: “piolho da terra” e parasita, associado à destruição da mata em nome da agricultura primitiva, assim como o percebe, em alguns momentos, Euclides da Cunha.

O Jeca-Tatu associa-se, pois, ao riso, como forma de representar uma oposição a excentricidade e rigidez mecânica do corpo social. Mais que função estética, o ato de rir evitaria o isolamento e daria flexibilidade, já que pode ser uma atividade humana com função social de aperfeiçoamento, conforme pensara Bergson:

[...] o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. O riso, portanto, não é da alçada da estética pura, pois persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um objetivo útil de aperfeiçoamento geral (BERGSON, 2001, p. 15).

Para Bergson (2001), portanto, “[...] o riso ‘castiga os costumes. Ele nos faz tentar imediatamente parecer o que deveríamos ser, o que sem dúvida acabaremos um dia por ser de verdade” (p. 13), ou seja, o riso desencadeia-se pela quebra da rigidez mecânica que está sobreposta ao vivo, tem, de acordo com Alberti (2002) em seu estudo da obra bergsoniana, a prerrogativa de sanção funcional em relação ao desvio que representa o cômico. Sendo assim,

⁸ O sertanejo, o caipira, enfim, o homem do interior do país.

o riso passa a funcionar como meio para se restabelecer o vivo na sociedade, sem o qual o homem não consegue viver coletivamente.

O riso acabaria, dessa forma, representando uma maneira de punir os desvios e garantir a homogeneidade e funcionamento do social, o que vai ao encontro da construção satírica de Monteiro Lobato, pois a risada que o Jeca provoca se perfaz em rir da tragédia que é ser um caipira ou um sertanejo. Ri-se, pois, daquilo que degrada nossa imagem de “brasileiros”. Pune-se o “caipira” como um desvio da “civilização branca” e, simultaneamente, controla-se a sociedade, já que permitiria a existência desse “outro”, mas o impedindo, mesmo que temporariamente, de colocar-se contrário à estrutura societal.

A relação entre homem e ambiente construída a partir de Monteiro Lobato, com seu Jeca-Tatu, promove, pois, a degradação do caipira/sertanejo, muitas vezes não percebida pelo riso que libera, mas tão forte que leva à consolidação da perspectiva de que esses dois âmbitos são diametralmente opostos, isto é, a “figura humana” não faz parte da “natureza”, ao menos o humano que possui profunda relação com o natural, sem o anteparo da tecnologia.

A negação dessa natureza, no âmbito agrícola, evidencia-se com a implantação do pacote da revolução verde, uso de defensivos químicos e técnicas oriundas de países de clima temperado, a serviço da “expansão da fronteira agrícola”, sob os PNDs - Programas Nacionais de Desenvolvimento (ARAÚJO, 2010).

Não só as técnicas, insumos e métodos são importados, mas é reativada toda uma concepção ideal de paisagem, referenciada a partir de sociedades e países europeus e dos Estados Unidos da América, com a inserção de imagens na mídia, escrita, falada e televisiva, alterando-se o panorama acerca da “natureza”: esta deixa de ser hostil e inóspita, e caminha para a idealização, com o retorno das imagens medievais e da colonização, que a consideravam exuberante e exótica (Araújo, 2010), mas que, agora, precisava ser moldada de acordo com as paisagens de clima temperado.

A midiaticização da “natureza” foi (e é) relevante, porquanto a televisão – principal meio de comunicação no Brasil - gere um laço social, mesmo que frágil, baseado na confiança do público de que o meio apresentará aquilo que existe de mais interessante e importante, oferecendo uma seleção mais coerente das grandes questões do momento (Wolton, 1996). Confiança essa alicerçada no modelo de promessa (Jost, 2004), em que parte-se do pressuposto de que cada programa carrega em si uma promessa ontológica, ou seja, cada gênero deve apresentar aquilo a que se propõe. A comédia deve fazer rir e o drama deve fazer chorar, caso contrário perdem sua força e o público pode se desligar de tais atrações.

Assim, pode-se dizer que o laço social televisivo altera a nossa perspectiva da “natureza”, posto que esta, como se viu, será idealizada como exuberante e exótica, mas separada do homem, ser não natural, ou ao menos, criação diferenciada.

A construção idealizada do “natural” se constitui em campo fértil na sociedade brasileira em função do caráter de verossimilhança que as imagens televisivas carregam, fundamentada na *gramática da persuasão*, em que se constrói mensagens calcadas quase sempre no plausível, no provável, no emotivo e no afetivo, tornando possível convencer os telespectadores a consumir bens, embora a recepção não possa ser padronizada, pois os indivíduos são diferentes e respondem de forma diversa aos estímulos da televisão (Rocco, 2003).

Essa mensagem é, contudo, descreve Marcondes Filho (1988), fundamentada em dois sistemas básicos de comunicação: os signos e os clichês. Os primeiros são uma representação neutralizada de ações, pessoas, objetos, situações, acontecimentos, enfim, o mundo real. E os clichês são os momentos de entrega à emoção, em que o telespectador relembra inconscientemente emoções passadas, que, agora, permanecem mentais, platônicas. Assim, os clichês são símbolos tradicionais de amor, família feliz, com os quais as pessoas se identificam, porém que não se aproximam da experiência real, visto serem imagens ou esquemas tradicionais.

Diante disso, indaga-se até que ponto as mensagens televisivas são, como afirma Rocco (2003), baseadas no verossímil, no plausível e no provável, posto que são representações iconográficas, mas que para Régis Debray (1993), seriam a materialização do real, em que o mundo só passaria a existir quando visto, ou seja, no momento que se apresentasse como imagem para o deleite dos olhos.

A existência do real por meio da imagem é problemática porquanto possa sofrer distorção, já que a tecnologia acaba domesticando a imagem, retirando-lhe o “dom capital de consolidar a comunidade crente”, função que a imagem carrega, pois, como assevera Debray (1993), “não há massas organizadas sem suportes visuais de adesão. Cruz, Pastor. Bandeira vermelha, Marianne” (p. 91); isto porque, o visual atua com poder demonstrativo, torna palpáveis os ideais, os objetivos, as crenças ou ideologias, influenciando sem necessidade de tradutores, de concentração ou desenvolvimento de raciocínio.

Toda essa facilidade trazida pela imagem e sua disseminação através, particularmente, da televisão, para Debray (1993), nos coloca dentro da Videosfera (era do visual), onde se prima pela rapidez, pela mudança acelerada, pelo consumo e pela construção de estereótipos, ou seja, imagens-símbolo, que coadunam com a ideia de clichê, visto que ambas trabalham

sob a lógica de manutenção das estruturas tradicionais, por se constituírem em modelos, seja de comportamento ou atitudes.

Pode-se dizer, ademais, que até mesmo a subjetividade é mercantilizada, transformada em imagem, porém, “uma imagem previsível, pouco problemática, livre de risco e ambigüidade, reduzida à sua força informacional centrípeta: um estereótipo, um clichê, portanto” (Brasil, 2006, p. 92).

Por essa razão, construir imagem não seria somente representar o real, mas construí-lo, sob o ponto de vista de um discurso estandardizado, sobretudo no caso da televisão, que funciona “mais pelo dever do que pelo ver, assume o dever de fazer-nos ver tudo o que importa. Encarna o julgamento da sociedade” (Debray, 1993, p.312).

Desse modo, a prerrogativa da imagem de construir o real acaba colocando em crise a própria noção de representação, pois agora, a imagem impõe-se, segundo Gruzinsky (2006), como única e obsessiva realidade, retransmitindo uma ordem visual e social e comunicando modelos de comportamento e crenças, como que encarnando um “‘religioso difuso’, dissolvido no consumo, destilando no cotidiano a insignificância de seus milagres, exibindo os paraísos de uma presença imediata, de uma imanência impalpável” (p.301).

Entretanto, essa perspectiva da imagem está intrinsecamente associada ao sujeito que pronuncia um determinado enunciado, pois é esta enunciação que se constitui em realidade. Em outras palavras, quer-se dizer que a realidade não pode ser julgada pela comparação entre ela e o que é transmitido, “mas pelo reenvio que o enunciado faz a um sujeito real” (Jost, 2004, p. 117). Isto confere ainda maior responsabilidade para o sujeito, pois ele é posto também na idéia de construção da realidade por meio da imagem ou do texto.

Essa perspectiva demonstra não só a relevância da imagem, mas, a um só tempo, que se, a “natureza” iconográfica produzida pelos meios de comunicação é percebida como “lindos jardins” (Araújo, 2010), isso se refere não apenas à ação da mídia, por meio de seus instrumentais, mas a uma atitude humana que ratifica tal noção. Ou seja, essa perspectiva da “natureza” só se mostra com grande efetividade porque o sujeito real reenvia-a, reproduzindo tal enunciado, o que nos é muito caro para pensar o ser brasileiro e a representação de natureza.

Enfim, podemos dizer que esse discurso que apresenta a iconografia de um “meio ambiente” idealizado, mesmo que engendrado por interesses midiáticos referentes ao consumo, mantém-se porque o sujeito com ele corrobora, refutando ou deslegitimando uma “natureza” que foi alterada pelo agir do homem caipira, que a perfaz, a partir de então, em “recursos naturais”. Daí a inserção da figura do Jeca-Tatu ainda hoje no Brasil, pois é esse

“Jeca” que degrada a “natureza” idealizada pela mídia, nas ciências, por diversos movimentos sociais, ambientalistas e pelo senso comum, e que, dessa forma, a domina e a mercantiliza, colocando-a a serviço do consumo de massa, estabelecido com a intensificação da modernidade (Bauman, 2007).

ÚLTIMOS ESCLARECIMENTOS

Toda essa discussão acerca da correlação entre “ser brasileiro” e “natureza” e as questões que ela traz, demonstra que devemos encarar essa realidade sob novo prisma, correndo o risco de, caso contrário, tornar inviável tal debate, já que lidamos com uma sociedade composta de grupos colocados do “outro lado da linha”, quais sejam, índios, afro-descendentes e portugueses – estes estariam fora porque representam o colonial, que é, justifica Boaventura de Sousa Santos (2010), a ausência de lei, o estado de natureza, o ponto de partida para a construção das concepções modernas de conhecimento e direito. E um colonial, não se pode esquecer, periférico em relação ao restante da Europa.

Procuramos olhar, portanto, sob nova perspectiva o problema que se nos apresenta, reconhecendo que precisamos de uma hermenêutica diferenciada, que consiga, tal qual explica Mignolo (2009), superar as distâncias existentes entre duas ou mais culturas independentes, seja na sua forma de filosofar ou se tornar inteligível, assim como se coloca a hermenêutica diatópica⁹.

Tal hermenêutica pode, se avançarmos no conceito, ser pluritópica, sendo esta, discorre Mignolo (2009), mais que um exercício acadêmico, uma reflexão sobre a política de uma investigação intelectual e uma estratégia de intervenção cultural, porquanto se considere os interesses sociais e humanos presentes no ato de contar uma história ou criar uma teoria, sendo esta a possibilidade que temos de construir lugares de fala (*locus* de enunciação), que leve em conta a sociedade em voga nesse estudo, com seus diferentes grupos subalternizados.

⁹ Perspectiva que se coloca em termos de pluralidade das tradições culturais e por meio das fronteiras culturais, já que seu criador, Raimundo Panikkar, é um historiador da religião que examina a tradição metodológica comparativa moderna (clássica) implementando uma estratégia comparativa epistemológica e metodológica emergente moderna (colonial), perguntando quem compara o que, por que e como, refutando a ideia de que as culturas são monológicas e promovendo a análise do processo de transculturação, no qual o sujeito comparado é parte (MIGNOLO, 2009). Assim, a hermenêutica diatópica é “el método de interpretación requerido cuando la distancia que hay que superar, necesaria para cualquier conocimiento, no solo es una distancia dentro de una cultura única [...], o temporal [...], sino más bien la distancia entre dos (o más) culturas, que han desarrollado independientemente en diferentes espacios (*topoi*) sus propios métodos de filosofar y formas de alcanzar inteligibilidad y sus propias categorías” (PANIKKAR *apud* MIGNOLO, 2009, p. 188).

A escolha por tal caminho se deu também pelo compromisso ético da hermenêutica pluritópica, a qual, explica mais uma vez Mignolo (2009), visa olhar a configuração do poder e da dominação para entender as diferenças culturais, o que representa um desafio, já que se desprende dos fundamentos filosóficos e metodológicos estabelecidos pela hermenêutica monotópica, que mantém a universalidade da cultura européia e justifica a tendência de seus membros em perceberem-se como ponto de referência para avaliar as demais culturas.

Daí privilegiarmos a perspectiva comparativa, que nasce da característica humana de discernir diferenças para construir identidades, fundamentando-se em uma descrição que significa interpretação e não correspondência, isto é, o relato “certo” de um tema na forma de conhecimento ou compreensão será negociado nas respectivas comunidades de interpretação (MIGNOLO, 2009).

Em função desses argumentos, colocamo-nos como participantes no processo de construir esse *locus* de enunciação, que nos permita enxergar o problema apresentado nesse trabalho, possibilitando a fala de seus agentes, ou seja, a fala de quem tem parte na construção da identidade nacional.

Essa enunciação feita até aqui sobre o objeto desse trabalho ou, pelo menos, sua tentativa, é no sentido de deixar claro que a única inovação que procuramos construir é na perspectiva adotada. Não queremos ser, tão somente, originais no tema, mas mudar nossa visão de velhos assuntos, pois estes requerem uma noção diferente da realidade para serem visualizados no que têm de mais abissal, de mais obscuro e excludente, deixando ver ou instigando o olhar para facetas do Brasil, até então, diametralmente opostas e paralelas. Queremos, sim, mudar as lentes dos óculos com que percebemos o real, introduzir um pensamento que nos permita trazer à tona a bipolaridade brasileira: frágil/débil e austero/forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história pensamento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Coleção antropologia social).

ARAÚJO, Alexandre Martins de. **Cadê a água que estava aqui? Os leitos secos na memória e na história**. In: *história Revista*: UFG, nº 15, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BRASIL, André. **Entre ver e não ver: o gesto do prestidigitador**. In: GUIMARÃES, César; LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos (Organizadores). *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 88 – 102.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Tradução de Guilherme Teixeira. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Enrique. **Meditaciones anti-cartesianas: sobre El origen Del anti-discurso filosófico de la Modernidad**. In: Tabula Rasa. Bogotá –Colombia, n. 9, jul-dic., p. 153-197, 2008.
- GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- GRUZINSKY, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IANNI, Octávio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro**. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº 7, Jan./Jun. 2002, p. 176 – 187.
- JOST, François. *Seis lições sobre a televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. ESBOÇO – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 13, p. 11-26, 2005.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- LISBOA, K. M. **A natureza brasileira no olhar de dois naturalistas alemães**. In.: Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias, 1997, São Paulo. *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão e Cultura/ Edusp, 1992. v. 8. pp. 421-434.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).

- MARTINS, Marcos Lobato. **História Ambiental: suportes teórico-metodológicos**. In: História e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume: Faculdade Pedro Leopoldo, 2007. p. 33-72
- MIGNOLO, Walter. **El lado más oscuro Del Renacimiento**. Universitas humanísticas, n. 67, jan-jun, p.165-203, Bogotá – Colômbia, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: EDGARDO LANDER (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires – Argentina, setembro 2005. p. 227 – 278.
- ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Linguagem autoritária: televisão e persuasão*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Comunicação & Informática).
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Companhia, 1927.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- _____. **Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Inter-Identidade**. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. Capítulo 7, p. 227 – 276. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).
- SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *O Dia em que Adiaram o Carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996. (Temas; v. 52).
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, v..4, n. 8, p.198-215, 1991.

PEQUENA HISTÓRIA DA REPÚBLICA

Noé Freire SANDES¹

RESUMO: A escrita da história recente da república foi obra de homens de letras, jornalistas, memorialistas e literatos. Graciliano Ramos ao escrever “Pequena história da República”, em 1940, desconfia da verdade dos historiadores e, ironicamente, constrói – sem qualquer concessão a idéia de sentido – uma versão distinta da história republicana.

PALAVRAS-CHAVE: História, República, Graciliano Ramos.

ABSTRACT: The writing of recent history of the republic was the work of writers. Graciliano Ramos wrote "Pequena História da República" in 1940. In the text, Graciliano Ramos suspect the truth of history and, ironically, built - without any concession to the idea of meaning - a distinct version of republican history.

KEYWORDS: History, Republic, Graciliano Ramos.

Entre os anos de 1930 e 1960, a história política da República foi narrada com base em um tempo preciso: contava-se a história, sempre em quadriênios, a partir do acompanhamento do desempenho dos presidentes que ocupavam o palácio do Catete. O processo de sucessão presidencial denunciava a antevéspera da crise política. A crônica dos acontecimentos ganhava consistência na narrativa de jornalistas que reuniam suas observações em livros que marcaram a história republicana. O exemplo clássico desse tipo de trabalho se apresenta no livro *A verdade sobre a revolução de outubro* (1933). No prefácio à 1ª edição do seu livro, Barbosa Lima Sobrinho argumenta que a história deve ser escrita pela posteridade, entretanto adverte para a clara possibilidade de que essa escrita seja eivada de partidarismos. Ciente dos riscos de que seu relato fosse lido sob as lentes das disputas políticas do presente, o jornalista explicita seu compromisso com a verdade como o resultado da leitura de todos os livros publicados, da compilação de informações de jornais e das informações confidenciais que reuniu como repórter de um dos principais jornais da época, o jornal do Brasil (SOBRINHO, 1983, p.15)

A leitura de Barbosa Lima Sobrinho sobre a Revolução de 1930 é um esforço de síntese da memória republicana. O jornalista se aproveita de todas as fontes disponíveis para

¹ Universidade Federal de Goiás, Doutor em História. Este texto faz parte do projeto Entre a memória e a história: os exilados da velha república e conta com financiamento do CNPq.

apresentar o quadro de disputas regionais, com atenção especial para as atitudes e emoções dos atores políticos. A revolução será percebida, na perspectiva das elites depostas, como um gesto de traição política. O apoio de Getúlio Vargas na formação da Aliança Liberal e o movimento de conspiração civil-militar, financiada com recursos do tesouro estadual, quando já se tratava da posse de Júlio Prestes com certa naturalidade representavam evidências concretas de que Washington Luís havia sido traído. A morte de João Pessoa deu novo ânimo às forças oposicionistas. O peso do assassinato do líder paraibano assume o centro da narrativa de Sobrinho que creditou grande importância a história da Paraíba.²

A narrativa da resistência do presidente ao golpe militar assume, na narrativa de Barbosa Lima Sobrinho, a forma de drama: a despedida, o embate com a multidão e o respeito à autoridade deposta. Ao leitor caberia partilhar do sentimento de melancolia que se abateu sobre os homens que assistiram ao epílogo da experiência constitucional iniciada em 1891. A narrativa de Barbosa Lima Sobrinho pode ser tomada como modelo para a composição de uma história-memória do processo revolucionário. O zelo pela informação segura, procedimento caro ao ofício do jornalismo, e o domínio das fontes contemporâneas garantiram vida longa ao livro, ainda hoje reconhecido como um clássico. A renovação do pensamento histórico entre as décadas de 1920 e 1930 segue direção distinta. Interessa, sobretudo, adentrar em um tempo em que fosse possível captar o sentido de nossa formação social. Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Oliveira Vianna demarcaram uma nova perspectiva para os estudos históricos na década de 1920. A presença das obras de Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre indicam o aprofundamento do processo de renovação do pensamento histórico brasileiro. Entretanto, o tempo breve da história política republicana permanecia sob o domínio de jornalistas, políticos ou homens de letras³.

² Barbosa Lima Sobrinho apoiou-se, fundamentalmente, no livro *João Pessoa e a Revolução de 1930* de Ademar Vidal, publicado em 1933. No prefácio à reedição do livro, em 1976, afirma o autor: “Vivi os fatos e não me contive em esperar que esfriassem para depois descrevê-los. Aguardar que o tempo passasse? Não. Tardar sempre gera conveniências, ficando a narrativa sujeita a fatores novos, prevenções com atitudes personalíssimas. Tardar será dizer a verdade? Será adulterá-la às conveniências de quem deixa primeiro correr o tempo para eliminar emoções e esquecer detalhes fixos. Esclarecedores. (...) E o que assisti e escrevi pode ser materialmente provado. Entendo assim que cumpro com o meu dever não deixando morrer no esquecimento certos ângulos, aqueles, sem quaisquer dúvidas, os mais dramáticos da história político-social da Nação neste século” In: VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, pp. 6 e 7.

³ A imperiosa tarefa de compor uma síntese da história política republicana, afinada com a leitura do tempo do acontecimento, foi assumida por historiadores e memorialistas que se aventuraram na leitura do presente, conforme se depreende da leitura de *História da República*, de José Maria Belo, editada em 1940. A cada edição, o autor procurava acrescentar os acontecimentos definidores do sentido da vida republicana. A 5ª edição (1964) abarcou o período de 1889 a 1954, finalizando o livro com a morte de Vargas. Hélio Silva realizou copiosa investigação a partir da coleta de depoimentos. Em *Sangue na areia de Copacabana* (1964), considera os entrevistados como amigos que franquearam ao autor seus testemunhos e arquivos e presta homenagem aos seus “pares”, incluindo seus nomes nas páginas iniciais de cada um dos cinco volumes que compõem a série *O ciclo de Vargas*, com destaque especial para Alzira Vargas. Edgar Carone persegue o acontecimento por meio de outra

Na esteira da apreensão da história recente da república, a literatura se constituiu em caminho alternativo à crônica política. Os modernistas, além do desejo de atualização estética, anunciavam a necessidade de estabilização de uma consciência nacional, conforme sugeriu Mário de Andrade em sua conferência sobre o movimento modernista, em 1942. Enfim, a literatura avançava sobre o mundo social conferindo-lhe sentido. O romance de 1930 carrega a marca dessa missão. Em certa medida, o projeto estético perdia espaço para o projeto ideológico especialmente quando a literatura firmava o compromisso de explicar o Brasil e os brasileiros. (LAFETÁ, 1974). Em meio às tensões decorrentes do conflito entre projeto estético e projeto ideológico, a literatura se aproximou da história. Estruturava-se, assim, um campo de reflexão que não passou despercebido pelo Estado. A direção desse processo, em parte, foi assumida pelo Ministério da Educação, na gestão do ministro Capanema. A criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), em 1936, se constitui em capítulo especial do processo de aproximação entre os intelectuais e o Estado. O sentido nacionalista que a literatura expressava foi dirigido para crianças e adolescentes por meio de concursos literários, visando à produção de uma literatura voltada para a formação de uma cultura cívica (GOMES, 2003). Nesse percurso, encontramos o escritor Graciliano Ramos. O romancista, após a amarga experiência do cárcere em 1936 e premido por dificuldades financeiras, encontrou nos concursos a oportunidade de participar, ao seu modo, da cultura cívica que se formava.

Graciliano Ramos: entre a Terra dos Meninos Pelados e Pequena História da República

Em uma crônica intitulada *Prêmios*, publicada postumamente em *Linhas Tortas* (1962), Graciliano Ramos comenta a fatura de concursos promovidos por revistas e instituições do Estado. Ciente da quase impossibilidade de se viver de literatura, o escritor alagoano lamenta o valor modesto do prêmio de dois contos de réis, diante do trabalho insano da escrita de um romance. O próprio autor, em 1937, recebeu um prêmio do mesmo valor ao ser classificado em terceiro lugar no concurso promovido pelo Ministério da Educação com o conto *A terra dos meninos pelados* (ZUGNO, 2007). O conto é marcado pelo desejo de evasão de Raimundo, um menino diferente com um olho direito preto, o esquerdo azul e a cabeça pelada. Aperreado com os insultos da criançada, Raimundo encontrou noutra terra o que tanto buscava, a aceitação de si. Em *Tatipirum* a diferença era regra, pois lá tudo podia

estratégia: a de reunir farta documentação temática e cronológica dos acontecimentos marcantes da vida republicana.

acontecer. Entretido em suas aventuras, Raimundo não deixava de se lembrar do apelo ao dever: a lição de geografia. Mesmo deslocado do espaço de privações, o menino não se desligava da rotina da escola e premido pela obrigação e pela culpa, voltou para sua casa. A narrativa sensível apresentada em *Terra dos meninos pelados*, certamente carrega as marcas da traumática experiência vivida pelo autor em 1936, na prisão. O conto valorizava, sobretudo, a fantasia, conformando-se assim as expectativas presentes nas orientações da Comissão Nacional de Literatura infantil.

Graciliano pensou em se inscrever noutro concurso, voltado para a história do Brasil, promovido pela revista *Diretrizes*⁴, em 1940. Com esse propósito, Graciliano escreveu *Pequena História da República*. O texto, destinado ao público infantil, enveredava pelo caminho da história nacional de forma desabusada. Com o uso da ironia, quis o autor se distinguir do discurso histórico tradicional com o claro objetivo de atrair a atenção do jovem leitor. Em pleno Estado Novo, usar de ironia para tratar da história nacional era um recurso temeroso. Além da censura, corria-se o risco de incômodos decorrentes da ação dos órgãos de repressão política. Graciliano Ramos, com base em sua própria experiência, avaliou a ousadia e desistiu do concurso. *Pequena História da República* só foi publicada postumamente, na revista *Senhor*, em 1960, e foi reunida em livro juntamente com as histórias de *Alexandre e outros heróis* (1977). Osman Lins, ao comentar os textos reunidos nesse volume, afirmou que *Pequena História da República* era uma “espécie de resposta desabusada e ferina, às muitas outras histórias – todas decerto, convencionais – que seriam enviadas à comissão julgadora (1977, p.184).

Sua incursão pela história permaneceu, com a marca de origem, classificada como literatura infantil. *Pequena História da República* não tem compromisso com qualquer enredo derivado de documentos ou de interpretações históricas consagradas. A presença da cronologia tradicional é marca externa que se dissolve na irreverência do texto. O leitor se surpreende com o título do primeiro item: *As coisas*. O autor se põe a demonstrar a diferença entre o tempo do império e o da república. Enfim, as coisas mudaram, embora o romancista não apresente razão alguma para a mudança. Graciliano Ramos subverte a pedagogia do livro didático ao se distanciar da tarefa cívica de adornar com virtudes e heroísmos os atores da

⁴ *Diretriz* foi publicada em 1938, sob a direção de Azevedo Amaral com a participação de Samuel Wainer. A presença de Wainer nesse empreendimento resultou na reunião de um grupo de intelectuais que se afastou da linha editorial de louvação ao Estado Novo, conforme a orientação de Azevedo Amaral. A revista assumiu uma linha de oposição com clara tendência esquerdista. Graciliano Ramos foi um dos colaboradores da revista. *Diretrizes* foi fechada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1944. FERRARI, Danilo Wenseslau. *Diretrizes. A primeira aventura de Samuel Wainer. Histórica*. Revista do Arquivo do Estado de S. Paulo, n. 31, junho de 2008. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>

cena histórica. O contraste entre o tempo do império e o da república cumpre a função de realçar o que há de comum na vida das pessoas. O laureado chefe do Estado Novo, Getúlio Vargas⁵, é brindado com a simples menção de que montava em cabos de vassoura em sua meninice. D. Pedro II, cuja imagem de estadista foi valorizada no centenário da independência, merece maior atenção:

[...] Nesse tempo o chefe do governo, o Sr. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas. (1977, p.127)

Os homens pareciam condenados a uma maturidade inútil. Em uma sociedade ansiosa pela mudança, Graciliano brincava com a falta de sentido da história e com a insinceridade dos políticos com suas “idéias novas e abundantes promessas (1977, p.128)” Sua história se utiliza dos eventos tradicionais com o intuito de desconstruir o sentido a eles atribuído. A narrativa anula a ação subjetiva e propositiva dos homens. A lei de 1871, ao libertar os filhos das escravas, ferira de morte a instituição escravista. O seco comentário deita por terra qualquer elaboração acerca das razões que conduziram esse processo. Em vez de discutir a referida lei, prefere apresentar a perspectiva dos proprietários de escravos, sinalizando o limite da própria legislação.

Uma desgraça para os senhores, evidentemente, mas desgraça a prazo. Restava a esperança de cada um liquidar os seus negócios com vagar, adaptar-se a uma nova ordem econômica, procurar algum comprador ingênuo e transformar em mercadoria o capital humano que se depreciava. (1977, p.129)

Graciliano propõe, sem detalhamento algum, que as coisas simplesmente seguem um ritmo próprio ditado pelos interesses materiais. O que muda parece não ultrapassar a epiderme, conforme seu comentário sobre a alegria dos negros com o fim da escravidão: “dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos (1977, p.130)”.

Não há também qualquer concessão aos movimentos populares. Antônio Conselheiro é descrito como um pobre diabo que “tencionava com ladainhas e benditos, salvar a humanidade” (p.151). O conselheiro nasceu em uma família de malucos: “louco e meio

⁵ Em 1942, foi publicada a primeira biografia de Vargas, encomendada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao refugiado austríaco Paul Frischauer.

analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça (1977, p.151)”. O trágico fim da guerra de Canudos é um indicador da falta de sentido do movimento: “trezentos fanáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se (1977, p.151)”. Não há aprendizado nem lição resultante do confronto. Graciliano desconsidera a tradição, marcada pela obra de Euclides da Cunha, que fez da guerra de Canudos uma questão nacional.

A história quase sempre se assemelha a uma trapalhada. Com esse adjetivo descreveu os movimentos de intervenção do Marechal Hermes da Fonseca, bem como das manifestações dos trabalhadores na greve de 1917. Os “Dezoito do Forte” – heróis de Copacabana – são “dezoito doidos que afrontaram a tropa” (1977, p.167). As solenidades em torno o centenário da independência em 1922 merecem o rápido comentário: “A monarquia se enterrara. Revogou-se, portanto, o exílio dos Braganças, trouxeram-se para cá os ossos do velho monarca e de sua esposa. E recebeu-se a visita do Rei Alberto, a quem se ofereceram festas magníficas (1977, p.164)”.

Graciliano denuncia a ambiguidade do movimento revolucionário de 1930 marcado por “idéias muito diversas, ordinariamente simples, em otimismo baboso e afirmações categóricas” (1977, p.172). Desconfia do palavreiro desenfreado dos revolucionários, embora esteja consciente do rancor que grassava entre os partidários da antiga ordem. Sua ironia demarca uma visão arguta do presente. Há um sentido de mudança que se manifesta claramente no exército: “Os que vêm em 1930 uma vasta bagunça improvisada enganam-se (...). O governo não dispunha do Exército porque muita gente começava a pensar, a discutir, a observar-se. Idéias sub-reptícias entravam na caserna, os soldados se capacitavam de que não valia a pena fazer sacrifícios para receber o Rei da Bélgica e os ossos de D. Pedro II”. (1977, p. 172). O autor finaliza sua avaliação sobre 1930 registrando a falta de programas e as interpretações banais acerca do Brasil e de sua história: “Sem mencioná-la, várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência”. (1977, p.174) A revolução se perde em meio ao excesso de fórmulas e simplificações.

A literatura de Graciliano Ramos destila um pessimismo refratário a qualquer missão pedagógica. Sua ironia é faca afiada a desfazer a pomposa narrativa dos historiadores. Pelo avesso, enxerga os acontecimentos – trapalhadas, doidos, fanáticos são expressões que saltam da sua *Pequena História da República*. Há um claro diálogo entre *Pequena História da República* e os escritos publicados no mesmo período na revista *Cultura e Política* do Departamento de Imprensa e Propaganda. O escritor não hesitou em publicar suas crônicas no órgão de propaganda do governo Vargas, mas com uma condição: seus escritos não poderiam

ser alterados. Reunidos posteriormente em *Viventes das Alagoas* (1986), os textos são colados na memória do escritor: festas de carnaval, vícios políticos e a rotina modorrenta das cidades interior. No conto *Bagunça*, escrito em 1941, há clara a alusão ao oportunismo presente no processo revolucionário de 30:

Vários se acautelavam, pensando no Rio, e, bastante dignos para regenerar de chofre convicções antigas, limitavam-se a introduzir no bolso um lencinho encarnado. Via-se dele uma ponta discreta, que, em conformidade com as notícias, mergulhava ou reaparecia. (1986, p. 63)

O traço irônico na descrição da Revolução de Outubro é da mesma cepa dos escritos de sua *Pequena História da República*, entretanto, o autor empreende análise diversa ao tratar do fenômeno do cangaço, em *Viventes das Alagoas* (1986). Ao contrário da história dos historiadores, o cangaço merecia reflexão compreensiva, pois se aproximaria da experiência concreta dos homens do sertão. A memória dos viventes de Alagoas recebeu um tratamento respeitoso: longe das lentes deformadoras da história, há vivências. Em *O fator econômico no Cangaço*, Graciliano Ramos situa o Cangaço como fenômeno próprio da zona de indústria pastoril do Nordeste. Caracteriza a região, os aspectos geográficos, a divisão da terra, a riqueza concentrada no gado e o fenômeno do cangaço: “escolas ambulantes onde em épocas de seca, se vão exercitar os sertanejos famintos (1986, p.133)”. Lampião é parte dessa escola sobre a qual Graciliano lançou um olhar compreensivo, sem traço algum de mistificação. Lampião é um facínora alimentado pela miséria da condição sertaneja. Cabia ao escritor compreendê-lo. A história dos historiadores, segundo Graciliano, deve ser percebida por um olhar munido pela arma da crítica: avesso aos heroísmos, o escritor abusa da ironia com o claro objetivo de alimentar a desconfiança nas narrativas edificantes – de distintos matizes ideológicos – acerca da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- CÂNDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: _____. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1989.

FERRARI, Danilo Wenseslau. Diretrizes. A primeira aventura de Samuel Wainer. *Histórica. Revista do Arquivo do Estado de S. Paulo*, n. 31, junho de 2008. Acesso em 05 de março de 2011, Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>

GOMES, Ângela de Castro. Literatura infantil, história do Brasil e política cultural na era Vargas. In: *Revista da USP*, São Paulo, 2009, p. 116-133, set-nov, 2003.

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

LAFETÁ, João Luís. *A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LINS, Osman. O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977, p.184.

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. São Paulo: Martins, 1962.

_____. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1986.

_____. Pequena História da República. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.

RÜSEN, J. *Razão histórica*, Brasília: UnB, 2001

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio. O tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 43, p. 125-140, 2009.

SOBRINHO, B. Lima. A verdade sobre a revolução de 24 de outubro – 1930. São Paulo: Alfa – Omega, 1983.

ZUGNO, Ana Lúcia Ioppi. O uso da literatura infantil no Estado Novo: o caso de as aventuras de Tibicuera. *Dissertação de Mestrado em Educação*. Santa Catarina: UESC, 2007.

POVOS MACUAS: REFLEXÕES SOBRE A FUNÇÃO DO MITO DE ORIGEM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE *

Renata Jesus da COSTA **

Renataufg2@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a importância do mito de origem para os povos macuas, focalizando especialmente a sua função na construção de uma identidade comum entre os vários subgrupos existentes no território moçambicano. Embora se reconheça a diversidade cultural entre eles, constata-se que esse mito contribui para que se identifiquem como pertencentes a essa etnia.

PALAVRAS CHAVES: identidade, macuas, mito.

ABSTRACT: This article analyzes the importance of the origin myth for the people makuas, focusing especially its function in the construction of a common identity between the several subgroups existent in the territory mozambican. Although the cultural diversity is recognized between them, is possible to verify that its myth contributes for they identify as belonging the this etnia.

KEYWORDS: identity, makuas, myth.

Introdução

O interesse pelos povos macuas nasceu a partir do contato com a literatura africana, mais especificamente, com a obra *Niketche: uma história de poligamia* (2004) da escritora moçambicana Paulina Chiziane. Nessa obra a autora narra fatos relevantes sobre essa etnia, em especial, sobre as mulheres que aguçaram o interesse em fazer um estudo mais aprofundado a respeito desse povo.

Nessa obra, o leitor depara-se com uma visão um tanto mítica das mulheres dessa sociedade comparado-se ao que é apresentado pela historiografia e pelos próprios provérbios macuas referentes ao lugar e função que elas ocupam entre seus pares. Isso ocorre, talvez, pelo fato de a autora usar esse recurso como o meio de prender a atenção de seus leitores.

* Este texto trás reflexões iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre as mulheres macuas de Moçambique.

** Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutoranda em História Cultural pela Universidade de Brasília (UNB).

Em *Niketche...* a “mulher é mãe, rainha e criadora do universo. Uma viúva macua recebe amor, carinho e ajuda” (CHIZIANE, 2004, p. 205), os homens casam-se e vão viver na família da mulher e quando morrem ou há separação, as mulheres são assistidas e os “filhos têm o apelido da mãe” (CHIZIANE, 2004, p. 206-207). Quando as meninas nascem são recebidas com entusiasmo e alegria. Essa exaltação da importância dos sujeitos femininos é característica das comunidades matrilineares existentes em algumas regiões do continente africano. Em Moçambique esse tipo de sociedade, de acordo com Casimiro (2004), concentra-se na região norte do Rio Zambeze, enquanto ao sul do país, predominam as organizações patrilineares. No entanto, é preciso registrar que na vida social a mulher macua continua sendo marginalizada e inferiorizada (Nunes, 1996).

Nas sociedades africanas as relações de parentesco¹, que se dividem em matrilineares e patrilineares, estão relacionadas a dois fenômenos: a consanguinidade e a aliança. No primeiro caso, os laços de parentescos são estabelecidos a partir do reconhecimento de um antepassado em comum; enquanto que no segundo constitui-se com base no casamento. As relações de parentesco são construções sociais e não apenas determinações biológicas. Quando essas relações são pensadas em termos de consanguinidade, há uma separação por sexo, uma separação por gêneros. Assim existem vários tipos de relação: em uma relação *agnática* os laços de parentescos são constituídos por meio dos homens e na *uterina* a filiação é transmitida através das mulheres. Aquela em que o sexo não é fator de seleção recebe o nome de *cognática* (TORNAY, 1971: 51-52). Deste modo, as sociedades que privilegiam a linhagem *uterina* são conhecidas como matrilineares e as que dão preferência a *agnática* são chamadas de patrilineares.

As relações matrilineares logo chamaram a atenção dos estudiosos e no século XIX alguns a tomaram como sociedades matriarcais onde todos os termos das sociedades patriarcais estariam invertidos. Hoje, sabe-se que sociedades matriarcais nesses termos nunca existiram, embora sociedades em que as mulheres tenham desfrutado de prestígio e poder tenham existido em diferentes configurações. Nas sociedades matrilineares tradicionais que conhecemos, o poder pertence, em geral, ao irmão da mãe, mas deriva dela e sua linhagem, e as relações são complexas entre os vários personagens envolvidos.

¹ A breve discussão sobre as relações de parentesco tem como objetivo informar o conhecimento sobre as características que diferenciam as organizações matrilineares e patrilineares nas sociedades africanas. Visando com isso evitar uma inversão de papéis ao estudar as mulheres macuas. No sentido, de atribuir a elas o mesmo papel e poder que os homens possuem nas sociedades patriarcais. Não sendo, por tanto, intenção dedicar-se ao estudo de parentesco.

Os macuas são matrilineares. Nesses arranjos as mulheres não devem deixar suas aldeias, pois são responsáveis por guardar os costumes de seus clãs como a língua e as tradições, por exemplo. São os homens que abandonam seus povoados para se unirem a outros clãs. Mas, nem por isso perdem o contato com os seus pares, devem retornar sempre que necessário. Cabe às mulheres a educação dos filhos que não apresentam nenhuma afinidade espiritual com os pais, apenas com as mães, pois são elas que transmitem aos filhos a essência espiritual de seus ancestrais. Elas, também, são responsáveis pelos cemitérios onde são enterrados seus familiares, portanto estão em contato direto com os seus antepassados.

De acordo com Rita-Ferreira, embora homens e mulheres possuam a essência do antepassado que deu origem a seu clã, somente a mulher possui o poder de transmiti-la aos seus descendentes. Por isso, ela não deve deixar sua aldeia. Outro aspecto importante observado entre esse povo, diz respeito ao cuidado com o comportamento dos vários indivíduos que formam o clã, pois a má conduta de um reflete sobre todos os membros do grupo (RITA-FEREIRA, 1975).

Como a pesquisa encontra-se em seu estágio inicial, nesse texto são apresentadas apenas breves considerações sobre a função desempenhada pelo mito de origem entre os vários grupos macua.

Essa proposta assenta, fundamentalmente, na obra de Francisco Lerma Martinez *O povo macua e a sua cultura* (1989), particularmente no segundo capítulo intitulado: *O povo macua*. Para a elaboração dessa obra, o autor coletou subsídios durante os quatorze anos (1971-1985) em que viveu em Moçambique trabalhando como missionário na região de Niassa ao norte do país.

É uma obra interessante, pois possui informações sobre vários aspectos da vida deste povo como, por exemplo: a organização da sociedade, o ciclo vital, a morte e a religião, além, de relatar seu mito de origem, objeto desse estudo.

Esse mito é apresentado por Matinez (1989) como um dos vários elos que contribuem para formar a idéia de coesão entre os macuas. Ele aponta, também, a unidade linguística, apesar da consciência das diferenças dialéticas entre os vários subgrupos; e a homogeneidade cultural, caracterizada pela presença de elementos culturais compartilhados por eles.

Breve histórico dos povos macuas

Os povos macuas ocupam predominante grande parte do norte de Moçambique, no continente africano. Distribuídos em um território que abrange espaços das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Correspondem a aproximadamente três milhões

libertação e nos primeiros anos da independência do país, inviabilizando o projeto de formação de um Estado Nação em Moçambique (MEDEIROS, 1997); pois a idéia dessa unificação anulava a diversidade étnica do território, ao tentar reuni-los em uma única identidade. Foi, portanto, questionada e rejeitada por diversos povos.

Sobre a cultura dos macuas Rita-Ferreira (1975) infere que os habitantes, da região litorânea foram extremamente influenciados pelos árabes e persas, antes mesmo da chegada do colonizador europeu. Esse fato corrobora com a importância de se pensar o mito de origem macua como uma maneira de negociar com as mudanças trazidas pela modernidade. Em outras palavras, ele simboliza uma brecha para a autorrepresentação desses povos. A verificação de formulações como essas tornaram-se possíveis em razão das novas perspectivas historiográficas que buscam valorizar e dar voz a quem teve pouca ou nenhuma oportunidade de fala. Essas reflexões foram incorporadas nas discussões históricas pela História Cultural cuja origem remete a Escola dos Annales.

O mito de origem dos povos macuas

De maneira geral, o mito de origem é transmitido verbalmente de uma geração a outra entre os macuas nos momentos mais importantes da vida, como é apontado por Martinez. Infelizmente, muito se perde ao tentar transcrever fatos que só podem ser realmente compreendidos quando narrados por aqueles que lhes atribuem significado. A oralidade é parte da essência cultural africana e possui um sentido moral e social entre aqueles que ainda o preservam. Portanto, transformar o oral em escrito é uma tarefa árdua, às vezes, com resultados imperfeitos. Mas, não fazê-lo é privar outros povos de conhecer a riqueza cultural de grande parte do continente africano.

Circula entre os macuas a crença que Deus criou o primeiro homem no monte Namuli que apresenta 2.419 m de altura e situa-se próximo ao Guruè, na Alta Zambézia. Como vivia no alto da montanha, esse homem podia observar as plantas que cresciam na planície e toda sua imensidão. Um dia tomado pela curiosidade decidiu descer, mas no caminho caiu machucando-se e acabou adormecendo por longo tempo. Ao despertar, percebeu que seu sangue havia se misturado à água de um riacho junto do qual havia caído. Da misteriosa combinação avermelhada que se formou na trajetória da água, nasceu a mulher. E da união desse primeiro casal surgiram outros que se multiplicaram e espalharam-se por várias regiões, chegando às proximidades do rio Malema. Ao chegarem às margens desse rio, alguns o atravessaram por meio de uma ponte rudimentar construída por eles. Mas antes que a travessia, fosse concluída a mesma cedeu impedindo a passagem de parte dos macuas. Os que

atravessaram deram origem aos diversos grupos existentes dessa etnia. Os que não conseguiram, decidiram permanecer onde estavam, por acreditarem que o fato ocorrido tratava-se de uma advertência.

Esse mito oferece a eles a certeza de quem são, de onde vieram, porque vieram e para onde vão (MARTINEZ, 1989, p.41). Em primeiro lugar, porque reconhecem nele sua origem: são filhos das montanhas, criados por deus. Em segundo, porque diz de onde vieram e por que vieram: são procedentes do monte Namuli região da Zambézia e deixaram esse lugar porque almejavam conhecer as vastas planícies como desejou seu primeiro ancestral ao descer o monte, dando origem aos vários grupos macuas. E por último, permite a eles saberem para onde irão após a morte: regressarão ao Namuli onde tudo começou.

Algumas considerações teóricas

A escolha do mito de origem como referência para essa análise pauta-se no fato de ele, segundo Mircea Eliade, contar a história do surgimento de todas as coisas como, por exemplo: homens, mulheres, animais, alimentos e remédios, dando-lhes significado. São, portanto, de suma importância para os povos que o preservam, pois lhes servem como guia para a vida cotidiana e lhes orientam em relação à morte. Tendo por base essa perspectiva, o tratamento conferido a ele pelos macuas é o principal objeto dessa reflexão, com a finalidade de analisar a sua relação com a formação de suas identidades

A busca pela compreensão dessa importância perpassa pela apreensão do significado que esses povos atribuem a ele. Nessa reflexão, ele é pensado como fornecedor de “modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência” (ELIADE, 2007, p. 8), daqueles que o professam. Não se pretende, portanto, discutir a definição fabulosa e ficcional designada a ele pela ciência e por alguns debates historiográficos. Mas, tentar compreendê-lo a partir do seu sentido religioso ou sagrado para aqueles que o preservam. Em outros termos, o conceito adotado está em concordância com o pensamento de Mircea Eliade para quem o mito:

conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio, Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a

ser. O mito fala apenas do que realmente (grifo do autor) ocorreu, do que se manifestou plenamente (...) (ELIADE, 2007, p.11)

A escolha desse conceito ocorre porque, embora a historiografia insista em arquitetar uma história sobre a procedência e a dispersão desse povo pelas terras africanas, de maneira geral seus vários subgrupos apresentam uma afeição especial pelo monte Namuli identificado por eles como berço da humanidade.

A opção pela discussão sobre identidade ocorre porque, atualmente, os debates referentes a esse tema apontam, cada vez mais, para uma preocupação em tentar compreender os efeitos das transformações históricas na vida e na identidade dos indivíduos. Ao tentar compreender a identidade dos povos africanos, mesmo que se tratando de um olhar externo, é importante tentar superar a visão de vítima ou a representação passiva desses sujeitos.

As reflexões inferidas por Homi Bhabha revelaram novas possibilidades sobre esse tema e têm causando desconforto entre muitos estudiosos, pois sua análise tende a questionar o uso das categorias tradicionais utilizadas para esse propósito. Ao invés da tendência habitual de pensar a identidade na relação dominado/dominador, ele propõe a busca do que emerge entre o Eu e o Outro. E que, por sua vez, não é apenas um reflexo de um dos dois.

No livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006) Stuart Hall aborda a possível crise das identidades culturais nas sociedades modernas procurando explicar o sentido dessa crise e os caminhos que ela pode tomar. São significativos, também, seus apontamentos sobre os efeitos contraditórios gerados, por exemplo, pelo processo de globalização nas chamadas culturas locais

Um desses efeitos refere-se à tentativa extremada dessas culturas de manterem-se “incólumes” frentes às mudanças infligidas a elas pela modernidade, por meio da “preservação de suas tradições²”. No entanto, a consciência, em relação, ao fato da globalização conseguir alcançar os espaços mais remotos do globo, leva ao questionamento da eficácia dessas práticas, porque as transformações fazem parte da própria dinâmica histórica de qualquer sociedade.

Essa reflexão vai ao encontro das perspectivas de Philip Havik (2006) e de José Horta (2008) para quem as identidades possuem fluidez, ou seja, os sujeitos têm liberdade para

² O conceito de tradição, nesta pesquisa, é pensado a partir de uma perspectiva que procura não identificá-la como uma repetição imutável do passado, mas como algo suscetível as influência da modernidade (RANGER, 1997).

engendrar a si mesmo e dizer quem são. Para Havik, por exemplo, seria um erro tentar enquadrar os sujeitos em uma única identidade ou experiência coletiva.

Portanto, é relevante ressaltar a consciência quanto à inviabilidade e a impossibilidade da existência de uma identidade capaz de reunir todos os grupos macuas. Também, não é intenção atribuir-lhes uma identidade fixa, pois evidentemente “as etnias devem ser consideradas não como um estado natural, mas como um processo: elas nascem, desenvolvem-se, transformam-se, misturam-se com outras, podendo até desaparecer” (MEDEIROS, 1997). A proposta é identificar elementos comuns entre eles que contribuem no sentido de fazê-los sentirem-se pertencentes à etnia macua.

Stuart Hall (2006) refere-se, também, à “tradução” adotada por aquelas pessoas que, por se verem, impossibilitadas de permanecerem alheias à influência de outras culturas procuram “negociar” com as mesmas; sem, por sua vez, deixarem de preservar particularidades de sua identidade. Acredita-se que a “tradução” não deve ser entendida apenas como uma alternativa para as pessoas “dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 2006, p. 88), mas também como uma possibilidade para aquelas que, embora vivam em suas fronteiras naturais, reconhecem a impossibilidade de se manterem intactas à influência da globalização ou de outras culturas locais.

Essa reflexão pauta-se na consciência de que o colonialismo e o pós-colonialismo, ou o próprio contato com os povos árabes e persas, influenciaram as sociedades africanas de modo geral. Elas tiveram que enfrentar a situação conflituosa de optarem pela “preservação” de suas identidades recorrendo a suas tradições ou pela transformação da mesma por meio do processo de “tradução”. Acredita-se, portanto, que os macuas transitam entre esses dois universos, pois ao colocar em evidência dados característicos de sua etnicidade como, por exemplo, a língua, os ritos de iniciação e o mito de origem estão reforçando a “rigidez de suas identidades”³. Eles demonstram com isso que a presença do colonizador não foi capaz de destruir a representação que possuem de si mesmo.

Em outros termos, embora, se reconheça que o contato com europeu ou com outros povos tenha desestabilizado a organização social e cultural dos africanos como um todo, isso não significa aderir à idéia da ausência de certa autonomia entre eles. Concordar com esse pensamento é reproduzir o discurso corrente, até pouco tempo, que anulava ou tornava passiva a participação deles no processo de colonização e mesmo descolonização de seu

³ HORTA, 2008, p. 268.

continente; pois, não se reconhecia sua oposição em relação à primeira ação e sua luta pela concretização da segunda.

Isso pode ser percebido porque, embora exista entre os estudiosos dessa etnia uma tentativa de atribuir uma historicidade a sua origem, no sentido científico do termo usado pelas sociedades “modernas”, eles procuram preservar sua versão mítica. E a opção por essa versão revela, além da consciência e autoridade sobre sua procedência, o caráter sagrado que o território do monte Namuli possui para eles. O “território é o espaço necessário à instalação das estruturas e das coletividades inventadas pelos homens, sendo também indispensável à criação, manutenção e reforço da Identidade” (HENRIQUES, 2004: 20). Para os macuas o monte Namuli representa este lugar de invenção, conservação e reforço de sua identidade. Mais do que isso, ele os unem dando a eles segurança e a certeza de quem são.

A partir desse prisma, é possível estabelecer uma analogia com o estudo de Isabel Castro Henriques (2004) sobre o significado atribuído à terra pelos africanos e pelos ocidentais. Embora seu estudo seja a respeito de Angola, suas reflexões sobre a terra como elemento sagrado é comum entre os africanos e, portanto, pode ser incorporada a essa discussão.

De acordo com essa autora, as terras africanas passaram por um processo de “dessacralização”. De modo que perderam sua analogia com a criação divina em razão da presença do colonizador, pois estes as transformaram em “sistemas simbólicos de representação ocidental”, por meio dos mapas. Tal fato revela a disparidade existente entre a relação estabelecida pelos ocidentais e pelos africanos com a terra. Enquanto, os primeiros lhe atribuem um valor comercial os últimos conferem a ela um caráter sagrado. Isto ocorre porque para eles há uma ligação entre a terra e os seus ancestrais, por isso é comum andarem descalços com o objetivo de alargar o contato com os espíritos de seus antepassados (HENRIQUES, 2004). Além disso, dificilmente abandonam o lugar onde nasceram em razão da crença nessa ligação espiritual entre a terra e seus ascendentes.

Entretanto, é importante destacar que existem diferenças entre o exemplo dos povos lunda apresentado por Henriques e os povos macuas. Para os primeiros, a relação com o território é estabelecida a partir do momento em que o chefe planta a mulembeira; pois é a sobrevivência ou morte dessa árvore, de acordo com a aprovação dos espíritos, que determina a permanência ou não do grupo no local escolhido. Entre os macuas, a sua dispersão contribuiu para criar a noção de que com a morte, que não representa o fim, eles podem percorrer o caminho de volta as suas origens. Então, para os últimos, mais do que um lugar sagrado o monte Namuli representa uma pátria comum a que eles retornarão com a morte.

A referência a esse território, além de exercer a função de uni-los por mais dispersos que estejam em Moçambique ou em outras terras africanas, reforça o pensamento de que o colonizador não subjogou ou devastou por completo os princípios culturais dos africanos como idealizou.

O monte Namuli é, também, um lugar de memória para os macuas, a que eles recorrem com o objetivo de lembrar quem são. Esse dado contribui mais uma vez para desmistificação da imagem passiva do africano frente ao processo de colonização e demonstra que ele é “capaz de ultrapassar a condição de simples vítima para tornar-se mestre de si” (ARAÚJO, 2009, p.148).

Considerações finais

O mito que conta a história da origem do povo macua está presente “nos momentos mais importantes do ciclo vital, aparece na iniciação, nos ritos de cura, nos funerais e numa grande quantidade de provérbios usados em muitas e variadas circunstâncias da vida macua” (MARTINEZ, 1989, p. 41). A cada ciclo um novo contato, ou seja, uma recapitulação sobre suas origens e seus ancestrais, de modo a impedi-los de esquecer quem são e de onde vieram.

Seu emprego recorrente faz com que ele “viva”. De modo que “sai-se do tempo profano, cronológico, ingressando num tempo qualitativamente diferente, um tempo “sagrado”, ao mesmo tempo primordial e indefinidamente recuperável” (ELIADE, 2007, p.21). Assim, quando é anunciado durante a iniciação tem a função de inseri-los na sociedade da qual fazem parte, pois antes disso, entre os macua, o universo das crianças é o materno. Cabe à mãe ensinar-lhes a andar, a falar, enfim tudo que é necessário para que no futuro possam desempenhar bem sua função entre seus pares.

Deste modo, ao aprenderem sobre suas raízes, os indivíduos estão automaticamente ampliando suas relações sociais ao mesmo tempo em que entram em contato com seus ancestrais em um tempo sagrado e, portanto presente e verdadeiro (ELIADE, 2007). Em outras palavras, ao celebrarem esse rito e conhecerem seu mito de origem eles se tornam efetivamente membros da etnia macua.

A sua transmissão nestas ocasiões corrobora, também, para a preservação entre os membros dessa etnia da tradição oral. Portanto, o mito, a oralidade e a ligação com seus ancestrais circulam de uma geração a outra, pois reforça a participação africana, mais especificamente macua, na edificação de sua própria história recorrendo aos seus subsídios culturais.

Além disso, como é apresentado por Mircea Eliade o mito de origem ajuda a manter a continuidade geológica de seus antepassados criando a idéia de coesão entre os diversos clãs. Ele é, também, um modo de recuperar sua identidade centrada outrora na cultura européia. É por essa razão que a atuação violenta do colonizador não deve ser considerada como um aspecto que os impediu de negociar e manter elementos de sua cultura. Pois, independente de onde estejam e de quando partiram, esse mito explica sua procedência, dando-lhes a certeza de que por mais dispersos que se encontrem pelo continente africano, existem elos que os fazem se reconhecerem como macuas.

Ainda está por ser feita uma pesquisa que analise de maneira mais sustentável as proposições apresentadas nesse artigo, especialmente, em relação à fluidez da identidade macua. Neste momento, apenas foi apontada a consciência em relação à impossibilidade de se pensar em identidades totalmente fixas para essa etnia. Faltou, portanto, uma reflexão mais aprofundada, embora se acredite, como foi demonstrado por meio do mito de origem, que existem elementos que circulam entre os diversos grupos macuas que contribui para que ocorra a identificação com essa etnia.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. **Varia História**. [online]. jan/jun 2009, vol.25, n.41, p. 129-148.
- BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p.70-104.
- CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. **“Paz na terra, guerra em casa”:** **feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: PROMÉDIA, 2004.
- CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: D`&A, 2006.
- HAVIK, Philip. Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a Agência Feminina e Representações em Mudança na Guiné (Séculos XIX e XX). Selma Pantoja (Org) **Identities, Memórias e Histórias em Terras Africanas**. Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006, p. 59-78

2006. HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade: a construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- Hobsbawn, Eric e Terence Ranger, org. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORTA, J. S. Ser “português” em terras de africanos: vicissitudes da construção identitária na “Guiné do Cabo Verde” (séculos XVI-XVII). **Nação e Identidades – Portugal, os portugueses e os outros**. Fernandes, H; Henriques, I. C.; Horta, J. S; Matos, S.C. (Orgs). Lisboa, Centro de História, Caleidoscópio. (prelo), 2008, p. 261-274.
- LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mohommah Gardo Baquaqua para as Américas. **Afro-Ásia**. n. 27, 2002: 9-39.
- MARTINEZ, Francisco Lerma. **O povo macua e a sua cultura**. Lisboa: Ministério da educação. Instituto de investigação científica tropical, 1989.
- MEDEIROS, Eduardo. Etnias e Etnicidades em Moçambique. **Africana**. In: Centro de Estudos Africanos e Orientais. Porto: Universidade Portucalense, nº 18, setembro, 1997, p. 81-104.
- NUNES, Rogério. **Macuas: filhos da montanha**. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect>. Acesso em 28 agosto de 2010.
- RITA-FERREIRA, A. Grupo Makua-Lomwe. In: RITA-FERREIRA, A. **Povos de Moçambique: História e Cultural**. Porto: Afrontamento, 1975. p. 204-227.
- TORNAY, Serge. O estudo do parentesco. In: COPANS, J.; TORNAY, S.; ODELIER, M; BACKÈS-CLÉMENT, C; **Antropologia ciência das sociedades primitivas** /Trad. J. Pinto Andrade. Lisboa - Portugal: Edições 70, Ltda, 1988. p. 43-89.

UMA PRIMEIRA FOTOGRAFIA DA REVISTA ANAUÊ! (1935-37)

Rodolfo FIORUCCI¹

rodhistoria@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho apresenta uma primeira caracterização da principal revista da Ação Integralista Brasileira nos anos 1930. Tomada como fonte e objeto de pesquisa, *Anauê!* é entendida aqui como o periódico integralista que mais adquiriu características modernas para disputar o mercado junto com publicações diversas. Assim, é importante atentar para algumas características materiais, organizativas e diretivas do mensário para compreender seu papel dentro da AIB e na própria história do jornalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Integralista; Revista *Anauê!*; Política.

ABSTRACT: The paper presents an initial characterization of the main journal of the Ação Integralista Brasileira in the 1930s. Taken as the source and object of research, *Anauê!* is understood here as the period that acquired the most modern features to compete in the market along with various publications. Thus, it is important to note certain physical characteristics, organizational policies of the *Anauê!* to understand their role within the AIB and in the history of Brazilian journalism.

KEYWORDS: Integralist Press; *Anauê!* Magazine; Policy.

Introdução

A primeira fase da imprensa integralista se desenvolveu durante o governo provisório e constitucional de Getúlio Vargas, sendo praticamente extinta logo após a introdução do Estado Novo, em 1937. Trata-se de um período em que o mercado editorial apresentava características diferenciadas, passando por um processo de transformação, no qual a imprensa mercadológica ganhava espaço no seio social. Atendendo a uma demanda de uma classe burguesa em ascensão, como também da classe média, esse jornalismo trouxe conteúdos menos políticos, voltados para veiculação de informações gerais, moda, comportamento, valendo-se muito de recursos tecnológicos inovadores, com abuso de imagens e fotografias.

Não significa que a imprensa política tenha desaparecido. Não. Se bem observado, foi um período de radical oposição entre a direita e a esquerda, cujos representantes mais ativos foram o integralismo e o comunismo, respectivamente. Contudo, é evidente que aquele

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e Mestre em História pela UNESP/Assis. Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG/Anápolis.

jornalismo político mais artesanal, ácido, direto, que se colocava totalmente nas discussões que envolviam a sociedade, passava a dividir espaço com outro tipo de imprensa, o que levou a uma nova caracterização do periodismo brasileiro no momento.

Essa ideia de enfraquecimento da imprensa política nos anos 1930 é complexa. Não se pode generalizar. É preciso colocar na temporalidade e entender que aquela década foi muito tensa politicamente e enfrentou momentos específicos: o período da Constituinte até a Intentona; pós-intentona até 1937; depois de 1937 até a formação do DIP; e após 1939 é ainda outra configuração. Por isso, são interessantes estudos mais acentuados sobre cada etapa, a fim de elaborar um quadro mais realista do jornalismo nos anos 1930. Este não é o objetivo aqui, dado o espaço e tempo que tal pesquisa demandaria.

Posto isto, cabe no presente estudo apresentar os primeiros passos da considerada a mais importante e popular revista integralista, *Anauê!*, com destaque para algumas de suas características e para os homens que estiveram em seu comando nesse período. Trata-se de fato de uma primeira fotografia, na qual as figuras de comando aparecem não apenas como um ornamento no expediente, mas como condutores de uma trajetória marcada e determinada em grande parte por suas orientações. Ao se estudar uma revista, não se pode levar em conta apenas seu conteúdo, sob o risco de se despersonalizar os atos. Os impressos não existem por si, mas surgem como objetos de informações e manipulações confeccionados por homens com volições específicas, em função de interesses predeterminados.

O mesmo raciocínio vale para as características materiais. São elas que dão a “cara” da revista, que oferecem o suporte para a veiculação de ideias, e não são banais. A apresentação gráfica, a diagramação, as cores, a disposição das matérias e das informações, tudo, em conjunto, contribui para a compreensão do papel que determinada publicação exerceu dentro de um movimento e até mesmo no conjunto da história da imprensa brasileira. É preciso não desconsiderar nenhum detalhe, para que as assertivas realizadas não sejam superficiais. Sendo assim, *Anauê!* é tomada como fonte e objeto, ao mesmo tempo.

Primeira fotografia de *Anauê!*

Dentro do contexto de tantas mudanças e conflitos na sociedade e na política brasileiras, a AIB lançou uma revista diferenciada dos padrões que até então tinha sustentado nas publicações integralistas. A revista *Anauê!* foi sem dúvida a mais importante do movimento e um dos principais meios de doutrinação militante e sedução de novos simpatizantes, dado suas características específicas. Circulou de forma irregular entre janeiro de 1935 e dezembro de 1937, somando 22 edições no total.

Criada pouco antes da AIB tornar-se partido político, *Anauê!* já apresentou inovações características da imprensa do período, com uso de fotografias, caricaturas, imagens coloridas, publicidade e linguagem menos densa. Isso vai contra a noção de imprensa que Salgado defendia, pois se aproximava da imprensa-empresa tão ferozmente criticada pelo chefe dos camisas-verdes. Apresentava-se como revista ilustrada, de informações gerais, com abuso de cores e imagens, tratando de assuntos diversos que iam desde política até moda e comportamento feminino.

Percebe-se, pois, que *Anauê!* surgiu com a intenção de disputar o leitor com as publicações da grande imprensa, a fim de atrair novos militantes para suas bases. Para tanto, adequou-se às exigências mercadológicas, resignando-se aos padrões capitalistas de imprensa. Nas palavras de Tania de Luca e Ana Martins, naquele contexto,

A base indispensável à sustentação da grande empresa editorial se erguia. Configurava-a, sobretudo, a adoção sistemática da propaganda e publicidade, a aplicação de capitais, a atração de público consumidor – representado pela emergência de uma classe média urbana –, a evolução técnica do impresso e, ainda que timidamente, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 39)

Ou a AIB aceitava tais imposições ou seus objetivos eleitorais seriam comprometidos. Na falta de outra opção tão eficaz, *Anauê!* assumiu o posto de publicação mercadológica mais importante do integralismo. Não se tem dados de sua tiragem, mas devido à forma como os integralistas se referiam à revista em outros periódicos, fica claro seu papel de destaque. Ainda que o estilo adotado fosse menos denso no conteúdo, era mais atrativo ao público amplo, o que ia de encontro às pretensões da AIB. No seu primeiro número, a apresentação anunciava que a revista pretendia chegar a todos os lares e que seria feita para todas as idades e classes, além de indicar que a fotografia seria um dos seus elementos principais:

Com o objectivo de divulgar em linguagem accessivel a todos, a doutrina integralista; querendo reflectir, na reportagem photographica de todas as Províncias, a marcha gloriosa das legiões do Sigma; pretendendo ser o espelho da alma integralista, o periodico dos camisas-verdes de todas as profissões, de todas as classes e de todas as idades – surge a revista “Anauê!” amparada pela sympathia unanime de todos os companheiros e jurando também fidelidade absoluta ao Chefe Nacional, na adversidade ou na victoria, diante da vida ou diante da morte! (...) (Anauê!, nº 1, jan. 1935)

O primeiro diretor de *Anauê!* foi Eurípedes Cardoso de Menezes, figura importante da sociedade carioca e da AIB nos anos 1930. Sua escolha pode remeter ao caráter espiritualista da AIB, já que era um cristão fervoroso. Nascido em Campinas, em setembro de 1909, Menezes tornou-se pastor presbiteriano depois de estudar filosofia e teologia, tendo sido diretor educativo da Associação Cristã de Moços, em Lambari (MG). Depois de passar por um curso de revisão teológica com o reverendo Hasse, realizou um exame oral e escrito que durou quatro dias, perante uma banca formada no Seminário Concórdia, em Porto Alegre (RS). Aprovado, foi designado segundo pastor da Congregação de Paz, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Serviu ao Sínodo Luterano entre 1933-1935, período no qual esboçou suas aptidões jornalísticas contribuindo assiduamente com o *Mensageiro Luterano*, periódico voltado aos jovens cristãos, assim como tendo efetivo envolvimento com a comunidade local (JUNIOR, 2008).

Ainda em 1935, Menezes abandonou o luteranismo e ingressou no catolicismo, período em que já estava à frente de *Anauê!*. Não é possível saber se sua atuação na revista integralista, dentro de um movimento de cunho católico, tenha sido determinante para essa mudança, mas o fato é que em pouco tempo atuando como diretor da publicação, o ex-pastor tornou-se católico. Além disso, também não se sabe o que o levou ao cargo de dirigente da revista, mas é importante notar que se tratava de figura conhecida no Rio de Janeiro, com grande admiração dos fiéis protestantes dali, o que poderia atrair muitos deles ao integralismo.

Logo no primeiro número, *Anauê!* cumpriu as expectativas e apresentou ao leitor uma revista diferenciada, com muitas fotografias de militantes e figuras de destaque da AIB – inclusive uma página para destacar e colocar num quadro, com a foto de Plínio Salgado -, artigos que trataram de cinema, rádio e literatura, além de críticas ao comunismo, com deferência aos de Miguel Reale e Gustavo Barroso. Aí se destaca a postura intencional da imprensa integralista em eger um inimigo maior para atrair o leitor, pois Reale e Barroso nunca tiveram como foco principal o comunismo em suas teorias, mas na primeira participação na revista direcionaram duras palavras a essa ideologia. Os artigos foram distribuídos estrategicamente um após o outro, o que denotava a intenção da revista, já que colocou dois dos principais líderes da AIB, em sequência, escrevendo contra o comunismo.

Nota-se, ainda nesta edição, que antes mesmo da formação do Sigma Jornaes Reunidos (lançado em setembro de 1935) e da Secretaria Nacional de Propaganda (1936), já havia esforço das autoridades da AIB em controlar o que se noticiava em periódicos integralistas. Logo na primeira página da revista, Custódio de Viveiros, chefe do

Departamento de Imprensa, neste momento alocado dentro da Secretaria Nacional de Propaganda, escreve o seguinte: “Tendo examinado os originaes da materia a ser publicada no primeiro numero da revista “Anauê!”, e nada achando em desacordo com a doutrina integralista, autorizo sua publicação” (*Anauê!*, nº 1, jan. 1935, p. 1).

Menezes apareceu no expediente da revista, como diretor geral, de janeiro de 1935 a setembro de 1936, período no qual foram publicadas doze edições. A número um trouxe consigo a indicação de revista **mensal** ilustrada, contudo nunca cumpriu cronograma de publicação enquanto Menezes a dirigiu. Não obstante a indicação de periodicidade, o segundo número foi lançado apenas em maio de 1935, e o terceiro em agosto do mesmo ano. Na tabela abaixo é possível observar essa irregularidade nas doze edições mencionadas e, também, a periodicidade que vinha estampada em suas páginas:

Indicação de periodicidade de publicação

| ANO | EDIÇÃO | MÊS | PERIODICIDADE INDICADA |
|------|--------|----------------------|------------------------|
| 1935 | 1 | Janeiro | Mensal |
| 1935 | 2 | Maio | Mensal |
| 1935 | 3 | Agosto | Mensal |
| 1935 | 4 | Outubro | Mensal |
| 1935 | 5 | Dezembro | Quinzenal |
| 1936 | 6 | Janeiro | Quinzenal |
| 1936 | 7 | Janeiro ² | Quinzenal |
| 1936 | 8 | Março | Mensal |
| 1936 | 9 | Abril | Mensal |
| 1936 | 10 | Maio | Mensal |
| 1936 | 11 | Julho | Mensal |
| 1936 | 12 | Setembro | Mensal |

É possível fazer algumas considerações apenas com esses dados. Primeiramente, é evidente que a revista não conseguiu manter uma periodicidade de publicação, o que prejudicava bastante seu contato com o público. Ainda que quase toda edição indicasse ser mensal, não chegou às bancas nos meses imediatamente subsequentes. Pode-se aventar que

² Nesta edição aparece janeiro nos cabeçalhos das páginas internas da revista, mas no expediente encontra-se o seguinte: “1º Quinzena de Fevereiro”.

por problemas financeiros tenha ocorrido tal fato, assim como é identificável uma possível desavença entre as pessoas que geriam a publicação. Na primeira edição, o nome de Julio Lopes Guedes Pinto era colocado como gerente no expediente, o que não mais aconteceu. Foi então que na edição de agosto, terceira vez que *Anauê!* chegava ao mercado, Eurípedes Menezes fez um esclarecimento, numa espécie de editorial, intitulado “Reajustamento”:

O título é um pouco liberal-democrático mas cabe bem aqui. Na verdade este numero de “Anauê!” vale como um reajustamento. Ferida logo no seu primeiro numero por um golpe que lhe abalou profundamente as finanças, a nossa revista só á custa de sacrifícios os mais penosos poude dar as duas edições anteriores a esta. Não é mais segredo para ninguém a falta de criterio com que agiu pessoa em quem inteiramente confiavamos e que, abusando da nossa confiança, criou-nos as mais sérias situações. Felizmente, tudo passou. Sobre a indecisão dos dias que se foram, ergue-se agora a rutilante esperança dos dias que hão de vir. “Anauê”, reorganizado seu corpo administrativo e redaccional, entra numa nova phase na qual, com o auxílio dos leitores, se há de afirmar definitivamente, realizando integralmente o programma que se traçou.

Este numero que circula sente-se atingido pelo abalo alludido, mas é já uma prova de nosso esforço. Para os seguintes novos horizontes se abrem. Deus nos há de ajudar e, confiantes nelle, é que nos pomos em marcha na conquista desta nova phase. (Anauê!, nº 3, ago. 1935, p. 63)

Tal desabafo foi complementado com alguns alertas aos assinantes, nos quais fica claro o tom pesado sobre Guedes Pinto:

Scientes de que pessoas pouco escrupulosas se têm inculcado nossos agenciadores de assignaturas faz-se preciso que esclareçamos o seguinte:

- a) *Só os nossos representantes autorizados podem angariar assignaturas para esta revista.*
- b) *Estas assignaturas são tomadas para 12 numeros.*
- c) *Os chefes de núcleos são considerados nossos representantes autorizados.*
- d) *As pessoas que tomaram assignaturas e não receberam ainda a revista devem se dirigir á gerencia, dando o nome do agente e o numero do talão. Com prejuízo, embora, os consideraremos nossos assignantes.*
- e) *O Sr. Julio Lopes Guedes Pinto deixou há muito a nossa revista, não tendo nenhuma autoridade para usar do nome “Anauê”. (Idem, p. 63)*

É notável o esforço em relatar toda uma situação em que alguém inescrupuloso atingiu a revista, alertando ao fato de que apenas representantes autorizados podem vender assinaturas e, no final, destacar que Julio Pinto não faz mais parte da revista e não tem direito de se valer dela. Ainda que não seja possível afirmar que ele tenha realmente dado um golpe ou causado problemas financeiros à *Anauê!*, é inegável que saiu do grupo com sérias divergências.

Independente disso, o periódico não conseguiu manter padrão de publicação, sem mencionar que seu número de páginas diminuiu consideravelmente (50%) a partir da quinta edição, passando de 64 para 32, quantia que se manteve até a saída de Menezes da direção. Não se pode creditar tais problemas apenas a esse possível golpe sofrido. Pequenos detalhes demonstram que não havia um zelo aprofundado no feitiço de *Anauê!*, como por exemplo, seu sétimo número indicar no expediente que a publicação era da primeira quinzena de fevereiro, ao passo que as páginas internas vieram grafadas no cabeçalho com “janeiro”. É algo irrisório, mas que, numa revista que apresentava sérios problemas de manutenção e organização, denuncia que as complicações não advinham apenas de setores externos ao grupo dirigente.

Talvez as outras incumbências do diretor-geral tenham contribuído para isso. Eurípedes Cardoso de Menezes, junto com Mayrink e Almeida Salles, foi homem de destaque nas bandeiras de penetração do interior nordestino. Essa empreitada tinha por objetivo divulgar o integralismo por todo canto, entrando no território brasileiro, assim como fizeram os bandeirantes no período colonial. Figuras tratadas como heróis pelos integralistas, os bandeirantes eram vistos como responsáveis por desbravar e integrar o território. Essa ação da AIB também pode remeter a uma resposta ao esforço de Prestes nos anos 1920, com sua coluna que atravessou o país chamando o povo a se insurgir. O modo de realizar as bandeiras integralistas lembra bastante a coluna de Prestes. Levando-se em conta a ascensão da ANL em 1935, é simbólico que os integralistas tenham se dedicado a essa tarefa.

A bandeira que penetrou o centro da província pernambucana, chefiada por Menezes, foi até o alto sertão, percorrendo Vitória, Altinho, Bebedouro (atual Agrestina), Bezerros, Gravatá, São Caetano, Belo Jardim, Caruaru, Pesqueira do Rio Branco (possivelmente atual Arcoverde, que pertencia ao município de Pesqueira), Buíque, Afogados (Afogados da Ingazeira), Alagoa de Baixo (atual Sertânia), Varas (atual Jabitacá distrito de Iguaraci), Macacos (atual Iguaraci), Espírito Santo (atual Tabira), São José do Egito, Flores e Triunfo. É bem provável que esse esforço tenha demandado dedicação considerável do diretor-geral de *Anauê!*.

Outro ponto a destacar é a importância que os textos também tiveram na revista. Óbvio que *Anauê!* foi a publicação integralista que mais recorreu às imagens e depositava nessas grande esperança na doutrinação e sedução dos leitores. O objetivo aqui não é realizar uma análise de conteúdo mais profunda, seja das imagens ou textos, mas sim de evidenciar uma característica que vem sendo negada ao periódico. Numa avaliação por amostragem, recorrendo à observação de todas as edições de *Anauê!*, é inegável que ela dedicou espaço considerável ao texto escrito, como se observa em várias edições a sequência de páginas apenas com textos e sem imagens (a não ser de publicidade). Além do conteúdo de tais textos, que tinham claro fito de doutrinar e formar o militante.

Num estudo sobre a imagem da criança veiculada na publicação, Caio Gabriel afirma que

*... a revista Anauê! se diferencia dos demais veículos de comunicação oficial do movimento devido a sua proposta de discurso doutrinário ser voltado **quase exclusivamente** para a exposição ideológica através do “visual”, ou seja, por meio de imagens iconográficas, em especial a fotografia. (GABRIEL, 2008 – grifo meu)*

Outro autor, Rodrigo Oliveira, afirmou de forma mais moderada que “a doutrina é transmitida nesta revista mais pela imagem do que pelo texto” (OLIVEIRA, 2004, p. 136), ou seja, ainda que a imagem tenha papel preponderante, os textos também exercem função de doutrinação, em muitos casos sendo mais expressivos do que os recursos iconográficos. É notável, por exemplo, que *Anauê!* veiculou muitas imagens de lideranças integralistas, de manifestações estaduais dos integralistas e de militantes em atividades cotidianas, como casamentos, aniversários e velórios. Em todas se observa um estilo de comportamento do integralista, uma postura corporal e simbólica, o que expõe o caráter pedagógico da revista em educar o corpo, o que também aconteceu em *A Offensiva*, como bem demonstrou Renata Simões (Ver SIMÕES, 2009). Essa tendência também se observa no trabalho de Caio Gabriel, ao demonstrar que as crianças eram orientadas desde cedo em suas posturas. Enfim, realmente a doutrina se aplicava em grande parte pela imagem.

Por outro lado, a orientação ideológica só seria completa ao dissolver (simplificar) as justificativas teóricas e históricas dos líderes por meio dos textos. Há na verdade uma junção entre imagem e texto na revista, na qual um complementa o outro, atuando juntos na doutrinação completa do militante, inculcando neles tanto os padrões comportamentais e corporais, como a ideologia por meio dos textos didatizados dos conteúdos teóricos.

Não se trata aqui de negar a importância das imagens, muito pelo contrário, mas de explicar que não se pode tomar a autodefinição de “revista ilustrada” como determinação na avaliação de *Anauê!*. De fato ela era ilustrada e valia-se muito das imagens, o que não implica o menosprezo ao texto escrito. Apenas uma folheada rápida nas edições já demonstra que o periódico depositava também grande confiança na palavra escrita. Portanto, a doutrinação não se limitava às imagens.

Tudo começava pela capa. Em todas as edições a capa dispunha imagem forte, o que representava o primeiro impacto à visão do leitor. Elementos simbólicos foram expostos em todas elas, como Plínio Salgado, o Sigma, a cor verde e figuras que destacavam o nacionalismo na visão dos integralistas, como o índio e heróis nacionais. As capas eram usadas para destacar os símbolos integralistas, ao passo que o interior se dedicava a assuntos mais diversos, mesmo que o peso maior seja dado ao anticomunismo e às atuações dos manifestantes estaduais da AIB.

Com o duplo objetivo de doutrinar o militante e conquistar novos para as fileiras da AIB, *Anauê!* era peça fundamental para o movimento, pois era a publicação que mais adotou elementos da modernidade utilizados por grandes periódicos nacionais. Sendo assim, a organização da revista deveria ser tomada com zelo, o que em alguns aspectos não vinha acontecendo como já exposto. Trata-se de notar que toda a imprensa integralista foi alvo de uma revisão, como demonstra o Congresso de Imprensa Integralista realizado em dezembro de 1936, convocado pela necessidade de articular o papel da imprensa no ano vindouro. Já que os objetivos passaram a ser políticos e não revolucionários, era importante organizar as publicações de maneira focada, para que a AIB se destacasse ainda mais no país.

Neste congresso participaram 60 representantes de periódicos integralistas que, juntos, discutiram os caminhos de conteúdos e organização das publicações. Presidido por Olbiano de Mello, o congresso incentivou que todos apresentassem os problemas de seus jornais, sem temer susceptibilidade alguma (LEAL, 2006, p. 53-56). Tudo indica que a AIB mais uma vez reconhecia o papel da imprensa num embate político e na formação da população, tal como Plínio Salgado a entendia. No ano seguinte, o jornalismo teria que atuar em consonância com os objetivos partidários da AIB, posto que pretendia apresentar um candidato à presidência.

Na fala de Gustavo Barroso ficou evidente a função do jornalismo: “o integralismo deseja que o jornalismo seja um verdadeiro sacerdote” (Ata Final do Congresso de Imprensa, 1936, p. 2). Em sequência, Plinio assumiu a palavra, sendo louvado por vários minutos, segundo a ata. Ali, entre outras coisas, tratou da questão da sucessão presidencial, comparando-a a um jogo do bicho, cujos políticos jogam com o destino do país. Clama aos

jornalistas do Sigma para que se coloquem contra tal realidade (Idem, p. 4). Observa-se, pois, que o chefe nacional da AIB reconhecia o importante papel da imprensa na questão presidencial do ano seguinte. Nesse sentido, *Anauê!* surgia como um dos principais veículos para tal finalidade.

Na verdade, ainda na sua 12ª edição, a revista já apresentou no expediente a informação de que pertencia à Empresa Guanabara SA, o que indicava provavelmente a sua venda, no entanto, Menezes continuava como diretor. O número seguinte, que saiu em março de 1937, já apresentava um novo diretor-geral, Manoel Ferraz Hasslocher que, segundo informações da própria *Anauê!*, a teria comprado de Menezes em fevereiro do mesmo ano. As informações organizativas mais uma vez demonstravam descompasso, já que em setembro uma empresa que nunca tinha aparecido surgiu como proprietária do periódico, e meses depois Hasslocher é apresentado como novo dono, e a tal Empresa Guanabara não mais.

O fato é que esses pequenos problemas seriam minimizados, já que sob novo comando a publicação se tornaria estável, mantendo padrão em sua periodicidade – saindo todo mês - e aumentando o número de páginas para 64 por edição, sem oscilações. Os responsáveis por essa melhora na organização da revista foram o diretor-responsável Hasslocher e os diretores auxiliares José Loureiro Júnior e Almeida Salles.

Tais nomes representam a importância dada à revista, especialmente por Salgado, que a tinha como sua “netinha” e tratou de ter homens de confiança em sua direção. Hasslocher tinha ligações muito próximas com o chefe dos camisas-verdes, além de ser Conselheiro Nacional e membro do Diretório Nacional da AIB; Loureiro Jr. além membro de destaque no movimento como secretário assistente de Salgado, era seu genro, casado com Maria Virgília Salgado Loureiro. Almeida Salles era Secretário Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais, mas ficou pouco tempo como diretor auxiliar. Contudo, um responsável por questões eleitorais da AIB dentro de *Anauê!* diz muita coisa sobre seu direcionamento a partir daquele momento.

As modificações no ano de 1937 levam a crer que houve uma orientação da cúpula alta da AIB para que *Anauê!* tomasse novos rumos e entrasse no mercado com força, já que aquele ano seria de extrema importância para as pretensões políticas dos integralistas. Mais que isso, o Congresso de Imprensa demonstrou que não apenas *Anauê!* foi discutida, mas toda a imprensa integralista, com o intuito de cuidar dos conteúdos e organização de cada periódico, voltados, de acordo com as conclusões do Congresso, para a doutrinação do público (LEAL, *Op. Cit.*, p 55). Assim, com vistas a objetivos certos, a revista trouxe uma mensagem ao leitor, deixando claro que havia encontrado seu caminho:

“ANAUE!” entra numa nova phase de vida. Isso que dizer que “ANAUE!” já alcançou o amadurecimento necessario para impôr a si mesma uma norma definitiva de actuação. As revistas nascem como as creanças: sem physionomia. A acção do tempo determina o nascimento dos traços como nas decalcomanias o roçar leve do dedo humido faz aflorar as côres. Se todas as revistas têm uma missão, a missão desta se desdobra agora imperiosamente deante de nós (...)

Essa energia vigilante a revista fará presente em todos os lares do Brasil. As suas paginas reflectirão as etapas todas da grande campanha que o Sigma está conduzindo por todo o immenso território do paiz.

Nos episódios mais apagados e nos acontecimentos mais soberbos, sempre poderemos denunciar isto que enche de festa o nosso coração atormentado de brasileiros desta hora – os sinais inilludiveis da grande madrugada da Nação. (Anauê!, nº 13, mar. 1937, p. 15)

Embora entrasse numa nova fase, com novo diretor, essa troca não foi feita com desentendimentos. Eurípedes Menezes continuaria a participar da revista de acordo com o anúncio de venda e, pelo o que escreveu em seu texto de despedida, na 13ª edição, reconhecia que não foi capaz de manter a publicação nos níveis desejados, o que requeria novo dirigente:

*Entrando no terceiro anno de vida, surge “Anauê!” revigorada e **a caminho de ser o periodico que sempre idealizámos.***

*Os dois primeiros annos foram um período de luctas, de penetração, de experiencias e **difficuldades.***

Definitivamente firmada e victoriosa, entra “Anauê!” agora numa nova phase. Manoel Ferraz Hasslocher passou a ser o seu director-responsável. Nada mais se necessita accrescentar.

*O nome do illustre Chefe do Protocolo da Chefia Nacional **constitue uma garantia de estabilidade e exito para a revista illustrada do integralismo.** É com justificada satisfação que passamos ao valoroso e dynamico “camisa-verde” a direção de “Anauê!”, que, em suas mãos, terá de ser, forçosamente, em pouco tempo, a melhor e mais linda revista do paiz (...)*

Dóravante, melhor do que nunca, “Anauê!” poderá reflectir a marcha gloriosa e incoercível das legiões verdes em todos os rincões da Patria; será um espelho da alma integralista; preciosa collecção de documentos photographicos da maior Revolução Americana; élo de ligação entre todos os soldados dos Sigma; repositório de tudo o que ha de mais delicado e nobre na alma brasileira; cumprirá, enfim, o programma que lhe traçámos desde o seu primeiro numero.

Á nossa querida “Anauê!”, o mais vibrante e sincero anauê! (Idem, p. 29)

Anauê! realmente manteve um padrão a partir daí e certamente buscou alcançar os objetivos propostos sob a direção de Hasslocher. Contudo, com a promulgação do Estado Novo, tudo mudaria, mesmo com o apoio dos integralistas ao golpe de Getúlio Vargas. No início de dezembro de 1937 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 37, que entre outras imposições, dissolveu todos os partidos políticos – inclusive a AIB – e proibiu o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos. Isso significou um golpe fatal ao integralismo e à *Anauê!* que, por suas características, apresentava-se como revista ilustrada e compunha grande parte de seu conteúdo com imagens das simbologias integralistas e de seus militantes uniformizados. Diante de tais censuras, a revista encerrou suas atividades no mesmo mês do decreto. Era o fim da maior e mais importante revista dos camisas-verdes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ata do Primeiro Congresso de Imprensa Integralista, realizado em dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público de Rio Claro-SP.

BERTONHA, João Fábio. *Fascismo, nazismo e integralismo*. São Paulo: Ática, 2003.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 103-130.

GABRIEL, Caio César. *A construção da mitologia integralista por meio da iconografia da revista Anauê! (1935-1937)*, 2008. Disponível em www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph/autores.html. Acesso 10 abr. 2011.

JUNIOR, Arnaldo Érico Huff. Protestantismo, Modernização e Estado Leigo: Luteranos confessionais entre a ortodoxia e a laicidade nos inícios da era Vargas. *Rever*, ano 8, mar. 2008. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv1_2008/t_huff.htm. Acesso em 29 abr. 2011.

LEAL, Carine de Souza. *Imprensa Integralista (1932-37): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (monografia)

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2003.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2009. (tese doutorado)
- _____. *“Perante o tribunal da História”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2004. (dissertação mestrado)
- RÉMOND, René. Uma história presente. In. _____(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1996, P. 13-36.
- SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In. FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 447-506.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SIMÕES, Renata Duarte. *A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)*. São Paulo: USP, 2009. (tese de doutorado)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In. FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 297-336.
- VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

OS TEXTOS HISTORIOGRÁFICOS DE LUIS PALACÍN SOB A ÓTICA DO CONCEITO DE “CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO” DE JÖRN RÜSEN: UMA ANÁLISE SOBRE IDENTIDADE

Rogério Chaves da SILVA¹

rcmabr@gmail.com

RESUMO: Nesse texto, busco analisar, a partir do conceito de “constituição histórica de sentido” elaborado por Jörn Rüsen, os elementos identitários subjacentes aos textos historiográficos produzidos, nas décadas de 1980 e 1990, pelo historiador Luis Palacín Gomez.

PALAVRAS-CHAVE: Jörn Rüsen, Luis Palacín, Identidade.

ABSTRACT: In this article, I seek to analyze, from the concept of "historical constitution of sense, " elaborated by Jörn Rüsen, the identity elements underlying the historiographical texts produced in the 1980 and 1990 by historian Luis Gomez Palacín.

KEYWORDS: Jörn Rüsen, Luis Palacín, Identity.

Uma história, em sua versão científica, não pretende simplesmente exarar o que e como foi o caso no passado, embora seja fundamental abrigar tal pretensão. A elaboração cognitiva do passado, realizada pela história, abriga em si potencialidades orientadoras para os praticantes dessa tarefa e para os que recepcionam esse conhecimento produzido. Mas, a história somente pode se tornar válida para efeito de orientação da vida atual, se uma etapa primordial do processo de construção do conhecimento histórico se concretiza: a representação narrativa dessa investigação, ou seja, através da construção de um texto que se pretende “histórico”.

Um dos grandes desafios, para a ciência da história, reside, então, na compreensão da significação cultural do passado “atualizado”, pois toda pesquisa histórica desenvolve-se a partir de um questionamento dirigido a esse passado, “encontrável” nas fontes e que corresponde, em parte, a um interesse do presente, em busca de orientação temporal. Sendo assim, os fatos obtidos pela pesquisa seriam, pura e simplesmente, sem sentido e significado se não fossem alcançados como fatos destinados à transformação em histórias, isto é, em memórias indispensáveis à vida. E essa conexão entre a experiência humana do passado, extraída a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente, somente se dá através da narrativa.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Paraíso do Tocantins

Desde a “crítica narrativista”, essa relação entre pesquisa e escrita da história vem ganhando outros contornos. Sob a influência dos trabalhos de expoentes do chamado *Linguist Turn* (FALCON, 2002, p. 28), houve uma espécie de inversão do modo tradicional de conceber o problema da relação entre pesquisa e escrita da história, isto é, o realce da escrita em detrimento da pesquisa. A conscientização por parte dos historiadores de que sua pesquisa, materializada por meio de um texto, constitui-se, sempre, em uma narrativa, produziu diversas reflexões sobre esse ato de se escrever história. É no interior desse proscênio de reflexão, praticada no âmbito da teoria da história, que o arcabouço teórico do alemão Jörn Rüsen ganhou repercussão. Na arquitetura teórica de Rüsen, os pressupostos narrativistas não são demonizados e sim, em certa medida, incorporados à teoria da história. O que não significa que Rüsen compartilhe com o pressuposto de reduzir o discurso histórico a aspectos literários, mas que há uma tentativa explícita de reabilitar a ideia de narratividade conectando-a aos procedimentos metódicos da pesquisa.

Essa visibilidade dada por Rüsen aos aspectos que circundam a escrita da história pode ser atestada através de seu conceito de “matriz disciplinar”, que consiste no “conjunto sistemático de fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da história como disciplina especializada” (RÜSEN, 2001, p. 29). Por meio desse construto conceitual, Jörn Rüsen caracteriza as condições em meio às quais os historiadores produzem conhecimento histórico, articulando operações inerentes à vida humana com procedimentos típicos da ciência especializada: “carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa, formas de apresentação e funções orientadoras” (RÜSEN, 2001, p. 35). O quarto fator da matriz, “as formas de apresentação”, consiste na etapa em que o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia. Se as histórias são escritas a partir dos resultados da pesquisa, a historiografia deve ser entendida enquanto produto intelectual dos historiadores, um saber redigido. Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete às carências de orientação de que se originou, pois as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público.

Narrar, então, “torna-se uma prática cultural de interpretação do tempo. A plenitude do passado, tornado presente, se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” e que pode ser caracterizada como uma narrativa” (RÜSEN, 2001, p. 149). Mais do que uma mera narrativa, a historiografia apresenta uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, pois conecta método a sentido. Para Rüsen, a historiografia não representa, pura e simplesmente, um “artefato literário”, nem mesmo se traduz na mera transposição dos resultados da pesquisa. Para se afastar dessa herança “objetivista”, Rüsen dedicou-se a refletir sobre os

aspectos que circunscrevem a prática de se escrever história. Isso fica evidente nas suas considerações sobre os planos estético e retórico das formas de apresentação.

Ao considerar os procedimentos poéticos que cercam a escrita da história, Rüsen se aproxima dos narrativistas, pois pactua com a idéia de que historiografia não se resume em mera agregação de resultados de pesquisa, reguladas metodicamente. *Pari passu*, se desvencilha dos narrativistas, ao discordar que a historiografia seja mero artefato estético, lingüístico, totalmente desvinculado da investigação metódica. Rüsen absorve aspectos da crítica narrativista, mas decanta-os. Portanto, a historiografia, apesar de calçada metodicamente, não se resume em facticidade pura, mas abriga em si caracteres poéticos e de cognição, comportando forma e sentido, que estão subsumidas nas definições de planos estéticos e retóricos da historiografia. Para Rüsen, a dimensão estética da formatação historiográfica pode ser denominada de “coerência de beleza”, enquanto a dimensão retórica pode ser entendida como “coerência de eficácia”.

Na historiografia, “a dimensão estética da historiografia consiste na inclusão, na formatação do saber histórico, de elementos lingüísticos que se referem às dimensões pré e extracognitivas do saber histórico” (RÜSEN, 2007b, p. 30-31). Os conteúdos cognitivos são elaborados esteticamente de forma a criar nos destinatários do conhecimento, disposição para o agir:

Com esses elementos [lingüísticos], a subjetividade dos destinatários é interpelada no plano em que lida com a força sensorial, simbólica e representativa da relação com o mundo, da auto-expressão e da autocompreensão. Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto. (RÜSEN, 2007b, p. 31)

Já no plano retórico, o sujeito do conhecimento se incumbe da tarefa de edificar um produto discursivo capaz de embrenhar-se no ambiente lingüístico e cultural da recepção. Na elaboração cognitiva da experiência do passado ocorre uma adequação de linguagem que cimenta a intenção comunicativa e viabiliza a comunicação. Essa adequação de linguagem se refere à preocupação de comunicar-se com o público a que se destina o texto historiográfico. É o momento da edificação discursiva em que a intenção de efeito sobre o receptor atinge sua

elaboração adequada. O discurso produzido pode se infiltrar no âmbito subjetivo do agir, influenciando seu receptor na condução de sua vida e, assim, alterar a ordem do mundo humano:

“Retórica” é toda e qualquer historiografia, uma vez que está sempre determinada pelas intenções de seu autor, dirigidas aos seus destinatários potenciais. Essa intencionalidade pode ser mais bem explicitada: ela se dirige (evidentemente pelos mais diversos graus) de mediação ao ponto da vida humana prática, em que os significados do tempo interpretado exercem uma função de orientação prática da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo. (RÜSEN, 2007b, p. 35-36)

Apesar de os planos estético e retórico estarem interligados às formas de apresentação, e seu desenvolvimento se dirigir à ligação das narrativas com seu público destinatário, a cognição histórica depende da relação da historiografia com a pesquisa, pois é justamente essa relação que impõe fronteiras ao livre jogo da subjetividade humana, quando se constrói conhecimento histórico. Por conseguinte, ao tematizar o(s) sentido(s) aos quais as formas de apresentação se ligam, Rüsen não partilha da concepção narrativista de que há uma total autonomia da historiografia em relação à pesquisa. A construção de sua tipologia da constituição histórica de sentido tende a realçar tal autonomia, mas, segundo o historiador alemão, é uma autonomia de caráter formal, pois mesmo que essa tipologia esteja mais ligada ao potencial orientador das narrativas historiográficas, isso não significa que se desconsidere o fato delas terem sido baseadas em pesquisa.

Para a caracterização desses “tipos” de constituição histórica de sentido, é preciso compreender que o caráter histórico da narrativa historiográfica configura a forma como o passado é interpretado, através de um constructo próprio denominado “história”, e como essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo. Ao “presentificar” o passado, a narrativa historiográfica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico. De acordo com Rüsen, a imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado pode ser caracterizada através do conceito de “constituição histórica de sentido” (RÜSEN, 2001, p. 160). É neste constructo categorial que se manifesta outra grande contribuição teórica de Rüsen: a edificação de uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas históricas, as constituições históricas de sentido tradicionais, exemplares, críticas e genéticas.

A chamada constituição tradicional de sentido carrega consigo o princípio da afirmação, pois a mudança temporal é interpretada com a representação de uma duração que se

eterniza no tempo, quando são rememoradas as origens das condições atuais da vida. Isso porque a orientação histórica obedece ao imperativo de reconhecer que o agir humano no passado se operou mediante a orientação de tradições, que possibilitaram a esse agir a condição de se afirmar ante as experiências do tempo. Essa permanência no tempo, típica das tradições, refere-se ao princípio da afirmação, tendo em vista que, dentro desses universos simbólicos, afirmam-se conteúdos culturais que transcendem ao tempo e que orientam o agir humano, passado e presente, apagando a noção de historicidade:

Toda orientação histórica da vida humana prática baseia-se no pressuposto incontornável de que a vida humana prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. [...] Essa circunstância prévia da orientação histórica, como condição da possibilidade da vida humana prática, é a base objetiva e o ponto de partida subjetivo de toda atividade da consciência histórica e de todo entendimento comunicativo dos construtos narrativos de sentido. Pode ser descrita como tradição, como presença pura e simples do passado no presente. Nela, a história está sempre “viva”, como força influente das chances de vida previamente decididas e como apreensão significativa do processo temporal dos atos que fazem a vida humana. [...] Afirmação, como condição necessária da orientação histórica, constitui o topos da narrativa tradicional e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde. (RÜSEN, 2007b, p. 35)

Na constituição exemplar de sentido, a rememoração da experiência do passado é orientada de forma a confirmar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. As narrativas exemplares comportam em si o princípio da regularidade, pois, a partir dos exercícios da rememoração do passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em diferentes contextos, em diversas situações particulares da vida, seguindo a famosa premissa da *Historia magistra vitae*:

Esse critério de sentido distingue-se do critério da afirmação por uma relação mais ampla com a experiência e por um grau mais elevado de abstração. Ele permite que sejam sintetizadas diversas tradições em interpretações unificadas das experiências temporais e que seja estendido significativamente o alcance das experiências históricas relevantes para a orientação. As regularidades são o inventário necessário das interpretações das experiências que influenciam o agir e a capacidade reguladora é um elemento essencial da força da identidade. (RÜSEN, 2007b, p. 46)

Na constituição crítica de sentido, o sujeito do conhecimento revela sua diferença ou sua contraposição a outros sujeitos ou situações enunciados pela experiência humana ou por

histórias. Segundo Rösen, “é necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos expressem sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos” (RÜSEN, 2007b, p. 46). Caracterizadas pelo princípio da negação, nessas narrativas críticas as experiências rememoradas são contra-experiências, e sua evocação é capaz de revelar contradições e inconsistências nos modos habituais de representação do passado. A constituição crítica de sentido amplia e reforça o alcance da orientação histórica, considerando que, em certa medida, rejeita aspectos consolidados tradicionalmente.

Já na constituição genética de sentido, a rememoração da experiência do passado possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada como alicerce de uma perspectiva apta para a orientação cultural da vida. Assinaladas pelo princípio da transformação, as narrativas genéticas constituem-se na forma preponderante das narrativas históricas em sua versão científica, pois tornam explícita a historicidade do fluxo temporal. Esse tipo de narrativa, então, constrói os processos de mudança temporal de modo que possam ser compreendidos como gênese do arranjo de circunstâncias materiais e simbólicas em que se dá a vida prática atual:

A mudança temporal deve poder receber uma qualidade de sentido apta a orientar o agir, pois ela não se aquieta no mero sentido guardado na memória e carece de ser significada em si mesma. Isso ocorre mediante o princípio da transformação. Por ele, a própria mudança temporal torna-se ponto de vista orientador da vida prática e da formação de identidade. (RÜSEN, 2007b, p. 46)

Analisando a dimensão estético-retórica das narrativas historiográficas e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a tipologia das constituições históricas de sentido, Rösen empresta importante contribuição à ciência da história, tendo em vista que o sentido impregnado nessas narrativas e o potencial orientador que elas propiciam são tratados, por ele, como parte constituinte desse tipo de ciência. Assim, a contradição que é posta, principalmente pelos narrativistas, entre método e sentido, é apenas aparente, pois, embora o modo científico de elaboração de argumentos seja estranho à vida cotidiana, esse tipo de argumentação não passa de uma forma de exprimir o conteúdo de sentido da experiência. A busca pelo controle metódico como índice de validação da cientificidade da história não incompatibiliza o papel orientador dessa modalidade de pensamento histórico. Segundo Rösen, as narrativas historiográficas “sempre estiveram conexas com a racionalidade metódica da pesquisa científica, mas foram desprovidas de seu papel constitutivo no processo de produção de sentido ao lidar com a experiência do passado” (RÜSEN, 1996, p. 93).

Seguindo essa perspectiva, para que se compreenda como a historiografia media essa relação entre método e sentido é necessário perscrutar o potencial orientador dessas histórias, baseadas em pesquisas e expressas linguisticamente em narrativas. O trabalho orientador da história somente se efetiva quando a narrativa histórica, produzida a partir da reconstrução da experiência do passado, apresenta uma relação válida com a vida prática do público destinatário. Ao apresentar o passado por meio de uma narrativa, o presente emerge e os resultados da pesquisa são transplantados a um *locus* discursivo diferente daquele em que se deu sua produção. A historiografia não se encarrega somente de dizer o que foi algo no passado: também faz com que o conhecimento alcançado pela pesquisa seja revestido de orientação para os produtores e os destinatários desse saber. Deste modo, torna a factualidade do passado, investigada pela pesquisa, significativa para os processos de atribuição de sentido do universo cultural do presente.

Analisar a relevância dessas narrativas para a vida é admitir que a dimensão orientadora de toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. Rüsen afirma que o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo:

Consolidar identidades mediante consciência histórica significa aumentar a acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo, no tempo, com as quais e pelas quais os sujeitos humanos (na prática das relações sociais com os demais) exprimem quem são e o que pensam ser os outros. (RÜSEN, 2001, p. 125)

Mesmo que a história, em sua versão científica, esteja revestida da pretensão de exarar o que e como foi algo no passado, ela também abriga, em si, funções orientadoras. Essa forma de elaboração cognitiva da experiência do passado, reconhecida sob a denominação de ciência, realiza uma trajetória que, segundo a matriz disciplinar de Rüsen, vai desde a erupção dessas carências ao desempenho das funções orientadoras como resposta a esse contexto de demandas por sentido. Todavia, neste trajeto, outros itinerários precisam ser visitados para que o potencial orientador do conhecimento histórico possa ser realizado. É indispensável trafegar pela investigação da experiência do passado e pela edificação de representações narrativas embasadas em resultados investigativos, para que o conhecimento histórico retorne ao mundo humano com funções didáticas.

Conforme o construto teórico de Rüsen, mesmo que a produção do conhecimento histórico, na ciência da história, parta de carências de orientação do presente, sedentas por serem saciadas, não significa que esse conhecimento resulte em orientação somente para o contexto de vida ao qual ele, *a priori*, foi endereçado. Para garantir a efetividade da orientação, é primordial que a relação entre conhecimento e agir seja estabelecida pelas esferas mais fecundas do conhecimento histórico em sua versão científica, as da pesquisa e da historiografia, e conectadas ao âmbito da recepção dos discursos historiográficos. A “legitimidade social” do conhecimento produzido parte do pressuposto que o conhecimento histórico está alicerçado em interesses emanados da vida prática. Mas, uma vez teorizados, metodizados e representados em narrativas, esses interesses acabam retornando à vida humana revestidos de funções orientadoras.

Na estrutura da matriz disciplinar de Jörn Rüsen, as funções orientadoras ocupam o quinto e último princípio. Partindo da premissa que as carências de orientação ativam o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da história não pode ser fundamentada sem se considerar essa função de orientação. Absorvendo alguns aspectos da crítica narrativista, Jörn Rüsen agrega aos fundamentos da história como ciência o problema da recepção do conhecimento histórico produzido. Segundo ele, é importante considerar o modo como se dá a recepção do conhecimento histórico, pois é essencial para o bom aproveitamento das potencialidades racionais das histórias elaboradas por historiadores profissionais. À forma adequada de o pensamento histórico realizar a reconexão do saber especializado da ciência à vida prática, Rüsen definiu como “formação histórica”:

Formação significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprios, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade. (RÜSEN, 2007 b, p. 95)

Logo, na ciência da história, as funções orientadoras abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da produção e recepção das narrativas históricas. A identidade, então, acaba se constituindo em um referencial para a orientação do agir humano. “Ela informa os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser” (RÜSEN, 2001, p. 3). A identidade, para Rüsen, é um

momento essencial da socialização humana, pois caracteriza a “relação dos homens e dos grupos humanos consigo mesmos, a qual se põe, por sua vez, em relação com os demais homens e grupos humanos, resultando num processo social de interação e interpretação recíproca de sujeitos” (RÜSEN, 2001, p. 37).

É imprescindível salientar que, embora a constituição metódica da ciência da histórica gere certo afastamento do universo da vida prática, este tipo de ciência é parte integrante deste universo, pois, mesmo regulados metodicamente, os produtos historiográficos não perdem sua importância na definição dos conteúdos identitários.

Após esse breve panorama teórico sobre a concepção de matriz disciplinar de Jörn Rüsen, sobretudo, do conceito de “constituição histórica de sentido”, incumbir-me-ei de demonstrar seu potencial cognitivo para a compreensão do exercício de se fazer história e, em especial, para se perceber a construção de identidades que, muitas vezes, estão subjacentes a esta prática científica. Para isso, dispor-me-ei de alguns textos do historiador espanhol Luis Palacín Gomez², selecionando parte de sua produção historiográfica das décadas de 1980 e 1990.

Luis Palacín, ao pisar em solo goiano na década de 1960, iniciou sua trajetória acadêmica e se tornou um dos grandes historiadores que pesquisaram em Goiás e sobre a história do estado. Como um homem que lidava com a construção de conhecimento histórico, é perceptível a relação existente entre seus interesses cognitivos com respeito ao passado e algumas especificidades de sua vida pessoal. Pois, embora seja história de Goiás, por sua estada de quase quarenta anos no estado, o grosso calibre do arsenal historiográfico palaciniano³, outro tema que se mostra “caro” ao universo cultural desse historiador refere-se a questões relativas à Igreja Católica, em especial, à Companhia de Jesus. A afinidade de Palacín com essa ordem religiosa revela uma relação de pertencimento em que inquietações pessoais, posicionamentos políticos, religiosos, portanto, elementos de identidade acabam aflorando em seus textos.

Segundo Rüsen, os quatro tipos de constituição histórica de sentido (tradicional, exemplar, crítica e genética) podem ser identificados em qualquer narrativa histórica. Sendo

² Nascido em Valladolid, aos 21 dias do mês de junho de 1927, Luis Palacín Gómez ingressou, com 17 anos, na Companhia de Jesus, mais precisamente no Noviciado de San Estanislau, em Salamanca. Durante os anos de 1948 e 1951, cursou licenciatura em Filosofia pela *Universidade Pontifícia de Comillas*; entre 1951 e 1954, dedicou-se ao curso de História nas *Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela*, sendo que, de 1954 a 1958, diplomou-se em Teologia pela *Universidade de Comillas*. Em 15 de julho de 1957, foi ordenado sacerdote na cidade de Comillas e pouco depois, já em 1958, foi transferido por seus superiores ao Brasil, onde realizou sua Terceira Provação. No início da década de 1960, veio para Goiás, evangelizar e ministrar aulas pela *Universidade Católica de Goiás*. Posteriormente, também ingressou na *Universidade Federal de Goiás*, onde foi um dos responsáveis pela consolidação do curso de pós-graduação em História. Entre os anos de 1965 e 1967, fez seu doutoramento pela *Universidade Complutense de Madri*. Desde que chegou à cidade de Goiânia, Palacín adotou-a como um novo lar, permanecendo até sua morte em 1998.

³ Permito-me substituir a expressão “de Palacín” pela locução adjetiva “palaciniana”

assim, devido às ricas possibilidades de análise que essa tipologia proporciona, não ficarei limitado ao exame dela seguindo obra por obra de Palacín. Meu percurso estará voltado para a análise de eixos temáticos e dos tipos de constituição histórica de sentido que mais se manifestaram na produção historiográfica de Luis Palacín nos “oitenta” e “noventa” do século passado.

Logo de início, considero que, nessas obras, predominam os tipos genético e crítico. De acordo com Rüsen, o modo genético é a forma preponderante de narrativas históricas de natureza científica, pois torna explícita a historicidade do fluxo temporal a partir das transformações ocorridas no mundo humano. Na constituição genética de sentido, a rememoração da experiência do passado possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada como alicerce de uma perspectiva apta para a orientação cultural da vida. As transformações, que caracterizam as narrativas genéticas, são apresentadas em todas as obras desse período em questão. No escritos sobre Vieira, Palacín apresentou a forma como os condicionamentos sociais, sempre em mutação, acabam por influenciar a “visão de mundo” de um pensador como Antônio Vieira. Desde o domínio castelhano, passando pela Restauração Portuguesa, pela crise econômica dos seiscentos, pelo avanço do protestantismo e pelas ações da Contrarreforma, Palacín demonstrou como os fenômenos da realidade social influenciaram no modo como Vieira enxergava o mundo e projetava suas expectativas de futuro. Em “Quatro Tempos de Ideologia em Goiás”, o *modus* genético torna-se ainda mais evidente. Reconstruindo aquilo que denominou de tempos ideológicos em Goiás (o heróico, o da ideologia administrativa, o da ideologia liberal e o da ideologia da Revolução de 30), Palacín expôs a maneira como a interrelação entre o contexto social e as formas de pensamento resultou em mudanças, seja no campo da realidade ou das idéias, nos diferentes momentos da história de Goiás. Na obra “Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás”, Palacín retratou as incidências, sobre o contexto goiano, das práticas político-ideológicas do governo pombalino. Desde a perseguição aos jesuítas à devassa acerca dos crimes de corrupção no governo do Conde de São Miguel, o inaciano espanhol retratou como a “máquina de propaganda ideológica” de Pombal, gradativamente, tirou os jesuítas da direção das aldeias até sua execração total com a extinção da ordem, em 1773. Com relação à devassa empreendida contra o ex-governador da capitania de Goiás, Conde de São Miguel, Palacín remontou o início da mineração em Goiás para explicar alguns comportamentos típicos do funcionalismo público da capitania, como a privatização das funções públicas, a venda dos ofícios e o donativo. E, finalmente, no livro, “Coronelismo no extremo norte de Goiás: Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista”, o tipo genético aparece majoritariamente no texto palaciniano. Analisando as especificidades do

coronelismo em uma região, o extremo norte de Goiás, Luis Palacín narrou, detalhadamente, como se deu a volta de Padre João à sua cidade natal, Boa Vista, e sua participação em duas das três revoluções ocorridas na cidade.

Concomitante ao modo genético, o tipo crítico acaba aflorando nessas produções palacianas dos anos 80 e 90. A postura teórica de Palacín mais incisiva nestas décadas, diferente daquele historiador muito preso ao documento, somado ao trabalho com fontes muito próximas de seu universo cultural, fizeram com que esse historiador se posicionasse cada vez mais frente ao objeto em estudo, e de igual forma, fazendo com que tocasse em questões identitárias. Falar de Vieira era discorrer sobre a própria história de uma ordem religiosa a qual fazia parte. Debruçar-se sobre Pombal era tocar numa ferida aberta na história da Companhia. Analisar os impactos culturais sobre as sociedades indígenas, durante o processo de colonização, era enfrentar o desafio de refletir sobre a parcela de responsabilidade da Companhia de Jesus na “aculturação”⁴ ou no próprio desaparecimento de alguns povos indígenas. Indiscutivelmente, temas “caros” a sua atmosfera valorativa e que o fizeram expor, em determinados momentos, uma identificação ou oposição frente aos sujeitos históricos em estudo, seja indivíduos, circunstâncias ou idéias e que se manifestaram naquilo que Jörn Rüsen denomina de “constituição crítica de sentido”.

Segundo Jörn Rüsen, a constituição crítica de sentido é caracterizada pelo princípio da negação, pois, nesse tipo de narrativa, o sujeito do conhecimento revela sua diferença ou sua oposição a outros sujeitos ou situações enunciados pela experiência humana ou por histórias. “A narrativa crítica utiliza o recurso da lembrança de (contra) experiências capazes de balançar as matizes predominantes do pensamento histórico” (ASSIS, 2004, p. 70). Nas narrativas críticas, as experiências rememoradas são contra-experiências e sua evocação é capaz de revelar contradições e inconsistências nos modos habituais de representação do passado. A constituição crítica de sentido amplia e reforça o alcance da orientação histórica, pois, em certa medida, rejeita aspectos consolidados tradicionalmente.

Essa preeminência do *modus* narrativo crítico nos textos palacianos se evidencia, sobretudo, em suas obras sobre Vieira ou nas pesquisas que tangenciam temas relacionados ao cristianismo, à Igreja Católica e, em especial, à Companhia de Jesus. Para iniciar a localização e análise desse tipo narrativo, começo com um trecho de “Vieira e a Visão Trágica do Barroco”:

⁴ Não tenho a pretensão de discutir a validade do conceito, apenas lancei no texto como forma de enfatizar o ataque de alguns etnólogos à Companhia de Jesus, principalmente no que se refere à catequização dos índios durante a ocupação européia no Novo Mundo.

um homem de extraordinária inteligência, que se tinha a si mesmo como um dos políticos mais sagazes de sua época, e se gloriava de uma experiência européia, que o elevava definitivamente sobre o meio provinciano de sua nação, e que, contudo, não vacilou em predizer publicamente a ressurreição de D. João IV, por estar destinado por Deus a instaurar o Império Universal, tendo como base as estrofes sem sentido de um profeta leigo e analfabeto. (PALACÍN, 1986a, p. 19)

O conceito de consciência possível de GOLDMANN (1974), apropriado por Palacín nesta obra, consiste, em termos gerais, num verdadeiro exercício de se evitar o anacronismo, pois se busca compreender como os condicionamentos sociais podem influenciar na “visão de mundo” de um determinado sujeito histórico. Por meio desse constructo conceitual, Goldmann anseia situar os objetos no tempo e no espaço, considerando suas especificidades no campo da realidade e das idéias. No tocante a Palacín, apesar dessa apropriação, o sentido do conceito de Goldmann acabou lhe escapando, algumas vezes, em sua análise acerca do pensamento de Vieira. Primeiramente, Palacín destina, mesmo que de forma latente, uma crítica a Vieira ao afirmar que um homem, que se vangloriava de sua experiência européia, acabou prenunciando a ressurreição de D. João IV e um futuro reino cristão (o Quinto Império), que tinha como base os versos de um “profeta leigo e analfabeto”⁵. Interessante é notar que o próprio Palacín, em uma passagem anterior, afirmara que, em meio ao domínio castelhano sobre Portugal, muitas profecias pululavam naquele ambiente, prova disso, era o sebastianismo. Entretanto, causou estranheza ao historiador espanhol o fato de um cristão, do quilate intelectual de Vieira, pudesse predizer a ressurreição de um ser humano e, simultaneamente, profetizar um futuro império cristão, de direção lusitana, tendo como base as estrofes de um “analfabeto”. Esse “estranhamento” de Palacín demonstra sua oposição à atitude de seu companheiro inaciano dos seiscentos. Além disso, mostra que sua impressão pessoal sobre a postura do jesuíta português se sobrepôs, neste aspecto, à análise das especificidades culturais nas quais Vieira estava inserido. Um detalhe que merece realce é que, alguns anos depois de “Vieira e a Visão Trágica do Barroco”, de 1986, quando da publicação de “Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado”, de 1998, Palacín fez uma espécie de “confissão de culpa” ao admitir que essa impressão sobre Vieira fosse fruto de um “pecado historiográfico”, o anacronismo, pecado esse, ao que parece, pretendia se redimir:

⁵ Esse “analfabeto” a que Palacín se refere trata-se de “O Bandarra” (1534-1545), um sapateiro da Vila de Troncoso, na Beira. Vivia entre cristãos-novos e tirava seus vaticínios do Antigo Testamento. Autor de diversas profecias sobre a Redenção Portuguesa, as Coplas de Bandarra serviu de base para a elaboração da obra Esperanças de Portugal, pelo Padre Antônio Vieira. In: “Vieira: entre o reino perfeito e o reino consumado”. São Paulo: Loyola, 1998.

A proposta e a defesa do Quinto Império por parte de Vieira nos confrontam com um fato insólito na história das idéias. Constitui uma surpresa – quase um choque de credibilidade – para o leitor atual de Vieira que “a mais notável personalidade do mundo luso-brasileiro do século XVII” (segundo Boxer) tenha defendido que um império cristão, baseando-se, aparentemente, com exclusividade nas obscuras trovas compostas por um sapateiro quase iletrado de uma vila remota do interior. Esse primeiro juízo, apressado, deve-se à falta de familiaridade com o contexto histórico por nossos parâmetros de objetividade. A surpresa do primeiro momento converte-se mais tarde em admiração, quando se constata que essa afirmação chocante de Vieira, nos anos 40, não foi uma vacilação momentânea, senão origem de uma contínua elaboração que durou cinqüenta anos, até o fim de sua vida. (PALACÍN, 1998, p. 77).

Outro tema tratado por Palacín e que, igualmente, demonstra esse “estranhamento” com o comportamento do missionário português do século XVII, é o da escravidão dos negros. Algumas passagens comprovam a imposição de valores pessoais, por parte de Palacín, no que se refere a postura vieirense quanto a escravidão dos africanos:

*Não se pode dizer que faltassem a Vieira conhecimento ou sensibilidade para perceber a **tristíssima**⁶ condição da vida do escravo. (...) É realmente **constrangedor**, escrito por um homem que tanto prezava a liberdade, o bilhete escrito por Vieira respondendo a uma consulta de seus superiores sobre se a ordem devia enviar um capelão ao Quilombo dos Palmares, como era solicitado pelos negros: depois de negar a conveniência, com quatro razões, acrescenta: “Quinta, fortíssima e total, porque sendo rebeldes e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer. (PALACÍN, 1986a, p. 53-54)*

Numa simbiose complexa, o jesuíta e o historiador Palacín se confundem ao emitir esse parecer. As adjetivações utilizadas pelo pesquisador são claras. A “tristíssima” condição de vida do escravo, do ponto de vista cristão, não fora denunciada pelo “soldado de Cristo” do século XVII. Foi “constrangedor” para o inaciano espanhol que, um humanista como Vieira, defensor incondicional da liberdade, respondesse negativamente ao pedido dos negros,

⁶ Grifos meus.

aquilombados em Palmares, quanto ao envio de um capelão. Assim, o sujeito cognoscente, mais uma vez, impõe ao sujeito histórico suas impressões pessoais, seus dramas de consciência. Tornava-se um incômodo o fato de que um missionário da mesma ordem, independente de que época, negasse o envio de um religioso para um grupo que ansiava pela presença da igreja. Novamente, a atitude de Vieira se constitui, para Palacín, num “contra-exemplo” para a tradição cristã jesuítica a que ambos pertenciam.

É no exame sobre a relação de Vieira com o protestantismo, que o tipo crítico aparece com mais evidência. Partindo do limite da consciência possível de Goldmann, Palacín afirmou que as manifestações de conservadorismo encontráveis no pensamento de Vieira foi resultado, em grande parte, dos conflitos religiosos que assolavam a Europa durante o século XVII. O avanço do protestantismo e as exigências das reformas tridentinas faziam com que a Igreja Católica tivesse uma postura cada vez mais autoritária ante a um momento de crise. Vieira era filho desse tempo da Contrarreforma. Não obstante, o mesmo historiador que localizou no tempo e no espaço as razões históricas para a formação de uma tendência conservadora dentro da Igreja, é o jesuíta que “cobrou” de Vieira um “distanciamento” que não era típico dos seiscentos:

Na explicitação de seu princípio de que “todas as heresias nasceram dos vícios, Vieira chega aos limites da mais cega unilateralidade”⁷ quando se trata de Lutero e Calvino (PALACÍN, 1986b, 72).

Suas referência à Reforma e aos reformadores evocam inequivocadamente o clima de guerra, num clima de propaganda cegamente emocional⁸, vazado na extrema simplificação e radical oposição das diferenças, a reduzir as pessoas e opiniões do adversário aos mais grosseiros estereótipos. (...) De acordo com este sistema de simplificação redutora, para Vieira todas as religiões não cristãs, e muito especialmente as confissões protestantes, tiveram origem nos vícios de seus fundadores. (...) A recusa do diálogo com o novo haveria de levar a um empobrecimento sempre crescente. Vieira é bem significativo a esse respeito (PALACÍN, 1998, p. 71).

Palacín, então, acaba se esquivando de sua proposta metodológica, a aplicação do conceito de consciência possível, ao exigir de Vieira uma “alteridade”, um “distanciamento”, que não estava posto no século XVII. “Cobrar” diálogo de um missionário católico do “século

⁷ Grifos meus.

⁸ Grifos meus.

férreo”⁹ em relação a Lutero e Calvino foge à “consciência possível” desse jesuíta português. Vieira, como já enfatizei, era um filho legítimo da Contrarreforma. A própria Companhia de Jesus se fortaleceu no seio desse movimento reacionário católico. Portanto, o Vieira dos seiscentos, das guerras religiosas, da Contrarreforma, não pode ser considerado a um religioso do ecumenismo proposto pela Igreja Católica, durante o final do século XX. Logo, a posição de Palacín em relação a Vieira manifesta, justamente, um princípio de negação, na qual o sujeito cognoscente revela sua diferença ou oposição ao sujeito histórico, evocando uma espécie de “contra-experiência”, do passado humano, a ser lembrada.

Em menor intensidade que os *modus* genético e crítico, é possível rastrear nos textos palacinianos dos “oitenta” e “noventa”, elementos de uma narrativa exemplar. Na constituição exemplar de sentido, a lembrança da experiência do passado é dirigida de forma a ratificar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. Por isso, o tipo narrativo exemplar traz em seu bojo o princípio da regularidade, pois a partir desse exercício de lembrar o passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em distintos contextos, em diversas situações particulares da vida. Localizei, nessas obras palacinianas, duas amostras de constituição exemplar de sentido: a primeira, trata-se de um exemplo já mencionado em outros livros de Palacín, a análise do fim “trágico” dos heróis desbravadores; a segunda, diz respeito à tendência dos governos reformadores de exacerbar seu rompimento com o passado, apresentando-se como o salvador.

Em “Quatro Tempos de Ideologia em Goiás”, Palacín analisou o contexto de decadência da mineração em Goiás quando, como em outros livros, fez uma pausa para comentar o “triste final” da vida de Bartolomeu Bueno da Silva. Como outros heróis desbravadores da história, Bartolomeu Bueno, ícone da descoberta do ouro em Goiás, incapaz para a administração, morreu miserável e no anonimato:

O herói histórico, porém, é marcado com frequência por outro destino trágico de características inversas: a lenta deteriorização e completa decadência. Tal é o caso de Bueno. Grande descobridor, alcança o ápice da “glória” almejada. Com a glória chegam poder e riquezas. Mas a fortuna põe em evidência as falhas de caráter: arrogante, autoritário, dissipador, fracassa na gestão pública e na particular. (...) Para este tipo de herói é expressiva a frase com que Fuentes caracteriza Hernan Cortez: “Sua vida sobreviveu seu destino” (PALACÍN, 1986b, p. 22).

⁹ O próprio Palacín utilizou essa denominação, “século férreo”, para se referir ao “duro século”, o XVII, marcado por crises políticas e religiosas. Daí vem o título de seu artigo: “Quinto Império: a utopia de um século férreo”.

O final trágico a que são acometidos os desbravadores, segundo o parecer de Palacín, também se fez presente na vida do Coronel Leitão. Em “O Coronelismo no extremo norte de Goiás”, Palacín destacou os últimos dias de vida de Coronel Leitão, protagonista da “Primeira Revolução de Boa Vista”, foi fundador de Itacaiúnas, um povoado que depois deu origem à cidade de Marabá, no sul do estado do Pará. Leitão, do mesmo modo, se constituiu em um exemplo de como a morte trágica seria típica dos desbravadores:

Isto não lhe arrebatou o título de ter sido o desbravador de toda essa área amazônica. Os seringueiros, atraídos por seu descobrimento fundaram, por volta de 1900, Marabá, que logo se tornou centro de atração da região toda. Como comentava um jornalista de Tocantinópolis, Marabá nasceu assentada sobre a riqueza: primeiro foi a borracha, depois a castanha, hoje o ouro. Como desbravador, Leitão morreu atacado pelo açoitado primitivo das matas: a malária. Seu sepulcro está na cidade que fundou (PALACÍN, 1990, p.83-84).

A segunda amostra do *modus* narrativo exemplar manifesta-se na análise de Palacín acerca da tendência dos governos revolucionários ou reformistas de romperem com o passado imediato e se anunciarem como um “tempo novo”, o “tempo das promessas”. Palacín utilizou esse tipo exemplar para diferentes ocasiões históricas em estudo. Seguindo a seqüência das citações que virão a seguir, a primeira das situações analisadas por Palacín, contida em “Quatro Tempos de Ideologia em Goiás”, refere-se à forma como, no século XIX, Silva e Souza migrou, do ponto de vista ideológico e prático, da defesa monarquia para a adesão à classe de dirigentes de ideologia liberal:

Pertence à dinâmica das revoluções esta dicotomia do tempo em antes e depois: antes, o tempo das abominações, depois, o tempo das promessas. Entre estes dois tempos irreduzíveis, a especificidade do presente, do agora real, muitas vezes não encontra lugar, remetido em seus aspectos negativos para o passado e em suas possibilidades de transformação para o futuro. (...) Apesar, contudo, desta lei profunda da psicologia ou ideologia das revoluções, não pode deixar de surpreender-nos o grau de abstração da realidade concreta que revela a retórica liberal do discurso (PALACÍN, 1986b, p. 69).

Em outra passagem, “agora” de “Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás”, Palacín localizou, na administração do ministro Pombal, representante do

chamado “despotismo esclarecido”, essa tendência dos reformadores, de se oporem ao passado e anunciarem a erupção de um tempo novo:

A tendência em todo governo revolucionário, ou mesmo reformador – como é o caso da administração pombalina – de apresentar-se como salvador, exagerando sua ruptura com o passado. Aqui caberia também a praxe comum – de cunho ideológico – nas monarquias do estado moderno, de estabelecer uma distinção absoluta entre a ação do soberano, personificação da justiça, e os empreendimentos de seus delegados, próximos ou remotos, guiados com frequência por interesses particulares, e contrários, portanto, ao bem comum (PALACÍN, 1973, p. 28).

Um novo exemplo dessa tendência revolucionária, de rompimento brusco com o passado e de prenúncio de um presente e futuro de prosperidade sem precedentes, está, novamente, contido em “Quatro Tempos de Ideologia em Goiás”, quando Palacín ressaltou essa característica no discurso dos partidários da Revolução de 30 em Goiás:

“O antes é o tempo de todos os agravos. Sodoma e Gomorra, a justificação do dilúvio. Corrupção e opressão, negro e vermelho, nojo e revolta. Quanto menos a revolução seja bem sucedida, maior deverá ser a memória desse tempo inicial. (...) Ao antes não se contrapõe, na lógica revolucionária, o agora, mas o depois. O depois é o tempo da ruptura total, próprio da dicotomia das grandes revoluções: mal-bem, inferno-paraíso. Mas como essa ruptura não é, evidentemente, possível de imediato, onde existem estruturas e hábitos inveterados, este depois pertence ao tempo das promessas; este tempo se reveste mais de caracteres escatológicos: plenitude total e longinquidade sempre fugidia. (...) Estes três momentos da Revolução, o antes, o agora, e o depois, constituirão nosso guia na leitura do Relatório, à busca sempre da compreensão do que foi a Revolução de trinta em Goiás e do que pretendeu ser ” (PALACÍN, 1986b, p. 81 e 82).

Ainda que, de forma mais tênue, o tipo narrativo tradicional permeia, igualmente, os textos do espanhol das décadas de 80 e 90. Principalmente, no que concerne à reconstrução da experiência jesuítica do passado colonial brasileiro, bem como à análise de alguns aspectos do pensamento de Vieira, é possível desentranhar o *modus* tradicional das teias narrativas de Luis Palacín. Carregada pelo princípio da afirmação, a constituição tradicional de sentido se realiza no instante em que a mudança temporal é interpretada com a representação de uma duração que se perpetua no tempo, quando se rememoriza as origens das condições atuais da vida. Essa atemporalidade, típica das tradições, acaba por afirmar, dentro de específicos universos

simbólicos, alguns conteúdos culturais que transcendem ao tempo, e que orientam o agir humano passado e presente. Logo, as narrativas históricas tradicionais se relacionam a uma maneira de afirmação da identidade. Um exemplar do tipo narrativo tradicional pode ser extraído quando Palacín se refere a Vieira da seguinte forma:

Essa denúncia dos abusos dos governantes e da prepotência da autoridade, sua defesa dos injustiçados, índios, negros, cristãos-novos constituem, sem dúvida, a grandeza moral de Vieira. O leitor de suas obras percebe seu ódio ao abuso do poder com os mais fracos, seu repúdio à prepotência, à violência e à opressão. Estamos em presença do que hoje chamaríamos um defensor dos direitos humanos? (PALACÍN, 1998, p. 39)

Nesse aspecto, há uma cristalina identificação moral de Palacín para com Vieira. Defender os humildes, denunciar os opressores, repudiar as impunidades são premissas básicas as quais qualquer religioso, coerente com os preceitos do cristianismo, deveria seguir e praticar. A denúncia dos males sociais presentes em Nóbrega, Anchieta ou Vieira, por exemplo, fazem parte da cartilha inaciana¹⁰ desde os tempos de sua fundação e, portanto, refere-se à tradição de uma ordem que busca abraçar, pelo menos no plano do discurso, às exigências morais da religião cristã.

Embora tenha mencionado que é possível garimpar o tipo tradicional quando Palacín, na obra “Sociedade Colonial”, reconstruiu a experiência jesuítica durante o século XVI, faz-se imprescindível colocar que, nesse exercício de historiar, o autor apresenta uma mescla do tipo narrativo tradicional com o crítico. Um dos aspectos interessantes que esse livro oferta, como possibilidades de análise, é o enaltecimento, por parte do autor, da experiência dos primeiros missionários da Companhia de Jesus que estiveram no Brasil, principalmente no que margeia às privações, perigos, conflitos, dramas de consciência, enfim, todas as dificuldades, seja no campo da realidade ou das idéias, as quais os “soldados de Cristo” provaram no Brasil. Sob o espectro desse “elogio” à vocação missionária dos jesuítas, o tipo narrativo tradicional se lança à experiência humana do passado. Nessa busca por afirmação de uma identidade apostólica, que seria peculiar à história dos jesuítas, Palacín engrandeceu todo o esforço evangelizador desses primeiros inacianos que, diante de tantas “adversidades”, lutaram por um ideal cristão que se

¹⁰ O processo de forma da Companhia de Jesus segue as diretrizes canônicas das Ordens Religiosas, acrescido de algumas peculiaridades introduzidas no tempo de Santo Inácio e aprovadas pelo Papa. Independente da classe a que pertence, cada jesuíta, ao terminar o Noviciado faz seus votos particulares de pobreza, castidade e obediência, definitivos e perpétuos, que após a Terceira Provação são emitidos de forma oficial, pública e solene. O voto de pobreza lhe dá uma identificação com Jesus Cristo, simples e pobre, com quem se identifica através de uma vivência, comunitária e pessoal, de trabalho, desprendimento e afinidade com os marginalizados e sofridos.

“eternizou” no tempo e se manifestou, no caso de Palacín, sob a forma de uma identificação moral e uma sublimação da experiência dos primeiros missionários no Brasil. Para patentear essa colocação, apresento alguns trechos escritos por esse historiador:

(...) a pobreza dos padres, os enormes perigos e sofrimentos da pregação, sua falta reconhecida de ambição e sua colossal estatura moral faziam com que mesmo os contrariados os aceitassem. (...) Seguramente, não há um testemunho mais expressivo do agigantamento espiritual dos primeiros jesuítas chegados ao Brasil, da impressão quase lendária que deixaram atrás de si, que o transmitido pelo primeiro Governador, Tomé de Souza, à sua volta à pátria. (PALACÍN, 1981, p. 245)

Os perigos, privações, sofrimentos físicos e morais de todo tipo, que padeceram aqueles primeiros apóstolos, chegavam a superar abundantemente o que nos Exercícios, lar espiritual de todos eles, tinham pedido em momento de fervor e exaltação mística para o seguimento de Cristo. (PALACÍN, 1981, p. 249)

Não de forma autônoma, mas vinculada a esse engrandecimento da “colossal estatura moral” dos primeiros jesuítas, Palacín oferece, em “Sociedade Colonial”, uma verdadeira “batalha velada”, no universo das idéias, com os etnólogos, principalmente no que concerne à responsabilidade que os mesmos atribuem à Companhia de Jesus com relação ao “declínio demográfico e cultural” das sociedades indígenas do Brasil. É nesse conflito no campo da argumentação racional, marcado pelo proselitismo, que o tipo narrativo crítico se manifesta mesclado ao tradicional. Esse anseio palaciniano por reafirmar uma identidade missionária e apostólica, típica dos jesuítas, leva-o a se opor, de maneira incisiva, à representação construída pelos etnólogos acerca da responsabilidade da Companhia de Jesus no que se refere à “degradação cultural” e “extinção” dos índios durante o processo de colonização do Brasil. Numa mescla de “afirmação” e “negação”, peculiares ao modo narrativo tradicional e crítico, respectivamente, Palacín exaltou e criticou: sublimou o esforço dos companheiros inicianos dos primeiros tempos e repudiou as explicações dos etnólogos sobre a culpa da igreja, em especial da Companhia, na degradação cultural dos índios. Esse embate que Palacín promoveu, é perceptível nas seguintes passagens:

Se as culturas indígenas se extinguíram, não foi tanto pela ação direta da catequese, como parecem supor hoje muitos etnólogos. Era algo inevitável. Os jesuítas estudaram, propagaram e enriqueceram a língua tupi. Estudaram com certo carinho e compreensão – os únicos desta época os costumes dos índios, e seus valores peculiares, para fazer mais efetivo o ensino da religião. Procuraram adaptar e

enriquecer os melhores valores da cultura social dos índios: sua generosidade, seus espírito comunitário, sua simplicidade, seus costumes. Extinguiram, é verdade, sem piedade, o que julgavam contra “a lei natural ou lei da graça”. Mas se é que contribuíram decisivamente à destruição das culturas indígenas, é por haver tratado de inculcar ao índio uma nova concepção de vida, sobre base totalmente diferente. Se os antigos costumes persistem por algum tempo, é mais como folclore, que como expressão de uma forma integral de vida. Suas raízes tinham sido cerceadas, e isto era inevitável. Pensemos, por exemplo, no significado que podiam ter as danças e ritos antropofágicos sem antropofagia (PALACÍN, 1981, p. 122).

Os etnólogos esquecem, com freqüência, que o que eles lamentam com respeito às culturas primitivas, se pode aplicar com absoluta paridade às etapas já vencidas de suas próprias sociedades: costumes e formas de vida desaparecem ou se convertem em folclore (PALACÍN, 1981, p. 122).

Estas críticas, feitas à luz da moderna antropologia, não carecem, muitas vezes, de fundamento, mas falta-lhes, com freqüência, o senso de historicidade. Os conhecimentos científicos dos quinhentos não eram os de hoje e, sobretudo, não é o mesmo que cuidar de várias centenas de índios num espaço amplo, totalmente reservado, como é o Parque Nacional do Xingu, dispendo de abundantes verbas federais, que enfrentar sem precedentes, sem recursos, num meio fundamentalmente hostil, o problema inadiável da assimilação de um número de índios muitas vezes superior ao número dos colonos (PALACÍN, 1981, p. 143).

Em face do exposto, depreende-se que, na arquitetura teórica de Rüsen, a “constituição histórica de sentido” possibilita revelar a conexão do pensamento histórico com o contexto cultural que “clama” por orientação. Tal conexão é efetivada através da síntese de experiências do passado, significados do presente e expectativas de futuro em narrativas históricas. Logo, uma das grandes contribuições da teoria da história de Jörn Rüsen é de, explicitamente, buscar compreender e analisar como os princípios do conhecimento histórico, na ciência da história, estão fincados na vida prática humana, tanto daqueles que produzem esse tipo de conhecimento quanto daqueles que o recebem, portanto, relacionam-se com questões identitárias. A relação entre ciência especializada e vida prática indica que método e sentido não se excluem, e sim são compatibilizados e tratados como princípios constituintes da ciência da história, demonstrando que a regulação metódica não inviabiliza o trabalho de produção de sentido a que está revestido o conhecimento histórico. Desta forma, o exame das narrativas historiográficas de Luis Palacín Gomez, sob a ótica do conceito de “constituição histórica de sentido” de Rüsen, permitiu-nos problematizar como os trabalhos produzidos por historiadores abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, constituindo-se em

um referencial para a orientação do agir humano, sejam daqueles que elaboram esse conhecimento como para aqueles que se alimentam desse saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Arthur O. Alfaix. **O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda**. Brasília, DF, dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2004.

FALCON, F. J. C. O campo problemático da historiografia contemporânea. In: **História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 28.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: Que é a Sociologia?** Trad. Lupe C. Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo: DIFEL, 1974.

PALACÍN, Luis. **Sociedade Colonial: 1549-1599**. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

_____. **Subversão e Corrupção: Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

_____. **Vieira e a Visão Trágica do Barroco: Quatro estudos sobre a consciência possível**. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986a.

_____. **Quatro Tempos de Ideologia em Goiás**. Goiânia: Cerne, 1986b.

_____. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **Vieira entre o reino imperfeito e o reino consumado**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. Vieira: do homem ideal ao homem socialmente realizado. In: **Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, vol. III, 1999, p. 1793-1800.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

_____. **Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007a.

_____. **História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007b.

INTELECTUAIS MEXICANOS: MANUEL GAMIO E SAMUEL RAMOS NAS DISCUSSÕES IDENTITÁRIAS PÓS-REVOLUÇÃO DE 1910

Stéfanny Soares de Menezes DIAS¹

RESUMO: No contexto histórico pós-Revolução Mexicana de 1910, o país se encontrava em meio a discussões sobre as reformas que seriam implantadas para que o “novo” México se diferenciasse do “antigo”. Entre eles, a construção da nova identidade nacional e o relativo papel de cada setor social dentro da mesma. Nestas discussões, participaram diversos grupos sociais, entre eles os intelectuais, visando maior participação e defesa de suas reivindicações. Dentre os intelectuais, dois se destacaram: Manuel Gamio e Samuel Ramos, que escrevem sobre o papel do indígena nestas discussões. Suas obras são escritas com apenas dezoito anos de distância temporal, mas com visões completamente distintas. Neste contexto, procuro discutir o motivo para tal diferenciação em tão pequeno espaço temporal, enfatizando as relações e experiências dos autores com a temática indigenista.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Indigenismo, Identidade.

ABSTRACT: In the historical context after the Mexican Revolution of 1910, the country was in the middle of discussions about the changes that would be inserted expecting that this “new” Mexico would be different from the “old”. Between, the construction of the new national identity and the relative participation from each social sector. Many groups participated in this discussions, among them the intellectuals, expecting a major participation and the defense from their complains. From the intellectuals, two deserve devalue: Manuel Gamio and Samuel Ramos, which wrote about the participation of indigenous people in this discussions. They’re researches were written with only eighteen years of distance, but with visions totally different. In this context, I intend to discuss the reason from such difference in such a short period, stressing the relations and experiences from the authors with the indigenous thematic.

KEYWORDS: Intellectuals, Indigenism, Identity.

Esta pesquisa é vinculada ao projeto da Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt, intitulado *O Crisol americano e as identidades nacionais: O lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX*, no qual a autora realiza um estudo

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

direcionado aos intelectuais latino-americanos, relacionando-os com as discussões sobre os ideais da formação dos novos Estados Nacionais no século XIX, num vínculo com as questões raciais e culturais.

O recorte desta pesquisa localiza-se na primeira metade do século XX, mais precisamente entre 1910 e 1934, no México. A escolha deste período deveu-se às datações em que as obras de Manuel Gamio e Samuel Ramos foram escritas, além de ser um período emblemático no debate sobre as identidades nacionais no continente americano, pois

para entender o atual momento político dos índios da América Latina é importante compreender como eles foram e são enquadrados nas análises sobre a nação. No final do século XIX, intelectuais de diferentes vertentes intensificaram as reflexões sobre o lugar do índio nas nações que estavam se consolidando, e suas formulações, de certa forma, ainda permeiam as concepções sobre os ameríndios. (BITTENCOURT, 2005, p. 3)

Realizar um trabalho sobre a temática do indigenismo na ótica dos intelectuais latino-americanos é um desafio ao historiador. Primeiro pela delimitação espaço-temporal da pesquisa, pois, dentre os vários intelectuais que escrevem neste período, realizar a escolha entre eles, e conseqüentemente, de seu país de origem, é tarefa instigante, uma vez que nos encontramos diante de várias perspectivas que poderão nos influenciar nos trabalhos. Outro desafio é o limitado acesso às fontes, uma vez que a maioria dos exemplares das obras se encontram em coleções particulares ou em livrarias do exterior.

A leitura de duas das obras dos dois autores em questão, sendo elas “Forjando Patria”, de Manuel Gamio, datada de 1916; e “El Perfil del Hombre y la Cultura en Mexico”, de Samuel Ramos, datada de 1934, associada às leituras específicas acerca dos intelectuais latino-americanos, nos fazem refletir sobre a importância dos mesmos, na tentativa de dar outro sentido à pátria e ao homem mexicano, no momento em que as discussões pós-revolucionárias refletem sobre a formação de uma nova identidade nacional. Bittencourt (2010), ao citar as obras de Gamio e Ramos, afirma que estas:

[...] são emblemáticas e se constituem em documento histórico, no sentido de problematizar as propostas desses autores para o futuro da nação. Estes intelectuais se preocupavam em admoestar seus coetâneos, apontando-lhes um dever nacional; neste se perfilava a difícil questão racial e a união dos elementos dispersos que a compunham era apontada como tarefa primordial e urgente. A solução localizava-se no conhecimento, na educação universal e na moral. A idéia

de unidade e de bem estar nacional são a tônica dessas reflexões.
(BITTENCOURT, 2010, p. 17)

Manuel Gamio – nascido no México em 1883 – foi antropólogo, arqueólogo e sociólogo. Teve seus estudos iniciais interrompidos aos 19 anos, para trabalhar nas plantações de sua família. Lá, em contato com indígenas, aprendeu o *náhuatl*² e interessou-se pelas questões indigenistas. Em 1909, viajou para os EUA para estudar com Franz Boas³, na Universidade de Colúmbia, retornando ao México em 1910 – ano da Revolução Mexicana. Sua obra de maior expressão é o livro *Forjando Pátria*, de 1916.

O autor foi influenciado na escrita de sua obra por uma conjuntura externa e interna que serão elucidados mais a frente. Contudo, um dos mais fulcrais, advém do fato de Gamio escrever entre a eclosão da Revolução Mexicana em 1910 e a reformulação da Constituição, em 1917, o que situa sua obra na efervescência das novas idéias revolucionárias, de posicionamentos perante as várias camadas da sociedade, entre elas os indígenas. Segundo Justino Fernández⁴, o livro de Gamio adquire tal importância para o contexto em que é desenvolvido, que pode ser considerado como um “documento histórico no sentido de contribuir para o conhecimento do passado imediato”. (GAMIO, 1992: IX)

O segundo autor estudado nesta pesquisa é Samuel Ramos, que nasceu em 1897, na cidade de Zitácuaro, no estado de Michoacán. Em 1909, inicia seus estudos no Colégio de San Nicolás de Hidalgo, onde publica seus primeiros trabalhos. Em 1915, inicia seus estudos de filosofia, sob a tutela do Doutor José Torres Orozco. Em 1944, adquire seu doutorado em filosofia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Entre suas obras de maior expressão encontra-se *El perfil del Hombre y la Cultura en México*.

Sua obra emerge da necessidade encontrada em criar uma teoria que explicasse a origem do homem mexicano e sua especificidade cultural⁵, além de pensar sobre o que se convencionou considerar sentimento de inferioridade. (RAMOS, 1999: 10). Ramos escreve em 1934 – dezoito anos após a publicação da obra de Gamio. Nesse ano, uma série de acontecimentos na política mexicana influenciou a escrita do autor. O período conhecido como *Maximato* (1928 – 1934), foi inaugurado por Plutarco Elías Calles – o “*jefe maximo de la revolución*” – responsável, entre outras medidas, pela *lei Calles*, de 1926, que aplicava

² Língua asteca, encontrada no México e América Central, surgida no século VII. É a língua nativa com maior número de falantes no México – 1,5 milhão.

³ Por este motivo, Franz Boas é o intelectual que mais influencia os escritos de Manuel Gamio.

⁴ Doutor em História pela UNAM, autor do prólogo da segunda edição do livro de Manuel Gamio, datada de 1960.

⁵ O autor sente a necessidade de desenvolver uma Filosofia da Cultura.

rigorosamente as disposições anticlericais constantes na Constituição de 1917. O *Maximato* foi um período político que teve seu fim em 1934, quando Lázaro Cárdenas del Rio, partidário da Revolução, assume a presidência e exila Plutarco Calles. Cárdenas foi um presidente popular, devido às medidas sociais que apresentou: criou confederações para representar camponeses e trabalhadores; desenvolveu a reforma agrária para distribuição de terras a camponeses e indígenas, entre outras medidas.

Influenciado pelas discussões sobre o lugar dos *pelados*⁶, nas quais a opinião do governo era de que os mesmos eram parte segregada da nação mexicana e constituíam uma ameaça para a sociedade, Samuel Ramos os considera como símbolo da identidade nacional, como representantes dos detritos humanos da cidade grande. Para o autor, o *pelado* é “o melhor exemplar para estudo [...], pois constituí a expressão mais elementar e bem desenhada do caráter nacional.” (RAMOS, 1999, p. 53).

Diante das leituras apresentadas, é possível realizar uma análise dos dois intelectuais em questão, sobre como estes se colocam diante da temática do indigenismo mexicano. Manuel Gamio possui uma visão favorável ao indígena, considerando-o como o principal pilar que sustenta a identidade mexicana. Entretanto, demonstra sua perspectiva positiva não somente defendendo o indígena como cerne da identidade, mas sim e, principalmente, condenando com pesadas críticas ao governo mexicano e ao povo europeu, que impuseram suas leis e cultura sobre um povo que já as possuía, de tal forma arbitrária, que o inculcou de um sentimento de timidez perante grupos sociais diferentes do seu.

Segundo o Terceiro Censo de População dos Estados Unidos Mexicanos, realizado em 1910, a população era de um total de 15,1 milhões de pessoas. Segundo Gamio, 75% desta população, ou seja, cerca de 11 milhões de pessoas, eram de raça, idioma, cultura ou civilização indígena. (GAMIO, 1992, p. 9).

Ponto fundamental para o entendimento desta perspectiva crítico-favorável encontra-se no momento em que o autor trabalha a questão da revisão das constituições latino-americanas, onde

Se faz notar que em nosso país, o elemento formado por indivíduos de raça indígena pura e indivíduos em que predomina uma alta proporção do mesmo sangue, constitui uma grande maioria da população total, integrando o resto os indivíduos de sangue original europeu e aqueles nos quais a proporção dos mesmos é considerável. Se adiciona que até esta data [1916], as Constituições e Legislações

⁶ Termo que descreve a camada insurgente advinda do crescimento urbano dos anos 1920 e 1930 no México. Os “pelados” designavam os favelados, camponeses, desempregados e indígenas, que, segundo o governo, representavam uma ameaça para a sociedade mexicana, uma vez que, grande parte, se voltava para a prática de atitudes criminosas.

do México Independente, haviam sido derivadas exclusivamente das necessidades deste segundo grupo e tenderam à sua melhoria, deixando abandonada a população indígena, mais radicalmente pelos legisladores da monarquia espanhola, que criaram pelo índio e para o índio, as famosas Leyes de Indias⁷, que constituíram uma barreira poderosa em sua triste debilidade, podendo-se citar entre outros casos, a não escravidão do índio que, não foi libertado de tudo, quanto menos nunca foi escravo à maneira do que eram, por exemplo, os indivíduos de raça negra. (GAMIO, 199, p. 71)

Gamio situa a denegação do indígena à cultura européia como principal fator para este sentimento mexicano, visto que estes eram parte majoritária da população, o que não condizia com a realidade política, pois estes não constituíam voz ativa no cenário de discussões constitucionais e legislativas, não obtendo, por exemplo, a criação de leis direcionadas às suas necessidades e seus ideais, tampouco, conseguindo com que as poucas existentes, fossem consideradas leis vigentes em âmbito nacional.

Por sua vez, Samuel Ramos desvelava um sentimento de inferioridade com relação ao indigenismo, pois percebia no indígena certa dificuldade e intransigência em admitir que foi influenciado por outras raças, afins e/ou européias. Ao encarar os conquistadores europeus, no século XVI, o indígena não se opunha somente a outra raça, mas sim à civilização e à relação de dominação. A resistência do indígena à civilização, ainda na época em que Ramos escreveu, pode ser explicada, segundo o autor, pelo sentimento negativo que os mesmos tinham para com a raça dominadora. Não se podia esperar dos indígenas atitudes favoráveis aos europeus, visto que foram estes que tentaram exterminá-los. No entanto, ainda segundo o autor, estes motivos históricos não bastam para explicar as dificuldades que se apresentavam na tarefa de civilizar o índio. Ao explicar a origem deste sentimento inferior, presente em todos os mexicanos, em especial no indígena, Ramos enfatiza que alguns:

[...] tem falado antes do sentido de inferioridade na nossa raça, porém ninguém, que saibamos, se tem valido sistematicamente desta ideia para explicar nosso caráter. [...] Deve-se supor a existência de um complexo de inferioridade em todos os indivíduos que manifestam uma exagerada preocupação por afirmar sua personalidade; que se interessam vivamente por todas as coisas ou situações que significam poder, e que tem uma ânsia imoderada de predominar, de ser em tudo os primeiros. [...] Ao nascer, o México encontrou-se em um mundo civilizado; [...] se apresentava na história quando já se imperava uma civilização madura, que apenas

⁷ Legislação promulgada pelos monarcas espanhóis para regular a vida social, política e econômica entre os residentes da parte americana da Monarquia Hispânica.

a metade pode compreender um espírito infantil. Desta situação desvantajosa, nasce o sentimento de inferioridade que se agravou com a conquista, a mestiçagem e até pela magnitude desproporcionada da Natureza. (RAMOS, 1999, p. 51)

Ramos, assim como Gamio, considera o indígena como o principal fator para a existência deste sentimento, porém, afirma que o mexicano é inferior devido à incompatibilidade do indígena com a civilização européia e, como eram a parte majoritária da população, fazem com que o grupo mexicano, torne-se então, incivilizado e, portanto, inferior às demais culturas.

A partir destas reflexões, é perceptível o interesse dos dois autores em trabalhar com a questão indígena, pois mesmo com visões distintas, com a distância temporal entre seus escritos e com diferentes contextos históricos, ambos problematizam o papel do indígena na construção da nação. Apesar de visarem o mesmo fim, Manuel Gamio exalta o indígena como ator histórico na construção da nação mexicana, enquanto Samuel Ramos define-o como o motivo do sentimento de inferioridade que os mexicanos possuem em relação aos outros povos. Gamio e Ramos são referências ainda contemporaneamente, com uma percepção acurada sobre o seu país e que questionavam vários pontos de vista da época em questão, o que os torna, não apenas formadores de opinião, mas suscitadores de novos questionamentos.

Nesse passo, a hipótese que embasa essa reflexão é de que as leituras que esses autores fizeram em seu tempo tiveram um papel importante para subsidiar certas perspectivas que ainda respaldam reflexões recentes sobre os indígenas. Nesse sentido, teria sido atribuído, particularmente aos índios e aos mestiços, o ônus das mazelas que os afetam. Essa “culpa” recairia sobre todos os que nascessem no país e fossem da mesma raça, o que inviabilizaria um desenvolvimento mais equânime. Ainda quando se busca pensar a autenticidade cultural do México os estereótipos se evidenciam, mesmo nas leituras mais simpáticas à cultura pré-colombiana, como é o caso de Gamio.

As experiências no estrangeiro dos dois autores, em suas formações acadêmicas e o contexto histórico vivenciado por ambos, foram decisivas para o desenvolvimento de suas ideias e obras. Ao estudar nos EUA, Manuel Gamio foi orientado por Franz Boas, um antropólogo estudioso do particularismo histórico, que defendia a existência de várias culturas, cada uma com sua história, sofrendo alterações no decorrer dos anos. Influenciado por este pensamento, Gamio a utiliza para defender a importância da cultura indígena na formação do México pós-revolução e na reformulação da Constituição.

As influências de Samuel Ramos são adquiridas quando este estuda com o Doutor José Torres Orozco, um filósofo mexicano, defensor do positivismo provinciano, do darwinismo social, negando que o positivismo fosse a doutrina própria da ditadura Porfirista. Ramos escreve em meio ao *Maximato*, portanto, um forte contexto para as novas discussões.

Diante destas afirmativas, somadas às leituras das duas obras, é possível realizar uma análise que culmine com o caminho percorrido por estas discussões, da marginalização na pré-revolução; o início das discussões em 1917; as opiniões de intelectuais à época de Gamio; as opiniões de intelectuais à época de Ramos, que contribuem para refletir sobre a questão étnica num país profundamente mestiço como o México nas primeiras décadas do século XX, quando se intensificou na América Latina o debate do que se convencionou denominar de indianismo.

Além dos dois intelectuais em questão, selecionamos mais dois intelectuais que discutem esta temática: Norberto Bobbio e Edward Said. Em suas obras, trabalham desde a definição da concepção de “intelectual”, até seus discursos, manifestos, objetivos e trajetórias.

De acordo com Said (2005), “pessoas bem relacionadas promovem interesses particulares, mas são os intelectuais que deveriam questionar o nacionalismo patriótico, o pensamento corporativo e um sentido de privilégio de classe, raça ou sexo” (SAID, 2005, p. 13). Portanto, “o principal dever do intelectual é a busca de uma relativa independência em face de tais pressões. Daí minhas caracterizações do intelectual como um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder.” (SAID, 2005, p. 15)

O livro de Said é um marco em sua produção bibliográfica, pois integra sua vida profissional com sua militância política. Estas características são inseparáveis em sua escrita que caracteriza o intelectual como alguém que se situa à margem do poder, a fim de criticá-lo com independência e lucidez.

Por sua vez, Bobbio realiza uma crítica aos que criticam os intelectuais. Para ele, as pessoas que se gabam de falar – positiva ou negativamente – dos intelectuais são, elas mesmas, intelectuais, uma vez que é preciso ler sobre um intelectual para que se fale dele. Segundo o autor, é um erro fazer generalizações sobre a categoria, pois, ao afirmar tais generalizações, a pessoa que o cometeu “é um intelectual, ou acredita ser ele uma exceção, e, portanto não é verdade que o descrédito golpeie a todos, ou também ele está em descrédito e assim nenhum valor pode ser dado ao seu juízo” (BOBBIO, 1997, p. 10).

A fim de explicitar a importância do intelectual para a sociedade, Bobbio cita quatro teóricos que representam quatro pontos de vista distintos sobre a temática entre intelectuais e

sua relação com a classe política: Karl Mannheim, Ortega y Gasset, Benedetto Croce e Julien Benda. Todos consideram o grupo como homogêneo e à parte da visão da sociedade acerca dos problemas por eles discutidos. Bobbio, ao trabalhar com as ideias de Julien Benda, observa que “o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual.” (BOBBIO, 1997, p. 34); para Mannheim, “a tarefa do intelectual é teórica, mas também mediamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas.” (BOBBIO, 1997, p. 34); para Ortega y Gasset, “a tarefa do intelectual é teórica, mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas” (BOBBIO, 1997, p. 34); para Croce “a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise.” (BOBBIO, 1997, p. 34).

Estas reflexões nos permitem definir a primeira problemática: porque analisar as ideias dos intelectuais sobre o indigenismo e não a ótica dos próprios grupos indígenas ou dos governos pré e pós-revolução? Esta indagação é fulcral para o desenvolvimento da segunda problemática, uma vez que as perspectivas trabalhadas são as dos intelectuais: se estes são os responsáveis por fornecer um panorama geral dos debates que estão permeando as academias e/ou sociedade, como explicar então, a oposição de ideias de Gamio e Ramos acerca do mesmo tema, em um curto espaço de tempo que os separa, uma vez que Gamio escreve em 1916 e Ramos em 1934, portanto, uma mudança perceptível de pontos de vista em apenas dezoito anos.

Na sociedade mexicana do início do século XX, os grupos indígenas não possuíam voz representativa e/ou ativa nos debates sócio-políticos. Por este motivo, as poucas referências de suas reivindicações são de restrito acesso e divulgação, o que torna difícil a compreensão de seus pontos de vista sobre seus próprios problemas e necessidades. Esta afirmativa nos instiga: se tivéssemos acesso a alguma destas obras e, então, realizássemos uma análise, esta obra não teria uma perspectiva voltada para os interesses deste grupo? Diante desta restrição e da possível defesa dos próprios interesses, optamos por não trabalhar com a ótica indígena.

Com relação à perspectiva dos governos – pré e pós-revolucionário – apresentou-se a mesma indagação: suas obras seriam voltadas para a defesa de seus interesses ou para os interesses da sociedade? Mesmo com condições de acessar tais obras, optamos por não trabalhar com a ótica governamental por acreditarmos que estas poderiam ser tendenciosas.

Optamos, portanto, por pesquisar a ótica dos intelectuais, pois acreditamos que estes tinham condições e meios para divulgar suas ideias e discussões, e, como suscitadores de

novos debates, conseguiriam realizar um estudo que abrangesse os grupos marginalizados, enfatizando os indígenas – pelos motivos já explanados.

Segundo Bittencourt (2005),

intelectuais de diferentes vertentes sempre refletiram sobre a questão do indígena, propondo projetos que quase sempre apontavam para a assimilação do índio ao destino comum da nação [e] intensificaram as reflexões sobre o lugar do índio nas nações que estavam se consolidando, e suas formulações, de certa forma, ainda permeiam as concepções sobre os ameríndios. (BITTENCOURT, 2005, p. 137)

O contexto histórico vivenciado pela América Hispânica no início do século XX – as comemorações dos centenários de independência – criou uma esfera de discussões sobre as identidades nacionais, que se buscava amalgamar, visto que um dos objetivos dos hispano-americanos era a desvinculação da nova identidade com aquelas criadas quando ainda eram colônias.

Diante deste caráter de discussões, os intelectuais encontraram-se frente a oportunidades para divulgação e discussão de seus ideais e propostas, especialmente sobre os limites que esta nova identidade deveria alcançar, quais grupos deveria abranger e quais elementos priorizar.

Neste contexto, torna-se interessante a óptica trabalhada por Claudio Lomnitz, onde o autor aborda o papel dos intelectuais logo após as lutas de Revolução. Segundo Lomnitz, o título de *científico* era ligado aos títulos de traidor e corrupto, uma vez que os *científicos* eram a elite tecnocrática da ditadura, e, por isso, os revolucionários utilizaram o termo com aversão. Lomnitz se utiliza de Francisco Bulnes, que escreveu sobre o tema, em 1916.

Nem sequer quem teve apenas uma compreensão superficial da Revolução Mexicana, e nem somente um dos habitantes do México, capaz de ter uma opinião sobre assuntos públicos, pode ignorar o feito de que a origem da revolta que derrotou o ditador Porfírio Díaz foi o ódio sobre os científicos, revelado no grito geral e profético “Morram os científicos!”. Inclusive hoje, em 1915, para a imaginação popular mexicana, o científico é o inimigo acirrado do povo, mais criminoso que um parricida, o assassino de crianças inocentes, o traidor. (LOMNITZ, 2008, p. 441)

Diante de tais afirmações, algumas indagações se fazem pertinentes: qual o motivo e a origem deste sentimento contra o cientificismo? Este sentimento poderia ter interferido nas

escritas dos mesmos, uma vez que se tornaram parte fundamental – e pode-se dizer vitimada – nas discussões recém debatidas? Lomnitz afirma que,

Nas vésperas da Revolução, o termo científico parecia remeter a nova burguesia modernizadora mexicana, e, portanto, o ódio para com os científicos se apresentou como um ódio de classe liso e plano. No entanto, não o foi nos feitos, já que combinou o ódio de classe com destilados de sentimento nacionalista particularmente autoritários, e implicou também na denuncia de uma variedade de doutrinas e um tipo de anticosmopolitismo. (LOMNITZ, 2008, p. 443)

Segundo o autor, o motivo real deste sentimento aversivo aos científicos é bem difícil de ser determinado, e até mesmo,

às vezes parece apontar antes a uma ideia ou a uma ideologia abstrata do que a um grupo diferenciado de pessoas, ou bem se confunde com uma doutrina abstrata – o positivismo –, com políticas específicas [...] ou com os privilégios ilegítimos de uma classe social. O resultado é que o discurso anticientífico podia apontar de maneira depreciativa a uma variedade de brancos. (LOMNITZ, 2008, p. 444)

Lomnitz trabalha com Manuel Gamio, ao tratar da questão dos científicos pós-revolucionários que se diferenciavam dos científicos da então colônia espanhola.

[...] muitos intelectuais revolucionários ícones, como o antropólogo Manuel Gamio e o jurista e ideólogo Luis Cabrera, ofereceram a seus seguidores porções generosas de doutrinas positivistas assim como de darwinismo social combinados com seus programas revolucionários. Como sugeriu Chales Hale, as concessões mútuas entre os ideólogos do Antigo Regime e seus sucessores revolucionários fluíram mais livremente do que geralmente se tem admitido, e houve certo reconhecimento da obra dos científicos depois da revolução, quando já não constituíam uma ameaça política. (LOMNITZ, 2008, p. 444)

Com relação à importância dada aos indígenas na construção da nação, Enrique Dussel (2010) apresenta justificativas que seriam plausíveis aos europeus para os maus-tratos desvelados para com os indígenas, onde o autor, a partir do que Ginés de Sepúlveda denomina de “guerra justa”, cita

Quando os pagãos não são mais do que pagãos [...] não há justa causa para os castigar, nem para os atacar com as armas: de tal modo que, se se encontrasse no

Novo Mundo alguma gente culta, civilizada e humana que não adorasse os ídolos mas, sim, o Deus verdadeiro [...], a guerra seria ilícita. (DUSSEL, 2010, p. 355)

Portanto, o único argumento legítimo da Espanha para “exterminar” o indígena, eram as práticas pagãs dos mesmos. Porém, segundo Dussel, como os indígenas

não receberam ‘credíveis e convincentes argumentos’ [...] têm todo o direito de afirmar as suas convicções e de as defender até à eventualidade de uma guerra justa. Ou seja, [...] não é que sua ‘barbárie’ ou os seus falsos deuses justifiquem que se lhes faça uma guerra justa, mas que, muito pelo contrário, ao terem ‘deuses verdadeiros’ (enquanto não se provar o contrário), são eles que têm os motivos para travar uma guerra justa contra os invasores europeus. (DUSSEL, 2010, p. 368 – 369)

Assim sendo, segundo Dussel, a Espanha não teria embasamentos convincentes para travar uma guerra contra os indígenas. Essas ações poderiam ser um dos motivos que levaram Ramos a caracterizar o índio como a raça inferior que daria origem ao *pelado*, e, da mesma forma, um dos motivos que levaram Gamio a defender a óptica indigenista. De acordo com Bittencourt, o indigenismo de Gamio

Contestava as teses sobre a incapacidade do índio, que então eram consensuais, ressaltando que o índio possuía aptidões para o progresso idênticas à do branco, não sendo superior, nem inferior a este. Enfatizava que determinados antecedentes históricos e [...] sociais [...] haviam tornado o índio inapto para receber e assimilar a cultura de origem européia. Entretanto, esses fatores não impediriam a incorporação do índio mexicano. (BITTENCOURT, 2005, p. 141)

Neste contexto de mudanças, somado às discussões sobre a nova identidade mexicana, os intelectuais depararam-se com a necessidade de discutir o papel dos grupos indígenas nas lutas de independência, revolução e de sua participação na formação do mexicano, o que justifica a defesa de Gamio de que os indígenas são os pilares de sustentação da identidade nacional mexicana. Desta forma, o papel dos intelectuais como suscitadores de novos debates e como meios de divulgação destas discussões, é de fundamental importância para a tentativa de definir o lugar do indígena na construção da identidade mexicana – a *mexicanidade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GAMIO, Manuel. *Forjando Patria*. México: Editora Porrúa, 1992.

MÉXICO. Constituição (1917). *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Promulgada em 5 de fevereiro de 1917. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.

RAMOS, Samuel. *El Perfil del Hombre y la Cultura en México*. México: Editora Espasa, 1999.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Obras Consultadas

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. Ed. Moderna. 2ª edição. 1986.

ÁVILA, Alfredo. *Las Revoluciones Hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI*. In: Revista de História Ibero Americana. pp. 4 – 27.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *O Crisol Americano e as Identidades Nacionais: o lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX*. 2010.

_____. *Indigenismo e Nacionalidade na América Latina*. In: História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História/UFG. vol. 10, 2005. pp. 135 – 151.

BOTELHO, André. *O poder ideológico: Bobbio e os Intelectuais*. Publicado em: *Lua Nova*, nº 62. CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a06n62.pdf>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.

BUSTOS, Rodolfo Bórquez; MEDINA, Rafael Alarcón; LOZA, Marco Antonio Basílio. *Revolução Mexicana – Antecedentes, Desenvolvimento, Conseqüências*. – 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CURZIO, Leonardo. “O México no século XX: da revolução à democratização” In: AGGIO, Alberto. e LAHUERRTA, Milton. (orgs). *Pensar o século XX – Problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Ed. UNESP, 2003, pp. 291 – 315.

DUSSEL, Enrique. “Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. e MENESES, Maria Paula. (orgs). *Epistemologias do Sul*. SP: Ed. Cortez, 2010, pp. 341 – 395.

- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”*. In: Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002; pp. 257 – 272. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev79.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.
- FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria mestiza: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: [s. n.], 2009.
- GUTIÉRREZ, Natividad. *O Nacionalismo no México: em busca das leitoras da comunidade imaginada*. In: PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa. (orgs) *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 213 – 235.
- LOMNITZ, Cláudio. *Los Intelectuales y el poder político: la representación de los científicos en México del porfiriato a la revolución*. In: ALTAMIRANO, Carlos. (org.) *Historia de los Intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, pp. 441 – 464.
- MYERS, Jorge. *Introducción al volumen I Los Intelectuales latinoamericanos desde la colônia hasta el inicio del siglo XX*. In: ALTAMIRANO, Carlos. (org.) *Historia de los Intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, pp. 29 – 50.
- SANTANA, Adalberto. *La Revolución Mexicana y su Repercusión em América Latina*. In: *Latinoamerica*. Revista de Estudios Latinoamericanos, nº 44. UNAM, México. pp. 103 – 127.
- VILLA, Marco Antônio. *A Revolução Mexicana*. Série Princípios. SP: Ed. Ática, 1993, pp. 10 – 74.

ORDO MEDIUS: O LUGAR SOCIAL DO ARTESÃO EM MINAS NO SÉCULO XVIII

Crislayne G. M. ALFAGALI¹

cgmalfagali@gmail.com

Resumo: Questões relacionadas às regras que norteavam o viver em colônia são recorrentes na historiografia sobre a América portuguesa. Temas que envolvem fatores da administração lusa e a própria definição da estrutura social, passando por conceitos controversos como o de Antigo Regime e cidadania. Ao tratar de escolhas empreendidas por trabalhadores em Vila Rica e Mariana, no século XVIII, pretende-se contribuir para essa discussão a partir de categorias conflitantes para o segmento. Assim, a análise busca considerar os preconceitos referentes ao trabalho manual nas circunstâncias históricas descritas.

Palavras-chave: trabalho, Antigo Regime, preconceito

Abstract: Issues concerning to the rules that guided the life style in the colony are recurrent in the Portuguese America historiography. Topics involving factors of the portuguese administration and the definition of social structure, through controversial concepts such as the Old Regime and citizenship. Considering the choices undertaken by workers in Vila Rica and Mariana, in the eighteenth century, this article intend to contribute to this discussion from conflicting categories for the segment. Thus, the analysis tries to consider the prejudices related to manual labor under historical circumstances described.

Keywords: work, Old Regime, prejudice

Em Lisboa, há uma organização sistemática dos ofícios mecânicos. Tanto a aprendizagem quanto a norma são alvos constantes da Câmara e da Casa dos Vinte e Quatro, instituição existente desde 1383. A composição da Casa dos Vinte e Quatro era formada por dois representantes de cada bandeira dos ofícios mais importantes. Vale pontuar que, em Lisboa, era a única forma de representação da população junto ao Senado. As bandeiras, irmandades, agremiações corporativas e suas relações com a Câmara ordenam o trabalho na cidade através de regimentos, avaliações, multas, determinações.

¹ Mestranda na área de História Social da Cultura, pela Unicamp, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP).

Como em um “espelho imperfeito” a imagem metropolitana de organização do trabalho mecânico sofre distorções na sua transposição para as Minas. O cenário esboçado pela sociedade das Minas no setecentos possui aspectos semelhantes aos existentes na metrópole, contudo, o processo de ordenação dos ofícios se dá de outras maneiras. Não havia nas Minas um grêmio como a Casa dos Vinte e Quatro, de modo que o trabalho foi regulado, de forma não exclusiva, mas principalmente, pela Câmara, por meio de editais, posturas, registros de carta de exame e licenças.

O juiz do ofício de ferreiro, em 1750, Baltazar Gomes de Azevedo denuncia em uma petição enviada a Câmara de Vila Rica que “pessoas menos idôneas” tinham acesso às licenças para trabalhar sem antes passar pelo exame dos mestres – os juízes e escrivães de cada ofício. O ferreiro adverte que o escrivão do Senado deveria “observar o estilo das terras mais antigas”, o que significava delegar aos mestres a confirmação de cada aspirante a oficial ou aprendiz como era costume em Portugal. O objetivo, então, era visar o que é conveniente para o bem público, corrigindo assim, esses “não beneméritos”. O que está em jogo nessas linhas é o controle dos artesãos do processo de exame e aprovação de novos oficiais frente ao poder municipal. Nesse artigo, consideram-se alguns aspectos desse enfrentamento: os embates envolvidos na escolha pela observância dos padrões normatizadores da metrópole - “das terras mais antigas”- e as relações de poder inscritas na luta por um lugar social engajada por esses trabalhadores ².

Questões relacionadas às regras que norteavam o viver em colônia são recorrentes na historiografia sobre a América portuguesa. Temas que envolvem fatores da administração lusa e a própria definição da estrutura social, passando por conceitos controversos como o de Antigo Regime e cidadania. Ao tratar de escolhas empreendidas por trabalhadores no século XVIII, pretende-se contribuir para essa discussão a partir de categorias conflitantes para o segmento, tal como “defeito mecânico” ³.

² O documento citado consta na seção de avulsos da Casa dos Contos, presente no Arquivo Público Mineiro. CC – Cx. 140 – doc. 21256. “(...) o quanto é prejudicial ao bem público a facilidade com que se prometem licenças para usarem do dito ofício pessoas para isso menos idôneas prometendo se lhes ordenar licenças continuadas e sucessivas umas e outras que senão *observar o estilo das terras mais antigas*”.

³ No período compreendido entre os séculos XV-XVIII, o fado do “sangue ignóbil” pesava sobre os ombros de trabalhadores que ganhavam seu sustento por meio de ofícios mecânicos (ou seja, que dependiam da mecânica corporal), tais como: ferreiros, carpinteiros, carapinas, alfaiates, ourives, marceneiros, ferradores, serralheiros, parteiras, entre outros. As Artes mecânicas ou servis eram sete: a fabricação das armas, a medicina, a caça, os lanifícios, a navegação, a agricultura e as artes cênicas. Já as Artes Liberais, opostas as primeiras e destinadas à formação das elites, também eram sete: gramática, dialética, retórica, geometria, astronomia e música (SILVA, Georgina dos Santos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Colibri, 2005, p. 123).

O padre Raphael Bluteau em seu dicionário, por meio do verbete mecânico define as artes servis como as que

*são opostas às artes liberais, porque aquelas [as artes mecânicas] não só se ocupam na fábrica de máquinas matemáticas, mas também em todo o gênero de obras manuais, e ofícios necessários para a vida humana, como são os de carpinteiro, pedreiro, alfaiate, sapateiro, e artes mecânicas*⁴.

E ainda na mesma descrição continua “excogitou o sábio todas estas coisas [referentes às artes manuais], mas parecendo-lhe indignas dele, entregou-as a homens mecânicos”. O trabalhador manual seria aquele que é “baixo, humilde”, o que se emprega nas artes servis, nos “ofícios necessários para a vida humana”. As Artes Liberais, em oposição, seriam “próprias de homens nobres, e livres não só da escravidão alheia, mas também da escravidão das suas próprias paixões”⁵. São diferenciações que contornam aspectos do processo de aprendizagem e exercício de cada arte (o ócio dos sábios e a mecânica corporal dos artesãos), restringem a qualidade dos envolvidos (nobres e “baixos, humildes”) e já trazem a observância quanto à condição social (liberdade e escravidão).

Embora essas oposições pareçam definitivas, há nuances e imprecisões entre os extremos nos próprios conceitos do dicionário setecentista. Localizado entre os mecânicos e os nobres estaria o “Estado do meio”, uma “classe de gente” que seria “de uma quase nobreza”. São aqueles que buscam a distinção pelo “trato da pessoa, andando a cavalo, e servindo-se com criados, ou pelo privilégio e estimação da Arte, como são os pintores, cirurgiões e boticários”. Comportamentos específicos e investimentos em padrões de nobreza permitiam certa mobilidade na hierarquia social. Essa margem de ação parece ter sido ainda mais evidente nos domínios ultramarinos⁶.

Um ponto interessante nesses verbetes é como, os pintores, cirurgiões e boticários estariam mais próximos das Artes Liberais por isso teriam maior prestígio entre os oficiais

⁴ Termo Mecânico, em: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Disponível em: www.ieb.usp.br. Para Ana Rosa Clocllet, Bluteau foi um dos pioneiros da Ilustração portuguesa. Pertenceu ao grupo que esboçou “os primeiros sintomas de uma ‘crise mental’ no Portugal setecentista, acenando as possibilidades da inovação cultural” (SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.37).

⁵ Idem, Termo Liberal/ Artes Liberais. A oposição se torna clara quando Bluteau define como “nobre” como “aquele que por sangue ou alvará do príncipe se diferencia em honra e estimação dos plebeus e mecânicos”.

⁶ Idem, Termo Estado do Meio (Ordo Medius). Sobre a forma como nas colônias esses verbetes assumem novos significados, Silvia Lara considera: “Na América ou na Ásia, havia mais gente querendo participar do que Bluteau designava como ‘estado do meio’” (LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.109).

manuais. Na Europa de fins do século XIV, os oficiais mecânicos já se organizavam em corpos de ofícios ou agremiações. Associação corporativa que definia as regras acerca da produção, hierarquia, disciplina e do processo de ensino/aprendizagem por meio de estatutos e regimentos. Esse quadro de regulamentações agrupava mestres, oficiais e aprendizes que buscavam certo controle sobre o mercado ao estipular, por exemplo, a qualidade e preço dos serviços prestados. Além do desnível de prestígio social entre mestres e aprendizes, havia também diferenças entre ofícios segundo alguns critérios, como o valor dos serviços, a qualidade da clientela e a dificuldade do processo de aprendizado. José Newton Coelho Meneses diferencia ofícios mecânicos “rústicos”, categoria que insere os oficiais do ferro juntamente com latoeiros, pedreiros e carpinteiros, dos artífices que faziam trabalhos de “imaginária” (pintores e escultores) (SILVA, 2005, p. 70-75).

Sobre esse assunto, nota-se que escultores e pintores reivindicaram a posição de sua arte junto das liberais. Bazin cita Filippo Villani como o primeiro a propor que pintores e artistas liberais transitassem no mesmo estatuto de prestígio social. Palavras de Villani, em 1404:

Muitos consideram, na verdade não sem razão, que os pintores não são inferiores àqueles a quem o exercício das artes liberais faz mestres; estes possuem os preceitos inerentes à literatura por via do estudo e do saber, enquanto aqueles aprendem unicamente pela elevação de seu gênio e pela segurança de sua memória aquilo que expressam por meio da arte (Bazin, 1989, p.60).

Em Portugal, o mestre pintor Diogo Teixeira conseguiu convencer D. Sebastião da incoerência entre pintura e ofícios mecânicos. Em fins do século XVI, Diogo consegue a dispensa de seus encargos junto à bandeira de São Jorge de Lisboa, pois a pintura era uma arte liberal e não servil⁷.

Apesar de haver uma relativa possibilidade de mudanças quanto ao lugar social, Antonio Manuel Hespanha pondera sobre o uso indiscriminado da expressão “mobilidade

⁷ Na bandeira de São Jorge encontravam-se os ofícios do ferro e fogo: à cabeça da bandeira – barbeiros e armeiros – e anexados a esses: ferradores, espadeiros, pintores, ferreiros, fundidores de artilharia, latoeiros, os que alugavam cavalos e os mercadores de carvão. “O conceito subjacente à fala do pintor da imaginária deitaria raízes em solo português, como fizera no território italiano. Aliado a um movimento mais amplo de promoção das artes plásticas, nas centúrias seguintes, *pari passu* ao galardão de nobre atribuído aos pintores da arte, estes artífices estariam ausentes da bandeira de São Jorge e de qualquer outra com assento na Casa dos Vinte e Quatro. Mas o processo de redefinição dos parâmetros de classificação das atividades profissionais, assinalado por mestre Diogo, atravessaria o mundo do trabalho durante toda a Era Moderna, derrubando velhas paredes e erguendo novos muros entre as artes liberais e as artes mecânicas”. (SILVA, Georgina dos Santos. *Ofício e sangue...op. cit.*, p.123).

social” ao levar em conta a ausência de referências ao termo na Época Moderna. As pessoas passavam por mudanças sociais, culturais e econômicas na sociedade de Antigo Regime, contudo, trata-se de um quadro que “quase não se via, pouco se esperava e mal se desejava”. Tecendo considerações sobre os “quadros mentais” do homem moderno, afirma que ainda que houvesse indefinições, elas dependiam pouco da vontade própria e ocorriam dentro dos ritmos e passos específicos daquele contexto histórico. Ressalta-se que embora trate de fontes legislativas e literárias concernentes a Europa demonstra como era menos definitivo o estado de mecânico ou de pobre (HESPANHA, 2010, p. 251-273).

Vale lembrar mais uma vez que ao se tratar de terras coloniais, essas reflexões pautadas na legislação e nos estudos sobre o Antigo Regime assumem ressignificações já que “se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais” (SOUZA, 2006, p.11)⁸.

Quanto aos estigmatizados pelo “defeito das mãos”, parte da legislação portuguesa aponta uma série de restrições ao uso de símbolos de distinção social, um exemplo é o uso de armas e insígnias reservadas aos nobres. Na Pragmática de 24 de maio de 1749 em que se condena o luxo e a ostentação nas Cortes prevendo severas sanções aos desobedientes, o uso de espadas ou espadim foi proibido aos “aprendizes de ofícios mecânicos, lacaios, mochilas, marinheiros, barqueiros e fragaterios, negros e outras pessoas de igual ou inferior condição” (LARA, 2007, p.89). Talvez a indiferenciação das categorias arroladas tenha causado a modificação da norma em 21 de maio de 1752, El- Rei esclarece, para corrigir alguns inconvenientes por ”faltarem assim os empregos ao útil, e necessário tráfico dos Artífices, e pessoas que dele se costumavam sustentar”, que

pelo que pertence ao Capítulo XIV, declaro que na proibição de trazer espada, ou espadim a cinta compreendo todos os Mancebos obreiros, que trabalham por jornal. Dela excetuo porém todos os Artífices, e Mestres encartados, e embandeirados Mestres ou Arraes de Caravellas, e Barcos de transporte, e de pescaria e todos os Pescadores agregados às Confrarias dos Marítimos do Reino; porque aos referidos é minha intenção honrar como pessoas uteis a Meu serviço, e ao bem comum dos Meus Reinos⁹.

⁸ As críticas ao trabalho de Hespanha residem, sobretudo, na aplicação de conceitos próprios do século XVII português aos domínios ultramarinos setecentistas.

⁹ *Alvará de 21 de Maio de 1752. Declarando vários capítulos da Pragmática de 24 de maio de 1749*, em SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. p. 59-62. Disponível em: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=107. Acesso em: abril/2011.

Ficam demarcadas as hierarquias intrínsecas ao aprendizado do ofício em que Mestres com aprovação de seus pares e do Concelho Municipal, ou seja, que portam Carta de Exame de Ofício e compõem bandeiras, não se comparam a “mancebos obreiros”. As desigualdades se davam também entre ocupações, homens envolvidos em atividades imprescindíveis ao Império português como os “Marítimos do Reino” poderiam se distinguir de trabalhadores de outros ofícios pela valorização de sua perícia. A arquitetura social aparece eivada de relações de domínio, pois “cada lugar social derivava sua posição a partir de uma comparação com outra” (LARA, 2007, p. 86).

As determinações régias por meio de alvarás e leis estão presentes em todo o Império¹⁰. Alguns fragmentos permitem analisar qual a recepção da norma nas terras brasílicas. Toma-se o exemplo de uma petição enviada ao rei pelos “homens pardos, Irmãos da Confraria do Senhor São José, de Vila Rica”, em 1758, em que solicitavam o direito de usar espadim à cinta citando o capítulo a pouco mencionado da pragmática de 1749:

(...) pelo capítulo quatorze da pragmática, de vinte e quatro de maio de mil setecentos e quarenta e nove, se proibira o uso de espada ou espadim à cinta, às pessoas de baixa condição, como eram os aprendizes de ofícios mecânicos, lacaios marinheiros, negros e outros de igual ou inferior condição, com as penas no mesmo capítulo declaradas e que, publicando-se a mesma lei nos Estados da América [...] ficaram os suplicantes inibidos do dito uso, por se suporem compreendidos no capítulo mencionado (...)

Os irmãos reivindicam o privilégio porque

(...) sendo legítimos vassallos de V. Majestade e nacionais daqueles domínios, onde vivem com reto procedimento, sendo uns mestres aprovados pela Câmara da dita Vila em seus ofícios mecânicos e subordinados a estes trabalham vários oficiais e aprendizes; que outros se vem constituídos mestres em artes liberais, como os músicos, que o seu efetivo exercício é pelos templos do Senhor e procissões públicas, aonde certamente é grande indecência irem de capote, não se atrevendo a vestirem corpo por se verem privados do adorno e compostura dos seus espadins,

¹⁰ Quando se trata de procurar as formas de recepção de legislação e justiça do Reino é preciso perguntar quais distâncias e silêncios se interpõem nesse trânsito de informações, dito de outro modo, “nos níveis mais baixos da administração, nomeadamente em matérias de justiça, existiam novos fatores de incoerência e autonomia, originadas pelas deformações, intencionais ou não, do direito, às mãos ‘de pessoas simples e ignorantes, que não sabem ler nem escrever’, facilmente corrompidas ou assustadas pelos poderosos das terras”. HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecilias*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 144.

com que sempre se trataram e que, finalmente, outros aspirando a mais, se acham mestres em gramática, cirurgia e na honrosa ocupação de mineiros, sendo muitos destes filhos de homens nobres, que como tais são reconhecidos (...).

Os artífices eram numerosos entre os confrades o que explicaria um dos argumentos para conseguir um parecer favorável ser o exercício de ofício mecânico, identificado novamente com a maestria que subordina outros oficiais e aprendizes e que tem a aprovação da Câmara – encartado – e não com o artesão escravo ou pobre. O mestre ocupa posição de destaque, pois é o oficial examinado pelo juiz e escrivão de cada ofício e encontrou notoriedade na Vila ao marcar sua posição com a compostura de seu espadim.

Os móveis também constam como signos que compõem “ares de nobreza”. Em estudo sobre os trabalhadores manuais em Salvador, Maria Helena Flexor mostra como a cargos de estima, ocupados pelos “homens bons” – procuradores, juízes de fora, oficiais da Câmara – eram destinadas as cadeiras de espaldar. Os mesteres e o juiz do povo (representes dos ofícios na Câmara), por sua vez, ocupavam um “banco afastado e mais baixo”¹¹. Ostentar uma posição por meio de adornos e comportamentos parece uma constante no além-mar, Russell-Wood comenta que “a sociedade ultramarina portuguesa tinha ainda maior consciência da posição social e da hierarquia do que a metropolitana”. Acrescenta que “(...) as pessoas que embarcavam como plebeus assumiam ares de nobreza quando chegavam à América ou a Ásia” (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 174).

Descrevendo questões sobre mobilidade social, Roberto Guedes faz um levantamento bibliográfico analisando os artesãos do Rio de Janeiro e São Paulo para os séculos XVII-XIX. O que se destaca é sua preocupação em estudar cada região e temporalidade, em suas palavras:

julgo importante ressaltar nuances que as noções de trabalho tiveram na colônia/império, pois, se o rebaixamento social oriundo do defeito mecânico sucedia, isto não se aplica a todas as áreas, a todos os tempos e, mormente, a todos os grupos sociais, às vezes nem mesmo às elites. Não pretendo, evidentemente, contemplar cada realidade local e temporal, nem as ressonâncias do suposto aviltamento, ou não, do trabalho. É um campo ainda aberto a pesquisas.
(GUEDES, 2006, p.386)

¹¹ FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura, Museu Cidade, 1974, p. 37.

Nesse trecho, Guedes ressalta a importância do estudo de localidades, como o que se propõe nesse projeto, pois esses podem trazer problemas que não poderiam ser vistos em outra escala. Mais adiante o autor conclui: “até aqui se constata que as elites locais, no Rio, em São Paulo, em Itu e em Porto Feliz se dedicavam ao comércio e/ou ao artesanato e podiam não ter uma ideologia negativa sobre o trabalho. Resta indagar se alguma valorização do trabalho seria possível” (Idem, p. 395).

O trabalho, para Laura de Mello e Souza assumiria um *valor moral*, elabora a tese de que desde os séculos XIII e XIV os pobres são definidos como “pobres laboriosos”, incapazes de conseguir das rendas de seu trabalho o sustento suficiente à sua família. O trabalho torna-se um dos valores da sociedade: “‘Tolerava-se o mendigo, mas odiava-se o vagabundo’, diz Mollat, referindo-se a esse momento histórico em que começava a se esboçar uma lei moral do trabalho” (SOUZA, 1986, p. 53 e 54). Descrevendo a presença de escravos e libertos nos centros urbanos coloniais, Silvia Lara cita uma das cartas das autoridades que denunciavam o “grande número de escravos ociosos e a imensa quantidade de mulatos e pretos forros vadios”. O emprego em ofícios era visto como forma de corrigir comportamentos inadequados como eram “o ócio, a bebedice e todo gênero de vícios”, o que levaria a uma visão positiva do ofício mecânico ainda que destinado aqueles de inferior qualidade ¹².

A mesma valorização positiva pode-se encontrar na América Hispânica da segunda metade do século XVIII. Carmen Bernand debate sobre os padrões de prestígio social das artes mecânicas ¹³ em relação a outras atividades, para tanto cita uma carta régia de 1783 que buscava retirar o descrédito do exercício de artes com a finalidade de combater o parasitismo dos nobres e a ociosidade dos pobres. O documento oficial diz: “ferreiro, alfaiate, sapateiro, carpinteiro e outros a este modo são honrados e honestos, que o uso deles não envilece a família, nem a pessoa do que os exerce nem os inabilita para obter os empregos da república”

¹⁴.

¹² Trechos da Carta do conde de Resende ao secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luis Pinto de Souza Coutinho, de abril de 1796, apud LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas...op.cit.*, p. 13.

¹³ “No século XVIII, se entende por ‘artes’ todo sistema de regras e de métodos que servem para facilitar a realização de uma ação determinada. (...) Na Europa ocidental, e, por conseguinte na Espanha, se distinguem dois conjuntos de ‘artes’: as mecânicas e as liberais; as primeiras correspondem ao que hoje chamamos ofícios manuais; as segundas, às artes, às ciências e às letras. Desde Platão e Aristóteles, se considerava que para executar os ofícios manuais somente se necessitavam as forças corporais, a mecânica do corpo”. (BERNAND, Carmen. *Las representaciones del trabajo.. “Las representaciones del trabajo en el mundo Hispanoamericano: de la infamia a la honra.”* In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX.* São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 399).

¹⁴ Idem, p.393. “herrero, sastre, zapatero, carpinteiro y otros a este modo son honrados e honestos, que el uso de ellos no envilece la familia, ni la persona del que los ejerce ni los inabilita para obtener los empleos de la república”.

Serviço de negro

A escravidão para alguns autores seria o fator desarticulador do sistema corporativista das associações de artífices na colônia. Entretanto, vale considerar que “em Portugal, a produção artesanal manufatureira absorveu relações de trabalho escravistas, o que aconteceu com mais intensidade no Brasil, para onde se dirigia o grosso do fluxo de escravos africanos”¹⁵. A primeira chegada de escravos africanos em Portugal data de 1441. Ainda que a escravidão na metrópole tenha sido residual ao se comparar com as proporções que essa forma de exploração tomou no Brasil, certo é que nas oficinas e tendas já se convivia com o braço escravo. O processo de ensino de um ofício a cativos foi freqüente na metrópole. Em 1537, Cledegnus é um dos senhores que instruíu seus escravos negros, os ensinou latim para que o auxiliassem na sua escola de Évora. “Quando se entregou à tarefa de escrever uma gramática latina (...) intitulou o livro *Grammatica Aethiopica*, em honra dos seus assistentes” (SAUNDERS, 1994, p. 139).

Tendo em vista os contornos que a temática assume nos domínios luso-americanos, Fabiano Gomes da Silva, por meio da leitura do inventário do pedreiro José Oliveira Barbosa - morador e arrematador de construções públicas em Vila Rica -, enfatiza a preponderância dos escravos na rotina dos canteiros de obra. Os cinco escravos com ofício de pedreiro – João Fernandez, pardo; Roque, de nação benguela; Custódio, pardo; Manoel, de nação mofumbe, e João, de nação congo - chegam a trabalhar quase oito vezes mais do que o mestre José de Oliveira (que trabalhou 43 dias), na edificação da casa do Capitão José da Silva Amorim, em 1807, que levou um ano para ficar pronta¹⁶.

Janeth Xavier de Araújo traz um exemplo interessante no estudo em que se dedica a traçar a trajetória de Manoel da Costa Ataíde. Descreve como Ataíde foi acusado “pelos mesários da irmandade [do Rosário dos Pretos de Mariana por] ter deixado a obra ‘a cargo de seus moleques, por se tratar *de serviço de negro*’”¹⁷. Pode-se inferir que as desigualdades já

¹⁵ CUNHA, Luis Antônio da. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2ª edição, 2005, p. 46.

¹⁶ A referência ao inventário é: AHMI, Inventário de José Oliveira Barbosa, 2º ofício, cód. 19, auto 198, fl. 13-13v. “A forma como se organizou essa fábrica sugere que o construtor se aproximava mais da figura de um administrador de obras, que se valia das habilidades de seus oficiais cativos para satisfazer suas arrematações”. Cf: SILVA, Fabiano Gomes da. Chafarizes e máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística mineira. In: IVO, Isnara Pereira e PAIVA, Eduardo França (orgs). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 139-159.

¹⁷ “E ainda (é acusado por) ter assumido simultaneamente trabalho na Capela de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, onde (pelo depoimento de testemunhas) ficava a maior parte do tempo sem dar assistência à obra de

evidentes só se intensificaram com o agravo da escravidão estrutural, que trouxe novas formas de distinção, pois a utilização da mão-de-obra escrava, empregada por Ataíde, poderia ser uma forma de dissociar sua imagem do trabalho braçal, que seria realizado pelos cativos e, apenas, supervisionado pelo mestre. Resta questionar: quais os significados dessas fronteiras conceituais, que aparentam ser maleáveis, para os que viveram naquela época?

Escravos especializados têm sido uma temática recorrente na historiografia porque teriam maior valor em comparação com escravos sem habilidades definidas. O ofício para um escravo poderia representar um meio de acumular pecúlio e, assim, adquirir a liberdade¹⁸. Alguns desses escravos oficiais mecânicos, após a morte de seus senhores, herdaram legados que lhes permitem comprar a alforria, pois para os cativos e seus descendentes antes da busca por mudar de posição social, está a luta por demarcar a condição de liberto.

Nas lojas ou tendas de ferreiros que se localizavam na região de Vila Rica e Mariana no século XVIII, os senhores expressavam juntamente com suas últimas vontades, o desejo de que seus escravos oficiais de ferreiro trabalhassem em suas tendas as quais lhes deixavam “para nela(s) ganharem o dito ouro para a sua liberdade”. Ou além do legado, conceder outra estratégia para garantir o sustento do liberto após a alforria: a aprendizagem de um ofício. O ferreiro Eusébio da Costa Ataíde, em seu testamento, deixa o “rapaz Francisco pardo” em poder de sua irmã, Eva Joana Pereira, juntamente com a carta de liberdade do mesmo. No entanto, a alforria só seria entregue quando Francisco se achasse com “suficiência completa de poder trabalhar pelo seu ofício de serralheiro (...) que se acha(va) aprendendo”. E, então, quando Francisco “se achar com a dita suficiência se lhe dará uma tenda mais pequena (sic) que tenho por esmola que lhe faço pelo ter criado”¹⁹.

Mariana. Fato excepcional é que os nomes destes moleques foram citados por algumas testemunhas e reaparecerem entre os bens de raiz do pintor, inventariados após sua morte”. ARAÚJO, Janeth Xavier de. *A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna*. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2005, p. 60-61 (*grifo nosso*). A própria idéia de arte, em vigor na América portuguesa, segundo a autora “abrange campo extremamente vasto onde a fronteira entre Belas Artes e artes mecânicas não podia ser traçada com nitidez. Além de esculpirem imagens para os altares, os escultores normalmente faziam a armação de andores para procissões, os pintores tanto se dedicavam à policromia das esculturas, à pintura de forros das naves e capelas-mores as igrejas e capelas, como também pintavam as alfaias (varas e pálios) ou douravam as talhas dos retábulos. (...)” (Idem, p.40).

¹⁸ “Escravos de artesãos e de donos de vendas também tinham muitas oportunidades para comprar sua liberdade. (...) Escravos com tais talentos não só atingiam, no mercado de escravos, preço mais elevado que seus companheiros sem especialização como eram, também, muitíssimo procurados.” RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 62.

¹⁹ O exemplo é retirado do testamento de Luis Pacheco Ferreira: “Declaro que possuo um escravo por nome Felix oficial de ferreiro o qual quarto e deixo quartado em 100 oitavas de ouro e possuo mais outro escravo por nome Agostinho preto Mina ao qual deixo quartado em 80 oitavas de ouro para as pagarem no tempo de 4 anos com declaração porém que o dito Felix e o dito Agostinho hão de trabalhar ambos na mesma minha tenda de ferreiro a qual lhes deixo para nela ganharem o dito ouro para a sua liberdade” Registro do Testamento de Luis

Até aqui se constata que a capacidade, o talento de um oficial mecânico eram apreciados e, até mesmo, encorajados, independente de sua condição social. O que não permite igualar o status do cativo oficial ao do mestre senhor de mesmo ofício ou deste com o estado de nobreza daqueles que ocupavam cargos concelhios, por exemplo, porém abre margem para afirmar que o ofício permitiu-lhes desfrutar de melhores condições de vida, apesar de lidarem com circunstâncias completamente diferentes. Um lugar social que se constituiria nas várias camadas intermediárias entre os nobres e os de baixa condição – no Estado do Meio – e que tinha de lidar com as relações de poder inscritas numa sociedade escravista.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), Livro de Registro de Testamento 46, fl. 80v, 1789.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), Testamento de Eusébio da Costa Ataíde, ano de 1806. Livro de Registro de Testamentos, 1805-1807, a partir da fl.18.

Fonte impressa:

Alvará de 21 de Maio de 1752. Declarando vários capítulos da Pragmática de 24 de maio de 1749, em SILVA, Antonio Delgado da. Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações. Lisboa: Typografia Maignense, 1828. p. 59-62. Disponível em: http://iuslusitaniae.fcs.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=107.

Acesso em: abril/2011.

Bibliografia:

ARAÚJO, Janeth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2005, p. 32 - 62.

Pacheco Ferreira. AHCSM, Livro de Registro de Testamento 46, fl. 80v, 1789. O registro seguinte consta em: AHMI, Testamento de Eusébio da Costa Ataíde, ano de 1806. Livro de Registro de Testamentos, 1805-1807, a partir da fl.18.

BAZIN, Germain. *História da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BERNAND, Carmen. *Las representaciones del trabajo*. “*Las representaciones del trabajo en el mundo Hispanoamericano: de la infamia a la honra*.” In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 393-409.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Disponível em: www.ieb.usp.br. Acesso em fevereiro de 2010.

CUNHA, Luis Antônio da. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2ª edição, 2005.

GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séc. XVII-XIX)*. *Topoi*, v.7, n. 13, jul-dez 2006, p.386.

FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura, Museu Cidade, 1974.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*. *As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808)*. Niterói (RJ): Tese (Doutorado em História) – UFF, 2003.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Grupos Sociais. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998, v. 2, p. 169-191.

_____. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994, p. 127-156.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Fabiano Gomes da. Chafarizes e máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística mineira. In: IVO, Isnara Pereira e PAIVA, Eduardo França (orgs). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 139-159.

SILVA, Georgina dos Santos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Colibri, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.

_____. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VALPARAÍSO DE GOIÁS: O LUGAR DA IDENTIDADE, A IDENTIDADE DO LUGAR

Eliete Barbosa de Brito SILVA¹

elietebarbosa1@hotmail.com

RESUMO: A busca para compreender os processos de construção, transformação e / ou permanência de valores culturais no que diz respeito a formação da identidade social da população de Valparaíso de Goiás, a sua relação com a construção da história local, considerando a forma que ocorre a concentração da população da cidade, tentando entender o papel desempenhado pela ação do Estado no desenvolvimento e implementação de políticas públicas para a região como parte de um compositor de identidade social e sua relação intrínseca com a do Distrito Federal, na premissa de formação de novas identidades na fragmentação do indivíduo moderno, que indicam a formação de uma nova estrutura social a que o indivíduo deve adaptar-se a promover a redefinição da sua posição como membro desta estrutura, que muda o tempo todo, são temas deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Valparaíso de Goiás Migração. Identidade.

ABSTRACT: The searching for understanding the processes of construction, processing and / or permanence of cultural values in regard the formation of social identity of the population of Valparaiso de Goiás, its relationship with the construction of local history, considering the form that occurs the concentration of the city population, trying to understand the role played by state action in development and implementation of public policies for the region as part of a composer social identity and its intrinsic relationship to the Federal District, on the premise of forming new identities in the fragmentation of the modern individual that indicate the formation of a new social structure to which the individual must adapt to promote the redefinition of its position as a member of this structure that changes all the time are themes of this article.

KEYWORDS: Valparaíso de Goiás Migration. Identity

Ao longo da história da humanidade a importância que se dá ao papel do conhecimento histórico dentro do processo de formação das sociedades vem se transformando. Rüsen (2001;

¹ Professora de História nas séries finais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.

2007), ao falar sobre o conhecimento histórico produzido afirma ser este subjetivado pelo indivíduo quando é apreendido pelo mesmo e associado à sua própria vivência, e mais, aponta para sua característica de mutabilidade uma vez que estará sempre sujeito a constantes aperfeiçoamentos, renovações e refutações. Isso decorre das mudanças e permanências resultantes da dinâmica social. Há que se considerar, portanto, o contexto no qual nos encontramos inseridos e qual o papel reservado por essa sociedade ao supramencionado conhecimento.

O processo histórico se consolida na realidade social. Ele é resultante da ação de análise realizada pelos estudiosos das práticas humanas, práticas essas manifestadas em ações políticas, econômicas, sociais e culturais intimamente interligadas (Barros, 2004). O enredo histórico é consequência das ações conscientes ou inconscientes, gradativas e imperceptíveis de todo o conjunto de agentes sociais, de forma individual ou coletiva. Somente a partir da percepção da complexidade que envolve as relações sociais presentes no cotidiano, é que estaremos aptos a desvendar o papel desempenhado pelo indivíduo no processo histórico e a forma pela qual se dá a construção das identidades pessoais e sociais.

Cabe à cultura, aqui entendida como o conjunto de significações que se enunciam no comportamento da sociedade como um todo, sem priorizar este ou aquele grupo social, o papel de definir a identidade dos variados grupos sociais, entretanto, não se pode falar em uma cultura estável ou sem misturas. Chartier (1998) aponta para o caráter polissêmico do conceito de cultura. Tal fato se deve à diversidade de elementos que se congregam para o estabelecimento de sua permanência. A cultura é dinâmica, ao mesmo tempo em que impõe padrões recebe influência, abrigando em seu bojo processos de apropriação de significados e práticas que possuem elementos de permanências, resistências e transformações (Hall, 1999). As práticas culturais geram padrões de comportamento que compõem o campo identitário de um indivíduo. Podem ainda inculcar no mesmo padrões comportamentais que o ligam a um determinado grupo gerando dessa forma representações sociais acerca da formação de sua identidade coletiva.

Boschi (2007) afirma que a História configura-se em ferramenta indispensável para o entendimento da origem e expressão de valores culturais locais, regionais e nacionais. Ainda em suas palavras, para a compreensão desses fatores é necessário que se faça uso do estudo das identidades. Para Pesavento (2003), “a identidade é produto de uma intenção em que os objetos ou sujeitos (nós e os outros) se constituem enquanto se comunicam”. Assim sendo, a forma como o indivíduo se percebe a si mesmo e ao outro, enquanto membro de um grupo social determinado, partilhando experiências, vai gerar neste aquilo que a referida autora

classifica de “noção de pertencimento social” e que pode ser apontado como um dos fatores constitutivos de sua identidade individual e coletiva.

Desde o nascimento estamos paulatinamente construindo nossa identidade, ou seja, definimos quem somos de onde viemos, do que gostamos. O primeiro núcleo ao qual nos vinculamos é a família; é aí que as primeiras noções de pertencimento serão elaboradas. Com o passar do tempo, vamos nos inserindo em outros espaços de convivência e agora a família deixa de ser a tutora no processo de construção dessa identidade individual que é também coletiva.

Hall (1999), afirma que o conceito de identidade atualmente bastante discutido pelas teorias sociais, relacionado com o conceito de globalização, aponta para o declínio e superação das velhas identidades (responsáveis pela estabilidade do mundo social) e para o surgimento de novas identidades que se caracterizam pela fragmentação, dentre outros fatores, do indivíduo moderno, o que, segundo o autor, contribuirá para promover grande mudança estrutural nas sociedades. O estudo das identidades para o entendimento de determinados contextos ou circunstâncias é tema bastante atual e recorrente no meio acadêmico, uma vez que “o fortalecimento das identidades locais, regionais e nacionais se liga diretamente à consciência histórica da sociedade” (Boschi, 2007), embora não seja fator de preponderância. Nesse processo de estudo da formação de identidades, a História tem papel de relevância, uma vez que se configura na base de sustentação do conhecimento que se alicerça no presente.

O estudo da História do Presente, que é o objeto de nossa pesquisa, tem por vezes encontrado barreiras por parte de historiadores, conservadores ou não; como por exemplo, E. P. Thompson, que em entrevista acerca do tema afirmou que “ao historiador, cabia trabalhar o passado; o presente seria pertinente aos estudos da sociologia”. O que se abstrai dessa fala do Thompson é que, embora não sendo um conservador, vê com ressalvas ou até mesmo resistência o estudo da História do Presente. Esta, na atualidade, tem se alicerçado em produções que extrapolam os meios acadêmicos. Ela se traduz, por exemplo, no meio jornalístico; o jornalista sério, cômico de sua responsabilidade perante seus leitores, que faz seu trabalho com ética e comprometimento, pode ser considerado um parceiro do historiador do presente; uma vez que lhe dá subsídios para estudo dos fatos, seu trabalho configurar-se-á em fonte de pesquisa para o trabalho daquele. Ambos, historiador e jornalista, tornam-se dessa forma, parceiros nessa jornada; um apresenta e descreve os fatos, outro os analisa frente ao contexto social. Chauveau e Tétard (1999) sobre o tema em pauta afirmam que “não se trata (...) de discutir o valor real dos fatos na História, mas sua percepção e as condições

históricas nas quais e pelas quais eles são percebidos.” Esse é a nosso ver o papel reservado ao historiador, quer seja estudioso da História do Presente, quer não.

Hall (1999), ao discutir a formação da identidade cultural na pós-modernidade aponta para, na modernidade, o surgimento de uma nova e decisiva forma de individualismo; para o autor, o indivíduo soberano seria, para alguns historiadores, “o motor que colocou todo o sistema social da modernidade em movimento”, tal fato teria representado uma importante ruptura com o passado, evidenciando dessa forma o surgimento de novas identidades que estivessem em consonância com as transformações que ora se efetivavam. A fragmentação do sujeito do Iluminismo, “visto como tendo uma identidade fixa e estável”, o surgimento das identidades do sujeito pós-moderno e o advento da globalização são fatores que, segundo o autor, apontam para o surgimento de novas identidades culturais; quer sejam elas nacionais, regionais, locais ou individuais.

Partindo da premissa de formação de novas identidades arcabouçadas na fragmentação do indivíduo moderno que apontam para a formação de uma nova estrutura social à qual o indivíduo deve adaptar-se promovendo a re-significação de sua posição enquanto membro dessa estrutura que se altera e também da necessidade de comunicação entre os membros do grupo social para a elaboração dos vínculos de “pertencimento social” e ainda, na busca por entender o papel e a relevância de políticas públicas elaboradas e aplicadas respeitando as especificidades do grupo social a que se destina para a construção de identidades locais; cônica da pertinência do estudo da formação de identidades para o entendimento de uma nova sociedade emergente, é que nos propusemos o presente artigo.

Para que possamos entender um dado território com suas especificidades socioespaciais, precisamos conhecer sua dimensão geográfica, bem como, o contexto da formação espaço-temporal no qual estão inseridas as manifestações políticas, econômicas e sociais. Em outras palavras, há que se contextualizar o objeto de estudo; que em nosso caso é Valparaíso de Goiás. O município em questão localiza-se no Entorno Sul do Distrito Federal e possui um território de 60.111 km² e uma população de 132.947 habitantes (IBGE, 2010), evidenciando uma das maiores densidades demográficas do estado de Goiás. Está localizado na Microrregião do Entorno de Brasília, distante do Plano Piloto aproximadamente 30 km e de Goiânia 210 km. Sua base econômica estrutura-se em torno do setor terciário, com tendência ao setor moveleiro. A ausência de uma economia embasada no setor primário se justifica em função da inexistência de área rural neste município.

Embora o início do povoamento de Valparaíso de Goiás diste há tempos anteriores à inauguração de Brasília é principalmente em função da construção e posteriormente da

inauguração desta que se pode verificar um adensamento populacional na região. A vinda de pessoas para a região do Distrito Federal deve ser vista dentro do contexto no qual significativas transformações ocorrem desde o início da década de 1960 no Brasil relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo. É durante esse processo de urbanização vivenciado pelo país que se efetiva a construção de Brasília.

Quando está em pauta a construção de Brasília, logo nos reportamos à epopeia de Juscelino Kubitschek e ao esplendor da nova capital “donde fluirá leite e mel” (Dom Bosco, in: SILVA & SILVA, 2008), porém, embora no imaginário popular Brasília simbolizasse a “Capital da Esperança”, os migrantes que para cá vieram e continuaram a vir encontraram um espaço de profundas contradições sociais, econômicas e de trabalho. Nas palavras de Alves (2010):

Brasília, símbolo da ideologia nacional capitalista, insinuava a modernidade da nação, seu desenvolvimento econômico e progressista, sua estabilidade e ordem social, e na qual não haveria pobreza e habitações precárias. Lúcio Costa estava desenhando uma nova capital que deveria estar à frente de um novo Brasil, mas ele não poderia transformar sozinho a sociedade e eliminar possíveis diferenças sociais.

Brasília vai se constituir em pólo atrativo para as massas de migrantes que expulsos do campo partem para as cidades em busca de novas oportunidades. Segundo Duarte da Silva (1997):

A aventura da construção, exatamente pelo seu caráter extraordinário, pode ser entendida como exemplo de experiência autêntica. Por um pequeno espaço de tempo, em um lugar específico, alguns homens acreditaram estar em construção uma cidade de tipo novo, onde uma vida diferente se constituiria.

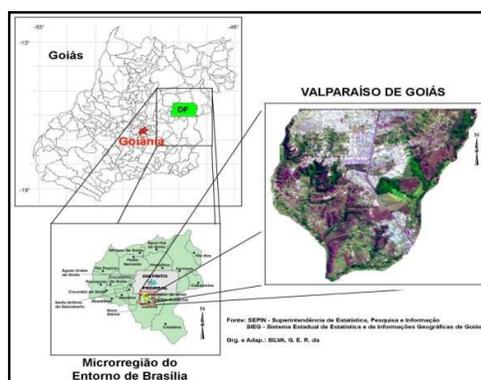
Pela assertiva acima se percebe que estes homens acreditavam que ali, doravante, seria o seu lugar; mal sabiam eles, no entanto, que aquela cidade não estava sendo construída com o intuito de abrigar o cidadão comum. Embora no imaginário popular Brasília simbolizasse a “Capital da Esperança”, os migrantes que para cá vieram e continuaram a vir encontraram um espaço de profundas contradições sociais, econômicas e de trabalho. Foram principalmente essas contradições econômicas, aliadas a outros fatores, que inviabilizaram a permanência desses migrantes na área da capital federal ou de suas cidades satélites. Estes foram então “empurrados” (Paviani, 1987) para além do Distrito Federal; provocando um esparramamento

para a região fronteira a este Distrito. Nasce assim, a posteriormente denominada Região do Entorno Sul do Distrito Federal.

A necessidade de promover políticas que contemplem propostas para a solução dos problemas que envolvem a área em questão, fez surgir a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que objetiva ainda viabilizar o desenvolvimento sustentável e a melhoria da região, bem como, a integração dos governos de Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e municípios integrantes desta (PRORIDE, 2002).

O esparramamento anteriormente mencionado contribuirá para o processo de periferização e segregação das populações próximas à fronteira do DF com o estado de Goiás e quiçá para a construção por parte dessas pessoas que foram expulsas de uma visão de inferioridade e dependência em relação ao aparelhamento urbano do DF, uma vez que as áreas nas quais se fixam não oferecem condições mínimas de infra-estrutura para atender à demanda populacional. De acordo com dados levantados pela UnB em outubro de 2005 acerca do fluxo migratório para a região entre os anos de 1970 e 2000, é possível verificar o deslocamento desse contingente populacional em direção às cidades mais próximas do Distrito Federal chamadas Entorno Imediato e composto pelas respectivas cidades: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antonio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Esta última, localizada no Entorno Sul do Distrito Federal, pertencente à Microrregião do Entorno de Brasília, conforme mapa que segue; devido a sua proximidade com o DF é aquela que atrai o maior contingente populacional.

Valparaíso de Goiás na Microrregião do Entorno de Brasília



O acelerado processo de crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo nesta região do Entorno Sul do Distrito Federal estampa o transbordamento das fronteiras

entre os próprios municípios goianos e destes com as cidades satélites – Santa Maria e Gama, o que pode ser constatado a partir de uma observação panorâmica da paisagem em questão quando se perde a ideia de limites; evidenciando-se assim o processo de conurbação e sintomas de desfragmentação, tornando o espaço urbano “uno”. A expansão urbana desenfreada e a falta de investimentos do poder público em equipamentos coletivos ameaçam a qualidade de vida, a sustentabilidade e o desenvolvimento da região, visto que o Distrito Federal e o Entorno incharam; as duas áreas devem ser vistas como uma grande região metropolitana, fato que torna imprescindível que políticas públicas sejam adotadas considerando ambas as regiões como únicas no sentido de amenizar os problemas sociais advindos desse processo (Nogales, 2011).

Esse transbordamento de pessoas no município de Valparaíso de Goiás cria situações críticas no que tange à identidade local e regional na medida em que desorganiza relações historicamente estabelecidas e desagrega valores que auxiliam na identificação e na distinção do “eu”, do “outro” e do “nós” no tempo e no espaço. Silva (2008) em artigo intitulado “Memórias, Identidades e Processos Migratórios”, afirma que “(...) os processos migratórios não são somente mudanças geográficas de espaços físicos. São experiências culturais”. As relações humanas no mundo da grande cidade configuram-se diferentes daquelas existentes no local de origem dos migrantes. Ribeiro (2001) reforçando a ideia expressa por Silva (idem.) afirma que “as famílias de migrantes se inserem numa etapa de desenvolvimento (...) que teima em remar contra eles (...) não é de causar estranheza (pois) a crítica que fazem quando confrontam a vida atual com a antiga”.

Mediante o acima exposto, infere-se que cabe à cultura, aqui entendida como o conjunto de significações que se enunciam no comportamento da sociedade como um todo, sem priorizar este ou aquele grupo social, o papel de definir a identidade dos variados grupos sociais, entretanto, não se pode falar em uma cultura estável ou sem misturas. A cultura é dinâmica, ao mesmo tempo em que impõe padrões recebe influência, abrigando em seu bojo processos de apropriação de significados e práticas que possuem elementos de permanências, resistências e transformações (Hall, 1999). As práticas culturais geram padrões de comportamento que compõem o campo identitário de um indivíduo. Podem ainda inculcar nos indivíduos os mesmos padrões comportamentais que o ligam a um determinado grupo gerando dessa forma representações sociais acerca da formação de sua identidade individual e coletiva.

A busca por entender os processos de construção, transformação e/ou a permanência de valores culturais no que concerne à formação da identidade social da população de

Valparaíso, bem como sua relação com a construção da história local, considerando a forma pela qual se dá o adensamento populacional do município, tendo em vista ainda que o local de moradia pode ser visto como elemento compositor de identidades individuais e coletivas, procurando entender ainda o papel desempenhado pela ação do Estado quando da elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas para a região enquanto elemento compositor da supramencionada identidade social, é o que motivou a pesquisa que ora se apresenta.

O município de Valparaíso possui algumas singularidades: o processo de construção/acomodação/permanência de identidades individuais e coletivas dos migrantes que se fixam na cidade e que sonham com o momento em que cruzarão a fronteira física e imaginária que os separa de seu objetivo maior, estabelecer residência no DF; os moradores buscam o aparelhamento de equipamentos urbanos coletivos no DF; inexpressiva militância popular no que tange a fiscalizar e cobrar o/do poder público local políticas que visem a melhoria das condições de vida da população.

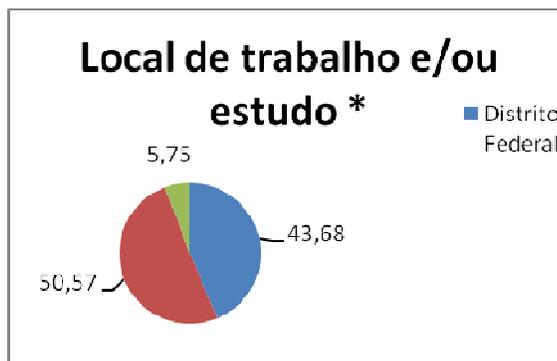
Considerando tais singularidades e os recentes debates ocorridos entre os governos de Goiás e do DF visando o aperfeiçoamento e a implantação de políticas públicas que venham a sanar os problemas nas áreas de transporte, saúde, segurança, trabalho e educação, além da regulação da Região Metropolitana do Distrito Federal, na certeza de que quaisquer que sejam as medidas empreendidas visando à solução desses problemas do Entorno, estas ressoarão de forma positiva, desonerando os equipamentos coletivos do Distrito Federal, uma vez que não se pode pensar o referido distrito, dadas as intrínsecas relações aí estabelecidas, dissociado-o de seu entorno; verificamos a relevância do tema em estudo, uma vez que ao se delinear o perfil da identidade socioespacial da população poderemos contribuir para que políticas públicas sejam discutidas e quiçá implementadas considerando-se as características e peculiaridades da referida comunidade.

O interesse por estudar o processo constitutivo da identidade social no município de Valparaíso de Goiás, bem como a ausência e/ou ineficiência de “políticas públicas espaciais” (Steinberger, 2006) aplicadas no território surge quando de nosso envolvimento entre os anos de 2005 a 2008 em um projeto cultural que objetivava o levantamento científico da história do referido município e que culminaria no lançamento de uma coletânea de artigos para subsídio pedagógico dos professores da rede de ensino local.

À medida que as atividades de pesquisa decorriam, foi-se evidenciando as singularidades do processo de povoamento do município. As pessoas que para cá vieram “expulsas” pela dinâmica do capitalismo, oriundas do Distrito Federal e das demais Unidades Federativas, vão se deparar com o seguinte quadro: estavam em uma área de fácil acesso em

relação ao Distrito Federal, mas que, todavia não oferece condições mínimas de infraestrutura; evidenciando a falta de investimentos públicos, bem como, um rápido inchaço populacional. Estas pessoas que foram “empurradas” (Paviani, 1987) continuaram com vínculos em Brasília, onde buscam, ainda hoje, acesso a equipamentos coletivos urbanos, educação, saúde e emprego. Acerca do acima exposto são comprobatórios os dados preliminares abaixo.

Relação de dependência: Valparaíso/Distrito Federal



*Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

Esse processo de mobilidade, ou seja, o ir e vir, no qual as pessoas deixam a cidade ao romper do dia e somente retornam ao cair da noite (Paviani, 2003), em que buscam o Distrito Federal para satisfazer suas necessidades de educação, saúde, trabalho dentre outros serviços básicos e que comprova o aparente descaso dos órgãos gestores perante as necessidades da população vai gerar nos cidadãos a certeza do abandono e sentimentos de desânimo e frustração. Nas palavras do senhor Zacarias, morador do município desde 1984, em entrevista concedida em 17/10/2007 “Nós somos a região do nem. Nem Brasília quer, nós somos vistos lá como um estorvo, algo que está atrapalhando. E para Goiânia a gente ta muito distante para eles olharem pela gente” (in: Silva e Silva, 2008). Fica evidente aí, o sentimento de exclusão que permeia o imaginário dos moradores de Valparaíso; refletindo-se de maneira negativa na constituição de uma identidade individual e coletiva.

O estudo das identidades para o entendimento de determinados contextos ou circunstâncias é tema bastante atual e recorrente no meio acadêmico, uma vez que “o fortalecimento das identidades locais, regionais e nacionais se liga diretamente à consciência histórica da sociedade” (Boschi, 2007), embora não seja fator de preponderância. Nesse processo de estudo da formação de identidades, as Ciências Sociais têm papel de relevância, uma vez que se configuram na base de sustentação do conhecimento que se alicerça no

presente. Enquanto pesquisadora na área das Ciências Sociais, para nós é bastante instigante o cenário acima descrito. Descortinar o universo onde se dá a construção dessas identidades com singularidades político-culturais próprias, bem como os elementos que se coadunaram para tal nos impulsiona.

Para Edward Said (1990; in: Hall, 1999), “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos”, possuem, as chamadas “geografias imaginárias”, suas “paisagens, características, seu senso de lugar, de casa/lar, suas localizações no tempo, que ligam passado e presente”; analisando as palavras do autor, conclui-se que tais elementos se constituem, em fatores determinantes para a construção de identidades. As assertivas de Said nos remetem ao seguinte questionamento: estariam os habitantes de Valparaíso, em função do contexto no qual se inserem, (des) construindo uma “noção de pertencimento social” na elaboração de suas “identidades compartilhadas” e individuais? Bourdieu (1989) ao tratar das identidades regionais ou étnicas afirma que estas são “uma forma particular da luta das classificações”, são “ideologias, os grupos produzem diferenças culturais, mas ao mesmo tempo são produtos dessas diferenças”. Em suma, a identidade é produto e produtora da dinâmica da história, posto que se estrutura nos embates pelo poder.

A certeza de que a formação de uma identidade local perpassa pela construção de uma história local, que ao migrar o indivíduo torna-se anônimo, destituído de importância e pertencimento (Smith, 1995), e mais, os embates travados no campo das expectativas criadas e a realidade vivida na cidade, realidade essa que evidencia a segregação socioespacial a que se encontram relegados nos leva a outro questionamento: estariam os moradores do município de Valparaíso mediante o quadro exposto deixando de lutar pela implementação de políticas públicas que visem solucionar os problemas que flagelam o referido município? São essas algumas das inquietações que nos impulsionaram à pesquisa. O que se busca é a reflexão a partir de investigações acerca dos fatores que coadunaram para a construção da identidade social em Valparaíso de Goiás. Para tal mister se faz dar voz aos indivíduos dessa comunidade evidenciando o processo, que é constante, de construção da identidade socioespacial.

Para que não corramos o risco de equívocos na interpretação dos dados obtidos; ou ainda, reforçemos o discurso vigente fizemos em primeiro momento um estudo bibliográfico de autores que tratam da relação Distrito Federal/Entorno, bem como das implicações sócio-econômicas que esta pressupõe. Embasados em fontes várias (livros, teses, dissertações, monografias, artigos) procuramos compreender a história recente de Valparaíso de Goiás e a interdependência com o Distrito Federal. No que tange ao conceito de identidade e da

construção da mesma, bem como a influência do processo migratório e das políticas públicas neste contexto recorreremos à literatura específica que nos possibilitou uma visão teórica sobre o tema. Entendendo que a “palavra falada é a base da comunicação humana e muitas vezes o único meio de transmissão dos conhecimentos e tradições de certos grupos sociais” (Boschi, 2007; Portelli, 1997) utilizamos na pesquisa de campo o relato oral, a partir da coleta de depoimentos e do emprego de questionários direcionados e também a realização de visitas a órgãos públicos.

Partindo da ideia expressa por vários autores, dentre eles Marc Bloch (2001), de que uma “história ampla, profunda, longa, aberta, comparativa não pode ser realizada por um historiador isolado” e mais, que “isolado, nenhum especialista nunca compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos” e finalizando, de que a história “só pode ser feita com uma ajuda mútua” (idem) e crendo na importância de um processo cooperativo entre as Ciências no qual estejam resguardados o campo de ação de cada uma recorreremos ao uso de fontes bibliográficas relativas a outras áreas de conhecimento (História, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Geografia) buscando conhecer e entender a forma pela qual cada um, considerando-se suas especificidades, busca explicar o tema por nós eleito como objeto de estudo, na certeza de que é “justamente na experiência de uma cultura compartilhada que se engendra a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e confere inteligibilidade aos comportamentos sociais” (Castro in: Cardoso e Vainfas, 1997).

Evidencia-se dessa forma a presença de uma ação efetiva por parte dos moradores de Valparaíso de Goiás no sentido de buscar através do fortalecimento da noção de pertencimento, da construção de uma identidade afirmativa que levará a população a uma maior mobilização social, confirmando dessa forma a intrínseca relação existente entre o lugar da identidade e a identidade do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lara Moreira. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v2-123-132-lara%20moreira%20alves.pdf>. > Acesso em: 25/09/10.

BARROS, José D’Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 222p.

BLOCH, Marc. L. B. Apologia da História ou ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159p.

BOSCHI, Caio César. Por que estudar história? São Paulo: Ática, 2007. 72p.

- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 88p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 508p.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações Lisboa: Difel, 1998. 233p.
- FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: Narrativas, Patrimônio e Memória. In: SMITH, Warney. Barão Geraldo: História e Identidade Local. Monografia de iniciação científica na disciplina de História. São Paulo: USP, 1995. 25p.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro – 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102p.
- _____. Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- NOGALES, Ana Maria. Correio Braziliense. Cidades, 08/05/11.
- PAVIANI, Aldo. Urbanização e Metropolização. Brasília: Universidade de Brasília, Codeplan, 1987. 256p.
- PESAVENTO, S. J. O outro no tempo. História. Debates e Tendências (Passo Fundo), Universidade de Passo Fundo, v. 4, n. 2. 2003.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História. São Paulo: EDUC, n. 14. Fev/97.
- PÔRTO, Gilson. História do Tempo Presente. Bauru, SP: EDUSC, 2007. 360p.
- RIBEIRO, Hidelberto de S. O Migrante e a cidade: dilemas e conflitos. Araraquara, 2001.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010. (Folha Explica). 101p.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.
- _____. História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2007, 159p.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Ed. da UFG, 1997, 140p.
- SILVA, Rubens de Moraes. Memórias e Identidades e Processos Migratórios. In: Em tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História / UnB, nº 12. Brasília, 2008. 24p.

SILVA, Eliete B. B. e SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. Aspectos Histórico-geográficos do município de Valparaíso de Goiás. In: História de Nossa Terra: Valparaíso de Goiás. Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás (Org.). Valparaíso de Goiás, 2008. 152p.

STEINBERGER, Marília. (Org.). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408p.

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE MITOS FUNDACIONAIS: SEPARATISMO NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Idelma Santiago da SILVA¹
idemasaki@gmail.com

RESUMO: Este trabalho trata do processo histórico de erguimento de memória social visando legitimar reivindicações de recortes político-territoriais na Amazônia Oriental brasileira. Nestas reivindicações estão imbricados interesses de ordenamento social e de domínio de território pelas denominadas redes do agronegócio (monoculturas e mineração). Neste artigo abordarei, brevemente, os casos do Maranhão do Sul (MA) e Carajás (PA). Estão em jogo, como interesse articulador, pretensões de estruturação de arranjos regionais de poder sobre o território e as relações sociais para viabilizar um determinado modelo de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVES: Memória Social, Identidade Regional, Separatismo.

ABSTRACT

This work deals with the historical process of erection of social memory in order to legitimize claims of political-territorial clippings in Eastern Amazonia. These claims are overlapping interests of social order and domination of territory by so-called networks of agribusiness (monoculture and mining). In this article I will discuss briefly the cases of South Maranhão (MA) and Carajás (PA). Are at stake, such as interest articulation, claims of regional arrangements structuring of power over the territory and social relations to permit a particular development model.

KEYWORDS: Social Memory, Identity Regional, Separatism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do processo histórico de erguimento de memória social visando

¹ Professora Adjunta UFPA/Campus de Marabá, doutora em história. Este trabalho é parte da tese de doutoramento em história (UFG), intitulada “Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará” (2010), realizada sob orientação da Profa. Dra. Olga Cabrera, sem fonte de financiamento.

legitimar reivindicações de recortes político-territoriais na Amazônia Oriental brasileira, desde o último quartel do século XX. No contexto dessas reivindicações estão imbricados interesses de ordenamento social e de domínio territorial pelas redes do agronegócio (monoculturas e mineração). Assim, esta breve abordagem da questão irá focar certos discursos de identidade e memória que são produções socialmente motivadas.

Em estudos de Haesbaert (1996 apud MARTINS, 2001, p. 280) acerca das pretensões de criação dos estados do Maranhão do Sul (MA), Gurguéia (PI) e São Francisco (BA), localizados em vasta área de cerrado denominada de “Novo” Nordeste (área de interesse de capitais do centro-sul do Brasil), está em questão a articulação de novos recortes político-administrativos e nova divisão territorial do trabalho, dominada pelas redes da moderna agricultura capitalista. Trata-se de um processo de legitimação e gestão dos processos de modernização seletiva da região.

A história recente da Amazônia Oriental brasileira é marcada pelas contradições inerentes às políticas oficiais de ocupação da região, na segunda metade do século XX. Elas visaram controle geopolítico e exploração econômica do território, possibilitando, por um lado, a apropriação e concentração da terra, por outro, a estruturação de mercado de trabalho (BECKER E MACHADO, 1982). A representação da região como espaço *vazio* combinava com a sua descrição como espaço da *esperança* e da *possibilidade*, o que possibilitou, de um lado, condições ideológicas para a ocupação da região, de outro, garantiu o deslocamento de contingentes populacionais para áreas estratégicas ao capital, especialmente reservas de recursos minerais (MORBACH, 1997).

Neste processo de ocupação, o sul do Maranhão e o sudeste do Pará foram interligados por contigüidades estruturais. Por isso, desde o último quartel do século XX, os discursos e práticas que visam legitimar e objetivar recortes espaciais regionais tem se atualizado com a implantação de grandes empreendimentos capitalistas que disputam a estruturação de novos arranjos de poder sobre a região. No entanto, os discursos que visam consenso público pela criação dos estados de Carajás (PA) e Maranhão do Sul (MA) são centralizados numa política de identidade, na discriminação político administrativa, nas distâncias geográficas e dimensões territoriais.

Como as políticas de identidade regional e de invenção de mitos fundacionais são inscritas no campo da memória social, aí se travam lutas e intervenções sociais. Conforme Certeau (1994, p. 162), a “memória se produz num lugar que não lhe é próprio” porque sob a “forma prática, a memória não possui uma organização já pronta de antemão”, mas ela se mobiliza relativamente ao que acontece e nisso está “sua capacidade de ser alterada” e servir

como dispositivo de intervenção social.

O espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna. É através das práticas que estes recortes permanecem ou mudam de identidade, que dão lugar à diferença; é nelas que as totalidades se fracionam, que as partes não se mostram desde sempre comprometidas com o todo, sendo este todo uma invenção a partir destes fragmentos, no qual o heterogêneo e o descontínuo aparecem como homogêneo e contínuo, em que o espaço é um quadro definido por algumas pinceladas (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 25).

A região é “um encontro entre programas de ação. A 'região' vem a ser, portanto, o espaço criado por uma interação” (CERTEAU, 1994, p. 212). Por isso, o discurso de elites envolvidas nestes empreendimentos de regionalização, deve ser compreendido pela sua característica dialógica, socialmente localizada (BAKHTIN, 1993) e visando objetivar posicionamentos sociais.

Desta forma, os discursos utilizados neste trabalho podem ser caracterizados como estratificações não apenas de gênero ou profissionais, mas principalmente político-sociais. Para tanto, utilizei de fontes variadas que incluem narrativas memorialistas, jornalistas, acadêmicas e literárias para o desenvolvimento desse tema, ainda que nos limites deste artigo, não caiba uma abordagem mais estendida, acompanhada de todas as citações necessárias.

1. Maranhão do sul e as fronteiras do sertão

No sul do Maranhão, uma política de identidade e regionalização tem procurado recriar o sertão – *moderno, civilizado e desenvolvido* – pelo apossamento de *outras* identidades a serem destituídas, cultural e materialmente, dos meios de reprodução de sua existência e como forças concorrentes. A remissão ao passado – sujeito colonizador = *sertanejo* – serve para reforçar a autoridade desse discurso e instituir seus monumentos, como dispositivo de socialização de sentido histórico.

A fronteira se constitui como lugar intersticial onde cada “objetivo é constituído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura; cada objeto político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico” (BHABHA, 1994, p. 53). Neste sentido, o objetivo de instituição cultural e social do sul do Maranhão, relaciona-se com certa dizibilidade de *sertão* que desloca e simultaneamente cria novos sentidos. O *sertão* como uma zona de solidariedade que possibilita operações de homogeneização, mas que, ao mesmo tempo,

precisa construir suas fronteiras internas e *passar a limpo* o passado (suas contradições e diferenças) para se instituir como espaço estável e natural.

A distância entre o sul e o norte do Maranhão torna-se maior quanto se faz uma análise a respeito dos sertões deste Estado, por serem estes dotados de características próprias quanto à sua forma de colonização – vinculados à frente de colonização interiorana ou pastoril nordestina –, às peculiaridades do povo sertanejo, à economia baseada na pecuária e até mesmo à sua paisagem, dotada em sua maior parte de cerrados (REIS e PEREIRA, 2007, p. 11).

O Maranhão do Sul continua a mesma saga dos Pastos Bons de outrora. Agora, além dos bandeirantes baianos e pernambucanos, gente de todo o Brasil, como gaúchos, paulistas, mineiros, goianos, nordestinos constituem a identidade deste rincão do Brasil. Uma nação unificada, mas temos um território desconhecido pelos brasileiros do ‘sul maravilha’ (NOLETO Apud FERREIRA, 2007, p. 28).

Nesses textos encontram-se marcos do empreendimento, envolvendo múltiplas dimensões da realidade, de construção de fronteiras internas no Maranhão. Neles estão presentes alguns elementos antigos de interpretação do Brasil, como a dualidade litoral *versos* sertão. Mas, não se trata mais precisamente de uma empreitada para a exposição de uma estigmatização espacial impingida pelo Outro (o litoral), ainda que o argumento da discriminação político-administrativa (do governo central) seja recorrentemente empregado. Contudo, elementos tradicionais de representação e categorização do *sertão* e dos *sertanejos* são erguidos como um dos lugares de uma objetividade da região. Desse lugar, associado às circunstâncias de uma reivindicação separatista, uma memória se levanta para inscrever um *sul do Maranhão* na história. Como nos lembrou Certeau (1994, p. 162), a “sua força de intervenção, a memória a obtém de sua própria capacidade de ser alterada - deslocável, móvel, sem lugar fixo”.

O sertão é reinventado, tomando as representações consideradas positivas do passado, como a saga colonizadora dos sertanejos (fazendeiros) criadores de gado, acrescentando, no presente, os novos *bandeirantes* – os modernos *sertanejos* do agronegócio. São os marcos de uma nova conquista que se deseja dar ao (re)conhecimento do “sul maravilha”. Não é de forma despreziosa que em determinados discursos de identidade sul maranhense haja o emprego do termo *sulista*. É a expressão não apenas de uma alteridade com o norte do estado

(o litoral), mas também a idealização de um “regionalismo de superioridade”², representado pelo Centro-Sul do país. O ideal de fazer o encontro do *paulista* com o *sertanejo* na recriação do *novo sertão*, moderno, civilizado e desenvolvido.

Uma pesquisa nas publicações realizadas na região dá conta desse duplo empreendimento que converge para lutas simultâneas de identidade regional e separatismo político-territorial. Como base legitimadora destas pretensões salienta-se a construção de uma narrativa de “origem” e permanências de especificidades colonizadoras dos sertões maranhenses, tendo como matrizes socioculturais (“civilizadoras”) o pioneirismo sertanejo (liberais republicanos/ criadores de gado) e o empreendedorismo dos investidores capitalistas do centro-sul do país (modernos/ monocultores). No sul/sudoeste do Maranhão está em curso um processo de construção dessa memória histórica e projeto de futuro. E como toda verdade precisa se instituir publicamente, pode-se compreender que essas publicações têm contribuído para esse “processo de institucionalização” (ALBUQUERQUE JR., s/d, p. 15).

Esse empreendimento não lograria sucesso se não recorresse, seletivamente, a referente de identidade e representações sociais historicamente objetivadas.

[...] é fruto desse frente interiorana de colonização, responsável por dividir socialmente o estado. Isso significa que o contraste entre o Sul e o Norte do Maranhão vai além da paisagem e dos aspectos econômicos. A identidade do povo sertanejo marca profundamente o fator cultural. Sua simplicidade, seu espírito corajoso e sua composição étnica refletiram na formação da personalidade, no sotaque, na aparência física, no comportamento e nos costumes e tradições mantidas pelo sul-maranhense (REIS; PEREIRA, 2007, p. 20).

Este é um discurso comprometido com a pretensão emancipacionista e assume a narrativa do colonizador, isto é, “o que parece representar a Identidade do Sul do Maranhão [...] mantêm o espírito guerreiro e altivo dos sertanejos do século XIX” (SANTOS et al., 2009, p. 20). Uma identidade que teria sido forjada não apenas pelo isolamento e independência econômica, mas também ideológica. Destaca o espírito nativista e libertário dos sertanistas e as revoltas como tentativas de “afirmação e elaboração de uma Identidade Sul-maranhense por parte de muitos fazendeiros” (p. 25). Neste caso, uma identidade que se assenta na defesa das tradições – “uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 85): “um dedicado amor à terra, à propriedade, à família e

² Segundo Albuquerque Júnior (1999, p. 45), o regionalismo paulista é um “regionalismo de superioridade [...] que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca”.

sobretudo à herança no sentido mais amplo e profundo, a tudo dos mais antigos, dos pais aos ascendentes mais distantes” (SANTOS et al., 2009, p. 27), cujo legado permanece, por exemplo, na luta pela emancipação político-territorial.

A formação da Identidade Sul-maranhense foi, dessa forma, delineando-se, agregando ao seu núcleo social hábitos e costumes provenientes de diversas regiões do país, ou seja, constituindo-se também de mineiros, paulistas, gaúchos, paraenses [sic], goianos etc. O grupo social que tinha na fazenda o eixo sobre o qual giravam os hábitos e a economia passa a demonstrar suas potencialidades na exploração, além do gado, de novos ramos de atividade econômica, destacando-se investimentos no comércio de bens e serviços, na soja e no ecoturismo, dentre outros, o que vai modelando cada vez mais nitidamente a independência da capital em termos econômicos (SANTOS et al., 2009, p. 28).

A referência à agregação de novos sujeitos e costumes serve para ressaltar um ideal de heterogeneidade e intercâmbio cultural que as migrações teriam proporcionado ao sul do Maranhão e que o distinguiria do norte do estado, considerado portador de uma identidade “aparentemente homogênea” (SANTOS et al., 2009, p. 34). Contudo, devido à característica quase panfletária do discurso, as inconsistências são recorrentes. Nesta situação em análise, por exemplo, há uma naturalização dos processos de distinção, quando afirma que o povo desta região “já possuía uma predisposição para ser distinto”³. E quando se refere a uma “aparentemente Identidade homogênea” do norte destaca-se, no entanto, as manifestações culturais de matrizes africanas ou afro-indígenas, e ressalta que

Além da influência européia, a identidade do Norte do Maranhão recebeu contribuições de africanos e nativos, miscelânea essa que fez a diferença na vida da população, que foi se adaptando ao novo estilo de vida, em meio a visíveis diferenças sociais. O escravo africano foi a mão-de-obra utilizada na lavoura e, como constituía a maior parte da população, predominaram sua cultura e estilo de vida (SANTOS et al., 2009, p. 33).

Se, de um lado, a idealização do *sul maravilha*, de outro, certa estigmatização do norte para estabelecer uma diferenciação sociocultural, além de uma denominada fronteira econômica, como veremos adiante. O *norte* é o exemplo do que o *sul* não quer ser, o modelo

³ “A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 75).

contra o qual se elabora “a imagem civilizada do Sul” (ALBUQUERQUER JR., 1999, p. 61). Essa dualidade norte-sul, reativada nestes discursos, parece dialogar com narrativas passadas sobre o território brasileiro e suas gentes e que impingiram imagens pejorativas sobre as populações do norte, baseadas em visões deterministas geográficas e critérios biológico-raciais.

Por isso, sobre o trabalho de Santos et al. (2009) pode-se compreender que além de participar de uma política de identidade da qual não participam – como agentes da história e sujeitos de memória – indígenas e negros, ela parece representar o indício de uma permanência sobre as populações do interior do Maranhão: o estigma do *caboclo maranhense*.

Nesses relatos estão os indícios de que nem todos os *sertanejos* estão incluídos nessas narrativas de passado e futuro que, atualmente, se constroem sobre o sul do Maranhão. Em obras descritivas ou memorialistas que participam desse empreendimento de constituição da “memória regional” são proeminentes determinados recortes, como classe social e categorização étnica. A memória que serve às atuais pretensões são aquelas que dão visibilidade a atuação daqueles personagens que ocuparam, simultaneamente, as posições sociais de fazendeiro, comerciante e político (Ver COELHO, 2005; AMORIM, 2008).

Por isso, percebe-se a permanência de um contraste, que nos remete às obras de Orlando Valverde [1957] e Manuel de Andrade [1968]. Por um lado, os *caboclos maranhenses*, no sul do Maranhão, são constituídos de migrantes do litoral que adentraram os sertões pelos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Grajaú. Seriam esses os representados pejorativamente como indolentes, desambiciosos, negros remanescentes da escravidão, derrotados – a “*civilização do babaçu*” (ANDRADE, 1977). Certas publicações sobre a história do sul do Maranhão afirmam que, devido à predominância da atividade de criação extensiva de gado, a presença de população escrava teria sido reduzida (CABRAL, 2002 apud REIS e PEREIRA, 2007). Por outro, as características do *caboclo nordestino* ligadas ao sertão, à migração, sem o estigma da escravidão e lutador constitui o desbravador dos sertões (ANDRADE, 1977). Segundo Guillen (2002), a representação do sertanejo como um forte é um dos estereótipos do nordestino.

Nestes processos de invisibilidade de indígenas e negros, os discursos de identidade em prol da criação do estado do Maranhão do Sul procura minimizar ou invisibilizar também os personagens da frente de migração nordestina do século XX. Foram camponeses, no geral populações afro-indígenas, que realizaram processos de migração forçada devido à concentração fundiária e as secas no Nordeste. Além disso, no próprio sul do Maranhão,

ainda no século XIX, as relações de solidariedade e intercâmbios entre indígenas e negros formaram parcela da população do interior do Estado e que sofrem o mesmo estigma e os processos de expropriação dos seus territórios. Na Amazônia oriental brasileira, a existência de mocambos que reuniram negros e índios foram comuns tanto no Pará como no Maranhão. Nos sertões de Pastos Bons, por exemplo, as descrições de Paula Ribeiro (1819) dão notícias de que os índios abrigavam negros fugidos da escravidão.

O discurso de identidade que invisibiliza ou nega, como sujeitos de memória, determinados grupos socioculturais no sul do Maranhão articula preconceitos étnicos, interesse de classe social e de poder sobre o território e as relações sociais. Por um lado, é uma tentativa de ocultar a existência e o direito desses sujeitos em permanecer e dar continuidade às suas vidas nos seus territórios, que tem sido alvo, nas últimas décadas, do interesse de expansão da monocultura praticada pela agricultura capitalista. Ou, por outro lado, manter a visibilidade pelo estereótipo discricionário que ajuda a legitimar pretensões de expropriação, com base em argumentos modernizadores.

Os trabalhos analisados participam desse processo de realização e seleção das memórias e práticas que serão erguidas na constituição do sul do Maranhão. A evidência de que não se trata de um processo natural, e sim de um ato social de criação, é, por exemplo, o modo como as diferentes áreas de cerrado e floresta da pré-Amazônia são incorporadas numa contigüidade de identidade homogênea. Nisso está a exposição de que o recorte do *sertão* é aquele território pretendido num projeto *moderno* de colonização *sertaneja*, isto é, o espaço onde visam fazer reconhecer uma identidade social (CHARTIER, 1991) sobre o apossamento de *outras* identidades a serem destituídas, cultural e materialmente, dos meios de sua reprodução e instituição como forças concorrentes.

Por isso, uma narrativa de “origem” tenta se estabelecer erguendo seus monumentos que dão testemunho dos atos *originários* e legitimam determinados sujeitos da história, enquanto apagam não somente as memórias polêmicas, mas outras possibilidades de projetos de futuros. A categoria de *sertanejo* serve como uma noção na qual se imprimem os significados e valores que interessam identificar esses grupos no presente, portadores de um projeto de dominação das relações sociais e de exploração exaustiva dos recursos do território, porque na verdade ela não representa um ideal estável no tempo e no espaço e nem para os diferentes sujeitos. A remissão ao passado serve para reforçar a autoridade desse discurso e instituir seus monumentos, como dispositivos de socialização de sentido histórico que, apesar de pertencer a um grupo específico, passa a ser adotado por outras coletividades, podendo conquistar níveis de consenso público.

“Carajás”: práticas e representações de regionalização

O que tem sido discutido neste trabalho serve para refletir como os mitos podem ser colocados a serviço da história e, principalmente, como eles se situam “em momentos de transformações ou rupturas, crise de ordem política, econômica ou social” (TEAO, 2008, p. 6). Os *mitos fundadores* das “regiões” nas pretensões de separatismo são evidências da reinvenção, que caracteriza a produção dos mitos, porque coloca em relevo a dinâmica reconstrutiva (dialética presente-passado-futuro) da memória e sua atuação na configuração de narrativas fundacionais.

Os sujeitos sociais migrantes envolvidos nas diferentes frentes de ocupação do atual sudeste do Pará (reivindicado para a criação do Estado de Carajás), ao longo século XX, adotaram estratégias concorrentes de (re)fundação do território. Um primeiro momento foi quando os denominados “pioneiros” construíram os indígenas como o *Outro*, objetivando sua eliminação e a apropriação de suas terras. Esse era o contexto da economia da castanha-do-pará e que institucionalizou uma estrutura de poder e prestígio tendo como figuras centrais o fazendeiro e o comerciante da castanha.

É na ocorrência da disputa com os indígenas pela terra e os recursos naturais que se assenta a narrativa dos “pioneiros” como migrantes fundadores do território. Uma refundação que se fez pela tentativa de “eliminação” dos indígenas das terras e da história do médio Tocantins. O “bago” fundou um novo território numa “desconhecida terra de ninguém”.

Mas, para enfocá-la desde os tempos pioneiros da conquista da desconhecida terra de ninguém – a zona fisiográfica do Itacaiúnas – preferimos chamá-la simplesmente castanha, ou, mais simplesmente ainda 'o bago' [...]

- Vou pro bago! Grito de guerra solto no agreste goiano e nos tabuleiros do Maranhão e, também, pelos beiradões do Tocantins e do Araguaia acima, nos confins onde cochilava a velha cidade de Frei Gil Vila Nova, a dominicana Conceição do Araguaia. [...]

- Olha o bago, moçada!

E, a este grito, os patrões sertanejos deixavam as fazendolas, os 'comércios', os engenhos e as lavouras, e, de mistura com os castanheiros, desciam o rio na cabeça das enxurradas. As primeiras levas, mais numerosas, desciam o Tocantins, vindas de Boa Vista, agora Tocantinópolis, de Santo Antonio, que é agora Itagatins, e engrossavam no porto de Imperatriz. Eram as cabroeiros de Simplício Moreira, dos Maranhão, dos Lopes e dos Milhomem, dos Chamon e de Isaac Araújo, famoso por causa do 'Ciriqueira Campos', ou Cerqueira Campos, desconforme batelão capaz de

engolir 300 barricadas! E vinha também a cabroeira dos Mórba de seu Guimarães.

Vinham em esteiras largas sobre o dorso do rio, marcando os mesmos pousos, de sorte que a 'miunçaiá' não chegasse à frente dos patrões acomodados nas capitâneas, comandando a marcha. Eram batelões de dez vogas, 'reboque' de quatro remos, montariões com jacumanzeiro e dois no banco do meio, e ainda os solitários, aqueles que viajavam sozinhos, na cadência dos rojões de viagem longa. Eram espécimes que se destacavam pelo comportamento e pela produção nos castanhais. Mereciam consideração (MORBACH, 1984, p. 118-119).

Nessa narrativa, pioneiros não são todos os migrantes. Há gradações: os “patrões sertanejos”, de um lado, e a “cabroeira”, a “miunçaiá”, de outro. Fora “aqueles que viajavam sozinhos”. Mas, ela reconhece como tais aqueles oriundos do antigo norte de Goiás e do Maranhão. Essa frente de migração tem suas histórias dignificadas na memória social local, mesmo após as “refundações” posteriores.

A categoria “pioneiro”, empregada em diferentes “acontecimentos discursivos” - memorialísticos e político-panfletários -, refere-se aos (auto)denominados “desbravadores” da primeira metade do século XX. Faz parte de uma memória que tem reificado a história vivida, especialmente na reiteração dos personagens-heróis da conquista, sublinhando o papel dos “coronéis” – os “patrões sertanejos” do Maranhão e antigo norte de Goiás.

Uma segunda in(ter)venção de territórios aconteceu a partir da década de 1970. Neste contexto, os usos e as interpretações da migração pelos sujeitos migrantes e pelos “regionais” que já se encontravam na área constituem parte importante das lutas de representação. Parcela desses últimos é “confundida” com os *caboclos* e a “civilização” será obra dos migrantes do centro-sul do país.

Há poucos anos atrás, era justo que se encontrasse, nas margens do Tocantins, o homem denominado 'CARAJÁ'. Bastava ser analfabeto e não saber se vestir bem, para ser um 'CARAJÁ'. UM BAIANO SEM SER DA BAHIA ou o caboclo na expressão mais vulgar. Agora o homem está voltando ao HUMANO (CANDIDO SÁ. Jornal Itatocan. Marabá, dez. 1971. Edição do Natal, p. 2).

Por outro lado, é exatamente a partir desse momento, especialmente na década de 1980, que a atualização da memória dos “pioneiros” é demandada. Neste contexto, de qualquer modo, os antigos estereótipos ou a categorização dos indígenas como *caboclos* permanece, até porque nessa atualização da memória do pioneiro o indígena mantém-se como o elemento de alteridade – simultaneamente ameaça e possibilidade da identidade do pioneiro.

Isso também porque na materialização do novo modelo de ocupação, desde a década de 1970, essas narrativas “renovam-se” no diálogo com as visões estereotipadas e discriminatórias que os “novos” atores políticos e econômicos reproduziram sobre as populações locais subalternizadas: “Índios, negros (quilombolas) e caboclos têm sido considerados nos planos e nos projetos econômicos para a região como sendo *portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior*” (LOUREIRO, 2002, p. 114). Para os indígenas, as duas frentes de ocupação do médio Tocantins foram igualmente trágicas.

A questão da alteridade sempre foi muito problemática nesses deslocamentos territoriais de populações étnicas e culturalmente diferentes. O momento mais dramático, e até trágico, foi sem dúvida o dos anos setenta e oitenta. As revoltas indígenas atenuaram a tragédia e de algum modo ajudaram muito na criação de uma cultura do reconhecimento dos méritos, virtudes e direitos das populações indígenas. O mesmo não aconteceu com os posseiros da frente de expansão, basicamente porque duplamente estigmatizados: de um lado, como inimigos reais das populações indígenas; de outro lado, porque definidos como inimigos reais do progresso econômico (MARTINS, 2004, p. 7).

Em 2004, o jornal *Correio do Tocantins* publicou no espaço de seu Editorial, por ocasião da data comemorativa da emancipação político-administrativa do município de Marabá, um texto com o título “A luta dos desbravadores contra os índios, as feras e os insetos”. Ele evidencia a posição conservadora que tem se mantido nas narrativas sobre os índios, especialmente nomeados “traíçoeiros” e “selvagens” em guerra contra os “brancos”. Além disso, deslegitima-se a ação dos indígenas na defesa de seus territórios: “O índio defendendo terras que consideravam suas e o civilizado, por sua vez, tinha a meritória incumbência de desbravá-las e integrá-las à civilização para aproveitamento de suas riquezas e cultivo do solo” (*Correio do Tocantins*, 5-8/04/2004. Caderno 2, p. 2).

A narrativa dos pioneiros se constrói exatamente quando a contraposição “real” era com o avanço da frente capitalista do centro-sul do país sobre a região. Apesar de os indígenas, predominantemente, constituírem os *Outros* dessa narrativa, ela é elaborada por uma elite regional que pretende marcar sua posição num contexto de relações de forças que podia tornar-se desfavorável à permanência de sua hegemonia socioeconômica. Essa elite rivaliza e/ou solidariza-se com os novos personagens, nomeados ou auto-identificados como “bandeirantes” ou simplesmente “paulistas”. Desde então, tiveram que enfrentar a concorrência do discurso do “bandeirante” como aquele que funda ou deve fundar o “novo”

território.

A narrativa da colonização da região Norte do Brasil, neste período, guarda os mesmos sentidos. Segundo Guimarães Neto (2005, p. 520), a palavra *colonização* deseja uma positividade, que “traduz políticas de dominação, nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro”. Segundo Martins (*O São Paulo*, 12/04/1980, p. 6-7), este é o momento de realização de “outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. [...] É bem clara a origem regional e social desses invasores. Eles vêm do sul e do sudeste e estão procedendo a uma verdadeira sulização do norte. São de preferência paulistas”. Ainda segundo Martins (1980), os dados revelavam que naqueles últimos anos os paulistas já eram proprietários de 15,3% da área cadastrada pelo Incra no Estado do Pará. Todavia, a afirmação de Martins sobre uma “verdadeira sulização do norte” soa exagerada, principalmente porque as antigas elites (oligarquias) regionais tiveram seus interesses favorecidos nas ações do governo federal na região (PETIT, 2003, p. 283).

Esses “novos” e antigos personagens implantaram empreendimentos econômicos que demandavam trabalhadores e também a “eliminação” daqueles, real ou potencialmente, concorrentes pelo território e seus recursos. O que se viu construir desde então, especialmente a partir da década de 1980, foi o rebaixamento moral e sociocultural de determinados grupos de migrantes. O *Outro* é agora também migrante dessa nova frente de ocupação, mas não é o “bandeirante”. O discurso da migração começa a operar para produzir os sentidos das relações para “fora” e para “dentro” da região.

A maioria dos migrantes das últimas três décadas do século XX, para o sudeste do Pará, é constituída de grupos subalternizados. Os sentidos dos deslocamentos foram diversos. Na década de 1970, predomina a migração de camponeses em busca de terras livres para “ocupar” e se reproduzir; na década seguinte, simultaneamente a esta anterior motivação, acentua-se a migração por trabalho e ocupações diversas. Esses migrantes procedem, sobretudo, da migração intergeracional nordestina. Na década de 1980, Almeida classificou duas frentes de migração para a “fronteira agrícola” amazônica.

a primeira, que chamamos de “sulista”, compõe-se de um fluxo de migrantes oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste, bem como de nordestinos ‘reciclados’. Tem penetrado na Amazônia através do Centro-Oeste e, hoje, dirige-se prioritariamente para Rondônia e Mato Grosso. A outra, que chamamos prosaicamente de ‘outros migrantes’, compõe-se de um fluxo predominantemente nordestino; no entanto, inclui também capixabas e migrantes de outras partes do país.

Tem penetrado na Amazônia geralmente através do Pará, e já se defronta com o fluxo sulista na região mato-grossense e do sudeste do Pará (ALMEIDA, 1984, p. 39).

No sudeste do Pará, dos imbricamentos dos discursos dos “pioneiros” e dos “bandeirantes” a definição dos *Outros* das relações socioculturais se torna objeto das lutas de representação. De um lado, a migração ganha sentidos positivos quando se trata de definir a região em alteridade com o norte do Estado ou à *Amazônia*. A migração converte-se no critério cultural de identidade regional, instrumento mobilizador do sentimento de pertencimento de uma população socioculturalmente heterogênea.

Por outro lado, a migração, internamente, é construída como problema quando integrada por pobres, sobretudo maranhenses e nordestinos. Desde então, os maranhenses passaram a ser indesejados ou apenas demandados como mão-de-obra, quando a (re)fundação do território - “eliminado” o índio - tornava “imperiosa” nova classificação sociocultural que designasse aquele a ser “eticizado” e fornecesse os “braços” para o trabalho mais penoso e degradante de exploração econômica – as atividades que “possuíam” o território.

O sul do Pará, hoje, tem pouco mais de 10% de pessoas nascidas no Estado. O restante é originário de uma corrente migratória que formou uma cultura de perfeita homogeneidade, resultado de muita luta, trabalho incansável e crença na região para onde vieram como verdadeiros bandeirantes (Jornal Convergência. Marabá, nº 18, 11 a 18/11/1993, p. 6).

Este é um discurso de características político-panfletárias que tenta afirmar uma identidade regional coesa. Seu contexto é o da demanda pela separação político-administrativa do Pará. E, como outros discursos de regionalização, realizam classificações práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais (BOURDIEU, 1989).

Nos discursos que visam estabelecer as fronteiras “exteriores” e delimitar uma identidade para a região, desde a década de 1970, sobressaem-se, de uma parte, enunciações que remetem a um ideal de identidade representado pelo centro-sul do país e, de outra, (re)criam um *Outro* representado pela Amazônia *nortista* (da qual espera-se manter separado). Além disso, no âmbito da fronteira “interior” têm-se discursos que identificam os *Outros* que a suposta identidade regional não quer ser/assumir. A questão é como excluir os “indesejáveis”, isto é, como invisibilizá-los e eliminá-los da identidade regional.

Quem são “os verdadeiros bandeirantes”? Já aqui o discurso, que até então parecia coeso, expõe suas fraturas. A narrativa dos “bandeirantes” ou dos “pioneiros” nunca incluiu a

maioria dos sujeitos da história vivida. Mas, ela tem atuado com a força de delimitar “origens” e destacar personagens e seus papéis, especialmente na história das ocupações de novos espaços físico-geográficos no interior do território nacional.

O discurso sobre o migrante bandeirante no sudeste do Pará dialoga com o mito do bandeirante construído pelos paulistas: “aparece como um personagem heróico, capaz de feitos importantes, graças ao seu espírito de mando e ousadia nos empreendimentos” (SANTOS, 2008, p. 31). É o discurso de uma elite político-econômica, predominantemente originária do centro-sul, que visa naturalizar uma *di-visão* da realidade marcada pelas desigualdades na ocupação do território, pela exploração predatória dos recursos naturais e pelo “rebaixamento” da maioria da população migrante como mão-de-obra disponível e barata, podendo, inclusive, ser submetida a regime de trabalho escravo.

Em 2001, um fazendeiro de Rondon do Pará, acusado de utilizar trabalho escravo e de assassinar trabalhadores migrantes, inclusive naquele momento suspeito de mando do assassinato do trabalhador maranhense e pai de família Manoel Ferreira dos Santos, respondeu ao *Jornal do Brasil* (11/12/2001, p. 7): “O que falta na região é mão-de-obra qualificada. Esses vagabundos não querem trabalhar”. Em 2005, Carlos Xavier, então presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), discursando para lideranças ruralistas, em Belém, criticou a representação do Pará como “Estado bandido, grileiro e escravagista” e afirmou: “Vocês são heróis, homens dignos e sérios que produzem alimento e conseguem manter a economia do País estabilizada. Este é o produtor rural paraense” (*Diário do Pará*, 16/03/1005. Caderno Cidades, p. 8). No sul e sudeste do Pará, os “bandeirantes” querem “ordem” e não desejam serem constrangidos nas suas atividades econômicas.

O presidente do Sindicato Rural de Redenção, Luciano Guedes, argumenta com o passado dos bandeirantes para justificar a derrubada de árvores seculares para tornar rentáveis milhares de hectares transformados em pastos e plantações de soja. [...] 'Por que sou considerado um depredador, se estou ajudando a construir o Pará, como fizeram os desbravadores de outras regiões?'"(O Liberal. Belém, 11/11/200. Sul do Pará, p. 3).

O imbricamento de interesses e visões de antigas elites regionais e dos “novos” bandeirantes produz e veicula um discurso das vantagens da migração, desde que cada grupo social assuma o “seu lugar” no processo de ocupação do território.

O amazônida, prisioneiro da Natureza assiste empolgado a penetração das matas pelas possantes e complexas máquinas que constroem a Transamazônica. [...] O amazônida, despertado pelas Trombetas da Civilização, vai desmentir sociólogos e historiadores, unindo suas forças e sua coragem à técnica e experiência do sulista à bravura e perseverança do nordestino [...]. Já era tempo de o Sul vir de encontro ao Norte (BARROS, João Maria. Revista Itatocan, Marabá, jan. 1971, ano 8, nº 1).

Nesta representação da migração, as contribuições do caboclo e do nordestino são aquelas necessárias ao enfrentamento do trabalho braçal em condições extremamente adversas. Além disso, o “nativo”/caboclo é um sujeito em “extinção”, estágio a ser superado. Já a contribuição do “sulista” diz respeito à técnica e à experiência, isto é, deverá ocupar posição de planejamento, de controle do processo e das formas de exploração econômica do território.

Nesse discurso predomina a intenção de promover a (des)territorialização dos *nativos* nas dimensões físico-econômica, política e cultural. No caso dos migrantes pobres, a dinâmica *imaginada* é aquela na qual deve predominar uma territorialização apenas precária desses sujeitos no novo espaço. Já o modelo civilizacional supostamente representado pelos migrantes do centro-sul constitui-se na representação daquele que funda (ou deve fundar) o *novo* território.

Que autoridade tem esse discurso? Esse é um discurso que participa diretamente da luta para definir a realidade. Por isso, é constituído e constituinte das relações de força presentes na sociedade (BOURDIEU, 1989). Inclusive porque, muitas vezes, são enunciados a partir de espaços institucionalizados como legítimos lugares de fala, como a imprensa, ou pela exibição de um poder de representação social ou política que confere autoridade ao discurso.

No sudeste do Pará disputa-se o espaço, especialmente como exercício de poder e como fonte de recursos. Os sujeitos são aqueles que se autodenominam colonizadores, como neste trecho de declaração de princípios de entidades patronais do Pará: “O Pará, notadamente na sua área sul-sudeste, foi ocupado por brasileiros que ansiavam participar de um amplo processo colonizador” (*Correio do Tocantins*. Marabá, 19 a 21/05/2008. Caderno 2, p. 2). Esses colonizadores fazem questão de destacar sua distinção (separação) da Amazônia e não desejam ter seus interesses contrariados pelo Estado. Exemplo disso é a fala de José Diamantino, paulista de Regente Feijó, dono de concessionária de veículos e fazendas no sudeste do Pará.

É verdade que se diga, porém, que esse pessoal que chegou aqui a vinte, trinta anos,

na verdade foram chamados para aqui investir. Foram chamados na época da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) a desenvolver a região. Veio gente grande, média e pequena, isso do ponto de vista do potencial econômico para desbravar isso aqui. É claro que numa região pioneira, tudo tem um caráter precário. Criou-se aqui na Amazônia alguns costumes, que são diferentes da Europa e dos Estados Unidos. Essa relação trabalhador-empregador na zona rural diferente daqui do Pará em comparação com o Estado de São Paulo. Como aqui o Governo não dava médico, serviço dentário, educação e outras obrigações previstas em Lei, que seria o normal. Ao longo do tempo como o Estado não aparecia, o proprietário bancava tudo isso. No sul do Pará não se tinha a cultura de registrar os empregados, assim como, a bem pouco tempo, não era costume na zona urbana se registrar as empregadas domésticas. Após uma maior presença do Estado acho que essas questões acabam por se resolverem com o tempo, não com a força (Entrevista com José Francisco Diamantino. Diário do Pará. Belém, 17/07/2004. Regional, p. 3).

Esse texto é interessante para observar como os discursos de identidade envolvem usos estratégicos. Quando infere que na Amazônia criaram-se costumes diferentes dos da Europa, dos Estados Unidos e de São Paulo (o modelo colonizador), qualifica-se a fronteira como espaço precário e culpa-se o Estado pelos [maus] *costumes*. O modelo civilizacional é o mesmo e os seus sujeitos também, mas justificam-se os supostos contrastes como ocorrências *naturais* das circunstâncias envolvidas (precárias). Subjacente a esse discurso, há também a afirmação da visão do espaço físico-natural amazônico – por isso, nesse texto, a região é integrada à Amazônia – como o condicionante dos *desvios* do modelo idealizado, algo que se construiu como *cultura* contrariamente aos seus sujeitos. Enfim, uma imposição do mundo natural que naturaliza também as relações sociais construídas.

Se o Estado não deve agir com sua força contra esse sujeito *colonizador*, por outro lado, sujeitos em condições de subalternidade e que têm se organizado e disputado espaços físicos e simbólicos e as perspectivas de desenvolvimento do território, são nomeados nos discursos desses *colonizadores* como *casos de polícia*, contra os quais o Estado deve aplicar toda sua força repressiva. Quando, em 2006, os índios Xickrin ocuparam as instalações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na Serra dos Carajás, reivindicando o cumprimento dos repasses financeiros, objeto de acordo compensatório aos povos locais, a CVRD veio a público afirmar que os índios eram caso de polícia. O jornal *Opinião* (2 a 3/11/2006), além de divulgar a “nota de esclarecimentos” da CVRD, publicou uma página inteira de reportagem sobre o assunto, na qual reproduz um discurso de rebaixamento da ação dos indígenas, classificada como atos de violência e de desordem, uma clara adesão à versão da Companhia.

Na fala do diretor executivo de Assuntos Corporativos da mineradora, Tito Martins, predominaram representações que visavam desqualificar e criminalizar a ação dos indígenas.

[...] As empresas privadas não podem mais conviver com ilegalidades promovidas por índios, que vêm lançando mão de ações que podem ser caracterizadas como crimes de cárcere privado, roubo, extorsão, dano, invasão de estabelecimento industrial, formação de quadrilha, perigo de desastre ferroviário e desobediência (Opinião. Marabá, 2 a 3/11/2006, p. 4).

A naturalização de um modelo de desenvolvimento e a inevitabilidade de seus males têm sido discurso difundido como forma de convencimento que, nesse processo, parcela da sociedade deve mesmo “pagar os custos” negativos resultantes.

O *Correio do Tocantins* (9 a 12/02/2007. Caderno 3, p. 3), ao fazer referência à interdição da Estrada de Ferro Carajás pelos Guajajara, em 2006, além de ressaltar que as etnias indígenas “não puderam opinar sobre seu próprio destino” quando da construção da ferrovia, assinalava: “Resta à Vale rezar para que a moda não pegue, e que as populações marginalizadas de Carajás não sigam o exemplo dos indígenas”.

Em 2007, depois da ocupação da Estrada de Ferro Carajás pelo Movimento dos Sem Terra (MST), em Parauapebas, o presidente da CVRD, Roger Agnelli, afirmou: “O MST é um caso de polícia. É uma questão de ordem e de estado de direito” (*Correio do Tocantins*, 30/11 a 3/12/2007. Caderno 3, p. 3). Na ocasião, em outubro de 2007, *O Liberal* (8/10/2007. Poder, p. 9) divulgou a notícia da possibilidade de fechamento da ferrovia com os seguintes destaques: “MST deixa Exército de prontidão” e “Fazendeiros da região estão em alerta, temendo novas invasões de propriedades”.

Não é estranho que a “Declaração de princípios” divulgada por entidades patronais do Estado do Pará (Belém, 14/04/2008), tenha ocorrido justamente quando a CVRD estava sendo confrontada diretamente por movimentos camponeses e garimpeiros. Esse documento expressava a coesão da classe patronal/empresarial atuando em diversos empreendimentos econômicos na região, desde o agronegócio às empresas de mineração.

Ainda que não seja objeto desse trabalho, vale ressaltar que, neste contexto, coexistem as contra-narrativas da colonização e elas participam da disputa pela região entendida como “*aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é um botim de uma guerra” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 26). Além disso, os grupos subalternizados têm sido portadores de um projeto de refundação territorial mais universalizante do que aquele cujos portadores (“colonizadores”) estão defendendo, acima de

tudo, seu patrimônio e seus lucros. Por isso, para esses últimos é uma “questão de ordem e de estado de direito”, isto é, da existência de um arbítrio hierarquizador, disciplinador e punitivo.

Considerações

Em ambas as regiões – sul do Maranhão e sudeste do Pará – têm-se colocado em prática os usos da memória para construir mitos fundadores que possam justificar pretensões de separatismo político-territorial, isto é, alcançar certos níveis de consenso social. Contudo, a análise de seus contextos de enunciação e monumentalização evidenciam que essa memória é discricionária e visa certa hierarquia e ordenamento social.

Está em jogo (como interesse articulador), não apenas o que comumente é identificado como repartição de poder político entre grupos de elites e a ampliação do acesso aos recursos públicos, mas principalmente, a pretensão de estruturação de arranjos regionais de poder sobre o território e as relações sociais para viabilizar um determinado modelo de desenvolvimento.

O Estado desejado e orquestrado por esses agentes (ainda no atual Estado do Pará), é aquele que vai exercer seu arbítrio hierarquizador, disciplinador e punitivo, visando garantir o modelo expropriador (do trabalho e dos bens naturais) à custa da subordinação da maioria da população, tais como camponeses, indígenas, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores pobres das cidades considerados empecilhos ao desenvolvimento, quando não aceitam passivamente submeter-se ao projeto de acumulação concentrada de capitais.

Neste sentido, não está em questão uma mudança política com conseqüências na direção de outro modelo econômico-social ou da gestão dos recursos públicos, mas os mecanismos de eficiência pela distribuição da máquina administrativa e de poder coercitivo no cumprimento das direções hegemônicas no Estado.

Nisso, a reflexão sobre o processo de invenção dos mitos fundadores, pela eliminação de outros agentes da história e sujeitos de memória, dão aos indivíduos e coletividades dessas regiões a possibilidade de refletir sobre o seu lugar na história. E colocar uma questão: quais são as fronteiras da expatriação, experiência comum da maioria de nós? Aonde nossos destinos se dividem?

Bibliografia citada

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª edição.

São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. As invenções e Representações em Torno do Semi-Árido – Implicações na Educação. Registro escrito de exposição oral em evento sobre educação no Semi-Árido. s/d, 23f.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. A expansão da fronteira. *Ciência Hoje*. SBPC, v. 2, n. 10, p. 38-39, jan./fev., 1984.

AMORIM, José Raimundo Rodrigues (Org.). *Notícias históricas de Grajaú*. Imperatriz: Ética, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 5ª edição rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. (A teoria do romance). (Trad.) 3ª edição. São Paulo: Unesp, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad.) 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981.

BECKER, Bertha e MACHADO, Lia. Uma nova fronteira para o século XXI. *Ciência Hoje*. SBPC, ano 1, n. 3, p. 45-50, nov./dez., 1982.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de M. Ávila, E. L. de Lima Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. (Trad.) 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.

COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

FERREIRA, Wilton Alves. *Maranhão do Sul: o estado da integração nacional*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

GUILLEN, Izabel Cristina Martins. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, Joanildo A. (org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DR&A, 2002, p. 105-124.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHAULHOUB et al. (Orgs.). *Histórias de cousas miúda: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 519-546.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir.

- Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.
- MARTINS, José de Souza [entrevista]. Frentes de expansão: os novos espaços dos velhos problemas. *Travessia* – revista migrante. CEM, p. 5-8, jan./abr., 2004.
- MARTINS, Herbert Toledo. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.
- MORBACH, Augusto. Os tempos pioneiros da Castanha do Pará em Marabá. In: MARABÁ. Prefeitura Municipal. *A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização*. De 1892 até nossos dias. Ademir Braz et. all. Marabá, 1984, p. 118-123.
- MORBACH, Marize. *Amazônia in concert*. 1997. 72f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- REIS, Alda Almeida Miranda e PEREIRA, Maria Rita Brandão. *Carolina: apogeu, declínio e ressurgência*. Imperatriz: Ética, 2007.
- SANTOS, Fabio Lopes de Souza. Herói em construção. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 34, p. 30-34, julho 2008 (Dossiê Bandeirantes).
- SANTOS, et al. *Identidades Sul-Maranhenses: subsídios à prática didático-pedagógica no Ensino Médio*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- SILVA, Idelma Santiago. A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. *Escritas*, Goiânia, v. II, nº 2, p. 59-74, 2010.
- TEAO, Kalna Mareto. Mito e história: estratégias políticas do neozapatismo. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória – 2008. 11p. Disponível em: www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/kalna%20_tea0.pdf. Acesso em: 20 mai. 2010.

A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA. TRABALHO, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA HISTÓRIA NACIONAL

Luiz Carlos do CARMO¹

RESUMO: O objetivo desta comunicação é apresentar elementos da análise da condição de participação, da construção da região Central do Brasil, de homens e mulheres negros, juntamente com diferentes grupos de personagens, na construção da sociedade brasileira.

PALAVRAS CHAVE: identidade, memória, participação .

ABSTRACT: The purpose of this communication is to present elements of the analysis of the condition of participation, construction of the region Central do Brazil, black men and women, along with different groups of characters in the construction of Brazilian society.

KEYWORDS: identity, memory, participation.

O Brasil nasce em profunda, consonância com alguns determinantes do novo cenário interno experimentado por alguns países europeus. O processo de eliminação de pequenas e médias barreiras do interior do velho continente culmina na constituição dos Estados Nacionais; no engendramento de novas relações sociais; do ensejo de implementação de garantias individuais; do deslocamento do fundamento da graça, para os estímulos meritocráticos, dentre outros, encerravam e iniciavam um novo ciclo. E a questão da identidade nacional ganhou corpo. Para citar um exemplo, tem se que os grupos de *bascos*, *bretões*, *corsos*, *occitanos*, dentre outros na França, necessitavam desaparecer, abandonar os seus antigos valores e princípios unitários, e deveriam caminhar rumo a civilização, submetendo se à nova condição de cidadania francesa. Com o passar do tempo, sabe se que as diversas relações que se estabelecem organizam os indivíduos em novos grupos, em novas redes de identidade e de reconhecimento social, muitas vezes em consonância com a que havia no Antigo Regime! Por outro lado, o grande número de questões envolvendo as noções de trabalho (produção de riqueza, numa nação); identidade – como qualquer identidade coletiva, é uma construção na interação com os demais grupos sociais por meio de processos de exclusão e inclusão, marcam, indelevelmente, as construções históricas atuais, seja por

¹ Professor da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão; Doutor em História Social; CNPq

meio das mudanças e permanências, políticas, culturais, dentre outros fatores. No caso brasileiro, desde a sua fundação, a presença de distintos grupos e as formas de transformação da natureza, de envolvimento com os inúmeros processos comerciais que inseriram o Brasil na dinâmica moderna mundial, de produção e exportação de riquezas, acabaram por fundamentar aspectos importantes da História, das Relações de Trabalho e da Identidade de grupos de brasileiros, que, somente, podem ser vislumbrados de forma ampla e sempre polifórmicas.

Em linhas gerais, tem-se que não é possível reconstruir os acontecimentos da escravidão, da revolução industrial, dos golpes militares, das guerras que assolaram determinadas populações em determinados momentos. O que se pode almejar é transformar, com o poder da análise, a compreensão do fato ocorrido e as disposições que emanaram a partir dali. Nesse sentido o aparato político que encerra qualquer exercício de observação dos acontecimentos passados evoca, sempre, o direito a interpretar, discutir, problematizar determinadas versões da atuação e da presença de um grupo ou de pessoas. No caso dos homens e mulheres negros, na região Central do Brasil, envolvidos com todos os aspectos que marcam a presença e a vivência desta população procurou se compreender e discutir a ação política de construção e manutenção destas vivências ao longo das últimas três ou quatro últimas gerações por meio do acesso à lembrança, a memória e ao esquecimento². É sabido que, conforme aponta o historiador francês Jacques Le Goff

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos, como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui(LE GOFF: 2001, 421)

No levantamento inicial, o mais comum, parece ser que o conjunto de homens e mulheres negros é marcado por uma ampla linha de pessoas com trajetórias marcadas pelo trabalho continuado e constante ao lado de salários de pequena monta. A análise verificou a consistência e a especificidade dos dados gerais acerca do comportamento empregatício, dentre outros, que se tem informações de modo geral, que os colocam no interior dos extratos sociais mais baixos da sociedade brasileira há tempos. Cumpre investigar a rede de relações, sentidos e posições sociais que organizam a viabilidade de permanência dessas pessoas nesses

² YATES, Frances A. *A arte da memória*. Campinas SP: Editora Unicamp, 2007; RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp. 2007; GAGNBEIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo. Editora 34, 2006, dentre outros orientam a reflexão.

espaços há três ou quatro gerações e os diálogos estabelecidos com os demais projetos e perspectivas sociais de construção dessa sociedade.

No tocante a identidade do grupo de indivíduos destacados, longe do simplismo biológico, que pode assentar olhar ao menos avisado, dispõe-se de uma intenção de os sentimentos que enredam o grupo de sujeitos sociais, enraízam-se numa tendência programada de favorecer, quando possível, mas quase sempre de partilhar estratos e condições sociais, historicamente, semelhantes na sociedade brasileira. Há ainda que se destacar, que a cooperação identitária e a noção classista remetem a dois tipos diferentes de coletividades de indivíduos. A noção de classe subtende um grupo de indivíduos que compartilham interesses e destinos comuns, provavelmente em razão de sua posição no sistema de produção. A identitária presume movimentos, que reivindicam uma ascendência comum, uma cultura comum. Longe de ser um dado irredutível e universal do comportamento humano, a participação de homens e mulheres negros no interior dos desdobramentos históricos da construção da região Central do Brasil há que ser visto como elemento de uma luta pela sobrevivência em meio à atuação de um sem número de sujeitos.

Algumas proposições que embasaram as principais bases da constituição de uma dada compreensão social, de uma disposição “colonizadora” dos demais indivíduos que compõem a sociedade brasileira, ainda está presente entre nós. As formulações engendradas, contendo figuras modelares, normas e princípios de condutas tidas como corretas, foram amplamente difundidas pelos diversos meios de tentativas de transmissão de conhecimento e de valores do passado, e não raro algumas ainda nos pressionam. As grandes manifestações públicas de homenagens, os momentos de cultos e reverência às pessoas que com suas histórias encerravam os princípios dessas formas de pensar são alguns dos exemplos de tentativas de normatizações sociais, pasteurizações das condutas. Quando as classes não se sujeitam, transformam-se em classes perigosas.

Nesse desenrolar, o que diferenciam os grupos sociais, pode ser a forma como que se olha para o passado, seja em busca de valorização da atuação de seus ancestrais, seja pela participação na riqueza atual, ou ainda pela forma como relacionam-se com os demais grupos. Nesta direção, o Trabalho de determinados grupos populacionais, destacadamente o do contingente de homens e mulheres negros – em terras coloniais - em função das diversas pressões comerciais européias, não deixaram de lado os seus anseios. Das análises acerca da construção da nação, há que se considerar o desenrolar europeu dos desdobramentos das disposições européias e as conseqüências para os diversos grupos de indivíduos, no que viria a ser o Brasil, a África, dentre outros espaços, com suas identidades. As potencialidades das

diversas regiões brasileiras, combinando suas especificidades climáticas, fauna e flora, o seu regime pluviométrico, sua densidade comercial mineralógica, extrativista, piscosa, dentre outros, somam se e compõem o delineamento da ocupação brasileira moderna brasileira.

De modo rápido, pode se afirmar que as aproximações, as colaborações, as escolhas históricas reposicionaram se, e de alguma forma equacionaram algumas pretensões, assim como sedimentaram possibilidades frente aos demais grupos de brasileiros. Somando elementos à idéia de sentido histórico, em que a investigação, o trabalho sistemático ajuda-nos a desnaturalizar as relações, e a apreender a ação humana ao longo do tempo, em toda a sua historicidade; perseguindo a tessitura imbricada das relações que marcam o universo do trabalho, a transformação ocorrida, sobretudo nos últimos 50 anos, a virtualização produtiva, novas técnicas de apropriação laboral, mapeamento de subjetividades, dentre outras características, deixam ver que a relação de trabalho não é a-histórica, tal como os processos de luta dos trabalhadores, os processos de socialização, e a auto-valorização cultural; e por fim, às noções de História e Trabalho juntam-se à de Identidade como uma concepção dinâmica, que, a exemplo de qualquer identidade, é construída e transformada na interação de grupos sociais por meio de processos diversos, dentre os de exclusão e inclusão entre os grupos que interagem.

As compreensões que os homens e mulheres negros possuem dos processos de transformação das cidades em que viveram os seus pais, os pais de seus pais, e onde e como organizaram suas forças para cuidar de suas famílias, par e passo com as transformações e as demandas dos demais grupos sociais é um, importante, instrumento para análise da maneira como os encaminhamentos públicos, em várias esferas foram compreendidos por este número segmento populacional. Ao mesmo tempo, em que é sem duvida, uma exigência, apresentar as avaliações, as análises desses sujeitos sociais e de problematizá-la com as pretensões generalistas dispostas a todos os brasileiros. Este é um ponto em que é possível pensar acerca das múltiplas faces que se somam sob a noção da brasilidade, em alguns dos seus mais importantes matizes a cultura, a memória da forma como as ações que deveriam figurar como isonômicas atingem grupos específicos.

A pluralidade de grupos populacionais brasileiros é inquestionável. Um país formado pela presença de um grande contingente de homens e mulheres de diversas partes do mundo, que se somam aos milhões que aqui já residiam. Nessa confluência, os diversos conjuntos de hábitos, tradições culturais, práticas religiosas, cosmovisões de mundo, maneiras de ser e de pensar o passado, o presente e o futuro passam a conviver, mais ou menos próximo, regidos por um conjunto de leis, mais ou menos comuns a todos. No tocante à

cultura dos diversos grupos populacionais, é possível afirmar que, no caso brasileiro, as distintas formulações sociais de um grupo, irremediavelmente importantes para os membros deste segmento populacional, sofrem, ao longo dos anos, com o convívio próximo, e a dinâmica das demais formações sociais brasileiras, influências importantes. As múltiplas e distintas formulações de como se viver, como se alimentar, criar os filhos, relacionar-se com a natureza, lidar com os mortos, receber o filho que acabara de nascer, o que, como e quando festejar são algumas dentre um milhão de outras construções sociais que acabam, muitas vezes, conflitando com as elaborações sociais dos grupos vizinhos.

Ainda a respeito das práticas sociais das populações brasileiras, normalmente entendidas e tratadas, apenas, como construções culturais, desprovidas de nexos e sentidos históricos, menos ainda de capacidade de questionar, pleitear mudanças e de defender posições coletivas, tem-se que, quaisquer que sejam o conjunto de referências eleitas, para especificar esse ou aquele segmento social brasileiro, pouco deste aspecto, é aceito, lembrado para a composição da identidade e da cultura de uma população múltipla, mas que para alguns, deve, a todo custo, ser única, homogênea. Por esse aspecto, é compreensível a pretensão amalgamadora dos muitos posicionamentos acerca da construção da sociedade brasileira, e o receio de que, caso admitisse a variabilidade na gênese do processo de construção, o esfacelamento, a desintegração da sociedade seria algo inevitável.

De uma forma, aparentemente clara, a questão da identificação de homens e mulheres negros é algo sabidamente eficiente politicamente. De amplo poder de mobilização política, apenas não é reconhecidamente utilizada pelo contingente negro brasileiro, por um sem número de eficientes estratégias e negociações dos representantes dos demais grupos sociais brasileiros. Um reconhecimento que permite combinar interesses e vínculos afetivos, para muito além dos engendrados pela construção dos Estados Nacionais. O sucesso mobilizatório, assentado em símbolos menos abstratos que os contidos na noção de classe, os conflitos identitários apelam para poderosas emoções, fundadas em afeições que unem os indivíduos que não podem esconder sua identidade.

A análise do modo de vida desses dar-se-á pela busca da forma como compreendem as formulações sociais que procuraram normatizar as relações sociais, criminalizar procedimentos, moralizar aspectos vários da sociedade, e que figuram nas memórias e nas lembranças de vida das pessoas, a partir do convívio direto das construções cotidianas, das relações efetivas de trabalho, das mediações e arbitramento das disputas, do respeito às disposições religiosas, dentre outras importantes ações desses sujeitos, “em face do qual não se pode fechar os olhos”.(BRUIT:. 1995, 154)

Ainda assim, é possível pensar na singular forma da presença desse contingente negro nesses espaços e o seu relacionamento cotidiano e ininterrupto, e de maneira nenhuma se acredita que se trataria de duas histórias distintas da constituição dessas localidades isoladas, ou de alguma forma de se isolar a sua presença nas cidades da região analisada, ou “de duas histórias que correm paralelas sem nunca se encontrarem, senão de uma só, cuja simbologia ora mostra o visível, ora insinua o invisível”,(BRUIT: 1995, 153) que, embora negligenciada em muitas perspectivas de análise, coexistem há anos.

É sabido que do relacionamento e do convívio desigual entre os diversos grupos populacionais migrantes orquestrou-se formas de interpretação e explicação para o processo de formação da sociedade brasileira que se querem hegemônicas e que, em última instância, tentam constituírem-se como referências da história que se apresenta à sociedade nas mídias, se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nas datas cívicas. Isto numa seqüência sinuosa, aparentemente asséptica e neutra formada pela divulgação das principais preferências, ações, eventos, enfim, interpretações a serem transmitidas às futuras gerações e, num movimento simultâneo e contrário, tem-se o conjunto dos procedimentos que incidem sobre os significados e escolhas que devem ser silenciadas. É nesse ponto que as indagações acerca da maneira como as tentativas de ordenamento das relações sociais, quase sempre colocadas com a anuência do Estado brasileiro, foram percebidas pelas famílias negras em um grupo de cidades médias da região central do Brasil ganha corpo. Do convívio e da aparente condição de isonomia perante o Estado a população negra, nestas localidades pode ter forjado compreensões únicas (ou não) das formas como as ações que impactavam a dinâmica relacional diária fora proposta, e em alguns casos colocada em prática.

Ainda nesta direção, para além das possíveis questões “técnicas” que dificultam a construção de aparelhos sociais à todos os brasileiros; e da precariedade dos serviços públicos de amparo e proteção à cidadania, descritos acima, tem-se a construção de outros aparelhos de proteção do cidadão brasileiro que promove o maior número de mortos pela polícia de jovens de determinados grupos sociais³, o número de estupros do seu grupo de jovens, o número de desempregados de sua população economicamente ativa, a quantidade que chegam aos

³ As famílias de determinado segmento social brasileiro já perceberam, o que está contido nas explanações do estudo *A cor da morte*, de SOARES, Glaucio Ary Dillon. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Candido Mendes. BORGES, Dorian. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Os pesquisadores apontam que: *Só a partir de 1996, por exemplo, a identificação da cor da pele passou a ser obrigatória nas declarações de óbito. Embora os dados nacionais ainda apresentem imprecisões, já são suficientes para comprovar que a grande maioria dos indivíduos que têm a sua vida interrompida por assassinatos são os homens, adolescentes e jovens adultos (em especial entre os 14 e 30 anos) e entre eles, principalmente os negros – que segundo critérios censitários, inclui os ‘pardos’ e ‘pretos’*. Revista *Ciência Hoje*, Vol. 35, nº 209, p. 26.

cinquenta anos⁴ dentre inúmeros outros aspectos que encerram elementos que não podem ficar de fora do exame da constituição da identidade e da cultura da população brasileira.

Da mesma forma que os encaminhamentos universalistas que se pretendiam normatizar as relações sociais (escamoteando posturas racialistas, as claras preocupações higienistas; as planejadas formulações sociais que hierarquizavam populações e saberes; as pretensas programações e encaminhamentos sociais evolucionistas, além de vários artifícios que procuravam promover a difusão e a valorização de formas modelares de ser e de atuar no trabalho, nas escolas, nas igrejas diversas, nos momentos de lazer, dentre outras proposições que tentaram ordenar os comportamentos, as maneiras de ser e de pensar dos diversos grupos brasileiros, cumpre pensar, não no desencadeamento do processo e do bojo das políticas e das ações que tentavam regulamentar os comportamentos, mas nas formas como os homens e mulheres negros, na condução dos desígnios de suas famílias compreenderam, perceberam os vários movimentos de esquadramento das relações sociais nessas localidades, na tentativa de institucionalização de papéis sociais desejados para cada um dos membros dos diversos grupos sociais nessas localidades.

Em linhas gerais, coadunando com as análises e reflexões sobre o dia-a-dia dos sujeitos históricos de Agnes Heller compreendo que o conjunto de homens e mulheres negros, e tudo que encerra politicamente a construção histórica do corpo negro na sociedade brasileira, são sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. É bem verdade que um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade (HELLER, 1992, 18/20), mas a especificidade de nascer negro, ao longo da história de nosso país parece abrigar particularidades históricas. Desse conjunto, os apontamentos feitos por homens e mulheres negros sobre a trajetória, as compreensões, as formas de se e de pensar das últimas três ou quatro gerações de homens e mulheres negros, por meio da utilização da fonte oral, permite uma análise profícua da sociedade brasileira e da emergência de novas convicções sociais, e conseqüentemente, novos sujeitos na cena histórica brasileira

A forma como esses sujeitos compreenderam as tentativas de construção dos grandes marcos das localidades pesquisadas, ainda não foram perseguidas. A forma como se deu a regência das estruturas dos lares pode, permitir compreender a maneira como avaliam os diversos mecanismos da suposta “impessoalidade das relações sociais” nas cidades a serem

⁴ A pesquisadora Elza Berquó, estudando a nupcialidade dos segmentos, preto e pardo, verificou que as mulheres pretas se casam mais tarde do que as brancas e pardas, o mesmo ocorrendo com os homens pretos. Além disso, o celibato entre as pretas, ou seja, a proporção daquelas que chegam solteiras aos cinquenta anos, é quase o dobro do verificado entre brancas e pardas. Ver: BERQUÓ, Elza. “A anticoncepção da população brasileira na virada do século”. In: *Homem-mulher: crises e conquistas*. São Paulo. Ed. Melhoramentos, 1987.

pesquisadas. As informações iniciais dão conta de um amplo conjunto de práticas e sentidos sociais importantes para o grupo de homens e mulheres negros nesta região, na dimensão mais ampliada, por meio das Celebrações de Nossa Senhora do Rosário, dos Clubes Negros, das Irmandades dos Homens de Cor, dos Centros de Umbanda e Candomblé denotam uma forma de atuação clara.

Longe de uma disposição essencialista, a investigação encontrou farto material e referências acerca do fácil articular da condição história e da identidade de homens e mulheres negros, ao longo do processo de ocupação e construção da região Central do Brasil, permitindo assentar símbolos e sujeitos sociais em firmes bancadas de análise. Nesta direção, os elementos da cultura, e as formas como os demais grupos posicionavam-se em sua relação, permite pensar nos sentimentos de honra e ética e da força do vínculo entre os diferentes membros, afastando qualquer disposição essencialista, visualizando os elos da dimensão política que compartilham estes indivíduos. Não sendo assim, inerente a esses sujeitos, mas sim uma forma de recurso, e uma disposição para enfrentar as adversidades, a defesa de valores do grupo.

No cenário brasileiro, é grande e silenciosa a violência a que ficaram expostas as memórias dos grupos com hábitos, formas de pensar e de posicionar-se diante da natureza, da vida e da morte dissonantes da versão hegemônica. Os grupos populacionais brasileiros, são vários e de modo geral, são amordaçados de diversas formas, dentre elas, a diária e paulatina sobreposição de perspectivas que culmina no movimento que procura solapar as lembranças no dia-a-dia; a dissimulada igualdade na correlação de forças dos grupos que impõe a convivência com as versões de passado que se destacam das demais; a força e as tentativas coercitivas e assimilacionistas quase imperceptíveis, de tão eficazes, dentre outros mecanismos violentos. Como os homens e mulheres negros, muitos indivíduos não se reconhecem nas versões de história nacional, em que o civilismo, pretensamente universal e uno, o suposto caráter progressista e isonômico dessa sociedade, a reincidência de algumas facetas da urbanização, dos ciclos de “milagres econômico” que chegam a poucos segmentos sociais, a olhos vistos da esmagadora maioria, dentre outros inúmeros pontos, que eleitos para a difusão do bem comum de todos, de tempos em tempos são difundidos e procuram reforçar uma proposta de sociedade em detrimento de muitas outras.

Nesse sentido, a avalanche de tentativas assimilacionistas que visam sepultar históricas violências passadas, desautorizar conhecimentos e opções de vida, difundem-se e muitas atualizam-se e (re)incidem sobre os homens e mulheres negros, num movimento que não é pequeno. No entanto, a partir das práticas sociais, das lembranças acerca do diálogo

sobre o passado da população negra é possível constatar a presença de diversos elementos que politizam, atualizam compreensões e parecem apontar para o que inspira Paul Ricoeur, ao observar que a tensa negociação da convivência entre os distintos grupos é marcado pelo fato de que: “(...) o esquecimento envolvido no perdão [na negociação cotidiana], é o esquecimento da dívida e não o esquecimento do fato”⁵.

Os relatos dos homens e mulheres negros a respeito de suas experiências, escolhas e estratégias para viverem nas cidades em questão, não desmerecem outras narrativas e acepções históricas difundidas, comumente excludentes e negadoras da presença e a atuação desses sujeitos, dentre os demais grupos nesta região. Ao contrário, a perspectiva que organiza a tese parte do pressuposto que o direito à memória e o conseqüente diálogo com o presente, visibiliza a trajetória de quem esteve presente no passado e chama a atenção para as construções futuras das versões do vivido.⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aloísio de. *O cortiço*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2002

BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilização*. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

BERQUÓ, Elza. “A anticoncepção da população brasileira na virada do século”. In: *Homem-mulher: crises e conquistas*. São Paulo. Ed. Melhoramentos, 1987.

BETHELL, Leslie. *Brasil. Fardo do passado, promessa do futuro*. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro, 2002

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. (Orgs) *Memória e (re)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2001

5 RICOEUR, Paul. La critique et la conviction. Paris: Calmann-Lévy, 1995, p. 190. Apud. ZAWADZKI, Paul. O Ressentimento e a Igualdade: Contribuição para uma Antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (org) *Memória e (re)sentimento*. Indagações sobre a questão sensível. Campinas/SP: Editora Unicamp. 2001. p. 371-402.

6 Tal como: “(...) Quando Heródoto declarou que apresentaria ‘os resultados de sua pesquisa’ a fim de que o tempo não suprimisse os trabalhos dos homens e que a grande proeza realizada seja pelos gregos, seja pelos bárbaros, não caíssem em esquecimento (...)”. HERODOTO, L’enquête. Livre I. Trad. André Barget. Paris. Editions Pléaide. Apud. GAGNEBIN, Jeane Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*. São Paulo, nº 17, p. 213-223, nov. 1998.

- BRUIT, Hector Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*. Campinas-SP. Unicamp. 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1992.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro:UFRJ, 5ª edição, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Companhia das Letras, 1987
- CASTEL, Robert. “As armadilhas da exclusão”. Tradução: Cleisa Moreno Maffei Rosa e Mariângela Belfiore-Wanderley. In: WANDERLEY, Lúcia Bógus, YAZBECK, Maria Carmelita (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle époque*. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no sec XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo. Editora Unesp. 2005
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Um olhar sobre os Estudos Culturais e pós-modernismo. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2005
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Memória e História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. V. I
- FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. *Anhembi*, 1961 (1ª ed. 1942); Idem, Congadas e batuques em Sorocaba: *Sociologia*, São Paulo, 5(3).
- FERNANDES, Florestan. Sociologia e folclore: *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura, São Paulo, 1949, v. 122.
- FERNANDES, Florestan. “Mário de Andrade e o folclore brasileiro”. *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura, São Paulo, CVI, 1964.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença. Imagens do negro na cultura brasileira. In. _____. *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo. Edusc, 1998
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever esquecer*. São Paulo. Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, Jeane Marie. “Verdade e Memória do Passado”. São Paulo. *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 17. 1998.

- GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 1ª edição, 2003
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós modernidade*. São Paulo. DP&A editora, 11ª edição, 2006
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J *História Social do Jazz*. Paz e Terra, 1ª Edição, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2001
- MACEDO, Edir. *Orixás, caboclos guias: Deuses ou demônios?* São Paulo: Gráfica Universal, 2006, p.9)
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo: Educ nº 10, 1993. pp 7-28.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Nacional, 1945.
- PIERSON, Donald. *Candomblé da Bahia*. Curitiba: Guairá, 1942.
- PIERSON, Donald. *Estudos de ecologia humana: leituras de sociologia e antropologia*. São Paulo: Martins, 1970;
- PINTO, Maria Inês M. Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, São Paulo, 1994.
- RAMOS, Artur. *As culturas negras no novo mundo*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1946.
- RAMOS, Artur. *Estudos de folk-lore – definição e limites: teorias e interpretação*. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Casa do estudante do Brasil, s/d:
- RAYMOND. Lavínia Costa, *Algumas danças populares no Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1954;
- RICOUER, Paul & FRANÇOIS, Alan. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas-SP. Editora Unicamp. 2007
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp. 2007.
- SACHS, Ignacy & WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001
- SAID, Edward W. *Cultura e Resistência*. Ediouro, São Paulo Edição, 2006.
- SAMUEL, Raphael. “Teatros de Memória”. *Projeto História*, São Paulo: Educ, nº 14, 1997

- SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das letras, 2ª edição, 1999.
- SILVA, Nelson de Vale. & HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1992.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005, dentre outros.
- THOMPSON, E. P. *A Peculiaridade dos Ingleses e outros artigos*. Campinas. Unicamp, 2001
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VÁSQUES, Adolfo Sanches *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.
- WILLIAMS, Raymond *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- WISSENBACH, Maria Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1988. p. 97-99. (vol III).
- YATES, Frances A. *A arte da memória*. Campinas SP: Editora Unicamp, 2007.

O SAPATEIRO E O CORONEL: LUTAS, DISPUTAS E TENSÕES NO CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE BATURITÉ (1924 -1937)

Luiz Gustavo Lima ARRUDA¹

ustaff@gmail.com

Resumo: O artigo debruça-se sobre as tênues relações políticas de um sapateiro, presidente do Círculo Operário de Baturité, com a Igreja Católica, no período que compreende a fundação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos “São José e Maria Imaculada” de Baturité, em 1924, até 1937: o último ano da presidência no Círculo Operário de Mestre Evaristo Xavier de Lucena: sapateiro, negro e importante personagem dessa pesquisa, pivô de diversas tensões e divergências envolvendo a Igreja e os grupos políticos da oligarquia de Baturité. Ao mostrar as relações que certos indivíduos oriundos de uma cultura popular podiam manter de diversas formas com uma heterogenia elite oligárquica.

Palavras-chave: Círculo Operário Católico – Oligarquia de Baturité – Igreja Católica

Abstract: The paper aims the tenuous politic relationships of a shoemaker, president of Circle of Workmen of Baturité, with the Catholic Church, in the period that comprehends the foundation of the Circle of Workmen and Catholic laborers of Baturité named “São José e Maria Imaculada”, in 1924, until 1937: last year of Master Evaristo Xavier de Lucena’s presidency, shoemaker, black man, important character of this research, actor of several tensions and feuds concerning the Catholic Church and politic groups belonged by the Baturité oligarchy. Pointing out the relationships that individuals belonged popular culture might maintain, from several forms, with a heterogenic oligarchy elite.

Keywords: Circle of Catholic Workmen – Oligarchy of Baturité Town – Catholic Church.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (...) Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens-culturais. O materialista histórico (...) considera sua tarefa escovar a história a contrapelo . (BENJAMIN, 1986, pp. 224-5)

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisa financiada pelo CNPq.

Este artigo pretende contar e problematizar uma história em torno de um sapateiro que se envolveu em disputas com a oligarquia de uma cidade do interior do Ceará na década de 1930², tendo como pano de fundo, a igreja católica e o Círculo Operário Católico de Baturité (COCB)³, cujo presidente era o próprio sapateiro. Evaristo Xavier de Lucena foi também fundador-patrono de uma banda de música em 1923⁴, e logo no ano seguinte galgaria o cargo de presidente mencionado, o qual ocupou até 1936⁵. As pesquisas demonstraram que sua presidência não foi marcada pela passividade diante da cúpula católica local, (a oligarquia fundadora do COCB, no caso) muito pelo contrário, sua atuação foi pontuada pela resistência e pela desobediência diante das decisões da cúpula católica local. Disputas e tensões que envolveram também a sua banda de música, que embora oficialmente estivesse ligada ao Círculo Operário Católico e á prefeitura naquela ocasião, em 1935⁶, viu-se proibida de tocar em vias e praças públicas pelo próprio prefeito, coronel Ananias Arruda, do partido católico (LEC)⁷, sendo também um dos fundadores do COCB juntamente como o vigário local

² Baturité, uma cidade do interior do Ceará, desde os fins do séc. XIX, destacou-se como uma pequena cidade com forte movimento comercial a partir das atividades policultoras da serra, como a fruticultura e o café (que entrou em decadência após a crise de 1929). Na parte do sertão, produzia-se gado para corte, todas as atividades convivendo com a agricultura de subsistência de pequenos posseiros ou proprietários, o que era mais raro. Tratava-se a região de um verdadeiro oásis durante as periódicas secas, devido à sua posição privilegiada, ao barlavento da Serra de Baturité. O município englobava nas décadas de 20 e 30 ainda os distritos (hoje cidades) de Capistrano de Abreu e Aracoiaba, além da Candeia Boa Vista e Candeia São Sebastião, até hoje pertencentes ao município. A malha urbana, cercada pelos morros da serra, seguia basicamente o curso da Av. 7 de setembro, a principal via da cidade. Na parte sul da avenida, até a ponte do rio Aracoiaba, encontra-se o bairro do Putiú, onde concentrava uma considerável parte da população pobre, sendo seus moradores pequenos proprietários, ou posseiros, de terras, que viviam basicamente uma economia de subsistência, além de trabalhadores que viviam de pequenos serviços, como pedreiros, artesãos, carpinteiros, etc. Após a ponte, encontra-se o Centro, onde moravam as famílias ricas, proprietárias de extensos lotes de terras, que geralmente viviam do comércio de diversos gêneros, além de ser o local onde se encontravam os prédios públicos, bem como a Igreja Matriz. A crescente atividade comercial de Baturité dava margem a constituição de um grupo de trabalhadores urbanos, que se constituíam em balconistas de lojas, sobretudo empórios e farmácias, caixeiros e carregadores, comércio esse que tinha sua base nas atividades do setor primário. ARRUDA. Luiz Gustavo Lima. (ARRUDA, 2007, p. 29)

³ Instituição católica fundada em 1915, em Fortaleza. Representando a inserção da Igreja Católica no mundo do Trabalho. (SOUZA, 2002, p. 34)

⁴ O Décimo Aniversário da Banda de Música. **A VERDADE**. Baturité, p. 4. 19 fev 1933.

⁵ Círculo de O. de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 23 jan 1944.

⁶ O próprio ano que representou um marco nas mudanças das relações de Evaristo com a cúpula católica na sua presidência do círculo operário. Em março, impede que a fundação de um núcleo da Ação Integralista Brasileira (AIB), em Baturité, se efetuasse no prédio do Círculo. Junho traz mais conflitos quando lhe é recusado uma subvenção do novo prefeito que era então recém-empossado, Ananias Arruda, laico católico de maior destaque na catolicidade de Baturité. Outubro é outro mês tenso, quando sua banda, que era então integrada ao círculo recebe, forte punição da prefeitura, paradoxalmente ligada ao COCB. (ARRUDA. 2007, p. 69).

⁷ A Liga Eleitoral Católica (LEC), fundado em 1932, como partido nacional católico, representou a inserção da Igreja Católica nos assuntos de ordem temporal-política. Em Baturité, coube a Ananias Arruda a presidência do núcleo local. Em 1935, é empossado pelo interventor Menezes Pimentel para ser prefeito de Baturité, no ano seguinte, seria eleito democraticamente pelos sufrágios do partido, vencendo seu principal antagonista, o Partido Social Democrático (PSD). (ARRUDA, 2007, p. 42).

Monsenhor Manoel Cândido⁸, contando com a participação ainda dos fundadores do Círculo Operário Católico de Fortaleza.

O sapateiro Evaristo termina então por afastar-se da presidência em 1936, ano em que, fazendo parte da chapa oposicionista à LEC, Partido Social Democrata (PSD), rompe com a elite católica local e se elege vereador, encerrando sua trajetória de 12 anos na presidência do Círculo. Em 1938, já deposto do seu cargo no contexto do Estado Novo, já se encontra afastado completamente da instituição. A atuação desse misterioso personagem, que nunca apareceu nos livros de história do Ceará – e, no entanto, pareceu ser um dos primeiros políticos negros da República, mesmo que por pouco tempo – tornou-se o objeto dessa nova fase da pesquisa, visando alcançar a trajetória desse personagem remetendo, assim, à micro-história⁹.

As fontes mantidas pela Fundação Comendador Ananias Arruda¹⁰ possibilitaram a aparição de rastros e sinais¹¹ da atuação desse importante sujeito histórico, sendo o Museu Comendador Ananias Arruda (mantido pela fundação) a instituição onde elas ficam guardadas. Uma delas é o jornal católico *A Verdade*, fundado pelo próprio Ananias Arruda em 1917¹² - 19 anos antes de se eleger prefeito pela LEC - a outra importante fonte foram os relatos orais e espontâneos em 11 fitas K7 de Miguel Edgy Távora Arruda sobre suas memórias que remetem ao contexto em questão. Edgy foi sobrinho de Ananias Arruda, idealizador e criador da fundação que leva o nome do tio. Seus relatos orais foram compilados por sua filha, Ana Margarida Furtado de Arruda Rosemberg¹³.

Como afirmado, uma das principais fontes que permitiram ter acesso às disputas que envolveram o sapateiro Evaristo Xavier de Lucena e o então prefeito Ananias Arruda naquele 1935 em Baturité foi o jornal católico *A Verdade*, que costumava oferecer espaço para notas e atas do Círculo Operário mais ou menos de forma periódica, o que deu margem a análises sobre algumas atividades do Círculo. Além disso, foi o principal veículo da mensagem da Ação Católica em Baturité. Foi fundado no domingo de 08 de abril de 1917, pelo monsenhor Manoel Cândido, e idealizado por Ananias Arruda. O próprio Ananias Arruda, em razão da

⁸ LIVRO DE ATAS DA FUNDAÇÃO DO CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE BATURITÉ, 13/01/1924. pp. 1-4

⁹ Termo que se remete à historiografia italiana. (LIMA, 2006, p1).

¹⁰ Fundação criada por Miguel Edgy Távora Arruda, sobrinho de Ananias Arruda, com a finalidade de preservar sua memória. A fundação mantém o museu que leva o mesmo nome, cujo prédio foi a própria residência do comendador. Atualmente quem preside a fundação e dirige o museu é Raimundo Luiz Furtado de Arruda, seu filho.

¹¹ Outro termo que remete a Ginzburg na obra, principalmente no capítulo, sinais. (GINZBURG, 1986, p. 143)

¹² MANOEL Cândido dos Santos. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 08 abr 1917.

¹³ Mestra em história pela PUC-SP.

comemoração dos cinquenta anos de circulação de “A Verdade”, refere-se sobre sua fundação:

Não querendo de inicio figurar como fundador e diretor de “A verdade”, resolvemos que a mesma aparecesse como órgão do então Círculo Católico local, associação literária da qual éramos diretor principal, mas que não teve, no entanto, qualquer interferência no nosso jornal.

Nos primeiros anos foi orientador de “A Verdade” Monsenhor Manuel Cândido, então vigário desta freguesia, e cronista local Vicente Arruda.

[...]

No ano de 1937, “A Verdade” foi distinguida pela direção da Exposição Mundial de Imprensa Católica, realizada na cidade do Vaticano...¹⁴

Nos primeiros números, Ananias Arruda não se assumia como redator-chefe do jornal, sendo ele impresso como órgão do Círculo Católico de Baturité, embora pouco tenha influenciado na fundação e andamento do jornal¹⁵. A atuação do jornal quanto aos preceitos da alta hierarquia da Igreja também é evidenciado por um prêmio que recebe em 1937, quando foi “distinguida pela direção da Exposição Mundial de Imprensa Católica, realizada na cidade do Vaticano...”¹⁶. Seu editorial já se inicia com um apelo, expresso pelo vigário local Monsenhor Manuel Cândido:

[...] Não sabemos que haja ou possa haver no dizer de notável escritor português, um grito que atraia ao seu apelo maior número de adeptos que o grito da verdade que não é privilégio desse ou daquele, nem uma facção partidária nem um carrilho, e sim, o ponto do acordo de todos quantos entre nós, vergam, o joelho perante a Cruz do Redentor. [...]

Todos devemos apoiar a verdade, como condenar o erro[...] Será nosso lema a soberania social de Jesus Cristo sobre a terra e o magistério infalível da Igreja, coluna e firmamento da verdade...

Por isso se torna necessário, oportuna e inoportunamente dizer a verdade inteira, com animo varonil, em linguagem sincera, clara e ao alcance de todos, embora haja por ali além quem lisonjeia as paixões e lhes teça falaciosos, econômios, por esses excessos que tanto ofuscam o esplendor e glória de nossas crenças, de nossa civilização, e que só servem para destruir as bases de nossa educação, ficando a

¹⁴ ANANIAS Arruda. 1917 – meio século da “A Verdade” – 1967. **A VERDADE**, Baturité, p. 1. 08 abr 1967.

¹⁵ O próprio Ananias Arruda, fundador do jornal afirma que o Círculo Católico não interferia nas diretrizes do jornal, preferindo assim, no início, manter-se no anonimato. Eis uma inverdade na “A Verdade”.

¹⁶ Idem.

mocidade sem princípio e sem inocência, a idade madura sem fé e sem amor e a velhice sem arrependimento e sem consolo. [...]

*Daí o indiferentismo religioso, o desrespeito humano e o materialismo brutal e tantos outros desvarios da mente, originados em sua maioria da ignorância supina em matéria de religião e da falta de instrução religiosa...*¹⁷

Como se pode perceber, o jornal católico, utilizando-se de “sua verdade,” prega contra materialismo e o laicismo, procurando reafirmar o catolicismo como religião oficial e única, reclamando de uma suposta falta de instrução religiosa, que teria gerado o caos social da modernidade liberal.

Tal é cultura religiosa de Baturité que o jornal A Verdade permite esmiuçar rastros: porém a exigência por obediência pela igreja católica nem sempre era correspondida, tanto na política local, quanto no COCB, que experimentou um limiar de instabilidade em 1935, envolvendo disputas de dois pólos - um informal, "popular" e irreverente; através de Evaristo e seus companheiros do COCB; outro pólo estava no campo do formal, "erudito" e religioso, através de Ananias Arruda e a elite católica local.

O sapateiro Evaristo Xavier de Lucena pode ser um exemplo de ator político vindo da “classe trabalhadora”, que interferiu nas disputas partidárias de Baturité, conduzindo até muitas vezes o destino dessas disputas, tanto ao nível político municipal, quanto ao das disputas no interior do CO. Os vários desentendimentos entre a presidência do COCB, na sua figura, e Ananias demonstram que, no COCB, a afirmação de Jovelina Santos de que “o movimento estava rigidamente hierarquizado e mantinha-se obediente às decisões do clero...” (SANTOS, 2004, p. 234) não correspondeu totalmente à realidade. Não que a pesquisadora esteja totalmente equivocada: de fato, o disciplinamento e a hierarquização dos seus sócios eram alguns dos principais escopos da ação do movimento circulista. No entanto, essas tentativas disciplinadoras ou panópticas (CERTEAU, 1994, p.111) perpetradas pela Igreja, se surtiavam efeito, eram apenas parciais, visto os célebres conflitos envolvendo o COCB.

A abordagem que considera os trabalhadores circulistas totalmente disciplinados e passivos diante das decisões da cúpula católica (seja ela composta por laicos ou clero) desqualificam-nos como atores políticos, ocultando suas ações, que muitas vezes podiam gerar tensões, comprometendo o suposto clima de harmonia que existia na instituição.

¹⁷ MANOEL Cândido dos Santos. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 08 abr 1917.

Ananias Arruda, redator-chefe do jornal A Verdade, e na qualidade de instrutor do COCB, costumava dedicar espaço no jornal para a publicação de notas e artigos para a instituição da qual era instrutor, ao analisar as relações do jornal A Verdade com o COCB, a primeira evidência que se percebe é a frequência de artigos dedicados à instituição, que seguem em ritmo mais ou menos constante até 1934, tendo uma queda brusca em 1935, quando o jornal quase não mais publica notas e artigos do Círculo. Embora tenha negligenciado o COCB naquele ano, o jornal cobre os acontecimentos de março a outubro que culminaram em desentendimentos e tensões entre o instrutor Ananias Arruda, também redator-chefe do jornal e o sapateiro Evaristo Xavier, presidente do Círculo. As fontes indicam a fundação, em vinte e um de março, de um núcleo da Ação Integralista Brasileira em Baturité, presenciada pelo então pe. Hélder Câmara e o tenente Jeová Mota¹⁸, como o primeiro, e mais radical, episódio de disputa dentro do CO, pelo menos efetuado abertamente. Na ocasião, Ananias Arruda havia prometido para o pe. Hélder Câmara e seus companheiros a sede do Círculo Operário para servir como local da fundação do núcleo dos integralistas, no entanto Mestre Evaristo na qualidade de presidente, de acordo com as memórias de Edgy, negou:

Na última hora, a chave do prédio do Círculo Operário São José. Essa negativa fez com que Dom Hélder Câmara fundasse o núcleo na praça pública debaixo de umas árvores que havia lá na Praça da Matriz e nos discursos inflamados que foram feitos na hora, eles chegaram a dizer que o prédio tinha sido negado, mas eles estavam muito melhor situados porque tinham a abóbada celeste a cobri-los e não o simples telhado que cobria a sede do Círculo Operário.¹⁹

Pode-se conjecturar como a gravidade de tal episódio pode ter trazido maus-entendimentos, não só entre Arruda e Mestre Evaristo, mas entre estes e o integralismo no Ceará, bem como setores da Igreja ligados a Hélder Câmara.

Em nove de junho do mesmo ano, três meses depois da fundação do núcleo da AIB, na ocasião da cerimônia de posse de Arruda como prefeito; Evaristo, que costumava representar o CO em todos os eventos públicos na cidade, não havia comparecido²⁰, embora esse fato não obrigatoriamente signifique uma represália de sua parte para com Ananias. Todavia, as fontes

¹⁸ Ação integralista Brasileira. **A VERDADE**. Baturité, p. 4. 07 mar 1937. O então padre Hélder Câmara que futuramente passaria a ser o bispo de Olinda, embora tenha sido integralista na dar presos políticos durante o regime militar. O tenente Jeová Mota foi outro integralista que posteriormente passara para o lado do PCB. (CASTRO, 1998 p.13). (PARENTE, 1986, p. 11).

¹⁹ ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit. Fita 4 Lado A, p. 5.

²⁰ O Novo Prefeito de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 09 jun 1935.

ainda mostram que, um mês depois da posse, Mestre Evaristo lhe requere uma subvenção de Rs 180\$000 (cento e oitenta mil réis), para a escola noturna²¹ do Círculo Operário, o que é negado pelo novo prefeito.²² Daí as relações entre prefeito e presidente do CO mostram-se claramente conturbadas.

Por outro lado, no seu discurso de posse, Ananias Arruda deixara bem claro qual seria a posição política da LEC diante dos opositores do PSD quando afirmava que:

*A organização lecionista em nossa terra ocasionou a revolta dos inimigos de Christo e de sua Igreja que conseguiram a adesão dos remanescentes dos partidos políticos “Conservador” e “Democrata”, que fundiram no PSD com o fim de combaterem a Liga sendo eu, presidente da mesma, alvo de suas tenebrosas e repugnantes baterias, contra quem atiravam as pesadas granadas da calumnias e de infâmias.*²³

Essas afirmações do discurso de posse do prefeito Ananias Arruda deixam claro que os conflitos com Evaristo se deram num contexto em que Ananias Arruda estava sendo bastante atacado pela oposição pessedista, que logo contaria com a participação do sapateiro em sua bancada.

O segundo semestre traria mais conflitos, só que envolvendo a famosa banda de música do Círculo Operário, cujo patrono era o próprio Evaristo. Em julho de 1935, Ananias Arruda deixa Baturité, em viagem ao Rio de Janeiro²⁴. Na ocasião dessa ausência do prefeito, a então banda do COCB, liderada por Evaristo Xavier, resolve passar por uma reformulação, envolvendo mudanças no repertório, e até no uniforme dos músicos, que mudaram o nome da Banda Municipal para banda de música “Carlos Gomes”, em referência ao famoso compositor do séc. XIX. Tal atitude foi considerada uma insubordinação pelo então secretário municipal

²¹ Mestre Evaristo fundou sua Escola noturna gratuita em 1931, mantida pelo CO.Circulo S. José funda Escola Noturna. **A VERDADE**. Baturité, p. 2. 15 mar 1931.

²² Assim Mestre Evaristo escreve: “*O abaixo assinado, Presidente do Círculo de Operários Católicos São José desta cidade, requer a V.S. que se digne a mandar efetuar o pagamento das subvenções em atraso decretada por esta Prefeitura, em auxílio á Escola gratuita, mantida pela aludida sociedade, referente aos meses de janeiro a junho do corrente exercício...*” ao que o prefeito Ananias Arruda responde “...não poder atender ao pedido do Presidente do Círculo de Operários Catholicos desta cidade, Evaristo Xavier de Lucena, [...], por ter verificado no livro de decretos da Prefeitura de Baturité, que o decreto do ex-Prefeito Candido Silveira, concedendo uma subvenção de 30\$000 mensaes a Escola nocturna do Círculo de Operarios desta cidade, [...] fora declarado sem effeito, pelo mesmo Prefeito Candido Silveira, sob a allegação que o Departamento dos Negócios Municipaes não havia approved-o. Prefeitura municipal de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 4. 07 jul 1935.

²³ ANANIAS Arruda. Minha nomeação para o cargo de Prefeito de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p.1. 09 jun 1935. (grifo nosso).

²⁴ ANANIAS Arruda. Aviso – Despedida. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 21 jul 1935.

Miguel Proença, que ficara de posse da prefeitura em ocasião da viagem de Ananias à Capital Federal. Assim, em nome do prefeito, foi decretada a proibição da banda de executar suas apresentações em praças públicas. Proibição essa que foi ratificada pelo prefeito Ananias. Esse gesto autoritário causou a revolta dos membros da banda de música que impetraram um pedido de *Habeas Corpus*, representados pelo advogado Augusto Franco²⁵, cujo resultado sairia somente dois anos depois, confirmando a proibição.

Não se sabe se foi no decorrer dos acontecimentos de 1935, ou no ano consecutivo, porém, num caso ou noutro, Evaristo Xavier deixou a LEC e filiou-se ao partido de oposição, PSD, que apoiou a banda de música no episódio da proibição, tornando-a banda de música do próprio partido. Em 1936 é eleito vereador pelos sufrágios do PSD, fazendo oposição à LEC²⁶. Um ano depois, em outubro de 1937²⁷, sua banda, “desobedecendo antiga proibição”, transgredindo as ordens do prefeito Ananias Arruda de dois anos antes, tocou durante um comício pessedista de oposição ao prefeito.

Em dois de outubro daquele ano de 1937, a cidade foi palco de um “inesperado comício”. Nesse dia, foram distribuídos pelas ruas da cidade diversos panfletos, conclamando a população a recepcionar uma caravana que viria à cidade para fazer um comício em favor da candidatura de José Américo à presidência, autorizado pelo prefeito, que apoiava o então candidato:

*Devendo chegar hoje a esta cidade, pelo trem suburbano, uma importante “caravana” [...] que aqui vem em propaganda da candidatura do eminente Dr. José Américo de Almeida, á presidência da República, convida-se, pois, o povo desta cidade sem qualquer distinção de classe [...] a comparecer ao comício que a caravana realizará amanhã, domingo, á praça de Santa Luzia ás seis e meia horas da tarde.*²⁸

²⁵ O célebre caso da Banda de Musica. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 13 out 1935.

²⁶ Prefeitura de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 05 set 1936.

²⁷ O ano de 1937 foi outro de forte agitação política em Baturité devido às eleições presidenciais que estavam marcadas para o ano vindouro. Havia três candidatos principais: Plínio Salgado, da AIB, que durante sua trajetória contou com a simpatia da LEC; Armando Sales de Oliveira, ex-governador de São Paulo, representando os setores liberais; e José Américo de Almeida, do PRP, que contou com o apoio das oligarquias do Norte-Nordeste e dos tenentes da “Revolução de 30”, fazendo-o contar com o apoio de diversos segmentos do PSD no Estado de acordo com Simone de Sousa. OBRA. Embora a LEC simpatizasse com as idéias da AIB, terminou também por apoiar José Américo de Almeida, o que acabou gerando reações dos integralistas, que “alardeavam o maçonismo de José Américo”, o que foi desmentido por Luiz Sucupira e Pe. Manuel Gomes. Assim, viu-se o integralismo abandonado, perdendo seu principal aliado: a Igreja Católica. Desse modo, em Baturité, Ananias Arruda apoiou José Américo em detrimento de Plínio Salgado. Assim, será que esse apoio oferecido por ambos os partidos (LEC e PSD) pode ter significado uma certa trégua em seus embates políticos? Não é o que parece ter ocorrido, segundo o que consta no jornal A Verdade.

²⁸ Mais uma cilada do *synedrim* político de Baturité contra o nosso Redactor-Chefe Ananias Arruda, Prefeito Municipal. **A VERDADE**. Baturité, p.1. 10 out 1937.

O próprio jornal “A Verdade”, ao seu modo, relata o que ocorrera na noite, quando da recepção do povo aos “caravaneiros” de José Américo:

Recebidos na “gare” da Estrada de Ferro os caravaneiros pelos pessedistas locais, seguiram todos [...] para o corêto da praça, onde estacionaram e iniciaram um inesperado comício, não pró-candidatura José Américo, mas, de insultos ao Prefeito Municipal, ao Clero e aos candidatos Plínio Salgado e Armando Salles, havendo então vehementes protestos, gritos e “foras”, estabelecendo-se certa confusão e algumas correrias, sendo os oradores obrigados a se retirarem da praça, dispersando-se os assistentes.²⁹

O prefeito, que na manhã seguinte, tomara conhecimento do ocorrido na noite, usou do poder policial para dispersar os caravaneiros da cidade, proibindo outras manifestações políticas. É interessante observar que Evaristo Xavier tocou com sua banda no comício, desobedecendo às ordens do prefeito, que tomando providências, acionou o chefe de polícia Cordeiro Neto a tomar as providências da proibição, pois segundo o jornal:

Se o comício se realizasse a ordem pública seria perturbada, pois um pessedista declarou pessoalmente ao prefeito que estava com cem bombas para soltar-as durante o mesmo; outro procurou por duas vezes um elemento integralista e convidou-o a firmar grupos de reacção contra os oradores do projectado comício; um outro planejava cortar o fio da iluminação publica na praça onde o mesmo devia realizar-se; certa pessoa declarou ter visto rumas de pedras nos canteiros da praça...³⁰

Vale observar que, nesse período, Evaristo, apesar de não ser mais presidente do CO e ser vereador do partido de oposição à LEC, ainda era sócio da instituição. É possível que a filiação ao PSD, bem como a participação no comício de 1937 tenham significado a gota d’água para seu afastamento do Círculo em 1938.

As análises desses conflitos sugerem uma problematização mais acurada destes em relação ao conflito da LEC com o PSD, bem como seu envolvimento com o Círculo Operário e a igreja local, na concepção do jornal A Verdade. Tomemos assim a relação de Evaristo

²⁹ Idem; Ibidem.

³⁰ Idem; Ibidem.

com o círculo durante os 12 anos que foi presidente da instituição. O Círculo Operário “São José” e “Maria Imaculada” de Baturité foi fundado em 13 de janeiro de 1924, por mons. Manoel Cândido, tendo como auxiliador, seu inseparável “pupilo”, Ananias Arruda. O jornal “A Verdade” publicou a ata de fundação:

[...] Sob a presidência de Mons. Manoel Cândido com a assistência do [...] Pe Guilherme Vaessen, Reitor do Seminário de Fortaleza e Diretor Geral dos Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos “São José” daquela capital, [...] e muitas outras pessoas. 70 operários que haviam comungado pela manhã na missa cantada, foi com aprovação e autorização de [...] D. Manoel, fundado o Círculo Operário Católico “São José” e “Maria Imaculada”. [...]]³¹

Como se sabe, o cargo de presidente coube ao sapateiro Evaristo Xavier de Lucena, mas é interessante ressaltar o contraponto que faz esse cargo a outro, que pareceu ser uma particularidade do CO de Baturité, não existindo em outros CC OO: o cargo de instrutor, sempre ocupado por Ananias Arruda no caso. Dessa forma, é interessante já perceber que existia uma contraposição entre essas duas figuras, desde a fundação do Círculo; antes, portanto, da fundação da LEC, da posse de Ananias arruda em 1935 e dos conflitos que ocorreram nesse ano. O que de fato é interessante para problematizar a atuação de Evaristo em relação a Ananias Arruda e como se dava o jogo de forças entre as duas figuras no CO. Os mandatos para esses cargos duravam dois anos, tendo o corpo de diretores sido ampliado consideravelmente a cada biênio. As reuniões ocorriam todos os domingos e mantinham três caixas, de socorros, funerais e sinistros.

Para associar-se, cada membro teve que pagar dois mil réis de jóia e mil réis de mensalidade. Através das leituras das atas e artigos publicados pelo jornal A Verdade, pôde-se constatar as dificuldades pelas quais os sócios passavam para se manterem membros do grupo, pois nem sempre eram capazes de pagar as mensalidades. O estatuto do COC dizia que o sócio que se atrasasse mais de três meses nas mensalidades perderia os direitos das caixas de socorros, funerais e sinistros; e aquele que se atrasasse seis meses, seria afastado da instituição³². Desde os primeiros anos de existência do COCB, a diretoria costumava baixar notas reclamando do exíguo número de sócios que freqüentam as reuniões e que não pagavam as mensalidades. Nos primeiros seis meses de existência do Círculo, a diretoria deliberou

³¹ LIVRO DE ATAS DA FUNDAÇÃO DO C.O.C DE BATURITÉ, 13/01/1924. pp. 1-4. (Parênteses Nossos).

³² CÉSAR Lopes de Souza. Circulo de Operários S. José de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 4. 08 set 1929.

eliminar diversos sócios³³, e chamou atenção de quatro sócios³⁴ sobre a falta de pagamento das mensalidades e a falta de comparecimento às sessões. Os sócios que, a muito custo, conseguiam manter-se dentro do Círculo nem sempre recebiam os benefícios das caixas de socorros por estarem atrasados mais de três meses nos pagamentos, de modo que, muitos deles que se viram doentes deixaram de receber os remédios que o Círculo assegurava, houve caso de sócio que até morreu pela negligência – ou falta de pagamento das mensalidades – do COCB³⁵. Dessa forma, trata-se o COCB uma instituição essencialmente elitista ou elitizada, desmobilizada e sem representação considerável? É uma pergunta perigosa, que sugere uma resposta objetiva, mas não consegue obtê-la, por serem muito complexas as facetas do que se pode considerar a idéia de elite. Além disso, não era necessariamente obrigado ser associado ao Círculo para participar de algumas de suas atividades - como a escola gratuita para meninos pobres, fundada em fevereiro de 1931, por Evaristo Xavier de Lucena³⁶ e as festas anuais que chegavam a atrair milhares de pessoas³⁷, animadas pela banda de música do Círculo Operário, cujo patrono era Mestre Evaristo.

Sobre questão da expulsão dos sócios, é interessante observar que em abril de 1933, a diretoria do Círculo, aproveitando o clima das eleições para a assembléia constituinte, que aconteceriam em maio, e visando trazer mais votos para a legenda da LEC, resolve anistiar os sócios expulsos³⁸, sem, no entanto, imbuí-los dos direitos às caixas, como põe em nota o jornal *A Verdade*, dizendo que “artigo 20 de expulsar os membros com mais de 6 meses de atraso nem sempre é cumprido a fim de que se aumente o número de sócios nas reuniões, pois estava havendo um esvaziamento do Círculo”.³⁹

A fundação da LEC em Baturité em janeiro de 1933 foi essencial para transformar o COCB numa sociedade em que a participação contava essencialmente de membros da elite e da aristocracia operária⁴⁰ para uma instituição mais popularizada, já que a diretoria havia resolvido readmitir no Círculo os sócios que haviam sido expulsos pela falta de pagamento. A

³³ ATA DE FUNDAÇÃO DO CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE BATURITÉ, sessão extraordinária de 08 jul 1924. pp. 30-1.

³⁴ João Batista, Manoel Batista, José Félix e José Barbosa.

³⁵ Círculo Operários C. São José. *A VERDADE*, Baturité, p. 4. 04 nov 1934.

³⁶ O Círculo de Operários Catholicos São José, de Baturité, funda uma escola. *A VERDADE*, Baturité, p. 1. 15 fev 1931.

³⁷ Têm-se como festas mais importantes a de Santa Luzia, O dia do operário católico (15 de maio, cuja comemoração foi substituída pelo 1º de maio); festa de S. José (16 de março), patrono do Círculo e o dia do trabalho, que segundo o jornal, em 1932 chegou a mobilizar cinco mil pessoas. O dia do Trabalho em Baturité. *A VERDADE*, Baturité, p. 1. 08 maio 1932.

³⁸ Círculo de O. S. José. *A VERDADE*, Baturité, p. 4. 08 abr 1933.

³⁹ Círculo O. C. São José. *A VERDADE*. Baturité, p. 2. 30 jul 1933. (parênteses nossos).

⁴⁰ Remete-se ao conceito de Hobsbawm sobre Aristocracia Operária, referindo-se a operários com condições mais privilegiadas, como mestre de obras, funcionários de mando, e até funcionários de escritório de trabalho subalterno. (HOBSBAWM. 2000. pp. 305-323).

própria atuação do COCB torna-se mais politizada quando da fundação da LEC em janeiro de 1933. O jornal, a partir de então, passa a dedicar a primeira página quase que inteiramente à propaganda do partido, bem como à divulgação de nomes de políticos de oposição que não mereceriam o voto dos católicos⁴¹. A partir da inauguração da Liga, o jornal mostrou-se num esforço de campanha, alistando o maior número de eleitores possíveis para a LEC, a fim de eleger seus candidatos para deputados para a Assembléia Nacional Constituinte. Não é à toa que a LEC consegue uma expressiva votação para as eleições dos deputados cearenses para a Constituinte de 1933⁴², bem como para as eleições de deputados estaduais do ano seguinte⁴³, sendo o sucesso político da LEC em Baturité refletido também nas eleições municipais de 1936, nas quais a Liga confirmou sua liderança elegendo Ananias Arruda, que já era o prefeito escolhido um ano antes por Menezes Pimentel. O resultado não se mostrou muito diferente nas eleições para vereador, ocorridas no mesmo ano, embora a bancada estivesse em proporções parcialmente equilibrada – dos nove vereadores eleitos, cinco eram da LEC e quatro do PSD, sendo um deles o sapateiro Evaristo. O líder da casa, Hermenegildo Furtado, da LEC, que em 1937 se integraria no PRP⁴⁴.

É interessante observar também que é exatamente nesse período que o COCB abre uma ala feminina, tendo em vista atrair o eleitorado feminino para a LEC. O próprio partido já chegara a afirmar em nota que a maior parte do seu eleitorado se constituía de mulheres⁴⁵, sendo pertinente salientar também a relação de proximidade que a LEC mantinha com o COCB, visto que suas reuniões ocorriam no prédio do próprio Círculo e o partido mantinha, de início, a adesão de vários membros do COCB, inclusive de seu presidente Evaristo Xavier de Lucena⁴⁶, antes de romper com o partido.

Vê-se então, que os conflitos envolvendo Evaristo e Ananias Arruda, não ocorreram de forma isolada aos conflitos da LEC com o PSD, muito pelo contrário – tanto os conflitos concernentes ao círculo /operário, quando aqueles ligados aos partidos políticos se deram

⁴¹ Era publicada junto à propaganda do partido, uma lista contendo diversos nomes de candidatos de oposição que a Igreja recomendava não merecer o voto do cidadão católico; tal atitude poderia explicar a radicalização que as disputas partidárias atingiram em Baturité.

⁴² No primeiro turno, dos 802 eleitores votantes de Baturité, 650 votaram na LEC, totalizando 81% dos votos. Resultado da eleição no município de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 4. 14 maio 1933.

⁴³ Onde, no caso a LEC totalizou 704 votos contra 207 do PSD. Liga Eleitoral Catholica. **A VERDADE**. Baturité, p.1. 14 out 1934.

⁴⁴ Os nove deputados eleitos em 1936: Hermenegildo Furtado, Aurino Lopes Martins, Pedro Alfredo da Silva, Rufino de Souza Barroso e Raimundo Arruda; pertencentes à LEC e os oposicionistas Evaristo Xavier de Lucena, Raimundo Viana e o antigo político Pedro Catão, o então líder da bancada pessedista naquela ocasião. Este último, assim como João Ramos, foi prefeito de Baturité durante o período acciolino, sendo um dos elementos da oligarquia decaída. Ao Povo de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p.1. 09 maio 1937.

⁴⁵ Acção catholica eleitoral. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 22 jan 1933.

⁴⁶ Liga Eleitoral Católica de Baturité. **A VERDADE**. Baturité, p. 1. 22 jan 1933.

numa complexa teia de forças, que visava manter ou obter a hegemonia. Dessa forma, a igreja em Baturité parece muitas vezes manter uma situação hegemônica, embora ela não se dê de forma absoluta e nem sofra golpes daqueles que exerçam uma suposta contra-hegemonia, concordando com Michel de Certeau, ao encontrar sempre uma esfera de resistência dentro da hegemonia. Assim, da mesma forma que o COCB de Baturité foi um palco para disputas de lideranças hegemônicas: o instrutor Ananias Arruda e o sapateiro Evaristo Xavier, a cidade, no âmbito político foi palco de uma disputa de hegemonia entre a LEC e o PSD, sendo que a própria LEC pôde ter sido também um palco de disputa hegemônica entre Ananias Arruda, seu presidente e diversos outros elementos do laicato católico. O que pareceu ter ocorrido foi uma dinâmica de alianças nas quais o sapateiro atuou. Sobre ele, Miguel Edgy afirma:

*O Senhor Evaristo Lucena que chamávamos mestre Evaristo Lucena [...] era dono, aqui em Baturité, de uma sapataria e fabricava sapatos. Toda a nossa família era freguesa dele e a Escola Apostólica mandava fabricar sapatos em sua sapataria e os colégios que foram fundados pelo tio Ananias também faziam o mesmo.*⁴⁷

Pelo exposto, percebe-se a proximidade que Ananias e sua família mantinha com Evaristo, o que o levou também a manter boas relações com a Igreja local. É provável que, nesse período, a Igreja, juntamente com Ananias e sua família, tenham sido os principais clientes de Evaristo, visto até a proximidade das residências que moravam nesse período (Evaristo e a família de Ananias):

*O Mestre Evaristo Lucena morava em uma casa na rua Sete de setembro no quarteirão em frente à casa do meu pai. Esta casa era situada vizinha a Igreja Protestante de Baturité. O Mestre Evaristo tinha, na época, sua oficina de sapataria na própria residência onde morava e a mesma era alugada.*⁴⁸

Embora o casarão dos Arrudas⁴⁹ contrastasse com a pequena residência alugada de Evaristo, onde ele a fazia de sua oficina, vê-se que as relações entre os Arrudas e Evaristo, se não se pode dizer que eram de amizade, eram, pelo menos, de cooperação e proximidade, o que talvez explique como ele tenha ocupado a presidência por tantas vezes seguidas.

⁴⁷ ARRUDA, Miguel Edgy Távora, **Relembrações**: lampejos de minha memória. Fita 4, Lado A. p. 5.

⁴⁸ Idem. Fita 4, Lado B. p. 1.

⁴⁹ Existente ainda hoje, na Av. 7 de setembro em Baturité, n. 1071. Construído no final do séc. XIX, pertenceu ao pai de Ananias Arruda, Miguel Archanjo de Aguiar Arruda. Hoje, encontra-se precisando de reformas e restaurações das estruturas.

Percebe-se nas memórias de Miguel Edgy que, mesmo com os conflitos envolvendo Evaristo e seu tio a partir de 1935, ainda lhe é preservado uma imagem de bom católico, quando afirma que Evaristo “era muito católico, um homem direito, reto”⁵⁰. Sua trajetória, na década de 1920, foi basicamente de cooperação com Ananias Arruda e com o movimento da Ação Católica em Baturité, segundo se pode ver num artigo de 1933, do jornal A Verdade em comemoração ao décimo aniversário de fundação da banda de música, de que era patrono, fundada em 15 de fevereiro de 1923, um ano antes da fundação do COCB, o que demonstra que a popularidade da banda é anterior à época em que ela era ligada ao Círculo. Eis um trecho publicado pelo jornal:

*Dez anos de desinteressada labuta bem afirmam o ardor e a dedicação que esse pugilo de moços idealistas contrapõe a absoluta e ingrata indiferença ambiente. Numa terra em que há grande indiferentismo, extraordinário e grandemente digno de elogios, é o fato duma banda de música. Deus sabe como vencer a ação duma desena de anos, sustentando-se acima de tudo, dum ideal bem inspirado e crescente, até então desconhecidos no fastos de sua existência social...*⁵¹

A opinião positiva acerca da banda de Evaristo se estende, pelo menos até 1934, também à catolicidade de Baturité, através do jornal, considerando a banda como o símbolo de luta diante de um suposto “indiferentismo”, percebendo que é um termo muito usado pela igreja, inclusive no editorial de A Verdade, para se referir às doutrinas indiferentes à religião. Ironicamente, dois anos depois, a mesma banda receberia a punição discutida anteriormente, estando diretamente envolvida em um dos principais conflitos entre Evaristo Lucena e Ananias Arruda. Então, em que contexto está envolvido o rompimento de Evaristo com a LEC e deu sua adesão ao PSD? É um problema que as fontes puderam mostrar diversas complexas facetas. Mas, em primeiro lugar, é interessante que o rompimento envolvendo Evaristo e Ananias se deu exatamente no ano em que este se torna prefeito, fazendo perceber que coincidentemente ou não, os conflitos também estão ligados à esfera do poder, exercido por Ananias Arruda, através da LEC. No entanto, tal análise não se sustenta sozinha, pois antes mesmo de Ananias Arruda em junho de 1935, já se tinha ocorrido em março o episódio em que Evaristo Xavier impede a fundação de um núcleo da AIB no Círculo Operário.

Para enriquecer então os aspectos dos conflitos que envolvem Evaristo, remetemos novamente às memórias de Edgy de outro personagem, que foi diretor do Círculo Operário

⁵⁰ ARRUDA, Miguel Edgy Távora, Op. Cit. Fita 4, Lado A, p. 5.

⁵¹ O Décimo Aniversario da Banda de Música. A VERDADE Baturité, p. 4. 19 fev 1933.

durante o primeiro biênio (1924-1926), porém não participando mais das diretorias subseqüentes:

Aqui em Baturité, naquele tempo, existia um farmacêutico chamado Sr. Rabelo. Ele era um homem boníssimo, muito católico e sofria de uma deformação física. Ele tinha nascido com um dos pés completamente torto. Andava pelas ruas, com grande dificuldade, apoiado por uma muleta e era o farmacêutico oficial da famosa Farmácia Matos.

[...]

..., a Farmácia Matos caiu nas mãos de uma sociedade que foi formada pelo Dr. Edmundo Vitoriano (que pela lei, não podendo figurar como sócio da farmácia colocou o nome de sua mulher) e do Sr. Raimundo Viana. E, me parece que eles fizeram pressão sobre o farmacêutico Rabelo que vivia lá, de ordenado. O fato é que ao Sr. Rabelo que era muito católico e membro do Círculo Operário São José começou a tomar atitudes, no Círculo Operário, contrárias ao tio Ananias. Estas atitudes eram tanto discretas, mas ele as tomava. Quando havia eleição para a presidência do Círculo em que o candidato natural era o meu tio [...], o Sr. Rabelo andou votando contra. O tio Ananias não deu muito cavaco, mas aquilo era sintomático.⁵²

Sobre o balconista da farmácia Matos, Sr. Rabelo, as fontes não possibilitaram maiores referências, no entanto, sabe-se que era empregado do médico Edmundo Vitoriano, um dos autores, juntamente com Heraldo Dutra Ramos, chefe do PSD local, de um singular episódio de chacota contra o prefeito durante o carnaval de 1937. Miguel Edgy, no caso, acredita que houve influência de Edmundo Vitoriano para que Sr. Rabelo tomasse “atitudes contrárias” a Ananias, como votar em Evaristo Lucena quando “o candidato natural” era Ananias. Da mesma forma, com mestre Evaristo, Miguel Edgy remete uma suposta influência de João Ramos – antiga figura política de Baturité durante a Primeira República, cujo filho Heraldo Dutra Ramos, que participou juntamente com Vitoriano de episódio de 1937⁵³, tornou-se chefe do PSD e inimigo de Ananias Arruda.

Devido a certos indícios que surgiram posteriormente, estou hoje convencido que houve o dedo do Dr. João Ramos neste episódio. Vejamos: O Mestre Evaristo Lucena morava em uma casa na rua Sete de setembro no quarteirão em frente à

⁵² ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit. Fita 4, Lado B, p. 2-3.

⁵³ Idem, Fita 1 Lado A e B. p. 5-7.

casa do meu pai. Esta casa era situada vizinha a Igreja Protestante de Baturité. O Mestre Evaristo tinha, na época, sua oficina de sapataria na própria residência onde morava e a mesma era alugada. A partir deste episódio, o Dr. João Ramos inexplicavelmente pôs à disposição do Mestre Evaristo uma casa de sua propriedade, também aqui perto, na esquina do outro quarteirão. Ele passou para esta casa e depois ficamos sabendo que o Dr. João Ramos não cobrava aluguel. Outra coisa, o Mestre Evaristo melhorou de vida [...]. Ele melhorou de vida, abriu a sua oficina no centro da cidade e morou nesta casa de propriedade do Dr. João Ramos, sem pagar aluguel, os anos seguintes. Daí por diante, Mestre Evaristo distanciou-se do tio Ananias e nossa família. Embora não tenha rompido inteiramente, notava-se que havia um certo constrangimento dele para conosco. Ele ainda morou em Baturité durante vários anos e depois acabou mudando-se para Fortaleza, onde faleceu.⁵⁴

Edgy contextualiza a época em que a família de João Ramos detinha a primazia política em Baturité desde os fins do século XIX e primeiros anos da Primeira República, quando o Ceará era governada pela famosa oligarquia Accioly, refletindo seu domínio em Baturité através do domínio político da família de João Ramos:

Que começou a se projetar na vida comercial da cidade, continuando os negócios do pai, na vida social e entrou na política. Isso no (final do século XIX e começo do XX).

Por ocasião da proclamação da República, em 1889, na última década do século passado e no começo deste século era um período em que eles praticamente mandavam em Baturité.[...]

João Ramos da Silva chegou até a ser prefeito de Baturité. Ele tinha um filho que recebeu o seu nome, mas, ficou conhecido como João Ramos Filho. Este elemento teria se formado em direito, era chamado Dr. João Ramos.

[...]

O Dr. João Ramos quando chegou aqui, formado, fez um casamento importantíssimo. Casou-se com uma moça chamada Adelaide, filha do Cel. Alfredo Dutra que era um chefe de policia tradicional, riquíssimo.⁵⁵

Assim, será que a queda da oligarquia Accioly não significou o fim da primazia política da família de João Ramos no município? Embora seu filho, João Ramos Filho nunca houvesse se candidatado a nenhum cargo político, o casamento que havia feito com a filha de

⁵⁴ Idem, Fita 4, Lado B, p. 1.

⁵⁵ ARRUDA, Miguel Edgy Távora, **Relembrações**: lampejos de minha memória. Fita 2, Lado B, p. 7-8. (parênteses nossos).

Cel. Alfredo Dutra, prefeito de Baturité em vários mandatos entre o final da década de 1910 e o decorrer da 1920, foi uma importante aliança, que manteve a família ainda ligada à oligarquia local, alternando quase sempre o poder entre os Partidos Conservador - de Alfredo Dutra, sogro de Dr. João Ramos – o os Democratas, cujo chefe era o Cel. José Pinto do Carmo, que ainda teria convidado Ananias Arruda para ser prefeito em 1928, tendo sido recusado por este, por não conciliar as atividades políticas com suas atribuições religiosas. Assim responde Ananias:

Tendo “O Nordeste” publicado já dias, um suelto, no qual disse haver em Baturité um certo movimento de opinião no sentido de ser apresentado ao eleitorado local no pleito municipal [...] a minha candidatura, e tendo Dr. João Ramos, conceituado chefe político deste município, publicado no jornal uma carta a respeito do referido suelto, que foi comentada pelo mesmo jornal, não pertencendo eu a nenhum partido político do Estado, declaro que não sou candidato ao cargo de Prefeito de Baturité e que não o aceitarei [...] não só porque não sou político conforme disse, como, porque os inúmeros serviços de minha agitada vida comercial, industrial e várias obras sociais a meu cargo, “A Verdade”, escolas paroquiais, etc, não me dispensam tempo para tão importante quão trabalhoso cargo.⁵⁶

É interessante salientar como a oligarquia mostrava-se coesa por uma espécie de acordo, com alternâncias de poder entre os grupos políticos, aparentemente antagônicos, embora tivessem os mesmos interesses; e ao mesmo heterogêneas, quando tentavam englobar no cenário político novos elementos como o católico e emergente economicamente Ananias Arruda, embora sem sucesso. Percebe-se nisto, até que ponto a mentalidade religiosa de Ananias afeta sua decisão de não pertencer ao grupo político de Baturité, vindo a participar da política somente quando da fundação de um núcleo da LEC em 1933.

Em 1931, após a chamada Revolução de 30, quando do período interventorial:

O Capitão Roberto Carneiro de Mendonça [...] nomeou para Baturité um prefeito que era oficial da policia, Capitão Ozimo de Alencar Lima que veio governar Baturité também com poderes discricionários e fez uma reforma urbanística na cidade. Meteu os trabalhadores no meio da rua a alinhar as duas ruas principais, a

⁵⁶ ANANIAS Arruda. Declaração necessária. **A VERDADE**. Baturité, p.1. 23 set 1928.

*rua Sete de setembro e a 15 de novembro, a rebaixar as calçadas, a passar o meio fio e a fazer o calçamento. Era obrigado todo o mundo rebaixar as calçadas*⁵⁷

Enquanto Cap. Ozimo de Alencar, como afirmado, administrava Baturité com poderes discricionários, a cidade transformava-se num palco de novas alianças partidárias: os antigos grupos oligárquicos do Partido Conservador e Democrata uniram-se no PSD, de Heraldo Dutra Ramos, fazendo oposição à LEC, de Ananias Arruda, que englobavam grupos emergentes ligados ao Círculo Católico de Baturité.

Embora pese a influência de João Ramos sobre Evaristo, quando da sua mudança de partido, explicar as tensões ocorridas entre ele e Ananias Arruda, como essencialmente um plano do líder do PSD seria descaracterizar esse importante sujeito histórico de autonomia e vontade política própria. Assim, essa influência parece secundária diante dos indícios de disputas pessoais que levariam a esse rompimento dentro do CO e da própria LEC. O próprio gesto de proibir sua banda de música de se apresentar em praças públicas e avenidas já se mostra um motivo suficiente para Evaristo procurar apoio dentro do grupo político rival. Isso faz perceber que ele se apresentou como um elemento vindo das classes trabalhadoras que soube negociar com a elite local, num jogo de alianças e rompimentos políticos. Inicialmente havia se aproximado da LEC, por ser católico e presidente do CO, porém as atitudes autoritárias do partido, na figura de Ananias Arruda pareceram não agradar ao então presidente do CO; no entanto, não se sabe quais razões levaram Evaristo a ter negado o CO para servir de núcleo de fundação da AIB, se tal gesto significou um desejo pessoal seu, ou se tinha alguma ligação com João Ramos, como acredita Edgy.

Sabe-se que, como ativista político, Mestre Evaristo mostrou-se um personagem singular na história de Baturité, católico, sapateiro, músico e político. Sendo, nesta atividade, suas atitudes radicais um elemento emblemático na sua trajetória, constituindo-se como mais um exemplo de radicalismo e ativismo tão comum entre o ofício de sapateiro durante o período pré-industrial. A profissão, principalmente no séc. XIX e começo do séc. XX, é associada, por muitos historiadores, a atividades reivindicatórias e politizadas, como bem coloca Hobsbawm:

É muito curioso que para cada tipo de ofício surja, nos artífices que o exercem, um caráter específico, um temperamento especial. O açougueiro geralmente é sério e cômico de sua própria importância, o pintor de paredes é descuidado e devasso, o

⁵⁷ ARRUDA, Miguel Edgy Távora, Op. Cit., Fita 3, Lado B p. 5.

alfaiate é sensual, o quitandeiro é curto de inteligência, o porteiro, curioso e tagarela, o sapateiro e o remendão, finalmente, são alegres, por vezes, até animados, sempre com uma canção nos lábios (...). Apesar da simplicidade de suas preferências, os que fazem e consertam sapatos novos e velhos sempre se distinguem pelo espírito irrequeto, por vezes agressivo por uma enorme tendência a loquacidade. Ocorre uma revolta? Surge da multidão um orador? É sem dúvida um sapateiro que veio proferir um discurso ao povo

Não se pretende aqui transplantar para Baturité o exemplo europeu das atividades reivindicatórias ligadas aos sapateiros. No entanto, reconhece-se que a atividade mantém certas características próprias da profissão, em qualquer lugar, como o “isolamento de seu trabalho” que faziam dos praticantes do ofício “uma raça austera, intransigente e ponderada”. Sendo interessante notar que a maior ocorrência desse tipo de conduta se dava em comunidades rurais, pré-industriais:

O sapateiro rural estava sempre presente, de olhos na rua, e ele sabia o que estava acontecendo na comunidade, mesmo quando não acontecia de também ter a função de auxiliar administrativo da paróquia ou alguma outra posição municipal ou comunitária

[...]

O sapateiro era, portanto, uma figura-chave na vida rural, intelectual e política: instruído, eloqüente, relativamente bem-informado, independente do ponto de vista intelectual,... (HOBBSAWM, 2000, P 148-50)

Embora deva se ter cuidado ao citar exemplos europeus para se estudar um caso tão particular quanto o de Baturité, é emblemático como as características de lá se encaixam no perfil estudado, tratando-se de uma evidência local na teoria geral, não o contrário, ou seja, a própria evidência das fontes induzem que Evaristo Lucena, se não pelos motivos que fizeram os sapateiros serem radicais na Europa, era um exemplo de sapateiro politizado, cujo carisma fê-lo capaz de se tornar uma espécie de líder popular no CO A atuação de mestre Evaristo se dá exatamente numa cidade em que, como visto, predominavam as atividades rurais, salientando, tanto em sua atividade reivindicatória como em sua ligação com a música, a eloqüência, bem como as atividades intelectuais, como se mostrava na presidência do COCB, sobretudo através de sua Escola noturna gratuita, fundada por ele, onde dava aulas para meninos pobres.

Assim, se a atuação política em Baturité de Mestre Evaristo significou uma particularidade, ou até mesmo uma exceção, quanto à participação política de elementos populares, situados fora das oligarquias, é interessante perceber que essa exceção se tenha dado com um sapateiro, com um ator político que, embora se originasse da “classe trabalhadora”, detinha uma popularidade significativa, a ponto de ter arrastado para seu lado vários membros do CO, como bem sugere Edgy ao se referir ao Sr. Rabelo, que “andava votando contra” Ananias na presidência do CO. Popularidade essa que soube ser muito bem aproveitada pelo PSD, que o trouxe à sua chapa, elegendo-o vereador. Assim, reconhece-se na atividade de Evaristo uma voga de politização. Não se tratava duma politização revolucionária de esquerda, mas de uma politização relativa à sua atividade política no interior do CO, conduzida pelo jogo de alianças que fazia entre os partidos ativos no cenário político.

Assim, tem-se em mestre Evaristo Xavier de Lucena um importante ator político-social em Baturité, cujas atividades influenciavam nas disputas das oligarquias locais, bem como jogavam com elas para tirar o melhor proveito possível, driblando uma sociedade que o excluía, tanto por pertencer à classe trabalhadora, quanto por sua cor.

Referências

Fontes

- **Livro de Atas do Círculo Operário de Baturité** de 1924 a 1931. Museu Comendador Ananias Arruda.
- Jornal **A Verdade** de 1917 a 1937. Museu Comendador Ananias Arruda.
- Jornal **O Trabalhador Gráfico** de 1930. NUDOC – UFC.
- **Relembrações**. Depoimento de Miguel Edgy de suas memórias gravado em 11 fitas cassetes.

Bibliografia

- ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **O Círculo Operário de Baturité: Entre a Disciplina e a Resistência**. Monografia de Graduação. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 2007.
- CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder**, o bispo da esperança. Rio de Janeiro. Graal. 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2001.

- HOBBSAWM.Eric J., **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Trad. Waldea Barcelos; Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
- JUNIOR, Raimundo Cordeiro Barroso. **A Legião do Trabalho**: Política e imaginário no integralismo cearense (1931 – 1937). Fortaleza. 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFC.
- PARENTE. Josênio C. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: UFC. 1986.
- SOUSA, Jessie Jane Viera de. **Círculos operários**: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro Ed: UFRJ. 2002.
- SOUZA, Simone (org.). **Uma Nova História do Ceará**. UFC: Fundação Demócrito Rocha. 2000.

REDEFININDO IDENTIDADES: O MUNDO DO TRABALHO DE LIBANESES E SÍRIOS NA SÃO LUÍS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Marcelo Vieira MAGALHÃES¹
mvieiramagalhaes@yahoo.com.br

RESUMO: O mundo do trabalho dos libaneses e sírios que imigraram para a capital maranhense no final do século XIX foi marcado por conquistas, desvios e dilemas. Numa sociedade que em parte os rejeitava pela sua rápida ascensão no comércio local, esses imigrantes foram atingidos moralmente, tendo que redefinir estratégias de sobrevivência e identidades. O comércio, lugar privilegiado da prática do trabalho dos primeiros a desembarcar na ilha de São Luís (Ma), foi sendo repensado pelas gerações seguintes que se viam estigmatizados pelas suas origens e pela escolha da atividade comercial, buscando na educação formal outras alternativas, como as profissões liberais, em busca de reconhecimento. Outros nem conseguiram adaptar-se a rotineira labuta das casas comerciais descambiando para atividades ilícitas, mas ainda em busca de dias melhores.

PALAVRAS CHAVE: Imigração. Trabalho. Educação

ABSTRACT: The world of the work of the Lebanese and Syrian ones that immigrated for the capital from Maranhão in the end of the century XIX was marked by conquests, diversions and dilemmas. In a society that in part was rejecting them for his quick ascent in the local commerce, these immigrants were reached morally, I have to re-define strategies of survival and identities. The commerce, privileged place of the practice of the work of the first ones to disembark in the island of São Luís (Ma), he was when he rethought by the next generations that were branded by his origins and by the choice of the commercial activity, looking in the formal education for other alternatives, like the liberal profession, in search of recognition. Others still did not even manage to adapt the routine toil of the commercial houses deteriorating to illicit activities, but in search of better days.

KEYWORDS: Immigrant. Work. Education

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em História

Muitos dos primeiros viajantes que desembarcaram em terras ludovicenses² tiveram como trabalho o ofício de caixeiros viajantes, negociantes ambulantes que, com suas quinquilharias, cruzavam o interior do Maranhão, viajando a pé, de navio ou em lombos de burros. Essa atividade inicial proporcionava um acúmulo de pecúlio mais rápido do que outras atividades, e muitas vezes não necessitavam de nenhum recurso para começar o negócio, trabalhando para terceiros, parentes ou patrícios que entregavam as mercadorias em consignação. Essa facilidade ou essa menor dificuldade em acumular capital pode justificar a escolha majoritária pelo comércio no Brasil como um todo. Apesar de muitos não exercerem a profissão de comerciantes no Líbano ou na Síria, como relata o sr. Alberto Duailibe³: no Líbano seu “pai era carpinteiro”. Ou o sr. Rabane⁴, que antes de ser convidado para trabalhar no armarinho de parentes na praça comercial de São Luís, era aprendiz do ofício de alfaiate no Líbano. A família de Salem⁵ também não era comerciante, seu pai possuía uma chácara no Líbano e sustentava a família com a venda de frutas e legumes produzidos na pequena propriedade. Apesar dos exemplos com base nos entrevistados serem facilmente multiplicados, é interessante notar que esses imigrantes quando entravam no Maranhão declaravam-se majoritariamente comerciantes, como se pode notar nos certificados de matrícula do consulado francês⁶, no período de 1921 a 1923, nos quais dos noventa e três imigrantes, setenta e nove se declararam como tal. Mesmo admitindo que muitos dos certificados não sejam de imigrantes de primeira viagem, mas de libaneses e sírios já radicados no Maranhão e que retornavam de viagens ao Líbano ou à Síria, o número ainda é bastante significativo. (74,47%).

Essa relação com o comércio pode ser observada ainda em outras fontes de períodos posteriores, quando a “vocaçãõ” para o serviço público e para as profissões liberais ainda não tinham se destacado. Nos registros de pensões e casas de cômodo da cidade de São Luís no período de 1923 a 1942⁷, dos mais de cento e cinquenta registros de “árabes” hospedados em várias casas de cômodo e casas de pensão, apenas oito não se declaravam comerciantes, sendo

² Quem nasce em São Luís

³ Alberto Duailibe, filho de um libanês que imigrou para o Brasil em 1898. Depoimento concedido em São Luís em março de 2007.

⁴ Michel Rabane, libanês que imigrou para São Luís no início do século, foi atraído pelos tios que já vivam na cidade. Depoimento concedido em São Luís em 11 de novembro de 2005.

⁵ O sr. Abdon Salem, nascido no Líbano, imigrou ainda muito jovem para o interior do Maranhão, em 1936, para a cidade de Codó, a convite do irmão. Depoimento concedido em São Luís em 15 de março de 2007.

⁶ Os certificados de matrículas expedidos pelo consulado francês entre 1920 e 1923 eram documentos que tinham a intenção de registrar a entrada de libaneses e sírios no Brasil, o documento era emitido por este país por serem a Síria (e o Líbano) protetorados.

⁷ Não foram encontrados registros anteriores a essa data

dois industriais, dois comerciários, um mecânico e três domésticas⁸. Para Siquera (2006), a escolha pelo comércio era porque, de modo geral, os imigrantes trouxeram muito pouco ou nenhum capital, desse modo o comércio oferecia uma recompensa mais rápida que a agricultura, pois exigia a aquisição de terras e investimentos iniciais. Como a mercadoria para o comércio podia-se obter a crédito e o retorno era mais rápido e lucrativo, essa era uma forma conveniente de se obter capital.

Os primeiros que chegaram trabalharam como mascates, acumulando algum pecúlio que fosse suficiente para abrir seu próprio negócio. Restaurantes, bares, armazéns de secos e molhados e lojas de tecidos eram alguns dos ramos explorados pelos sírios e libaneses (GATTAZ, 2005). Apesar da preferência por esses ramos do comércio, esses imigrantes participaram ativamente de outras atividades comerciais na cidade de São Luís e no interior, como curtume e loja de couros, como foi o caso dos pais da esposa do sr. Abdon Salem, que “[...] há muito tempo foram para Belém, vieram para o Maranhão, do Maranhão foram para Rosário, lá abriram um curtume, lá no Rosário”. Eles estavam presentes, também, entre os acionistas das indústrias têxteis do Maranhão.

O capital para fundar esses empreendimentos tinha origens variadas, podia ser fruto do acúmulo depois de anos de trabalho para um parente ou patrício; como mascate; atrás de um balcão de loja; recursos trazidos do Líbano ou da Síria ou ainda através de empréstimos e facilidades de conterrâneos. Abdon Salem, que depois de anos trabalhando com o irmão no interior do Maranhão resolveu abrir uma lanchonete de comidas árabes no centro de São Luís, ou o de Michel Rabane, que trabalhou como vendedor para os tios, tornando-se sócio deles depois. Alberto Duailibe, lembrando a atividade comercial do pai, Salim, em São Luís, revela as redes de solidariedades que facilitavam a consolidação dos negócios dos libaneses na praça comercial de São Luís:

Pegou meu irmão que trabalhava com ele já, chamado Jorge: “Jorge vai lá falar com Abraão Seckeff, diz pra ele se ele pode me emprestar uma quantia” que eu não sei o valor “e qual a garantia que eu preciso dar” e o irmão foi falar com Abraão Seckeff, que era o libanês radicado na Rua Grande, tinha uma loja de couro e era uma pessoa bem-sucedida, “rapaz quanto é que o Salim tá precisando, é só isso, tá aqui o dinheiro... olha não tem garantia, não tem nada, Salim é um homem de palavra o que ele precisar, tá à disposição dele”, no dia seguinte papai foi lá, queria assinar uma

⁸ Qualquer quantificação de “árabes” encontrados registrados nessa documentação seria sem relevância. Muitos nomes se repetem ao longo dos meses ou em anos posteriores, são aqueles que passavam mais de um mês hospedados ou então voltavam a se hospedar por mais de uma vez.

*promissória, ele não aceitou, emprestou o dinheiro, papai pagou a dívida que tinha que pagar*⁹.

A exemplo dos entrevistados, nem todos puderam começar com uma “lojinha”, com um ponto comercial fixo, nem contar com a ajuda financeira de patrícios no início de sua vida em São Luís. Muitos tiveram que exercer a atividade primeira do libanês no Brasil, a mascateação, como foi o caso do sr. Salim Duailibe.

Essa profissão era majoritariamente masculina, uma vez que a característica marcante da imigração do trabalho, como é o caso da libanesa e da síria, é por ela ser formada em sua maioria por homens solteiros, como esclarece a bibliografia sobre o tema e a documentação referente ao consulado francês e a dos registros do porto¹⁰. Em *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*, Truzzi (1991) reforça a ideia de que a imigração fora marcada por homens solteiros. Márcia Siqueira, em um artigo intitulado “*Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração sírio-libanesa no Brasil*” (2006) corrobora com a tese de Truzzi (1991), afirmando que “o perfil do imigrante na sua maioria era o adulto, solteiro e do sexo masculino, em geral cristão professante de diferentes igrejas, maronita e grego-ortodoxa”. (SIQUEIRA, 2007).

A documentação do porto de São Luís, apesar de não evidenciar que os sírios e libaneses registrados eram imigrantes, ou seja, estariam entrando pela primeira vez em São Luís, revela, por sua vez, a presença majoritária de homens viajando sozinhos. Entre os cento e seis registros de viajantes dessa etnia que desembarcaram na capital maranhense, apenas treze são de mulheres e, dentre elas, somente três declararam viajar sozinhas, as outras estavam em companhia do pai ou do marido. As certidões do consulado francês demonstram números semelhantes. Dos noventa e seis “árabes” que chegaram do Líbano e da Síria, apenas dez são mulheres, das quais oito são casadas e duas viúvas. Tomando-se outro conjunto de documentos oficiais, mesmo em período posterior ao estudado aqui, os registros de pensão e casa de cômodos, os números se aproximam. Entre os anos de 1923 e 1940 foram registrados em sete estabelecimentos um total de 156 registros de hóspedes “árabes”, sendo que entre eles encontram-se somente quatro mulheres, todas casadas.

Fica claro que as mulheres tiveram um espaço menor nesse movimento migratório por se tratar de uma imigração de trabalho. Em todas as fontes que tive acesso, elas são minoria,

⁹ Entrevista concedida por Alberto Duailibe em São Luís, em março de 2007

¹⁰ Os registros do porto da entrada e da saída dos vapores de São Luís, assinalavam, entre outros pontos, o nome e a nacionalidade dos que embarcavam e desembarcavam nesse local.

aparecendo quase sempre como esposas. Para Gattaz (2005), “o padrão seguido no movimento migratório é o de acompanhamento dos pais, irmãos mais velhos, noivos ou maridos”. Ainda segundo o mesmo autor, os primeiros registros de mulheres que imigraram de forma independente só são encontrados a partir dos anos 1980. É a necessidade dos homens sírios e libaneses que amplia a participação das mulheres no processo migratório (OSMAN, 2006), como passavam o dia na rua mascateando ou atrás dos balcões de lojas, necessitavam de quem cuidasse dos afazeres domésticos, de sua comida, de sua roupa e da casa. Mas ao contrário do que possa parecer, essas mulheres tiveram uma participação extraordinária na história da imigração e na manutenção da família e de tradições, não como coadjuvantes, mas, sim, como sujeitos históricos que participavam ativamente, ou ao lado do marido e filhos ou construindo sua própria história no mundo do trabalho desvinculada da presença masculina.

Essas mulheres, esposas, irmãs, tias ou sobrinhas tinham, muitas vezes, sua função primeira, a de doméstica, ultrapassada. No comércio, essas mulheres exerciam a função de vendedoras, muitas delas compartilhavam essas tarefas desde cedo com os outros membros da família. (SIQUEIRA, 2006). Apesar de o mundo do trabalho sírio e libanês ser fortemente marcado pela presença masculina, o trabalho feminino era facilmente notado na cidade de São Luís. Vendendo suas mercadorias em lojas da família ou no meio da rua, essas mulheres imprimiam sua presença no cotidiano do trabalho nas ruas de São Luís, como informa um jornal local: “Duas mulheres árabes, que andam vendendo, pelas ruas, fazendas e miudezas, já estavam, às 10 horas do dia entregues a seu modo de vida [...]”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 31/05/1902).

Alberto Duailibe¹¹ recorda, em seu depoimento, a informação passada por seu irmão João, que escrevia um livro sobre a saga libanesa no Maranhão, não tendo terminado devido a seu falecimento. Lembra que Antonio dissera que a presença das mulheres libanesas vendendo suas mercadorias na rua causou grande indignação em parte da sociedade maranhense nas primeiras décadas do século XX.

Nabira, personagem do romance “Galhos de Cedro”¹²- escrito por uma descendente de libaneses- antes de chegar a São Luís, também começou vendendo pequenos objetos pelas ruas de São Paulo: “Um dia viu-se com algum dinheiro. Comprou quinquilharias – pentes,

¹¹ Entrevista concedida por Alberto Duailibe em São Luís, em março de 2007.

¹² O livro de autoria de uma descendente de libaneses, Conceição Aboud não foi encontrado, segundo o ex-presidente da Academia Maranhense de Letras, profundo conhecedor das obras editadas no/sobre o Maranhão este nunca foi publicado, sendo encontrado somente trechos na obra História do Comércio do Maranhão, de Jerônimo Viveiros.

grampos, latas de talco e de pomada cheirosa para cabelos de negro. Pôs tudo num tabuleiro e foi vendê-los numa das esquinas de São Paulo”. (ABOUD apud VIVEIROS, 1992). Outro espaço privilegiado para se vislumbrar as mulheres em atividade fora do lar são as agremiações, onde grupos se reuniam para festas, casamentos e atividades beneficentes. No Maranhão, os libaneses e sírios nunca constituíram grandes agremiações, com exceção da Sociedade Libanesa Feminina fundada em 1933 e existente até hoje. Essas entidades beneficentes junto aos clubes tiveram seu auge entre as décadas de 1920 e 1950, quando se reproduziram em grande quantidade pelas capitais brasileiras. (GATTAZ, 2005).

Gattaz (2005) analisa a presença dos clubes como locais de sociabilidade, onde a cultura original era revivida e mantida. Pode-se pensar algo semelhante para a Associação Feminina Libanesa. Na segunda reunião da entidade, ficava determinada a função da Sociedade, “que era ajudar os pobres” e “auxiliar as sócias que necessitassem de ajuda”¹³. Durante toda a década de 1930, as sócias buscaram angariar donativos para instituições que necessitavam de ajuda, como a Santa Casa e o Asilo de Mendicidade, bem como fazer esporádicas doações a necessitados, libaneses e sírios ou não.

Truzzi (1997), quando analisa o papel das associações beneficentes em São Paulo, restringe seu papel ao mero exercício de filantropia, ou ainda a um lugar onde as mulheres abastadas podiam exercer outras funções além daquelas do lar, já que para muitas o trabalho fora de casa ou os estudos não eram aceitos por seus pares.

Se for verdade que essas agremiações contavam com a participação de mulheres abastadas que não podiam trabalhar e estudar, é também verdade que entre as sócias da Sociedade Libanesa Feminina estavam mulheres que trabalhavam e progrediram economicamente sem a ajuda de maridos ou irmãos, como é o caso da senhora Chames Aboud, a inspiradora da personagem Nabira do romance de Conceição Aboud. Essa senhora, que começou a vida mascateando e depois de alguns anos de trabalho abriu a Casa Otomana – loja bastante conhecida na cidade, que nos anos seguintes expandiu seus interesses para outros ramos de negócios, comprando em 1933 a indústria de tecidos Santa Isabel (FRANÇA, 1990) –, pôde ser vista participando das reuniões durante a década de 1930.

Homens ou mulheres, trabalhadores ou filântropas, o fato é que havia uma tensão destes imigrante com parte da sociedade ludovicence no início do século XX, o que pode justificar a escolha de muitos dos seus filhos pelas profissões liberais, apresentando-se como uma alternativa de ascensão socioeconômica, em detrimento do comércio já estabelecido dos pais.

¹³ Ata da fundação da Sociedade Libanesa Feminina, em 03 de outubro de 1933.

Truzzi (1997) analisa a inserção do imigrante sírio e libanês nas profissões liberais em São Paulo e conclui que sua participação nos bancos das universidades foi modesta até 1930, aumentando consideravelmente a partir desse momento. Se comparada a outros grupos étnicos que numericamente eram maiores, o número de descendentes de sírios e libaneses foi bastante elevado. O levantamento dos descendentes de origem estrangeira nas três faculdades de São Paulo, formadoras da elite das profissões liberais (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica) entre 1880 e 1950 não deixam dúvidas quanto ao notável avanço da etnia na conquista de posições nesse mercado. (TRUZZI, 1997).

A educação superior era um “valor a ser perseguido” pelos sírios e libaneses que procuravam investir na educação da maioria dos filhos (TRUZZI, 1997), estimulando-os a seguir a carreira para a qual se prepararam e desestimulando-os, muitas vezes, a ficar no ramo do comércio, onde geralmente permanecia o mais velho. Alberto Duailibe e seus irmãos são exemplos do que a educação superior representava para os pais:

Como eu disse no início, são doze filhos, pra todos ele deu condição de estudar, estudar o que quisesse, tanto é que minha irmã mais velha não é o caso ela era doméstica, o José trabalhava com ele, o Jorge trabalhava com ele, os outros todos estudaram, um dos mais velhos, Alfredo, foi médico, tá vivo até hoje, um médico bem conceituado aqui e estudou fora, antigamente não tinha faculdade aqui... o outro, Antonio, estudou medicina no Rio de Janeiro (DUAILIBE, 2007)

O sr. Mouchereck¹⁴, um descendente de libanês de noventa e sete anos que trabalhou cinquenta no comércio, fala orgulhoso de ter formado seus quatro filhos, com muito trabalho em lojas e escritórios de indústrias em São Luís. Esse discurso está presente em todos os entrevistados que conseguiram formar seus filhos ou cujos pais fizeram o mesmo com eles. A valorização da educação, o orgulho de ter filhos formados, mas acima de tudo bem-sucedidos, era a garantia de que não passariam pelo que os pais passaram.

Para Truzzi (1991), os motivos para essa valorização da educação estariam relacionados:

A influência ocidental de instituições de ensino fundadas por missões estrangeiras, sobretudo no Líbano e a rápida ascensão econômica propiciada pela trajetória explorada no tópico anterior: mascate/pequeno comércio/comércio por atacado/indústria.

¹⁴ Mouchereck, depoimento concedido em São Luís, no dia 19 de abril de 2005.

Durante o domínio francês, escolas e universidades de missões religiosas francesas instalaram-se no Líbano e impuseram uma educação aos moldes europeus. Essa “tradição” escolar e acadêmica justificaria a insistência dos imigrantes sírios e libaneses em formar seus filhos, além disso, o autor aponta a rápida ascensão econômica de parte do grupo como facilitador do investimento em educação.

Além dos motivos colocados por Truzzi (1991) para essa “difusão da educação profissional como valor a ser perseguido”, poderia sugerir outro, partindo de um questionamento: se o comércio era tão vantajoso, se havia transformado alguns mascates em comerciantes e outros em industriais¹⁵, por que investir em educação superior, em profissões que não tinham relação com o comércio?

Esse mesmo autor indica um outro viés de análise: a formação superior pouparia os filhos do duro trabalho no comércio. Os pais, muitas vezes mascates, donos de lojas ou funcionários de balcões, pareciam não querer isso para os filhos, pois o trabalho vinculado ao comércio não era recompensador o suficiente para muitos: “Muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que conseguiram estabelecer-se como lojistas não queriam para os filhos os sofrimentos de uma atividade que no início lhes fora muito dura”. (TRUZZI, 1997).

Na visão de um filho de mascate e comerciante, como Alberto Duailibe, era “o trabalho duro, a incerteza” do comércio que compelia o libanês a estimular os filhos a seguirem outros caminhos. O trabalho de mascate exigia longas caminhadas e poucos lucros, o comércio estabelecido, por sua vez, era muitas vezes incerto, arriscado e cansativo devido às viagens que precisavam ser feitas para a compra e venda de mercadorias e as longas jornadas atrás dos balcões. Segundo Abdon Salem, assim que chegou à cidade de Codó, no interior do Maranhão, trabalhava na “mercearia” do irmão Nabi, pesquisando e colocando os preços nas mercadorias enquanto seu irmão viajava pelo interior¹⁶. O pai do sr. Antonio Santos, comerciante que se estabeleceu no interior do Maranhão, na cidade de Arari, no início do século XX, viajava sempre para o Rio de Janeiro para fazer compras: “Comprava aqui, quando ele já está adaptado, ele fazia compra no Rio, nesses navios [inaudível], passava quinze dias de ida quinze dias de volta, trazia mercadoria, daqui botava em lancha e barco para Arari”.¹⁷

¹⁵ A bibliografia que trata da imigração síria e libanesa para o Brasil tanto em nível local quanto nacional quase que unanimemente exalta a imigração como positiva, devido ao sucesso econômico de muitos sírios e libaneses nos ramos comercial e industrial

¹⁶ Entrevista concedida por Michel Rabane, em São Luís, em 11 de novembro de 2005.

¹⁷ Abdon Salem, depoimento concedido em São Luís, no dia 15 de março de 2007.

Outro aspecto que pode ser considerado é o preconceito com o comerciante sírio e libanês, taxado de ladrão, de sonegador de impostos e de ludibriar seus clientes. Essas características atribuídas por parte da sociedade marcaram negativamente a profissão de comerciante para sírios e libaneses. Apesar de trazer fortuna para muitos, o comércio foi um fardo duro de carregar diante do preconceito e do ressentimento de parte daqueles que outrora controlavam o comércio local: “[...] o quanto vale a decantada imigração árabe para esta terra, o seu modo de negociar, de forma a prejudicar o comércio sério e honesto desta praça [de São Luís]”. (A PACOTILHA, 31/01/1900).

Esse preconceito contra os sírios e os libaneses, especialmente com os que abraçaram o comércio como meio de sobrevivência, pode ser percebido dentro de uma outra proposta de análise: a tensão existente entre esses dois grupos que dominavam o comércio: os libaneses e sírios de um lado e os nacionais do outro. Se são notáveis as críticas ao elemento sírio e libanês pelos nacionais, podem-se também perceber críticas em sentido inverso, que apesar de menos explícitas ficam evidentes. Rabane, quando se refere ao elemento nativo e o compara com seus patrícios, chega à conclusão de que “os maranhenses são preguiçosos, enquanto os libaneses gostam de trabalhar duro”¹⁸.

Mas a campanha contra os libaneses e sírios era bastante evidente no início do século XX, os jornais *A Pacotilha* e o *Diário do Maranhão* traziam diariamente textos escritos por leitores que se colocavam contra ou favoravelmente a presença síria e libanesa na praça comercial de São Luís. Apesar de criticá-los por sua “língua feia” ou seu modo de viver (A PACOTILHA, 12/03/1902), esses argumentos estão sempre embutidos na questão do comércio. No periódico *A Pacotilha* de 08 de janeiro de 1900, um leitor que assina como Al Arab critica a presença dos “sírios” no comércio da cidade de São Luís, exigindo dos poderes públicos o fim da participação dessa etnia no comércio local. O autor da crítica considera que os outros comerciantes não podiam concorrer com os “sírios”, que obtinham suas mercadorias “sem pagamento de impostos a que estão sujeitas o que seria contrabando; ou ainda lhes iludindo sempre a boa fé dos compradores, falso nome, falsa qualidade o que seria o estelionato”. (A PACOTILHA, de janeiro de 1900).

A campanha contra os “sírios” é revertida em um debate que envolveu dois grupos que se digladiaram durante pelo menos dois anos (janeiro de 1900 e março de 1902) nos jornais *Diário do Maranhão* e *A Pacotilha*. De um lado, os que acusam os “sírios” de “roubos”, “falcatruas”, chamando-os de “criminosos”, exigindo providências do governo local, e

¹⁸ Michel Rabane, depoimento concedido em São Luis, no dia 11 de novembro de 2005

apelando “para os poderes públicos, pedindo uma lei proibitiva, no intuito de impedir o comércio deste ou daquele estrangeiro.” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 07/02/1900), e do outro lado, haviam aqueles que os defendiam, na maioria das vezes anonimamente, utilizando pseudônimos e exaltando as supostas qualidades desses trabalhadores, definindo-os como honestos e amantes do trabalho.

Se para alguns o dilema era o trabalho nos estabelecimentos da família ou as carreiras liberais, para outros foi a dificuldade de se inserir no mundo do trabalho. A rotina comercial e a demora em enriquecer- afinal o Brasil representava no imaginário coletivo daqueles que ousaram cruzar o Atlântico dias melhores- fez com que alguns preferissem ganhos rápidos, decolando-se da conquista pelo trabalho, enveredando em pequenos delitos como os furtos, como se pode observar nos registros policiais¹⁹.

Independentemente do tipo de trabalho desenvolvido por esses imigrantes, mascates, balconistas, vendedores ambulantes ou donos de estabelecimentos, tiveram que lidar com o preconceito e a perseguição de parte da sociedade que não os queria no Maranhão, estigmatizados como ladrões ou aplicadores de golpe, tiveram que refazer suas identidades sem abandonar suas referências do oriente. Construíram uma representação inversa dos seus detratores, onde apareciam como amantes do Brasil, comprometidos com a nova pátria, homens honestos e apegados ao trabalho. Quando olhamos para o presente, a representação vencedora parece ser a dos libaneses e sírios, vistos na contemporaneidade como trabalhadores e afeitos ao dinheiro, mas sem conotação negativa.

REFERÊNCIAS

Abdon Salem, depoimento concedido em São Luís, no dia 15 de março de 2007.

Alberto Duailibe, depoimento concedido em São Luís em março de 2007.

Antonio Santos, depoimento concedido em São Luis, no dia 17 de março de 2005

Atas da Sociedade Libanesa Feminina, 1933 a 1938.

¹⁹ Denúncias crime e livros de flagrante de delito da década de 1920

Certificados de matrículas (consulado francês), 1920 a 1923.

Estatuto da Sociedade Beneficente Feminina Libanesa, 1937.

FRANÇA, Magda. **O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão**. 1991. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1991.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral dos imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005.

Jornal Diário do Maranhão, 1900.

Jornal A Pacotilha, 1900/1901/1907/1912/1915/1916/1917/1919/1920/1921

Livro de flagrante de delito. 192

Michel Rabane, depoimento concedido em São Luis, no dia 11 de novembro de 2005.

Mouchereck, depoimento concedido em São Luís, no dia 19 de abril de 2005.

OSMAN, Samira Adel. **O papel da mulher árabe no processo migratório entre o Brasil e o Líbano**. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/ Samira_Osman_45.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Samira_Osman_45.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2007.

Registros de Pensão e Casa de Cômodo, 1923 a 1942.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração Sírio-libanesa no Brasil**. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcia_Siqueira_55.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2007.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. Brasília: Sumaré, 1991. 122.

_____. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

VIVIEROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão (1896-1934)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v. 2.

UMA “MANAUS MODERNA” PARA A ZONA FRANCA: CONFLITOS E DISPUTAS PELA CIDADE

Patrícia Rodrigues da SILVA¹

prhsilva@ig.com.br

RESUMO: O artigo trata dos conflitos e disputas pelos espaços na cidade de Manaus, trazendo como foco a discussão acerca dos conflitos gerados pela implementação de um Projeto de autoria do poder público estadual do Amazonas que objetivava, na segunda metade da década de 1980, adequar os espaços na cidade para a nova realidade da Zona Franca de Manaus. Ao acompanhar o processo de implementação do projeto pode-se observar como a cidade é configurada a partir de diferentes grupos sociais que lutam pelos seus interesses disputando a cidade, configurando-se no que Antônio Arantes chamou de “guerra de lugares”.

PALAVRAS - CHAVE: História, cidade, Zona Franca de Manaus.

ABSTRACT: The paper deals with conflicts and disputes through the spaces in Manaus, bringing to focus the discussion on the conflicts generated by the implementation of a project authored by the government of Amazonas state that aimed, in the second half of the 1980s, the space suit in the city to the new reality of the Manaus Free trade Zone. By monitoring the implementation process of the project can be seen as the city is made up from different social groups who fight for their interests vying for the city, setting up the “The War of Posts”, denomination given by Antônio Arantes.

KEYWORDS: History, City, Free trade Zone Manaus.

Com a regulamentação da Zona de Franca de Manaus, através de um Decreto - lei no ano de 1968, inúmeras mudanças puderam ser sentidas pela população da região amazônica de forma geral e de forma especial na capital Manaus. Assim, a dinamização de sua economia que vinha se mantendo enfraquecida desde o final do chamado ciclo da borracha, a chegada de migrantes advindos de várias regiões do Brasil atraídos pelas perspectivas de melhoras de vida, provocaram certamente transformações substanciais nos modos de viver dos manauaras. Dentre as inúmeras mudanças impulsionadas e/ou ocasionadas pela inserção da região no Capital internacional pode-se observar uma busca em conformar a cidade às novas demandas do Capital que se instalava ali.

¹Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Este artigo busca refletir acerca dos conflitos e disputas gerados a partir da implementação de um projeto de autoria do poder público estadual - O “**Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM**”, ou simplesmente Projeto “Manaus Moderna”, como ficou conhecido - que se apresentou como uma proposta do poder público estadual de adequação da infraestrutura da cidade de Manaus às exigências de um modelo de capitalismo que se impunha na região e que previa, em seu edital de concorrência pública, obras que transformariam a cidade.

Assim, na segunda metade da década de 1980, o Governo do Estado, chefiado pelo político Gilberto Mestrinho, propôs um projeto de realização de várias obras, tais como o aterramento de inúmeros igarapés, a construção de pontes interligando bairros ao centro da cidade e a construção de uma avenida (Beira Rio ou Manaus Moderna) de cinco quilômetros, que ligaria o porto de Manaus ao Distrito Industrial da cidade.

Previsto para algumas áreas da cidade, esse reordenamento se colocava em consonância com algumas concepções de intervenção urbana que já vinham sendo discutidas e adotadas pelo Urbanismo desde os anos de 1960. Regina Maria Prosperi Meyer (2006), arquiteta e urbanista, nos lembra que, com o crescimento “desordenado” das cidades a partir daquela década, a ideia e a prática de um “projeto total” de intervenção nas cidades, como feito pelos urbanistas do início do século XX, torna-se impraticável, e, a partir da percepção de que não seria possível intervir e controlar a organização da cidade como um todo, os urbanistas buscavam no conceito de território o seu novo espaço de intervenção.

Nesse sentido, podemos compreender que o Projeto “Manaus Moderna” se enquadra nessa perspectiva, na medida em que se planejou a intervenção em determinados locais (peça urbana), observando a funcionalidade dessas áreas e submetendo-as a um projeto urbano. Regina Maria Prosperi Meyer (2006, p. 39) diz que essa nova metodologia pode ser resumida da seguinte forma:

Analisar e apreender os aspectos espaciais e funcionais do território, considerado em todo a sua extensão, e elaborar a partir daí os critérios para criar perímetros homogêneos no seu interior, nos quais um partido de projeto poderá ser desenvolvido. O termo “peça urbana” descreve um trecho de cidade no qual se estabelece um perímetro que será objeto de análise e de projeto urbano.

A construção da Avenida Beira Rio, ou Avenida Manaus Moderna, se colocava como a principal obra do projeto, especialmente porque contemplava uma projeção de técnicos quanto ao aumento do fluxo de carga entre o porto e o Distrito Industrial. A construção dessa avenida enquanto obra de importância primordial dentro do projeto criado pelo Governo do

Estado pode ser pensada a partir de alguns elementos que também nos permitem refletir sobre alguns sentidos impressos nesse projeto para a cidade de Manaus.

Ao buscar uma compreensão sobre os sentidos do Projeto “Manaus Moderna”, torna-se fundamental nos abirmos a uma reflexão mais ampla, uma vez que esse projeto só se tornou possível dentro de uma conjuntura local, nacional e internacional.

Sendo assim, em primeiro lugar, importa perceber que foi concatenado à instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM, ZOFRAN) que um projeto da envergadura do “Manaus Moderna” se tornou possível e, mais do que isso, “necessário” para a cidade de Manaus. Em outras palavras, entendo que é a partir de uma compreensão acerca dos contextos histórico, político e econômico que instituíram uma Zona Franca na cidade de Manaus que podemos compreender a emergência do “Manaus Moderna” e seus sentidos históricos.

Compreendemos que a emergência das chamadas Zonas Francas, de forma geral, e da ZFM, de forma particular, surgiu como resultado de um ajustamento da economia capitalista mundial. Desse modo, podemos perceber que foi dentro da nova ordem mundial que emergiu no pós-guerra² que a instituição das Zonas Francas adquiriu sentido.

A Zona Franca de Manaus foi uma das primeiras Zonas Francas criadas no mundo, e a conjugação de alguns elementos nacionais e locais possibilitaram essa emergência. Assim, foi em 1957, a partir de um projeto apresentado pelo deputado amazonense Francisco Pereira da Silva, que a ZFM foi criada. Entretanto, ela só seria regulamentada uma década mais tarde, por meio do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e após alguns reajustes em sua concepção³, sob o governo militar de Castelo Branco.

No plano nacional, observamos que a implantação da ditadura militar após o golpe de Estado em 1964 garantiu a continuidade do desenvolvimento capitalista no Brasil⁴ e tinha suas bases

² Segundo Marilene Correa da Silva (2000, p. 33), o modelo Zona Franca não nasceu aleatoriamente, mas “[...] É oriundo da ordem internacional imperialista mais desenvolvida, que aqui significa a existência de mecanismos reguladores das relações desiguais entre povos, nações e blocos. Esse modelo deve-se, em grande medida, ao processo de valorização do capital e ao aumento da concorrência internacional. Pode-se afirmar que, em virtude dos próprios acordos organizados nas esferas políticas das relações diplomáticas, as zonas francas, como o termo sugere, são zonas menos sujeitas ao rigor pregado no contexto da Guerra Fria no plano econômico, e mais exemplares no sentido político”.

³ A proposta inicial era de criação de um “porto franco” na cidade de Manaus. Só mais tarde houve um reajustamento para a criação de uma Zona Franca.

⁴ Em Marilene Correa da Silva (2000, p. 40), encontramos o seguinte: “Assim, a doutrina de segurança nacional foi criada pelos EUA, que destinava-se a exportá-la para um tipo de consumidor bem específico: as forças armadas da América Latina [...] Para despertar o interesse das forças armadas, essa doutrina foi vendida numa embalagem, que colocava os militares como a única classe a ter condições de assumir o governo através da ‘ordem’, assegurar o desenvolvimento econômico (o ‘progresso’) de seus países, e, portanto, retirá-los do atraso. [...] no caso brasileiro, o golpe de Estado de 1964 foi produto das novas formas de composição de forças econômico - político - ideológicas dentro desse processo de dominação comandado pelo capital monopolista das nações industrializadas, particularmente dos EUA. Nesta composição o regime político de exceção se encarregou de atrelar o capital nacional aos interesses do capital financeiro dos países exploradores”.

fundamentadas em dois elementos que se revelaram importantes para a dinamização da economia da região amazônica de modo geral e de Manaus de forma específica: a doutrina da “segurança nacional” e da “integração nacional”. Foi a partir desses dois elementos que a região amazônica, esquecida desde o fim do chamado “ciclo da borracha”⁵, voltou a fazer parte das preocupações do poder central.

Assim, com o discurso de proteger as fronteiras nacionais, em nome da “segurança nacional”, do perigo que vinha de fora das fronteiras, houve um investimento com a criação de portos e aeroportos, e a militarização das áreas de fronteira. Por outro lado, existia a ideia de “integrar para não entregar”, ou seja, as possíveis ameaças da internacionalização se fizeram presentes em incentivos para migração e povoação das regiões consideradas pelos militares como “vazios demográficos”, e, logicamente, a necessidade de investir na economia desses “espaços vazios” se colocava como pauta de urgência.

Foi dentro dessa conjuntura que o governo federal, sob o domínio dos militares, lançou um plano que visava justamente à integração da região amazônica ao restante do país, bem como ao seu desenvolvimento regional. Esse plano foi denominado “Operação Amazônia”.

José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005, p. 100) sugerem que “a operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital”.

A emergência da “Operação Amazônia”, que se apoiava no tripé: transformação do Banco de Crédito da Amazônia no atual Banco da Amazônia (BASA), extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e criação de incentivos fiscais para a região amazônica (instalação da Zona Franca de Manaus), trouxe novos ares à região, e, ao que nos parece, as elites ressentidas com o “abandono” do poder central abraçaram com entusiasmo as novas perspectivas.

De fato, podemos notar, ainda na trilha dos autores José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005), que as elites locais, proprietários de seringais, madeireiros, entre outros, não se viam contemplados em seus interesses pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, qual seja o de substituições de importações.

O entusiasmo com as perspectivas do desenvolvimento econômico regional e da integração nacional foi tamanho que os grupos da elite local pareciam ter aderido à proposta sem se

⁵ Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma breve retomada da produção e da exportação do látex por meio dos Acordos de Washington. Ver: BENCHIMOL, Samuel, *O romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992; ou ainda, SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

importarem ou sem realizarem uma reflexão acerca dos significados mais profundos da implantação da Zona Franca de Manaus⁶.

Para além da reestruturação produtiva da economia local, para nossa pesquisa é importante indicar que o Projeto da Zona Franca atraiu para a cidade uma nova leva de migrantes.

Conforme nos mostra Rosalvo Machado Bentes (1983), Manaus vivenciava, naquelas décadas iniciais dos incentivos fiscais da Zona Franca (1970/1980), um grande dinamismo, atraindo migrantes que depositavam naquela cidade as expectativas de melhores condições de vida e trabalho. O autor explica que:

Com a implantação da ZFM, Manaus sai do marasmo econômico e passa a crescer aceleradamente. Este dinamismo inicialmente se verifica no comércio que redireciona parte de suas atividades para a importação de produtos estrangeiros, para atender a demanda dos consumidores locais e dos turistas. Grande parte do comércio tradicional voltado para o aviamento fecha suas portas ou muda de ramo enquanto novas firmas comerciais se instalam (BENTES, 1983, p. 230).

Além do comércio, outros setores e atividades também passavam por um processo de redimensionamento com a nova e grande dinamicidade da cidade. Assim, segundo o mesmo autor, há uma expansão nos setores hoteleiro e bancário, no comércio imobiliário e na indústria de construção, o que demandou também o aumento de força de trabalho especializada e não especializada.

Desse modo, diante do aumento destas demandas, e também dos níveis de renda da população (pelo menos era o que se propagandeava), Manaus se tornou um ímã para muitas pessoas que buscavam melhores condições de vida e de trabalho, tanto do interior do estado e outros estados do Norte, como também de outros estados do país, como ressaltou Bentes (1983).

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) anunciava, entusiasticamente, em jornais de grande circulação, as inúmeras oportunidades de “**emprego nascendo no mato**”, e convocava a população não só a conhecer o recém-inaugurado Distrito Industrial de Manaus, como também a mostrá-lo aos visitantes. Uma dessas propagandas anunciava: “Conheça

⁶ Enquanto ideólogos da Zona Franca buscavam imprimir a ideia de que esse sistema era uma forma de desenvolvimento que beneficiaria os chamados países subdesenvolvidos, alegando que “os países subdesenvolvidos têm muito a ganhar se começarem pelas indústrias ‘modernas’ ao invés de se desenvolverem de baixo para cima a partir do processamento de produtos químicos primários” (OLIVEIRA, 1998, p. 294), o olhar mais aguçado de intelectuais locais, como Renan Freitas Pinto, chamava a atenção para “o sentido, a dinâmica e os prováveis desenvolvimentos implícitos nos modelos de zonas francas”. A esse autor não passou despercebido o fato de que “nem a originalidade, nem o compromisso com o desenvolvimento regional faziam parte das dinâmicas historicamente conhecidas das zonas francas, mas que era ponto pacífico sua natureza de dinamização e desenvolvimento de setores da economia mundial em regiões em processo de integração ao sistema capitalista” (PINTO, 1986 apud SILVA, 2000, p. 20).

melhor o Distrito Industrial e nunca deixe de mostrá-lo às pessoas que nos visitam. É ali que bate o coração de Manaus” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 1º de agosto de 1985). Assim, as propagandas veiculadas em jornais, buscavam imprimir a ideia de que Manaus vivenciava um grandioso desenvolvimento econômico proporcionado pela efetivação da Zona Franca, no qual quem sairia ganhando seriam as famílias que poderiam usufruir a “**segurança de um bom emprego**” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 1º de agosto de 1985). De acordo com o texto da propaganda, Manaus estava nascendo de novo a partir de 1967. Essa era a ideia que os industriais, representados pelo CIEAM, queriam passar não só aos moradores da cidade, mas também aos visitantes.

Assim, podemos observar que as propagandas almejavam atrair grandes levas de migrantes que depositavam todas as suas expectativas num emprego dos sonhos no Distrito Industrial, buscando melhoria de vida em Manaus. Afinal, elas davam conta de um lugar cheio de oportunidades de trabalho, com vantagens que não eram comuns em Manaus e até mesmo no restante do Brasil, como “transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer”, como lemos na propaganda da Figura 2.

Além de oportunidades abundantes para os trabalhadores, os jornais anunciavam também a escassez de “trabalhadores qualificados” para se apresentarem como mão de obra no Distrito Industrial de Manaus.

De fato, ao acompanhar o crescimento populacional de Manaus nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos notar que Manaus teve um crescimento demográfico nada desprezível:

| Município | Situação do domicílio | Variável X Ano | | | | | | | |
|-------------|-----------------------|-------------------------------|---------|-----------|-----------|----------------------------------|--------|--------|--------|
| | | População residente (Pessoas) | | | | População residente (Percentual) | | | |
| | | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| Manaus - AM | Total | 311.622 | 633.383 | 1.011.501 | 1.405.835 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| | Urbana | 283.673 | 611.843 | 1.006.585 | 1.396.768 | 91,03 | 96,60 | 99,51 | 99,36 |
| | Rural | 27.949 | 21.54 | 4.916 | 9.067 | 8,97 | 3,40 | 0,49 | 0,64 |

Quadro 1 Crescimento demográfico em Manaus.

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000).

Outro ponto importante, que foi destacado nas falas de muitos de nossos depoentes, diz respeito ao abastecimento alimentar na cidade.

Um estudo realizado pela UNICEF/UNAMAZ, em 1992, trazia a seguinte informação:

[...] o desenvolvimento da produção industrial através do modelo de zona franca (ZF) provocou uma reestruturação no conjunto dos gêneros industriais do Estado, implicando na substituição da hegemonia das indústrias essenciais tradicionais, além de, e fundamentalmente, desestruturar a economia do Estado. Este modelo de desenvolvimento não foi acompanhado de uma política agrícola, produzindo em consequência, um despovoamento das áreas rurais e um quase abandono da produção primária com graves repercussões para o abastecimento de alimentos para Manaus, principalmente considerando-se a população de baixa renda (UNICEF/UNIMAZ, 1992 apud MOURA, 1993, p. 18).

Realmente, a questão do abastecimento de gêneros alimentícios em Manaus, que se colocava enquanto problema antes da instalação da Zona Franca, teve um aprofundamento na medida em que atraiu muitas pessoas das áreas rurais.

Nesse sentido, a atração da força de trabalho da zona rural para a cidade transformou trabalhadores rurais em operários da Zona Franca ou desempregados urbanos e, como consequência, acabou prejudicando o já precário abastecimento alimentar da cidade.

Todas essas transformações foram ocorrendo ao longo desses mais de 30 anos, desde que a Zona Franca foi consolidada por meio do Decreto-Lei nº 288/67. A própria Zona Franca passou por mudanças em sua dinâmica, podendo ser identificados, de acordo com a Superintendência da Zona Franca (SUFRAMA), três momentos distintos, com características diferenciadas.

De acordo com informações disponíveis no *site* da SUFRAMA, a primeira fase, de 1967 a 1975, constituiu o período de liberdade plena de importações, apresentando as seguintes características: predominância da atividade comercial (sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiro e perfumes); crescimento do fluxo turístico doméstico com consumidores buscando produtos de elevada sofisticação, cuja importação estava proibida no restante do país; estabelecimento de limite para saída de bagagem de passageiro acompanhada; expansão do setor terciário; início da atividade industrial; e lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial (AMAZONAS, 2006).

Nessa direção, observamos que, apesar de ter sido inaugurado em 1968⁷, foi somente a partir da segunda metade da década de 1970 que o Distrito Industrial adquiriu maior importância em termos operacionais, quando entrou em vigor a chamada “segunda fase da Zona Franca”.

⁷ Na verdade, em 30 de setembro de 1968, foi o lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial.

Assim, à “primeira fase da Zona Franca”, caracterizada mais pelas atividades comerciais, num momento em que se pretendia formar um mercado interno, seguiu-se, a partir de 1975, a segunda fase, quando se buscou voltar os incentivos para uma política industrial mais efetiva⁸. Essa nova dinâmica exigia, portanto, uma melhor operacionalização no sentido de facilitar o transporte de insumos para o Distrito Industrial e o escoamento das mercadorias para o porto, de onde seriam distribuídas.

É no interior dessa transformação da dinâmica econômica e social da região que devemos compreender o Projeto “Manaus Moderna”. Ao lado do atendimento a essas “novas exigências”, faz-se necessário perceber que, ao chamar de “Manaus Moderna” o “Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM”, o Governo do Estado, em conjunto com os jornais diários de circulação na cidade, também deixava claro que as transformações que estava vivenciando a região e, mais especificamente, a cidade de Manaus, eram compreendidas por esses segmentos como ação “modernizadora”⁹.

Podemos notar que o “Manaus Moderna” parece ter derivado de outro projeto, denominado “Humanização de Manaus”, realizado pela Prefeitura e que remonta ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PNLD) de 1973¹⁰, cujo objetivo já era remodelar a cidade, adequando-a aos investimentos da Zona Franca. Sendo assim, a sucessão de aliados políticos no comando do Executivo municipal, sem dúvida, favoreceu o convênio entre Prefeitura e Estado, garantindo, inclusive, o vultoso financiamento junto ao Banco Mundial para as obras. Em 1983, o então governador, Gilberto Mestrinho, indicava o empresário e seu ex-advogado de campanha, Amazonino Mendes (1983 a 1985), à Prefeitura, sendo este sucedido por outro aliado e também empresário tradicional da cidade de Manaus, Manoel Henriques Ribeiro¹¹

⁸ De acordo com a SUFRAMA, “A segunda fase compreendeu o período de 1975 a 1990. Nesta fase, a política industrial de referência no país caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. [...] A SUFRAMA passou a operar com a gestão dos incentivos e o controle de projetos industriais e expandiu suas ações para os estados da Amazônia Ocidental, com a implantação de unidades descentralizadas e ALC’s” (AMAZONAS, 2006).

⁹ Em 1986, em mensagem à Assembleia Legislativa, na qual prestava contas dos feitos realizados em seu período de governo (1983-1985), o governador Gilberto Mestrinho se gabava: “neste período mais que duplicamos o número de fábricas e empregos na Zona Franca, a atividade turística que estimulamos, o sistema moderno de controle de arrecadação e a política séria da gestão da despesa pública asseguram ao Dr. Amazonino Mendes, administrador futuro e meu sucessor, todos os meios para continuar com tranqüilidade, a trilhar a senda do progresso” (MANAUS, 1986a).

¹⁰ Parecer nº 003/89 – GS SENDUR – Prefeitura de Manaus – Poder Executivo. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

¹¹ Em 1985, Manoel Ribeiro ganhou as eleições para prefeito de Manaus enquanto Amazonino Mendes saiu vencedor para o cargo de governador, em 1986. Manoel Ribeiro acabou sendo afastado do cargo por denúncia de superfaturamento, numa ação empreendida pelo Tribunal de Contas, mas orquestrada por Amazonino Mendes. Alfredo Pereira do Nascimento (futuro Ministro dos Transportes), também integrante do grupo político de Mestrinho e Amazonino, assumiu como prefeito interino até 1989.

(1986-1988), possibilitando o desenvolvimento do projeto em ação conjunta com a Prefeitura, conforme podemos apreender do documento a seguir citado:

Projeto Manaus Moderna, elaborado e de estreita competência da Prefeitura de Manaus, estão sendo executados pelo governo do Estado que, através de sua Secretaria de Transportes contratou a construtora Andrade Gutierrez S. A. para a execução dos serviços, por conta de um convênio firmado entre a Prefeitura e o governo do Estado pelos então prefeito e governador, Dr. Amazonino Mendes e Prof. Gilberto Mestrinho¹².

Dessa forma, o projeto começou a ser noticiado, sem maiores informações, via jornais diários de circulação na cidade, no final de 1985 e início de 1986.

Importa refletir que a proposta de “modernização” vinha, na verdade, de um tradicional político do Estado, qual seja Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, cujos direitos políticos haviam sido cassados no primeiro Ato Adicional imposto pelos militares em 1964, e que, beneficiado pela Lei da Anistia, em 1979, retornou à Manaus, onde se candidatou a governador pelo PMDB, saindo vitorioso para o pleito de 1983 a 1986.

Mas outros elementos se apresentam para a reflexão. O projeto voltado para as transformações urbanísticas da cidade de Manaus, que, a princípio, foi planejado pela Prefeitura, foi abarcado pelo Estado com vistas à possibilidade de angariar um financiamento de grande envergadura.

Desse modo, o projeto do poder público municipal, denominado “Humanização de Manaus”¹³ e inspirado na cidade de Curitiba, segundo a avaliação de arquitetos à reportagem especial publicada no “Jornal do Comércio” em 14 de setembro de 1986, acabou sendo abarcado pelo Governo do Estado, dando continuidade ao modelo “autoritário” ou, na expressão da articulista, marcado “pela força, já que ninguém opina sobre as mudanças e os projetos só são conhecidos quando começam a ser executados” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Em 7 de fevereiro de 1986, como previa o edital de concorrência pública, foi realizada uma reunião da Comissão Especial de Licitação, a fim de receber as propostas de empresas que concorreriam para a execução das obras do projeto. Nessa reunião, duas empresas apresentaram suas propostas: a Construtora Andrade Gutierrez S.A. e a Constran S.A. Construções e Comércio.

¹² Parecer nº 003/89 – GS SENDUR – Prefeitura de Manaus – Poder Executivo. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

¹³ Refere-se ao projeto que, entre outras ações, procurou reformar algumas praças da cidade, entendendo essas reformas enquanto humanização.

Em 28 de fevereiro daquele mesmo ano, a Secretaria do Estado de Transportes (SETRAN) e a Andrade Gutierrez S.A. assinaram o termo de contrato de construção das seguintes obras, em regime de empreitada:

- saneamento do igarapé do Japiim, compreendendo a ratificação, revestimento do canal e aterro das margens;

*- **Ligação viária do Porto ao distrito industrial pelas margens dos Igarapés do Educando e Japiim, com articulação ao sistema existente, compreendendo os serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais;***

- atracadouros de embarcações regionais nas áreas do Rio Negro e Igarapé do Educandos;

*- saneamento do Igarapé da cachoeirinha, com **remanejamento de habitações**, retificação do canal, aterro das margens e implantação das vias marginais;*

- saneamento do igarapé Mestre Chico, com remanejamento de habitações, retificação do canal, aterro das margens e travessias viárias;

- saneamento dos igarapés Manaus e Bittencourt, à montante das pontes da Av. 7 de setembro, com galeria coberta p/ urbanização, remanejamento de habitações;

- ponte ligando o bairro de Aparecida ao bairro de São Raimundo;

- remanejamento e/ou reconstrução de casas no igarapé da cachoeirinha.

- serviços adicionais aos indicados e que, no decorrer das obras, venham a ser tecnicamente recomendados e ou necessários a critério da SETRAN, e que estarão sujeitos aos entendimentos a serem estabelecidos pelas partes signatárias.

A critério da SETRAN, poderão também constituir objeto do presente contrato, outros serviços pertinentes à obra contratada, bem como obras similares em outros igarapés e rios, que possam vir a complementar o programa de melhorias físicas do município de Manaus (grifo nosso).

Observando as obras constantes do Contrato, notamos que, entre aterros, saneamentos e remanejamento das populações que viviam nos vários igarapés atingidos pelo projeto, a construção a avenida que ligaria o porto ao Distrito Industrial era o grande destaque.

Como mencionado acima, o “Jornal do Comércio”, em 14 de setembro de 1986, publicou uma reportagem especial, intitulada “**O segredo da Manaus Moderna**”, que trazia alguns detalhes do Projeto “Manaus Moderna”.

Segundo a reportagem, a SETRAN forneceu a seguinte planta:



Figura 1 Planta do Projeto “Manaus Moderna” publicada no “Jornal do Comércio”.
Fonte: “Jornal do Comércio”, publicado em 14 de setembro de 1986.

A imagem destacava as obras de infraestrutura propostas pelo “Manaus Moderna”, com destaque para a construção da avenida que margearia o rio Negro, realizando o percurso do porto (extremo esquerdo) ao Distrito Industrial. Assim, o Distrito Industrial teria duas vias de acesso, que seriam: seguindo direto do porto (de onde ela se inicia) ao extremo oposto da avenida (do lado direito), ou ainda entrando pela esquerda, passando pelo bairro da Cachoeirinha, conforme podemos observar na planta cedida ao “Jornal do Comércio” pela SETRAN (Figura 1).

Dessa forma, alguns meses após o início, tímido, da divulgação da concepção de um projeto de remodelação do centro da cidade de Manaus (dezembro de 1985 a fevereiro de 1986), o Governo do Estado já havia concluído todo o processo burocrático, incluindo a contratação da empresa que executaria as obras, tudo realizado dentro de um sigilo que garantiria ao governador “a exclusividade sobre o projeto”, segundo noticiou o diário (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Cumprir observar aqui que, no momento de sua efetiva implantação, o Projeto “Manaus Moderna” acabou gerando discussões polêmicas, bem como disputas entre vários interesses políticos e econômicos locais.

Na citada reportagem especial para o “Jornal do Comércio”, em 1986, no auge de discussão do projeto, a articulista Ana Célia Ossame chamava a atenção para dois elementos importantes do “Manaus Moderna”: em primeiro lugar, para o obscurantismo em torno do projeto, cujas maiores explicações do autor (Governo do Estado) estavam “no Decreto-Lei

9.688 de 21/08/1986”. E, depois, para um dos artigos desse decreto, que desapropriava uma larga faixa de terra na margem esquerda do rio Negro para a construção da avenida.

De acordo com a reportagem:

Nele (1º artigo) são declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação as faixas de terras e benfeitorias nela existentes situadas na cidade de Manaus a serem utilizadas na concretização do Projeto Manaus Moderna. Em seu artigo 1º o decreto diz que, pelo Rio Negro, 30 metros, à margem esquerda, a partir do mercado “Adolpho Lisboa”, até o igarapé de Educandos, são áreas necessárias à execução do projeto, que é composto de abertura e melhoria de vias e logradouros (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Assim, para a elite local que havia aderido ao projeto de desenvolvimento regional, a construção de uma avenida, onde se previa o aterramento de larga faixa de terra à margem esquerda do rio Negro, que, diga-se de passagem, era por onde escoava o rio Negro em épocas de cheia, apartando a cidade do rio por meio de um paredão de concreto, foi entendida como parte do processo modernizador.

Com isso, podemos refletir que, para as elites locais comprometidas com o desenvolvimento proposto através da Zona Franca de Manaus, a construção da avenida trazia, em seu sentido mais profundo, a ideia de, literalmente, enterrar aquilo que se compreendia enquanto atraso/antigo, para que se pudesse dar lugar ao novo, à modernidade, à velocidade.

E trazia ainda outros significados. A aludida reportagem veiculada pelo “Jornal do Comércio”, em 14 de setembro de 1986, reportava para elementos importantes que permitem jogar luzes sobre os sentidos desse projeto.

O texto da articulista Ana Célia Ossame se iniciava da seguinte maneira:

Quando começou a ser cogitado, o Projeto “Manaus Moderna” não ultrapassava a linha da especulação. E havia bons motivos para isso. O projeto de autoria do Governo do Estado nasceu nos gabinetes governamentais e de lá foi direto para o igarapé do São Francisco. Onde máquinas começaram a dragar o rio para fazer a drenagem e 150 pessoas que habitavam o igarapé foram retiradas para albergues localizados no bairro de Petrópolis. Sobreviveu sem descanso, por entidades representativas da sociedade que gostariam de ter sido convidadas para discutir a mais nova ousadia do Governo do Amazonas. E, hoje, gera polêmica natural de um projeto que é explicado em poucas palavras, pela Secretária de Trânsito, responsável pela obra (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

A reportagem foi construída procurando ressaltar o caráter especulativo e autoritário do projeto em seu momento de elaboração e no início da execução. Segundo a articulista, ao

elaborar um projeto que iria transformar parte importante da estrutura física do centro da cidade, o Governo do Estado dispensou o debate com ampla parcela da população, inclusive com grupos sociais que desejavam participar dessas discussões, e, mesmo com o início das obras, a Secretaria de Trânsito, responsável pela fiscalização, se limitava a explicá-lo em poucas palavras.

O texto continuava, apresentando algumas informações contidas no decreto-lei que regulamentou o Projeto “Manaus Moderna”, destacando a grande obra do projeto, qual seja a construção da “grande pista de 5 quilômetros que vai unir o centro ao Distrito Industrial, passando por todos os braços de rio, que hoje são ocupados por, pelo menos, 50.000 famílias que vivem em situação de miséria quase absoluta” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

E, antes de ressaltar uma vez mais o caráter “misterioso” do processo de elaboração do projeto, o texto acrescentava uma importante informação, a saber:

Para o “Manaus Moderna”, o Governo do Estado conseguiu nada menos que a quantia de 100 milhões de dólares, junto ao banco Mundial, dinheiro que vai sendo repassado por etapas às empresas construtoras e de consultoria, que se acham envolvidas no projeto. Em cruzados são 1 bilhão e 380 milhões de cruzados para a dívida pública. E é nisso que repousa a ousadia do projeto, que, anteriormente, estava destinado à Prefeitura, a qual, no entanto, não tem autonomia para tomar emprestada tal quantia (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Por meio desse artigo do “Jornal do Comércio”, podemos observar algumas peculiaridades do propalado projeto que o discurso do diário quis ressaltar. Nesse sentido, notamos que o “Manaus Moderna” foi um projeto concebido e gestado pelas elites empresariais da Zona Franca de Manaus, representadas tanto pelo poder público estadual quanto municipal. Assim, pensado de “dentro dos gabinetes governamentais”, o diário buscava por em evidência que o sigilo se mostrou como a grande característica do projeto, que, segundo o secretário de trânsito à época, Waldir Pimenta, garantiria o mérito das obras exclusivamente ao então governador, Gilberto Mestrinho, “para assegurar a exclusividade do “Manaus Moderna” para o Governo do Estado. Ninguém participa do projeto, além do Governo do Estado e da Secretaria de Trânsito” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986). É preciso considerar que, nesse momento, o “Jornal do Comércio” parecia estar dando voz à oposição. Sendo assim, podemos refletir que o Projeto “Manaus Moderna” também teve, em seus anos iniciais de implementação, interferências das disputas políticas de grupos locais.

Nesse sentido, como podemos observar, o “Jornal do Comércio” revelou uma postura um tanto restritiva quanto ao Projeto “Manaus Moderna”, o que nos leva a observar que havia divergências quanto ao projeto dentro dos grupos da elite manauara. Essa postura pode ser notada pela citada publicação, em 14 de setembro de 1986, que destacava que outras “entidades representativas da sociedade” não estavam satisfeitas com a forma como o projeto foi pensado e estava sendo executado.

A partir desse descontentamento ecoado no discurso da articulista do “Jornal do Comércio”, encontramos pistas para refletir quais disputas se colocavam naquele momento, bem como os sentidos da construção da avenida que, salientando uma vez mais, era a obra mais importante do projeto proposto pelo Governo do Estado. Segundo o artigo¹⁴ de Ana Célia Ossame, enquanto parte da elite local representada pelo governo expressava grande otimismo e entusiasmo com o Projeto “Manaus Moderna”, parte dos comerciantes do centro da cidade e também engenheiros e arquitetos ligados à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)-Pró-memória acenavam negativamente para o tal projeto (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Seja por desconhecimento do mesmo ou ainda pelo fato de terem sido excluídos do seu processo de concepção, podemos notar que o “Manaus Moderna” foi visto com restrições até mesmo por parte dos membros da elite econômica da cidade, o que revela os limites das posições homogeneizantes, tanto dos grupos subalternos como das elites econômicas e políticas¹⁵.

No texto de Ana Célia Ossame, cujo subtítulo é “**Uma Manaus em especulação**”, essas divergências são evidenciadas.

Destacamos a seguinte passagem:

Mas, se dentro do Governo, o enigma “Manaus Moderna” está resolvido, com o início das obras, fora dele, a especulação é um ingrediente indispensável nas conversas sobre a cidade e o projeto. “Não sei se é estranho o procedimento do governo em não ouvir as comunidades envolvidas nas modificações”, disse, recentemente, o empresário e presidente da Associação Comercial, Jorge Loureiro,

¹⁴ A utilização deste artigo como fonte documental foi imprescindível para desvendar os conflitos entre os grupos políticos naquele momento.

¹⁵ Rejeitando a bipolaridade/homogeneidade entre cultura popular e cultura de elite, vários autores – dentre eles, Edward Palmer Thompson e Stuart Hall – vêm compreendendo o conceito de cultura enquanto espaço de disputas. Thompson (1998, p. 17) chamou de “arena de conflitos”: “[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos [...]”. Para Hall (2003, p. 242), “o que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela”.

que só tomou conhecimento das modificações da Eduardo Ribeiro [Avenida no centro da cidade], quando tudo já estava decidido. Loureiro é exceção dos que dão entrevistas para dizer que não tem o que falar. O arquiteto Severiano Mário Porto tem se recusado a dar opiniões por desconhecer o teor do projeto, que é um ilustre desconhecido do Instituto dos Arquitetos do Amazonas, Conselho Regional de engenharia, SPHAN – Pró-memória e outros órgãos ligados aos mais diversos setores da sociedade. Isso é claro para fazer valer a intenção revelada pelo secretário Waldir Pimenta, de que o “mérito é todo do Governo e o Governo assume tudo em relação ao Projeto. Não discutimos”, diz o secretário, estranhando as perguntas sobre o assunto e sempre querendo justificativas para as indagações (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Percebemos que, ao procurar publicar opiniões que divergiam do governo, o diário buscou legitimar o discurso que defendia, fazendo com que o mesmo parecesse universal.

Na primeira parte da reportagem, a articulista buscou revelar a insatisfação de setores dominantes com os caminhos que estava trilhando o “Manaus Moderna”. Já na segunda parte, priorizou as opiniões de moradores das margens dos igarapés que iriam ou que estavam sendo drenados, fazendo crer que esse posicionamento não estava vinculado a grupos, mas sim à cidade de Manaus de uma forma geral¹⁶.

Nessa direção, observamos que a reportagem, no subtítulo “**Favelas, misto de aflição e alegria**”, procurou recortar diversos depoimentos de moradores dos locais em que o “Manaus Moderna” realizaria transformações. Os trechos priorizados pelo jornal buscaram construir a ideia de que os moradores dos locais onde o “Manaus Moderna” estava sendo executado viviam numa situação de angústia e esperança, visto que, para a realização das obras, eles teriam de ser retirados de lá, mas não tinham conhecimento do projeto e não sabiam ao certo para onde e em que termos seriam transferidos.

Na construção argumentativa da reportagem, lemos a seguinte passagem:

Depois de conviver 13 anos com alagações e com as péssimas condições do bairro São Francisco, José Antônio de Matos, 68 anos, é uma pessoa apreensiva. O mesmo acontece com a senhora Maria Pereira da Silva que há 32 anos mora no bairro. Ela está apreensiva e aflita. Tudo por que nesse bairro o Governo do Estado está começando o Projeto Manaus Moderna, com drenagem do igarapé e desocupação. Mas os moradores não sabem de nada. Sabem que algumas famílias já foram deslocadas para as obras. Mas temem pelo seu futuro porque podem estar na mira

¹⁶ Como nos adverte Marialva Barbosa (2000, p. 116), é preciso estar atento para o fato de que “os jornais cumprem a ‘missão’ não apenas de disseminar idéias, mas de transportar o relato da narrativa para o nível do real, são responsáveis pela criação de uma outra realidade”.

das obras do governo e temem perder o que têm para ir morar nos chamados “pombais”, apelidos dos moradores para as novas casas de 2 andares que estão sendo construídas para quem tiver a sua casa desapropriada (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

É preciso notar que a crítica do “Jornal do Comércio” ao “Manaus Moderna” não ganhou espaço para além da forma como o projeto foi concebido e vinha sendo executado.

Dessa forma, é possível perceber, ao longo do artigo, que, apesar de discordar do sigilo e da imposição que excluíram “entidades representativas da sociedade” do debate, ao diário, o projeto em si parecia ser bem-vindo e até mesmo necessário, já que pretendia retirar aqueles que, segundo o entendimento do jornal, “teimavam em ocupar os leitos dos igarapés”, substituindo-os por áreas de lazer e turismo.

Como podemos notar no trecho transcrito a seguir:

Intrigas à parte, o Projeto “Manaus Moderna” vai realizar um velho sonho de quem não se conforma com a ocupação dos rios por uma população migrante do interior do Estado, que, na falta de uma estrutura começou a ocupar os igarapés nos últimos 30 anos (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nessa direção, temos o Projeto “Manaus Moderna”, que se fez “necessário” dentro de um contexto capitalista em que a instalação da Zona Franca foi um capítulo importante. Assim, é no mínimo curioso refletir que a mesma lógica que necessita e incentiva a migração para a cidade a fim de obter abundante oferta de mão de obra barata “não se conforma com a ocupação” dos espaços na cidade de forma considerada “desordenada”, mas, ao mesmo tempo não oferece condições melhores de moradia, e ainda credita a essa própria população a “culpa” pelo que consideram “sujeira” e “enfeimento” da cidade.

Desse modo, importa perceber que, para as elites locais, além de terem de oferecer a força de trabalho a preços irrisórios, esses trabalhadores não podem ocupar qualquer espaço na cidade. Entretanto, eles estão lá, resistindo da forma que podem, e insistem em permanecer no espaço que consideram deles.

E a reportagem prosseguia, ressaltando a “necessidade” dessas ações para que a cidade se apresentasse de forma “invejável”.

Notamos como o jornal credita à população que ocupa os leitos dos igarapés a responsabilidade pela poluição, e deixa clara a postura de que deseja que esses espaços sejam

transformados em áreas de lazer e turismo, entendendo, dessa maneira, que aqueles moradores são “ocupantes indesejáveis”.

Assim, o artigo continuava:

Na verdade Manaus seria uma cidade invejável não fosse o estrangulamento dos 37 quilômetros de braços de rio que cortam toda cidade. Em lugar de favelas, seriam áreas para lazer e até turísticas se os igarapés não tivessem altamente poluídos (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nesse sentido, o diário, ao procurar legitimar essa postura, se colocava enquanto porta-voz da sociedade, buscando sustentar a ideia de que o projeto se fazia necessário à cidade, e também se apoiando em trechos de depoimentos de ex-moradores das áreas que sofreram intervenção, de modo a dar sustentação a essa ideia.

O recorte privilegiado pelo jornal dava conta de que muitas famílias se diziam contentes com o projeto que as retirou das péssimas condições de moradia, das constantes alagações e de todo tipo de penúria em que viviam mergulhadas.

De acordo com o jornal, essas famílias, instaladas em albergues conhecidos como “Gilbertões”¹⁷, uma espécie de conjunto habitacional feito de madeira, guardavam a esperança de serem transferidas para as casas prometidas pelo Governo do Estado.

Segundo o texto do artigo:

Essas famílias estão contentes com o projeto “Manaus Moderna” que as retirou dos pântanos onde conviviam em situações precárias e conviviam em constante aflição, principalmente quando chovia ou era tempo de cheia nos rios. A alegria é maior quando eles falam das novas casas construídas que futuramente serão ocupadas por eles, próximas à nova pista que vai ser feita nas margens do São Francisco (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

O artigo procura mostrar um misto de alegria e apreensão, perpassando pelos moradores locais. No trecho do depoimento publicado, muitos moradores aparecem contentes, pois o “Manaus Moderna” teria feito com que as autoridades públicas voltassem o olhar para a situação em que se encontravam há muito tempo. Porém, a falta de informações acrescenta a apreensão, na medida em que eles não têm conhecimento concreto sobre o seu destino ao sair daquele local.

Com o intuito de fundamentar solidamente a sua visão do “Manaus Moderna”, o diário buscava destacar que, de acordo com o andamento e a execução das obras, as famílias iam

¹⁷ Interessante notar como os políticos buscaram marcar de forma incisiva a sua presença, inclusive utilizando de seus próprios nomes para nomear os “abrigo” fornecidos aos retirados dos espaços destinados ao saneamento.

sendo retiradas, fato que causava grande aflição em quem permanecia, uma vez que não havia informações sobre o local ou mesmo sobre quem iria sair no próximo remanejamento. O Sr. João Antônio de Matos contou sobre essa aflição, segundo o trecho que podemos ver na citada reportagem.

O Sr. João reclamou da falta de informação (“*Não sei se vão tirar o meu comércio*”), e contou que o seu comércio estava sofrendo uma queda considerada, apontando, ainda, outra angústia com relação às novas casas que estão sendo construídas:

Para ele a mudança foi muito ruim, mas pior é não saber até quando vai ser dono do terreno que ocupa. Nas novas construções, que são casas de madeira, com 2 quartos, uma sala, cozinha e banheiro – este de alvenaria – as casas são encostadas umas nas outras, para poupar terreno e abrigar todos os que foram cadastrados pela assistente social da Secretaria de Trânsito (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Outra personagem que também foi escolhida pelo “Jornal do Comércio” e teve trechos de sua fala utilizados na composição da matéria foi a Sra. Raimunda Alice, de 57 anos, rezadeira e vendedora de produtos para umbanda.

Em seu depoimento, vemos que o diário buscou dar relevo à sua insatisfação com o projeto que pretendia retirá-la. Apesar de saírem de uma situação difícil, de falta de estrutura e falta de saneamento, os ganhos não superavam as perdas para essa senhora.

De acordo com o artigo:

“Ela não admite sair de seu terreno onde cabem 3 casas e moram as filhas para se espremer nos pombais que o governo está construindo”. Segundo ela, não dá sequer para plantar um pé de mato no terreno. E é definitivamente “horrrível” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Cabe reafirmar, uma vez mais, que a matéria veiculada pelo “Jornal do Comércio” buscou abarcar diferentes falas de também diferentes grupos sociais, com o intuito de compor e transmitir sua visão do “Manaus Moderna”, de forma que esse olhar parecesse uma opinião da sociedade como um todo. Entretanto, podemos notar, nas entrelinhas, pela forma como a reportagem foi montada, que o “Jornal do Comércio”, cuja postura era de defesa das elites manauaras, na verdade, travava de uma disputa com parte dessa elite que pretendia obter todos os méritos do Manaus Moderna.

É preciso acrescentar que, mesmo que as falas tenham sido recortadas e selecionadas com o objetivo de defender um discurso e um posicionamento frente ao Projeto “Manaus Moderna”, elas nos apontaram para a pluralidade de opiniões dentro dos grupos da elite.

Notamos que, na defesa e na crítica ao projeto, os grupos políticos locais buscaram se aliar, manipular e buscar a legitimidade do projeto via articulação com os interesses populares. Ou seja, os grupos políticos locais tiveram de se articular e falar em nome desses populares para conseguir a implementação do projeto.

Nesse sentido, a matéria de Ana Célia Ossame terminava reafirmando o posicionamento do diário, abordando, de um lado, a positividade e a necessidade do projeto, destacando a figura de Mãe Carminha, e, de outro, a crítica à maneira como o projeto foi pensado e vinha sendo executado, qual seja dispensando o debate com o “público interessado”.

O diário relatou que Mãe Carminha era uma grande entusiasta do governo de Gilberto Mestrinho, e chegou a sair de sua residência antes mesmo do tempo previsto, mas voltou e aguardava ansiosa pela desapropriação. Mostrava-se contente pelo fato de, após 39 anos de alagações, “*ter um bom lugar para morar*” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

De acordo com o texto do artigo:

Ela saiu de sua casa antes do tempo, uma residência de alvenaria que está localizada ao lado do Centro de Umbanda Santa Luzia onde estão colados em todas as paredes cartazes de políticos da Aliança Democrática. Passional quando fala do governo, Mãe Carminha voltou e espera a desapropriação e se segura na figura de Lucimar que se diz uma representante dos “amigos do Governo”. A casa de Lucimar se transforma em comitê político da Aliança Democrática e ela é uma das mais fervorosas defensoras do projeto. Não admite crítica, porque segundo ela, “quem morava na lama, agora vai ter um bom lugar para morar” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Ao relatar que “a casa de Lucimar se transforma em comitê político da Aliança Democrática”, o artigo nos instiga a refletir acerca da forma como as relações são estabelecidas no intuito de, em última instância, ter seus interesses defendidos.

É possível perceber essa “via de mão dupla” numa outra parte do artigo, na qual a articulista relatou que Mãe Carminha depositava confiança no governador Gilberto Mestrinho, que esteve pessoalmente em sua residência dando garantias de que a mudança seria para melhor:

Mãe Carminha confia ainda numa promessa feita pelo governador Gilberto Mestrinho, que foi pessoalmente em sua casa, segundo ela, de mandar aumentar o tamanho das casas para realocação das famílias. E por isso concorda com a

mudança. Embora a troca seja entre uma casa de alvenaria de 17 metros por uma de madeira sem terreno (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Em seu último parágrafo, a reportagem do “Jornal do Comércio” abordou, uma vez mais, sua insatisfação com o caráter “sigiloso” do “Manaus Moderna”. Ao finalizar com a fala de um morador, percebemos que o discurso jornalístico buscava se legitimar nas palavras de quem se via numa situação incerta.

Sendo assim, o texto sustentava que:

O temor de alguns pode nem ser concretizado, mas a maneira como está sendo dirigida a obra é a responsável por todo esse clima de insatisfação e medo. “Se eu sair daqui não tenho para onde ir” dizia a Sra. Idalina Brandão, 57 anos, 6 filhos menores, no bairro de Educandos. “Eles não tem o direito de nos deixar nessa situação de pavor”, sentencia a senhora (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nesse sentido, é possível compreender que o Projeto “Manaus Moderna”, longe de ser uma unanimidade, provocou acalorados discursos desde a sua concepção, envolta em certo mistério que excluiu o debate inclusive com a população que vivia em áreas próximas ou nos leitos dos igarapés que seriam aterrados para a construção de largas avenidas, e, igualmente, gerou conflitos, na medida em que também excluiu do debate setores da população que estavam de acordo com a chamada “modernização” da cidade, mas queriam imprimir nela as suas concepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Manaus (PLAMAN)**. Manaus, 1975.

_____. **Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna”**. Manaus, 1987b. Caixas 1, 2 e 3.

_____. **Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM**. Manaus, 1986b.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BENCHIMOL, Samuel, *O romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992;

- BENTES, Rosalvo Machado. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular” In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1985 (completo).
- _____. Manaus, 1986 (completo).
- MEYER, Regina Maria Prosperi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p.38-41, mar. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a16v58n1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Dossiê Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- _____. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História e perspectivas**, Uberlândia, n. 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001 - jan./jul. 2002.
- _____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 7-24, fev. 1997a.
- _____. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: KHOURY, Yara Aun et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004.
- _____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997b.
- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007
- SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- SILVA, Marilene Correa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.
- TEIXEIRA, Luiz Maia. **Acervo pessoal**. Manaus, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

INICIAÇÃO E TRAJETÓRIA RELIGIOSA EM CANDOMBLÉS GOIANOS

Clarissa Adjuto ULHOA¹

clarissau@gmail.com

RESUMO: Em nossa pesquisa a respeito do processo de formação do candomblé na cidade de Goiânia, Goiás, lançamos mão da metodologia da História Oral, por meio da qual intencionamos, entre outras coisas, ir de encontro com a experiência dos sujeitos em seu ato de (re)memorar. Neste diálogo, sempre tomamos como ponto de partida as trajetórias pessoais, as quais buscamos conhecer por meio de questões como: Por que você se iniciou no candomblé? A partir das respostas de nossos diversos interlocutores, descortina-se diante de nós uma infinidade de motivos, que passam por preocupações materiais e de saúde, bem como por desejos, sonhos ou até mesmo por pura identificação com o ritmo dos atabaques. Na observação destes motivos, diferentes visões sobre o mundo e sobre a própria religião são reveladas, ao mesmo tempo em que múltiplas identidades são colocadas em negociação. Para subsidiar esta discussão, conheceremos cinco candomblecistas goianas e acompanharemos um pouco de suas trajetórias religiosas.

Palavras-Chave: Oralidade, Candomblé, Iniciação Religiosa.

Candomblé: da Bahia para Goiás.

Formado a partir do desencadeamento da diáspora africana, movimento transatlântico impulsionado pela empresa escravista colonial, o candomblé foi delineado segundo um corpo de saberes e cosmogonias que, ao desembarcar na então colônia portuguesa, se viu prontamente reinventado. O candomblé baiano consiste em uma recriação daquilo que compunham as religiões africanas daquele tempo, a que se somaram as influências das tradições católicas e indígenas. Em seus primeiros anos, os terreiros de candomblé funcionavam como redutos da resistência negra, nos quais os africanos e seus descendentes estabeleciam laços de solidariedade étnica, articulados, sobretudo, pelo culto das divindades de além-mar. Não podemos, no entanto, sem incorrer em reducionismos, afirmar um marco

¹ Mestranda em História, Universidade Federal de Goiás.

temporal preciso para o seu surgimento, embora possa ser situado de forma aproximada entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX (SILVEIRA, 2006).

Esta impossibilidade de precisar uma data se relaciona principalmente ao caráter gradual de sua formação, que remonta tempos anteriores ao referido período, quando manifestações religiosas afro-brasileiras embrionárias marcavam presença na colônia. Entre elas, podemos citar as reuniões em torno dos calundus, compreendidos como os ancestrais por excelência do candomblé. Este termo, de origem banta, abrangia “imprecisamente toda sorte de dança coletiva, cantos e músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica” (SILVA, 2005: 43). Em sua constituição, se articulavam distintas tradições religiosas. O uso dos atabaques, banhos de ervas, sacrifícios de animais, entre outros, revelam as influências africanas, enquanto o uso de crucifixos, anjos e a presença de cerimônias como a de casamento, demonstram as influências do catolicismo em roupagens ibéricas (SILVA, 2005).

Estes calundus consistiam em formas relativamente organizadas de culto e deram origem ao candomblé a partir do momento em que seus elementos religioso-estruturais passaram a ser mais precisamente definidos. Em sua fase inicial, eram fundamentalmente rurais, mas foi a sua versão urbana que abriu as portas para a formação do candomblé baiano, também favorecido pelo aumento do número de negros libertos que passaram a circular com relativa autonomia pelas cidades coloniais em expansão (SILVA, 2005). Tipicamente setecentistas, os calundus consistiam em apenas mais um modo de resistência e agenciamento dos africanos e dos seus descendentes, pois, além deles, podemos apontar a ação das irmandades de pretos católicas, das juntas de alforria, do comércio de patuás ou bolsas de mandingas, dentre outras vias de inserção política e cultural.

Com o passar do tempo, o candomblé passou a abandonar as características de religião étnica para se transformar, pouco a pouco, em uma religião aberta para todos, independentemente da cor e da origem racial. Este processo ocorreu concomitantemente à expansão do candomblé baiano para outras regiões do país, o que contou com a influência do movimento da contracultura e de seus ideais de recuperação do exótico, do diferente e do original (PRANDI, 2006). Nesse período, “as velhas tradições religiosas de origem africana, até então preservadas na Bahia e outros pontos do país, encontraram excelentes condições econômicas para se reproduzir e se multiplicar mais ao sul” (PRANDI, 2006: 102). Foi quando, no começo da década de 1970, o candomblé se instalou em Goiás e em sua moderna e planejada capital, já dotado das características de uma “religião para todos”.

Imbuídos pelo ideal de modernidade e de progresso, os responsáveis por pensar a nova capital goiana evidentemente não previram espaços para religiões como o candomblé, as quais podiam ser facilmente relacionadas ao arcaísmo e à decadência de que se tentava escapar. No entanto, poucos anos depois de sua fundação, uma religião de influência africana ousou marcar sua presença, subvertendo aquilo que estava supostamente planejado. Trata-se da umbanda, religião que se encontra presente na capital goiana desde o final da década de 1940 (CARRER, 2009). Mediante este pioneirismo, bastante semelhante ao descrito em outras cidades brasileiras, somos levados a conjecturar que a umbanda acabou por abrir o caminho para o candomblé, em um espaço até então totalmente novo para este último (PRANDI, 1991). Nesse sentido, a umbanda rompeu paradigmas ao se inserir em um território dominado fundamentalmente pela religião católica, impondo outros elementos de significação religiosa, tais como o culto aos orixás, aos caboclos e aos pretos velhos.

Cerca de trinta anos depois da chegada da umbanda na capital, o sacerdote João Martins Alves, mais conhecido como João de Abuque, viria a fundar o primeiro terreiro de candomblé da cidade, chamado inicialmente de Caboclo Pena Branca, e mais tarde rebatizado como Ilê Iba Ibomin. Reconhecido quase que unanimemente pela comunidade candomblecista como o primeiro a fundar um terreiro em Goiás, João de Abuque se iniciou e tomou suas primeiras obrigações² na Bahia. De acordo com sua filha biológica, Maria do Socorro, a família se mudou para Goiânia em busca de melhores condições materiais de vida, como tantos outros migrantes nordestinos durante a década de 1970, o que acabou resultando em sua estadia definitiva e na iniciação de muitos filhos-de-santo na capital, os quais, mais tarde, abririam seus próprios terreiros, inaugurando uma extensa rede de candomblés relacionados entre si. A respeito desta questão, o sacerdote comenta:

A primeira casa que teve no Estado de Goiás foi essa aqui. Eles hoje tudo toca atabaque às madrugadas, hoje eles têm casa aberta, mas saíram tudo daqui, os primeiros filhos foram tudo daqui.

Memória, oralidade e iniciação.

Em sua relação com a História, a memória pode ser compreendida como uma “forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda” (NEVES, 2000:

² Cerimônias nas quais pessoas iniciadas no candomblé renovam sua ligação com o orixá pessoal. Existe obrigação de 1 ano, de 3 anos, de 7 anos, de 14 anos, de 21 anos, em diante.

109), o que determina a importância da História e da memória na construção das identidades individuais e das identidades coletivas. Em se tratando de uma religião como o candomblé, consolidada por meio da recriação do modo africano de memorização e transmissão oral do conhecimento, o processo de construção e reconstrução das identidades se pauta ainda mais fortemente nas dinâmicas da lembrança e do esquecimento. Entre os sacerdotes e os adeptos do candomblé, o ato de rememorar consiste em um mecanismo que proporciona um importante elo a ser estabelecido com um passado e com uma tradição africana que, constantemente reinventada, como o são também as próprias lembranças, permeia os atos rituais-religiosos e orienta os termos da relação entre o indivíduo e sua divindade pessoal.

É deste modo que muitos ensinamentos religiosos no candomblé são passados adiante pelo sacerdote da maneira como um dia ele aprendeu, em uma constante cadeia de continuidades, mesmo que uma pequena informação se perca daqui e outra se transforme dali. Estes conhecimentos são tradicionalmente passados por meio de narrativas orais, que consistem em um importante elemento estruturador do candomblé. Sendo assim, quando tratamos da oralidade no âmbito desta religião, não estamos tratando de uma fala, pura e simplesmente, mas daquilo que funciona como o alicerce fundamental da existência sagrada (e também profana) de seus adeptos. Falar, ouvir e rememorar consistem em princípios que proporcionam a tessitura dos sentidos que os adeptos fornecem ao mundo a sua volta, o que no caso desta religião se encontra apoiado em um corpo composto por inúmeras narrativas míticas, com base nas quais as ações das divindades orientam as ações humanas.

Entretanto, embora as narrativas que sustentam as práticas litúrgicas do candomblé estejam alicerçadas em bases orais, não podemos afirmar que sejam sempre memoriais, pois muitos sacerdotes usam o método da escrita para registrar em seus manuscritos uma série de preceitos, cantigas e segredos da religião que, passados de geração para geração, se constituem como verdadeiros tesouros, cuidadosamente guardados por seus herdeiros. Deste modo, podemos compreender o candomblé como uma religião revestida por uma áurea de mistério, na qual o respeito pela hierarquia e a paciência na obtenção dos ensinamentos consistem em princípios fundamentais. Isso porque a decisão de se iniciar nessa religião pressupõe que a pessoa aprenda um grande número de cânticos, coreografias, comportamentos, expressões, receitas culinárias, entre outras coisas. Para tanto, os sacerdotes empregam em seus terreiros um método de ensino bastante particular, no qual

Os mais jovens devem aprender ouvindo, observando e imitando os mais velhos, numa rigorosa disciplina baseada na hierarquia iniciática. Descobrem depois que,

em algum lugar, pode existir uma cantiga que se perdeu, uma invocação que foi esquecida, uma fórmula ritual que foi corrompida pelo tempo. E não são poucos os que se convencem de que tudo precisa ser pacientemente recuperado para que se restitua ao axé, a força sagrada dos orixás, seu antigo poder, sua extrema capacidade de mover e mudar o mundo (PRANDI, 2005: 10-11).

Quando o adepto decide passar pelo processo de iniciação, uma primeira porta se abre, dando a ele a oportunidade de descobrir parte do conhecimento religioso, mítico e cultural que pode ser proporcionado no interior dos muros do terreiro. Este processo possui inúmeras etapas. Entre elas, o momento em que o adepto escapa das suas relações mundanas por um determinado período, para permanecer resguardado no terreiro, mais especificamente em um cômodo chamado rundeme. Este espaço, como o útero materno, acalenta o nascimento de um novo ser, a partir daí definitivamente conectado ao seu deus pessoal. Com o passar do tempo e com a tomada das obrigações, o iniciado aos poucos apoderará do “cabedal oral e narrativo, o que lhe confere um status e uma respeitabilidade de quem é dono da palavra e, portanto, do saber iniciático, tornando-se, dessa forma, dono do poder estatuído” (ADOLFO, 2008: 211).

Cinco depoimentos sobre iniciação e trajetória religiosa.

Os motivos que levam as pessoas a optarem pela iniciação no candomblé podem ser muitos e revelam quase sempre suas perspectivas a respeito do mundo e a respeito da própria religião em si. Em nossas entrevistas com adeptos do candomblé goiano, escutamos com muita frequência a diferenciação entre aqueles que decidem se iniciar “pelo amor” e aqueles que decidem se iniciar “pela dor”, em uma reinterpretação do ditado popular que afirma que “quem não aprende pelo amor, aprende pela dor”. Esta compreensão aponta para a noção de que são duas as possibilidades principais que influenciam na iniciação: a necessidade e a escolha. Entre necessidade e escolha, no entanto, circulam inúmeros motivos distintos, quase sempre incompatíveis com uma separação estanque como a proposta pelo discurso dos adeptos. Para pensarmos melhor as questões relacionadas à iniciação e à trajetória, apresentamos abaixo os depoimentos de cinco mulheres do candomblé goiano, a partir dos quais teceremos, em seguida, uns poucos e elementares comentários.

1. Iniciei assim que fui, porque quando eu cheguei, eu logo bolei, né. Porque no jeje a gente bola e logo faz o santo. Então eu bolei e lá mesmo eu já tive que ficar, e assim foi que eu fiz o santo [...] Eu nunca tinha ido e nunca tinha ouvido falar. Eu

pertencia à Igreja Católica e um certo dia eu... Quando eu ganhei o meu filho eu tive problemas de saúde, eu fiz uma cirurgia, sou diabética e minha cirurgia não cicatrizava, tive infecção hospitalar e os médicos me enganaram. Em detrimento disso, o padre chegou pra mim e disse, assim, que... Ele acredita muito, ele é da Igreja Brasileira, e ele acredita no espiritismo, no candomblé. Ele chegou e disse assim: 'o seu lugar não é aqui, se você continuar aqui você vai morrer'. E ninguém quer morrer, né, ainda mais hoje que eu sei, porque também sou de Ayrá, né, e o medo chega assim. Ai eu falei assim: 'não, eu quero realmente viver, eu não vou querer morrer, ainda mais com um filho novo, outro, pequeno'. Ai eu falei: 'não'. E fui embora, 'seja lá o que Deus quiser'. Quando eu cheguei, o pai de santo tava arriando uma comida pra Oxum, ai eu bolei. E aí o santo não foi embora e aí até que minha família entendesse que era o Orixá, que eu não tinha desmaiado, que eu não tinha morrido (Ialorixá Márcia de Ayrá).

2. Olha, a minha trajetória que eu me encontro hoje no candomblé... Eu nasci e criei no kardecismo. Me casei, e sempre no kardecismo, minha família toda. E eles mesmos, os mentores, diziam pra mim o kardecismo, lá no nosso centro, ele dizia pra mim que eu ia assumir uma responsabilidade muito grande dentro de uma seita espírita que ele não sabia qual que era [...] eu ainda ria, as vezes eu falava: 'Ah, mas não é possível! Eu responsável por uma seita que não... uma religião, eu nunca vou dar conta disso'. Ele falou: 'A senhora nasceu para ser uma sacerdotisa', ele ainda falava assim para mim. Mas eu nunca liguei com aquilo, porque toda a vida eu gostei muito, eu tocava saxofone, eu tocava na orquestra, banda de música, então eu gostava muito de carnaval, muito de dançar, eu era... Quer dizer, eu gostava de viver a minha vida, mesmo depois de casada, né? [...] Eu comecei a ter problemas espirituais, que muito poucas pessoas já tiveram, entendeu? Eu fui para psiquiatra, eu mesmo achava que eu tava ficando doida. Quando foi um dia eu recebi, eu comecei a passar mal [...] Ai o psiquiatra foi e falou pra mim: 'Não, o problema da senhora é espiritual'. E eu ainda fiquei brava demais com ele, ainda falei: 'Ah, é por isso que dizem que psiquiatras são loucos, né?'. Ai ele foi e falou: 'Mas a senhora vai encontrar o seu lugar'. Mas com isso eu passei por muitas e muitas coisas difíceis, que a gente for contar vai ficar uma história muito longa, né. De anos, né, de sofrimento. Ai eu recebi, a primeira vez na minha vida um Preto Velho, por nome Pai João da Caridade, entendeu? Ai com isso veio, ele me ensinou, mandou minha mãe fazer umas coisas pra mim [...] E eu passei, assim, a fazer o que ele mandou. Quando é um belo dia, eu fui fazer uma firmeza pra ele, eu virei num caboclo, por nome Pena Branca, entendeu? Ai, disso ai eu resolvi fazer um cômodo pra eu chamar o preto velho e o caboclo pra ver se eu me libertava, e tirava aquelas loucuras, aqueles problemas todo que eu passava por ele e sentia. Fiquei muito tempo bem. Ai com o passar dos anos eles diziam, o preto velho, o meu caboclo

dizia, que eu ia ter que fazer um preparo. Que preparo esse que eu não sabia! Porque eu às vezes eu era até ignorante, entendeu? [...] Aí eles falaram eu ia ficar muito doente e isso tudo aconteceu. Eu não importava, eu não ligava, porque aí aquilo que o preto velho e o caboclo fazia pra mim, já não resolvia mais, eu fui tendo outros tipos de problema, no médico, internada, me deu um problema de coração que não resolvia. Fui procurar uma cartomante, que eu conhecia ela já tinha uns quatro, cinco anos. Quando ela jogou menina, parecia que... Hoje, que eu entendo e conheço mais um pouquinho, eu penso como que o orixá fala de todas as formas que você pensar, às vezes você esta sendo avisado, está sendo mostrado, né. Ela foi e falou: “O seu problema é espiritual”. E outra, ela falou: “Jane, porque você não vai num Candomblé?”. Eu falei: “Que candomblé? Quê que isso?”. Eu não conhecia, né. Aí eu fui, pro candomblé (Ialorixá Jane de Omolu).

3. Um dia eu passei mal, eu não sei te dizer como eu cheguei em casa, alguém me levou, eu não sei quem. Eu cheguei com o carro em casa, a minha mãe me levou para o médico e aí médico disse que era estafa, cansaço, né. Coisas desse tipo. Um dia, uma senhora chamada Dona Estela, que também era, é do mesmo Santo que o meu, de omolu, passou pela porta da minha casa e pediu um copo d'água. A minha mãe trouxe ela pra dentro pra oferecer água, que era uma pessoa até desconhecida na época, deu o copo d'água e ela me viu passando e disse pra a minha mãe que eu estava virada no orixá. Eu fiquei seis meses assim. Eu não sabia meu nome, eu não pegava as coisas sozinhas, não tomava banho, eu tinha dois anos mais ou menos de idade mental, naquela época. Apaguei. Quando me levaram pra a casa de velho João, do Pai João. Quando eu, quando eu cheguei na casa dele, ele me... Eu recebi um orixá, que não é o meu orixá atual... E quando o orixá subiu, eu voltei em mim muito assustada, porque eu nunca tinha visto um atabaque, não conhecia o quê que era o atabaque, não conhecia aquelas roupas, nada sabe? E eu me encontrava com um vestido longo, uma saia longa, no meio de pessoas que eu nunca tinha visto, as únicas pessoas que eu conhecia na época lá era meu pai carnal e minha mãe que me levava. Eu dei uma obrigação, chamada Bori, que se chama, que é... Dá comida a cabeça, e fiquei ótima, nunca mais eu tive nada... Para você ter uma idéia, eu fiquei seis meses sem trabalhar e sem dar notícias no departamento de matemática, onde eu estava. Isso foi no início do ano, quando foi em agosto eu voltei a trabalhar, meu lugar estava como se eu tivesse saído no dia anterior, eu não perdi o meu lugar, depositaram o meu salário todo mensal, normal, não tive problema nenhum. Não perdi o meu cargo, continuei dando aula, entendeu? Foi quando ele disse que eu deveria fazer o santo e que meu orixá cobrava uma casa (Ialorixá Tereza de Omolu).

4. *Olha, no começo eu tinha medo, entendeu? [...] Tanto que a diferença das minhas irmãs pra mim são oito, nove anos, entendeu? Então eu tinha verdadeiro pânico. Então, quando eu entrei pro candomblé foi tudo um vislumbre [...] Eu vim pelo amor, porque tem um ditado que diz assim, quando você não vem pelo amor, vem pela dor, né. Então eu vim pelo amor, porque, você vê, as minhas irmãs têm nove anos de diferença de mim, uma tem nove, a outra tem oito anos de diferença de mim, né. E é assim, eu vi o orixá virar, você entendeu? Conversar com os erês, brincar com eles, receber o abraço carinhoso que o orixá lhe dá, sabe, naquela hora de êxtase do orixá. Então é muito gostoso. Então quando você aprecia uma coisa, quando você gosta de uma coisa, você quer participar daquilo, e eu quis participar da religião e estou aqui hoje (Equede Raquel de Oxalá).*

5. *Eu já entrei nisso porque eu casei com um homem de santo, né, de Xangô. Então, assim, pelo fato de ele estar na religião, eu me senti quase que empurrada. Se você tem uma família toda de uma religião, você acaba optando por aquela, porque ou você entra no meio ou você está fora dele. Então eu ia me sentir muito fora, então por isso eu acabei e entrei. Nem tanto por isso, porque na época eu adoeci, né, eu tive um princípio de diabetes que nunca existiu, né. Comprei remédio, comprei tudo. Depois que eu fiz o santo, não teve mais nenhuma diabetes, né. Então foi por aí que eu comecei. E eu sempre gostei. Eu falo pra todo mundo que eu sou uma das poucas pessoas que eu conheço que entrou pelo amor, eu não entrei pela dor, né, apesar de ter tido esse problema de saúde, mas eu gostava. Então juntou o útil ao agradável, certo? E eu também não aconselho ninguém a entrar, quando a pessoa fala que vai entrar, eu falo: pensa bem, porque não tem retorno. Porque muitas pessoas não procura conhecer a religião, já quer ir entrando, achando que a religião é só o que se vê no salão. E pra mim a religião é o que está fora do salão. Então eles acham bonito, principalmente os jovens, então acaba metendo os pés pelas mãos, fazendo muita besteira. Então sempre eu aconselho, inclusive meus filhos, todos são de candomblé, mas eu deixo fazer maior idade, pra não dizer: mãe, eu entrei porque a senhora mandou, porque a senhora impôs. Não, entrou porque quis, de consciência, entendeu? (Ialorixá Lucinete de Oxum).*

Nos dois primeiros depoimentos nos são revelados processos de iniciação que ocorreram a partir da necessidade de sanar um problema de saúde determinado, a respeito do qual a medicina reconhecida oficialmente não soube proceder da maneira como se esperava, tendo em vista que não proporcionou aquilo que buscavam: a cura. É o que percebemos no primeiro depoimento, de Márcia de Ayrá, que afirma ter sido desenganada pelos médicos, que não souberam solucionar o seu problema de cicatrização influenciado pela diabetes e que a tornou susceptível a uma infecção hospitalar. Entretanto, ao mesmo tempo em que os

depoimentos sugerem um tipo de descrença em relação aos métodos desta modalidade de medicina, também demonstram o teor puramente espiritual do problema em questão, compreendido pelas sacerdotisas como um chamado da divindade para a iniciação religiosa, de modo que a cura apenas ocorreria após o cumprimento dos devidos rituais. Sendo assim, o problema de saúde jamais poderia ser resolvido em uma consulta médica, mas sim em um terreiro de candomblé, como de fato ocorreu em todos os casos relatados anteriormente.

Problemas de saúde também causaram a iniciação de Tereza de Omolu, a sacerdotisa que nos forneceu o terceiro depoimento, embora em seu caso tenha se manifestado enquanto uma debilidade de ordem aparentemente mental, pois ela nos relata que permaneceu durante seis meses sem saber o próprio nome e sem conseguir realizar tarefas simples, como tomar banho ou pegar uma coisa qualquer que precisasse. Ela conclui afirmando que durante os mencionados seis meses em que permaneceu doente ela possuía mais ou menos dois anos de idade mental, e apenas recobrou sua consciência depois que recebeu uma divindade no terreiro em que se iniciou. Desta maneira, o que parecia e poderia ser considerado um caso médico de transtorno psíquico ou da mente, acabou recoberto de outra possibilidade explicativa: em todo aquele tempo, a sacerdotisa estava em transe, obedecendo ao chamado da divindade para a iniciação no candomblé. Sendo assim, do mesmo modo que Márcia de Ayrá conseguiu solucionar seu problema de cicatrização após os rituais iniciáticos, Tereza de Omolu conseguiu recobrar definitivamente sua saúde mental ou psicológica.

Esta recorrente maneira de proceder com a entrada no candomblé, relacionada a problemas de saúde que parecem despertar a pessoa para a necessidade de procurar uma saída espiritual, e que se encontra presente em tantos outros relatos além dos acima transcritos, pode ser explicada com base na mitologia e na cosmogonia do candomblé: Iemanjá, divindade dos mares e dos oceanos, é quem impulsiona o aparecimento de dificuldades que levam a pessoa a buscar o terreiro de candomblé, pois é a senhora do orí, da cabeça. De acordo com um dos mitos recolhidos por Reginaldo Prandi (2000), Iemanjá teria se tornado a senhora de todas as cabeças no dia em que Olodumare, o deus supremo, convocou uma reunião e ela o presenteou com a cabeça de um carneiro que acabara de matar. Quando percebeu que somente Iemanjá tinha lhe levado um presente, Olodumare declarou: “cabeça trazes, cabeça serás”. Desta maneira, quando se tornou a dona do orí, Iemanjá se tornou também a responsável pelo chamado e pela iniciação, momento em que a divindade é implantada na cabeça do iniciante. É o que nos explica a adepta Carina de Iemanjá, iniciada por Tereza de Omolu:

Pra todo mundo que você jogar aqui, Iemanjá vai responder pelo menos uma vez, entendeu? Porque ela é dona da cabeça, então ela quer todo mundo, entendeu? Então ela responde, assim, no sentido de você ter que dá uma obrigação, entendeu? [...] Tem orixá que deixa a pessoa louca, como Iemanjá. [...] Olha, presta atenção, Iemanjá é Iyá orí, ela é a dona do orí, dona das nossas cabeças, é a dona das cabeças. Então o quê que ela faz? [...] Quando eu cheguei aqui pra fazer o meu orixá, eu estava completamente perturbada, de perturbada mesmo, por quê? Porque ataca a cabeça, entendeu? É aonde você fica sem dormir, aonde você anda três dias por aí na rua, não lembra, não sabe onde você está, não sabe o quê que você fez, entendeu? Ou você sai e não sabe voltar pra casa, entendeu? [...] O orixá mexe muito com a cabeça da pessoa, porque o orixá quer... Assim, não é que o orixá é ruim, mas se você nasceu pra ser uma pessoa de candomblé, porque as pessoas nascem pra isso, entendeu? Tem gente que quer ser, vem aqui, acha bonito, 'ah, eu quero fazer santo', mas esses não ficam. Mas tem gente que nasce, se você nasceu pra ser, entendeu? O orixá vai tornar os seus caminhos tortuosos até você chegar na casa de santo onde ele quer ser feito, entendeu? Onde ele quer ter as coisas dele.

Entretanto, nem todos os problemas de saúde demandam a feitura, muito embora seja um modo comum de chamamento das divindades. Sendo assim, para que isso seja determinado, o sacerdote recorre a um dos seus meios de comunicação com o *aiê*³: o jogo de búzios. Por meio de sua leitura e de sua interpretação, o sacerdote conhecerá qual o desejo dos deuses e quais as saídas terapêuticas mais indicadas para o caso do consulente, saídas que podem ser alcançadas somente por intermédio de banhos e de oferendas, sem que isso pressuponha um compromisso maior com as divindades e com a própria comunidade religiosa. E mesmo que se trate de uma demanda para que se proceda com a iniciação, o problema de saúde, dependendo do caso, requer que o tratamento médico e o tratamento espiritual andem lado a lado. Desta maneira, devemos evitar reducionismos, tendo em vista que “uma das concepções mais redutivas dos saberes terapêuticos [...] que se tornou na literatura especializada uma espécie de verdade incontestável, é que não existiriam doenças puramente naturais para os terapeutas africanos” (SILVEIRA, 2006: 243).

Também relacionado ao universo da saúde e da doença, a indicação médica consiste em um outro motivo presente nos depoimentos coletados para que se proceda com a iniciação no candomblé. Escolhemos o exemplo da sacerdotisa Jane de Omolu, que contou ter recebido indicação de um médico psiquiatra para que buscasse soluções espirituais para o seu problema de saúde. Deste modo, se pensarmos em termos discursivos, perceberemos que a medicina

³ Morada das divindades.

oficialmente aceita reconhece a existência da medicina compreendida como alternativa, vista, nesse caso, como solução para determinadas pessoas que, como a sacerdotisa, parece ter problemas espirituais e não problemas de outras ordens. Em determinados casos, portanto, o discurso médico se apóia no discurso religioso, e vice-versa, de modo a delimitar o momento em que se tornam campos isolados de cura e quando se tornam dependentes entre si. Sendo assim, da mesma maneira que o médico psiquiatra, que aponta uma saída religiosa para a sua paciente, o terreiro, em determinados casos, reconhece a importância do tratamento médico. É o que Carina de Iemanjá mais uma vez nos esclarece:

A minha cunhada mesmo esta aí, ela operou tem pouco tempo da vesícula, vai operar agora de novo, entendeu? Tem coisa que a gente não pode fazer, o que a gente pode fazer é pedir ao orixá para que tudo ocorra bem na cirurgia dela, entendeu? Mas não tem nada que a gente possa fazer que ia tirar as pedras da vesícula dela, por exemplo. [...] É a mesma coisa: se uma pessoa tiver com câncer, por exemplo, a gente não vai tirar a pessoa de fazer quimioterapia e trazer a pessoa pra cá e falar que vai ficar boa. É impossível, é impossível! Não que não existam milagres, podem até existir. Eu nunca presenciei um milagre tão grande como a cura de um câncer, entendeu? Mas o quê que a gente pode fazer? A gente pode cuidar da pessoa espiritualmente, a gente pode fazer ebó de saúde pra ela, entendeu? É como se fossem dois tratamentos, um do lado do outro, entendeu? A medicina cuida da parte do organismo e a gente cuida da parte espiritual da pessoa, entendeu? Da estima da pessoa, entendeu? Para que ela melhore.

Existem, ainda, casos de encaminhamento que partem de sacerdotes de outras religiões, como o acontecido com Márcia de Ayrá, que recebeu o conselho do padre da comunidade católica da qual ela participava antes de se iniciar no candomblé. De acordo com o relato da sacerdotisa, este padre acreditava no espiritismo e no candomblé, de modo que ele a alertou: “o seu lugar não é aqui”. Foi o que parece ter contribuído de maneira decisiva para que ela procurasse um terreiro em busca de alívio para os problemas de saúde que vivia. Sendo assim, com base no discurso presente no depoimento transcrito, para cada pessoa e para cada necessidade espiritual existe uma religião verdadeiramente apropriada, do mesmo modo que existe um tipo determinado de tratamento médico para cada tipo de doença. Esta pode ser uma dentre tantas outras explicações para o modo como o candomblé recebe pessoas provenientes não apenas da umbanda, uma religião também considerada afro-brasileira, como também e sobretudo do espiritismo kardecista, do catolicismo, do protestantismo.

Finalmente, um último elemento decisivo para a iniciação no candomblé se relaciona à influência familiar, que consiste em uma característica bastante comum em quaisquer comunidades religiosas, tanto brasileiras quanto de outros países do mundo. No caso relatado pela sacerdotisa Lucinete de Oxum, por exemplo, percebemos como o casamento influenciou bastante em sua decisão religiosa, tendo em vista que o seu marido já era um “homem de santo” antes mesmo de se unirem em matrimônio. Em seguida, no entanto, ela completa demonstrando que problemas de saúde se tornaram decisivamente importantes para a sua permanência no candomblé, embora seu discurso se concentre mesmo na relação família-religião. Ela questiona até onde a opção religiosa deixa de ser uma escolha para se tornar uma imposição da família. É nesse sentido que ela afirma: “eu aconselho, inclusive meus filhos, todos são de candomblé, mas eu deixo fazer maior idade, pra não dizer: ‘mãe, eu entrei porque a senhora mandou, porque a senhora impôs’ Não, entrou porque quis, de consciência”.

Raquel de Oxalá também se tornou candomblecista devido à influência da família, mais precisamente das irmãs, que se iniciaram apesar de os pais serem católicos praticantes e apesar de não estarem de acordo com a escolha das filhas. Ela conta que a princípio tinha muito medo, mas depois se encantou, destacando que se iniciou por um único motivo: quis participar daquela religião que considerou e ainda considera muito bonita. Sendo assim, a sacerdotisa foi a única que não apresentou outros motivos para a sua iniciação, além, claro, da influência das irmãs e do simples encantamento com o candomblé. E não apenas por este motivo ela pode ser apontada como uma exceção: os seus muitos anos de iniciada contrariam o discurso de boa parte dos adeptos, este que se pauta na idéia de que quem se inicia somente por identificação não permanece por muito tempo no candomblé, religião que quase sempre demanda intensa dedicação para com as divindades, disponibilidade de tempo, dinheiro, etc.

Considerações Finais.

Tal como relatamos, em meados da década de sessenta, o candomblé iniciou um lento processo de expansão e de ocupação de outras regiões do país, ao mesmo tempo em que se tornava uma religião “aberta para todos”, independente da cor ou da origem racial. Também demonstramos que no princípio da década de setenta, em consonância com este processo de expansão iniciado anos antes, o candomblé aportou em território goiano, pronto para adquirir, neste novo cenário, outras características, bem como especificidades que o tornasse distinto do candomblé baiano, de onde proveio. Sendo assim, no intuito de compreendermos melhor o cenário goiano, nos propusemos a conhecermos um pouco a respeito dos motivos que levaram

os adeptos do candomblé a se iniciarem nesta religião. Isso porque, tal como mencionamos, o ritual da iniciação consiste em um dos mais importantes, em vista de seu destaque enquanto momento de inserção na comunidade religiosa e de empoderamento da tradição orientadora.

Para tanto, partimos da exposição e da análise de relatos orais, principalmente por se tratar de uma religião fundamentalmente pautada e permeada pelos ensinamentos transmitidos pelo ato de se ouvir e de se falar. Elencamos, deste modo, quatro motivações recorrentes e, portanto, consideradas principais, a saber: a) Problemas de saúde; b) Indicação médica; c) Indicação religiosa; d) Influência da família. Estas motivações, por sua vez, se apresentaram por entre as lembranças de cinco sacerdotisas do candomblé, que discursivamente transitaram entre o amor e a dor, e a relação destes dois sentimentos com a opção religiosa. Percebemos, assim, como uma infinidade de motivos, que passam por preocupações materiais e de saúde, bem como por desejos, sonhos ou até mesmo por pura identificação com o ritmo dos atabaques, podem determinar a iniciação e o encontro de pessoas de distintas origens. E, na observação destes motivos, diferentes visões sobre o mundo e sobre a própria religião são reveladas, ao mesmo tempo em que múltiplas identidades são postas em negociação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADOLFO, Sérgio Paulo. *O mito africano no cotidiano dos afro-brasileiros*. In: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/adolfo.rtf. Acessado em: 20/09/2010
- NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, História e Sujeito: substratos da identidade. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 3, junho de 2000, p. 109-116.
- PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo, Cortez, 2003.
- PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Editora USP, 1991.
- _____. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2006.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- SILVEIRA, Renato da. *O Candomblé da Barroquinha*. Salvador: Maianga, 2006.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AS COTAS RACIAIS EM UNIVERSIDADES GOIANAS

Leandro Farias VAZ¹

leandrofvaz@hotmail.com

Lorena Francisco de SOUZA²

loresouza@usp.br

Vinicius Gomes de AGUIAR³

viniciushand@hotmail.com

Resumo: As ações afirmativas, enquanto políticas públicas, implantada nas universidades públicas brasileiras, objetivam desconstruir de forma simbólica e concreta situações que se reproduzem historicamente e são reiteradas no cotidiano pelas relações sociais, como por exemplo, as discriminações raciais, as desigualdades socioeconômicas e as discriminações de gênero. A universidade pública como um dos espaços capazes de inovar e produzir conhecimentos, deve ser vista como o lugar da desconstrução de valores que reproduzem uma sociedade desigual e naturaliza comportamentos citados acima. Entender estes processos, como elementos do espaço geográfico é fundamental para se compreender como as transformações jurídicas e políticas, influenciam diretamente a dinâmica espacial e neste sentido, capaz de estabelecer ações que visem um ideal de justiça social, igualdade e acessos mais eficazes, como o exemplo das políticas públicas de ações afirmativas implantada nas universidades públicas brasileiras.

Palavras-Chave: Ações afirmativas, cotas raciais, universidade.

Abstract: The affirmative action policies as implemented in the brazilian public universities to deconstruct in a symbolic and concrete ways, this situations that reproduce historically and are reiterated in everyday social relations, for example, the racial discrimination, socioeconomic inequalities and gender prejudices. A public university as the space able to innovate and produce knowledge, should be seen as the place of deconstruction of values that reproduce an unequal society and naturalizes behaviors. Understanding these processes as the elements of the geographic space is fundamental to understand how the legal and policy

¹ Professor da UEG / UnU Minaçu, Mestrando em Geografia IESA/LaGENTE – UFG.

² Professora da UEG/ UnU Minaçu, Doutoranda em Geografia Humana (USP) e Pesquisadora do LaGENTE/IESA – UFG.

³ Professor da Fac. de Tecnologia Senac-GO, Doutorando em Geografia IESA/LaGENTE – UFG.

changes and influence directly the spatial dynamics and in this sense, able to establish actions that aim an ideal of social justice, equality and more efficient access, as the example public policies of the affirmative action established in the public universities of Brazil.

Keywords: Affirmative Actions, ethnic racial quota, university.

Considerações Iniciais: Visualização preliminar do Espaço e da História na Problemática Racial

Este trabalho objetiva discutir as ações afirmativas com recorte espacial implementadas em diversas universidades brasileiras, destacando a realidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UFG Includi), instituições goianas que implementaram o sistema de cotas com recorte racial em 2005 e 2008, respectivamente.

A ciência geográfica conduz a uma análise de dimensão espacial das universidades que utilizam de ações afirmativas como mecanismo de acesso, compreendendo-as através de relações de força e tensões, um território de práticas discursivas, estratégias e relações de poder que movimentam suas espacialidades e a difusão de saberes, neste sentido, a universidade é um *locus* (instituição) capaz de (re) construir verdades que permeiam através de outros valores instituídos e, conduz a comportamentos reprodutores ou resistentes a certas práticas sociais. A posição da universidade tanto pode combater o racismo e outras práticas discriminatórias, utilizando das políticas de ações afirmativas e políticas de cotas étnico-raciais, quanto ser uma instituição resistente as mudanças de suas práticas políticas que as estruturam.

Sendo estas relações difusas, características de uma espacialidade própria, de um domínio particular e, mesmo tais instituições regidas por leis e normativas que respondem a um poder constitutivo de um estado, de uma constituição ou outras normas universalistas, cada universidade em sua autonomia administrativa e nas diferenciadas regiões, têm perspectivas e práticas distintas na implantação das políticas de ações afirmativas. São sensíveis as tensões e necessidades próprias de cada lugar, as reivindicações dos movimentos sociais, (locais regionais ou nacionais), as resistências culturais e políticas e a dispositivos que (re) produzem os mecanismos de acesso, os saberes e as práticas sociais, é tanto instituição construtoras de estratégias combatentes a discriminação étnico-racial ou conservadoras quanto ao acesso de negros/as e indígenas a este espaço. A universidade é assim, um território a ser

conquistado através de movimentos políticos/sociais e outras práticas que visam garantir direitos de acesso a um espaço historicamente segregado e diferenciado.

Se compreendermos a universidade como espaço de ações sociais, práticas discursivas e alvos de políticas públicas que transcendem a dimensão de seu próprio espaço, a mesma ocupa um papel fundamental na implantação das políticas de ações afirmativas no Brasil. Ao associar categorias geográficas a outras categorias, ou outros fenômenos que diretamente, não fazem parte do inventário de conceitos geográficos, é importante se construir um ambiente científico que justifique a sua análise. Em primeiro lugar e no caso deste texto é importante entender o significado do conceito de espaço geográfico e como tal categoria se relaciona com os fenômenos histórico/sociais. No que se refere à universidade pública e as políticas de ações afirmativas, é importante compreender a universidade como um ambiente passível das ações políticas e sociais, o espaço primordial das ações afirmativas no Brasil, portanto, um local no qual as transformações do seu próprio espaço produzem conseqüências a outras dimensões de espaços, justificando uma análise deste acontecimento por um viés da ciência geográfica.

Ao abrir a discussão sobre a necessidade das ações afirmativas dirigidas para as políticas de cotas e, beneficiando a comunidade negra (pretos e pardos), se faz necessário averiguar como é fundamentada a execução de tais Ações. No caso do Brasil e de todos os países que adere a alguma espécie de ação afirmativa o objetivo é o mesmo; ressarcir um determinado grupo social ou grupo étnico que por motivos históricos foram impedidos de exercerem seus direitos como cidadãos plenos. No caso brasileiro este fenômeno é historicamente justificado pelo processo de escravidão e pós-escravidão, não concebendo ao negro nenhuma possibilidade de integração social justa e coerente aos direitos humanos, impossibilitando o acesso do mesmo à educação. Ressalto toda herança deixada pelo colonialismo escravocrata, como os estigmas, os preconceitos, as desigualdades sócio-raciais, o racismo institucional o racismo sutil, gerados (também) pela falsa idéia da democracia racial brasileira sustentado por teóricos como Gilberto freire, em qual defendia a existência de uma harmonia de colonizadores e escravos.

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, [...] a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. (FREYRE, 1980, p. 189)

A contradição da citação de Freyre existe no antagonismo entre confraternizar e escravizar. Se o regime escravocrata se determina pela dominação de um grupo sobre o outro, dominante e dominado, impondo através da arbitrariedade e da opressão seus costumes. É no mínimo deturpado relacionar conceitos como fraternidade e harmonia, ou mesmo, tratar as relações de escravidão como “menos cruel”. Prontamente, esta idéia Corresponde apenas a uma idéia equivocada da historicidade do regime.

Sobretudo, é importante compreender os principais pontos geradores deste processo de discriminação e neste contexto alguns conceitos devem ser analisados e desconstruídos. Entre estes se tem a raça, a racionalização o estigma e o estereotipo, determinantes para a construção de um dispositivo racial. Neste sentido Ianni descreve:

A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. [...] O racista fundamenta em argumentos que parecem consistentes e convincentes a sua “taxionomia” e “hierarquização”, distinguindo, delimitando, segregando ou estranhando o “outro” [...]. (IANNI, 2004, p. 23)

Portanto, raça é um conceito constituído nas tramas das relações sociais, nas práticas discursivas e na produção dos saberes, transmitida de geração a geração através dos costumes, tradições, meios de comunicação, indústria cultural, sistemas de ensino entre outras instituições que (re) constroem verdades e objetivo de hierarquizar, segregar e marginalizar o acesso ao espaço acadêmico, como uma prática do poder acessível a apenas determinados grupos, se utilizando destas estratégias ou dispositivos, no sentido próprio de Foucault (1999) para manter um *status quo*, um domínio e disciplina do corpo. Transfigurando a imagem de ser do outro e neste contexto racializando-o a partir de seus traços étnicos ou características fenotípicas, construindo em si, marcas de controle e inferioridade. Se a etnia corresponde às características biológicas e as identidades culturais, a raça corresponde às estratégias desenvolvidas através de uma elaboração histórica e psicossocial e utiliza das características étnicas de grupos suas marcas, traços fenotípicos, origens e estereótipos que operam em hierarquias de segregação dos grupos étnico-raciais. Como se existisse em algum juízo ontológico por si só, que naturaliza o social, atribuindo critérios que sobrepõem a existência de superioridade ou inferioridade de um ao outro, do padrão (branco europeu) ao diferente (os étnicos).

Os discursos e práticas discursivas que legitimam o racismo e a escravidão e, posteriormente à própria abolição no Brasil, foram utilizados como práticas necessárias a um poder exterior de sensível vontade abolicionista e que correspondiam às transformações e

acontecimentos típicos de tal período, tais vontades, mudanças e exercícios de poder é validado pelas instituições que o exercem, no caso o estado a igreja ou a um modelo econômico ou familiar, ou seja, não correspondiam a conquistas geradas meramente por uma vontade de certos movimentos sociais abolicionistas (não eximindo a importância da existência destes) e sim de estratégias que possibilitaram inserir o Brasil em uma outra perspectiva de mercado e modelo econômico. O próprio comércio de escravos negros africanos, em determinado momento foi respaldado pelo o aval da igreja católica, como a bula *Romanus Pontifex*, documento assinado em 1454 pelo papa Nicolau V, legitimando e legalizando religiosamente a captura dos negros africanos, como prática comercial exclusiva de Portugal. De fato a igreja católica, como instituição, não só legitimou o processo de escravidão como um negócio lucrativo, como também inferiorizou a um arquétipo socialmente naturalizado, toda a cultura e construção das identidades dos negros africanos.

É ressaltado, por exemplo, a bula *Romanus Pontifex*, assinada em 1454 pelo papa Nicolau V, atribuindo a Portugal exclusividade nos “negócios da África”, incluindo a captura de negros para serem escravizados nos reinos, justificando a captura dos negros africanos como a salvação de suas almas através do batismo, Chiavenato (1980), posteriormente em 1456 e 1481 os papas Calixto III e Sixto IV assinam duas bulas importantes para os negócios escravistas.

Calixto III e Sixto IV afirmam e reafirmam que o ouro e os escravos são os principais produtos da costa da África. E somente Portugal está autorizado a realizar esse negócio, enquanto a Igreja não estender sua permissão a outros. (CHIAVENATO. 1980, p.47).

Neste aspecto o direito meramente objetivo e pragmático não conseguiria por si só solução para esta realidade histórica, o contexto a ser analisado é, portanto, formado de conceitos qualitativos providos de estudos subjetivos e objetivos (reflexivos e ações práticas, alcançando toda a sociedade). Logo as ações afirmativas dirigidas às políticas de cotas devem usar das qualidades oriundas de consciências subjetivas para alcançar o mundo objetivo através das políticas e leis. Torna-se nítido perceber que o tratamento igual para indivíduos desiguais geraria ainda mais desigualdades, portanto a igualdade deve criada compensando estas deformidades, logo, é necessário criar condições iguais de competição e oportunidades.

Devido a estas, é mito acreditar em níveis de oportunidades igualitárias, tão satirizado é conceber neste critério de igualdade uma comparação entre negros e brancos, após todo o processo de exclusão gerado pelo racismo colonial brasileiro. Assim, para existir condições iguais de competição entre as partes desiguais, devem-se criar mecanismos

equivalentes a estas variáveis, prontamente, percebemos que o analisado não é apenas o “procedimento em si”, mas todos os processos e acontecimentos que geraram a exclusão.

Espaço e Universidade Através de uma Leitura Geográfica

Ao contrário do que se passa no imaginário coletivo, a ciência geográfica não possui o objetivo de descrever elementos espaciais, suas categorias não possuem o simples papel de delimitar elementos e descrevê-los em funções pragmáticas com a natureza. Para Claval: “a finalidade do saber geográfico não é o de elaborar um inventário do que se pode observar na superfície da terra. É sim o de explorar os processos que existem para mostrar como eles modelam o espaço [...]” (2008, p.18). O espaço que devemos perceber é o da construção mútua e das contradições, enquanto construção da ação humana, ele é social, cultural, histórico e dialético, representa tramas e discursos, solidariedades e exercício de poder, é neste sentido, o *locus* das relações humanas e de suas totalidades, símbolos e materialidades.

O espaço deve ser pensado como uma dimensão da subjetividade e da diversidade, através das multiplicidades e identidades, é também uma possibilidade de ações políticas, no entanto, é necessário o cuidado em analisar como se constroem estas ideias, sendo o espaço esse *locus* carregado de tais subjetividades, identidades e multiplicidades. É nessa ótica que Massey (2008) propõe pensar em uma política da espacialidade que venha a desconstruir um modelo de espacialidade hegemônico, determinada pelas relações de poder que envolvem a construção das identidades, ocupar o espaço é também uma relação de poder e remete a entidades/identidades.

O espaço, como o lugar da multiplicidade, das entidades/identidades, é que possibilita construir uma imagem do futuro, para a autora o espaço é aberto assim como o futuro deve ser. Somente a partir desta idéia será possível construir uma política que desconstrua certas reproduções sociais. “Um espaço, então que não é nem um recipiente para identidades sempre já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (MASSEY. 2008, p.32).

As ações afirmativas enquanto políticas transformadoras dos espaços, aplicadas nas universidades públicas compondo espaços públicos, surgem como uma alternativa que possibilita modificar, ou pelo menos, tentar provocar mudanças de ações e discursos que reproduzem certos comportamentos hegemônicos (representado pelo “macho branco europeu”

na crítica de Massey, 2008) da sociedade e que contribuem para uso, utilidade e acesso do espaço.

O acesso ao espaço não se faz através de uma solidariedade da igualdade, não obstante, há uma série de termos utilizados para um entendimento de espaço e conseqüentemente, de uso e apropriação do mesmo, que também necessitam de debates e esclarecimentos. Igualdade, mérito, acessibilidade, leis, ações, diversidade, identidade, raça e etnia, termos que compreendem muito além de palavras ou variações lingüísticas, remetem a conceitos carregados de significados e constantemente utilizados para legitimar ou não as políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, neste caso, o campo territorial destes conflitos.

Os espaços públicos assim como outras categorias espaciais como o território, a paisagem, o lugar, possuem em seu conceito um corpo teórico, embora não tenha tantos trabalhos em geografia quantos de outros temas, este conceito também necessita de exploração filosófica. É também, um termo de significados, representando conceitos que se constroem a partir da história, das transformações políticas, dos valores, pluralidades, diferenças e exercício de poder, para Serpa, “o espaço público é considerado o espaço da ação política ou da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (2008, p. 405).

Em outra perspectiva de análise, o espaço público também é o espaço do poder do estado, regido por suas leis e normas, é conseqüência do regime e da forma e de governo adotado pelo estado. Nesta ordem, não pode ser considerado somente o espaço da coletividade ou da diversidade, a ação política que o molda é composta por um ordenamento jurídico pré-determinado, este espaço público é gerido por normas, leis, princípios fundamentais e direitos que buscam em sua função, garantir a sociedade o seu uso e acesso.

O espaço público é um espaço geográfico, mas nem sempre um espaço geográfico é um espaço público, não necessariamente o espaço público nos leva a uma prática e exercício da coletividade, neste prisma, o espaço público, assim como as universidades públicas, são lócus de práticas do poder do estado, um território compreendido por relações de força. Além do conceito de ação, Serpa (2008) associa o espaço público também à noção de acessibilidade, ter acesso a certos espaços não depende apenas de um fator físico ou material, a apropriação dos espaços públicos também se faz por fatores simbólicos e comportamentos que constroem a coletividade, o espaço público concomitante ao possibilitar o acesso, também o nega. Ao mesmo tempo em que um viaduto representa velocidade e fluidez, garantindo a uma parcela da sociedade o ingresso a certos lugares como o conforto seus lares, também é

em sua contradição, a residência de moradores de ruas e sem tetos, assim como, as ruas as praças e os prédios públicos. Conforme o autor:

Uma abordagem assim passa necessariamente pela discussão da noção de cidadania e ação política e, para falar em um conceito evidentemente geográfico, pela análise de acessibilidade. Esta última está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, lagos, shoppings e prédios públicos. (SERPA, 2008, p.407)

O autor não associa diretamente o espaço público às universidades públicas brasileiras, esta relação se faz através de uma abstração teórica, no entanto, é evidente que o acesso a estas universidades ou a este espaço, está relacionado a noção de desigualdade socioeconômica, cidadania e ação política citado pelo autor. Se observamos as universidades públicas brasileiras e, principalmente, nos cursos mais concorridos, o que veremos é uma paisagem que nega seu acesso a certos grupos étnico-raciais e sociais, dentre estes, (justificado também por uma história de segregação étnico-racial e social) negros, indígenas e pobres.

Esta inacessibilidade ou negação é de propriedade histórica, mas também é um elemento espacial, se o racismo e outros elementos, são fenômenos que devem ser analisados a partir de certas peculiares espaciais, denota que sua configuração é distinta de um espaço a outro. Esta afirmação se sustenta quanto verdade se analisarmos a construção e desenvolvimento dos fenômenos raciais em certos países, mesmo se reduzimos apenas a um processo de atos segregacionistas e a relação de dominação de uma etnia a outra, o modelo de racismo construído nos Estados Unidos se diferem do modelo Brasileiro, Sul Africano e Indiano. Não significa que o espaço foi o único elemento determinante na construção destes fenômenos, no entanto, não se pode negligenciar a forma como este espaço foi utilizado por estas culturas, apropriado, construído e reproduzido, representado e como elemento de resistência a estes movimentos.

Os dispositivos do poder, a repressão ou mesmo o discurso enunciado e construído ao longo da história, importante por caracterizar como elemento de influência, que possibilita construir um modelo de conduta e comportamento social, são influentes em definir o acesso ou uso de certos espaços por determinados grupos, tem-se na sociedade variados tipos de comportamentos que reproduzem o discurso da desigualdade; a discriminação de gênero, as segregações por classes socioeconômicas e por fim, o próprio racismo. Tais comportamentos

não remetem apenas ao “não gostar”, nas relações sociais e na vida cotidiana, no “banal”, tais fenômenos acarretam em barreiras, obstáculos, inacessibilidade, justificados por critérios construídos histórico e socialmente.

Para ressaltar, se o espaço público é o espaço da ação, se retornamos a Massey (2008) também é espaço das possibilidades e da ação política, este último, como pressuposto de mudanças e ruptura de valores hegemônicos e segregacionistas. O acesso a certos espaços é restrito. A universidade pública brasileira, por exemplo, é um modelo de segregação concreta e simbólica do espaço, não existe, portanto uma seletividade que agregue determinados grupos sociais e étnico-raciais. O acesso a certos espaços se concretiza pela (re) produção da desigualdade social e de um discurso ilusório do mérito, reflexo de uma sociedade considerada meritocrática e por tal sentido, reduz a grande maioria uma idéia falsa de igualdade, ignorando fatores sociais, culturais, históricos e espaciais que levam as desigualdades sócio/raciais.

A própria constituição brasileira assegura como princípio fundamental (art. 5), portanto inviolável, a igualdade de todos perante a lei, no entanto tal conceito segue a uma idéia positivista de um espaço neutro, onde todos, teoricamente poderiam utilizar de suas virtudes individuais e prosperarem conforme suas capacidades. Gomes (2003) ao citar Dray (1999), questiona a concepção de igualdade jurídica, desenvolvida no Estado, para o autor:

A concepção de uma igualdade puramente formal, assente no princípio geral da igualdade perante a lei, começou a ser questionada, quando se constatou que a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. (DRAY, 1999, apud GOMES, 2003, p.19)

No que se refere às políticas públicas em ações afirmativas, temos que descrever o que o são e caracterizar e em que espaços elas atuam, no caso deste texto, o espaço inserido de tais ações é a universidade pública, por tanto, seria neste caso espaços públicos (não reduzindo as ações afirmativas apenas a espaços públicos e/ou as universidades e sim delineando como objetos de estudo) a referência da ação de tais leis.

No Brasil, uma boa parte dos estudos sobre ação afirmativa se preocupa com determinados fatores, analisando pontos característicos do tema, como o modelo de ação afirmativa estadunidense, análises do contexto histórico brasileiro na construção de uma sociedade racializada, o debate constitucional sobre legalidade e legitimidade relacionando a princípios do direito constitucional e uma análise dos modelos das ações afirmativas

utilizadas no Brasil, relatando as experiências de algumas universidades brasileiras na implantação destas políticas públicas.

As políticas de ações afirmativas, apesar de recentes em sua execução no Brasil, não são novidades no cenário mundial. A Índia torna-se independente em 1947 e três anos após sua emancipação já estabelece através de leis, políticas públicas que garante reserva de vagas de 15%, dos cidadãos membros das castas intocáveis (*Scheduled castes* e *Scheduled tribes*) em vários setores do serviço público, Estadual e Federal; nos conselhos de aldeia e nas salas das universidades.

Em sua constituição republicana, a Índia institucionalizou, a partir de 1950, ou seja, cerca de três anos após sua independência, um sistema de cotas em que são reservados cargos na legislatura federal, nas legislaturas estaduais, nos conselhos de aldeia, no serviço público e nas salas das universidades, em benefício dos cidadãos membros das castas intocáveis, na proporção de 15%. (MUNANGA, 2007, p.09)

No cenário brasileiro, as ações afirmativas começam a ser discutidas em uma perspectiva acadêmica e governamental a partir de 1996, em um evento internacional organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da secretaria dos direito da Cidadania do Ministério da Justiça, conforme descreve Guimarães (1999) no qual o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, ao reconhecer o Brasil como um país racista, admitiu a necessidade de se buscar através de ações do estado o combate as práticas discriminatórias.

Somente em 2001, a primeira universidade pública brasileira, adota em seu vestibular o sistema de cotas, para ingresso de alunos negros. No dia 09 de novembro o Governador Anthony Garotinho sanciona a lei nº 3.708, que garante reserva mínima de 40% das universidades estaduais do estado do Rio de Janeiro a estudantes negros (pretos e pardos). Atualmente, existem no Brasil 93 instituições de ensino superior público que adotam algum tipo de ação afirmativa como critério de acesso a cursos de graduação, dividido entre sistema de cotas étnico-raciais, escola pública, indígenas, quilombola, deficientes físicos, bonificações de pontuação para determinados grupos sociais, em alguns casos, sistemas mesclados entre gênero e cotas.

A política de ação afirmativa busca reparar efeitos pretéritos, não dimensiona apenas as cotas numéricas, bonificações de notas, ou mesmo se classifica como políticas micro-reformistas, a ação afirmativa busca inserção, ruptura de valores, desconstrução e eliminação de estimas e das práticas discriminatórias, segundo Joaquim B. Gomes:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p.27)

Entender as ações afirmativas como uma proposta que busca romper com uma estrutura social, cultural e econômica, respaldada por um sistema de poder que legitima e naturaliza comportamentos como o racismo, é possibilitar a implantação de mecanismos de combate, aos mais diversos tipos de discriminação, seja através das leis, dos movimentos sociais ou pelas lutas das sociedades civis organizadas. Apropriar de valores que busquem contemplar com um ideal justo de igualdade jurídica, no qual não nega a diversidade e as diferenças, que construam conceitos e a práxis de uma cidadania que não se assegure meramente como um potencial de consumo, capaz de perceber os fatos históricos e sociais que geram as desigualdades, é condição vital para se construir um ideal de sociedade que produza em variados sentidos (ciência, política, saberes), uma utopia do real, possível e concreta, consonante com as necessidades sociais dos espaços.

As Cotas Raciais no Brasil, na UEG e UFG

As ações afirmativas, seja social ou étnico/racial, têm como objetivo remediar danos historicamente causados a determinadas classes ou grupos étnico-raciais. Surgem nos estados unidos em 1935, no bojo da legislação trabalhista (*The 1935 National Labor Relations Act*) (LEANDRO, 2010). Conforme o autor, estas medidas políticas possuíam um caráter reparatório e preventivo, buscando evitar quaisquer tipos de situação de repressão ou discriminação racial contra membro ou líderes de sindicato. Munanga (2007) ressalta que já em 1950, a Índia, três anos após sua independência, garante através de lei a reserva de vagas de 15%, para cidadãos membros das castas intocáveis.

No cenário brasileiro, as ações afirmativas começam a ser discutidas em uma perspectiva acadêmica e governamental a partir de 1996, em um evento internacional organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da secretaria dos direito da Cidadania do Ministério da Justiça, conforme descreve Guimarães (1999) no qual o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, ao reconhecer o Brasil como um país racista, admitiu a

necessidade de se buscar através de ações do estado o combate as práticas discriminatórias. Ratts (2010) observa que:

Um dos primeiros grupos a tratar das cotas raciais no Brasil foi o comitê Pró-Cotas para Negros na Universidade de São Paulo que teve atuação entre 1995 e 1996, formado por estudantes negros e distintos cursos de distintos cursos de graduação e pós-graduação. No âmbito governamental o Ministério da Justiça promoveu em Brasília, em 1996, o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados democráticos contemporâneos. (RATTS. 2010, p.132)

Em Goiás, a primeira universidade a implantar políticas de ações afirmativas com sistema de cotas para negros é a Universidade Estadual de Goiás (UEG), implantada a partir de lei estadual nº 14.832, de 12 de julho de 2004, conseqüentemente, executada no processo seletivo da UEG para o ano de 2005, destinando 23% das vagas para candidatos cotistas. Em 2006, este número saltou para 35% das vagas. Em 2007, até os dias atuais, a UEG determina que 20% das vagas preenchidas deverão ser destinadas aos alunos negros, 20% destinado aos alunos oriundos de escolas públicas e 5% reservado aos indígenas e deficientes físicos, totalizando 45% das vagas de seus cursos aos concorrentes cotistas.

No programa de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFGInclui), implantado em 2008 (iniciado no vestibular de 2009), adota em seu modelo de ação afirmativa, cotas para estudantes de escolas públicas, negros provenientes do ensino público, reservando 20% de vagas para cotas, (10% para negros provenientes da escola publica e 10% para estudantes da escola pública) e uma vaga adicional em cada para indígenas e remanescentes de quilombos.

Ambas as ações de cada universidade se apresentam como campos complexos de relações políticas e de saberes. Nenhuma das duas contemplam um percentual equivalente ou semelhante ao percentual da população negra do estado de Goiás, que já ultrapassa os 50% conforme o IBGE (2008), também é distinto tais ações, em relação ao contingente de alunos da rede pública, que é a grande maioria no estado de Goiás. A Universidade Estadual de Goiás e a Universidade Federal de Goiás, apresentando respectivamente 20% de cotas para negros e estudantes da rede pública e 10% para negros oriundos da rede pública e estudantes da rede pública é uma iniciativa importante, mas tímida em relação a demanda demográfica e a história de segregação e desigualdade produzidas e reiteradas no sistema educacional brasileiro.

Considerações Finais – Para não Concluir

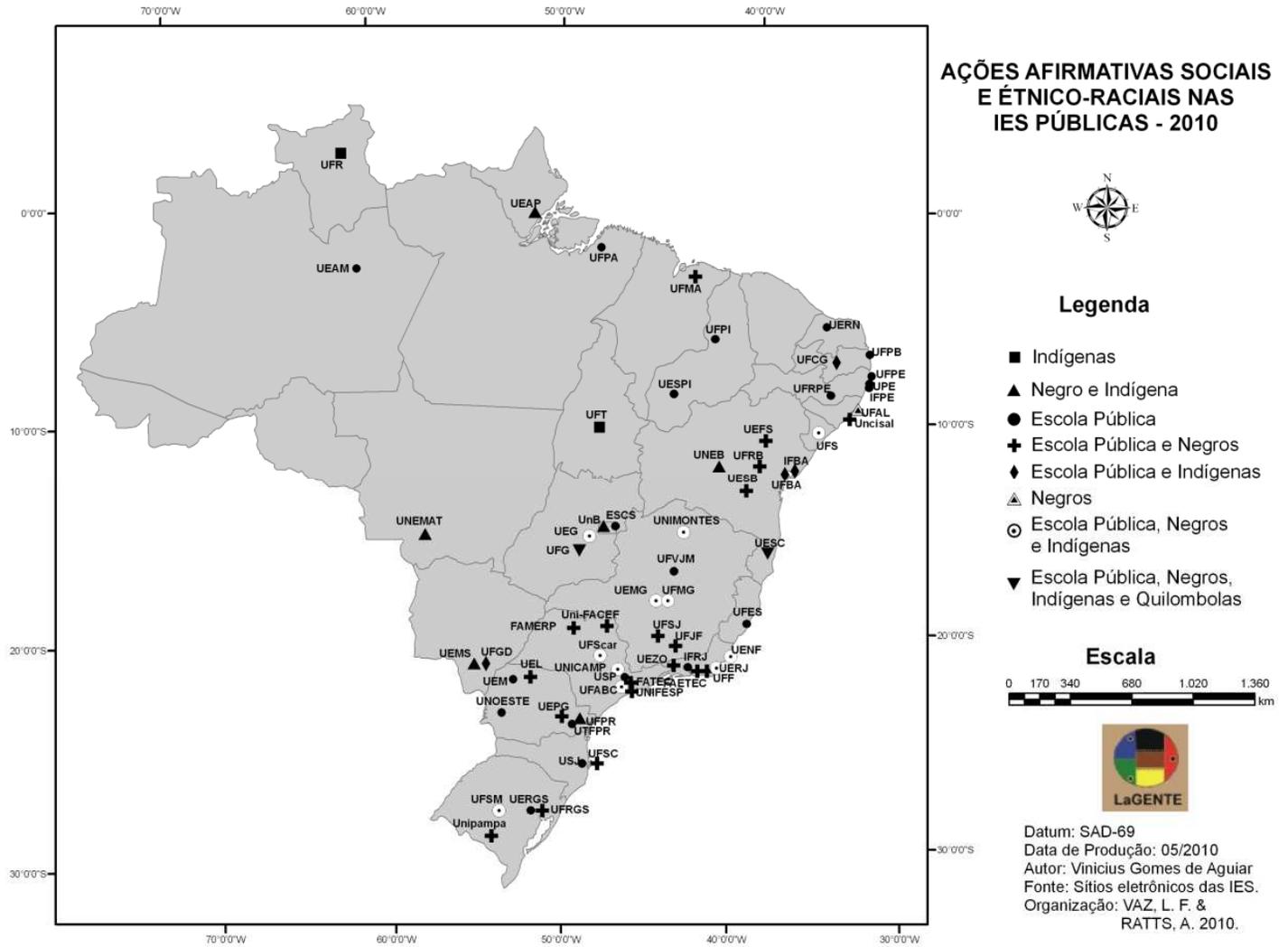
Este estudo mapeou a distribuição das ações afirmativas nas diversas universidades públicas brasileiras (foram catalogadas 87 Instituições de Ensino superior que adotam um sistema de ações afirmativas, lembrando que, existem 93 universidades públicas com ações afirmativas no Brasil), neste texto as abordagens serão em uma perspectiva geral. As grandes concentrações de universidades com algum tipo de ações afirmativas se localizam na região sudeste, sul e nordeste do país, cada qual com características próprias, resultado do direito de Autarquia destas entidades, ou resultados de leis estaduais, que propõe limites na autonomia político administrativa de cada instituição, neste sentido, o próprio espaço universitário corresponde como um território, campo de forças de poder e exercício de dispositivos estratégicos relacionados a articulações políticas de movimentos sociais organizados (Figura 1).

No estado do Paraná, região sul, existe uma grande concentração de universidades que possuem licenciatura indígena, resultado de decreto lei que determina a existência desta modalidade de política pública nas universidades estaduais do estado. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a única, dentre todas as universidades brasileiras, que se aproxima do percentual demográfico populacional da população negra no estado e o disponível de vagas para negros em seu sistema de cotas (10% de vagas em referência a um contingente de 12% de percentual demográfico de população negra no estado).

No sudeste, algumas universidades do estado de São Paulo se caracterizam por possuírem ações afirmativas sem cotas, com implantação de sistema de bonificação em seu processo seletivo. Em Minas Gerais e Rio de Janeiro, as universidades, que adotam ações afirmativas em seu processo seletivo, em maioria, utilizam sistemas de cotas étnico- raciais como parte deste processo.

No nordeste, estados como Alagoas, Bahia, Maranhão e Sergipe, suas universidades que adotam ações afirmativas, utilizam sistemas de cotas étnico-raciais e sociais. Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem apenas cotas sociais como modalidade de ingresso.

Figura 1. Ações Afirmativas Sociais e Étnico-Raciais nas IES Públicas – 2010.



No norte todos os estados que possuem alguma modalidade de ações afirmativas, apresentam sistemas de cotas étnico-raciais e sociais: Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins, (estes dois últimos estados na modalidade de cotas para indígenas). Acre e Rondônia não possuem ações afirmativas em suas universidades públicas.

No centro Oeste e Distrito Federal, todas as universidades que adotam ações afirmativas em seu processo seletivo, utilizam de cotas étnico-raciais e sociais, nesta região a UNB foi à primeira universidade a adotar ações afirmativas em seu vestibular. Seguindo da Universidade Estadual de Goiás, com uma proposta de interiorização do ensino superior no estado, constituído de mais de 42 unidades distribuídas em várias cidades do estado, a UEG, conforme o Ranking de matrículas (2009) de todos os institutos de ensino superior no Brasil é a 40º em número de matrículas, compreendendo um número de 20.937 matrículas. A instituição disponibiliza em sua política de ações afirmativas e sistema de cotas, 20% de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino, 20% de vagas para negros (pretos e pardos) e 5% de vagas para deficientes físicos.

A Universidade Federal de Goiás, 62ª no ranking de matrículas (2009) de todos os Institutos de Ensino superior no Brasil, com 16.234 matrículas, possui campus em Goiânia, Jataí e Catalão, através do programa UFGINCLUI, sistema de ações de ação afirmativa da universidade, compreende medidas de acesso e permanência, destina 10% de vagas para alunos negros que estudaram o ensino fundamental e médio integralmente na escola pública e para alunos oriundos que cursaram o ensino fundamental e médio na escola pública sem distinção de cor, raça/etnia, a instituição ainda disponibiliza uma vaga adicional em cada curso (caso tenha demanda) para indígenas e quilombolas, além do programa de licenciatura intercultural indígena, este último, compreendendo em políticas de inclusão social da instituição, mas não pertencente ao programa UFGINCLUI, no entanto, em análise própria, não deixa de ser uma ação afirmativa.

A ausência ou a falta de interesse de certos temas pela geografia é também um caráter histórico, uma herança que desfavoreceu certas análises e abordagens geográficas. A grande gama de temas trabalhos atualmente junto à variedade dos mesmos, talvez possa ser considerada uma resposta a uma geografia que já foi vista como tecnocrata e pragmática, como ressaltou Foucault (1993) em *Microfísica do Poder*, uma ciência de síntese que utilizava de outras ciências e métodos suas afirmações. Neste sentido associo também às análises que são interdisciplinares, (como a feita neste artigo) com outras ciências e tentam buscar novas vertentes e objetos de estudos, como uma resposta a este espaço e ciência geográfica,

deslocada anteriormente não apenas pela categoria tempo (considerada por muito tempo fecundo e rico), mas também pelas próprias abordagens no campo do saber geográfico.

É um equívoco negar a multiplicidade da ciência, assim como também é um equívoco negar a aproximação da geografia com outros campos do conhecimento. Tal fenômeno não a enfraquece, pelo contrário, possibilita a apreensão de novos saberes, o cuidado que se deve tomar, faz referência a como devemos construir esta inter-relação, respeitando o estatuto científico de cada ciência. Novos conhecimentos não nascem apenas (ou somente) por ideologias ou necessidade do capital ou necessidade de época é notória a complexidade do mundo contemporâneo e inegável a genialidade humana, o aparecimento de novas ciências ou propostas é justificável em resposta a estas complexidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAVAL, Paul. Geografia e Dimensão Espacial: A importância dos Processos na Superfície da Terra. In: ALMEIDA, Maria Geralda de et al (orgs). **Geografia e Cultura: A vida dos Lugares e os Lugares da Vida**. Goiânia. Ed. Vieira. P.17-47. 2008.

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. São Paulo. Ed. brasiliense. 1980.

CORRÊA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. In. PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner e PUGA, Vera Lucia (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília. Unesco. 2006. P.246-254.

FERRAS JUNIOR, Tercio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito – Reflexões sobre o Poder, a liberdade, a justiça e o Direito**. São Paulo. Ed. Atlas. 2º Ed. 2003

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: I - A vontade de Saber**. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio. 20ª Ed.1980. P.189-281

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate Constitucional Sobre as Ações Afirmativas. In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson (orgs). **Ações Afirmativas: Políticas Públicas Contra as Desigualdades Raciais**. Ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo. Ed. 34. 1999. P.19-68; 149-193.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000

IANNI, Octavio. Dialética das Relações Raciais. In: **Estudos Avançados 18 (50)**. p.21-30, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100003&script=sci_arttext. Acesso em maio, 2011.

LEANDRO, Artur. Et al. Ações Afirmativas na UFPA: Algumas Considerações. In: **Ação Afirmativa e desigualdade na Universidade Brasileira**. Coleção Grandes Temas. Rio de Janeiro. 2010

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2008.

PACHECO, Jairo Queiroz et. al. **O negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/temp/sites/000/2/publicacoes/onegronaunivers.pdf>. Acesso em abril. 2011.

SERPA, Angelo. Espaço Público: *Lócus* da pluralidade humana?. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira et al (orgs). **O Brasil, A América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina. 2008.

_____. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo. Ed. Contexto. 2009.

SILVA, Catia Antonia da. Espaço geográfico *versus* espaço público: limites da cidadania. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira et al (orgs). **O Brasil, A América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina. P.29-63. 2008.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Geografia Relações Étnico-Raciais e Educação: A dimensão Espacial das Políticas de Ação Afirmativas no Ensino. In: **Terra Livre – Crise, Práxis e Autonomia Espaços de Resistência e de Esperanças**. AGB. n.34. 2010.

VILAS BOAS, Crisoston Tertio. **Para ler Michel Foucault**. Ed. Universitária da Ufop. 1993.

O LADO NEGRO DA HISTÓRIA: AFRO-BRASILEIROS NA ARTE ACADÊMICA DO SÉCULO XIX”

Nelson Fernando Inocencio da SILVA¹

omorode@unb.br

Resumo: Este artigo analisa a presença negra na arte acadêmica brasileira priorizando o último quarto do século XIX. Apesar dos silêncios e omissões por parte da elite nacional os artistas afro-brasileiros fizeram sua própria história em uma época que a sociedade escravocrata reduzia com esmero a pessoa negra aos estereótipos raciais. A despeito de todas as agruras, tensões e limites, que certamente favoreceram o falecimento precoce de vários dos artistas aqui mencionados, o legado desse segmento tem uma marca que não pode ser subestimada. Estudar este episódio na arte nacional colabora para um entendimento mais denso acerca das hegemonias e contra-hegemonias construídas neste país.

Palavras-chaves: arte acadêmica, artistas negros, século XIX

Abstract: This article analyses the black participation in the field of academic brazilian art and emphasizes the last part of 19th Century. Despite the silences and omissions practiced by the national elite, the afro-brazilian artists built their own history during a period that the slavery society imprisoned the black person inside the racial stereotypes. Although there were a lot of difficulties, tensions and limits that surely brought forward the death of some of the artists mentioned here, their legacy has a brand that cannot be forgotten. To study this period in the national art is a way that help us towards best understandings in which concerns the hegemonies and counter hegemonies that were born in this country.

Keywords: academic art, black artists, 19th century.

¹ Professor Assistente do Departamento de Artes Visuais vinculado ao Instituto de Artes da Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Comunicação e doutorando em Artes pela UnB.

Artista! Pode lá isso ser se tu és d'África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuada de matas bravias, arrastada sangrando no lodo das Civilizações despóticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da Angústia!
Cruz e Souza , *O Emparedado*

Introdução

O presente estudo resulta de um interesse alimentado tanto pela importância quanto pela escassez de investigações acerca da presença negra na arte brasileira do século XIX. Apesar da existência de publicações imprescindíveis tais como *Pintores negros dos oitocentos* de autoria de José Roberto Teixeira Leite, *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*, obra organizada por Emanuel Araújo e que conta com artigo de Luiz Marques intitulado “O Século XIX, o advento da Academia de Belas Artes e o novo estatuto do artista negro”, além de outros autores, ainda há muito por ser feito. As abordagens corajosas, porém, esparsas mostram que os esforços para suprir nossa carência nesse campo demandam, a bem da verdade, de ações heróicas e prioritariamente individuais de pesquisadores cujas motivações se assemelham as minhas. Raras as oportunidades em que contamos com um apoio institucional mais efetivo e contínuo na perspectiva de ao menos reduzir o dano no que concerne a uma história da arte brasileira fora do *mainstream*.

Estudar na contemporaneidade a instituição do estilo neo-clássico ou a dimensão do barroco no Brasil, com o intuito de explicar, em parte, nossas identidades artísticas, requer uma observação necessária, sem a qual poderíamos incorrer nos mesmos erros do passado e que permitiram a existência de lacunas inadmissíveis no que concerne a aspectos da alteridade negra na arte brasileira. É fato que o discurso da história da arte no Brasil esteve até boa parte do século XX contaminado pelo discurso de uma historiografia oficial que construiu uma visão elitista e burguesa da sociedade brasileira e, portanto, eclipsando episódios e personagens que de algum modo pusessem em risco o pensamento hegemônico. Tanto que somente no final do século passado tivemos a oportunidade de observar o alcance de uma revisão histórica responsável, capaz de resgatar heróis populares e valorizar eventos protagonizados por segmentos excluídos. Ação cujo efeito serviu de mola propulsora para que o Estado instaurasse mudanças institucionais positivas em termos de concepção do material didático na educação básica. Considerando as influências nefastas de uma historiografia conservadora sobre a história da arte brasileira, podemos compreender porque razão os

estudiosos do campo deram pouca ênfase a determinados aspectos e peculiaridades da nossa trajetória artística, entre as quais é possível elucidar a presença incomoda dos afro-brasileiros. Senão vejamos, dois dos maiores ícones do barroco nacional são, sem sombra de dúvida, Antonio Francisco Lisboa, o Mestre Aleijadinho e Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim. Os trabalhos acerca da vida e obra de ambos os mestres mencionados raramente se debruçam sobre o processo de ascensão destes, em se tratando de artistas afro-brasileiros no Brasil escravocrata, salvo alguns textos mais conseqüentes. Parece não haver grande desafio no sentido de entender uma situação paradoxal. Como tais pessoas, pertencentes a segmentos sociais historicamente oprimidos, se tornaram mestres de uma arte vinculada ao período colonial cujo esteio nada mais é do que a ideologia e o sistema político responsáveis por tal opressão?

Contudo, nosso propósito não é o de discutir a presença negra no período barroco, trabalho suficiente para a elaboração de algumas teses de doutorado. O objetivo é o de tratar dessa presença no século XIX, tentando enfrentar mais um desafio que é o de compreender um outro paradoxo. Tendo sido a Academia Imperial de Belas Artes um projeto voltado para os ideais aristocratas, necessitamos interpretar o percurso de alguns artistas que não apenas fizeram parte do corpo discente da academia como também se tornaram referências na arte brasileira. Ademais, interessa-nos entender quais as influências mais nítidas que esses artistas sofreram, no que tange às idéias estéticas européias. Conforme Rodrigo Naves, “Jean Baptiste Debret foi o primeiro pintor estrangeiro (diga-se europeu) a se dar conta do que havia de postiço e enganoso em simplesmente aplicar um sistema formal preestabelecido – o neo-clássico, por exemplo – à representação da arte brasileira” (Naves, 1996, p.44).

Analisando a pesquisa voltada para o campo das artes visuais neste país vamos encontrar publicações de intelectuais que se dedicaram e vêm se dedicando a estudar as contribuições do século XIX. Destacamos textos clássicos como o de Mário Barata em seu artigo “Século XIX. Transição e início do Século XX” in *História Geral da Arte no Brasil*, publicação densa constituída de dois tomos sob organização de Walter Zanini, Rodrigo Naves em *A forma difícil*, entre outros. Além destes existem produções mais recente a exemplo do último livro de Sonia Gomes Pereira intitulado *Arte brasileira no século XIX*. A propósito, a referida pesquisadora pertence ao corpo docente da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coincidentemente é uma instituição herdeira da antiga Escola Imperial de Belas Artes fundada pela Missão Francesa. Como estes há alguns pesquisadores que a partir de suas inquietações e ambições acadêmicas acabam por gerar novos olhares sobre um determinado e importante período de nossa historia da arte.

Todavia, é sintomático que a literatura específica voltada para o campo das artes tenha deixado de atribuir a devida atenção para aspectos de nossa cultura que não podem ser olvidados ou tratados como assessorios. Talvez a eficácia do discurso da mestiçagem, almejando o branqueamento da sociedade brasileira desde a segunda metade do século XIX e posteriormente reforçado pelo mito da democracia racial, construído no século XX, tenha nos anestesiado de tal forma a ponto de repercutir de modo contundente na produção intelectual e artística do país. Uma hipótese difícil de ser refutada, uma vez que sua força reside exatamente no fato estarrecedor que é, quando não o silêncio, a ausência, a lacuna, a precariedade de leituras mais generosas e verdadeiramente democráticas que nos permita um conhecimento denso de nossa história da arte. Justo ela, um fenômeno constituído por vários flancos possíveis e imagináveis.

É mister compreender o nosso processo. Para tanto necessitamos pensar, debater e avançar em direção a uma história da arte que não subestime as contribuições estéticas daqueles cujas origens nos fazem refletir sobre nossa diversidade cultural e racial. Estas ações não teriam como referência uma visão encantada, mas um olhar essencialmente crítico acerca dos avanços e limites estabelecidos pelas circunstâncias sociais, culturais e históricas nas quais nossa produção intelectual e artística se insere.

Algumas questões sobre a presença negra na Escola de Nacional de Belas Artes

Esta breve abordagem se apóia prioritariamente em dois textos supracitados: *Pintores negros dos oitocentos*, livro de Jose Roberto Teixeira Leite e “O século XIX, o advento da Academia de Belas Artes e o novo estatuto do artista negro” in *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*, sob organização de Emanuel Araújo.

O foco do trabalho está direcionado para o último quarto de século por ser notadamente o momento em que a presença negra se torna mais explícita no ambiente da Academia. Além do que, conforme consta na introdução de *Pintores negros dos oitocentos*:

“(…) ainda que se limitasse à pintura dos Oitocentos, o autor teve de reduzir seu estudo a uma dúzia de nomes apenas, optando no amplíssimo espectro que tinha ante de si, por aqueles que são, em seu entender, os mais característicos. A atuação desses pintores cobre praticamente todo o Séc.XIX e adentra o Séc. XX, tendo seus limites de um lado em Miguelzinho Dutra (...) e de outro em Artur Timóteo da Costa, falecido em 1922, poucos meses, somente, após a realização em São Paulo da Semana de Arte Moderna.” (Araújo, 1988, p.13)

A escolha, portanto, se caracteriza como uma estratégia acadêmica buscando a partir de um determinado recorte adentrar ao máximo nas questões suscitadas, jamais podendo ser confundida com as históricas omissões fomentadas principalmente por razões ideológicas, a despeito de todo legado estético existente. No texto há também uma referência aos comentários emitidos por viajantes no Séc. XIX, os quais aludiam aos artistas afro-brasileiros, considerados “obreiros de todas as artes”.

Se o regime colonial não soube valorizar os saberes acumulados nesta seara pelos povos colonizados, os herdeiros destes felizmente agiram de outra forma. Paulatinamente foram se adaptando as linguagens estéticas hegemônicas sem abdicar do conhecimento legado pelos antepassados, como as maneiras de lidar com determinados materiais expressivos. A produção escultórica e a ourivesaria dos séculos XVIII e XIX são muito provavelmente os exemplos mais emblemáticos que corroboram tal afirmação.

Retomando a discussão sobre a Academia propriamente dita, notamos, de acordo com Leite, que o ingresso e a permanência de alunos afro-brasileiros não se deram de modo tranquilo, sem tensões. O autor comenta que vários desses artistas levaram uma vida miserável, não raro abreviada pelo suicídio, pela morte precoce, até pela loucura.

O convívio com os outros colegas pertencentes a famílias abastadas, o desenvolvimento da produção artística demonstrando gradual crescimento, e até realização de trabalhos inquestionáveis tanto do ponto de vista da técnica quanto do conteúdo, tudo isso não foi suficiente para que os artistas mencionados gozassem do devido prestígio e credibilidade. Leite narra um episódio ocorrido com Estevão Silva, segundo o autor, um dos mais sofisticados artistas afro-brasileiros a fazer parte do corpo discente da Academia. De acordo com relatos da época, o fato a seguir ficou marcado na história da instituição. Durante a entrega dos prêmios aos alunos que mais se destacaram na exposição anual de 1879, o artista protestou contra os critérios de avaliação uma vez que naquele ano as opiniões de acadêmicos, e inclusive de alguns colegas como Vitor Meireles, sobre sua produção eram quase unânimes. Diante do Imperador Dom Pedro II o então aluno Estevão Silva, que obteve uma premiação bem aquém da esperada, recusou a deferência, gesto que acabou lhe custando um processo disciplinar instaurado pela própria escola. Aliás, há registros curiosos mostrando que a Academia punia com rigor os “alunos delinquentes”, aplicando-lhes sanções que compreendiam desde suspensões até reclusões, podendo o insubordinado ficar detido por até 40 dias dentro das dependências da escola. No intuito de amenizar a tensão existente naquele momento a Congregação reunida para emitir parecer sobre o caso alegou que ao ouvir as explicações do réu convenceu-se de seu *acanhamento de inteligência*. Assim, sustentando o

argumento de uma suposta limitação intelectual do réu, os membros da Congregação acreditaram ter agido corretamente, pois a prioridade era livrar Estevão de uma pena por demais severa.

Este fato parece ilustrar bem as condições de produção desses artistas que ao longo de suas carreiras foram abrindo trincheiras em busca do reconhecimento. Dos artistas afro-brasileiros que freqüentaram a Academia de Belas Artes, não se têm notícias de agraciados com a viagem ao exterior oferecida anualmente pela instituição, exceto Artur Timóteo da Costa, contrariando as estatísticas. Daqueles poucos que de algum modo tiveram a oportunidade de estudar na Europa, como Firmino Monteiro, o fizeram com outros recursos que não os da Academia. O percurso de Estevão Silva se assemelha ao de seus colegas como, Antônio Raphael Pinto Bandeira, João Timóteo da Costa, além dos já citados Antônio Firmino Monteiro e Artur Timóteo da Costa, entre outros coetâneos.

Acerca da produção artística e sua dimensão estética

Roberto Conduru em seu recente livro intitulado *Arte afro-brasileira* tece alguns importantes comentários sobre este período da arte nacional. Interessado na trajetória desse conjunto de artistas o autor procura tocar em questões nebulosas como, por exemplo, a identidade negra dos artistas afro-brasileiros, uma vez que na maioria das obras não se detecta qualquer busca mais efetiva nesse sentido. Sobre este aspecto Conduru argumenta:

(...) Embora haja muito ainda para saber do trabalho de artistas negros que se formaram na Academia Imperial e depois na Escola Nacional de Belas Artes, a auto-imagem não parece ser a questão central nem, mesmo muito relevante em suas obras, que parecem ocupadas em exibir o domínio das ditas belas artes para atender os anseios de uma clientela ocupada em mimetizar o gosto europeu(...).
(Conduru, 2007, p 50-51)

Esta observação é importante, pois ao mesmo tempo em que alega não haver uma procura nítida pela afirmação da identidade explica as razões que inviabilizariam tal decisão naquele momento histórico. Estamos falando de um Brasil escravocrata, ainda que decadente, em que a identidade negra jamais poderia ser vista de maneira positiva. Pelo contrário, no imaginário nacional a presença negra era percebida como mácula. O quadro *A redenção de Cã* de Modesto Brocos y Gomes pintado poucos anos após a abolição da escravatura ilustra bem as noções existentes acerca das pessoas com aparências mais africanas. A referida obra alude a uma

relação familiar onde a mestiçagem se constitui em caminho para o branqueamento gradual, situação que representaria um alívio para os ascendentes de pele mais escura, posto que seus descendentes estariam livres de todos os pecados aos quais o fenótipo negro remete.



As circunstâncias em que os artistas negros do século XIX se encontravam eram, portanto, absurdamente limitadoras, o que também não quer dizer que episodicamente vários dos artistas mencionados não tentassem aqui e ali expressar um pouco de suas idéias acerca de si mesmos ou do seguimento ao qual pertenciam. Os auto-retratos e alguns trabalhos como *Estudo de cabeça* e *Cabeça de negro* de Artur Timóteo, *Feiticeira* e *Cabeça de homem* de Pinto Bandeira, *Crianças negras* de Emmanoel Zamor, nos impedem de afirmar peremptoriamente que esses artistas não tinham preocupações em relação à auto-imagem. Não obstante, devemos considerar que o rigor canônico da Academia, propagadora do ideário neo-clássico, atuou inegavelmente como inibidor de qualquer ousadia estética. Além de tudo, os artistas em questão sabiam que por razões de sobrevivência teriam que, lembrando Conduru, ao produzirem artisticamente, atender aos caprichos de uma elite europeizada. Se tais fatores não explicam ao menos colaboram no sentido de entendermos a conduta geral assumida pelos artistas afro-brasileiros vinculados à Academia no que concerne às aproximações com seu grupo de origem. De toda sorte, seria algo impensável acreditar na alienação absoluta desses indivíduos na medida em que todos eles eram, muito freqüentemente, identificados com a população escravizada.

No afã de demonstrarem o domínio de conhecimento acerca das regras e normas estipuladas pela Academia alguns artistas afro-brasileiros se dedicaram exaustivamente ao labor artístico, ávidos que estavam por provarem sua capacidade. O trabalho de Estevão Silva, de inspiração naturalista, segue este curso. Pinto Bandeira por seu turno tenderá mais para estudos da figura humana e o interessante em seu trajeto é que o artista não se restringe a pintar

personagens da aristocracia. No conjunto de sua obra há registro de pessoas comuns, de ascendência indígena, negros, brancos, fidalgos, camponeses, marginalizados. Talvez, por esta razão, seu trabalho possua um conteúdo social importante a ser investigado, bem como todo o legado desta geração de artistas que em função da sua condição de alteridade foi enxergada por lentes fora de foco



Bandeira se tornou também um atuante professor lecionando no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, se envolvendo sempre em ações que visassem o acesso ao conhecimento artístico. Para quem nasceu em uma família escrava seu processo foi tão fabuloso quanto meteórico. Aos 33 anos sentindo-se desprestigiado diante das dificuldades, sobretudo, institucionais, impostas à realização de seus projetos, Bandeira sucumbe aos infortúnios e se suicida.

Em relação às paisagens que ele deixou registradas especialistas argumentam possuir, como alega Leite, “uma harmonia tonal e uma singeleza evocativas de um Camille Corot”. De modo semelhante a Estevão da Silva, Pinto Bandeira tinha afinidades com o Grupo Grimm, cuja proposta inovadora da época era, segundo Emanuel Araújo, “o estudo da natureza através da observação direta e não mais entre quatro paredes de uma instituição”.

Um outro nome importante entre os demais é o de Artur Timóteo da Costa que, na opinião de Teixeira Leite, possui uma obra que, sob muitos aspectos, representa um elo de ligação entre a arte brasileira do Século XIX e um novo tipo de sensibilidade que se manifestaria com maior clareza a partir da Semana de Arte Moderna em 1922. Timóteo esteve na França lá estudando por alguns anos. Chegou a se inserir no circuito dos *salons* de Paris, evento tão comentado por Charles Baudelaire, que demonstrou ser não apenas um poeta sofisticado, mas também um crítico arrojado, cujas idéias muito contribuíram para os entendimentos posteriores sobre o classicismo, o romantismo e o impressionismo.

Notas-se na trajetória artística de da Costa o começo de uma pintura abstrata de tamanho vigor que certamente influenciaria seus sucessores no limiar do Século XX. Sua ousadia estética fomenta o interesse por uma compreensão mais densa acerca da contribuição legada por ele e seus colegas que compartilharam a mesma história

Considerações finais

A guisa de conclusão, gostaria de comentar sobre as motivações que me levaram a escrever este singelo trabalho. Não se trata aqui de uma abordagem que simplesmente reivindica um tratamento devido aos artistas afro-brasileiros do Século XIX. O que se quer, principalmente, é chamar a atenção para o que essas pessoas produziram. As angústias, as frustrações, os infortúnios, nada poderia anuviar uma contribuição tão significativa quanto aquela deixada por estes desbravadores.

Assim como Roberto Conduru, creio que, somente o fato de não pertencerem à cultura hegemônica e assumirem o desafio de lidar com seus rígidos códigos estéticos enquanto o outro, já se constitui em uma maneira de expressar a diferença. Aludimos a artistas criativos cuja dimensão estética das obras é inegável. Isso sem falar em Manoel Querino, que apesar de ter sido artista plástico acabou por se dedicar à formulação teórica e ao estudo da história da arte, assinando obras literárias no campo das artes visuais que colaboram para a compreensão do significado, como diria Emanuel Araújo, da mão afro-brasileira.

Os textos que serviram de referência para a elaboração desse trabalho possuem uma significância devido a vários fatores. Provavelmente o mais relevante deles seja o de colocar sob suspeita as noções gerais acerca da participação dos negros na cultura nacional. A idéia de que tal participação se restringiria a peculiaridades folclóricas, impregnadas de exotismo, de algum modo começa a ser ameaçada por novos olhares sobre um legado que além de vasto é complexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica/ Emanuel Araújo
(org.). – São Paulo: Tenenge, 1988.

BARBOSA, Ana Mãe, *Arte-educação no Brasil*. Col. Debates, - São Paulo: Editora

Perspectiva, 1995.

CONDURU, Roberto, Arte afro-brasileira. Projeto pedagógico: Lucia Gouvêa Pimentel e Alexandrino Ducarmo, - Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

LEITE, José Roberto Teixeira, *Pintores negros dos oitocentos*; editor Emanuel Araújo. – São Paulo: MWM Motores Diesel Ltda. : Industria Freios KNORR Ltda., 1988.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, *A travessia da grande calunga: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

NAVES, Rodrigo, *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*, -São Paulo: Editora Ática, 1996.

Para nunca esquecer: negras memórias/ memórias de negros. Curadoria: Emanuel Araújo/
Texto: Francisco Weffort, - Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002.

AS VIRTUDES IMPERIAIS NO PANEGÍRICO LATINO DE 310 D.C.

Ana Paula FRANCHI
anapfranchi@yahoo.com.br¹

Resumo: O presente artigo tem como proposta discutir a presença das virtudes imperiais e suas funções no panegírico latino em homenagem ao imperador Constantino pronunciado no ano de 310 d.C. intitulado “Panegírico de Constantino”. Para este fim, entende-se a importância de resgatar o contexto de ascensão e legitimação deste imperador, relacionando-o ao desenvolvimento das práticas discursivas e a utilização frequente das virtudes que caracterizariam os cidadãos romanos.

Palavras-chave: Império Romano, Virtudes imperiais, Panegíricos Latinos.

Abstract: This article proposes discuss the presence of the imperial virtues and their roles in Latin panegyric in honor of Emperor Constantine pronounced in the year 310 AD entitled "Panegyric of Constantine". For this purpose, understands the importance of rescuing the context of the ascent and legitimacy of this emperor, relating to the development of discursive practices and the frequent use of the virtues that characterize Roman citizens.

Keywords: Roman Empire, imperial virtues, Latin panegyrics.

O contexto de aclamação do Imperador Constantino ao poder é configurado por uma reestruturação da política imperial nos séculos III e IV d.C.², o que levou estudiosos deste período a problematizar esta questão juntamente com a denominação que lhe seria atribuída. Para iniciar este artigo, faz-se necessária uma breve discussão historiográfica a este respeito.

Tendo em vista que a historiografia tradicional costuma dividir os momentos históricos baseando-se na longa duração (Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea), é possível observar a fragilidade desta periodização diante, principalmente, da necessidade de se trabalhar os períodos de mediação que caracterizam a transição de uma idade à outra, caso do recorte deste trabalho.

¹ Doutoranda em História – Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES.

² Todas as datas contidas neste artigo se remetem ao período posterior ao nascimento de Cristo, salvo quando destacado o contrário.

Para alguns historiadores, como Hilário Franco Júnior, esta divisão e denominação seria um produto histórico ou historiográfico (espécie de rótulo atribuído pelos historiadores) que procuraria responder a necessidade de determinada época em relação a um passado específico, sendo então os períodos da história divididos e nomeados a partir de um balanceamento feito entre a cronologia e os processos em curso (ANDRADE FILHO, 2005, p. 233-234).

Neste contexto, várias denominações surgiram para explicar o período de transição da Antiguidade para a Idade Média, como por exemplo, “Fim do mundo clássico”, “Antiguidade Tardia”, “Alta Idade Média” ou até mesmo “Primeira Idade Média”. Estas correntes historiográficas consideram, de modo geral, que o período do século III ao século VIII tem especificidades que os diferenciam da Antiguidade Clássica e também do Medievo Feudal, mas concebem a existência de continuidades em aspectos específicos que ligariam estes dois momentos históricos.

Estas denominações são utilizadas então, a partir da delimitação temática e cronológica feita pelos pesquisadores, e podemos elencar alguns exemplos, como Henri-Iréné Marrou que defende o conceito de Antiguidade Tardia (século III ao século VI), Peter Brown que aborda o período que vai do século III ao século VIII como Fim do Mundo Clássico, e também medievalistas, como Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Andrade, que defendem a ideia de Primeira Idade Média (a qual englobaria o início do século IV até meados do século VIII).

O objetivo destas considerações é enfatizar a importância do recorte a ser trabalhado neste artigo, uma vez que ele se insere nesta questão da fixação dos limites entre a Antiguidade e a Idade Média. Até aproximadamente o início do século XX, este período era retratado como “decadência”, não só das estruturas imperiais clássicas, como também da cultura e economia, acarretando em uma visão depreciativa do mesmo.

Contudo, após a década de 1970 um novo conceito, “Antiguidade Tardia”, passou a ser difundido principalmente a partir das obras de Henri-Iréné Marrou, que intencionava associar ao período uma conotação positiva em oposição à corrente historiográfica dominante. Em sua obra “Decadência Romana ou Antiguidade Tardia”, Marrou defende a importância deste momento de mediação entre a Idade Antiga e a Idade Média, que se caracterizaria não somente como uma última fase de um desenvolvimento contínuo, mas sim como “[...] uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através de cânones de épocas anteriores” (MARROU, 1979, p. 15).

Desta forma, Marrou propunha uma reavaliação do período, identificando-o não como uma dissolução definitiva do sistema estrutural do Império Romano, mas sim como “[...] um tempo de transição rico em mudanças e muito distante de um conceito de simples decadência” (OLIVEIRA, 1990, p. 6).

Em contrapartida, deve-se ressaltar nesta altura, que a própria denominação “Tardia” configura-se, mesmo que implicitamente, em uma descaracterização deste período em relação à Antiguidade Clássica. Com novos problemas a serem enfrentados referentes à manutenção de sua unidade (integração das províncias, instabilidade poder imperial, pressões nas fronteiras, entre outros) tornou-se imprescindível uma reconfiguração política e ideológica das estruturas do Império.

Dentre alguns dos fatores que asseguravam a integração e unidade do mundo romano, pode-se destacar as alianças ocorridas entre a aristocracia senatorial (poder central) e as elites regionais. Mas, a partir do século II, a *ciuitas* (que simbolizava a participação destas elites locais no mundo romano) começa a ter sua importância paulatinamente reduzida em termos políticos e institucionais (FRIGHETTO, 2006, p. 226). Com a falência destas instituições tradicionais era preciso reorganizar as estruturas de poder, que cada vez mais se distanciava da tradição republicana clássica.

Renan Frighetto (2006, p. 161-173), mesmo identificando estas rupturas dos séculos III ao VIII, afirma a permanência de ideias e virtudes relacionadas ao Imperador, e demonstra sob esta perspectiva, a possibilidade de adotar o conceito de “Antiguidade Tardia” ao analisar aspectos vinculados ao binômio política e poder.

Tendo em vista as considerações acima expostas, percebe-se que o momento de ascensão do imperador Constantino (306) é configurado enquanto um momento de transição, onde uma nova realidade política, econômica e social se estabelece, contudo, não de uma maneira inexplicável e de algo insólito: foi decorrente de uma adaptação da estrutura imperial clássica às pressões e influências externas e internas, como uma alternativa para estagnar as tensões que o império sofria.

Estas adaptações não se restringiam aos âmbitos da administração e economia. Ao mudarem as práticas, surgia a necessidade de se adaptarem as teorias que fundamentavam as mesmas. Logo, centralizando cada vez mais o poder nas mãos do imperador, e objetivando o fim das usurpações que caracterizaram o século III (“Anarquia Militar”), a preocupação em adaptar as teorias de poder à esta nova realidade ganha evidência, e é neste contexto que a produção panegirística se destaca.

Os panegíricos são discursos laudatórios, utilizados inicialmente como um complemento à assembleias solenes, sendo fundamentados pela retórica e a oratória, o que no contexto do século III e IV destaca-se pela exaltação da imagem dos imperadores. Com isso, o número destes discursos aumentou de forma substancial, e mais, passaram a ser considerados quase que obrigatórios após algum acontecimento importante ou atitude “gloriosa” do imperador, sendo sua proclamação realizada em comemorações oficiais do Império, como a celebração dos aniversários de ascensão ao poder imperial, casamentos, etc.

Sob esta configuração, os panegíricos são vistos pelos detentores do poder imperial como um importante meio de comunicação oficial, que auxiliariam na promoção dos imperadores e política imperial, e conseqüentemente, na manutenção da unidade. Neste sentido, eles não podem ser considerados simples discursos elogiosos, uma vez que por meio de sua análise, é possível compreender as reconfigurações do poder imperial no século IV (OLIVEIRA, 2005, p. 121).

Tendo em vista que a base de seu conteúdo é a legitimação de determinados imperadores, uma preocupação dos panegiristas é exaltar as qualidades destes personagens. Dentre os diversos argumentos, procura-se destacar neste artigo a utilização das virtudes, muito comuns na vida cotidiana dos romanos na antiguidade e presentes nestes discursos.

Com a ascensão de Constantino ao poder imperial por meio das tropas em 306, e posteriormente, sua consolidação como soberano único em 324 após derrotar sucessivamente seus opositores, uma série de discursos panegirísticos em sua homenagem foram pronunciados entre os anos de 307 e 321, mas não podemos deixar de mencionar aqui o panegírico de 336, de autoria de Eusébio de Cesaréia, que embora tenha características diferentes em relação aos demais discursos, também se enquadra no gênero panegirístico³.

Conforme anunciado no título deste artigo, a análise das virtudes presentes nos panegíricos terá como foco o discurso do ano de 310 “Panegírico de Constantino”, de autoria anônima, proclamado em ocasião da celebração do aniversário da cidade de Tréveris (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 1213).

Contudo, cabe ressaltar que este panegírico fez-se necessário não só para celebrar o aniversário desta cidade imperial que se destacava, mas principalmente pelo rompimento da aliança entre Constantino e Maximiano (e a conseqüente derrota e morte deste último). Por

³ Miguel Arcanjo Marvilha de Oliveira faz uma análise relevante sobre este panegírico em *O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de ciências humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2005.

este motivo o panegirista demonstra uma forte preocupação em legitimar o imperador Constantino pelas suas vitórias, linhagem familiar e qualidades pessoais.

Dentre os significados atribuídos a palavra “virtude” ao longo da história, pode-se destacar que em geral, sua definição transita em torno de qualidades positivas em conformidade com algo que seria “correto” e “desejável”. A virtude, entendida como uma qualificação moral particular, caracterizar-se-ia pela busca de um equilíbrio e a sua prática conduziria a uma excelência ou perfeição.

Ponderando a existência de um “ideal de virtude” (qualificações positivas, aplicadas à conduta humana), cada indivíduo possuiria virtudes próprias, condizente com sua natureza e papel social, o que levaria muitos dos intelectuais⁴ da antiguidade a utilizá-las na fundamentação de teorias que possibilitassem racionalizar, e até mesmo conduzir a vida do homem público, criando modelos de conduta que configurariam o arquétipo de “homem ideal”.

Entende-se sob este viés, as virtudes não como uma qualidade específica de caráter, mas como um modo de atuação, segundo Henri-Irénée Marrou (1975, p. 357) “[...] o que se chama tão naturalmente a virtude ‘romana’ não é senão a moral da cidade antiga [...]”. Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p.331-332) também parte do enquadramento das virtudes no conjunto de ideias morais e política dos romanos, onde os padrões de comportamento poderiam ser estabelecidos a partir da adesão ou rejeição destes valores.

Percebe-se então, que esta formação do homem público, bem como a configuração de suas práticas seria estabelecida nas produções dos intelectuais e teóricos do poder sob a forma da associação de determinados personagens à qualificações positivas que comporiam o conjunto das virtudes, sendo que a justificação destas atribuições se pautariam pela fama e honra dos mesmos.

O conjunto das virtudes englobaria as mais variadas qualificações, e é importante ressaltar que o foco a determinadas virtudes e até mesmo a definição de algumas delas sofreram transformações no decorrer da história, a partir das mudanças das conjunturas políticas e necessidades dos grupos que estão imersos na disputa do poder (RODRIGUEZ GUERVÁS, 1991, p. 77-78).

Como um exemplo, tem-se a própria *virtus*. Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 405-415) procura abordar que existem registros sobre a *virtus* dos mais diversos, desde um

⁴ Hidalgo de la Vega (1995) utiliza a expressão “intelectuais” para denominar o setor minoritário de homens de origem social elevada que frequentavam escolas de retórica e filosofia, e que possuíam qualidades indispensáveis para a comunicação, sendo considerados como mediadores entre a produção cultural e a sociedade, mas também como propagadores de projetos programáticos do Estado.

significado de *valentia*, bem como sua associação com os nobres, e por fim, uma série de máximas de comportamentos que dariam *virtus* ao homem (alcançar a fama e a honra pelos próprios feitos). Mas foi principalmente após Augusto (63 a.C. – 14) que a *virtus* se configurou enquanto uma qualidade outorgada pelos deuses aos imperadores (RODRIGUEZ GUERVÁS, 1991, p. 78).

A definição das virtudes aqui apresentadas tem como foco o recorte cronológico que este artigo está inserido (séculos III e IV), onde percebe-se a intensa utilização das “virtudes imperiais” como parte do processo de legitimação do soberano. Sua associação à qualidades sobrenaturais auxiliaria na consolidação de sua imagem acima dos demais homens, estabelecendo-o como o limite entre o humano e divino, de forma que se tornava uma fator a mais na construção de uma teologia política em torno da realeza (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 109-110).

Desta forma, pode-se perceber que as virtudes imperiais contrapunham o imperador virtuoso à figura dos usurpadores, que carregariam diversos vícios em suas práticas. Esta contraposição era de extrema importância para a legitimação do imperador Constantino, uma vez que sua aclamação pelas tropas rompe com a política tetrárquica de transmissão do poder, o que conduziu a um novo contexto de usurpações do poder imperial e poderia caracterizar este personagem enquanto ilegítimo para ocupar esta posição, ou seja, também um usurpador.

A apresentação do bom imperador amparada pelo conjunto das virtudes imperiais passa a ser amplamente utilizada como um meio eficiente de propaganda da política imperial, objetivando a construção e consolidação de uma unidade neste contexto de reconfiguração da estrutura de poder do século IV em direção a uma centralização mais efetiva do poder nas mãos dos imperadores.

Por todo o texto do discurso panegirístico pronunciado no ano de 310, “Panegírico de Constantino”, nota-se a ampla utilização destas virtudes pelo orador, que nas referências que faz à Constantino, procura exaltar sua imagem por meio das mesmas. Estas perpassariam os campos da moral, do civil e do sagrado, que juntas formariam um todo ideológico que cumpriria a função de justificar a realidade sócio-política do momento e reforçar a legitimidade do imperador homenageado.

Neste sentido, o orador aborda logo nos primeiros momentos de seu discurso, que toda a trajetória de Constantino até sua chegada ao poder somente foi vitoriosa devido às virtudes que este imperador possuía. Percebemos que a *virtus* adquire então um caráter genérico ao longo do discurso, mas que esta qualidade o remeteria a inúmeras outras, e simbolizava seu

poder não só pelo direito legal, mas também por sua relação com o divino, ou seja, a virtude que ele havia recebido dos deuses:

*Sem dúvida terei que recorrer a esta habitual justificação de todos os crimes, geralmente admitida inclusive pelos sábios, de que não existe nenhum culpado se não é por culpa do destino e de que os crimes dos mortais são atos da fortuna, enquanto que, pelo contrário, as virtudes são um presente dos deuses. Dá graças, Constantino, ao teu carácter natural, porque, filho de Constâncio, o Piedoso, e moldado pela vontade dos astros, é de tal natureza que não podia ser cruel.*⁵

Usurpabo nimirum illa communia omnium facinorum patrocina, quae tamen plerumque etiam a sapientibus adseruntur, neminem hominem peccare nisi fato et ipsa seclera mortalium actus esse fortunae, contra autem deorum munera esse uirtutes. Gratulare, Constantine, naturae AC moribus tuis quod te talem Constantius Pius genuerit, talem siderum decreta formarint ut crudelis esse non possis. (AN. PANEG. 310 [XIV, 3-4]).

Desta forma, percebe-se a preocupação por parte do orador em reforçar o carácter sagrado que conduzia a política imperial para uma reestruturação do poder próximo a uma forma monárquica. As declarações que abordariam a questão da divindade de Constantino apresentam-se tanto como um apoio concedido pelos deuses, como a alusão a qualidades sobre-humanas deste personagem, utilizadas em diversos momentos para justificar sua atuação política.

Assim, pois, para abreviar, mesmo que levante meus olhares para todos os outros com respeito que lhes é devido, príncipes sempre invictos, cuja majestade não conhece entre os outros mais que a concórdia e a união, é contudo, tão somente a tua divindade, Constantino, a que vou dedicar este breve discurso.[...] Certamente, Constantino, a mesma natureza se submeteu a tua divindade quando, na profundidade daqueles abismos e redemoinho, lançou os fundamentos de pilares tão robustos que hão de ter uma segurança estável e inquebrável.

⁵ Todas as traduções para o português foram realizadas pela autora.

Itaque primum illud compendium faciam, quod, cum omnes uos, inuictissimi principes, quorum concursus est et socias maiestas, debita ueneratione suspicium, hunc tamen quantumcumque tuo modo, Constantine, numini dicabo sermonem.[...] Seruit profecto, Constantine, ipsa rerum natura numini tuo, cum in illa gurgitim altitudine tantarum molium fundamenta iaciuntur fidam et stabilem firmitatem habitura. (AN. PANEG. 310 [I, 4 - XIII, 3]).

Como esta obra foi proclamada após o rompimento da aliança entre Constantino e Maximiano no ano de 310, o orador não poderia deixar de fazer referência a este fato, assunto que foi relatado nos capítulos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Ao discorrer sobre este levante, ainda utilizando a ligação de Constantino com o divino, o panegirista destaca os laços de fidelidade que existiam entre este imperador e suas tropas (relação esta que havia sido o principal elemento da aclamação de Constantino como imperador como já vimos).

Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 332-338) destaca que a virtude conhecida como *fides* estava no centro da ordem política, social e jurídica de Roma, aparecendo desde a literatura republicana com o significado de garantia, configurando-se como um juramento que comprometeria ambas as partes na observância de um pacto “bem firme”.

Mesmo que no discurso panegirístico utilizado como fonte para este artigo a *fides* não seja referenciada nominalmente, a relação entre imperador e tropas exposta acima demonstra a utilização pelo orador desta virtude como parte de sua argumentação em prol da legitimação da imagem de Constantino.

Assim, vendo sua maneira de caminhar, os soldados te admiram, te querem, te seguem com os olhares, fixam tua imagem em sua alma e creem obedecer a um deus cujo equilíbrio é tão belo como é certa tua divindade. [...]. O amor que eles professavam a tua divindade inflamava sua alma ao ponto de que, apesar da perspectiva de ter que atacar um lugar extremamente forte, acreditavam que bastariam chegar.

Itaque te cum ingredientem milites uident, admirantur et diligunt, sequuntur oculis, animo tenent, deo se obsequi putant cuius tam pulchra forma est quam certa diuinitas. [...] Tantus illos incenderat amor numinis tui ut, quamuis seirent oppugnandam esse munitissimam ciuitatem, sufficere sibi erederent peruenire. (AN. PANEG. 310 [XVII, 4 - XVIII, 7])

Outra virtude que é evidente neste discurso panegirístico é a *clementia*, associada pelo orador às vitórias conquistadas por Constantino. Novamente recorrendo aos estudos de Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 358-363), percebe-se que a autora afirma que esta virtude se fundamentaria em uma esfera política, sendo um termo utilizado adequadamente às finalidades propagandísticas. Seria, portanto, uma qualidade própria dos romanos para com os povos dominados, conduta que o orador do “Panegírico de Constantino” deixa claro até cerca do capítulo X, quando descreve as batalhas e vitórias que conduziram este imperador ao poder.

Entretanto, a *clementia* não seria sinônimo de perdão, misericórdia ou isenção de pena, consistiria em uma inclinação para a brandura ao efetuar o castigo, uma moderação que perdoaria uma parte de uma pena devida e merecida. Fato que permitia, de certo modo, uma identificação com o sentimento da vingança, mesmo sob esta máscara da brandura que um superior teria em relação ao seu inferior. No caso do levante de Maximiano, o orador de 310 durante os capítulos XIV ao XX, buscou basear-se neste princípio para criticar as atitudes deste imperador, que não deram outra opção à Constantino a não ser partir para a batalha, e ao derrotá-lo, condenar Maximiano a um “suicídio voluntário” (AN., PANEG. 310 [XIV]).

As atitudes tomadas por Constantino, que procurou condenar seu sogro ao suicídio (lembrando que um dos fundamentos da aliança entre estes dois personagens foi o casamento de Constantino com Fausta, filha de Maximiano) e não eliminar diretamente seu opositor, teriam o objetivo de amenizar, através da *clementia*, as possíveis contradições que esta conduta implicaria, uma vez que pelos laços de parentesco ambos estariam unidos pela *pietas*.

Por sua vez, a própria definição de *pietas* implicaria em um sentimento de obrigação (dever), devoção para com aqueles a quem um homem estaria ligado por natureza - pais, filhos, família - estabelecendo um vínculo efetivo entre os membros desta família. Mas também percebe-se que a *pietas* poderia ser compreendida em um sentido mais amplo, ou seja, as relações das famílias (ou de membros destas famílias) com o Estado, conduzindo a uma lealdade com laços de parentesco na política. Por este viés, Constantino era ligado a Maximiano tanto pelo fato de ter sido seu genro, quanto pelos laços de adoção da Tetrarquia, uma vez que Maximiano havia adotado como César Constâncio Cloro, pai de Constantino.

Contudo, cabe ressaltar que o panegirista não poderia procurar legitimar o imperador Constantino por meio desta aliança que não mais existia, então é sobre a ótica das relações com o Estado que esta virtude se apresenta em diversos pontos deste discurso panegirístico, principalmente quando o assunto faz referência a Constantino como piedoso em relação às

suas condutas enquanto governante, em destaque aos relatos sobre a campanha contra Maximiano e a postura “branda” adotadas no percurso da mesma.

Assim, quando dependia de tua piedade, imperador, tu o salvaste, a ele e a todos os que haviam se aliado. Que se indignem consigo mesmo todos aqueles que não quiseram aproveitar de teu favor e que não acreditavam merecer a vida, quando você os concedia permissão para viver. Por tua parte, e isto é suficiente para sua consciência, perdoou inclusive aos que não eram dignos.

Ita, quod ad pietatem tuam pertinent, imperator, et illum et omnes quos receperat reseruasti. Sibi imputet quisquis uti noluit beneficio tuo Nec se dignum uita iudicauit, cum per te liceret ut uiueret; tu, quod suffiet conscientiae tuae, etiam non merentibus peperciste. . (AN. PANEG. 310 [XX, 3])

Foram destacadas neste artigo, apenas algumas das virtudes presentes no “Panegírico de Constantino”, contudo, elas foram escolhidas por evidenciarem a temática proposta: a utilização das virtudes nos discursos panegíricos como um dos instrumentos utilizados pelo orador para fundamentar e legitimar determinados imperadores, questão que adquiriu extrema importância do contexto das disputas imperiais que caracterizaram os séculos III e IV.

No caso do imperador Constantino, mais do que exaltar a imagem deste soberano, as virtudes imperiais possibilitavam sua caracterização enquanto o mais apto a governar, independentemente da forma como havia ascendido ao poder e até mesmo seu direito pela herança.

É por esta razão que nos discursos públicos, principalmente nos panegíricos, qualquer argumentação utilizada para a legitimação do poder era associada a uma virtude ou conjunto de virtudes que o homenageado possuiria.

No “Panegírico de Constantino”, o orador procurou traçar cuidadosamente uma linhagem familiar, estabelecendo vínculos, mesmo que distante no tempo, entre Constantino e personagens destacados na história do Império Romano, com o objetivo de garantir a sua legitimidade e o seu direito ao poder como uma herança familiar. Mas esta argumentação não atingiria o fim último da reconfiguração teórica do poder imperial se não estivesse amparada na utilização das virtudes enquanto arquétipos de um soberano ideal, virtuoso, em contraposição ao “mau imperador”, ilegítimo, que devido aos seus vícios seria inapto a governar.

Bibliografia

FRANCO JÚNIOR, H. Antiguidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: ANDRADE FILHO, R. de O. (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antiguidade e Idade Média: estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro*. I CIEAM, VII CEAM. Santana da Parnaíba, São Paulo: Editora Solis, 2005. Pág. 233-242. Entrevista. P. 233-234.

FRIGHETTO, R. Estruturas sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV-VIII). In: *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 223-240.

_____. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. In: *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v.11. n. 1, p. 161-173, jan./jun. 2006.

GALLETIER, E. *Panegyriques Latins*. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1952. Tomo I e II.

HERRERO LLORENTE, Victor-Jose. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

KYTZLER, B. *Breve dicionário de autores griegos y latinos*. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na antiguidade*. São Paulo: E. P. U – Editora pedagógica e Universitária Ltda, 1975.

_____. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia*. Lisboa: Editorial Áster. 1979.

OLIVEIRA, M. A. M. *O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini, de Eusébio de Cesaréia*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de ciências humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2005.

OLIVEIRA, W. F. “*A Antiguidade Tardia*” São Paulo: Editora Ática, 1990.

PARATORE, E. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volume – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

RODRIGUES GERVÁS, Manuel J. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegíricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991.

SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006.

OS MOTINS PRETORIANOS NOS GOVERNOS DOS SEVEROS: RELENDO HERODIANO

Ana Teresa Marques GONÇALVES*
anteresa@terra.com.br

Resumo: Os governos dos Imperadores Severos se estenderam de 193 a 235 d.C. e foram marcados por vários levantes militares. Dentre eles, destacamos os motins implementados por membros da Guarda Pretoriana. Criada no Governo de Tibério, esta Guarda tinha como principais funções proteger a pessoa do Imperador, sua família e o Palácio. Contudo, vários governantes foram mortos em movimentos dos quais os Pretorianos fizeram parte. Assim, pretendemos refletir sobre as informações dadas por Herodiano, em sua obra História do Império Romano Após Marco Aurélio, na qual podemos perceber as articulações pretorianas e os efeitos dos motins.

Palavras-chave: Poder, Pretorianos, Severos.

Abstract: The Emperor Severus' governments stretched from 193 to 235 AD and were marked by several military levants. Among them, we highlight the riots implemented by members of the Praetorian Guard. Built in Tiberius' Government, the Guard had as its main functions protecting the person of the Emperor, his family and the Palace. However, several leaders were killed in the movements which were part of the Praetorians. Thus, we intend to reflect on the information given by Herodian, in his History of the Roman Empire after Marcus Aurelius, in which we can see the joints and the effects of praetorian mutiny.

Keywords: Power, Praetorians, Severus.

Acreditamos que a narrativa histórica seja construída a partir de conceitos. Palavras cujo significado deve ser definido bem no início das pesquisas a serem efetuadas. Assim, inferimos que o termo violência deva ser devidamente explicado e definido ao ser empregado nos estudos concernentes ao mundo antigo. Sua aplicação deve ser precedida de algumas reflexões, pois sua prática reveste-se de simbolismos e sentidos que só podem ser

* Professora Adjunta de História Antiga e Medieval na UFG. Doutora em História Econômica pela USP. Bolsista Produtividade do CNPq.

adequadamente entendidos se imersos num arcabouço cultural próprio às sociedades complexas antigas. O que algumas comunidades identificam como atos de violência, outras aceitam como singelas práticas sociais e as justificam plenamente, a partir de discursos éticos baseados normalmente na necessidade de fortalecimento dos laços de coesão.

Muito se tem discutido, por exemplo, a respeito da extensão, diversidade e brutalidade dos espetáculos romanos, no que se refere ao âmbito da conceituação de violência. Em vários filmes, como “Ben Hur”, “Quo Vadis?”, “Spartacus” e “Gladiador”, e mesmo na série televisiva “Roma”, reforça-se a idéia de que os jogos romanos eram épicos de sexo e violência. Na tradicional dicotomia estabelecida entre gregos e romanos, os primeiros aparecem como intelectuais, democratas, altruístas e atléticos, e os segundos como conquistadores, violentos, perversos, brutais, opressores e propensos a jogos de guerra (KYLE, 2007, p.251). Contudo, os espetáculos antigos não podem ser historicamente entendidos a partir de sentimentos humanitários modernos. Os *spectacula* eram empreendimentos públicos feitos por razões religiosas e/ou políticas e que ajudavam a reforçar a ordem e o status social de seus participantes.

O mesmo cuidado deve ser tomado ao buscarmos atos de violência na estrutura política imperial romana. A relação de Roma com as províncias incluía tanto o uso da força militar para controlar revoltas quanto a utilização de outros expedientes necessários à cooptação das elites provinciais, como a construção de estradas, a fomentação de obras públicas, a organização da tributação, o acesso à cidadania e a efetivação de festividades que divulgassem os feitos dos soberanos.

Como afirma Georges Balandier:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (...) Logo, o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (BALANDIER, 1980, p.7).

Nenhum tipo de poder se exerce apenas pelo uso de armas coercitivas. Mesmo para as forças de violência devem ser construídas justificativas à sua implementação. Nenhum homem impunha uma espada e/ou uma lança sem um sentido para o ato, que pode ser da

esfera do individual e/ou do coletivo. A defesa da vida, da concórdia, da abundância são frequentemente ressaltadas como valores fundamentais a serem mantidos pelos membros de uma comunidade, que repartem tanto os bens quanto o ônus da manutenção da segurança desses bens.

Deste modo, dois campos sociais se cruzam muito fortemente quando nos propomos a falar sobre a ascensão, a manutenção e a deposição de Imperadores em Roma. Os campos político e militar parecem justapostos a partir do governo de Otávio. Lembremo-nos sempre que a única forma de se retirar um Imperador do poder é a partir de sua supressão capital, sua morte física. Por isso, os descontentes que visam substituí-lo têm que patrocinar a sua morte.

Nenhum Imperador desde Otávio deixou de procurar obter o apoio dos homens em armas. Como ironizam Jacques Le Gall e Marcel Le Glay, Septímio Severo devia seu governo em muito ao exército, mas ele não era o primeiro! (LE GALL; LE GLAY, 1989, p.556). O famoso processo de militarização do Império, que parece ter caracterizado o período dos Severos, não pode ser visto apenas como o uso do patronato militar para ascender e permanecer no poder. Ele é mais profundo e demonstra porque a oposição senatorial tornou-se cada vez mais reacionária, ou seja, cada vez mais ela se baseava na defesa dos valores do passado para criticar os Príncipes vigentes, que preferiam o apoio militar ao seu. Como coloca Patrick Le Roux, o apoio do Senado tornou-se complementar àquele dado pelas tropas, enquanto no passado era o contrário. Sabendo que tem ao seu lado um grupo armado que sempre pode optar por um novo patrono, o Príncipe acabava procurando garantir pelo menos a simpatia do Senado e do povo romano (LE ROUX, 1987, p.45). A primeira grande ruptura acabou se dando com Maximino, que buscou apoio somente na força militar.

Assim, ao analisarmos o período Severiano, que se estende da ascensão de Septímio em 193 d.C. à morte de Alexandre Severo em 235 d.C., podemos perceber que muitos dos atos de violência imputados à Guarda Pretoriana e às legiões estacionadas nas fronteiras foram justificados pela necessidade de criar uma nova ordem no Império. Lembremos que o governo se revestia das virtudes e dos vícios de seus comandantes. Como afirma Paul Veyne, no imaginário político romano só se pode ser honradamente governado por um homem que sabe governar as suas paixões. Quando se obedece a um chefe que é senhor de si próprio, não se obedece verdadeiramente a um chefe, mas à moral a que o chefe é o primeiro a obedecer. Um plebeu aceitará de bom grado obedecer a um mestre cuja superioridade, provada através de sinais exteriores, é flagrante (VEYNE, 1987, p.13-14).

Deste modo, para compreendermos de forma mais efetiva a relação das esferas política e militar no período Severiano, devemos perceber que toda a violência foi pautada pelo conflito de interesses entre as diversas forças sociais que agiam em busca da formação de um governo que melhor atendesse suas demandas. Como as demandas eram diversas, os choques político-militares tornaram-se constantes. Na dinastia dos Severos, apenas seu fundador, Septímio, morreu de doença. Todos os seus sucessores foram assassinados. Neste texto, gostaríamos de enfatizar a relação estabelecida entre os Severos e suas forças bélicas, ou seja, a Guarda Pretoriana e as legiões estacionadas nas fronteiras.

Os membros da ordem equestre que alcançaram maior relevo no período severiano foram aqueles que foram alçados à função de Prefeito do Pretório, tanto que teremos um deles, Opélio Macrino, chegando a ser proclamado *imperator*. E no confronto entre a *virtus* e a *nobilitas*, Macrino numa carta enviada ao Senado e ao povo romanos se pergunta:

Não considereis um erro da Fortuna o fato de que eu, um membro da ordem equestre, tenha alcançado esta dignidade. De que serve uma nobre origem, se não a acompanha uma natureza íntegra e humanitária ? (Herodiano. História do Império Romano Após Marco Aurélio, V,1,5).

O regulamento imperial determinava que todas as legiões permanentes pertencentes a um campo fixo deveriam ser comandadas por um Prefeito do Campo. No caso da Guarda Pretoriana, ela era dirigida pelo *Praefectus Praetorio*. Ele era um funcionário imperial, não um magistrado, pois não detinha nenhum poder próprio pré-definido. Seus poderes resultavam unicamente de uma delegação que lhe era concedida pelo *Princeps*. Deste modo, recebia um *salarium* e não tinha um tempo fixo de mandato, podendo ser retirado do cargo a qualquer momento, dependendo dos interesses e das necessidades políticas do Imperador vigente (CIZEK, 1990, p.294-295).

Seu poder era primeiramente apenas militar, mas a partir do momento em que o Imperador foi também ele conquistando mais poderes, ele foi delegando um número maior de tarefas aos seus subordinados (HOWE, 1942, p.15), e acabou reunindo sob sua égide tarefas militares, econômicas, políticas e jurídicas. Ao longo do segundo e do terceiro séculos, o Prefeito do Pretório adquiriu o comando extraordinário de tropas fora da Península Itálica (De Laet, 1947, p.514). Lembremo-nos, por exemplo, de que Macrino estava nas fronteiras romanas com a Pártia quando foi aclamado Imperador (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV,14,6). Passou inclusive a controlar o dinheiro arrecadado com a anona militar (DE LAET, 1947, p.544), já que o Senado vinha perdendo gradualmente

o controle financeiro do Estado (ARNHEIM, 1972, p.29), e este tinha que passar para as mãos de algum funcionário de confiança do Imperador, e como o cargo de Prefeito do Pretório transmitia esta confiança e era ligado à esfera militar, nenhum outro poderia ser melhor para cuidar do recolhimento da anona militar.

Com relação a essa questão da confiança que os Imperadores depositavam nos seus Prefeitos, P. A. Brunt acredita que ela deva ser revista. Para ele, não era a lealdade que estava em jogo quando um Prefeito era escolhido, mas a eficiência que ele havia demonstrado na gerência de trabalhos públicos (BRUNT, 1983, p.63). Isso realmente pode ser demonstrado pelo grande número de Prefeitos que acabaram por trair esta confiança imperial. Tanto que na obra de Herodiano, da mesma forma como podemos identificar os bons e os maus Imperadores, podemos separar os bons dos maus Prefeitos do Pretório. Há os bons Prefeitos, que são leais não só ao Imperador, mas principalmente à Pátria, como Leto, que livrou Roma do tirânico Cômodo (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,16,5; I,17,4-11; II,1,3; e II,2,1-5), ou como Advento, que recusou a púrpura imperial após a morte de Caracala (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV,12,1 e IV,14,2), alegando velhice, mas o que fica subentendido é que ele não queria subir ao poder sem o apoio do Senado. E há os maus Prefeitos, que acabam por responder muitas vezes a própria perfídia do Imperador ao qual estão vinculados, como se os desvios morais dos governantes passassem para os seus colaboradores mais próximos, como Perênio (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,8,1-8), Cleandro (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,12,3-5), Plauciano (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, III,10,6-7 e III,11,1-3), e mesmo Macrino (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,1,7), que são freqüentemente mostrados como seres sediciosos, promotores de intrigas e que se deixaram envolver por suas ambições pessoais.

Como Herodiano afirma na carta que Macrino mandou ao Senado e ao povo romano, após ser aclamado Imperador, o melhor seria aglutinar a eficiência administrativa do funcionário à confiança dada a ele pelo Imperador:

Estais inteirados da paciência de minha anterior atuação governativa, não muito distante do exercício do poder imperial enquanto o mesmo Imperador confia nos Prefeitos do Pretório (Herodiano. História do Império Romano Após Marco Aurélio, V,1,2).

O Prefeito do Pretório passou também a participar do *Consilium Principis* (PASSERINI, 1939, p.259-263), a cuidar da correspondência privada e secreta do Imperador (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VII,6,6) e a exercer o poder judicial em última instância.

Torna-se importante separar as rebeliões da Guarda Pretoriana, como a que derrubou Pertinax do poder (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,4,4) das sedições promovidas por alguns Prefeitos. Nos dois casos, temos formas de expressão de descontentamento com o governante vigente, isto é, a formação de movimentos de oposição, mas são movimentos distintos. Dos Prefeitos que agiram para mudar os Imperadores, apenas Leto, no governo de Cômodo, conseguiu o apoio do Senado (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,8,6), enquanto os outros preferiram pedir o apoio dos soldados, na maior parte das vezes dos legionários, como fizeram Plauciano (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,11,2) e Macrino (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV,12,5).

Entretanto, recordamo-nos mais facilmente dos Prefeitos apresentados pela historiografia senatorial como traidores, mas eles, numericamente falando, mesmo no período severiano, representaram mais uma exceção do que uma regra. Lembremo-nos da figura de Juliano, Prefeito de Macrino (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio* V,4,3-4), que morreu lutando pelo seu Imperador, tentando debelar a oposição que havia se formado contra ele.

A origem de uma guarda de honra permanente, diretamente ligada a um general, remonta aos tempos republicanos. O primeiro cidadão romano a organizar a sua *Cohors Praetoria* foi Cipião Emiliano, que reuniu ao seu redor quinhentos clientes e amigos. Tal prática se afirmou e se ampliou no período das guerras civis, que marcaram o final da República. Quando Augusto foi proclamado *imperator*, fixou parte dos soldados que o apoiavam num quartel general em Roma que, enquanto residência militar do soberano, recebeu a denominação de *Praetorium*. Ele separou seus homens em nove *cohortes*, sendo que três permaneceram acampadas em Roma, enquanto as outras foram espalhadas pelas diversas residências imperiais existentes na Península Itálica (DAREMBERG; SAGLIO, s.d., p.632-639).

Foi Sejano quem pela primeira vez reuniu todas as coortes num só acampamento dentro da capital do Império. Por se acomodarem no interior do *Praetorium*, foram denominadas *Cohortes Praetoriae*. Inicialmente, sua função era proteger o Imperador,

acompanhando-o por todos os lugares e em todas as ocasiões, em tempos de paz ou de guerra (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio* II,5,6 e IV,5,1). Eram também as coortes que estavam ao lado do Príncipe nas cerimônias oficiais (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,13,2 e V,5,9-10), nos funerais, nas viagens e expedições militares empreendidas fora da Península Itálica (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio* IV,7,3; IV,9,6; VI,8,7; VI,9,2; VI,3,2; e VIII,1,2). Além disso, eram responsáveis por garantirem a segurança do Palácio imperial (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,12,6; II,6,4; e V,4,8).

Com o passar do tempo, elas foram também adquirindo novas funções. De protetoras da pessoa do Imperador, passaram a ser encaradas como responsáveis por velarem por tudo o que dizia respeito ao cargo imperial (CIZEK, 1990, p.295). Assim, tomaram para si as funções de acalmar as sedições na Península Itálica e nas províncias (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VII,3,3), montar guarda nos espetáculos (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I,12,6-9), proteger os membros da família imperial, vigiar prisioneiros considerados importantes e servir como um reservatório de funcionários para o governo (JACQUES; SCHEID, 1990, p.133), na busca por servidores eficientes e leais.

A Guarda Pretoriana, mais do que uma mera parte do exército, constituiu-se desde o início numa “tropa de elite” que se distinguia das outras *cohortes* por meio das relações específicas que mantinha com o Imperador e dos privilégios que detinha. Até o governo de Septímio Severo, ela era formada apenas por cidadãos romanos recrutados somente na Península Itálica, que prestavam um serviço de dezesseis anos e que recebiam um soldo bastante superior ao dos legionários. O próprio Herodiano coloca que os Pretorianos eram soldados especiais, escolhidos entre todos e possuidores de uma grande corpulência (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,4,8). Deste modo, as legiões alocadas nas fronteiras formavam uma força sócio-política que se diferenciava em muitos aspectos da representada pela Guarda Pretoriana, inclusive em relação aos interesses que representavam na luta pelo poder, apesar de ambas serem formadas por homens em armas.

Esperando garantir seus privilégios, elementos da Guarda imperial assassinaram Pertinax, da forma pela qual usualmente demonstravam o seu descontentamento: por meio de motins. Enquanto os senadores faziam preferencialmente intrigas palacianas, nas quais procuravam envolver elementos da corte, a oposição pretoriana era direta e buscava seu objetivo, a eliminação do governante, por meio da formação de motins. Herodiano narra este movimento oposicionista contra Pertinax e a sua principal consequência:

Os Pretorianos decidiram desembaraçar-se de Pertinax, (...) para colocar no seu lugar um outro que lhes oferecesse de novo um poder ilimitado e sem freio. Assim, (...) os Pretorianos, em um impulso tão furioso quanto irracional, se dirigiram contra o Palácio imperial com as lanças em riste e as espadas desembainhadas. (...) Uns poucos leais anunciaram o movimento a Pertinax e o aconselharam a se pôr sob a proteção do povo. (...) considerando que era uma solução vergonhosa e imprópria de um imperador, (...) decidiu enfrentar o problema e ir conversar com os soldados, esperando dissuadi-los do absurdo propósito que os havia movido. (...) Vários soldados deram a volta e se retiraram por respeito à velhice do nobre imperador. Mas outros (...) se jogaram sobre ele e o assassinaram (Herodiano. História do Império Romano Após Marco Aurélio, II,5,1-9).

Os Pretorianos não agiram em conjunto, isto é, não foi toda a Guarda Pretoriana que fazia oposição ao Imperador, como não era o Senado inteiro ou todo o exército. São grupos dentro das instituições que se organizavam para fazer oposição ao chefe de governo, quando este começava a comprometer os seus interesses. Os Pretorianos se sentiram tão poderosos que deixaram de se ver como apenas protetores e guardiões do Imperador e defensores frente ao perigo externo (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,5,6), para se colocarem como zeladores do cargo imperial, e portanto capazes de fazerem o que bem entenderem com ele. Foi isto que possibilitou o famoso “leilão” do Império e a famosa e controversa “venda” do cargo imperial a Dídio Juliano. No fundo, o que se define como leilão é a procura de um novo patrono, por parte dos Pretorianos, que em troca de dinheiro ofereciam o que de melhor podiam dar: apoio para criar o novo Imperador, já que eles eram os responsáveis pela proteção da pessoa do Príncipe e do cargo imperial.

Os senadores mais respeitados e melhor situados não quiseram alcançar o poder desta forma ilícita, pois para eles era infame ascender ao comando imperial por meio do dinheiro (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,6,5). Ou melhor, apenas só por dinheiro e sem o apoio do Senado, pois o patronato foi usado desde o período republicano para garantir cargos públicos para vários senadores. Tanto que dois deles fazem propostas aos Pretorianos: dois ex-cônsules chamados Sulpiciano (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,6,8) e Dídio Juliano (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,6,6). Este último, por ser muito rico e não ter

vinculações com a família de Pertinax, acabou sendo o escolhido (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II, 6,9). E prometeu recuperar a memória de Cômodo, dar liberdade de ação e garantir farta distribuição de dinheiro (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,6,10). Ele não prometeu um aumento nos soldos, o que seria uma promessa de um chefe de Estado, mas prometeu coisas dignas de um patrono: proteção e riqueza. Enquanto a relação de *amicitia* era supostamente baseada na virtude de seus elementos, a relação de patronato é abertamente uma relação baseada na *utilitas* (SALLER, 1982, p.13).

Herodiano critica este comportamento dos soldados, ao defender que, após a forma como Dídio Juliano ascendeu ao poder, poder-se-ia identificar o início do desrespeito dos soldados pela dignidade imperial e a opção deles pelo ganho fácil e pela indisciplina:

*A partir deste momento, sem dúvida, a moral dos soldados começou a se corromper. Uma insaciável e vergonhosa cobiça e o desrespeito pela dignidade imperial foram seus mestres. O fato de que ninguém castigara aqueles que tão cruelmente haviam se atrevido a matar um Imperador, nem ninguém tivesse impedido a indecente venda do Império, acabou sendo a primeira causa de uma escandalosa situação de indisciplina destinada a prolongar-se. A fixação dos soldados pelo dinheiro e o desrespeito por seus imperadores, até o extremo de se chegar a um assassinato, tiveram um aumento contínuo (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,6,14).*

A busca de um patrono, como bem enfatizam Terry Johnson e Christopher Dandeker, trazia também a competição (JOHNSON; DANDEKER, 1990, p.228), e não apenas a integração e o controle social (WALLACE-HADRILL, 1990, p.85), a coesão social e a reciprocidade (SALLER, 1982, p.69). O Imperador ou o candidato ao cargo imperial tornar-se-ia um patrono esperando conseguir este controle e esta coesão social (GARNSEY; SALLER, 1987, p.149-150), mas cada grupo tinha o interesse de colocar o seu patrono no poder para adquirir um maior número de benesses.

Esta competição para alçar ao poder o seu patrono colocava frequentemente as legiões umas contra as outras e a Guarda Pretoriana contra as legiões. Septímio Severo, ao se dizer Vingador de Pertinax, não pode refazer os laços de patronato/clientela com o grupo que matou àquele que ele dizia representar. Então, ele se viu obrigado a reformar esta Guarda, buscando trazer novos clientes para si. Antes de entrar em Roma, chegou mesmo a fazer um discurso destinado a inflamar os ânimos de suas legiões contra as coortes pretorianas (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,10,2-6). Ao entrar na capital do Império procedeu a reforma da Guarda:

Enviou mensagens secretas com generosas promessas aos tribunos militares e aos centuriões para que persuadissem os soldados de Roma a obedecer suas ordens com disciplina. Ordenou que as tropas deixassem todas as armas no acampamento, e que saíssem em paz, como o faziam normalmente quando acompanhavam em procissão o imperador, quando este ia fazer sacrifícios ou celebrar uma festa. Ordenou que fossem prestar juramento de fidelidade a sua pessoa, confiando que fossem formar a sua Guarda Pretoriana. (...). Todos foram cercados. (...). Não se atreveram a lutar, pois estavam em inferioridade numérica e desarmados frente a tropas mais numerosas e bem armadas. Então, (...) Severo lhes dirigiu a palavra: “(...) seria uma impiedade que e uma injustiça que vocês continuassem a ser a guarda do imperador, (...) ordeno aos soldados que os rodeiam que os despojem de seus graus e de qualquer sinal militar, e que uma vez despojados , sejam despedidos” (Herodiano. História do Império Romano Após Marco Aurélio, II,13,8-12).

(Severo) obsequiou esplendidamente suas tropas e selecionou os melhores soldados para formar a sua guarda imperial em lugar dos que haviam sido afastados (Herodiano. História do Império Romano Após Marco Aurélio II,14,5).

Passerini comenta que se sabe que Severo decidiu que a Guarda Pretoriana seria formada por legionários vindos de todo o Império, sendo convocados pelo próprio Imperador, que substituíra, assim, o sistema dos engajamentos voluntários. Ele pretendia, por intermédio deste expediente, substituir os itálicos e alguns poucos provinciais mais romanizados por soldados devotados à sua pessoa, lhes oferecendo como recompensa por esta lealdade a entrada nas fileiras pretorianas, mais bem pagas do que as outras tropas. Além disso, Severo reforçou os *Equites Singulares*, organizou uma tropa de polícia aquartelada em Roma - os *Peregrini*, estabeleceu nos montes Albanos, próximos a Roma, uma das três novas legiões por ele criadas chefiadas por comandantes equestres (PASSERINI, 1939, p.171-181), e criou o imposto da *annona militaris*, para pagar todas estas inovações (DEVREKER, 1971, p.358). Buscou, desta forma, aumentar a sua clientela, e com isso a sua segurança pessoal, vinculando a força política da Guarda Pretoriana à sua própria força política.

Caracala organizou uma guarda pessoal formada por germanos (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV,13,6), pois confiava mais neles que na guarda montada por seu pai, mesmo herdando as relações de patronato e tendo ela demonstrado lhe ser fiel no caso de Plauciano (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,12,9-11). No governo de Macrino, a Guarda Pretoriana e as legiões provinciais voltaram a se posicionar politicamente em lados contrários. As legiões estacionadas na Fenícia aceitaram o patronato oferecido por Júlia Mesa, enquanto a Guarda Pretoriana ficou com Macrino até a sua fuga (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,3,9 e V,4,8).

Heliogábalo aproximava-se de sua Guarda Pretoriana nas procissões de seu deus protetor, Elagabal, da qual também participavam algumas legiões do exército (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,6,8). Foi a Guarda Pretoriana que exigiu

a presença de Severo Alexandre, compondo junto com vários senadores a força social de oposição ao filho de Júlia Soêmia (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,5). E após o assassinato de Heliogábalo, foi a Guarda quem primeiro aclamou Severo Alexandre, antes das legiões o fazerem (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,10). Em troca deste apoio os soldados da Guarda receberam um generoso donativo (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,4,1). E ela foi-lhe fiel até o fim de seu governo, mesmo quando Severo Alexandre enfrentou rebeliões promovidas pelas legiões estacionadas no Egito e na Síria, que visavam exatamente a troca de Imperador (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,4,7). Ele descobriu as rebeliões há tempo e mandou as tropas para outras regiões (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,4,7), desmobilizando seu potencial de ação. Todavia, apesar do apoio pretoriano, ele acabou sendo morto por soldados das legiões da Ilíria e da Panônia, que apoiavam Maximino (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,8,5-8).

De acordo com Le Roux, os donativos dados pelos Imperadores aos soldados eram mais eficazes na manutenção da clientela do que o aumento de salário, pois eram distribuições periódicas que demonstravam a *liberalitas* do patrono, enquanto o soldo era algo mais oficial, e pago em três parcelas anuais (LE ROUX, 1987, p.44).

Todos os Imperadores severianos forneceram donativos aos seus soldados. Severo, logo após organizar a sua nova guarda pessoal, distribuiu dinheiro e promoveu espetáculos (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, II,14,5-6). Ofereceu vários donativos: quando venceu as legiões que apoiavam Nigro (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, III,6,8); quando derrotou as de Albino (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, III,8,5); quando associou os filhos ao Império, além de oferecer jogos (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, III,10,2). Após assassinar o irmão, foi a vez de Caracala oferecer um donativo para conquistar o apoio dos soldados (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV,5,1).

Já Heliogábalo, que assumiu o poder apoiado por todo o exército, só promoveu um donativo quando já estava começando a sofrer oposição (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,3). Esperando que a aclamação de Heliogábalo trouxesse de volta a fartura orçamentária militar que caracterizou o governo de Caracala, de quem Heliogábalo se dizia herdeiro, os soldados, principalmente os Pretorianos começaram a lhe fazer oposição e a apoiarem Severo Alexandre quando o Imperador parou de cumprir sua função de patrono. Herodiano comenta que os soldados só olhavam para Heliogábalo porque

sabiam que ele pertencia à família imperial (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,3,8), ignorando os seus modos orientais em busca de um tempo de fartura anterior. Mas acabaram negando-se a montar a guarda habitual, fecharam-se no acampamento e pediram a presença de Alexandre (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,5). Heliogábalo mandou puni-los por sedição e tumulto (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,8), o que aumentou ainda mais sua ira. Após o assassinato de Heliogábalo, Alexandre ascendeu ao poder apoiado por quase todo o exército e fez um reparte de dinheiro entre os soldados para ganhar o seu afeto (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, V,8,3). Júlia Mamea patrocinava confiscos de bens, dizendo que estava juntando dinheiro para os soldados, mas o entesourava (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,1,8). Alexandre só proporcionou outro donativo quase ao final do seu governo, quando o exército já estava desanimado com a sua estratégia falha e covarde frente aos persas. Por intermédio deste donativo, Alexandre buscou, segundo os documentos textuais aristocráticos, recuperar o afeto dos soldados mediante a distribuição de dinheiro (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,6,3-4). Ele conseguiu se manter por mais três ou quatro anos no governo, mas houve o ataque germânico à região do Reno e do Danúbio (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,7,3).

Os soldados ilírios e da Panônia ficaram descontentes com as perdas bélicas para os persas e os ataques germanos à Ilíria (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,7,3), e acabaram apoiando Maximino e se opondo a Alexandre, que mesmo no final do governo afirmava ter dinheiro em abundância (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,7,9), mas não demonstrava tal fato através dos donativos. Este governo se mostrou desvantajoso para os soldados, já predispostos à rebelião, pois acabara a fartura. Decidiram se desembaraçar de Alexandre e proclamar Maximino Imperador e Augusto, pois era bom companheiro de armas, camarada e bom estrategista (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,8,4). Sem dúvida houve outros motivos fortes para a escolha de Maximino para o cargo imperial. Soldados pediram a execução do Prefeito do Pretório, de membros da corte e de Júlia Mamea (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,9,5). Herodiano comenta que esta impopularidade era devida exatamente à escassez de distribuições (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,9,5). Maximino mandou um tribuno e alguns centuriões matarem o Imperador, seus amigos e sua mãe (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,9,7). Ao assumir o poder, ofereceu grande donativo aos soldados e dobrou o seu soldo

(Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VI,8,8). Tal fato causou o quase esgotamento do tesouro público, tesouro este que deveria ser empregado no abastecimento da cidade, em subsídios para a plebe, em peças de teatro e festas, e não ser todo gasto com o exército (Herodiano. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, VII,3,4-6).

Portanto, os soldados sempre passaram a fazer oposição aos Imperadores quando estes falharam nos seus deveres de patronos, fossem eles legionários ou Pretorianos. A violência eclodia quando os acordos firmados não eram cumpridos ou quando a ambição individual se sobrepunha aos interesses da pátria. Mas em todos os casos, todos os atos para a deposição dos chefes eram apresentados como subordinados à moral que definia que a morte deveria ser justificada por um bem maior. A violência, assim, era travestida de necessidade, de imposição do *mos maiorum* que deveria garantir o retorno à *pax*, à ordem, ao equilíbrio e à abundância em Roma e nas províncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).

Epitome de Caesaribus. Traduction de M.N.A. Dubois. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1846.

ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Cassola. Firenze: Sansoni, 1967.

EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, 1990.

FESTUS, Sextus Rufus. *Breuiarium de Victoriis et Prouinciis Populi Romani*. Traduction de M. Nisard. Paris: Firmin Didot Frères, 1860.

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HÉRODIEN. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et commenté par Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

The Scriptores Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953. v. 1 e 2 (The Loeb Classical Library).

VICTOR, Aurelius. *Livre des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

B) OBRAS GERAIS

ALSTON, R. Roman Military Pay from Caesar to Diocletian. *Journal of Roman Studies*. London, 84: 113-123, 1994.

ARNHEIM, M. T. W. *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*. Oxford: University Press, 1972.

BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: Edunb, 1980.

BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1986.

BRUNT, P. A. Princeps and Equites. *Journal of Roman Studies*. London, 73: 42-75, 1983.

BUZAID, A. A Escola de Direito de Beirute. *Revista de História*. São Paulo, v.33, n.66: 309-327, 1966.

CAMPBELL, B. The Marriage of Soldiers under the Empire. *Journal of Roman Studies*. London, 68: 153-166, 1978.

CIZEK, E. *Mentalités et Institutions Politiques Romaines*. Paris: Fayard, 1990.

CRIFÒ, G. Ulpiano: Esperienze e Responsabilità del Giurista. *ANRW*. Berlin, v.2, n.15: 708-787, 1979.

DAREMBERG, Ch.; SAGLIO, M. E. *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*. Paris: Hachette, s.d.

DE LAET, S. J. Les Pouvoirs Militaires des Préfets du Prétoire et leur Développement Progressif. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*. Bruxelles, t.25, n.3-4: 509-554, 1947.

DE MARTINO, F. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1974. v.4, parte 1.

_____. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1975. v.4, parte 2.

DEVELIN, R. The Army Pay Rises under Severus and Caracalla, and the Question of Annona Militaris. *Latomus*. Bruxelles, t.30, n.3: 687-695, 1971.

DEVREKER, J. Une Inscription Inédite de Caracalla à Pessinonte. *Latomus*. Bruxelles, t.30, n.2: 352-362, 1971.

DURRY, M. *Les Cohortes Prétoriennes*. Paris: E. de Boccard, 1938.

FUNARI, P. P. A. Cidadania e Compadrio: Relações de Poder e Atividade Acadêmica em Questão. *Cultura e Cidadania*. Curitiba, v.1: 11-23, 1996.

GAGÉ, J. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*. Paris: Payot, 1964.

GARNSEY, P.; SALLER, R. *The Roman Empire*. London: Duckworth, 1987.

- GIUFFRÈ, V. Papiniano: fra Tradizione ed Innovazione. *ANRW*. Berlin, v.2, n.15: 632-661, 1979.
- HOMO, L. *Les Institutions Politiques Romaines*. Paris: Albin Michel, 1927.
- HOWE, L. L. *The Pretorian Prefect from Commodus to Diocletian*. Chicago: University Press, 1942.
- JACQUES, F.; SCHEID, J. *Rome et l'Intégration de l'Empire*. Paris: PUF, 1990.
- JOHNSON, T.; DANDEKER, Ch. Patronage: Relation and System. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p.219-238.
- KYLE, D. G. *Sport and Spectacle in the Ancient World*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LE GALL, J. LE GLAY, M. *L'Empire Romain*. Paris: PUF, 1989.
- LE ROUX, P. L'Empereur et l'Armée Romaine. *REL*. Paris, 63: 42-49, 1987.
- MACMULLEN, R. *Enemies of the Roman Order*. London: Routledge, 1992.
- _____. *Soldier and Civilian in the Later Roman Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- MANNING, C. E. Liberalitas- The Decline and Rehabilitation of a Virtue. *Greece & Rome*. Oxford, v.32, n.1: 73-83, 1985.
- MASCHI, C. A. La Conclusione della Giurisprudenza Classica all'età dei Severi: Iulius Paulus. *ANRW*. Berlin, v.2, n.15: 668-707, 1979.
- MILLAR, F. *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth, 1992.
- PASSERINI, A. *Le Coorti Pretorie*. Roma: Angelo Signorelli, 1939.
- PETIT, P. *Histoire Générale de l'Empire Romain*. Paris: Seuil, 1974. v. 1, 2 e 3.
- PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris: PUF, 1949.
- ROSTOVITZ, M. *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-Calpe, 1937. v.2.
- SALLER, R. P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press, 1982.
- _____. Patronage and Friendship in Early Imperial Rome: Drawing the Distinction. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 49-62.
- SALMON, P. La Préfecture du Prétoire de Julius Paullus. *Latomus*. Bruxelles, t.30, n.3: 664-677, 1971.
- SPEIDEL, M. A. Roman Army Pay Scales. *Journal of Roman Studies*. London, 82: 87-106, 1992.

The Cambridge Ancient History. *The Imperial Crisis and Recovery*. Cambridge: University Press, 1939. v.12.

VEYNE, P. *Como se Escreve a História*. Lisboa: Setenta, 1987.

WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman Society: from Republic to Empire. In: _____. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p.63-88.

CONSIDERAÇÕES RELATIVAS AO CULTO DE DIONISO: MITO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Giselle Moreira da MATA¹

historia.betiattigiselle@gmail.com/giselle_da_mata@hotmail.com

RESUMO: Neste trabalho, propomos algumas considerações concernentes a uma das mais enigmáticas divindades do mundo heleno, o deus Dioniso. Por meio dele, tivemos a oportunidade de vislumbrarmos um dos maiores legados gregos herdados pela atualidade. As homenagens dedicadas à divindade em evidência nos proporcionam a oportunidade de estudarmos sobre diferentes perspectivas um dos mais emblemáticos deuses gregos e o universo, sobretudo, da Pólis de Atenas. Caracterizado como divindade metamorfoseante, e para alguns estudiosos ctônica, foram construídos os processos de significação e identificação entre Dioniso e os mortais.

Palavras-Chave: Dioniso; Mito; Identidade.

ABSTRACT: In this paper, we propose some considerations concerning one of the most enigmatic deities of Greco, the god Dionysus. Through him, we had the opportunity to peek in to one of the greatest legacies inherited by Greeks today. The tribute dedicated to the deity in evidence gives us the opportunity to study different perspectives on one of the most emblematic Greek gods and the universe, especially the Polis of Athens. Metamorphosing modulations characterized as a deity, and some scholars chthonic were constructed and identification process of meaning between Dionysus and mortals.

Keywords: Dionysus, Myth, Identity.

Os registros mitológicos expressos nos trouxeram a oportunidade de observarmos acontecimentos e sensibilidades do homem grego, Mais que um fenômeno de caráter religioso, nos conduz a avaliarmos os fenômenos da transcendência de uma abordagem histórica em seu sentido cultural, político, econômico e social nas quais as relações com Dioniso encontram-se inseridas.

Em virtude disto, nosso interesse neste trabalho é ressaltarmos algumas das imagens de Dioniso como podemos observar em obras de indivíduos como Eurípides². A peça euripidiana

¹ Professora com Graduação, Especialização e Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás.

intitulada, *As Bacantes*, por exemplo, foi apresentada pela primeira vez no festival das Grandes Dionisíacas, obra póstuma encenada por volta de 405 a.C.. Ela narra especialmente a revolta do deus no momento em que foi rejeitado como divindade e revela ainda a incredibilidade que o cercava ao afirmar ser um filho de Zeus. Depois de viajar para Ásia e outras regiões onde consegue reunir um grupo de seguidoras, conhecidas como Mênades ou Bacantes e retorna para se vingar. Diante disto, nosso interesse se volta no sentido de ressaltar, de um lado, o Dioniso personagem, apresentado como divindade e herói, e de outro, a fusão promovida por ele, unindo o sagrado e o profano em suas celebrações, especialmente na Cidade-Estado de Atenas no século V a.C..

Não era um deus que se irritava com os mortais, como a maioria dos outros deuses, principalmente quanto a questões relativas à sua autoridade e conseqüentes punições. Pelo contrário, muitos mortais o consideravam bastardo, em contrapartida foi um dos deuses que mais se aproximou do humano. José Antônio Dabdab Trabulsi adiciona que as festas Áticas dedicadas a Dioniso eram ao todo quatro, durante o período Clássico. Das quatro (Dionisíacas Rurais, *Leneias*, *Antesthérias* e Grandes Dionisíacas), apenas duas possuem registros relativos à encenação de peças teatrais, *As Leneias* e as Grandes Dionisíacas.

“São festas de inverno e de início de primavera. A partir deste calendário são festas do ciclo vegetal, da morte e do renascimento da vida. É importante observar que o vinho desempenha um papel importante que não há, por exemplo, uma festa da colheita da uva” (TRABULSI, 2004, p.192).

As Dionisíacas Rurais ocorriam no mês de Poseidon que no calendário cristão, correspondia ao período entre dezembro e janeiro. Nela, havia as *Faloforias*, onde os participantes cobriam seus rostos com máscaras ou disfarçavam-se de animais no intuito de buscar fertilidade nos campos e nos lares (FORTUNA, 2005, p. 228). De acordo com José Antônio Dabdab Trabulsi: *“Em resumo, estas festas, em seus diversos aspectos de procissão*

² Eurípedes foi um dos alvos de críticas prediletos de Aristófanes. Como aponta Pierre Grimal no livro, *O Teatro Antigo*, foi considerado um dos grandes nomes da tragédia grega clássica (GRIMAL, 1978: p. 60). Para Junito Brandão, em *Teatro Grego. Tragédia e Comédia*, foi um poeta das inovações. Suas peças abordaram menos os deuses, procurando dar vida a personagens mortais. Suas obras retrataram a realidade da Guerra do Peloponeso, fez críticas à religião, falou das mulheres, dos sentimentos em escravos e velhos (BRANDÃO, 2007, p. 58-70) Algumas de suas principais obras foram: *Medéia*, *Os Heráclidas*, *Andrômaca*, *Electra*, *Hércules*, *As Troianas*, *Helena*, *Orestes* e *As Bacantes*.

fállica, câmos, cantos etc., incluíam uma participação maciça e ativa da população, num ambiente de evasão” (TRABULSI, 2004, p.193).

As Dionisiacas Rurais e as *Antesthérias*, foram registradas em obras como *Os Acarnenses* de Aristófanes. Tal obra se revela, segundo Jane Kelly de Oliveira, em *Festa e Utopia em os Acarnenses*, uma variedade de lugares, incorporando muitos eventos que ocorriam em diferentes épocas do ano, dentre eles, as Dionisiacas Rurais e as *Antesthérias* (OLIVEIRA, 2005, p. 215). Serviam como espelho, no qual a festa tinha o objetivo de reorganização. Em suma, a peça revela um modelo social a se seguir, isto é, o sentimento de reorganização da sociedade e de seus papéis sociais. Mesmo que de forma fictícia, Aristófanes indica a possibilidade dessa reorganização na vida real. Pensar a comédia como um espelho refletido nas distorções cômicas indicava a forma com que o comediógrafo via a sociedade ateniense ou como queria que ela se visse (OLIVEIRA, 2005, p. 217-220). Como acrescenta Oliveira:

“A peça coloca em cena mecanismos de representação cívica que, a princípio, com as Dionísias, desconstroem a organização política da cidade, indicando que há um problema ser resolvido pelos cidadãos, mas, depois com as Antestérias, parecem funcionar como um rito restaurador, que estabelece a ordem” (OLIVEIRA, 2005, p. 219).

Em janeiro ocorriam as *Leneias*. Seu nome era decorrente do local onde se desenvolviam os ritos, o *Lenaion*, recinto onde se realizavam representações antes da construção do teatro. Outras explicações para o nome derivam do termo *Lenai*, termo relacionado a bacantes. O *Lenaion* foi o mais antigo templo de Dioniso e mais tarde tornou-se um teatro, próximo à Acrópole. Não existem muitas informações sobre o festival; o que sabemos ao certo é que haviam concursos dramáticos, sacrifícios e procissões (TRABULSI, 2004, p.194-195).

Entre fevereiro e março, havia as *Antesthérias*, nos dia 11, 12 e 13 do mês de *Anthesterion*, mês de onde foi extraído o nome da Festa. Representava a comemoração da colheita da uva e o início da primavera. O nome derivava do mês em que ela ocorria, oriundo de uma raiz que associava a festa com a estação das flores. *Anthé* significava flor e ligada ao verbo *anthéo* recebia o sentido de florescer. *Antesthéria* etimologicamente significava festa das flores. Havia uma metáfora relacionada como o rejuvenescimento da natureza (FORTUNA, 2005, p. 230). Isabela Fernandes, no texto *A Festa das Anthestérias e sua referência em Aristófanes*, enfoca que cada dia possuía atividades específicas. O primeiro dia, *Pihoigía*, ocorria a abertura

dos tonéis de vinho armazenado da produção do ano anterior. O segundo, chamado *Chóes*, derivava de um recipiente onde os homens bebiam vinho. No terceiro, havia uma refeição onde se comiam grãos em vasos de cerâmica, os *Chýstoi* (FERNANDES, 2005, p. 208).

As relações com Deméter e Perséfone ocorriam especificadamente nas cerimônias das Eleusis, ritos de iniciação ao culto das deusas, celebrados em Eleusis, localidade da Grécia próxima a Atenas. A conexão se apresentava nesse ritual de forma análoga entre a passagem das almas, germinação e fertilidade pelo subterrâneo. Os Áticos acreditavam que durante o festival havia uma abertura do mundo dos mortos que voltavam entre os vivos. Era ao mesmo tempo uma celebração da morte e da vida renovada (FERNANDES, 2005, p. 209). Os participantes acreditavam que durante os festejos, o deus lhes transmitiriam forças vitais promovendo o renascimento na vegetação, numa analogia à perpetuação da vida (TRABULSI, 2004, p. 199). Dioniso era ao mesmo tempo um deus primaveril e emissário do mundo subterrâneo. A fartura fora garantida pela abertura das entranhas da terra, de onde surgiu o deus mascarado, trazendo sementes, a primavera, o vinho novo e a horda dos mortos (FERNANDES, 2005, p. 210). Como demonstra Oliveira:

“Devido ao cheiro de vinho exalado dos Píthoi, os mortos aproveitavam a abertura do mundo subterrâneo para a ascensão de Dioniso e, sedentos de vinho, vinham para o mundo dos vivos guiados por Hermes. O segundo dia, o dia de Khóes, era, então, marcado pela presença de fantasmas que vinham do subterrâneo. Um dia em que a ordem natural das coisas era subvertida e havia uma inversão de papéis. No terceiro dia, o dia das marmitas, Khrýtroi, os deuses consagrados eram Dioniso e Hermes. Este dia era destinado a apaziguar os espíritos e, segundo se supunha, o deus que os havia conduzido seria o responsável por levá-los de volta” (OLIVEIRA, 2005, p. 217-218).

De acordo com Fernandes, era um ritual que apresentava polaridades, na medida em que se caracterizava como uma reunião sagrada em comemoração ao início do ano agrícola, o reinício da vida na cidade, simbolizado pela primavera, e também como um festejo intimamente relacionado à morte. O templo de Dioniso se localizava no pântano, nos limites da cidade, o *Líminaion* (FERNANDES, 2005, p. 207). Deste modo, Fernandes comenta:

“As Anthestérias vêm ativar ritualmente um campo imaginário de indefinição e liminaridade em que funcionam significados opostos àqueles estabelecidos pela cidade. Neste sentido, a festa desloca a cidade para fora dela mesma, rumo a um território simbólico de indiferenciação típico da anomia. Realiza-se assim a representação de um

retorno mágico da cidade ao tempo das origens caóticas e pantanosas como meio de invocação ritual de um recomeço da Pólis” (FERNANDES, 2005, p. 208).

Entre março e abril, aconteciam as Grandes Dionisiacas Urbanas, no calendário grego antigo correspondia ao *Elaphebolion*. As representações dramáticas ocorriam provavelmente no teatro de Dioniso, situado na encosta sul da Acrópole. Era constituído por um espaço circular, o *choros*, mais frequentemente chamado *orchestra*, onde dançavam e cantavam os hinos em honra de Dioniso que ali possuía um templo. No início da festividade, a estátua do deus era levada para um altar, *temenos*, havia um sacrifício com um touro, e na *Faloforia* apresentavam-se imagens fálicas para o *demos*. Como adiciona Fortuna: “*Nas festas – Grandes Dionísias -, era conduta normal Dioniso receber um Phalós de presente dos atenienses e dos mercadores das colônias amigas de Atenas como Bréia, na Trácia. Era uma espécie de ritual oferecido a Dioniso*” (FORTUNA, 2005, p.133). Após o banquete, a estátua de Dioniso era transportada para o teatro. No dia seguinte, estava tudo pronto para a realização dos concursos (TRABULSI, 2004, p.202).

Nas Grandes Dionisiacas, estavam representados os diferentes componentes da sociedade. Fica claro que se tratava de uma das festividades, que no período clássico, melhor expressavam a toda Hélade a relevância de Atenas. Apesar de se tratar de rituais com *Faloforia*, banquetes e sacrifícios, nas Grandes Dionisiacas, para Antônio Dabdad Trabulsi, não havia a mesma licenciosidade, nem o mesmo caráter de selvageria observada nas Dionisiacas Rurais e *Leneias*, não há comparação com o que deveria ser a anarquia das Dionisiacas Rurais e o orgiasmo das *Leneias*. As Grandes Dionisiacas apresentam uma evolução nas festas. Uma festa nova, mais civilizada, favorecida pelos tiranos, e depois pela Democracia, em detrimento de festas mais antigas (TRABULSI, 2004, p. 202-203).

Giuseppina Grammatico, em *La Fiesta como el Tiempo de Dios*, declara que os gregos chamavam a festa de *heorté*, palavra que designava “deleite, alegria e celebração”. Outro nome utilizado era *thalía*, expressão associada ao verbo *thallo* que do grego significava “germinar” (GRAMMATICO, 1998, p.35). Para que possamos apreender a dimensão política, social e religiosa das festas atenienses, implica neste trabalho analisá-las enquanto manifestação simbólica organizada por sujeitos sociais repletos de significações. Elas são importantes para entendermos os mecanismos pelos quais um grupo ou grupos se impuseram, ou tentaram

demonstrar sua concepção de mundo relativa às questões políticas, sociais e religiosas exercidas na Pólis ateniense.

O termo Festa é de difícil conceituação. Existe uma enorme complexidade para o uso da palavra, uma vez que ela abarca uma multiplicidade de interpretações quando nos referimos a uma mesma ação coletiva. Esta é a opinião de estudiosos, como Noberto Luiz Guarinello, no texto *Festa, Trabalho e Cotidiano*, no qual desenvolve uma análise conceitual, expressando as várias faces que orientam a vida em sociedade (GUARINELLO, 2001, p. 969).

Adotamos algumas concepções, face as várias alternativas disponíveis, para versarmos algumas contribuições relativas ao estudo das festas em Atenas, cujos elementos se relacionavam diretamente com o exercício da cidadania democrática. No mundo grego, ela era um ato coletivo ritualizado, reunião comemorativa unindo o sagrado e o humano, continha variados processos de significação, símbolo da unidade e identidade dos participantes.

Para Guarinello, a festa produz identidade (GUARINELLO, 2001, p. 972). Na Pólis, elas expressavam relações de poder. Ao mesmo tempo em que uniam, também diferenciavam, ou seja, formavam incluídos e excluídos do ato. Esta fronteira, imposta na festa, coincidia com a identidade percebida no seu interior. Representavam uma tentativa de salientar uma determinada identidade segmentária ao corpo social

Deste modo, a imagética de Dioniso entendida como “energias” passa a ser humanizada, ritualizada e oficializada, mormente, pelo poder institucional. Sendo assim, a construção imagética da divindade em relevo em Atenas é o resultado de uma construção da própria Pólis ateniense.

Por parte dos estudiosos, existem muitas opiniões concernentes à proposta de Eurípides apresentada em *As Bacantes*. Transitam entre a afirmação da divindade dionisíaca e reinterpretções da imagem de Dioniso imperam em meio aos debates, especialmente envoltos por um período em que Atenas caminhava de um período de hegemonia para uma crise instaurada em diversos setores, dentre eles, o institucional, o Filosófico e o econômico, áreas notadamente marcadas pela Guerra do Peloponeso e o movimento da Sofística. Deste modo, o questionamento que envolveu a aceitação das obras euripidianas por seus contemporâneos foi um assunto discutido em trabalhos de pesquisadores da Antiguidade. É o que Trajano Viera traz, por exemplo, na introdução de sua tradução de *As Bacantes* para o português (VIEIRA, 2003, p. 19).

A aparência dos cultos dedicados a Dioniso entre os helenos, é útil para apreendermos especialmente a identidade dionisíaca apresentada na Atenas clássica, por exemplo, inserida de acordo com os acontecimentos e grandes debates da época. Nesta acepção, as comemorações em sua homenagem se tornaram importantes instrumentos para a avaliação das relações de envolveram Identidade, Imaginário e Poder. Notabilizaram-se como um período de fusão com a divindade. A loucura dionisíaca numa relação de misticismo, êxtase, transe e possessão resultavam em liberdade, felicidade e equilíbrio. José Antonio Dabdab Trabulsi, em *Dionisismo Poder e Sociedade*, revela que este estágio era interpretado pela cultura em questão como uma “*influência de um espírito externo*”, no caso, Dioniso (TRABULSI, 2004, p.221).

Portanto, as histórias sagradas, mais do que explicar o mundo possuíam nuances embasadas em novas formas de pensamento que surgiam na época, nos referimos notadamente à Sofística³ no caso de Atenas no século V a.C, por exemplo.. Neste contexto, concebemos o Dionisismo na Grécia antiga, em especial em Atenas, como um fenômeno de sociedade oriundo das relações de Dioniso com o poder político e com os indivíduos.

A política associada com Dioniso, por exemplo, se tornou um mecanismo para a conquista das almas, isto é, na época da Democracia ateniense, representava o poder do cidadão sobre os marginalizados. Ele se conectava ao homem e simultaneamente cidadão, quando sua imagem associada ao Falo transmitia a idéia de virilidade, força e autoridade que operava especialmente pelas vias culturais e políticas.

No mundo antigo, o sagrado associava-se usualmente com um ou mais processos cíclicos da natureza. Já as mulheres tinham uma função mediática unindo a natureza e o sagrado. Estavam intimamente ligadas às constantes da vida numa inter-relação entre corpo, vida, morte, cosmos, terra e fertilidade. Enraizadas na vida produtiva, as festividades eram celebrações fixadas no ciclo agrícola e calendário religioso, associadas à fertilidade.

Concordamos com Joaquín Barceló, em *El Sentido Religioso de la Fiesta no Mundo Antiguo*, que a visão religiosa do homem neste período era homogênea e cíclica. Os ciclos

³ Sofística – Movimento responsável pela introdução de um novo pensamento, trazendo à tona uma série de debates cuja influência foi perceptível entre os atenienses. Tratava-se de pensadores vindos de todo o mundo grego e que afluíram em Atenas no Século V a.C. como educadores. Apesar de introduzirem reflexões nos mais variados setores, foram mais conhecidos por um aprendizado que, na civilização clássica levaria ao sucesso político. Os sofistas se preocupavam com as tentativas de explicar a natureza, abstando-se da tradição religiosa. Procuravam determinar um princípio para todas as coisas. Não procuravam uma verdade objetiva. Ao contrário, seguiam direções muito variadas e até mesmo opostas. Não obstante, como afirma H. Kitto, em *Os Gregos*, possuíam algumas afinidades entre si se tornando um grupo, porém, com características próprias e notadamente distintas (KITTO, 1960, p. 177).

temporais eram muito importantes, como a sucessão dos dias e noites, as fases da lua e estações do ano. Para as sociedades antigas, o mais importante destes ciclos eram as estações do ano, pela sua importância ligada à agricultura, pesca e criação de animais. O homem considerava o ciclo das estações como uma manifestação da atividade divina (BARCELÓ, 1998, p.79-80). Tal afirmação torna-se relevante para compreensão de festividades dedicadas a Dioniso, Deméter e Perséfone, deuses ligados à agricultura. Para Barceló, os poetas enquadravam suas obras ao ciclo orgânico, associando-as, geralmente, a assuntos sociais como à crise de um Império, como foi o caso de Atenas (BARCELÓ, 1998, p. 81).

Os festejos dionisíacos, relacionavam a memória coletiva e individual a partir de uma sequência ritual. Apesar de seu caráter cíclico e regular, estes eventos revelavam uma ruptura, onde a comunidade estabelecia e renovava seus laços com o sagrado e ainda, seus laços sociais. Nossa definição de Memória comporta todo o complexo do trabalho desenvolvido por pesquisadores como Maurice Halbwachs, no livro *A Memória Coletiva*, particularmente no que menciona a sua relação com o tempo. Uma vez que o tempo, nas festividades em Atenas, abarca uma discussão mais detalhada. O que se esconde sob a análise da memória é uma definição de tempo (HALBWACHS, 1990, p. 15).

Enquanto rituais coletivos ocupavam um local destacado no imaginário, funcionando como comunicação e fusão com a divindade homenageada; a festa na Antiguidade sublinhava um complexo de celebrações associados aos acontecimentos mitológicos. Portanto, tinham o objetivo de agradar os deuses, nos quais o homem se apoiava para que garantir seu êxito. Ela correspondia ainda à possibilidade do homem participar diretamente com o divino, como um grande colaborador dos deuses (BARCELÓ, 1998, p. 81).

Em *Cuando El Horror Se Convierte en Fiesta: Dioniso, El Mago de Las Ilusiones*, Maria Cecília Colombani faz uma reflexão das relações entre Mito, Festa e verdade. Como já ressaltamos, entende-se por mito no mundo antigo uma história verdadeira, fonte de múltiplos sentidos que se relaciona com a memória, reatualizando-o dentro do contexto espacial e temporal envolvido (COLOMBANI, 2005, p. 246). A estrutura mitológica observada nas festas penetrou a fundo na vida social fundamentando suas práticas, afirmando simbologias de pertencimento e exclusão.

Quando estudamos os rituais festivos na Antiguidade grega, a primeira preocupação que se insere entre os analistas do tema está relacionada com a esfera do tempo e do cotidiano.

Neste sentido, as opiniões se dividem. De um lado, pesquisadores como Havey Cox, em *Las fiestas de Locos Ensayo sobre ele talante festivo y la Fantasia*, tendem a considerá-las como uma manifestação extratemporal, isto é, fora da rotina cotidiana. Significa simplesmente que a festa salienta um contraste claramente distinto da vida cotidiana (COX, 2002, p.34). Para Giuseppina Grammatico, o tempo é libertado a partir da vida cotidiana (GRAMMATICO, 1998, p.35).

Léa Freitas Perez, no texto *Antropologia das Efervescências Coletivas*, define o ritual como um ato coletivo, extra-ordinário, extratemporal e extralógico. Um grupo que consagra sua reunião a alguém ou alguma coisa. Para a autora, ocorre uma interrupção da temporalidade linear. Ela instaura um novo mundo, uma outra ordem. As festas expressam uma efervescência coletiva, exaltação de objetos comuns a um grupo, religiosidade e diversão. São rituais em amplitude que os distinguem dos ritos cotidianos. Festa era sinônimo de obrigações, mas também de lazer, divertimento e celebração religiosa (PEREZ, 2002, p.19).

Dentre os rituais dionisíacos, destacamos o teatro, particularmente em Atenas. Teatro é uma palavra que vem do verbo grego *Theasthai*, ligado a ver, olhar, contemplar. O auge do teatro ateniense coincide com o ápice da liderança democrática de Péricles. Para Fortuna, foi Péricles que democratizou o evento em Atenas, permitindo que todo o povo assistisse as representações. Criou o *Theorikon*⁴, um fundo a fim de que os menos favorecidos pudessem assistir aos dramas (FORTUNA, 2005, p. 242). Do ritual mitológico primitivo e coletivo dedicados ao deus surge o ritual teatral, quando as festividades chegam ao seu ápice ganhando um corpo dramático e literário.

Entrelaçando a história política e cultural, o teatro era precisamente um evento religioso, um concurso, um dos componentes principais das festividades em honra ao deus Dioniso, deus das festas, dos banquetes e do teatro (GRIMAL, 1978, p. 33). Nestas ocasiões, as peças mais famosas ganhavam maior destaque, sendo rerepresentadas em teatros de outras cidades gregas, assim como na própria Atenas.

Para Maria Regina Candido, no texto *Teatro, Memória e Educação na Atenas Clássica*, o teatro se ligava com a Democracia ateniense do século V a.C. na estrutura física, como imitação da *Ágora* e da *Pnix*. A forma circular era semelhante ao objetivo isonômico do

⁴ *Theorikon* foi uma contribuição e incentivo à participação dos cidadãos de poucos recursos nas apresentações teatrais. O *Theorikon* representava um pagamento que permitia a participação no teatro, havia também a premiação, em que o vencedor ganhava como prêmio um bode para ser sacrificado ao deus Dioniso (CANDIDO, 2005, p. 627).

debate, das decisões e do direito de participação política dos cidadãos atenienses (CANDIDO, 2005, p. 627). Haviam ainda os cortejos, onde eram expostos os tesouros da Liga de Delos, uma forma de exaltar a grandeza da Pólis, sua autonomia enquanto coletividade de cidadãos, demonstração da hegemonia de Atenas aos seus aliados e a outras Cidades-Estado gregas (ANDRADE, 2001, p. 19).

Nas festas dionisíacas, a música se tornava um elemento de destaque misturando-se à atmosfera da festa com palavras e sons de flauta (GRAMMATICO, 1998, p. 37). Ditirambo é um termo relacionado à música, teatro, coro em homenagem a Dioniso e vinculado à origem do teatro, posteriormente acrescido de dança e música com flauta. No século VII a.C., com a introdução do coro de elementos e um solista (corifeu), que com ele dialogava, gerou os primeiros elementos dramáticos. A partir do século V a.C., focalizava não só Dioniso, mas outros deuses e mitos. Composição poética sem estrofes regulares quanto ao número de versos e pés, métrica e disposição das rimas, que visa festejar o vinho, a alegria e os prazeres da mesa. Vem etimologicamente do latim, *dithyrambus*, *dithyrambo*, poema para honrar Baco.

Ele agia como um recurso simbólico das renovações e progressões sociais. O Ditirambo dionisíaco libertava o imaginário. Do conflito partia-se para a organicidade de todas as coisas. Ele possuía elementos que foram paradigmáticos para o teatro como arte, estética e metamorfose (FORTUNA, 2005, 234).

As representações religiosas, para alguns estudiosos como Isabela Fernandes, se convertem em anomia, ligada ao rompimento da ordem, das instituições, da Identidade cultural, numa perspectiva que separava o sujeito e do seu mundo social (FERNANDES, 2005, p.207). É um inverso institucionalizado. Mas autores como Guarinello assumem uma posição contrária ao se referir às reuniões comemorativas, cuja forma de abordá-las está sintetizada a seguir:

“(...) abordá-la como uma estrutura do cotidiano, ou antes uma parte da estrutura do cotidiano de todas as sociedades humanas, como um produto necessário desse cotidiano. Proponho-me, portanto, a ver a festa, não como uma realidade oposta ao cotidiano, mas integrada nele. E só como parênteses, penso cotidiano, não como uma dimensão particular da existência humana, mas como o tempo concreto de realização das relações sociais” (GUARINELLO, 2001, p.971).

Harvey Cox organiza os rituais festivos a partir de alguns componentes. Dentre eles, o a afirmação da vida. O excesso está conectado a costumes sexuais, alimentos e às próprias vestimentas. Elas concedem alterações que eram aprovadas socialmente, que regem a conduta

diária. A afirmação da vida ocorre relativa ao gozo, aos agradecimentos e ao sucesso oriundos das relações entre sagrado e profano, nas quais a reunião comemorativa funciona como elemento de conexão. Para ele, as festas estão entrelaçadas, ainda, ao sentido que o homem dá ao mundo, compartilhada com o mesmo grupo por meio de símbolos religiosos que ajudam a unir a ambos, tornando-se pontos de conexão entre os dois mundos, espiritual e humano (COX, 2002, p.37-38).

Léa Perez salienta a festa como um mundo ao inverso, mistura de alegria e angústia, regozijo e violência, prazer e dor. Com seu término, produz conforto para o indivíduo que dela participou, uma vez cumpridos os deveres rituais, promove-se o equilíbrio que as festas na Antiguidade visavam buscar (PEREZ, 2002, p. 26-29).

Dentre os símbolos dionisíacos, começemos pela imagem do Falo. Nos rituais dionisíacos ele tinha uma conotação de virilidade sexual, mas ao mesmo tempo moral. Como adiciona Marlene Fortuna, em *Dioniso e a Comunicação na Hélade: O Mito, o Rito e a Ribalta*, ele representava a força e a valentia, soberania e a potência intercalado como símbolo do poder político representado pelos homens (FORTUNA, 2005, p.265). Ele se conectava ao homem e, quando sua imagem associada ao Falo transmitia a idéia de virilidade, força e autoridade que operava especialmente pelas vias culturais e políticas.

Nestes rituais, mulher, terra, corpo, lua e morte, metaforicamente se integravam ao circuito do signo das festas e da cultura grega. O universo feminino em Dioniso se torna expresso particularmente por meio de suas Mênades. As mulheres para Dioniso tinham tanta notoriedade, que são determinadas a comandar e a representar os signos das metamorfoses de Dioniso (FORTUNA, 2005, p.144).

Façamos algumas observações. Entre elas, como um ritual que se caracterizava, sobretudo, pelo transe e violência das Mênades, ocasionando uma perda momentânea de identidade, demonstravam a sua independência e importância para a manutenção da vida na comunidade? Dioniso escolheu as mulheres como suas sacerdotisas, assim como em outros cultos dedicados a outras divindades, elas possuem o poder de garantir o equilíbrio e manutenção da vida entre os mortais.

Em *La Fiesta como El tempo de Dios*, Giuseppina Grammatico salienta que as homenagens dionisíacas, os homens podiam experimentar sua união com os imortais, no qual o tempo era comum a ambos (GRAMMATICO, 1998, p.34). Era a garantia da repetição periódica do tempo, mortal e imortal. Ele era o mesmo, assim como o espaço. Na festa, tempo e espaço

descontínuos formavam tempos e espaços, fossem sagrados ou profanos, homogêneos. Como comenta Grammatico: “*O tempo de deus é, portanto, também ‘tempo do homem, mas um homem dependente’ que sente manifestar através da opulência da divindade e experimenta o júbilo de ser depositário e testemunha desta opulência*” (GRAMMATICO, 1998, p.34).

Na Antiguidade enfatizava um complexo de celebrações associados aos acontecimentos mitológicos. Portanto, tinham o objetivo de agradar os deuses, nos quais o homem se apoiava para que garantir seu êxito. Ela correspondia ainda à possibilidade do homem participar diretamente com o divino, como um grande colaborador dos deuses.

O Menadismo, desta forma, torna-se essencial, pois participa da garantia do bom relacionamento com o deus. Do conflito representado mais acentuadamente na imagem da Mênade, passava-se para a organicidade, o desequilíbrio que gerava equilíbrio. Nesta acepção, o papel desempenhado pelo feminino interferia no destino da cidade por intermédio de Dioniso. O que as fez temidas pelos homens, o que as tornava detentoras de um poder sobre eles. O que demonstra que além de representantes de Dioniso, elas se integram à identidade da divindade aludida. Fortuna as descreve na citação a seguir: “*As Bacantes e seu domínio sobre o homem, mágicas, sedutoras e sacrificadoras sangrentas de vítimas humanas, acompanhavam as perambulâncias do séquito dionisíaco*” (FORTUNA, 2005, p.148).

Portanto, percebemos que a conexão de Dioniso com o masculino e o feminino é muito acentuada. Ele é a imagem do Falo, símbolo do viril e do poder. Contudo, também atribui ao feminino um grande destaque, escolhidas como suas sacerdotisas, possuíam um poder inverso dos padrões da cultura grega (FORTUNA, 2005,149).

Em diferentes momentos as diversas imagens intercalaram Dioniso e o feminino à fertilidade e ambiguidade, naturais como seres que descendem de Pandora, um ser interpretado nem como divino, nem humano, caracterizado por sua natureza indefinida, um mal revestido sobre um bem, como foi descrita nos trabalhos de Hesíodo (HESÍODO. *Os Trabalhos e os Dias*, v. 122-201).

Para Pierre Grimal, em *O Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, o deus transmitia as mulheres suas forças vitais, ligadas a terra e à renovação vegetal e da vida. As relações de Dioniso com o feminino também estão expressas no mito de Homero, no momento em que é vestido de mulher para fugir dos ciúmes da esposa de seu pai, Hera (GRIMAL, 1951, p.121-122) o que nos leva a observar um dos elos entre Dioniso e as mulheres. O Menadismo tinha

uma forte conotação ligada à fertilidade e à liberdade, embora por vias insanas, cujo controle masculino se fazia necessário (FORTUNA, 2005, p. 128).

Em suma, a Thiáde ou Mênade foi representada por sua associação com as idéias de evasão, válvula de escape, direcionando as tendências contrárias de um grupo e permitindo seu subterfúgio provisório, por intermédio dos processos de possessão, durante um tempo pré-determinado, numa desordem que reforçava a ordem.

Enfim, por meio de Dioniso se materializam imagens e sentimentos, se caracterizando como uma das formas usadas para compreender e questionar o universo da época. Deste modo, nossa proposta neste trabalho se direciona no sentido de apresentar o culto ao deus em evidência que se destaca por a capacidade de suscitar novos e inesgotáveis questionamentos, destarte, nos lançando frequentemente o desafio de compreendê-los enquanto parte integrante da forma e conteúdo sobre a qual se constrói o conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Documentação Textual

EURÍPIDES. *As Bacantes*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HESÍODO. *Teogonia*. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

_____. *O Trabalho e os Dias*. Trad. Mary de Carvalho Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1991.

b) Obras de Referência

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1951.

c) Obras Gerais

ANDRADE, Marta Mega. *A Cidade das Mulheres – Cidadania e Alteridade Feminina Clássica*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, 2001.

AUGER, D.. Le jeu de Dioysos: Déguisements et métamorphoses dans lê Bacchantes d' Euripide. *Nouvelle Revue d' Ethnopsychiatre*. Paris, Vol.1, p.57-80, 1983.

BARBO, Daniel. *O Triunfo do Falo: Homoerotismo, Dominação, Ética e Política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro Grego. Tragédia e Comédia*. São Paulo: Vozes, 2006.

BARCELÓ, Joaquín. El Sentido Religioso de la Fiesta em el Mundo Antiguo. In: *La Fiesta como Tiempo de Dios*. Madrid: Universidad Metropolitana de ciencias de la Educacion, 1998. p. 64-77.

CANDIDO, Maria Regina. Medeia. Ritos e Magia. *Phônix*. Rio de Janeiro, Vol.02, p. 229-235, 1996.

COLOMBANI, Maria Cecília. Cuando El Horror Se Convierte em Fiesta. Dioniso, El Mago de las Ilusiones. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (Orgs.) *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 246-252.

COX, Harvey. Las Fiestas de Locos. Ensaio Sobre el Talante Festivo Y La Fantasia. In: *Las Fiestas de Locos*. Madrid: Taurus, 2002. p. 31-42.

DAMANESCO, Silvia. A Confluência de Discursos em As Tesmofórias, de Aristófanés. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (Orgs) *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 281-286.

DARAKI, M. *Dionysos*. Paris: Arthaud, 1985.

FORTUNA, Marlene. *Dioniso e a Comunicação na Hélade. O Mito, O Rito e a Ribalta*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMMATICO, Giuseppina. La Fiesta como el Tiempo del Dios. In: *Lo Sagrado y lo Profano en la Fiesta del Mundo Antigo*. Santiago: Universidad Metropolitana de Ciências de la Educacion, 1998. p. 33-45.

GRIMAL, Pierre. *O Teatro Antigo*. São Paulo: Martins fontes, 1978.

GUARINELLO, Noberto L.. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JACSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Ed EDUSP, Vol 02, 969-975, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

FERNANDES, Isabela. A Festa das Anthestérias e sua referência em Aristófanés. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (Orgs.) *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 207-214.

KERÉNYI, Karl. *Dioniso. Imagem Arquetípica da Vida Indestrutível*. São Paulo: Odysseus, 2002.

KITTO, H. D.. *Os Gregos*. Coimbra: Armênio Amado, 1960.

LESKY, Albin. *História da Literatura Grega*. Lisboa: F.C.G, 1971.

MOSSÉ, Claude. *O Cidadão na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1993.

OLIVEIRA, Jane Kelly de. Festa e Utopia em *Os Acarnenses*. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (Orgs.) *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 215-220.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: *A Festa na Vida. Significados e Imagens*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.15-58.

VRISSIMTZIS, Nikos. *Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2002.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Dionisismo, Poder e Sociedade na Grécia Antiga até o Fim da Época Clássica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

PERSPECTIVAS MÁGICO-RELIGIOSAS NA ANTIGUIDADE TARDIA: OS DEUSES, OS *DAÍMONES* E OS HOMENS DIVINOS

Ivan Vieira NETO¹
ivan.historia@ymail.com

Resumo: Os sécs. I e II d.C. assinalaram importantes transformações nas concepções religiosas do mundo helenístico-romano, ocasionadas pelas influências da filosofia helênica e das religiosidades orientais. Entre os sécs. III e IV d.C., após a chamada Anarquia Militar, aumentaram significativamente as diferenças entre práticas populares e a religião tradicional. O interesse pela magia cresceu exponencialmente e a própria filosofia voltou-se para a compreensão dos agentes mágicos e as formas pelas quais estes influenciavam a vida humana. Deste modo, o imaginário tardo-antigo foi marcado por uma presença sem precedentes de entidades intermediárias entre os deuses e os homens, os *daímones*. O antigo sábio helênico também voltou a participar da cultura popular na figura do homem divino, embora, desta vez, a sua participação não se restringisse ao campo religioso e se destacasse na própria filosofia.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, Homens Divinos, Práticas Mágicas.

Abstract: The Ist and IInd centuries AD signaled significant changings in the religious conceptions of the Hellenistic-Roman world, in ocasion for the influences of Greek philosophy and the Eastern religiosities. Between the IIIrd and IVth centuries, after the period called Military Anarchy, the differences of the traditional religion and the popular practices had increased significantly. The interest on magic grew exponentially and even the philosophy tried to understand the rôles the magic agents played and the ways they used to influenciate the human life. The late antique imaginary was marked by the presence of entities who played the intermediary part between gods and men. The *daemones* displayed an unprecedent work in greco-roman imaginary. The ancient wise men were back in scene, although the figure of the holy men had a larger participation that was influent over religion and even over philosophy.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Editor júnior do periódico eletrônico Revista Chrônidas e membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR) e Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED).

Keywords: Late Antiquity, Holy Men, Magic Practices.

H.-I. Marrou observou que foi justamente no campo da religião que se manifestaram os aspectos mais marcantes das transformações sociais na Antiguidade Tardia. De acordo com o autor, a mentalidade dominante durante o período do Principado fora orientada pelos ensinamentos herdados da filosofia grega, que num processo de longa duração empreenderam a sua crítica às religiosidades, cujo escopo era dissolver as antigas crenças em prol dum ideal humanista que se voltava para as questões do homem e das suas virtudes beatíficas. Estas questões foram reformuladas e reorganizadas quase por completo em meados do séc. III d.C., quando o sistema político romano se converteu no Dominato, período em que o interesse pela vida beatífica, a busca pela aproximação entre homem e divindade e a preocupação com a salvação da alma humana passaram a ocupar o ponto central das expectativas sociais em todo o Império (MARROU, 1980, p. 23-4).

Tais questões tomaram proporções ainda maiores quando, com base no modelo das monarquias orientais, o próprio Imperador se tornou uma figura divina², durante o período político comumente designado por *basileia* (MARROU, 1980, p. 27 & SILVA, 2008, p. 9).

Simultaneamente, outra personagem divinizada ganhou espaço no imaginário tardo-antigo: o *homem divino* {θεῖος ἄνθρωπος}, cuja ascensão, segundo P. Brown, constituiu o *leitmotiv* das transformações religiosas na Antiguidade Tardia.

O (res)surgimento do indivíduo comum divinizado e a sua valorização marcaram uma revolução no pensamento religioso dos sécs. III e IV d.C., consequências de uma mudança gradual no interesse pela cultura tradicional, que ocorreu por dois motivos fundamentais: por um lado, uma ruptura com a transmissão das tradições através da figura paterna, que foi substituída pela figura do preceptor, especialmente entre os setores dirigentes e os potentados locais; por outro, a primazia alcançada pelos homens divinos em relação aos oráculos, justamente porque a sua mensagem pessoal e objetiva experimentou uma maior sintonia com as expectativas da sociedade daquela época (BROWN, 1982, p. 149-50).

² Tanto durante o Principado quanto durante o Dominato, a divinização é um apanágio do Imperador. O *princeps* (ou *dominus*) assumia as principais características das realezas sagradas helenísticas, quando era aceito pelo Senado como sucessor dos *diui* que o precederam, embora não fosse considerado uma divindade em vida, tal qual os egípcios consideravam os seus farós um Hórus vivo. Consoante Gilvan Ventura da Silva, desde a ascensão de Augusto, por influência das concepções político-religiosas helenísticas, o culto imperial possuía uma sacralidade inequívoca. Entretanto, o monopólio do sagrado em Roma não representava uma condição *sine qua non* para o pleno exercício das prerrogativas políticas que acompanhavam a magistratura do *princeps*, pois não se esperava que a capacidade de governar de um indivíduo estivesse relacionada a poderes místicos, muito embora durante a *basileia* fosse considerado *deus et dominus natus* (SILVA, 2003, p. 103-4 & SILVA, 2008, p. 9).

Concordamos com tais concepções de Brown acerca dos homens divinos, mas devemos discordar de uma das suas afirmativas a respeito desses indivíduos. O autor conjectura que, se a "morte natural do paganismo" deve ser considerada mais que uma sentença retórica, suas raízes devem ser buscadas nos costumes tardios dos aledões romanos, justamente o ambiente que propiciou o (re)aparecimento desses homens divinos { $\psi\epsilon\iota\omicron\iota$ $\nu\delta\rho\epsilon\omega$ }, com as suas variadas práticas mágicas, substitutivas da sabedoria comunitária ancestral e "usurpadoras" dos conhecimentos ocultos outrora exclusivamente femininos³. Ora, os argumentos que apresentamos apontam o contrário; a presença dos homens divinos na sociedade tardo-antiga é, precisamente, indício de um renascimento de cunho filosófico-religioso das antigas tradições helenísticas e foi impulsionado por uma duradoura resistência pagã, especialmente dos setores dirigentes e dos camponeses, à crescente cristianização.

Se esse *contra-cristianismo* não prevaleceu (pelo menos não totalmente, mas a retomada da cultura helenística de fato prolongou os dias do paganismo), devemos procurar as causas da "morte do paganismo" numa outra perspectiva, que é, exatamente, a das políticas imperiais estabelecidas a partir do séc. IV.

Mas antes que o paganismo cumprisse o destino da "morte anunciada", houve um retorno inquestionável às antigas tradições e à religião politeísta. Portanto, uma vez mais, é preciso entender as transformações históricas com base num processo de longa duração. Numa tal análise, é imprescindível a compreensão da Antiguidade Tardia a partir de suas características próprias e originais, ao invés de situá-la apenas como um "período intermediário" entre Antiguidade e Idade Média, o que de fato não constitui a melhor definição para os quatro séculos abrangidos. Durante o contexto tardo-antigo, por meio das suas inovações e retomadas culturais, consolidou-se uma sociedade muito distinta da civilização clássica de outrora, cujo imaginário apresentava preocupações e expectativas espirituais muito mais acentuadas do que as da civilização greco-romana que a precedeu. Interessa-nos analisar como se deu essa transição da espiritualidade das religiões instituídas para uma nova perspectiva que individualizou a experiência com as divindades.

A partir da crença na sobrevivência da alma e na sua eterna ligação com o corpo mortal, os antigos conceberam a importância da sepultura como a última morada do falecido. O túmulo foi tão importante durante o período em que se praticava a inumação quanto quando

³ Em tradução livre do inglês: "[o homem divino] era um profissional impiedoso; e, como às vezes é o caso, seu ascenso foi uma vitória dos homens sobre as mulheres. A bênção do homem divino, e não um amuleto preparado por uma mulher sábia, agora era o que se supunha proteger dos efeitos de um lagarto verde que havia caído numa sopa. Se 'a morte natural do paganismo' vem a ser algo mais que uma frase retórica, suas raízes devem ser procuradas nos cantos e recantos da vida aldeã no [mundo] romano [do período] tardio" (BROWN, 1982, p. 151).

a prática da cremação se tornou mais corrente. Independente se o corpo ou as cinzas (devidamente guardadas na urna funerária), os restos mortais deveriam ser sepultados, juntamente com os utensílios pessoais.

F. de Coulanges atesta que os ritos funerários eram tão fundamentais que, caso fossem negligenciados, o espírito do falecido erraria sem rumo sobre a terra, vagando e atraindo doenças e toda sorte de infortúnios para os vivos. Somente os rituais fúnebres garantiriam que os mortos não se tornassem espíritos malignos, mas também era importante a observação das oblações que lhes eram devidas. Aos vivos cabia oferecer alimentos e bebidas aos seus mortos, procedimento que apaziguava a fome e mitigava a sede dos defuntos, assegurando que suas almas se mantivessem como espíritos propícios e benfazejos (COULANGES, 2000, p. 9-10).

Por essa razão, o primeiro culto que se desenrolou do sentimento religioso foi propriamente o arcaico culto aos espíritos dos mortos e aos antepassados divinizados. Tais divindades convertiam-se em deuses tutelares, protetores da casa e do núcleo familiar, tanto na Grécia quanto em Roma, constituindo um culto privado, fundamentalmente conduzido pelo chefe da família. Concordamos com as assertivas de Coulanges quando o autor afirma que foi por meio do culto aos mortos que o homem antigo, pelo menos na Grécia e em Roma, desenvolveu o seu sentimento religioso (COULANGES, 2000, p. 15-8).

Entre os gregos e os romanos, tão importante quanto o culto funerário foi o culto doméstico, praticado no seio da família, no centro da habitação e em torno do fogo sagrado, herança indo-europeia que adquiriu caráter de divindade particular, o qual deveria ser mantido sempre aceso. Por intermédio do culto ao fogo sagrado, cultuavam-se também os antepassados: o fogo sagrado não poderia se extinguir enquanto a família continuasse vivendo, portanto o deus particular que presidia àquelas chamas era o mesmo, desde os antepassados até as próximas gerações. Junto do fogo sagrado, concentrava-se toda a linhagem: os vivos ofereciam o culto, os mortos divinizados, que os gregos chamavam *theoíz khtoníois* ou *daímones*, enquanto os romanos os reconheciam como *manes*, *lares* e *penates*, participavam com a divindade familiar na recepção do culto devotado ao centro ígneo da moradia. Isto mantinha um contato perene entre os indivíduos e os seus ancestrais, perpetuando as dinâmicas familiares numa relação em que os membros pretéritos, os falecidos, se encontravam em constante contato com os seus descendentes, recebendo deles algumas obrigações; como as preces, as refeições e as oblações, enquanto se empenhavam em

lhes assegurar a felicidade, a fartura e as virtudes necessárias a uma boa vida terrena⁴ (COULANGES, 2000, p. 18-27).

Possivelmente, as divindades personalistas da Grécia e de Roma se desenvolveram a partir de reminiscências de antepassados mortos, especialmente os ancestrais de aristocratas ou de grupos mais ou menos importantes, os quais, em algum momento, foram convertidos pela família em divindades tutelares. Consoante a crença de que a alma humana não podia abandonar o seu corpo, esses indivíduos estavam para sempre ligados ao solo em que haviam sido sepultados, e com o tempo extendiam a proteção da sua família a todo o território, sendo adotados por outras famílias e, enfim, por toda a cidade. Cada *pólis* ou *urbs* possuía o seu fogo sagrado, uma versão macrocósmica do culto ígneo familiar, mantido num altar no interior de um templo específico (na Grécia o Pritaneu, em Roma o Templo de Vesta). E tal qual o culto doméstico era um culto secreto, privado, os cultos públicos da cidade eram reservados apenas aos seus cidadãos, estando proibida a participação dos estrangeiros (COULANGES, 2000, p. 157-8).

O estabelecimento das cidades criou no homem antigo um novo vínculo, uma identificação territorial que superava a velha ligação familiar e introduzia os indivíduos no seio comum da coletividade. Os deuses e os heróis se tornaram os patronos da sociedade, participando dos espaços públicos e da vida cívica (SCARPI, 2004, p. 106). Na *História da Vida Privada*, Paul Veyne nos informa que estabeleceu-se na cidade antiga uma relação de fé ingênua e estável nos deuses, benfeitores aos quais a humanidade poderia recorrer nos momentos de dificuldade, da mesma forma que poderiam recorrer aos seus soberanos (VEYNE, 1989, p. 204). Este é o primeiro esboço da tradição religiosa concebida no interior das antigas *poleis* e *urbes*.

Em seu artigo para o livro *O Homem Grego*, dirigido por Jean-Pierre Vernant, Mario Vegetti afirma que a experiência religiosa dos gregos aceitava uma grande familiaridade com o mundo das divindades, as quais encontravam-se sempre próximas dos

⁴ Estas entidades do mundo espiritual greco-romano não possuem mitologia própria e muitas vezes se misturam e se confundem. Os gregos acreditavam que os seus mortos continuavam vivendo, divinizados, sob a terra e por isso os chamavam de *deuses ctônios*. O *daímōn* e o gênio eram tidos como divindades pessoais, acompanhando cada indivíduo do nascimento à hora da morte. Contudo, os *daímones* e gênios dos ancestrais mortos continuavam acompanhando a família de seus falecidos, dispensando benefícios aos descendentes vivos, que retribuía com as oferendas de alimentos. Entre os romanos, os antepassados mortos eram chamados *deuses manes* e a estas entidades eram oferecidos alimentos, vinho, leite, mel e flores. Juntamente com os *manes* existiam outras entidades, mais abstratas, os *lares* e *penates*. Os primeiros velavam pelas encruzilhadas e também pelos recintos domésticos, enquanto os demais protegiam o larário das casas, associados à deusa Vesta. Cf. GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa & Rio de Janeiro, 1999.

homens, participando em todos os setores da sua vida quotidiana, tanto públicos quanto privados (VEGETTI, 1994, p. 231).

O autor ainda informa que a espiritualidade grega não conheceu dogmas, não se baseava em verdades reveladas e não possuía um corpo sacerdotal estabelecido e unificado, tendo cada família e cada cidade liberdade e autonomia na prática dos cultos e ritos religiosos. Os gregos não desenvolveram um conceito próprio de "religião", expressando a sua devoção pelo termo *eusébeia* {εσβεια}, cujo sentido apregoadado é basicamente a piedade, o cuidado para com os deuses. Sua crença nas divindades era expressa por um verbo equivalente, *nomízein* {νομίζειν}, cujo significado é "ter por costume, submeter-se a, respeitar". Portanto, a sentença *nomízein tous theòs*⁵ comumente conotava uma prática piedosa, o respeito por meio do qual o homem demonstrava que honrava os seus deuses, mais do que uma crença ou a fé abstrata nas divindades (VEGETTI, 1994, p. 232-3).

Por seu turno, em artigo publicado no livro dedicado a *O Homem Romano*, dirigido por Andrea Giardina, John Scheid nos apresenta a espiritualidade romana como um sistema ritual demasiado organizado, no qual os cidadãos (os varões) detinham a primazia das práticas familiares, bem como dos ritos e cultos públicos, e donde os estrangeiros estavam excluídos, a menos que obtivessem uma licença da autoridade competente que lhes permitisse participar das cerimônias da *res publica* (SCHEID, 1992, p. 53).

Os romanos eram observadores das vontades dos deuses, que se condensavam com as suas próprias expectativas públicas no termo *numen*, abstração que mormente expressava os desígnios divinos (SCARPI, 2004, p. 149).

Antes que se iniciassem quaisquer atividades ou cerimônias públicas, procedia-se à verificação da vontade das divindades por intermédio dos auspícios⁶. Somente após a confirmação de um auspício favorável os magistrados poderiam proceder às reuniões políticas ou à celebração dos cultos públicos que ficavam a cargo dos magistrados e dos colégios sacerdotais, previamente designados para a sua realização (SCHEID, 1992, p. 54-5).

Esta observação da vontade era parte da *pietas* romana, a "piedade" em relação às divindades, que coabitam com os homens no interior da cidade, participando da vida comunitária e garantindo o bem comum. Por esta postura, através das cerimônias do *cultus deorum* protegido por um formalismo rígido, os cidadãos resguardavam as suas cerimônias da

⁵ Em tradução livre, *nomízein tous theòs* significa algo como "considerar/respeitar os deuses".

⁶ Os auspícios e augúrios eram práticas divinatórias que tinham por intento sondar a vontade divina, particularmente de Júpiter, que sancionava os eventos públicos da cidade (SCARPI, 2004, p. 157).

contaminação pela intromissão individual e asseguravam para a cidade a *pax deorum*⁷ (SCHEID, 1992, p. 61-5). Conjuntamente, os rituais religiosos ocupavam lugar fundamental na cultura romana, por meio dos quais a cidade se expressava religiosamente e, por intermédio da sabedoria sacerdotal, proclamava publicamente que os deuses eram os verdadeiros senhores e os principais aliados do povo romano (SCHEID, 1992, p. 67).

A estabilidade social romana é assegurada pelo culto aos deuses e pela observação rigorosa da piedade religiosa e dos preceitos cívicos, enquanto toda a extensão da cidade é um espaço sacro, simbolicamente consagrado às divindades. No interior deste espaço sagrado existem cidadãos humanos e cidadãos divinos, além daqueles indivíduos que não usufruem da cidadania. Magistrados e sacerdotes ocupam um papel de importância essencial, intermediam a relação entre os deuses e a humanidade, uma relação simbiótica sem a qual não pode haver ordem na *urbs*. Enquanto os homens prestam o culto às divindades e obedecem às regras da piedade religiosa, os deuses que habitam os templos erigidos na cidade de Roma, por seu turno, cumprem as suas próprias obrigações cívicas na manutenção da ordem interna e protegem o Império em toda sua extensão (SCHEID, 1991, p. 42-7).

Instituições sem preceitos escritos nem sequer dogmas estabelecidos, as religiões da Grécia e de Roma estavam embasadas em princípios abstratos sobre a interação humana com as suas divindades. Anteriormente fizemos um breve comentário sobre como se constituíam as sensibilidades espirituais dos gregos e dos romanos no que dizia respeito às suas divindades, agora se faz imperativo aprofundarmos nas explicações sobre como os cidadãos das *póleis* e das *urbes* se relacionavam com as divindades mantenedoras da ordem em seus espaços cívicos.

A religião ideal de Roma estava circunscrita pelas fronteiras da cidade, geograficamente restringida pelos limites da *urbs* romana, e as cerimônias oficiais tinham como referências políticas para as fronteiras religiosas o próprio *princeps*.

Apesar da assimilação da religiosidade provincial ser um costume, desenvolveu-se entre os romanos uma noção de superioridade da sua ritualização, que inseriu a possibilidade de resistência às práticas religiosas que contrariassem o seu *mos maiorum*, em alguns momentos expressadas pela intolerância religiosa. Portanto, havia um limite que distinguia as práticas consideradas *religio licita*, isto é, admissíveis na *urbs* romana, daquelas que não podiam ser toleradas na cidade. Tais limites estavam diretamente relacionados àquele

⁷ Os termos latinos no genitivo significam *culto dos deuses* e *paz dos deuses*, respectivamente. Consoante a religiosidade romana, a execução formal das cerimônias rituais tornava as divindades propícias e assegurava a *pax romana*, a tranquilidade no interior do *limes* da cidade de Roma.

sentimento de romanidade duma elite circunscrita pelos muros de Roma e cuja pretensão era manter sua cultura imaculada da *contaminatio* de práticas que considerava bárbaro-provinciais, postura que ocasionou uma separação lexical de termos que doravante definiriam as religiosidades estrangeiras adequadas ou inadequadas à sua piedosa romanidade, expressadas pelos termos latinos *religio* e *superstitio*⁸. A grosso modo, os termos definiam a prática piedosa da religião tradicional em oposição aos rituais mágicos praticados a nível popular, que não respeitavam os padrões das cerimônias públicas, conduzidos por indivíduos que se auto-proclamavam os favoritos das divindades.

Em sua tese de doutorado⁹, Gabriele Cornelli destacou que na Antiguidade houve mais de um termo em referência àqueles que se consideravam detentores de poderes ou conhecimentos *sobre-humanos*. O autor destacou três termos correlatos, que podemos traduzir por "mago", "feiticeiro" e "homem divino", cada um fazendo referência a um aspecto das pretensas habilidades sobrenaturais. O termo mais antigo é mago {μῦγος}, que designa os praticantes de magia {μαγεία}, indivíduos mediúnicos que eram capazes de praticar a necromancia, fazer simpatias, conjurar maldições e interpretar sonhos. Um termo semelhante é o que podemos traduzir por "bruxo" ou "feiticeiro" {γοῦς}, aquele que praticava a feitiçaria {γοητεία}. Enquanto a palavra *mágos* indicava um indivíduo praticante da magia tradicional, a palavra *goês* assumia conotações negativas e definia um magista charlatão. Somente o termo "homem divino" tinha um caráter positivo, embora pudesse designar também alguém considerado um *semi-deus* (CORNELLI, 2001, p. 27-31).

Desde a Antiguidade, gregos e romanos distinguiam entre duas formas diferentes de práticas mágicas, que variavam de acordo com as intenções do indivíduo que as exercitava. Estas eram a *goētia* {γοητεία} e a *teurgia* {θεουργία}, duas formas de magia muito distintas entre si. Enquanto a teurgia consistia numa forma de magia ritualizada e orientada para a religião, tendo como principal objetivo a invocação das divindades para a realização de ritos religiosos já estabelecidos, a goetia era uma forma laicizada de manipulação das forças da natureza, cujo principal objetivo era a satisfação de desejos materiais de seus praticantes (alegados feiticeiros), incluindo práticas de encantamento, amarração e maldições diversas.

⁸ Para os antigos, o termo *superstitio* tinha um significado diferente daquele que "superstição" adquiriu nas línguas modernas. A princípio, *superstitio* definia a forma do culto nas religiosidades populares, sendo semanticamente compatível à *religio*, mas tardiamente passou a termo negativo, designando, efetivamente, um receio excessivo dos poderes divinos. Os conceitos foram discutidos com maiores detalhes na comunicação *As representações religiosas na Antiguidade Tardia: os lugares da religio e da superstitio*, apresentada no XVII Enc. Regional de História. Uberlândia, 2010.

⁹ Cf. CORNELLI, Gabriele. *Sábios, Filósofos, Profetas ou Magos? Equivocidade na recepção das figuras de Ψεῖλοι ὄντων na literatura helenística: a magia incômoda de Apolônio de Tiana e Jesus de Nazaré*. Universidade Metodista de São Paulo: 2001. Orientador: Paulo Augusto de Souza Nogueira.

Como definiu Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, em *Bruxaria & História*, a magia teúrgica consistia numa "busca de ajuda sobrenatural para lograr proteção", portanto era uma magia religiosa, social e construtiva, enquanto a magia goética visava impedir a liberdade de ação e proibir as manifestações voluntárias dos indivíduos, pelo que se configurava de forma contrária à legalidade estabelecida (NOGUEIRA, 2004, p. 27). O surgimento das práticas mágicas no Império romano dependeu fundamentalmente de um fenômeno de grande importância para o pensamento religioso da civilização helenístico-romana a partir dos sécs. I e II d.C.: o fortalecimento da crença nos *daímones* {δαίμονες} como agentes intermediários entre o mundo humano e o mundo divino. Conhecidos desde a mais remota Antiguidade, os *daímones* sempre foram temidos e venerados pelas populações greco-romanas como espíritos que habitavam o ar e poderiam trazer aos homens tanto a fortuna quanto toda a sorte de mazelas, e que, por esta razão, seus ânimos deveriam ser aplacados com libações, oferendas e alguns pequenos sacrifícios. Estes seres sobrenaturais foram identificados como os agentes das artes mágicas, que estabeleciam a ponte entre as vontades dos magistas e os favores divinos. Paulatinamente, a importância dos *daímones* (e também dos anjos judaico-cristãos) nas religiosidades populares ressaltou também a necessidade de agentes humanos.

A mesma literatura cosmológica que legitimava a autoridade do Imperador deu origem a outros personagens, que deslocavam o poder do centro imperial: os *theíois ándres* (homens divinos), que adquiriram grande prestígio no momento de transição da Antiguidade Clássica para a Antiguidade Tardia, especialmente entre os setores populares e nos círculos filosóficos promovidos pelas elites dirigentes (vide exemplo do patronato que Júlia Domna dispensava ao judeu Flávio Filostrato).

Estes homens divinos, como bem demonstrou M. J. Hidalgo de la Vega, foram considerados indivíduos detentores de uma autoridade místico-religiosa que assinalava a sua importância para os demais mortais. As capacidades mágicas do personagem "homem divino" o situavam como uma segunda autoridade sagrada, sendo os seus poderes uma alternativa que, em termos gerais, contrastava com a própria autoridade do soberano do Império (HIDALGO DE LA VEGA, 1995: 189). Também intermediadores entre os poderes e vontades divinos no mundo humano, os homens divinos não recebiam os seus poderes dos deuses, especialmente porque naquele contexto a divindade figurava como algo cada vez mais distante, com poderes extremamente transcendentais. Os indivíduos considerados divinos, como Sócrates, Platão, Aristóteles, Apolônio de Tiana ou Plotino de Licópolis, recebiam os seus dons de divindades

personais, dos *daímones* de cada um¹⁰, ou seja, o seu poder advinha das entidades sobre-humanas que guiavam as suas almas desde um espaço intermediário entre os Céus e a Terra.

As origens da difusão da crença incontestável na existência dos *daímones* podem ser traçadas a partir do antiquíssimo culto funerário, que precedeu a religião em quase todas as sociedades que se estabeleceram às margens do Mediterrâneo. Conforme demonstramos, gregos e romanos costumavam prestar culto aos espíritos dos seus mortos, considerados patronos da família. Em seu descanso subterrâneo, o ancestral morto bradava por oferendas de água, vinho, alimentos e sacrifícios, que mitigavam sua fome, matavam sua sede e propiciavam seus favores aos vivos.

O mito das cinco raças, narrado por Hesíodo em *Os Trabalhos e os Dias*, fornece-nos uma explicação sobre a transição da crença nas almas dos mortos para a crença na existência de uma classe intermediária entre deuses e homens. Segundo este mito, cinco raças de homens foram sucessivamente criadas pelos deuses para habitar a Terra. Interessam-nos as primeiras duas raças: ouro e prata. De acordo com Hesíodo, quando os homens da Idade de Ouro morreram, foram convertidos por Zeus em "divindades sobre a Terra" {δαίμονες πικροί}, doadores de riqueza e com poderes de curar as doenças que afligem os mortais. Por sua vez, os homens da Idade de Prata se tornaram "divindades do subterrâneo" {δαίμονες ποικίλοι}, espíritos honrosos, reverenciados e cultuados pelos vivos (HESÍODO, *Opera et Dies*. v. 121-5 & v. 140-2). Evitando incorrer num exagero, podemos conjecturar que a narrativa hesiódica revela um mitema, segundo o qual as almas virtuosas poderiam gradativamente se converter em divindades, possivelmente uma reminiscência histórica dum passado longínquo em que os deuses citadinos eram os próprios ancestrais falecidos.

Consoante N. Janowitz, uma continuidade na ideologia religiosa assegurou a relação contubernal entre as concepções espirituais arcaicas e a *religio* clássica. As inúmeras figuras sobrenaturais que floresceram no imaginário greco-romano durante os três primeiros séculos sempre mantiveram certa familiaridade com os períodos anteriores, especialmente porque se sustentavam num ideal de universo ordenado pela tripartição (JANOWITZ, 2001, p. 28). Sobre uma pirâmide escalonada, estavam dispostos os três planos hierárquicos da existência, em grau descendente. Acima estavam os Céus {αἰθήρ}, morada dos deuses.

¹⁰ O *daímōn* {δαίμων} é um conceito difícil de definir. Na tradição helênica é uma entidade que, apesar de divina, compartilha com os homens a terra, o intelecto e a suscetibilidade às paixões, embora seja um ser imortal. Para a tradição neoplatônica, os *daímones* são entidades individuais, intermediárias entre a humanidade e os deuses, que acompanham e orientam as almas humanas. Consoante a filosofia platônica, os homens são assistidos pelo seu *daímōn* pessoal, que os auxiliam em sua busca pelo Bem e pela felicidade. Cf. Plotino. *Enéada* III. 4 [15]. *O daímōn que nos coube*.

Abaixo os Ínferos {Ἅδης}, o sombrio mundo dos mortos¹¹. A Terra {γῆ}, domínio humano, permanecia como um *locus* intermediário.

Essa hierarquia de poderes começou a ser suplantada no séc. III d.C., quando uma nova concepção filosófico-religiosa propôs que a Terra era esférica e permanecia suspensa no centro do universo, regida por uma divindade impessoal, que cada vez mais escapava à existência etérea previamente atribuída aos deuses. Na medida em que a concepção de uma divindade onipotente e distante ganhava espaço nas considerações filosóficas e, por conseguinte, no imaginário popular, desaparecia a crença segundo a qual as divindades interagiam com a humanidade, que se comunicavam com os homens, guiavam ou reprimiam diretamente as suas atitudes e decisões. Para preencher o hiato que a nova visão de mundo estabelecia entre a divindade altíssima e a humanidade abandonada à mercê da própria sorte, alargou-se a importância dos agentes invisíveis que, a partir do novo ponto-de-vista, foram considerados manifestações da divindade no mundo (JANOWITZ, 2001, p. 30). Doravante, quaisquer intervenções sobrenaturais na vida humana eram atribuídas imediatamente ao trabalho do *daímones*, mas frequentemente por intermédio dos agentes humanos, o que gerava incertezas em relação às antigas práticas mágicas.

As próprias práticas ritualísticas precisaram ser reinterpretadas face ao novo ideal da divindade transcendente. Característicos dos sécs. I e II d.C., o crescente ceticismo e as críticas das filosofias do espírito questionavam a validade e a eficácia dos rituais dedicados aos deuses. Uma aporia filosófica frequente durante este período era o problema concernente às necessidades das divindades, pois os deuses eram, segundo a filosofia, imortais, perfeitos e sem necessidades. Isto colocava em perigo o ofício dos cultos e ritos tradicionais, contrários às concepções filosóficas que afastavam a divindade do mundo. Para N. Janowitz, o problema foi resolvido pela associação dos antigos rituais aos entes intermédios, uma vez que as libações, oferendas e sacrifícios, apaziam as divindades menores do mesmo modo que apaziguavam os espíritos dos mortos (JANOWITZ, 2001, p. 31).

A concepção da divindade distante e perfeita também trouxe a lume o problema da gênese do mal. Pois, sendo a divindade a fonte do bem e da beleza, não poderia ser também a origem do mal. A princípio, a filosofia considerou o mal como corrupção ocasionada pelo contato das entidades espirituais com a matéria, mas as influências judaico-cristãs arrastaram o problema para uma solução dualista. G. Luck nos informa que no mundo greco-romano os

¹¹ Em Hesíodo, há distinções entre os destinos póstumos de cada uma das quatro primeiras raças. Os homens das raças de ouro e prata se tornaram *daímones*, as almas dos homens de bronze foram habitar o Hades e as almas dos heróis os Campos Elísios. Cf. Hesíodo. *Opera et Dies*. v. 106-71.

indivíduos comumente acreditavam que crimes graves, em especial os crimes envolvendo morte violenta, poderiam gerar *daímones* malignos. O autor não esclarece se o *daímōn* dali gerado seria propriamente a alma atormentada do assassinado ou, talvez, outra entidade, mas afirma que muitas doenças e distúrbios mentais inexplicáveis eram entendidos como resultado das ações desses *daímones* malfazejos (LUCK, 1985, p. 165).

O prestígio adquirido por estas entidades intermediárias aumentou o empenho dos antigos nos estudos desses gêneros divinos, sendo a *demonologia* campo de interesse mais comum entre os filósofos e pensadores do paganismo, enquanto judeus e cristãos normalmente se interessavam mais pela *angeologia*. Consoante G. Luck (1985, p. 171), a demonologia era parte curricular dos estudos na Academia de Platão, cujas doutrinas parecem ter sido a primeira concepção a situar os *daímones* na posição de seres intermediários entre os deuses e os homens. Mas, antes de Platão, pelo que nos é dado a saber por meio das obras dos primeiros platônicos, parece que Sócrates considerava o *daímōn(ion)* como algo diferente, aproximando-o da parcela suprarracional da personalidade. É por esta razão que o *daímōn(ion)* socrático exerce apenas função negativa: nunca induz, sempre adverte. Graças à sua intervenção, os mais variados problemas poderiam ser evitados. Xenócrates parece haver continuado o pensamento platônico – talvez escrevendo algumas doutrinas orais que o mestre nunca interessara passar ao pergaminho –, segundo o qual os *daímones* deixam o seu posto de guardiães e ganham o espaço que limita Céus e Terra. Aristóteles, considerado "o pai da demonologia científica", expandiu as concepções filosóficas relativas aos *daímones*, provavelmente lançando mão de ideias discutidas com Platão em seus quase vinte anos de Academia. Em suas obras, o filósofo antecipou concepções que seriam, séculos mais tarde, desenvolvidas por Plutarco de Queroneia, Apuleio de Madaura e Jâmblico de Cálcis, autores que tornaram mais claras as concepções sobre o obscuro mundo dos *daímones* e estabeleceram quais as suas possíveis relações com o mundo humano.

O pensamento antigo, baseado num ideal de mundo dividido em níveis, concebia a existência de três classes de entes racionais: os deuses, os *daímones* e os seres humanos. Os primeiros eram desprovidos de paixões e necessidades. Imortais, desfrutavam eternamente duma existência contemplativa. Os seguintes, embora não fossem imortais, nunca adoeciam e viviam por muitos séculos, entretanto, envelheciam. Estavam sujeitos às paixões e vicissitudes da matéria, que os tornava passíveis de corrupção. Os homens se encontravam no último nível: eram mortais, adoeciam, envelheciam, estavam sujeitos às paixões e mazelas que existiam no plano sensível. Poderiam escolher orientar as suas vidas pelas virtuosidades filosóficas ou deixar-se levar pelos vícios fugazes do mundo material.

Consoante o pensamento platônico, as almas humanas deveriam buscar o Bem, isto é, a divindade. Assimilando as virtudes, imitando as suas divindades, por meio da meditação e da frugalidade, assim, os homens podiam alcançar o Bem.

Neste sentido, o *daímōn* pessoal {ο→κε↔ου δα↔μονοω}, como o *daímōn(ion)* socrático¹², auxiliava as almas humanas em sua jornada de introspecção e virtuosidade.

Os filósofos se dedicaram ao estudo das potências daimônicas no intuito de evidenciar a linha de comunicação traçada entre o *numen* e a humanidade, conciliando a vontade divina e a ordem natural. O poder descendente da divindade emanava sobre o Imperador, mas este era apenas o principal difusor da "Providência" na sociedade tardo-antiga. O imaginário tardo-imperial concebia ainda alguns agentes intermediários humanos mais próximos dos setores populares.

A continuidade é assegurada pela figura do *theîos anêr*, o homem divino, indivíduo dedicado à interiorização meditativa e praticante da filosofia ascética, dotado de um poderoso *daímōn* pessoal. O *theîos anêr*, por sua vida simples, adquire o favor dos deuses, uma voz divina o habita. Esta predileção das divindades faz do homem divino um indivíduo especial, um filósofo de pensamento brilhante, um exegeta dos conhecimentos legados *ab antiquo* pelos grandes sábios do mundo.

A este respeito, retornamos às explanações de M. J. Hidalgo de la Vega. Consoante a autora, a existência dos homens divinos como alternativas de conexão com o sagrado¹³, que durante o Dominato se centra majoritariamente no Imperador, não constitui um problema para a ideologia política da época. Isto porque os sábios, considerados homens divinos, não se opõem ao Império romano e nem ameaçam a ordem social vigente, enquanto os seus equivalentes marginalizados, os feiticeiros, subvertem a hierarquia, destroem a ordem, pelo que são perseguidos e penalizados. Os *theîoi ándres* se distanciam dos magos, adivinhos e feiticeiros por uma justificativa soteriológica e se afirmam como agentes de uma função social

¹² Já nos referimos à noção da existência de um *daímōn* pessoal, que assiste a cada vida humana, quando mencionamos o *daímōn* de Plotino (p. 10). A ideia socrática de uma entidade que assiste aos homens na sua busca pelo Bem parece ter continuado latente no paganismo da Antiguidade Tardia, confirmada tanto por Porfírio (*Vita Plotini*. 10. 4-5) quanto por Jámblico (*De Mysteriis*. IX. 6. 8-22).

¹³ Entendemos o conceito *sagrado* na noção que lhe atribuí o historiador das religiões Mircea Eliade. Isto é, como a realidade especial que se desvela além da realidade quotidiana, verdadeira realidade, no próprio sentido do dualismo da filosofia platônica, que diferencia os planos inteligível e sensível. Portanto, o sagrado é um nível transcendental da realidade humana, oposto ao profano, ordinário, e orientação ontológica para o *homo religiosus* (ELIADE, 1992, p. 26-7). Assim sendo, os homens divinos são aqueles indivíduos capazes de transcender a realidade histórica e participar num plano eterno, engendrado e mantido pela própria divindade. Os antigos tiveram muitas formas de contato com este plano inteligível, das quais os oráculos são provavelmente a mais antiga e largamente praticada. Adivinhações (a mântica) também têm o seu lugar no campo de comunicação entre sacro e profano, assim como os antigos cultos de mistérios. Os meios pelos quais o contato é estabelecido muito têm a ver com o contexto e, pelo que nos parece, os *theîoi ándres* foram a sua manifestação mais tardia.

benéfica, pois auxiliam o soberano na comunicação da vontade numinosa, ocupando um lugar intermediário no sistema hierárquico – por vezes substituindo os antigos oráculos. Desta maneira, a presença dos homens divinos na sociedade helenístico-romana da Antiguidade Tardia legitimava o sistema social e a ideologia política estabelecidos, como um indício da divindade do governante (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 191-2).

Apesar da aceitação e do prestígio popular do qual os *theïoi ándres* desfrutaram no mundo antigo, estes indivíduos tiveram muito em comum com outros personagens do período, como adivinhos, magos, feiticeiros e outros artífices do ocultismo, considerados charlatães e transgressores da ordem social. Muitas vezes, tais indivíduos eram perseguidos, punidos ou expulsos das cidades (especialmente de Roma), pois suas artes mágicas ameaçavam a estabilidade da ordem vigente.

A diferença fundamental entre os homens divinos e esses indivíduos marginalizados residia nas suas práticas e, principalmente, nas suas finalidades. Consoante N. Janowitz, tanto uns quanto outros ostentavam um *status* especial e detinham conhecimentos incomuns, saberes esotéricos – amiúde doutrinas secretas, os quais lhes conferiam as habilidades necessárias para controlar poderes divinos (JANOWITZ, 2001, p. 31). Mas, enquanto os homens divinos pareciam receber os seus poderes do mundo sobrenatural, os demais eram simplesmente peritos no uso de fórmulas mágicas e na manipulação de elementos ingredientes da magia simpática. Um homem divino era alguém com uma consciência elevada, às vezes onisciente, capaz de pressentir perigos e auxiliar amigos (Sócrates e Plotino são exemplos), enquanto os magistas comuns nada mais detinham além do conhecimento prático.

Os poderes mágicos permitiam ao humano uma independência cósmica, uma conquista sobre o sagrado que está ontologicamente distinto desta realidade. A magia impõe a ordem humana sobre a paisagem natural. Ao usurpar dos deuses o controle sobre determinadas situações, as práticas mágicas trazem ao homem um triunfo sobre poderes sobrenaturais dos quais nenhum indivíduo consegue escapar, mas que os magistas podem controlar, pelo menos "enquanto durar o último feitiço".

Este é o lugar em que os homens divinos se inseriam no imaginário da Antiguidade Tardia, como os principais indivíduos capazes de ultrapassar os limites da humanidade e compartilhar com os deuses a existência no seu mundo divino. Inseriram-se nesta tradição de grandes sábios versados na tradição filosófica helênica e detentores de alguns poderes místicos os principais expoentes do pensamento helenístico. Os neoplatônicos, preocupados com a cristianização, demonstraram que a sua filosofia foi a mais importante neste sistema de

aceitação das potências divinas inerentes ao humano, que poderiam ser despertadas por uma conduta ascéticas, pelas reflexões filosóficas e também pelas práticas mágicas.

O fim último da existência humana, isto é, a união mística com a divindade, segundo as várias tradições que se desenvolveram naquele contexto histórico (neopitagorismo, gnosticismo, hermetismo e neoplatonismo), poderia ser atingido por inúmeros meios, mais ou menos adequados à busca pessoal de cada indivíduo. Entretanto, a existência desta figura iluminada no imaginário tardo-antigo nos atesta que a sociedade helenístico-romana daquele período acreditava que as práticas (fossem quais fossem) não bastavam por si mesmas para o divino encontro místico. Era necessário uma verdadeira busca individual pela divindade imanente ao homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes Documentais

ἩΣΙΟΔΟΣ. Θεογονία. Edited by M. L. West. *Theogony. Hesiodi Theogonia*. Oxford: Clarendon Press, 1966.

ἩΣΙΟΔΟΣ. Ἔργα καὶ ἡμέραι. Ed. by F. Solmsen. *Opera et dies. Hesiodi opera*. Oxford: Clarendon Press, 1970.

ΙΑΜΒΛΙΧΟΣ. Περὶ τῶν ἀγπτίων μυστηρίων. Traduit par Édouard des Places. *Jamblique. Les Mystères d'Égypte*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

ΠΟΡΦΥΡΙΟΣ. Πρὸς Μαρκελλαν. Edited by W. Pötscher. *Porphyrius. Ad Marcellam*. Leiden: Brill, 1969.

HESÍODO. *Os Trabalhos e os Dias*. Tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Ilumirunas, 1990.

IAMBlichus. *De mysteriis*. E. C. Clarke, J. M. Dillon & J. P. Hershbell. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003. Bilingual edition.

JAMBLIQUE. *Les Mystères d'Égypte*. Traduit par Édouard des Places. Paris: Les Belles Lettres, 1966. Édition bilingue.

b) Bibliografia Geral

ANDO, C. *Roman Religion*. Edinburgh: University Press, 2003.

- AUBENQUE, P.; BERNHARDT, J. & CHÂTELET, F. *História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Vol. 1.
- BATISTA, R. S. *Deuses e Homens: mito, filosofia e medicina na Grécia Antiga*. São Paulo: Landy, 2003.
- BAZÁN, F. *Aspectos Incomuns do Sagrado*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BEARD, M.; NORTH, J. & PRICE, S. *Religions of Rome*. Volume I – A History. London: Cambridge University Press, 1998.
- BELLINGHAM, D. *Introdução à Mitologia Grega*. Lisboa: Estampa, 2000.
- BOWERSOCK, G. W. *Hellenism in Late Antiquity*. Ann Arbor: Univ. of Michigan, 2008.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo: o espaço e a história*. Lisboa: Teorema, 1987.
- BROWN, P. *Society and the Holy in Late Antiquity*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1982.
- _____. *The World of Late Antiquity*. London: WW Norton, 1989.
- _____. Antigüidade Tardia. In: VEYNE, P. (Org). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 225-300.
- BURKERT, W. *Antigos Cultos de Mistérios*. São Paulo: Ed. USP, 1991.
- _____. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- ELIADE, M. *Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *História das Crenças e das Ideias Religiosas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- FINLEY, M. I. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Setenta, 1988.
- _____. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOWDEN, G. The Pagan Holy Man in Late Antiquity. *The Journal of Hellenic Studies*. London, vol. 102, p. 33-59, 1982.
- FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.
- FUNARI, P. P. A. *Cultura Popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *A Vida Quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GAZINELLI, G. G. *Fragments Órficos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.
- GONÇALVES, A. T. M. *A festa como fronteira: repensando o ordenamento do poder na Roma Imperial*. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: 2009.

- GONÇALVES, A. T. M. & VIEIRA, I. N. Religião e Magia na Antiguidade Tardia. *Dimensões*. Vitória, vol. 25, 2010. p. 4-17.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Universidade, 1995.
- JANOWITZ, N. *Magic in the Roman World*. London: Routledge, 2001.
- LUCK, G. *Arcana Mundi: Magic and Occult in the Greek and Roman World*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.
- MARROU, H.-I. *¿Decadencia Romana o Antigüedad Tardia?: Siglos III-VI*. Madrid: Rialp, 1980.
- MATTINGLY, H. The Later Paganism. *The Harvard Theological Review*. Harvard, v. 35, p. 171-9, 1942.
- MOMIGLIANO, A. (Org.). *El Conflicto Entre Paganismo y Cristianismo en el Siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.
- NOGUEIRA, C. R. F. *Bruxaria & História: as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: Ed. USC, 2004.
- OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R. & FLINT, V. *Bruxaria e Magia na Europa: Grécia e Roma Antiga*. São Paulo: Madras, 2004.
- REALE, G. & ANTISERI, D. *História da Filosofia: filosofia pagã antiga*. São Paulo: Paulus, 2003. Vol. 1.
- SANZI, E. *Cultos Orientais e Magia no Mundo Helenístico-Romano*. Fortaleza: Ed. UECE, 2006.
- SCARPI, P. *Politeísmos: as religiões do Mundo Antigo*. São Paulo: Hedra, 2004.
- SCHEID, John. *La religión em Roma*. Madrid: Ediciones Clásicas, 1991.
- _____. O Sacerdote. In: GIARDINA, Andrea (Dir.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 49-72.
- SELIGMANN, K. *Magia, Sobrenatural e Religião*. Lisboa: Setenta, 2002.
- SILVA, G. V. *Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Ed. UFES, 2003.
- SISSA, G. & DETIENNE, M. *Os Deuses Gregos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- SNELL, B. *A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- TURCAN, Robert. *Los Cultos Orientales en el Mundo Romano*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

VEGETTI, M. O Homem e os Deuses. In: VERNANT, J.-P. (Dir.). *O Homem Grego*. Lisboa: Presença, 1994. p. 229-253.

VERNANT, J.-P. O Indivíduo na Cidade. In: VEYNE, P. *et alii*. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Setenta, 1987.

_____. *Mito & Pensamento Entre os Gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus, 1992.

_____. *As Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

VIEIRA, I. N. *As representações religiosas na Antiguidade Tardia: os lugares da religio e da superstio*. XVII Encontro Regional de História. Uberlândia: 2010.

WHITTAKER, T. *The Neo-Platonists: a study in the History of Hellenism*. Cambridge: University Press, 1918.

O PARADIGMA DE KALOSKAGATHOS NO *SYMPOSIÓN* DE PLATÃO

Luana Neres de SOUSA¹

neresluana@gmail.com

Resumo: Os antigos atenienses dedicavam demasiada importância à *politéia* (cidadania), calcada no paradigma do *kaloskagathos*, ideal de homem bom e virtuoso. No diálogo *SymposiÓN*, escrito em aproximadamente 384 a.C e cujo título em português é traduzido por *O Banquete*, Platão apresenta através do discurso do estrategista Alcibiades em louvor ao filósofo Sócrates aspectos que dariam a um cidadão o caráter de um *kaloskagathos*. Pretendemos nessa comunicação identificar quais são estes aspectos através da análise do discurso de Alcibiades no desfecho do diálogo *SymposiÓN*, onde Sócrates aparece como o exemplo maior a ser seguido.

Palavras-chave: Cidadania, Platão, Sócrates.

Abstract: The ancient Athenians devoted excessive importance to *politeia* (citizenship), based on the paradigm of *kaloskagathos*, ideal of good and virtuous man. In the *SymposiÓN* dialogue, written in about 384 BC and whose title is translated in English by “The Symposium”, Plato shows us through the Alcibiades’ speech in praise of philosopher Socrates, aspects that would give a citizen the character of a *kaloskagathos*. We intend in this communication to identify what are these issues by analyzing the speech of Alcibiades in the outcome of the dialogue *Sympósion*, where Socrates appears as the greatest example to follow.

Keywords: Citizenship, Plato, Socrates.

O SymposiÓN está entre os diálogos mais lidos de Platão. Por possuir como tema central Eros e sua influência sobre os homens, é muito utilizado em trabalhos cuja temática gira em torno do amor, sobretudo o amor homoerótico ateniense do período clássico. Todavia, podemos utilizar as reflexões de Platão contidas nessa obra para compreender diversos aspectos do modelo ateniense de cidadão (*polites*). Propomos-nos nesta comunicação

¹ Aluna bolsista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, nível Doutorado. Orientanda da Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG.

analisar a maneira como Platão se utiliza dos personagens “Sócrates” e “Alcíbiades” para ilustrar aos seus leitores o que para si constituía o paradigma do *kaloskagathos*, que na literatura grega antiga aparece para identificar cidadãos que fossem bons e que apresentassem beleza em sua conduta e não necessariamente a beleza física. Pretendemos, ainda relacionar tal ideal ao relacionamento homoerótico masculino ateniense muito comum neste período denominado “pederastia”.

A sociedade ateniense dava uma atenção muito particular à formação de seus cidadãos. A *Paidéia* (ideal grego de educação a partir da transmissão de aspectos da cultura), exercia um papel proeminente no exercício da (*politeia*) cidadania. Para que se tornasse um bom cidadão, o jovem deveria receber em sua formação tanto lições políticas, quanto intelectuais e artísticas. E o objetivo principal da *Paidéia* era a constituição do *kaloskagathos*. Em seus primeiros anos de formação, o menino ateniense recebia lições de ginástica, aprendia a ler e a escrever e os ensinamentos de aritmética ficavam restritos à aprendizagem do modo de contar. O menino recebia ainda lições de canto, de dança e de execução da lira. Finalizando o programa educacional básico do futuro cidadão, lições de poesia, mais especificamente poesia lírica, faziam parte de sua formação, por possuir primordial importância na cultura grega (MARROU, 1998, p.213-214).

A pederastia também compunha a *Paidéia* e tratava-se, nesse período, de um processo pedagógico complementar à educação básica e objetivava o refinamento da instrução oferecida ao futuro cidadão. Este tipo de relacionamento homoerótico masculino era praticado pelo parceiro mais velho, o *erastés*, que no grego clássico significa “amante” e pelo jovem, o *erómenos*, palavra que significa “apaixonar-se por”. Tanto *erastés* quanto *erómenos* são oriundos do verbo *erán*, que significa “amar” (DOVER, 1994, p.34). O termo pederastia também decorre do verbo *erán*, acrescido do prefixo *paides* que significa “menino”, “criança”. Entretanto, é importante ressaltar que a pederastia ateniense não é o mesmo que “pedofilia”, por não deter o teor pornográfico e depreciativo que esta última possui.

A pederastia ocorria somente entre os eupátridas (os cidadãos bem nascidos) e futuros eupátridas de Atenas por se tratar de uma atividade predominantemente do círculo aristocrático, principalmente aquele que freqüentava os ginásios e os banquetes (MOSSÉ, 2004, p.223). Esta exclusividade tem uma explicação: nem todos os homens livres tinham vocação para exercer plenamente a vida política, nem se dedicarem à conquista de belos rapazes, mas somente os cidadãos ricos. Todavia, observamos através da literatura grega que nos chegou que Sócrates fora *erastés* de diversos jovens, sem, contudo, ser detentor de grandes posses.

No século XIX do tempo cristão, com o advento dos estudos sobre a sexualidade humana, foram criadas identidades que buscaram classificar os seres humanos a partir de suas práticas sexuais entre as ditas convencionais (*heterossexuais*) e as não convencionais (*homossexuais*, *bissexuais* e demais variantes). Todavia, tais categorias generalizavam os indivíduos, não levando em conta as especificidades de suas práticas, sejam elas em relação ao mesmo sexo ou o sexo oposto. Segundo Jurandir Freire Costa, atualmente o melhor termo para nomear práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo seria “*homoerotismo*”, pois tal conceito não carrega o juízo de valor atribuído ao conceito de “*homossexualidade*”. (COSTA, 2002, p.11).

Compreendemos que para os antigos helenos *Eros* desempenhava a função de unir pessoas a outras pessoas, a seres e a objetos. Segundo Lucia Castello Branco, o mito grego afirma que *Eros* é o deus do amor que aproxima e une os seres vivos. Logo, *erotismo* seria uma união influenciada por *Eros*, não restrita à idéia de união sexual, mas ampliada à noção de conexão entre os seres, podendo atingir as mais diversas esferas de efeitos, que vão desde a ligação com o cosmo até mesmo um elo amoroso. Tal conexão tem como intuito a produção de sensações das mais diversas complexidades (BRANCO, 2004, p.8-9).

A concepção de amor apreciada pelo ateniense do período clássico é distinta da conhecida pela sociedade contemporânea ocidental a qual pertencemos. Para eles o sentimento orientado por *Eros* poderia ir além de uma relação carnal, ultrapassando os limites físicos e alcançando a alma. Nikos Vrissimtzis defende que a palavra “*Eros*” aparece não só referente aos seres humanos, mas, em diversas situações, sendo a força motriz de todas as coisas (VRISSIMTZIS, 2002, p.22). Neste sentido, entendemos o conceito de *homoerotismo* em Atenas no período clássico como a união entre pessoas de sexo semelhante, podendo ter um caráter sexual ou não.

Nos séculos IV e V a.C, não existia uma noção de sexualidade como a conhecida pelos ocidentais contemporâneos. Maurice Sartre nos afirma que a correspondência entre *heterossexual* e *homossexual* como comportamentos sexuais opostos era inexistente, podendo o grego interessar-se tanto por rapazes quanto por mulheres, dependendo da fase de sua vida (SARTRE, 1991, p.63). Era inexistente no vocabulário grego, e no ateniense em especial, uma opção distinta entre o interesse sexual por moças ou por rapazes: o desejo era único, voltado para o que era o belo. De acordo com Michel Foucault, um homem não era discriminado por ter seu desejo voltado para o mesmo sexo que o seu, mas antes, por não ter domínio sobre este desejo (FOUCAULT, 2003, p.168).

Concordamos com a definição de *erotismo* elaborada por Castello Branco e complementamos que entre um homem adulto e um jovem em Atenas o erotismo tinha também como objetivo a produção de conhecimento onde ambos sairiam privilegiados: o jovem aprenderia os preceitos para se tornar um adulto temperante e socialmente ativo, enquanto o adulto privilegiar-se-ia com a beleza e o vigor do jovem. Isso por que o corpo humano possuía uma significação muito especial no mundo grego antigo, pois o belo era tido como a manifestação direta do divino e os corpos bem trabalhados, objetos de desejo e admiração. A figura de *Eros* tinha uma grande importância na sociedade grega de uma maneira geral, sendo retratado pelas artes plásticas, filosofia, literatura e música.

Durante o período arcaico e o clássico, os banquetes desempenharam um importante papel na sociabilidade do homem grego. Oswyn Murray afirma que “*para os gregos as relações pessoais de amor e de amizade são fenômenos sociais*” (MURRAY, 1994, p.222). Neste sentido, estes festins exerciam uma função de destaque e estavam presentes no cotidiano dos atenienses, havendo registros de tais encontros na cerâmica ática e na literatura grega em geral.

Catherine Salles ratifica que os gregos pretendiam fazer a síntese de todos os prazeres intelectuais e físicos possíveis nos banquetes, codificando suas festas a fim de evitar que seus desejos os levassem à *hybris*, ou seja, ao descontrole e ao excesso, racionalizando o irracional para que até suas orgias não ofendessem a idéia de *kaloskagathia*. Isto significa que mesmo durante uma festividade que permitia a suspensão momentânea da ordem, outras regras deveriam ser obedecidas para que o homem não perdesse o controle sobre si (MURRAY, 1994, p.213).

A liturgia do banquete dividia-se em duas partes principais. O *deipnon* era o momento inicial, onde os convivas comiam em silêncio, geralmente alimentos poucos elaborados. Já durante o *sympósion*, que significa “*reunião de bebedores*”, ingeria-se vinho, venerava-se divindades como Dioniso e Apolo e discutiam-se diversos assuntos relacionados a polis. Os antigos helenos consumiam o vinho diluído em água e em um contexto específico, pois para eles, ingerir vinho desenfreadamente e puro era coisa dos bárbaros (MURRAY, 1994, p.202-203). Para determinar a quantidade de vinho que seria consumido nas reuniões, os convivas elegiam um simposiarca, que ainda controlava o entretenimento e determinava penas aos intemperantes (SALLES, 1987, p.106). Era ainda durante o *sympósion* que os

comensais divertiam-se com jogos, com apresentações musicais e de dança realizadas por *hetairas*² e divertiam-se com piadas de um *gelotopoios*³.

O *Symposiôn* platônico foi escrito aproximadamente no ano de 384 a.C. É constituído por sete discursos em louvor a *Eros*, antecedidos pela apresentação dos personagens e finalizados pelo discurso de Sócrates, que conclui o *symposium*. Platão narra, através de uma conversa entre Apolodoro e um companheiro, um banquete ocorrido na casa de Agatão, poeta ateniense. Tal jantar ocorrera muitos anos antes da narração de Apolodoro, que tomou conhecimento de tal fato através de Aristodemo, um dos presentes. O ano era 416 a.C e o motivo que levava à realização deste encontro no *oikos* do Agatão fora sua vitória no concurso das Lenéias⁴. Platão utiliza-se em seu texto de personagens, como o médico Erixímaco, o comediante Aristófanes e o poeta Agatão, pessoas do circuito social de Atenas, para expor seu pensamento acerca do Amor e da conduta dos que por ele estejam tomados.

Sócrates comparece ao encontro após a refeição já se encontrar pela metade, e senta-se ao lado de Agatão, anfitrião do banquete. O médico Erixímaco é escolhido como o simposiarca e sugere que, como maneira de controlar a bebedeira, cada conviva elabore um discurso acerca de *Eros*. A finalização do diálogo ocorre quando Alcibíades, estrategista de Atenas, adentra o recinto aparentemente fingindo estar embriagado (PLATÃO. *O Banquete*, 212 d-e).

Diante desta possível embriaguez de Alcibíades, Erixímaco intervém e desafia o estrategista a elogiar *Eros*. Alcibíades responde que não poderá discursar à altura dos demais, haja vista seu adiantado estado ébrio. Aproveitando-se da deixa, Erixímaco propõe então que este louve Sócrates (PLATÃO. *O Banquete*, 214 c-d). Fernando Santoro observa que “*Agatão louvou Eros como amado, o erômeno. Sócrates o corrigiu, louvando Eros como amante, o erasta. Agora Alcibíades vai louvar o mestre erasta dos banquetes, que foi o seu próprio amante*” (SANTORO, 2007, p.115). Diferentemente dos demais convivas que elogiaram *Eros* de modo universal, Alcibíades vai trazer à tona em seu discurso recordações das intimidades que um dia tivera com Sócrates.

O discurso de Alcibíades tem início com a comparação de Sócrates à estátuas de silenos, figuras mitológicas representadas antropozoomorficamente, com o corpo de bode e

² *Hetaira*: companheira. Cortesã.

³ *Gelotopoios*: comediante. Piadista.

⁴ Concurso das Lenéias: Era um festival Ateniense dedicado ao deus Dioniso, era celebrada durante o inverno, por volta do mês *Gamélion* (janeiro). Consistia, em sacrifícios e em concursos dramáticos de tragédias e de comédias. Limitavam-se aos cidadãos atenienses. O festival era um empreendimento público, organizado pelos magistrados mais importantes da cidade e terminava numa assembleia onde todos os cidadãos podiam participar. Era avaliado o desempenho dos organizadores, e de todos os concorrentes. O festival decorria nos moldes da prática política e democracia Ateniense.

feios rostos humanos. Contudo, possuíam estatuetas de deuses em seu interior. Analogicamente, Alcibíades afirma que a aparência de Sócrates é como a de um sileno e que seu interior é dotado de grande beleza. E, a exemplo do sátiro Mársias que seduzia homens através de sua flauta, Sócrates os encantara através de suas palavras (PLATÃO. *O Banquete*, 215 a-d).

A seguir, Alcibíades relata experiências eróticas que tivera com o mestre no passado. Fatos interessantes, como a recusa de Sócrates em se deitar com Alcibíades fazem parte deste discurso e ilustram o modelo de homem abstêmio e sábio exercido pelo filósofo. Após diversas investidas apaixonadas e de terem dormido juntos a sós, nenhum contato sexual ter se efetivado, Alcibíades relata: “(...) *quando me levantei com Sócrates, foi após um sono em nada mais extraordinário do que se eu tivesse dormido com meu pai ou um irmão mais velho*”. (PLATÃO. *O Banquete*, 219 d). Alcibíades segue exaltando outras qualidades de Sócrates, tais como a temperança (*sophrosine*), a coragem (*andreía*), sua resistência física e seu caráter companheiro:

“Ora bem, depois disso, que disposição de espírito pensais que eu tinha, a julgar-me vilipendiado, a admirar o caráter deste homem, sua temperança, e coragem, eu que tinha encontrado um homem tal como jamais julgava poderia encontrar em sabedoria e fortaleza? Assim, nem eu podia irritar-me e privar-me de sua companhia, nem sabia como atraí-lo. Bem sabia eu, com efeito, que ao dinheiro era ele de qualquer modo muito mais invulnerável do que Ájax ao ferro, e na única coisa em que eu imaginava ele se deixaria prender, ei-lo que me havia escapado” (PLATÃO. *O Banquete*, 219 e).

Sócrates aparece na passagem acima como o exemplo maior de um *erastés* maduro e bem formado e seguro de si, um verdadeiro *kaloskagathos*. Mesmo sendo assediado por um dos mais belos homens de Atenas, ele manteve-se irredutível. Romilly acrescenta que:

“(...) quaisquer que fossem seus sentimentos, Sócrates não visava à união dos corpos, mas a uma relação de ordem espiritual. Nesse domínio, como em todos os que são evocados no Banquete, sua firmeza (kartería) era proverbial. Resistia às tentações como resistia ao frio, à fadiga, ao sono” (ROMILLY, 1996, p.47).

Notamos no discurso de Alcibíades a tentativa de Platão de livrar Sócrates das acusações que levaram à morte de Sócrates, em 399 a.C, menos de uma década antes da escrita desta obra. Isso fica claro na passagem onde Alcibíades diz:

“(…) parecia-me, ó Aristófanes, segundo aquela tua expressão, que também lá como aqui ele [Sócrates] se locomovia ‘impando-se e olhando de través’, calmamente examinando de um lado ou de outro os amigos e inimigos, deixando bem claro a todos, mesmo a distância, que se alguém tocasse nesse homem, bem vigorosamente ele se defenderia” (PLATÃO. *O Banquete*, 221 b).

Encenada pela primeira vez em 423 a.C., *As Nuvens* foi um dos primeiros trabalhos do comediógrafo Aristófanes e tece uma séria crítica aos rumos que a educação em Atenas tomara no século V a.C., atribuindo a Sócrates e aos sofistas o fracasso dessa nova educação. Todavia, através do discurso de Alcibíades, Platão realiza uma defesa da Paidéia socrática ao ressaltar as qualidades que Sócrates possui, buscando demonstrar que o mestre exercia uma saudável influência sobre a juventude.

Diante das peculiaridades da pederastia ateniense, podemos nos perguntar: *erastés* e *erómenos* possuíam uma identidade diferente dos demais habitantes de Atenas durante o período clássico? Atualmente existe um grande debate na historiografia em torno do conceito de “identidade” e o inglês Stuart Hall é referência neste estudo. Suas contribuições têm enriquecido grandiosamente estas análises uma vez que, de acordo com este pensador, nenhuma identidade é única em si e um mesmo indivíduo pode assumir mais de uma identidade, muitas vezes até contraditórias, dependendo do local ou da situação em que se encontra (HALL, 2000).

Em relação à identidade dos *erómenos*, notamos algumas contradições. Um exemplo diz respeito à posição de constante masculinidade exigida e ao “autocontrole” ao qual o jovem estava submetido. A contradição reside no fato do *erómenos* ser constantemente cortejado por um *erastés* socialmente ativo, sentir-se honrado por este fato, porém, procurando se manter indiferente à tão desejada corte. Sua posição de futuro eupátrida obrigava-o a possuir um total domínio de si diante do cortejo do *erastés*. Este processo visava avaliar o quão digno e honrado seria o jovem. Caso este se oferecesse para o mestre, se cedesse facilmente aos gracejos do mesmo, ou se permitisse ser penetrado em uma relação sexual, demonstraria não possuir controle sobre seus próprios impulsos e, conseqüentemente, não seria apto para votar na Assembleia.

Terminado o período em que o jovem assumia diante da sociedade a identidade de *erómenos*, o mesmo jovem, agora cidadão socialmente ativo, assume posteriormente a identidade de *erastés* de outros *erómenos* que necessitariam de sua dedicação e sabedoria.

Mas como toda identidade é uma construção histórica e está relacionada ao exercício da cidadania, a identidade de *erastés* e *erómenos* contribui diretamente na formação da identidade de eupátrida, uma vez que a pederastia estava relacionada ao processo de formação social de seus praticantes.

Os eupátridas possuíam uma identidade baseada naquilo que tinham em comum como o seu status social, a exclusividade à cidadania, a posse de terras, a masculinidade, mas também identificavam-se a partir do que não eram ou não gostariam de ser. E somente por possuírem estas características identitárias é que se consideravam os únicos dignos do relacionamento entre *erastés* e *erómenos*.

O relacionamento pederástico possuía papéis fixos e extremamente ritualizados que definiam as funções sociais dos envolvidos (FOUCAULT, 2003, p.175). Richard Sennett define “papéis” como um determinado comportamento apropriado em certas situações, mas não em outras. Ele afirma que os papéis sociais não são espetáculos silenciosos nos quais as pessoas mecanicamente esboçam reações, mas que por trás deste comportamento há um valor específico atribuído (SENNETT, 1998, p.50-51).

Concordamos com Sennett que novos padrões de comportamento são interpretados a partir de velhos códigos de crença e acrescentamos que o inverso também ocorre; e é por esse e outros motivos que compreender os papéis desempenhados por *erastés* e *erómenos* por vezes é tão complicado para nossos contemporâneos.

O *erastés* era quem deveria exercer a iniciativa da corte, de perseguir o amado e designar-lhe obrigações. Ele deveria ser um bom exemplo para os jovens e para a sociedade de uma forma geral, já que possuía uma posição privilegiada em decorrência de seu direito à cidadania. Já o *erómenos* exercia o papel de não ceder com facilidade, de controlar os impulsos sexuais do *erastés* e não permitir ser penetrado em nenhum orifício pelo mesmo. Era sua função conceder favores a seu *erastés*, em reconhecimento a sua dedicação e de seus ensinamentos, mas esses favores restringiam-se à fricção do pênis do adulto entre as coxas do jovem ou no ânus (sexo intrafemural). A não-penetração do *erómenos* garantia a integridade de sua moral e de seu papel de destaque entre a pirâmide social de Atenas, uma vez que o cidadão em hipótese alguma deveria se subordinar ao papel de uma mulher ou de um escravo. Após a finalização do processo de sua formação, o *erómenos* passa a ser um eupátrida ativo na cidade e assume outros papéis e funções sociais, como por exemplo o de casar-se e gerar futuros cidadãos (FOUCAULT, 2003, p.183). Toda essa prática de corte demonstra que a relação pederástica não acontecia desenfreadamente, mas ao contrário, era acompanhada de

perto pela sociedade que a controlava e preocupava-se com a conduta dos envolvidos (FOUCAULT, 2003, p.175).

Michel Foucault afirma que além dos papéis já existentes no relacionamento pederástico, Platão cria mais um através da figura de Sócrates: aquele que transforma os papéis, modifica o sentido do jogo, renuncia os *aphodisia*⁵ e passa a ser dos jovens objeto de amor (FOUCAULT, 2003, p.211).

Alcibíades aparece em *O Banquete* como um exemplo a não ser seguido. Embora em sua juventude tenha recebido a mais refinada educação existente em Atenas, ao atingir a idade adulta, rendeu-se ao descontrole sexual, à bebedeira e aos mais diversos tipos de escândalos. Werner Jaeger ratifica que Alcibíades é o tipo que Platão melhor utiliza para ilustrar o que para Sócrates deveria ser um bom *erómenos*: jovem de aspirações geniais, que tomava para si os assuntos políticos de Atenas. Contudo, Alcibíades peca no fato de trabalhar para a Edificação do Estado antes ainda de edificar o “Estado em si mesmo” (JAEGER, 1986, p.515) e torna-se um paradigma negativo. O Alcibíades no Banquete de Platão reconhece essa carência de autocontrole, afirmando: “(...) *embora sendo eu mesmo deficiente em muitos pontos ainda, de mim mesmo me descuido, mas trato dos negócios de Atenas*” (PLATÃO. *O Banquete*, 216 a).

O jovem Alcibíades fere os preceitos do séqüito pederástico ao tomar a iniciativa do cortejo e propor uma relação amorosa a Sócrates, que de acordo com as regras não escritas da pederastia, deveria desempenhar tal papel por ser o mais velho e o mais sábio. Notamos grande preocupação de Platão em representar seu mestre como um *kaloskagathos*, em detrimento de Alcibíades, cujo “desvio de caráter” é ressaltado a todo momento.

Jacqueline de Romilly afirma que Alcibíades possuía diversos atributos: foi pupilo de Péricles, participou ativamente da vida política de Atenas, pertencia a uma família muito nobre e rica - a dos Alcmeônidas e foi muito bem formado intelectualmente. Talvez por isso tenha se tornado um jovem arrogante, egoísta e intemperante, por se achar superior aos outros. Segundo Romilly:

“Alcibíades tinha tudo a seu favor. E até demais. Como deixaria de pensar que sua pessoa era sempre a mais importante? A verdade, portanto, é que ele constitui um exemplo sempre digno de reflexão, e mais esplêndido que qualquer outro. (...) Nele, nobreza, formosura e audácia são qualidades inexcedíveis; e, como se isso não

⁵ Atos de Afrodite.

bastasse, sua pátria está no auge do poder e da cultura. E sua ambição não conhece limites”. (ROMILLY, 1996, p.32-33).

Apesar de todos os seus atributos, Alcibíades era carente de uma virtude fundamental: a *sophrosine* (temperança). Na passagem a seguir Alcibíades relata a Sócrates sua necessidade de possuir o auxílio de um mestre tão sábio quanto o filósofo:

“Tu me pareces ser um amante digno de mim, o único, e te mostras hesitante em declarar-me. Eu, porém é assim que me sinto: inteiramente estúpido eu acho não te aquiescer não só nisso como também em algum caso em que precisasses ou de minha fortuna ou dos meus amigos. A mim, com efeito, nada me é mais digno de respeito do que o tornar-me eu o melhor possível, e para isso creio que nenhum auxiliar me é mais importante que tu” (PLATÃO. O Banquete, 218 d-e).

O orgulho de Alcibíades é atingido exatamente por não ter conseguido seduzir Sócrates utilizando-se de sua beleza, sua influência e sua riqueza. Sócrates responde ao elogio do estrategista afirmando que, apesar de todas as suas qualidades, este ainda estava longe de ser exemplo de boa conduta:

“Caro Alcibíades, é bem provável que realmente não sejas um vulgar, se chega a ser verdade o que dizes a meu respeito, e se há em mim algum poder pelo qual tu te poderias tornar melhor; sim, uma irresistível beleza verias em mim, e totalmente diferente da formosura que há em ti. Se então, ao contemplá-la. Tentas compartilhá-la comigo e trocar beleza por beleza, não é em pouco que pensas me levar vantagens, mas ao contrário, em lugar da aparência é a realidade do que é belo que tentas adquirir, e realmente é ‘ouro por cobre’ que penas trocar. No entanto, ditoso amigo, examina melhor; não te passe despercebido que nada sou. Em verdade, a visão do pensamento começa enxergar com agudeza quando a dos olhos tende a perder sua força; tu porém estás longe ainda disso” (PLATÃO. O Banquete, 218 e).

Notamos que bastante lucidez da fala de Alcibíades, que adentrou o jantar na casa de Agatão fingindo estar em um avançado estado ébrio. Diante de tal constatação, nos questionamos: o estrategista estaria de fato embriagado? Na passagem a seguir, Sócrates afirma:

“Tu me pareces, ó Alcibíades, estar em teu domínio. Pois de outro modo não te porias, assim tão destramente fazendo rodeios, a dissimular o motivo por que falaste; como que falando acessoriamente tu o deixasse para o fim, como se tudo o que dissesse não tivesse sido em vista disso, de me indispor com Agatão, na idéia de que

devo amar-te e a nenhum outro, e que Agatão é por ti que deve ser amado, e por nenhum outro. Mas não me escapaste! Ao contrário, este teu drama de sátiros e de silenos nos ficou transparente” (PLATÃO, O Banquete, 222 c).

É nítido que nas últimas páginas de *O Banquete* os papéis entre amante e amado desempenhados por Sócrates e Alcibíades estão invertidos; todavia, assim como deveriam se comportar os *erómenos* dignos de sua futura cidadania, Sócrates renuncia às tentações, e por isso mesmo, torna-se mais amado pelos jovens. Mais uma vez Platão utiliza-se do exemplo de Alcibíades para apresentar aos seus leitores o modo como um *erómenos* não deveria se comportar. Em contrapartida, Sócrates aparece como exemplo, ora de um hábil *erastés*, ora de um bom *erómenos*. Em relação à condenação de Sócrates à morte com cicuta, Santoro afirma que na acusação de o filósofo corromper a juventude os juízes tinham razão, pois este transformava os jovens em amantes, invertendo seus papéis sociais, como no caso de Alcibíades (SANTORO, 2007, p.119).

Werner Jaeger acrescenta que é indiscutível que Alcibíades queria ser discípulo de Sócrates, mas sua natureza egoísta e intemperante não o permitiu renunciar-se a si mesmo. O *eros* de Sócrates ardeu em sua alma por momentos, mas sua sapiência e prudência não permitiu que tal chama ateasse nela uma chama permanente (JAEGER, 1986, p.515). Ainda que tenha sido tentado pela (PLATÃO, *O Banquete*, 215 e).

Por seu envolvimento na Guerra do Peloponeso (430-404 a.C.), Atenas vivenciou de perto abalos em sua estrutura política, econômica e social, que desencadearam reflexos no comportamento de seus cidadãos, sobretudo sobre os jovens. Por ser filósofo e por observar de perto as conseqüências desse abalo em sua cidade, Platão utiliza-se de personagens conhecidos de Atenas, tais como Sócrates e Alcibíades, para ilustrar aos seus leitores o paradigma ideal de cidadão – o *kaloskagathos*, representado aqui na figura de Sócrates: um homem temperante, ativo nas questões políticas e militares da polis, sábio e comedido. Em contrapartida, Alcibíades é o modelo de cidadão dominado pela *hybris*, amante de prazeres vulgares e de caráter dissimulado. Além do mais, é em *O Banquete* que Platão expõe de maneira mais elaborada o que para si era *eros*, quais eram suas benevolências na vida de um homem e quais os cuidados se devia tomar quando fosse atingido por uma de suas “flechas”. Concluímos que ele, Eros é a inclinação do homem para o bem (JAEGER, 1986, p.508) e a maneira como este homem domina os seus desejos refletir-se-ia em seu comportamento na polis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A – DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL:

PLATÃO. *O Banquete*. Trad: J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 1995.

PLATON. *Le Banquet*. Trad: Léon Robin. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

B - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 103 – 133.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MARROU, Henri Irénée. Educação e retórica. In: FINLEY, Moses I. (Org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 213-214.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MURRAY, Oswyn. O homem e as formas da sociabilidade. In: VERNANT, Jean-Pierre (org.). *O Homem Grego*. Lisboa: Presença, 1994. P. 199-228.

ROMILLY, Jacqueline de. *Alcíbiades ou Os Perigos da Ambição*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

SALLES, Catherine. O Mundo Grego: Homens, Mulheres, Crianças. In: _____. *Nos Submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 14 – 148.

SANTORO, Fernando. Erótica. In: _____. *Arqueologia dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 77 – 142.

SARTRE, Maurice. A Homossexualidade na Grécia Antiga. In: *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 46 – 59.

SENNETT, Richard. Papéis. In: _____. *O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 45 – 64.

VRISSIMTZIS, Nikos A. *Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2002.

DA PLURALIDADE À UNICIDADE: AS DIALÉTICAS RELIGIOSAS NO DISCURSO LITERÁRIO JUDAICO

Nathália Queiroz Mariano CRUZ¹

taiaqueiroz@hotmail.com

Resumo: O mundo tardo-antigo veio a assinalar uma série de transformações e inovações que repercutiram de forma decisiva na esfera política e religiosa ocidental. Sendo talvez a maior delas o desenvolvimento das práticas politeístas que culminaram na adoção do monoteísmo cristão, processo este nada inocente que já espelhava na filosofia religiosa judaica sua intenção. No entanto, a relação que separa a pluralidade da unicidade caminha por linhas tênues, e é com o intuito de melhor compreender este desenrolar que o presente trabalho se torna possível, buscando por meio da concepção de *unicidade* que permeia a dialética literária judaica, encontrar análises que tornem viváveis os mecanismos de flexibilidade dessas sagradas escrituras, ao mesmo tempo em que se nota nelas um discurso de auto-preservação.

Palavra Chave: Monoteísmo, Politeísmo e Dialética Judaica.

Abstract: The late-ancient world came to mark a series of transformations and innovations that have affected decisively in Western religious and political sphere. Being perhaps the major development of polytheistic practices that culminated in the adoption of Christian monotheism, a process that has nothing innocent since it mirrored its intention on the Jewish religious philosophy. However, the relationship that separates the plurality of unity walks thin lines, and is aiming to better understand this development that this work becomes possible, searching through the concept of oneness that permeates the Jewish literary dialectic, find reviews to make the flexibility mechanisms of these scriptures, while one notice them a speech of self-preservation.

Keyword: Monotheism, Polytheism and Jewish Dialectic.

O olhar direcionado ao mundo antigo não pode deixar de ser, antes de tudo, um olhar plural, no qual não somente os preconceitos e julgamentos do nosso presentismo não se encaixam, como também vive uma relação dialética que tem boa parte de seu sucesso na pluralidade como intenção de singularidade. Os problemas que figuram na apresentação e compreensão desse passado antigo não deixam de ser menos anacrônicos que tantos outros²,

1 Universidade Federal de Goiás/Mestranda/ Bolsista CNPq.

2 Ver LOROUX, Nicole. O elogio do anacronismo. In: NOVAES, A. (org.). *Tempo e História*. São Paulo:

contudo, não é uma preocupação que se faz pertinente no momento, e da qual se ocupam os teóricos e filósofos da história, assim como de seus conceitos. Mas nos chama atenção, primeiramente, os mecanismos proporcionados pela dialética das sagradas escrituras hebraicas na relação e contato com o outro.

Para tanto, tomaremos com ressalva os estudos Friedrich Hegel (1992), Paul Ricoeur (2005) e Immanuel Kant (1994), que dedicam à interpretação da hermenêutica e dialética uma lógica de *logos* do *onto*, isto é, uma ontologia que estuda o ser, a essência e o conceito, pois não separa a forma do pensamento, da matéria do pensamento. E será dedicada também uma atenção especial ao pensamento de Aristóteles que, ainda que não contasse com um método dialético preciso e efetivo, definiu a metáfora, extraída da *mimese* teatral, para toda a história ulterior do pensamento ocidental. A dialética inserida na hermenêutica sacro-literária deve ser adotada enquanto valor de interpretação, pois só assim ela pode cair num rigor analítico, na busca pela verdade legitimada na linguagem, na palavra intencional camuflada pela palavra do discurso oficial. Trata-se, ademais, de um mecanismo discursivo que não pode ser analisado fora de seu contexto histórico, em que se revela fundamentalmente funcional.

O Mediterrâneo Antigo e o Império Romano exploraram de forma astuciosa a dialética com o outro e o espaço, de tal forma que o caráter plural e flexível dessas relações de poder resultaram numa determinada homogeneidade cultural, feita não de forma pacífica, linear e modelar, mas se utilizando, sobretudo, de recursos de negociação e de assimilação. Exprime-se com certa facilidade que o mundo antigo viveu uma “(des)importância do conceito identidade”, tamanha é a mobilidade e pluralidade que o mesmo abarca. Com efeito, a frase só não deve ser aplicada à sociedade judaica do Antigo Oriente Próximo, que tem justamente em sua identidade a afirmação de tudo aquilo que *não é*, em detrimento do *vir a ser*. É uma cultura na qual a identidade nasce e vive com a história, concepção até então estranha às sociedades antigas, sobretudo aos demais povos semitas, helênicos e egípcios.

A pluralidade conveniente ao mundo antigo sofre, nos moldes judaicos, um deslocamento de sentido. Tal análise já vem ganhando espaço na historiografia desde Momigliano (1992) e, mais recentemente, tem tomado novas discussões frente aos trabalhos do egiptólogo Jan Assmann (2008), que assume a máxima “Deus é sem outros” em oposição àquela “Deus é Um”, e do francês André Neher (1975), que à frente dos estudos hebraicos das Universidades de Estrasburgo e Bruxelas, propõe uma filosofia ontológica das categorias tempo e espaço para se entender a singularidade judaica frente às demais culturas antigas.

Cia das letras, 1992, p. 57-70. No qual se faz uma defesa do uso anacrônico de conceitos e expressões utilizados na compreensão do mundo antigo, contanto que de forma consciente, limitada e criativa.

Partindo dessas linhas de discussões, anulamos o olhar unilateral daquilo que se entende por monoteísmo e politeísmo, colocando as duas instâncias como partícipes de um passado muito em comum e separado por uma linha estreita e cheia de problemáticas. Talvez fator este que sirva como explicação possível à fragilidade dos cânones religiosos, sobretudo os de ordem judaico-cristã, e a preocupação dos mesmos em promover um distanciamento da esfera humana para com a esfera do sagrado.

Como lembra Goethe, “a fonte só pode ser pensada enquanto flui”, enquanto há atuação da linguagem e de suas intenções interiores e exteriores. Esta linguagem, no entanto, é forma final do agrupamento de signos que definem e direcionam seu sentido, usando por meio da lógica de oposição tudo aquilo que vai ser descartado e/ou aproveitado mediante as intenções que se quer conferir a matéria. Em terminologia hegeliana, a esse jogo de opostos se dá o nome de Princípio da Contradição, que atesta ser qualquer matéria e forma portadoras de agentes que as fazem ser o que são, a partir daquilo que não são. E é a partir desse sistema relacional que a dialética se constrói. Com Zenão de Eléia e Aristóteles, até as correntes mais recentes herdeiras do pensamento dialético de Hegel, que a dialética atua enquanto sistema de negociação no jogo das contradições. Certamente há nesse âmbito as diferenças entre aquilo que se entende por fundamento dialético na antiguidade, sob bases aristotélicas em moldes platônicos, e aquilo que concebemos por dialética hoje, teorizada em termos hegelianos e kantianos. No entanto, o princípio do *ser* a partir do *não ser*, em decorrência do *vir a ser*, é relacional em qualquer âmbito.

A dialética aristotélica, assim conhecida por abarcar mais o terreno de um pensar dialético do que o desenvolvimento de um sistema e métodos internos a sua realidade, foi a primeira a nos dar exemplo vivo de como é possível construir uma filosofia da linguagem relacional sem ferir o princípio da contradição, com a formulação da ideia de que a substância não tem contrários, mas recebe-os em si, sem prejuízo de sua unidade e identidade, como nos diz: “São as transformações da própria substância que lhe dão atributos contrários, embora permaneça uma e sempre a mesma, enquanto essas transformações são meramente acidentais e não lhe afetam a essência.” (ARISTOTELES, 2006, p. 224). Neste sentido, a definição que Aristóteles confere a dialética é a de uma discussão baseada no diálogo, em que dois ou mais contendores argumentam de parte a parte e mutuamente se contestam, procurando chegar a verdade.

Erige-se assim o imperativo do constante fluir, como aquele já predito por Heráclito de Éfeso: “tudo passa”, fluindo num eterno embate de contrários a partir do qual é possível apreender as coisas em seus movimentos, fazendo com que os elementos contrários se unam

sempre numa síntese superior para formarem o todo, todo este que só existe relacionamente ao outro. A essa metodologia dialética fluida, a linguística e estilística judaica souberam se sobressair como nenhuma outra, singularizando seus fundamentos e preceitos num todo emancipador e superior. Buscando na diferenciação proporcionada pelo oposto um todo único de essência inalienável perante as transformações do constante fluir. E para que essa análise da dubiedade entre plural e singular- que no judaísmo vem a sofrer um processo de desenvolvimento alocado na figura do todo- seja pertinente, é necessário situá-la sob as categorias de tempo e espaço.

A palavra *bereshit* que abre o livro de Gênesis, o livro da criação, indica, em tradução literal, não *no princípio*, mas sim *num princípio*, sendo esta a ideia central na qual se fundamenta a noção de tempo no judaísmo, importando primeiramente que houve um princípio, que ele existiu enquanto marco da Criação, e não com o que houve no princípio. Neher argumenta-nos em seu texto *Visão do Tempo e da História na Cultura Judaica* (1975) que o que é primordial na filosofia judaica é o tempo, propriamente dito. E que podemos associar a importância do mesmo pela presença da palavra *bara*, que designa o ato criador, estar somente vinculada a Deus. Tal pensamento provoca uma ruptura com as formas cosmogônicas que tentam dar uma origem a criação. Enquanto estas se preocupam com o precedente à criação, no judaísmo o tempo só adquire importância com a criação, pois é o momento em que Deus manifesta sua vontade nos homens.

E a esse tempo, que só interessa a partir da Criação, é que surge a noção de História na filosofia judaica. O tempo é ontológico na mesma medida em que a história também é, visto que são produtos simultâneos da obra do Criador, e é a isto que se deve o caráter filosófico da *Tanach*³ judaica e que não se encontra de antemão nos demais mitos cosmogônicos. A função divergente entre tempo e espaço foi conscientizada logo cedo para os povos semitas, dado o fato de que suas expansões e vontade de poder eram marcadas pelo tempo, enquanto que ao espaço se reservava uma característica de limite intransponível, barreira do improvável⁴, que só poderia ser ultrapassada na medida em que os limites do

³ Acrônimo usado na historiografia judaica para designar o conjunto dos principais livros sagrados, o qual fazem parte a *Torá*, conhecida como o pentateuco, *Neviim*, os livros dos profetas, e *Kethuviim*, que são os escritos. Encontra-se ainda em determinados autores o uso da palavra *Mikrá* (leitura), que era o termo atribuído ao estudo desses escritos até o período do Segundo Templo, e por isso alguns autores atestam ser esta expressão mais legítima, visto que a subdivisão atestada pela *Tanach* foi um pouco mais tardia.

⁴ A concepção de espaço no mundo antigo abarca, essencialmente, dois hemisférios: leste e oeste, ou em terminologias posteriores: ocidente e oriente. Ver BOWERSOCK, G. W. The east-west orientation of Mediterranean studies and the meaning of north and south in antiquity. In: HARRIS, W. V. (ed). *Rethinking the Mediterranean*. New York: Oxford University Press, 2006. Para as sociedades do Antigo Oriente Próximo, sobretudo àquelas da região do Levante, o Mediterrâneo se configurava como uma fronteira marítima até então de proporção desconhecida, e por isso temida, inalcançável. Quadro este que se modificará mais efetivamente

humano também eram superados, mas dada a imprevisão deste tipo de feito, o espaço ficava relegado a uma vontade de poder, de quebra de barreiras, que precisavam ir além do ritmo do tempo histórico, já que se tratavam de conquistas.

A dialética judaica do tempo, em contrapartida, não tem esse conflito, já que ambas as categorias só existem na história e ocupam o mesmo devir. Percebe-se, nesse cânone religioso, um recurso de negociação com a esfera espacial e temporal de tal forma que elas não entram em contradição, e permitem a total relação do indivíduo com o espaço, sem que o corrompimento deste interfira ou anule seu tempo histórico. Tanto que podemos notar no judaísmo da Diáspora a fidelidade dessa filosofia, que aloca na crença da restituição do espaço legal e sagrado do território bíblico de Israel, o enlace histórico entre direito sagrado e identidade judaica.

O que fundamenta a diferença entre o pensamento ontológico dos hebreus frente aos demais povos semitas e as culturas do Mediterrâneo antigo é que os primeiros, com a idéia do Gênese, deslocam o foco da criação do indivíduo para o devir. Isto é, dada a existência de um único deus o mundo criado é fenômeno deste, e não um palco para a sua irrupção (manifestação, surgimento); o Deus uno não fragmenta o espaço, não “cria” mais espaços, não os multiplica, o que equivale a dizer que o espaço não está mais em questão, visão contrária ao politeísmo, na qual o mundo atua enquanto cenário para as várias histórias e onde há uma fragmentação da realidade, dividindo-a entre sagrado e humano e de onde surgem as contradições inerentes à compreensão da criação. A isto Neher chama de “problemática do ser”. O espaço do mundo judaico é, ademais, o fato de uma única história, e neste sentido não é a história que se encontra no mundo, e sim ele é que se encontra nela. É um dado seu.

A distinção da dialética mosaica para lidar com os problemas intrínsecos a determinadas suposições filosóficas nasce justamente da intenção de tomar a sagrada literatura como obra filosófica, e “a bíblia soube fazer a história nascer de uma filosofia” com maestria, colocando as contradições iminentes do mundo como complementação deste próprio mundo, servindo como válvula de escape e proteção aos seus preceitos religiosos a partir do momento em que promove-se um distanciamento entre as capacidades do Criador para com o mundo que ele criou, na qual só a partir do zelo para com a obediência é que o sujeito se vê em condições de estar mais próximo da plenitude da obra do Criador. A esta filosofia é que se deve a permanência da “essência” judaica mediante ao processo do

com a expansão do Império Romano e a disseminação de práticas comuns às culturas mediterrânicas. MATOS, J. L. As religiões do Livro e o poder social. In: VENTURA, M. G. (coord). *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*. Lisboa: Colibri, 2002.

constante fluir, idéia que foi tão esboçada por Aristóteles e tamanha a sua pertinência, não por acaso o filósofo grego foi retomado treze séculos mais tarde pelo maior comentador das *mishnayot* (leis) e *halakhot* (preceitos) do Talmude, Rabbi Moshe Ben-Maimôn (Maimônides), para fazer a interpretação de seu *Michnê Torá* (2006).

A tentação sofrida por alguns autores⁵ em recair na afirmativa de que os problemas da dialética judaica, enquanto artífice linguístico, cessam a partir do momento em que a filosofia do uno é de fato implementada e fundamentada como norte da religião, não nos será permitida. Até porque estaríamos caindo em erro analítico. Contudo, nos atreveremos na argumentação que a idéia do uno é de fato tão bem sucedida que tomou proporção majestosa no pensamento ocidental e moldou a base da configuração de um mundo até então politeísta, para um unicista. A isto soma-se a exclusividade e verdade enfática na figura de Deus, partindo da premissa de todas as coisas que não são Deus e do conjunto de religiões que vão ser chamadas de supersticiosas, heréticas ou pagãs. O raciocínio, de acordo com Assmann, pressupõe a existência de outros deuses e, por assim ser, a implicação dessas existências divinas é de fundamental importância para a bíblia monoteísta. É uma oposição de Deus e deuses que reflete a diferença entre Israel e as demais sociedades antigas.

Ralph Cudworth (1838) já havia pontuado que todas as religiões são basicamente monoteístas a partir do momento em que uma deidade suprema é a origem ou criadora do Universo, estabelecendo-se a preferência ou seletividade de um deus entre tantos outros, por meio de uma relação hierárquica. Isto é o que Eric Voegelin (1956) chama de *Summodeism*, a crença num deus supremo sobre os outros deuses do Panteão. Neste sentido o monoteísmo é encarado como contra religião: a seleção de uma divindade entre as demais não é o problema, dada a disseminação e viabilidade dessa prática. O rompimento aqui surge da negação total e absoluta do caráter transcendental dessas deidades. Tem-se consciência delas, a elas eram prestados cultos e cerimoniais, e então as mesmas, por meio de um recurso dialético que subjuga o outro (ou outros), são renegadas e destituídas de seu espaço de origem, de sua ordem cósmica e criadora.

Cunhados no século XVII, os termos monoteísmo e politeísmo já foram objetos de muitas e variadas discussões entre os teólogos, historiadores, sociólogos e antropólogos. O fato é que, embora o primeiro ateste a crença em um único deus e o segundo em vários,

⁵ Ver REINHARZ, J. *Jewish Nationalism and Jewish Identity in Central Europe*. Downloaded from leobaeck.oxfordjournals.org by guest on April 6, 2011; NASH, G. H. *Forgotten Godfathers: Premature Jewish Conservatives and the Rise of National Review*. Downloaded from American Jewish History 87.2 (1999) 123-157 guest on April 18, 2011. Access provided by CAPES-Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

ambos pressupõem uma relação entre o sujeito e a divindade a qual ele presta culto. E por mais que haja a crença em vários deuses, a relação que se estabelece com cada uma delas é singular, diferente das demais, até mesmo pelo tipo de divindade que está sendo cultuada. É a este tipo de relação única estabelecida com cada deidade que a idéia da unicidade judaica ganha proporções relevantes. Como se tratam de vários deuses, o Deus de Israel teria sido aquele, entre os outros existentes, que livrou seu povo das mãos do faraó, e obteve legitimação suprema, a partir de então. É um feito marcante, visto que indica a libertação da escravidão, a promessa de um território fértil e a elevação/seleção de um grupo étnico. É essa exclusividade que é decisiva na concepção unicista de Deus, na qual este se emancipa, erigindo-se como o único e verdadeiro criador, dada sua supremacia e imanência.

O que percebemos no cuidado com a dialética sacro-literária judaica é um esforço para conferir sentido à História, História essa que está na humanidade e que existe enquanto categoria do tempo. Como fator ontológico que tem sua origem na Criação, e seu fim numa premissa escatológica, o tempo histórico flui na medida em que há manifestação do Deus eterno, e com a consciência de que este não finda com a corrupção do espaço ou com o fim do tempo humano. E é isto que permite ao deus único agir sobre o tempo, sem estar intrinsecamente sujeito a ele. A formulação mais concreta desse raciocínio ganhou o nome de *Panenteísmo* pelo filósofo alemão Karl Christian Krause, com a afirmação de que Deus está contido no Universo, mas é maior do que este. Revelando-se assim a originalidade hebraica em oposição ao panteísmo ocidental.

O Panenteísmo oscila entre dois termos: um que diz respeito ao espírito de Deus, e outro que se refere a Sua palavra. O espírito é aquilo que emana de Deus e age na matéria, que é produto divino. Há, no entanto, um confronto entre a matéria e o espírito, dado o momento em que este invade o espaço da Criação e o “acalma”, o reordena e o subjuga, ampliando a presença e supremacia de Deus. A palavra é o que dá origem a matéria e ritmo à Criação. Ela é presença divina agindo no terreno do humano e por isso caindo no risco de se corromper. Mas dado o momento em que Criação caminha mediante a presença divina, presença esta que é atemporalizante em termos monoteístas e temporalizante em sentido ontológico, o corrompimento da Criação já não é mais problema nem falha divina, e sim capacidade de escolha e interpretação no trata para com a palavra.

Essa característica de proteção e inalienabilidade da esfera sagrada unicista é possibilidade, na hermenêutica judaica, pelo nível de agir que há entre Deus e os homens, colocando o primeiro num patamar de onipresença, ao mesmo tempo em que ao outro se destina a obediência e incontestação. Aqui voltamos novamente à importância que o tempo e

o espaço têm nessa filosofia. A origem do mundo não está, na dialética judaica, oculta à inteligência e compreensão humana. É primeiramente uma capacidade de apreensão da verdade originária, e que só é passível de ser alcançada mediante os limites impostos ao humano. A origem é perceptível e compreensível na própria história, e para o sujeito permanecer em união com o tempo do início, ele não necessita transcender sua história e chegar a uma dimensão mítica, já que é a partir de seu próprio tempo e reconhecimento que ele encontra o prolongamento das origens e a permanência de sua essência e identidade.

O estreitamento das concepções pluralistas e unicistas encontra na dialética judaica a busca pela totalidade, tomando como ponto de partida a existência de uma fragmentação da realidade, tal como também a do tempo e do espaço. É uma relação de negociação, portanto, a partir do momento em que a concepção politeísta de mundo é colocada em discussão, e relegada ao campo do supersticioso e herético em detrimento do discurso oficial e legalizador de um deus uno. C. S Lewis (1938) definiu como a maturidade do politeísmo aquilo que pode ser resumido pela fórmula “*todos os deuses são Um*”, e talvez seja essa a expressão que melhor resume o processo que dá passagem do politeísmo para o monoteísmo. Não notamos na literatura sagrada judaica, sobretudo nas *mishnayot*, a presença de uma afirmativa que negue a existência de outros deuses, juntamente ao Deus eterno de Israel. O que se encontra nessa narrativa é, muito mais, a preocupação em colocar o Deus de Israel acima de todos os outros, numa alteridade inalcançável, e por isso, todas as forças que agem sobre o terreno do humano estariam subjugadas às vontades do divino emancipador e único.

A adoração de outros deuses é colocada então como fator de transgressão e paganismo na religião judaica, pois o Deus é transcendental e manifestação no Universo e sobre ele. E neste sentido a metáfora, entendida como deslocamento do sentido literal ao sentido figurativo, não é viável para configurar qualquer relação entre Deus e sua Criação, ainda mais quando alocada em manifestações figurativas divinas que agem sobre o Universo. Sabemos, no entanto, que a realidade dessa filosofia insurge em contradições e problemáticas, visto que o próprio “sentido metafórico é não-lexical” (RICOEUR, 2005, p. 289), ou seja, é valor criado pelo contexto. Mas o que devemos considerar, de acordo com os mecanismos dialéticos judaicos, é que o conceito bíblico de Deus não é sobre absolutismo, e sim sobre relação de unicidade.

BIBLIOGRAFIA

Documentos Textuais:

JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus* (Obra completa) – 11ª Edição. Rio de

Janeiro: Editora CPAD, 2007. Tradução de Vicente Pedroso.

MAIMON, Ben Mochê. *Michnê Torá*. Jerusalém: Editora da União Sefardita Hispano-Portuguesa de Beneficência, 2006. Tradução da União Sefardita Hispano-Portuguesa. Tradução de Alice Frank.

_____. *Comentário da Mishná*. São Paulo: Maayanot, 1993.

MELAMED, Meir. *Torá- A Lei de Moisés*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KANTROWITZ, David. *Babylonian Talmud- David Judaic Classics Library*. Edition Bilingue New York, 2001. Edition Bilingue

Obras Gerais:

ANDO, Clifford. *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

ANDRADE, Almir. *As duas faces do tempo*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1971.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo, SP: EDIPRO, 2006.

_____. *Metafísica de Aristoteles = Aristotelis metaphysica*. 2. ed. Bilíngue. Livros XVII XVIII. Madrid: Gredos, 1982.

ARISTOTLE. *The Politics*. Translation of Jonathan Barnes. Cambridge: University of Cambridge Press, 1994.

ASSMANN, Jan. *Of God and gods: Egypt, Israel and the rise of monotheism*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2008.

AZRIA, Régine. *O judaísmo*. Bauru: EDUSC, 2000.

BANN, Stephen. *As Invenções da História- Ensaios sobre a Representação do Passado*. São Paulo: Unesp, 1994.

BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História, Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAZÁN, Francisco García. *Aspectos incommuns do sagrado*. São Paulo: Paulus, 2002.

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. Vol. I: A History. London: Cambridge University Press, 1998.

BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo (orgs). *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001. 288p.

BICKERMAN, Elias. *The God of the Maccabees: studies in the origin and meaning of the maccabean revolt*. Leiden: Brill, 1979.

BURKERT, Walter. *Antigos Cultos de Mistério*. São Paulo: Ed. USP, 1991.

CLEMENTES, Ronald E. *O mundo do antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995.

- COELHO, A. B. Mediterrâneos: Identidades e Fronteiras. In: VENTURA, M. G. das. (coord.). *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 13-24.
- COHEN, Boaz. The Relationship of Jewish to Roman Law. In. *The Jewish Quarterly Review, New Series*. Pennsylvania, vol. 34, n. 3, pp. 267-280, 1947.
- COHEN, Shaye. J.D. *The Beginnings of Jewishness: boundaries, varieties, uncertainties*. Califórnia: University of California Press, 2000.
- COLLINS, J. J. A Symbol of Otherness: Circumcision and Salvation in the First Century. In. *Seers, Sibyls and Sages in Hellenistic-Roman Judaism*. Leiden and New York: Brill, pp. 211-35, 1997.
- _____. Cult and Culture: The Limits of Hellenization in Judea. In. COLLINS, J. J. & STERLING, G. E. (eds.). *Hellenism in the Land of Israel*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, pp. 38-61, 2001.
- COLLINS, J. J. & STERLING, G. E. (eds.) *Hellenism in the Land of Israel*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2001.
- COMTE-SPONVILLE, André. *O Espírito do Ateísmo: introdução a uma espiritualidade sem Deus*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- CUDWORTH, R. *The true intellectual system of the Universe*. New York: Gould e Newman, 1838. Disponível em: < <http://books.google.co.uk/books?id=B9YpAAAAYAAJ>>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- ELIADE, Mircea. *Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERREIRA, Cláudia A.P. Bereshit: O Início da Narrativa Hebraica Bíblica. In. *Phoênix*. Ano XIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. P. 67-83.
- FINLEY, Moses Israel. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FINLEY, Moses Israel. *História Antiga: Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.
- _____. Política e poder na Antigüidade Tardia: uma abordagem possível. In *História Revista*. Goiânia, v. 11, n. 1, p. 161-177, 2006.
- GIGLIO, Auro Del. *Iniciação ao Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2000.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Máximas e Reflexões*. Lisboa: Guimarães, 1987 Editores.
- GOODMAN, Martin. *A classe dirigente da Judéia*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

- GOWING, Alain. *Empire and Memory- The Representations of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *Rome e Jerusalem- The clash of ancient civilizations*. New York: Penguin Books, 2008.
- GRUEN, Erich. *Heritage and Hellenism: the reinvention of jewish tradition*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- GUARINELO, Norberto L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. In *Politeia: Historia e Sociedade*, Vitória da Conquista, v.3, n.1, p.41-61, 2003.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UnB, 2003.
- HEGEL, Friedrich G.H. *A Razão na história*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- _____. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- _____. *Filosofia da História*. Brasília: Unb, 1999.
- HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism: studies in their encounter in Palestine in the early hellenistic period*. Philadelphia: Fortress, 1974.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- _____. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Trad. de Artur Morão. Lisboa:Edições 70, 1992.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes,2002.
- _____. *Primeira Introdução à Crítica do Juízo*. Trad. de Rubens Rodrigues TorresFilho. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- KHAFIF, Rabino Moshe. *Derech Limud- Estudando como se estuda. Conceitos e fundamentos sobre o estudo do Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2006.
- LEWIS, C. S. *The allegory of love*. Oxford: Oxford University Press, 1936. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21206541/C-S-Lewis-Allegory-of-Love-a-Study-in-Medieval-Tradition-Lewis-Clive-Staples-Cs-Christian-Library>>. Acesso em: 24 mai. 2011.
- MATOS, J. L. As religiões do Livro e o poder social. In: VENTURA, M. G. das. (coord.). *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 49-63.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *De paganos, judíos y cristianos*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1992.
- MORELL, Samuel. The Religious Dimension of Jewish Civil Law. In. *AJS Review*, Cambridge, vol. 18, n. 2, pp. 265-271, 1993.
- NEHER, André. Visão do tempo e da História na cultura judaica. In. RICOEUR, P. et al. *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

- NORA, Pierre. Entre História e Memória. In *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*. São Paulo: PUC-SP, 1981. P. 07-28.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. O Judaísmo Antigo e o Cristianismo Primitivo em Nova Perspectiva. In. *Identidades Fluídas no Judaísmo Antigo e no Cristianismo Primitivo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.
- RAMOS, J. A. M. Judaísmo e Mediterrâneo: espaço, identidades e fronteiras. In. VENTURA, M. G. das. (coord.). *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 65-83.
- RATTEY, Beatrice K. *Los hebreos*. México: Tezontle, 1992.
- REHFELD, Walter. I. *Nas sendas do judaísmo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROCHA, Ivan E. *Práticas e representações judaico-cristãs/ Exercícios de interpretação*. São Paulo: UNESP, 2004.
- STOETZER, O. C. *Karl Christian Friedrich Krause and his influence in the Hispanic World*. Colonia: Boehlau, 1998.
- VOEGELIN, E. *Israel and Revelation*. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1956.

HÉRACLES O HERÓI TRÁGICO DA *POLIS*: UMA ANÁLISE DA IMAGEM HEROICA REPRESENTADA POR EURÍPIDES NA ATENAS CLÁSSICA

Poliane da Paixão GONÇALVES¹
polianedapaixao@hotmail.com

Resumo: O herói grego diferente daquela ideia romanceada que vigora na atualidade é aquele ser é colocado em uma situação de realizar aquilo que pertence a sua natureza, já que esta possui dois aspectos inerentes a sua constituição, um divino e um humano, o qual buscará alcançar a *katharsis* durante a sua jornada terrestre. Caracterizado como ser sobre-humano, o herói é responsável por manter a ordem na coletividade da *polis*. Pensando nessas questões iniciais, analisaremos nesta comunicação como a imagem de Hércules, único herói da mitologia grega que consegue realizar sua *apotheosis* completa, será representada pelo tragediógrafo ateniense, Eurípides, no período clássico.

Palavras Chave: Herói, *Polis*, Tragédia.

Abstract: The Greek hero different from the romanticized idea that prevails today is that it be placed in a position to accomplish that which belongs to his nature, as this has two aspects inherent in its constitution, a divine and human, which seek to achieve *catharsis* during his earthly journey. Characterized as a superhuman being, the hero is responsible for maintaining order in the collectivity of the *polis*. Thinking about these issues early, we will analyze in this paper as the image of Heracles, the only of Greek mythology that can hold its apotheosis complete, will be represented by the Athenian tragedian, Euripides, in the classical period.

Keywords: Hero, *Polis*, Tragedy.

As tragédias podem ser entendidas como um conjunto de narrativas míticas, que se inserem na vida religiosa da *polis*, que através da encenação trágica de um *mythoi*, no espaço coletivo, levaria os integrantes do grupo a alcançarem o processo *kathartico*. Pensando nesta dinâmica, buscaremos destacar a representação de Hércules na narrativa de Eurípides,

¹ Mestranda orientada pela Professora Doutora Ana Teresa Gonçalves Marques na Universidade Federal em Goiás.

particularmente na obra que leva o nome do herói, para tentar entender como a sociedade ateniense entendia a vinculação da imagem do herói, que estaria integrado na *polis*.

A imagem do herói nas obras trágicas objetivava tornar visível àquilo que estava oculto, de uma realidade mítica que aconteceu no passado, organizando a ordem do mundo como se encontrava, tendo assim a função de atualizar a potência do além no mundo terreno. Através da expurgação da *hýbris* (excesso, desmedida) do herói, a expurgação comunitária seria realizada. Pois, segundo a autora Rachel Gazolla:

“A identidade de cada um é a do todo, de modo que o erro cometido não é responsabilidade de um homem, mas é previsível por todos, aceito e expurgado conjuntamente, apesar de praticado por alguns” (GAZOLLA, 2001, p. 27).

Desta forma, a obra trágica buscava, através de um ritual teatral - que era acompanhado por música, narrativa mítica, danças e atuação cênica - levar o espectador à reflexão da *hamartía* (erro, falta) comunitária e particular, fazendo-o pensar sobre o destino, sempre superior à vontade humana, além de outras questões que eram levantadas sobre a relação da divindade e o humano no contexto coletivo.

Então o herói trágico é o ser que, representado na tragédia, comete a *hamartía*. Ainda segundo Gazolla, “o erro tem um valor e uma vivência comunitária expressos na figura do herói trágico” (2001, p.26). Desta forma, a purificação do herói não era uma opção, e sim uma necessidade comunitária que leva o espectador à visualização da ação *káthartica* (purificação) e, conseqüentemente, ao reconhecimento e ao final o aprendizado. Assim, alcançava-se uma purificação que ao mesmo tempo pessoal e coletiva.

O mito é aqui entendido a partir da visão apresentada pelo estudioso romeno Mircea Eliade (2000, p.11), na qual aquele contaria uma história sagrada, de uma história que aconteceu em um tempo primordial, de um “princípio”, ou seja, o mito seria uma narrativa de como uma realidade passa a existir, graças a ações realizadas por Entes Sobrenaturais. Essa realidade pode ser de uma totalidade, ou apenas de um fragmento.

Segundo Walter Burkert (1993, p.395), a palavra *héros* na etimologia grega é obscura, mas encontramos duas utilizações: a primeira é presente na epopéia antiga, que designa os heróis que são recitados nos poemas pelos aedos (cantor, poeta responsável por recitar as epopéias), as quais possuem uma ação sobre-humana; a segunda utilização da palavra era destinada àqueles que já faleceram e cujo túmulo era considerado um local que emanava um tipo de poder. Assim, o culto aos heróis se deu a partir de alguns *herôon* (túmulos), que

passam a se destacar das outras sepulturas. Estes túmulos extraordinários recebiam sacrifícios e dádivas votivas, práticas que se tornaram habituais na Grécia a partir da época helenística.

Acredita-se, desta forma, que o culto dedicado aos heróis parte da ideia, desenvolvida pela influência da poesia épica, de que o ritual surgiu no momento da constituição da *polis* grega. No período clássico, os heróis são entendidos como um grupo constituído por semi-deuses, em sua maioria, que ultrapassam o limite do mundo humano por terem a capacidade de encontrar-se em *hýbris*, ideia contida nas tragédias. Mas havia uma barreira intransponível entre os heróis e os deuses, que era a natureza humana, indissociável ao herói, que o impedia de alcançar uma purificação plena, salvo a exceção de Hércules. Este não possuiu nenhuma sepultura que lhe fosse designada que tenha sido descoberta, mas essa característica está presente, possivelmente, devido a noção existente na tradição mítica que o herói, atingiu a *apotheosis* completa alcançando uma posição privilegiada no olimpo.

Hércules era considerado por Píndaro (séc. V a.C.) como *héros theós*, pois ao mesmo tempo em que recebia culto como herói recebia cultos destinados aos deuses. É interessante notar o destaque dado a imagem do herói no período Clássico, entretanto, que passa a ser utilizado amplamente nas construções das narrativas trágicas, que hoje persistem na obra dos tragediógrafos: Sófocles e Eurípides. Segundo a autora Rachel Gazolla (2001, p.51), a tragédia possui finalidades “mítico-cívicas” e não somente cívicas. Pois ela permite que se levantem os questionamentos que levavam os indivíduos à reflexão das instituições nascentes na *polis*. Não podemos esquecer que a Atenas desse período não é apenas política, pois possui um pensamento ainda constituído pelas questões míticas. Assim, a autora argumenta que: “a encenação trágica seria, realmente, o próprio ritual transportado ao teatro, ausente dele o sacerdote sacralizador” (GAZOLLA, 2001, p. 52).

Passemos agora para a imagem do nosso objeto em questão, Hércules foi um dos heróis mais conhecidos da mitologia grega, e se destaca por possuir uma natureza híbrida, que se transforma na marca deste herói, pertencente ao grupo dos semideuses, por ser filho de Zeus com a mortal Alcmena. Devido a essa natureza ambígua, o herói é considerado como um ser conflitivo, pois possuía uma natureza mortal, que o transformava em inferior aos deuses, e outra divina, que o tornava também superior aos mortais. Para tentar eliminar sua parte mortal, os heróis se encontram sempre em jornadas *katharticas* durante suas trajetórias. Entretanto, para passar por este processo era necessário, segundo Walter Burkert (1993, p.164), vivenciar uma “situação de crise, de loucura, de doença, de sentimento de culpa”. Ou seja, a purificação fazia parte do trato com o sagrado, em que o indivíduo realizava este processo de acordo com a situação que lhe era apresentada, geralmente por forças superiores,

e cabia ao herói transpor determinadas etapas, ao realizar trabalhos específicos, possíveis apenas a seres sobre-humanos, para alcançar o objetivo. No caso do herói em questão, no fim de sua jornada terrestre predestinada, ele alcança a *apotheosis*. Desta forma, Hércules era considerado, tanto deus quanto herói, nos rituais em sua homenagem, como afirma Burket, pois dois tipos de sacrifícios eram dedicados a ele: um como herói e outro como deus (op. cit., p. 405). Ainda segundo este autor, a imagem acerca de Hércules no primeiro momento foi construída pela visão mítica, para mais tarde ser influenciada pelas narrativas trágicas que trouxeram novos elementos presentes especificamente a *polis*. Na narrativa constituída por uma tradição mítica, segundo o autor Hugo F. Bauzá, teremos uma representação de Hércules que o tornava um “protótipo de herói civilizador” (BAUZA, 1998), isso pode ser notado a partir dos trabalhos realizados pelo herói. Em que o primeiro grupo de labores, passava-se no Peloponeso, dos quais a maior parte consistia na captura e abate de animais selvagens. No segundo grupo, há uma expansão do espaço de atuação do herói, que chega ao limite do mundo conhecido.

A imagem do herói difundiu-se de tal forma que não se restringiu apenas ao período clássico, nem ao território grego. Sua fama chega a alcançar os territórios dominados pelos romanos, que popularizaram o herói através do nome latino Hércules. Veremos ainda que essa fama chegará até a contemporaneidade. Mas nosso objetivo se restringirá, ao estudo da imagem do herói no período clássico, especificamente com as obras trágicas de Sófocles e Eurípides, tragediógrafos contemporâneos que apresentam diferentes imagens acerca do herói.

A Atenas clássica do V século a.C., que será nosso recorte temporal, passava por um momento bastante conturbado, na história grega antiga, pois ao mesmo tempo em que realizava sua estruturação política democrática, também se envolvia na Guerra do Peloponeso. Neste contexto, batalhas destruíram a maioria das poleis, que ao final trarão a derrota a Atenas e a vitória à Liga Peloponésia, conquista que não significou um sucesso propriamente dito, pois os prejuízos que a guerra trouxe foram irreversíveis para os gregos, levando a um enfraquecimento territorial e conseqüentemente à invasão de outros povos na Hélade. Neste momento de instabilidade, os tragediógrafos produziram suas obras que seriam representadas durante as festas públicas dedicadas aos deuses. Desta forma, o teatro fazia parte da vida religiosa ateniense compondo o aspecto essencial da vida dos cidadãos das poleis.

As tragédias surgiram provavelmente ao final do século IV a.C. Elas selecionavam nos mitos os temas que seriam representados nos palcos. Segundo Jean Pierre Vernant (1999, p.1), as obras trágicas podem ser consideradas um gênero literário, possuidor de regras e características próprias, que se situam entre dois mundos: o dos valores antigos que estão

presentes no imaginário e dos novos valores ligado ao pensamento social próprio da cidade, que serão desenvolvidos em cada obra apresentada aos espectadores. Assim, o ambiente das poleis se torna propício para o surgimento da tragédia, que apresentará o mito através das perspectivas dos cidadãos da polis.

Eurípides também foi um tragediógrafo do V século a.C., em Atenas. Nasceu provavelmente em Salamina, ilha que fica nas proximidades de Atenas. Sua obra está inserida num contexto em que novas questões no campo intelectual são colocadas.

Hércules, é uma tragédia que possivelmente, foi produzida entre os anos de 421 e 415 a.C. A peça tem como personagem principal aquele que dá nome à peça, A ação acontece em Tebas, onde Lico está no comando e à família de Hércules estava refugiada em frente do altar de Zeus. A peça contará a história de como o herói mata a sua família, após ser acometido por uma loucura a mando da deusa Hera. É nessa tragédia que notaremos uma mudança da versão corrente do mito, em que coloca a realização dos doze trabalhos antes da morte de Alcmena e dos filhos, e ainda a ação *kathartica* do herói se dará de uma forma diferente da corrente.

Finalizaremos agora com a análise específica da tragédia, em que demonstra a atuação desse herói na *polis* como um elemento ordenador, que age como aquele que será o responsável por evitar o caos em meio à coletividade. A primeira hipótese que trataremos se relaciona com a natureza superior do herói, que o leva a buscar a purificação da sua parte impura, que seria a humana, transformando ele assim em uma presença que causa a desordem, mas que de certa maneira é responsável por retirar a desordem que a *polis* se encontra para que depois se retire e que a própria dinâmica da *polis* a organize juntamente com o grupo de cidadãos, questão que pode ser percebida no seguinte trecho da fala de Teseu a Hércules, que o aconselha a se retirar de Tebas para que o herói se purifique de sua falha:

“Teseu: (...)

Tebas deixa em respeito à lei

e acompanha-nos à cidade de Palas.

Lá tuas mãos purificarei do miasma” (EURÍPIDES, v.1322-1325)

Outro ponto que percebemos esta nas formas de purificação, em que nesta obra encontramos de dois tipos, a primeira na qual Hércules se retira da *polis* se isolando, saindo desta forma do convívio coletivo para realizar o processo *kathartico*, que condenava a sua família a sair do convívio de sua terra natal, vivendo assim em terras estrangeiras. Imagem

inicial na peça, que seria a realização dos doze trabalhos por parte do herói, como diz na seguinte passagem, da fala introdutória de Anfitrião:

*“Meu filho deixou Tebas, onde me
estabeleci, Mégara e os sogros, e
nas argivas muralhas e cidades ciclópica
desejou viver, de onde estou exilado por matar
Eléctrion. Para amenizar meus infortúnios
e por querer viver na pátria, oferece pelo
nosso retorno grande paga a Euristeu:
livrar a terra de monstros (...)” (EURÍPIDES, v.14 – 20)*

A outra forma de purificação se encontra mais ao final da obra, logo após o assassinato da família de Hércules, realizado pelo mesmo, em que Teseu se apresenta como o herói, ligado aos valores da cidade democrática, já que apresenta a solução da realização da purificação de Hércules em meio a *polis* ateniense. Cabe destacar aqui a distinção que Eurípides constrói entre Tebas, *polis* vinculada a tirania na narrativa, e Atenas, *polis* ligadas as características de um governo democrático. Enquanto que na primeira temos a imagem do tirano Lico que se apossa do domínio de Tebas, retirando o real governante daquela *polis*, Creonte. Trazendo a desordem aquela coletividade, que torna necessária a atuação do herói, para que a ordem volte a imperar sobre os tebanos. Já a Atenas se apresenta como a *polis* que é governada pela ordem, já que primeiro a deusa guardiã da cidade *Athena*, que se apresenta na narrativa e impede que Hércules cometa o assassinato de seu pai humano, Anfitrião, retirando a cegueira que levava a *hýbris* do herói. No outro momento que a imagem de Atenas é representada, esta é vista na imagem de Teseu, herói responsável por estabelecer a ordem ao ambiente tebano, já que retira Hércules, para que este então realize seu processo *kathártico*.

Entrando em outra hipótese, temos a questão da individualidade e da coletividade, destacamos que na tragédia as desventuras atormentam a família do herói, quando este resolve que deixaria de agir pela coletividade, e passaria a se preocupar com seus problemas individuais, que diziam respeito ao seu núcleo familiar. Como se apresenta no seguinte trecho:

*Hércules: (...)
Pois, a quem devo defender mais, senão esposa
e filhos e pai? Adeus trabalhos.
Mais vãoos foram aqueles que realizei do que estes.*

*Devo morrer por eles, defendendo-os, se, de fato,
morrerem pelo pai. Ou em que diremos ser belo
ir em combate contra a hidra e o leão,
enviado por Euristeu, se não me empenhar
sobre a morte de meus filhos? Então, não seriei
chamado, como antes, o vitorioso Hércules. (EURÍPIDES, vv.574 – 581)*

Depois de fazer essa afirmação o herói tem um resultado inverso, em que percebemos duas questões: primeiro pensando em salvar sua família o herói resolve abandonar a prática de outros labores, só que em vez de trazer a proteção ao seu núcleo familiar, o herói será o agente que matará aqueles a quem dedicou sua atenção particular. Segundo, o abandono realizado por Hércules de suas funções na *pólis*, para realizar seus interesses individuais na verdade trará a desventura, só que será apenas de seu lar, pois no momento que deixa de agir pela coletividade, o herói vai contra sua própria natureza, e de certa forma perde o apoio do grupo. Então quando Hércules deixa de realizar o que é próprio de sua natureza acontece uma desordem, ou seja, forças externas começam a agir abalando o equilíbrio, no caso da peça essas forças são representadas por Lissa, Íris e Hera.

Quando Lissa acomete Hércules de uma loucura, esta o faz contra a sua vontade e sim a mando de Íris. Em sua argumentação, contra o ato de trazer o mau ao herói, Lissa retoma as ações heróicas deste e ainda indica a função ordenadora do herói, responsável por livrar a terra de monstros e trazer o equilíbrio através da devolução da honra aos deuses, como ela diz na seguinte passagem;

*Lissa: Este homem, a cujo palácio te me envias, não é
ínfimo nem sobre a terra, nem entre os deuses.
Império território e mar feroz
pacificou, e dos deuses, sozinho restaurou
as honras, decadentes devido a homens ímpios.
Por isso não aconselho tramardes grandes males.
(EURÍPIDES, vv. 849 -854).*

Como a desordem foi imposta por forças externas a *pólis*, apenas com a ação exterior que essa ordem será restaurada, por isso temos a intervenção da deusa Atena, que impede que Hércules mate seu pai Anfitrião, fazendo com que o herói entre no sono profundo e saia do transe em que se encontrava. Quando este acorda novamente terá uma ajuda externa de outro herói, Teseu, que assume a posição heróica, já que Hércules não encontrava-se na

condição de assumir sua função, precisava portanto passar pelo processo de purificação. Para deixar de agir e dizer “palavras de um homem qualquer” (EURÍPIDES, vv.242), como fala Teseu.

Assim tentamos demonstrar, nesta breve exposição, como Eurípides constituiu uma imagem do semideus Hércules, dentro da narrativa trágica, em que o herói se apresentava com uma ação de ordenação dentro da *polis*, formando assim uma identidade heróica capaz de proporcionar através da sua natureza tipicamente desordenada, um ordenamento em meio a *polis*.

Bibliografia

A) Documentos Textuais:

APOLODORO, *Biblioteca*. Trad. Margarida Rodriguez de Sepúlveda. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

EURÍPEDES. *Hércules*. Trad. Cristina R. Franciscato. São Paulo: Palas Athena, 2003.

EURÍPEDES, *Alceste*. Trad. Louis Méridier. Paris: Lês Belles Lettres, 1961.

B) Obras de Referência:

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PEREIRA, Isidoro. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Lisboa: Livraria Apostolado da Imprensa.

C) Obras Gerais:

ALDROVANI, C. E. V. Etnicidade, helenicidade e alteridade: apontamentos sobre a visão do outro e de si mesmo no mundo antigo. São Paulo – MAE/ USP. 2009

- ALVAR, J & B. J. M. *Héroes y Antihéroes em la Antigüedad Clássica*. Madrid: Cátedra, 1997.
- BALANDIER, G. *O Poder Em Cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- BARROS, José D'Assunção B. *O Campo da história: Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUZÁ, Hugo F. *El Mito Del Héroe: Morfología y Semântica de La Figura heróica*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 1998.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Teatro grego: origem e evolução*. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- _____. *Teatro grego: tragédia e comédia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BURKERT, Walter. *Religião grega na Época Clássica e Arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- _____, *Antigos Cultos de Mistério*. São Paulo: Ed. USP, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.
- DETIENNE, Marcel. *Apolo com el cuchillo em la mano: Uma aproximación experimental al politeísmo griego*. Madrid: Akal, 2001.
- DURVAL, A. J. *História a Arte de Inventar o Passado*. São Paulo: Edusp, 2007.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FINLEY, M. I., *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1963.
- FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massino. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

- FLORENZANO, Maria B. B. *Nascer, Viver e Morrer nas Grécia Antiga*. São Paulo: Atual, 1996.
- GAZOLLA, R. *Para Não Ler Ingenuamente uma Tragédia Grega: Ensaio sobre aspectos do trágico*. São Paulo: Loyola, 2001.
- GONÇALVES, A. T. M. e ROCHA, L. M. Identidade e Etnicidades: Conceitos e Preceitos. In: FRANCO, S. P.(org.), NADER, M. B (org.) e SILVA, G. V.(org.). *As Identidades no Tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006.
- GRIMAL, P. *Mitologia Grega*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *O Teatro Antigo*. Lisboa: Edições setenta, 1978.
- GROSSI, M. I. S. de, *Una Interpretación de sus Tragédias*. La Plata: EDULP, 2007.
- GUMBRECHT, H. U. Os Lugares da Tragédia. *Filosofia & Literatura: O Trágico*, série III, n.1, 2001, p. 9-19.
- HALL. Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.103-133.
- HALBAWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUGHES-HALLETT, Lucy. *Heróis: Salvadores, Traidores e Super-homens*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LAPLANTINE, F. & TRINDADE, E. *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LESKY, Albin. *A tragédia Grega*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.
- _____. *História da Literatura Grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- KERÉNYI, K. *Os Heróis Gregos*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- KRAUZZ, L.S. *As Musas: Poesia e Divindade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Edusp, 2007.
- MALHADAS, Daise. *Tragédia Grega: O mito em Cena*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- MARQUES, M. P. Mito e Filosofia. In: ANDRADE, M. V. & COSCARELLI, T. C., *Mito*. Belo Horizonte: Núcleo de Filosofia Sônia Viegas. p. 17-38.

- MEIER, C. Sobre o conceito de identidade nacional. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba 10 (18-19) jun/dez 1989 p.329-347.
- MOSSÉ, C. *Atenas: A História de uma Democracia*. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- ORNELLAS, L. H. *A Alimentação através dos tempos*. Florianópolis: UFSC, 2000.
- ROMILLY, J. de. *A Tragédia Grega*. Lisboa: Edições 70, 1967.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SCARP, P. *As Religiões do Mundo Antigo*. São Paulo: Hedra, 2004.
- SCHÜLER, Donaldo. O mito em Crise. In: FELIZ, L. O. & GOETTEMES, M. B. (org.), *Cultura Grega Clássica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1989, p. 9-15.
- SELIGMANN, K. *Magia, Sobrenatural e Religião*. Lisboa: Edições setenta, 1948.
- SILVA, G. V.(org.). Representação Social, identidade e estigmatização: Algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P. (org.), LARANJA, A. L (org.) e _____, *Exclusão Social, Violência e Identidade*. Vitória: Flor & Cultura, 2004.
- SILVA, T.T. (org.) A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes 2000.
- SOUZA, Ronaltes de Melo e. Atualidade da Tragédia Grega. *Filosofia & Literatura: O Trágico*, série III, n.1, 2001, p. 115 – 140.
- VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
- _____. *Entre Mito e Política*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- _____. *Mito e Pensamento entre os Gregos: Estudo de Psicologia Histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. São Paulo: Papirus, 1992.

_____. *O Universo, Os Deuses, Os Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. São Paulo: Papirus, 1989.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA T.T. (org): *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes 2000. p. 7-72.

DE COMO EURÍPIDES ESCREVE SUA HELENA: TEATRO, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

Tatielly Fernandes SILVA¹
fernandes.tatielly@gmail.com

Resumo: As tragédias são um legado ateniense tido como dos mais caros ao Ocidente, são constantemente re-lidas, reinterpretadas, ganham novas formas, adaptações, estudos. O conjunto de narrativas das quais se ocupam, o referencial mitológico que compõe seus enredos é ainda significativo para nós. Helena, figura ainda hoje como um, não muito claro, ideal de mulher, e é, especialmente, através de Eurípides que é constantemente contemplada. Assim, almejamos apresentar aqui uma breve análise da forma como Eurípides a reconstrói em suas tragédias, tendo em nosso horizonte alguns aspectos relacionados à encenação trágica, e aos conceitos de gênero e representação.

Palavras-chave: Helena, Eurípides, representação.

Abstract: Tragedies are an Athenian Legacy perceived like one of the most valuable of the Occident. They are often re-read, reinterpreted, and furthermore they receive new forms, adaptations, studies. The set of narratives of which the tragedies deal, the mythological reference that compose their plots are still meaningful to us. Helena figures still nowadays as a, not quite clear, ideal of woman, and she is constantly contemplated mainly through Euripides. Thus, we intend to present here a brief analysis of the form like Euripides reconstructs her in his tragedies. For this purpose, we have in our horizon several aspects regarding the tragic staging and the concepts of gender and representation.

Keywords: Helena, Eurípides, representation.

Helena, filha de Zeus e da mortal Leda, esposa de Menelau, rainha espartana, assim começa a apresentar-se e aos motivos que levaram à guerra entre gregos e troianos, no prólogo da peça de Eurípides que recebe seu nome, no qual explicita a forma discursiva que seguirá no decorrer da tragédia, marcando sua condição de exilada (está em Faros, ilha próxima ao Egito), difamada, padecendo devido a desígnios que extrapolam o controle

¹ Professora Tatielly Fernandes Silva, cursando Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História/UFG sob orientação da professora doutora Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista Capes. Membro do LEIR.

humano. A guerra começou porque Gaia está fadigada com o peso do excesso de homens sobre ela e solicita de Zeus uma providência. Zeus, por sua vez, arquiteta, a guerra, Helena é a causa os guerreiros gregos e troianos são os instrumentos.

*Helena é meu nome. E os males que sofro
Passo a contar-vos. Três deusas, em disputa pela beleza,
Chegaram a uma gruta do Ida, junto a Alexandre,
Hera, Cípria e a virgem filha de Zeus,
Por desejarem obter o prêmio de formosura.
E á custa da minha beleza, se e beleza o que causa desgraça,
Cípria, ao prometer que Alexandre comigo casaria,
Vence... (EURÍPIDES, Helena, VS. 23 -30).*

Este artigo visa fazer um exame das representações de Helena produzidas por Eurípides em suas tragédias, utilizando como fonte principal a tragédia *Helena. As Troianas e Orestes* serão tangenciadas, e, assim como as demais tragédias do poeta serão fontes auxiliares, ainda que não apareçam diretamente. Nosso ensejo é, por meio dos conceitos de representação e gênero e do que podemos apreender da encenação teatral no palco, visualizar os textos trágicos de Eurípides de uma forma mais ampla e nos deter nos aspectos mais proeminentes na abordagem e reescrita que faz de Helena.

Helena foi representada em 412², provavelmente, e “é uma peça em que guerra, amor e morte ou pólemos, eros e thánatos – uma trilogia tantas vezes associada e quase sempre com conseqüências funestas se dão as mãos.” (FERREIRA, 2009, p. 07). Porém, *Helena* é quase um melodrama, traz uma reconciliação e salvamento no final, nossa protagonista e seu esposo se reencontram e voltam a salvo para sua terra, onde, provavelmente, viverão tranquilamente e em paz.

O apontamento desse desfecho para a história de Helena é único em Eurípides, normalmente o que se prevê é a promessa de humilhação pública e morte devido a sua conduta reprovável. Mas, aqui é diferente, essa Helena é uma outra Penélope que aguarda fielmente o retorno do esposo. De forma geral, todo o argumento da tragédia distancia-se das demais tragédias euripidianas do ciclo troiano, quer dizer, traz os mesmos resultados para os eventos, mas a lógica principal retoma o poder de potências vivas não submetidas aos Olímpicos e a sua intromissão quase tão direta quanto na épica homérica.

² Todas as datas presentes neste artigo são A.C., salvo alguma exceção definida no mesmo.

Ao buscar entender as representações de Helena realizadas por Eurípides em suas tragédias temos em vista que “a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2005, p. 40) e visa à verossimilhança e credibilidade muito mais que à veracidade. Com isso queremos dizer que, como os conteúdos encenados pelas tragédias faziam parte de um conjunto de narrativas, provavelmente, já conhecidos de sua platéia, os poetas buscavam em uma fonte presente no imaginário³ ateniense, o conjunto de narrativas míticas, aquilo que faria representar. A seleção dos temas abordados relaciona-se certamente com a finalidade das tragédias, quer dizer, eram escritas para participar de um concurso inserido numa festa anual em honra a Dioniso que mobilizava toda a cidade. Era uma competição, um ato sagrado e entretenimento ao mesmo tempo.

Os fatores relacionados à representação teatral no que concerne à prática teatral serão tratados mais adiante, no entanto, focaremos mais detidamente na construção textual trágica enquanto parte de um processo de representações que legitimam e dão sentido à vida individual e em sociedade. Para tanto, retomaremos novamente Sandra Pesavento:

“As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade... Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença... A representação não

³ Entendemos aqui imaginário nos termos definidos por Gilbert Durand em *O Imaginário*, temos então que imaginário é ao mesmo tempo os processos de produção, transmissão e recepção e o “museu” de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas em um determinado tempo e espaço. A relação entre a memória, o imaginário, a tradição e as representações sociais, culturais, políticas, são de uma movimentação contínua na qual um gera e alimenta os demais e é simultaneamente alimentada por estes. Não podemos traçar uma seqüência linear nem mesmo circular, são ao contrário, vias diversas, nas quais se pode ir e voltar de um para todos os outros lugares. E ainda: “Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo... O historiador Bronislaw Backzo, que define assim o imaginário, atribui a esse conceito características de historicidade e abrangência. O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas e materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito.” (PESAVENTO, 2009, p. 43)

é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2005, p. 39-40).

Queremos, assim, buscar entender as representações euripidianas de Helena tendo em vista que Eurípides era um cidadão ateniense⁴ participante da vida da pólis e falando a outros cidadãos atenienses. José Ribeiro Ferreira em sua introdução a *Helena* aponta os temas sociais que encontra presentes na obra, pois o tragediógrafo introduziu em peças de caráter não político, referências a questões relacionadas aos seus problemas atuais.

“Estas afirmações pacifistas e de condenação da guerra são significativas e não deixam de constituir um indício da posição de Eurípides perante o conflito entre Atenas e Esparta, a Guerra do Peloponeso que tinha já cerca de vinte anos e duraria quase mais dez: começara em 432 e terminaria em 404 a.C. Assim um dos temas fortes desta peça reside na crítica à guerra... Outros temas, porém, como se deduz do que se disse até o momento, se encontram equacionados em Helena, e não de menor importância para os gregos: a hospitalidade com os deveres e direitos que lhe estão inerentes; o amor e fidelidade conjugal; o cumprimento das promessas e da palavra, mesmo que feitas por um antepassado, como acontece com o compromisso de Proteu em relação ao futuro de Helena e que os filhos, sob pena de falta grave de asebeia ou impiedade, tinham o dever de cumprir.” (FERREIA, 2009, p. 11)

Entre a multiplicidade de temas a serem abordados a partir das leituras das tragédias gostaria de salientar a possibilidade de fazê-lo utilizando o conceito *gênero*, enquanto critério válido que muito pode contribuir para lidar com a representação de uma personagem feminina. Especialmente, quando lidamos com um tragediógrafo que expõe uma grande diversidade de mulheres em um espaço público, e que certamente tem despertado a curiosidade de demais poetas, espectadores, estudiosos ao longo destes mais de dois milênios ao colocar no palco, representadas, obviamente, por atores masculinos, aquelas que deveriam ser em tudo discretas e silenciosas, comedidas, prudentes em cumprir suas funções, assim como os cidadãos atenienses deveriam ser racionais e não passionais. Por essa razão, julgamos pertinente apresentar uma definição do conceito da historiadora feminista Joan Scott que é tida como referência em estudos de gênero, por haver apresentado um estudo elaborado acerca dos usos

⁴ Nascido em Salamina provavelmente em 484 a.C.

do conceito e em seguida apresentar o seu, que é sintético e bastante pragmático e nos servirá de apoio no decorrer de nossa argumentação.

“O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional.” (SCOTT, 1995, p. 85)

Ao anunciar o gênero como elemento constitutivo das relações de poder, entendendo o poder de forma fluída, ao modo de Michel Foucault, Scott traz à tona a subjetividade das identidades, a necessidade de se problematizar os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Focal em sua análise é a tentativa de deslindar a construção dos lugares e papéis sociais, das hierarquias de poder, por meio da hierarquização do corpo, na qual a genitália masculina teve sempre valorização positiva e a feminina, negativa. Há uma tentativa de desnaturalizar a oposição biológica entre homens e mulheres por meio da afirmação de que não existe uma distinção universal, invariável, natural entre as categorias homem e mulher, masculino e feminino, tratando-se antes de construções discursivas presentes em todas as esferas da experiência humana, portanto, sendo também verificável na manifestação da tragédia no espaço público de Atenas e no discurso dramático trágico de Eurípidés.

Queremos, portanto, pensar na construção de um discurso masculino sobre uma personagem feminina inserido em um contexto de paidéia ateniense, ou seja, o teatro tem caráter exemplar e educativo, apresenta-se o que deve e o que não deve ser imitado visando levar à catarse. Eurípidés, ao apresentar suas Helenas, não o faz deslocado de um espaço de criação que é genuinamente correspondente à vida políade. Ainda que Eurípidés tenha se utilizado de suas protagonistas como porta-vozes do que desejava dizer aos seus contemporâneos, da manifestação de suas opiniões a respeito de questões referentes á vida da cidade, uma vez que, a tragédia não é dissociada do espaço político, “mas, ao contrário é reconhecida como fórum de apresentação e de debate de problemas éticos, sociais e religiosos” (NÓLIBOS, 2006: 83), está implícito em seu discurso e podemos ler de diversas formas a presença de um referencial feminino baseado numa tradição que ao mesmo tempo

define e é construída pelas narrativas míticas. Não queremos com isso reafirmar o discurso historiográfico que vê Eurípides como misógino nem enquadrá-lo em uma tosca espécie de pré-feminista. Afirmamos apenas que não existe escrita neutra, que não nos dissociamos do nosso tempo por mais vanguardistas que possamos ser, que não dialogamos sozinhos ou com um interlocutor do futuro, de modo que, Eurípides ao apresentar mulheres fortes, determinadas, ativas, que chegam aos limites dos sentimentos humanos no amor ou no ódio, nos permite reconhecer, ainda que nas entrelinhas, traços característicos das mulheres com as quais ele relacionava-se em sua comunidade ou, mais provavelmente, do imaginário ateniense do século V acerca destas mulheres.

Estima-se que Eurípides compôs aproximadamente noventa e cinco peças, mas nos chegaram apenas dezoito, entre estas, Helena figura entre o elenco de *Helena*, *As Troianas* e *Orestes*, em *Hécuba* e *Andrômaca* é citada, nas demais pertencentes ao ciclo troiano Helena é costumeiramente lembrada como a mulher que por imprudência e/ou devassidão causou a guerra. O que nos move nessa empreitada é buscar localizar ao mesmo tempo por meio das representações de Helena, o autor, a cidade, o público, entendendo que o imaginário euripídiano representa Helena a partir de um coeficiente social ateniense existente do qual compartilha. Sem, no entanto, perder de nosso horizonte a própria representação de Helena por Eurípides enquanto construção histórica problematizável e possível de ser compreendida enquanto tal.

Ao ler hoje uma tragédia não levamos em consideração a encenação, o palco, pois, isso está perdido para nós e foi ainda com Aristóteles⁵ que se começou a valorizar o texto em detrimento da encenação, influenciando na preservação dos textos sem vestígios mais contundentes acerca da parte humana e musical que o acompanhava no palco, e mesmo na produção de tragédias que não visavam a encenação, como as tragédias romanas de Sêneca e Ovídio, por exemplo. Considerando a escrita como parâmetro para análise, Havelock, acentua um dos fatores que contribuem nessa mudança de expectativa em relação aos textos dramáticos que direcionam para um entendimento das condições específicas em Atenas do fim do século VI ao V que proporcionaram o surgimento da tragédia tal qual foi e que jamais se repetiu.

⁵ “O espetáculo, embora fascinante, é o menos artístico e mais alheio à poética; dum lado, o efeito da tragédia subsiste ainda sem representação nem atores; doutro, na encenação, tem mais importância a arte do contra-regra do que a dos poetas... O limite de extensão com respeito aos concursos e à percepção da platéia não é matéria da arte; se houvesse de concorrer cem tragédias, fa-lo-iam sob a clepsidra, como dizem, já mais de uma vez aconteceu.” (ARISTÓTELES, Poética, Parte VI)

“Do ponto de vista da composição, à medida que as peças começaram a ser escritas com a expectativa de serem lidas, o autor havia de sentir-se menos pressionado a conformar-se a regras mnemônicas. O componente de invenção se acharia mais livre para prevalecer sobre o esperado. Por fim, ao inaugurar-se a época letrada, com o século IV, viriam a tornar-se obsoletos a função e o estilo da tragédia clássica do apogeu. O drama tornou-se no que, em grande medida, continuou a ser nas sociedades letradas, desde então: um entretenimento inventivo, não mais um contributo para a enciclopédia social.” (HAVELOCK, 1996, p. 278).

No entanto, ao tomarmos a tragédia como fonte documental para estudo historiográfico faz-se necessário buscar entendê-la em sua totalidade e buscar por meio de indícios encontrar o máximo possível daquilo já não está dado à primeira vista.

Nesse sentido, Havelock argumenta que a utilização da língua ática, “com um toque de dórico nos coros para acrescentar um certo sabor de solenidade” (1996, p. 277) era um dos fatores que proporcionavam maior identificação do público e contribuía para a função didática, pois, para o autor “o (dialeto) de Homero não era o dialeto nativo: era um amálgama artificial, predominantemente jônico; e as histórias por ele contadas tinham uma dimensão e um apelo pan-helênicos.” (1996, p. 275) Ao passo que a tragédia seria uma forma de escrita individualizante de Atenas. “As peças eram representações contínuas de aspectos do panorama cívico, com que a audiência era convidada a identificar-se.” (1996, p. 276). O autor defende que o distanciamento da forma oral ocorreu de maneira gradual à medida que suas características próprias foram se fixando num movimento intrínseco à passagem de uma cultura essencialmente oral que paulatinamente adere à forma escrita, sem que tenha havido um momento de ruptura.

Eurípides – ainda buscando acompanhar a argumentação do autor citado – em diversos momentos é bastante monódico, privilegia os personagens em detrimento do coro que deixa de ser o principal “ator” em cena, há um deslocamento – com maior ênfase, mas não apenas em Eurípides – da centralidade do coro para os diálogos, monólogos, quer dizer para os personagens.

Em caráter de conclusão provisória e tentando dar coesão aos argumentos apresentados, voltamo-nos novamente a *Helena*, tragédia que apresenta uma personagem exemplar, uma mulher adequada a desposar um cidadão ateniense, uma personagem parte de uma grande narrativa mítica com caráter pan-helênico, mas que na reinterpretação de Eurípides ganha características atenienses, pois, está envolvida na vida da cidade de Atenas.

Entendemos que as relações de gênero permeiam essa representação escrita e encenada de Eurípides, pois a definição do espaço, do lugar e dos papéis de homens e mulheres que é retomado pela tragédia é definido por meio das relações hierárquicas de gênero.

Na tragédia *Helena*, temos como tema principal o reencontro dos esposos há muito separados. Helena foi levada ao Egito e esteve aos cuidados de Proteu e um *eidolon*, um duplo seu, foi levado por Páris a Tróia, e posteriormente retomado por Menelau. A protagonista lamenta sua triste sina e as desgraças que “seu nome” e não seu “eu verdadeiro” causaram a tantos gregos e troianos. A excepcionalidade do discurso presente nesta obra que apresenta uma personagem que poderia causar certo desconforto ao unir à mulher ideal para esposar o cidadão ateniense a sensualidade, o ardil, a mentira, sendo o primeiro resultado de sua filiação e os dois seguintes, a manifestação de características típicas das mulheres. Não configurando-se desta forma como ações voluntárias de Helena, ela apenas lida com estes “talentos” conforme as circunstâncias. “O domínio da tragédia situa-se nessa zona fronteira aonde os atos humanos vem articular-se com as potências divinas , onde elas assumem seu verdadeiro sentido, ignorado do agente, integrando-se numa ordem que ultrapassa o homem e a ele escapa”. (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1999, p. 23). Pois, mesmo o que é inato às mulheres não é algo que lhes possamos atribuir como tendo tido desenvolvimento próprio ou voluntário. As características típicas do feminino foram dadas pelos deuses olímpicos a Pandora, primeira mulher, criada como castigo para o homem que agora dependeria de uma intermediária para continuar reproduzindo os seus iguais.

“Pandora é, num mito hesiódico, a primeira mulher. Foi criada por Hefesto e Atena, com o auxílio de todos os outros deuses, por ordem de Zeus. Cada um deles lhe atribuiu um dom: recebeu assim a beleza, a graça, a destreza manual, a capacidade de persuadir e outras qualidades. Mas Hermes colocou no seu coração a mentira e a astúcia. Hefesto fê-la à imagem das deusas imortais, e Zeus destinou-a à punição da raça humana, à qual Prometeu tinha acabado de dar o fogo divino.” (GRIMAL, 2000, p. 353)

Ainda segundo o verbete do *Dicionário da Mitologia Grega e Romana* de Pierre Grimal, Pandora é tomada como esposa por Epimeteu, irmão de Prometeu e aí seguem-se duas versões. A primeira diz que Pandora teria aberto um recipiente que continha todos os males e estes se espalharam pelo mundo e a segunda afirma que o vaso continha todas as coisas boas. Depois de levantada a tampa que as continha voltaram para o Olimpo restando aos homens

apenas as coisas ruins. De qualquer maneira, por uma atitude imprudente movida pela curiosidade Pandora trouxe a desgraça à Terra.

Esta é a Eva da Atenas do século V a.C., e suas características natas estarão presentes em todas as mulheres. Eurípides as apresenta em Helenas bastante humanizadas, a “real”, presença física, em oposição ao seu “nome” que perambula carregado pelo seu *eidolon*, feito de éter. Ainda que este seja o transgressor, o infiel, o causador da guerra, a “Helena de Tróia” não é de todo distante da “Helena do Egito”, pois esta é ainda mulher e, conseqüentemente, carrega em si a herança daquela que foi enviada como castigo para o homem e espalhou o mal pela Terra. Keila Maria de Faria⁶ discorrendo sobre as ressignificações de Pandora na literatura ateniense, cita a decomposição desta em vários modelos de mulheres elaborada pelo poeta Semonides, de Amorgos, no século VII a.C., na qual a única mulher que não recebe críticas é a mulher-abelha, a mélixa.

“Ao comparar a mulher e os animais, o poeta [Semonides] criou um catálogo de defeitos femininos no qual as mulheres não possuíam nenhuma qualidade. Uma gostava da sujeira, a outra se banhava em excesso; uma falava demais, a outra queria ouvir demasiado o que não lhe convinha; uma roubava, a outra não trabalhava; uma comia as carnes consagradas, a outra era artilosa e astuta; uma acolhia qualquer um em seu leito para os atos de Afrodite, a outra era dissimulada, mudando constantemente de sentimentos, assim como a água altera sua forma, segundo o recipiente em que é colocada. Desta forma, a lista de deficiências é imensa, pois não pontuamos todos os defeitos... Recatada, silenciosa e discreta, assim deveria ser a esposa ideal, que possuía como função precípua conceber herdeiros legítimos mediante matrimônio, perpetuando a descendência do oikos e gerando os cidadãos à pólis, portanto, a mélixa não deveria reivindicar o prazer sexual, o sexo no casamento era exclusivamente para reprodução.”
(FARIA, 2007, p. 91- 92).

A “Helena de Tróia” é a mulher, ainda que não o seja em carne e osso, que traiu o marido, abandonou-o para seguir a Páris, cedeu aos encantos concedidos a este por Afrodite para seduzi-la. Até porque, a deusa a havia prometido como recompensa ao príncipe frígio, sendo, portanto, inevitável que este a possuísse. Não fosse o estratagema de Hera, Helena

⁶ Dissertação de mestrado apresentada em 2007 ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG, intitulada *Medéia e Mélixa: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C.*

teria sido apenas a “Helena de Tróia”, querendo ou não, como acontece nas demais tragédias de Eurípides que fazem referência a este episódio⁷.

O tragediógrafo trás a público, concede voz, e “apresenta tanto heroínas depravadas, rebeldes, vingativas, (Estenóbeia, Fedra, Medéia) como mulheres abnegadas e devotadas ao sacrifício (Alceste, Ifigênia, Macária)” (FARIA. 2007, p. 49). Muito, assim, se discutiu acerca dos motivos específicos da vida pessoal do tragediógrafo para apresentar tantas mulheres protagonistas, motivos que vão desde ser um franco galanteador famoso entre as mulheres até a ser um enamorado sem sucesso com o sexo oposto, possivelmente traído por uma de suas esposas. Não dispomos aqui de espaço suficiente para nos dedicarmos a esta querela, sigamos então com Helena.

Sendo, como dito anteriormente, componente de uma narrativa mítica integrante do ciclo troiano Helena, compõe um conjunto de narrativas que dizem respeito a um tempo primordial, das origens de tudo o que se conhece e que, conseqüentemente, dão sentido à organização do cosmos e do homem dentro deste, configuram neste sentido, uma memória coletiva daqueles que se vêem como herdeiros destes heróis fundadores presentes nestas narrativas. Segundo Mircea Eliade, os mitos são relatos de histórias sagradas que ocorreram num tempo primordial, o tempo do princípio (2001, p. 11). Ainda que, como observado anteriormente, estas narrativas não possuíssem a unidade que agora lhes conferimos sob os nomes de mitos e mitologia. Mas, ao ser reinterpretada pelo teatro, Helena torna-se parte da memória deste e insere-se, novamente, a partir daí na memória da sociedade ateniense vinculada a ele e perpetua-se na memória ocidental, de forma geral, até a atualidade, como a personificação do ideal de mulher no sentido da beleza e sensualidade e também na personalidade feminina não confiável, sempre tendenciosa à mentira e à traição, de caráter fraco. Ainda que menos recorrente no teatro do que outras personagens euripidianas, como Medéia, por exemplo, Helena, povoa a literatura, o cinema, a música, a novela, e é relida e reinterpretada constantemente a partir do modelo inicial ateniense. Sendo ainda hoje base de sustentação a modelos do feminino, ligados muitas vezes conceitos essencialistas, que

⁷ O episódio possui notável destaque e desenvolvimento em *As Troianas* e *Orestes*. Em *As Troianas*, Helena está junto das cativas, mas não é vista como uma igual por estas, é acima de tudo, a mulher adúltera que causou a destruição de Ílion, e esposa de Menelau que voltará com ele para Esparta, enquanto as demais serão enviadas como escravas para terra estrangeira, inclusive a rainha Hécuba. Em *Orestes*, há um clima geral de rancor contra Helena, mas Menelau teme por sua vida e tenta protegê-la. É descrita como fútil, vaidosa, mentirosa. “Não é tão arguta como em *Troianas*, nem determinada como em *Helena*. Nesta tragédia, a personagem recebeu um tratamento mais duro, tornando-se mais superficial, mais fria e monolítica” (NÓLIBOS, 2006, p. 119). Porém, é a única ocasião em que temos um fim determinado para a personagem, vemos a sua volta para casa, o reencontro com a filha, e por fim, sua imortalização quando Apolo, a pedido de Zeus, a salva de ser assassinada por Orestes, tornando-a protetora dos navegantes. (EURIPIDES, *Orestes*, vs. 1638 a 1642).

valorizam a beleza, sensualidade e dedicação doméstica ao cuidado de marido e filhos ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARITÓTELES. A poética. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- EURÍPIDES. *Helena*. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Porto Alegre: Movimento, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Coimbra, 2009.
- EURIPIDE. *Hélène, Les Phéniciennes*. Traduit par Henri Gregoire et Louis Meridier. Paris: Belles Lettres, 1950.
- EURIPIDE. *Les Troyennes, Iphigénie em Tauride, Électre*. Traduit par Léon Parmentier et Henri Gregoire. Paris: Belles Lettres, 1948.
- CANDIDO, Maria Regina. *Medeia, Mito e Magia. A imagem através do Tempo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010.
- CARDOSO, Z. A.; DUARTE, A.S. (Orgs.) *Estudos Sobre o Teatro Antigo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CHARTIER, R. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- BUSTAMANTE, Regina M. da C.; LESSA, Fabio de Souza. *Dialogando com Clio*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DETIENNE, M. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro; Brasília: Jose Olympio: UnB, 1998.
- DOWDEN, Ken. *Os usos da mitologia grega*. Campinas, Sp: Papirus, 1994.
- DURAND, G. *O Imaginário*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.
- EASTERLING, Pat; HALL, Edith. (orgs.) *Atores gregos e romanos*. São Paulo: Odysseus, 2008.
- ELIADE, M. *Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERREIRA, J. R. *A Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- FERREIRA, José R. (Org.). *Labirintos do Mito*. Coimbra: F.L.U.C., 2005.
- FINLEY, Moses Israel. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FARIA, K.M. *Medéia e Méliissa: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C*. Goiânia: UFG, 2007.
- GONÇALVES, A.L. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. GONÇALVES, A.L. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- LESSA, Fábio de Souza. *O Feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LORAU, Nicole (Org.) *La Grèce au Féminin*. Paris: Lês Belles Lettres, 2009.
- HAVELOCK, Eric A. *A Revolução da Escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROUSSELLE, Adele. *Pornéia. Sexualidade e Amor no Mundo Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. P 74 – 97, jul/dez 1995.
- OSBORNE, Robin. (org.) *Debating the Athenian Cultural Revolution. Art, Literature, Philosophy and Politics 430 – 380 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MATOS, M. I. S.; SAMARA, E. de M; SOIHET, R. *Gênero em Debate. Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- NÓLIBOS, Paulina T. *Eros e Bía entre Helena e Cassandra: gênero, sexualidade e matrimônio no imaginário clássico ateniense*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- VERNANT; J.P.; VIDAL-NAQUET, P. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS GARIMPOS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL-RORAIMA

Adriana Gomes SANTOS¹

Adriana_gmsantos@yahoo.com.br

Resumo: A pesquisa, a qual estamos desenvolvendo, analisa como se dão as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da garimpagem na Amazônia setentrional, especificamente em Roraima. Buscamos ainda perceber o aparecimento desse sujeito histórico coletivo, organizado, descentralizado, acompanhando as mobilizações desse movimento social nos meandros dos conflitos, e acordos, com os diversos grupos sociais, como os indígenas, políticos locais, fazendeiros, igreja, ONGs. E que, por sua vez, carregam as suas experiências cotidianas vividas no âmbito da dominação capitalista.

Palavras Chave: trabalhadores(as), conflitos, experiências

Introdução

Por um longo período a mineração em Roraima tomou o palco dos conflitos entre diversos grupos sociais, dentre eles, políticos locais e nacionais, indígenas, fazendeiros, Igreja católica e as ONGs. Esses conflitos foram acirrados com o aparecimento de um grupo social com interesse na garimpagem nas áreas habitadas ou contestadas pelos povos indígenas. Esse grupo social, formado por milhares de homens e mulheres, mobilizou-se de diversas formas para realizarem a produção mineral nas áreas de garimpagem.

A extração mineral, que demandou tamanha mão-de-obra, foi realizada nos baixões e nos rios no meio da selva amazônica, sem estrutura alguma para atender esses milhares de trabalhadores e trabalhadoras, onde estavam expostos as contaminações e acidentes e sem possuir nenhum tipo de assistência médica.

Portanto, é buscando conhecer a cotidianidade desses trabalhadores e trabalhadoras que embrenharam-se nos rincões amazônico, saber como ocorre esse processo e como se

¹ Licenciatura em história pela UFRR e cursando Mestrado pela UFU.

consolidam as resistências, os seus protagonistas, as forças e projetos que estiveram em jogo, o papel da mídia impressa. Sobretudo, porque ela representa um papel importante na preservação da memória das discussões políticas sobre a garimpagem no Estado de Roraima.

No final da década de 1970, com a descoberta do garimpo de Serra Pelada no Pará, dá-se início ao “segundo ciclo do ouro amazônico e brasileiro”, como Pinto (1993) caracteriza esse momento, e proporcionou aquilo que conhecemos por *corrida do ouro*. Nesse mesmo período, vários outros garimpos na Amazônia foram *re-descobertos* e a Amazônia torna-se o foco das migrações de trabalhadores e trabalhadoras para essas áreas auríferas e, por sua vez, essas migrações não foram desprovidas de interesses econômicos e políticos do governo brasileiro.

A abertura à exploração mineral da Amazônia, na opinião de Oliveira (1991), faz parte de um projeto de integração nacional político-econômica da Região amazônica. E ainda proporcionava uma solução rápida aos problemas do nordeste, onde a população carente estava envolvida numa política de beneficiamento dos latifundiários, além de algumas áreas encontrarem-se atingidas pelas secas.

Esses dois pontos, o da integração amazônica e os problemas que assolavam a população nordestina, foram importantes para o direcionamento da migração nordestina para a região amazônica que se configurava, segundo o discurso governamental, como o “vazio demográfico”. Foi essa população carente de terras e recursos financeiros que possibilitou o contingente da mão-de-obra utilizada para a exploração mineral na região amazônica.

Mas, o que impulsionava esses milhares de trabalhadores e trabalhadoras, a uma região tão “vazia”, era algo que lhes *saltava aos olhos*, a subida do preço do ouro no mercado internacional. Foi, sobretudo, à valorização desse mineral que significou uma expectativa desses trabalhadores e trabalhadoras para uma “melhora de vida”, como disse um garimpeiro. Sem essa impulsão do mercado mundial seria impossível tamanho empreendimento dessa população que, na maioria das vezes, deixava sua família para embrenhar-se em tamanha aventura em lugares hostis, sem estrutura alguma, em meio à selva amazônica.

Podemos acompanhar a valorização do ouro no gráfico² a seguir:

²<http://www.goldprice.org/>



Além da valorização do mineral ainda coexiste, para impulsão da exploração dos minerais, o interesse de grupos políticos que fomentaram a migração para as áreas. Entendemos que sem esses dois fatores não seria possível a estimulação de tamanha mão-de-obra para a extração mineral.

As visões da mídia sobre os trabalhadores e trabalhadoras dos garimpos

O grande fluxo migratório para as regiões de garimpagem ocasionaram grandes conflitos, especialmente com a população indígena, gerando diversas mortes entre garimpeiros e indígenas. Podemos acompanhar alguns desses conflitos nos jornais produzidos em Roraima, mas antes de adentrarmos na discussão necessitamos compreender a própria produção desse jornal, os grupos que os produzem e seus interesses, a fim de compreender as próprias as fontes a qual estamos lidando.

O principal periódico a ser analisado, por ter maior regularidade nas publicações, é o Jornal Folha de Boa Vista, presidido por Getúlio Cruz, que já exerceu os cargos de ex-secretário de Planejamento do Território, presidente do extinto Banco de Roraima, ex-governador do Território de 1985 a 1987. Dessa forma, podemos localizar a visão produzida por esse jornal, ao longo dos anos, com relação aos trabalhadores dos garimpos em Roraima.

Escolhemos essas matérias, inclusive, para demonstrar que o interesse pela extração mineral apresentada neste jornal modifica-se ao longo dos anos:



Na matéria com teor de denúncia, inclusive pelo acompanhamento de instauração do inquérito pela Polícia Civil. Traz a trama dos Policiais federais que adentraram o garimpo de Santa Rosa e deram ordem de desinstalação de maquinários, retirada de homens e mulheres, agredem fisicamente dois garimpeiros, metralham mantimentos, maquinários e ainda provocam grande incêndio nos materiais e barracões dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim como confiscaram o ouro e outros minerais produzidos.

Entendemos que houve sim uma atuação ofensiva da Polícia Federal na retirada dos trabalhadores e trabalhadoras dos garimpos das áreas de garimpagem, mas essa atuação ora é contrariada pelo Jornal Folha de Boa Vista, numa suposta de defesa dos trabalhadores, como vimos acima.

E também em determinados períodos a defesa da mineração possibilitada pelas grandes mineradoras. Como em uma matéria sobre uma comissão da câmara de deputados que esteve em Boa Vista para tratar de dois projetos do deputado Mozarildo Cavalcanti sobre a extração mineral no surucucus, reserva Yanomammi, onde o deputado João Fagundes faz declarações da não participação dos indígenas nesta visita, mesmo sendo convidados, e do grande potencial minerador de Roraima e “sem o qual ficaríamos relegados a miséria e ao consumismo”⁴.

Ora a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras recebe um aspecto de ilegalidade como nessa publicação do mesmo Jornal “a ação ilegal de garimpeiros na terra indígena yanomami tem gerado conflitos com os índios de diversas comunidades. No mais recente, um grupo de garimpeiros teria disparado contra os índios.”⁵ Esta é uma matéria mais recente e devemos levar em consideração toda a discussão sobre a homologação da área indígena Raposa e Serra do Sol e as organizações indígenas, de repercussão nacional, que pressionam para a retirada dos latifundiários, pequenos agricultores e garimpeiros de suas terras.

Dessa forma, entendemos que a análise dos jornais, como quaisquer outras fontes, devem ser realizados de forma ampla a fim de compreender o contexto e processo político que

³ Federais invadem o garimpo e causam pânico. Jornal Folha de Boa Vista. 22/12/1985. P, A 10.

⁴ Mineração em áreas indígenas. Jornal Folha de Boa Vista. 24/09/1985. P, 5.

⁵ Índios denunciam novo ataque de garimpeiros. [http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=75543\(24/06/10\)](http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=75543(24/06/10)).

os engendram. Esses jornais nos garantem, apesar das limitações anteriormente explicitadas, fazer o mapeamento dos conflitos, dificuldades, interesses dos trabalhadores e trabalhadoras dos garimpos com intenção de compreender sua complexa atuação nas áreas de garimpagem.

Organização e conflitos

A mineração é realizada, em pequena escala, desde o início do século XX em Roraima, mas é no final dos anos 70, com a invasão por um grupo grande de trabalhadores, na região de Santa Rosa, localizado no território Yanomami, acarretando o início de uma grande migração para essas áreas de garimpagem.

Esse período caracteriza-se pelo interesse primordial na extração do ouro, pela introdução das balsas e das dragas no leito dos rios e, principalmente, pelas mudanças nos aspectos sociais. O interesse quase exclusivo pela extração do ouro dessa fase deve-se à valorização desse mineral no mercado internacional, como dito anteriormente. Por sua vez, instituiu-se um processo acelerado de mecanização como reflexo da necessidade de aumentar a produção mineral⁶.

Rodrigues (1996) enfatiza características importantes nas mudanças sociais ocorridas nesta fase que se distinguem pela intensidade do grande fluxo populacional envolvido na *corrida do ouro*. Essa fase consolidou a maior extração mineral de ouro no Estado, os dados oficiais contabilizaram mais de 15 toneladas de ouro, embora se constate que a maior parte dessa produção não é contabilizada, principalmente, pela impossibilidade de fiscalização do ouro que é produzido nessas áreas.

Numa declaração do presidente da Associação dos Garimpeiros, José Texeira Peixoto, conhecido como “Baixinho”, a um jornal local, relata que:

Atualmente a Associação de garimpeiros tem 2 mil garimpeiros registrado, um número considerado pequeno haja visto a estimativa de garimpeiros existentes hoje no território. ‘Baixinho’, que esteve no garimpo a semana passada, faz uma pequena previsão bastante otimista de 30 mil homens espalhados nos garimpos.⁷

Dessa forma, as áreas de garimpagem receberam uma intensa migração, na qual homens e mulheres em condições precárias de trabalho extraíam os minerais, convivendo com as doenças tropicais e sem assistência médica, morando em barracões ou acampamentos e trabalhando em

⁷ Garimpeiros continuam na luta pelo sindicato. *Folha de Boa Vista*. Boa vista, 28/09/1988. p.03.

barrancos nos baixões prestes a desabar e mergulhando com equipamentos insuficientes. Sobre esses riscos o jornal traz como notícia:

Uma tragédia envolvendo trinta garimpeiros que encontraram a morte na tarde de segunda-feira, ao serem soterrados por uma barreira, traz outra vez a tona uma antiga questão – a falta de segurança nos garimpos locais.⁸

Além da adversidade de enfrentamentos dos trabalhadores e trabalhadoras devido a localização, distante das cidades, das áreas de garimpagem. Ainda podemos destacar os enfrentamentos devido as proibições quanto ao adentramento de combustível, alimentos, uma tentativa de controle, na entrada de trabalhadores e trabalhadoras, por parte da administração pública através da Secretaria de Segurança do Estado de Roraima, para as áreas de garimpagem. Sobre este aspecto o entrevistado Manoel apresenta as dificuldades:

aí faltou óleo, faltou comida, aí foi obrigado todo mundo saí fora de lá se não nós ia era morrer de fome. Nessa época que faltou comida nos garimpos, aí foi a época que mais todo mundo tomou muito prejuízo.⁹

Isso ocorre, devido às novas medidas do Governo Federal em fechar as áreas à garimpagem aos trabalhadores, principalmente, devido aos conflitos de terras por se tratar de áreas reconhecidas como propriedade tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Todo esse período é marcado pelas constantes ameaças ou invasão dos trabalhadores e trabalhadoras a essas áreas *contestadas* pelos indígenas, seguidas de tentativas de controle, violência, expulsão dos mesmos.

Em fevereiro de 1985, um movimento, denominado “Operação Surucucu”, formado por um grupo de mais de 400 trabalhadores invadem a área indígena Yanomami, por sua vez, foram apoiados por fazendeiros e políticos da região e, a intenção era de forçar a autorização da garimpagem na área. Nas palavras de José Altino, um dos líderes do movimento, declara na junta comercial do Território, publicado no jornal, “podem matar ou tombar os aviões todos, mas eu vou arrombar o Surucucus”.¹⁰

Dentro desse contexto, de dificuldades sobre as áreas de garimpagem, utiliza-se a força de grupos de trabalhadores para forçar a liberação dessas áreas, como vimos acima. Dessa forma, esses trabalhadores do garimpo vêm como saída para a luta contra esses impedimentos, não só o trabalho clandestino, mas formas organizadas de se manifestar

⁸ Trinta garimpeiros morrem soterrados. *Folha de Boa Vista*. Boa Vista. p. 04, 27 abril, 1989.

⁹ Entrevista com Manoel Reis Santos, garimpeiro, na cidade de Boa Vista- RR, 18 jul, 2010.

¹⁰ Altino desafia a Lei e diz que vai invadir Surucucus. *Folha de Boa Vista*. Boa Vista, p.01/05, 19 mar, 1985.

através de vários subterfúgios, passeatas, carreatas, concentrações no centro da cidade, festas solenes para, e com, as autoridades locais, presença em eventos e veículos de comunicação, na qual levaram a discussão a negociação das áreas e a abertura dos garimpos para o trabalho de extração mineral pelos trabalhadores.

Nesse aspecto de luta através da organização coletiva, podemos ainda destacar a importância do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima e a União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, mesmo compreendendo que a adesão dos trabalhadores e trabalhadoras era proporcionalmente desfavorável, esse instrumento foi capaz de engendrar lutas a favor da categoria. E as mais relevantes, além da luta para a liberação das áreas a garimpagem, foi a de reconhecimento da profissão pelo Ministério do Trabalho e a até mesmo uma oposição a instalação das grandes empresas mineradoras.

Devemos destacar que há uma diversidade de grupos e interesses sobre as áreas de mineração para a exploração, como os comerciantes, fazendeiros e inclusive grupos no governo local representado pelo, na época, Governador Romero Jucá. Enquanto o Governo Federal mantinha as ações com o objetivo de expulsar esses trabalhadores e trabalhadoras das áreas de garimpagem, devido aos conflitos com os indígenas e as pressões de organismos internacionais. Havia ainda grupos dentro do governo a fim de abrir para a instalação da grande indústria mineral, como o “Projeto Meridiano 62” do Romero Jucá, este projeto foi aprovado pelo Ministério das Minas e Energia e abria para exploração por grandes empresas para atender ao mercado externo. Fica evidente que o Governo do Estado estava interessado na exploração mineral pela grande mineração e não pela pequena mineração, realizada por grupos de trabalhadores.

Experiências

O nosso interesse não é somente examinar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras dos garimpos, haja vista os interesses divergentes dentro desses sindicatos ou associações devido a direção estar nas mãos, na maioria das vezes, dos pequenos proprietários dos maquinários e não dos trabalhadores dos garimpos. Por isso, seguimos os passos de Fenelon quando da experiência:

“se estamos falando de examinar a experiência social dos trabalhadores em todos os seus ângulos de existência e de vida, para além de apenas examinar seu movimento e organizações ou associações políticas, isto significa querer examinar todo seu

modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os aspectos do viver a democracia burguesa e capitalista. Não apenas as condições e padrões da existência material na moradia, na fábrica, no lazer, na alimentação, na religiosidade, etc. Mas também no campo dos sentimentos e dos valores, para perceber a intensidade com que muitos destas noções e valores são apropriados no dia-a-dia da dominação, a resistência oferecida neste processo e a necessidade de reconstruir e reivindicar a cultura a partir dos sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos”.(FENELON, 1992,p.08)

Dessa forma, acreditamos que as narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras nos possibilitam entender como se percebem dentro do processo de lutas, resistências e acordos com os diferentes grupos nas áreas de garimpagem, além disso, perceber como lidam cotidianamente com as adversidades e sentimentos em que estão permeados.

Esse tempo nas áreas de garimpagem se dá, na maioria dos casos, longe da família e dos amigos e o único contato com o mundo externo é o rádio, que é utilizado, não só para receber informações, mas para se comunicar com amigos e familiares no dia de folga que muitas vezes, quando ocorre, é aos domingos à tarde. Ao tratar desse aspecto, de ambiente com características bem parecidas, no ramo da construção civil, Ribeiro ressalta que:

A família é uma instituição ambivalente. É tanta fonte de prazer quanto de conflito e punição. Porém, a comparação com a situação de alojamentos coletivos masculinos submetidos à regras que retiram dos indivíduos sua capacidade de serem sujeitos de larga parcela do cotidiano extra-atividade produtiva, leva a destacar a dimensão de afetividade que permeia as relações de parentesco, bem como a família como centro das atividades de lazer. Assim, não pode contar com este idealizado e lar feliz, além de roubar dos indivíduos uma considerável parcela de suas relações cotidianas, acaba por subordiná-los quase completamente aos interesses e controles da esfera da produção (RIBEIRO, 2008: p.104).

É comum, no caso desses trabalhadores e trabalhadoras do garimpo lamentarem o tempo que ficaram ou ficam distante dos filhos, filhas, companheiro, companheira, pai, mãe, familiares em geral e amigos. Uma das entrevistadas, Sonjila que trabalhou nos garimpos na Amazônia, desde 1982, quando se referiu aos filhos, disse “estão tudo espalhado pelo mundo”, lamentando o pouco contato com seus dez filhos. Mas, o grande problema aqui encontrado é que morando dentro do garimpo e sem a família o trabalhador e a trabalhadora

fica quase que totalmente a disposição da produção mineral intensificando a exploração das suas forças.

Nas regiões de garimpagem geralmente existe uma área de pequeno comércio, conhecida como *currutela*, que oferece desde a venda alimentos, material de limpeza, armas, bebidas alcoólicas, drogas (maconha, cocaína etc), casas de prostituição de mulheres e casas de câmbio de compra e venda de ouro, diamante e outras “pedras preciosas”. É nesses locais que nos dias de folga os trabalhadores, em sua grande maioria, se direcionam, pois fica pouco distante, em relação à cidade mais próxima, da área onde trabalham. Ainda nos revela a entrevistada Sonjila sobre a *Currutela*:

Tinha o final de semana nós cozinheira temos direito de ir para a currutela, agente chama currutela, a currutela é um lugar onde é cheio de barraco, onde vende bebida, vende arma, vende um bocado de coisa, onde se encontra todo os garimpeiros no final de semana. Vão lá para beber umas, gastar, arrumar uns paqueras por lá, porque vida de garimpeiro é essa é trabalhar e se divertir, gastar o ouro com quem está precisando e esperando (sorrisos).¹¹

Diante desse contexto, os trabalhadores e trabalhadoras das áreas de garimpagem enfrentam uma situação extraordinária de vida e de trabalho, onde seu cotidiano esta exposta a intensidade da atividade produtiva, na qual homens e mulheres, sem família, trabalham ao extremo, quase sem opção de lazer, *clientes* de uma zona de prostituição e drogas. Esses trabalhadores e trabalhadoras recebem pagamentos relativamente maiores em relação as suas atividades anteriores, mas em contraposição se submetem a um sistema de exploração intenso.

Dada as circunstância, enfrentando tantas dificuldades com relação a realização da atividade produtiva mineral, mesmo o trabalhador sendo fundamental nessa produção, isso não garante uma melhoria, substancial, nas condições de vida, ao contrário, o trabalho é realizado em condições precárias, subordinados ao intenso ritmo da produção mineral, sem o amparo da família, não tendo, quase nenhuma, fonte de lazer *extra-produção*. Quando sai das áreas de garimpagem, ou até mesmo dentro das áreas, na maioria dos casos, gastam o que receberam durante o tempo que trabalharam e, muitos, vêm-se no dilema de voltar aos garimpos.

¹¹ Entrevista concedida a Adriana G.Santos por Sonjila, realizada no dia 26 de agosto de 2008, na Penitenciária Feminina de Monte Cristo-RR.

E quem pode nos dizer com mais clareza sobre esse aspecto é o próprio trabalhador, o entrevistado Manoel, que trabalha nos garimpos da Amazônia (dentre os países Brasil, Suriname, Guiana Francesa, República da Guiana) a mais de 40 anos:

“Quem trabaia de garimpo... é noventa e nove por cento, é as pessoa que não tem estudo, muito pouco... tem vez que ta na cidade e ele não pode fazer um concurso pra poder passar em nada, aí vai pro garimpo, a área de garimpo é a área dessas pessoa que num passou, não tem como estudar mais entom, não tem como pegar um emprego bom na cidade tem que ir pra o garimpo, alguém que tem um bom estudo ele fica na cidade e quem não tem vai pra o garimpo”

Portanto, o nosso foco é o de compreender a apreensão dos sujeitos na inserção da atividade de produção mineral, como também, a partir da conjuntura em que esta inserida a atividade de garimpagem em Roraima, que, sobretudo, é um reflexo dos avanços do capitalismo. Então,

“nossa busca é de obter deles próprios, de seu comportamento e reações, de seu modo de vida, de reclamos e expectativas, como imprimem marcas na vida e nas relações sociais, como refazem tradições e costumes, compartilhando experiências várias e vivendo novas situações impostas pelo capitalismo em seu estágio atual de desenvolvimento” (KHOURY, 2006.p.30).

Para que esta metodologia de análise, baseada na concepção teórica do materialismo histórico e dialético, possa funcionar articulando todos os elementos da sociedade e desse grupo que estudamos teremos sempre o cuidado de trabalhar o processo, as partes e todo. Dessa forma:

“Buscamos compreender como sujeitos específicos significam e interpretam a vida e a eles próprios, nos modos de projetar, trabalhar, morar, se relacionar, se comunicar, festejar, comemorar, apreender como se apropriam de e reelaboram valores, sentimentos, interesses, costumes, tradições, memórias e expectativas; apreender como hegemonias se engendram e carências e necessidades se constituem no embate das forças sociais. Nesse sentido, estamos dizendo que processos sociais criam significações e que essas se instituem em memórias; por isso procuramos explorar os processos sociais de constituição da história e da memória e suas mútuas relações e como essas alimentam e realimentam poderes, dominações, sujeições e resistência”.(KHOURY, 2001. p. 24.).

Assim, para essa compreensão do fato histórico deste trabalho não podemos descuidar desta relação ampla em que se constroem os processos históricos. Por isso, para construirmos uma análise e narrativa partimos de um ponto específico, que envolve a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do garimpo com todos os seus interesses e *visão de mundo*, sobre como se desenrola a vida dentro da perspectiva de um trabalho, exercido muitas vezes na clandestinidade, na qual a principal luta, além de ficar rico, é o reconhecimento da profissão e a disponibilidade e liberação de áreas para exercê-la.

Portanto, tentamos entender também a conjuntura em que são engendrados esses movimentos, ocorridos durante a formação de um Estado permeado pela intensidade de interesses políticos, econômicos, étnico-culturais e que dentro desse contexto, de conflitos, se inserem esses trabalhadores e trabalhadoras do garimpo.

Contudo, o interesse em usar como fonte a oralidade vem com uma certa preocupação metodológica própria dessa corrente da História Oral. Por isso, utilizaremos a História Oral concebida enquanto uma fonte a ser contrastada com outras fontes, como nos orienta Portelli (PORTELLI, 1996, pp, 53-72), e Khoury (2001). Por isso, utilizamos os jornais, documentos e outras fontes para juntar a nossa pesquisa, que neste momento ainda consideramos preliminar.

Fontes:

Jornal Folha de Boa Vista

Gráfico: <http://www.goldprice.org/> visitado em 24/03/2011.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo W. B ET.alii. Os garimpeiros na Amazônia como zona crítica de conflitos e tensão social. *Pará desenvolvimento a questão mineral*. Belém: IDESP. P.3-10, n. 19 jan/jun 1990.

BARBOSA, Livia. *Representações nacionais e identidades garimpeira; carência material e pobreza simbólica*. Relatório final da pesquisa do projeto paconamé. Rio d Janeiro: Cetem, 1991.

_____ *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*. In: Estudos históricos, Rio Janeiro, vol. 4. 8, 1991, p. 229-243.

CÓDIGO DE MINERAÇÃO: e legislação correlata. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e acultura popular: história de classe ou história do povo?* In: História e perspectivas: história e historiografia. Curso de História da UFU, nº06, 1992.pp. 5-24.

KHOURY, Yara Aun. *Outras Histórias e linguagens*. Org. Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Olho d'Água, 2006.p.30.

_____. *Narrativas orais na investigação da história social*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento da PUC/SP: EDUC, n. 22, 2001. p. 24.

MACAGGI, Nenê. *A mulher do garimpo: o romance do extremo sertão norte do Amazonas*. Manaus: Gráfica da imprensa oficial, 1976.

MACIEL, Laura Antunes. *Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa- 1880/1920*. In.: Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas e Amazônia*. Campinas: papyrus, 1991.

PINTO, José Armindo. *Garimpagem: contribuição ao desbravamento e a ocupação da Amazônia*. Armin, RHAAG, Regiene (org). Conseqüências da garimpagem no âmbito social e ambiental. Belém: Buntstif/fase/katalyze, 1993.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista do Departamento de História da UFF, nº2, 1996, pp, 53-72.

_____. *A bomba de Turim: a formação a memória no pós-guerra*. in.:História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral.v.9,n.1, jan- jun, 2006.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. *O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais*. In.: História e perspectivas: história e historiografia. Curso de História da UFU, nº06, 1992. Pp 67- 88

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

1. ROCHA, Gerôcio Albuquerque (org.). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio política*. Tese de Mestrado, 1996.

SOUZA, Carla Monteiro; RAIMUNDA, Gomes Silva (org.). *Migrantes e migração em Boa Vista: Os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Caumé*. Boa Vista: UFRR, 2006.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Textos didáticos*. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, n° 10, vol.1e 2. 3ª ed., 1998.

EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS E IDENTIDADES ÉTNICAS: ESTRATÉGIAS DE SEGURIDADE E DE SOCIABILIDADE DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS EM ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Antonio GASPARETTO JÚNIOR¹

gasparetto@demolay.org.br

Resumo: As associações mutualistas foram alternativas para os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, frente ao descaso do Estado brasileiro em promover políticas públicas de proteção aos trabalhadores. Neste artigo, fazemos apontamentos do estudo do mutualismo no Brasil, ressaltando sua especificidade de organização por imigrantes. O intuito é inserir a cidade de Juiz de Fora (MG) no debate corrente na historiografia com uma abordagem sobre as estratégias dos trabalhadores estrangeiros em busca de reforço da identidade e de seguridade social.

Palavras-chave: Mutualismo; Associações de Imigrantes; Juiz de Fora.

Abstract: The mutual associations were alternatives for workers, national and foreign, against the indifference of the Brazilian government to promote public policies to protect workers. In this article, we take notes of mutualism in Brazil, highlighting its specific organization for immigrants. The intention is to enter the city of Juiz de Fora (MG) in the ongoing debate in the historiography with the discussion of strategies of foreign workers seeking to strengthen the identity and social security.

Keywords: Mutualism; Association of Immigrants; Juiz de Fora.

Introdução

Foi somente na década de 1990 que o estudo do mutualismo assumiu notoriedade na historiografia brasileira. Enquanto em outros países as associações beneficentes já eram estudadas, no Brasil eram tratadas somente *au passant*.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES.

As associações mutualistas consistiram em alternativas de auxílio para os trabalhadores, nacionais e imigrantes, na ausência de políticas públicas que fornecessem o amparo necessário para enfrentar o avanço do capitalismo no Brasil. Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna provocada pela ausência de seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. As associações se organizavam sob as mais diversas categorias, a saber: por ofício, patronais, étnicas, regionais, literárias e de lazer, científicas e mistas (JESUS, 2006).

Em certa medida, as mutuais influenciaram as políticas sociais através do exemplo dado durante os vários anos de atividades. Reinhard Bendix diz que os limites entre a sociedade e os órgãos que representam as autoridades são sempre tênues e mutáveis (BENDIX, 1996, p. 51), o que permite que ações sociais organizadas possam influenciar na postura do Estado. O mesmo Bendix reforça dizendo que membros de classes menos favorecidas têm direito a certo padrão de bem-estar, o que a expansão da cidadania pode conceder (BENDIX, 1996, p. 121). No livro *A Produção do Direito no Brasil*, Paulo Cesar Santos Bezerra destaca que, historicamente, a legislação produzida no país contemplava em maior escala os interesses da administração e dos agentes políticos do que os interesses da sociedade civil (BEZERRA, 2008, p. 20). Contudo, o direito é resultado dos esforços do Estado e também da sociedade, o que permite que grupos socialmente organizados ofereçam suas parcelas de contribuição para o avanço da cidadania (BEZERRA, 2008, p. 25).

Outro papel importante das mutuais era a formação de espaços de sociabilidade e de lazer para seus integrantes. No caso dos imigrantes, suas associações tendiam a ser mais duradouras, pois, deixando a proteção social em caráter secundário, priorizavam o reforço da identidade étnica. A promoção de eventos culturais fazia parte do cotidiano das associações de imigrantes, destacando as raízes culturais de cada etnia.

No tocante ao debate das associações urbanas, utilizamos para Juiz de Fora (MG) uma abordagem ainda pouco explorada no Brasil: as especificidades das associações de imigrantes. Em Juiz de Fora, é notória a presença dos imigrantes já no surgimento da cidade. Centenas de trabalhadores alemães foram trazidas em meados do século XIX para participar da construção da Estrada União e Indústria, a qual abriu caminho para consolidação da cidade. No decorrer da segunda metade de tal século, foram vários os esforços promovidos pelo Governo Provincial para atrair mão-de-obra imigrante, uma vez que as medidas pela abolição da escravidão foram progressivas. Juiz de Fora vivia um contexto de industrialização singular em Minas Gerais no momento do surgimento e da proliferação de suas mutuais. Como a cidade

estava localizada na região do eixo do café, o acúmulo de capital permitiu o investimento em iniciativas fabris. A associação dos dois investimentos econômicos possibilitou um desenvolvimento diferenciado da cidade (PIRES, 2004), o que atraiu mais investimentos do governo provincial e a atenção de imigrantes. O florescimento econômico estimulou a urbanização de Juiz de Fora, na qual os imigrantes encontraram espaço para o desenvolvimento de atividades alheias ao café. Assim, as associações não contavam em seus quadros com trabalhadores das lavouras de café, mas sim com empregados da zona urbana.

Neste artigo, traçamos as questões gerais do mutualismo e do mutualismo de imigrante no Brasil, inserindo Juiz de Fora, maior cidade da Zona da Mata mineira, no debate. A pesquisa em curso é fruto de um projeto de Mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e inserida nas atividades do Laboratório de História Política e Social (LAHPS). O intuito é analisar o que esses trabalhadores urbanos imigrantes buscavam nas mutuais, ressaltando seus artifícios para reforço das respectivas raízes culturais e para ocupar as lacunas previdenciárias no Brasil, na transição do Império para a República.

O Fenômeno Mutualista

Identificamos as associações de caráter mutualista como aquelas originadas com o propósito de socorrer seus associados em momentos de necessidade, estabelecendo laços de solidariedade horizontais (VISCARDI, 2003, p. 100). Mas existiam outras formas de organização de trabalhadores além das mutuais, como, por exemplo: as associações filantrópicas, as corporações de ofício, as seguradoras e os sindicatos. Estes são foco da principal confusão retratada na historiografia do fenômeno mutualista, por isso é preciso ter muito cuidado ao se apresentar a aproximação entre as duas formas de organização. O mutualismo não deu origem e tampouco se confunde com o sindicalismo, pois as mutuais não eram exclusivamente operárias. Suas organizações poderiam ocorrer em torno de etnias, religiões, bairro, questões políticas ou patronais, como aponta Tânia Regina de Luca (1990, p. 10, b).

As mutuais e os sindicatos conviveram em mesmos lugares e em mesmas épocas, eram contemporâneos e não excludentes. Suas fronteiras, por vezes, eram difíceis de serem percebidas, mas o desdobramento de mutuais em sindicatos ocorreu em raras ocasiões. Há sim

elementos de continuidade das associações mutualistas nos sindicatos, Cláudio Batalha relata que algumas mutuais defendiam ainda no século XIX melhores condições de trabalho e melhores salários, o que faria parte fundamentalmente dos sindicatos no século XX (BATALHA, 1999, p. 47-50). Por outro lado, Alexandre Fortes demonstra que o mutualismo existiu também dentro dos próprios sindicatos (FORTES, 1999), o que demonstra a existência de uma fronteira entre as formas de associação. Por sua vez, os sindicatos solicitavam os espaços das mutuais para promover suas atividades (VISCARDI & JESUS, 2010, p. 42).

O mutualismo esteve presente em várias partes do mundo, obedecendo às lógicas estruturais e conjunturais de seu ambiente. Adhemar Lourenço da Silva Júnior aponta que as mutuais na Europa eram predominantemente um fenômeno que envolvia assalariados e eram dotadas de uma ideologia que procurava promover a solidariedade desse grupo social (SILVA JÚNIOR, 1999, p. 74-75). Mas, como dito, há casos e casos que influenciaram no progresso ou na redução da presença das mutuais.

As associações beneficentes surgiram no Brasil no século XIX, já na década de 1830 há registros da presença de sociedades de socorros mútuos. Mas seu verdadeiro crescimento se deu na década de 1890, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O estado de Minas Gerais, ponto base de nossas investigações das fontes, viu proliferar o movimento mutualista apenas na década de 1910, embora houvesse tais organizações desde a década de 1870 (VISCARDI, 2006, p. 311).

A constatação que a década de 1890 é marcante para uma guinada de ascensão no fenômeno mutualista no Brasil está ligada com a fase de transição para o capitalismo no país. A rigor, o capitalismo passa a ser sistema no Brasil com a abolição do trabalho escravo, em 1888, mas, antes disso, a substituição da mão-de-obra compulsória pelo trabalhador livre já se fazia ocorrer, alterando as formas de relação de trabalho como precaução com o fim anunciado do trabalho escravo.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus identificam um aumento de mais de 1000% no número de mutuais em diversos estados brasileiros no período que vai de 1882 até 1942. É interessante notar que, além dos dados já apresentados para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na maioria dos estados brasileiros a concentração mais elevada de associações mutualistas aconteceu ao longo das décadas de 1920 e 1930. A precocidade na proliferação e concentração de associações nos três primeiros estados é justificada por serem os estados mais populosos e mais urbanizados do Brasil à época (VISCARDI, & JESUS, 2010, p. 26).

Ronaldo Pereira de Jesus afirma que Rio de Janeiro e São Paulo foram os pólos mais importantes do fenômeno mutualista no final do século XIX e início do XX, sendo que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu nas condições “sub-humanas” que o desenvolvimento do capitalismo impunha. Já no Rio de Janeiro, o fenômeno nasceu em meio a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação utilizados pela classe senhorial escravista (JESUS, 2007).

Em outro artigo de Ronaldo Pereira de Jesus, o historiador afirma que a década de 1880 determinou a separação entre antigas formas de organização ligadas à realidade econômica e sócio-política e as manifestações mais contemporâneas do movimento operário (JESUS, 2006, p. 295), haja vista o novo espaço oferecido para o desenvolvimento do capitalismo com o fim do trabalho escravo.

A Lei nº 1.083, de 1860, foi a primeira que tratou de associações mutualistas (LUCA, 1990, p. 13-14, b). Nela, as mutuais passavam a depender do parecer do Imperador e dos Presidentes de Província para poder existir. Qualquer tipo de agremiação deveria fazer seu pedido de autorização na delegacia mais próxima do local de onde seria a primeira reunião, as atas desta eram enviadas para o Conselho de Estado que julgava o caso e permitia a impressão do estatuto em conformidade com o parecer Imperial. Somente em 1882, através da Lei nº 3.150, que o Conselho de Estado deixou de ter responsabilidade na autorização das atividades das associações mutualistas (BATALHA, 1999, p. 45).

No ano seguinte, 1883, as mutuais ganharam terreno para expansão já que o Decreto nº 173 passou a permitir que as sociedades de socorros mútuos assumissem personalidade jurídica desde que registrassem seus estatutos contendo uma descrição completa e detalhada de suas atividades (LUCA, 1990, p. 385, a).

Embora o campo tenha sido fértil para proliferação de mutuais a partir da década de 1890 e tenha oferecido alternativas de auxílio dentro da realidade brasileira importante para os trabalhadores, o Congresso Operário de 1906 desaconselhava que os operários fizessem parte de associações beneficentes, solicitando, inclusive, que os sindicatos fossem desmembrados das mutuais (DUTRA, 1987, p. 83), o que demonstra, mais uma vez, a existência de fronteira e de orientações diversas entre as duas formas de organização.

A década de 1910 marcou a grande proliferação de associações mutualistas em Minas Gerais. Entre as cidades mineiras, Juiz de Fora contava com muitas organizações mutuais baseadas nas mais diversas orientações. A cidade era ainda uma das mais industrializadas, ricas e urbanizadas no período, tanto que, por esse motivo e pela presença notória de mutuais, Juiz de Fora sediou em 1914 o Congresso Brasileiro de Mutualismo.

Embora não ainda verificado, é possível que de alguma forma as atividades das mutuais tenham influenciado na discussão das leis de acidentes de trabalho, cujo projeto era do senador paulista Adolpho Gordo e tenha feito crescer o discurso de política social. O certo é que em 1916 o Código Civil passou a regulamentar as associações e em 1917 o projeto do senador paulista foi retomado. Claro que para essa abordagem é preciso levar em consideração também os reflexos do cenário das primeiras greves que aconteceram no decorrer da década.

É também na mesma década de 1910 que proliferam os montepios, que funcionavam como seguradoras. O aparecimento e o crescimento de instituições com fins lucrativos fizeram com que as mutuais perdessem espaço. Mas da mesma forma como cresceram rapidamente na vida dos trabalhadores, recrudesceram, sobretudo pelos impactos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia brasileira.

O fenômeno mutualista continuou ativo na década de 1920, conquistando mais amplitude nos demais estados do país. Em 1923, o Brasil sediou o II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social. O evento estava planejado para acontecer em Montevideú, mas a temática ganhara grande notoriedade no Brasil, o qual tinha interesse em atrair delegações americanas e européias, então as autoridades brasileiras conseguiram que o local do evento fosse alterado e trouxeram o congresso para o país. Consolidar o mutualismo e a solidariedade social era o ponto central de objetivo do evento (VISCARDI & JESUS, 2010, p. 39-40).

O efetivo esvaziamento das mutuais só se mostra presente no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. O motivo do retrocesso das associações mutualistas é justificado pela introdução de políticas públicas de proteção social por parte do Estado. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que eram os estados com maiores valores absolutos em número de mutuais, viram o percentual de suas associações começar a cair drasticamente. As políticas públicas esvaziaram as sociedades, transformando-as, em alguns casos, em ambientes de lazer e sociabilidade apenas.

As mutuais, geralmente, tinham bases locais. Depois de adquirirem o direito de se tornar personalidade jurídica, recebiam privilégios como isenção de imposto e direito de receber juros capitalizados em seus depósitos em caixas econômicas. Além dos recursos privados, algumas recebiam auxílio do Estado, marcando uma relação com o poder público no qual as demandas das associações eram atendidas.

Suas atividades eram marcadas por rituais, muito simbolismo e manifestações culturais. A capacidade de articular esses elementos demonstrava a existência de uma sólida

organização, com história e tradição. Suas identidades eram expressas através de bandeiras e estandartes, as quais eram reafirmadas por celebrações que marcavam a presença das mutuais não só entre seus associados, mas também em meio ao público externo.

Suas atividades culturais eram das mais importantes práticas das associações, oferecendo espaços de lazer que reuniam seus membros com os demais moradores da cidade. Para isso, recebiam companhias de circo e teatrais para atrair mais o público comum, essas ocasiões eram importantes para que as mutuais pudessem arrecadar fundos para financiar suas atividades.

As festas promovidas pelas associações baseavam-se em prerrogativas que poderiam ser políticas, datas significativas, religiosas ou destinadas a uma cultura específica, caso das associações de imigrantes. Mas, entre todas, as comemorações do Dia do Trabalho era a celebração que aparecia com mais frequência (BATALHA, 2005, p. 105).

Mutualismo Imigrante

No final do século XIX e início do século XX, o imigrante assumiu uma imagem de bom trabalhador que faria o importante papel na sociedade de ser o elemento que garantiria a ordem e ajudaria a construir o progresso do Brasil. Na visão das classes dominantes, por aí passava a questão da cidadania. Mas essa era a cidadania da elite, o imigrante faria seu papel para ajudar a construí-la, porém como o trabalhador estrangeiro teria acesso a condições mínimas de vida se não desfrutava dessa cidadania que ajudava a construir?

Em alguns casos de associativismo a união entre indivíduos de uma mesma origem étnica ou nacional ganha destaque. Formaram-se representações sociais de grupos específicos não por ofício, mas por naturalidade. Essas representações mantinham seus laços com suas tradições históricas e culturais, reforçando identidades e oferecendo recursos de seguridade.

As associações de imigrantes não eram restritas a ofícios determinados, mas destinadas a pessoas que comungassem de uma mesma origem nacional ou étnica. Manuel Diegues Júnior lembra que esse espírito associativo já existia na Europa, mas quando transplantado para o Brasil assumiu a nova função de reforço da identidade (DIEGUES JÚNIOR, 1964, p. 270). A proliferação desse tipo de mutual aconteceu na capital brasileira à época, Rio de Janeiro, na região de maior concentração de imigrantes no Brasil, São Paulo, assim como em qualquer outra área onde houve a presença de imigrantes. Juiz de Fora que

teve uma história muito íntima com os imigrantes desde seu início e, especialmente, por se constituir na cidade mais urbanizada da região da Zona da Mata mineira, teve várias delas.

Para ilustrar a situação nas duas principais cidades do Brasil Imperial e Republicano, São Paulo e Rio de Janeiro, Cláudio Batalha comenta que na capital brasileira à época os clubes e as sociedades mutualistas de imigrantes reuniam trabalhadores e profissionais liberais de colônias (BATALHA, 2005). Já Anna Rosa Campagnano Bigazzi cita que no estado de São Paulo, em 1912, 91 das 392 associações registradas eram de imigrantes (BIGAZZI, 2006, p. 59-60). O levantamento de Tânia Regina de Luca para a cidade de São Paulo aponta 73 sociedades fundadas por imigrantes entre 1890 e 1920 (LUCA, 1990, p. 385, a).

Abordar associações de imigrantes passa, inicialmente, pela questão do reforço da identidade. As mutuais eram os mecanismos pelos quais se procurava manter viva a memória de um grupo, com a marcante presença de práticas que recordavam a terra deixada para trás. Mas o mutualismo étnico também teve sua importante função em oferecer alguma seguridade social. Da mesma forma como o mutualismo por ofício ou misto ofertava previdências que permitiam melhores condições sociais, as mutuais de imigrantes faziam o mesmo, porém com o intuito de assegurar melhores condições para indivíduos com uma origem étnica ou nacional em comum. Segundo Tânia Regina de Luca, as associações de imigrantes também “tentavam minorar as consequências da super-exploração da força de trabalho prestando aos seus membros os tradicionais serviços de caráter previdenciário comum a todas as sociedades de autoajuda” (LUCA, 1990, p. 389, a).

As mutuais de imigrantes criavam espaços de lazer e solidariedade em ambientes de adversidade, já que, segundo Cláudia Viscardi, as relações entre marginalidade e imigração eram muito próximas (VISCARDI, 2003, p. 109-110). Suas formas de organização eram capazes de manter contato com o país de origem e promover festividades diferenciadas das demais, elementos que as tornavam singulares entre as mutuais. Eram, inclusive, as mais duradouras das associações e, em alguns casos, as mais antigas. A Sociedade Artística Beneficente e a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, em São Paulo, estavam entre as mais antigas, datando de 1859 (LUCA, 1990, p. 383-385, a). Em Juiz de Fora, a primeira entre todas as associações mutualistas existentes na cidade foi a Sociedade Alemã de Beneficência, datando de 1872. Foi também a pioneira na província de Minas Gerais e manteve-se ativa por mais de 80 anos.

Entre as associações de imigrantes as mais numerosas eram as de italianos. Em geral, essa era a regra que se seguia em todos os lugares. No estado de São Paulo, por exemplo, das 91 sociedades de imigrantes citadas, 61 delas eram italianas. E na cidade de São Paulo 34 das

73 associações com base na origem nacional dos membros era de italianos. Elas estavam presentes em toda cidade paulista com, pelo menos, uma representante.

De acordo com Ângelo Trento, as associações de italianos no Sul do Brasil se diferenciaram das demais porque foram bastantes fechadas ao elemento brasileiro, mantendo os valores e dialetos italianos inalterados por muito tempo (TRENTO, Ângelo; 1990, p. 40). As mutuais de italianos cuidavam de seus membros fazendo-os bons trabalhadores, dotados de uma ideologia particular de trabalho que mantivesse a aparência de uma elevada civilização de estrangeiros.

No Rio de Janeiro, uma das primeiras mutuais de italianos foi fundada ainda em 1854 com o nome de Società Italiana de Beneficenza (BIGAZZI, 2006, p. 98-99). Em São Paulo, uma das pioneiras recebeu o mesmo nome em 1878 (TRENTO, Arnaldo; 2000, p. 124). E em Juiz de Fora, a Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Socorso Umberto I foi fundada em 1887, tornando-se uma das mais presentes na vida social da cidade e uma das mais longevas.

As associações italianas eram dotadas de ambulatórios e tinham convênios com médicos e farmácias. Algumas acabaram se transformando em importantes hospitais, como aconteceu com a Società Italiana Uniti, na cidade de Campinas, presente até hoje. Ou o caso mais emblemático do Hospital Umberto I, em São Paulo, organizado pela Società Italiana de Beneficenza (TRENTO, Arnaldo; 2000, p. 125).

As sociedades de italianos possuíam ainda uma peculiaridade, em muitos casos reuniam indivíduos de uma mesma região italiana. Tal comportamento acarretava, por vezes, conflitos entre mutuais italianas, já que algumas tinham orientações monárquicas e outras republicanas. Por esse motivo também, muitas mutuais italianas receberam nomes que glorificavam a monarquia italiana. Mas com a proclamação e o progresso da República na Itália elas foram se homogeneizando, uma vez que, a partir de 1910, elas recebiam apoio do governo italiano com intuito de preservar a italianidade dos seus membros. O sentimento patriótico ganhou força entre as sociedades de italianos, mas foi, sobretudo, na década de 1920 que o governo italiano resolveu investir nisso. As mutuais italianas se tornaram um canal para inserção do fascismo no Brasil, o qual buscava eliminar qualquer tipo de diferença regional ou cultural entre os italianos, espalhando o espírito de italianidade, pelo Brasil, já que as mutuais estavam espalhadas por todo o território nacional.

A imagem das sociedades italianas sofreu um grande abalo do ponto de vista do governo brasileiro. Além da inserção das ideias fascistas, os italianos ficaram muito marcados por introduzirem ideologias anarquistas no Brasil e serem responsáveis ideológicos dos movimentos de greve que estouraram ao longo da década de 1910.

Com o intuito de inserir Juiz de Fora no debate, além do destaque geral dado às mutuais de italianos, é preciso ressaltar também o associativismo de alemães e portugueses. No curso de nossas pesquisas escolhemos enfocar as três nacionalidades ou etnias citadas na cidade mineira, justamente por serem os grupos imigratórios mais representativos. Os alemães, presentes na cidade desde sua fundação, foram responsáveis pela primeira mutual na província mineira, datada de 1872, e os portugueses, também significativos nas estatísticas imigratórias brasileiras, estabeleceram uma das mais importantes e representativas associações de socorro mútuo em Juiz de Fora, a Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1891).

O crescimento do sentimento nacionalista brasileiro colocou os estrangeiros em descrédito, mudando a imagem de indivíduos tão esperados para auxiliar na modernização do país que houvera no final do século XIX e início do XX. A entrada de estrangeiros no Brasil e sua atuação no mercado de trabalho sofreram severas restrições. As associações mutualistas de imigrantes passaram a sofrer um acentuado esvaziamento a partir da década de 1930 com a progressiva publicação de leis sociais no Brasil, mas também perderam associados quando Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 383, em 1938, proibindo que brasileiros natos ou mesmo filhos de estrangeiros nascidos no Brasil fizessem parte de clubes e sociedades fundadas por imigrantes (LUCA, 1990, p. 150, b). Este foi um grande golpe para o refluxo na fundação de associações de imigrantes.

Conclusão

Entendemos as mutuais como elemento de auxílio no processo de expansão da cidadania. Cidadania esta que concede o direito de participação e o direito à vida e que é construído pela ação de uma coletividade. Sendo que a extensão dessa cidadania a classes inferiores garante um mínimo de bem-estar. Seguindo os pressupostos do sociólogo T. H. Marshall que define cidadania como a conquista de direitos civis, políticos e sociais.

Para Marshall, a conquista dos direitos civis, na Europa, ocorreu no século XVIII, sendo que esse elemento da cidadania representa o direito à liberdade individual. A conquista do elemento político está ligada ao século XIX e inclui o direito de participar do exercício do poder público. Já a conquista do elemento social é pertinente ao século XX e se refere a um

mínimo de direito de bem-estar econômico e segurança, permitindo que o indivíduo desfrute de sistema educacional e serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Paulo Cesar Santos Bezerra ressalta que os direitos são produzidos tanto a partir do Estado, quanto como a partir da sociedade. Neste caso, é fruto de ações de grupos socialmente organizados. Como o mesmo pensador destaca que a legislação produzida no Brasil contemplava mais os interesses da administração do que os interesses da Sociedade Civil (BEZERRA, 2008, p. 20), entendemos que as mutuais eram um canal de organização da sociedade e promotoras de uma cultura cívica que, por vez ou outra, atendia às carências dos trabalhadores que não eram cobertas por políticas públicas de seguridade.

A fonte dos direitos sociais está justamente na participação dos indivíduos em comunidades locais ou associações funcionais. É onde se encaixa a solidariedade como forma de vínculo social. Os indivíduos compartilham interesses que nascem de relações de amizade, de ofícios ou de culturas.

As mutuais são representações coletivas de pessoas que se uniram por determinados vínculos que auxiliam na construção de uma realidade comum a determinados grupos em meio a um conjunto social. Assim, os sujeitos e o contexto grupal se articulam mutuamente. Para Paulo Cesar Santos Bezerra diz que uma das funções dessas representações sociais é reforçar uma identidade e permitir a proteção das especificidades de um determinado grupo (BEZERRA, 2008, p. 79).

O ponto de vista que defendemos aqui é resultante da ideia que aponta as mutuais como ambientes que auxiliaram na construção de uma cultura associativa no Brasil. Certamente foi uma importante estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, mas o mutualismo reunia laços de identidade e interesses compartilhados que reforçavam a solidariedade horizontal através de seus espaços de sociabilidade e lazer (VISCARDI, 2003, p. 100). Assim, seu papel foi determinante na organização da Sociedade Civil, auxiliando na construção de uma Esfera Pública que, por sua vez, prestava seus esforços na consolidação de direitos sociais e da expansão da Cidadania.

Essa cultura associativa, segundo Cláudio Batalha, é distinta das culturas militantes e possui um duplo significado:

O primeiro deles remete ao hábito de associar-se, à tendência de conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas. Embora parte significativa dessas associações não reivindique um caráter classista. O outro significado é de cultura das associações, com práticas e rituais que identificam como os membros percebem o mundo e a si mesmos. (BATALHA, 2005, p. 96-97)

Logo, essa cultura associativa transcendeu as culturas militantes e permaneceu ativa enquanto os trabalhadores puderam manter suas instituições, em função do despeito do Estado na promulgação de políticas públicas. Os trabalhadores integravam uma associação mutualista confiando nas relações de reciprocidade e acreditando na valoração que fazer parte de tais sociedades o concedia na sociedade.

Quando notamos a lacuna existente acerca das mutuais de imigrantes no Brasil e, especialmente, em Juiz de Fora, percebemos que a pesquisa seria relevante não só para contribuir com a história da cidade, mas também para tentar compreender como se deu a construção da cidadania dos imigrantes, observando através do viés das mutuais. Estes espaços de sociabilidade e seguridade garantiram algum amparo social para trabalhadores carentes de direitos e distantes da terra natal.

O estudo dos imigrantes é importante em Juiz de Fora porque os mesmos foram numerosos na cidade no período que abordamos. A presença do imigrante foi notória e estimulou diversos trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Entretanto, não havia pesquisas específicas sobre mutuais de imigrantes em Juiz de Fora, já que se destacaram também com suas associações.

Tais associações cobriram como puderam a carência dos direitos sociais. O descaso do Estado em ofertar leis sociais permitiu o florescimento de tais instituições até a década de 1940. Muito embora as mutuais tenham desenvolvido uma cultura associativa e influenciado na conquista de direitos, mostramos que associá-las diretamente com os sindicatos não é adequado.

A grande presença de estrangeiros em Juiz de Fora refletiu naturalmente na constituição de associações que, em primeiro lugar, reforçavam suas respectivas identidades e, em segundo lugar, proporcionavam o que podiam de seguridade aos seus associados. Mais uma vez a presença do elemento estrangeiro se fez de destaque na cidade mineira quando, em 1872, foi fundada a primeira associação mutualista da província, a Sociedade Alemã de Beneficência.

A Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa e a Sociedade Alemã de Beneficência marcaram profundamente a história de Juiz de Fora. Não representaram apenas importantes órgãos de representatividade para as etnias ou nacionalidades em questão, mas também importantes iniciativas de trabalhadores distantes da terra natal em busca de direitos sociais e seguridade. Observamos também a grande capacidade das sociedades mutualistas na organização da sociedade civil. Essas instituições eram geridas por seus próprios associados em busca do reforço da

identidade de determinados grupos e da seguridade de seus membros. Com suas próprias diretorias, suas próprias receitas e suas próprias leis, as associações organizavam os trabalhadores e contribuíam para a edificação da Esfera Pública.

Fontes Primárias

Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais (1850-1919).

Atas, relatórios de gestão, registro de associados, correspondências com órgãos públicos, notas fiscais e fotos de variadas associações mutualistas de imigrantes de Juiz de Fora/MG (1872-1919).

Recortes de publicações nos jornais *O Pharol* e *Diário Mercantil* (1880-1919).

Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

_____, Claudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paula: EDUSP, 1996.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **A Produção do Direito no Brasil**. Ilhéus: Editus, 2008.

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos Operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia “Hueitec” Ltda., 1987.

FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 13, n.1, 2007.

_____, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo. In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. II. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (A)

_____, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (B)

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PIRES, A. Café e Indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. NEVES, J. A. P.; DELGADO, I. J. G. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). In: **Revista Locus**. Editora UFJF, 1999, v. 5, n. 2.

TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990.

TRENTO, Arnaldo. **Os Italianos no Brasil**. Brasília, Editora Gli, 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003. (P. 109-110)

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador).

CONDIÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES LIVRES POBRES DE ALAGOINHAS: OS CRIMES DE FURTO COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA (1860-1890)

Antonio Hertes Gomes de SANTANA¹

hertes_historiabahia@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como principal objetivo abordar as condições sociais de trabalhadores livres pobres da Vila de Alagoinhas, Bahia, na segunda metade do século XIX. Partimos do pressuposto de que, no Brasil de ordem escravocrata, os trabalhadores livres pobres, na maioria das vezes, ficaram à margem do meio produtivo, levando-os a buscar estratégias de sobrevivência, em alguns casos, até cometendo delitos. Em outras palavras, alguns crimes cometidos por trabalhadores livres pobres, em particular crimes contra a propriedade (furtos), podem ser entendidos como uma necessidade de sobrevivência desses trabalhadores.

Palavras-chave: trabalhadores livres; furto; sobrevivência

ABSTRACT: This article has as main objective to discuss the social conditions of poor workers in Alagoinhas, Bahia, in the second half of the nineteenth century. We assume that, at the time was slavery in Brazil, free poor workers, free workers poor, almost always stayed on the sidelines of the productive means and this fact led them to seek survival strategies and in some cases even commit crimes. In other words, some crimes committed by free poor workers, particularly crimes against property such as theft, can be understood as a necessity for survival.

Keywords: free workers; theft; survival

Ao tratar dos períodos colonial e imperial do Brasil, a Historiografia tem se preocupado mais com a história de homens e mulheres na escravidão. As pesquisas referentes a livres e pobres do mesmo período não são tão numerosas quanto as referentes a escravos.

Pensando nisso e na idéia de que a História Social deve se preocupar com todos os grupos subalternizados da sociedade, decidimos contribuir para a produção historiográfica

¹ Faculdade São Bento da Bahia; Especialização em História da Bahia.

brasileira tratando dos trabalhadores livres pobres do final do século XIX. Assim, justificamos a escolha do tema.

A produção historiográfica sobre Alagoinhas ainda é pequena, mais voltada para a História Política, ou pelo pouco incentivo e pouco interesse por parte dos historiadores, ou pela carência de fontes. De fato, os arquivos da cidade ainda estão em fase de organização e não disponibilizam a pouca documentação existente. No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), não são muitas as fontes referentes a Alagoinhas, mas há uma documentação valiosa pouco explorada, principalmente na seção do Judiciário. A partir dos processos criminais, por exemplo, é possível entender questões sociais dos grupos menos favorecidos. Portanto, pensamos que estudar a História Social de Alagoinhas é de fundamental importância para ampliar o entendimento da situação dos grupos subalternizados, neste caso, dos trabalhadores livres pobres da segunda metade do século XIX. Como lembra Eric J. Hobsbawm, ao tratar da “história de baixo para cima”, “ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado”. (HOBSBAWM, 1998, p. 219)

Alagoinhas é elevada à condição de município em 1853, e tem um rápido processo de modernização se comparado com os demais da região. Alagoinhas é conhecida pela produção agrícola diversificada (laranja, fumo, mandioca, etc.) na época e pelo comércio interno e com outras cidades da região mais recentemente². Com a chegada da rede ferroviária em 1863, o processo de modernização se intensificou, fazendo com que este município se tornasse o principal da região do Litoral Norte baiano³.

A importância do município de Alagoinhas para a região, a pouca produção historiográfica, sobretudo sobre história social do município (a história dos livres pobres) e a necessidade de explorar outras documentações, justifica a escolha do tema numa perspectiva local ou regional.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1860 a 1890, não sendo estes anos definidos por marcos importantes, mas sim como um período possível de ser entendido por conta das fontes encontradas. Por exemplo, os processos crimes pesquisados são datados

² Para saber mais informações sobre Alagoinhas, a exemplo da emancipação do município, entre outras, ver: BARROS, Salomão A. **Vultos e feitos do município de Alagoinhas** (1816 – 1979), Salvador, 1979.

³ Para saber mais sobre a modernização de Alagoinhas a partir da chegada da linha férrea, consultar a monografia de especialização em História Política de Jocélia Novaes Gonçalves, “Modernidade na província: Alagoinhas, 1853-1930”. A autora discute, entre outras coisas, a preocupação de alguns jornais e das autoridades com o bom funcionamento e com a segurança da linha de trem e da estação, pois era o símbolo maior da modernização do local na época.

desse período, assim como o primeiro código de postura municipal, que é de 1860. O recenseamento de 1872 permite analisar os dados sobre a população livre pobre em pelo menos uma década desse período estabelecido. Assim, justificamos a escolha do recorte temporal.

Quando não conseguimos encontrar vestígios diretamente deixados pelos grupos menos favorecidos de uma sociedade, podemos utilizar as fontes ‘produzidas’ pelos dominantes, mas aproveitando o que elas podem nos dizer sobre esses grupos menos favorecidos. Assim, pensamos que os processos criminais trazem à tona questões sociais importantes a serem discutidas, pois esses crimes envolvem trabalhadores livres pobres como réus. O uso do recenseamento do Brasil em 1872 como fonte justifica-se pelo fato de quantificar e classificar a população, no caso do nosso interesse, de classificar a população enquanto trabalhadora. Os jornais não só informam os acontecimentos da época, como também fazem, muitas vezes, ‘juízos de valor’ sobre os grupos sociais, principalmente aqueles que estão à margem da sociedade. Os códigos de posturas do município, assim como o código criminal da época, podem ser entendidos como uma resposta dada pelas autoridades aos delitos cometidos pelos livres pobres, ou o que chamamos de ‘luta de classes’, no sentido de que um grupo luta pela sobrevivência (cometendo crimes se for preciso), enquanto outro luta pela defesa de suas propriedades. Portanto justificamos o uso dessas fontes como fundamental para entendermos as condições sociais dos trabalhadores livres pobres de Alagoinhas na segunda metade do século XIX, uma vez que nelas esses grupos aparecem como infames, condição que é, a nosso ver, um reflexo da sociedade excludente.

Para iniciar nossos estudos, tomamos como base a obra de E. P. Thompson, na qual discute, entre outras questões, a implantação da chamada “Lei Negra” na Inglaterra do século XVIII, para punir delitos capitais, ou melhor, delitos contra a propriedade. A partir da corrente de pensamento marxista, Thompson mostra que a lei foi criada para punir delitos capitais cometidos pelos chamados ‘negros de Watham’, ou seja, delitos contra a propriedade, sobretudo através da caça e da pesca. (THOMPSON, 1987, p. 30). A partir das análises do autor, podemos concluir que a aprovação da chamada lei negra está relacionada à luta de classes pelo direito à propriedade. Por um lado, os dominantes lutavam para preservá-la, e por outro lado, os dominados procuravam nela um meio de sobrevivência, visto as condições socioeconômicas nas quais estavam inseridos.

O caso de Alagoinhas na segunda metade do século XIX pode ser mais bem explicado se fizermos uma relação com esse exemplo que Thompson nos traz. Ao observarmos os códigos de postura da Câmara Municipal, nos anos de 1860 e 1861, percebemos a

preocupação dos legisladores com a proteção da propriedade, sobretudo da propriedade rural. Essa preocupação, certamente estaria relacionada com os delitos que ocorriam na localidade envolvendo trabalhadores livres pobres. E esses delitos, como já foi dito, podem ser vistos como uma necessidade para a sobrevivência desses trabalhadores. Enfim, a situação social dos trabalhadores livres pobres de Alagoinhas, pode ser explicada, principalmente a partir dos crimes (contra a propriedade) que eles cometiam.

É importante deixar claro que o conceito de “estratégia de sobrevivência” dos trabalhadores não está ligado apenas ao fator econômico, apesar de este ser mais marcante. Segundo Pitrou, para se definir ‘estratégia’,

parte-se do pressuposto que existe um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais, por mais desencontradas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica. (PITROU, 1983 apud ANTUNIASSI, 1993).

Para a concretização da pesquisa, fizemos uso das seguintes fontes documentais: processos criminais de Alagoinhas datados das décadas de 1860 a 1880; o Recenseamento do Brasil do ano de 1872; as Posturas da Câmara Municipal de Alagoinhas a partir de 1860; o Jornal Alagoinhense; o Jornal A Verdade; o Código Criminal do Império, de 1830.

Os processos criminais representam as fontes centrais do nosso trabalho. Apesar de serem documentos oficiais, através deles podemos encontrar ‘frestas’ para compreender a história dos grupos dominados, que foram esquecidos pela Historiografia. Elione Silva Guimarães, ao estudar a violência entre parceiros de cativo em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, defende a importância dos processos criminais: “Embora documentos oficiais, os processos criminais são fontes que permitem seguir um pouco mais de perto a vivência cativa, porque através deles acompanham-se depoimentos, atos e manifestações de tais grupos”. (GUIMARÃES, 2006, p.36-37)

Nosso estudo não trata de trabalhadores cativos, mas a importância da fonte é válida também para estudar a situação dos trabalhadores livres pobres.

No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) encontramos apenas 21 processos criminais da Vila de Alagoinhas no período compreendido entre os anos de 1860 e 1890⁴. A maioria dos crimes ocorridos aí era de furto e de homicídio, como mostra a tabela a seguir:

⁴ O APEB é o principal ‘fornecedor’ dos documentos para nossa pesquisa. Os arquivos da cidade de Alagoinhas, principalmente do Judiciário, não disponibilizam, entre outros, esse tipo de documento. Mas vale ressaltar que

Tabela 1: Crimes ocorridos em Alagoinhas no período de 1860-1890

| | |
|------------|----|
| Furtos | 06 |
| Homicídios | 04 |
| Outros | 11 |
| Total | 21 |

Fonte: APEB, Seção do Judiciário, Auto-crimes.

Dos seis crimes de furto encontrados e analisados, um refere-se à fazenda de cana e cinco referem-se a furto de animais, utilizados no transporte. Desses cinco furtos de animais, um mesmo trabalhador respondeu processo duas vezes, em menos de dez anos. Desses cinco furtos de animais, observamos também que em três não havia a participação de um só trabalhador, mas de grupos⁵. Além disso, decidimos não estabelecer uma média de idade para os ‘criminosos’, visto que havia indivíduos tanto da faixa etária dos 30 quanto dos 50 e dos 80 anos. Com exceção de um, todos os trabalhadores diziam viver da lavoura. Observamos também que os trabalhadores moravam há pouco tempo na Vila de Alagoinhas, o que comprova o caráter itinerante⁶.

Mesmo que a quantidade de crimes (principalmente de furtos) encontrados por nós referentes a trabalhadores livres pobres de Alagoinhas seja pequena, podemos fazer uma análise da situação socioeconômica desses trabalhadores. Como provavelmente os furtos a produtos agrícolas tenham sido menores do que os furtos a animais, podemos entender que os trabalhadores livres pensavam em uma ascensão social mais rápida. Ou seja, certamente que o roubo a produtos agrícolas não possibilitava a isso, ao contrário do furto de animais. Aliás, provavelmente como lavradores, não careciam tanto de produtos agrícolas, mas sim de algo mais valioso. Podemos também pensar na idéia de que a maioria dos trabalhadores livres pobres de Alagoinhas não vivia em extrema miséria (como passar fome, por exemplo), senão certamente encontraríamos muito mais roubos de alimentos, ou produtos retirados da agricultura.

Maria Sylvia de Carvalho Franco analisa as condições de vida do trabalhador livre pobre no regime escravocrata. (FRANCO, 1997). No capítulo intitulado “O código do sertão”, a autora discute, a partir de processos criminais da região do Vale do Paraíba, as diferentes

mesmo encontrando poucos processos criminais, acreditamos que é possível compreender a situação dos trabalhadores pobres a partir da análise desses processos e no cruzamento de outras fontes.

⁵ É bem provável que na Vila de Alagoinhas, no período estudado, existissem grupos ou quadrilhas de roubo de animais, como mostraremos a partir de um noticiário de jornal.

⁶ Fraga faz uma relação da vadiagem com a itinerância. Não ter um lugar fixo, aos olhos das autoridades, significava também ser um vadio e isso devia ser combatido. Cf. FRAGA FILHO, op. cit.

formas de violência presentes nos grupos sociais do trabalhador rural pobre livre (o caipira): a violência entre vizinhos, a violência no trabalho e no lazer e a violência entre parentes. Trata também da violência como bravura ou ousadia do indivíduo.

Até onde pesquisamos, essas formas de violência não foram muito frequentes em Alagoinhas no período que nos interessa. Portanto, nesse ponto, a obra de Franco não é muito útil para nós. Mas a autora traz uma discussão a respeito da importância da função do tropeiro, função esta desenvolvida apenas por trabalhadores livres. Além disso, destaca também a importância do transporte em animais na época. (FRANCO, p. 65-66).

Existiam dois tipos de tropeiros: os que eram negociantes de animais (realizavam suas transações diretamente com os proprietários de terras) e os que conduziam as tropas. Nossa pesquisa analisa, entre outros, dois casos de roubo de animais (usados para o transporte) em Alagoinhas, envolvendo o mesmo trabalhador livre pobre. No processo, esse trabalhador se identifica como viver do próprio negócio, mas acreditamos que ele pôde ter sido um tropeiro (negociante de animais). A partir das idéias de Maria Sylvia Franco, acreditamos que esse trabalhador via no ato de roubar animais como uma possibilidade de ‘mudar de vida’, pois a tarefa de tropeiro possibilitava isso.

Muito embora preso a esse mundo, o tropeiro foi um dos tipos humanos para o qual mais se abriram as possibilidades de integração ao outro lado da sociedade. Especialmente o comércio de burros constituiu um importante canal de ascensão socioeconômica. (FRANCO, p. 72)

Em sua pesquisa, a autora observa que o tropeiro (enquanto vendedor de animais) podia dar uma vida a seus descendentes, que ele mesmo não tinha. Por exemplo, a partir desse negócio, os filhos de tropeiros podiam se tornar médicos, advogados, etc. Enfim, a discussão de Maria Sylvia Franco pode nos dar suporte na idéia de que os crimes contra a propriedade (os furtos) serviriam como uma estratégia de sobrevivência ou como ascensão social de um trabalhador pobre.

Walter Fraga, em “Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX”, traz uma discussão a respeito de como o trabalhador livre pobre da sociedade escravista era visto pelas autoridades. Mesmo reconhecendo que vadiagem fora uma palavra muito ‘fluida’, podemos atribuir um significado a ela de acordo com o nosso objeto de discussão. Aqui, a vadiagem estaria relacionada ao desemprego ou ao vínculo inconstante com o mercado de trabalho. Ou ainda, como sugere Fraga, aos meios ‘ilícitos’ de sobrevivência.

A palavra vadiagem algumas vezes podia recortar categorias muito restritas de 'ociosos', o submundo de 'delinquentes' que viviam à margem do trabalho 'honesto', recorrendo a meios 'ilícitos' de sobrevivência, tais como jogo e roubo. (FRAGA FILHO, 1996, p. 75-76)

Os atos criminais referentes a roubo em propriedades agrícolas em Alagoinhas no final do século XIX podem ser visto sob a ótica das análises que Fraga faz em relação às condições de vida do trabalhador livre pobre, suas estratégias de sobrevivência e o olhar que os grupos de elite tinham sobre esse trabalhador. O que era considerado vadiagem, ociosidade, indolência ou delinqüência para as autoridades, por exemplo, na perspectiva dos pobres livres poderia ser “uma forma de não se deixar explorar ou dominar pelas redes de poder senhorial”. (FRAGA FILHO, 1996, p. 77)

Também em Walter Fraga podemos estabelecer uma relação ou uma comparação entre as 'estratégias de liberdades' da população liberta da escravidão com as da população livre pobre. Claro que Fraga discute a situação de ex-escravos no final do século XIX e início do século XX do setor urbano da região do Recôncavo Baiano (FRAGA FILHO, 2006). Nossa pesquisa trata dos trabalhadores livres de Alagoinhas, mais precisamente do setor rural. Porém sabemos que as condições sociais de ambos os grupos (libertos e livres) tanto do setor urbano quanto do rural eram semelhantes e conseqüentemente as estratégias de liberdade formadas por eles (incluindo os atos criminais como o roubo em propriedades).

Para reforçar nossas idéias, é importante citar um caso de crime envolvendo um trabalhador livre. Honório Pereira de Aguiar respondeu a dois processos criminais referentes a furto de animais em Alagoinhas. No primeiro, de 1872, em parceria com outro trabalhador pobre, roubou um cavalo pertencente a André Portela, na Paróquia de Araçás. No segundo, de 1880, ele aparece com mais dois companheiros. Ele era uma espécie de 'líder do crime'. Num dos processos, aparece um abaixo-assinado de populares da Vila de Inhambupe (vizinha a Alagoinhas e de onde Honório teria vindo) pedindo a não acusação, visto que ele seria um homem de bem. Porém, no outro processo, algumas testemunhas alegavam que ele já estava habituado a cometer tal crime. Os casos de furto em que Honório aparece podem ser entendidos como uma estratégia de sobrevivência ou de ascensão social dele e do grupo, na perspectiva de Walter Fraga. E como declarava viver do próprio negócio, Honório pode ter sido um tropeiro (vendedor de animais) na perspectiva de Maria Sylvia Franco.

O Recenseamento do Brasil em 1872, para o nosso tema possibilita analisar a distribuição da população relacionada às profissões. Nesse caso, o interesse é pelas profissões

manuais ou mecânicas, principalmente as profissões agrícolas. A vila estava dividida em três paróquias: a Paróquia de Jesus, Maria e José de Igreja Nova, a Paróquia do Senhor Deus Menino dos Araçás e a Paróquia de Santo Antônio de Alagoinhas. A população da Paróquia de Jesus, Maria e José de Igreja Nova possuía um total de 11.263 habitantes, sendo destes 8.766 livres e 2.497 escravos. A população da Paróquia do Senhor Deus Menino dos Araçás contava com 3.766 pessoas, sendo que 3.343 eram livres e apenas 423 escravas. Na Paróquia de Santo Antonio de Alagoinhas, a população era de 6.710, sendo que 5.867 eram livres e 843 escravos. (Recenseamento do Brazil em 1872; Bahia, p. 340-348). Procuramos adaptar uma tabela da população de Alagoinhas considerada em relação às profissões⁷.

Tabela 2: População considerada em relação às profissões

| Condições | Operários | Profissões agrícolas (Lavradores e criadores) | Sem profissão |
|---------------|------------|--|---------------|
| Livres | 217 | Lavradores: 4.550 Criadores: 87 | 12.539 |
| Escravos | 13 | Lavradores: 1.372 Criadores: 0 | 2.240 |
| Soma geral | 230 | 6.009 | 14.779 |

. A partir desses dados, podemos observar que a Vila de Alagoinhas nas últimas décadas do século XIX possuía uma população de livres muito grande em relação à de escravos, e que esses livres viviam principalmente de trabalhos agrícolas ou não tinham uma profissão. O número de lavradores e dos sem profissões (principalmente de pessoas desocupadas) nos faz crer que a vila vivia em más condições socioeconômicas, situação semelhante à grande parte da Bahia e da região nordestina da época. Os números do

⁷ Ocultamos alguns dados do censo, como por exemplo as profissões operárias (em metais, em madeiras, em tecidos, em couros, etc.) pois o número destas é muito insignificante para nosso estudo.

recenseamento, portanto, podem nos ajudar a confirmar a idéia de que os trabalhadores livres pobres necessitavam de outros meios de sobrevivência, de outras ‘estratégias de liberdade’ que lhes possibilitassem uma ascensão econômica. Daí, por exemplo, as práticas de furto.

Além disso, os dados do senso possibilitam fazer uma relação das condições dos pobres com a classificação étnico-racial. A grande maioria da população era composta de negros e pardos e carregava o fardo da pobreza e ao mesmo tempo da discriminação racial.

Os códigos de postura da Câmara Municipal de Alagoinhas, aprovados a partir do ano 1860, nos permitem analisar como as autoridades viam o trabalho e o trabalhador, e como deviam ser punidos os ‘desocupados’, os ‘vadios’, entre outros grupos inferiorizados.

Desde a época em que a vila de Alagoinhas torna-se município, ainda na década de 1850, a Câmara de vereadores e a Assembléia Legislativa Estadual discutiram e aprovaram as normas de regulamentação das terras agrícolas, visando a manutenção da economia açucareira e fumageira, as mais importantes da região no período. Inclusive aparece explicitamente a obrigatoriedade de se plantar cana, café e tabaco como gênero de exportação. Os demais produtos seriam para a subsistência local. (APEB, Seção legislativa, livro 855, 1860). Ou seja, havia de fato uma preocupação dos legisladores com a economia agrícola que era mantida principalmente com a mão-de-obra livre e escrava. Além disso, em toda a segunda metade do século XIX, houve a necessidade de se estabelecer o controle das atividades nas quais os grupos mais pobres, livres ou egressos da escravidão ocupavam, como a agricultura, os serviços pesados, os serviços informais, etc. E mais ainda, era necessário vigiar e se possível punir os grupos livres ou libertos considerados ociosos ou vadios. Os controles iam desde os produtos que deviam ser cultivados na terra, o que podia ser tirado da natureza (caça, pesca) até os instrumentos de trabalho que se poderia utilizar. No setor urbano, nos primeiros anos em que a feira foi implantada, por exemplo, houve uma preocupação com o uso do carro de mão, pois o legislativo alegava que ele era usado também em construções e no transporte de lixo, e portanto deveria ser controlado ou proibido. No setor rural, as posturas tratavam mais da proibição de colheitas e derrubadas de madeiras. As proibições eram acompanhadas de pagamento de multas e em alguns casos prisões.

Assim como os Códigos de Postura da Câmara Municipal, o Código Criminal do Império (1830) também nos possibilita analisar a visão que as autoridades do nosso país tinham e como puniam os considerados criminosos. Nossa pesquisa analisa principalmente o artigo 257 desse código, que trata dos crimes contra a propriedade, em particular o furto⁸.

⁸ “Art. 257. Tirar a coisa alheia contra a vontade de seu dono, para si, ou para outro.

Podemos defender a idéia de que o trabalhador pobre que se sujeitasse a cometer tal delito, se condenado, certamente teria um ‘atraso de vida’ e podia se tornar ainda mais pobre, visto que o artigo previa a pena de prisão com trabalho gratuito e multa de parte do valor furtado.

Os jornais informam, denunciam, julgam os grupos mais subalternizados da sociedade (trabalhadores livres, escravos, desocupados, etc.). Até onde pesquisamos, só encontramos dois jornais que tratam desses grupos na sociedade alagoinhense na segunda metade do século XIX.

No Jornal “Noticiador Alagoinhense”, em 12/11/1864, há uma denúncia referente à população desocupada que usufruía (aos olhos das autoridades e do jornal), da pior maneira possível, do principal símbolo da modernização do município na época, a estação férrea, um ano após a sua construção.

FALTA DE POLÍCIA – Continuam na estação os sambas, bebedeiras e algazarras, que incomodam o sossego e a moralidade pública. Na estação deve haver polícia, salve se aquele lugar não faz parte do município. (Jornal Noticiador Alagoinhense, 12/11/1864)

Certamente que não aparece explicitamente no documento uma classificação socioeconômica ou ‘racial’ de quem seria o grupo que incomodava, mas sabemos que de fato os sambas, por exemplo, eram uma cultura tipicamente do negro, do trabalhador livre pobre e do escravo, e não do grupo da elite, portanto carente de uma punição.

No Jornal “A Verdade”, em 11/02/1877, há na parte de noticiários, a informação de uma tentativa de fuga de presos na cadeia de Alagoinhas. O preso que tentou fugir era um dos implicados na “sociedade de furtos de animais”.

TENTATIVA DE FUGA DE PRESOS – Na tarde do dia 5 do corrente, às 5 horas, o preso de nome Joaquim Travassos, um dos implicados na sociedade de furto de animais, e de que demos notícia em o nº passado, tentou evadir-se da prisão, arrombando a cadeia; mas para isto bastou lhe dar um grande empurrão na parede da frente, a qual veio abaixo pelo máo estado em que se achava...(Jornal A Verdade, 11/02/1877).

Penas - de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor furtado”.

Nas entrelinhas deste documento, podemos defender a idéia de que realmente havia uma ‘sociedade’ ou ‘quadrilha’ de furto de animais, organizada, que agia com freqüência no município. Mais um documento que pode confirmar a situação social dos trabalhadores livres pobres.

Enfim, é possível pensar nos crimes de furto como estratégias de sobrevivência do trabalhador livre pobre, assim como é possível pensar nessas estratégias como um movimento social talvez desorganizado por ser ilícito. O fato é que, como sabemos, o final e o pós período escravista no Brasil foi de muita incerteza para a vida do trabalhador. Tanto o livre quanto o liberto pobre tiveram que lutar de alguma forma para sobreviver. Se com o trabalho ‘legal’ ou ‘formal’ a sobrevivência ou a ascensão social não estava sendo possível, com a informalidade ou a ilegalidade a possibilidade era maior. Assim, os crimes de furto cometidos por esses trabalhadores podem ser enquadrados como estratégias ou como movimento social (organizados ou não).

REFERÊNCIAS

- APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia), Seção do Judiciário, Auto-crimes.
- APEB, Seção Legislativa; Posturas da Câmara Municipal de Alagoinhas; 1861. Livro 855, 1860.
- BARROS, Salomão A. **Vultos e feitos do município de Alagoinhas (1816 – 1979)**, Salvador, 1979.
- BPEB (Biblioteca Pública do Estado da Bahia); Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, nº 2574 a 2579 no ano de 1887.
- CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. (Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870/1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador, Editora Hucitec, EDUFBA, 1996.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- GONÇALVES, Jocélia Novaes. **Modernidade na província: Alagoinhas, 1853-1930**. (Monografia de Especialização em História Política, UNEB).

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativoiro**: Juiz de Fora, Segunda metade do século XIX, São Paulo, FAPEB, Annablume, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. Sobre História. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Jornal A Verdade, 11/02/1877

Jornal Noticiador Alagoinhense, 12/11/1864

PITROU, A. et alli. Trajectoires Professionnelles et Strategies Familiaes. Aix-en-Provence. In: ABTUNIASSI, Maria Helena Rocha; AUBRÉE, Marion; CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. **De sitiante a assentado**: trajetórias e estratégias de famílias rurais.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TRABALHADORES EM MOVIMENTO: CAMINHOS E BUSCAS DE UMA VIDA MELHOR – MARECHAL CÂNDIDO RONDON /PR (1960-2010)

Carlos Meneses de Sousa SANTOS¹
menesesufu@yahoo.com.br

RESUMO: Proponho problematizar, no conjunto das práticas de trabalhadores que buscaram Marechal Cândido Rondon-PR, a partir de 1960, os sentidos e as condições de suas movimentações, fazendo emergir a agenda de expectativas e valores desses sujeitos na dinâmica de suas experiências, evidenciando relações de identificações e dissidências, estabelecidas em suas condutas. Ao considerar a saída de um lugar e avaliar a mudança para um outro, a questão que se coloca perpassa a compreensão do que se tem e se espera da moradia, da criação dos filhos, das possibilidades de alimentação e vestimenta, das atividades e relações de trabalho, das horas e situações de lazer, das relações preservadas ou intencionalmente interrompidas; enfim, das relações de poder presentes nas alternativas encaminhadas a partir da condição de classe desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalhadores, movimentação social e relações classistas.

ABSTRACT: I have propose discuss, about the practices of workers who sought the city of Marechal Cândido Rondon-PR, from 1960, ways and condition of their movimentation, visualising expectations and values of these subjects in dynamics of their experiences, evidencing identification relationships and dissidences, established in their pipelines. The to consider the output of a place and to evaluate change to another, the question explicated pervades the understanding of what has been expected about the house, the child-rearing, the possibilities of food and clothing, the activities and relationships working hours and situations of leisure, the relationships preserved or intentionally interrupted, and finally, the power relationships present in the alternative forwarded from the class condition of these workers.

Keywords: Workers, movimentation social and relationships of classes

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Este trabalho, que vem sendo realizado enquanto projeto de Doutorado na Linha Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, supõe a compreensão de que a discussão da conduta de trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon/PR, a partir de sua emancipação em 1960, pode se constituir em um indicativo para se pensar a movimentação de trabalhadores na sociedade contemporânea brasileira. Entendo que a conduta destes trabalhadores foi, e ainda é, estabelecida enquanto práticas que visualizam/lidam com um campo de relações extremamente desigual e tenso, o qual se marca no enredo de trajetórias diversas e, por vezes, aparentemente contraditórias.

A pauta de expectativas, forjadas na sentença da “busca por uma vida melhor”, é uma resposta recorrente na boca de muitos trabalhadores ao explicarem sua presença na cidade, contudo não me parece traduzir um sentido único na justificativa pela mobilização destes sujeitos ao procurarem Marechal Cândido Rondon. Parece, antes, dizer de questões comuns a uma mesma condição de classe, mas que desconfio serem conduzidas em posicionamentos diversos e em expectativas variadas, apesar do terreno compartilhado em um mesmo processo de movimentação social.

Ao propor essa questão, entendo que se abre a possibilidade de reflexão sobre as explicações estabelecidas para a dinâmica de ação de trabalhadores que saem do lugar onde nascem e buscam alternativas para os seus modos de viver. As avaliações que são construídas pelos trabalhadores sobre suas próprias vidas, ao se constituírem enquanto sujeitos desse movimento, parecem-me algo a ser considerado e recolocado para a discussão da produção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, Renato Duarte e Wilson Fusco, são significativos para essa proposição. Esses autores, tratando do que apontaram como migração e emprego precário, promoveram a comparação de trabalhadores que identificaram como “imigrantes cearenses”, presentes no setor de confecção de vestuário da capital paulista, com trabalhadores do “mesmo ramo industrial” da cidade de Toritama, de pouco mais de 20.000 habitantes, localizada no Agreste pernambucano. Os dois sociólogos, percebendo que o primeiro grupo correspondia aos aproximados 6.000 trabalhadores da “cidade nordestina”, utilizaram-se dos microdados do Censo de 2000 para indicarem uma conclusão que me pareceu bastante intrigante ao se buscar compreender a movimentação desses sujeitos:

De um modo geral, a informalidade se mostrou expressiva nos dois contextos, embora um pouco mais elevada em Toritama (...) a maioria dos trabalhadores na atividade de confecção, nas duas cidades, era mal remunerada, tinha jornadas de trabalho acima do padrão, não possuía carteira assinada e poucos contribuíam para a Previdência Social. Considerando os custos monetários e não monetários da vida na capital paulista, não ficou evidente que os imigrantes cearenses estudados estivessem em melhor situação que os trabalhadores de Toritama (DUARTE; FUSCO, 2008, p.346).

Os autores, após considerarem o que entendiam como “os custos monetários e não monetários da vida na capital paulista”, chegaram à conclusão de que “não ficou evidente que os imigrantes cearenses (...) estivessem em melhores condições que os trabalhadores de Toritama”, assim parecem perguntar “o que, então, foram fazer esses nordestinos na cidade de São Paulo?!”. O reconhecimento de uma condição comum aos trabalhadores, apesar do que apontam como contextos distintos, parece não indicar nenhuma explicação mecânica das alternativas buscadas por esses sujeitos, haja vista que nem mesmo essas alternativas ficaram muito claras aos olhos dos acadêmicos.

Se a explicação não está unicamente na “jornada de trabalho acima do padrão”, na má remuneração, nem na sonegação do direito previdenciário, o que é que, conjuntamente com essas questões (haja vista a fixação de limites que essa condição exerce no modo de vida dos trabalhadores), compõe o repertório de interesses nas avaliações formuladas ao se colocarem na movimentação por suas expectativas? Que custos, monetários ou não, esses sujeitos estão valorando nos projetos de suas vidas, na tal busca da vida melhor? O que estão colocando em questão ao buscarem outros horizontes de possibilidades?

Supondo parte dessas questões e intrigado com a movimentação de trabalhadores no que localizou como “porção extrema Oeste do estado do Paraná”, Robson Laverdi apontou a preocupação em “historicizar os processos sociais da afirmação de um ‘outro’ ou ‘de fora’, constituintes das experiências de trabalhadores que migraram para o município de Marechal Cândido Rondon (...) nas décadas de 1970 a 1990” (LAVERDI, 2005, p.1). Com essa preocupação, Laverdi anunciou o interesse em tentar,

ainda que subliminarmente, retirar o invólucro protetor e generalizador da perspectiva do fluxo migratório, da memória única, das tipologias e estratificações das alteridades, dos sentidos modernizadores deterministas, da idéia restritiva de fronteira como expansão de mercados e das perspectivas idealizadoras do passado colonial. Aventurar-se-á, assim, nas sendas das trajetórias sociais, investigando a

diversidade de itinerários e itinerâncias da migração, as lutas de afirmação de alteridades na classe, as transformações do trabalho e do mundo vivido, enfim as experiências e sentidos heterogêneos protagonistas de suas próprias histórias (LAVERDI, 2005, p.77).

Nesse caminho, o autor, apesar de um interesse fortemente marcado pela desconstrução de uma memória que apontava a cidade como a expressão da atuação de “colonos descendentes de alemães”, no que considerou como “perspectivas idealizadoras do passado colonial”, repercutiu “experiências e sentidos heterogêneos” ao pensar a “diversidade de itinerários e itinerâncias da migração”. Ao buscar essa perspectiva para sua pesquisa, empreendeu uma investigação que possibilitou evidenciar memórias de “sendas das trajetórias sociais”.

Coerente com sua proposta, parece-me que o protagonismo dos sujeitos com quem buscou dialogar ganhou mais visibilidade do que em muitas das explicações estruturalistas que Laverdi buscou distanciar-se. Contudo, apesar do interesse pela problematização de noções que se tornaram “fatos dados” na compreensão das experiências em discussão – apesar de sua condição analítica – permaneceram, para além de suas intenções, marcos explicativos que desafiam a uma reavaliação da questão. Desconfio que a inquietação com “o invólucro protetor e generalizador da perspectiva do fluxo migratório” é uma dessas noções acadêmicas e políticas que merecem ser revistas.

Apesar da conduta metodológica de Laverdi, a qual se colocou na crítica da explicação do “fluxo migratório” e suas definições homogeneizadoras, a noção de “migração” aparece em seu trabalho como uma categoria de análise que, por seu emprego tranquilo, motiva minhas desconfianças com o recorte desse olhar para a dinâmica das relações sociais mantidas pelos trabalhadores. Uma dinâmica que passa a ser percebida a partir da referência estreita do “grupo migrante”, da constituição de um “ser migrante”, passando a enfrentar, portanto, os desdobramentos vividos na constituição identitária de um “outro”, o qual chega e é percebido na “região Oeste do Paraná”, conforme definições e delimitação do próprio autor.

A tipificação da compreensão sobre a movimentação dos trabalhadores em suas buscas por uma vida melhor, ficam claras quando o autor declara o interesse em tratar “do horizonte do sujeito coletivo, o objetivo primeiro da pesquisa, que se destaca na associação aos estudos de grupos migrantes” (LAVERDI, 2005, p.72).

As trajetórias individuais dos migrantes investigados na pesquisa, assim como seus trabalhos da memória, serão analisados, por sua vez e sobre tudo, como relações

sociais e fazeres tecidos na classe, mediados especialmente por experiências migratórias e bagagens culturais plurais (LAVERDI, 2005, p.76).

O apelo à investigação do “sujeito coletivo”, tendo como referência a justificativa pela busca das “trajetórias individuais dos migrantes”, fez com que Laverdi localizasse sua questão na “associação aos estudos de grupos migrantes”. Uma organização que lhe permitiu a visualização de “experiências migratórias”, mas que ao mesmo tempo restringiu a ação dos trabalhadores que encontrou na cidade de Marechal Cândido Rondon a esse marco, o marco do “deslocamento”, da “itinerância” e dos “itinerários”, enfim, das trajetórias dos “itinerantes”.

Desse modo, parece-me que a definição da movimentação desses trabalhadores é feita, em grande medida, pela escolha analítica operada pelo autor. Uma escolha que fez de seu trabalho uma rica apresentação de memórias das experiências de “trabalhadores migrantes”, um recurso que buscou para enfrentar a memória de uma “cidade germânica”, esta atribuída hegemonicamente à Marechal Cândido Rondon. Mas uma referência que entendo bastante reduzida ao se buscar compreender os horizontes das possibilidades históricas buscadas e tratadas por esses mesmos trabalhadores. Horizontes que me parecem projetados em um repertório de atuações/avaliações que extrapola a noção emoldurada de “trabalhadores migrantes”.

O autor apresenta ainda a compreensão de que ao pensar as “trajetórias individuais dos migrantes” estas seriam analisadas “como relações sociais e fazeres tecidos na classe”, essa proposição pode ficar mais clara quando o autor aponta que, “independentemente de cor ou origem, dois fortes fatores identitários, a questão da classe é que as afasta da memória oficial” (LAVERDI, 2005, p.23). Sobre essa compreensão da noção de classe, diante as intenções desta pesquisa, há uma desconfiança que me afasta do trabalho realizado por Laverdi ao pensar a movimentação dos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon.

Ao sugerir que “a questão de classe” se constitui enquanto um tipo identitário distinto dos tipos de “cor” e “origem”, aponta para a noção de classe como uma das muitas identidades vividas pelos trabalhadores. Essa condição, vivida na contemporaneidade, caracterizar-se-ia pelo jogo complexo de composição dessas muitas e variáveis identidades, uma espécie de mosaico identitário.² Nesse sentido, a “identidade de classe” se apresentaria como central porque, supostamente, se afastaria da “memória oficial” apresentada como “a história da cidade”.

² Ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Essa perspectiva teórica e política aponta a noção de classe como um tipo de identidade, onde se registra a preocupação de que se trataria de um termo “aberto”, que não fosse estático. No entanto, apesar do peso central dessa noção em minha pesquisa, ela está incorporada a partir do olhar político que reconhece em nossas relações uma sociedade de classes, assim como visualizada em um procedimento teórico e metodológico de reconhecimento de um campo de relações comuns, constituído na dinâmica de desigualdades dos modos de viver. Por esse entendimento, a dinâmica das relações classistas, expressas na movimentação dos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon, nessas últimas cinco décadas, compõe, toda ela, a trama das lutas de classes.³

Nesse sentido, considerar a saída de um lugar e avaliar a mudança para um outro, pode dizer da compreensão do que se tem e se espera da moradia, da criação dos filhos, das possibilidades de alimentação e vestimenta, das atividades e relações de trabalho, das horas e situações de lazer, das relações preservadas ou intencionalmente interrompidas; enfim, das relações de poder presentes nas alternativas encaminhadas a partir da condição de classe desses trabalhadores.

A perspectiva da combinação das tipologias identitárias, pensadas na compreensão dos modos de vida dos trabalhadores presentes em Marechal Cândido Rondon, pode ser percebida na dissertação coerentemente fundamentada de Raphael Pagliarini (PAGLIARINI, 2009). Com farta pesquisa, o autor buscou problematizar o processo de urbanização do município “através do diálogo com as memórias e viveres de ex-trabalhadores rurais”. Pagliarini, buscando a compreensão do processo de “deslocamento” desses trabalhadores, apontou que:

A cidade se abre às expectativas de reinserção para muitos trabalhadores, a vida urbana se produz numa esteira de tensões, carências e reivindicações. A cidade é percebida, assim, como espaço e objeto de disputa, em relações que se estabelecem

³ Thompson, chamando a atenção para a historicidade da noção de “classe”, foi muito importante para a elaboração das questões que formulo neste projeto. O autor, no conjunto de sua produção historiográfica, colocou-se em uma discussão no interior da tradição marxista, onde construiu enfrentamentos com uma determinada compreensão estruturante e teoricista dessa noção. Chamou a atenção de que não há “classe” fora da formulação histórica das lutas de classes e das relações classistas. Sobre essa discussão ver, em especial:

- THOMPSON, E.P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.

- THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase** – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editora Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1979, p. 13-61.

- THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**, V.I. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987, p. 9-14.

- THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.

- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

entre os mais diversos âmbitos: na classe, entre gêneros, etnias, e também das identidades camponesas em contraponto ao mundo urbano (PAGLIARINI, 2009, p.7).

O autor, mesmo supondo a cidade como esse campo de tensão, como a expressão da presença desses trabalhadores na constituição das relações de classes, firma, ao mesmo tempo, o paralelismo identitário das noções de gênero e etnia, não esquecendo das “identidades camponesas”. Mas, ao formular uma das questões prementes para a sua discussão, Pagliarini deixa claro o reconhecimento da falta de aderência dessas identidades quando confrontadas às experiências dos trabalhadores com quem buscou dialogar, atribuindo à sua insistência conceitual a prerrogativa da valorização da historicidade do “objeto de pesquisa”.

Apesar de se propor o estudo das memórias dos trabalhadores que viveram a situação de ex-trabalhadores rurais, sabe-se que as trajetórias e experiências dos entrevistados extrapolam tais hierarquias e/ou categorias. As suas experiências históricas se relacionam com uma gama variada de outras identidades em processo permanente de constituição. Categorias como etnia ou gênero, por exemplo, são sobrevalorizadas pelos entrevistados em determinados momentos de suas narrativas. Constroem-se, assim, apelos a identidades que se modificam durante a fala, quebrando desta forma com uma idéia de uma identidade única, uma questão que entendo como fundamental para pensar historicamente este objeto (PAGLIARINI, 2009, p.22).

Quando vejo esforços como esses, os quais parecem querer classificar as práticas dos trabalhadores em um grande arquivo de ações e avaliações identitárias e tipológicas, não deixo de me incomodar com a mutilação da experiência social. Nessa classificação, a condição de classe parece não atingir as mulheres, precisando de uma rubrica em separado para “elas”, a “identidade de gênero”. No enfrentamento da “idéia de uma identidade única” surge várias identidades analiticamente combinadas pelo pesquisador, tudo isso travestido com um ar de sofisticação teórica.

Pagliarini, parece levar ao extremo o “jogo das identidades” quando propõe o seguinte desafio:

Perceber até que ponto os entrevistados assumem novas e diferentes identidades é um dos desafios deste trabalho. Ao serem discutidos enquanto trabalhadores, espera-se que tal postura não homogeneíze a multiplicidade de trajetórias constituídas nas experiências de classe vividas. Mas, que as possíveis identidades

constitutivas e constituintes das memórias sejam também problematizadas na produção do conhecimento histórico (PAGLIARINI, 2009, p.22).

Entendo e compartilho a preocupação do autor em relação ao desafio de não se homogeneizar os sentidos das trajetórias constituídas nas experiências de classe dos trabalhadores. Reconheço as diferentes avaliações e condutas desses sujeitos ao lidarem com um campo comum de pressões. Mas não me parece que a questão seja a de promover novos tipos de identidades. Pelo contrário, entendo que a questão fundamental seja recolher, no conjunto das práticas dos trabalhadores que buscaram Marechal Cândido Rondon, os sentidos e as condições de suas movimentações. Daí, talvez, possa fazer emergir a agenda de expectativas e valores desses sujeitos na dinâmica de suas experiências, evidenciando relações de identificações e dissidências estabelecidas em suas condutas.

Com essa perspectiva, conversei com o Sr. Nelson, um homem de 48 anos, dos quais trabalha a 20 como cabeleireiro. Seu Nelson mora em Marechal Cândido Rondon desde 1966, quando, acompanhando o pai, a mãe e mais dois irmãos, vieram de Santa Rosa/RS para se colocarem na condição de agregados de um dos seus tios, que acabara de adquirir 32 hectares de terras na área rural do município. Enquanto filho mais velho, Nelson conheceu bem a lida com os serviços da roça: o apartamento dos bezerros, o trato dos porcos, o trilhar com as marmitas, a capina do quintal.

Quando vocês vieram pra cá, o Senhor já ajudava seu pai?

Quando viemos eu já trabalhava, mas vamos dizer assim, proporcional né? Proporcional! A gente é ... Você sabe que o meu pai pra mim até hoje é um herói, né? Então, tudo que o pai faz o filho quer fazer né? O meu pai ia pra roça eu ia com ele, se o pai derrubava o mato com o machado, eu tinha um facão três listas, eu ia lá e cortava umas raminha fina, né? (NELSON, Marechal Cândido Rondon, 10/08/2010).

A advertência sobre a proporcionalidade de suas atividades, quando questionado sobre o trabalho na roça, é um modo de dizer ao pesquisador da humanidade das relações, as quais não apontam para vida dos trabalhadores enquanto uma lista de atividades prestadas ao patrão. O acompanhar o pai no serviço é o reconhecimento da necessidade em ajudá-lo, haja vista a compreensão da rotina dura que tinha de cumprir, mas também a percepção do carinho e da admiração do homem que enfrentava essa condição com a perspectiva do sustento da família.

Perguntado sobre o modo como se tornou cabeleireiro, Nelson apontou para o imprevisível ao se lidar com as possibilidades vislumbradas a partir de sua condição de classe, assim como indicou seus valores no planejamento de sua vida.

Um dia, acho que era 87/88, eu estava ouvindo a rádio e anunciaram que seria oferecido um curso de cabeleireiro na cidade. Então deu aquele estalo, achei que era uma boa oportunidade. Fui na rádio e peguei o endereço certinho e me matriculei no curso. Naquele tempo eu tinha uma moto CB ... era a única coisa de valor que tinha. Eu estava com uns 15 dias de curso e eu vi que um cara estava vendendo um salão aqui nessa mesma rua, bem aqui de frente. Eu ofereci a moto pelo ponto completo, quer dizer, a mobília e os instrumentos, e ainda que ele ficasse comigo uns seis meses para apresentar os clientes e me ajudar a aprender. Assim eu fiz, ia no curso a noite e trabalhava de dia, sendo que ia aproveitando ele para me ensinar, e também usava os cobaias do curso, os que cortavam de graça, para poder acabar de aprender. A mão-de-obra de trabalhadores especializados no Brasil, de modo geral, nunca foi muito valorizada, mas naquele tempo era melhor, eu cheguei a ganhar um salário mínimo por dia cortando cabelo. Certa vez recusei ir trabalhar numa fazenda no Piauí, me ofereceram 20 salários mínimos. Mas a minha vida já estava por aqui. Me casei, e hoje, com mais de 20 anos como cabeleireiro, consegui comprar minha casa, pago escola particular para as minhas duas filhas e não me falta o mate do chimarrão (risos) (NELSON, 10/08/2010).

A escuta do rádio apontou a cidade como possibilidade, uma possibilidade alicerçada na atividade de cabeleireiro. O “estalo” que teve ganhou efetividade com a oportunidade da compra do ponto de um salão, uma aposta que lhe custaria o único bem de valor que havia conquistado até aquele momento. O trabalhador que se desfazia do salão encontrava com Nelson, que buscava naquela atividade a chance de construir a sua vida na cidade. Esses dois, por sua vez, encontravam muitos outros trabalhadores ao realizarem o serviço comum, inclusive os que iam buscar no aprendiz o corte gratuito, uma provável economia para muitos que não contavam com rendimentos que custeassem suas vidas naquele lugar.

Encontros de salão que, narrados pelo Sr. Nelson, indicam a diversidade de condições vividas pelos trabalhadores, assim como a diversidade de avaliações expressas nas trajetórias de suas vidas. Ao associar sua atividade de trabalho a de trabalhadores especializados, aponta a percepção da permanência da desvalorização desses trabalhadores no conjunto das relações sociais, mas indica que naquele momento havia um reconhecimento maior de sua condição, o que se expressava em uma respeitabilidade e rentabilidade mais satisfatória.

No final de sua fala, recompondo a experiência de trabalhador, avalia sua vida dizendo que não colocou para si a perseguição de trajetórias ocupacionais que lhe desse maior rendimento econômico. Ao recusar o trabalho no Piauí, apesar do rendimento considerável, tendo em vista suas possibilidades na cidade, argumenta que havia custos a serem amortizados nesse cálculo, afinal havia casado, tinha possibilidades em garantir a moradia, a escolarização das filhas nas condições que entendia adequadas, e, ainda, podia satisfazer o que considerava mais necessário na rotina de sua vida: a presença da família e a erva do chimarrão.

Observando a narrativa do Sr. Nelson, não vejo nenhuma necessidade de alocá-lo na categoria de “trabalhador migrante” para reconhecer e apontar que muitos outros trabalhadores chegaram e partiram de Marechal Cândido Rondon desde o momento de sua emancipação. Reconhecer que sua trajetória pode ser representativa de um processo de movimentação vivido por muitos outros trabalhadores, não me impele a fazer a história das itinerâncias e dos itinerários na explicação pela ocupação e exploração do Oeste do Paraná, ou da fronteira brasileira.

O que se coloca enquanto objetivo para esta pesquisa é buscar compreender o que a movimentação desses sujeitos pode evidenciar sobre a sociedade capitalista que vivemos. O que se coloca como questão é perceber e discutir o que suas práticas apontam sobre as relações classistas que são mantidas, tendo em vista o que suas trajetórias recusam, mas também o que visualizam como alternativas aos modos como vivem.

Nesse caminho, também não percebo a necessidade de fazer da trajetória narrada pelo Sr. Nelson um exercício de definição e classificação identitária. Não sinto nenhum apelo em dizer que tinha uma “identidade camponesa”, assim como não me interessa por apontar a suposta crise dessa identidade a partir do momento em que foi buscar a cidade como uma expectativa para sua vida. O jogo de combinações dessa suposta tradição identitária com o que seria as mais novas afirmações e recusas de identidades do mundo urbano não me motiva a pesquisa alguma. Não parto dessas questões e não incorporo esses supostos em meus procedimentos.

Ainda tenho a esclarecer que não vejo nas atividades ou nos empregos exercidos pelos trabalhadores que buscaram Marechal Cândido Rondon um olhar unilateral do que é ser trabalhador. Não é o trabalho de cabeleireiro que define a experiência do Sr. Nelson, essa atividade compõe sua condição de classe, tanto quanto os trabalhos de bóia-fria nas fazendas vizinhas à da família, em seus tempos de “piá”, assim como a revenda de pneus e o emprego de auxiliar e de vendedor na distribuidora de bebidas no início da década de 1980, momento em que tentou, pela primeira vez, se fixar na cidade. Uma tentativa que, quatro anos antes do

“estalo” provocado pelo anúncio do curso de cabeleireiro, acabou com o retorno para as terras do pai e as atividades de bóia-fria nas lavouras de soja.

Esse ir e vir, tanto quanto as diferentes atividades que realizou, compôs sua condição a partir da necessidade de trabalhar, assim como expressou as alternativas que vislumbrou para si na dinâmica de suas relações de classe. O marco instituidor de suas ações não foi o trabalho em si, as rotinas da realização do emprego ou de sua atividade de trabalho, mas o espaço ampliado do modo como vivia e esperava viver. Esse campo de ação, limitado na condição de classe, é o que estou chamando de movimentação social dos trabalhadores que buscaram Marechal Cândido Rondon. É esta movimentação de trabalhadores que estou propondo como discussão em minha pesquisa de doutorado.

Ao pensar sobre a questão da constituição dessa movimentação social, tomo como instigante as problemáticas apontadas pelo professor Paulo Roberto de Almeida, que, ao discutir uma ocupação de terras no Triângulo Mineiro, propõe o debate sobre como,

no interior de um mesmo movimento, os sujeitos interagem a partir de suas diversas visões de mundo, por vezes com perspectivas diferentes. Parece evidente que o movimento é muito mais que a simples somatória de experiências individuais, mas há que se reconhecer o quanto estas influenciam na sua dinâmica de organização (ALMEIDA, 2006, p.44-45).

O autor, ao se propor essa pesquisa, argumentou que não tinha como referência a direção da ocupação, “aparentemente promovida pelo MLST”. Com esse encaminhamento, Almeida parece indicar a necessidade em se reconsiderar uma certa noção de movimento, a qual supõe a equivalência desse termo à da proposta de organização institucionalizada. Parece apontar, em outro sentido, para a movimentação de trabalhadores que, na luta pela terra, inserem-se com expectativas diferentes em um mesmo processo histórico. A discussão desse processo, portanto, passa a contar com protagonistas antes relegados à condição de coadjuvantes, agora centrais na produção do conhecimento histórico.

Sair do marco emoldurado em que foi colocada a noção de “movimento social” para a dinâmica da “movimentação social” dos trabalhadores, constitui-se enquanto um procedimento metodológico ambicionado por esta pesquisa. Uma ambição que percebe na conduta dos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon a trama de práticas empreendidas no enredo das relações classistas. Um enredo marcado pela desigualdade da condição de classe, assim como pela diversidade de visões sobre a vida melhor.

Carlo Ginzburg, tratando do desafio em evidenciar a experiência social de sujeitos muitas vezes relegados pela historiografia, inicia seu “Prefácio à edição italiana” da obra “O Queijo e os Vermes” com uma intrigante referência aos procedimentos da produção do conhecimento histórico:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso (GINZBURG, 1987, p.15).

O autor, ao apresentar as questões de sua pesquisa sobre o campo das relações vividas no cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição, na Europa do século XVI, provoca à construção de caminhos metodológicos que visualizem a presença de sujeitos “ocultados, deixados de lado ou simplesmente ignorados” ao viverem seu tempo histórico. Nesse sentido, as evidências da movimentação dos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon, expressas nas atuações de sua experiência social, constituem-se, portanto, em uma atenção metodológica de fundamental importância para as intenções desta proposta de pesquisa.

Visualizar as ações dos trabalhadores que proponho discutir, repercutindo o conjunto de suas avaliações marcadas no terreno comum da condição de classe, exige um olhar atento para uma diversidade de materiais a serem pensados enquanto fontes para a produção do conhecimento histórico. A professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, ao falar dos desafios do trabalho com as fontes orais, tendo como referência os caminhos da história social, localizou essa possibilidade em um campo mais amplo de reflexão, apontando que, para além das especificidades, há um procedimento comum no trato com os documentos a serem evidenciados.

Quando trabalhamos com os acontecimentos, buscando interpretá-los, nos deparamos com visões diferenciadas, algumas predominantes, outras esquecidas. São memórias registradas em jornais, processos-crime, depoimentos, crônicas e outros, que se transformam em objeto de nossa investigação, possibilitando-nos compreender os sentidos do que foi vivido à luz das preocupações do tempo presente (CARDOSO, 2010, p.43).

As evidências de um processo histórico marcado na movimentação dos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon, tendo como referência a temporalidade estabelecida nessas últimas cinco décadas, permite observar a presença desses sujeitos nas páginas de jornais como “O Presente” (01/1994 – até os dias atuais), “O Jornal” (04/1997 – até os dias atuais), “Rondon Comunicação” (03/1974-03/1977), “Rondon Hoje” (01/1978-07/1981), “O Alento” (08/1979-07/1982), “A Semana” (07/1982-12/1985) e “A Tribuna” (02/1986-07/1987).⁴

Esses periódicos, com frequências variadas, alguns mensais, outros de circulação diária ou semanal, constituem-se em territórios estabelecidos no campo das relações sociais. Um lugar de apresentação e confrontação de projetos de classe. Enquanto um espaço marcado pela definição de interesses sustentados em seus editoriais, esses jornais trazem em suas linhas as marcas das possibilidades desiguais ao se permitir certas visões, ao mesmo tempo em que silencia ou se alimenta de outras.

Assim, “O Jornal”, ao se apresentar aos “leitores”, “anunciantes” e “colaboradores”, trouxe, em seu editorial inaugural, a definição do que seria sua “missão”:

*Cabe, a quem trilha os caminhos da imprensa, o dever da busca da verdade e o firme propósito de informar. Estes ditames nortearão a linha editorial deste novo órgão de comunicação. (...) Colocamos à disposição de todos quantos queiram valer-se de **O Jornal** para prosperar, para crescer e, acima de tudo, para divulgar os feitos dos nossos dias. (...) Não nos furtaremos, contudo, de abrir espaços para eventuais críticas se as julgarmos válidas e necessárias. De outro modo, porém, também não nos omitiremos quando for preciso louvar a iniciativa, de quem quer que seja, que vise ao bem da comunidade (MISSÃO: informar. **O Jornal**. Marechal Cândido Rondon, 10 abr. 1997, p.2.).*

O jornal, de circulação semanal, apresenta-se como acima da tensão social. Supondo sua atuação a partir do que aponta como a “busca da verdade”, sugere suas reportagens como o resultado do “firme propósito de informar”, o que seria seu dever como “novo órgão de comunicação”. Essa postura supostamente despolitizada, afirmada no que seria uma mera divulgação dos “feitos dos nossos dias”, busca recobrir uma atuação que promove a definição do que é “prosperar” e “crescer”, evidenciando, a partir desse marco, a presença de “todos

⁴ Todos esses periódicos encontram-se arquivados e disponibilizados para a pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa da América Latina (CEPEDAL), órgão vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon.

quantos queiram valer se de O Jornal”. Esse projeto de identificação com seus interlocutores procura se justificar na prospecção do “bem da comunidade”.⁵

Ao atribuir a si a autoridade de vigília da “prosperidade” comum, alerta que, se “julgarmos válidas e necessárias”, haverá espaços para críticas; assim como avisa que, também, “não nos omitiremos *quando for preciso* louvar a iniciativa, de quem quer que seja”. O modo como as questões pautadas nas páginas dessa imprensa ganham o status de “acontecimento” e “notícias” está marcado pelo olhar de classe de seus empreendedores. A seletividade e o enquadramento das reportagens e notícias projetam a naturalização das divisões de classes, assim como o consenso das relações sociais.

Território semelhante, guardadas suas especificidades, parece se constituir a imprensa radiofônica, vislumbrada para esta pesquisa a partir dos programas “Frente Ampla de Notícias” (01/1967-12/2009) e “Panorama” (09/1985-12/2009), ambos exibidos pela Rádio Difusora, situada em Marechal Cândido Rondon. A apresentação de seus noticiários, haja vista o caráter jornalístico promovido em suas realizações, estão transcritas e arquivadas em acervos disponibilizados para a consulta, no próprio prédio da emissora.

Buscando atribuir sentidos a um certo projeto social, o Programa Frente Ampla de Notícias, exibido em 8 de março de 1967, com a apresentação dos locutores Ilário Kehl e Dirceu Viana, indicou, no quadro “Ocorrências Policiais”, o seguinte “acontecimento”:

*Na madrugada de hoje, por volta das 3,30 horas, a polícia de nossa cidade, juntamente com elementos da guarda urbana, deram uma batida na zona de meretrício local. Foram encontrados três cidadãos, pensando que o local seria um hotel e no final das coisas dormiram no xilindró. Foram eles, o cidadão Lino Valle e Samuel Fenicks. Ambos não portavam documentos. Foi detido também o cidadão Osvino Vricários Vrízius, mas este portava documentos. A polícia lembra que irá realizar batidas durante a semana, para impedir que o pessoal troque de hotel. Durante a semana se trabalha, e as noites são para descansar (OCORRÊNCIAS POLICIAIS. **Frente Ampla de Notícias**. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 08 de março de 1967).*

A ronda policial noturna nos meretrícios, parece-me ganhar visibilidade no programa a partir da reapreensão da presença dos trabalhadores em espaços de lazer durante a madrugada. Ao

⁵ Ao refletir sobre a atuação da imprensa jornalística, destaco a relevância das discussões de Sheille Soares de Freitas ao tratar da conduta do Jornal Correio, que presente em Uberlândia lhe permitiu pensar a cidade e a disputa pela memória na dinâmica de tensão das relações sociais. Ver: FREITAS, Sheille Soares de. Em pauta as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Orgs). **Escritas da história**: política, identidades e imaginários. Goiânia: E. UCG, 2009, p.209-227.

destacar que “foram encontrados três cidadãos, pensando que o local seria um hotel e no final das coisas dormiram no xilindró”, naturaliza a criminalização, indicando o valor de que “durante a semana se trabalha, e as noites são para descansar”.

O noticiário termina, ainda, com o lembrete de que a polícia “irá realizar batidas durante a semana, para impedir que o pessoal troque de hotel”. Junto a isso, parece ficar em suspenso o aviso de que no dia seguinte tem mais notícias sobre as “Ocorrências policiais”, e que, portanto, aqueles que forem pegos realizando esse “delito” podem acabar tendo seus nomes divulgados na rádio. Na composição de interesses, para muitos trabalhadores que frequentavam esses espaços essa possibilidade talvez fosse tão temida quanto a própria prisão. Ainda sobre a dinâmica da vida dos trabalhadores em Marechal Cândido Rondon e a postura dessa imprensa na relação com estes sujeitos, o Programa Panorama, exibido nos dias 15 e 17 de janeiro de 1986, ao tratar do relatório das supostas ações da Administração Municipal, indicou as dificuldades por que passavam os homens e mulheres que não estavam encontrando emprego nas lavouras. A situação foi apresentada da seguinte maneira:

*Na noite de ontem, tendo por local as dependências da Escola Érico Veríssimo, o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito em companhia dos secretários Eloi Lohman e Victor Hugo Borgmann estiveram ouvindo os moradores das ruas Salvador, Vitória, Curitiba, José Bonifácio e Dom João VI visando ouvi-los em relação à execução do projeto de calçamento com pedras irregulares e aproveitamento da verba para auxílio aos bóias-frias desempregados. Mais de cem moradores compareceram e chegaram a um consenso numa reunião que não ultrapassou a uma hora de debate (NOTICIÁRIO. **Panorama**. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 15 de janeiro de 1986.).*

*Ontem a tarde na casa do gato – “empreiteiro de mão-de-obra”, Zé do Cepo, foi realizada reunião com a presença de bóias-frias desempregados em nossa cidade. Mais de uma centena compareceram. Homens, mulheres e até mesmo crianças falavam da necessidade de emprego o quanto antes. Na manhã de hoje Zé do Cepo irá até o Paço Municipal dialogar com o Ilmar Priesnitz, que pretende iniciar uma frente de trabalho em regime de urgência para aproveitamento de verba recebida do Governo Federal para atender essa classe de desempregados tendo em vista a prolongada estiagem no município. Havia vários bóias-frias, gente com idade entre 12,17, 25, 39, 62 anos de idade. A Selma que também esteve na reunião, como outras dezenas de senhoras e moças, desempenha seu trabalho na lavoura, e falou sobre a crise e porque não está trabalhando como doméstica (NOTICIÁRIO. **Panorama**. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 17 de janeiro de 1986.).*

O noticiário é marcado pelo protagonismo do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos secretários municipais e do agenciador de trabalhadores para os serviços nas lavouras. Mas, ao apresentar as realizações e os empenhos supostamente promovidos por esses sujeitos, deixa transparecer indícios do modo como estavam vivendo mais de uma centena de trabalhadores desempregados. O desemprego nas lavouras é acompanhado, no caso de Dona Selma e “outras dezenas de moças e senhoras”, da dificuldade em conseguir serviço como doméstica, e, ao mesmo tempo, das ruas sem asfalto no lugar onde moravam, tendo de lidar com a poeira e/ou com a lama na rotina de suas vidas.

O desinteresse do programa pelo modo como esses sujeitos estavam vivendo, não deixa perceber, para além da definição de bóias-frias desempregados, a condição que enfrentavam. A ausência das avaliações desses trabalhadores na produção do “noticiário” expressa o olhar e o comprometimento de classe de seus realizadores. No entanto, fica evidente a presença de homens, mulheres, jovens e crianças que lidam com a possibilidade de encontrarem emprego na cidade, seja nas frentes de trabalho promovidas pelo Poder Público, seja como domésticas; assim como na área rural, tendo em vista os serviços sazonais nas lavouras.

Esse modo de tocar a vida, de lidar com questões que pressionam o cotidiano dos trabalhadores, fazendo com que visualizem possibilidades a partir de sua condição de classe, apresenta um repertório de ações e práticas que fazem de suas condutas o próprio enredo das relações classistas. Um enredo marcado em trajetórias que em algum momento considerou a vinda para Marechal Cândido Rondon como uma alternativa ao que viviam, mas que também pode indicar a partida para um outro lugar.

Curioso é que apesar da dinâmica de permanência da tensão social, expressa na própria recorrência do noticiário, o programa não deixa de indicar que os envolvidos “chegaram a um consenso numa reunião que não ultrapassou a uma hora de debate”. A memória do consenso, promovida nessa atuação, silencia grande parte da experiência desses trabalhadores, uma parte que diz da totalidade do modo como vivem.

Entendo, no entanto, que o trabalho de produção e discussão das fontes orais podem se constituir em um procedimento bastante significativo na busca pelo enfrentamento dessas memórias. Pensando sobre a entrevista que realizei com o Sr. Nelson, quando perguntei a ele como era a vida no momento em que morava na pequena chácara da família, ainda na adolescência, o entrevistado disse que:

O pai, pra não deixá a gente sem nenhum dinheiro, porque a gente, como a terra era pequena, a parte da lavoura não era grande, então ele sempre deixava a gente

trabalhar de bóia-fria uns dois dias da semana, que era pra gente ter o nosso dinheiro. Serviço pesado, puxado, mas era a chance de ganhar um dinheirinho. Então, como precisava de gente para desmatar, capinar, plantar soja, que tudo era manual, né? Porque mesmo quando era um desses fulanão que tinha mais posse, que era fazendeiro, mesmo assim precisava de muita mão-de-obra, precisava de muitos que nem nós pra fazer serviço de bóia-fria. Pra gente era a chance de ganhar dinheiro, porque tudo que precisava de dinheiro era muito complicado. A gente andava era descalço, porque o calçado tinha que comprar, daí não era fácil, calçado era raro, difícil de ter. A roupa, comprava um fardo de pano de algodão, aí a mãe ia tentar costurar aqueles panos, tudo branco, mas nós tentava ferver eles numa coisa que fosse uma tinta, tinha uma que era azul, tudo pra você diminuir a vergonha de andar com aquele pano branco. Você andava na cidade o pessoal sabia que era tudo da mesma família, tudo com o mesmo pano. Mesma coisa com os sacos de açúcar, a mãe pegava aqueles sacos e tentava aproveitar aquele material, aquele pano, para fazer umas roupa, mas depois tinha que tentar tingir aquele trem, pra tentar diminuir a vergonha. Era assim que a gente fazia, comprava mais era sal, açúcar, quando a gente não fazia o açúcar mascavo. (...)

A gente tinha que ajudar em casa, mas a gente queria ter também um relógio, uma bicicleta. Eu lembro que quando as coisas melhoraram um pouquinho, teve um ano que o pai disse que duas fileiras do que a gente tinha plantado de soja, quando fosse colher e vender seria dividida pra mim e pro meu irmão. Foi uma alegria, meu irmão comprou uma bicicleta e eu comprei um relógio, daí eu só andava com o braço esticado, né? (NELSON, Marechal Cândido Rondon, 10/08/2010).

A condição de pequeno proprietário rural não evitou o trabalho nas lavouras dos “fulanão”, dos “fazendeiros”, dos que “precisava de muitos que nem nós pra fazer serviço de bóia-fria”. Para o Sr. Nelson, o trabalho de “bóia-fria” se constituía na oportunidade em se conseguir dinheiro, algo ocasional na produção agrícola familiar que realizavam. Nesse sentido, via no “serviço pesado, puxado” a oportunidade de ter acesso a roupas, calçados e outros produtos de mercado. Além do mais, a atividade era aprovada pelo pai, uma concessão feita “pra não deixá a gente sem nenhum dinheiro”.

O andar descalço, as roupas distintivas da condição que viviam, era acompanhado pelo reconhecimento das relações que compunham, pois “você andava na cidade o pessoal sabia que era tudo da mesma família, tudo com o mesmo pano”. A percepção dessa condição como vergonhosa, como limitadora de possibilidades sugeridas como comuns a todos, instigou a mudança do Sr. Nelson para a cidade, uma mudança que não fez sozinho, mas que foi acompanhada por muitos outros trabalhadores, talvez alguns dos que foram noticiados no Programa Panorama como bóias-frias desempregados, ou no Programa Frente Ampla de

Notícias, por estarem presentes nos meretrícios durante a madrugada, estes provavelmente vindos de tantos outros destinos.

É nesse campo de relações, pressionado e limitado pela condição de classe, que faz sentido “só andar com o braço esticado” depois de ter conseguido comprar um relógio. É nesse enredo de tensão que condições são rejeitadas, que alternativas são tentadas e que as lutas por uma vida melhor são empreendidas. Essa dinâmica me parece constituir a movimentação social de trabalhadores na sociedade capitalista, uma movimentação que é feita nas avaliações e nas condições formuladas na atuação enquanto sujeitos históricos que são. É a discussão dessa movimentação que proponho enquanto trabalho de pesquisa.

Quando penso no trabalho com as fontes orais enquanto uma possibilidade metodológica, tenho em mente a questão provocadora formulada pela Professora Heloisa, a qual faz a seguinte indagação: “Os nossos investimentos nas fontes orais têm nos propiciado ultrapassar fronteiras marcadas pela teoria, lidando com memórias e experiências nas suas contradições e tensões, valorizando as diversas trajetórias no papel que exercem no social?” (CARDOSO, 2010, p.38).

Entendo que esse desafio traz consigo o comprometimento de fugir das definições analíticas propostas pela noção de migração e pelas tipologias identitárias. Nesse caminho, penso, também, ser fundamental o enfrentamento de memórias que são promovidas no interesse do aplainamento das fissuras de classes, do empreendimento pela construção do consenso de classe.

Por fim, gostaria de recolher as questões apresentadas para discussão deste caminho de pesquisa ao suposto que as orienta. Um ponto de partida que percebe nas considerações de Thompson, ao tratar da “lógica histórica”, um indicativo do que pode significar a produção do conhecimento histórico enquanto produção acadêmica e política. O autor apontou que:

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” para o passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. (...) O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. (...) No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente (THOMPSON, 1981, p.52-53).

Olhar para o passado e focar a visão na movimentação de trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon/PR, a partir da emancipação do município em 1960, é ter, na preocupação com o tempo presente, os sentidos da realização de uma Tese de Doutorado. Sentidos que percebem na permanência da dominação de classes um processo constante de confrontações de valores e interesses na dinâmica vivida pelos desiguais e diversos sujeitos históricos. Uma dinâmica de lutas que percebo a partir de minha identificação com os trabalhadores, reconhecendo suas conquistas, suas derrotas e contradições.

Afirmar e renovar as movimentações dos trabalhadores por uma vida melhor é reconhecer a possibilidade de um futuro melhor para os trabalhadores. É reconhecer a constituição de um processo histórico que continua aberto a mudanças, apesar da correlação de forças extremamente desigual. É rejeitar sentidos históricos que apontam para a naturalização da sociedade capitalista.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: **Outras histórias: memórias e linguagens** Org. Laura Antunes Maciel et al. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p.44-60.

éa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 94-115.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 42, p. 31-47, jan./jun., 2010.

DUARTE, Renato Santos; FUSCO, Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 337-347, Maio/Ago. 2008.

FREITAS, Sheille S. de. Em pauta as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Orgs). In: **Escritas da história: política, identidades e imaginários**. Goiânia: E. UCG, 2009, p.209-227.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: **O Queijo e os Vermes** – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.15-31.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. In: **Projeto História**. São Paulo. n. 22, p. 79-104, Julho/2001.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade**: memórias e viveres ruralurbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ASSENTAMENTO SANTA ROSA DE MATRINCHÃ: MEMÓRIA COLETIVA E LUTAS PELA POSSE DA TERRA

Derotina Helecir de Brito ALVARENGA¹

derotinabrito@hotmail.com

RESUMO

A luta pela posse da terra, embora constitua um direito historicamente conquistado, não garante igualdade a todos no seu “pedaço de chão”. Daí a importância de movimentos como o MST (Movimento Sem-Terra) para garantir a justiça social no campo. Em Matrinchã-Go, o Assentamento Santa Rosa é um exemplo de que, sob orientação de sindicatos e instituições como a Igreja e as Dioceses, pode-se conquistar a democracia no setor rural. A mídia, entretanto, patrocinada pelos grandes proprietários, tenta construir uma memória negativa do movimento, distorcendo os fatos. Contudo, essa visão da luta pela terra é combatida pela própria história dos sem-terra.

Palavras-chave: Assentamento Santa Rosa, sem-terra, memória coletiva.

ABSTRACT

The fight for the ownership of the earth, although it constitutes a right historically conquered, it doesn't guarantee equality to all, his ground piece. Then the importance of movements as MST (Move Landless laborer), to guarantee the social justice in the field. In Matrinchã-Go, the Assentamento Santa Rosa is an example that, under orientation of unions and institutions as the Church and the Dioceses, the democracy can be conquered in the rural section. The media, however, sponsored by the great proprietors, it tries to build a negative memory of the movement, distorting the facts. However, that mistaken vision of the fight for the earth is combatted by the landless laborer's own history.

Keywords: Establishment Santa Rosa, slandless laborer, collective memory.

¹ Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás.

O estudo apresentado neste artigo se faz necessário para a compreensão e análise dos movimentos sociais que existem no campo, como o MST (Movimento Sem-Terra), pois é preciso que se faça uma reflexão sobre a história destes movimentos sociais e que se investiguem as suas conquistas. Por isso é importante estudar este movimento que vem ao encontro da história de conquista da terra no município de Matrinchã-Goiás, bem como o surgimento e a ocupação de áreas planejadas e escolhidas sobre a orientação de sindicatos existentes como CPT, Diocese de Goiás e MST, pois os movimentos sociais emergem neste município em meados de 1996, devido a sonhada busca pela terra pelos menos favorecidos.

Este estudo proporá reflexões sobre a importância da luta pela terra, o que por si só já é uma experiência de cooperação. Os sem-terra tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra, daí a necessidade de conhecer, rever, rediscutir e analisar o associativismo em assentamentos.

Martins (1989, p.11-12) critica os pesquisadores que desenham um quadro de derrota dos trabalhadores rurais na questão agrária, falam de uma resistência inútil ao proclamar a miséria da vítima, a impunidade do arbítrio dos que têm dinheiro e poder, a prepotência e a incompetência do Estado. Para o autor, tais relatórios e estudos, aparentemente, confirmam as suposições, também ingênuas, daqueles grupos que, por insuficiência teórica e indignidade política, proclamam a inutilidade da luta dos pobres da terra, inútil resistência ao avanço histórico supostamente representado pela expansão capitalista. Esse autor defende que a resistência camponesa é mais do que uma luta pela terra. Articulados ou não pela Igreja, os sem-terra lutam pela preservação de um modo de vida. O modo como eles têm organizado sua resistência e sua sobrevivência no campo, baseando-se no trabalho coletivo do mutirão, na preservação da agricultura familiar ou no associativismo é a única alternativa real à degradação e à miséria. Neste embate reconhece o papel do intermediário na comercialização do excedente, que lhes expropria o pouco do lucro que teriam, daí a tendência à organização de cooperativas em muitos movimentos sociais no campo.

Analisando os assentamentos, Pessoa (1997, p. 25-37) converge com Martins ao mostrar que, para os trabalhadores rurais do MST, a volta para a terra significa muito mais que o alimento que terão a chance de produzir, ou a roupa nova que poderão comprar. Trata-se do reatamento de uma verdadeira relação amorosa com a terra e todo o conjunto de relações religiosas e culturais que se reconstituem, uma vez que a vida no campo é farta não só na produção de bens materiais, a “fartura”, mas é igualmente copiosa na produção de bens simbólicos. A volta à terra, mostra o autor, não se define apenas pela eliminação de aspectos negativos de sua vida nas periferias das cidades, pois o reatamento com a terra é povoado de

momentos de profundo prazer, de convivialidade plena com as energias vitais da natureza. Mas o autor adverte que é preciso que se tome cuidado com o lirismo, a ingenuidade de achar que se está voltando para o mesmo meio rural que se tinha há décadas, antes de serem vítimas do êxodo rural. Para Pessoa (1997) esta reconciliação entre o homem e a terra precisa ser vista em um novo contexto. Hoje há a necessidade de racionalização da produção e da comercialização. A terra somente produz, de maneira compensatória, com a utilização de técnicas e uso de investimentos. É dentro desta ótica que se percebe a importância do associativismo nos assentamentos, como acontece no assentamento de Matrinchã.

O presente artigo objetiva analisar, portanto, uma abordagem histórica sobre um grupo de pessoas, antes denominados Sem-Terra e hoje miniprodutores rurais. Mostrar o processo de transição de um grupo de pessoas que lutaram pela terra com dificuldades, enfrentamentos, vivendo em condições subumanas, até a fixação no campo, tornando-se miniprodutores rurais.

Antes, porém, apresentaremos a definição de sem-terra; em seguida uma discussão panorâmica da importância da narrativa para a história dos sem-terra; logo depois a apresentação do conceito de memória coletiva; e enfim a utilização da memória coletiva no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.

Os meios de comunicação de massa definem os “Sem-Terra” como arruaceiros, baderneiros, invasores de propriedade alheia, marginais perigosos. São definições negativas a serviço dos grandes proprietários que objetivam denegrir a imagem do movimento e de seu contingente humano. Entretanto, a cartilha do MST, os sem-terra são “pessoas que têm por objetivo lutar pela terra, lutar pela reforma agrária, lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, ou seja, são pessoas comuns desprovidas da própria terra”. Muitas vezes suas histórias são desconhecidas. São histórias de heróis ou dos donos do poder, mas histórias de luta, de líderes de movimentos sociais, de trabalhadores rurais que para muitos não têm valor e estão fora dos registros da historiografia. Mas sabemos que os “sem-terra” são sujeitos capazes de transformar a sociedade em que vivemos.

Ao pesquisarmos a história do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã, no município de Matrinchã-GO, deparamos com a narrativa dos momentos de organização e luta. Segundo Furet (s/d, p. 81) “A história é filha da narrativa. Contar é, na realidade, dizer aquilo que aconteceu: a alguém ou a alguma coisa, a um indivíduo, a um país, a uma instituição, aos homens que viveram antes do instante em que se narra e aos produtos da sua actividade”. Esse autor comunga com a ideia de que a narrativa histórica obedece a um recorte de tempo de que se inscreve no dado bruto da vivência, pixando recordações individuais e coletivas. (Idem, p.81)

Vários autores se debruçam sobre a temática da história narrativa: Montenegro (2003, p.35) nos informa que a história como narrativa opera de forma permanente, com representações. Para esse autor a sociedade é governada pelas representações, em torno de acontecimentos passados e presentes, projetando um campo de ação. F. Dosse (2004) destaca que o retorno à narrativa na História se deve em parte aos trabalhos de Paul Veyne, Michel de Certeau e Lawrence Stone.

Para Furet (2004) geralmente a História narra as aventuras dos considerados grandes homens e dos Estados. Contudo, hoje percebemos uma mudança, pois com a Nova História Cultura e a Nova História, outros sujeitos ganham espaço na História. Já Chartier (2006) mostra que:

o objetivo fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, portanto, tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, do outro, as restrições e as convenções que limitam. (p. 39)

Partindo do viés proposto por Chartier, apresentamos o problema deste artigo, qual seja, procurar ver como os trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã dão sentido às suas práticas no processo de luta pela posse e permanência na terra. E assim constatar o papel da memória coletiva nesse processo.

Por meio da memória podemos reviver o passado que parece tão distante e ao mesmo tempo tão próximo. A memória individual é percebida por um ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do “eu” que não viu atualmente, mas que tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros. Percebemos que as famílias assentadas na região do Rio Ferreira no município de Matrinchã, vivem anteriormente na condição de acampados em barracas de lonas e de folha de bacuri. Apoiando-nos em seus depoimentos, percebe-se uma reconstituição de uma experiência de vida que muitas vezes estava esquecida, mas hoje toma lugar de lembrança dentro das suas histórias. Embora as lembranças sejam de várias pessoas ou de um grupo de pessoas, cada um tem a sua lembrança individual, e ao invocar esse conjunto de circunstância em que cada um expressa aquilo que pensa, as lembranças permanecem coletivas – Halbwachs (1990) afirma que nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estejamos envolvidos, e com objetivo que só nos vemos.

O item seguinte tratará de como a memória pode ser negativamente construída no imaginário coletivo, segundo a ideologia do poder e da mídia interessada em desacreditar os sem-terra.

Morissawa (2001, p. 132) diz que, na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra “invasão”, em vez de “ocupação”, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. Não se considera, quando assim o faz, que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. Tais informações não interessam à mídia que, paga pelos interesses dos grandes proprietários, objetiva desconstruir os significados da luta pela terra, bem como denegrir a imagem dos ocupadores e do movimento.

Essa conduta midiática acaba criando um distanciamento entre a sociedade e os sem-terra, uma vez que influencia na opinião daquela e no imaginário coletivo. Isso feito, os sem-terra passam a significar a arruaça, uma ameaça à ordem e à democracia. Essa imagem, uma vez cristalizada no imaginário coletivo, constituirá em um movimento contra a luta pela terra os moldes que ela acontece.

Entretanto, segundo os juristas Comparato, Facchin e Oliveira (*apud* MORISSAWA, 2001)

Existem profundas diferenças entre “invadir” e “ocupar”. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua “função social” coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação.

Para o Movimento dos Sem-Terra, a ocupação constitui um ato em favor da abertura de um espaço de luta e resistência. Ao realizá-la, os contingentes humanos dos sem-terra viabilizam a negociação e vislumbram a conquista da terra.

Contudo, da forma como são noticiados os eventos de ocupação e as campanhas pró-movimento, parece-nos que há um desserviço à democracia. Vistos no imaginário coletivo como inimigos da paz e usurpadores dos direitos dos donos à propriedade, os sem-terra tornam-se temidos, combatidos por uma sociedade que desconhece a verdade histórica e, acomodada no seu “sofá da ignorância”, não se mobiliza em favor das lutas sociais.

Organizado pela Central Pastoral da Terra em Goiânia, capital de Goiás, um seminário em 1982, no qual se fez conhecer *A Carta de Goiânia*. Esse documento constitui um apelo ao discernimento da sociedade, para que se esclareçam os objetivos e a importância do

movimento sem-terra. Entre outros aspectos de extrema relevância, o texto da Carta de Goiânia conclama os trabalhadores a integrarem a luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que lhes são negados. Em seu teor, o texto epistolar informa que em todo o país existem conflitos de terra, e a maneira como eles são “resolvidos” resulta, com frequência, em mortes, repressão policial patrocinada pelos interesses dos grandes latifundiários e das grandes empresas brasileiras (*Apud* MORISSAWA, 2001, p.137).

O Caderno Realidade e Conflitos no Campo (2008) da Comissão da Pastoral da Terra, diz que, “Com a nomeação da nova Superintendência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), já era de se esperar a continuação na morosidade operacional da entidade no desenvolvimento do processo de Reforma Agrária no Estado”. E prossegue denunciando: “...como se não bastasse houve uma espécie de recuo também por parte da Igreja e até mesmo dos movimentos sociais, que parecem ainda não ter encontrado forças para enfrentar um governo tido como parceiro no passado, mas que hoje se posiciona como franco inimigo da Reforma Agrária”.

Mendonça (2006) diz que

A preponderância da noção de reforma agrária junto a foros tão distintos quanto o acadêmico e a mídia está eivada de equívocos e armadilhas, de um lado, elencam uma série de medidas justificadoras de sua realização, tais como: o aumento da produção para o mercado interno; a facilitação do acesso à tecnologia moderna por parte dos pequenos produtores; o aumento da produtividade da exploração familiar, ou mesmo o fim da “pobreza” no campo – noção esta igualmente de contornos tão vagos quanto inócuos. De outro lado, seus detratores colecionam estatísticas e argumentos para desconstruir tais justificativas, resultando num debate bizantino que se perde em meio a afirmativas e contra-afirmativas vãs, que acabam se resolvendo, ao fim e ao cabo, no espaço da “crença”. (p. 77)

Essa visão equivocada acerca da luta pela terra é, portanto, construída no imaginário coletivo e atende aos interesses de uma conjuntura econômica alimentada por empresários e grandes proprietários de terra no Brasil.

1. O Assentamento Santa Rosa do Município de Matrinchã

O Assentamento Santa Rosa localiza-se na microrregião do Rio Vermelho, no Município de Matrinchã-Go. A via de acesso ao assentamento partindo da Cidade de

Matrinchã é através da Rodovia Estadual GO-070 rumo a Cidade de Itapirapuã em um percurso de 14 km até entrada do imóvel que localiza-se à esquerda da rodovia.

Segundo relatos de depoentes a idéia da organização do Assentamento de Santa Rosa de Matrinchã, surgiu no município de Itapirapuã sob a liderança da senhora Geraldina e do senhor Manoel. Em junho de 1996 um grupo de 89 famílias invadiu a fazenda Santa Rosa, área de 3.414,6129 ha de propriedade do Sr. Antônio Gomes de Moraes Filho considerada improdutiva pelo INCRA. A ocupação ocorreu no dia 29 de maio de 1996 como relata o Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, ex-presidente do assentamento:

A idéia de organizar para lutar pela terra surgiu com a Geraldina antiga moradora de Itapirapuã e do Sr. Manuel de Itapirapuã também. No mês de maio de 1996 nós ocupamos a terra, era dia 29 de junho de 1996. Fomos despejados da fazenda em setembro de 1996 e conseguimos retornar a fazenda no final deste mês. No dia 15 de janeiro de 1997 conseguimos assinatura do presidente do INCRA para desapropriar a terra. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

Neste período as famílias passaram por muitas dificuldades financeiras, existiam várias crianças no assentamento que não tinham o apoio do prefeito local, conforme relata o Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto:

Nós passamos todos os tipos de dificuldades do mundo que pode ser pensado, passamos por elas, passamos dificuldades com a justiça, falta de dinheiro, muitas crianças, demais no início, o prefeito era contra, nos vigiando vinte quatro horas, tinha companheiros rebeldes vindo de outros assentamentos, tivemos várias dificuldades e não podíamos trabalhar, pois não tínhamos segurança do fazendeiro para sair pra trabalhar. As vezes teve família que passou várias necessidades. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

A chegada dos acampados ao município de Matrinchã foi às margens do ribeirão João Marques na fazenda Santa Rosa às 2 (duas) horas da manhã, debaixo de chuva, no dia 26 de junho de 1.996, usando como meio de transporte quatro caminhões e treze automóveis. Era um total de 89 famílias com aproximadamente 150 crianças. O problema maior que enfrentaram foi encontrar o proprietário da fazenda, após oito dias de permanência no local. Dentro da fazenda Santa Rosa eles permaneceram até o dia 17 de agosto, data na qual o fazendeiro reintegrou a posse da fazenda.

Deslocando-se da fazenda o grupo de acampados foi para as margens do Rio Ferreira local em que permaneceram até o dia 13 de setembro, data em que se deu o retorno ao mesmo lugar, às margens do ribeirão João Marques. Chegando ao local encontraram seus barracos e as roças que plantaram, queimados pelos empregados do fazendeiro. O Sr. Alfredo Herwing fala do despejo e da situação do grupo e do período que ficaram na beira do asfalto aguardando o retorno durante quarenta dias:

Houve despejo só que nós foi pra beira do Rio Ferreira e ficamos quarenta dias esperando vencer a liminar para nós torná ocupá a terra, o proprietário em si foi muito conivente e tolerante a gente fez muito protesto, nós andamos matando um gado dele para agilizar a negociação né, andamos fazendo uma ação que não era certa, mais nós precisava que a terra saísse mais rápida possível precisava fazer pressão no fazendeiro e nos governante para podê abreviar a situação, então ele levou isso tudo normal e ajudô nós a fazer a pressão em cima e a terra saiu nós mais rápido, foi uma das reformas agrária que mais teve agilização, pra desocupá em termo de desapropriação foi a nossa né. (Sr. Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 22/07/2006)

Logo, começaram as negociações dos acampados com o proprietário da terra, o senhor Antônio Gomes de Moraes Filho conhecido como Ruy Gomes, que em primeira visita dos líderes (o senhor Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, José Cori Chaveiro e Benedito Rodrigues Chaveiro) chegando na residência do proprietário da fazenda Santa Rosa, foram recebidos com policiais armados e guarda-costas. Ao longo da conversa ficou acertado que no dia seguinte iria o grupo reunido fazer uma visita a sede do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Goiás - SR (04) -, em busca da desapropriação e compra da terra por este órgão, para fins de Reforma Agrária. Após as negociações começam as pressões aos órgãos Estaduais e Federais, por meio do então prefeito municipal Sr. Jânio Divino de Araújo que acompanhava os líderes do Movimento Sem Terra até Goiânia e Brasília; além da influência política do Deputado Federal Pedro Wilson (PT), do apoio da FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás, e da CPT – Comissão da Pastoral da Terra – que forneciam alojamentos e alimentação aos acampados.

No dia 4 de novembro de 1997 saiu a portaria do INCRA/SR N° 079 de 04/11/97 que considerava a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel Fazenda Santa Rosa; com área de 3.414,61 hectares localizada no município de Matrinchã, para

desapropriação para fins de reforma agrária através do decreto de 04.08.1997, cuja a emissão na posse se deu em 05.09.1997.

Os assentados no dia 1 de julho de 1998 começaram a mudar para os lotes (para que as famílias pudessem ocupar os seus lotes foi feito um sorteio entre os assentados, junto com os funcionários do INCRA), contando com a ajuda da prefeitura municipal. Um total de 51 famílias recebeu o título definitivo da terra no dia 26 de junho de 1.998. Em meados do mês de agosto de 1.998 começaram a ser liberados junto ao Banco do Brasil S/A o Crédito Moradia, que são recursos federais destinados à construção de casas para moradia. No prazo de dois meses, praticamente todas as casas já estavam construídas com acabamentos rústicos, construção essas que receberam recursos liberados somente para o material básico; a mão de obra foi comunitária e contaram com a ajuda da prefeitura municipal e o CRISA.

No dia 24 de março de 1998, às 13 horas reuniram-se no salão do assentamento Santa Rosa e os presentes decidiram criar a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã – ASPROM (Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa). Criaram uma chapa única, assim constituída: Diretoria Executiva: Joaquim Chaveiro Neto; Secretária: Geraldina Alves Pereira; Tesoureiro: Marinho Melo Ramos; Conselho Fiscal membros efetivos: Gercino Calixto da Mata, Luiz Herwing e Davi Leite Filho; membros suplentes: Alfredo Herwing, Valdeci Monteiro Araújo e António Pereira Rocha. Sendo que no dia 11/10/98 a senhora Ivone Melo Ramos Herwing assumiu a secretaria da associação. A associação tem normas criadas pela diretoria Jurídica da FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), registrada junto ao Cartório de Registro Civil de Itapirapuã com inscrição feita na cidade de Goiás.

A associação é um seguimento organizado e tem mandato de dois anos. Os assentados iniciaram no ano de 1997 uma lavoura comunitária de 20 alqueires, sendo a de maior de produtividade no município; na seqüência agrícola do assentamento todo ano se faz a plantação da lavoura comunitária e algumas famílias cultivam de forma individual. As culturas que o assentamento trabalha são: arroz, milho, mandioca e hortaliças, todos dentro dos patamares de agricultura de subsistência.

Todo o trabalho de assistência técnica foi feito pela EMATER-GO em parceria com a Prefeitura Municipal de Matrinchã pelos profissionais Warlem Domingos da Paz - técnico agrícola -, e Nilton António Alves - médico veterinário -, que efetuou um trabalho cotidiano de extensão rural às famílias. Palestras e cursos também foram realizados. Os associados juntamente com o técnico agrícola e o médico veterinário promoveram a elaboração de projetos para crédito rural.

Após a "Emissão de Posse" do grupo, conseguiram a linha de crédito de investimento (PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), no valor de R\$ 7.500,00 para a aquisição de animais no auxílio da produção. Na linha de crédito para custeio teve também vários projetos visando a implantação da safra agrícola. O assentamento Santa Rosa se beneficiou com crédito rural e na atualidade os assentados podem receber linhas de créditos na qual estão em busca de novos investimentos. O associativismo ocorreu no assentamento Santa Rosa de forma concreta e, até então, consolidada, e em reuniões mensais decide-se o andamento para conquistas em prol dos associados.

2. A importância do associativismo no Assentamento Santa Rosa

De acordo com Pessoa (1999) o modelo de exploração agrícola e de criação dos assentamentos precisa levar em conta certa racionalidade em termos de produção e de comercialização, pois sem isto os assentamentos com seu pequeno estoque de terras e os poucos recursos os projetos tendem a fracassar. Porém, Pessoa ressalta que a tradição camponesa de usufruir da prodigalidade produtiva da natureza sem uma preocupação racional é um empecilho para a organização das famílias em um sistema de associativismo como relatou o senhor Alfredo Herwing. Pessoa fala que é preciso ter paciência nesse trabalho de realização com as famílias, mostrando que a criação de cooperativa de associação de produtores é uma etapa na constituição dos assentamentos. Porém isto não se dá de maneira natural, pacífica, sendo uma construção demorada e conflitiva. A efetivação da cooperativa ainda é uma experiência rara nos assentamentos goianos e essas associações geralmente torna-se palco de difíceis batalhas políticas no interior dos assentamentos. No entanto, os assentados têm uma opinião generalizada que o trabalho da associação é importante e necessário.

Sá (1984) também mostra que o camponês definiu a sua prática econômica individual (da sua família nuclear) como um modelo ideal de autonomia e auto-suficiência. Assim a sua rejeição aos seus trabalhos de associativismo, pode se observar que a negativa de participação pode justificar-se pela maior importância que se dá ao trabalho autônomo da família, que controla o produto de seu trabalho e não submete as suas decisões econômicas a nenhuma instância superior. No entanto, essas famílias aceitam trabalhar em associativismo porque as exigências da produção determinam a introdução de formas de cooperação com base em relações fora da família nuclear, ou seja, a vizinhança. Assim, laços extra-econômicos unem previamente os produtores em unidade de produção e através deles que se dá a relação com os meios de produção.

Essa situação também pode ser observada no Assentamento Santa Rosa em Matrinhã. Nesse aspecto, compete ouvirmos alguns dos agentes que acompanharam a luta pela posse da terra desde sua implantação, a exemplo de Dona Ivonete Mendonça Arantes e do Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro:

A importância da associação nada é feito no assentamento. É através da associação, do grupo de pessoas [...] para mim a associação é muito importante porque um grupo reunido é um grupo forte que não é destruído. Se a gente ficar sozinho facilmente a gente é destruído, mas como um grupo de pessoas a gente tem muita força muito poder. (Sra. Ivonete Mendonça Arantes, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

A gente tem trabalhado nisso (associativismo), desde o primeiro dia. Somos uma equipe grande que defende isso. Não conseguimos trazer cem por cento, muito difícil hoje em dia. Se não for através da cooperativa associação você não consegue nem vender seu leite, vender uma vaca, então hoje a gente trabalha em cima disso. A gente é fraco e não tem argumento para convencer mais, não conseguimos trazer cem por cento do povo ainda. Nós trazemos trinta a quarenta por cento do povo, mas quando começa a dar certo uns escachimba por um lado outros por outro e vamos trabalhando em cima disto e queremos fazer isto funcionar cem por cento e não é fácil porque só nós para defender essa idéia é pouco. Teríamos que ter o INCRA junto, a faculdade, a prefeitura, este é o ponto de vista meu. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

Esta fala evidencia as dificuldades de convencer as famílias a participar do associativismo, pois conforme disse o depoente a associação consegue englobar apenas de trinta a quarenta por cento das famílias dos assentados. O Sr. Alfredo Herwing, então Presidente da Associação, comenta sobre as dificuldades de conseguir que as famílias se associem:

O associativismo tem problemas de conseguir que as pessoas se associa pra gente se fortalecer. As pessoa não acreditar muito na associação. A associação só sobrevive através de pequena doação de pessoas [...]. A maior dificuldade que o assentamento tem que é o desacreditamento do próprio companheiro, que acredita quanto tá com o benefício na mão e não compartilha com as despesas. A contribuição da associação é de cinco reais desde que nós iniciou a organização ela mantém o mesmo preço até porque a gente não acompanha esse jogo de salário mínimo porque a gente sabe que as pessoas aqui ganha pouco, aí a gente fez essa taxa. (Sr. Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

Esterci (1984) demonstra que a roça comunitária tem sido uma das formas de ação coletiva adotadas pelos assentamentos no sentido de fortalecer a capacidade de resistência dos trabalhadores rurais em face à situação de miséria e exploração e as ameaças de expulsão que os atingem. O tripé de valores políticos-cristãos sobre os quais se baseiam esses projetos de ação coletiva são: solidariedade, igualdade e união. A roça comunitária tem um valor pedagógico no sentido de desenvolver a união, a organização e a consciência do grupo. A autora mostra que na prática a implementação de projetos de trabalho coletivo como a roça comunitária e o associativismo esbarram com a resistência camponesa. Afirma que o oferecimento de máquinas e créditos pode seduzir os trabalhadores, mas no decorrer da experiência surgem impasses. Mas mesmo com a intensidade e os conflitos que se manifestam, as tentativas de implantação de projetos desse tipo continuam se multiplicando entre os assentados em todo país. Esses conflitos indicam incompatibilidades estruturais entre o modelo camponês de organizar a produção e o modelo ideal do associativismo, embora seja notória a viabilidade do trabalho e da destinação do produto final.

Sobre a destinação do produto final através do associativismo o senhor Reginaldo do Cândido evidencia:

Eu acho que a cooperativa é uma solução para todos que no país inteiro trabalha na roça. A gente vê direto o Presidente (Lula) não só como os governantes em geral dizendo que através de cooperativas tudo fica mais fácil e a gente precisamos que realmente é verdade. Então através da cooperativa hoje tempos condições de vender o leite melhor como mercadoria, que a gente fabrica aqui mesmo pra passar pro comércio de forma mais fácil, então eu acho que é uma solução para quem está aqui na roça. Hoje temos o polvilho, a farinha, a mandioca, temos rapadura, temos o próprio leite, então temos mercadorias que pra você levar ao comércio, mesmo nas feiras livres, os fiscais exigem que tenham nota, referência de onde é esse produto. Então através da cooperativa fica mais fácil de nós comercializa. (Reginaldo Candido, entrevista realizada no dia 22.07.2006).

Na fabricação de polvilho e farinha existe no assentamento a prática do mutirão. As mulheres se reúnem de casa em casa para, em forma de mutirão, fabricar o polvilho e a farinha de mandioca. Dona Ivonete relata estes momentos:

Nóis tem um mutirão das mulheres pra nós fazer farinha e polvilho- quem começou esta luta de trabalhar unidamente fui eu. Aí eu convidava as mulheres, tem umas

mulher porreta e muito trabalhadoras aqui dentro “não nós vamo”, “você pode nos esperar na sua casa que nós vamos”, aí eu comecei de dentro da minha casa, fizemos muita farinha e muito polvilho e assim nós faz todo ano trabalhando coletivo, mas cada um no seu quintal. Nós reúne o grupo de pessoas e nós faz a farinha pra aquela, terminou aquela semana nós passa pra outra casa até nós terminá a etapa. E aquela que não tem (mandioca), se eu tenho eu passo pra ela eu dou a meia, nós faiz coletivamente, não é porque eu dei na meia que vou deixar de ajudar ela. A senhora entendeu? Ajudo colocá no saco a farinha, deixo arrumadinho pra ela [...] nós gosta de trabalha unido, pois sozinha eu jamais dava conta de doze balaio de mandioca tinha dia de rancá, de amontoá dentro da minha área, já pensou eu sozinha com doze balaio de mandioca? Jamais eu dava conta! Então elas vinha, rancava, cascava, preparava e torrava tudo no dia, ali pras três ou quatro horas da tarde resumia tudo. Eram doze, treze pessoas me ajudando, homem, mulher, a maioria mulher. (Sra. Ivonete Mendonça Arantes, entrevista realizada no dia 22/07/2006).

Sá (1984) assinala que as etapas do trabalho coletivo são aquelas em que o processo de produção exige da unidade doméstica a complementação de sua força de trabalho. As relações aqui se regulam pelo sistema do parentesco e da vizinhança. Esta troca é uma experiência do processo de produção familiar, onde os membros de uma família atendem às necessidades de outra família e isto acontece de forma solidária no Assentamento Santa Rosa.

Castoriadis (1986) explica que a sociedade está incontestavelmente presa entre as coerções do real e do racional, sempre inserida em uma continuidade histórica e por consequência co-determinada pelo que já se encontrava aí, trabalhando sempre com o simbolismo já dado. Diremos, então, que em determinada etapa da evolução de uma sociedade histórica surge necessariamente a instituição da propriedade ao modo fundamental de produção. É sob essa perspectiva que Castoriadis (1986) afirma: “um título de propriedade, um ato de venda e um símbolo do “direito”, socialmente sancionado, do proprietário de proceder a um número indefinido de operações sobre o objeto de sua propriedade”. Apoiando-nos nessa declaração, podemos dizer que, historicamente, a posse da terra constitui um direito, mas esse direito vem sendo negado a muitas famílias e, excessivamente, garantindo a poucos. Daí podermos dizer também que, da desigualdade instituída pelo excesso de direito a uns e a falta dele a outros, surgem movimentos sociais, nos quais se incluem as lutas pela terra, visto que o direito à propriedade é uma garantia histórica.

Neste artigo, discutiu-se a questão dos movimentos sociais, focando o estudo no movimento dos sem-terra. Do panorama histórico das lutas pela posse da terra às reflexões sobre a ausência de parcerias e de apoio das instituições públicas, vimos como a conquista do

quinhão no município de Matrinchã-Go se deu sob a orientação de sindicatos, da Central Pastoral da Terra, da Diocese de Goiás e do MST, em meados de 1996.

Na memória coletiva, entretanto, construiu-se um conceito pejorativo acerca dos sem-terra, cuja imagem adquire contornos de “inimigos da paz”, usurpadores do direito à propriedade. Essa categoria que luta pelos mesmos direitos pode reescrever, entretanto, a história da posse da terra, redireciona o acúmulo da gleba que está nas mãos de poucos, mudar os rumos da Reforma Agrária no Brasil. A exemplo do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã, a história pode mostrar que a luta pela terra é capaz de redefinir o campo e frear a exploração do excluído pelos grandes proprietários. Sob essa ótica é que consideramos a importância do associativismo nos assentamentos, tal como aconteceu no caso de Matrinchã.

Referências Bibliográficas

Caderno Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2008 (Organização Geral: Suágna Rosa de Oliveira Lourenço e Anderson Liberato Gouvêa). Goiânia-Brasil: CPT Regional Goiás, 2009.

Caderno Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2009 (Organização Geral: José Gomes Teixeira Neto, Lucimone Maria de Oliveira). Goiânia-Brasil: CPT Regional Goiás, 2010.

CASTORIADIS, Comelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, nov/dez 1989.

ESTERCI, Neide. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: conquistas sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FURET, Francois. *Da história narrativa à história problema*. In: *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s/d.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MARTINS, Jose de Souza. *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento. STEDILE, João Pedro (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

SÁ, Laís Mourão. Prática missionária e resistência cultural. In: ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: conquistas sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

PEDREIROS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DO TRABALHO

Eduardo Rodrigues da SILVA¹
eduarddorodrigues@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como norte refletir sobre as experiências sociais vividas pelos pedreiros (da construção civil) na cidade de Manga - MG. Sobre o prisma dos próprios trabalhadores, intencionamos investigar suas trajetórias profissionais e seus modos culturais de viver na cidade, bem como compreender se o trabalho de pedreiro surge como uma vocação profissional, uma alternativa de emprego ou um meio para fugir do desemprego. Essa problemática surge, pois, a presente pesquisa analisa a vida profissional desses trabalhadores no ramo informal, portanto, destituídos dos direitos trabalhistas. Para isso utilizamos os recursos oferecidos pela História Oral, foram feitas entrevistas com dez pedreiros que residem e trabalham na cidade de maneira completamente informal.

PALAVRAS-CHAVE: Pedreiros, Trabalhadores, Memórias

ABSTRACT: This article is north reflect on the social experiences lived by masons (construction) in the city of Manga-MG. About the prism of their own employees, we intend to investigate their professional careers and their cultural ways of living in the city, as well as understanding the work of Mason emerges as a professional calling, a choice of employment or a means to escape unemployment. This problem arises because, this research examines the professional lives of these workers in the informal sector, therefore, devoid of rights. For this we use the resources offered by the Oral History, interviews were conducted with ten masons who live and work in the city in a completely informal.

KEYWORDS: Bricklayers, Working, Memories

A cidade de Manga, localizada na região norte do Estado de Minas Gerais, considerada cidade de pequeno porte, onde vive segundo dados do IBGE (2010) uma

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista Capes. Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Campus de São Francisco, MG.

população de 19.846 habitantes². É uma cidade que não possui indústrias, a falta de emprego formal e de boas oportunidades de trabalho é evidente. A cidade de Manga tem como principal base econômica a agricultura e a pecuária, principalmente, os jovens são atraídos para os grandes centros urbanos como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Uberlândia entre outros à procura de um trabalho com seus direitos trabalhistas garantidos, isto é, com a carteira de trabalho assinada.

A partir desse contexto, a pesquisa é focada nas vivências dos trabalhadores informais, que exercem a função de pedreiros na cidade, esses são analisados como sujeitos históricos, no intuito de compreender o mundo em que vivem. Ao tratar dessa temática, procuramos seguir os passos de Heloisa de Farias Cruz ao dizer que “na atual conjuntura, o trabalho dito informal e a rua como espaço de trabalho e sobrevivência vêm se impondo como direção instigante de pesquisa” (CRUZ, 1999, p.303).

Ao lidar com trabalhadores informais, levantaram-se as seguintes questões: O trabalho de pedreiro surge como uma vocação, uma alternativa de trabalho, ou um meio para sair do desemprego? Por que esses trabalhadores optaram pelo trabalho na construção civil, sendo que essa profissão é vista pela sociedade como um trabalho pesado e desvalorizado? O que esses trabalhadores pensam a respeito do trabalho informal que praticam?

Segundo Marc Bloch (2001), a história é a ciência dos homens no tempo, assim sendo, para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizo depoimentos orais de dez sujeitos que trabalham de pedreiro na informalidade na cidade de Manga. Todos os depoentes são do sexo masculino, casados, exercem a profissão há mais de 20 anos, possuem idade superior a 40 anos, nenhum havia terminado o 2º grau, sendo que um deles nunca havia frequentado a escola. Os trabalhadores foram escolhidos segundo os critérios descritos acima e por indicação dos já entrevistados.

Esses depoimentos foram realizados na hora do almoço dos trabalhadores, outras vezes, aos finais de semana na casa dos próprios depoentes, todos eles se mostraram dispostos a falar sobre suas experiências de vida e trabalho. Segundo Calvo (2010) a memória é uma força ativa, pois quem lembra está interessado em atribuir sentidos a vida social. Tendo em vista, que “ao narrar às pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista” (KHOURY, 2005, p.125). O que nos faz pensar que:

² Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para os entrevistados, aceitar conversar sobre um tema referente à vida social, fazendo, portanto, dos seus referentes culturais, isto é “da sua vida, memória e história”, o elemento articulador do enredo, significa querer dialogar socialmente sobre os elementos que constituem em suas culturas – os modos como vivem\pensam e articulam em suas consciências - os significados compostos por suas memórias e como evidenciam por meio deles os sentimentos, regras, normas morais e efetivas, no presente-passado, nos viveres que constituem os territórios destas experiências sociais (CALVO, 2010,p 17).

Dessa forma, a história oral se constitui como metodologia significativa para o estudo ao buscar pessoas comuns, trabalhadores, para narrarem suas experiências, trajetórias profissionais e cotidianas, seus anseios, medos, valores, costumes e as diferentes maneiras que elaboram e dão significados a estas vivências. Ao privilegiarmos a história oral, “fazemos uma opção não por uma “nova fonte”, mas pelo diálogo com agentes sociais, cujas histórias foram ocultadas nos processos e circuitos da produção das memórias hegemônicas” (CALVO, 2010, p.29). Mas, como nos alerta Paulo Almeida (2006) o fato de buscar entender as narrativas dos próprios trabalhadores sobre as sua vivências e experiências, não nos exime de avaliações, questionamentos e interpretações.

No governo de Getúlio Vargas, foi decretada no Brasil a CLT (Consolidação das leis trabalhistas), uma legislação trabalhista que assegurava alguns direitos aos trabalhadores tendo como símbolo maior a carteira de trabalho. Isso fez com que gradativamente surgisse no país noções de formalidade e informalidade. A informalidade engloba diversos tipos e categorias de trabalhadores, assim o significado de trabalho informal torna-se complexo, heterogêneo e muitas vezes confuso. A autora Cacciamali (2007), afirma que o termo setor informal origina-se e se difunde no Programa Mundial de Emprego, lançado em 1969, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e bastante utilizado em 1972, nos relatórios e publicações sobre Quênia e Gana.

Conforme estudos realizados pela OIT³, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados, competitivos e com baixo nível de organização, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas atividades, segundo a OIT, utilizam pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam

³ Segundo estudo realizado pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), da OIT. Disponível em: <www.oit.org.br>. Acesso em: 05 de abr. 2011.

emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. No entanto, cabe ressaltar, não é preocupação central desse artigo, discutir as variadas e convergentes percepções teóricas referentes à informalidade⁴.

Entretanto, diante dessa heterogeneidade que abrange a atividade informal, o nosso enfoque será os trabalhadores pedreiros que não possuem vínculos de trabalho regulamentado, os chamados trabalhadores por conta própria, os diaristas ou até mesmo como os pedreiros depoentes se intitularam: os autônomos. Por esses véis, “entender esta nova faceta econômica e social da sobrevivência humana, dado indicadores que apontam seu crescimento e perenidade, poderá revelar uma nova tendência para a sociabilidade do novo século” (KUYUMJIAN, DALBOSCO, 1999, p.217).

Em todos os diálogos estabelecidos com os sujeitos dessa pesquisa, eles procuravam descrever seu ofício com orgulho de se ter uma profissão e com os detalhes das técnicas utilizadas no dia a dia. Ao procurar entender o porquê da profissão escolhida por eles, surgiram alguns motivos como podemos observar em algumas narrativas a seguir:

Antigamente tudo era mais difícil. Escola era coisa pra poucos, eu até estudei até a 4ª série mas não deu pra eu continuar estudando sabe. Família pobre você já viu né, ou estuda ou fica com fome. Hoje eu vejo essas molecada vai pra escola bagunçar, atazanar a vida dos coitados dos professor. Eles não acha que estudar é bom pra ganhar um emprego bom no futuro num é? Eu não estudei muito mas aprendi uma profissão, porque eu nunca quis ser vagabundo. E mesmo se eu tivesse estudado eu era pedreiro, é o que sei fazer(SILVA, 20/11/2010).

⁴ Para um maior aprofundamento ver: CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: Editora IPE, 1983. CACCIAMALI, Maria Cristina. Menos Empregos, Outros Trabalhos...Mudanças nas Políticas Públicas. **Novos Cadernos NAEA**, v.2, n. 2, dez. 1999. CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e Processo de Informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, n. 14, p.152-174, jun. 2000. CACCIAMALI, Maria Cristina. (Pré-) Conceito Sobre o Setor Informal: reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**. Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 145-168, jun. 2007. FEIJO, Carmem Aparecida. Desvendando a Heterogeneidade do Setor Informal Brasileiro: uma contribuição à discussão de políticas públicas de combate a informalidade. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, v. 13, n. 2, p. 329-354. Disponível em: www.proac.uff.br/cedes. Acesso em 02 março de 2011. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Economia Informal Urbana - microdados**. Rio de Janeiro, IBGE, 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar.2011. KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins; DALBOSCO, Eduardo. Os Desafios de Compreender o Trabalho Informal. **Revista Ser Social**. Brasília, n.5, p. 189-220, Julh/Dez. 1999. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2009. Disponível em: www.oit.org.br. Acesso em: 05 de abr. 2011. entre outros.

Hoje nossa cidade tá uma beleza, tem muita coisa... e os jovem reclama e se fosse naquelas época que aqui eram ruim hein?[risos] Olha Duardo! eu sempre gostei de trabaiair e trabaiair, estudar não é muito pra mim não viu, deixo pra vocês que tem a cabeça boa. Sempre trabaiei desde 6 anos, vendendo doce, geladinho, fiquei rapazinho comecei a virar servente de pedreiro de Seu Zé, eu fazia a massa de cimento depois ia olhar com atenção o que Se Zé estava fazendo. Então eu aprendi olhando ele fazer, até que um dia comecei levantar uma parede, o reboco no começo não ficava bom,bom, bom não [risos] já da outra vez eu lembrava porque não deu certo da outra vez, e assim eu ia acertando (SILVA, 22/11/2010).

Aqui Du nunca teve emprego você sabe? Nunca apareceu emprego pra mim trabalhar de carteira registrada eu nunca quis ir pra outra cidade trabalhar, já chamaram eu muitas veze, nunca fui. Lá fora pede experiência na carteira eu não tenho nada ta em branco [risos]Falo não aqui tá bom. (...) meus irmão é pedreiro então eu fui aprendendo não com eles mas, fazendo as coisas porque eu só muito curioso. Eu era pequeno nem era pedreiro assim, ai eu fiz uma casinha de cachorro na casa de dona joaninha(...) Nossa! Ficou bom demais. Eu tou nessa profissão porque gosto, eu o que sei fazer, ganho meu dinherim, ajudo minha família , compro comida pro povo de daqui de casa, é uma vocação que Deus mim deu, tenho que agradecer, tanta gente que não sabe fazer nada num é?(SANTOS, 03/12/2010).

Através dessas falas podemos perceber que o nível de escolaridade baixa, a falta de qualificação, o fato de o mercado exigir uma experiência que o trabalhador não possui e as poucas opções de empregos formais na cidade foram alguns dos fatores que fizeram esses homens ingressarem na profissão de pedreiros. Entretanto, não podemos apontar somente esses motivos pelos quais esses homens entraram na profissão, destacam a vocação, dom de Deus, e até mesmo uma escolha entre outras que poderiam ter optado. Um modo distinto de reafirmar sua presença no espaço da cidade e no mercado de trabalho.

As narrativas revelam que todos os trabalhadores descendem de famílias com poucos recursos financeiros, eles foram unânimes em dizer que começaram a exercer algum tipo de trabalho ainda na infância. Podemos assim dizer, antes dos dez anos de idade, já eram inseridos no mercado de trabalho: vendendo geladinho, doce, picolé, leite, frutas e verduras, como engraxate, capinando e plantando. Diante a luta pela sobrevivência realizavam “bicos” e trabalhos temporários, dessa maneira, percebe-se a impossibilidade de ver o estudo como prioridade.

Ao questioná-los mais uma vez sobre a busca de suas subsistências através de um trabalho informal, na intenção de identificar qual o significado que eles conferem a tal

situação. A maioria deles se mostraram contra a idéia que a profissão de pedreiro, seja um refúgio para os menos escolarizados, e para aqueles que possuem uma baixa qualificação profissional. Nesse sentido, Seu José há quase 35 anos na profissão foi enfático:

Eu aposto com qualquer um que essas pessoas metidas a saber tudo, que fazem faculdade e tudo mais não conseguem fazer nem um alicese que é mais fácil, a não ser que essa pessoa tenha habilidade para isso. Ela não vai conseguir, não é porque é burro, é porque essa profissão minha é muito difícil não é pra qualquer um não.(...) É muita responsabilidade nas nossas costas construir uma casa. Oia tem que saber fazer continha, pra fazer as contas, o cálculo, saber ler e escrever pra anotar as coisas que vai precisar na construção. Agora você me responde é pra qualquer um ser pedreiro? Num é mesmo. Tem uns que acham que é, é só vim pro meu lugar que nequim vai ver(FERREIRA, 04/12/2010).

Nessa mesma linha de valorização do ofício de pedreiro, João 25 anos se dedicando a profissão comenta:

(...)Tem que ter muita força no corpo, sabedoria, agilidade, coragem , não é serviço pra gente preguiçosa não, mas além de tudo isso o mais importante é é [pausa] que tem que ter muita... mais muita mesma é atenção viu. Qualquer errim dá rolo na obra toda, você tem que saber um pouco de matemática pra fazer contas, tem que saber medir tudo, tirar o nível de tudo, pra ficar tudo niveladim e bunitim. Tá tendo muita coisa nova no mercado agora, então você nunca usou o material tem que saber ler as instruções para usar direito. Pra num ficar pra trás a gente tem que tá sempre como é que diz mesmo...é renovando (SOUZA, 25/11/2010).

Os pedreiros, sujeitos históricos, da presente pesquisa, atribuíram certa visão negativa que a sociedade tem da profissão, aos próprios pedreiros, no caso, “os pedreiros novinhos”. Segundo os narradores, atualmente alguns ingressantes no ramo, não sabem as verdadeiras técnicas de um pedreiro profissional, e qualifica-os como amadores, inexperientes ou ajudantes se passando de pedreiro. “A maioria desses pedreiros novinhos são amadores trabalham um mês de ajudante, e já acham que sabem tudo da profissão (...) ai fazem tudo errado manchando o nome dos que tem experiência como eu, tá muito diferente e fácil” (PEREIRA, 22/11/2010).

Nesse sentido, de acordo com os depoimentos, houve uma distorção da profissão, onde “qualquer um pensa que pode ser pedreiro.” Por a pesquisa ter abrangido somente os pedreiros acima de 40 anos de idade e no mínimo 20 anos exercendo a profissão, ficou perceptível que dentro da profissão há concorrência, de um lado pedreiros experientes, de

outro, os que estão há pouco tempo no ramo. Isso é claro, pelo menos por parte dos entrevistados, esse argumento nos faz concluir que “o trabalho com as fontes orais é um encontro entre pessoas dispostas a dialogar sobre questões que interessam a ambas, embora de maneiras diferentes”(KHOURY,2006, p.43).

Quando eu entrei nessa profissão nos anos 80, 90, e até mesmo pouco tempo atrás eu não ficava parado, nem terminava um serviço já tinha uns três esperando. Hoje tá mais difícil, eu num fico parado graças a Deus, mas não é como antes, agora é um serviçim aqui outro ali. E ainda que pagar merreca, mixaria, a gente pede um preço não que pagar (...) Ai muito pedreiro novim pega o serviço baratinho, ai você dá um preço x ai falam nossa tá caro demais fulano tá cobrando mais barato. Esses pedreiros que tão entrando agora não valoriza o serviço, tá fazendo a profissão virar uma bagunça, é banalizado, bagunçado.

Na década de 1990, antes dessa banalização afirmada pelos depoentes, havia maiores oportunidade nesse campo de trabalho, talvez seja pelo motivo, que no período referido não havia tantos pedreiros presente na cidade que atualmente. E mais, os entrevistados não querem perceber, a cidade na qual eles vivem também passou por mudanças, como uma maior urbanização, surgimento de variadas casas comerciais e conseqüentemente, um crescimento populacional. E que as oportunidades de emprego não acompanharam de tal forma esse crescimento, fazendo com que muitos jovens recorressem ao ramo da construção civil como uma alternativa para manter sua sobrevivência. O que nos leva a crer, ao contrário, dos nossos entrevistados, esses jovens citados por eles, não se sentem como parte de uma categoria, pois eles não são pedreiros, estão pedreiros. A desunião desse grupo de trabalhadores talvez explique o porquê da ausência de uma representatividade de seus interesses, tal como sindicato ou associação desses profissionais da construção civil, como se vê na cidade os sindicatos dos motoristas, pescadores, professores e funcionários públicos.

Outra questão observada é o fato dos pedreiros ingressantes no ramo cobrarem mais barato os seus serviços. Os pedreiros informais que exercem a profissão por conta própria trabalham de duas maneiras: por dia de serviço trabalhado ou então, através da empreita. Atualmente na cidade “o dia de um pedreiro” está custando em média de R\$ 48,00 a 60,00 reais para uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, dessa maneira, o profissional recebe conforme a quantidade de dias trabalhados. Já a forma de trabalho através da empreita o serviço que será feito e o valor são previamente combinados, envolve toda uma negociação entre o pedreiro e o contratante, ou seja, o dono da obra.

Cabe destacar, a rejeição pela denominação “peão de obra” é algo presente no cotidiano dos trabalhadores. Apesar de serem taxados preconceituosamente pela sociedade como profissão sem futuro, sem valor, dos sem estudos, dos discriminados e de pobres. Todos mostraram satisfação com a atividade desenvolvida, perguntados se trocariam de serviço, caso tivesse oportunidade, afirmaram que manteriam na profissão. “Só sei trabalhar de pedreiro, foi o que eu fiz a vida inteira, foi dom de Deus” (SILVA, 20/11/2010).

Seu Raimundo se orgulha de tal maneira da profissão que revela: “hoje ela [profissão] tá dando mais dinheiro que muita faculdade por aí”(CARDOSO, 13/01/2011). Visualiza nessa fala uma tentativa de desconstrução de uma imagem negativa sobre eles, o que nos leva a compartilhar da visão de Portelli (2005) ao afirma que “enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem” (PORTELLI, 2005, p.300). Por outro lado, os trabalhadores foram ambíguos e contraditórios, ao deixarem subentendido que estão nessa profissão, pois não tiveram muito estudo. E ainda, muitos deles se mostraram satisfeitos pelos seus filhos não terem “seguido” a carreira do pai na construção civil. Em sua narrativa, Seu Renato, aponta o estudo como meio de ascensão social.

Oia tive três filho, graças a Deus os três viraram gente, estudaram tudo direitinho, os três formaram, o estudo é que faz a gente ir pra frente. A do meio fez faculdade é professora, o mais veio trabaia pra prefeitura e o outro[pausa] esqueci(...)ah! Depois eu lembro. Pois é moço, nenhum dos dois quis ser pedreiro ainda bem né, o negócio deles é estudar, pegar no pesado num é com eles não [risos] (PASSOS, 09/01/2011).

O trabalho foi definido como um núcleo da vida, ao atribuírem diversos significados ao mesmo, destacou-o: como um meio de sobrevivência para toda família, ao citarem que criaram os filhos, compraram casa, moto, terrenos, eletrodomésticos e bens de consumo de um modo geral, enfim, como meio de obter melhores condições de vida. O fato de trabalhar também é visto como um *status* por está na categoria de empregado, ao invés de desempregado, nesse sentido, o trabalho ganha um sentimento de pertencimento de grupo e valor moral. Sendo assim, os que estão dentro da esfera do trabalho são pessoas de caráter e honestas as que estão fora dessa esfera são qualificadas como marginais, vagabundos, pivetes, malandros, bandidos e preguiçosos. Além disso, por se sentirem úteis para a cidade na qual

vivem e ao serem reconhecidos como um profissional, o trabalho ganha significado de respeito e dignidade.

Porém, esses trabalhadores padecem da ausência de proteção trabalhista, indagados a respeito da informalidade, aposentadoria e da ausência de proteção legal, somente Seu Pedro, o mais velho entre os entrevistados, se mostrou preocupado e desprotegido. Os outros pedreiros não se viam e muito menos se sentiam inferiorizados em relação aos trabalhadores inseridos na formalidade. Vivem para “ganhar o pão de cada dia” para seu sustento e de suas famílias.

A precariedade das condições de trabalho no setor informal trouxe inúmeros danos à saúde desses trabalhadores. Todos compartilharam a consciência dos riscos no trabalho, devido à informalização, esses profissionais, não são assegurados pelos benefícios sociais, neste caso, o seguro de acidente de trabalho. Raramente usam botas, luvas, máscaras e óculos, o cinto de segurança e o capacete nem foram lembrados. Apesar de todos dizerem que sofreram algum tipo de acidente no trabalho, esses são tratados de maneira simples e corriqueira. Os acidentes ocorridos nas obras mais citados foram braço ou perna quebrados, queda da escada ou do andaime, gripe, ferimentos nos olhos, dores na coluna e intoxicação por algum produto. Alguns de nossos entrevistados tiveram alguma experiência de trabalho com carteira assinada, à maioria possui sua carteira em branco.

Trabaiei três anos fixado não vi vantagem e sim prejuízo, o salario era tanto, mas na hora de receber vinha outro valor, uma ladroagem só. Preocupo é com o hoje, se vai ter comida no fogão, se vai ter dinheiro pra compra remédio, o gás, o pão, dinheiro pra água e luz é isso que eu preocupo. Se eu tivesse preocupado com aposentadoria e num sei mais o que, eu taria morando e trabalhando em outro lugar e outro emprego (...) Mas eu gosto de trabalhar é desse jeito que to agora e com essa profissão entendeu? Tenho meu dinherim, não tem patrão enchendo meu saco e quando aparece um chato é por pouco tempo. Não tenho que pagar nada pra esses ladrão[se refere ao Estado] E quem falou que trabaia desse jeito não é legal ou bom? Vejo no jornal direto seus fulanos estudado trabaiaando igual nós, não de pedreiro mas sem carteira (FILHO, 25/11/2010).

Seguindo os apontamentos de Yara Khoury (2005), quando diz que devemos lidar com as memórias como instrumentos de poder, observamos que os trabalhadores entrevistados não se enxergam como um grupo social excluídos da igualdade por não estarem enquadrados no sistema formal. Narraram que suas inserções na informalidade, não resultam somente da falta

de emprego no mercado formal na cidade de Manga, ou pelo pouco nível de escolaridade, mas sim como uma escolha, uma decisão. Uma vez que adquirem maior liberdade no trabalho, não correm riscos de demissão e ficam livres de pagarem os impostos governamentais.

Ao observar essas narrativas pelo viés capitalista e hegemônico, poderíamos dizer que essa talvez fosse uma maneira otimista desses trabalhadores camuflarem suas angústias, medo e frustrações por não estarem constituídos, para não dizer acorrentados, no sistema do Estado, isto é, no setor formal. Porém, a presente pesquisa buscou lançar outros olhares sobre as experiências desses sujeitos nas dinâmicas de viver na cidade.

Entretanto, ao analisarmos essas memórias por outra vertente, percebemos que o trabalho informal foge das presas dominantes do sistema hegemônico ao elaborar estratégias de enfrentamento cotidianas no trabalho, e criando novas e dinâmicas práticas. Nesse sentido conforme Raymond Williams (1979), toda hegemonia produz uma contra-hegemonia ou hegemonia alternativa, isto é, resistências ao processo dominante. Com o respaldo desse autor, vivências que víamos como passividade e exclusão, passam a serem encaradas como uma forma de desafio e enfrentamento as hegemonias estabelecidas, tendo em vista que “a cultura dominante produz e limita, ao mesmo tempo, suas próprias formas de contracultura” (WILLIAMS, 1979, p.117).

Desse modo, deixa em aberto uma nova reflexão, ao ver os trabalhadores do setor informal, como protagonistas de suas próprias histórias e “desestabilizando centros de poder convencionais”, termos de Khoury (2005). Ao analisar suas memórias, seus sonhos, desejos, decepções e formas diversas de atuação nas relações sociais e de trabalho, esses sujeitos trazem à tona histórias distintas aquelas já instituídas através de memórias dominantes. Enfim, a História Oral, traz outras histórias, pois, as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p.31).

FONTES:

Entrevistas/Depoimentos

Adão Rodrigues dos Santos, 50 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 03/12/2010.

Álvaro Pereira, 57 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 22/11/2010.

Cícero Souza Filho, 49 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 25/11/2010.

João Carlos Nascimento de Souza, 54 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 25/11/2010.

João Ferreira da Silva, 56 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 22/11/2010.

José Maria Alves Ferreira, 60 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 04/12/2010.

Pedro Pereira de Barros, 62 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 09/01/2011.

Raimundo Gonçalves Cardoso, 47 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 13/01/2011.

Renato Silva dos Passos, 48 anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 09/01/2011.

Sebastião Rodrigues da Silva, 53anos, Entrevista concedida a Eduardo Rodrigues da Silva em gravador no dia 20/11/2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. "Cada um tem um sonho diferente": histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' Água, 2006, p. 44-60.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: Editora IPE, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Menos Empregos, Outros Trabalhos...Mudanças nas Políticas Públicas. **Novos Cadernos NAEA**, v.2, n. 2, dez. 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e Processo de Informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, n. 14, p.152-174, jun. 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. (Pré-) Conceito Sobre o Setor Informal: reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**. Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 145-168, jun. 2007.

CALVO, Celia Rocha. Narrativas Oraís, Fontes para Investigação Histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **Revista História e Perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, v. 42, p. 11-29, jan./jun.2010.

CRUZ, Heloisa de Faria. Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano. **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 18, 1999.

FEIJO, Carmem Aparecida. Desvendando a Heterogeneidade do Setor Informal Brasileiro: uma contribuição à discussão de políticas públicas de combate a informalidade. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, v. 13, n. 2, p. 329-354. Disponível em: www.proac.uff.br/cedes. Acesso em 02 março de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Economia Informal Urbana - microdados**. Rio de Janeiro, IBGE, 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **População de Manga-MG**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em: 20 jan. 2011.

KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins; DALBOSCO, Eduardo. Os Desafios de Compreender o Trabalho Informal. **Revista Ser Social**. Brasília, n.5, p. 189-220, Julh/Dez. 1999.

KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.) **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' Água, 2006, p. 22-43.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto, KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2005, p. 116-1138.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral para América Latina e Caribe**. 2009. Disponível em: www.oit.org.br. Acesso em: 05 de abr. 2011.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a História oral diferente”. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto, KHOURY,

Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2005, p. 296-313.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SITES CONSULTADOS:

www.cut.org.br

www.ibge.gov.br

www.oit.org.br

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ NA PARAÍBA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DE DOIS REASSENTAMENTOS

Emerson Tavares da SILVA¹

emersontavarescb@gmail.com

Resumo: A proposta desse artigo é discutir as condições de trabalho e a realidade dos atingidos vivida concretamente, dialetizada, proporcionadas pelo deslocamento compulsório no advento da construção da Barragem de Acauã, no agreste paraibano. O estudo é focado em dois reassentamentos, Vila Nova de Pedro Velho e Melancia, esses dois são os que receberam o maior contingente de pessoas, somando hoje mais de 700 famílias. A fim de atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. O trabalho aponta que as indenizações feitas às famílias atingidas, em muitos casos não foram suficientes para que as mesmas pudessem retomar e reestruturar suas vidas em um novo território, diante da mudança imposta pela construção da barragem e que o deslocamento desestruturou o padrão de organização social da população envolvida.

Palavras-Chave: realidade vivida, condições de trabalho, atingidos de Acauã

Abstract: The purpose of this paper is to discuss working conditions and the reality of those affected lived concretely, dialectically, offered by the advent of the coerced displacement of dam construction Acauã in agreste paraibano. The study focuses on two settlements, Vila Nova de Pedro Velho and Melancia, these are the two that received the largest contingent of people, totaling more than 700 families today. In order to achieve our objective, we conducted interviews with the displaced, based on history methodology oral. O work shows that the payments made to affected families, in many cases were not sufficient to allow them to restructure and could resume their lives into new territory, before the change imposed by the construction of the dam and the displacement disrupted the pattern of social organization of people involved.

Keywords: lived reality, working conditions, Affected by dam Acauã

Introdução

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES

Em 14 de Março de 2011, o telejornal da TV Paraíba/Cabo Branco, filiada a Rede Globo noticiou o drama, assim que a apresentadora qualifica a situação dos atingidos pela Barragem de Acauã, vivido pelos atingidos por barragens na Paraíba. A matéria colheu o depoimento de Fernando Garcia, professor aposentado da Universidade Federal de Campina Grande e assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba, além da fala de Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB-PB, as duas falam relatam a situação vivida nas comunidades atingidas, na integra segue a fala de Fernando Garcia:

O drama dessas famílias é que elas perderam suas condições de trabalho e de vida. Antes elas viviam as margens do rio Paraíba, tinham, portanto, terras livres em condições de terem suas atividades agrícolas e também de criação de ovelhas e de gado também. Então, na medida em que o lago encheu elas foram relocadas em conjuntos habitacionais rurais sem acesso a terra. Você tem hoje cerca de 1100 famílias extremamente prejudicadas, sem condições devidas e privadas de sua própria atividade produtiva.²

A fala de Garcia é pronunciada em meio a imagens dramáticas da população retirando seus pertences das antigas comunidades, pessoas caminhando em meio as águas, árvores caídas em meio das ruas, casas derrubadas e pessoas desesperadas. Também no dia 14 de Março, só que em outro ano, o jornal Diário da Borborema noticia o seguinte:

Vítimas do Descaso.

Falta de planejamento na construção da Barragem de Acauã prejudica 450 famílias da extinta comunidade de Pedro Velho.

A falta de planejamento na construção da Barragem de Acauã trouxe sérios prejuízos para as 450 famílias da extinta comunidade de Pedro Velho, que culpam o governo anterior pela situação de abandono que vivem hoje. Uma parte das famílias, que trabalhavam como agricultores em suas terras, recebeu uma casa como indenização e, hoje vive sem ter o que fazer, nem de onde tirar o sustento. A outra parte luta para conseguir as indenizações

² Reportagem do Telejornal Bom Dia Paraíba do dia 14 de Março de 2011. Disponível no site: <http://bomdia.cabobranco.tv.br/index.php?ev=1&yearID=2011&monthID=3&d=2011-03-14> Acesso em 10 de maio de 2011

*prometidas e não pagas. As casas construídas para abrigar os moradores de Pedro Velho ficam em uma vila que não tem rede de esgotos, calçamento, escola e nem mesmo água potável.*³

O jornal Diário da Borborema embora tenha uma circulação estadual, o maior foco de leitores deste se concentra na região polarizada pela cidade de Campina Grande, onde ele é editado. Considerado o terceiro maior jornal lido no estado, esse jornal ao contrario de outros, como o Jornal da Paraíba e Correio da Paraíba, apresenta uma certa neutralidade em relação aos grupos políticos do estado.

A maioria dos editores deste jornal não são jornalistas de formação, são, em grande parte, professores universitários das mais variadas áreas do conhecimento o que faz dele avaliado por muitos campinenses o jornal mais democrático da cidade.

O Diário da Borborema, embora não seja lido por tantas pessoas quanto os outros dois já citados, fala pelos moradores, os vitimizam pela situação em que o governo deixou-os. Vitimas também, são qualificadas pelo telejornal da Rede Globo. Entretanto, vale considerar que o dia 14 de Março é tido como o Dia Internacional de Luta dos Atingidos Contra Barragens, o que, em grande medida, justifica essas reportagens.

No entanto, as materias abordam a situação da população atingida no advento à construção da barragem de Acauã., a submersão de seus povoados e propriedades rurais sob as águas. As casas, plantações, currais, escolas, postos de saúde, praças, igrejas, cemitérios, desapareceram sob as águas.

Apontado esses problemas noticiados na imprensa e o que é visivelmente perceptível *in loco* nas comunidades relocadas ou também chamadas de reassentamentos me indago: será que a construção de uma barragem justifica-se do ponto de vista da população local, tendo em conta os impactos sofridos por esta?

Projeto de Barragem e os reassentamentos

A barragem de Acauã, o terceiro maior reservatório de acumulação de água do estado da Paraíba, foi prometida a beneficiar uma população de aproximadamente 621.974 pessoas, objetivando o abastecimento humano de cidades localizadas na bacia do Rio Paraíba, mas

3 Vitimas do Descaso. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB. E4. Domingo.14 de Março de 2004

precisamente naquilo que chamamos de Médio Paraíba, região onde se localiza os três municípios da barragem , além de abrigar projetos de irrigação e de piscicultura no Vale do Baixo Paraíba, região as margens das comunidades atingidas e, também para conter enchentes que assolavam os municípios localizados, como, por exemplo, Aroeiras e Natuba a jusante da barragem.⁴.

Essa promessa é questionante, recentemente, para ser mais preciso em 03 de maio de 2011 o município de Natuba sofreu uma enchente que como noticiou o site paraiba.com foram 50 famílias desabrigadas.

Chuva de 200 milímetros provoca inundação na cidade de Natuba e deixa 50 famílias desabrigadas

O Município de Natuba, localizado na região do agreste Paraibano, esta em estado de calamidade pública por causa da chuva. No município choveu durante mais de 12 horas seguidas e um riacho que passa ao lado da cidade transbordou e invadiu casas, estabelecimentos comerciais, a igreja e prédios públicos.O Centro da cidade ficou coberto de água, uma escola pública desabou e 50 famílias estão desabrigadas, o que levou o prefeito José Lins da Silva Filho a decretar estado de calamidade. O principal acesso a cidade de Natuba está bloqueado e em vários pontos da cidade água chegou a um metro de altura. De acordo com o serviço de meteorologia da Aesa, na região choveu cerca de 200 milímetros em 12 horas. Na semana passada, uma chuva choveu a 190 milímetros.⁵

Assim esse fato aparece como uma constatação de que a obra da barragem não conseguiu sanar os problemas de enchente, o projeto de que a água do referido riacho que atravessa o município de Natuba pudesse desaguar na Barragem de Acauã não efetivado e o resultado foi o dano provocado no município.

Mas a construção de Acauã previa também outras questões. Além da retirada dos habitantes e da indenização por suas terras e residências afetadas, as providencias incluiriam o reassentamento dos atingidos em varias comunidades. Somam seis as comunidades que foram

4 Dados constatados em: GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. SEMARH. SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS. Relatório: Situação atual das comunidades da Barragem de Acauã. Joao Pessoa, SEMARH, 2004, 6p

5 Fonte:<http://www.paraiba.com.br/2011/05/03/88604-chuva-de-200-milimetros-provoca-inundacao-na-cidade-de-natuba-e-deixa-50-familias-desabrigadas>. Acesso em 10 de maio de 2011

constituídas, a saber: Cajá, Melancia, Costa, Nova Pedro Velho, Água Paba e Riachão Esse artigo é focado na realidade de Vila Nova de Pedro Velho e Melancia.

A comunidade de Vila Nova de Pedro Velho está localizada acerca de 17km da sede do município de Aroeiras-PB. É a maior vila do projeto, formada pelo conjunto de 365 casas, abrigando cerca de 470 famílias.

A maioria das casas é do tipo pré-moldado. Possui energia elétrica e telefone publico. Não há sistema de transporte regular e a estrada de acesso é muito precária.

O assentamento apresenta problemas de infraestrutura e ausência de serviços sociais. O sistema de abastecimento de água foi implantado, mas nos primeiros anos de assentamento, não funcionava e a população recorria a um barreiro de uma propriedade vizinha, cuja água apresentava sinais visíveis de contaminação por fezes e urina de animais, que também faziam uso da mesma água. O esgotamento sanitário é problemático, com o trasbordamento constante das fossas de captação, cujos dejetos são conduzidos até a Barragem de Acauã.

Outros problemas são verificados nesta comunidade, como escola precária; falta de merenda escolar; assistência medica precária, falta de segurança publica, não disponibilização de área para o cultivo agrícola e para a pecuária.

A comunidade de Melancia, localizada acerca de 15km de distancia da sede do município de Itatuba-PB, é formada pelo conjunto de 70 casas, abrigando 122 famílias

Possui energia elétrica, mas não possui linha telefônica e o acesso a esta comunidade também é bastante ruim, não havendo um sistema de transporte regular, para o deslocamento da população ate a sede do município ou a cidade mais próxima.

Os indicativos propostos por E.P.Thompson(1998) propiciam pensar a pesquisa para além dos fatos. Assim, nesse caso especifico é necessario perpassar a “grandiosidade” do Projeto Acauã, para alem de um projeto politico e de saciar a sede da população paraibana, para lançar novos olhares a outras histórias e outras memórias, esquecidas e perdidas em meio à imensidão do projeto.

Nesta ótica, são válidas as afirmações de Déa Ribeiro Fenelon, quando salienta a necessidade de tirar a história de esquemas que a aprisionam para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los, e

assim, recuperar caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os

projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também a nossa atenção de historiadores. (FENELON, 1989, p.25).

Apontando-nos uma perspectiva de investigação que traga para a cena histórica, agentes sociais e realidades antes relegadas, valorizando-lhes o saber e experiência de vida, Déa Fenelon indica também que as realidades sociais não podem e nem devem estar confinadas em modelos preestabelecidos.

Trabalhar na direção proposta por essa autora possibilita a produção de um conhecimento histórico que abarca a experiência humana, onde as pessoas podem se reconhecer como sujeitos sociais. Esta premissa também norteará a presente pesquisa, por possibilitar apreender as experiências dos sujeitos sociais e as várias leituras que estes fazem do vivido

Condições de moradia e vida: a interpretação dos atingidos

Severino de Souza, agricultor de 40 anos, morador da Nova Vila de Pedro Velho relata as condições da casa que ele mora:

Já fizemo uma reforma, as casinha são fraca demais. Lá muita gente tinha uma casa até boa e pegou uma dessa pra não perder tudo. Foi um serviço mal feito da porra. Aqui fai 7 anos que a gente convive aqui e nem uma pedra eles não botam, assim as águas fazendo grotas, entra prefeito e sai prefeito e a coisa é tudo igual.⁶

Como é apontado na fala do entrevistado as casas são muito fracas, o que justifica o fato de muitas casas já terem sido reformadas. Ele reitera ainda, que passados 7 anos, mesmo com a rotatividade do governo pouco se tem feito para a melhoria das condições de moradia. A população que antes residia em casas de alvenaria, atualmente se aglomera em pequenas

⁶ Severino de Souza. 40 anos, agricultor, morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

casas construídas com placas pré-moldadas. O relatório de visita da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana⁷ detalha a situação das casas:

As casas tem área construída média de aproximadamente 44 metros quadrados, com pequeno quintal, composta de quarto, sala, cozinha e banheiro. Os cômodos são bastante pequenos. As paredes são feitas de placas de concreto – material comumente utilizado para a construção de muros de delimitação de terrenos baldios – e não de alvenaria, mostrando-se bastante frágeis, instáveis e inadequadas para a vida rural. As placas de concreto de que são feitas essas casas, são impróprias até mesmo para a construção de muros e mostram-se absolutamente inadequadas para servir de paredes de uma casa, por serem muito finas e não propiciarem o adequado isolamento térmico, ou seja, no calor, o ambiente fica muito quente e quando as temperaturas baixam o ambiente fica muito frio. (CECDDPH, 2007, p. 12)

Esta constituição das casas, pelo que narram os entrevistados, não dava conta de abrigar uma família composta por mais de 2 pessoas, composição que se verifica, por exemplo, na família do próprio Severino de Souza. Este contou o seguinte:

A casa era muito piquininha. Lá em casa são 5 pessoa, eu e minha mulher durmimo em um quarto e os meninu dormem no outro, por enquanto, enquanto os mininu são pequenu ainda dá lá, mas quando crescerem mais vai ficar difícil caber, eu tive que construir um puxadim, uma outra cozinha atras no quintalzim pra gente ter mais espaço na casa.⁸

Não é difícil nas outras casas encontrar um “puxadinho” tanto na frente das casas como atrás das mesmas. No caso de Severino por enquanto a casa está comportando, em algumas é possível encontrar mais de uma família morando como confidencia Maria Pereira Valente, moradora de 25 anos da vila Melancia:

⁷ O CDDPH institui uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. As Resoluções 15/2006, 21/2006 e 26/2006, do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Presidente do CDDPH, determinaram a constituição desta Comissão Especial.

⁸ Severino de Souza. Entrevista já citada.

A primeira pessoa a sair de lá foi minha mãe, lá da comunidade dos Ferros, porque a água chegou a minha casa, que era a primeira casa que tinha. Nós alugamos uma casa lá no sítio de Jurema e passamos um ano e três meses morando lá. Depois disso, a gente saiu de lá e foi pra Vila. Só que as casas eram muito pequenas e não tinham condições de abrigar todo mundo de minha família que é grande. São dez pessoas. Meu irmão casou e tinha a mulher dele que também morava junto conosco. A casa não tinha condições nenhuma, porque só tem dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha muito pequena. Por isso, meu pai teve que reformar a casa e fazer outro quarto e uma cozinha, pois não tinha condições nenhuma.⁹

Antes mesmo que as casas das novas vilas fossem construídas muitas pessoas já haviam sido atingidas o que levou muita gente a procurar alguns locais alternativos para viverem até a conclusão da nova residência foi o que aconteceu com a família de Maria Pereira. Questionada sobre o período que ela passou morando de aluguel e o porquê do irmão morar com eles e não ter conseguido outra casa, ela fala o seguinte:

É que quando eles chegaram lá em casa pra indenizar meu irmão ainda não tinha casado, tava só namorando. Também foi muito antes, quase dois anos antes. A gente nem sonhava que meu irmão ia casar e ficamos morando lá no sítio porque não tinha casa pra gente.¹⁰

O relato da dona de casa aponta para o fato de que a situação dessa família foi resultado da organização do processo de indenização adotada pelo governo.

Ampliar a casa não foi uma medida adotada apenas pelo pai de Maria Pereira, ou Severino ao caminhar pelas comunidades de Melancia, local onde essa dona de casa reside e Vila Nova de Pedro Velho, local de residência de Severino é possível encontrar uma série de outras, para não dizer que maioria, das casas foram ampliadas e reformadas.

Esse cenário, entretanto não se resume a isso apenas. De acordo com o relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana,

os atingidos foram obrigados a mudar seu modo de vida: saíram de uma vida tradicionalmente rural para um meio urbano/ sem que tenha estrutura de

⁹ Maria Pereira Valente, 25 anos, dona de casa, moradora da vila Melancia. Entrevista realizada em 10 de Março de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Melancia- Natuba, Paraíba

¹⁰ Maria Pereira Valente. Entrevista já citada.

uma aglomeração urbana). Não há terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais. As famílias nada produzem. Não há alternativas de trabalho para esses cidadãos de pouca instrução, totalmente adaptados a vida do campo. (CECDDPH, 2007, p.8, grifo meu)

Neste sentido, parece instigante e profícua uma ponderação ao que Raymond Williams faz a respeito da imagem do campo e da cidade:

É significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. (...) Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos (WILLIAMS, 1989, p.397).

Para Williams, a ideia de campo como algo que remete ao passado - à tradição, aos costumes humanos e naturais - e a ideia de cidade como algo que remete ao futuro - ao progresso, à modernização - nos leva a uma incongruência, pois não situamos o momento presente. Desse modo, a tensão entre passado e futuro é reveladora, pois indica o modo como nos situamos no presente.

Tais pressupostos podem ser trazidos para pensar a realidade das comunidades reassentadas em análise nessa pesquisa. Como a população reassentada se situa a partir do momento em que é deslocada compulsoriamente de local rural para um urbano? A entrevista de Manoel Matias da Silva, 28 anos, morador da vila Melancia me ajudou a compreender essa questão: “Eu sai de casa e vim morar nessa vila que fizeram por causa da barragem. Foi ruim porque onde a gente morava era bom. Era bom de criar, de botar roçado. Eu perdi tudo e só recebi a casa. Hoje eu trabalho com carvão e recebo a cesta básica”¹¹

Algumas mudanças ocorreram na vida cotidiana de Manoel, entretanto a sua principal atividade produtiva – fazer carvão – se manteve. Todavia a maioria da população teve se adequar a nova situação. Maria de Lourdes, já apresentada nesse texto, me confidenciou que no começo, quando chegou a comunidade era muito ruim, mas no momento já havia se

¹¹ Manoel Matias da Silva, 28 anos, agricultor e morador de Melancia Entrevista realizada em 10 de Março de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Melancia- Natuba, Paraíba

adequado. Questionado sobre esse fato, Abel Francisco de Andrade, 39 anos, militante do MAB e morador de Nova Vila de Pedro Velho me relatou o seguinte:

Hoje, eu faço as minhas as palavras de Certeau quando ele diz (...) em a Invenção do cotidiano, sobre a invenção do homem ordinário ele há de encontrar mil e umas formas de sobrevivência mesmo em uma situação daquelas. É incrível a capacidade que as pessoas tem de sobreviver. As pessoas que veem de fora, por exemplo, ficam se perguntando: rapaz esse povo aqui vive de que? Porque você não encontra uma área de plantio, não encontra, não existe isso lá, no entanto alguns levam a vida pescando que é a única fonte de renda concreta que nós temos hoje(...)¹²

Michel De Certeau citado na fala de Abel foi um historiador francês e desenvolveu trabalhos que conjugavam História, Linguística, Psicanálise e Antropologia. Dentre suas principais obras estão: A Cultura no Plural (1974), A Escrita da História (1975) e A Invenção do Cotidiano (1980) é neste último que o autor se refere ao que ele chama de homem ordinário. O homem ordinário é aquele capaz de inventar o cotidiano com mil maneiras de sobreviver e se manter em um local por mais difícil que seja, escapando silenciosamente de quaisquer conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um.

O conhecimento do autor citado pelo entrevistado não é toa. Abel Francisco é estudante e professor de História e segundo ele é fã desse autor. O entrevistado demonstra que as pessoas são capazes de adaptarem as situações, entretanto reconhece que nem por isso a situação é boa.

Em uma outra entrevista é possível perceber a dimensão da mudança das condições de trabalho. Carlos Antônio da Silva, agricultor de 30 anos, morador da Nova Vila de Pedro Velho perguntado relata o seguinte:

Só sei que a gente tinha atividade da gente lá. Com o enchimento da barragem, nós saímos de lá e ficamos com muita saudade de Pedro Velho. Lá a gente criava muitas coisas. Tinha água perto pra nós carregar(...) tinha muita lenha (...). De repente, essa enchente chegou, pegou a gente de

¹² Abel Francisco Andrade, 39 anos, professor, militante do MAB e morador de Nova Vila de Pedro Velho. Entrevista realizada em 23 de Maio de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Aroeiras-PB.

surpresa e a gente teve de sair. Como a gente vivia antes tudo era mais fácil. A gente vivia nas margem do rio. Então, lá eu nasci. Meu pai era plantadô, agricultô. Plantava feijão essas coisa. Agora ele tá plantano, só que é mai difícil, porque tem que descer lá pra barragem e é pior. Eu me criei com minha bisavó, desde os sete ou oito ano. Ela ainda é viva. Até hoje ela sofre com a mudança, porque ela criava bicho e a gente vivia disso. Ela tinha vaca, tinha as coisas. O quintal dela era todo plantado de capim, essas coisas. E agora vivemos nas casinha de placa, com quintalzinho que não dá pra nada¹³

O agricultor é preciso nas suas colocações e aponta que a atividade produtiva do pai embora em condições mais difíceis, uma vez que tem que caminhar em media uns 2 a 3km até o local de plantio e esse trabalho já é desenvolvido em terras dos outros, o que leva o agricultor a muitas vezes ter que pagar pelo produzido e muitas vezes como relata Manoel Matias: “Pra fazer roçado, os donos não dão as terras pra trabalhar. Somente algumas pessoas dão e é muito difícil o roçado lá. Não tem não, para o povo não”¹⁴. A maior parte dessas terras em que muitos dos atingidos vão trabalhar são de latifundiários que possuem terras a jusante da barragem.

As condições de trabalho foram alteradas, a ausência de trabalho, se antes já existia, se agravou e, também, se intensificou a forte dependência da população com relação às ações assistenciais do Governo, como afirma no mesmo relato o agricultor Carlos Antonio: “ As pessoas vivem das feiras basicas que o MAB distribui e da bolsa família e pronto. Os empregos que tem são da prefeitura e o prefeito passa meses sem pagar”¹⁵

A renda mensal por família pesquisada foi calculada por Lins(2006) em torno de R\$ 212,33 em Cajá e de R\$ 284,14 em Melancia, com perda media, após a realocação, em torno de 31% em Cajá e de cerca de 10% em Melancia. Vale ressaltar que na maioria das casas, as famílias contam apenas com a renda da aposentadoria dos mais velhos e com as referidas cestas básica doadas pelo Governo Federal. Sobre isso o estudante de 20 anos, Erivaldo Barbosa morador de Vila Nova de Pedro Velho relatou o seguinte:

¹³ Carlos Antonio da Silva, 30 anos, agricultor e morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, PB

¹⁴ Manoel Matias. Entrevista já citada

¹⁵ Carlos Antonio. Entrevista já citada.

*Desde seis meses de idade que eu vivo com a minha avó. Então quando eu falo de sair de casa ela bota pra chorá e eu não saio de casa. Só que o jeito é sair mermo, porque eu não vou ter ela viva pra toda vida, não vou ter como me sustentar. Então tenho que continuar tentando conseguir emprego. O pessoal dos mercadinhos, os que tem material de construção colocam só o pessoal da família. As vezes a gente tem de se rebaixar, de pedir pra trabalhá e as vezes até pilhera a gente leva, nome de vagabundo, que vive de rua a cima rua a baixo e não arruma emprego, trabalho(...). A gente tem que ficar assim, pra lá e pra cá. Vamo ao mato tirar lenha pra vender, fazemo carvão, batemo tijolo pra vender. Então é muita dificuldade pra gente. Eu quero que o povo tenha um meio de emprego pra trabalhar*¹⁶

A ideia de migração e a busca de trabalho em outros locais é bastante recorrente quando se conversa com os jovens nas comunidades. No caso de Erivaldo ele mora sozinho com sua vó, uma senhora com mais de 85 anos e ele se sente na obrigação de cuidar da senhora. Os dois vivem basicamente da aposentadoria da idosa, um valor equivalente a R\$ 560, 00 mensais e na busca por trabalho, raramente arruma o chamado “bico”, trabalhos esporádicos como tirar lenha ou fazer tijolo. Esses motivos levam, inclusive, aos pais incentivarem seus filhos a migrarem para outros locais é o caso de Severino de Souza: “Eu espero que, quando cresçam, eles tomem destino né? Que estude pra ter um futuro melhor. Eu mermo vou incentivar eles pra sair daqui porque se for pra arrumar alguma coisa aqui o caba não arruma nunca não. Depoi que tiver de maior eles escolham”¹⁷.

Severino é pai de quatro filhos de idade que varia de 1 ano a 10 anos. Fiquei me perguntando como que um pai pode pensar e inclusive incentivar para que os seus filhos saiam de seus lugares de nascimento, ou em outras falas de “debaixo de suas saias”? A resposta estava na sequencia de sua fala. O agricultor se emociona e se retira do local o que leva a crer que impulsionando os filhos a estudarem e buscarem outros locais para sobreviverem terão uma vida melhor.

É consenso entre os moradores contatados nas visitas e entre os entrevistados que os povoados ofereciam mais estrutura na fase anterior à construção da barragem. A agricultura continua sendo uma atividade desenvolvida pelos moradores das comunidades, mas já não como antes. Atualmente o comercio está sendo um forte atrativo nas comunidades, em Nova

16 Erivaldo da Silva, 20 anos, estudante e morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Campina Grande, Paraíba

17 Severino. Entrevista já citada

Vila de Pedro Velho é possível encontrar em uma só rua pelo menos 3 “bodegas”, pequenas mercearias destinadas basicamente a venda de bebidas alcoólicas e em algumas bens de uso pessoal, como material de limpeza e alimentícios. Sobre isso Abel relatou que “hoje, as coisas melhoram para um grupo de pessoas, principalmente os comerciantes porque as áreas produtivas foram inundadas e pra onde as famílias foram alocadas ou relocadas (...) não existem áreas de cultivo ou criação”.¹⁸

O jornalista Germano Barbosa questionado sobre a quantidade de “bodegas” e a consequente venda de bebidas alcoólicas me responde o seguinte:

*O ócio leva a situações deploráveis. Você acompanha como eu a situação do craque, da maconha (...) que infelizmente chegou em Pedro Velho de uma forma devastadora, (...) lamentável. Você sem ter o que fazer, você procura uma ocupação. A droga é um passatempo inicialmente, depois é um pesadelo pro resto da vida não é? É um dado que tem que ser tratado(...). Eu vejo com muito desalento isso que você fala(...). O ócio leva a situações deploráveis. Você acompanha como eu a situação do craque, da maconha (...) que infelizmente chegou em Pedro Velho de uma forma devastadora, (...) lamentável. Você sem ter o que fazer, você procura uma ocupação. A droga é um passatempo inicialmente, depois é um pesadelo pro resto da vida não é? É um dado que tem que ser tratado(...). Eu vejo com muito desalento isso que você fala(...) Olha o álcool, a maconha e o craque são infelizmente as fontes de, eu coloco entre aspas, lazer pra muitos jovens de Pedro Velho, isso dói dizer, mas é uma constatação(...) Lamentável demais, mas eu ainda acho que ainda há tempo de se fazer alguma coisa. Eu apelo até o MAB, aos poderes constituídos, a igreja.*¹⁹

Sem ter uma atividade produtiva ou de lazer para desenvolver muitos dos moradores e especificamente os jovens buscam alternativas para desempenhar alguma atividade, muitos como relatou Germano, encontram nos bares. As drogas, presentes também nas comunidades, são um forte atrativo, o que é problemático mediante as situações vivenciadas nas comunidades e que até o presente momento não verifiquei nenhum ato de combate a isso, as coisas funcionam “as escuras”, são obscurecidas perante a população.

¹⁸ Abel Francisco. Entrevista já citada.

¹⁹ Germano Barbosa, 54 anos, jornalista, ex-morador de Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa-PB onde trabalha. Entrevista realizada em 10 de Maio de 2011 por Emeson Tavares da Silva em João Pessoa, Paraíba.

Mediante tal situação, aqueles que querem trabalhar, quase sempre o jeito é buscar em outro local, como aponta Severino Souza:

Eu trabaio no campo, trabalho com veneno, as vezes é roçando mato (...) Trabaio por dia. Daqui só tem eu mermo. Trabaia um outro pessoal de la, de um lugar chamado Aguá Paba. Eu trabaio ali perto de São Vicente Férreo. Aqui é difícil demais de trabaio aqui, se o caba não se deslocar pra fora aqui ele não consegue nada não, alguns vão pro Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, as vezes consegue trabaio em João Pessoa, Campina mermo²⁰

O agricultor trabalha em São Vicente Férreo, no interior pernambucano e faz basicamente o que já fazia antes da barragem, nesse trabalho ele ganha em media R\$ 600,00 para manter a sua família composta por seis membros. Sua família é considerada de baixa renda pelo Governo Federal pelo qual ela é beneficiada pelo programa Bolsa Família.²¹ Além disso a família ainda recebe a cesta básica pelo governo em virtude de ter sido atingida, que segundo o agricultor ainda é irregular: “A cesta é composta por arroz, feijão, macarrão, fuba, óleo, só não vem carne, nem outras coisas. Comida grosseira vem bastante(...) É uma vez no mês, mas não é todo mês não sabe?! As vezes passa dois, três meses sem vim, mas de qualquer forma ajuda”.²²

Severino também falou sobre o que ele esperava do futuro: “Daqui mermo sobre melhorá pra gente aqui eu acho aqui só se entrá um prefeito aí que faça alguma coisa pelo lugar né? Vá a busca. Mas sobre trabalho aqui acho que vai ser essa coisa assim direto”²³ Descrente, o agricultor deposita as chances de um futuro melhor nas mãos de um governante.

Outras atividades produtivas além da agricultura, do comércio são desenvolvidas nas comunidades. A criação de animais, por exemplo, alguns criam animais sob condições precárias e são comuns pequenos rebanhos de caprinos por entre as ruelas dos povoados e currais improvisados nos pequenos quintais com poucas reses.

A pesca, a atividade praticada e diretamente ligada à barragem, é praticada de acordo com Lins(2006) por cerca de 25% dos moradores que ela entrevistou nas comunidades. Estes utilizam o reservatório de Acauã para esta finalidade. Entretanto, 60% das pessoas que

20 Severino de Souza. Entrevista já citada

21 O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que oferece um auxílio financeiro com o intuito de beneficiar famílias em condições de pobreza ou de extrema pobreza.

22 Severino de Souza. Entrevista já citada

23 Severino de Souza. Entrevista já citada

participaram da pesquisa da referida autora declararam-se insatisfeitas com esta prática. Todavia em conversas com pescadores da comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, eles me revelaram que há cerca de de 1,8 mil pescadores que vivem basicamente dessa atividade. Segundo eles, há períodos em que a pesca é um ótimo atrativo e dá para sobreviverem da pesca, mas, em media, eles acumulam uma renda de R\$ 500, 00 a R\$ 600, 00 mensais.

Algumas Considerações

A conclusão da barragem de Acauã no Agreste paraibano, em 2002 como aponta Oliveira (2002) fez desaparecer inúmeras paisagens, lugares onde estavam depositados anos de história, cuja destruição significou para seus moradores a ameaça a seus referenciais, ou até mesmo a ruptura desses referenciais. Para os atingidos, o significado do projeto Acauã é forte. Acauã não representa apenas a solução para a falta de água na região, como também sua construção é exorbitantemente questionada por esses sujeitos que perderam espaços e paisagens, e por certo, vivenciaram as transformações. Para os homens e mulheres que conviveram com esse tempo, presenciar a construção de Acauã e a formação do seu reservatório significou, de certa forma, tornar-se um ser “subjugado” aos “caprichos” trazidos por essa “redenção”

Dessa forma, é imprescindível adentrar esse turbilhão de mudanças, que veio destruindo os resquícios da experiência de tantas pessoas e optar por um outro olhar, que se alicerce em apreender e tornar visível a história compreendida como as: “experiências de mulheres e homens que, mesmo sob determinadas condições”, vivenciaram um espaço, construíram sentidos e por vezes acreditaram na possibilidade de sua participação enquanto sujeitos de seu tempo (THOMPSON, 1991, p.54).

A pesquisa aponta que , as medidas de solução dos efeitos sofridos pelos atingidos de Acauã adotadas pelo governo resumiram-se à compensação monetárias irrisórias e/ou à cessão de uma unidade habitacional nos referidos conjuntos habitacionais rurais. Estas medidas relatadas nos relatos dos entrevistados foram problemáticas porque não foram acompanhadas de provisões para infraestrutura local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FENELON, D. Ribeiro. **Trabalho, cultura e história social**: perspectivas de investigação. In: Projeto história 4. São Paulo: Educ. 1989.

LINS, Ruceline Paiva. **Limnologia da Barragem de Acauã e codeterminantes socioeconomicos do seu entorno**: uma nova interação do limnólogo com sua unidade de estudo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Centro de Ciências Exatas e da Natureza. UFPB. João Pessoa, 2006. 134p

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. **Relatório do Primeiro Encontro dos Atingidos pela Barragem de Acauã**, Pedro Velho, Aroeiras-PB: Não publicado, 21 e 22 de Dezembro de 2002. 23p

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O tempo, a disciplina no trabalho e o capitalismo industrial**. In: SILVA T. Tadeu (org). Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e Cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FILHOS DE SÍSIFO ENTRE CLIO E MNEMÓSINE: HISTORIANDO MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM AÇAILÂNDIA-MA 1978-2008.

Fagno da Silva SOARES¹

fagno@ifma.edu.br

RESUMO: A pesquisa pretende contribuir para o alargamento do conjunto de estudos e reflexões historiográficas acerca da escravidão nos dias de hoje, a partir da análise de depoimentos de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea, no sentido de perscrutar as narrativas dos escravos contemporâneos libertos na Região fronteira da Pré-Amazônia Maranhense, mais especificamente, em Açailândia no período de 1998-2008, analisando a tríplice articulação cotejante entre histórias, memórias e identidades a partir das matrizes teóricas e metodológicas considerando as discussões mais recentes, forjando um instrumental teórico de estudo e reflexão. Neste contexto, tomaremos como basilares teóricos os estudos de Pollak (1992), Nora (1998) e Halbwachs (2006) para pensar o conceito de memória. Para pensar identidade e diferença utilizaremos Edward W. Said (1978), Stuart Hall (2006) e Tomaz Tadeu (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Identidade. Memória.

ABSTRACT: The research aims to contribute to the broadening of the range of studies and reflections on historiography of slavery today, from the analysis of testimonies from workers undergoing contemporary slavery, to peer into the narratives of contemporary slaves freed in the border region Pre-Amazonia of, more specifically, in the period 1998-2008 Açailândia, analyzing the triple conjunction between cotejante stories, memories and identities, from the theoretical frameworks and methodological considering the latest discussions, forging a theoretical tool for study and reflection. In this context, we take as basic theoretical studies of Pollak (1992), Nora (1998) and Halbwachs (2006) to consider the concept of memory. To think about identity and difference will use Edward W. Said (1978), Stuart Hall (2006) and Tomaz Tadeu (2009).

KEYWORDS: Work. Identity. Memory.

¹ Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, ora apresentada, o com título *Filhos de Sísifo entre Clio e Mnemósine: Trabalho Escravo Contemporâneo em Açailândia-MA 1978-2008*, pretende contribuir para o alargamento do conjunto de estudos e reflexões historiográficas a partir da análise dos discursos dos escravos contemporâneos libertos no sentido de perscrutar as causas que fizeram o município de Açailândia, localizado à sudoeste do Estado do Maranhão, região fronteira, um verdadeiro centro exportador de trabalhadores escravos contemporâneos as fazendas do Estado do Pará.

Nessa perspectiva, a pesquisa esboça um painel que se desdobra sob uma visão crítica, instigante das vozes inaudíveis nos rincões da Pré-Amazônia Maranhense, tendo como recorte espaço-temporal o município de Açailândia-MA no período de 1978-2008. Acredita-se poder convertê-lo em um exercício de interconexões filigranadas entre Clio (a musa da história) e Mnemósine (a deusa da memória) com o intento de reconstruir através da história oral temática o cotidiano do trabalho escravo contemporâneo com uma abordagem problematizadora da história e por vezes sociológica quizá antropológica.

Propõe-se a recomposição do mosaico histórico entre os modos de pensar e sentir o cotidiano do trabalho escravo contemporâneo, a partir dos depoimentos dos “libertos”, tomados como objeto de estudo aferido para além das técnicas da história oral em diferentes temporalidades com o intento de desvelar aspectos sociais, culturais, geográficos e também ideológicos presentes no imaginário social deste que fizeram do município de Açailândia, a cidade escravidão. Enfatizando características peculiares deste fenômeno geo-sócio-econômico e cultural, referendado por estudiosos da literatura encontrada, suscitando assim, alguns questionamentos acerca dessa realidade, e propondo possíveis caminhos de reflexão.

A expressão ‘suplício de Tântalo’ é usada para designar a condição do indivíduo escravizado que se vê condenado a abandonar aquilo que possui ou está ao seu alcance. Segundo a mitologia grega, o rei Tântalo foi lançado ao Tártaro, num vale abundante em vegetação e água, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, pois, ao aproximar-se da água esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob força do vento. Tal analogia remete-se ao indivíduo submetido a escravidão por dívida no Estado do Pará, que por força da situação em meio a fome, a sede e o cercamento do direito de ir e vir, sente-se amarrado em um verdadeiro Tártaro. Sísifo por sua vez foi condenado a levar um imensa pedra ao cume da montanha por toda a eternidade. Nessa perspectiva, objetiva-se esboçar um painel que se desdobrará sob uma visão crítica, instigante daqueles que, por algum motivo, venha tê-lo como referencial de estudo e reflexão. Acredita-se poder convertê-lo em um exercício de interconexões filigranadas entre a história, cidade e memória com o intento de reconstruir através da história oral temática o imaginário

urbano entre Clio (musa da história) e Mnemósine (musa da memória). Contudo, a presente pesquisa aponta para a compreensão da realidade histórica fundada na oralidade do tempo presente e memória rompendo com a cultura positivista documental, valorizando o diálogo, a inter-oralidade e a relação entre pesquisador/entrevistados.

O estudo problematizado em história é um ponto de partida adequado quando se deseja reconstituí-la para melhor compreender a realidade a partir do presente, dialogando como os fragmentos do passado, fazendo-se sempre contemporânea por ser revisitada por historiadores e para leitores do nosso tempo. Nesse sentido, surge o seguinte questionamento que motivou a elaboração do presente projeto de pesquisa. Quais as causas que contribuíram para que a cidade de Açailândia, tenha se tornado um centro exportador de trabalhadores para as fazendas neo-escravocratas no Estado do Pará?

Buscando, portanto, refletir-se sobre tal problemática, e conhecer os motivos que levaram a essa condição através da análise das narrativas dos trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea que foram libertos, identificando possíveis equívocos e contradições existentes ou não, que tornou o município de Açailândia, num centro de exportação de trabalhadores a condições análogas ao trabalho escravo colonial.

2 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Sabe-se que, o trabalho escravo contemporâneo é um fenômeno mundial. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006) utilizar o termo ‘trabalho escravo’ para designar a atividade forçada que resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade. Segundo estatísticas, há pelo menos 12 milhões de pessoas no mundo nestas condições. Em suas publicações vem utilizando, ainda, a expressão trabalho forçado para classificar o ato no qual alguém desrespeita os direitos do trabalhador, atingindo sua integridade física e moral, sua dignidade e o seu direito à liberdade e auto-gestão.

O trabalho escravo contemporâneo é uma atividade laboral degradante que envolve cerceamento da liberdade, por meio de uma dívida, composto ainda por péssimas condições de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação e saúde e uso da violência. É uma atividade laboral em que o empregado é submetido a situações subumanas por seu empregador; e onde são violados os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana desde a deformação de consentimento quando da celebração do vínculo laboral, até a restrição total da liberdade de ir e vir. O trabalhador é obrigado a prestar um serviço, sem receber pagamento ou, quando

recebe, é um valor insuficiente para suas necessidades. Ademais, o trabalho escravo contemporâneo se configura através de relações ilegais de trabalho.

Para Jairo Sento-Sé (2001), estudioso do trabalho escravo contemporâneo no Brasil define com propriedade, sendo,

aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes, [...] submetendo-o, [...] a constrangimento físico e moral, [...] passando pela proibição imposta ao obreiro de resilir o vínculo quando bem entender, tudo motivado pelo interesse de ampliar os lucros às custas da exploração do trabalhador.

Em linhas gerais, a principal característica da escravidão contemporânea é a dívida, além de alojamentos precários, péssima alimentação, falta de assistência médica e saneamento básico, maus tratos e violência, jornada exaustiva, isolamento geográfico, retenção de documentos e salários, ameaças físicas e psicológicas, privação da liberdade e usurpação da dignidade.

A expressão 'trabalho escravo contemporâneo' é um tanto polissêmico, ainda é centro de debates para alguns, o termo escravidão não se aplica ao fenômeno atual, pois ela teria sido extinta nos idos tempos da Abolição. Para outros, a escravidão não se extinguiu, mas está presente em outro contexto, com novas e antigas características. Passados mais de um século da assinatura da Lei Áurea, a escravidão continua sendo uma das maiores mazelas sociais de degradação humana que assola o Brasil. Estima-se que exista no Brasil entre 25 a 40 mil trabalhadores rurais vivendo em regime análogo ao trabalho escravo, em diversos estados do país, com ênfase ao Maranhão, Pará, Piauí, e Tocantins, configurando a cartografia da exploração do homem pelo homem, OIT (2006).

Vale lembrar que MA e PI são, notadamente segundo a OIT (2006), exportadores de mão-de-obra para Trabalho Escravo. Sendo que 40% de todo trabalho escravo utilizado no país vêm do Maranhão. A maior parte desse contingente, na década de 1980 e 90, ia parar nas grandes fazendas do Pará, que ainda utiliza 60% do trabalho escravo do país. Geralmente são envolvidos em esquemas de endividamento e submetidos, pelo uso da ameaça e da violência, a total privação dos seus direitos trabalhistas e de cidadania, como a liberdade de ir e vir, a retenção de documentos, além do não pagamento de salários. O município de Açailândia é recordista em exportação de trabalhadores para as áreas onde se praticam a escravidão, dada entre outras questões a sua localização em região de fronteira, a baixa escolarização e sua atividade econômica principal, a siderurgia. Tornando-se o epicentro do corredor de exportação do tráfico de pessoas para labor escravo no país.

As primeiras denúncias foram feitas nos anos 70 do século passado por Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico e defensor dos direitos humanos na Amazônia. Porém foi a partir de um caso denunciado pela Comissão Pastoral da Terra em 1978 envolvendo uma propriedade da Volkswagen, no Sul do Pará, que a temática ganhou repercussão mundial.

Desde então, tem sido objeto de estudo de muitos estudiosos e para discutir criticamente a temática durante a realização da pesquisa, trataremos as proposições de antropólogos,

sociólogos, juristas, jornalistas, historiadores e especialistas da área, tais como: Neide Esterci, Ricardo Rezende Figueira, Claude Meillassoux, José de Sousa Martins, Binka Le Bretton, Hélio de Souza Rodrigues Júnior, Jairo Sento-Sé, Leonardo Sakamoto, Xavier Plassat e José Carlos Aragão Silva. Ademais, consultarei documentos tidos como oficiais produzidos por técnicos e especialistas da Delegacia Regional do Trabalho/MA e aqueles produzidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos de Açailândia/MA e pela CPT.

A pesquisa proposta possui relevância científica e acadêmica por associar-se as pesquisas da **V Simpósio Internacional de História: *Culturas e Identidades***, promovendo análises e reflexões no âmbito dos aportes teóricos e metodológicos da historiografia contemporânea. Conforme D'Assunção “[...] quebrar o isolamento de uma pesquisa interligando-a potencialmente a outras é sempre promissor, pois é inegável que o diálogo acadêmico tende a enriquecer qualquer objeto de estudo” (2005, p. 72.).

2.1 HISTORAR MEMÓRIA E MEMORAR HISTÓRIA

De acordo com a literatura estudada, podemos elencar algumas proposições sobre a história oral e sua subjetividade e assim ficou confirmado no “VI Encontro Nacional de História Oral”, realizado de 28 a 31 de maio de 2002, pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO, 2006) e pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo,

A história oral é uma metodologia muito usada [...]. Apesar de seu uso crescer a cada dia, ainda existem muitos preconceitos e árduas críticas contra esse método: o entrevistado pode ter uma falha de memória, pode criar uma trajetória artificial, se auto-celebrar, fantasiar e mentir. Mas isso faz da história oral uma fonte não fidedigna para o pesquisador?

Ao discutir os desafios da história oral, historiadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO, 2006) assinalaram uma das maiores críticas à memória.

[...] é que a memória pode ser distorcida pela deterioração física do entrevistado e pela possível nostalgia que possa fazer o entrevistado idealizar o passado [...]. Porém, essa “não confiabilidade da memória” pode ser encarada como um recurso e não como um problema.

É de domínio do historiador oral a importância dos “apoios de memória”, como fotos, objetos e outras coisas que podem ajudar na reconstituição do passado e que os lapsos de memória são menos preocupantes que as omissões da história “oficial” (BARROS, 2004). Outro aspecto bem marcante da oralidade é a sobrecarga de subjetividade, que em tese, deve ser considerada uma potencialidade. Pois somos sujeitos e objetos no âmbito da pesquisa. Sujeitos,

ao questionar, problematizar. Objeto, ao ouvir, registrar e ser observado, questionado, interpretado, pelo outro. Deve-se, portanto, experimentá-la praticando-a sistemática e criticamente.

Existem, entretanto, pesquisadores que ainda acreditam que os documentos escritos são “mais confiáveis” do que as fontes orais. Vale ressaltar que, corriqueiramente, tais documentos não passam de transmissões de relatos orais escritos por homens, sendo, desse modo, susceptível às mesmas ‘falhas’. Segundo o historiógrafo inglês Edward Carr

nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. (HUGHES, 2002).

Logo, os documentos escritos têm os mesmos problemas que as fontes orais, podendo estas ser tão fidedignas quanto qualquer documento escrito. De acordo com o sociólogo austríaco Michael Pollak , (1992) “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral.” É sabido que, tal como a documentação escrita tem que seus lapsos, falseamentos, polifonias e entrelinhas, a oralidade também possui imprecisões. Porém, Barros (2004) nos afirma que a história oral “[...] tem ocupado a maior parte da prática historiográfica até os dias de hoje [...]”. Rompendo com a ditadura positivista do documento, qualquer texto pode ser considerado uma fonte para o historiador do século XXI, como afirma o historiador Barros, (2004) ao dizer que

[...] o diário de uma jovem desconhecida, uma obra de alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo [...]

Não há mais limites de fontes para os novos historiadores, pois os diferentes documentos os levam diretamente ao contato com o problema a ser investigado. Atentemos a enfática afirmação de Pierre Nora (1998) no tocante a história e memória. Nos termos desse autor “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]” e “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]” Para tanto, preocupar-se com o resgate e preservação da memória é no mínimo salutar em tempos que parece sucumbi-la, torna-se justificável o afã dos historiadores, em reconstruir, problematizar e preservar histórias e memórias. O historiador medievalista Le Goff (1994) , afirma que a função do historiador com a “[...] memória é para libertação [...] salvar o passado

para servir ao presente e ao futuro [...]”.Portanto, o historiador de abordagem oral desempenha na sociedade um papel peculiar de Nora, (1994) “[...] impedir que a história seja somente história”, comprovando sua indissociabilidade com a memória.

Para Verena, (2005) historiar memórias “[...] não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam o nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas”. Na verdade, são elementos subjetivos de difícil trato científico. Lidar com a oralidade de pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram, como nos situa Déa Fenelon é possibilitar como sublinha Fenelon, (2000) “a valorização da memória [...] trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado”. É preciso dispor de vários relatos que permita cruzá-los como Gwyn Prins afirma Burke, (2002) “testis unus, testis nullus”. Para se compreender as múltiplas ações e reações das relações de convivências dos momentos por eles vividos. Pretende-se esmiuçar conceitos de história oral, identidades e memórias a partir da interpretação dos lugares ocupados pelos atores sociais envolvidos, elucidando quereres, fazeres e discursos individualizados e coletivizados e outros que se fizerem necessários a partir da análise de suas histórias e memórias, formando um caleidoscópio imagético.

Sobre história oral, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) afirma ser uma “prática de apreensão de narrativas [...]” que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” MEIHY (2005). A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François (2001) a história oral privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]” valorizar a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”, ou seja, das “[...] visões subjetivas [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica” Ferreira & Amado (2001).

Dialogando com outras abordagens de pesquisa a história oral “[...] mesmo tendo nascido exilada” MEIHY (2007). ampliou seu campo de ação com vista à dinâmica do tempo presente, ganhando novos adeptos, possibilitando que as vozes de outros atores sociais multipliquem-se, assim como as técnicas específicas e procedimentos metodológicos ímpares dessa metodologia. De fato, é crescente o número de pesquisa e publicações em história oral no Brasil, o que evidencia sua forte presença nas pesquisas acadêmicas no Brasil Ferreira & Amado (2001), afirmam que a história do tempo presente “[...] perspectiva temporal por excelência da história oral, é legítima como objeto de pesquisa e da reflexão histórica” Ferreira & Amado (2001), e cabe ao historiador da oralidade “[...] buscar contribuições de outros campos do saber como a filosofia de Henry Bergson sobre a memória e a teoria

sociológica de Maurice Halbwachs e Pierre Bourdieu ou mesmo da teoria psicanalítica de Freud” Ferreira & Amado (2001). Quanto a Roger Chartier “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto [...]” Ferreira & Amado (2001), dividindo com os que fazem a história.

Toda memória individual corresponde a uma parte da coletiva, Halbwachs (2006) também, considera a memória individual como coletiva tangenciada pela sua temporalidade, espacialidade e interação, “[...], pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Para Pollak, corroborando as afirmações Halbwachs (2006), a memória “[...] é também um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva” (Halbwachs 2006). Noutros termos, a memória é também identidade social.

Nesse contexto, o historiador oralista da memória remete-se a fragmentos de lembranças individuais de modo a inter-oralizar (confrontar) os depoimentos, tendo vistas a coletivizar o individualizado, estabelecendo uma relação com o tempo presente, uma vez que lembrar não é reviver, mas rever (revisitar com olhos do presente) o passado para compreendê-lo (BOSI, 1987). De acordo com Bosi (1987),

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...]. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.

Com relação à coletivização dos recortes de memória individual e sua contemporaneidade, Carvalho (2006) afirma que a

[...] memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica marcado o significado de acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Pode-se mesmo dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são (re)elaboradas pelas vivências do presente. Portanto, passado e presente se fundem, se confundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, mas é sempre presente.

Contudo, buscar-se-á os objetivos propostos no projeto, a partir de fragmentos das memórias de atores sociais, observando, também, como se tece a trama histórica no cotidiano dos trabalhadores submetidos à escravidão. Através das entrevistas, será possível, ainda, o registro de informações necessárias para a interpretação da realidade, as quais poderão ser retomados e aprofundados por outros estudiosos. Tal como nos diz o historiador Vainfas (1997), no mais é “[...] percorrer os caminhos e descaminhos da história [...]”.

Historiar memórias e identidades é romper com as velhas identidades que por tanto definem quem somos, de modo que somos despedaçados em nossas individualidades em meio ao eu coletivo. Fala-se, hoje em identidades líquidas por desmancha-se no ar à sombra da pós-modernidade com formações cambiantes e híbridas. Logo vivemos uma ‘crise de identidades’ afirma Hall (2005). A construção de identidades perpassa a noção de diferença, como propõe Said (1990) a identidade “é simplesmente o que eu sou, a diferença é aquilo que o outro é” ao dizer o que somos, significa o que não somos.” Para Pesavento (2004) a identidade é “... uma construção simbólica de sentido” portadora da “idéias de pertencimento”.

Conforme veremos no decurso do projeto ora apresentado, embora diversas vezes explorada esta temática, existem lacunas de obras historiográficas, direcionadas para o enfoque proposto, tornando-o relevante na tentativa de supri-las. Os aportes teóricos de caráter transdisciplinar constituem precisamente a contribuição da pesquisa proposta. Sem ineditismo, mas, percebido através de uma análise alheia a paixões que impediriam a clareza na pesquisa.

A pesquisa proposta possui tanto relevância acadêmico-científica quanto social, por associar o seu tema à linha de pesquisa contemplada pela instituição a que se dirige este projeto integrando-a a uma rede de pesquisas já existentes nesta conceituada instituição de ensino superior atenta as tendências da historiografia atual e por promover uma reflexão acerca de uma demanda local. Conforme D’Assunção Barros (2004) “[...] quebrar o isolamento de uma pesquisa interligando-a potencialmente a outras é sempre promissor, pois é inegável que o diálogo acadêmico tende a enriquecer qualquer objeto de estudo” D’Assunção Barros (2005) favorecendo a sua exequilibridade.

A literatura levantada somada e o conhecimento empírico, apontam um considerável índice trabalhadores submetidos à escravidão nas fazendas do Estado do Pará oriundos, em grande parte, do município de Açailândia, fato este que motivou a minha escolha por este tema. A motivação também se deu por outros fatores: a relevância acadêmica e social da proposta de análise do tema; a viabilidade (fontes acessíveis); a pertinência e certa originalidade (conexões teóricas) metodológica sob o vértice da história oral temática, tornando-a

exequível.

Logo, o presente projeto apontará para a interpretação da realidade histórica fundada na memória, rompendo, assim, com a cultura positivista documental, valorizando o diálogo e a relação entre pesquisador/objeto de estudo em uma perspectiva para além de uma abordagem sociológica ou jurídica. O recorte temporal é justificado como o período que vai desde o final dos anos setenta até o ano de 2008. O enredo desta trama social possui atores que forjam seus “lugares de memória” compondo uma nova rede de memórias nem sempre com final feliz, afinal a sociedade é como um teatro vivo com seus dramas, comédias e tragédias, (re)significados a cada rememoração que trarão à tona o espaço geográfico, utensílios, alimentos, ameaças, privações que compuseram o cenário deste teatro de memórias vivas.

Para tanto, a inserção e adequação temática do projeto proposto à linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho desta referendada Instituição se dá, à medida que, ambos convergem na preocupação em analisar a construção de narrativas e na relação entre história, memória, identidades e trabalho, enquanto elementos formadores do imaginário social e de memórias individuais e coletivas que permitirá uma reflexão histórica das vozes dos atores sociais carregadas de significação social e cultural através da sobreposição analógica entre o trabalho escravo antigo, colonial e hodierno com suas similitudes e diferenças

3 HISTÓRIA CULTURAL E CIDADE

A historiadora cultural Sandra Pesavento em importante obra evidencia a serena fisionomia de Clio, a musa da história com o estilete da escrita e a trombeta da fama, sendo a filha diletta entre as musas, mnemósine enquanto detentora da memória gerou a própria história. A história cultural corresponde, hoje, a cerca de 80% da produção historiográfica nacional, expressa não só nas publicações especializadas, sob forma de livros e artigos científicos. A historiografia brasileira segue a mudança de olhar de Clio atenta as questões culturais. Uma espécie de *crème de la crème* dos historiadores.

É de domínio do historiador oral a importância dos “apoios de memória”, como fotos, objetos e outras coisas que podem ajudar na reconstituição do passado e que os lapsos de memória são menos preocupantes que as omissões da história “oficial”. Outro aspecto bem marcante da oralidade é a sobrecarga de subjetividade, que em tese, deve ser levada em consideração. Pois somos sujeitos e objetos no âmbito da pesquisa, sujeito ao questionar, problematizar e objeto ao ouvir e registrar. Muitos pesquisadores ainda acreditam que os documentos escritos são “mais confiáveis” do que as fontes orais, mas corriqueiramente tais documentos não passam

de transmissões de relatos orais e ainda são escritos por homens, sendo susceptível às mesmas ‘falhas’. Segundo o historiógrafo inglês Edward Carr,

nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. (HUGHES, 2002, p. 43-44)

Logo, os documentos escritos têm os mesmos problemas que as fontes orais, podendo estas ser tão fidedignas quanto qualquer documento escrito. A história oral é inovadora por seus objetos com atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e os marginalizados e excluídos da história, à história do cotidiano e vida privada numa perspectiva micro-histórica. É sabido que, tal como a documentação escrita tem que seus lapsos, falseamentos, polifonias e entrelinhas, a oralidade também possui imprecisões. Porém, a história oral “[...] tem ocupado a maior parte da prática historiográfica [...]” (Idem, 2004, p. 133).

Rompendo com a ditadura positivista do documento, qualquer texto pode ser considerado uma fonte para o historiador do século XXI, como afirma o historiador Barros ao dizer que

[...] o diário de uma jovem desconhecida, uma obra de alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo [...] (Idem, 2004, p. 134).

Não há mais limites de fontes para os novos historiadores, pois os diferentes documentos levam-os diretamente ao contato com o problema a ser investigado. Atentemos a enfática afirmação de Nora no tocante a história e memória para quem “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]” e “[...] memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]” (NORA, 1998, p. 9).

Para tanto, preocupar-se com o resgate e preservação da memória é no mínimo salutar em tempos que parece sucumbi-la, torna-se justificável o afã dos historiadores, em reconstruir, problematizar e preservar histórias e memórias. O historiador medievalista LE GOFF (1994, p.47) afirma que a função do historiador com a “[...] memória é para libertação [...]”. Portanto, o historiador de abordagem oral desempenha na sociedade um papel peculiar de “[...] impedir que a história seja somente história” (Idem, 1994, p.47).

Lidar com a oralidade de pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram o cotidiano dos pensionatos, como nos situa Déa Fenelon é possibilitar “a valorização da memória [...] trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado” (2000, p. 07). É preciso dispor de

vários relatos que permita cruzá-los “testis unus, testis nullus” [uma única testemunha não é uma testemunha]. Para se compreender as múltiplas ações e reações das relações de convivências dos momentos por eles vividos. Esmiçaremos embora que superficialmente, os conceitos de história oral e tempo presente, memória, e espaço urbano vivido, ocupado pelos atores sociais envolvidos, elucidando e outros que se fizerem necessários como suas histórias e memória, formando um caleidoscópio imagético.

Para Bom Meihy a história oral “é uma prática de apreensão de narrativas [...]” que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”. (MEIHY p.17, 2005.). A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François a história oral privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]” valorizar a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”, ou seja, das “[...] visões subjetivas [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica.” (FERREIRA, AMADO, p. 4, 2001).

Toda memória individual corresponde à parte da coletiva, Halbwachs também, considera a memória individual como coletiva tangenciada pela sua temporalidade, espacialidade e interação, “[...] Pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 46).

No Brasil a obra Domínios da história organizada pelos historiadores Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (1997) evidencia um panorama atualizado da pesquisa histórica brasileira mapeando os territórios dos historiadores, os campos de investigação, as linhas e instrumentos de pesquisa. Outra obra de igual valor é de Ecléa Bosi na obra Memória e sociedade: lembrança de velhos (1987) traça a luz da psicologia do oprimido relatos marcantes da história de idosos, relacionando relatos e estabelecendo conexões com o tempo presente. Nesse contexto, o historiador-entrevistador da memória remete-se a fragmentos de lembranças individuais de modo a inter-oralizar (confrontar) os depoimentos, tendo em vista a coletivizar o individualizado, estabelecendo uma legítima relação como o tempo presente, uma vez que lembrar não é reviver, mas rever (revisitar com olhos do presente) o passado para compreendê-lo. Ecléa Bosi como tal, afirma que

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...]. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de

um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor (1987, p. 21).

Com relação à coletivização dos recortes de memória individual e sua contemporaneidade, a historiadora Maria do Amparo afirma que a

[...] memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica marcado o significado de acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Pode-se mesmo dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são (re) elaboradas pelas vivências do presente. Portanto, passado e presente se fundem, se confundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, mas é sempre presente (2006, p. 20-21).

4 CALEIDOSCÓPIO CIDADINO: REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA CIDADE

Entende-se, portanto que a cidade é um espaço de vivências com entrelace de experiências, necessidades, pensamentos, anseios e imagens, formulando um complexo espectro onde se articulam querer, fazer e discursos. Teóricos como Fustel de Coulanges, George Simmel, Max Weber e o brasileiro José Murilo de Carvalho lançaram-se na empreitada de melhor compreender os ‘espaços urbanos’ em suas representatividades, permanências, revoltas e mudanças e a própria história.

A cidade de Teresina figura entre um dos mais modernos centros médicos do país, tornando-se um verdadeiro Eldorado da medicina no nordeste do Brasil, com suas representações, relatos, identidade, práticas e seus atores sociais, elucidantes da construção imagética da memória da cidade delineada pela interação teresinos/Teresina. Portanto, “[...] cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade [...] preenchida pelas cidades particulares” (CALVINO, 1995, p. 32).

Enfatizando o espectro da cidade-saúde com suas construções e desconstruções, com suas espacialidades e temporalidades próprias, a cidade de Teresina é um complexo emaranhado de encontros e desencontros de suas múltiplas cidades na visão de seus cidadãos e forasteiros. Portanto, “[...] as várias cidades que se cruzaram nessa perspectiva possibilitaram significativas contribuições para a revelação de um corpus de conhecimento sobre Teresina”

(BRANDIM, 2006, p. 159.). Contudo “a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença”. Mas como (des)construção o permanente das vivências sociais (Idem, 2000, p. 07).

A construção de uma cidade-capital e também provinciana com funcionalidade e recordações vivas escritas em suas ruas, becos, avenidas, casas, pensões e hospitais no visível e no invisível, no “cidarulho” e no silêncio, são recortes que recompõe o mosaico painel de lembranças da cidade invisível aos nossos olhos. Aventar-se-á no propósito de conhecer a imaterialidade simbólica do universo urbano de Teresina a partir das vivências de ilustres forasteiros que dela buscam a saúde. Tal como segue a fala da Sr^a. M. dos S. S. (2006) “[...] Meu marido foi levado de Açailândia para trabalhar no Pará há mais de 1 ano e até hoje nunca voltou, não tenho mais notícias dele.”

4.1 Ecos da Cítara de Orfeu guiada por Clio

Os depoentes desnudaram a cidade com um discurso salvacionista de liberdade de que fora guiados pelos ecos de cítara de Orfeu em busca da liberdade, ecoa as virtudes da liberdade em quase todo o nordeste oriental brasileiro e sudoeste paraense. Orfeu é um personagem da mitologia grega Orfeu é filho da ninfa Calíope e do deus Apolo, associado à poesia e a música. De sua lira e de sua melodiosa voz ecoam um sons capazes de inebriar e encantar mortais e imortais.

Com efeito, a cidade é um organismo vivo, mutável que nasce, cresce, envelhece e morre no imaginário de seus visitantes como as múltiplas cidades visualizadas nos discursos de seus narradores como lugares de significação social, tantas vezes visível e invisível aos olhos, da cidade quanto espaço de construção permanente de histórias e culturas.

A cidade de Açailândia estará sempre sob seu próprio reflexo ao som da lira cítara de Orfeu, do que é, e do que se mostra ser, para além do espelho e do olhar do outro, um pólo da de exportação de escravos, uma mazela a ser sanada. Ouçamos com os ‘ouvidos do ver’ a fala da jovem L. M. de Sousa,

[...] Meu marido é a prova viva da escravidão nas fazendas do Pará, ele foi com um grupo de amigos, trabalhou durante 5 meses. Lá não tinha o que comer nem beber, eram ameaçados todos os dias, ouviu dizer que foram mortos mais de 5 homens nessa fazenda. Infelizmente ele agora está em outras fazenda. A vida é assim. (SOUSA, 2006).

Cada depoente constrói em suas falas um quadro imagético mistificador da escravidão, narrando suas experiências, verdadeiras “odisséias” em busca da sobrevivência, a partir da

imagem que se tem da escravidão influenciada pela cultura existente já ossificada sobre o que significa escravidão.

Atentemos a ligeira descrição da idéia de pertencimento a ‘cidade’ do Sr.º J. N. Ribeiro,

[...] Eu não acho que é escravidão, quem é forte também e ganha seu sustento, quem é fraco e não gosta de trabalhar merece passar fome [...] Eu nunca vi gente sendo morta na fazenda, já vi acidentes [...] (RIBEIRO, 2006).

Muitos dos atores sociais que compõe a nova rede de contatos e ciclos de amizade serão determinantes para a memória deste enredo nem sempre com final feliz, afinal a sociedade é como um teatro vivo com seus dramas, comédias e tragédias, resignificados a cada rememoração que trarão à tona as ruas, pensões, hospitais, corredores e macas que compuseram o cenário deste teatro de memórias. Como neste caso do Sr.º J. N. Ribeiro que descaracteriza o discurso de escravidão por dívida de outros colegas narradores, para ele não se configura escravidão contemporânea, isso é fruto da influência sofrida no convívio com os escravocratas contemporâneos.

O entrevistado Sr. JB Gomes traça uma radiografia pautada na sua oralidade com diferentes olhares e discursos sobre a escravidão contemporânea. O colaborador Sr. JB relata a seguir sua primeira impressão a fazendo em que estava aprisionado,

Quando cheguei lá de cara levei um susto com tanta injustiça. [...] Parecia um filme de terror [...] Meus colegas choravam feito criança com medo da morte [...] Não quero isso mais para a minha vida[...] A liberdade é a melhor coisa do mundo. (GOMES, 2006).

Confere-se, portanto, que para além de uma técnica, a história oral prova-nos ser um excelente instrumento metodológico, criticada pela o uso da expressão “história oral”, dada a sua estreita e direta relação com o panteão da história do tempo presente, consolida-se a cada pesquisa que envolve a sua utilização em qualquer campo do saber, o status de cientificidade. A história do tempo presente por sua vez, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legítima como objeto da pesquisa e da reflexão histórica (FERREIRA, 2001, p. xv).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, A historiadora Brandim finaliza seu trabalho dissertativo afirmando,

[...] que a cidade existe como materialidade e narrativa, necessitando escovar-se a contrapelo, para fazê-la falar, gritar, gemer, e, assim, produzir uma multiplicidade de sentidos, como esses que procuramos registrar com nossa lente e lupa de detetives da cidade. (Idem, 2006, p. 29).

Contudo, a presente pesquisa aponta para a compreensão da realidade histórica fundada na oralidade do tempo presente e memória rompendo com a cultura positivista documental, valorizando o diálogo, a inter-oralidade e a relação entre pesquisador/objeto de estudo. Lança sob a a escravidão por dívida, nosso estudo, foram usados pelos interesses eminentemente capitalistas de certos proprietários de fazenda o que trouxe a tona uma outra discussão que gera nascentes conflitos de interesse o que não nos cabe aqui perscrutar (o papel dos agenciadores de escravos contemporâneos). Como nem tudo é Zeus ou Hades, isto é Açailândia, acolhedora e fria, mãe de muitos, às vezes madrasta de tantos, alheia a poucos. Com efeito, a medida que adentrava ao universo da pesquisa, mais complexa a tarefa de historiador se tornava. A memória desses trabalhadores pesquisados revelam de que muitos são se reconhecem como trabalhadores escravos por dívida, afirmando ser escravo somente os negros. Como asseverado por eles, o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo como propõe o nome é do tempo presente e como tal requer aportes teóricos próprios para o fenômeno em estudo, tornando necessárias novas reflexões no sentido de melhor perscrutá-lo. Contudo, buscar-se-á evidenciar, a partir de fragmentos das memórias de alguns agentes sociais de como se tece a trama histórica em construção do cotidiano nos do trabalho escravo por dívida através da coleta, registro e elucidação das vozes e fatos necessários para a compreensão da realidade, que poderão ser retomados e aprofundados por outros estudiosos. Tal como nos diria o historiador Vainfas, no mais é “[...] percorrer os caminhos e descaminhos da história [...]”. (1997, p. 449).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história.** especialidades e abordagens. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **O projeto de pesquisa em história.** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BRANDIM, Ana Cristina M.Sousa. **Cotidiano, narrativa e representação na Teresina dos meados do século XX.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Departamento de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o Regime Militar em Teresina*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Departamento de Ciências Humanas e Letras, UFPI, Teresina, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FENELON Déa (Org.). *Cidades*. Pesquisa em História. São Paulo: PUC, dez. 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Memória. História e Memória*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- GOMES, **JB**. Depoimento concedido a Fagno da Silva Soares. Teresina, ago. 2006, fita nº 1, B.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
- HUGHES, Warrington Marnie. *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto, 2002.
- NORA, Pierre. Entre **memória e história**: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC-SP, n 17 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. revis. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____.HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; SAKAMOTO, Leonardo (coord.) **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília, OIT, 2006.
- RIBEIRO, **João Nunes**. Depoimento concedido a Fagno da Silva Soares. Teresina, ago. 2006, fita nº 1, lado B.
- SENTO-SÉ, Jairo Lins de A. **Trabalho escravo no Brasil na atualidade**. São Paulo, LTr, 2001.
- SILVEIRA, **M. S.** dos Santos. Depoimento concedido a Fagno da Silva Soares. Teresina, jun. 2006, fita nº 1, lado A.
- SOUSA, **L. M. de**. Depoimento concedido a Fagno da Silva Soares. Teresina, ago. 2006, fita nº 1, lado B.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion/VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OS ARQUIVOS DE MONTES CLAROS NA CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS OFICIAIS E DAS POSSIBILIDADES DE OUTRAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS.

Filomena Luciene Cordeiro REIS.¹

filomena.joao.reis1996@gmail.com

RESUMO: A pesquisa propõe investigar os arquivos públicos como constituídos pelo poder público com a finalidade de preservar determinadas memórias, assim como compreender os critérios adotados pelas referidas instituições na seleção do que deve ser preservado sobre a memória da Cidade, procurando perceber o papel do arquivo não apenas como guardião de papéis antigos e velhos, mas também como produtor de memória por meio da detenção de documentos oficiais que historicamente constatarem dominação, resistência, cooptação e consenso e verificando a possibilidade de outras histórias e outras memórias. Para tanto, foi necessário pesquisar e elencar as fontes disponíveis e possíveis para realização do estudo no sentido de definir problemas, vislumbrar caminhos e métodos adequados para sua concretização, visando possibilidades de outras memórias e histórias.

PALAVRAS-CHAVES: Memória, Cidade, Patrimônio Cultural.

ABSTRACT: The research aims to investigate how the files made public by the government in order to preserve certain memories, as well as understand the criteria adopted by these institutions in the selection of what should be preserved on the memory of the city, seeking to understand the role of not only file as guardian of old papers and old, but as a producer of memory through the holding of official documents note that historically domination, resistance, consensus and co-optation and investigating the possibility of other stories and other memories. Therefore, it was necessary to research and list the sources available and possible to perform the study in order to define problems, to see ways and methods for its implementation, seeking opportunities for other memories and stories.

KEYWORDS: Memory, City, Cultural Heritage.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra – RJ e doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia. Apoio: FAPEMIG. Este estudo tem como referência um trabalho realizado na disciplina de Seminário de Tese I do doutorado em História da UFU.

Ao propor investigar os arquivos públicos como constituídos pelo poder público com a finalidade de preservar determinadas memórias, assim como compreender os critérios adotados pelas referidas instituições na seleção do que deve ser preservado sobre a memória da Cidade, procurando perceber o papel do arquivo não apenas como guardião de papéis antigos e velhos, mas também como produtor de memória por meio da detenção de documentos oficiais que historicamente constata dominação, resistência, cooptação e consenso e verificando a possibilidade de outras histórias relaciono fontes que contribuíram com o exercício do historiador no momento da pesquisa. Relacionar as fontes é perceber sua importância para o desenvolvimento do estudo, pois para o historiador, a leitura investigativa dessas fontes históricas, conforme Bloch, permite que se extraiam informações sobre acontecimentos relevantes, pois “(...) as fontes são como testemunhas: só ‘falam’ utilmente se soubermos fazer-lhes as perguntas adequadas”. (BLOCH, 2001, p. 27)

Nesse sentido, com o objetivo de tratar do tema com enfoque nos arquivos de Montes Claros, especificamente o Arquivo Público da Câmara e da Prefeitura de Montes Claros, na construção das memórias oficiais e como possibilidades de outras memórias e histórias, as fontes e os conceitos teórico-metodológicos são imprescindíveis. Por isso, o seu levantamento se faz necessário para concretude da pesquisa.

A imprensa: fontes inesgotáveis para produção de conhecimento.

Ao trabalhar com essas fontes, ou seja, a imprensa, é necessário estar atento e “(...) discutir sobre quem são os ‘donos da mídia’ no Brasil, como as redes de comunicação e informação se organizam, quais seus métodos de trabalho, suas articulações com a sociedade, seus sujeitos.” (BARBOSA, 2006, p. 262-263)

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.257)

Nessa perspectiva é necessário estudar sobre os jornais que trazem essas notícias com o objetivo de compreender as razões de articularem a informação conforme se propõem em tal veículo de comunicação. (PENNA, 2007) Conforme Cruz e Peixoto,

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ela assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, (...). (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.261)

Deve ser levado em consideração também a importância que a imprensa tem no cotidiano das pessoas possibilitando a construção de ideologias, identidades e fortalecendo grupos no e do poder.

Parece fora de questão afirmar a preponderância da mídia, especialmente da imprensa diária, em nossa contemporaneidade na definição do que é ou não relevante para nosso entendimento de mundo, na construção de sentidos e ordenamento da realidade social e na constituição de memórias hegemônicas. Afinal, aquilo que o jornal noticia – os acontecimentos e sujeitos que enuncia -, ‘o que deu no jornal’, é geralmente aceito como parâmetro seguro do que de fato ocorreu e de sua importância para o conjunto da sociedade. Testemunha da história, registro do cotidiano, porta-voz ou simples depositária dos ‘fatos’ de nosso tempo, a imprensa seria o lugar privilegiado para a realização de uma ‘história imediata’.” (MACIEL, 2000, p. 14)

Também deve ser levado em conta que a “(...) pesquisa bibliográfica ambienta e instrumentaliza o historiador para melhor avaliar e interpreta os textos impressos; (...).“ GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 99) Esses testemunhos constituem vestígios do passado passíveis de leituras nas suas entrelinhas e diagonais, bem como incitam posicionamento dos historiadores em particular, conforme aborda Laura Antunes Maciel:

(...) é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e

projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. (MACIEL, 2000, p. 15)

As pesquisas nessas fontes, especificamente nesse estudo sobre os arquivos e o seu papel na sociedade montesclareense e também na sua amplidão enveredando no âmbito mundial, mas, sobretudo no nacional e estadual contribuíram no entendimento de como Montes Claros por meio da imprensa se apresenta e trata o seu patrimônio documental, assim como constrói a sua história e historiografia.

Nesse sentido, a Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes tem em seus arquivos recortes de jornais locais e estaduais, dentre eles, o Jornal de Notícias, Jornal do Norte, Estado de Minas e Jornal Hoje em Dia, que tratam de assuntos gerais intitulados “cultura”. Nesse acervo, verifica-se recortes de jornais que abordam o patrimônio cultural da cidade de Montes Claros e como ele é tratado pelos órgãos públicos. Os recortes são datados de 1960 até os dias atuais. Esse material é importante para análise, porque revela Montes Claros e o tratamento que é dado ao patrimônio cultural, dentre eles, o documental. No entanto, em relação a esse acervo deve ser considerado que,

Uma primeira pesquisa é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa – um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta de hemeroteca, cartas de leitores – sem o reinserir no projeto no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fontes. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.260)

Também faz parte desse levantamento, a Revista Montes Claros em Foco sob custódia do Centro Cultural Hermes de Paula. Esse acervo encontra-se no Centro cultural Hermes de Paula em Montes Claros e constitui uma fonte riquíssima para pesquisa, pois relata como a Cidade vai se construindo e se transformando. Nessa Revista, datada das décadas de 1970 a 1980, tem sempre um artigo com relato da história da Cidade que permite análises diversas. É

uma revista que apresenta uma imprensa informativa e de opinião sempre focada no “desenvolvimento” local, conforme relata seu editorial:

MONTES CLAROS EM FOCO cumprindo seu compromisso feito ao leitor de Jornalismo, Qualidade e Informação, deslocou seus repórteres, juntamente com outros profissionais que militam na Imprensa Cidadina, e os fez mergulhar pelos meandros da cidade aniversariante, descobrindo que sem sombra de dúvida Montes Claros de antigamente só existe na lembrança dos que aqui vivem, soterrada pelo Montes Claros de quase duzentas mil pessoas, e que chaminés do progresso já serão figuras comuns nos entrecortes dos montes claros. (...). (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979, p. 2)

Enfim, há ainda minúcias a ser descobertas na referida revista no momento da execução da pesquisa.

A Revista Tempo foi criada em 2001 e conta com 63 edições no momento. Ela tem a preocupação de dar as notícias de Montes Claros, sempre contando com artigos sobre a história da cidade. Apresenta-se como imprensa informativa.

A revista denominada Nossa História: Montes Claros foi criada em 2000 e teve como editor é Dimas Lúcio Fulgêncio. O objetivo da revista é contar a história de Montes Claros e constam textos transcritos de documentos de instituições públicas da Cidade como do Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal e Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Unimontes, assim como de particulares. O objetivo da referida revista é claro no seu editorial:

Nós nos esforçamos para conseguir publicar o segundo número da “Revista Nossa História Montes Claros”, onde estamos resgatando para todos os montesclarenses, os fatos e acontecimentos de nossa história que estava se perdendo no tempo. Este é o nosso maior objetivo: “resgatara história fantástica de nossa Montes Claros”. (NOSSA HISTÓRIA MONTES CLAROS, 200, p. 1)

A revista deixa claro que o seu objetivo é trazer à tona o passado da Cidade, por isso a transcrição de documentos e o relato dos acontecimentos, conforme revela o acervo estudado. Esse acervo encontra-se na sede desses circuitos localizados no Mercado Municipal de Montes Claros.

As revistas Circuito Turístico Sertão Geraes, assim como a Revista da Federação dos circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais - FECITUR apresentam os circuitos turísticos Sertão Geraes e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, e dentre esse circuito, consta Montes Claros. Nesse sentido, as revistas trazem o potencial turístico desses circuitos para apresentar a um público interessado em conhecer essa região que tem suas peculiaridades. O patrimônio cultural está inserido no mercado visando o consumo desse produto turístico.

A Revista publicada pela Federação dos circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais apresentando “Histórias, atrativos e receptivos dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais” (REVISTA FECITUR, 2010, p. 18) De acordo com o *site* da FECITUR sua missão constitui:

Missão da FECITUR

Representar as demandas comuns dos Circuitos perante os órgãos públicos e privados;

Promover ações que consolidem o Programa de Regionalização do Turismo;

Fomentar o turismo no Estado;

Integrar os Circuitos. (Disponível em: <http://www.fecitur.org.br/port/port.htm>. Acesso em: 2 maio 2011)

Também o *site* “montesclaros.com” é extremamente útil, pois aborda assuntos e novidades referentes à Cidade tendo espaço reservado a história de Montes Claros.

As revistas e boletins informativos do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros -IHGMC e da Academia Feminina de Letras de Montes Claros são documentos importantes para conhecer a historiografia da Cidade e o papel dos arquivos por meio das fontes disponíveis para consulta.

Esses boletins contêm informações das atividades do referido Instituto e Academia. Há sempre um espaço dedicado a história da cidade. As revistas do Instituto apresentam artigos dos seus sócios referentes à história de Montes Claros e da região norte mineira. O objetivo do boletim é apresentar os trabalhos e novidades do instituto e da revista, artigos sobre a história local e regional escritos pelos sócios.

As questões levantadas diante dessas fontes que permitem averiguar problemas e fazer diversas leituras foram as seguintes: Como revela a cidade? De quem é a cidade? Como é escrita a história da Cidade? Quem faz isso? De que forma? O que é considerado patrimônio cultural em Montes Claros? Quem define esses bens culturais? Por que são considerados bens culturais? Como o cidadão comum pode ser percebido no contexto desses bens culturais? E da

história e historiografia da Cidade? O cidadão montesclarenses se identifica com esses bens culturais? E com a história e a historiografia da Cidade? De que forma? De quem são esses bens culturais? De quem é a cidade? Como os bens culturais de Montes Claros são tratados pelas entidades públicas e pelos cidadãos montesclarenses? Os documentos de arquivos públicos da Cidade são mencionados? Como? Por quê? Quando? Como que a imprensa mostra a escrita da história e da historiografia da Cidade? Por quê? Qual o posicionamento da Imprensa? Qual a memória oficial construída pela imprensa? Quais as possibilidades de outras histórias e memórias que a imprensa pode revelar nas suas entrelinhas e diagonais?

Essas fontes ajudam na construção da pesquisa, pois permitem “leituras” diversas acerca da história e da historiografia, assim como do patrimônio cultural de Montes Claros e da própria Cidade, possibilitando definir o que a imprensa local considera como patrimônio cultural a partir das publicações, assim como conhecer a mesma Cidade por meio dos jornais.

Fotografias: um desvelar da memória nos arquivos.

A fotografia é a possibilidade de deixarem registrados determinados momentos, geralmente considerados significativos no cotidiano das pessoas. Pode-se, sobretudo na atualidade com tantos instrumentos e equipamentos modernos, fotografar em grande quantidade e com maior qualidade e, assim deixar para o futuro momentos inesquecíveis da vida. A máquina fotográfica hoje é um aparelho que faz parte dos bens familiares com o objetivo específico de registrar a própria vida.

A fotografia, nesse sentido, pode ser utilizada pelos professores e pesquisadores em seu trabalho. Os professores por meio das fotografias podem estudar o passado com seus alunos e tentar compreender a forma de vida das pessoas do passado. Da mesma forma, o pesquisador pode utilizar através de técnicas específicas esse vestígio do passado. Dentre esses profissionais, o historiador com técnicas e metodologias próprias da história usam esses documentos como fontes de seu estudo.

A discussão entre História e Fotografia tem ganhado força entre os historiadores e aqueles que trabalham a fotografia como documento, incluindo-se aí os que se dedicam à discussão e preservação de acervos fotográficos, sejam eles institucionais ou particulares. Boris Kossoy tem sido uma referência importante para os estudiosos da fotografia como documento histórico, destacando aspectos ideológicos que acompanham o registro fotográfico em vários períodos, trabalhando desigualdades sociais e a tentativa de desqualificar práticas rejeitadas

por grupos responsáveis pela construção de projetos hegemônicos. Hoje, podemos indicar um número de estudos que usam a fotografia como documento básico e oferecem diversas possibilidades de leitura que permitem a contextualização da experiência de fotografar. (BRITES, 2006, p. 194)

Sendo assim, a utilização da coleção de fotografias, citada acima, revela as mudanças que Montes Claros passou no decorrer do tempo, bem como os seus monumentos que trazem mensagem relacionada à questão do poder e modos de viver, sobretudo no âmbito local. Conforme Heloísa Pacheco Cardoso diz:

As suas presenças [monumentos] demonstram que o poder instituído almeja uma unicidade para o contexto nacional. As pessoas, no entanto, longe dos círculos de poder, refazem esta lógica e recolocam outras memórias, portadoras de outras histórias, neste contexto, que imbricam com memória hegemônica e se refazem nas construções sobre o passado. (CARDOSO, 2006, p. 193)

Nesse sentido, a fotografia não pode ser mera ilustração do texto, mas comporá a discussão e debate proposto pela pesquisa contribuindo para a da visibilidade a outros personagens da cidade de Montes Claros.

Dessa forma, a Coleção de “Fotografias Facella” contempla diversas fotografias de Montes Claros desde a década de 1920 até 1970. O objetivo, nesse estudo, é analisar as fotografais que mostram a transformação da Cidade no decorrer do tempo, assim como perceber outros sujeitos nas mesmas e sua importância em estar sob a custódia dos arquivos públicos locais permitindo contar uma história oficial, mas também deixar ser (re)pensada a partir de outras memória e histórias.

As fotografias possibilitam o estudar por meio da suas imagens as mudanças ocorridas na Cidade no decorrer do tempo, assim como os outros sujeitos e o modo de viver das pessoas das épocas retratadas nas mesmas. Nesse sentido são possíveis os seguintes questionamentos: O que ou quem é retratado nas fotografias? Por quê? Como as pessoas são retratadas? Quais as pessoas são retratadas? Qual o significado desse registro fotográfico para instância X, Y e Z? Quem registrou aquele momento? Motivações? A fotografia revela as transformações da Cidade? Quais? Em que sentido? Como os prédios são retratados? E os fatos? E as pessoas? Qual o papel e importância nesse registro? Qual a memória oficial que essas fotografias

trazem? Quais as possibilidades de outras histórias e memórias que essas fotografias podem revelar?

A análise das fotografias possibilita leituras e releituras, sobretudo acerca das mudanças ocorridas na Cidade, assim como as motivações desses registros e os personagens que são gravados para a memória do futuro por meio da imagem de forma oficial e quais as possibilidades de outros estudos provocados pelas mesmas.

Memorialistas/cronistas e trabalhos acadêmicos: uma forma de (re)pensar a história, a historiografia e os arquivos da Cidade.

A Coleção sesquicentenária de Montes Claros apresenta um total de 16 obras escritas por memorialistas e cronistas montesclarenses e da região norte mineira. As obras são as seguintes: Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes (3 volumes); Efemérides montesclarenses (2 volumes); Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos; Foiceiros e vaqueiros; Janela do sobrado: memórias; Montes Claros era assim; Rebenta boi; Quarenta anos de sertão; Raízes de Minas; Serões montesclarenses; A menina do sobrado; História primitiva de Montes Claros; Nelson e personagem.

Além desses livros que fazem parte da Coleção Sesquicentenária há muitas outras produções, dentre elas, de Milene Antonieta Coutinho Maurício, Glorinha Mameluque e outros que colaboram com as leituras da preservação do patrimônio cultural e documental de Montes Claros. São livros escritos por diversos autores de Montes Claros que contam a história da Cidade e revelam as diferentes possibilidades de relatar essa história ou fazer a sua historiografia.

Também merece atenção para estudo as monografias feitas pelos graduandos da Unimontes sobre patrimônio cultural e, sobretudo documental, assim como dissertações e teses que tratam sobre a trajetória política, econômica, social e demais configurações de Montes Claros. Essas fontes permitem verificar outra forma de se fazer historiografia diferente das citadas anteriormente, pois a academia tem suas regras e preceitos.

Diante dessas fontes históricas é possível fazer as seguintes questões: Qual a história oficial da cidade? Como esses documentos possibilitaram a construção dessa memória oficial? Há outras histórias e memórias? Como é possível trazer aa tonas essas outras histórias e memórias? Quem escrevia a história ou fazia a historiografia da Cidade? Por quê? Quais as motivações? O formato de escrever a história ou fazer a historiografia da Cidade é a mesma

no decorrer do tempo? Há mudanças? Quais? Por quê? Como esses escritores/pesquisadores lidam com as fontes documentais sob custódia dos arquivos locais?

Através dessas fontes históricas é possível verificar como lidam com os documentos sob guarda dos arquivos locais, assim como escreviam a história e/ou faziam a historiografia local. Verifica-se que sempre os autores das obras dizem como foi possível ou não encontrar suas fontes para o trabalho. Com esse material pretendemos estudar e verificar como a história e a historiografia da Cidade foram sendo construídas. Para isso, Janice Gonçalves (2006) é uma referência na condução da escrita do texto.

História oral: o poder de narrar e as possibilidades de outros sujeitos.

As fontes orais também fazem parte desse estudo. Ao entrevistar os profissionais que trabalham e/ou trabalharam nos arquivos das instituições públicas, os prefeitos, os secretários de cultura, os memorialistas e os particulares procuramos conhecer o seu perfil e, a partir desse preceito, analisamos as suas posturas como protetores e preservadores do patrimônio cultural local, especificamente o patrimônio documental, no sentido de dar transparência as ações políticas do Estado. É importante também colher os depoimentos dos usuários de arquivos públicos que mantêm sob sua custódia documentos públicos visando detectar as dificuldades encontradas para manusear a referida documentação durante suas pesquisas. Entrevistar cidadãos montesclarenses visando verificar como percebem o papel do arquivo como lugar de memória e espaço para constatar seus direitos e deveres. Portelli afirma que,

O fato de um relato ser um confronto com o tempo está implícito na tentativa de gravar um tempo especial em que ele pode ser colocado – um tempo *fora* do tempo, um tempo *sem* tempo. É o tempo do mito e o tempo de certas recordações pessoais: a fórmula ‘nos-tempos-da-escravidão’ usada na tradição negra para apresentar tanto relatos populares e pessoais quanto narrativas de família; ou a fórmula ‘antes-da-guerra’ ou ‘pré-fascismo’ que retira os eventos da cronologia habitual em muitas histórias de vida e recordações pessoais, e até ajuda a tornar uma figura histórica como Antônio Gramsci um personagem semi-mitológico. (PORTELLI, 2000, p. 297- 298)

O uso das fontes orais é defendida também por Prins (1998, p.198) possibilitando aos historiadores “(...) mergulhar nos detalhes da história, em sua humanidade, evitando que se perca a memória das pessoas – verdadeiros agentes do processo histórico.”

Delgado ressalta que a importância do “(...) recurso a memorialística é uma das fontes possíveis para a elaboração da ciência histórica. Sua utilização para se reconstruir uma época, ou até os sentimentos predominantes em um determinado período pode ou não ser exclusiva. Basta que para isso se delimite bem o objetivo e a amplitude a serem alcançados pelo ato de pesquisar o que o historiador se propõe.” (DELGADO, 1997, p. 142)

O uso da memória é o instrumento para localizar as pessoas aos acontecimentos e lugares, pois há verdades que estão nas lembranças das pessoas que vivenciaram o fato e a época. É a memória oral que possibilita “(...) expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita que serve de medida de autenticidade (...)”, criando a “(...) consciência histórica através do resgate da memória dos indivíduos.”(THOMPSON, 1998)²

Amado ressalta que “(...) parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou.” (AMADO, 1985, p. 131)

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1993) auxilia no uso da técnica de como utilizar o gravador e fazer perguntas durante as entrevistas e as recomendações da Lucília de Almeida Neves Delgado também são respeitadas durante a execução desse trabalho.

Enfim, a metodologia de história oral possibilita que um tema como a relação arquivo-lugar de memória seja (des)construído e analisado nas suas nuances, bem como se reinterprete a sociedade na qual, essas relações se estabelecem e se encontram inseridos.

Nesse sentido, são entrevistados pesquisadores com o objetivo de averiguar os trâmites para consultas, papel e importância do arquivo, etc; os funcionários dos arquivos locais visando conhecer o funcionamento desses depósitos de documentos, assim como conhecer os projetos desenvolvidos pelos mesmos e; os cidadãos monstresclarenses para verificar qual a relação deles com essas instituições, bem como se identificam com os documentos que elas guardam e com a própria cidade. No decorrer da pesquisa pode se verificar a possibilidade de entrevistas com outros profissionais ou pessoas.

Entrevistar algumas pessoas “autorizadas” a falar sobre a Cidade, dentre elas, Raquel Mendonça; Milene Mauricio; Paulo Ribeiro, Fábio Marçal (fotógrafo); Dario Cotrim; Zezé Colares; Yvone Silveira; Américo Martins e outros, se faz imprescindível para o desenvolver desse estudo.

Colher os depoimentos é importante para escutar as várias versões de um mesmo fato. Dessa forma, as entrevistas proporcionam conhecer os “sentimentos” das pessoas

independentes da classe social em relação a história e a historiografia, assim como do patrimônio cultural e, sobretudo documental da Cidade. Os problemas levantados diante dessas fontes são: Como as pessoas se identificam com a cidade, com sua história e historiografia e com o patrimônio cultural e documental da Cidade? As pessoas conhecem a história da Cidade? E o patrimônio documental da Cidade? Quais? Como? Qual a importância dos arquivos locais e dos documentos que eles abrigam? Qual a relação dos documentos com a comunidade? Há vínculo entre os documentos e os cidadãos? Como eles percebem isso? O que o cidadão comum sabe sobre a história da Cidade? Se conhece, foi através de quem do quê?

Os depoimentos proporcionam conhecer as várias versões das pessoas entrevistadas acerca das questões relacionadas ao patrimônio cultural e da história da Cidade.

Arquivos locais: lugar da memória oficial ou de outras histórias?

São pesquisados alguns documentos pontuais que se encontram sob a custódia dos referidos Arquivos com o objetivo de conhecer os assuntos tratados nessas instituições que criam vínculo entre o estado e o cidadão dando ao arquivo essa conotação de direito a cidadania. Há também um vídeo documentário apresentando pelo Arquivo da Câmara Municipal e suas atribuições. Esse vídeo é mostrado sempre que há atividades relacionadas ao referido Arquivo e em curso de Arquivologia.

Estudar os documentos dos arquivos locais levanta as possíveis questões: A comunidade sabe da existência dos documentos dos arquivos públicos? Como? De que forma? Quais os documentos existentes? Como são organizados? E por quem? Qual a história dos acervos documentais? Quem utilizou esses documentos? Por quê? E para quê? Há projetos nos arquivos para políticas públicas de preservação dos documentos? Quais? Como é possível articular a história oficial da cidade trazendo à tona outras histórias e memórias?

Pesquisar o acervo dos arquivos locais permite conhecer sobre essas instituições, assim como verificar o que foi produzido e por quem a partir desses documentos. Analisar alguns documentos escritos referentes ao período de 1832 até os dias atuais, produzidos e/ou recebidos e disponíveis para pesquisa que permitem perceber como ocorria o exercício de poder e se estabeleciam as relações de conflitos nas instituições arquivísticas em relação a determinação do que era conveniente preservar ou não como memória local. Elabora também questionários que são encaminhados às instituições públicas e realizar visitas a esses depósitos de acervos documentais públicos objetivando conhecer seu funcionamento quando

se pode verificar os documentos mais consultados, bem como o seu estado de conservação, método de organização, tipos de profissionais, usuários e os próprios depósitos visando compreender a importância da socialização da informação.

Legislações arquivísticas: *link* com o nacional e estadual.

São analisadas legislações locais, regionais, estaduais e federais que tratam acerca da arquivologia e da arquivística com o objetivo de verificar como funcionam essas instituições e quais as demandas do governo para com elas. Verifica-se que há um investimento a partir da década de 1980 em patrimônio cultural, assim como na criação dos arquivos. Dessa forma, as legislações ajudam a compreender essa questão, ou seja, como o poder público visualiza a partir desse momento o patrimônio cultural.

As legislações revelam as políticas públicas locais sobre o patrimônio documental. Nesse sentido, os questionamentos são: Existem legislações locais? Quais? Remetem a quê? A população as conhece? Há divulgação? Como? As leis têm respaldo da população? Como verifica isso? As leis são cumpridas? Exemplo. Por quê? Qual a participação da população na elaboração dessas leis? Quais os significados dessas leis para o governo e para a população?

As leis estudadas podem revelar as políticas públicas de patrimônio documental na e da Cidade. As análises das legislações seguem o caminho traçado por Janice Gonçalves (2006) com o objetivo de entender a legislação e, conseqüentemente as tomadas de atitude dos governos acerca do patrimônio documental.

Considerações Finais

Estudar as fontes que permitem realizar a pesquisa acerca dos arquivos de Montes Claros na construção das memórias oficiais e como possibilidades de outras memórias e histórias é detectar que há um material vasto e rico para ser explorado. Nesse sentido, esse levantamento revela alguns caminhos para ser trilhado ao pensar nesse debate de políticas públicas de patrimônio cultural e, sobretudo documental, assim como o (re)pensar a própria Cidade.

Dessa forma, investir no estudo dessas fontes implica em percorrer caminhos que também, no decorrer do processo da escrita pode ser alterado. O historiador deve estar atento ao que as fontes podem lhe dizer no percurso realizado durante o estudo. De fato, constata-se

que é possível o trabalho, pois há fontes que possibilitam trilhar caminhos teórico-metodológicos a partir da problemática levantada.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína et al. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272.

BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias e imagens: (re) pensando os significados do memorial JK. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 177 - 193.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253 – 270, dez. 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Reflexões sobre memória e história: a técnica da história oral. In.: *Revista do Departamento de História- FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte: Mazza edições, junho 1987. p. 142-145.

GOODWIN JÚNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz deFera. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 97-117, dez. 2007.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, 2006, 444 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo imprensa – 1880/1920. In: *Muitas histórias, outras memórias*. FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.) São paulo: Olho d'Água, 2000. p. 14 – 40.

MISSÃO e objetivos. Disponível em: <http://www.fecitur.org.br/port/port.htm>. Acesso em: 2 maio 2011)

MONTES CLAROS EM FOCO. AnoXII, n.37, nov. 1979.

NOSSA HISTÓRIA MONTES CLAROS. Ano I, n. 2, nov. 200.

PAULA, Dilma Andrade de; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; CALVO, Célia Rocha. *Aulas da disciplina de Seminário de Tese I*. Uberlândia, 11 maio 2011. (Intervenções e sugestões das professoras)

PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas histórias, outras memórias*. São Paulo: Olho d'água, 2000. p. 297-298.

PRINS, Gwyn. *História Oral*. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de . *Variações sobre técnica de gravador no registro de informação viva*. São Paulo: Ciru e FFLCIT/USP,1983. (Col. Textos, 4).

REVISTA FECITUR. Belo Horizonte: Del Rey Ind. e Com. LTDA, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRABALHADORES EM NOVA SOBERBO/MG: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE CONFLITOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA CANDONGA

Gisélia Maria Campos RIBEIRO¹
giselia.maria.campos@gmail.com

RESUMO:

O intuito dessa comunicação é socializar algumas questões que norteiam o desenvolvimento de minha pesquisa de doutoramento iniciada em março de 2009. A pesquisa tem como foco a investigação das transformações sociais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica Candonga entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG. Trata-se, portanto, de compreender a tessitura da hegemonia e dar visibilidade aos significados que os trabalhadores rurais expropriados atribuem às transformações de suas vivências. A construção da hidrelétrica Candonga, obra de duas empresas privadas – Vale do Rio Doce e a multinacional estadunidense Novelis – ocorreu a expensas da desconstrução de modos de vida e trabalho no distrito rural de São Sebastião do Soberbo, região inundada em março de 2004. Palavras-chave: trabalhadores; hidrelétrica; movimentos sociais.

ABSTRACT:

The goal of this communication is to socialize some issues that guide the development of my doctorate research which started in March, 2009. The research has the focus on the investigation of the social transformation as a consequence of the hydroelectric power plant's construction between the cities of Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG. It is, therefore, about to understand the intricate tissue's hegemony and to give visibility to the meanings that expropriated rural workers attribute to their experiences. The construction of the Candonga's hydroelectric power plant, the work of two private companies – Vale do Rio Doce and the American multinational Novelis, occurred to the disadvantage of deconstruction of their life style and work in the rural district of São Sebastião, a region which was flooded in March, 2004.

Keywords: workers; hydroelectric; social movements.

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Uberlândia/MG (UFU); Professora do Instituto Federal de Goiás(IFG), campus Itumbiara.

A questão fundamental da pesquisa em andamento, a partir da qual se articula todas as demais, é a investigação das transformações sociais decorrentes da instalação da UHE Candonga, em 2004, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, ambos localizados na Zona da Mata mineira. Por se tratar de pesquisa inconclusa, limitarei a apresentar as fontes investigadas e algumas problemáticas suscitadas a partir do diálogo com os documentos.

A Usina Hidrelétrica Candonga é obra do consórcio firmado pelas empresas Vale do Rio Doce e a multinacional ALCAN – Alumínios Canadenses no Brasil, atualmente denominada “Novelis Brasil Ltda”. É válido ressaltar que a Novelis, multinacional sediada em Atlanta(EUA), com empresas subsidiárias e associadas em diversas localidades do mundo, é proprietária de uma indústria produtora de alumínio, no município de Ouro Preto/MG distando cerca de 100 km da barragem Candonga.

Os dados pesquisados no endereço eletrônico da Novelis nos permitem evidenciar que desde o processo inicial de negociação, a maximização de seus lucros aparece interligada ao projeto de construção da hidrelétrica. Ao mesmo tempo em que nos possibilitam compreender a estratégica proximidade com a usina Candonga. Tal proximidade contribuiu para ampliar a capacidade de geração de energia elétrica destinada à produção de alumínio da Novelis, em Ouro Preto.

O propósito é dar visibilidade aos significados que os trabalhadores expropriados de São Sebastião do Soberbo (área inundada em decorrência do enchimento do lago Candonga) e regiões vizinhas atribuem às transformações de suas vivências. O povoado de São Sebastião do Soberbo, inundado por intermédio de operação policial arbitrária no dia 03 de maio de 2004, compunha um dos três distritos do município de Santa Cruz do Escalvado, localizado na Zona da Mata mineira. A cidade tem uma população estimada de 5.321 habitantes conforme dados do IBGE e sua população vive, majoritariamente, das atividades rurais e prestação de serviços.

O que perpassa as atividades de pesquisa o tempo todo é a perspectiva de discutir os impactos dessas transformações nos seus múltiplos vieses, a desmitificação da noção de “progresso” e a busca por compreender as lutas dos trabalhadores expropriados inseridos nos movimentos sociais institucionalizados e, também fora deles, em confronto com o espaço da política legalmente permitida.

No processo de investigação da movimentação social dos trabalhadores de Nova Soberbo (região dos reassentados) e do papel dos mediadores políticos tenho buscado inspiração no caminho teórico-metodológico percorrido por E. Sader para pensar as

experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo no período compreendido entre os anos de 1970 e 1980. Nesse sentido, o propósito é recompor a noção de “movimentos sociais” tal como foi elaborada por E. Sader, para pensá-la de forma mais ampliada, além dos espaços institucionalizados:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve de se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal. (SADER, 1988, p.20-21)

Outra questão motivadora do desenvolvimento dessa pesquisa consiste em investigar o papel do Estado, pois é válido ressaltar que o processo de expropriação dos trabalhadores do distrito de São Sebastião do Soberbo e regiões vizinhas em prol da construção da UHE Candonga foi um processo público, autorizado pelo Estado através de suas agências e nos coloca a necessidade de interrogar que poder tem o Estado para conceder a vida das pessoas a um consórcio formado por empresas privadas. Igualmente relevante é problematizar as noções de “poder público” e “poder privado” tais como aparecem nos documentos pesquisados, alguns produzidos por agentes estatais.

Dentre os inúmeros estudos que nos informam sobre o Estado, busco travar diálogo com pesquisadores que promovem uma dupla ruptura com os respectivos procedimentos teórico-metodológicos: Primeiro, com aqueles da matriz jusnaturalista, produtora de uma visão do Estado enquanto “ser reificado”, segundo, com a matriz de pensamento dos marxistas ortodoxos produtora de uma visão de Estado enquanto “objeto” das classes dominantes.

[...] De uma forma ou de outra, essas leituras do Estado – seja como Sujeito, seja como Objeto – obscurecem sua visibilidade enquanto Relação Social, logo, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da Sociedade Civil que, visando consolidar sua hegemonia, buscam fazer-se presentes junto à Sociedade Política ou Estado Restrito. Isto posto, o fio condutor da quase totalidade dos

trabalhos contidos neste livro, reside numa dada matriz marxista de concepção do Estado, filiada às teorias de Antônio Gramsci.

Dentro desses marcos, o Estado não deve ser tomado nem como Sujeito, nem tampouco como Objeto, afirmando-se como uma condensação de relações sociais e que, justamente por isto, tem que ser visto atravessado pelo conjunto das relações de classe existentes na própria formação histórica em questão, já que incorpora, em si mesmo, conflitos vigentes na Sociedade em geral. (MENDONÇA, 2005,p.10)

O diálogo com os pesquisadores da obra “Estado: Agências e Agentes”, organizada por Sônia Regina Mendonça(2005), supracitada parcialmente, nos faz avançar no caminho de redefinição da noção de Estado, a partir da influência da matriz teórica gramsciana. Os autores contribuem ao propor a análise das políticas públicas como o resultado do embate entre grupos sociais e frações de classe que estão continuamente em disputas pela inscrição de seus projetos e visões de mundo junto às agências do Estado (em sentido restrito).

A noção de “Estado Ampliado” reforça a concepção de história, resultante do materialismo histórico, que norteia o desenvolvimento das minhas atividades de pesquisa. É válido ressaltar que o materialismo histórico é aqui entendido enquanto um método de se investigar o real, e não como uma teoria supra-histórica.

Nessa direção, a partir do diálogo com as fontes, pretendo abordar o Estado enquanto lugar de disputas e não necessariamente como representante do suposto “bem comum”. Essas escolhas teórico-metodológicas podem soar estranhas em tempos ditos “pós-modernos”, pois o caminho da produção de texto, para aqueles que desqualificam a história, parece mais importante do que o diálogo com as evidências.

Não consigo validar os modismos atuais, a filosofia da práxis que serve de fio condutor para o desenvolvimento dessa pesquisa continua sendo mais importante do que os floreios retóricos e a celebração da pluralidade dos que se intitulam “pós-modernistas”. Por isso, minha busca consiste em situar a história na “luta de classes”, em investigar processos históricos de disputas desiguais com vistas à prospecção. Não me rendo ao pluralismo e à celebração das “diferenças de identidades sociais”.

Nessa direção, o processo de expropriação dos trabalhadores rurais em Nova Soberbo que foi autorizado pelo Estado brasileiro através das suas agências e agentes, não é investigado desvinculado das relações de “classes” e o próprio Estado também é visto nessa perspectiva, perpassado por relações sociais não só de coerção, mas também de consenso. O intuito é romper com os dualismos maniqueístas que dissociam algo indissociável – Estado(sentido estrito) e Sociedade Civil, espaço estatal e não-estatal.

A partir dessa concepção menos mecanicista de se pensar o conceito-problema é que buscarei, no diálogo com as fontes, compreender como as fissuras existentes no social são incorporadas para a própria construção do hegemônico.

Nesse sentido, venho dialogando com fontes de natureza bastante diversificadas que serão brevemente apresentadas no decorrer do presente texto. O diálogo com as fontes orais constitui-se importante caminho de pesquisa – até o momento realizei 17 entrevistas com trabalhadores expropriados não só de “Nova Soberbo”, mas também da “Comunidade do Jerônimo” e do município de Rio Doce. Esses últimos, embora não reconhecidos “tecnicamente” como atingidos, tiveram direitos lesados e foram expropriados de seus modos de trabalho em virtude da implantação da hidrelétrica Candonga.

Faz-se necessário ressaltar que há nessas entrevistas uma multiplicidade de sujeitos, interesses e visões sobre as transformações vividas. São lavradores, meeiros, garimpeiros, comerciantes. As práticas vividas por esses sujeitos e a multiplicidade de significados que atribuem a elas, têm me conduzido a problematizar o conceito “atingido”.

Além das narrativas orais, constituem-se documentos de pesquisa: o Catálogo intitulado “Café com História”, produzido pela equipe multidisciplinar contratada pelo consórcio Candonga; os documentos EIA (Estudos de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) – ambos produzidos pela empresa “THEMAG Engenharia e Gerenciamentos LDTA”, responsável por elaborar os estudos de viabilidade técnico-econômica do aproveitamento hídrico, condição necessária para a obtenção da concessão de Licenciamento; Jornais de circulação local; Fotografias (algumas compõem o acervo do MAB, outras por mim produzidas durante as idas à Nova Soberbo a partir da perspectiva de compreender as transformações vividas); DRPE (Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador), documento elaborado em março de 2004, a partir da iniciativa das equipes técnicas da UFV (particularmente do NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens), do Ambiente Brasil Centro de Estudos e do MAB, que teve como principal objetivo subsidiar um programa de reativação econômica para a nova vila de São Sebastião do Soberbo. Nesse intuito, as equipes realizaram trabalhos de campo, buscando elaborar o diagnóstico a partir das prioridades elencadas pelos moradores de Nova Soberbo.

Além dos jornais e fotografias, há outro documento que compõe o acervo do MAB (regional Ponte Nova) e que tem contribuído para o desenvolvimento dessa pesquisa: Livro de Poesias intitulado “Águas revoltas”.

O livro de poesias “Águas revoltas” nos permite evidenciar as experiências dos trabalhadores expropriados a partir da literatura. É resultado do concurso de poesias que contou com a participação dos “atingidos” por barragens das várias localidades ao longo do rio Doce e do rio Piranga, na Zona da Mata mineira. Os participantes escreveram suas poesias e enviaram-nas à Secretaria do MAB. A partir da seleção dos textos, o livro foi organizado pelo padre Claret, assessor do MAB na região do Alto Rio Doce. Pretendo investigar o papel de alguns membros da Igreja Católica que atuam fervorosamente junto ao MAB, bem como os significados das lutas de outros mediadores sociais em torno da problemática dos trabalhadores e das barragens.

A partir de sua leitura, pude perceber que não se trata apenas de um conjunto de palavras bem rimadas desvinculadas do social. Estas traduzem a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores rurais, instalados às margens do rio Piranga e do rio Doce, que vivenciam no tempo presente todas as angústias de uma mudança profunda em seus modos de vida.

Outros documentos importantes são os Boletins Mensais intitulados “Informativo Candonga”, de distribuição gratuita. Foram produzidos pela Equipe de Comunicação Social do Consórcio Candonga sob coordenação do jornalista responsável Celso Charneca (Companhia Vale do Rio Doce) e Maurício Martins (representante da ALCAN- hoje Novelis). O “Informativo Candonga” Ano 1- Número 1 de Julho de 2002 evidencia como os representantes das empresas concessionárias se utilizam dos meios de comunicação como principal espaço para forjar o consenso e consolidar seu projeto hegemônico.

O “Editorial” do primeiro boletim informativo ao expressar as finalidades da publicação, dá visibilidade à construção de uma memória sobre a empresa como aquela que irá solucionar a crise energética vivida no país e também, a crise social com geração de trabalho, renda, além de energia:

Editorial

A geração de energia é uma das mais importantes e urgentes prioridades do Brasil. As empresas e os empregados participantes do Consórcio Candonga sentem-se orgulhosos em partilhar desse esforço, cujo sucesso não seria possível sem a colaboração e o apoio ativos das hospitaleiras comunidades e autoridades dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

*Este **Informativo Candonga** é o primeiro número da publicação que será distribuída todo mês na comunidade. Aqui, o leitor, morador, líder comunitário,*

estudantes e visitantes – encontrará informações sobre o andamento da construção da Hidrelétrica e de Novo Soberbo.

Em cada etapa da obra, o Informativo Candonga informará as providências e os cuidados que os moradores deverão tomar para garantir a segurança e o bem-estar da comunidade e a preservação do meio ambiente.

Na sessão seguinte intitulada “Iniciadas as obras da Hidrelétrica Candonga” torna-se ainda mais evidente a utilização do boletim para produção e veiculação de memórias que transformam as experiências de conflitos dos sujeitos em “*colaboração e apoio ativos das hospitaleiras comunidades*”. As lutas sociais evidenciadas durante as entrevistas com os trabalhadores expropriados apontam para outros caminhos de reflexão e diálogo à medida que constituem suas memórias intimamente imbricadas com suas experiências sociais de lutas. Os Informativos Candonga ocultam essa trama que buscarei compreender, a partir da reiteração da imagem que associa o empreendimento ao progresso gerador de harmonia, trabalho e renda:

Iniciadas as obras da Hidrelétrica Candonga:

Iniciadas em 15 de junho de 2001, as obras da Hidrelétrica de Candonga estão em ritmo normal, dentro do cronograma previsto. A conclusão da obra, que terá várias etapas, está prevista para março de 2004, e a geração de energia comercial deverá ser iniciada em novembro de 2003. Além de contribuir para o fim da crise energética no país, ocorrerá um grande impulso para o desenvolvimento econômico e social de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, gerando novas oportunidades de emprego, rendas e negócios. (grifo meu)

Os inevitáveis transtornos causados pela obra, como o trânsito de veículos pesados, relocações imediatas, o barulho, dentre outros, estão sendo minimizados ou eliminados através do constante diálogo e da cooperação da comunidade com o Consórcio. Os moradores afetados são conscientes de que estão ajudando a construir um futuro melhor (grifo meu) que, se por um lado, exige sacrifícios, por outro geral muitos benefícios e oportunidades.(p.2)

A produção de sentidos evidenciada nos fragmentos supracitados do Informativo Candonga, Ano 1-Número 1-Julho de 2002, página 2, tem me levado à tentativa de recompor a idéia trabalhada por Eder Sader de “voragem do progresso”(1988) numa época em que o discurso do progresso, associado à geração de energia, renda e desenvolvimento tem grande aceitação na sociedade, inclusive no meio acadêmico.

Pensar na “voragem do progresso” significa investigar como os moradores estão se colocando nesse processo, como reconstróem suas vidas em meio a perdas concretas, e suas constantes “lutas por migalhas”.

Entre as fontes pesquisadas é válido ressaltar a existência de um documento áudio-visual significativo que nos permite dessacralizar essa memória que associa Vale do Rio Doce e Novelis às ações democráticas e ambientais. O senhor João Bosco, aposentado, morador de Nova Soberbo, registrou escondido entre as árvores, todo o processo de demolição das casas e expulsão das últimas famílias que insistiam em permanecer em São Sebastião Soberbo, mesmo após ordem de despejo, no dia 03 de maio de 2004.

Aos 20 minutos e 57 segundos de gravação podemos perceber pelo “olhar do João Bosco” através das lentes da câmera, outros moradores que também o acompanhavam, avaliando a destruição do que restava de São Sebastião do Soberbo. Nessa elaboração que fazem do processo de expropriação em consequência da implantação de Candonga, evidenciam a ausência da tão proclamada democracia no discurso das referidas empresas concessionárias:

20'57 “Sabe o que eu acho? Antes de fazê ês teria que tê combinado tudo, modelo, roteiro, tudo... o certo era isso, o certo era isso. Mostrá: a Igreja vai ser assim, tá bom pra vocês?”

32'31 [...] O antes e o agora...olha só, dá muuuuita tristeza de ver! Tudo acabado! Aqui agora está fechado ó. Pro consórcio ninguém pode entrá. Daqui pra lá ninguém passa mais só com ordi.”

37'01 [...] Óia pra vocês vê o tanto de poliça hein! É um exército! É guerra no véio Soberbo oh! Vão quebrando e tirando a cerca do Soberbo que o pessoal foi cercando e colocando. Tudo invadido, tudo arrombado! Casa da minha tia oh, continua aberta, arrombada e os policiais lá na porta.

40'17 [...] Derrubaram a casa em cima das coisa tudo, aqui é a balsa do Mauro aí oh! Derrubaram a casa em cima de tudo, rebentô tudo. Num aproveitô nada, janela e porta, ês rebento tudo. Casa de Sá Ana, casa de meu sogro falecido, tá tudo aí oh! Nessa situação que ocês tá vendo...e a casa de Zé de Alfredo...Assembléia...Casa de Maria Terra ... A escola, a antiga escola...Esses são os restos daqui.

43'19 (O senhor João Bosco focaliza a partir do olhar da câmera a moto serra derrubando a mata adjacente e continua apontando para os escombros onde antes localizavam as residências de familiares e amigos): “Casa José Barcelos, Pierre, casa de Santinha e aqui chegando Zé Maria, casa de Neide e agora a Igreja Católica. Aí tá a Igreja Católica de Soberbo...”

45'20 [...] e aqui já os homi derrubaram as árvore tudo da natureza!

O documento áudio-visual produzido pelo senhor João Bosco, parcialmente supracitado, evidencia as relações sociais de força, as desigualdades e arbitrariedades que marcaram todo o processo de construção da hidrelétrica Candonga. O seu olhar expresso na lente de sua câmera traduz outras memórias e histórias, não de participação popular, mas de “guerra”, de desocupação forçada dos moradores. É o próprio João Bosco aos 47 minutos e 18 segundos que narra em tom de denúncia a forma como foi realizada a mudança dos moradores para Nova Soberbo:

47'18 Não foi feito lista de pertences, ninguém consegue colocar as coisas dentro de casa...

48'08 “Aqui a continuação do abuso do consórcio Candonga, as cama em cima da plantas, tudo jogado...sumiço de dinheiro, cartão de crédito as cama já não dá pra aproveitá mais, quebrou tudo...geladeira, muita coisa né.

Os fragmentos do documento supracitado nos traz a necessidade de investigar modo de vida não como o lugar da “pureza cultural do povo” ou como “expressão da sua total submissão” mas, como modos de lutas, de embates de forças e interesses.

Nesse sentido, buscarei por intermédio do diálogo com as fontes, problematizar o fundamento da lógica capitalista: a transformação das relações sociais sob a roupagem de progresso. A esse respeito devo destacar as contribuições do diálogo com alguns autores tais como, Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008).

A leitura da obra de P.Linebaugh e M. Rediker é importante porque através da investigação dos sentidos metafóricos da “hidra de Lerna” e do “mito de Hércules” os autores nos permitem compreender a dinâmica que marcou a emergência do capitalismo e que continua reverberando no tempo presente: a dinâmica de um sistema de relações sociais que se forma, expande-se e consolida-se a partir da “expropriação”, “da luta por modos de vida alternativos”, da “exploração e da resistência a ela”, da “imposição da disciplina de classe”.(LINEBAUGH,2008,p.24)

A senhora “Maria Terra”, agricultora, 86 anos, entrevistada no dia 16 de julho de 2009, parece corroborar o sentido dado por Linebaugh e Rediker à dimensão dessa lógica capitalista fundamentada na “expropriação e luta por modos de vida alternativos”, a partir do significado que confere às transformações vividas em decorrência da transferência para Nova Soberbo.

Gisélia: E o que a senhora mais lembra lá na vida em Soberbo?

Maria Terra: Ah minha fia, eu lembro de muita coisa ali! Eu deito na cama e fico pensando, ia lá e voltava, no tempo que eu trabaiei lá, no tempo que eu vivi lá naquela beira de rio. Tinha de tudo ali, tinha verdura, tinha minhas fruta, tinha tudo. Hoje se eu quero eu tenho que comprá fruta. Cabô. ... Segui tudo. Eu assisti tudo, ês devorando tudo. Devorando as árvores, tudo que eu plantei, as fruta... (grifos meus)

Nesse sentido, o diálogo com Linebaugh e Rediker (2008) tem auxiliado no tratamento dado as fontes de pesquisa na medida em que nos permite fazer conexões entre passado/presente para a compreensão do movimento que está na base de surgimento do capitalismo: “a exploração a que uma multiplicidade de sujeitos esteve submetida e o renascer de suas ‘cabeças decepadas’ influenciam profundamente a história do mundo em que todos vivemos e morremos”(LINEBAUGH, 2008, p.51)

P. Linebaugh e M. Rediker nos permitem perceber que a existência de grupos privados – como no tempo presente de que trata essa pesquisa de doutoramento: a Vale do Rio Doce e a multinacional Novelis – lançando campanhas com o objetivo de conseguir anuência pública para seus interesses capitalistas privados não é exclusivo das grandes empresas concessionárias no século XXI. Já nos primórdios mesmo do capitalismo, desde o século XVI, podemos evidenciar a formação das organizações mundiais de comércio, como a Companhia da Virgínia – que buscava explicar e difundir “incansavelmente que a sua iniciativa capitalista privada era boa para a nação”(LINEBAUGH, 2008, p.25).

No passado, embora temporal e espacialmente distante de Nova Soberbo, os “propagandistas da Companhia da Virgínia” conforme nos evidenciam P. Linebaugh e M. Rediker(2008) reiteravam a imagem de prestadores de serviço público ao retirarem da Inglaterra “enxames de desocupados” e levá-los para trabalhar na Virgínia, livrando a Inglaterra desses “vadios”.

Os propagandistas da Companhia da Virgínia no passado parecem ter deixado um grande legado para os propagandistas da Novelis e da Vale do Rio Doce atualmente: a partir da leitura de alguns documentos produzidos pela empresa – “Informativo Candonga”, “EIA/RIMA” e entrevistas produzidas com seus representantes – é possível perceber que a idéia de “progresso” e de melhorias para a nação serve de justificativa no tempo presente para a instalação de empreendimentos hidrelétricos cujos fins são maximizar os lucros privados.

Faz-se necessário ressaltar que tais empreendimentos são significados na legislação brasileira (Leis nº 8.987/1995 e 9.074/1995) concedente de desapropriação como obras de “utilidade pública”. Argumento corroborado por alguns agentes estatais, conforme podemos evidenciar no relato da juíza Márcia Paoli, citado no livro “Atingidos e Barrados”²:

...é presumido até o risco de dano irreparável, pois estão presentes:

- a) interesse público que prevalece sobre o interesse individual, uma vez que o empreendimento gerará energia elétrica estimada em 140 MW de potência, ajudando o país a evitar o racionamento de energia, além de a usina criar novos empregos, inclusive com mão-de-obra local, e gerar o desenvolvimento da região;*
- b) urgência da inauguração da usina, cuja alegação, por envolver atos da Administração, goza de presunção de legalidade e veracidade, além de já estar em atraso o contrato, ante o término do prazo contratado para a geração da energia (f.148), e de já estar incidindo as penalidades previstas no contrato (f.153);*
- c) risco de grave prejuízo à coletividade, porque privada dos evidentes benefícios que a usina trará, tais como empregos, maior arrecadação de impostos, melhoria da qualidade de vida da população local, com a nova área urbana criada com total infra-estrutura de saneamento básico, ajuda de custo às famílias prevista no contrato de concessão, desenvolvimento de trabalhos sociais, de reativação econômica, de assistência técnica e de geração de renda, título de propriedade para as famílias que tinham apenas o domínio de seus antigos imóveis, além da ampliação e melhoramento dos imóveis.*

Entretanto, havendo, no caso, prevalente interesse público sobre a área questionada, cuja conveniente e urgente posse, com a inauguração da usina hidrelétrica, não pode ser relegada à prévia satisfação jurisdicional de direito individual, a irreversibilidade resolver-se-á, se for o caso, em perdas e danos.

Não guarda aceitação racional, característica que deve ter toda decisão judicial, com o novo parâmetro do conceito de Justiça, a postura individualista do agravante, pois seu direito fundamental de moradia, invocado, está segurado, conforme prova dos autos.

Assim, tendo em vista o interesse público envolvido, a decisão deve ser mantida.

² O livro “Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga” foi publicado em 2004 por meio dos esforços de militantes do Centro de Justiça Global, CPT-Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais, MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens e NACAB-Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Embora produzido a partir de um forte caráter de denúncia, expresso pelo próprio título, constitui-se importante documento de pesquisa na medida em que apresenta a cronologia de todo o processo de instalação da UHE Candonga e dá visibilidade a todas as fases de licenciamento junto às agências do Estado: COPAM, FEAM, CONAMA. Dessa forma, permite-nos evidenciar o processo de disputas entre várias agências estatais e agentes organizados a partir da sociedade civil em confronto com os trabalhadores expropriados.

O relato supracitado corresponde à decisão da juíza Márcia de Paoli em dar continuidade à obra Candonga, embargada anteriormente, apresentada como expressão dos interesses da “coletividade”. Essa foi sua resposta ao processo da moradora Geralda de Almeida Moreira que denunciava a ofensa ao direito fundamental à moradia, nos autos do agravo nº 458.926-4, da Comarca de Ponte Nova. A leitura do texto produzido pela juíza Márcia de Paoli nos leva por um lado à necessidade de problematizar a idéia de “interesse público” associada à obra Candonga, e por outro, à tentativa de desmitificar a inversão realizada das noções de público e individual.

As evidências contidas nesse processo jurídico cruzadas com outros tipos de documentos – narrativas orais, jornais locais e documentos produzidos pela empresa Candonga, incita-nos questionar a idéia de “poder público” associada a “poder neutro” ou “bem comum”.

Sob a roupagem da “utilidade pública” as grandes corporações empresariais capitalistas – no passado e no presente – propõem seus empreendimentos como a possibilidade de redenção para os males sociais. Dessa forma, a UHE Candonga é apresentada por alguns agentes (da sociedade civil e do Estado, em sentido estrito) como prestadora de serviço para a sociedade através da geração de energia elétrica, desenvolvimento e empregos. Resta-nos perguntar: às custas de quem? Geração de energia, desenvolvimento, renda e empregos para quem?

Esta pesquisa se encaminhará com a perspectiva de dar visibilidade às experiências de lutas que perpassaram e continuam a perpassar todo o processo social de espoliação e transformação de modos de vida dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, as entrevistas com os trabalhadores rurais em confronto com outros tipos de documentos são relevantes na medida em que nos permitem problematizar os invólucros “utilidade pública” e “progresso” associados à UHE Candonga, bem como repensar a questão dos trabalhadores, água e energia elétrica em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1984.
- LINEBAUGH, P; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. SP: Companhia das Letras, 2008.

MENDONÇA, S.R (et alii). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. RJ: EdUFF,2005.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

“SUA HISTÓRIA DARIA UM LIVRO? A DA SUA EMPRESA TAMBÉM”: OS TRABALHADORES E SUAS EXPERIÊNCIAS NARRADAS NOS ARRANJOS DA MEMÓRIA EMPRESARIAL

Karine Marins Amaral CRUZ¹

karinehist@yahoo.com.br

Resumo: As reflexões e inquietações aqui expressadas constituem-se elementos de uma pesquisa histórica, cujo escopo é avaliar e compreender a maneira pela qual a memória de diferentes empresas, dos mais variados ramos de atividade profissional, vêm sendo produzida e reproduzida no contexto atualmente vivido. A perspectiva é analisar o discurso empresarial/memorial que está sendo produzido pelo grupo Votorantim, atentando para os modos como organizam seu acervo e se utilizam dos depoimentos dos trabalhadores para compor a biografia de seu empreendimento, afirmando e divulgando determinadas histórias e concepções políticas.

Palavras-chave: memória, empresa, trabalhadores

Abstract: The ideas and concerns expressed herein constitute elements of a historical research, whose scope is to assess and understand the way the memory of different companies, the most diverse areas of professional activity, have been produced and reproduced in the context currently lived. The perspective is to analyze the business discourse / memorial that is being produced by the Votorantim group, paying attention to the ways they organize their collections and make use of the testimonies of workers to write the biography of his enterprise, claiming and disclosing certain stories and political views.

Keywords: memory, company, workers

*Ultimamente tem crescido muito o interesse de instituições e do público em geral pela história, ou melhor, por diferentes formas de resgate do passado, em sua maioria plasticamente atraentes, que se multiplicam na exata proporção em que cresce o número de entidades – **empresas** (grifo meu), associações, comunidades – preocupadas com suas “memórias”. (Verena Alberti)*

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestranda em História.

“Desde os 12 anos eu me via entrando numa fábrica para trabalhar. Quando eu cheguei aqui em Salto, na hora em que entrei na portaria, eu tive a visão da infância ao ver a fábrica de Salto de Pirapora com aquela torre...”
(Ângela Andrade Silveira – assistente de sistema de excelência da empresa Votorantim- narrativa que constitui o acervo memorial da empresa)

Durante toda minha trajetória enquanto graduanda do curso de História, entre os anos de 2003 a 2009, inquietava-me pensar o social como um campo harmônico e homogêneo, visto que a experiência vivida e pesquisada demonstrava-me uma realidade social bem diferente, permeada por conflitos e tensões, ainda que esses não se processassem de forma revelada.

No desenvolvimento da pesquisa monográfica, tive a oportunidade de constatar e conhecer o movimento relatado na primeira epígrafe pela professora Verena Alberti: dentre as diferentes instituições, o interesse cada vez mais intenso das empresas capitalistas pelo “resgate do passado”, a fim de comporem suas memórias e de compartilhar socialmente determinadas histórias, nas quais os trabalhadores são apresentados, através, sobretudo, de suas narrativas, como parte integrante do processo histórico evolutivo vivido pela empresa, o qual é referenciado pelas lembranças que são selecionadas. Os questionamentos suscitados foram imediatos: seria então, a memória, um desses campos cujas experiências e relações são apresentadas como sendo harmônicas e homogêneas, ou espaço de conflitos e tensões que nos remetem às lutas dos diferentes sujeitos inseridos no social?

Várias áreas do conhecimento têm se debruçado sobre o tema da memória, o qual se constitui amplo campo de estudos e reflexões. No que concerne às abordagens das ciências humanas, a investigação se situa na perspectiva de que a compreensão da dinâmica pela qual memórias têm se constituído, possa nos levar a compreender a sociedade onde essas práticas de “retorno ao passado” são suscitadas e preservadas, nos conduzindo a uma percepção das relações humanas desenvolvidas no emaranhado social.

No interior das reflexões e debates historiográficos, as discussões em torno da memória nos remetem à percepção não de um passado superado e “congelado”, mesmo porque a produção do conhecimento histórico não está circunscrita simplesmente à análise do passado, como já bem demonstrara os historiadores dos *Annales*², mas nos instigam, sobretudo, a compreender a complexidade das relações humanas no interior dinâmico das diferentes temporalidades, as quais não estão isoladas e independentes uma da outra, ao contrário, estão conectadas a um

² Em *Apologia da História ou Ofício do Historiador*, Marc Bloch demonstra que o objeto da análise historiográfica não é o passado: “O objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e das instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”. (p. 54)

processo histórico que nos permite perceber rupturas, mas também permanências. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as reflexões históricas sobre a memória nos permitem uma compreensão das relações situadas no momento ao qual nossa consciência costuma classificar como passado, também nos possibilita compreender as relações do momento vivido, as quais operam, no presente, uma determinada seleção sobre o passado, evidenciando as disputas e conflitos que demarcam as lutas que são travadas constantemente no social.

Partindo dessa perspectiva analítica, compartilho do suposto de que a memória se configura como campo de tensões e embates, contexto no qual também emergem as lutas de classe que se processam socialmente.

Ainda que pareça uma análise superada ou periférica no interior das atuais abordagens que se situam na historiografia, a realidade social vivida evidencia uma sociedade marcada pela luta de classe, em que as desigualdades se expressam também na produção da memória, no direito ao passado e à história. No entanto, classe não é aqui entendida como um conceito estático e abstrato ou ainda uma categoria analítica fechada em si mesma, capaz de explicar uma determinada realidade de forma autônoma e isolada. Antes, classe nos remete às relações sociais históricas reais vividas pelos diferentes sujeitos que compartilham experiências em comum, diversamente das experiências de outros grupos.

As proposições teórico-metodológicas do marxismo inglês contemporâneo são basilares a essa compreensão. O historiador Edward Thompson (THOMPSON, 1987, p.09-10) analisa a classe pela perspectiva das relações humanas vividas em seus respectivos contextos históricos:

“A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura (...). A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais (...). A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

A classe apresenta uma existência real que precede a qualquer construção teórica. Diz respeito às experiências vividas cotidianamente pelos diferentes homens e mulheres que compõem as realidades históricas, ou seja, a classe não está desvinculada das relações que nos remetem também às experiências concretas de exploração.

É nessa perspectiva que me volto para a análise da memória empresarial, a fim de compreender quais os conflitos, as tensões e as lutas que são alimentadas a partir das relações sociais desenvolvidas em seu contexto, contradições que são silenciadas pelos interesses socialmente dominantes, cabendo ao historiador o exercício dialético de compreensão da memória enquanto produção social fincada nas relações humanas.

Tempo presente: valorização do passado?

A “valorização” do passado no contexto social atualmente vivido torna-se um tanto quanto paradoxal, visto que vivemos um momento de intenso estímulo às experiências que se localizam ou estabelecem uma proximidade efetiva com o momento presente.

Segundo os regimes de historicidade apresentados pelo historiador François Hartog (HARTOG, 2002), pode-se considerar, temporalmente, três movimentos históricos distintos: o regime passadista, presentista e futurista.

A sociedade contemporânea, estruturada pelo regime presentista, promove uma intensa valorização das experiências desenvolvidas no momento presente. Caracterizada pelo consumismo, a sociedade capitalista atual tem se estruturado sob a égide da tecnologia, que é responsável por ritmos de mudanças cada vez mais acelerados, fazendo com que tudo se transforme, rapidamente, em passado. O imediato seria então a referência para a compreensão das transformações sociais e das experiências vividas cotidianamente. Nessa perspectiva, predominantemente, o passado é compreendido como algo “morto”, que já terminou e que não estabelece conexões com a realidade vivida, dada a intensidade das mudanças ocorridas. Entretanto, é no interior desse mesmo contexto social de valorização e vivência do momento presente, que observamos o surgimento da necessidade de “retorno” ao passado através da memória. Essa iniciativa está em conformidade com a “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais [...] o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes”. (HUYSSSEN, 2000, p.09) Nessa perspectiva, a sociedade contemporânea estaria estabelecendo uma outra relação com o passado, ou simplesmente operando uma seleção daquilo que pode ser lembrado para refazer e manter os princípios da dominação?

Acompanhando esse movimento atual de emergência da memória, diversas empresas, de diferentes ramos comerciais, têm investido significativamente na organização e preservação de suas memórias, “resgatando” o passado através de iniciativas que compreendem a

estruturação de centros de documentação e memória, os quais contam com acervos documentais compostos por diferentes fontes, tais como: fitas de áudio e vídeo, documentos escritos, objetos de cultura material, fotografias, internet, livros, etc.:

Os Centros de Documentação e Memória (CDM's), em especial, agregam documentos antes dispersos em diferentes setores ou esquecidos nos arquivos, racionalizando o fluxo e o acesso às informações pontuais e retrospectivas. Tendo como missão resgatar, organizar, preservar e divulgar a memória da empresa, os CDM's são formados por diferentes tipos de acervo - como, por exemplo, acervo textual, fotográfico, audiovisual e banco de depoimentos - que recebem tratamento técnico diferenciado e são disponibilizados através de banco de dados³.

A proposta dos centros memoriais é organizar as diferentes fontes para reverenciar uma determinada memória, uma história que seus idealizadores pretendem contar, mostrar e confirmar socialmente.

O grupo Votorantim⁴, para citar um exemplo, inaugurou em 2005 o Centro de Memória Votorantim, que conta com um acervo composto por 42.759 documentos (dentre os quais podemos encontrar documentos cartográficos, iconográficos, escritos e gravados) armazenados em um espaço equivalente a 260 metros quadrado, compreendendo um auditório, estúdio de gravação, bibliotecas e terminais de consulta on-line, reservas técnicas climatizadas, salas de capacitação e de higienização e conservação de documentos⁵. O espaço conta com uma equipe que faz atendimento ao público, bem como promovem workshops sobre memória.

A preocupação em torno da memória pelo segmento empresarial vai ainda mais além. Diversas empresas enviaram seus representantes para o que seria o primeiro encontro do grupo de trabalho de Centros de Memória Empresarial⁶, que ocorreu em maio deste ano. O objetivo era criar um espaço organizado de discussão sobre os principais desafios e conquistas dos centros de documentação e memória das empresas. Ou seja, as empresas vêm buscando estabelecer, de forma conjunta, parâmetros que torne a memória empresarial mais eficiente

³ Artigo de autoria da historiadora Beth Totini, publicado no site da Associação Brasileira de Comunicação empresarial: http://www.aberje.com.br/novo/acoes_artigos_mais.asp?id=32

⁴ Grupo que concentra suas atividades comerciais em setores base da economia como: cimento, mineração, metalurgia, siderurgia, celulose e papel, cujo fundador é Antônio Ermírio de Moraes.

⁵ Guia de Acervo 2006, Memória Grupo Votorantim. Disponível no endereço eletrônico: http://www.memoriavotorantim.com.br/Memoria/pdf/memoria%20votorantim_final.pdf

⁶ Estavam presentes alguns dos principais projetos de memória empresarial: Memória Votorantim, Centro de Memória Bunge, Centro de Memória Instituto Roberto Bosch, Espaço Memória Itaú Unibanco, Centro de Documentação e Memória da Klabim, Centro de Memória J. Macedo.

quanto às propostas estabelecidas, dentre as quais, a de demonstrar uma veracidade e pertinência da história contada para legitimá-la junto à sociedade. Nesse sentido, os fatos relatados pelas empresas, através da memória, almejam alcançar a condição de verdade histórica, evidenciada através de uma narração dos acontecimentos e experiências inseridas em uma linearidade temporal evolutiva, que permite constatar determinados episódios que são apresentados por uma perspectiva totalizante e universal, os quais inscrevem e consolidam as empresas no contexto da atualidade, conquistando, assim, a confiança do público consumidor, bem como o não questionamento do enredo relatado e fundamentado na memória.

Todavia, é preciso nos atentar para o fato de que todo e qualquer acervo memorial corresponde a uma seleção do que deve ser lembrado, qual passado deve ser rememorado e quais experiências devem ser evidenciadas. Ou seja, os elementos da memória e sua organização correspondem a uma interpretação do passado, a qual, dentre outras tantas, precisam ser compreendidas como constituintes de determinados projetos “estético-ideológicos” (SARLO, 1997, p.56). Por trás da organização memorial, inclusive daquela promovida pelas empresas, existem projetos políticos e ideológicos, intenções que estão em disputa na sociedade. Nesse sentido, os acervos não são constituídos aleatoriamente. São operadas certas escolhas, determinadas seleções em torno do que deve ou não ser lembrado, bem como qual sentido deve ser atribuído ao passado, a fim de legitimar certas concepções no tempo presente vivido.

As diferentes fontes organizadas pela memória empresarial não são fontes “imaculadas”, desprovidas da manipulação humana, ao contrário são:

“antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante os quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1992, P.547).

As considerações de Le Goff em torno dos documentos demonstram os conflitos pertinentes à memória e sua relação com a história. A memória se configura, nessa perspectiva, como campo de dominação e manipulação, visto que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. (LE GOFF, 1992, p.426)

É a partir dessas considerações que examino a memória empresarial: por que tantas empresas têm se preocupado com a formação de uma memória empresarial? Sob qual perspectiva os

trabalhadores são incluídos e apresentados nesses projetos? Como estão sendo utilizadas as fontes orais pela memória empresarial?

Torna-se importante compreender o movimento de retorno ao passado, numa sociedade que enfatiza a centralidade do tempo presente, para investigar se esse procedimento retroativo, que se utiliza também de metodologias que surgiram a princípio para fazer evidenciar a diferença e pluralidade do social (como a história oral), não estão servindo justamente para homogeneizar os conflitos e as diferenças, subjugando-os aos valores da identidade e da unidade circunscrita à realidade envolvida por empregadores e empregados.

Trabalhadores que aparecem na memória empresarial

Um dos aspectos que mais chama atenção na organização do acervo empresarial do grupo Votorantim é a utilização de diferentes depoimentos dos trabalhadores. A memória da empresa é organizada e instituída a partir de fontes consideradas oficiais (livros, manuais, jornais), mas também por aquelas que não ganharam status de oficialidade, baseadas, sobretudo, no relato e na experiência dos trabalhadores:

“Além da história oficial contada em livros e manuais, buscamos compreender os olhares e memória das pessoas que estão ou estiveram presentes em diferentes tempos da trajetória do Grupo Votorantim. Aqui, elas compartilham experiências e lembranças que se mantêm vivas através de suas histórias⁷” (Memória Votorantim – Estórias que fazem a História).

É expressivo o aproveitamento da fonte oral na organização do acervo do centro de documentação e memória do grupo. Os relatos dos trabalhadores estão inseridos em um banco de dados intitulado “Estórias que fazem a História”, onde podemos encontrar inúmeros depoimentos de diferentes trabalhadores que ocupam distintos cargos na empresa. Entretanto, apesar da diversidade de experiências e vivências dos diferentes sujeitos que compõe o universo de trabalho da Votorantim, os depoimentos convergem para um lugar comum: o da exaltação e valorização da empresa, o que nos induz a compreender que o ambiente laborativo das diferentes empresas que compõem o grupo Votorantim, é permeado por relações harmoniosas, cujos conflitos e tensões se fazem ausentes:

7

“Fui a primeira mulher de bombeiros, tratada como uma filha. Meu chefe me cobrava mais os estudos do que meu próprio pai” (Rosângela de Mello – assistente administrativa da Nitro Química, empresa do grupo Votorantim) ⁸;

“(...) Em termos de trabalho só me resta falar que é o grupo em que eu trabalhei mais na minha vida até hoje, onde eu adoro trabalhar e um grupo que dá todo apoio ao funcionário e aqui nós temos de tudo de melhor. E o meu trabalho é sempre ótimo”; (Antônio César Pettri – controlador de produto acabado da Citrovita, empresa do grupo Votorantim) ⁹;

“Olha, pra mim a Votorantim representa muito, muito mesmo, porque praticamente eu sou o homem e a mulher da minha casa. Então eu sustento meus filhos, ajudo minha filha a pagar a faculdade, ela tá fazendo faculdade, eu ajudo "ela" pagar. Ela está fazendo Pedagogia, então eu ajudo a pagar a faculdade. Eu tenho um filho pequeno, sou separada, então aqui pra mim, a Votorantim me ajudou em muitas coisas. Sem contar, as coisas que a gente aprende” (Vanderlice Lisbôa de Souza – copeira VPAR, grupo Votorantim) ¹⁰;

“Eu acho que o Doutor Antônio [Antônio Ermírio de Moraes] é uma pessoa de bastante estima e nós estamos aqui nesse mundo de passagem, e aí virão futuramente novos diretores que provavelmente serão seus filhos que já comandam. Seria muito importante se essa fábrica continuasse evoluindo cada vez mais, da maneira como está, e que os filhos prosseguissem o caminho dos seus pais. Seria está a minha mensagem. Obrigado, eu fico agradecido por essa entrevista. (Donizete Tavares de Sousa – Técnico mecânico CBA, empresa do grupo Votorantim) ¹¹

A história oral, enquanto metodologia empregada em pesquisas científicas surgiu na década de 50, como forma de valorização da pluralidade de memórias que se orientam a partir das experiências e vivências dos distintos sujeitos sociais que compõem o entrelaçamento de relações estabelecidas socialmente. Nessa perspectiva, a história oral aparece, no interior dos estudos históricos, como possibilidade de rompimento com os princípios da história tradicional e oficial, que tende a homogeneizar as existências humanas e a promover uma exaltação de personalidades “ilustres”, as quais fazem parte de grupos que dominam o contexto social em aspectos econômicos, políticos e culturais.

⁸Idem

⁹Idem

¹⁰Idem

¹¹Idem

A utilização das fontes orais no interior das pesquisas históricas ampliou e complexificou a compreensão do social, que fora recuperado e compreendido a partir da abordagem de outras memórias, outras histórias e outras experiências de sujeitos que foram habitualmente alijados da historiografia tradicional. A memória se configuraria, nessa perspectiva de análise, como um direito também direcionado àqueles sujeitos sociais que não participavam oficialmente da história. Sendo assim, o conhecimento subsidiado pelo ato de lembrar/recordar se tornaria um eficiente instrumento, capaz de fazer evidenciar a diversidade e as culturas, que, no plural, nos remetem a expressar todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associada a diferentes tipos de realidade. (FENELON, 2004, p.09). A esse respeito, nunca é excessivo repetir as considerações de Déa Fenelon (FENELON, 2006, p.08):

“(...) se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças, subjugados ao valor das identidades, da unidade, do homogêneo e do único, então reafirmamos: o direito à memória torna-se uma reivindicação vital para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias que nos permitem construir outras histórias”.

Entretanto, ao analisar o relato dos trabalhadores do grupo Votorantim, a hipótese levantada é a de que, na contemporaneidade, venha ocorrendo uma apropriação desse sentido pelos grupos dominantes, no caso, do setor empresarial, os quais utilizam as memórias e relatos de determinados trabalhadores para divulgarem a idéia de uma realidade de trabalho que admite e reconhece a diversidade, por combinar pessoas/trabalhadores diferentes, com experiências distintas e trajetórias dessemelhantes. Porém, as muitas memórias apresentadas não estabelecem a elaboração de outras histórias. Os relatos orais dos trabalhadores são unificados pelos valores da identidade e da homogeneidade que são forjadas no âmbito da memória empresarial, para reafirmarem conteúdos tradicionais e legitimarem uma determinada estrutura de dominação social.

A história oral corresponde a uma metodologia que nos remete, sobretudo, às experiências vividas no passado. Entretanto, não temos mais a oportunidade de recompor os fatos históricos passados, na exata dimensão em que ocorreram. Lidamos com interpretações sobre o contexto precedente, seja pela perspectiva interpretativa dos pesquisadores/historiadores que se voltam à compreensão do período anterior através dos vestígios, seja pelas experiências reais vividas pelos diferentes sujeitos que compunham a realidade em questão, os quais

apresentam interesses e projetos sociais diferenciados e divergentes. Diante da ampliação da noção de documento para o historiador, as experiências humanas passadas podem ser interpretadas a partir de diferentes fontes documentais, dentre elas as orais, que tem desempenhado relevante papel nessa tarefa. Entretanto, o documento não fala por si mesmo, pois “mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam verdadeiramente senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p.79). O documento histórico pode ser carregado de intencionalidades, da mesma forma que a constituição de um acervo memorial e da organização do relato oral pode demonstrar conteúdos de rememoração que em sua essência implicam no esquecimento ou ainda ocultação de outros teores. Portanto, todo documento deve ser interrogado e problematizado, a fim de compreender as diferentes dimensões do social que ele pode apresentar.

No contexto da organização dos centros de documentação e memória das empresas, as lembranças dos trabalhadores são positivadas como fontes para compor os acervos empresariais, entretanto, adotando uma postura acrítica diante do documento oral, acreditando que ele por si mesmo basta e é autorizado à compreensão das experiências passadas. Nesse sentido, o documento oral é classificado como uma fonte “verdadeira”, segura e objetiva, capaz de confirmar determinadas versões que se querem autorizadas para revelar o processo histórico, não cabendo, portanto, questionamentos. Sendo assim, os depoimentos seriam “lugares” adequados aos quais devemos nos remeter para confirmar, comprovar e nos convencer das histórias oficiais e tradicionais que são divulgadas socialmente.

As reflexões produzidas por Alessandro Portelli nos instigam a questionar esse procedimento metodológico adotado pela memória empresarial. A fonte oral deve ser compreendida como um discurso que se insere e se sustenta a partir das diferentes práticas sociais vividas, entretanto, não corresponde a um discurso pronto e acabado, mas sim, a um processo em construção e em constante transformação. A história oral não trata de objetividades, mas sim da subjetividade, memória, discurso e diálogo (PORTELLI, 2001, p.26). Uma entrevista é sempre fruto de um diálogo que se estabelece entre as partes envolvidas, ou seja, entre aquele que se propõe a entrevistar e o que aceita ser entrevistado.

Sendo assim, quais diálogos possibilitaram as entrevistas finais realizadas com os trabalhadores? Versões diferentes comprometeriam o vínculo empregatício do trabalhador? Quais análises e perguntas foram realizadas sobre os conteúdos apresentados nas entrevistas? As entrevistas expressam as experiências vividas cotidianamente pelos trabalhadores?

As experiências vividas por esses sujeitos podem nos demonstrar as tensões e as contradições que se enveredam pela produção da memória. Os conflitos e as lutas sociais se configuram a partir das vivências concretas pelas quais estão submetidos os diferentes grupos. Nesse sentido, as experiências vividas pelos trabalhadores, não somente no ambiente de trabalho, são indispensáveis para se compreender as regras de dominação às quais estão envolvidos, inclusive no âmbito da memória. A experiência vivida é fundamental para as análises históricas que buscam compreender o social a partir de sua pluralidade e complexidade:

“A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença¹²”. (THOMPSON, 1981, P.17)

A experiência nos levar a compreender as condições de sobrevivência humana, bem como os projetos em disputa na sociedade, os quais se inserem nas vivências dos diferentes grupos sociais.

Considerações Finais:

As evidências da pesquisa nos levam a entender que a produção de memória não se configura como uma entidade concreta, auto-suficiente com autonomia em relação às ações e interesses de grupos humanos que se organizam e se reorganizam constantemente. Ao contrário, são expressões de interesses de sujeitos históricos vinculados diretamente à realidade social que os cerca. Homens e mulheres com diferentes expectativas estão envolvidos na organização desse projeto elaborado pelas empresas.

Os diálogos que se estabelece entre a teoria e as evidências também nos levam a compreender que analisar a memória pela perspectiva da luta de classe, pode nos conduzir a uma compreensão dos conflitos e das contradições que envolvem o contexto social.

¹² Ibid. p. 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p.09.

_____. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006

HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps, Le Seuil, Paris, 2002

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. RJ: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2a Ed. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 547.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC – Educ., 2001, p.26.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

THOMPSON, E.P. “Exploração”. In: *A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A lógica histórica. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A CIDADE ATRAVÉS DA IMPRENSA: LINGUAGENS E REDES DE COMUNICAÇÃO EM UBERLÂNDIA-MG

Letícia Siabra da SILVA¹
leticiasiabra@yahoo.com.br

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo analisar distintas e desiguais formas de movimentação dos moradores pobres na periferia da cidade de Uberlândia, uma vez que sinaliza para as intervenções e modificações do espaço urbano na cidade pelos moradores através da imprensa. Perceber como a cidade é vivenciada na experiência concreta de construção de redes de comunicação em Uberlândia evidencia o desafio da pesquisa ao passo em que permite questionar estratégias e projetos de grupos dominantes no campo da comunicação em relações complexas que envolvem disputas, negociações, aceitação em determinados momentos de processos de hegemonia na cidade. Confrontar as pressões e limites que interagem no campo da cultura enquanto aspecto da vida cotidiana interpõe provocações necessárias para investigar as tensões dos sujeitos através de linguagens produzidas socialmente.

Palavras - chave: História - imprensa – cidade.

Abstract: This communication aims to analyse different and unequal ways of poor of circulate residents on the outskirts of the city of Uberlândia, since signals for interventions and modifications of urban space in town by the residents through the press. Understand to how the city is experienced in the concret experience of building communication networks in Uberlândia is evidence of the challenge of research while allowing questioning strategies and projects of dominant groups in the field of communication in complex relationships involving disputes, negotiations, acceptance at certain times of the processes of hegemony in the city. Confronting the pressures and limits that interact in the field of culture as an aspect of everyday life interposes provocations necessary of to investigate the tensions of the subjects through languages produced socially.

Keywords: History – press – city.

¹ Mestranda em História na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia-MG. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Emília Jacinto Barbosa. Bolsista CNPq.

Este trabalho parte da relação construída no espaço da imprensa pelos moradores pobres na cidade de Uberlândia, uma vez que situados em regiões afastadas do centro da cidade, vivenciam a experiência de residir e viver em condições que exigem grande esforço por parte destes trabalhadores para conseguir direitos básicos de saneamento, infra-estrutura, moradia, dentre outros.

A partir das análises do Jornal Correio, um jornal de grande circulação na cidade e bastante conhecido, procurei mapear a presença destes moradores neste veículo de comunicação, considerado por mim não só enquanto veículo no sentido de movimentos de informação, mas também na relação entre informação e formação de um público leitor que busca no jornal estratégias de intervenção, construção e modificação do espaço urbano por um lado e por outro das intenções distintas e desiguais de diversos grupos na cidade que disputam os espaços através da comunicação.

Para isso conto com um conjunto de matérias e reportagens do Jornal Correio, onde incisivamente percebe-se a presença destes moradores ora reivindicando ora mencionando percepções a respeito da cidade onde vivem.

Como abordagem teórico-metodológica, dialogo com alguns autores que se dedicam a pensar a História Social a partir de um referencial pautado na experiência concreta das relações sociais, considerando o processo histórico nos seus movimentos dinâmicos.

Sendo assim, as reflexões de Raymond Williams ao abordar a imprensa no século XIX, se mostram importantes para pensarmos procedimentos de análise que possibilitem o trabalho com a imprensa enquanto fonte para o historiador.

Raymond Williams analisando o surgimento de uma imprensa popular na Inglaterra aproximadamente entre 1815 e 1848, atenta para a consolidação de uma “nova imprensa popular comercial” (WILLIAMS, R., 2007, p.22), a partir das condições de produção e leituras dos jornais.

Segundo o autor,

Os desenvolvimentos técnicos - que iriam finalmente tornar possível a total distribuição da imprensa popular - ocorriam dentro de relações sociais e econômicas precisas, que tornaram a verdadeira competição por leitura entre as imprensas radical e a respeitável mais e mais desigual, e na realidade, em alguns níveis - pré-determinada. Ao longo do século dezenove, o desenvolvimento do jornal, desde um empreendimento capitalista de pequena escala até os consórcios capitalistas dos anos 1880 e além, foi até certo ponto essencial para o crescimento de diferentes elementos da cultura popular. (WILLIAMS, R., 2007, p.22)

Sobre este conjunto de jornais especialmente os jornais dominicais, o autor aponta que; “Ainda persistiam alguns elementos radicais – dirigidos mais contra a velha classe dominante do que contra os novos sistemas industriais capitalistas dominantes - e que foram um fator vital na formação da nova cultura popular”. (WILLIAMS, R., 2007, p.23)

Ponto essencial destacado por Williams para pensar a relação da formação de uma cultura popular com os sistemas industriais capitalistas dominantes ao passo em que através dos jornais propiciados pelo desenvolvimento tecnológico que é também parte do social nos coloca um conjunto de complexidades para se pensar em cultura popular.

Williams evidencia a pressão em relação à formação de um público leitor pobre por estes jornais no século XIX,

Ao mesmo tempo, a repressão, o isolamento, a contenção e, por fim, a incorporação de uma imprensa popular autônoma nada tinham de inevitável a seu respeito: iniciaram-se como atos políticos conscientes e continuaram como um efetivo desdobramento de recursos financeiros, a fim de que os interesses de leitura de homens pobres, se mantivessem nas mãos de homens ricos. (WILLIAMS, R., 2007, p.25)

O autor atenta para a vitalidade com a qual é necessário pensar nos sentidos de popular na cultura ainda no momento vivenciado por Williams (1970) uma vez que a discussão se torna necessária diante da complexidade na qual se encontra, mas acredito também na vitalidade da discussão em pensar o povo e o que se está chamando de popular na imprensa e que, sobretudo, tem relações profundas com o suposto comercial, pois, continua a merecer atenção especial, uma vez que se torna necessário considerar os movimentos no processo histórico, não de maneira evolutiva e linear (conforme E. P. Thompson adverte), mas para pensar a partir do movimento dialético.

Diante da necessidade em avançar teórico e metodologicamente no campo historiográfico que se direciona para o estudo da imprensa Peixoto e Cruz mediante a indagação “sobre usos que os historiadores fazem da imprensa em seu trabalho no cotidiano de sua oficina e a propor contribuições para este percurso”.(CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.256)

As autoras defendem que,

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção,

consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e da luta por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.257)

Abordando a questão da linguagem na imprensa as autoras apontam que,

De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258)

Nesse sentido, perseguir os jornais enquanto fonte exige questionamentos sobre suas intencionalidades assim como as intenções dos grupos que o compõe e participam das relações estabelecidas a partir da linguagem impressa que é também parte do social (conforme Williams desenvolve em *Marxismo e Literatura*, 1987).

As autoras chamam atenção para pensar a imprensa também como um espaço privilegiado da articulação de projetos de diferentes forças sociais (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259).

Nesse sentido, procuro investigar as intenções que compõe o Jornal Correio na cidade de Uberlândia e como os moradores pobres de bairros afastados do centro da cidade participam dos diversos projetos e disputas no espaço urbano da cidade. Através de uma perspectiva historiográfica na qual me posiciono politicamente.

No decorrer do ano de 2009, o Jornal Correio apresentou uma série de matérias que procuravam “resgatar” a história dos bairros; diante disso, trouxe falas de moradores e suas opiniões sobre aquele local.

A presença destes moradores no jornal evidenciava a maneira como eles expressavam o pertencimento ao bairro através dos dizeres sobre a luta por moradia, saneamento básico, enfim, direitos básicos de sobrevivência que foram negados pelo poder público e que muitas vezes partiu da iniciativa destes moradores, ora individualmente, ora organizados em grupos de bairros.

O conjunto de matérias publicadas no decorrer do ano de 2009 nos remete para a relação temporal estabelecida nos anos [19]80, uma vez que foi vivenciado naquele momento,

mas que permite já no início do século XXI, mais propriamente dito em 2009, a presença desta temporalidade no campo da memória uma vez que perpassa enquanto experiência vivenciada e que marcou para estas pessoas diversos projetos de sobrevivência.

Na matéria de comemoração dos 26 anos do bairro São Jorge (situado na região sul da cidade), o jornal apresenta a entrevista do aposentado José Geraldo, morador no bairro, que segundo o jornal, “mora no São Jorge desde antes de sua criação”:

Ele conta que, quando se mudou para lá, em 1982, o bairro era um amontoado de barracos de madeira e lona, não tinha água, energia elétrica, nem ruas asfaltadas. “Eu trabalhava na Prefeitura, na manutenção de vias públicas e briguei muito pelo desenvolvimento do bairro. Aos poucos fomos conquistando e hoje está uma beleza. Vou passar o resto da minha vida neste lugar. Aqui eu tenho tudo o que preciso: um pedaço de chão, minha casa, médico, dentista, lojas, supermercado. Eu quase não vou ao Centro, só quando é alguma coisa muito importante” disse.²

A fala deste morador abre possibilidades para adentrar em várias questões que remetem tanto para a maneira como o morador aparece na fala do jornal, mas também para as escolhas que são feitas por este ao mencionar determinados aspectos da vida social, sobretudo apontando alguns paradoxos quanto à maneira como participa enquanto sujeito no movimento de ordenação e reordenação do espaço territorial da cidade, uma vez que o contraponto se faz na medida em que um morador que trabalhava na prefeitura justamente na manutenção de vias públicas não contava com asfalto na própria rua onde morava.

Outro ponto interessante diz respeito à divisão entre setores na cidade, a distancia do centro da cidade que é mencionada nas falas dos moradores e incisivamente acentuada no jornal transparecendo a ideia de independência destes bairros em relação ao centro da cidade, chegando até a sugerir para o leitor que o próprio bairro se constitui enquanto cidade a qual não existe a necessidade de estabelecer relações com o centro ou então com outras partes da cidade.

Esta é uma noção arriscada por um lado, se a considerarmos desta forma, mas se invertermos o raciocínio e pensar nos porquês destas falas serem recorrentes pelos moradores, percebemos o rancor imbuído nestas falas na relação entre o descaso no qual o bairro foi tratado pelo poder público, como se estivesse esquecido uma vez que as ações de infraestrutura não se voltavam para estes locais tão afastados do centro, ou seja, o poder público

² CALIL, Lygia. Bairro São Jorge completa 26 anos: moradores se dizem apaixonados por uma comunidade unida e cheira de história. CORREIO. *Cidade*. 01/02/2009, p.B1.

privilegiava determinados segmentos da sociedade e excluía outros, estes por sua vez, conseguiram por vias próprias se consolidarem ao passo em que já não precisa mais do centro da cidade, ou mais ainda, não precisa mais da boa vontade do poder público.

O centro da cidade se firmou enquanto um dos *lócus* comerciais, gerador de renda para a cidade, daí o investimento de várias maneiras naquele espaço específico durante muito tempo. Por outro lado os bairros periféricos vivenciaram o descaso e muitas vezes o confronto por não ter os serviços que eram direito destes moradores enquanto pertencentes a esta cidade.

E a justificativa para o não-serviço prestado era a ilegalidade do bairro, o que muitas vezes era justificado pelo fato de o bairro ser fruto de ocupações irregulares. Acrescente-se a este rol outro segmento de bairros que foram criados a partir dos conjuntos habitacionais na década de 1980, estes por sua vez também enfrentaram bastante dificuldades, embora estes conjuntos participassem do projeto de cidade ideal, conforme nos atenta a historiadora Máucia Vieira dos Reis:

Desde a década de 1950, a cidade passou a contar com um Plano de Urbanização, re-ordenando e propondo um novo traçado para Uberlândia, visando à formação de uma “cidade ideal”. O Plano, ao mesmo tempo que hierarquizava a sociedade, imputava a seus dirigentes a prerrogativa da decisão sobre qual a cidade deveria ser construída. Nos objetivos e conselhos usados pelos autores de tal plano, os conceitos de ordem e beleza se faziam presentes e são sintomáticos de uma proposta que pretende estender, para todo o social, o que era importante para o poder público e para as elites que ele representava: uma cidade ousada, grande, capaz de despertar a admiração de quem tivesse “um espírito engrandecedor, elevado”. Fomentava, com detalhes, a ocupação de espaços públicos, fosse por novas construções de prédios, prestadores de serviços públicos (como, por exemplo, a construção de “Centro Administrativo”, de “Centro Cívico”, de áreas de lazer como um “Parque Municipal, Estádio de Futebol”, novas estações “Rodoviária” e “Ferroviária...”), fosse pela criação de grandes artérias, avenidas e viadutos. Esse plano, inclusive, sugeria, aos administradores de Uberlândia, usar os meios de comunicação para alimentar na sociedade os “anseios” propostos por ele, ao mesmo tempo, legitimando-os. (REIS, 2003, p.34)

Máucia Vieira dos Reis direciona para as articulações que os grupos dirigentes na cidade de Uberlândia durante a década de [19]80 estabeleciam com os meios de comunicação para legitimar o projeto de cidade ideal, até então visados por eles. O interessante ao perceber na fala do morador aproximadamente trinta anos após a explosão destes projetos mencionados

por Reis, ganha força no sentido de que a intensidade com a qual aconteceu e se fortaleceu nos anos [19]80 ficou marcada nas experiências dos moradores de tal maneira que articula a vivência do passado diante das dificuldades enfrentadas, permite ao morador se situar e avaliar sua condição de vida naquele presente da entrevista para o jornal, e, lançar perspectivas para o futuro a partir das relações construídas naquele bairro: “...Vou passar o resto da minha vida neste lugar. Aqui eu tenho tudo o que preciso...”

O suposto de que o bairro também se firmou enquanto centro comercial independente do centro da cidade também perpassa a fala do morador ao passo que vemos esta movimentação em torno de bairros afastados do centro da cidade, mas que conviveram com a ambigüidade entre o descaso do poder público em um primeiro momento, para posteriormente através dos meios de comunicação na cidade, principalmente no campo da imprensa, ter uma atenção voltada incisivamente para estes bairros a partir do momento em que é firmado enquanto populoso, com uma dimensão territorial extensa, e que passa a ter uma organização social independente de outras partes da cidade.

Entretanto esse segundo momento pelo qual a imprensa se volta para estes bairros ressaltando a noção de subcentro, caracterizada pelo poder público através do Plano Diretor, revela outros projetos de modificação do espaço urbano a partir de uma estrutura aparentemente comercial, no entanto vai muito além ao passo em que afeta todas as dimensões sociais na cidade. Pois implica na movimentação dos moradores, circulação de informações, organizações diversas e construções de grupos setorizados (e muitas vezes segregados).

Em *A (Re)Estruturação do Espaço Urbano de Uberlândia-MG: Uma Análise a partir dos Processos de Centralização e Descentralização*, Alves e Filho analisam a partir de um estudo geográfico a composição e desterritorialização dos centros na cidade de Uberlândia, a criação dos subcentros e a descentralização da região central na cidade. Conforme o estudo feito pelos autores

As novas centralidades também são reflexos, ao mesmo tempo, que revelam a segregação sócio-espacial, visto que, a acessibilidade às mesmas é diferenciada dependendo dos grupos sociais. (ALVES; FILHO, 2009, p.182)

Continua,

O plano diretor da cidade de Uberlândia estabelece em seu capítulo V, seção I, artigo 20, referente ao uso e ocupação do solo do espaço urbano dessa cidade, que são subcentros os bairros: Luizote de Freitas, Tibery, Planalto, São Jorge, Santa Mônica, Santa Luzia, Tubalina e Presidente Roosevelt. No entanto, após estudos bibliográficos que embasaram os trabalhos de campo, identificou-se como subcentros os bairros: Luizote de Freitas/Jardim Patrícia, Santa Mônica, Planalto, São Jorge/Granada e Presidente Roosevelt... (ALVES; FILHO, 2009, p.179)

Os autores ressaltam o ponto de vista comercial privilegiado pela instituição dos subcentros, contudo, a partir do momento em que estes setores são criados para atenderem a uma demanda de bens de consumo e serviço, percebemos a existência de um direcionamento para estes locais em todos os aspectos da organização social na cidade, além do que estes pontos recebem maior atenção quanto à estrutura e dinamicidade, os outros bairros que estão em volta, sofrem alterações significativas, na estrutura espacial e na dinâmica social.

Na matéria referente ao bairro Tocantins, outro bairro situado nos contornos da cidade, o título “Antigo loteamento se tornou bairro próspero” apresenta uma noção de bem estar para os moradores do local, a chamada “já é possível encontrar de tudo onde antes havia apenas mato e pó”, nos remete para duas temporalidades estritamente distintas embora superficiais entre o antes e o depois: a pergunta que não quer calar é antes do quê e depois do quê?

Segundo o jornal o loteamento foi empreendido pela empresa Arcasa Empreendimentos Imobiliários, e

Sem asfalto, a lembrança dos primeiros anos vivendo no Tocantins são de muita poeira na época da seca e lama na época das águas... Para os que chegaram primeiro ao bairro Tocantins, o acesso à água se dava na nascente do córrego Cavalão, que atualmente [2009] abriga uma subestação da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Para ir ao médico, à farmácia, ao supermercado, ao sacolão ou a qualquer outro estabelecimento era necessário atravessar um vasto cerrado, depois a rodovia (...) para chegar ao [bairro] Luizote de Freitas, tomar um ônibus e ir para o Centro da cidade.³

O jornal descreve detalhadamente todos os percursos que os primeiros moradores faziam para conseguir alguns serviços, isso os obrigava a se deslocarem do bairro onde moravam para chegar ao centro da cidade.

³ TIAGO, GISLENE. Antigo loteamento se tornou bairro próspero. CORREIO. *Cidade*. 17/05/2009, p.B3.

Contudo, a fala corrente em 2009 apresenta que o bairro está desenvolvido e, portanto os moradores não precisam mais se deslocar para o centro da cidade, uma vez que encontram todos estes serviços à sua disposição. Não obstante muitos destes serviços, tais como supermercado, sacolão e farmácia são comércios que colocados em um conjunto de diversos serviços dentre eles públicos, parecem como direitos básicos de todo cidadão consumidor.

Não estamos falando de qualquer cidadão, mas sim do cidadão consumidor, mencionado e defendido pelo Jornal Correio, em praticamente todas as reportagens e matérias referentes aos bairros publicadas pelo jornal. A suposição que se faz aqui se deve aos estreitamentos de laços entre os moradores que são colocados enquanto praticidade comercial

Nesse sentido, acredito na importância de investigar estas questões a partir dos movimentos dinâmicos considerando o processo histórico e a realidade social na qual estas relações compõem, ao passo que novas indagações são colocadas através do diálogo com as fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

ALVES, Lidiane Aparecida; FILHO, Vitor Ribeiro. A (Re) Estruturação do Espaço Urbano de Uberlândia-MG: Uma Análise a partir dos Processos de Centralização e Descentralização. In: **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, jan. 2009.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, p.262-272, 2006.

BARBOSA, M. E. J.; LIMA, J. L. F.. História, imprensa e redes de comunicação. In: **História & Perspectivas**, v. 39, p. 37-57, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**: ed.34: EDUSP, 2000,

CERTEAU, Jean. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Org.). **História : novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 17-48.

CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 35, dez/ 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta; periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D' Agua, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de investigação. In: Projeto História, SÃO PAULO/SP: EDUC, nº4, jun.1985.

FENELON, Déa Ribeiro [et al.]. **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas...histórias que marcam a cidade:Uberlândia-MG**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009. (Tese de Doutorado).

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HABERMAS, Jürgen. A esfera pública política no processo da transformação sócio- estatal do Estado liberal de Direito. In:___**Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 259- 273.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In:___**Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MARTÍN- BARBERO. J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5 ed, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

REIS, Maucia Vieira dos. **Entre viver e morar**: experiências dos moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia –anos 1980-1990) Dissertação Mestrado, Uberlândia, 2003.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

WILLIAMS, Raymond A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 35, dez/ 2007.

APONTAMENTOS SOBRE A CIDADANIA E OS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL

Michelle Nunes de MORAIS*

michelle-mg2@hotmail.com

Resumo: Tomamos como estudo de caso os conflitos agrários pós década de 1930 até 1964, e as formas de resistências encontradas pelos trabalhadores rurais, principalmente na região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais. Os trabalhadores rurais foram negados o status de cidadão, ficando a marginalizados. O que pretendemos neste trabalho é discutir como foi esse processo de exclusão das massas de trabalhadores do campo

Palavras chaves: cidadania, trabalhadores rurais, questão social.

Abstract: We take as a case study conflicts over land after the and resistance forms filed by rural workers, especially in the Vale do Rio Doce in Minas Gerais. The workers were denied citizenship status, getting the marginalized.

Keywords: citizenship, rural worker, question society.

Apresentação

A cidadania no Brasil teve grande avanço a partir da década de 1930. Neste período a regulação do mercado de trabalho inseriu um número maior de pessoas no rol da cidadania através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), implantada por Getúlio Vargas. Utilizamos principalmente neste trabalho o conceito de ausência de cidadania no Brasil até 1930, de José Murilo de Carvalho, e de Cidadania regulada, para o pós 1930, de Wanderley Guilherme dos Santos. Por conseguinte, estamos buscando analisar o lugar determinado aos trabalhadores rurais neste processo de evolução da cidadania no Brasil. Faremos uma análise da cidadania e da questão da terra durante o Império e Primeira República, mas nosso foco é do período compreendido de 1930 ao pré-1964. Nossa proposta é analisar a inserção dos trabalhadores rurais dentro do conceito de cidadania regulada. Acreditamos que pode-se utilizar o conceito de não-cidadão de Carvalho para definir os trabalhadores rurais neste período.

Considerações acerca da cidadania

A “[...] cidadania é um **produto social** que exige tempo de maturação para aflorar e desabrochar, enquanto processo, ela não é nem autônoma nem soberana, pois ao longo de seu

* Mestranda em História Social pela Universidade de Brasília, bolsista CAPES.

percurso ela interage com outras entidades e processos sociais [...]” (HAGUETTE, 1994, p. 17 [grifos da autora]). Diante de tal exposto ela se

materializa de forma sempre singular, a partir de determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais. Não se pode falar dela sem se levar em consideração o Estado-nação em que se configura. No entanto, isso não é suficiente para que se compreenda como os indivíduos vivem, assimilam esse papel social e o representam. É preciso conhecer também a filosofia predominante, as crenças, as ideias políticas, os mitos, os ritos, as religiões, enfim, o imaginário social no qual se enraíza a cultura política de cada povo. Entenda-se por cultura política o conjunto de atividade pelas quais a comunidade institui o político, ou seja, o processo pelo qual a civitas se ordena e visa à realização de seus fins coletivos. É um conceito que engloba ações conscientes e inconscientes, intelectuais e emocionais, fundadas sempre em valores e significações. A partir disso é que a cidadania se institui. (FERREIRA N, 1993, p. 185)

A cidadania se desenvolveu dentro do fenômeno dos Estados Nacionais e da Revolução Francesa (CARVALHO, 2008, p. 12). Ela se originou nas sociedades de classes e ao ser “conferida a um indivíduo, serve para identificá-lo na esfera pública” (FERREIRA N, 1993, p. 19).

Cidadania no Brasil

Até 1822 a população da colônia se dividia entre os senhores, escravos e uma incipiente população, legalmente, livre e pobre, que não tinha, contudo, condições de exercer cidadania. Durante o império isto não mudou muito. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), neste período o único movimento importante, rumo a cidadania, mas que não teve implementação prática, foi a abolição da escravidão. A abolição não possibilitou a inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho livre (CARVALHO, 2008, p. 17), sendo que a inserção dos mesmos à cidadania foi mais formal que prática. “A transição para o trabalho livre, longe de liberar a mão-de-obra de um rígido controle que lhe dá maior poder de barganha frente ao mercado, ao contrário, imobiliza-a nas zonas rurais decadentes [...]” (GOMES, 2007, p. 156).

Em 1822 com a independência foi regulamentado os direitos políticos e em 1824 a constituição definiu quem poderia votar e ser votado. Para os padrões da época, a constituição do império, era bastante *liberal*, pois permitia o voto para analfabeto. Era obrigatório o voto para os homens a partir dos 25 anos que comprovassem renda mínima de 100 mil-réis, valor considerado baixo e que possibilitava a população pobre de votar. Ficaram excluídos do direito ao voto as mulheres e os escravos, mas os libertos também podiam votar, em eleições

primárias. Em torno de 50% da população adulta masculina votava, número bem acima dos países europeus (CARVALHO, 2008, p. 25-31).

Em 1881 houve um retrocesso na lei eleitoral. Foi implantado o voto direto e proibido o voto para analfabeto, assim como, o voto se tornou facultativo e a renda mínima aumentou para 200 Mil-réis. Para comprovar a renda foram adotadas regras mais rígidas o que dificultava sua comprovação. A grande maioria da população era analfabeta, o que fez com que o número de votantes nas eleições caísse de fato drasticamente. Nas eleições de 1886 votaram apenas 0,8% da população, sendo que em 1872 votaram 13% da população correspondendo a 50% da população masculina (CARVALHO, 2008, p. 38-39).

Com a proclamação da república (1889), na nova constituição, promulgada em 1891, continuou a proibição do voto dos analfabeto, mendigos, soldados, membros de ordens religiosas e, embora não houvesse proibição explícita, as mulheres que entraram com pedido para se alistarem para votar tiveram o mesmo negado (CARVALHO, 2008, p. 39 e KARAWEJCZYK, 2010, p. 4). Caracteriza esse período pela exclusão e restrição de direitos, sendo que grande segmento da população ainda manteve-se excluído do exercício dos direitos políticos e civis (NEVES, 1997, p. 93). Os direitos políticos continuou restrito, o direitos civis era privilégio da classes abastadas e dos direitos sociais não se falava (NEVES, 1997, p. 94).

No que concerne os direitos sociais, um avanço importante durante a primeira república foi a entrada de imigrantes e o desenvolvimento do operariado urbano. Se não foi possível um desenvolvimento de cidadãos plenos, estes segmentos tiveram importante papel na luta por direitos civis e sociais (CARVALHO, 2008, p. 57-61; NEVES, 1997, p. 94).

O movimento [operário] lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. [...] Lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. (CARVALHO, 2008, p. 60)

“A constituição republicana proibia o governo federal interferir na regulamentação do trabalho” (CARVALHO, 2008, p. 61). Houve um retrocesso, durante a primeira república no que concerne aos direitos sociais, pois a constituição republicana suprimiu ao Estado o dever de fornecer educação primária, o que era obrigatório na constituição de 1824. A assistência social mantinha-se a partir de irmandades e associações, pois não havia legislação de amparo ao trabalhador (CARVALHO, 2008, p. 61).

Somente em 1926 é que foi permitido ao Governo Federal legislar sobre o trabalho, com a primeira reforma constitucional. Antes deste período algumas leis foram sancionadas, mas

não tiveram efeito prático, porém, mostra que havia um movimento em favor de leis trabalhistas, que culminou na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Em 1903 foi reconhecido o direito de organização sindical dos trabalhadores rurais e em 1907 dos trabalhadores urbanos, muito embora, havia uma dura repressão as estas organizações, o reconhecimento representou algum avanço em busca de conciliação entre patrões e empregados. Em 1919 foi estabelecido responsabilidade dos patrões por acidentes de trabalho e em 1926 regulamentada as férias trabalhistas, entre outras medidas que, mesmo não sendo eficazmente implantadas, foram um avanço rumo a consolidação dos direitos civis e sociais (CARVALHO, 2008, p. 62-64 e SOUZA, 1997, p. 65-67).

Parafraseando Carvalho (2008), até 1930 não havia, no Brasil, cidadãos plenos, pois cidadão pleno é aquele que detêm os direitos políticos, civis e sociais. Aqueles que detêm apenas algum dos três direitos são cidadãos incompletos e os que não detêm nenhum dos direitos são não-cidadãos (CARVALHO, 2008, p. 9). Até a revolução de trinta havia uma ausência de cidadania no Brasil, devido a falta, ou precariedade na aplicação, de direitos (CARVALHO, 2008, p.18 e NEVES, 1997, p. 92). “Os direitos políticos beneficiavam a poucos, os direitos civis a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava” (CARVALHO, 2008, p. 23).

O Governo *Revolucionário* (1930-1934) criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e promulgou um “vasta legislação trabalhista e previdenciária” que culminou na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Por conseguinte os direitos civis e políticos foram restringidos em nome do projeto modernizador do estado (CARVALHO, 2008, p. 87 e NEVES, 1997, p. 97).

Wanderley Cardoso dos Santos (1997) sugere, para definir a cidadania no Brasil pós década de 1930, o conceito de cidadania regulada. Os trabalhadores que tiveram suas profissões reconhecidas pela legislação foram inseridos no rol de cidadãos, enquanto aqueles que não tiveram suas profissões reconhecidas continuaram como pré-cidadãos. Segundo o autor

são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A cidadania esta embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré cidadão, assim todos aqueles, cuja ocupação a lei desconhece. (SANTOS, 1997, p. 68).

A cidadania regulada, no entanto, não abrangeu todas as profissões (SANTOS, 1979 apud NEVES, 1997, p. 96), amplas camadas da população continuaram fora da mesma. Em 1932 foi implantada a Carteira de Trabalho e em 1933 foi criado o primeiro Instituto de Aposentadorias e Pensões. A cidadania regulada abrangeu somente os trabalhadores

sindicalizados. Em 1931 promulgou-se a nova lei de sindicalização (Decreto n. 19.770 – de 19 de março de 1931) regulamentando a sindicalização das classes patronais e operárias e em 1º de maio de 1943, foi sancionado pelo Decreto-Lei nº 5452 a Consolidação das Leis do Trabalho, que em seu parágrafo 1º estatuiu “as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho”. Já os Decretos-Leis de nº 22.132 de 1932 e 23.768 de 1934 versava que somente os trabalhadores sindicalizados poderiam representar reclamações trabalhistas e gozar de férias. Os trabalhadores das profissões que não foram reguladas pela nova lei de sindicalização, ou seja não foram reconhecidas pela mesma, continuaram fora da cidadania, ou seja como não-cidadão (SANTOS, 1997, p. 69).

A questão da terra

Durante a Colônia as terras brasileiras pertenciam a coroa portuguesa. A concessão de terras aos donatários das capitânicas hereditárias era um direito político. “Os donatários recebiam apenas poderes políticos, como governantes mesmos, para exercê-los, em nome da Coroa, em circunscrição territorial delimitada na carta.” Na própria carta era destinada uma porção de terra ao donatário, na qual ele “exercia não só sua autoridade política, como também direito de propriedade” (JUNIOR). Em 1548 extinguiu-se as capitânicas Hereditárias e implantou-se o Governo-geral, nomeando tomé de Souza, como administrador.

A Coroa portuguesa emitiu para os exploradores colonialistas os títulos de sesmarias que lhes davam apenas, o direito de uso das terras reais. Inclusive, caso não as explorassem, a Coroa podia retomá-las, como estava expresso no texto da Lei de 26 de Junho de 1375, que obrigava a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários arrendatários, foreiros, etc. (FARIA, 2009, p 3 e JUNIOR).

Faria (2009) citando Martins dirá que a *posse* durante o regime sesmarial tinha cunho subversivo. O regime sesmarial garantia a legitimamente da ocupação racional do território colonial. Durante a colônia não havia posse capitalista da terra. Por conseguinte, diferindo de Portugal, onde a concessão de sesmaria possibilitou a pequena propriedade, na colônia ele foi a causa do latifúndio (JUNIOR). Outro fator que, também, consideramos importante para a acumulação da terra foi o regime de morgadio, extinto em 1835 (lei 57, de 06 de outubro), pois todos os bens eram passados indivisos ao filho mais velho (SILVA *apud* FARIA, 2009, p. 4). “Impedindo a subdivisão da terra, o morgadio tornava-se um obstáculo intransponível para a penetração do capital produtivo na agricultura” (PEREIRA & PEREIRA, 2006).

Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de

brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. (MARTINS apud FARIA, 2009, p. 3)

Em 1822 foi suspenso a concessão de sesmaria pela Resolução N° 76 do Reino. Com o fim da concessão de sesmaria ficou um vago jurídico, até 1850, quando foi promulgada a lei das terras, sobre a aquisição e posse de terra, o que possibilitou aos renegados do direito a aquisição de terra, pelo regime de sesmaria, adquiri-las pela posse, mas também possibilitou o grilo de terras públicas e de todos tipos de artimanhas para a sua aquisição. (FARIA, 2009, p. 4; JUNIOR e MENEZES, 2008, p. 52).

A lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei da Terra, segundo Junior “representou um marco na nossa legislação agrária”.

Os pontos básicos da Lei 601 foram: a proibição de doações de terras devolutas, exceto as situadas nas zonas de dez léguas limítrofes com países estrangeiros; a conceituação de terras devolutas, conceito este que até hoje serve de base para as legislações estaduais; a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se achassem cultivadas ou com princípios de cultura e morada habitual do sesmeiro ou concessionário ou algum representante; a legitimação das posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se achassem cultivadas ou com princípio de cultura, e morada habitual do posseiro ou representante; o usucapião nas sesmarias ou outras concessões do Governo; a discriminação das terras devolutas; a reserva de terras devolutas; o registro paroquial; as formas de venda de terras devolutas, etc.. (JUNIOR).

A Lei da Terra veio para cobrir o vago jurídico da Resolução 76 de 1822, porém com ela surgiu alguns novos problemas quanto ao que concerne a legitimação de terras. Na lei versava a legalização de “títulos de sesmarias e as posses quaisquer que fossem suas extensões, mas que tivessem cultivos, desde que medidas e levadas a registro em livros próprios nas freguesias (artigos 4º, 5º, 7º e 8º)” (FARIA, 2009, p. 4), ocupadas antes de 1850. A lei determinava o prazo de dois anos para o registro e medição das posses nas freguesias no Livro paroquial, prazo que foi prorrogado várias vezes (FARIA, 2009, p. 5). Por conseguinte, havia preferência na legalização da titularidade da terra aquele que tinha o registro no livro Paroquial em detrimento do ocupante que trabalhava a terra (SILVA apud FARIA, 2009, p. 6-7 e MENEZES, 2008, p. 52). Para o registro no livro paroquial era necessário a *declaração* do ocupante, ou por outro sendo este analfabeto, o que abriu margem para burlar as informações. Todavia a

declaração no registro paroquial “não conferiam direito aos possuidores” (SILVA apud FARIA, 2009, p. 6).

O título da terra tornou-se pela lei superior à posse efetiva. Assim, aquele que tinha efetivamente a posse da terra estava destituído do direito sobre ela. E garantiu, portanto, a aquele que sendo portador do título da terra, mesmo, sem nunca tê-la ocupado de fato, ter o domínio sobre a mesma, ou seja, o direito de propriedade privada da terra. (FARIA, 2009, p. 5).

A aquisição de terras, a partir de então, somente seria pela compra “transformando, assim, os ocupantes de terras devolutas transgressores da lei” (FARIA, 2009, p. 7). Esta medida “praticamente sentencia a que só quem tem condições de pagar pode adquirir terra, o que excluía o escravo liberto, o imigrante que vem trabalhar nas fazendas, as pessoas pobres em geral” (MENEZES, 2008, p. 51).

Esta legislação teve pouco avanço no que concerne a regulação fundiária. As ocupações irregulares continuaram e o governo imperial tomou novas medidas para tentar remediar a situação. Em 1873 o governo divulgou que permitiria os que ocuparam irregularmente terras devolutas a partir de 1854, a compra das mesmas. Entretanto, em alguns casos, os que ocuparam terras devolutas a partir de 1854 registravam-nas no Livro Paroquial com data retroativa a 1850 (SILVA apud FARIA, 2009, p. 8). “Assim, o Brasil chegou à República um ano depois do final da escravidão, proclamada pelos militares sem uma definição real da constituição da propriedade privada, assim como sobre as terras devolutas.” (FARIA, 2009, p. 8)

A lei da terra continuou em vigor após a proclamação da república. Para tentar organizar a questão do registro de terras, em 1890 foi instituído o registro Torrens, que visava disciplinar o propriedade dos imóveis rurais. Todavia ele não conseguiu regularizar a situação fundiária no país (FARIA, 2009, p. 11 e MENEZES, 2008, p. 53).

Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição republicana e todos as terras devolutas passaram para os Estados. Segundo o texto da constituição à União somente caberia “a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891, art. 64). Os Estados deveria elaborar as constituições e leis próprias para legitimação de terras, enquanto não o fizessem continuaria vigente a lei da terra de 1850.

Segundo Ligia Osório e Silva apud Faria (2009, p. 12):

todos os estados alteraram a data de validade das posses, para efeito de legitimação.
A lei de 1850, como sabemos, havia estabelecido 1854 (ano da sua regulamentação) como limite para os processos de legitimação. Isso significava que as posses ocorridas após 1854 não podiam ser legitimadas dentro dos benefícios da lei. O máximo

que uma legislação especial ainda no Império permitia era que os posseiros tivessem prioridade na compra das suas posses. Ao adotarem suas leis de terras, todos os estados alteraram essa data para, pelo menos, 1889. Em casos significativos para muito mais tarde, por exemplo, 1920 [...] Ao mesmo tempo, dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até o final da Primeira República (1930). [Grifos da autora].

No estado de Minas Gerais somente em 1949 “é que procurou estabelecer normas mais explícitas para a regulamentação das transações de terras devolutas entre o Estado e Particulares (BORGES, 1991, p. 185), através da Lei nº 550 de 05 de junho de 1949.

O processo de ocupação irregular de terras devolutas continuaram em todo território nacional, assim como a legitimação de posses pelos *chefes dos governos estaduais*, baseadas na lei da terra de 1850, até 1931 (SILVA, *apud* FARIA, 2009, p. 11). O código civil de 1916 regulamentou a transmissão da propriedade da terra pela compra e venda, mas mesmo assim, continuou imperando no Brasil o conceito de usucapião das terras públicas até o

Governo Provisório assinar, em 1931, o Decreto n. 19.924 que dispunha especificamente sobre as terras devolutas e que colocou um ponto final nesta questão, reconhecendo às concessões de terras processadas pelo regime anterior, porém, consagrou dali em diante a necessidade da transcrição como ato indispensável para a validade dos títulos de terras. O Governo Provisório de Vargas publicou também, dois anos depois, em 1933, o decreto n. 22.785, cujo objetivo era vedar o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao domínio da União que instituíam a proibição do usucapião sobre bens públicos. (FARIA, 2009, p. 13)

Já a Constituição Federal de 16 de julho de 1934 versava em seu artigo 125 que

Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio do solo, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Na constituição de 1937 o artigo 148, manteve na íntegra o texto do artigo 125 da constituição de 1934. Getúlio Vargas também buscou incentivar a constituição de pequenos proprietários de terras, através de colônias agrícolas. No artigo 1º do decreto-lei 2009 de 09 de fevereiro de 1940 versava que a União, Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações e particulares, poderiam promover núcleos de colonização, formado por pequenas propriedades rurais. Assim como o Decreto-Lei 3059 de 14 de fevereiro de 1941 versava que a União, em consonância com o Estados e Municípios, iria promover a criação de grandes colônias agrícolas, por intermédio do Ministério da Agricultura.

A constituição de 1945 buscou solucionar a questão da ocupação irregular que, ainda, imperava no país e a acumulação agrária, sendo assim ela traz:

Art 156 - A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras pública. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1º - Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e cinco hectares.

§ 2º - Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.

§ 3º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Apesar de toda legislação até 1964, quando da promulgação da lei nº4504 de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra – a ocupação irregular ainda vigorava em todo o país. O Estatuto da Terra pretendia modificar a posse e uso da terra através da melhor distribuição da mesma (PAR *apud* BRUNO, 1995). Embora sem implantação prática, ousamos dizer que somente a partir do Estatuto da Terra e que a Lei da Terra, de 1850, foi definitivamente suprimida.

Os conflitos agrários e as políticas públicas

Para Leonildes Sérvalo de Medeiros (1989a e 2010c) os conflitos de terra no Brasil iniciam com as fugas dos escravos, posteriormente teremos conflitos entre imigrantes e fazendeiros no interior de São Paulo, os movimentos messiânicos, entre outros. Segundo a autora, sempre houve uma tentativa de "*desqualificação*" dos mesmos, e eles somente entraram na pauta de mobilizações sociais a partir de 1945.

Os conflitos de terra eram localizados e regionais (MEDEIROS, 2010c, p. 114), não representavam repercussão nacional, sendo caracterizados como *caso de polícia* (BORGES, 1991, p. 179) e não de políticas públicas. Isso fez com que conquistas tidas por trabalhadores urbanos não chegassem ao campo. Esta realidade passa por uma reformulação a partir da "intensificação do processo de industrialização, redefinição do papel da agricultura na economia, constituição de um projeto desenvolvimentista etc., as lutas dos trabalhadores rurais provocaram a emergência de novos sujeitos" (MEDEIROS, 1989a, p. 14).

A partir de 1940 a questão agrária ganhou repercussão nacional. Antes, já vinham sendo tomadas algumas ações visando amenizar os conflitos nas áreas rurais, que, entretanto, não foram efetivamente implementadas. Em 1903 foram reconhecidos os sindicatos rurais, pelo Decreto-lei 979 de 06 de janeiro de 1903 que no seu Art. 1º dizia que "É facultado aos profis-

sionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses” (texto original). Segundo Carvalho (2008) esta lei foi motivada por pressão das representações diplomáticas dos países dos trabalhadores imigrantes que vinham para o país trabalhar nas lavouras de café, todavia o texto não definia as categorias de trabalhadores. No entanto, de 1893 até 1927, foram promulgadas diversas leis de repressão a atividade sindical por parte dos trabalhadores, “todas visando, sobretudo, à expulsão de trabalhadores estrangeiros por motivos de militância sindical” (SANTOS, 1997, p. 65).

O Decreto 979/1903 foi revogado pelo Decreto nº 23.611, de 20 de dezembro de 1933, que também facultava a instituição de consórcios profissionais-cooperativos

Considerando que há necessidade de regularizar a situação dos sindicatos fundados de acordo com o decreto legislativo n. 979, de 6 de janeiro de 1903, para que eles possam se amoldar à nova forma e entrar no gozo dos favores e das faculdades por este concedidos aos consórcios profissionais – cooperativos. (DECRETO nº 23.611, de 20 de dezembro de 1933 [texto original])

Nesta lei foram definidas as categorias profissionais que poderiam se associarem. No art. 2ª, define os “agrários - o proprietário, o cultivador, o arrendatário, o parceiro, o colono, o criador de gado, o jornaleiro e quaisquer pessoas empregadas em serviços rurais;” (DECRETO nº 23.611, art. 2ª, I, de 20 de dezembro de 1933) observa-se que não foram diferenciados os empregados e empregadores, assim como diversos segmentos dos trabalhadores rurais não foram contemplados, pois *quaisquer pessoas empregadas em serviços rurais* deixou muito vago a definição. A lei, por não diferenciar os trabalhadores dos proprietários, abriu brecha para que se criassem associações mistas.

A constituição de 1934 versava em seu Art. 121 - “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.” Por isso,

em 1937 foi apresentada à Câmara de Deputados um projeto de Código Rural, voltado para a regulação de direitos e obrigações relacionadas às atividades rurais. Nele procurava-se definir o que era empregado rural e regulamentar tanto o sistema de barracões de engenho, como as relações de trabalho nos seringais. Embora não tenha chegado a finalizar a discussão desse projeto, o tema da tradução das categorias existentes no campo para termos legais manteve-se na pauta política, por meio do debate em torno da regulamentação do direito de associação. Ao contrário da legislação Fabril, que previa o direito de associação sindical a trabalhadores e empregadores, constituindo estruturas paralelas, o Ministério da Agricultura e os empresários

rurais pregavam uma organização mista para o campo. (MEDEIROS, 2010c, p. 115).

Em 10 novembro de 1944 foi assinado o Decreto lei nº 7.038 que “garantia a representação paralela para patrões e empregados. Nele eram definidos como empregados os que trabalhassem por conta de outrem. Caberia ao Ministério do Trabalho o reconhecimento das entidades de representação” (MEDEIROS, 2010c, p 116). O artigo 2º definia “são empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual., coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com o fito de ganho e por conta de outrem (sic)” (DECRETO-lei nº 7.038, 10 de novembro de 1944, art 2º).

Em abril de 1945 foi editado o decreto-lei nº 7449 “que definia a formação de associações rurais como organizações mistas” (MEDEIROS, 2010c, p 116) que não seria submetido a enquadramento profissional, mas a jurisdição territorial do município. Meses depois foi sancionado o Decreto-lei nº 8127 de 24 de outubro de 1945, dando nova redação ao Decreto-lei 7449/45. Nestas lei não foram garantido, aos trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas do operariado urbano, elas somente versavam sobre a organização da vida rural.

A extensão destas medidas não foram amplas, pois durante a governo Vargas somente seis sindicatos de Trabalhadores Rurais foram reconhecidos, pelo Ministério do Trabalho, sendo em sua maioria ligados as Usinas de Produção de Açúcar, ou seja *operários rurais* (GOMES, 2007, p. 171; SILVA, 2006, p. 11 e WELCH, 2009, p. 1).

Muitas eram as dificuldades para esse tipo de organização: a legislação trabalhista era feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho do campo, quase não existiam juntas de conciliação e julgamento nas cidades do interior, o código civil não permitia a organização de sindicatos rurais, os proprietários rurais agiam de forma repressiva, inclusive acionando a polícia para reprimir qualquer tentativa de organização e mobilização dos trabalhadores (as) rurais. (SILVA, 2006, p. 11)

A questão da cidadania no Brasil e os trabalhadores rurais: o caso dos trabalhadores dos Sertões do Vale do Rio Doce¹

1 O vale do rio Doce é formado por três regiões: o Alto Rio Doce, o Médio Rio Doce e o Baixo Rio Doce. Estamos trabalhando o com Médio Rio Doce, região da 3º fase de colonização do Vale (ou Sertões) do Rio Doce, que teve sua povoação a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Diamantina - que posteriormente passou a ser Vitória-Minas - nos final do século XIX e que tem como cidade Polo a cidade de Governador Valadares.

A cidadania é fruto da sociedade classes, por conseguinte ela nasce com o modo de produção capitalista. No entanto, no Brasil o modelo de produção capitalista desenvolveu-se tardiamente e em concomitância com o modelo de concentração fundiária.

Somente a partir de década de 1930 é que houve avanços no que concerne a cidadania no Brasil (CARVALHO, 2008, 54). O Estado Novo trouxe para a discussão os direitos civis, propondo leis trabalhistas para atender os trabalhadores urbanos. Por conseguinte, os trabalhadores rurais continuaram excluídos da legislação trabalhista até a década 1970, quando foi criado, pelo regime militar, o FUNRURAL, que inseriu os trabalhadores rurais na cidadania regulada (MEDEIROS, 2010c)

Haguette (1994) considera que a não inserção dos trabalhadores rurais no projeto de cidadania

[...] na verdade, era parte do pacto sócio-político que prevaleceu no Brasil por muito tempo. O arranco industrial inicial no Brasil não encontrou a agricultura como um empecilho a seu desenvolvimento razão porque não lhe foi dada prioridade em termos de alocação de fundos. (HAGUETTE, 1994, p. 122)

Tomando como referência a cidadania regulada (SANTOS, 1997) consideramos, que os trabalhadores rurais serão inseridos no rol dos pré-cidadãos. Sendo assim, temos uma sociedade de desiguais, que favorece o surgimento de estratificações sociais e a sobreposição de classes antagônicas de cidadãos e não cidadãos, que podem ser definidos como marginais sociais. (FERREIRA N., 1993, p. 160-161).

“A marginalidade assim como a cidadania, resulta das sociedades de classes, é um fenômeno que revela as relações perversas do modo de produção capitalista, cuja racionalidade funciona com base no binômio inclusão/exclusão” (FERREIRA N., 1993, p. 161). Os trabalhadores rurais continuaram marginalizados, ou seja, fora das relações de mercado de trabalho regulada pela legislação trabalhista.

Por motivos específicos do tipo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a área rural emergiu da escravidão para uma forma de organização econômica e social que se estruturava pela interpenetração de um mercantilismo parcialmente de jure e um sistema de servidão de fato. E, assim, atravessou a força de trabalho agrícola os períodos do *laissez-fairianismo* repressivo e da extensão regulada da cidadania sem que sua identidade social fosse definida quer pelo mercado, quer administrativamente. (SANTOS, 1997, p. 83)

Getúlio Vargas visando incentivar o desenvolvimento industrial e de avançar a fronteira de expansão do capitalismo agrário para o interior, encampou a *Marcha para o Oeste* (BORGES, B. G.1996, p. 37-55; COSTA, 2003 e MEDEIROS, 2002b, p. 7), isso levou a uma sobreposição de interesses das populações – geralmente posseiros -, que ocupavam as terras da

fronteiras a revelia do estado e a nova frente de expansão do capitalismo agrário. A abertura de estradas, implantação de usinas siderúrgicas e os projetos de colônias agrárias (entre outras medidas) produziram ou agravaram os confrontos nas áreas rurais (GOMES, 2007, p. 170-171). A

Marcha para o Oeste, entendida como um movimento necessário e complementar ao *amparo* que o governo dera ao operário industrial: tratava-se de levar orientação técnica e instrumental agrícola para o interior, abertura de estradas, reformulação do ensino agrícola, etc, medidas entendidas como fundamentais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, proporcionando incentivo ao comércio e a fixação à terra. Para incentivar a permanência dos trabalhadores no campo, fez-se inclusive a concessão de passagens, para que os descontentes com a cidade pudessem voltar ao meio rural. Ao mesmo tempo, o Departamento de Imigração encaminhava anualmente centenas de trabalhadores rurais para diversos pontos do país. (MEDEIROS, 2002b, p. 7).

No Vale do Rio Doce o que acirrou os ânimos foi a construção da BR-Rio/Bahia, a partir da 1930, e a implantação das Usinas Siderúrgicas, na região do Leste de Minas (Quadrilátero Ferrífero) e a exploração de mica (mineral utilizado na indústria bélica), na década de 1940. A valorização das terras da região fez com que "para lá se dirigiram grileiros de todas as regiões, madeireiros, empresas estrangeiras voltadas para a extração da Mica e do Berilo, empresas siderúrgicas[...]" (BORGES M.E.L., 1991a, p. 177), motivados pela construção da Rio-Bahia, que teve início em 1934, que possibilitou a introdução da "*pecuária de invernada*", que embora de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da região, também, foi o que agravou a expropriação das terras para a criação de gado (ESPINDOLA, 1998).

Carlo Castaldi (2008) vê na construção da Rio-Bahia o fator das expropriações de terra nos Sertões do Vale do Rio Doce. O autor estudando o caso de um surto dos moradores de Catulé, diz que a BR levou interesses diversos para a região, pois com a chegada da estrada houve uma valorização das terras e para lá se dirigiram especuladores com a intenção de legalização da terra, não com o fim de produzir, mas, de garantir a venda (CASTALDI, 2008, p. 343-344).

A fronteira

“O campo brasileiro continuou a se desenvolver a partir de uma noção ambígua de fronteira na qual esta era, inicialmente, ocupada por posseiros sem direitos de propriedade para, em seguida, ser ocupada por grandes proprietários com títulos de terra de origem duvidosa” (AVRITZIR, 2007, p.157). As terras passam das mãos dos posseiros, para as mãos dos latifundi-

ários, aqueles em muitas situações não abrem mãos dela de bom grado, o que leva a conflitos e/ou resistência de diversos tipos: de surto místico (CASTALDI, 2008) a rebelião (BORGES M.E.L., 1991a, 2004b, 2004c). José de Souza Martins *apud* Leila de Menezes Stain (2008), diz que

esses conflitos são, basicamente, de dois tipos. Primeiro, aqueles que ocorrem a partir do rompimento entre relações de trabalho e meios de vida; o segundo, aqueles que ocorrem nas áreas de ocupação de terras novas nas fronteiras econômicas do país. No segundo caso, há um encontro entre frente pioneira - aquela cuja característica é uma atividade não-fundamentada na apropriação capitalista da terra - e a frente de expansão, isto é, as atividades agrícolas fundadas na propriedade legalmente titulada da terra. Desse modo, a superposição das duas frentes ocasiona o surgimento de choques e conflitos. (p. 29).

A fronteira é o locus de conflito por excelência (FERREIRA A., 2009). O Leste de Minas foi a nova fronteira agrícola do Estado de Minas Gerais a partir da abertura da Rodovia Rio-Bahia. Assim teremos *a fronteira como bem ilimitado*, e como foco de conflitos entre os *pioneiros* (posseiros) e a expansão do capitalismo agrário (latifundiários) (BORGES M.E.L., 1991a, p. 175 e 178).

Segundo Guillaume Boccara (2005) as áreas de fronteira são as regiões habitadas por populações sem uma organização política centralizada², sendo que estas zonas de fronteira são consideradas áreas não civilizadas.

A fronteira pode primeiramente ser entendida como o resultado de um ato político que delimita linhas de divisão territorial. Mas a fronteira ainda tem outro sentido, sociológico, empregado como operador descritivo de realidade sociais nas quais a dimensão territorial ocupa um lugar central. A fronteira não é apenas uma linha demarcatória que divide um território e marca os limites da soberania de um Estado nacional, mas é também, e principalmente, o objeto de relações e dinâmicas sociais que definem e a redefinem continuamente. Devemos então, desde já, indicar que o conceito político-jurídico de fronteira expressa apenas uma dimensão ou um uso possível, aos quais podemos adicionar outros, como os de fronteira agrícola, extrativista, etc. (FERREIRA, A., 2009, p. 5)

A fronteira é vista como um objeto de transição, no qual o colonizador vê-se destinado a unir dois mundos antagônicos, o civilizado e o não civilizado. O que motiva a necessidade de resistir ao invasor (BOCCARA, 2005). Podemos dizer que aquele grupo da primeira entrada no Vale, conhecido como posseiro, a partir da segunda entrada na década de 1930, serão

2 BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2005, [En línea], Puesto en línea el 08 febrero 2005. URL : <http://nuevomundo.revues.org/426>. Consultado el 02 agosto 2010. "los llamados fronterizos, parecían superponerse a las zonas habitadas por sociedades desprovistas de una organización política centralizada." [Tradução Nossa]

ressignificados e assimilados dentro do novo projeto de colonização do Vale do Rio Doce, baseados na visão do desenvolvimentista varguista, conhecido como *Marcha para o Oeste*.

Na fronteira aberta a ocupação da terra não acontece de forma uniforme e irreversível. A transformação da fronteira em frente de expansão (capitalista), “que é um objeto empírico envolvendo tipos de atividade, a combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz em uma área de fronteira”, leva ao fechamento da mesma, o que implica em “uma estruturação das relações espaciais e sociais, no estabelecimento de um padrão dominante de relação dos grupos sociais com os territórios e os espaços” (FERREIRA, A., 2009, p. 5).

No Brasil a ocupação das regiões de fronteira aconteceram mais por “por um fenômeno de pura mobilidade” (Richard M. Morse *apud* Velho, 1979, p. 114). Nestas regiões apareceram uma população marginal, que viviam da agricultura de subsistência (VELHO, 1979, p. 116-119). Já a ocupação da fronteira do Leste de Minas – Médio Rio Doce - ocorreu mediante uma ideologia da *terra como bem ilimitado* (BORGES M.E.L., 2004, p. 95), que foi fomentada pela mentalidade de apropriação “*mercantilizada*” e “*especulativa da terra*” (CAMBRAIA, 1988, p. 148-149). O que, conseqüentemente, com a construção da Rodovia Rio-Bahia, dos Programas Rio Doce e Mica – implantados a partir da assinaturas do *Acordo de Washington* - se agravaram. (GENOVEZ, 2010, p 119).

O desenvolvimentismo varguista e as populações rurais

Segundo Antônio Cândido (1975) o contato, de populações de cultura tradicional, com novos valores culturais pode levar “ao esquistamento [sic], a desorganização ou a aculturação”. Ele alega que “a passagem de um tipo de cultura a outro depende em grande parte [...] do ritmo com que se dá a incorporação dos traços” (CANDIDO, 1975, p. 200). Se a incorporação é lenta encontra resistência, mas se é rápido demais leva a “desorganização dos padrões anteriores, antes de haver possibilidade de integrar[-se] os novos” (CANDIDO, 1975, p. 200) padrões. O progresso rápido leva os grupos de cultura tradicional a uma crise de valores inerentes a sua forma de reprodução cultural, pois há uma imposição violenta de uma nova realidade cultural, no qual o grupo é obrigado a romper com seus valores culturais tradicionais, mas, não são lhes dadas condições de se inserirem a nova cultura (CANDIDO, 1975, p. 219).

A industrialização do País a partir da década de 1930, motivado pelo desenvolvimentismo varguista, incentivou o avanço da fronteira agrícola para áreas ainda não colonizadas. Diversos órgãos privados e públicos financiaram a expansão das frentes de ocupação, tais como: “o capital comercial e bancário, através de empresas colonizadoras vinculadas a companhias de

estradas de ferro, grupos econômicos nacionais e estrangeiros e entidades governamentais.” (BORGES B. G., 1996, p. 39-40).

Segundo Bolsanulfo G. Borges (1996) o estado estabeleceu tanto políticas de industrialização quanto de colonização, por isso implantou diversas colônias agrárias em todo o país, medida que tinha como fim incentivar a pequena propriedade. Por conseguinte, as áreas de fronteira inicialmente foram colonizadas por pequenos proprietários – posseiros que dedicavam a agricultura de subsistência. Posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, para estas áreas migraram o capital agrário, que implantou uma forma de relação de propriedade privada da terra ainda desconhecida do posseiro. Isto agravou os conflitos entre posseiros, primeiros ocupantes destas terras, e os grandes proprietários, novos donos – legais - destas terras (BORGES B. G., 1996, p. 40-50).

No caso do Vale do Rio Doce, os posseiros no decorrer dos anos de 1930-1940, com a implantação da pecuária de invernada, serão transformados em assalariados rurais, parceiros, meeiros, etc. Posteriormente com os pastos já formados eles serão expulsos do campo indo integrar-se a mão-de-obra desempregada de Governador Valadares (BORGES M.E.L., 1991a, p. 179).

Até o início dos anos 1960, apesar das legislações, nenhuma ação foi efetivamente implementada visando conter os conflitos agrários. Somente com a portaria 355-A de 20 de Novembro 1962 é que foi regulamentada a Sindicalização Rural e efetivada uma grande campanha do estado para criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais via SUPRA – Superintendência de Sindicalização Rural (MEDEIROS, 1986a, p. 63).

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei nº 4214 de 02 de março de 1964, foi uma tentativa, do Presidente João Goulart, de regulamentar “as relações do trabalho Rural”. Ele estendeu aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos, como carteira de trabalho (art. 13), indenização por acidente de trabalho ou moléstia profissional (art 13 alinea c), implantação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (art. 10 § 2º) entre outras. Ele foi uma tentativa de incorporar os trabalhadores rurais na cidadania, mas, com o Golpe Civil/Militar de 1964 permaneceu “letra morta [...]”. Os trabalhadores do campo continuaram excluídos” (CARVALHO, 2008, p. 153), ou seja pré-cidadãos, não-cidadãos e/ou marginais sociais.

A Lei 4214/1964 foi revogada em 08 de junho de 1973 pela Lei nº 5889 que regulou o trabalho rural. Já em 25 de maio 1971 a lei complementar nº 11 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, executado pelo FUNRURAL. A lei no seu Art. 1º § 2º dizia “O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços

e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União e terá por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado para os atos do âmbito deste”. Somente com a criação do FUNRURAL é que os trabalhadores rurais puderam gozar do status de cidadão (SANTOS, 1997, p. 84-85).

REFERÊNCIAS

Constituições:

CONSTITUIÇÕES Política do Imperio do Brasil (de 25 de Março de 1844). Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:13.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:14.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:15.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937). Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:16.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:17.

Legislação:

LEI nº 601, de 18 de Setembro de 1850, dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850>. Acessado em 24 de julho de 2011, as 20:18.

DECRETO nº 979, de 06 de janeiro de 1903, faculta aos profissionais da agricultura e industria ruraes e organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/103710/decreto-979-03>. *Acessado em 22 de julho de 2011 as 15:00.*

DECRETO nº 19770, de 19 de março de 1931, regula a sindicalização das classes patronais e operárias. Disponível em:<www2.camara.gov.br > [Atividade Legislativa](#) > [Legislação](#)>. *Acessado em 24 de julho de 2011, as 22:21.*

DECRETO nº 23611, de 20 de dezembro de 1933, revoga o decreto nº979, de 06 de janeiro de 1903 e faculta a instituição de consórcios profissionais-cooperativos. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/116689/decreto-23611-33>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 20:23.

DECRETO-Lei nº 2009, de 09 de fevereiro de 1940, dá nova organização aos núcleos coloniais. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/sicon/#>> acessado em 22 de julho de 2011, as 22:19.

DECRETO-Lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1941, dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/navegue/1943/Decretos>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 16:09.

DECRETO-Lei nº 7038, de 10 de novembro de 1944, dispõe sobre a sindicalização rural. Disponível em:< www.lexml.gov.br/.../urn:lex:br:federal:decreto.lei:1944-1...>. Acessado em 22 de julho de 2011, as 19:00.

DECRETO-Lei nº 7449 de 09 de abril de 1945, dispõe sobre a organização da vida rural. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../decreto-lei-7449-45>. Acessado em 22 de julho de 2011, as 19:20.

DECRETO-Lei nº 8127, de 24 de outubro de 1945, dispõe sobre a organização da vida rural. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../decreto-lei-8127-45>. Acessado em 22 de julho de 2011, as 19:16.

LEI nº 4214, de 2 de março de 1963, dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Disponível em:<www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 15:00.

LEI nº 4504, de 30 de novembro de 1964, dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 18:20.

LEI nº 5889, de 08 de junho de 1973, estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 22:34.

LEI complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acessado em 23 de julho de 2011, as 19:03.

BIBLIOGRAFIA:

AVRITZER, Leonardo. Terra e cidadania no Brasil. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel et. al. (org.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2005, [En línea], Puesto en línea el 08 febrero 2005. URL : <http://nuevomundo.revues.org/426>. Consultado el 02 agosto 2010.

BORGES, Barsanulfo G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. *História Revista – Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. Vol. 1, nº 2, p 37-55, jul./dez. 1996. disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/>. Acessado em 22 de maio de 2011 as 10:11 horas.

BORGES, Maria Elisa Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. In: *Revista de Estudos Políticos*, separata do número 73 (p173-201). Belo Horizonte, 1991a.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004b, vol.24, n.47, pp. 303-326. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em 17 de maio de 2011 as 09:40 horas.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Reforma Agrária e identidade camponesa. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. (orgs). Bauru, SP: Edusc, 2004c (81-100).

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1995. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/.../regina5.ht...>. Acessado em 14 de julho de 2011.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos e MENDES, Fábio Farias. A colonização dos sertões do leste de Mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, nº 6, julho de 1988, (137-150).

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio do Catulé. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1, 2008, p 343-344. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a16v20n1.pdf>. Acessado em 22 de maio de 2011, às 11:20 horas.

COSTA, Fernanda Laura. Capitalismo autoritário e modernização. In: *ANPUH-ES. ANAIS ELETRÔNICOS DO IV ENCONTRO DA ANPUH-ES. História, representações e narrativas*. Vitória,

2003. ISBN 85-903587-4-7. Disponível em <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/anais4.htm>. Acessado em 22 de maio de 2011 às 10:22 horas.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socio-econômica urbana: Governador Valadares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 19, novembro de 1998, (148-163).

FARIA, Camila Salles de e Oliveira, Ariovaldo Umbelino. O processo de constituição da propriedade privada da terra no brasil. Disponível Im:<egal2009.easyplanners.info/.../6193_OLIVEIRA_Ariovaldo_Umbelino.doc>. Acessado em:13 de julho de 2011 as 22:30.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Políticas para fronteira, História e Identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena. In: *Revista Mana*, vol. 15, nº 2 Rio de Janeiro, oct. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009>>. Acessado em 10 de agosto de 2010 às 08:37 horas.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania – uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

GENOVEZ, Patrícia Falco e VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. In: ABREU, Jean Luiz Neves e ESPINDOLA, Haruf Salmen (Org). *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens Interdisciplinares*. Governador Valadares: ed. Univale, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro [et al.]. *Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 9ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. *O cidadão e o estado*. Fortaleza: editora UFCE, 1994.

JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.

JÚNIOR, Dirley da Cunha. Terras Devolutas nas Constituições Republicanas. Disponível In:<www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.htm>. Acessado em 13 de julho de 2011.

KARAWEJCZYK, Mônica. Mulheres Lutando por sua cidadania política – um estudo de caso: Diva Nolf Nazário e sua tentativa de alistamento 1922. In: *X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: Cruzando fronteira entre o Regional e o Nacional*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria e Centro Universitário Franciscano, 2010. Disponível em:<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279290254_ARQUIVO_MK-Mulhereslutandoporsuacidadaniapolitica.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2011 as 11:00 horas.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio Janeiro: FASE, 1988a.

_____. Os trabalhadores do Campo e desencontros nas lutas por direitos. Disponível In:<http://www.ufrj.br/cpda/main/bib_lp.php?tp=M>, 2002b. Acessado em: 12 de julho de 2011, as 22:00 horas.

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direito e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010c, p 113-136.

MENEZES, Albene Miriam. Utopia, imigração e a colônia alemã de Una, Bahia no contexto histórico. In: *Dossiê – Brasil/Alemanha: Imigração, Cidadania e Cooperação. Texto de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília:UnB, vol. 16, nº 2, 2008.

NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: Dilemas e perspectivas na República Brasileira. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4, 1997, p 80-102.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Editora Coderci/Pasquim, vol. 4, 1988.

PEREIRA, José Flávio e PEREIRA, Lupércio Antônio. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José da Silva Lisboa (1829). In: *Revista História*, vol.25, no.2, Franca, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742006000200010>. Acessado em: 15/07/2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: campus, 1997.

SILVA, Maria do Socorro. A História das nossas raízes: Itinerário das Lutas dos Trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do Sindicalismo Rural. Disponível In:<[www.lecampo.com.br/.../Texto A HISTORIA DAS NOSSAS RAÍZES](http://www.lecampo.com.br/.../Texto_A_HISTORIA_DAS_NOSSAS_RAÍZES)>, 2006. Acessado em: 14 de julho de 2011.

WELCH, Clifford Andrew. *Movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-1964*. Grand Valley State University Nera, Unesp - Presidente Prudente 2009, p 1. e GOMES. op. cit. p 171. Disponível em: <http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivo/leitura/>. Acessado em: 03 de outubro de 2010, às 19:00 horas.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo:Corpo e Alma do Brasil, 1979.

MOVIMENTO INDÍGENA E MOVIMENTO SOCIAL*

Poliene Soares dos Santos BICALHO*

poliene.soares@hotmail.com

RESUMO:

Este ensaio propõe uma reflexão sucinta sobre o Movimento Indígena no Brasil, amparando-se em análises teóricas sobre os movimentos sociais no Brasil e no Mundo. Entre os autores discutidos, Axel Honneth é uma referência para a formulação de uma teoria do Movimento Indígena no Brasil, observado a partir da luta social motivada pelo reconhecimento de direitos e de culturas diferenciados.

Palavras-Chaves: Movimento Indígena; Movimento Social; Luta por Reconhecimento.

ABSTRACT:

This essay offers a brief reflection on the Indigenous Movement in Brazil, supporting theoretical analysis in the social movements in Brazil and worldwide. Among the authors discussed, Axel Honneth is a reference for the formulation of a theory of the Indigenous Movement in Brazil, observed from the social struggle motivated by the recognition of rights and different cultures.

Keywords: Indigenous Movement, Social Movement, Struggle for Recognition.

...os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade.

Alain Touraine.

Em princípio, é fundamental que se esclareça que a noção de movimento social que alicerça este ensaio referencia-se nas análises de Axel Honneth sobre a *luta por reconhecimento*. Para esse autor, a luta social parte da “experiência de desrespeito” que, quando alcança todo o grupo, dá origem aos movimentos sociais. Estes, para existirem, dependem de “uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo

* Este ensaio corresponde a uma pequena parte da minha tese de doutorado, intitulada *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*, defendida no dia 20 de agosto de 2010, na Universidade de Brasília-UnB.

* Professora de História do Brasil da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB)

de muitos outros sujeitos (HONNETH, 2003, p. 258).

A luta social indígena caracteriza-se por diferentes aspectos que se sobrepõem à motivação meramente econômica: luta por reconhecimento de direitos iguais; por culturas e direitos diferenciados; direitos coletivos; território; entre outros. Nesse sentido, essa luta social é impulsionada por “experiências morais” que expõem o grupo social coletivamente envolvido à “denegação do reconhecimento jurídico ou social” (HONNETH, 2003, p. 261). Nessa perspectiva é que se defende a tese de que apenas a partir da década de 1970 é que se pode falar em luta social indígena coletiva e conscientemente formada, em condições de dar lugar a um movimento social indígena no Brasil.

Toda e qualquer reflexão sobre o conceito de Movimento Social esbarra em uma variedade de posicionamentos, desde as conceituações de Alain Touraine às análises de E. Hobsbawm, mencionadas ilustrativamente. Entretanto, o interesse por essa abordagem neste trabalho se justifica pela necessidade teórica de se analisar o Movimento Indígena no Brasil pensando-o como uma das formas de expressividade do que se entende mais genericamente por movimentos sociais.

Há um consenso entre os cientistas da cultura quanto à dificuldade de se dizer o que são movimentos sociais devido à imprecisão do conceito, já que o mesmo “vem sendo utilizado indiscriminadamente para classificar qualquer tipo de associação civil” (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 76). Para Karina P. Goss e Kelly Prudêncio, antes de qualquer teorização sobre os movimentos sociais eles já existiam, faziam parte da vida prática através das lutas sociais ocorridas ao longo da história. Só mais tarde, em meados do século XX, é que as instituições acadêmicas passaram a teorizá-lo, tornando-o um dos temas mais importantes das Ciências Sociais.

Manuel Castells reafirma a dificuldade de se precisar o termo “movimento social”, mas, por considerar o conceito fundamental para compreensão da sua obra, definiu-o da seguinte forma: “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 20). Para Ruth C. L. Cardoso, “todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão” (CARDOSO, 1983, p. 232). Todavia, existem diversas outras definições, de acordo com o objeto de estudo e as referências teórico-metodológicas de cada pesquisador.

Ainda segundo Manuel Castells, os movimentos sociais podem ser de “tendência ativa”, “reativos” e “transformacionais” (CASTELLS, 1999, p. 18). O caráter expressivo da

resistência nas relações entre o Estado nacional e as identidades étnicas é o que aproxima os movimentos indígenas das duas últimas tendências. Desse modo, são os movimentos sociais de tipo reativos e transformacionais, ou seja, os “movimentos populares de protesto contra mudanças econômicas ou sociais que ameaçam destruir um modo tradicional de vida” (BURKE, 2002, p. 127) que tornam relevante e necessária essa discussão.

Alberto Melucci visualiza o movimento social como “um fenômeno coletivo” em certa medida unificado, embora internamente apresente “significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001, p. 29). Nesse sentido justifica-se a peculiaridade do Movimento Indígena no Brasil (MIB), que se caracteriza, entre outros aspectos, pela diversidade de povos e culturas.

De acordo com Maria da Glória Gohn os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Esta definição corrobora com a hipótese defendida neste trabalho de que o Movimento Indígena do Brasil distingue-se pela especificidade da diversidade de suas organizações, não se caracterizando pela vinculação direta com partidos políticos e/ou organizações sindicais; além de não se definir pelo funcionamento unificado através de uma única organização.

Para Peter Burke, Eric Hobsbawm “foi um dos principais historiadores a usar a expressão movimentos sociais” (BURKE, 2002, p. 125), e também o responsável pela utilização da mesma de maneira genérica, ou seja, delegando a todo e qualquer tipo de desordem, lutas, tumultos, rebeliões, resistências e agitação social a denominação de movimento social. Alain Touraine (TOURAINÉ, 1989, p. 181-182) foi mais criterioso ao elaborar sua explicação teórica e ao demonstrar as características gerais dos movimentos sociais. Para o autor, ao sugerir uma análise mais abrangente sobre o conceito, é necessário antes considerar que a noção de movimentos sociais apresenta três sentidos principais:

... Para alguns, movimento social é a defesa nacional de interesses coletivos... Para outros, os movimentos sociais seriam reações à comoção de um dos principais aspectos do sistema social, quando as instituições políticas não têm capacidade para realizar os ajustes necessários... É necessário, pois, adotar o terceiro sentido dado à noção de movimento social: um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes de ordem do conhecimento, da economia ou da ética. (TOURAINÉ, 1989, p. 181-182)

É importante considerar ainda que estes três sentidos gerais que caracterizam os movimentos sociais, de acordo com Touraine, não se concretizam sempre juntos e da mesma maneira na vida prática. Existem variações quanto à vivência dos movimentos sociais que obedecem às lógicas internas e externas de cada sociedade, assim como às realidades históricas e temporais das mesmas.

Segundo Touraine, na América Latina, por exemplo, ao contrário de algumas regiões da Europa, os três sentidos ligados à noção de movimentos sociais não atuam necessariamente juntos, apresentando características mais independentes uns dos outros. Outra peculiaridade se deve à dependência dos mesmos em relação ao Estado, tornando-os menos eficazes quanto à “ação coletiva autônoma” (TOURAINÉ, 1989, p. 182). Isso devido à característica paternalista e clientelística da cultura política típica do Estado na maioria dos países latino-americanos, onde o mesmo é o “ator social principal” (TOURAINÉ, 1989, p. 183).

Na conclusão desse autor, a sociedade, na maioria dos países latino-americanos, foi subjugada pelo Estado. Foi a ele e contra ele que geralmente o povo¹ se voltou e se rebelou, direcionando ao mesmo a centralidade no eixo das relações de poder, e delegando a estas mesmas relações a supremacia do político sobre o social.

De acordo com Gohn, mesmo que o Estado tenha ocupado e ainda ocupe, em determinados momentos, a posição de ator principal no processo de realização e compreensão dos movimentos sociais na América Latina, não se deve esquecer que a partir de finais da década de 70, com os Novos Movimentos Sociais (NMSs), surgiram novos atores e formas de organização e relações com o Estado, principalmente na década de 1990.

A influência teórica que predominou por muito tempo sobre os estudiosos latino-americanos foi a europeia, “por ser esta mais crítica e articulada a pressupostos da nova esquerda” que compunham as forças políticas do final da década de 1970 e da década de 1980, fortemente influenciada pelo paradigma marxista (GOHN, 1997, p. 216). Apenas em meados da década de 1990 é que esse paradigma começou a ser substituído pelo o dos Novos

¹ Aqui pensado como categoria social genérica, que inclui diversos grupos sociais, e de acordo com a visão de Fernando Calderón e Elizabeth Jelin, segundo a qual, “o *conceito de povo* é especialmente útil para a análise desse período da história social latino-americana, já que a dinâmica social deu-se em relação a este ator amorfo e difuso, heterogêneo internamente, mas que reflete melhor as formas de emergência e formação dos setores subalternos do que o faz a noção de *classe social*. Conceitualmente, a noção de povo remete a um sistema de oposições múltiplas ligadas a âmbitos político-ideológicos e de relações sociais, mais que a formas de inserção num modo de produção. O povo contrapõe-se ao bloco de poder, aludindo à posição subordinada em face dos setores dirigentes.” (CALDERÓN; JELIN, 1987. p. 67-85).

Movimentos Sociais.

Para Gohn, ao se reportar ao paradigma teórico latino-americano dos movimentos sociais enquanto categorias históricas, deve-se considerar “as diferenças históricas da realidade latino-americana” (GOHN, 1997, p. 224). A autora lembra que é preciso não perder de vista a especificidade de cada lugar, mas considera que apesar delas, as semelhanças entre as realidades históricas são maiores que as diferenças; diante disso, tomou-se o Brasil como referência para analisar os processos de desenvolvimento histórico latino-americanos.

No contexto da transição da influência da corrente marxista para as concepções dos Novos Movimentos Sociais evidenciou-se a importância do Movimento Indígena, que começou a ganhar ressonância nacional e internacional com ênfase na reação ao sistema vigente, na luta por direitos políticos e sociais, e pela conquista de igualdade de direitos em relação aos demais cidadãos nacionais; além de defenderem o direito à diferença cultural, que é essencial à sua sobrevivência.

Para entender o cenário no qual se percebe o surgimento de novos atores sociais e novas demandas mobilizadoras dos mesmos, é preciso recorrer ao passado próximo no qual Estado e sociedade civil naturalizaram as relações sociais, reproduzindo vivências sociais pautadas no clientelismo e no paternalismo, típicos dos governos populistas. A política de governo da maior parte dos países latino-americanos de meados da década de 1960 até inícios da década de 1980 caracterizou-se por uma cultura política representada basicamente por governos de tipo militares.

Com a chegada da década de 1960 sinais de mudanças nas relações sociais começaram a ser percebidas. Uma série de vicissitudes próprias do mundo do trabalho foi inserida pelo capital internacional nos países latino-americanos, que junto com os empresários e os militares, formou a base de sustentação dos governos militares autoritários, como observa Gohn (GOHN, 1997, p. 226).

Em reação e contra essa cultura antidemocrática e autoritária, cerceadora de direitos e negligente com os setores mais necessitados foi que a sociedade civil no Brasil começou a se organizar, apoiando-se em diversas instituições já estabelecidas, como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras. “A cultura política latino-americana se transformou neste período, ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados” (GOHN, 1997, p. 226).

Com a *abertura política*, que começou a vigorar entre meados da década de 1970

e início da década de 1980 no Brasil, a ação popular se intensificou e caracterizou-se pela luta organizada da sociedade civil, através da união de grupos sociais de diversas origens e variadas propostas e demandas, mas que lutavam em prol dos mesmos objetivos e contra um inimigo comum: o Estado autoritário. O assunto em pauta no período foi a redemocratização e a conquista de direitos políticos e sociais. No Brasil concentraram-se diversos movimentos sociais de caráter popular na época, entre os quais estava o Movimento Indígena.

Esses movimentos sociais se diferenciam dos chamados movimentos sociais clássicos, principalmente, porque, com a *redemocratização política* em vias de concretização, vários direitos pelos quais se lutava foram garantidos nas novas Cartas Constitucionais²; além das mudanças sociais e econômicas realizadas nas conjunturas interna e externa.

Passou-se a falar, a partir de finais da década de 1970 e durante a década de 1980 nos NMSs que, para além dos movimentos operários e das lutas políticas (sem excluí-las), privilegiaram “a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social” (SANTOS, 2005, p. 256). Tratava-se na verdade de movimentos sociais populares urbanos, que se vincularam a instituições civis já estabelecidas, como a Igreja Católica, por exemplo.

Os sujeitos sociais passaram a atuar em diferentes espaços públicos, como a mídia e demais meios de comunicação. Sua prática se definiu pela ação coletiva e individual quanto à forma de lidar com temas atuais, como a preservação do meio ambiente, antimilitarismo, cidadania, direitos humanos, etc. No caso do MIB, durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), várias lideranças indígenas recorreram à mídia e aguçaram a opinião pública, levando-a a conhecer e a debater a questão indígena no Brasil (GURAN, 1980, p. 77; 92; 127).

Os NMSs distinguem-se dos modelos clássicos também por apresentar caráter autônomo perante o Estado e os partidos políticos, e por formarem outros grupos organizados através de movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, ecológicos e dos índios. “O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc. referia-se a outra ordem de

² No Brasil, a Constituição de 1988 caracterizou-se pela ampliação dos direitos políticos e civis e, principalmente, por uma abrangência maior dos direitos sociais, que muito favoreceu as demandas indígenas, entre outros grupos. Entretanto, ainda que a Constituição de 1988 tenha reconhecido vários direitos sociais e políticos importantíssimos para as minorias e grupos étnicos – e considerando que a mesma é a primeira na história do Brasil a incluir em seu texto um capítulo sobre os índios –, para Alcida Rita Ramos ainda é um tabu falar em pluriétnica diante de juristas conservadores e contraditórios. Por um lado, reconhecem aos índios o seu caráter de cultura étnica, concedem-lhes o usufruto de suas terras (exceto do subsolo, que continua a pertencer à União), dão-lhes direitos de cidadãos tais como a liberdade de se organizarem, etc.; por outro lado, se recusam a aceitar que o Brasil é uma nação pluriétnica e, logo, precisa ser tratada como tal. (RAMOS, 2004, p. 173).

demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo” (GOHN, 1997, p. 283).

As mudanças trazidas pelas inovações econômicas, sociais e políticas dos anos 1990 – neoliberalismo; derrocada do socialismo; fim da bipolaridade; e globalização e as novas tecnologias – contribuíram para o fortalecimento dos movimentos que apresentaram características locais, mas que alcançaram posições de importância global, como foi e é o caso dos movimentos indígenas. A luta pela manutenção da cultura indígena fortaleceu muitíssimo o Movimento no período, assim como os movimentos “ecológicos, pela paz, direitos humanos, etc.” (GOHN, 1997, p. 239).

Algumas mudanças foram percebidas na organização, prática e discussões teóricas dos movimentos sociais a partir da década de 1990. No Brasil, e em grande parte dos países latino-americanos, as transformações trazidas pela chamada Globalização repercutiram e alteraram as condições da produção e a organização dos novos atores sociais.

Esse quadro se apresentou mediante as transformações e a crise econômica que assolou a maioria dos países latino-americanos em consequência dos efeitos danosos da Globalização da economia – também conhecida como Globalização capitalista, que para Aníbal Quijano (QUIJANO, 2002, p. 14) corresponde a um processo de contra-revolução global, que em meados da década de 1970 tornou-se evidente com o apogeu da grande crise do capitalismo mundial. Essa crise se arrastou até o final da década de 1980, com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria.

Os NMSs passaram a depender mais ainda das organizações constituídas, e houve a institucionalização de vários deles nesse período. A participação das Organizações Não-Governamentais (ONGs)³ é outro fator de grande importância no momento, que se tornaram parceiras irrefutáveis do poder público não-estatal e, por consequência, influenciaram diretamente na organização e estruturação dos movimentos sociais.

A participação da mídia, através da imprensa falada e escrita, também foi de grande importância para a promoção dos grupos organizados, exercendo um papel predominante como instrumento de pressão dos mesmos; o que se deve ao fato de que os novos atores sociais deixaram de caracterizar a ação do grupo por reuniões em massa nas grandes praças públicas. O MIB é bem ilustrativo quanto a esse aspecto dos NMSs, pois as

³ De acordo com Rubem César Fernandes, “A expressão “Organização Não-Governamental” vem originalmente do vocábulo das Nações Unidas para designar uma categoria especial de participantes do sistema da ONU.” De maneira mais específica, “as ONGs são instituições independentes, e não uma parte orgânica de estruturas maiores...” (FERNANDES, 1995. p. 24-25).

imagens dos índios na imprensa, desde a época da Constituinte até os dias atuais, foi e é um forte aliado da conscientização da sociedade para a causa indígena.

As demandas dos NMSs dos anos de 1990 centralizaram suas lutas nas “questões éticas ou de valorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida nacional etc., levaram a reações no plano da moral” (GOHN, 1997, p. 305). Os atores sociais e suas reivindicações específicas perderam espaço para as temáticas-problema em destaque, como questões sociais, corrupção, fome, miséria, direitos humanos, etc.

Nesse momento, são as lutas sociais dos anos de 1970 a 1990 que importam, pois foi em meados dos anos 70 e início dos 80 – períodos de *abertura política e redemocratização do Brasil* – que os movimentos sociais cresceram numérica e qualitativamente e ganharam variadas características e funcionalidades, atuando inclusive junto ao processo de redemocratização do país, ainda que de maneira indireta.

Entre os diversos grupos sociais oprimidos e discriminados ao longo da história de dominação do Novo Mundo se encontram os índios. Durante o ciclo de Ditaduras Militares que assolou a América Latina, esses povos também estavam entre os que se organizaram e, juntamente com os negros e as mulheres, lutaram contra os desmandos do governo autoritário e repressor de diversos países e de variadas formas.

Inserido no contexto dos novos movimentos sociais contemporâneos, o Movimento Indígena, principalmente nesta primeira década do século XXI, tem se apresentado na cena política nacional “como redes de solidariedade com fortes conotações culturais”, o que o diferencia significativamente dos movimentos e atores políticos das “organizações formais” (MELUCCI, 2001, p. 23). Esse Movimento também tem se caracterizado pela luta complexa e ambígua pelo “espaço da diferença” (MELUCCI, 2001, p. 28).

Ao contrário do que demonstram, ou ao menos tentam demonstrar, a maioria das organizações formais, o Movimento Indígena não se expressa pela ideia de unidade, nem externa, nem internamente. A diversidade de povos, a extensão continental do Brasil e a especificidade sociocultural e política de cada grupo étnico inviabiliza a percepção desse Movimento a partir de qualquer dimensão unitária.

Antes, é a diferença, a diversidade e a fragmentação que o distingue, o que não o descaracteriza enquanto Movimento Indígena; pois, como ocorre com a maioria dos movimentos sociais – que internamente também apresentam “significados, formas de ação,

modos de organização muito diferenciados” –, grande parte do seu trabalho de organização se volta constantemente para “manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001, p. 29), principalmente através das bandeiras de luta que têm em comum os mais de duzentos povos indígenas do Brasil.

O Movimento Indígena caracteriza-se também por um tipo de associativismo local que se estrutura sobre uma série de organizações locais – uma vertente da sociedade civil organizada contemporânea – que

vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro, etc.). (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111)

Trata-se, na verdade, de um tipo de atuação em rede⁴ que tende a unificar diversos setores da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs, fóruns, etc. – com o objetivo de formar uma grande rede de articulação e de movimentação pública. Essa especificidade da organização social atual é conhecida como rede de movimento social que, em linhas gerais, visa “apreender o porvir ou rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Essa tem sido uma especificidade do MIB nos últimos anos, a mobilização e articulação em rede, como pôde-se observar durante a organização dos eventos contrários às comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento – a Grande Marcha Indígena 2000 e a Conferência Indígena de Coroa Vermelha – que reuniu organizações e movimentos sociais diversos em 2000 na Bahia; assim como a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), criada em 2004.

As vicissitudes das práticas e formas de atuação dos movimentos sociais na contemporaneidade resultaram, entre outros aspectos, das transformações próprias da cultura política atual, expressa nas novas relações de trabalho; nas tendências à terceirização e a privatização de setores da economia e do Estado próprias da política neoliberal implantada especialmente a partir do Governo FHC; e as naturais mudanças das formas de protesto e

⁴ “As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral”. (GOHN, 2003, p. 15).

reivindicações da sociedade nacional.

Nesse contexto, as relações estabelecidas entre Estado, sociedade civil e Movimentos Sociais foram repensadas. Ilse Scherer-Warren observou, nesse sentido, que a busca pela autonomia tem levado a “uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112). Esse também é um dos conflitos atuais do MIB, razão de tensões e ausências de consensos entre lideranças.

O Movimento Indígena no Brasil se iniciou de maneira organizada com as “Assembleias Indígenas”, como resultado do Movimento Pan-Indígena, criado e consolidado entre os anos de 1970 a 1984, segundo Maria Helena Ortolan Matos (MATOS, 2006, p. 1). Entre 1974 e 1980, “quinze dessas assembleias tiveram lugar em diferentes partes do país” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 20), realizando um trabalho de mobilização das bases, através das lideranças indígenas de várias etnias em diversos cantos do mesmo.

Em meados dos anos de 1970 algumas lideranças indígenas no Brasil começaram a sair de suas comunidades rumo aos grandes centros em busca de apoio para a causa indígena, e expondo para a sociedade civil uma realidade pouco conhecida, ou mesmo ignorada. Esses acontecimentos tiveram lugar durante os anos do então *milagre econômico* do Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Nesse período, em meio à censura e à repressão, quando vários temas foram proibidos à imprensa, a questão indígena apareceu como

... um dos poucos assuntos que era possível discutir sem correr riscos tão altos de represálias policiais quanto outros, como por exemplo, o movimento trabalhista. Muitos brancos se aproveitaram disso para ventilar suas próprias frustrações, enquanto os índios utilizaram esse espaço inesperado para expressar queixas centenárias. (RAMOS, 1990, p. 118)

Houve uma espécie de conspiração favorável à crença de que naqueles anos chegou-se ao ápice do crescimento econômico do Brasil *grande*, e em proporções jamais vistas. Embalados por *slogans* do tipo “ninguém segura este país” e “pra frente Brasil”, houve uma real impressão de que tudo estava indo bem, se não fosse a repressão, a tortura, a censura e os baixíssimos níveis da expectativa de vida da maioria da população, que na verdade viveu um verdadeiro *desastre econômico*.

De acordo com dados de Boris Fausto, “o governo contou com um grande avanço das telecomunicações no país, após 1964” (FAUSTO, 2000, p. 484). As facilidades de crédito levaram os aparelhos de televisão a mais de 40% dos lares urbanos, sendo que em 1960 apenas 9,5% possuíam o aparelho de TV. O Produto Interno Bruto (PIB) também cresceu anualmente numa média de 11,2%, mas os empréstimos financeiros buscados em países desenvolvidos – que apresentaram ótimas oportunidades – também cresceram; assim como o comércio exterior, a fabricação de carros de porte médio, a exportação de produtos industriais e, claro, a dívida externa do país.

As consequências do *milagre* não tardaram a chegar: “excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional” e a desigualdade da “distribuição de renda” (FAUSTO, 2000, p. 487). Os ótimos indicadores do PIB demonstraram apenas que a economia estava crescendo, mas não indicaram que a população mais necessitada estivesse usufruindo desses resultados. Os problemas sociais do país foram agravados em proporções desastrosas e a oposição às políticas do governo aumentou, com o surgimento de movimentos e guerrilhas no campo e na cidade.

Os índios, como a maioria da população, compunham o grupo dos excluídos da distribuição da renda do país; porém, mais que isso, foram atingidos diretamente pelos grandes projetos de integração nacional postos em execução pelo governo na época, como a Transamazônica, por exemplo, que foi inaugurada “em meio a críticas pela devastação do ambiente e pela invasão de terras indígenas” (FAUSTO, 2000, p. 574). A ocupação permanente dos territórios indígenas gerou um quadro de mobilizações que começou a ganhar expressividade no país, principalmente nos setores urbanos mais desenvolvidos, contando com o apoio de diversos setores da sociedade civil.

Além de se opor às políticas indigenistas do Indigenismo oficial – que pouco ou quase nada fizeram para garantir a sobrevivência física e cultural das populações indígenas do país –, apresentaram como bandeira principal do Movimento Pan-Indígena a luta pelo “direito dos índios de serem ouvidos pelas autoridades nacionais sobre as decisões políticas e econômicas que afetam as suas vidas” (MATOS, 1997, p. 5). O direito de ser diferente e, ao mesmo tempo, ter direitos e ser tratado como qualquer outro cidadão, foi e ainda é outra importante reivindicação do MIB.

1. 1. O Movimento Indígena no Brasil e a Luta por Reconhecimento

Nos primeiros anos deste milênio, percebe-se uma nova concepção de políticas públicas em que os indígenas vêm deixando de ser apenas os alvos das iniciativas do Estado para se tornar também agentes, elaboradores, incentivadores, criadores, participantes e proponentes, com direito de voz e, em algumas situações, de voto, das decisões outrora tomadas pelo Estado e que os atingia diretamente.

Assim como “o crescente protagonismo da sociedade civil é expressão da capacidade dos cidadãos de agir por si mesmos” (OLIVEIRA, 2007, p. 75), a notoriedade do protagonismo indígena manifesta-se na consciência da “luta pelo reconhecimento” que, segundo Axel Honneth, se origina a partir de “experiências de desrespeito”. Na elaboração de sua tese de que a luta por reconhecimento compreendida “como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano” (HONNETH, 2003, p. 227), Honneth foi influenciado por G. W. F. Hegel e G. H. Mead, mentores que se inquietavam com essa questão muito antes dele. Seguindo as diretrizes argumentativas de Hegel, o autor em pauta discrimina três formas de reconhecimento – o amor, o direito e a estima social – que trariam na sua essência o “potencial para a motivação dos conflitos”, quando não respeitados (HONNETH, 2003, p. 23).

Para cada uma das três formas de reconhecimento Honneth identificou três formas de desrespeito. No âmbito do amor, em que ocorrem as relações primárias, os maus-tratos e a violação, são as formas de desrespeito que abalam a autoconfiança do indivíduo. Na esfera do direito, é o autorrespeito que fica ameaçado quando se identifica, numa relação social em que deveria haver reconhecimento recíproco, “privação de direitos e exclusão” (HONNETH, 2003, p. 216). Quanto à estima social ou à solidariedade, o desrespeito se apresenta através da degradação e da ofensa, atingindo diretamente a autoestima dos indivíduos organizados coletivamente.

Segundo Honneth, é nas relações intersubjetivas impessoais – espaço no qual a vivência social ampliada se configura, possibilitando a formação dos conflitos sociais numa perspectiva generalizante e universal – que as esferas do direito e da estima social se concretizam; enquanto a esfera do amor tem sua ação direcionada à dimensão das relações pessoais e particularizantes. Nesse sentido, o direito e a autoestima são determinantes para se compreender o processo de formação e estruturação dos conflitos sociais precursores de movimentos sociais organizados, como o Movimento Indígena no Brasil.

A tentativa de se compreender este Movimento a partir da aplicação da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, rapidamente apresentada neste ensaio, se justifica por diversos motivos, sendo que o principal deles localiza-se no problema que norteia a tese de que o Movimento Indígena no Brasil não pode ser pensado, sistemática e conscientemente, antes da década de 1970, quando tem início o período de atuação de povos de diferentes regiões do Brasil em torno da consciência da necessidade de se organizarem e lutarem por direitos que alcançassem todas as etnias indígenas deste país.

Ao esposar a teoria de Honneth para entender a problemática do protagonismo indígena e do próprio Movimento Indígena no Brasil, notou-se que há outras produções acadêmicas ancoradas nessa mesma teoria. Nesse sentido, observou Cardoso de Oliveira, o “movimento indígena se encarregou de dar ao índio o auto-respeito que faltava” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 53); e o fez a partir da ação de lideranças e organizações indígenas, apoiadas por diversas entidades, que vêm assumindo ao longo das décadas um protagonismo sociopolítico típico dessa tomada de consciência que caracteriza a luta social e evidencia a resistência coletiva como expressividade dos movimentos sociais.

Cardoso de Oliveira, igualmente ancorado na teoria do reconhecimento de Honneth, observou que a demanda por reconhecimento da identidade étnica e do direito à cidadania plena, sustenta-se por “argumentos de ordem moral e não apenas políticos”; de modo que “a dimensão da eticidade tem todas as condições de prevalecer na sustentação da luta política pela cidadania” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 54). O autor em pauta ressaltou ainda que as “reivindicações afirmadas no bojo do que ficou conhecido como “Movimento Indígena” em escala nacional”, é resultado de uma tomada de consciência que os levou a assumir “a sua condição étnica como foros de uma nova cidadania que até então lhes era praticamente negada” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 42).

Nesse sentido é que o protagonismo das lideranças e das organizações indígenas têm evidenciado também a necessidade de uma relação interétnica em que os valores morais que justificam sua luta sejam legitimamente reconhecidos por todos os membros da comunidade nacional, o que possibilitaria aos indígenas “as condições da autorrealização” (HONNETH, 2003, p. 278) que, estimados socialmente, os colocariam em condições igualitárias com os demais, sem deixarem de ser diferentes em sua particularidade étnica, possibilitando-lhes viver uma vida verdadeiramente boa.⁵

⁵ “... a moral, entendida como ponto de vista do respeito universal, torna-se um dos vários dispositivos de proteção que servem ao fim universal da possibilitação de uma via boa” (HONNETH, 2003, p. 271).

As relações intersubjetivas impessoais que começaram a ser estabelecidas entre povos e lideranças indígenas diversas, entidades da sociedade civil e o Estado na década de 1970 – mais precisamente a partir de 1974, quando aconteceu a primeira Assembleia Indígena – no âmbito do *direito* e da *autoestima*, viabilizaram o surgimento de um protagonismo indígena atuante e consciente da necessidade da luta social para fins de reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, na perspectiva da legalidade e da legitimidade.

É importante ainda destacar que a luta social, como apresentada por Honneth, reflete o resultado de “experiências individuais de desrespeito” compreendidas e “interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimentos” (HONNETH, 2003, p. 257).

Nesse sentido, mais uma vez, apenas a partir da década de 1970 visualizam-se as condições ideais para a existência da luta social propensa à formação de uma identidade indígena coletiva capaz de dar origem a um movimento social no qual “experiências de desapontamento pessoal” alcancem “um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p. 258).

Em síntese, a partir de 1970 foi que se visualizou a necessidade de organização de um movimento indígena formado por diversas etnias diferenciadas, mas com bandeiras de lutas que tendem à unidade em meio à diversidade, como a luta pela terra, pelo direito à preservação das culturas de cada povo, pelo direito à cidadania (saúde, educação etc.) sem deixarem de ser indígenas, ou seja, sem perderem a condição de povos cultural e linguisticamente diferenciados em meio uma comunidade nacional cujo projeto de nação foi, e talvez ainda seja, ideologicamente pensado com critérios identitários e linguísticos homogêneos/igualitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. 2010. 355 f. Tese (Doutorado). Programada de Pós-Graduação em História (PPGH/UnB). Brasília, 2010.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

C ALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina. Perspectivas e Realidades, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 2, n. 5, out., 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Crise do Indigenismo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 2. ed., V. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2000.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma Cidadania Planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, ano 10, 1995.

GOHN, Maria da Glória (Org.) *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. *EmTese*, Florianópolis, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2, n. 1 (2), jan-jul. 2004.

GURAN, Milton. (Coord.) *O processo constituinte*. Documentação Fotográfica (sobre) a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1980.

HONNETH, Axel, *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Sociedade Civil e Democracia no Brasil: Crise e Reinvenção da Política. In: SORJ, Bernardo; OLIVEIRA, Miguel (Eds.). *Sociedade Civil e Democracia na América Latina: crise e reinvenção da política*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC); Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2007.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *O processo de criação e consolidação do movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)*. 1997. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UnB, Brasília, 1997.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências exemplares no Vale do Javari*. 2006. 274 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, UNICAMP, SP, 2006.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, Ano 17. n. 37, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. Pluralismo Brasileiro na Berlinda. *Revista Etnográfica*, vol. VIII (2), 2004.

RAMOS, Alcida Rita. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. *Anuário Antropológico/87*, Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-*

modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, jan./abri. 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1989.

MEMÓRIAS EM DISPUTA: TRANSFORMANDO MODOS DE VIDA NO SERTÃO E NA CIDADE

Rejane Meireles Amaral RODRIGUES¹

meirelesamaral@hotmail.com

RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a tese intitulada “Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade” que propôs entender o conflito construído pela imprensa, no início do século XX para a definição de Montes Claros como sendo, às vezes, uma cidade moderna e às vezes atrasada. A tese foi problematizada a partir dos seguintes jornais *Montes Claros* de 1916 a 1918 o *Gazeta do Norte* de 1918 a 1920, pois eram esses que se destacavam na imprensa local, no período analisado. Também utilizei como fonte os seguintes documentos Coleção Sesquicentenária, Relatórios da Secretaria de Agricultura, Diretoria de Indústria e Comércio de 1910 a 1922 e o acervo da Câmara Municipal de Montes Claros.

Palavras chave: Imprensa. Cidade. Sertão.

ABSTRACT

This Communication aims at presenting a thesis entitled “Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade” which proposed to understand the conflict constructed by the press in the early twentieth century to define as Montes Claros, sometimes, a modern city and sometimes delayed. The thesis was questioned from the following newspapers *Montes Claros* 1916 to 1918 the *Gazette North* from 1918 to 1920, as were those who stood in the local press in this period. Also used as a source the following documents Sesquicentenária Collection, Reports of the Secretary of Agriculture, Department of Trade and Industry from 1910 to 1922 and the body of the Municipality of Montes Claros.

Keywords: press, city, countryside.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, pesquisadora do Núcleo de História e Cultura Regional- NUHICRE. Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pesquisa financiada pela FAPEMIG/PCRH.

A primeira inquietação em relação a essa temática surgiu a partir de fonte utilizada na minha dissertação do mestrado que comentava sobre um assassinato, no qual o assassino foi descrito como um animal e não como gente. O que gerou um incômodo naquela fase da pesquisa. Percebi que a imprensa quando tratava assuntos sobre violência, cidade e sertão, o fazia sempre com exagero de descrição².

Como problema da tese, busquei entender como os jornais, publicados em Montes Claros, no período de 1910 a 1920, “construíram” uma memória sobre Sertão e Cidade. Quais os interesses permeavam essas memórias? Dentre as colunas publicadas nos jornais quais tendiam em reavivar, em alguns momentos, o “sertão norte-mineiro³” e, em outros, criar “as cidades modernas” do Norte de Minas? Procurei *cidade* no corpus documental, enquanto vivência e experiência de vida, e muitas vezes, os jornais o apresentava como sendo práticas que deveriam deixar de existir por considerarem que essas estavam diretamente ligadas ao sertão. Tinha como hipótese a opinião de que quando convinha aos jornalistas a cidade aparecia como moderna, quando não, aparecia como atrasada, com ares de campo, divulgando a imagem de sertão atrasado. Também via que as campanhas em favor da luz elétrica, da construção do Ramal, da canalização da água, entre outras, eram vinculadas pela imprensa com a função de associar a imagem de progresso aos benefícios que viriam, e esses eram, portanto, utilizados como elementos para ilustrar tais campanhas. Outro aspecto que observei foi que os grupos políticos se beneficiavam de alguma forma, dessa memória construída pela imprensa.

A História da imprensa em Montes Claros, começou em 1884, mais especificamente em 24 de fevereiro, quando saiu o primeiro número do semanário “Correio do Norte”. É sabido que, em Montes Claros, de 1884 a 1914⁴, vários jornais foram abertos⁵

² Pelos Municípios Tayobeiras

Apareceu na prospera localidade de Tayobeiras deste município, um indivíduo que fazia chamar-se Leonídio e ter vindo dos lados de Fortaleza. Confessa cynicamente (sic.) o dito bandido já ter feito 24 mortos e que espera seus companheiros ali para saquearem o comércio como fizeram em “Água Vermelha”, porém impacientando-se com a demora daquelles, resolveu, mesmo só, ir mostrando bravuras no sei estúpido modo de pensar, começando por assassinar a Candido de tal, pobre pai de 11 filhos. Candido embriagando-se em uma casa discutia com o individuo José Pretinho quando chegou a **terrível fera, insaciável de sede do sangue humano e sem mais nem menos foi disparando um tiro de Browng sobre a infeliz victima(sic) que imediatamente cahiu ouvindo as palavras do monstro – não agüentou mais de um tiro? Pegue nesta porcaria José Pretinho e vamos polo (sic) no cavallo para ir fazer carniça fora daqui, e assim fizeram**, quando a victima exalava o ultimo suspiro (**grifo meu**) (GAZETA DO NORTE, 1919, p. 3).[sic]²

³ Lembrando que a vida de Antônio Dó é a principal expressão sobre ser o Norte de Minas, durante a Primeira República, um sertão, revelando que as práticas exercidas por jagunços e coronéis eram a base das relações sociais de cidades da região. Por isto, entendemos que o título do nosso projeto continua sendo um eixo da nossa pesquisa.

⁴ Ibid., loc. cit.

⁵ Abertos: Correio do Norte, Montes Claros (aberto e fechado 2 vezes), O Operário (existiu de 1894 a 1895), o Agricultor (apenas 40 edições), A Lucta (15 numero – março de 1900), O bohemio (de julho de 1905 a

(VIANA, 2007, pg.91 -97), e fechados. Todos tinham, à frente, grupos políticos ou fazendeiros da cidade. Cada jornal, já naquela época, apresentava seu parecer sobre determinado acontecimento, defendendo uma causa.

Estes jornais publicaram a instalação da luz elétrica no início do século XX, em 20 de janeiro de 1917. A inauguração da luz elétrica possibilitou, no mesmo ano, a criação do Cine Ideal. Para a imprensa e para os memorialistas, da época, o “sertão” só deixaria de existir quando não estivesse mais isolado. Assim como a luz elétrica, a inauguração da estação Ferroviária Central do Brasil, em 1º de julho 1926, pelo então ministro Francisco Sá e a abertura de algumas estradas que ligavam Montes Claros a outros centros comerciais foram acontecimentos que ganharam evidência na imprensa, pois esses, segundo a imprensa, propiciariam aquele que seria o seu grande projeto: ver o “sertão” dando lugar à cidade progressista.

Na segunda década do século XX ocorreu, no Brasil e no mundo, um turbilhão de fatos que foram notícia na imprensa nacional como: a Primeira Guerra Mundial, a Gripe Espanhola, a economia com embates capitalistas, a Revolta da Chibata, todos esses, acontecimentos urbanos. Esses fatos, ocorridos durante aquele período, dentre outros, acrescentaram novas características, características essas, que mudaram a função da imprensa. Se pensarmos tais fatos como sendo apenas eventos mundiais e nacionais, talvez não fosse possível estabelecer ligação entre os mesmos e a nova postura adotada pela imprensa local, no entanto, é a partir desses acontecimentos que a imprensa de Montes Claros se configura, sendo essa, portanto, a proposta da presente pesquisa, perceber, através da imprensa, as rupturas e permanências acarretadas nessa região.

A cidade era dividida em cidade de Baixo, espaço de influência dos Prates, e cidade do Alto sob influência dos Alves, até mesmo nos eventos, festas e entre os moradores havia divisão. Os dois representantes disputavam a presidência da Câmara Municipal (PORTO, 2007, p. 19), sendo que Honorato Alves já havia sido presidente no período de 1893 a 1897 e 1897 a 1905 (VIANA, 2007), e teve João José Alves, seu irmão, como presidente no período de 1908 a 1912 (VIANA, 2007). No período a que se refere esta pesquisa, 1910 a 1920, havia duas tendências políticas: os conservadores e os liberais. Os liberais eram representados pelo grupo de Camillo Prates, cuja denominação foi primeiro “cascudos” e depois “pelados”; e os conservadores, representados pelo grupo honoratista, tendo sido denominados primeiramente de “chimandos” e depois “estrepes”. Os Alves, tinham o jornal

dezembro do mesmo ano), A Verdade (início 1907, não foi possível localizar a data do encerramento das publicações deste jornal). Imprensa Oficial,

“*Montes Claros*” como porta-voz; já os camilistas tinham o apoio do “*Gazeta do Norte*”. Essas famílias buscavam, através desses jornais, meios para divulgar seus projetos de governo. A circulação dos jornais propiciava a veiculação de denúncias e informações sobre inaugurações dos projetos e até mesmo críticas entre os rivais políticos.

Os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* expressavam a disputa política partidária que existia, em Montes Claros durante a Primeira República. Suas matérias contraditórias apontavam o conflito político e social que margeava as relações, no período aqui delimitado. A imprensa, na tese, foi entendida como linguagem.

Imprensa como fonte na tese. A reflexão a respeito da imprensa no início do século XX, e de como essa criou a memória de cidade e sertão para Montes Claros e o norte de Minas são os processos norteadores da presente pesquisa. Para tanto, faz-se necessário entender como Montes Claros e o norte de Minas eram naquele período

As leituras dos jornais, feitas para a tese, possibilitaram conhecer e distinguir a postura desses, revelando que um se diferenciava do outro, desde os aspectos físicos até os conteúdos apresentados. É possível perceber que o *Gazeta* possuía uma estética gráfica mais atraente e ousada para a época e para a região, tinha caráter mais liberal do grupo que representava. Já o *Montes Claros* tinha feição mais conservadora, também correspondente ao grupo que representava. Esse jornal tinha como foco as informações locais, mesmo quando divulgava notícias mundiais ou nacionais, não estabelecia ligação entre essas e as locais, o que não ocorria com o *Gazeta*, esse sempre procurava deixar transparecer que fazia uma imprensa moderna e atuante⁶.

⁶ O jornal *Montes Claros*, em uma das edições do ano de 1916, divulga em suas páginas comentários a respeito da publicação da monografia de Urbino Viana intitulada “**Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos**”, e noticiou, em agosto do mesmo ano, o surgimento do jornal “*O Binóculo*”. O acordo feito entre os Alves⁶ e os Prates⁶, foi outra publicação do *Montes Claros*, porém essa notícia já havia sido divulgada pelo jornal de Belo Horizonte - *Minas Gerais*. A publicação da mesma evidenciava a existência de uma rede de comunicação entre esse e a imprensa oficial em Belo Horizonte, e revelava ainda, que o *Montes Claros* considerava essa notícia muito importante para a imprensa local, o que justificava ser publicada novamente.

Todos os jornais lidos e pesquisados davam ênfase às notícias da 1ª Guerra Mundial e as páginas do *Montes Claros* também se ocupavam dessa divulgação, mas outros assuntos também eram publicados, pois as informações locais não podiam perder seu espaço nesse jornal. Ondas de calor no Rio de Janeiro, o falecimento de Bias Fortes, o aniversário do jornal *Montes Claros*, a programação do Cine Ideal, os festejos de inauguração da luz elétrica, o aniversário do grupo escolar Gonçalves Chaves e a comemoração de 1 ano de reabertura da Escola Normal foram publicados com títulos chamativos e comentários extensos por parte dos jornalistas que escreviam para o jornal *Montes Claros*.

O jornal *Montes Claros*, foi um incentivador da educação, foram várias matérias publicadas e inclusive uma coluna intitulada “Escola Normal”, que deu, em 1917, grande visibilidade à estadualização da Escola Normal:

O jornal *Gazeta do Norte*, aparecia com outra configuração. Nas edições pesquisadas, do período de 1918 a 1920, as colunas se preocupavam em associar Montes Claros, Minas Gerais e Brasil. As colunas eram: “Cartas Cariocas”, “A paz”, “Escola Normal”, “Café dos Presos”, “A cadeia”, “O Norte

Em Montes Claros, os jornalistas eram profissionais liberais (médicos, advogados e empresários) pelo teor das matérias e pela diversidade dos temas nota-se que se tratava de pessoas socialmente influentes. Os jornalistas tinham acesso a informações estratégicas, não assinavam as matérias, essas aparecem apenas com os nomes dos redatores, raramente com pseudônimos. Para os jornalistas, não assinar a reportagem, era uma forma de ocultar a identidade e assim conceder ao jornal, como um todo, um único ponto de vista. Os jornais construía narrativas que mostravam os conflitos vividos naquele processo histórico.

No embate de forças entre memória e história é sempre salutar fazer uma distinção entre as duas. Para Pierre (PIERRE, 1993, p.8-9), o fim das “instituições” que tomam para si o papel de repassarem a memória, acabam por forjar o surgimento da “História”. No caso desta pesquisa, esta mediação é a imprensa norte mineira. Encontrei, ao fazer a leitura dos jornais pesquisados, periódicos que apresentavam pessoas, lugares, festas e disputas políticas o que se aproxima, portanto, da definição dada por Pierre para “lugares da memória”.

Para Alessandro Portelli (PORTELLI, 2007, p. 139), “*a memória é uma questão política de primeira instância*” sendo assim, a memória contida nos jornais pesquisados, além do tema, é também uma memória política de primeira instância. O que faz desses jornais uma fonte possível de salientar o embate de forças, trazendo uma perspectiva de diálogo com um tempo em que os grupos políticos, daquela época, elaboravam suas experiências nas matérias, nos temas selecionados e na ênfase dada as reivindicações. Ainda dialogando com Portelli (2007), para quem “atacar a memória é atacar a identidade de instituições” (informação verbal)⁷ questionar esses jornais, foi também um exercício de provocar as instituições mencionadas pela imprensa, e colocar em movimento a trajetória e a função dessa para o norte de Minas. Esse exercício propiciou o entendimento de como a memória foi construída pela imprensa local, e de como essa mesma memória, ao deixar seus resquícios, vai construindo outras memórias.

abandonado”, “Assuntos da Roça”, “Conferencias médicas” e “A epidemia”, “O correio no Norte”, “Estrada de ferro”, “Caixa dos pobres”, “O que o cidadão deve saber...”, e “Sucessão Presidencial”. Mas além dessas colunas muitas outras notícias foram mencionadas e repetidas em várias edições que valem ser citadas aqui: como a campanha para que o militar conhecido como Tenente Rego de Paula, permanecesse em Montes Claros. Matérias sobre água potável, a construção do coreto da praça doutor Chaves, os atos da Semana Santa, notícias com descrições detalhadas das coroações do mês de maio nas igrejas católicas e a campanha em favor das prefeituras.

⁷ Trecho da Palestra de Portelli sobre “Caminhos da História Social: diálogos sobre memória, fontes orais e perspectivas de investigação” apresentada no (Seminário Interinstitucional), Uberlândia, MG, mês maio, 2007.

Esse constante exercício de questionar os jornais, foi fundamental, de acordo com as palavras de Thompson (THOMPSON, 1981, p. 49), na obra “A miséria da teoria”, para quem a lógica histórica propõe um “*método lógico de investigação*”. Com teste de hipótese e eliminação de procedimentos autoconfirmadores, a história oferece “*evidências de causas necessárias*”, para fomentar o diálogo com a fonte. Nesse caminho de construção metodológica, resta- nos, enquanto historiadores, pensar os conceitos como elementos em construção e não como rótulos, já taxados por outro, e capazes de “caber em nossos trabalhos”. Nessa perspectiva é que foram trabalhados, nesta pesquisa, os conceitos de cidade e sertão, sempre tendo, à frente, o pensamento de que o significado que atribuímos as realidades se modifica constantemente (THOMPSON, 1981, p. 53), propiciando ter o “*sujeito inserido na história*” (THOMPSON, 1981, p. 188) . Ainda que a fonte tenha sido o jornal e que a metodologia adotada tenha sido a leitura e análise das colunas, o que busquei nas páginas dos jornais lidos foi o sujeito. Os viventes do norte de Minas é que foram o foco da minha pesquisa, e não o discurso pelo discurso.

Nessa perspectiva, os jornais de Montes Claros – e alguns publicados em outras cidades (Diamantina, por exemplo), mas que circulavam em cidades norte mineiras – tornaram-se, para a presente pesquisa, uma possibilidade de entender as práticas e projetos dos grupos que disputavam o Norte de Minas e que contribuíram para a perpetuação de falhas na administração pública dessa região. Falhas essas que, ainda hoje, são percebidas. Portanto, os jornais pesquisados foram, aos poucos, sendo entendidos como fontes que, ao serem problematizadas, revelavam a Primeira República que, em essência, definiu o atual Norte de Minas. Apesar de os projetos governamentais terem sido implantados posteriormente na região a fim de “desenvolvê-la”, é perceptível que foi a fase chamada “Primeira República”, que sedimentou comportamentos, acordos, articulações políticas e discursos que predominariam na região.

A proposta de trabalhar a imprensa como fonte, parte do entendimento de que essa possibilita um diálogo direto com o processo histórico em questão, e traz, à tona, fragmentos de uma memória materializada pelos jornais. Busco, portanto, a definição de memória apresentada por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 1998, p. 22-23) para quem “passado é dimensão permanente da consciência humana” e é também “seleção do que é ou será capaz de ser lembrado” . Assim, trabalhando na perspectiva desse autor, entendo que o passado que aparece nas páginas dos jornais pesquisados, são “recortes” feitos pelos jornalistas que neles escreveram, e que o conjunto de forças: arquivos, escolha ao guardar determinado jornal em

detrimento de outro e a política de preservação desses, é que me permitiram conjecturar esses periódicos.

Assim, couberam para o historiador duas alternativas, como nos coloca Renné Barata Zicman (ZICMAN,1985): ou trabalha com a “história da imprensa” ou trabalha com a “história através da imprensa”, uma vez que a segunda alternativa é a que atende aos anseios da minha pesquisa, optei, pois, por ela.

Para o historiador, o acervo jornalístico se revela como uma possibilidade de pesquisa, desde o conteúdo das manchetes até a disposição dessas nas páginas dos periódicos. Portanto, indagar os jornais vai além da simples leitura de suas páginas, ou das informações que as compõem. O trabalho com essa fonte possibilita entender os interesses que são verbalizados por essa prática social. Entender os jornais, como prática social, é salientar a intervenção desses no cotidiano, e lembrar que são, portanto, resultado de interferências do social, ou seja, “o jornal interfere e sofre interferências sociais” (ALMEIDA, 2006, p.19). As “tissuras da vida” que abarcam o ir e vir da linguagem, possibilitam refletir sobre o desenvolvimento humano, e no caso da presente pesquisa, problematizar os processos de rupturas e permanências ocorridos em Montes Claros, no início do século XX. Entender como, nesse período, esses jornais, publicaram o deslocar do sertão para cidade na trama social vivida pelos moradores e apresentada em suas páginas e indagar a constituição de memórias enquanto linguagem, tendo como referencial o debate que Marta Emísia (BARBOSA, 2004, p. 96) salienta em “*Os famintos do Ceará*” o qual informa que: “*memória feita no passado se articula no presente*”, reafirmando que, como a memória não está livre, tenta criar significados para cidade, constituindo-se em um espaço, uma cidade, um norte de Minas.

Para isso, indagar a imprensa requer, conforme debate de Tânia Regina de Luca:

atentar para as características de ordem material – periodicidade, impressão, uso/ausência de iconografia e de publicidade; forma de organização interna do conteúdo; grupo responsável pela publicação; principais colaboradores; público a que se destina; fontes de receita (LUCA, 2006, p 142).

Esses são, portanto, os princípios nos quais fundamentei a metodologia da minha pesquisa. Ainda de acordo com Luca (LUCA, 2006, p. 140), “salientar as motivações que deram visibilidade a alguma coisa”, é aspecto fundamental para trabalhar com a imprensa. No que se refere a minha pesquisa, objetivei buscar as motivações que levaram os jornalistas e

redatores a publicarem sobre *sertão* e *cidade*, e foram essas publicações que me possibilitaram estabelecer um diálogo com o passado, trazendo, assim, à tona, as relações e interesses que não estavam registrados em letras garrafais nas páginas dos periódicos. Assim sendo, entendo que lançar as questões propostas por Tânia Regina de Luca, foi o caminho metodológico mais pertinente para responder ao problema apresentado em minha tese.

Pensando a história por meio da imprensa, posso tomá-la como prática social constituída de linguagem (WILLIAMS, 1979) própria. Para alguns autores, a imprensa não passa de um meio informativo, porém, para outros essa se constitui de um ir e vir de informações, práticas, posturas e projetos⁸. A escolha desses jornais deu-se a partir da leitura de alguns memorialistas da cidade, que ao mencionarem a chamada Primeira República sempre se referiam aos mesmos como sendo os “principais” e Montes Claros, e sempre os associavam aos seus “proprietários”.

A construção da minha tese foi problematizada a partir dos seguintes documentos: *Coleção Sesquicentenária*⁹; Relatórios da Secretaria de Agricultura; Diretoria de Indústria e Comércio de 1910 a 1922; Carta que Urbino Viana remeteu ao Secretario Estadual da Educação¹⁰; Documentos pessoais de Camilo Prates; documentos do acervo da Câmara Municipal de Montes Claros; os jornais *Montes Claros* de 1916 a 1918 o *Gazeta do Norte* de 1918 a 1920 ; o *Minas Gerais* e o jornal *o Norte* da cidade de Diamantina.

Os jornais que pesquisei foram analisados como espaço de tensão em relação ao campo e à cidade. Apesar de o jornal, naquela época, ser entendido como elemento moderno, o seu conteúdo evidenciava o sertão. Ao escrever sobre um elemento moderno que informava

⁸ Para Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, após a aprovação do fim da censura em Lisboa sobre os periódicos, os jornais no Brasil tornaram-se “apaixonados das campanhas liberais, definidor de práticas e posturas que subsidiaram o processo de independência do Brasil”. Neste sentido, vide: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006,

Assim, como as autoras perceberam tais comportamentos, temos também em jornais do Norte de Minas, no início da República, posturas apaixonadas e a direta intervenção do conteúdo destes na vida/decisões do momento.

⁹ O livro *Raízes de Minas* de autoria de Simeão Ribeiro descreve como o códice da “Casa da Ponte” em Minas – 1819, fala da formação do Norte de Minas, região do São Francisco e dá uma panorâmica da formação do Norte de Minas. Este livro recebeu o prêmio Diogo de Vasconcelos. *Serões Montes Clarences* – Nelson Viana fala sobre os espaços da cidade, de pessoas, conta histórias das ruas, fatos do cotidiano, telégrafos e outros. *A Menina do Sobrado* de Cyro dos Anjos – literatura – o autor tenta conquistar a menina do sobrado. *Janela do Sobrado* – crônicas escritas para o *Jornal de Notícias*, virou livro – memória de pessoas, lugares e coisas. *Foiceros e vaqueiros* – Nelson Viana. Escrito perto de 1957, memórias, casos, descrições de pessoas e lugares. *Nelson o personagem*, Haroldo Livio. Crônicas escritas por Haroldo Livio e publicadas no *Jornal de Montes Claros*. *Quarenta anos de sertão*, Mauro Moreira. Crônicas publicadas no *Gazeta do Norte* – histórias ouvidas e transformadas em crônicas. *Rebenta Boi – Cândido Canela*. Poesias, inspiração ao cotidiano e paisagens do sertão. *História Primitiva de Montes Claros*. *Dário Teixeira Cotrin*. Documentos de arquivos, vasta bibliografia sobre o período colonial, jornais, história da colonização. *Montes Claros era assim...* Ruth Tupinambá – memórias do passado. *Efemérides I e II*. Autor?? De 1707 a 1766 todos os dias.

¹⁰ Carta escrita por uma professora do Grupo Gonçalves Chaves, enviada a Urbino Viana e que esse, por sua vez, remeteu ao Secretario Estadual de Educação (Arquivo público Mineiro 03 de janeiro de 1913).

sobre o atraso e o progresso, entendo que a tensão era externa ao jornal, pois essa tensão se fazia presente em primeiro lugar no grupo que era dono do jornal; em segundo na seleção dos temas ou assuntos; e em terceiro no texto que era narrado. Ao analisar o texto escrito no jornal, atentei para as questões vivências que se apresentavam, considerando-as como memórias da cidade enquanto cotidiano publicado no jornal. Procurei, através dessa análise, entender o significado da memória que os jornalistas “escreveram” para a cidade. Neste estudo, a grande questão é perceber a relação memória/ esquecimento no tempo em relação às instituições, pessoas e práticas que os memorialistas e a imprensa “permitiram” existir ao longo do tempo, bem como outras práticas e comportamentos que esses mesmos memorialistas e imprensa “apagaram”. Para responder a questão desta tese parti da hipótese de que o conflito, naquela época, foi para fazer valer o moderno sobre o arcaico, e, portanto, diferenciar o campo da cidade.

A metodologia para enfrentar o desafio de questionar as fontes foi baseada na História Social e teve interesse voltado para o processo de transformação da sociedade descrita nos jornais, a fim de entender um projeto de modernização que existiu, pelo menos para os jornais do Norte de Minas, no início da República. A leitura das matérias publicadas, nesses jornais, foi realizada com a perspectiva de encontrar experiências rurais e urbanas que formavam o Norte de Minas e pensar quais foram escolhidas para permanecer, e quais a deveriam ser superadas, segundo a imprensa montes-clarence.

Com esse objetivo, procurei organizar, não por data, mas por assunto, primeiro li as colunas e agrupei- as por temas relacionados, depois analisei as páginas e, por fim, a edição do jornal como um todo. A proposta foi desconstruir o jornal nos seus assuntos de interesse e pensar como os projetos conflitantes apareceram nesses jornais. O motivo pelo qual organizei dessa forma foi perceber, em uma mesma página ou matéria, os diferentes conflitos e projetos que ali estavam presentes.

Utilizei como interlocutores a tese “A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’” de Laura Antunes Maciel (MACIEL, 1998), em que a autora pensou a expansão da técnica – através dos fios dos telégrafos, nos espaços tidos como sertão, nesse caso a região norte do país e os sujeitos que estavam aquém desse debate, porém diretamente ligados a ele. Esse pensamento me ajudou a refletir o que a República, naquela época, entendia por civilização e por sertão, e como a mesma poderia transformar o sertão. Outra referência teórica utilizada foi a tese “Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX” de Marta Emisia Jacinto Barbosa (BARBOSA, 2004) que aborda a seca de 1877 e 1878 final do Império, início da República, momento em

que os governantes estavam “buscando uma identidade para o brasileiro” e elaborando o que era o Brasil nas suas diversidades. Naquele momento, a imprensa estava se firmando como elemento regional de “mostrar o Brasil”. Também é explorada, nessa tese, pela autora, a articulação dos jornais do interior com os das capitais que se tornavam cada vez mais fortes, criando uma “rede de comunicações”.

A tese “Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana São Paulo – 1890/1915” de Heloisa Farias Cruz (CRUZ, 1994), também utilizada como referencial na minha pesquisa, problematiza a imprensa e reflete sobre a dicotomia entre o grande jornal e o pequeno. Cruz utilizou como fonte inventários da imprensa, e a partir dessas fontes pensou o conflito de mediação, o conflito de constituição de imprensa e cidade e como os pequenos jornais desapareceram quando os grandes veículos de comunicação se consolidaram. A tese de Heloisa (CRUZ, 1994) foi fundamental para que eu ponderasse a respeito da difusão de valores transmitidos pela imprensa à população.

No primeiro capítulo, intitulado “Imprensa: órgãos dos interesses gerais do Norte”, apresento as articulações políticas feitas através dos jornais, e a partir dessas articulações, procuro entender como esses jornais construíram a memória de sertão e cidade. Nesse capítulo também abordo a respeito dos confrontos políticos entre os Alves e os Prates e como ambos se utilizavam dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* para divulgarem seus projetos políticos. Ainda nesse capítulo, a imprensa é apresentada como sendo um órgão de interesse do Norte, o que propiciou a análise de algumas colunas que abordam assuntos de interesse público, tais como: alistamento eleitoral, eleições, o jornal e as articulações políticas, Congresso das Municipalidades, comportamento dos políticos, município, Estado e Nação através dos jornais. Para entender o conflito sertão e cidade, nas páginas dos jornais, é fundamental conhecer e refletir sobre os posicionamentos políticos adotados pelos líderes locais e as articulações feitas entre esses e os políticos de representação estadual e federal.

Nesse sentido, o presente capítulo abre discussão para o entendimento de que a cidade para se tornar moderna deveria ter em seu fundamento de representação política pensamentos e articulações modernas. Alcançar esse entendimento só será possível se compreendermos como essa base política se apresentava nos jornais. A memória, a propósito dos confrontos políticos, no presente estudo, se dá em duas situações: primeiro nos escritos dos memorialistas Urbino Viana e Hermes de Paula e segundo nas páginas dos jornais por meio das matérias publicadas pelos sujeitos que, ao narrem os acontecimentos ligados à política, disputavam e compunham os cargos administrativos.

No segundo capítulo, “A Imprensa ao Nascer do Século XX”, pondero sobre a imprensa montes-clarence no início do século XX, as transformações pelas quais passou, nesse período, e a influência que a Primeira Guerra gerou sobre o jeito de produzir jornal na Europa e na América. Ainda nesse capítulo, apresento considerações a respeito do modo como o *Minas Gerais*, jornal de Belo Horizonte, retratou o Norte de Minas, e discorro sobre as notícias do interior que eram publicadas nos jornais da capital e as notícias da capital que eram publicadas nos do interior, fato esse que alimentava as redes de comunicação.

No caso da nossa pesquisa, o que percebemos é que, quando convinha, a imprensa local considerava o sertão como atrasado e precisava se modernizar e, para isso, era preciso mostrar o “progresso” chegando ao sertão. Nessa perspectiva, percebo que os jornais de Montes Claros, sempre retratavam não a dicotomia “sertão *versus* cidade”, mas os “projetos de modernização” do sertão publicados e disputados nas páginas desses jornais. A minha tese quer evidenciar a simultaneidade dos fatos noticiados pelo jornal: se a cidade se modernizava, o sertão, concomitantemente, passava pelo mesmo processo¹¹?

No terceiro capítulo, “As cidades narradas, as cidades construídas, as cidades vividas”, apresento uma reflexão sobre como a cidade foi retratada nas páginas dos jornais locais e como as instituições públicas foram vistas como elementos imprescindíveis para a constituição da cidade. Outro ponto debatido, nesse capítulo, são os hábitos rurais tidos como “atrasados” e que eram reprovados pela imprensa local, daquela época.

Este capítulo se articula com a tese no sentido de que, nesses jornais, havia uma concepção de cidade que estava fragmentada em temas e informações sobre pavimentações e construções que compunham certo conceito de cidade. Para os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* informar as melhorias necessárias e lutar por elas, significava disputar um lugar junto a essas “melhorias” e, ao mesmo tempo, “criar” a memória de progresso e de “evolução” daquele processo histórico.

E, finalmente, no quarto capítulo, “O sertão vivido, o sertão construído, o sertão narrado”, apresento um debate a respeito da postura adotada pela imprensa no sentido de abolir a memória de sertão, criando, dessa forma, uma memória de cidade. Nesse capítulo apresento a diferença estabelecida, nas páginas dos periódicos, entre o Norte e o Sul de Minas Gerais, falo a respeito do papel da imprensa local que utilizava a educação como projeto de

¹¹ Ver as colunas *Assuntos da roça* e *Calendário do lavrador*, forma de ensinar ou ajudar os lavradores norte mineiros a plantarem no intuito de modernizar seus ofícios, pois o Norte de Minas, desde sua colonização é agrícola e pastoril, e estas colunas ensinavam técnicas mais modernas para lavradores que já plantavam há muitos anos.

modernização do sertão norte-mineiro. No quarto capítulo apresento, também, comentários sobre as publicações que tinham como finalidade a extinção do sertão. Como mencionado no capítulo anterior, a ideia de cidade divulgada nas páginas dos jornais pesquisados apresentava uma concepção que estava longe de ser o que as pessoas viviam e sentiam. A imprensa local adotava práticas de prestação de serviços ou tinha atitudes de benevolência, dando a impressão de que falavam a língua do povo e que assim se estabeleceria entre ela (a imprensa) e a população certa aproximação. Dentro dessa perspectiva, a proposta deste capítulo é refletir como o sertão deixaria de existir segundo o que se apresentava nas páginas dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, em conformidade com as propostas salientadas nas colunas desses periódicos para a educação, a agricultura, as ordens militares. Também será proposta deste capítulo, pensar como o projeto de “nova agricultura”, que estava sendo implantado em todo o país, seria articulado em Montes Claros.

Com este debate, pretendo compreender o projeto de progresso que se referia às instituições consideradas como pilares de sustentação da sociedade, naquela época. Para que esse projeto prosperasse a imprensa considerava que a população deveria desfrutar dessas instituições; porém, a lógica de vida no sertão não era compatível com o que elas ofereciam, gerando, assim, a necessidade de que a imprensa “trabalhasse” os usos desses serviços e convencesse a população de como os mesmos seriam úteis em suas vidas. Nesse sentido, a expectativa é entender como a imprensa cogitou o projeto de modernização tendo como pilares a escola, a agricultura mecanizada e as ordens militares. A articulação desse capítulo com a tese dar-se-á com o entendimento de que o conflito “sertão *versus* cidade”, por mim estudado, a partir das páginas dos jornais locais, passa pelo convencimento de que a população deveria usufruir dos serviços prestados pelas instituições.

Procurei nos jornais *Gazeta do norte* e *Montes Claros*, ao longo desta pesquisa, quando pensava no conflito cidade e sertão, entender a necessidade que esses jornais tinham em publicar matérias que apagassem determinadas experiências dos viventes de Montes Claros. A memória construída, por esses jornais, a respeito de cidade revela que essa possuía práticas de campo, as publicações, daquela época, denunciavam a criação de animais soltos nas ruas, casas construídas sem alinhamento, prédios públicos em péssimo estado de conservação e instituições sem sede própria, entre outras.

Entendo, portanto, que os jornais produziram uma memória em busca de práticas e ações que não existiam naquele processo histórico. Porém, apesar de apontar essas práticas como sendo próprias do sertão, foram esses jornais que apresentaram o conceito de cidade, por ele lutaram e em favor dele se posicionaram. O debate sobre memória ficou apenas nos

registros da imprensa, pois quando os jornais intencionavam apagar a memória de sertão, acabavam por fortalecê-la. Percebo que essa memória perdura até os dias atuais, pois a cidade tanto em âmbito nacional como regional, ainda é conhecida e denominada como sertaneja.

A região do sertão norte-mineiro e sua associação com o progresso é cíclica, ou seja, às vezes se apresenta como progressista, às vezes como atrasada.

Ao analisar as articulações políticas, percebi que os jornais consideravam que para existir uma cidade moderna, seria preciso ter também uma “política moderna”, e essas articulações deveriam ser feitas nesse sentido, adequando práticas, empreendimentos e discurso modernos. A memória, assim construída, tanto nos jornais, como nas obras dos memorialistas que foram apresentadas no início do 1º capítulo (Hermes de Paula e Urbino Viana), mesmo que escritas em momentos diferentes, também reforçaram os conflitos políticos do período, aqui estudado, como sendo o momento de construção do progresso.

Outro assunto constante nesses jornais e que foi fundamental para eu entendesse a memória construída por eles foi a Primeira Guerra Mundial, as notícias a respeito desse tema, os impactos na forma de divulgar as informações e as matérias produzidas acarretaram a necessidade de articular informações sobre economia, cotidiano e política; enfim, os confrontos “transformaram” o jeito de produzir jornal. Nos jornais de Montes Claros, a principal mudança que percebi foi a escolha dos temas a serem publicados, sem contar que o “mundo sertanejo”, principalmente no jornal “*Montes Claros*” era sempre associado à Primeira Guerra. Na imprensa, o acordo dos Prates e dos Alves também alimentou a rede de comunicações na qual o jornal *Montes Claros* estava inserido, esse jornal ajudou a construir a memória política local como sendo importante também no cenário nacional, quando associa, o referido acordo, à política nacional. A instalação da luz, a reabertura da Escola Normal e as notícias sobre a Gripe Espanhola foram apresentadas como campanhas de melhoria da cidade e da condição de vida dos habitantes. Essas matérias, e mais especificamente a que abordava sobre a “Gripe Espanhola”, foram publicadas com o objetivo de mobilizar as pessoas da cidade a ajudarem na recuperação dos doentes e promover mudanças comportamentais com a participação dessas pessoas, reforçando, mais uma vez, o mito entorno da família Alves, uma vez que o doutor João Alves foi o médico responsável pela cura de muitos doentes quando desse episódio.

Os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* comemoraram seus aniversários de um ano com edições especiais e, assim, construíram uma memória para a imprensa local como progressista, uma vez que, as edições comemorativas aparecem associando-os ao progresso, criando marcos referenciais entre a imprensa local e o progresso. Considero que os

jornalistas fizeram isso pensando na existência do próprio jornal e no conteúdo das matérias de aniversário, associando o conceito de moderno a consertos e construções de prédios públicos.

Ao analisar o modo como a imprensa abordava temas referentes à Santa Casa, ao Asilo, à estrada de ferro e como denunciou hábitos atrasados da população montes-clarence, percebi que esses interferiam, direta ou indiretamente, nas práticas de vida local e que a imprensa, ao publicá-las, reforçava a importância dessas instituições no cotidiano dos moradores. Percebo ainda que, esteticamente, as matérias eram publicadas uma ao lado da outra, sendo que umas abordavam sobre as práticas modernas e outras sobre assuntos diversos; entendo tal atitude como estratégia utilizada para criar uma articulação entre os temas e, assim, ao final, salientar as “práticas modernas”, reforçando o pensamento coletivo de modernidade. O que contribuía para compor uma memória que apontava a transição entre sertão e cidade.

Nos jornais, percebo que as matérias são construídas de forma a estabelecer uma associação entre sertão e cidade. As doenças que assolavam a região foram usadas como exemplo para qualificar um ou o outro, a peste bubônica, por exemplo, remete a cidade sem infraestrutura. As epidemias foram utilizadas no sentido de fazer campanhas em favor da luz elétrica e da água encanada.

Ao buscar respostas para o problema da tese, na tentativa de definir cidade a partir dos jornais, percebi que a ferrovia despontava como sendo a grande campanha em favor do progresso, pois, para a imprensa, a ferrovia traria a solução dos problemas vividos no sertão. Dentre todas as colunas pesquisadas nos jornais, “*Pobre Norte*” foi a mais apelativa e que fez maior drama em relação às calamidades locais, portanto, foi a que mais se empenhou em defesa da construção do Ramal de Montes Claros, intencionando, com isso, chamar a atenção das autoridades. Os correios foi outra instituição que ocupou grande destaque no processo de modernização e teve a sua ineficiência, naquele período, associada à falta de civismo. Entretanto, a leitura que faço da situação criada pela imprensa em torno desses eventos é que, por traz de tudo isso, existia, não só um projeto de cidade a ser construído, mas também, o desejo de implantar a República no Norte. Isso me leva a concluir que a combinação: ferrovia, correios e norte abandonado era condição favorável para que o projeto maior de afirmação da República se concretizasse.

Pensando na tradição agrícola da região, percebi que a agricultura sofreu um forte embate em relação ao projeto de modernização. Quando os jornais falavam de agricultura e mencionavam o projeto de modernização referiam-se as práticas utilizadas como atrasadas e

confirmava que, pelo menos para os jornalistas, o norte de Minas era um sertão atrasado que necessitava de salvação. A coluna “*Calendário do Lavrador*” do jornal *Montes Claros* – ao publicar, sem cortes, textos copiados do jornal Estado de São Paulo, fortalecia as redes de comunicação e ao mesmo tempo se colocava na “luta pela modernização do sertão”. A coluna “*Assuntos da Roça*” do jornal *Gazeta do Norte* não era diferente. Essa coluna, através da criação de diálogos entre agricultor, médico, coronel e sertanejos, propunha alertar, ensinar e alterar o perfil dos sitiantes, e quando falava da falta de infraestrutura e do voto, associava o ato de plantar ao ato de votar, chamando a atenção dos agricultores, sendo esta uma estratégia de convencimento que envolvia questões políticas. Essa coluna foi significativa para eu entender a construção de memória, pois ela deixou rastros bem sedimentados, principalmente ao criar marcos, pois, a comemoração de primeiro aniversário do *Gazeta*, demarcou a data como expressiva para a população.

Assim, a memória que foi edificada, mesmo que querendo “construir” o moderno, ao narrar a ausência de técnicas agrícolas e o grande número de doenças, almejou transformar doença em pobreza, apresentando uma descrição de sertão que fez salientar a falta de atuação do Estado na região. Entretanto, penso que o Estado não atuava por falta de representação, mesmo os Prates e Alves com todo “poder”, apresentado nos jornais, ainda assim não faziam o suficiente para conseguir, junto ao Estado, intervenções na região. E a diferença entre o norte e o sul do Estado, que de fato existia (a qual foi apropriada pela imprensa de Diamantina), a imprensa montes-clarence recriou e supervalorizou, o que contribuiu, mais uma vez, para reforçar a memória do norte abandonado, cujas representações políticas eram fracas e sem atuação. Além disso, a representação política, que era a principal trama dos jornais pesquisados, aparecia nas demais colunas, sempre delineando o sertanejo como sobrevivente, um coitado que esperava a atuação do Estado. Vejo, de acordo com as minhas análises, que a imprensa se colocava, perante o homem do sertão, como uma benevolente intermediária, quando reportava, em suas páginas, a necessidade de sanear o sertão.

Na justificativa de sanear o sertão, algumas práticas deveriam ser extintas e algumas técnicas, como a mecanização da agricultura, deveriam ser incorporadas, também se fazia necessário a instalação do Ramal que viabilizaria os transportes e comunicações. Nesse sanear o sertão, percebo que, como o pensamento da época era o “desertão”, os espaços vazios precisavam ser preenchidos, “ordenados” e civilizados. Percebi que as ordens militares não civilizaram o sertão, pois no Norte de Minas a existência de jagunços, décadas depois do período aqui recortado, permaneceu, a exemplo disso, temos o caso de Antônio Dó, iniciado em 1909 e finalizado em 1929 tendo sido assassinado por jagunços. O mesmo

percebo em relação à educação, ainda que considerada, pela imprensa, como consistente e “avançada”, também não “modernizou” o sertão, pois a educação, naquele momento, era privilégio de poucos.

Portanto, concluo que: o sertão vivido tinha e tem práticas atrasadas; o sertão construído eram as “novas” técnicas descritas pela imprensa e que deveriam ser implementadas e o sertão narrado era uma “caricatura” feita do sertão, ou seja, era o que a imprensa queria e o que a imprensa ainda quer.

No jornal *Montes Claros*, o sertão aparece em três terços do jornal e a descrição negativa ocupa mais da metade do espaço desses três terços, sendo os aspectos positivos, apresentados, bastante insignificantes. Já a cidade, nesse mesmo jornal, ocupa a maior parte, sempre enfatizando os aspectos positivos. O *Gazeta do Norte*, por sua vez, raramente menciona o sertão, as poucas vezes que o fazia era objetivando apontar o moderno, pois a cidade sempre esteve presente nesse jornal, isso pode ser observado desde a disposição das colunas, das narrativas, literatura e informações apresentadas, bem como da sua postura sempre moderna e liberal. Os interesses que permeavam nesses jornais eram as influências política de Camillo Prates e Honorato Alves. Cidade e sertão aparecem por conveniência, as manchetes eram escritas associando um ao outro de acordo com a conveniência, mas o que prevalecia mesmo, pelo menos no recorte temporal feito aqui, era o sertão.

A imprensa, para mim, enquanto objeto de análise, foi elemento produtor de memórias, que me permitiu refletir como o conceito de civilização estava sendo usado para colocar em prática o projeto de República. E nesse construir e desconstruir cidade e sertão, a imprensa foi mediadora quando selecionou, opinou e registrou quais seriam as práticas e comportamentos mais adequados para permanecerem. Tal atitude, fez do jornal, mais que uma forma de linguagem, mas um elemento “difusor” de valores para a população local.

Verifico que a memória construída por esses jornais, tanto para cidade como para sertão não condiz com o que existia naquele processo histórico, pois não traduziam os anseios dos que viviam em Montes Claros; o que eles consideravam como cidade eram suas relações familiares, de lazer e de trabalho, relações essas, que não aparecem nas colunas do *Montes Claros*, tampouco do *Gazeta do Norte*.

Na prática a cidade se estabeleceu em alguns momentos como modernas e em outros como atrasada, mas no embate de forças o sertão prevaleceu. Viver na cidade de Montes Claros, atualmente, é ainda conviver com práticas que se opõem a uma cidade moderna. Ainda que muitos não aprovelem a idéia de que vivemos em uma cidade com traços sertanejos, ouvir rádio nas primeiras horas do dia, mesmo que nas emissoras FM é ouvir

música sertaneja, embora seja “sertanejo universitário”. O comércio e o *marketing* ainda são fortes durante o período da exposição agropecuária, realizada sempre na semana em que se comemora o “aniversário da cidade” – 3 de julho, as festas tradicionais, continuam sendo as juninas, afirmando assim que as práticas residuais são práticas que remetem ao sertão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. & KHOURY, Yara Aun. (orgs.) **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. pg. 19.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *OS famintos do Ceará*. In: FENELON, Déa Ribeiro. **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água. , 2004.

_____, e LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **História, imprensa e redes de comunicação**. In: **Historia & Perspectivas**, 2008. Nº 39,

BARBOSA, Marialva. **Historia cultural da imprensa – Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.

CORDEIRO, Filomena Luciene. **A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – um estudo de caso**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Ed. EDUC; FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

GAZETA DO NORTE, 1919, p. 3

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric J.A **Era dos Impérios. – 1875 /1914**. 13ª ed. São Paulo: PAZ & TERRA, 2009.

HOSBBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

Luca (2008) LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares.” In: **Projeto História**, nº 10, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, dez, 1993.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **“Paternalismo, poder privado e violência”**: o campo político norte-mineiro durante a primeira república. Belo Horizonte, 2002, 173 f. dissertação de Mestrado em História – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco – 1910/1929**. Uberlândia. Dissertação de Mestrado - UFU. 2004.

SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

SOARES, Fernanda Mendes. **Célebres Caetanos**: um bando em Montes Claros (1894-1922). 2004. (Monografia em História) – Montes Claros, UNIMONTES, Departamento de História, 2004.

THOMPSON, E. Palmer. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser Rio de Janeiro: Zahar Editores.1981

VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZICMAN, René Barata. **História através da imprensa**. Algumas considerações metodológicas. IN: **Projeto História** n. 4, junho de 1985.

VISÕES E VERSÕES SOBRE UM ESPAÇO: AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DO SÃO FRANCISCO, EM MINAS GERAIS, AOS OLHOS DOS VIAJANTES NO SÉCULO XIX

Roberto Mendes Ramos PEREIRA¹

historia.rmendes@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo constitui-se numa análise da literatura de viagem do século XIX escrita por pesquisadores como Richard Burton, Saint-Hilaire e Halfeld, que passaram pela região das atuais cidades norte-mineiras banhadas pelo rio São Francisco, Januária e São Francisco, respectivamente conhecidas àquele tempo como Salgado e Pedras dos Angicos. Impulsionados pela Abertura dos Portos e sob os reflexos do iluminismo, estes viajantes construíram múltiplos discursos sobre o homem sertanejo do São Francisco, qualificando-o ora como imerso na pobreza, ora como ignorante, ou mesmo, contraditoriamente, com um futuro promissor. Metodologicamente, buscou-se aqui confrontar ideias e valores presentes nessas falas, identificando concepções convergentes sobre estes lugares em seu contexto histórico, capazes, principalmente, de revelar o que aí era entendido como trabalho.

Palavras-chaves: Viajantes, Rio São Francisco, Século XIX.

Abstract

The study presented here consists of an analysis of travel literature from the 19th Century, written by researchers like Richard Burton, Saint-Hilaire and Halfeld, who passed through the region which today constitutes the cities of Northern Minas Gerais bathed by the waters of the São Francisco river; Januária and São Francisco, known at the time respectively as Salgado and Pedras dos Angicos. Driven by the opening of ports and under the reflections of the Period of Enlightenment, these travellers created multiple conversations about the inhabitants of this region known as Sertão (the hinterlands) categorizing them as immersed in poverty, ignorant, and yet conversely as having a promising future. Methodologically, the intention of this study is to dispute the ideas and values presented in these conversations, identifying

¹ Professor mestre do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, orientado pela prof.^a Dra. Dilma Andrade de Paula (UFU). Financiamento: FAPEMIG.

convergent conceptions regarding these places in their historical context, and thus in its primary function, revealing that which was conceptualized as labor.

Keywords: Travellers, São Francisco River, 19th century.

A ação de nomear, classificar ou definir os sentidos dados, construídos e compartilhados sobre um determinado espaço pressupõe uma associação da realidade física e social do lugar às representações que dela suscitam. Tarefa complexa é a de escrever sobre as barrancas do rio São Francisco em Minas Gerais em outros tempos, no seu aspecto humano, tentando dar uma compreensão ao leitor sobre o que realmente era esta região. Isso porque o que se tem hoje, em termos de fontes ou documentos, refere-se a escritos ou discursos elaborados por viajantes estrangeiros e que, por isso, traz consigo uma visão carregada de preconceitos ou ao menos viciada por um olhar etnocêntrico. Tal pressuposto nos remete para uma análise para além dos olhares desses viajantes, nos impelindo para o entendimento da dinâmica social e econômica da realidade presenciada por eles. Desta forma, a proposta do presente estudo é tornar claro o que se vivia nesta parte do Brasil, a região ribeirinha do rio São Francisco, especificamente nas proximidades das atuais cidades de São Francisco e Januária, utilizando-nos das falas de alguns viajantes que por esta região passaram no século XIX.

Nesta empreitada, partimos do pressuposto e da noção de que cada espacialidade tem uma historicidade, tem uma história, tem um conjunto de sentidos compartilhados pelas pessoas que por ela passam ou nela moram. Essa noção é importante para entendermos que, mesmo tendo como referência comum o São Francisco, a realidade daqueles que estão (ou estiveram) na foz do rio é diferente à daqueles que estão na Bahia, ou Sergipe, ou ainda nas cidades de Januária e São Francisco. É como se disséssemos que apesar de ser a mesma água que banha todas essas localidades e suas populações, os sentidos e significados que cada uma dá a ela são distintos, específicos e historicamente construídos.

Já que nos ateremos aos relatos dos viajantes, vale notar que estes estão impregnados pelo iluminismo europeu, tendo como pressuposto, portanto, a busca por uma compreensão racional do mundo em que se vive nas suas mais diferentes formas. A modernidade trouxe consigo uma aspiração constante pelo que é civilizado, racional, principalmente no que se refere aos modos de vida das pessoas. Assim, em face das enormes diferenças do que era o interior do Brasil no século XIX e a Europa do século XIX, lendo os relatos dos viajantes europeus nas terras brasileiras neste tempo não raro nos deparamos com expressões de

estranhamento, espanto ou desconfiança, apontando-nos para uma nítida e abismal diferença entre estes dois mundos.

A partir do século XIX, devido à abertura dos portos, muitos cientistas, naturalistas e engenheiros transformaram o Brasil num roteiro obrigatório para suas investigações científicas. Esses viajantes “procuravam caracterizar os tipos humanos e avaliar se a sociedade havia caminhado no sentido de estabelecer a vida civilizada nos trópicos” (MIRANDA, 2009, p. 621). É importante ressaltar que neste século em questão a navegação se dará de forma efetiva pelas águas do São Francisco, iniciando-se especificamente na segunda metade do século e “desempenhando importante papel no povoamento de suas margens na construção de uma identidade natural e cultural, caracterizando os moradores das beiras desse Rio” (PAULA; BRANDÃO, 2011, p. 6).

Para além de entender a concepção que os viajantes tinham sobre a necessidade de o Brasil ser mais bem conhecido e melhor explorado nos seus recursos e potencialidades, buscamos entender em suas falas a realidade social percebida, presente nos povoados de Pedra dos Angicos (hoje, São Francisco), e de Brejo do Salgado (atual cidade de Januária). Nesta busca, o que se pergunta aqui é: a partir do que se descrevia sobre este espaço, o que é possível entender aí como prática social? Quais os sujeitos sociais que se mostram aos olhos desses viajantes? É possível entender o que era, o que faziam ou qual era o comportamento social dos sujeitos presentes nas barrancas do São Francisco no século XIX?

Em face dessas questões, nos jogamos à leitura e à pesquisa com o intento de alcançar nosso objetivo de entender a realidade socioeconômica dos homens e mulheres que moravam à margem do São Francisco. Quanto aos viajantes, nos ateremos a Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico, naturalista e viajante francês; a dupla Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), médico, botânico e antropólogo, e Johann Baptiste von Spix (1781-1826), naturalista, ambos alemães; Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), engenheiro alemão, contratado por Dom Pedro II e que navegou das cachoeiras de Pirapora até a foz do São Francisco; Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), único brasileiro de nossa lista, sendo engenheiro geógrafo e historiador; e Richard Francis Burton (1821-1890), geógrafo, antropólogo, linguista e diplomata britânico. Não nos preocuparemos com uma exposição cronológica dos escritos dos viajantes de acordo com suas passagens pelo rio São Francisco, mas somente com a tentativa de caracterizar suas visões sobre a região onde hoje estão situadas as cidades que são objetos de nossa análise.

Observando os tempos de vida de cada um desses viajantes, é possível dizer que suas falas e pensamentos sobre o Brasil são resultados de um tempo, um novo tempo, em que é

possível, antes de tudo, perceber uma nova realidade com a presença de Dom João VI no país. Entendemos que este evento da vinda da Corte para o Brasil fez com que não apenas a Inglaterra se beneficiasse economicamente com o fim do Pacto Colonial, intensificando sua relação comercial com o Brasil. A partir daí, é possível perceber que os caminhos ficaram totalmente livres para novos e diferentes investimentos de outros países nesta ex-colônia, inclusive no que se refere às expedições de cunho científico. Outro aspecto, já citado, relevante também para esta presença de viajantes no interior do Brasil são os novos tempos que o iluminismo trouxe. Se comumente o século XVIII é conhecido como Século das Luzes na Europa, os seus reflexos se darão de modo mais intenso no Brasil somente no século seguinte, inclusive sob a forma de uma emancipação política que marca um novo tempo para o Brasil.

A abertura dos portos em 1808, mais do que resposta às motivações econômicas e para além das consequências produzidas, representou o rompimento do pacto colonial e o início de uma nova etapa histórica. Entre as novidades, o Brasil passou a receber estrangeiros, particularmente viajantes naturalistas interessados em conhecer a natureza tropical da América. Junto com esses naturalistas também aportaram os interesses estratégicos das potências europeias, particularmente da Grã-Bretanha, motivados pelas potencialidades econômicas e sociais do Brasil (RAMOS, 2008, p. 98).

Dessa forma, acreditamos que estes dois aspectos, a abertura dos portos aliada ao espírito da modernidade e do iluminismo, presente nos olhares e nas ações daqueles que “invadem” o país para pesquisar, conhecer, investigar e explorar a ex-colônia, são, a nosso ver, as bases que fundamentam e caracterizam as expedições científicas do século XIX no Brasil.

Dizer que as falas e pensamentos desses viajantes sobre o Brasil são resultados de um tempo significa pressupor que eles estão envolvidos numa mentalidade europeia construída e perpetuada historicamente. Neste estudo, não nos admiremos, pois, quanto aos adjetivos, muitas vezes pejorativos, utilizados por eles para definir os homens que encontravam ao longo do São Francisco e seus arredores, tratando-os de “indolentes”, “selvagens”, “índios”, dentre outras características. Segundo Miranda (2009) essa postura de estranhamento e de não-aceitação da realidade humana com a qual se deparava no Brasil do século XIX tinha uma razão de ser. Segundo ele,

Desde os primeiros exploradores, a América foi vista como a terra de homens rústicos, sem história, que deveriam ser cristianizados. Com a colonização das áreas costeiras do continente, as populações interioranas continuaram a ser identificadas como selvagens. Por outro lado, a ideia de progresso, que se consagrou ao longo do século XVIII, contribuiu para apontar um sentido universal para o avanço da expansão europeia em mundo todo. Para viabilizar o avanço do processo civilizador, os europeus acreditavam que deveriam governar diretamente imensas regiões da Ásia e da África, ou ajudar a corrigir os erros e os abusos das jovens nações americanas. Em geral, o cientista viajante do século XIX desempenhava de bom grado o papel de conselheiro das elites da América do Sul, responsáveis pela eliminação da barbárie no interior do continente (MIRANDA, 2009, 622).

Assim, vale pensar o viajante num tempo, num espaço e, principalmente, numa visão de mundo na qual ele está envolvido. Não estamos aqui interessados em saber se tais relatos tem um caráter ideológico, falso ou errôneo sobre a realidade humana das barrancas do São Francisco, mas, sim, focados na realidade humana identificadas por eles no século XIX nesta região que tratamos como espaço de nossa pesquisa. Mesmo que seja através da “lente” desses viajantes, buscamos identificar neste pedaço de Brasil não somente se havia pobreza, riqueza, comércio desenvolvido ou não, dentre outros aspectos, mas também tentar compreender o homem ribeirinho em suas práticas e na situação social nas quais os viajantes o encontravam.

Januária e São Francisco: as impressões, visões e olhares dos viajantes

As cidades de São Francisco e Januária têm histórias associadas à própria história do rio São Francisco e da colonização do Brasil. Ambas trazem consigo um histórico de lutas, conflitos e por uma busca incessante (de índios, colonos, bandeirantes) pelo território. É sabido que o povoado de Brejo do Salgado, como era conhecido Januária, tem uma história mais longa do que Pedras dos Angicos² (São Francisco), uma vez que sua emancipação política data de 1833 e a de São Francisco, de 1877. De acordo com Matos (1987, p. 8), já no início do século XIX, era possível perceber um crescimento econômico deste povoado, devido

² As denominações das cidades de São Francisco e Januária como Pedra dos Angicos e Salgado estão associados, segundo os viajantes, a elementos da natureza presentes nessas localidades. Richard Burton relata que o solo perto da água é de pedra calcária azulada e dura, do tipo que apresenta efervescência quando submetida ao ácido muriático. Próximo ao povoado, já dizia que ali a abundância do angico-preto, uma acácia que, naquela parte do rio, tem a copa muito feia; sua madeira é seca demais para ser usada, mais a resina é empregada como remédio nas doenças do peito; a casca do tronco contem muito tanino e a cinza, potassa. (BURTON, 1977, p. 206).

à produção agrícola e ao “intercâmbio comercial que aumentava devido ao crescimento da colheita”. Toda essa região era subordinada a São Romão, sede regional do governo e à época conhecida como Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão. Já São Francisco, também ligada a São Romão, até 1866 estava, eclesiasticamente, associada à Paróquia de Contendas, hoje cidade de Brasília de Minas. Neste ano, criara-se “o distrito de paz, concomitantemente com a Paróquia de São José das Pedras dos Angicos” (BRAZ, 1977, 65).

Auguste de Saint-Hilaire, em sua missão enquanto botânico e naturalista, passou por esta região do norte de Minas Gerais, nas barrancas do São Francisco, no ano de 1817, contribuindo significativamente, com os seus diários, para o conhecimento não somente da flora, mas também da realidade desta região, associada pelo próprio viajante francês à região conhecida como sertão, uma região de deserto, mas compreendida, nas Minas, pela bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, se estendendo desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 307). Num longo relato do que encontrou em todo o sertão nortemineiro, próximo à bacia do São Francisco, parece espantar-se com uma mescla de características degradantes do ser humano:

A indolência dos habitantes do Sertão é talvez, maior ainda que a dos outros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes já à índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se á ociosidade. [...] A indigência é a companheira ordinária da preguiça. Por isso, apesar das vantagens que apresenta sua terra, os habitantes do deserto são de uma pobreza extrema. [...] Não é de admirar que homens vivendo na pobreza e no isolamento sejam ignorantes e supersticiosos. Tem-se, em todo o Sertão, grande fé em sortilégios, e essa crença serve para enriquecer tratantes que a polícia deveria punir, se nesse local houvesse polícia. [...] O povo do deserto é atualmente bom, hospitaleiro, caridoso, pacífico, mas essas virtudes são apenas o resultado de seu temperamento e deixa-se levar por ele sem esforço e como que por instinto. Estranhos a ideias elevadas e combinações generosas, quase que completamente estranhos, mesmo, ao exercício das faculdades intelectuais, os sertanejos levam uma existência animal e não saem de sua apatia senão para entregar-se ás voluptuosidades mais grosseiras. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 308-309)

O tom com que Saint-Hilaire trata os moradores dessa região expressa não somente sua estranheza ao que vê, mas também revela a posição em que ele se coloca para definir ou

dialogar com aqueles que estão à sua frente, ou seja, uma posição de superioridade e de distinção em relação aos sertanejos ali presentes. Mesmo relatando que o povo do deserto é bom, hospitaleiro, caridoso, pacífico, o viajante firma sua noção de que a natureza das pessoas dessa região não é tão boa. Somente neste pequeno relato, é possível identificar diversas qualificações desses sertanejos que os coloca, na visão de Saint-Hilaire, como seres da pior espécie, definindo-os como “indolentes”, “ociosos”, “indigentes”, “preguiçosos”, “pobres”, “ignorantes”, “supersticiosos”, “estranhos a ideias elevadas”, “de uma existência animal”, “voluptuosos” e que agiam “por instinto”.

Segundo Miranda (2009, p. 628) Saint-Hilaire contrapõe a imagem do imenso deserto ao que entende por civilização, distinguindo, inclusive, a população sertaneja aos moradores dos “centros civilizados”, como os de Vila Rica. Nesta direção, é como se neste espaço do Brasil fosse rara ou mesmo inexistente a presença do homem civilizado. Ao contrário, havia homens selvagens e ignorantes.

Em diversas partes dos seus relatos, é possível notar este dualismo, presente também no olhar de outros viajantes. No entanto, é importante fazer duas considerações sobre isso. Primeiramente, vale lembrar que os relatos de Saint-Hilaire, assim como o de outros viajantes, são reflexos de uma visão de mundo já consolidada na Europa, um mundo racionalizado, com um desenvolvimento econômico e cultural que estava muito além daquela realidade de território marcado pela colonização. Em segundo lugar, é bom que entendamos que este discurso não é hegemônico entre os próprios viajantes. Nem todos tinham a visão depreciativa sobre o sertão norte-mineiro do São Francisco como Saint-Hilaire, como se esta região fosse um espaço homogêneo, e depois porque, dependendo do tempo, da época específica em que o viajante passou pelas barrancas do São Francisco, é possível perceber nos seus relatos muitos elogios à localidade. Os discursos são múltiplos e diversos, ora com aproximações na caracterização das populações desta região, ora com divergências.

Em geral, mas não continuamente, São Francisco é tratado como um local pobre, ao contrário de Januária, vista como um lugar mais desenvolvido, civilizado e com um comércio ativo e próspero. Como exemplo, vemos que Saint-Hilaire, saindo de Contendas, passando por Pedras de Baixo (atual Pedras de Maria da Cruz), chegou ao Porto de Salgado³, o qual denominou como “um insignificante povoado onde se desembarca para ir à povoação e onde se embarcam mercadorias que se expedem pelo rio” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 345), até

³ O engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld fez uma diferenciação entre o Porto de Salgado (à beira do rio) e a Villa de Januária (Brejo do Salgado), relatando que esta última “mui aprazivelmente situada ao pé da Serra do Brejo, em lugar salubre, tem unicamente o peccado de não ser situada à beira do Rio onde se concentra toda a vida commercial, especulativa e social naquelles sertões” (HALFELD, 1860, p. 10).

chegar finalmente a Salgado ou Brejo do Salgado. Tratando-a como sede de uma paróquia, sujeita ao bispado de Pernambuco, com uma população de oito mil almas aproximadamente, mostra uma realidade bastante diferente de outras partes do sertão e das barrancas do São Francisco.

A prosperidade reina entre os habitantes de Salgado. Parece que vários deles possuem grande quantidade de escravos, e meu próprio hospedeiro tinha setenta. O bem estar condiz naturalmente à alegria, por isso, observei muito maior jovialidade em Salgado que outros lugares. Reúnem-se aí à noite para jogar cartas ou gamão. Fazia-se música, que não era má, e ensaiava-se mesmo, por ocasião da minha passagem, uma peça de teatro que deveria ser em breve representada. [...] o comércio de Salgado está ordinariamente em situação próspera [...]. A posição de Salgado não é unicamente vantajosa à agricultura e comércio, é também muito favorável à saúde. Como as águas do S. Francisco não se expandem pelos arredores dessa povoação, seus habitantes não estão sujeitos às febres que fazem tão cruéis destruições em outras localidades vizinhas do rio, e um autor respeitável afirma que se encontram em Salgado muitos centenários. São, sem dúvida, essas vantagens reunidas que atraíram tantos brancos a Salgado: já havia muito tempo que os não via em tão grande número (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 347-348).(Grifos nossos)

Também Spix e Martius (1981), vistos por Ramos (2008, p. 98) como “filhos do século XVIII, ou seja, “herdeiros das luzes” e da nova concepção de ciência e do racionalismo, da vontade de dominar a natureza e guardar registros dela”, quando estiveram em Salgado, relataram que, além de atividades médicas, não lhes faltavam agradáveis distrações, para as quais eram convidados pelos moradores do local.

Richard Burton, a respeito da realidade social e econômica deste lugar, foi outro viajante que tivera uma boa impressão. Já em sua chegada ao povoado, mandou seu cartão e as cartas de apresentação⁴ ao Tenente-Coronel Manuel Caetano de Sousa Silva e já notou a civilidade do local ao ver que as pessoas ali se reuniram para examiná-los com avidez (BURTON, 1977, p. 209).

Realmente, Brejo do Salgado parece ter vivenciado no século XIX uma importância econômica e política bastante distinta do que viveu Pedras dos Angicos. Isso a elevou à

⁴ Segundo Brasil (2009, p. 14), essa prática de ter cartas de apresentação era comum durante uma parte do século XIX, quando “os viajantes, mesmo os que desejavam ir para outras províncias brasileiras, detinham-se no Rio de Janeiro para obter licença e cartas de apresentação das autoridades e, em seguida, dar início às suas pesquisas”.

referência comercial e de poder em relação aos povoados da região. O inglês Richard Burton muito ressaltou a atividade econômica desta cidade. Segundo ele,

A cidade é sustentada pela corretagem e pelo comércio. Os “quadro-mãos” [referem-se ao que eles chamam de quadrúmano, sinônimo a caipira] dos arredores trazem-lhe muito pouco algodão, uma certa quantidade de rapaduras e cachaça, excelente fumo e gêneros alimentícios, especialmente arroz e mandioca, plantados nos tabuleiros que ficam além do vale do rio. Boas canos (sic) do melhor vinhático e tamboril, com mais de 39 metros de comprimento, custam em Januária 100\$000 e são mandadas rio abaixo, onde já falta de grandes troncos de árvores. As importações se fazem principalmente via Juazeiro, que os habitantes colocam à distância de 220 a 240, e não de 190 léguas; consistem sobretudo de secos e sal. Quem não visitou o interior do Brasil não pode fazer ideia da necessidade desse tempero para a prosperidade. (BURTON, 1977, p. 210).

Para ele, Januária também recebia do Rio de Janeiro, via Diamantina, quinquilharias e artigos de luxo; A Bahia fornece-lhe couros e sal, louça, munições e ferragens; de Goiás chegam gado e mantimentos, doces e queijos e um pouco de café e algodão. (BURTON, 1977). Ou seja, o local tinha uma atividade comercial bastante interessante, capaz de dinamizar o mercado de trabalho, numa diversificação da mão-de-obra local.

Halfeld (1860, p.10) notara aí próximo, no Porto do Salgado, “um dos portos à beira do rio S. Francisco, onde existe um commercio vivo e importante”, identificando, inclusive, os principais gêneros aí comercializados, tais como “farinha de mandioca e de milho, couros curtidos e crus de gado, veados e cabras, cachaça, rapadura em grande escala, fumo, assucar, marmelada, café, amendoim, louça da terra, gamellas, canôas, pouco gado vacuum”. Mostrando a salutar ação comercial para a região, nos relata que as principais ocupações presentes neste espaço eram junto à navegação, à pesca, à caça, sem contar com “ferreiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, funileiros e outros officiaes de maior importância”. Dito isso, pode-se perceber que a economia local era bastante promissora, inclusive para o surgimento de uma mão-de-obra diversificada. Carlos Lacerda, já em 1960, nos confirma tal situação, quando identifica em Januária a cidade do artesanato no São Francisco, com a presença de trabalhadores de diversas áreas, como “caldeireiros, ferreiros, cutedeiros, tecelões de teares à mão “de pau roliço armado ao tempo”; [...] fiandeira [...] para tecer os panos com que se veste grande parte da população”. (LACERDA, 1960, p. 77).

Tanto um autor quanto o outro, a partir do que percebe e descreve sobre este espaço, nos dá uma clara noção do que o próprio lugar significava para a mão-de-obra. Com um comércio ativo, exigia-se no povoado a presença de trabalhadores capazes de tornar o lugar num espaço onde se tinha serviços dirigidos à população local, mas também aos viajantes, tropeiros, comerciantes, navegadores que por ali passavam diariamente.

A importância econômica do povoado, neste sentido, caminha ao lado de uma importância social e política que Januária tinha à época. Não é por acaso que, em comparação com outros lugares, como São Romão e Pedras dos Angicos, Salgado crescera muito mais sob diversos aspectos. Dos três povoados, era o mais promissor, pois se Pedras dos Angicos era reconhecida pela sua pobreza, como veremos mais adiante, São Romão também não tinha grandes destaques à altura de Januária. Sobre este lugar, Richard Burton, em 20 de setembro de 1867, tivera uma má impressão da cidade, relatando que não havia “motivo para que o lugar seja tão miserável e o povo tão atrasado”⁵ (BURTON, 1977, p. 199).

A realidade de Januária em 1860 nos faz pensar que já naquele tempo o povoado podia contar com pessoas habilitadas a trabalhar com o ferro, criando produtos que os moradores e transeuntes precisavam. Contava ainda com sapateiros e alfaiates que vestiam as pessoas mais abastadas da região, ou ainda dos carpinteiros para a construção de portas, janelas e móveis em geral. A presença desses e outros trabalhadores aponta-nos para o sentido que Januária tinha neste período, não sendo apenas um lugar de passagem no trajeto do São Francisco, mas também uma referência regional de um lugar de “civilidade”, como dizia Burton.

Mudando agora o foco para a cidade de São Francisco, sobre sua realidade social e humana percebida pelos viajantes, já pudemos indicar que era um local menos desenvolvido que Salgado. Entretanto, as visões sobre este povoado são uma mescla de admiração, espanto e estranhamento. Admiração devido à beleza e agradável sensação ao avistar o local, em razão das pedras no seu cais principal dando a ideia de ser o fundamento ao qual está assentada a Igreja de São José, o cruzeiro à beira do São Francisco e todo o povoado. Espanto e estranhamento quando se se conhece de perto a sua realidade econômica e social. Ao ler os relatos nessas viagens, percebemos neles discursos múltiplos e polissêmicos, mas que de uma

⁵ Braz (1977) atribui a decadência de São Romão e de outros núcleos de povoamento à beira do rio São Francisco a três fatores principais: as enchentes de 1736-37, que arrasara com a economia local; a Conjuração do São Francisco, em 1736, que ; e ainda a descoberta de minas de ouro em Paracatu, estes dois últimos eventos contribuindo decisivamente no despovoamento da região. Carlos Lacerda, escrevendo em 1965, portanto, 12 anos antes de Braz, ressaltou que “a decadência dos povoados nesses sertões é uma coisa tão inexplicável como o aparecimento deles. Surgem, as mais das vezes, sem uma razão econômica apreciável, e extinguem-se sem se saber por quê. São Romão viu bem cedo passar a aura de prosperidade que algum dia a bafejou, e ia já desaparecendo mergulhada num torpor invencível” (LALERDA, 1965, p 75).

forma ou de outra se complementam, mesmo de forma contrastante, proporciona-nos uma visão, mesmo que externa ao objeto visado (já que são relatos de não-moradores do lugar), do que era a cidade de São Francisco.

Saint-Hilaire, ao chegar a Pedra dos Angicos, relatara que o povoado se ergue uns vinte pés acima do Rio São Francisco e que deve o nome de Pedras a rochedos⁶ que sustentam o tabuleiro em que foi edificada, e que se mostram à margem do rio, mostrando que a posição do povoado proporciona um ar agradável do que se vê na composição entre o rio e a vegetação. No entanto, o viajante apresenta ferrenhas críticas quando procura caracterizar a população desse povoado:

Quanto ao resto Pedras dos Angicos parece mais com uma aldeia de índios do que com uma povoação de homens de nossa raça. Em frente á plataforma construiu-se uma pequena igreja, em torno dela dispõem-se sem ordem umas vinte choupanas. Os habitantes dessa espécie de povoado passam os dias na miséria e na indolência, e morreriam de fome sem a pesca, que, nas margens do Rio São Francisco, é tão abundante (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 353-354). (Grifos nossos)

Desse relato é importante notar a importância que Saint-Hilaire dá à pesca na vida dos moradores dessa localidade, significando, aos seus olhos, a sobrevivência de todo o povoado, pois que o coloca numa posição de miséria, indolência e pouco parecido com a raça humana.

⁶ O engenheiro Halfeld relata tais rochedos assim: “o barranco do Rio fronteiro á Igreja é rocha, schisto calcareo argiloso (calschisto) e quartzito, a qual defende o terreno sobre o qual está edificado o arraial, da destruição causada pelas enchentes do Rio” (HALFELD, 1860, p. 9); Já Theodoro Sampaio o indica dessa forma: “O caes natural é, na verdade, uma maravilha. Um banco calcareo da altura de 12 metros, talhado a pique sobre as águas, e ao qual podem atracar as embarcações, quer em tempo de vasante quer de enchente, forma ahi uma verdadeira muralha, que as mais altas aguas não logram jamais assoberbar” (SAMPAIO, 1905, p. 76).

IMAGEM 01 – BARRANCA CALCÁREA EM SÃO FRANCISCO⁷



Barranca calcárea em S. Francisco

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. 1905. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*: trechos de um diário de viagem (1879-80).

A vista primeira do povoado, tanto Sampaio (1905) quanto Halfeld (1860) associam a estrutura rochosa à beira do rio São Francisco como uma proteção segura para enchentes, tão comuns em alguns períodos do ano. Este segundo viajante relata que as maiores enchentes do rio conhecidas ocorreram nos anos de 1833, 1837 e 1845, e que a Igreja ficou ainda cerca de doze palmos elevada sobre a superfície da enchente, bem como a maior parte do arraial, que nada sofreu. No entanto, com um olhar mais amplo sobre a história da cidade, é possível identificar grandes enchentes que afetaram o local, como a de 1979. Quanto ao Porto do Salgado e região, Halfeld notara que estava mais vulnerável às enchentes, relatando que “todos os edifícios do Porto do Salgado acumulados no vértice de uma linha curva quase circular do Rio, são expostos a repetidas inundações e destruição pela acção das enchentes” (HALFELD, 1860, p. 10) e que as maiores enchentes se deram ente os anos de 1792 e 1793. Com tal visão, na posição de engenheiro, apresentou nos seus relatos diversas sugestões para que as populações dessa região não sofram futuramente com as enchentes.

Adentrando ao povoado de Pedras dos Angicos, alguns viajantes se assustaram com a pobreza do local, não tão latente no povoado de Brejo do Salgado. Sobre as populações ribeirinhas, Martius, na posição de médico que era, ao lado do naturalista Spix, levava uma concepção negativa deste espaço, dizendo que “em geral, todos os ribeirinhos são de

⁷ No desenho feito no início do Século XX, é possível identificar a cruz, atualmente substituída por um cruzeiro menor construído com cimento, tijolos e uma cruz de ferro; a Igreja de São José, hoje Igreja Matriz de São José e a barranca calcária.

aparência menos saudável e vigorosa do que as robustas figuras dos sertanejos dos Gerais, e justificam o medo que têm os seus vizinhos de permanecer muito tempo à beira do Rio São Francisco” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 92). Apontara como uma das principais razões para as febres intermitentes tidas no local as exalações das terras inundadas, “sobreguadas” depois das enchentes que acometiam tais ribeirinhos.

Ao contrário destes viajantes, Richard Burton, em sua passagem pela futura cidade de São Francisco, constrói para si uma visão mais ampla tanto da estrutura do lugar como de sua população, relatando, inclusive, cenas e práticas do cotidiano dos seus habitantes, tais como as lavadeiras lavando roupa no rio, tropeiros cuidando dos seus animais ou ainda crianças brincando no rio ou com carrinhos de madeira. O comércio, mesmo que não tão ativo quanto o de Januária, é percebido nas atividades de três vendas onde homens jogavam no balcão, de dois sapateiros e de uma loja de secos que pareciam estar fazendo bons negócios,, sem contar com as canoas que vendiam melancias (BURTON, 1977, p. 206).

Halfeld, ao descrever a situação social da população encontrada no Arraial de São José das Pedras dos Angicos⁸, compartilha desta visão de que é uma região que vivencia problemas de ordem econômico-social. A impressão do viajante é pessoal e está carregada de uma incerteza expressa na palavra “parece” que precede sua ideia sobre o arraial. Segundo ele, “os habitantes deste arraial vivem em pobreza, sendo seus principais recursos e ocupações a criação, pesca e caça, menos a cultura, que não parece suficiente para alimentar os moradores do arraial, que neste sentido necessitam do recurso que vem dos rios Paracatú e Urucuia abaixo” (HALFELD, 1860, p. 9). Isso nos revela a diferença que o povoado tinha em comparação com Salgado. A pecuária, a pesca e a caça são, aos seus olhos, o meio de sobrevivência dessa população. No entanto, percebe no local trabalhadores e atividades produtivas que fazem parte do seu cotidiano, tais como a ocupação dos habitantes com a construções de barcos, feitos ou por encomenda ou por especulação. Alguns sapateiros e ferreiros também foram avistados pelo viajante. Não há, porém, em seus relatos sobre São Francisco, a presença da diversidade de trabalhadores encontrada em Januária como os alfaiates, carpinteiros, funileiros e outros oficiais.

⁸ São Francisco teve diversas denominações ao longo de sua história, sempre acrescentando termos ao nome anterior. Primeiramente, enquanto Fazenda fundada por Domingos do Prado e Oliveira, tivera o nome de “Pedras de Cima”, para diferenciar das “Pedras de Baixo”, como era conhecida a atual cidade de Pedras de Maria da Cruz; ora tivera o nome de “Pedras dos Angicos”; ou “São José das Pedras dos Angicos” (devido ao padroeiro da Igreja à beira do rio); depois “São Francisco das Pedras” e, finalmente, numa homenagem ao rio foi sacramentado o nome definitivo: “São Francisco”.

Theodoro Sampaio também tinha essa noção de que São Francisco trazia consigo um estilo de vida mais simples, com a mesma sina de um lugar pobre, como observou Halfeld. Para ele, a já existente cidade, emancipada em 1877, apresentava-se desta forma:

[Possuía] três ruas longitudinaes, algumas transversaes curtas, tortuosas todas por calçar, ou com um calçamento rudimentar apenas iniciado, 378 casas de feio aspecto, irregulares, mal construídas, uma população de 2.000 habitantes escassos, e muita pobreza, apesar de se nos dizer que o logar era bom, prospero e fadado a auspicioso futuro, eis o que era então novíssima cidade que tão gentilmente nos recebia (SAMPAIO, 1905, p. 76).

Vê-se, portanto, que o viajante tem uma visão mais otimista que outros que por aí passaram, como Saint-Hilaire, que a associava mais com uma aldeia de índios do que a um povo civilizado. É claro que já são outros tempos. O tempo que separa a passagem desses viajantes em São Francisco é quase 100 anos, mais especificamente 88 anos. Quando Theodoro Sampaio faz suas observações, São Francisco já era uma cidade emancipada, enquanto que em 1817, realidade ainda não existente quando Saint-Hilaire por esta região esteve, sendo o local visualizado apenas como um arraial dependente econômica, política e religiosamente de outros núcleos de povoamento. O que pode dizer é que São Francisco cresceu demograficamente. Saint-Hilaire não cita quantos habitantes encontrara em Pedras dos Angicos em 1817, nem quantas casas aí encontrou; no entanto, Halfeld cita que presenciou 95 casas e 500 habitantes, o mesmo número de Richard Burton em 1867; Já em 1905, Theodoro Sampaio contabilizou 378 casas e 2000 habitantes. Talvez pelo crescimento do lugar, este último relatara que disseram a ele que “o logar era bom, prospero e fadado a um auspicioso futuro” (SAMPAIO, 1905, p. 76), mesma concepção de Richard Burton, que expressara nos seus relatos: “saímos de lá [Pedras dos Angicos] convencidos de que lhe está assegurado um próspero futuro” (BURTON, 1977, p. 207).

O discurso contraditório e com ideias conflitantes é mais perceptível quando se referem a São Francisco, em comparação a Januária. Sobre esta última localidade, as falas dos viajantes são mais convergentes ao sentido de ser um lugar mais civilizado, o que não ocorre com Pedras dos Angicos, que ora é vista como um lugar de civilidade, ora como um lugar de pessoas ignorantes e pobres. Esta segunda visão, porém, é a mais comum entre os viajantes analisados, uma realidade que parece ter perpetuado por um bom tempo.

Lacerda (1965), ao interrogar um morador local quando por São Francisco passou, em 1964, coletou um depoimento que nos mostra que a cidade tinha crescido, sim, se compararmos com a realidade do lugar no século XIX, mas apresentava, ainda, muitos problemas de ordem estrutural, social e econômica: Ele escreve:

Interrogando um morador, colecionamos as seguintes respostas: “Não temos colonização nem irrigação, nem iniciativa participar, nem contato com os grandes centros de consumo, nem crédito agrícola, nem saneamento, nem açudagem. Nenhum produto agrícola é selecionado, nenhuma indústria possuímos, nenhuma associação. Temos inundações e secas. Na lavoura, vivemos de algodão, mamona, milho, mandioca, feijão, arroz, cana, frutas, como os índios. As pestes dizimam periodicamente 5% do gado. O ouro, que em Januária vale 23\$ por grama, vale em São Francisco \$10. A força elétrica é a vapor, à custa de lenha, como na grande maioria das cidades ribeirinhas. Não há crédito, nem agência bancária. Temos 82 estabelecimentos comerciais, sendo 10 atacadistas. Apenas dois com capital superior a 100 contos. No município, existem 40 receptores de rádio e 15 escolas. Dois médicos, um dentista, três advogados. As jagunçadas e distúrbios de facção, chefiados pelos mandões sertanejos, travaram o progresso da cidade (LACERDA, 1965, p. 76-77).

Com a citação deste depoimento, podemos entender a importância histórica dos relatos dos viajantes por nós analisados. Independentemente dos objetivos, metas ou anseios que os impulsionaram a adentrarem, por terra ou pelo rio, no sertão mineiro do São Francisco, é importante reconhecer que suas ações e escritos contribuíram decisivamente para um maior conhecimento da história e da realidade social e econômica destas cidades por nós analisadas, Januária e São Francisco. Esses homens e seus relatos são “produtos” de um determinado contexto. Pelo crivo da modernidade, expressaram valores e noções compartilhadas num tempo em que os reflexos das ideias iluministas eram presentes na Europa e também no Brasil. Olharam, portanto, para o homem da beira do rio São Francisco, não somente com os olhos do colonizador ou do imperialista, mas com os olhos do europeu racional que buscava mostrar ao mundo “selvagem” modos de vida e de organização social mais civilizados do que os existentes neste sertão.

Entender que a realidade vivenciada entre os ribeirinhos do São Francisco no século XIX era de pobreza, de dificuldades no que se refere à realização de atividades comerciais, ou ainda, de buscar a sobrevivência com seus trabalhos nos ramos da pesca, da caça, ou outras ligadas a aspectos do cotidiano, como ser sapateiro, ferreiro, lavadeira ou alfaiate, aponta-nos

para uma noção de que esses povoados estavam articulados a uma dinâmica comercial, social e política que vai além do que se via neste espaço.

Nesta direção, este estudo nos fez entender que, se quisermos tornar claro o que se vivia nesta região ribeirinha do rio São Francisco através das visões e versões dos viajantes do século XIX, como propomos no início, é preciso que nos debruçemos em pesquisas mais aprofundadas acerca das relações político-econômicas que os povoados de Pedras dos Angicos e Salgado teciam com os centros econômicos e de poder do Brasil daquele tempo. Talvez, dessa forma, possamos entender melhor o sentido (ou sentidos) da existência das ações, do trabalho e das atividades produtivas nesta parte do Brasil.

Referências

- BRASIL, Vanessa Maria. Tantas águas, quantas histórias, diferentes narrativas – o São Francisco dos viajantes Iniciando a viagem pelo rio São Francisco. **Textos de História**, vol. 17, nº 1, 2009.
- BRAZ, Brasiliano. **São Francisco nos caminos da história**. São Francisco: Lemi, 1977.
- BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Univeridade De São Paulo, 1977.
- MATOS, Vera Lúcia A. **Januária no tempo e ... no espaço**. 2 ed. Januária: S/ed., 1987.
- MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. **Revista História**. São Paulo, vol. 28, n. 2, 2009, pp. 621-643.
- PAULA, Andrea Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Espaços do sertão: ruralidades entre migrantes em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, norte de Minas Gerais**. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/6/1077.pdf>>; acesso em 20 mai 2011.
- RAMOS, Maria Augusta. O sertão mineiro nas observações de Spix e Martius. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. V, ano 3, n.º 1. Abril de 2008. Disponível em <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>; acesso em 19 mai 2011.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiana; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMPAIO, Theodoro. 1905. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)**. Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas. Disponível em < <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1905-rio>>; acesso em 15 mai 2011.

NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES NA THYSSENKRUPP METALÚRGICA (CAMPO LIMPO PAULISTA, 1960-2010)

Sheille Soares de FREITAS¹

sfsheille@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o interesse de discutir como certos sujeitos lidam com as relações de trabalho ao terem como expectativa transformarem seus modos de viver. Ao fazer isso, destaco a experiência de trabalhadores na ThyssenKrupp Metalúrgica Campo Limpo, ao rememorarem hoje suas práticas de meados do século XX, bem como as mudanças que empreenderam em suas vidas diante as relações de trabalho vivenciadas.

PALAVRAS CHAVE: Trabalhadores, ThyssenKrupp, Modos de vida

ABSTRACT

This article has the interest to discuss how certain subjects deal with labor relations in the expectation to transform their ways of life. In doing so, I highlight the experience of workers at ThyssenKrupp Metallurgical Campo Limpo, reminding today yours practices of the mid-twentieth century, as well as changes that they did in their lives on the working relationships they have experienced.

KEYWORDS: Workers, ThyssenKrupp, ways of life

Este texto expressa um incômodo com a frequência de certa movimentação dos trabalhadores pelos postos de trabalho no país. Uma prática percebida como relevante na produção de expectativas e mudanças no modo de viver dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea. Em particular destaco o processo vivenciado na segunda metade do século XX durante a expansão dos postos de trabalho nas cidades e nas indústrias que estarão se projetando nacionalmente.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Professora Adjunta do Curso de História, Doutora em História. Este texto resulta de pesquisa integrante do projeto “Nada enraíza num lugar só: memórias e globalização. Um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp – Campo Limpo Paulista/SP, Santa Luzia/MG e Ibitité/MG (1957-2009)”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Yara Aun Khoury, que conta com financiamento do CNPq através do Edital MCT/CNPq N° 14/2009 – Universal.

Com essa orientação de análise, considerei significativo observar a natureza dessa busca por transformar o onde trabalhar e viver. E para tal propósito, privilegiei certas relações envolvendo a empresa ThyssenKrupp Metalúrgica Campo Limpo, interessando sobremaneira problematizar os sentidos atribuídos às experiências e práticas de trabalhadores que vislumbraram nas relações com a ThyssenKrupp campos de possibilidade a serem conquistados.

Para essa reflexão utilizei entrevistas produzidas por outro pesquisador, membro do grupo de pesquisa, sendo que todas foram discutidas e problematizadas no coletivo. O intuito desse uso é partir da conversa estabelecida entre ele e o entrevistado, produzindo minhas interpretações desse processo dialógico de produção de memórias sobre a experiências desses trabalhadores (PORTELLI, 1996).

Para problematizar as interpretações construídas pelos entrevistados no projeto em andamento, considerei pertinente partir de uma menção significativa que a Thyssen Krupp tem na cidade de Campo Limpo Paulista, principalmente como sinônimo do desenvolvimento dessa cidade e campo de trabalho vislumbrado por muitos que se dirigiram a essa região, principalmente a partir do final da década de 1950.

Em homenagem feita pela Prefeitura de Campo Limpo Paulista em 2010 a proposta era indicar – enquanto sinônimo de crescimento conjunto com a cidade – o empenho individual e atuação de certos sujeitos da sociedade que, na avaliação da Administração Pública, tinham uma trajetória que apontava um perfil de conduta e de valorização de Campo Limpo, deixando em segundo plano os limites e contradições desse caminho de “progresso” produzido por aqueles que investiram e disputaram sua permanência na cidade. Destaco a seguir, trecho da apresentação da trajetória do senhor João Batista:

Nascido na cidade de Itatiba, em 1945, João Batista de Moraes cursou escola industrial e com ao 20 anos [sic] mudou-se para Campo Limpo Paulista em agosto de 1966. Ele veio em busca de emprego na metalúrgica Krupp, onde trabalhou como ferramenteiro. (PREFEITURA de Campo Limpo Paulista, 2010, p.8)

Nesse trecho, o destaque foi a iniciativa de ir para onde a metalúrgica estava, principalmente tendo cursado escola técnica, algo que para famílias de trabalhadores, aparecia como possibilidade de trabalho nas empresas automobilísticas que se implantavam no Brasil naquele momento, principalmente na região paulista. A presença da Krupp como referência é uma pista de como na década de 1960 a atividade metalúrgica estava ganhando lastro nas expectativas dos trabalhadores e nos investimentos municipais e federais diante as

multinacionais, a expansão das escolas técnicas, dos cursos do SENAI dentro das empresas etc. Contudo, essa não é a chave para os encaminhamentos dos trabalhadores, muito à revelia da expansão industrial, tiveram outras pressões para verem a região de Campo Limpo Paulista e Jundiaí como caminho de transformação dos seus modos de viver.

Do mesmo modo, outros homenageados de 2010 também são rememorados como parte dos que chegaram em busca de trabalho na Krupp, ainda que após esse primeiro impulso, muitos se destinassem a outras empresas e, até mesmo, mudassem de atividade profissional, indicando que o anseio não era pela empresa em si, mas pelos postos de trabalho que traduzissem moradia, alimentação, educação dos filhos dentre outras perspectivas de melhoria nas condições de vida.

Na entrevista com o Sr. André a reflexão sobre as andanças da família dialogam diretamente com a sociedade que fazem parte: atividades econômicas desenvolvidas, regiões com maior número de frentes de trabalho, notícias das condições de vida nessas localidades, parentes ou conhecidos que auxiliassem nessa proposta de mudança diante as pressões da sobrevivência que fazem outros caminhos serem tidos, ao mesmo tempo, como expectativa e necessidade.

Pesquisador: *Que cidade o senhor é?*

- Lá de Caldas [Poços de Caldas]. Nós viemos lá de Caldas, é a nossa cidade lá, né? Nós nascemos ...

Pesquisador: *Quando o senhor veio pra Jundiaí?*

- Nós mudamos pra cá em 52.

Pesquisador: *52?*

- É. 52. 52 nós mudamos pra cá. E aí, foi difícil a nossa adaptação ... O costume diferente e tal e coisa, né? Emprego! Também, naquela época, em 52, já era meio pesada a coisa, né? Pra emprego e tudo ... Naquela época eu tinha 16 anos, 14/15/16 anos, por aí, né? Certo? E aí, a gente trabalhou de servente de pedreiro – não tinha outro emprego. Aí, a gente enfrentava qualquer coisa, o que aparecia. Porque precisava ganhar dinheiro, precisava viver, né? Certo? Pagava aluguel, tudo. A família toda, a família grande: meu pai, os irmão, tudo, né?

Pesquisador: *Seu pai fazia o quê?*

- Meu pai era ... Meu pai?! Meu pai foi fabricante de vinho por 22 anos lá no Sul de Minas! [sorriso]. Depois nós mudamos pra cá, viemos pra cá pra trabalhar também como ... Em cantina de vinho aí. Mas não deu muito certo pra nós não, né? Porque as coisas é difícil, né? Você chegá num lugar aí onde você não conhece nada, você adaptar e tudo, embora fosse do mesmo ramo lá, né? Mas, você sabe como é que é? As coisas são diferentes e é difícil pra gente adaptar. Porque tem que contar com a sorte, eu acho que tem que contar um pouco com a sorte. Tudo vai contar com a

sorte e boa vontade em primeiro lugar, né? Porque sem boa vontade também não resolve nada, né? Se a pessoa não tiver boa vontade, num ... Entendeu? Aí não tem jeito, né? Certo? [risos]

Pesquisador: *O senhor lá em Minas trabalhava com vinho também?*

- Não. O meu pai fabricava vinho, nós trabalhava lá. O meu pai tinha lá uma lavoura de uva lá, e nós trabalhava na uva, né? Certo? Porque aquilo precisava cuidar o dia todo, né?

Pesquisador: *Vocês tinha propriedade lá?*

- É. O meu pai tinha uma chacinha lá, né? Depois ... Sabe o que aconteceu com nós? Aconteceu o seguinte. Nós era bastante irmão, certo? E aí ... [inaudível]

Pesquisador: *Pode falar.*

- E aí ... [inaudível]. E aí, um dia, de repente, meu pai deu com nós tudo criado e não tinha lugar pra trabalhar, entendeu?

Pesquisador: *Hum rum.*

- Aí, meu pai falou, “Quer saber de uma coisa, vamo vendê tudo e vamo embora.”. Naquele tempo o pessoal de lá ia muito pro Paraná ... E aí o meu pai falou, “Não. Nós vamos pra São Paulo.”.

Pesquisador: *Hum?*

- “Vamo pa São Paulo lá.”. E ... Até então já tinha um amigo do meu pai que tava por aqui, né? E ele era muito amigo nosso, e aí ele fez questão! ... Arrumou emprego pra nós aí tudo, gente muito boa, viu? Era amigo do meu pai e tudo. Então, trouxe nós pra cá. Ele que trouxe nós pra cá, isso nós agradecemos a ele. Ele já faleceu também, né? Mas ... Foi essa pessoa que fez por nós aí, né? Certo? Ajudou nós muito ... Porque se não tem a ajuda de alguém é difícil, viu? Né? Mesmo que a gente vai de um lugar a outro aí ... É difícil a gente, né? ... (André, entrevista realizada em 16/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

Jundiaí não se destacava apenas pelas indústrias metalúrgicas e de automotivos que se instalavam na região. A produção vinícola também era tida como possibilidade, e a família de seu André, apoiada por conhecidos na região, trouxe sua experiência com a uva no sul de Minas para o interior de São Paulo. Mesmo que, posteriormente, perante as urgências do aluguel e da família tiveram na solidariedade de amigos, nos trabalhos da construção civil, como também nas vagas da Krupp postos de trabalho ocupados e incorporados ao campo de possibilidades para permanecerem em Jundiaí, abandonando o propósito inicial de continuar com a produção e comércio do vinho.

Além disso, é perceptível como a prática dos trabalhadores do campo, da qual a família de seu André é representativa, também procuram novas regiões para produzirem e ampliarem suas atividades. Na segunda metade do século XX, o Paraná também era uma nova região onde se

promovia ocupação de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por isso também foi um dos pontos de movimentação de trabalhadores, como os conhecidos dos familiares do Sr. André.

Acredito que as decisões por mudança são práticas que se fazem diante a experiências de outros sujeitos, que servem de baliza para o onde ir, assim como para a segurança e apoio durante a nova empreitada, socorrendo-os na incerteza das mudanças. O amigo do pai de seu André não só acolheu a família em Jundiaí, mas também arrumou emprego e como ele mesmo destaca “se não tem a ajuda de alguém é difícil”, constituindo laços de solidariedade que merecem ser esmiuçados nas conquistas e perdas dos trabalhadores.

Telles (2005) discute estes preceitos ressaltando seu incômodo com as mudanças que garantem a permanência da desigualdade. Ao fazer isso resalta que há um desafio a se enfrentar quando se volta para as relações sociais na complexidade da produção globalizada, exigindo um olhar mais atento a esse viver urbano que não cabe nos enquadramentos até então formulados, ou em suas palavras formulações que “deslocam” o eixo de análise, exigindo de nós interpretar a dinâmica social onde ela se faz.

O fato é que estamos diante de mudanças e acontecimentos que desafiam os parâmetros estabelecidos de análise. Mas são tempos em que sobretudo são desestabilizados os parâmetros da crítica social, para além da denúncia das misérias do mundo ou do lamento nostálgico do que poderia ter sido e não foi, um verbo conjugado no futuro do pretérito. E sendo assim, ficamos como que desarmados diante de realidades urbanas nas quais vêm sendo tramados os rumos da modernização econômica – modernização seletiva como notam vários analistas, que fragmenta o território nacional entre ilhas de dinamismo e regiões descartadas ou excluídas dos circuitos globalizados (Araújo, 2000), que sobrepõe novas clivagens e diferenciações sociais às conhecidas desigualdades de renda (Bogus e Tachner, 1999), que redefine a cartografia da pobreza urbana e amplifica a crise social nas grandes cidades, ao mesmo tempo em que os espaços urbanos são crescentemente atravessados por ilegalismos de todos os tipos, para não falar da violência e seus impactos disruptivos nas sociabilidades cotidianas. Hoje, é quase ocioso lembrar os efeitos excludentes das mudanças em curso na economia e sociedade. Mas também é verdade que compreender a crise social estampada nas grandes cidades é um desafio que nos interroga quanto aos critérios capazes de conferir inteligibilidade e sentido às novas realidades que vêm sendo engendradas nesse processo. São mudanças que deslocam, desativam e, ao mesmo tempo, reconfiguram campos políticos, relações de força, atores coletivos e suas formas de expressão, formas de conflito e suas arenas. São mudanças de fundo que desfazem

ou deslocam o diagrama de relações que circunscreviam o espaço social (e o espaço da crítica) da questão urbana: trabalho, cidade e Estado, e a questão nacional (TELLES, 2005, p. 08)

A autora chama a atenção para o papel social de nossa produção, tendo que ultrapassar o interesse formador, ou de formulação de quadros da teoria. Acredito que o campo que está em disputa precisa ser evidenciado no processo contraditório das relações, caso contrário continuaremos a promover debates teóricos apartando da reflexão experiências de trabalhadores que formulam interpretações sobre o enredo histórico, relações de trabalho, mudanças no ritmo e na composição de forças no chão da fábrica, balizadas nas pressões que tem fora do trabalho e que de certo modo desromantizam a identidade operária e a requalifica como identificação de classe diante desigualdades e territórios comuns de lutas dos trabalhadores.

É nesse bojo de embates de produção interpretativa que analisar o processo de atuação dos trabalhadores da Krupp para além do período em que permaneceram na empresa se faz como desafio de investigação vendo como essa relação de trabalho fez parte das conquistas e perdas no modo de viver desses trabalhadores.

A notícia corrente de que a Krupp empregava jovens sem experiência, ou cursando desenho industrial, pois “formava seus próprios quadros” e pagava bem, fazia com que muitos familiares e amigos de trabalhadores fossem para Jundiaí, ou mesmo para Campo Limpo Paulista acreditando na vaga de trabalho e que assim poderiam materializar o anseio por melhorias no modo de viver.

Mesmo que o trabalho metalúrgico impulsionasse esse seguir para as regiões de concentração de empresas, seja se movimentando entre cidades vizinhas, seja indo para regiões mais longínquas, muitos se dirigiram para Jundiaí e Campo Limpo por diversas motivações e chegaram à ThyssenKrupp como mais um dos postos de trabalho possíveis a serem ocupados.

Pesquisador: *Como é que o sr. entrou na Krupp?*

- Ah, foi em 62. Eu entrei...(???)naquele... naquela tempo da revolução tudo, né? Entrei foi um amigo... foi quase um amigo que ajudo eu, chamava (xxx), falecido. Ele falo assim: tem um rapaz que ta desempregado, tal tinha o Clóvis, né? Tinha nascido o menino, aí, eu fiquei 4 mês parado. Ai ele... ele me... quer dizer, tipo...encaixou, né? Ajudo eu.

Pesquisador: *O senhor tinha saído da Sifco?*

- Não, fui mandado embora. Porque era assim: estabilidade, né? Chegava a estabilidade ele... se você... sei lá... tinha problema...que eu queria... melhora minha

situação. Deu problema com o engenheiro, num deu certo, né? Fui conversa com ele, nós nos desentendemos, aquele tempo era mei molecão, era meio... 25 anos, 26 anos... Ai peguei e sai, sai mandado embora, né? Ai fiquei uns 4 ou 5 meis parado. Ai, entrei na Krupp.

Pesquisador: O senhor fico na Sifco quanto tempo?

- Ahm?

Pesquisador: O senhor fico na Sifco quanto tempo?

- 10 anos.

Pesquisador: 3 anos?

- 10.

Pesquisador: 10?

- Era Agrícola...

Pesquisador: Senhor entrou com 15, então?

- Não, entrei com 18, 17 anos.

Pesquisador: E antes o senhor trabalhava...

- Agrícola, trabalhava com enxada, fazia enxada, parafuso.

Pesquisador: E antes da Sifco?

- Ah, eu vim do interior.

Pesquisador: Onde o senhor nasceu?

- Eu nasci em Indaiatuba.

Pesquisador: Indaiatuba? E de lá o senhor veio pra Jundiá?

- De lá, meu pai foi andando pro...que era tempo de...era...vamos dizer assim, das fazendas, né? Daí fomo pra Itupeva, aí em Itupeva, meu pai... meu irmão teve olaria, né? Nós tinha...a olaria era...Meu irmão arrendava, né? Ai, meu irmão casou, ficou eu, meu pai e minha irmã e viemo pra cidade.

Pesquisador: Pra Jundiá?

- Pra Jundiá. A gente morava na Vila Progresso. Moro até hoje lá, né? A... sim, sim, estou lá há quase 56 anos, que eu estou lá. Jundiá...

Pesquisador: Mas na mesma casa?

- Não, não. Eu morei na Fernando Arens, daí quando eu... meu pai... Aquele tempo era aluguel, né? Aluguel... Daí fui pra rua República, da rua República, eu casei, Emile Pilon. Hoje, tô onde eu moro, na Américo Faria.348. E eu tô lá até hoje.

Pesquisador: Ai, o senhor falou que no início o senhor pegava trem pra ir pra Krupp?

- A Krupp...Não. Os ônibus passava nos bairros, né? Pegava nós, levava até a estação. Na estação, que hoje é terminal, né? Pegava o trem, ia de trem pra Krupp.

Pesquisador: Mas, pegava o trem em Jundiá...

- É...era um trem especial pra nós.

Pesquisador: Um trem da Krupp?

- Não. Eu não sei como que era feito aquilo, sabe? Era contrato que tinha com a... com a ferrovia, né? Nós chegava lá de trem. Era trem...

Pesquisador: O senhor lembra o horário disso? Como é que era? O senhor saía de casa que hora...

- Eu lembro. Opa! Nós saía... nós levava... ônibus passava 4 e 10 nos bairros. Pra entrar 6 e 15.

Pesquisador: Ai, o senhor chegava na estação, pegava o trem...

- Não, ahm... Os ônibus passava nos bairros, né? levava na estação e nós ia de trem. Chegava lá, lá tinha uma plataforma, nós descia, vinha direto, pra nós da Krupp. (José, entrevista realizada em 27/12/2008, por Rinaldo J. Varussa)

Esse caminho de experiência operária é construído pelas pressões da sobrevivência, lidando com as relações de poder no trabalho e aprendendo com elas, valorando que nem sempre as confrontações permitem avançar diante as dificuldades, como no relato de seu José sobre sua saída da SIFCO. O campo de relações trabalhistas não tem como valor a menção de ser mandado embora por desentendimentos, por isso o pesar de seu José ao rememorar sua passagem pela SIFCO, colocando para si a condição de “mei molecão”, amortizando em parte o peso da relação de exploração a qual não se sujeitou naquele momento.

Os entrevistados destacam uma atuação diferenciada quando estão solteiros da que possuem quando já estão casados, avaliando que as pressões da manutenção da família fazem com que atos como o vivido pelo seu José sejam medidos e temporizados quando se pode. Em situações de greve, esse é um apelo que chega ao seu extremo e traz grandes divisões entre os trabalhadores.

O Sr. Flávio, outro profissional que atuou na Krupp, não teve somente essa experiência de trabalho, destaca em sua trajetória as pressões por ajudar em casa, indicando em que terreno de relações cresceu e conviveu com o trabalho:

Pesquisador: E a Giacomi foi seu primeiro emprego?

- Bom, de metalúrgica sim. Só que antes desde dez anos, antes não tinha trabalho escravo, dez anos eu já trabalhava em armazém é... Teve uma zorra de emprego só que não era registrado, que ganhava o dinheirinho e assim pra mãe, na mão. Hoje não é mais isso, quem ganha, ganha é pra ele, a família fica vendo, não é isso? Eu senti isso. Meus dois menino sempre trabalharam, nunca deram comida em casa, porque eu não quis pegá! Guarde pra vocês, mas comigo não foi assim, era o dinheiro pra mãe.

Pesquisador: O senhor então da Kialva foi pra KRUPP?

- Da Kialva fui pra KRUPP.

Pesquisador: *E porque o senhor optou por ir pra KRUPP?*

- Porque era uma firma maior, melhor, e certeza de trabalhar o mês inteiro e receber o pagamento, porque lá não era.

Pesquisador: *Na Kialva?*

- Três, quatro, cinco mês atrasava demais o pagamento! Eu era solteiro, então me aguentava né?

Pesquisador: *Quantos anos o senhor tinha quando foi pra KRUPP?*

- 22, eu sou do dia 31 do 12 de 49, entrei lá dia 25 de Fevereiro de 72, 22 anos.

Pesquisador: *Então o senhor casou quando tava trabalhando na KRUPP?*

- Em Dezembro, em 16 de dezembro do mesmo ano eu me casei. Daí passei a morar aqui. Antes eu morava lá perto do Morando, lá em Jundiainópolis. (Flávio, entrevista realizada em 15/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

O Sr. Flávio, hoje indenizado por um problema de audição adquirido na Krupp, com perda total de audição de um ouvido e perda de 80% do outro, está aposentado e rememora o trabalho como prática que desde criança fez parte de sua trajetória, por precisão, o que denominou como “dinheiro pra mãe”. Mas, se refaz desse lugar social, quando ressalta que seus filhos não precisaram agir dessa forma, pois ele teve condição de manter a casa e o que eles ganhavam pode ficar para eles. Quando faz essa junção de tempos o Sr. Flávio indica o que transformou na sua condição de trabalhador, a possibilidade de ampliar as expectativas dos filhos e sair da condição de extrema necessidade na qual cresceu, tendo que trabalhar para ajudar no sustento da família, ao invés de estudar.

Ao mencionar sua “escolha” pela Krupp enfatiza o pagamento em dia. Além disso, o porte da empresa traduzia segurança aos trabalhadores no sentido de não fechar de um dia para outro e ser uma empresa de referência no mercado, o que até certo ponto também lhes garantia certo prestígio nas disputas por melhores salários e na expectativa de ascensão na carreira. Algo que para o Sr. Flávio não se deu com tranquilidade, mas que não o impediu de ser relevante em determinado setor e em determinadas atividades. A construção das relações de poder não se faz apenas por via da qualificação externa e pelo estudo, mas também pelo conhecimento acumulado que o trabalhador tem para utilizar a seu favor em momentos de pressão, dando visibilidade à sua capacidade e reconhecimento merecido por sua habilidade, precisão e relevância na cadeia produtiva da empresa.

Pensando um pouco mais sobre essa questão, o Sr. André enfatiza o lugar de destaque da Krupp, valorando a sua presença na firma naquele momento, “Na época, em 1962, era considerada o maior forjado da América do Sul, né? Naquele tempo não tinha aqui ... Só tinha a Krupp mesmo aqui na América do Sul”. Uma referência que traz junto sua habilidade de

aprender no trabalho, o que denominou como “dom”, mas que apresenta também o interesse e necessidade do trabalhador em permanecer na empresa, sabendo também que a mesma não dispunha de trabalhadores especializados no mercado e teria que construir dentro da fábrica o seu profissional, uma realidade que ao longo das décadas foi sanada e serviu como pressão para demissões, readequações salariais e alterações na produção. (André, entrevista realizada em 16/09/2010, por Rinaldo J. Varussa).

Essas considerações foram compartilhadas com outros trabalhadores que viam nessa amplitude da indústria a garantia de trabalho diante necessidades, ou ainda, pelo retorno em momentos de aumento da produção e vivência do desemprego. Há algumas práticas que merecem ser analisadas mais de perto, como a formulada pelo Sr. André ao mencionar como lidou com o trabalho metalúrgico:

Eu entrei lá como aprendiz e aí a gente foi aprendendo com as pessoas na base da curiosidade, a gente foi indo, foi indo, foi indo, entendeu? E foi passando a conhecer. Ai depois, a gente dali a gente foi pra outros lugares, deixei de ser metalúrgico alguns tempo e depois voltei outra vez[...] (André, entrevista realizada em 16/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

Hoje aos 74 anos o Sr. André avalia que esse foi um investimento importante que não garantiu a permanência na Krupp, já que sua presença na empresa foi de 1955 a 1963, mas lhe possibilitou um saber que lhe garantiu empregos futuros em outras metalúrgicas como na SIFCO Jundiaí, onde trabalhou de 1966 a 1980. Um aprendizado produzido no trabalho, que muitas vezes não permitia o aprimoramento em escolas técnicas pelo número de horas a ser trabalhado, exigindo que a qualificação fosse feita no lidar com as máquinas e rotina de reparos e ajustes para a produção, com o menor número de refugo possível².

Tentando caracterizar o enredo desse momento de meados do século XX, o Sr. André recompõe o que, na sua avaliação, seriam motivações para a expansão de indústrias no Brasil, trazendo uma relação de mercado que sugere a natureza desigual das práticas de globalização, em busca de mão de obra barata e controle do mercado, não se restringindo a fronteiras e partindo em direção aos países em processo de industrialização, que lhe oferecessem menor resistência burocrática e trabalhista:

² As peças descartadas ou que precisam de um novo reparo são caracterizadas como refugos da produção, muitas vezes descontadas do rendimento dos trabalhadores daquele setor.

O Brasil cresceu muito nessa parte por causa do tamanho do país; e também por causa da procura, né? Certo? Porque os estrangeiro vieram muito pra cá. Sabe por quê? Mão-de-obra barata. Entendeu? Então foi ... Até hoje tem algumas firmas vindo pra cá por causa da mão-de-obra que é barata, certo? Você vai ver na Alemanha, o salário base lá é 24, não sei o que marco. O salário base. O nosso aqui, na época ... Até pouco tempo era dois e pouco a hora trabalhada, né? Dois e uns quebrado. Então lá, na Alemanha, era muito, certo? Eles não tem como abaixar o salário, eles deixaram subir muito o salário lá, não tem como abaixar. (André, entrevista realizada em 16/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

Mesmo deixando claro que reconhecia a desigualdade presente na “escolha” pelo Brasil, o Sr. André ainda destaca que a fama da Krupp se mantinha porque mesmo nessa proposição de baixos salários - “mão de obra barata” - conseguia oferecer melhores condições de trabalho e salário do que grande parte das empresas do momento. O que permite inferir que as relações de trabalho nesse momento histórico caracteriza um universo limitado de possibilidades para grande parte dos trabalhadores brasileiros, indicando uma condição de classe demarcada pelo sobretrabalho (MARX, 2003, p.147), com aceitação de cumprimento de horas extras, abandono de estudos para o trabalho e exercício de diferentes atividades para complementar a renda familiar, caracterizada pela baixa remuneração.

André: Era uma das firma que mais bem pagava na região, na época, entendeu? Todo mundo queria trabalhar lá, porque o povo pensava que tinha bom salário, certo? Eles tinha restaurante de comer lá dentro da firma, entendeu como que é a Krupp? Eles tinha até bar/lanchonete lá dentro! A Krupp tinha lá dentro. Que isso aí o pessoal ia ... Por exemplo, eu tava trabalhando aqui, dava vontade de tomar uma coca-cola, eu ia lá tomar no bar lá, né? Certo? ... Comer um lanche ou qualquer coisa lá, entendeu? Dava fome, ia lá pegava um lanche e comia. Então, tinha ... Cada setor tinha um barzinho, né? E aí isso aí foi por muitos anos. Mas desde o princípio da Krupp, né? Depois o restaurante também lá. Praticamente, se nós quisesse morar lá dentro da firma podia entrar (risos). Só vinha em casa pra dormir, né? Porque lá tinha tudo lá dentro, né? Assistência médica. Era uma bagagem enorme lá da firma, era uma grande indústria, né? Inclusive, até no ano que ela fez, eu não me lembro o ano que foi ... mas sei que ela fez lá 150 anos de existência da indústria Krupp

Pesquisador: Hum rum.

André: 150 anos. Então, equivalente a esses 150 anos, o Fred Krupp, que era dono da Krupp, ele distribuiu 150 máquinas pa cada operário na época, como prêmio pelos 150 anos da firma.

Pesquisador: O senhor tava lá?

André: Eu recebi aquele prêmio.

Pesquisador: Ah.

André: Eu tava lá e eu recebi aquele prêmio. Que dava, na época, 13 mil e poucos cruzeiro, na época entendeu? E eu recebi esse prêmio.

Pesquisador: Quê que dava pra comprar com isso?

André: Ahn?

Pesquisador: O quê que dava pra comprar com isso?

André: Ah. Não dava pra comprar muita coisa, mas não deixou de ser um bom prêmio, entendeu? Pra nós aí, que nunca tinha visto essas coisas na vida, né? Aquilo pra nós foi muito bom, entendeu? E aí, a gente trabalhava, tinha liberdade, fazia uns horários meio duro, né? Porque eu fazia uns horários meio duro lá, né?.

(André, entrevista realizada em 16/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

Nem sempre os entrevistados confirmam as expectativas de seus entrevistadores. Quando o Sr. André menciona o prêmio dado na comemoração de aniversário da Krupp, o que vale não é a quantia, mas o diferencial que isso significava nas relações de trabalho mantidas até então “Pra nós aí, que nunca tinha visto essas coisas na vida, né? Aquilo pra nós foi muito bom, entendeu?” A crença que a grande produção e amplitude de atuação da ThyssenKrupp lhes garantiriam uma boa referência no mercado de trabalho, principalmente convivendo com o seu aparato interno, de lanches, transporte, premiações, de certo modo procurava esvaziar o rigor no horário e no cumprimento da produtividade. Mesmo com área livre de lanche, sabemos que a urgência da produção não permitia a tranquilidade de interromper a produção a qualquer momento. Os encarregados de seção, a chefia imediata tornava esse livre bem mais relativo do que é apresentado como novidade nas relações de trabalho pelo Sr. José e pelo Sr. André. É possível que ao realizar a entrevista procurassem valorizar a empresa tentando dessa forma se valorizar naquele processo. Entretanto, há outros momentos em que deixam claro o quanto era limitado o desfrutar dessas “vantagens” que só a Krupp tinha naquele momento. O Sr. Flávio é um trabalhador que sabendo dessa realidade, tenta valorar na empresa os seus interesses e os interesses da Krupp, sendo um funcionário formado na fábrica, mas que teve que lidar com os limites da ascensão na carreira, desfrutou dos ganhos acumulados pelas lutas dos trabalhadores e pelo seu empenho particular:

Bom, no começo... no começo... é... eu trabalhava quinze horas, entrava uma e meia em serviço e saía cinco da manhã, ia pra casa dormia um pouco, voltava entrava uma e meia e saía cinco da manhã, então foi muito, muita hora, as vezes tinha mês que fazia mais hora extra do que normal. Então quer dizer isso aí era um ganho muito grande, e aonde a gente foi conquistando e guardando e chegamo a hoje né?

Mas, assim, sempre como operador de máquina! (Flávio, entrevista realizada em 15/09/2010, por Rinaldo J. Varussa)

Este trabalhador em 2010 estava com 60 anos, destacando na entrevista o modo contraditório de lidar com as relações de trabalho e com a sua perda auditiva, as horas extras que realizou no início da carreira foram importantes para construir o que elencou como “conquistando e guardando e chegamos a hoje”, sugerindo que em um primeiro momento elas foram aceitas e até almejadas como possibilidade de aumentar seus ganhos. O que, posteriormente, com os filhos crescidos, não fazia tanta questão, a não ser em momentos de grande pressão, pois como ele mesmo destaca a empresa passou e a família tinha nos finais de semana o momento para que ele estivesse presente, o momento para os filhos era aquele.

Essas contradições que remontam ao modo de viver dos trabalhadores indicam mudanças nos padrões e experiências desses sujeitos, mas também impõe à academia mudanças no trato da realidade social. Munakata (2009) mencionava o quanto o apego a certas explicações conceituais, em seus termos, filosóficas, aprisionavam certas interpretações, ou mesmo nem permitiam vislumbrar práticas e experiências. Ao fazer essa ponderação o autor contribui por instigar a permanência mesmo na academia da relação com o vivido, com a cidade, com as questões que são formuladas nas relações e não nas teorias. Foi com esse estímulo que esse primeiro ensaio de questões foram produzidas e socializadas nesse texto, deixando antever as várias vertentes ainda a serem aprofundadas e polemizadas com a literatura acadêmica.

Encerro este texto com a formulação de Telles que aponta como questão o quanto precisamos assumir que é preciso construir novos caminhos interpretativos sobre o viver e o trabalho:

Mas então é preciso reconhecer que isso muda tudo nas relações entre trabalho e cidade, de tal modo que os pares conceituais que antes pautavam o debate sobre a “questão urbana” – produção e reprodução da força de trabalho, exploração e espoliação urbana, contradições urbanas e conflito de classe – ficam deslocados em um cenário que as formas do trabalho implodem, seja no registro de um trabalho que se descola dos dispositivos do trabalho concreto, seja no registro do trabalho precário, intermitente, descontínuo e que torna inoperantes as diferenças entre o formal/informal, seja ainda nas multidões dos sobrantes que se viram como podem, transitando entre as improvisações da vida cotidiana, expedientes diversos nas franjas do mercado de trabalho e as miríades de programas sociais voltados aos “excluídos”. É uma situação que está a exigir um giro em nossas categorias, de modo a construir um plano de referência que permita colocar em perspectiva e figurar esses processos, recolocar os problemas, pôr outros tantos e perceber, nas

dobras das redefinições e desagregações do “mundo fordista”, outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsação do mundo social.
(TELLES, 2005, p. 10)

Com esse encaminhamento, de desapego de explicações estruturais do mundo do trabalho, o enfrentamento está em debruçarmos sobre o campo de atuação dos trabalhadores, construindo espaços de resistência e de confrontação no trabalho e nos modos de viver.

REFERÊNCIAS

- MARX, Karl. Capítulo VII – A Taxa da mais valia. In: **O Capital**. 9ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1.
- MUNAKATA, Kazumi. Minhas experiências e práticas com as noções de experiência e prática: da consciência filosófica ao senso comum. **Educativa**, Goiânia, n.1, p. 31-71, jan./jun.2009.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 01, n. 02, 1996.
- PREFEITURA de Campo Limpo Paulista. **Medalha do Mérito Municipal**. Campo Limpo Paulista, 2010, p.8.
- TELLES, Vera S. Trabalho, cidade, Estado: referências (desfeitas) de um debate. In: **Debates: a cidade como questão**. Com pequenas alterações de revisão, esse texto foi publicado in: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 35-64.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LIBERDADE E PODER NOS ÚLTIMOS ESCRITOS DE FOUCAULT

Aruanã Antonio dos PASSOS¹

aruanaap@yahoo.com.br

RESUMO: O tema da liberdade nos últimos escritos de Michel Foucault é amplo e complexo. Busca-se compreender o modo com que Foucault reestrutura sua concepção de poder a fim de buscar as possibilidades de constituição de uma ética capaz de produzir sujeitos livres. Para tanto analisaremos, principalmente, a *História da Sexualidade* (I, II e III) e o curso *A Hermenêutica do Sujeito*. Dessa forma realizaremos uma análise nos escritos do “último Foucault” capaz de perceber a inflexão que tornou necessária uma mudança em seu projeto inicial, buscando ainda mapear a problemática enfrentada pelo filósofo e o modo com que ele reestrutura esse projeto. Ainda procuraremos compreender o lugar da liberdade, analisada por Foucault de modo significativo através do “cuidado de si”, e em que medida essa liberdade resulta de novas perspectivas que surgem na sua definição do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault, poder, liberdade.

ABSTRACT: The theme of liberty in the later writings of Michel Foucault is broad and complex. We seek to understand the way that Foucault restructures its conception of power in order to seek possibilities for establishment of an ethics capable of producing free subjects. For this purpose we will analyze mainly the *History of Sexuality* (I, II and III) and course *The Hermeneutics of the Subject*. Therefore we will carry out an analysis on the writings of "last Foucault" able to perceive the intonation that made necessary a change in its initial project, aiming to map the problem still faced by the philosopher and the way it restructures the project. Also try to understand the place of freedom, Foucault analyzed by significantly through "self care" and to what extent this freedom results from new perspectives that arise in their definition of power.

KEYWORDS: Michel Foucault, power, liberty.

¹ Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Jussara. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Este texto é integrante de pesquisa institucional intitulada: “Totalitarismo e biopoder: figurações da violência em Michel Foucault e Hannah Arendt”.

a) Localizando o problema: a questão do poder.

De um modo amplo, temos que a organização social segundo Foucault é regida pelo exercício do Poder. Mas, em que consiste esse poder? O primeiro caractere seria de que ele está em toda parte e em nenhuma parte, ou seja, é a sua prática que o constitui enquanto tal. Assim, “o” Poder é normalização, e a sua contrapartida reside no fato de que é o conjunto da sociedade que coloca constantemente em ação este mecanismo e que, portanto, produz a separação entre normal e anormal, sadio e patológico, o central e o marginal.

Desse modo, é que assumirá importância no projeto foucaultiano de análise as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, nessas relações em que somos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Assim, a necessidade de Foucault de dobrar (inflexão) o procedimento genealógico a uma nova necessidade teórica e política nasce da constatação de que “talvez ele tenha percebido um certo equívoco (...) não estava ele preso nas relações de poder?” (DELEUZE, 2006, p.101).

Claro está que Foucault caracteriza o poder não como uma “entidade” superior e externa aos homens que se efetiva a partir de um lugar identificável. Ao contrário, para o pensador francês, “o poder não é um ser, ‘alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que se deixa escapar’. É o nome atribuído ao conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (...)” (LEBRUN, 1985, p.20). Ele está em toda parte e em nenhuma parte. Ou seja, apenas podemos vê-lo nas práticas efetivadas nas diversas relações em sociedade. E nestas relações de poder não existe “oposição binária entre dominantes e dominados” (LEBRUN, 1985, p.20), os efeitos de poder fluem através da normalização e disciplinarização da sociedade para além das leis instituídas pelo corpo jurídico (aparelho de Estado). Nem repressão, nem ideologia. Assim, “o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”, o que o caracteriza enquanto poder transitante pelos mais diversificados interesses e causas em sociedade.

No entanto, como observa Roberto Machado: “A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos (...)” (MACHADO, 1992). Já na *História da Sexualidade* encontramos o chamado “último” Foucault. Não apenas o Foucault dos processos de subjetivação, mas o Foucault do poder e seu confronto/contestação/resistência na constituição de sujeitos livre e éticos.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. (...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias de sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2006, p.102).

De forma mais geral as obras de Foucault que se remetem ao poder exploram “as modalidades segundo as quais o homem ocidental constitui-se em objeto de conhecimento num campo de poderes ou com relação com uma 'vontade de saber' moral” (REVEL, 1993, p.339). Assim, também a rejeição é produzida e não encontrada ao natural como um elemento do próprio mundo e “uma vez que só pode falar a linguagem da alienação, a psicologia, portanto só é possível na crítica do homem ou na crítica de si mesma” (FOUCAULT, 2005, p.522). Por isso:

Nunca a psicologia poderá dizer a verdade sobre a loucura, já que é esta que detém a verdade da psicologia. E, contudo, uma psicologia da loucura não pode deixar de ir ao essencial, já que se dirige obscuramente para o ponto onde sua própria corrente e encaminha-se para estas regiões onde o homem relaciona-se consigo próprio e inaugura a forma de alienação que o faz tornar-se homo psychologicus. Levada até sua raiz, a psicologia da loucura, seria não o domínio da doença mental e conseqüentemente a possibilidade de seu desaparecimento, mas a destruição da própria psicologia e o reaparecimento desta relação essencial, não psicológica porque não moralizável, que é a relação da razão com a desrazão (FOUCAULT, 1975, p.85-6).

Há processos de constituição do dentro e do fora, do centro e das margens, por isso, uma investigação como a levada a cabo por Foucault é histórica, ela se volta para o que é efetivamente dito e o efetivamente feito, se volta para as práticas de constituição de um determinado campo de saber. A fenomenologia é levada ao universo da prática. Foucault se volta então para as raízes históricas (sociais e culturais) da doença e da sua constituição enquanto objeto do saber buscando o devir de um processo patológico que não é totalmente

autônomo, é social, prático, portanto efetivo. A fenomenologia não podendo dar esse “salto” acaba por encontrar na ontologia a sua maior ferramenta em busca de sustentação e para a fenomenologia a história não é factual. Esse conjunto de afirmações nos leva a uma importante questão colocada pelo próprio Foucault. Que consiste na seguinte indagação: como a doença se tornou um desvio?

Partimos do princípio de que para Foucault os objetos são sempre dados pela prática. Portanto o lugar das ciências humanas e da possibilidade do seu conhecimento só pode se dar historicamente e nesse sentido deve haver a inevitável superação do prejuízo daquilo que está dado, *o antropos*, o homem. Ao questionar a própria existência do homem – enquanto objeto de conhecimento, sendo diferente do homem do renascimento – Foucault questiona não apenas o objeto das ciências humanas, mas a própria possibilidade de existência e afirmação do conhecimento das chamadas ciências do homem, sendo que esse objeto é a própria objetivação das práticas. Desse modo, é que assumirá importância no projeto foucaultiano de análise das relações que temos com a verdade por meio do saber científico, nessas relações em que somos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Assim, a necessidade de Foucault de dobrar o procedimento genealógico a uma nova necessidade teórica e política nasce da constatação de que apenas a morte do sujeito é que torna possível uma história efetiva do sujeito de conhecimento (BENATTI, 2000, p.19-20): “a ‘historia efetiva’ se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada do homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles” (FOUCAULT, 1992, p.27-8). Não à toa os objetos não são em Foucault constituídos historicamente, porque isso significa no limite voltar a acreditar no objeto, sendo que o sujeito não nasce e se transforma historicamente. Do mesmo modo a psicologia e todo seu instrumental não podem dizer a verdade sobre a loucura, porque é na relação entre o saber e o objeto que se constituirá de modo tênue a “(...) sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 1992, p.7).

No entanto, para chegar a tal ponto de inflexão entre o sujeito do conhecimento e o objeto do saber das ciências humanas, Foucault analisou a experiência da psicologia de modo cuidadoso e particular. O ano de 1957 marca um momento importante na análise foucaultiana do saber. Além de sua libertação e negação da ontologia, 1957 delinea a publicação de *Doença Mental e Psicologia*, um prelúdio das reflexões de Foucault que encontraremos na sua tese, *A História da Loucura* (1961). Esse período (os anos 1960) também caracteriza, grosso modo, o momento arqueológico do pensamento foucaultiano. Mas, há no posicionamento arqueológico uma modificação em relação, por exemplo, a uma obra muito criticada e ao

mesmo tempo muito importante para a discussão do saber-poder e de um modo geral, da própria possibilidade do conhecimento. Trata-se de *As Palavras e as Coisas* (1966) e que altera o estatuto dado à descontinuidade, e a ruptura é instaurada porque o pensamento e o até então impensado, se encontram no espaço em comum da descontinuidade, no limiar da sua própria temporalidade².

É a quebras entre duas epistêmês, a descontinuidade entre a epistêmê clássica (da representação) e a moderna (da história), que nos demonstra a transformação, uma transformação sobre a ontologia. Em *As Palavras e as Coisas*, há simplesmente a ruptura, o limiar de uma positividade que faz possível um pensamento. O pensamento clássico, onde algo como o homem estava aluído em empiricidades diversas (a vida, o trabalho, a linguagem) e que lhe davam a identidade e a forma, era seu espelho. Esse período marcado pelo conhecimento através da representação das coisas numa ciência geral da ordem (mathésis) da classificação e da natureza do objeto (matemática, física, astronomia) era o pensamento da gramática geral, da análise das riquezas da história natural: mais que o tempo próprio das coisas que regia o saber era sua ordem. A ruptura, o acontecimento radical na ordem do saber se dá entre os séculos XVIII e XIX, quando a representação das coisas não consegue mais suportar suas temporalidades e o pensamento, deixando de lado a mathésis que o ordenava passa a se voltar a sua própria historicidade. O tempo que atravessa a vida, o labor e a linguagem, faz aparecer um homem surge da consciência de si um homem que não cessou de procurar em sua vida, em seu trabalho e na sua linguagem a origem fundamental de seu ser (*dasein*), e que, por fim, descobriu-se não o ser a partir do qual ele é³.

O pensamento moderno encontrou espaço quando passou a pensar a si próprio em termos históricos, quando, colocando o tempo como limite do pensável, fez nascer um ser finito: o homem, definido pela finitude das atividades que constituem a sua ação e história:

² O que abriu espaço para sérias críticas em especial por parte de Jacques Derrida, mas também de Carlo Ginzburg. Este último chegou a considerar que devido a esse espaço vazio do descontinuo o ponto sobre o qual se sustenta a pesquisa de Foucault não existe, não pode existir. Nas palavras do historiador italiano, “é no irracionalismo estetizante, portanto, que vai desembocar essa linha de pesquisa”. In: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.17.

³ Foucault faz referência mais especificamente sobre essa relação de tempo, sujeito e objeto do saber, em especial, ao momento de mudança no pensamento clássico em que através da “consciência” da finitude é que o homem pode tornar-se objeto e cada vez mais “centro” do saber. Isso ocorre através não mais da leitura de mundo do mundo pelo viés da eternidade, mas agora por uma perspectiva histórica. Assim, “em outros termos, para o pensamento clássico, a finitude como determinação positivamente constituída a partir do infinito explica essas formas negativas que são o corpo, a necessidade, a linguagem, e o conhecimento limitado que deles pode ter (...)”, sendo que, “quando os conteúdos empíricos foram desligados da representação e envolveram em si mesmo o princípio de sua existência, então a metafísica do infinito tornou-se inútil; a finitude não cessou mais de remeter a ela própria (da positividade dos conteúdos às limitações do conhecimento, e da positividade limitada deste saber limitado dos conteúdos). Então, todo campo do pensamento ocidental foi invertido”. In: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, p.436-437.

viver, trabalhar e falar (comunicar, compreender, identificar), sendo que “o que a história lhe ensina é que ele [o homem] não é um elemento segmentar dos processos naturais, mas uma atividade espiritual cujas produções depositaram-se sucessivamente no tempo, como atos cristalizados, significações doravante silenciosas” (FOUCAULT, 2006, p.128). Ora, se a história pode ser observada pelo viés da mudança entre diversas epistêmês, é certo que o sujeito do conhecimento já possui o seu fim, cedo ou tarde, determinado. Abre-se espaço para uma das maiores críticas feitas à Foucault a essa análise do saber. Ele não esclarece o modo como se passa de uma epistêmê à outra, o que por outro lado não chega a constituir um demérito de grande efeito nessa estrutura geral de observação e análise teórica dos limites e possibilidades do conhecimento das ciências humanas e de suas mais íntimas limitações.

O movimento que fez da história a “rainha” do saber do século XIX, é o movimento que permite a Foucault perceber o descontínuo e as epistêmês através do saber e da constituição no seio da psicologia de seu objeto essencial, essa invenção recente: o homem, enquanto objeto de saber das ciências humanas. E é sobre a apropriação da razão sobre a desrazão (psicologia versus loucura), onde a primeira transforma a segunda em patologia que Foucault encontrará as práticas pelas quais em determinado tempo se tornou possível à existência do homem enquanto objeto do saber. Ou seja, é na arbitrariedade da psicologia em dominar e organizar no espaço-tempo a sua verdade sobre a loucura que o objeto (o louco) pode ser construído. Tomemos o exemplo de Pierre Rivière analisado por Foucault. Rivière acusado de matar quase toda a sua família no século XIX escreve na prisão um texto que deixa tanto magistrados quanto psiquiatras em um dilema de julgamento. Ao observar e interpretar o caso Foucault afirma que:

Os contemporâneos parecem pois ter aceito o jogo do próprio Rivière: o assassinato e narrativa do assassinato são consubstanciais. Todos podiam-se perguntar se um dos dois era para o outro sinal de loucura ou prova de lucidez; ninguém parecia realmente surpreso que um pequeno camponês normando, mal sabendo ler e escrever, tenha podido reforçar seu crime com semelhante narrativa, que este triplo assassinato tenha podido ser entrelaçado com o discurso do assassinato; que, decidindo matar metade de sua família, tenha ele concebido a redação de um texto que não era nem confissão nem defesa, mas antes elemento do crime. Que Rivière, em suma, tenha podido ser, de duas maneiras, mas quase que em um único gesto, “autor” (FOUCAULT, 1982, p.212).

Mas essa relação entre loucura, patologia e o saber das ciências humanas que interessa a Foucault. Ao se deparar com o parricídio de Rivière Foucault encontra espaço de descontinuidade na prática e no discurso de Rivière e na relação desses com o saber de seu tempo. Do mesmo modo, podemos agora compreender porque Foucault afirma que, “o homem só se tornou uma ‘espécie psicologizável’ a partir do momento em que sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca moral e da culpa” (FOUCAULT, 1975, p.84-5). Em outras palavras o próprio objeto (loucura) “deve ser liberado da pluralidade dos discursos que o mantém cativo: todos os saberes com pretensão científica, jurídica, médica ou policial são postos na berlinda para melhor se entender a maneira como eles dão origem a essa figura do Outro da Razão” (DOSSE, 2001, p.199). E é sob esta relação de saber-poder que a psicologia e a psicopatologia tornaram a experiência da loucura uma experiência de confinamento e controle espacial nos finais do século XIX. Ao retorno feito por Foucault às raízes históricas da psicologia subjacente a condição essencial da possibilidade do conhecimento psicológico, ou seja, a sua relação com a loucura. É sob essa relação que a verdade sobre a psicologia da qual se refere Foucault em *Doença Mental* esta na própria loucura.

Esse é o procedimento arqueológico foucaultiano que nos permite ter a sensibilidade de perceber que sobre a aparência discursiva preponderante existem contornos bizarros, silêncios tão poderosos quando o que a desrazão teve de assumir a aproximadamente trezentos anos na história ocidental. Essa é a máscara que a psicologia assume para poder desviar a razão e a desrazão de sua relação essencial (FOUCAULT, 1975, p.85-6). Nesse aspecto é que se torna inteligível o projeto foucaultiano contido na da *História da Loucura*, em outras palavras: “valorização do recalcado, pois a busca da verdade situa-se então no não-dito, nas lacunas, nos silêncios de uma sociedade que se revela no que esconde, e, nesse aspecto, a loucura como objeto é ideal, sendo duplamente assumida por uma antropologia histórica e pela psicanálise” (DOSSE, 2001, p.203). As últimas linhas escritas na *História da Loucura* denotam a reafirmação contida em *Doença Mental e Psicologia* e que consiste nessa relação entre a psicologia e loucura, onde é a loucura que detém a essência da psicologia e não o oposto.

Artifício e novo triunfo da loucura: esse mundo que acredita avaliá-la, justificá-la através da psicologia, deve justificar-se diante dela, uma vez que seu esforço e em seus debates ele se mede por obras desmedidas como a de Nietzsche, de Van Gogh, de Artaud. E nele não há nada, especialmente aquilo que ele pode conhecer da

loucura, capaz de assegurar-lhe que essas obras da loucura o justificam (FOUCAULT, 2005, p.530).

O mundo que acredita poder ver a loucura enquanto a negação e até mesmo alienação diante da realidade guarda sob o saber psiquiátrico, psicológico e psicopatológico a inversão mesma dessa idéia. A loucura na modernidade assume nas obras de Nietzsche, Van Gogh e Artaud o próprio “tempo do mundo” que através das questões propostas por essas obras “é obrigado a interrogar-se”, simplesmente porque essa loucura é “a ruptura absoluta da obra” (FOUCAULT, 2005, p.529-530). É nessa fronteira, nesse limite em que o elemento do patológico da experiência da desrazão se expressa que poderemos perceber claramente a artificialidade da apropriação da psicologia e da forma patológica que esta tenta inculcar na loucura. Desse modo, a patologia da loucura reside muito mais no seu efeito sobre os outros (no corpo social) do que em sua essência:

(...) a loucura se distingue das doenças do corpo pelo fato de que se manifesta uma verdade que não aparece nestas: ela faz surgir um mundo interior de maus intestinos, de perversidade, de sofrimentos e violência que até então estivera adormecido. Ela deixa que apareça uma profundidade que dá todo seu sentido à liberdade do homem; essa profundidade iluminada pela loucura é a maldade em estado selvagem (FOUCAULT, 2005, p.513).

Será esta a mesma maldade encontrada na raiva nietzscheana à moral religiosa e nos crimes praticados por Pierre Rivière⁴? Será essa a característica fundamental que eleva o ato esquizofrênico (de um modo geral patológico) na própria efetividade da verdade do e sobre o homem? Por certo, que a loucura na epistêmê da Idade Clássica assumiu caráter patológico em muito porque o próprio corpo era considerado remédio da loucura (FOUCAULT, 2005, p.302). As ciências humanas assumem nesse status quo um lugar central e privilegiado para Foucault. É através de toda experiência da loucura que a “virada” epistemológica se tornou possível e o homem foi colocado no centro do saber e o conhecimento encerrado em suas vísceras numa negação incondicional da metafísica já velha e cansada. Mas na experiência de silenciamento e ocultação da linguagem da loucura, nessa sobreposição intencional efetivada pelo saber, nesse desejo de controle e domínio da loucura (e daí então a sua caracterização

⁴ Ao se referir a moral insanity formulada pelos ingleses após Prichard (1835), Foucault analisa esse “tipo” de louco, sendo que, “(...) essa loucura tão secreta só existe porque explode na objetividade: violência, desencadeamento dos gestos, às vezes ato assassino”. In: FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Op. cit. p.517.

enquanto patologia), as questões que Foucault se propôs ainda conservam todo o seu poder. Afinal, “qual é, então, esse poder que petrifica os que uma vez encararam-no de frente, e que condena à loucura todos os que tentaram a provação do Desatino?” (FOUCAULT, 2005, p.350). É na efetividade de uma psicologia da loucura que encontraremos o fim mesmo da psicologia; e donde novamente a razão e a desrazão poderão encara-se de frente e sem máscaras e assim talvez reavivar novamente a verdade e liberdade que há pouco mais de um século e meio ainda lançavam luz sobre o homem. E, “se fosse justamente a loucura (...) que tivesse trazido as maiores bênçãos sobre a Hélade?” (NIETZSCHE, 2003, p.17-8). Nos intriga imaginar que a psicologia talvez não tenha se defrontado com tal questão, ao mesmo tempo atual e em muito perigosa.

Com a *História da Loucura* já percebemos no pensamento de Foucault a preocupação arqueológica de quebra com um silêncio instituído. É através da compreensão dessa grande epistêmê da Idade Clássica que encontramos a arqueologia foucaultiana exposta de modo visceral. Vimos anteriormente as grandes linhas que orientam a concepção arendtiana de história (desinteresse por uma obra sistemática, a história como teia das ações humanas, história não retilínea e não unidirecional construída por eventos singulares que estabelecem rupturas etc.). Em Foucault encontramos várias semelhanças com essa concepção de história: também desinteresse por uma obra sistêmica, atenção voltada para o descontínuo e para as rupturas, reflexão em torno de problemas específicos (poder, violência, saber) e não para a descrição/narração daquilo que “efetivamente aconteceu” no passado.

Neste sentido *As Palavras e as Coisas* (escrita antes da *Arqueologia do Saber*), já preconizava esses pressupostos. Com um título extremamente irônico a distância entre práticas e discursos é clara. Até, então, as ciências haviam construído um saber que se distanciava muitas vezes das práticas. Ou seja, esses saberes já andavam perturbados por fatores que já não lhe davam legitimidade. Não à toa muitos críticos consideraram Foucault positivista, ou até mesmo defensor da historiografia mais tradicional européia e a de menor credibilidade. Porém, o que nos basta compreender por hora é que essa distância entre os saberes, todos os seus problemas epistemológicos e esse objeto “inventado” (o homem, o sujeito), construído existe e modifica substancialmente nosso entendimento de construção de qualquer conhecimento e sua validade dentro das ciências humanas. Estava posta em questão a própria racionalidade dessa ditas ciências humanas, incluindo especialmente a própria história. Ao contrário, “ele assalta a história para questionar profundamente os objetos, os métodos, a disciplina, numa palavra, a racionalidade do discurso dos historiadores”

(BENATTI, 2000, p.19-20). Neste sentido tem razão Roberto Machado em colocar em seu devido lugar o fato de que:

A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder (MACHADO, 1992).

Eis aí uma transposição fundamental: a da arqueologia para a genealogia do poder. Genealogia esta tomada de empréstimo do pensamento nietzscheano. Claro está que Foucault caracteriza o poder não como uma “entidade” superior e externa aos homens que se efetiva a partir de um lugar bem identificável, ao contrário para o pensador francês, “o poder não é um ser, ‘alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que se deixa escapar’. É o nome atribuído ao conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (...)”(LEBRUN, 1985, p.20). Ele está em toda parte e em nenhuma parte. Ou seja, apenas podemos vê-lo nas práticas efetivadas nas diversas relações em sociedade. E nestas relações de poder não existe “oposição binária entre dominantes e dominados” (LEBRUN, 1985, p.20), os efeitos de poder fluem através da normalização e disciplinarização da sociedade para além das leis instituídas pelo corpo jurídico. Assim “o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”, o que o caracteriza enquanto lugar de poder transitante pelos mais diversificados interesses e causas em uma sociedade qualquer. Já na História da Sexualidade encontramos um “último” Foucault. Não apenas o Foucault dos processos de subjetivação, mas o Foucault do poder genealógico.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. (...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e confrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias de sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional

toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2006, p.102).

Deduzem-se disto conseqüências imediatas para a história. A primeira e talvez mais séria, é de que o saber sobre o passado não pode mais se fundamentar sobre bases, modelos, matrizes interpretativas que buscam no passado causas, linearidades, generalizações totalizantes em nome de uma “visão de síntese” ou “história geral”. A história já não pode ser vista como processo, mas como uma trama de processos. Exemplo disso é o próprio exercício do poder afirmado por Foucault e já discutido anteriormente.

A história-saber se constitui e se legitima em muito por essa prática do poder, formando-se enquanto um saber-poder que chega a ser parte de um poder de maior efeito, o biopoder. Conceito complexo enunciado na *História da Sexualidade* e em algumas aulas do Collège de France que pode se caracterizar como poder sobre a vida e as populações e que para além de normalizá-la já a constitui e disciplina, encontra-se quase que naturalizada. Daí a importância de uma opinião pública já que em muito ela “influiu na evolução histórica, no acontecimento” (BECKER, 2002). Nítida se apresenta essa relação entre uma opinião pública enquanto lugar de exercício de poder e ao mesmo tempo influência constitutiva da história-passado e da história-saber. Dessa forma essa opinião pública se efetiva, em muito, como lugar de percepção das sensibilidades de uma determinada época. E a contribuição de Foucault neste sentido é de que talvez essa sensibilidade tenha mais de poder do que de sensibilidade. Opinião pública enquanto um olho do poder, um termômetro do pensamento e construção de discursividades para algo e não apenas espelhos do tempo passado.

Assim como o poder pode ser encontrado na arquitetura dos hospitais, das prisões, da escola eles se efetivam como lugares expressivos de poder, mas não o poder, a repressão, a violência em si e necessariamente. Desta forma, *Vigiar e Punir* adere a essa perspectiva: a análise do panóptico, dos exercícios sobre os corpos, na constituição e prática de uma disciplina institucional que se fez “aos poucos”, e substituiu uma tecnologia de violência por uma tecnologia disciplinada. Pelo mesmo viés e anterior a *Vigiar e Punir* encontramos *O Nascimento da Clínica* onde Foucault buscou um entendimento de um saber sobre os corpos, um saber também disciplinarizante, moralizante, extenuante. Assim a medicina, e o nascimento do seu lugar de poder, não se encerrou em suas paredes, mas caminha pelos corpos onde quer que estes estejam, entende-se que nas palavras de Foucault que “este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar” (FOUCAULT, 1980, p.VII), em

suma, das práticas que constituem um saber e de como essas práticas podem ser apreendidas pelo espaço, linguagem, morte e olhar.

De forma mais geral as obras de Foucault que se remetem ao poder exploram “as modalidades segundo as quais o homem ocidental constitui-se em objeto de conhecimento num campo de poderes ou com relação com uma 'vontade de saber' moral” (REVEL, 1993, p.339). Neste sentido podemos incitar um pequeno exercício ilustrativo. Charles-Olivier Carbonell em artigo traça algumas possibilidades de reflexão do passado através do clássico 1984 de George Orwell (CARBONELL, 1984, p.177-188). Em muito a história de Orwell, escrita em 1948 retrata ficcionalmente os regimes totalitários do século XX. Neste sentido a história e a memória assumem conotação participante de constituição de um ambiente repressivo. Segundo Carbonell o romance nos chama atenção para uma manipulação da história pela história. A legitimação do poder político (“oficial”) e a aparelhagem repressiva deste sistema se encontram com o saber-poder (a história) que se efetiva enquanto meio para a construção de uma memória a ser esquecida, principalmente pelo embate entre a memória individual e a memória coletiva.

Para que o poder consiga seu objetivo de “manipular memórias” e homens é extremamente importante que a história se estabeleça enquanto caminho de saber para uma constituição de um rebanho de homens em constante combate consigo mesmo. Não sem propósito Carbonell identifica no romance uma memória desfeita e uma memória fabricada (CARBONELL, 1984, p.177-8), onde “o 'método' do verdadeiro gera o não-pensamento e, por conseguinte a não-história. A consciência da impotência para distinguir o verdadeiro do falso acaba por provocar a inconsciência do sujeito e sua transformação em objeto” (CARBONELL, 1984, p.188). O homem objeto de um sistema totalizante, que não consegue compreender e nem encontrar saída - bem ao estilo de Kafka - identificado por Carbonell em 1984 constitui o mesmo sistema de poder que faz, história-saber, memória coletiva, individual e sujeito, atores da mesma microfísica angustiante dos sistemas totalitários em nome da irracionalidade estetizante de um nazismo, por exemplo. Aos termos foucaultianos o saber-poder se efetiva através de mecanismos muito mais complexos do que os até então fixados pelas teorias sociais e jurídicas e 1984 é exemplar nesse sentido. Uma ficção que estabelece um futuro negro contextualizado por uma participação estéril das massas e a total sujeição do homem a um sistema que sobrepõe as suas forças por completo. Alterando o próprio estatuto das ciências humanas e da construção do conhecimento através do saber-poder Foucault demonstrou as fragilidades e especificidades de um saber construído por séculos através de relações até então ignoradas.

Para além de sua teoria do poder e de sua delimitação das relações desse poder em sociedade e alterando a própria concepção de poder o pensador francês produziu um efeito que superou o estatuto de “moda passageira” demonstrando que realmente o pensamento serve para cortar e não compreender (FOUCAULT, 1992, p.27-8). Por outro lado e para além de objetos inauditos Foucault aprendeu bem com Nietzsche de que para fazer-se grande é necessário que não se perca tempo com problemas que não são realmente problemas. Dessa forma, e não poderia ser diferente, Foucault acabou acusado de ser apenas mais um seguindo a corrente dos Annales tanto é que Mandrou e Braudel lhe saudaram-no (REVEL, 1993, p.339) após o lançamento da *Historia da Loucura* tida como obra exemplar do “modelo” da escola.

Porém a receptividade ao seu pensamento começou por se efetivar em sua resposta: uma série de obras que assaltaram a história para lhe questionar os pressupostos mais imóveis, as certezas absolutas, os métodos, os temas. Tudo se efetivou num jogo meta-dialético onde descontínuo-contínuo estabeleceram o aparente condicionamento de uma inevitável repressão de corpos, sangue e energia em um sistema vertiginoso e absurdo. Para tanto, o debruçar-se de Foucault sobre os processos de subjetivação nos demonstram claramente que o olho do poder deve nos servir enquanto mecanismo agravante para uma estética subjetiva; para além de qualquer individualismo narcíseo e que nos permita superar nossos limites em nome de um outro jogo, talvez sem regras, talvez sem donos, talvez, aquilo que Deleuze chamou de linhas de fuga possa nos mostrar esse caminho. Que seja dado o ultimatum: “vocês podem continuar a explicar a história como sempre fizeram: somente, atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensam; existem contornos bizarros que não eram percebidos”⁵.

b) A inflexão no “último” Foucault.

Já é lugar comum afirmar que há uma mudança fundamental no chamado “último” Foucault (da subjetivação) e uma mudança no percurso de seu projeto em torno de uma história da sexualidade é a grande marca desta inflexão, ou dobra como indica Deleuze (DELEUZE, 2006, p.33). No entanto, para chegar a tal ponto de inflexão certo número de problemas foram colocados, não apenas por críticos de Foucault, mas por ele próprio a tal projeto.

⁵ Paul Veyne citando um suposto recado de Foucault aos historiadores. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história / Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 252.

Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que freqüentemente era designado como progresso dos conhecimentos: ele me levava a interrogar-me sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que freqüentemente se descreve como manifestações do “poder”: ele me levava a interrogar-me sobretudo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como “o sujeito”: convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o individuo se constitui e se reconhece como sujeito (FOUCAULT, 1984, p.11).

Inicialmente a proposta da *História da Sexualidade* era uma análise da experiência da sexualidade e o modo com que os sujeitos se reconhecem como possuidores de uma “sexualidade”. Buscaria analisar então a verdade sobre o sujeito contida no “sexo”. Foucault procede com uma crítica da sexualidade moderna, profundamente demarca por uma série de saberes científicos que se apropriam desta. Assim: “(...) a sexualidade não é uma pulsão instintiva, mas um dispositivo histórico que atende à demanda de uma verdade confessada localizável nos discursos médicos, na psicopedagogia, na psicologia clínica, nos discursos psicanalíticos, na abundante literatura de auto-ajuda” (ARAÚJO, 2001, p.119). Ou seja, todos esses saberes e discursos são responsáveis pela objetivação dos sujeitos, pela sua dominação, disciplinarização e produção de uma verdade sobre os indivíduos.

A história-saber se constitui e se legitima em muito por essa prática do poder, formando-se enquanto um saber-poder que chega a ser parte de um poder de maior efeito, o biopoder. Conceito complexo enunciado n’*A vontade de Saber* e que pode se caracterizar, grosso modo, como:

(...) administração dos corpos e gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações (FOUCAULT, 2006, p.152).

Aparentemente, *A vontade de saber* (1976), primeiro volume da *História da Sexualidade*, demarca certa continuidade nas análises do poder realizadas por Foucault em

Vigiar e Punir (1975) e em diversos cursos no Collège de France⁶, apesar de uma mudança inicial já ser ensaiada. Mudança essa que se dará fundamentalmente na dimensão do projeto inicial. Para compreender as dimensões de uma possível ética do sujeito Foucault recuou até o mundo antigo, seguindo os traços da sexualidade no percurso longo de uma história da própria verdade, e do confronto do sujeito com a própria verdade. Isso não caracteriza um abandono da analítica do poder mas outro caminho possível, outra perspectiva possível.

c) Sujeito e Poder: uma questão ética em nome da liberdade?

O movimento que desloca o trajeto de seu estudo da constituição da “verdade” sobre os sujeitos e de sua relação com o poder demarca, juntamente com o silêncio de oito anos de distância entre o primeiro e o segundo volume da *História da Sexualidade*, um período de reelaboração de método, de um deslocamento teórico (que aqui chamamos de inflexão), que modifica até mesmo o tema de pesquisa: do mundo moderno para a antiguidade clássica.

Foucault emerge no segundo e terceiro volumes da *História da Sexualidade* numa série de análises em torno de dispositivos específicos que seriam constituintes de atos de liberdade guiados por uma ética que seria capaz de contestar o poder que deseja a sujeição e individualização.

Dentre os temas abordados por Foucault destacamos: a apherdisia como campo de cuidado moral dos prazeres com o objetivo de “circunscrever a que estrutura a experiência moral dos prazeres sexuais – sua ontologia, sua deontologia, sua ascética e sua teleologia” (FOUCAULT, 1984, p.37), pertenceriam. Foucault não perde de vista uma questão fulcral: as relações entre poder, verdade e si⁷, chegando a afirmar que a negatividade ética por excelência dos gregos era o de ser passivo em relação aos prazeres, desse modo, a “liberdade-poder que caracteriza o modo de ser do homem temperante não pode conceber-se sem uma relação com a verdade” (FOUCAULT, 1984, p.79). Eis o exercício ético profundamente relacionado com uma consciência ética constitutiva do sujeito e pré-condição de sua subjetivação, mas “o que seriam atos éticos? Nada mais que a prática refletida da liberdade”

⁶ Dentre eles: Segurança, território, população (1977-1978); Nascimento da biopolítica (1978-1979); A Hermenêutica do Sujeito (1981-1982).

⁷“O que tenho estudado são três problemas tradicionais: 1) quais são as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” que são tão importantes na civilização e nos quais somos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto? 2) quais são as relações que estabelecemos com os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) quais são as relações entre verdade, poder e si?” In: Verdade, Poder e Si – Entrevista a R. Martin, Universidade de Vermont, 25 de outubro de 1982. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/verite.html>.

(ARAÚJO, 2001, p.122), e que não pode ser dissociada das relações de poder – o que Foucault chama de “instituições prescritivas” – que interferem nas formas de elaboração do “trabalho ético que se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a regra dada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 1984, p.27-8).

O que Foucault demonstra veementemente, através da moral em torno dos prazeres, é que a liberdade é antes uma questão ética do que simplesmente uma construção histórica ou política. A liberdade dos indivíduos para consigo mesmo, aos olhos de Foucault, é condição necessária a felicidade e a própria ordenação da polis. Por isso ele fala em uma “dietética” dos prazeres por parte dos gregos, a questão é de regime e não de terapêutica ou norma, é a vitória da opção ética reflexiva. Eis o exemplo dado por Foucault: Os homens gregos podiam procurar rapazes fora do casamento, “mas os filósofos conceberam e edificaram, a esse respeito, uma moral da abstenção” (FOUCAULT, 1984, p.89) para a temperança na constituição do senhor de si: “para não ser excessivo e não fazer violência, para escapar à dupla constituída pela autoridade tirânica (sobre os outros) e pela alma tiranizada (por seus próprios desejos), o exercício do poder político exigirá como seu próprio princípio de regulação interna o poder sobre si” (FOUCAULT, 1984, p.201). Outras reflexões são feitas por Foucault na compreensão global da aphrodisia: como o papel do casamento, a sua constituição enquanto problema e um problema moral dos “homens livres” num poder que se exerce sobre si e neste caso sobre outros (a esposa, os filhos), o lugar dos rapazes enquanto objetos de do prazer: “após a relação com o corpo e com a saúde, após a relação com o rapaz, sua liberdade e sua virilidade, focalizadas como motivos de problematização da atividade sexual” (FOUCAULT, 1984, p.75), Foucault disserta sobre o uso dos prazeres e o acesso a verdade, “sob a forma de uma interrogação sobre o que deve ser o verdadeiro amor” (FOUCAULT, 1984, p.201). O que Foucault demonstra, por fim, é o modo com que os gregos se interrogaram sobre o sexo sob uma perspectiva moral e como essa reflexão constituiu “artes de viver”, de “usar os prazeres”, numa economia e numa dietética do sexo, ou seja, o caminho do pensamento foucaultiano estabelece o comportamento sexual intrincado com uma prática moral de “atos de prazer que se referem a um campo agonístico de forças difíceis de serem dominadas” (FOUCAULT, 1984, p.218).

O volume três demarca inicialmente a continuação das análises sobre a experiência moral dos aphrodisia, agora com Artemidoro e sua obra *A Chave dos sonhos*, demarcando ainda no século II a preocupação com os prazeres mesmo que a obra não formule uma ética em torno deles, e ainda demonstre, nas palavras de Foucault, “desconfiança” e “reprovações”.

A reflexão de maior impacto do livro três gira em torno da cultura de si, definida por Foucault através do “fato de que a arte da existência – a *techne* tou biou sob as suas diferentes formas – nela encontra dominada pelo princípio do cuidado de si que fundamenta a necessidade, como o seu desenvolvimento e organiza sua prática” (FOUCAULT, 1985, p.49)⁸ que lentamente dá forma a uma arte de viver com práticas sociais, procedimentos, receitas, diálogos. Serve de base inicial a essas considerações O Alcebiades e a Apologia de Sócrates de Platão onde Foucault afirma o extravasamento do “cuida-te a ti mesmo” socrático para a constituição de uma “cultura de si”, nas palavras do próprio Foucault. Além de Platão, Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio, Plínio, Plutarco, Xenofonte, Galeno e outros pensadores são utilizados por Foucault fundamentam sua reflexão sobre o desenvolvimento da cultura de si e o caminho que ela toma através da posição assumida pela verdade, pelo conhecer-se, pela lei e o mal (FOUCAULT, 1985, p.72-3).

Foucault se refere a esse caminho “novo” da cultura de si como uma inflexão ética dos prazeres, motivados por duas razões principais: mudança na prática do matrimônio (que invade a esfera pública, transbordando o quadro da família) e modificações no jogo político (devido em muito ao declínio das cidades-Estado e seus efeitos):

Enquanto a ética antiga implicava uma articulação bem estreita e o poder sobre os outros e, portanto, devia referir-se a uma estética da vida em conformidade com o status, as novas regras do jogo político tornam mais difícil a definição das relações entre o que se é, o que se pode fazer e o que se obrigado a realizar; a constituição de si mesmo enquanto sujeito ético de suas próprias ações torna-se mais problemática” (FOUCAULT, 1985, p.77).

E o fato que mais nos interessa aqui, por hora, é justamente o papel que o poder passa a exercer nesse novo jogo político helenístico e romano, e a sua interferência na cultura de si. Foucault delimita três importantes transformações políticas fundamentais. A primeira ele chama de relativização que ocorre de duas maneiras: o exercer um cargo de poder por “obrigação” por não considerar que seu status torne o seu exercício natural (FOUCAULT, 1985, p.93). A segunda a “atividade política e o ator moral”, que parte do princípio pelo qual o pensamento filosófico político grego entendia que “uma cidade só poderia ser feliz e bem governada com a condição de seus chefes serem virtuosos” (FOUCAULT, 1985, p.95). Essa

⁸ Tema também desenvolvido no curso *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), e publicado com o mesmo título. O curso, de modo geral, apresenta uma estrutura das práticas em torno da parrhesía (o dizer a verdade) epicurista até as práticas cristãs, onde o cuidado de si também possui um lugar central nas discussões foucaultianas.

questão é de extrema importância porque “a racionalidade do governo dos outros é a mesma que a racionalidade do governo de si próprio” (FOUCAULT, 1985, p.95-6), ou seja, o problema do governo de si e dos outros. E por fim, a terceira transformação se caracteriza como a relação entre o destino pessoal e o exercício da atividade política: é o tema da fortuna, o papel da dependência em relação aos outros (elemento característico do Império Romano: as intrigas, traições, subversões, ambições, pretensões e desejos ao poder não são necessariamente localizáveis, é toda uma rede de relações que se estabelece).

O que todo este percurso que tentamos brevemente traçar nos demonstra, é que o cuidado de si foi um problema trabalhado a todo instante pelos antigos, e não apenas num em seu viés ético, também num sentido político, daí a sua relação com o poder, e mais, outro “poder” que não apenas aquele visualizado na analítica do poder, justamente porque Foucault entende que as práticas éticas são práticas de liberdade (FOUCAULT, 1985, p.95-6), é dessa maneira que o objeto central da *História da Sexualidade* tornar-se-á “o cuidado de si”, porque a sua compreensão envolvem o entendimento foucaultiano em torno das possibilidades de liberdade, fuga ou superação ao poder, inerentes a tal relacionamento.

Por fim, o projeto inicial da *História da Sexualidade* embasado na emergência de discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, mesmo se consideramos que o poder não é a questão central, mais sim o sujeito⁹ (pelo menos após a reformulação do projeto), é inegável que as questões em torno do poder interferem nesse projeto e estabelecem outra relação com a subjetivação e a liberdade na constituição do sujeito. E, se, consideramos que, “Foucault inventa uma filosofia não de fundação mas de risco; uma filosofia que é a interminável questão da liberdade” (RAJCHMAN, 1987, p.106), analisar a coragem do pensamento diante do risco (risco da mudança, da cobrança, da crítica, risco do excesso e vertigem) em nome da liberdade, constitui uma tarefa mais que urgente, uma tarefa singular e crítica frente aos desafios que nos são impostos pelo presente.

Na inflexão do “último” Foucault o sujeito passa a ter um lugar extremamente importante, não mais a posição de sujeito-objeto da analítica do poder com todas as modalidades de regras e controles exteriores a ele próprio: disciplinarização, segregação, classificação, ordenação, distribuição, doutrina¹⁰ etc. A liberdade se tornará possível através de uma ética do indivíduo capaz de produzir mudança social, cultural, numa ação política de

⁹ “Era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito”. FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p.232.

¹⁰ Tais procedimentos são definidos de modo especial n’A Ordem do discurso (aula inaugural no Collège de France – 1970) mesmo se referindo ao nível dos discursos.

intervenção no/do poder. Nada mais positivo para esse crítico feroz das promessas do liberalismo moderno e suas instituições: tomar de assalto o poder restituindo ao sujeito o seu próprio destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- BENATTI, Antonio Paulo. **Foucault e a história**. Espaço Plural. Ano II, nº 6. Marechal Cândido Rondon, novembro de 2000.
- BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **O Passado na profecia orwelliana**. História: Questões & Debates, Curitiba, 5(9), dezembro de 1984, p.177-188.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DOSSE, François. **A História à prova do tempo**. São Paulo: Edusc, 2001.
- DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos e Escritos I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha Mãe, Minha Irmã e meu Irmão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEBRUN, Gérard. **O que é Poder**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RAJCHMAN, John. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2.ed. FGV editora, 2002.

TOUREINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história / Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ARQUIVO JANSSEN: INCURSÕES SOBRE A HISTÓRIA DO URBANISMO EM GOIÂNIA

Adriana Mara Vaz de OLIVEIRA*¹

amvoliveira@uol.com.br

Suzanna Ramalho de REZENDE²

Isabela Rezende BORBA²

Marília Milhomem PEREIRA²

Resumo: O presente artigo apresenta uma visão parcial do acervo de documentos de Ewald Janssen, ainda não catalogados, depositados no Museu Antropológico da UFG. Constitui-se de mapas, recortes de jornal, levantamentos topográficos, plantas de loteamentos, propostas urbanísticas para Goiânia, fotografias, apontamentos manuscritos, entre outros. Grande parte desta documentação data das décadas de 1950 e 1960, período pouco abordado sobre a história urbana da capital goiana, e, em visão mais ampla, sobre o estágio do urbanismo que insistia em afirmar-se como disciplina, embora trouxesse intrínseca na sua prática e teoria a abrangência multidisciplinar de um campo. O conhecimento desse arquivo nos pareceu suficiente para abrir caminhos para pesquisas futuras, não só no âmbito da arquitetura e do urbanismo, mas nos terrenos da história.

Palavras-chave: Ewald Janssen, Goiânia, Urbanismo.

Abstract: This paper presents a partial view of the collection of documents Ewald Janssen, not yet cataloged, deposited at the Anthropological Museum of UFG. It consists of maps, newspaper clippings, topographical surveys, plans of subdivisions, urban proposals to Goiania, photographs, handwritten notes, among others. Much of this documentation date from the 1950s and 1960s, a period rarely addressed on the urban history of Goiânia, and in broader perspective on the stage of planning that insisted on asserting itself as a discipline, but bring inherent in its practice theory and the scope of a multidisciplinary field. Knowledge of this file seemed enough to open avenues for future research, not only in terms of architecture and urbanism, but in the realms of history.

Keywords: Ewald Janssen, Goiânia, urbanism.

¹ Universidade Federal de Goiás.

² Bolsista PIBIC-CNPQ UnB, bolsista PIVIC-UFG, bolsista PIBIC-CNPQ UFG.

Introdução

O presente artigo vincula-se à pesquisa *Cidade em quadros: estudos de Goiânia*, realizada em parceria com a professora da Universidade de Brasília Elane Ribeiro Peixoto – em cuja instituição recebe o nome de *Cidade e Memória: bairros de Goiânia* –, e alunos de iniciação científica dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da UFG e UnB.

Procurando informações sobre a história do Setor Aeroporto, nos deparamos com um acervo importante de documentos, ainda não catalogados, depositados no Museu Antropológico da UFG. Poucos foram os pesquisadores que tiveram acesso a esses documentos, tendo em vista garantir sua integridade enquanto não forem devidamente tratados e catalogados. O acervo mencionado é do engenheiro alemão Ewald Janssen. Constitui-se de mapas, recortes de jornal, levantamentos topográficos, plantas de loteamentos, propostas urbanísticas para Goiânia, fotografias, apontamentos manuscritos, entre outros documentos que não nos foi possível identificar, considerando que vários se encontram em alemão. Grande parte desta documentação data das décadas de 1950 e 1960 e, na medida em que a exploramos, nos certificamos das possibilidades nela contidas para entender as discussões sobre a capital goiana e, em visão mais ampla, sobre o estágio do urbanismo que insistia em afirmar-se como disciplina, embora trouxesse intrínseca na sua prática e teoria a abrangência multidisciplinar de um campo.

O que ora apresentamos é uma visão parcial do acervo Janssen que nos pareceu suficiente para abrir caminhos para pesquisas futuras, não só no âmbito da arquitetura e do urbanismo, mas nos terrenos da história, com especial interesse pelos fluxos de migrantes que Goiás acolheu, com alguns resultados importantes como exemplifica o trabalho de Heliane Prudente dedicado à migração árabe para o estado.

Advertimos que não temos formação específica em arquivologia, como exploradores cautos, fizemos um primeiro recorte para fotografar o material que nos interessava para a pesquisa sobre os bairros de Goiânia. Buscamos o que se relacionava especificamente com nossa pesquisa, mas nesse caminho como é comum, fomos surpreendidas com estudos sobre a capital, expressos em diversas escalas – a do território, a da cidade e a de suas partes – diante deles, ampliamos nosso interesse com a esperança de dar uma amostra da riqueza da documentação encontrada e oferecer o argumento para solicitar, às agências de fomento à pesquisa, os recursos necessários para tratá-la e conservá-la. Enquanto esses recursos não são disponibilizados, as fotografias, mesmo não sendo profissionais, serão oferecidas ao museu para que sejam abertas às consultas de outros pesquisadores.

Como pensar um arquivo

O sonho de muitos pesquisadores e mesmo de estudantes é defrontar-se com um arquivo ainda pouco explorado e ter contato direto com as fontes textuais, visualizando documentos do passado. Mesmo com a ampliação e abertura para novas fontes historiográficas, possibilitadas pelas ricas discussões que continuam a animar os historiadores a partir das posições da Escola dos Annales, o arquivo ainda é um ambiente sedutor.

De acordo com Pinsky (2006), existem vários tipos de arquivos no Brasil que abrigam acervos permanentes: arquivos do poder executivo, do poder legislativo, do poder judiciário, cartoriais, eclesiásticos e privados. Cada um deles contém variados tipos de documentos que podem ser explorados de acordo com o objeto investigado. Em todos, exige-se uma conduta adequada na pesquisa e no manuseio dos documentos, que se relacionam às condições oferecidas pelo arquivo tais como o uso de luvas, máscaras e avental, a atenção e cuidado com a manipulação de documentos, a manutenção da ordem encontrada dos mesmos, a anotação do que interessa. Além dessas atitudes diretamente relacionadas à consulta do arquivo, deve-se atentar para análise e contextualização dos documentos (PINSKY, 2006) – que, como há muito assinalado, sempre estabelecem uma luta com os historiadores, ora sendo seus conteúdos inacessíveis e silenciosos, ora indicando sua sobrevivência e salvaguarda como uma intenção encoberta.

Essas observações gerais nos dão a noção, mesmo que imprecisa, do trabalho de um arquivista e nos alerta enquanto pesquisadores sobre os cuidados que os documentos de um arquivo demandam. Para além delas, há outras questões que são importantes ressaltar, comecemos pelo nosso “arquivo” em particular, o de Ewald Janssen. A pergunta que nos parece urgente responder é sobre o próprio Janssen: quem foi?

A tese de doutorado de Wilton Medeiros (2010) oferece-nos as primeiras informações. Jerônimo Coimbra Bueno, um dos construtores da cidade de Goiânia, elegeu-se governador do estado de Goiás em 1947 e manteve-se no cargo até meados de 1950. Durante esse período, foi membro da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital (Comissão Poli Coelho) o que o levava frequentemente à cidade do Rio de Janeiro. Nessa comissão, Coimbra Bueno viu a oportunidade de investir na imigração para Goiás, retomando o “neo-bandeirismo” que havia proposto no manifesto *Cruzada Rumo ao Oeste* de 1940. Nesse documento (apud MEDEIROS, 2010), propunha aproximar as zonas coloniais – chamadas do Oeste – aos centros metropolitanos do Brasil, promovendo a *Marcha para o Oeste*, por meio de providências nos setores econômico, social, cultural e educativo. Entre as providências,

contava-se a promoção da imigração, principalmente a estrangeira. Essa participação estrangeira ambicionava não apenas o investimento de capital comercial ou industrial, mas também, as interlocuções culturais e sociais.

Todavia, a área rural era prioritária, por isso o assentamento de famílias no interior foi uma estratégia escolhida para viabilizar a intenção de povoar e desenvolver outras regiões pouco dinâmicas. Criou-se o *Departamento de Estudos de Colonização e Imigração pelo Governo de Goiás*, cuja direção coube a Jesco von Putkamer (MEDEIROS, 2010). Não só agricultores provenientes da Europa arrasada pela Segunda Guerra Mundial afluíram para a recém criada capital de Goiás, naquele tempo, certamente, localizada nos confins do mundo. Juntamente com aqueles que vieram para trabalhar em colônias agrícolas encontravam-se alguns profissionais, como constatado por Medeiros ao se referir a Janssen:

Em 1949, chegaram a Goiânia dois engenheiros: Luiz Pargendler e Ewald Janssen, que iriam trabalhar como projetistas de vários loteamentos. Ambos vieram por causa de projetos do Governo de Coimbra Bueno. Luiz Pargendler veio trabalhar na Comissão de Estudos e obras dos Rios Tocantins e Araguaia, acabou fixando residência em Goiânia, em 1949, onde reside até os dias de hoje. Ewald Janssen veio pelo programa de imigração do Governo, porém, como tinha formação superior, acabou fixando residência e procurando emprego na capital, ao invés de ir para as colônias de imigração (MEDEIROS, 2010, p.134-135).

Um engenheiro alemão, nos confins do mundo, teria oportunidades de trabalho singulares, indubitavelmente representava uma força intelectual importante. Logo em 1951, Pedro Ludovico, no seu novo mandato de governador, contratou Ewald Janssen para o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) em agosto (MEDEIROS, 2010, p.141). Assim, Janssen estabeleceu sua residência em Goiânia, onde viveu até seus últimos dias. Quando morreu, sua família, uma filha e a esposa, procuraram a arquiteta Narcisa Cordeiro para deixar-lhe como legado os guardados de Janssen. Foi por indicação de Cordeiro que esse conjunto de documentos foi destinado ao Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, onde aguarda a correta classificação e para a qual se exigem parâmetros específicos, como bem esclarece Ariane Ducrot (1998) acerca dos arquivos pessoais. Nesse sentido, uma nova questão se impõe: como se posicionar diante de um conjunto de documentos legados por um sujeito e que revelam sua trajetória particular?

A resposta a essa pergunta é muito mais uma advertência: arquivar a própria vida pressupõe a intenção de criar uma imagem sobre si mesmo que, para Artières (1998), é uma réplica a injunções sociais:

Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento "arquivarás tua vida" - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. (p.10/11)

O arquivo em questão não é o registro de toda a vida de Ewald Janssen, nele, nada – a menos que nos tenha escapado – consta sobre sua vida pessoal ou sobre sua formação na Alemanha, com exceção de uma cópia do seu diploma. Nem uma só fotografia de família ou qualquer outro detalhe que nos pudesse pensar no Sr. Janssen e não no Engenheiro Janssen. Parece-nos, que o que encontramos restringe-se àquilo que o distinguia diante de seus pares: o exercício profissional, notadamente as questões acerca das cidades. Não sabemos ainda se o acervo depositado no museu sofreu uma seleção prévia, por parte de seus familiares, separando o que seria possível tornar público e o que deveria ser resguardado do conhecimento de outros. Mas o que se nos apresentou pareceu suficiente para esclarecer a intenção da construção de uma imagem de si, sendo essa de resistência, como disse Artières (1998). Nesse caso específico, o *outsider* deve-se mostrar de forma coerente, afastando os fantasmas que o rondavam, contrapondo sua imagem àquela que lhe foi socialmente atribuída. O autor completa:

[...] O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem

das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIÈRES, 1998, p.31)

Nesses termos, não se deve perder de vista que Edwald Janssen era um engenheiro alemão, bem formado, que teria feito parte da força aérea alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Não conseguimos encontrar nada que nos esclarece sobre os vínculos desse engenheiro com o nazismo e parece pesar um pudor ou silêncio sobre o assunto, mas certamente, através de sua trajetória como imigrante poder-se-ia melhor compreender os fluxos migratórios que contribuíram para o povoamento de Goiás – o sertão, nos confins do mundo.

Os documentos legados ao Museu Antropológico, mesmo que ainda não estejam devidamente catalogados e classificados, testemunham a meticulosidade de Janssen, expressa em seus apontamentos, cadernos de anotações de levantamentos topográficos, cujas anotações foram feitas numa caligrafia impecável. O arranjo dos documentos demonstra uma organização nata e sugere, talvez, o desejo de se ver reconhecido. Os inúmeros mapas e textos escritos confirmam a tese de que os artefatos não mentem (MENESES, 1998, p.92), ou seja, o registro material confirma a veracidade de uma vida. Cabe ao historiador avaliá-los na interação social, como apontou Meneses (1998), e não apenas considerá-los na reconstituição de um cenário material.

O somatório dos materiais deixados por Janssen assume a postura de documento histórico, pois é suporte de informação. Esses objetos documentos colocam-se diante dos pesquisadores que devem questioná-los, definindo uma operação de natureza retórica (MENESES, 1998, p.95). Assim, um campo interessante de pesquisa abre-se entre os rolos empoeirados de desenhos sobre uma Goiânia imaginada nas décadas de 1950-1960, nos cadernos de anotações, nas cartas, nos orçamentos de trabalhos... Mas também as ausências de referências à vida pessoal desse enigmático engenheiro alemão são incômodas. Seriam uma interdição?

Goiânia, cidades imaginadas

Gonçalves (2003) apontou com acuidade as contribuições de Janssen acerca do urbanismo de Goiânia. Como técnico do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) executou alguns projetos de parcelamento urbano, como o Setor Aeroporto e Setor Pedro Ludovico, mas também realizou inúmeros trabalhos para a iniciativa privada na capital e no

interior, como mostram os loteamentos do Jardim Petrópolis, Jardim das Esmeraldas, Parque Real, entre outros. Todos esses projetos, completos ou não, encontram-se no referido arquivo. Como amostra do que encontramos no acervo de Janssen, escolhemos alguns estudos para Goiânia, porque podem ser demonstrativos dos debates sobre o desenvolvimento da capital, mas também porque oferecem a medida de uma visão urbanística para a qual acreditamos poder estabelecer algumas relações.

As plantas encontradas não trazem informações sobre data e encontram-se intituladas “Goiânia Grande” – o que supõe uma proposta para a cidade metropolitana. Embora os desenhos não sejam datados, seria possível uma aproximação da base sobre a qual foram feitos a partir da análise das manchas que identificam os espaços indicados como “situação atual”, todavia, isso requer um estudo mais acurado ainda impossível de ser realizado e fora de nosso atual interesse – é preciso lembrar que recorreremos ao acervo Janssen em busca de informações sobre o Setor Aeroporto, bairro de Goiânia. Contudo, Gonçalves (2003) afirma que se tratava de análises do Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG) de 1968, realizadas em 1970 e encaminhadas à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG).

Na planta geral que se refere a essa “Goiânia Grande”, constituída por uma população de 4.000.000 de habitantes, vê-se a preposição de um zoneamento de atividades, com a indicação do sistema viário, composto por rodovias, federais, estaduais e municipais, conjugadas a estradas de ferro, parte existente, parte projetada e a proposição de um novo trecho, todos envolvidas pela construção de um anel viário.

Os principais cursos d’água são mostrados – Ribeirão João Leite, Ribeirão Anicuns e Rio Meia Ponte – ao longo deles, as faixas de proteção verde são definidas como zonas de recreio e embelezamento, sendo também propostas construções de diversas represas.

As zonas de expansão da cidade, previstas em sentido radial e com direção centrífuga, são designadas urbana residencial, urbana industrial, urbana mista, zona de produtividade horti-fruti-granjeira. Curiosamente, as zonas de expansão residencial assinaladas com as letras A, B, C, D, e na legenda traduzidas por “elaboração da estruturação social”, parece sugerir uma distribuição das classes sociais sobre o espaço urbano.

Nesta planta pensada para a cidade de 4.000.000 de habitantes é interessante observar a importância atribuída ao sistema viário que tanto ocupou os urbanistas da década de 1950, inspirados por orientações norte-americanas, no impulso dado ao deslocamento feito em carros particulares e a ênfase de expansão em anéis, cujo exemplo síntese reporta-se no caso do Brasil ao Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo. Porém, observadas essas aproximações, a proposta apresentada por Janssen considera a associação com o transporte

feito em vias férreas, conectando distintas partes da cidade, portanto, o foco parece não se concentrar apenas nas soluções para os fluxos de carros ou ônibus.



Figura 1: Desenho: Arquivo Janssen. Foto: Pesquisa, 2010.

Outro conjunto de desenhos, também não datados, expõe outros arranjos e novas reflexões sobre a cidade. A questão principal que parece nortear as opções do urbanista é a climática. Os desenhos mostram a direção dos ventos dominantes da capital e a forma de melhor aproveitá-los. Uma mancha amebóide delimita uma parte da cidade, esta forma define uma zona de densificação com a construção de edifícios de habitação indicados com vinte pavimentos no sentido noroeste, outras áreas são delimitadas no sentido nordeste. Assim, a barreira formada por esses edifícios permitiria a constituição de um “ciclone urbano” compreendendo o centro da cidade. Neste núcleo parcialmente circundado pela barreira de edifícios, são propostos e localizados quatorze pontos indicados como centros comerciais, administrativos e industriais constituídos por edifícios de vinte e quatro andares.

Na região leste, áreas de reflorestamento são propostas, assim também como um centro de reflorestamento. As zonas industriais são indicadas externas à barreira constituídas pelos edifícios residenciais que direcionam o movimento dos ventos.

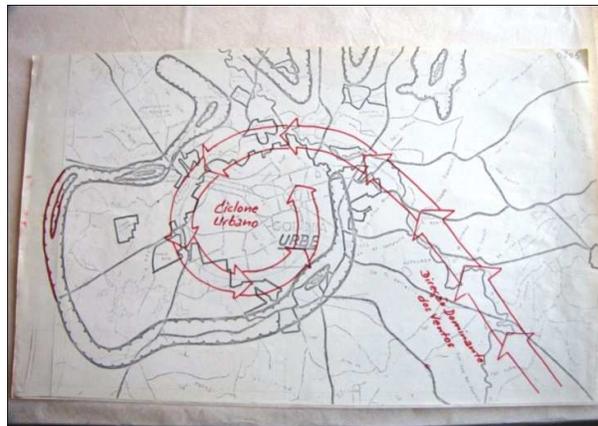


Figura 2: Desenho: Arquivo Janssen. Foto: Pesquisa, 2010.

Os grandes edifícios em altura, a ênfase no sistema de circulação, os zoneamentos funcionais da cidade remetem ao urbanismo modernista propalado pelos escritos e desenhos de Le Corbusier, pela Carta de Atenas e reafirmado nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Lembremos que este foi o modelo de cidade que inspirou a reconstrução da Europa pós Segunda Guerra Mundial, acudida pelos recursos do Plano Marshall. O urbanismo modernista, em sua forma burocratizada, possibilitou o surgimento dos grandes conjuntos habitacionais, dos bairros desolados que serviram de argumento às críticas de Jane Jacobs e da Escola de Veneza, por exemplo.

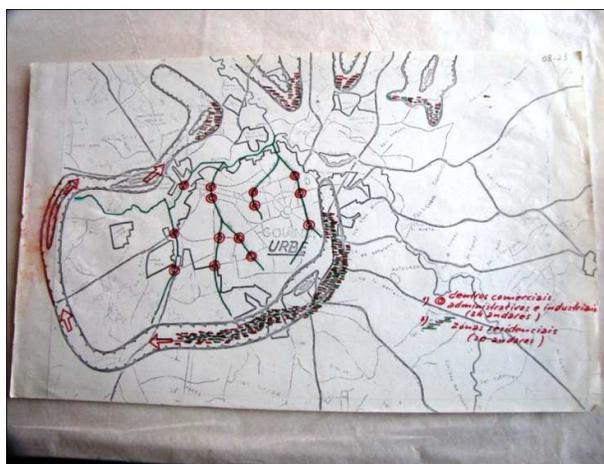


Figura 3: Desenho: Arquivo Janssen. Foto: Pesquisa, 2010.

O conjunto dessas reflexões e de inúmeras outras faz parte do seu acervo, expressando as suas preocupações com o crescimento da cidade. Entre 1952 e 1954 delineou propostas para Goiânia, antes mesmo do plano de Luís Saia iniciado em 1959. Nessas proposições, o

alemão Janssen apontava questões como o zoneamento e o tráfego, que o perseguiriam até as derradeiras anotações, como destaca a correspondência entre o engenheiro e autoridades alemãs sobre a implantação do metrô na capital de Goiás.

As proposições de Janssen parecem situar-se entre dois caminhos e duas tradições, oscilando entre uma ocupação que ora parecem remeter ao modelo conceitual da cidade jardim, ora pendem para a cidade consolidada na congestão edificada das cidades norte-americanas – diante dessas observações, prevenimos, são conjecturas. Para compreender melhor por que plagas errava o engenheiro alemão, seria necessário um estudo mais atento, que para ser realizado, demandaria uma organização profissional de seu “arquivo”, a recuperação de sua formação no seu país de origem, complementada pelo refazer de seus percursos pelos órgãos goianos por onde trabalhou e entrevista com quem ele conviveu. Como se pode ver: outro trabalho que não o nosso objeto atual de pesquisa, a história dos bairros de Goiânia.

Reivindicando o direito à história

Neste artigo, pretendíamos mostrar como o acervo Janssen é de interesse e abre possibilidades para pesquisas em pelos menos quatro áreas: a história da imigração, a do urbanismo, a da história de Goiânia, a da arquivologia. Contudo, consultá-lo é vasculhar entre antigos papéis numa espécie de busca cega. Mesmo o zelo da direção do Museu Antropológico e dos envolvidos com este material é insuficiente para mantê-lo, preservá-lo e disponibilizado para consultas públicas. Somente um projeto de organização, segundo uma orientação de especialistas em arquivologia, poderia resguardá-lo e torná-lo legível. Como exemplos de organização de arquivos pessoais podem ser lembrados o de Ana Lagôa, depositado na Universidade de São Carlos. Esse acervo da jornalista da Folha de São Paulo é constituído de livros, fascículos, publicações militares, separatas entre outros documentos que são importantes para a história do período de ditadura militar. A metodologia de organização do acervo, formulada por professores do Departamento de Ciências da Informação e alunos de Biblioteconomia, orientou-se em duas vertentes: a primeira relaciona-se ao contexto ao

[...] histórico-social do país no período entre 1964-1985, com ênfase para as datas-limite que o acervo abrange (1974-1980), enfocando os seguintes temas: Política e sociedade no Brasil: 1964-1985; Regime militar no Brasil; Sociedade e regime

militar; *Os governos militares: Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).*

2 A segunda, enfoca o aspecto metodológico da organização e diz respeito às teorias de arranjo e descrição de documentos em arquivos permanentes [...], compõe-se das seguintes etapas:

- Levantamento sumário de dados relativos a volume, gênero, espécie, conteúdo e estado de conservação do acervo do Arquivo Ana Lagôa;
- Estudo preliminar sobre a titular do arquivo (biografia e história de vida, com destaque para os principais temas relativos à sua atuação-contextualização histórica);
- Definição do arranjo e descrição a ser adotado na organização do acervo;
- Separação e codificação dos documentos;
- Estruturação das bases de dados informatizadas;
- Definição e elaboração de pesquisa (HAYASHI, HAYASHI, 1999, p.144).

A longa citação é elucidativa para pensar na urgência de organização do material que nos referimos – somente um trabalho profissional poderá livrá-lo da ruína e fazê-lo falar sobre nós mesmos. Deixamos aqui, nossa reivindicação como forma de apoio ao Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, cujo trabalho deve ser reconhecido, mesmo porque, sem recursos financeiros adequados, sem instalações e equipamentos apropriados e contando com pouquíssimas competências especializadas tem conseguido guardar o arquivo Janssen.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO EWALD JANSSEN. Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 22 Mai. 2011.
- CORDEIRO, N. Entrevista concedida a equipe da pesquisa. Goiânia, 2011.
- DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>. Acesso em: 23 Mai. 2011.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Regional: UFG, 2002.

HAYASHI, Maria Cristina Innocenti; HAYASHI, Carlos Roberto. Memória sobre período militar no Brasil: O arquivo Ana Lagôa. In: SILVA, Zélia Lopes. **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999. p.143-154.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Goiânia Metrôpole: sonho, vigília e despertar**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

MENEZES, U. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 23 Mai. 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Zélia Lopes. **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

IMAGEM E MEMÓRIA RELIGIOSA NA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA EM GOIÁS

Giovana Emos da LUZ¹

giovanaemos@yahoo.com.br

Resumo: Esse trabalho associa seu objeto de estudo aos imaginários sociais, ou seja, as idéias e visões de mundo de uma determinada época, que podem ser captados na temporalidade da existência da Igreja. Coerente com os estudos que tratam da interconexão entre imagem e recordação realiza-se, neste texto, uma reflexão em torno do espaço e da edificação religiosa reportando à presença do Senhor Bom Jesus dos Passos na Igreja de São Francisco de Paula, na cidade de Goiás. A partir da reflexão, o texto procura estabelecer a relação existente entre espaço e memória, que é um fenômeno socialmente condicionado como trabalho de indivíduos e grupos e, nesse caso específico, destaca-se a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Palavras-chave: Memória, Imagem, Espaço.

Abstract: This study associates the object of study for social imaginary, ie, the ideas and worldviews of a particular era, which may be received in the temporality of existence of the Church. Consistent with studies that deal with the interconnection between image and memory takes place in this text, a reflection on the religious building space and reporting the presence of the Lord God Jesus Church in San Francisco de Paula in the city of Goiás. Upon reflection, this article seeks to establish the relationship between space and memory, which is socially conditioned as the work of individuals and groups, and in this particular case, there is the Brotherhood of the Lord God Jesus.

Keywords: memory, image, space.

A cidade de Goiás já foi tema de vários trabalhos realizados por estudiosos das diversas áreas do conhecimento científico-social. Seja por sua condição de cidade histórica e turística, e que por tal condição é pensada como um lugar que preserva suas tradições e sua cultura original, além de possuir um admirável conjunto arquitetônico, bem como uma considerável coleção de obras e objetos conservados em seus museus. Seja pelos

¹ Universidade Federal de Goiás.

tombamentos pelos quais passou nas décadas de 1950 e 70 e que formalizaram a valorização dos seus espaços consagrados pela tradição, atribuindo maior valor também às suas festas e comemorações. Ou ainda, por sua patrimonialização mundial em 2001, o que intensificou o interesse dos pesquisadores contemporâneos pela cidade.

Ademais, são muitas as motivações que conduzem ao estudo de uma cidade colonial brasileira. A cidade barroca, modelo urbano de duração secular, foi originada a partir de uma configuração cultural singular que produziu uma imagem de cidade concebida experimentalmente.

O pensamento filosófico clássico é o ponto de partida para a compreensão das cidades americanas; de sua forma urbana, de seu conteúdo e sentido. Na antiguidade clássica ocidental, a autoridade político-social era vinculada aos preceitos dominantes da mitologia e da religiosidade. Ainda mais, os parâmetros da religião eram os suportes de sustentação da legitimidade política e ideológica. Essa conjugação se refletia nos projetos urbanos, tanto na organização do espaço quanto na forma das construções (SENNETT, 1997). O destaque e o realce concedidos às edificações religiosas, conseqüentemente, reforçavam a correspondência entre esses prédios e aqueles representativos da dominação ideológica, que agregava política, economia, cultura, jurisdição e militarismo. Isso ocorria através da visualização de elementos que veiculavam as idéias de junção e fusão entre crença espiritual e subordinação civil. Por isso Richard Sennett (1997) esclarece sobre a correlação exata entre “*ver e acreditar*” e “*ver e obedecer*”. Essa tendência predominou na Europa durante épocas posteriores à antiguidade, acompanhando a modificação dos contextos históricos, e influenciou na elaboração das cidades nos tempos da colonização européia na América.

Complementando o debate a respeito das características da urbe colonial, Angel Rama (1985) explica que a cidade latino-americana foi inscrita em um círculo da cultura universal como realização de uma ordem que encontrou, nas terras do Novo Continente, o único lugar propício para encarnar. No transcurso do tempo, ocorreu na mentalidade urbanística ocidental o afastamento do modelo da cidade orgânica medieval e a entrada em uma nova distribuição do espaço, que enquadrava um novo modo de vida diferente daquele de origens peninsulares. Na Europa, não era possível realizar o impulso de renovação da urbe porque o idealismo abstrato era entravado diante da concreta acumulação do passado histórico; a materialidade freava a imaginação. A construção cultural do Novo Continente foi, na verdade, a primeira materialização dos ideais da nova época; um lugar central para a consolidação da era econômica capitalista expansiva e ecumênica, de acordo com as práticas comerciais que vigoravam na Europa. A medida da empresa era vasta em

concepção organizativa sistemática. O molde da cidade colonial americana é preparado pela cultura universal do século XVI; ainda carregada do missionarismo medieval e já inspirada pelo espírito renascentista.

Desde a antiguidade até o período colonial, a religiosidade foi característica marcante na construção e na concepção das cidades ocidentais. Em se tratando das cidades coloniais brasileiras, principalmente as capitais de Províncias, foram cidades tipificadas. As cidades-capitais eram representativas de princípios e valores ideológicos, sendo suas construções um tanto diferenciadas. Geralmente se desenvolveram segundo processos de avaliação e seleção e seguindo formalismos programáticos como constatado nas legislações dos Códigos de Posturas e Relatórios Provinciais, que decorrem dos conteúdos legais predominantes no Brasil (COELHO, 2007). A formação e a conformação dos componentes urbanos importavam para as autoridades políticas que aprovavam os projetos de intervenção urbana. As cidades que hoje são qualificadas de “históricas” datam do período designado como pré-industrial (ARGAN, 1995). O modelo de cidade histórica denota a ordem social e também a razão metafísica – divina ou providencial – da instituição urbana. Nesse sentido, a imagem da cidade era integrada ao sistema cultural político-religioso vigente no período, o qual condicionava a gênese e a essência das formas arquitetônicas. O modelo arcaico – grego ou romano – foi a unidade primordial, o centro privilegiado; o núcleo espacial que sediava o *Logos* que, segundo Heidegger (apud RICOEUR, 2007), é o mediador e o fim para a vida urbana.

No caso específico do desenvolvimento das comunidades urbanas de Goiás, a maior expressão de evolução foi a cidade de Goiás, primeiro núcleo urbano na região a atingir o *status* de vila, em 1736. A arquitetura vilaboense é um exemplo de significação imagética que se preservou desde o início do século XVIII até os dias de hoje. Na cidade de Goiás, a religião também foi um dos marcos de sua cultura social e arquitetônica, que contribuiu para manter a sua tradição como cidade histórica. A rede religiosa da Cidade de Goiás tem características significativas para o patrimônio cultural edificado em termos de conteúdo imagético. As igrejas são pontos de referência nessa paisagem estruturada pelo modelo referente à definição religiosa. Elas concedem homogeneidade e unidade para a cidade dividida pelo rio e fornecem à imagem uma combinação orgânica. Bernard Lepetit, em seus estudos sobre cidades e urbanização, afirma que a religião modela e confere um sentido aos valores citadinos e ao território urbano (Cf. SALGUEIRO, 2001).

Desde a primeira metade do século XVIII documentos comprovam a importância da conciliação entre a imagem da cidade e o espaço público religioso. Um edital

de 1741, ordenando aos moradores da Vila que mandassem limpar o terreiro da Igreja Matriz pelos seus escravos devido às festividades da Semana Santa, atesta o cuidado que se deveria despendar com a manutenção desse espaço religioso, resguardando a sua imagem:

Ordenamos a todos os moradores desta villa, que no dia de quarta-feira, mandem cada hum seu escravo com Enxadas e bateas pellas seis horas da manham do dito dia ao terreiro da Igreja Matriz, para se limpar e por decente para a Semana Santa e festividades que nella se há de fazer. (...) serão cuidados pelo Alcayde o qual há de tomar a rol todos os que faltarem para serem condenados cada hum em seis oitavas de ouro para este concelho, pagar a cadea, e para que venha a noticia de todos e não poderem alegar ignorancia mandamos lavrar o presente Edital, o qual será registado e publicado por todas as ruas publicas desta villa, passado em Camara 3 abril 1745 annos (MORAES, 2005).

De forma geral, toda a rede de igrejas da cidade de Goiás é definida numa composição arquitetônica evidentemente linear, além de apresentar a trilogia horizontalidade, verticalidade e semicircularidade (SILVA, 2010), que aponta respectivamente os ideários de continuidade, superioridade e poder. Com essas características temos delimitadas no centro histórico as seguintes igrejas: Matriz de Santana, 1727; Igreja São Francisco, 1761; Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte, 1779; Igreja de Santa Bárbara, 1780; e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 1786.

Na cenografia urbana da cidade de Goiás, concedemos relevância a Igreja São Francisco de Paula. Tombada pelo IPHAN em 13 de abril de 1950, inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes sob o n° 359 fl. 72, pode ser, em síntese, descrita nesse pequeno histórico:

Erigida por iniciativa de Antônio Tomás da Costa, essa igreja, a terceira edificada na cidade de Goiás, teve sua construção concluída no ano de 1761. Atualmente é a sede da Irmandade do Senhor dos Passos. Construída sobre uma pequena elevação, tendo à sua frente um átrio calçado em pedra com um cruzeiro, a Igreja de São Francisco de Paula apresenta uma fachada desenvolvida com a mesma concepção de simplicidade que caracteriza os demais templos da cidade. O tradicional corpo central é constituído internamente pela nave e pela capela-mor, e externamente pela porta central com duas janelas do coro, rasgadas e de parapeito entalado, em que atuam como elemento de vedação, peças de madeira recortada como imitação de balaústre. A igreja possui, além do central, dois outros corpos que correspondem aos corredores laterais à nave, simétricos e compostos de duas repartições cada

um, apresentando ainda portas de acesso independentes da entrada principal. Tais portas, pelas suas dimensões reduzidas em relação à principal, contribuem de maneira fundamental para destacar e dar uma caracterização até mesmo monumental àquela. O equilíbrio na composição da fachada desse edifício fica evidente quando se observa a colocação simétrica de falsas colunas coroadas por pináculos, nos limites do conjunto e na delimitação do corpo central, que por sua vez está limitado na parte superior por uma cimalha que esconde frontalmente o telhado. Compondo a fachada, pode ser visto ainda um óculo centralizado no frontão triangular reto, o que é mais uma das características marcantes desse tipo de edificação (COELHO, 1999, p. 75-76).

Na arquitetura vernacular da cidade de Goiás, a Igreja São Francisco é uma amostra exemplar de construção religiosa portadora de um discurso figurativo e temático. O discurso figurativo é o objeto concreto: tem função representativa material; está erigido no local, funcionando em instância. O discurso temático é a formulação e a disseminação abstrata de valores; explica, classifica e ordena a realidade; estabelecendo relações e dependências (GREIMÁS, 1973). Na arquitetura, os sinais físicos são marcas materiais que possibilitam conhecer e entender algo transmitindo informações e dizeres de orientação. O alicerce sobre o qual se constrói a formalização da geração de sentidos simbólicos é a imagem fornecida pela paisagem arquitetônica. A composição da imagem da cidade articula uma semiologia da realidade urbana, que propõe a análise da formação, difusão e apropriação de repertórios de imagens e discursos em diferentes espaços e tempos históricos.

Para introduzir uma leitura a respeito do discurso figurativo e temático que a Igreja de São Francisco de Paula oferece, é preciso considerar sua inserção estratégica no espaço urbano. O *status* de superioridade valorativa, social-religiosa da edificação, é enfatizado na sua localização privilegiada. A Igreja é situada em uma elevação às margens do Rio Vermelho; posição que coloca em evidência a oposição entre “alto e baixo”. Em Portugal são comuns as igrejas no alto dos morros (SILVA, 2010), a elevação em ambiente natural torna o “lugar” sublime, lugar da manifestação de Deus. A igreja localizada em relevo acima do rio sugere a onipotência da religião em relação ao temporal, expressa a oposição entre sagrado x profano. Ou melhor, expressa a indicação de que o poder religioso controla, de cima, as atividades que dinamizam a sociedade. Como o Rio Vermelho era o foco da atividade econômica de extração mineradora, a vigilância e a fiscalização Real – Divina – se faziam presentes no local. A materialidade evocava a espiritualidade, mantendo diálogo constante com a mentalidade/imaginário coletivo e social.



Fig. 1 – Igreja de São Francisco de Paula, s/d., Acervo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Na fachada da Igreja percebe-se a força expressiva das linhas; a fachada é plana e se expande para os lados. Na linearidade, os olhos (a vista) são conduzidos ao longo dos limites das formas e induzidos a tatear as margens; o traço linear permite procurar o sentido do objeto no contorno das formas externas e internas (PEREIRA, 2008). O estilo linear promove um afastamento do enunciado: são edificações que devem ser vistas de frente, entoando imponência; e de longe, promovendo um distanciamento respeitoso. Nesse prédio a retilinidade é expressa por desenhos de linhas retas na parte superior da construção: as platibandas. As linhas são responsáveis pela representação da horizontalidade e, portanto, da menção à continuidade. Seu frontispício é disposto dentro de um único plano definido visualmente e apresenta uma tendência ao contínuo. A noção de continuidade tem seu ponto de partida no passado. É a continuação de algo que teve início em um determinado momento, num contexto e que tem uma história.

A idéia de continuidade retorna ao passado e o reverencia. É a temporalidade que predomina no aspecto físico da cidade, das edificações religiosas e da referida Igreja. Esse tempo que continua, também reforça as impressões de “permanências” na sociedade. Além do mais, a igreja tem no topo de sua fachada um formato triangular. Os triângulos sobrepostos na parte superior da forma arquitetônica se justificam pela necessidade de se fazer referência à trindade. Essa necessidade também se encontra implícita nas laterais expandidas da igreja.



Fig. 2 – Igreja de São Francisco de Paula. Foto: Joaquim Craveiro, 1944.

Muitas das construções religiosas apresentam colunas - sempre em posição vertical - que interrompem as linhas retas horizontais. Esses prédios que apresentam horizontalidade contraposta com verticalidade manifestam a oposição básica entre continuidade e descontinuidade. Ao tocar as linhas horizontais, as colunas podem proporcionar uma impressão de ruptura ou pelo menos de interrupção. Mas essa impressão não abala a formatação linear predominante, apenas sinaliza possíveis mudanças de fases na história processual, periodicidades abarcadas por um mesmo todo contínuo.

No caso da Igreja São Francisco a linha reta central na parte superior do prédio é interrompida por colunas que instauram uma associação entre horizontalidade e verticalidade. No que tange a um edifício religioso, essa interação promove a conciliação de idéias: a horizontalidade é a integração com o entorno; a igreja ampla, de fachada aberta e acolhedora. E a verticalidade é a elevação; a afirmação da superioridade. A verticalidade que é concreta nas colunas que sobem e parecem altas, revela as noções de elevação, de algo que cresce e domina, e de superioridade.

Na maioria das construções religiosas do centro histórico da cidade de Goiás há semicircularidade visível nas janelas, portas e portais. Os semicírculos são imitação da arquitetura romana clássica; em Roma eram construídos com o propósito de exaltar conquistas e vitórias (SILVA, 2010). Nas cidades coloniais foram apropriados para mobilizar, no local, a idéia de exaltação e contemplação, remetidas ao poder secular. O sentido do signo continua amplo: os arcos eram característicos das grandes igrejas e palácios na Europa (principalmente na Itália) e foram implantados nas cidades coloniais. A adaptação de signos na arquitetura é a reapropriação e refuncionalização do símbolo e da idéia.

Durante o século XIX, período do Império - em que a Vila torna-se Cidade -, a imagem colonial foi preservada e garantida como legado. Evidencia-se em vasta documentação a preocupação com a conservação da imagem formulada no espaço. Os Códigos de Posturas possuíam legislações específicas para as construções urbanas, contidas nos itens sobre Obras Públicas os quais regulam construções e reconstruções, edificações e reedificações, reformas, consertos e reparos, termos que aparecem nos documentos que tratam da manutenção do aspecto físico da cidade. Manuscritos e relatórios também oferecem material contundente a respeito de tais intenções.

Em 1870 a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos foi transferida para a Igreja de São Francisco. Desde essa época, a Irmandade é responsável pela conservação da igreja e bens integrados. A primeira reforma realizada na São Francisco, de que se tem notícia em legislação oficial, encontra-se no Livro da Lei Goyana de 1851 (p. 55) em disposição transitória: “Art. 1º Isenção de pagamento de imposto para o Hospital São Pedro de Alcântara, e para o sobrado que serve de Patrimônio a Capella de São Francisco de Paula, enquanto estiver em ruína”. Alguns anos mais tarde, o Relatório Provincial de 1857, das despesas, demonstra a preocupação do governo em reparar o prédio contíguo à Igreja: “Art. 6º autoriza os reparos necessários no sobrado São Francisco de Paula” (p. 23)²



Fig. 3 – Detalhe da Vista de Goiás, desenho de Joaquim Cardoso Xavier, 1803.

Nesse período histórico, o termo *patrimônio* ainda era entendido, quase que exclusivamente, enquanto propriedade ou bem. Mas, é preciso lembrar que o conceito que se

² O Relatório Provincial de 1857 ratifica as informações do desenho de Joaquim Cardoso Xavier datado de 1803 localizado na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, e algumas narrativas tradicionais que sugerem a existência de um sobrado ao lado da Igreja de São Francisco de Paula, nos séculos XVIII e XIX. Questão também suscitada por Carla Pereira (2006) quando destacou que outra edificação integrava a Capela: “Desta observação poderíamos inferir que o templo já foi parte de um complexo religioso maior. O prédio ao lado da Igreja poderia ser parte da residência dos padres ou mesmo um colégio, local para catequese. (...) Contudo chama a atenção nesta ilustração que retrata as demais edificações com bastante fidelidade, este pormenor” (p. 12).

tinha de cidade era legado do passado. A filosofia da cidade antiga – herança do passado – mantinha uma dinâmica de sociedade cujas bases estruturais eram sedimentadas por certo protótipo citadino. A cidade era elemento de um sistema (macro) que a abrangia na tendência global da época para o arranjo urbano. A cidade já era o lócus onde ocorre a conexão entre a produção do lugar e da cultura (CAVALCANTI, 2008). Então, pode-se cogitar um conteúdo de teor cultural para o termo *patrimônio* nesse contexto. Isso pode ser respaldado com a ressalva, notada no documento, em torno do termo *ruína*. Entendemos que as edificações consideradas “arruinadas”, a exemplo do sobrado contíguo a Igreja de São Francisco, eram aquelas muito estragadas para os critérios da administração local. Em outros relatórios aparece similar orientação.

No livro da Lei Goyana de 1846, Art. 32, sobre Obras Públicas consta que:

As camaras, quando emprehenderem alguma obra, enviarão a planta, e o orçamento feito por peritos, acompanhando huma exposição circunstanciada, tanto da utilidade, que deve resultar ao Municipio, como dos meios de ocorrer as despesas necessarias, quando para isso não cheguem as suas rendas actuaes.

Os peritos eram profissionais especializados – alguns documentos especificam que eram engenheiros – em planejamento urbano. A maior parte das orientações para as obras seguiam as diretrizes vindas de Portugal, mas recebiam adaptações de acordo com as necessidades locais. O acompanhamento dos serviços nas obras era feito por fiscais municipais em caráter de obrigatoriedade. O documento coloca ênfase na explicitação da utilidade e resultado do empreendimento. Depreende-se disso que todo o aparato organizativo em torno de uma obra de reforma tinha o objetivo final de alcançar o resultado almejado: reparar o “arruinamento” e preservar o “patrimônio”.

No mesmo sentido, em 1871 o livro das “Leis da Provincia de Goyaz” dispõe: “Art. 11º. As câmaras são obrigadas a prestarem contas anuais em relatórios sobre os prédios que forem edificados ou reedificados nas povoações do município”.

O Código de Posturas reunia o conjunto metódico e sistemático das disposições legais do Município. O conteúdo do documento mostra uma grande preocupação, por parte das autoridades provinciais, com a verificação do emprego das verbas em obras públicas. O orçamento e a prestação de contas eram discriminados nos relatórios anuais para certificar que a renda fora utilizada para os devidos fins.

Com a relação dos prédios que careciam de reforma, as autoridades tomaram conhecimento da situação em que se encontrava o sobrado que integrava a Igreja São Francisco. E no ano seguinte, nas Leis da Província de Goyaz de 1872 encontramos a seguinte disposição permanente: “Art. 5º Fica a Capella de São Francisco de Paula erecta na cidade, exonerada do pagamento de juros de quantia despendida pelo cofre provincial com a reedificação do prédio de seo patrimônio” (Tomo 38, p. 25). Em 1874 a concessão é generalizada, pois o Código de Posturas aprovou em relação à décima urbana: “Art. 6º a todo prédio em estado de ruína, é concedido reedificação sem imposto”.

Da exoneração do pagamento de juros passa-se para a isenção de impostos anuais para os prédios carentes de reedificação. Aconteceu uma evolução legislativa que facilitou, em termos de gastos e recursos, as reedificações dos prédios públicos. A Capela de São Francisco foi uma das primeiras a receber exoneração de juros por conta de seus reparos. É também, o único prédio tratado de *patrimônio*, nos Códigos de Leis. Esses dados são suficientes para desvelar a importância religiosa do prédio: os consertos materiais incidem sobre sua utilidade prática-religiosa e, respectivamente, as qualificações que recebe apontam para seu valor simbólico. Podemos fomentar a idéia de que, no decorrer de algumas décadas, o processo de garantia da conservação da Igreja para a posteridade, foi consolidado.

Na primeira metade do século XVIII a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos tinha como sua sede a Igreja Matriz de Santana e nela permaneceu até 1833 quando foi transferida provisoriamente para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa e, posteriormente, para a de São Francisco de Paula (MORAES, 2005). No ano de 1870 os Termos de Mesa comprovam uma série de adaptações na Capela de São Francisco para receber a imagem do Senhor dos Passos, bem como a Irmandade. Sobre a situação da Catedral de Santana o Folhetim *Memórias e Benfeitorias públicas da Cidade de Goiás*, editado em 1906 publicou que “em 1872 apresentavam as suas paredes, que eram de taipas, grandes fendas, ameaçando desabar-se pelo que foi arreado o templo do arco Cruzeiro para baixo”. Além disso, documentos provinciais citam no ano de 1874 a reconstrução do frontispício da Catedral. A ameaça de desabamento é proveniente de um processo de estragos de longo prazo, pois consta em documentações oficiais que durante o século XIX a igreja passou por algumas reformas e reconstruções. Tal situação justifica a transferência da Irmandade para a Igreja de São Francisco. E, justifica, também, os auxílios prestados aos seus reparos.

A nova condição da Capela de São Francisco, - guardiã da imagem de Bom Jesus dos Passos e sede de sua Irmandade -, altera a forma interna e reforça a forma externa da Igreja. Segundo o arquiteto e historiador urbano Bernard Lepetit, as formas das edificações

devem estar em conformidade com as práticas exercidas para que exista a correspondência entre forma e função. O espaço e seu uso devem estar em acordo para incentivar a dinâmica do grupo. Nesse sentido, os acréscimos que recebe a referida construção apontam para uma significativa refuncionalização de seu espaço.

Outra possibilidade para corroborar a hipótese de que as reformas eram correlacionadas ao rearranjo funcional da Igreja, enquanto sede da Irmandade, é o fato de que além da Igreja propriamente dita, alguns documentos também apresentam preocupação com a preservação das Capelas de Passos da Paixão (sete capelas espalhadas pela cidade). Sobre os concertos das Capelinhas de Passos, identificamos no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade recibos que datam das décadas de 1870 e 80. Período em que a garantia da preservação da Igreja e de sua imagem se consolidara com a transferência da Irmandade, prática estendida para os Passos, necessários ao culto da Paixão:

31 de março de 1870. Ao marceneiro João Parode pelo concerto do Passo da Rua Joaquim Rodrigues, a saber: madeira de cedro, 5.000 r, 4 com parafusos 3.000 r, pregos 100 r, mão de obra, 8.000 r, o que consta no recibo.

11 de abril de 1870. Idem a Expedito d'Assunção Ferreira, procedente de concertos feitos no 2.º, 3.º e 4.º Passos.

20 de abril de 1886. Importância paga a Cassiano das Neves Baptista, proveniente de telhas compradas para o concerto do Passo da Rua do Comércio.

26 de abril de 1886. Recebi do Ilmo. Sr. Cap. João Baptista Xavier Serradourada, thesoureiro da Irmandade do Sr. Bom Jesus dos Passos, a quantia de quatro mil réis, importância por quanto fiz alguns concertos no paço existente na Rua do Comércio desta cidade, defronte da casa do Dr. Alferes Ignácio Luz da Silva Brandão.

No Livro de Receitas e Despesas, de 12 de abril de 1874, encontra-se relatado em um recibo a mesma preocupação com a conservação da Igreja e com a adaptação do camarim do Senhor dos Passos:

Pago a José Olavo e outro companheiro, pelo trabalho de conduzir o retábulo, simalhas, forro e tudo mais de madeira que se achava no camarim do Senhor dos Passos na Igreja Matriz, para São Francisco, como consta do recibo.

Em demais documentos, como em Termos de reuniões e outros recibos, datados das décadas de 1860 a 1880, tais preocupações são recorrentes:

20 de outubro de 1869. Ao Major José Joaquim da Veiga Valle, do conserto e encarnar a imagem do Senhor Crucificado do altar do camarim, como consta no recibo n.º 10. 50\$000.

Recebi do Sr. Capitão Ângelo José da Silva, Thesoureiro do Sr. Bom Jesus dos Passos, a quantia de 20:000 proveniente do conserto que fis no nicho para ser depositado a imagem do Sr. Bom Jesus dos Passos a saber = pregos, taboas e mão de obra e por ter recebido mandei pagar a presente. Goyaz, 9 de maio de 1870.

8 de abril de 1871. Pago ao Sr. João Parode o conserto que fez na imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos e no estradinho em que está o mesmo Senhor, como consta do recibo n.º 37.

Recebi do Sr. Capitão Ângelo José da Silva, Thesoureiro do Sr. Bom Jesus dos Passos, a quantia de onze mil seiscentos e quarenta réis 11:640 proveniente do conserto que fiz no altar-mor, na (...) e urna do mesmo altar com taboas e pregos, para a segurança do mesmo altar no qual se acha a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Termo de reunião de meza para a deliberação da festa no anno de 1885. Aos cinco dias do mez de março de mil oitocentos e oitenta e cinco, nesta cidade de Goyaz, nesse consistório da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, achando-se presentes os officiais e irmãos de meza abaixo assignados. (...) Expondo o senhor thesoureiro achou autorizado por sua Ex. Sr. Bispo Diocesano, a propor a Irmandade a compra de retábulos ou urna do altar do camarim do Senhor Bom Jesus dos Passos que existe na Matriz, resolveo a meza por unanimidade de votos, que não se fizesse essa venda, visto como devem ser esses objectos aproveitados no novo camarim que se tem de fazer.

A preservação da Imagem do Padroeiro já é certificada por volta de 1850 a 1860, quando o artista goiano Veiga Valle trabalhava na cidade. Consta que ele fez uma restauração na peça, colocando-lhe articulações nos braços e pernas, olhos de vidro, e deu maior expressão na face aplicando-lhe nova pintura de carnação, com a qual a imagem permanece até hoje.

Reunidas tais informações verificamos que, enquanto o governo através da Câmara Municipal concedia exonerações e isenções para a manutenção do prédio, a Irmandade dos Passos concedia recursos financeiros para serviços nas Capelas e para a compra de materiais relacionados aos consertos do altar e à restauração da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos. Então, ocorre uma tripla conciliação mantenedora dos sustentáculos da Irmandade: a garantia do prédio, obra arquitetônica; a garantia dos objetos interiores, sendo o

principal elemento a imagem do Senhor dos Passos; e a garantia de pontos de apoio exteriores, ramificados nas Capelas de Passo.

Geralmente, os conjuntos arquitetônicos das cidades históricas são vislumbrados de forma contemplativa. A obra arquitetônica é o principal meio de manifestação da natureza e da grandeza do passado da cidade. A sociedade, muitas vezes, estabelece uma relação indissociável entre a cultura material edificada e a memória social. A memória social-religiosa é um marco cultural na maioria das cidades históricas brasileiras. A organização social da transmissão das recordações, que produz e reproduz o conteúdo da memória social, é materializada e conservada de modo geral em edificações que exprimiram e moldaram o passado. Sobre esse assunto Peter Burke (1992) explica que os historiadores dos séculos XIX e XX têm privilegiado os monumentos públicos que associam os temas de recordação a imagens que são sugestivas. Uma edificação deve ser o lugar adequado para o tipo de manifestação sócio-cultural que ocorre em seu interior. No que diz respeito às edificações religiosas, sua forma remete às práticas e atividades exercidas, passadas ou atuais.



Fig. 4 - Igreja de São Francisco de Paula, s/d., Acervo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Retomando o foco da análise para a Igreja São Francisco, entendemos que é notadamente um componente paisagístico destacado, e, de acordo com a documentação, o destaque é reforçado porque a igreja guarda como elemento principal a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos. Para confirmar a importância da associação entre a igreja e a imagem, consideramos a seguinte notificação: “A Igreja é dedicada a São Francisco, cuja imagem desceu do nicho principal para dar lugar á de N. S. dos Passos. Esta imagem tinha seu altar na Igreja Matriz. Com a demolição desta, para reconstrução, veio à imagem a ser hóspede de São Francisco, ali se encontrando até hoje” (LACERDA, 1977, p. 42).

O espaço religioso em questão é movimentado e apropriado por determinado grupo que dinamiza as atividades ligadas à Igreja. A afirmação da identidade da Irmandade dos Passos é associada e, até, circunscrita ao local a ponto de seu culto se sobrepor ao de São

Francisco de Paula, padroeiro da igreja. Como coloca o historiador francês Pierre Nora (1993) é um chamado “lugar de memória”. Esses lugares de memória têm objetivamente a intenção de evocar a memória para reafirmar a história; são “lugares” que pertencem aos dois planos; eles têm dupla natureza: memoriais e históricos. É o que concede ao lugar sua eficácia: orientam e ajustam a conduta social - nesse caso, social-religiosa. A promoção do “lugar de memória” materializa a memória no monumento. A exaltação do ambiente conduz ao rememorativo e ao comemorativo. Assim, perpetua a ação do grupo no lugar - seja efetivamente, ou em reminiscências – e nos imaginários sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, Peter. **História como memória social**. In: Variedades de historia cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

Códigos de Posturas e Relatórios da Província de Goiás de 1846 a 1875. Acervo da Fundação Frei Simão Dorvi, Goiás-GO.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás**: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

_____. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**: Vila Boa. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.

_____. **Arquitetura da Mineração em Goiás**. Editora: Trilhas Urbanas. Goiânia-GO, 2007.

GREIMÁS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LACERDA, Regina. **Vila Boa**: história e folclore. Goiânia: Oriente 1977.

Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Senhor dos Passos da cidade de Goiás (1840-1882). Acervo da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, Goiás-GO.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2005.

NORA, Pierre. **“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”**. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993.

PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. **As Igrejas de Goiás – um estudo de caso Igreja São Francisco de Paula:** ensaio de qualificação estética da obra de arte. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2008.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** São Paulo: UNICAMP, 2007.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Por uma Nova História Urbana:** Bernard Lepetit. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

SILVA, Leosmar Aparecido da. **Aspectos sociais, políticos e religiosos da arquitetura colonial vilaboense: uma análise semiótica.** *Via Litterae*, Anápolis, v. 2, jul/dez 2010.

ESPAÇOS DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS

João Guilherme da Trindade CURADO¹

joaojgguilherme@hotmail.com

Tereza Caroline LÔBO²

terezacarolinelobo@hotmail.com

Resumo: A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil, ocorre há quase dois séculos e se estende por mais de dois meses, entre os momentos de preparação, da festa propriamente dita e a desativação da mesma. Mas uma das grandes características que contribuíram para a manutenção desta festividade é a importância que ela representa para a comunidade pirenopolina. O desenrolar da festa ocorre em várias e diversificadas espacialidades como igrejas, ruas da cidade, algumas residências que se alteram a cada ano para abrigar os festejos promovidos pelos personagens principais, assim como a interligação com os povoados, durante o giro das Folias que percorrem significativa parcela da área rural, realizando pousos em diversas fazendas.

Palavras-chave: Festa do Divino, Pirenópolis, Espacialidades da Festa.

Abstract: The Festival of the Divino Espírito Santo in Pirenópolis, recognized as Cultural Heritage of Brazil, happens since two centuries ago and extends for more than two months, among the preparation moments and the deactivation of the festival itself. But one of the largest characteristics that contributed to maintaining this festivity is the importance of it that represents to the community pirenopolina. The happening of the festival takes place at various and diverse spatialities as churches, city streets, some residential houses that change their structures each year to host the festivities sponsored by the main characters, as the interlinking with the villages, during the route of the “Folias” that go through significant portion of the rural area, performing “Pousos” in several farms.

Keywords: Festival of the Divino, Pirenópolis, Spatialities of the festival.

Estranha situação:

os espaços amados nem sempre querem ficar fechados!

Eles se desdobram.

*Parece que se transportam facilmente para outros lugares, para outros tempos,
para planos diferentes*

¹ Universidade Federal de Goiás

² Universidade Federal de Goiás

de sonhos e lembranças
(BACHELARD, 1993, p. 68).

As Festas em homenagem ao Divino Espírito Santo são originárias, segundo muitos afirmam, da Europa e de lá vieram a bordo, transplantando o Atlântico e aportando nas Américas em que se difundiram rapidamente. No Brasil, seguiram os embrenhamentos que se fizeram – primeiro na costa nordeste, caminhando para sudeste, traspassando o centro-oeste (objeto de nossa investigação) e ganhando demais áreas que compõem a atual configuração de nosso país. A tais deslocamentos devem ser consideradas as diversas adaptações pelas quais tal manifestação passou desde sua realização com grande pompa pelas monarquias europeias até as comemorações populares marcadas pela ausência de membros da Igreja, quando realizadas nos “sertões” brasileiros, junto a índios e a negros que nem sempre comungavam deste mesmo princípio religioso-festivo.

Os primeiros registros que se tem em Goiás sobre a Festa do Divino Espírito Santo datam já do Brasil enquanto Reino Unido a Portugal e Algarves, quando D. João VI incentiva as expedições científicas que circulam por grande parte do território brasileiro em busca de informações; dentre os pontos observados estão as festas presenciadas pelo francês Saint-Hilaire que: “acabava de ser realizada em Santa Luzia a festa de Pentecostes. Todos os fazendeiros das redondezas estavam reunidos no arraial, e no momento em que cheguei à praça pública ia ser realizada uma cavalhada” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 24).

Algumas das possibilidades espaciais são apontadas por Saint-Hilaire (1975) em sua breve descrição sobre a Festa do Divino, que ocorre após a Páscoa em Santa Luzia, atual cidade de Luziânia, que compõe a região do Entorno de Brasília. O viajante salienta alguns dos deslocamentos como os realizados pelos fazendeiros em direção ao arraial, assim como a utilização de espaço público — a praça — para uma festividade de caráter religioso. A partir desta contribuição apontam-se as inúmeras possibilidades de uso do espaço por uma festa. Antes, porém, uma rápida abordagem histórica visa contextualizar a dinâmica da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis.

O histórico da Festa remonta a períodos não documentados, o que era uma prática bastante comum pela Igreja que na ausência de um corpo clerical que suprisse as necessidades das vilas e arraiais que foram surgindo no Brasil da chegada dos portugueses até mesmo se estendendo ao século XIX, mantinham na maioria das vezes apenas os registros básicos como batizados, casamentos e óbitos. As festas eram pouco ou quase nunca mencionadas, no que não se diferia a antiga Meia Ponte.

A festa chega e se estabelece, nos primeiros momentos, no espaço constituído durante a mineração do ouro em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, mas consolida-se em uma ambiência rural com uma agricultura básica e de subsistência. Em sua passagem pelo arraial em 1819, Saint-Hilaire comentou: “ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana” (1975, p. 37). Tendo como base a produção agrícola (sobretudo de algodão e cana-de-açúcar) aliada à função de entreposto comercial, Meia Ponte teve sua economia (re)definida e conseqüentemente seu espaço que outrora configurava-se basicamente como local de sociabilização delimitado pelo domingo — dia de missa para os católicos, ao final da qual eram realizados batizados no interior das igrejas locais, em cujos adros se davam encontros.

As próprias cerimônias religiosas contribuíaam como demarcadores de espaços entre os sexos. Em uma das edições do *Matutina Meiapontense* — o primeiro jornal a circular no Centro-Oeste brasileiro entre os anos de 1830 a 1834 — há menção de que as mulheres eram aconchegadas no adro, ao redor do qual ficavam os homens. Mas os encontros após as missas eram inevitáveis e foram deles que muitas uniões se estabeleceram formando as “Famílias Pirenopolinas” conforme estudo genealógico realizado por Jarbas Jayme (1973)³.

As festas, como os domingos, eram momentos aguardados para a maioria da população e sabendo destes anseios a Igreja contribuiu com um extenso calendário religioso que se estendia por todo o ano e perpassava a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e as demais capelas que compunham a paisagem religiosa local (CURADO, 2006). Na Capela do Senhor do Bonfim aconteciam as festas do Senhor do Bonfim, de Santa Luzia e a de Santa Bárbara. Na do Carmo a festa de Nossa Senhora do Carmo, sendo que ambas eram cenários para as procissões da Semana Santa. Havia também a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos com as antigas festas de Santa Ifigênia, São Elesbão e as importantes festas de São Beneditos e de Nossa Senhora do Rosário que posteriormente passaram a compor os festejos do Divino, conforme Lôbo (2006).

Os primeiros relatos sobre a Festa do Divino em Pirenópolis foram publicados em decorrência de pesquisa que indica

não conseguimos obter, entretanto, a despeito de perseverantes e cuidadosas indagações, notícias exatas, anteriores ao ano de 1819, dessa festa popular, para a

³ A obra foi disposta em cinco substanciosos volumes que trazem os estudos genealógicos de algumas das primeiras famílias que chegaram a Meia Ponte, esboçando através de seus descendentes a trajetória histórica da atual Pirenópolis até aproximadamente a década de 1970.

qual ocorrem prosélitos de todos os pontos do município e das povoações e cidades vizinhas (JAYME, 1971, p. 610).

Foi este mesmo autor, que ao elaborar uma listagem a partir do referido ano de 1819, com a indicação do Imperador — figura de destaque e centralizador das festividades — quem nos possibilita visualizar a expansão espacial da Festa do Divino em Pirenópolis. Nos sete primeiros anos mencionados não há menção a qualquer outra atividade que não as celebrações religiosas promovidas na Matriz, as festas na Casa do Imperador e os rituais de cortejos entre os dois outros pontos primeiramente mencionados. Essa tríade espacial

a festa, o cerimonial, o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social. Sua importância, conforme tenho chamado sistematicamente a atenção, não é uma função do espírito festeiro, cínico ou irresponsável do brasileiro. É muito mais um mecanismo social básico por meio do qual uma sociedade feita com três espaços pode tentar refazer sua unidade (DAMATTA, 1997, p. 61).

Ao estabelecer ligações, unindo a casa, a rua e a igreja, o momento da festa inverte a ordem oficial que estrutura politicamente a sociedade, ordem esta marcada também pela divisão entre o público e o privado. Ao sair da casa e ganhar as ruas passando pela igreja os espaços ocupados durante a festa se unificam e todo o espaço passa a ser *de* festa. Ao mesmo tempo em que une “este mundo” e o “outro mundo”, transcendendo espaços religiosos que se encontram dicotomicamente separados, sedimenta-se uma união popular fundamentada na vivência com o festejo.

As igrejas também denominadas de “casas de Deus” (JAYME, JAIME, 2002) detinham as diretrizes religiosas das pequenas comunidades como a pirenopolina, uma vez que a grande maioria professava tal credo. O que facilitou a implantação e aceitação das festividades propostas, acrescentando a isso a necessidade de externalização da fé. A igreja Matriz, principal palco das festividades do Divino Espírito Santo foi descrita por Saint-Hilaire ainda em 1819 como sendo “bastante ampla e fica numa praça quadrangular. Suas paredes, feitas de adobe, têm 12 palmos de espessura e são assentadas sobre alicerce de pedra. O interior da igreja é razoavelmente ornamentado” (1975, p. 36). Tais ornamentações se ampliam durante as festas, sendo que cada uma delas conta com uma decoração própria; para a do Divino, por exemplo, são providenciadas bandeiras vermelhas e pombas bancas, além de muitas flores e velas que alteram o espaço corriqueiro das demais celebrações religiosas.

Quanto ao interior das edificações religiosas, percebe-se que haviam diretrizes a serem seguidas, principalmente quando se participa das novenas na Matriz e do *Reinado*⁴ na igreja do Bonfim. Sobre as semelhanças nos informam que:

a divisão básica do edifício, em nave, capela-mor e sacristia, além da colocação do coro como um mezanino sobre a porta de entrada, mantém uma tradição de programa que remonta há séculos, em que cada período histórico contribui com novos conceitos ou mesmo com novas formas de interpretação desses espaços, dando-lhes elementos decorativos próprios do período em curso, sem contudo alterar suas características básicas (COELHO, VALVA, 2001, p. 144).

A casa do Imperador não se constitui enquanto um espaço destinado a abrigar tais funções, tal intento foi até proposto por um padre no início do século XXI, mas foi amplamente rejeitado, pois como manda a tradição local, cada pessoa que se dispõe a entrar na sorte para concorrer ao encargo de Imperador tem como desejo levar a Coroa do Divino implantada na Festa a partir de 1826 pelo padre Manuel Amâncio da Luz para a residência da família dando à casa do Imperador um status diferenciado das demais, uma vez que a Coroa permaneceria ali, entronizada, por um ano, abençoando os moradores e congregando pessoas que passam a frequentar a casa para a realização de orações e da festa em si.

O ato de comemorar a festa na casa de residência ou da família possibilita o ritual proposto por Van Gennep (1978) de “transpor a soleira da porta” não só para os familiares, íntimos e amigos, mas principalmente para todos os integrantes da comunidade que se dispuser a participar; assim atualmente é possível também, por meio da festa conhecer casas de outro contexto histórico de Pirenópolis, estabelecendo “uma ponte para o mundo goiano do século XIX” conforme título proposto por Oliveira (2001).

Mas não obstante, deve ser lembrado que a Igreja e a Casa do Imperador em si representam polaridades que precisam ser interligadas para que a dinâmica festiva se estabeleça. Neste caso a ligação se dá por meio das ruas — caminhos festivos — que possibilitam a complexificação espacial que a Festa do Divino vem reunindo no transcorrer de quase três séculos de realização.

Assim, os festejos do Divino Espírito Santo em Pirenópolis são configurados em três momentos rituais, que indicam os lugares de realização da festa. Um primeiro lugar

⁴ *Reinado* é a denominação mais usual para se referir às festividades do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e ao Juizado de São Benedito que acontecem atualmente na segunda e terça-feira após o Domingo de Pentecostes — Domingo do Divino, conforme Lôbo (2006).

essencialmente ritualístico é composto pelas casas, que de lugares privados e familiares, tornam-se públicos, como o são as casas do Imperador do Divino, do Rei e Rainha do Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e do Juiz e Juíza do Juizado de São Benedito, dos partícipes que oferecem os pousos das folias e as farofadas. É neste espaço que sucedem as reuniões, a distribuição dos doces, de onde partem e chegam os cortejos e, onde ocorre a Festa. O segundo são as ruas trilhadas pelos cortejos, pelos mascarados e cavaleiros invertendo a lógica de apropriação verificada nas casas, já que o espaço público, momentaneamente, torna-se um domínio festivo privado, lugar de festa, essencialmente, o trânsito de carros tem que dar lugar aos festejos, pessoas e cavalos se misturam no cenário colonial. E, por fim, vem a igreja que, dentre todos os espaços, é a que apresenta a menor dimensão por causa do número de participantes inferior ao observado nas casas e nas ruas; a igreja, apesar de constantemente disputar a ampliação de seu espaço de domínio sobre a festividade, na prática interfere pouco na realização dos rituais festivos, permanecendo como local privado, esta ocupa a centralidade da festa, pois são nas igrejas que acontecem as coroações, as novenas, as missas e o sorteio das personagens principais.

Portanto, pode se afirmar que de acordo com o exposto por Oliveira (2001) “nenhum desses mundos é hegemônico, nem auto-suficiente, porque a leitura de um ‘evoca’ o outro”, uma vez que “a casa insere-se no mundo da rua, mantendo com este relações de dependência e complementaridade” (OLIVEIRA, 2001, p. 88). Tais predominâncias espaciais, com o tempo, vão ganhando amplidão e contribuindo, desta maneira, para maior significação da Festa que socialmente passa a agregar mais pessoas para ser realizada — um intenso exercício de sociabilidade e constituição de identidades.

Em 1826, quando Imperador, o padre Manuel Amâncio da Luz, que segundo relatos teria sido um grande entusiasta e incentivador da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, acrescentou às festividades não só a Coroa e o Báculo em prata, mas ainda a distribuição de verônicas⁵ de alfenim e pãezinhos ao povo. Mas a grande contribuição a ele referenciada foi a implantação das Cavalhadas, ainda conforme expõe Jayme (1971).

As Cavalhadas podiam constituir-se um acontecimento em si mesmo, desligado, portanto

das solenidades oficiais, constituir numa festa em si mesma, desenrolando-se durante vários/dias, ‘verdadeiro espetáculo em campo aberto’. De origem ibérica, evidente reminiscência dos torneios medievais, a cavalhada, muito praticada pelo

⁵ Feita da mesma “massa” do alfenim — açúcar, água, caldo de limão e clara de ovo — a verônica é moldada como se fosse um medalhão em formas (moldes) com desenhos temáticos da Festa do Divino como a Coroa e o pombo. Os trabalhos são realizados durante as noites que antecedem a Festa na Casa do Imperador.

Brasil todo, começou sendo apanágio das classes dominantes: dignatários da cidade e, essencialmente, grandes proprietários rurais (MEYER, 1995, p. 19-20).

Fato este não ocorrido em Pirenópolis, então Meia Ponte, quando foram introduzidas junto à Festa do Divino, concorrendo para tornar mais extenso os espaços ocupados pela Festa. Originalmente as Cavalhadas foram encenadas no antigo “Largo da Matriz”, um local então ermo situado acima da igreja. Ocorreram ali, não regularmente todos os anos, até 1958 quando passa por mais um período de pausa para ser retomada em 1966 já em outro espaço previamente adaptado: o Campo das Cavalhadas, localizado em área de expansão e hoje fora do Centro Histórico. Excepcionalmente as Cavalhadas saíram deste Campo para um espaço improvisado na beira do Rio das Almas em 2004 por ocasião das obras no Campo das Cavalhadas que vem sendo adaptado para se tornar um “complexo Arena das Cavalhadas”, mas que ficou popularmente conhecido como Cavahódromo.

Diante do cenário de incorporação e ampliação da importância da Festa para a comunidade pirenopolina em 1836 dois pontos chamam a atenção. O primeiro é que houve a tentativa de inserção de uma nova festividade, o “Batalhão de Carlos Magno” uma manifestação também contendo doze pares de homens divididos entre mouros e cristãos que a pé faziam representações pelas ruas locais. O segundo ponto foi o fato de que o poder público acabou instituindo a necessidade de autorização para que a apresentação do Batalhão ocorresse: “para isso, requereu permissão à câmara municipal, havendo pago a respectiva licença, que lhe custou 2\$400” (JAYME, 1971, p. 612). Outras interferências governamentais ocorreriam com maior insistência na década de 1970 com a GoiásTur, empresa estadual de turismo que passou a destinar verba para a realização da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, a partir deste momento empresas passaram a ser “patrocinadoras” da Festa, estampando suas logomarcas por vários espaços durante as festividades.

Em 1837 foi encenado o drama “Demofonte”, ainda segundo informações de Jayme (1971) e a recorrência dos dramas torna-se constante na relação dos Imperadores apresentada pelo referido autor que menciona a primeira construção com destino a abrigar um teatro no ano de 1860. A explicação para este desencontro de datas em torno de um espaço destinado a teatro pode ser explicado pelo fato de que “as representações teatrais ocorriam em Meia Ponte há um longo tempo. Eram manifestações inclusas nos festejos religiosos. Essas encenações eram realizadas nas ruas ou no interior das residências, em barracões construídos para tal” (OLIVEIRA, 2001, p. 108). Outra autora vem ao encontro da explicação dos usos destes cenários mágicos em que atores atuavam em Meia Ponte: “Entendemos que ao retirar-se a

função teatral do espaço coletivo da rua, expressou-se, de maneira implícita, a vontade de restringir em quantidade e qualidade o público que afluía às manifestações cênico-musicais” (SOUZA, 1998, p. 86).

Espaços da Festa

Diante do esboçado sobre as alterações espaciais impostas à Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis fica evidente o percebido por Del Priore ao analisar as festas brasileiras coloniais, em que

no momento em que a celebração ganha a rua — e ela o faz com o início das danças e desfiles que acompanham o cortejo ou a procissão —, os eventos dentro da alegre reunião começam a ganhar independência [... e] invadem a tela bem-comportada da comemoração original e, embora estejam articuladas com o todo oficial, cada uma dessas manifestações tem vida própria e significado peculiar (DEL PRIORE, 1994, p. 43).

Assim foi se constituindo os festejos em homenagem ao Divino Espírito Santo em Pirenópolis, um mosaico de várias festividades que congregam folias, reinados, juizados, rezas de terços, novenas, missas, cavalhadas, mascarados, pastorinhas, cada qual com seus espaços de realização, rituais próprios e independência de atuação social.

Há que se ressaltar que “ao lado de uma sociabilidade mundana emergente, permanecia aquela ligada às tradições do lugar, pertencentes a uma antiga vida urbana e apropriada pelo universo rural” (OLIVEIRA, 2001, p. 109). A ruralidade presente, ainda hoje na Festa do Divino em Pirenópolis denota o período após a mineração em que houve uma intensa ruralização, período em que esta Festa passa a ocorrer de acordo com os relatos locais. Assim, a referida autora, em outra obra destinada as fazendas goianas delinea o papel da casa rural goiana, na qual muitas delas, em Pirenópolis abrigam Pousos de Folia do Divino Espírito Santo nas proximidades de Pentecostes, para ela

a casa conduz e seduz. Na condução trilharam-se os caminhos traçados pela obrigatoriedade do abrigo ao homem. Na sedução percorreram-se estradas que enveredam pelo olhar e pelo coração de quem vê ou de quem precisa viver. O abrigo tem a forma feita por alguém. Quem perscruta esse viés acredita na arquitetura sem a intervenção do arquiteto, integrando necessidade e sonhos. A construção do olhar é conduzida por aqueles que relacionam a história com as

práticas culturais e suas representações, entendendo-as como participantes de um único processo. Desse modo, os percursos se cruzam quando se propõe avaliar a casa como artefato, como representação e como lugar de memória, enaltecendo a sua condição de permeabilidade e legitimidade como fronteira (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

A legitimação das fronteiras se dá por necessidade dos espaços e das utilizações que nele acontecem em decorrência da Festa, o que indica que “a simultaneidade entre os lugares já não é apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas a do tempo social, dos momentos da vida social” (SANTOS, 2008a, p. 145) representadas pela sociabilidade festiva em que se torna complexo ou até mesmo ineficiente dicotomias rígidas e/ou estagnadas, uma vez que festas são eventos híbridos que permitem inúmeras sobreposições tempo e espaciais, portanto concordamos como o

fato de que há um espaço sagrado e um espaço profano, porquanto não se trata de categorias substanciais, mas sim relacionais, onde os confins são móveis e flexíveis. Na realidade, o sagrado é sagrado simplesmente porque está aqui e porque nós lhe dedicamos uma atenção particular. É, pois, o espaço que passa a ser valorizado, sublinhado, tornando significativo até se tornar sagrado (TERRIN, 2004, p. 201).

O espaço, para Santos, é “considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 2008a, p. 36). É também um sistema complexo, um sistema de estruturas que evolui quando o espaço total evolui e, por sua vez, a evolução de cada estrutura em particular afeta a evolução da totalidade (SANTOSb, 2008). Esse mesmo espaço “só pode ser percebido através da nossa sensibilidade” (TERRIN, 2004, p. 199) e perceber, segundo o mesmo autor com base em Merleau-Ponty “é viver dentro de uma contextualidade, a qual, por sua vez, encarna-se e toma a forma de um lugar, de um ambiente, de um modo de ‘habitar’ o mundo” (TERRIN, 2004, 199). Desse modo, partindo de uma visão espacial da Festa do Divino, e nosso modo de ser, perceber e vivenciar a festa, permitenos compreender melhor o espaço como criador e criatura da festa.

Os espaços da festa são dinâmicos e produzidos através de seus rituais que lhe conferem singularidade e a ligam a um lugar específico. O festejo em questão surgiu e foi se adequando as transformação espaciais implementadas no município e esta dinâmica de alteração permitiu que a Festa se renovasse e chegasse até a atualidade, mediante a

religiosidade da comunidade local, sendo necessário destacar que a “fé que adquire uma nítida espacialidade, pois envolve o deslocamento de um lugar a outro, deslocamento esse que, em muitos casos, é marcado por uma periodicidade regular. Envolve assim, espaço e tempo, fixos – os lugares sagrados – e fluxo” (ROSENDAHL, 1996, p. 54).

Os deslocamentos nem sempre são apenas espaciais, em algumas situações os partícipes é que se deslocam de um espaço festivo para outro, pois é bastante comum uma mesma pessoa participar do maior número de “festas dentro da Festa⁶” para empregar a classificação proposta por Brandão (1978) ao estudar a Festa do Divino de Pirenópolis, em que por meio de gráficos e esquemas acaba por pontuar alguns espaços de festas.

O espaço da Festa em Pirenópolis pode ser, ainda, investigados a partir de três momentos distintos: preparação, realização e desativação como propôs Maia (2002) ao investigar o que denominou como “os Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo” que a partir das redes acabam por abarcar as tramas que tecem a tradição festiva dos pirenopolinos.

Assim, é possível evidenciar que as experiências humanas são repletas de significados e têm uma dimensão espacial. A Festa do Divino desenvolve espacialidades e temporalidades próprias, uma vez que “as festas, funcionavam como ponto de encontro entre os mundos diversos, possibilitando o trânsito dos homens meia-pontense por ambos os mundos” (OLIVEIRA, 2001, p. 110). Destarte, os pirenopolinos foram aglutinando várias festividades que apesar de juntas cada qual mantém sua individualidade e significação.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1993. 242p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Campanha da Defesa do Folclore Brasileiro, 1978. 163p.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d’Ayala. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: UCG, 2001. 186p.

CURADO, João Guilherme da Trindade. *As alterações ocorridas na paisagem por onde passam as procissões de Pirenópolis – Goiás: 1920 a 2005*. Goiânia: IESA/UFG. 2006. 191f. (Mestrado em Geografia).

⁶ Para Brandão (1978) a grafia “Festa” é adotada para referir-se à Festa do Divino Espírito Santo, enquanto “festa” é utilizada para as demais manifestações como as Folias, as alvoradas, os cortejos, dentre outras.

- DAMATTA, Roberto. *A casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163p.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 136p.
- JAYME, Jarbas. *Esboço histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG, 1971. Dois volumes.
- _____. *Famílias Pirenopolinas*. Goiânia: UFG, 1973. Cinco volumes.
- JAYME, Jarbas; JAIME José Sisenando. *Casas de Pirenópolis: casas de Deus e Casas dos Mortos*. Goiânia: UCG, 2002. 121p. Vol I.
- LÔBO, Tereza Caroline. *A singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis/Goiás*. Goiânia: IESA/UFG, 2006. 152f. (Mestrado em Geografia).
- MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo – Pirenópolis: a tradição cavalheiresca e sua rede organizacional*. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. 300f. (Doutorado em Geografia).
- MEYER, Marlyse. *De Carlos magno e outras histórias: cristãos e mouros no Brasil*. Natal: Ed. UFRN/CCHLA. 1995. 132p.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: Agepel, 2001. 280p.
- _____. *Fazendas goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia: UFG, 2010. 425p.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996. 92p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975. 158p.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176p.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2008a. 176p.
- _____. *Espaço e Método*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 120p.
- SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *A “Era” dos barracões: uma abordagem histórico-social da ópera em Pirenópolis – século XIX*. Goiânia: UFG, 1998. 110p. (Mestrado em Música).
- TERRIN, Aldo Natale. *O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2004. 448p.

ESPAÇOS E LUGARES URBANOS EM CASCAVEL - PR

Maicon MARIANO¹

maicon.mariano@yahoo.com.br

Resumo: No decurso do século XX e nesta primeira década do século XXI, torna-se evidente no Brasil a formação de redes urbanas em que os fluxos migratórios estão correlacionados a constituição de novos territórios, fenômenos prospectivamente analisados em diferentes áreas do conhecimento. A proposta em debate cidade e memória procura apreender os sentidos e significados, as formas e usos que moradores atribuem aos espaços urbanos presentes na cidade de Cascavel, localizada na região oeste do estado do Paraná. Compreender como os processos sociais e culturais de produção da memória nos proporcionam aportes compreensíveis no encaixe das formas de viver na e com a cidade.

Palavras-chave: Cidade, memória, espaços urbanos

Abstract: During the XX century and the early XXI, becomes evident in Brazil the formation of urban nets in which migratory flow are related with a constitution of new territories, which were analyzed in different areas of knowledge. The purpose in question, city and memory, intends to apprehend the senses, meanings and the ways of use that the inhabitants give to urban spaces at Cascavel city, in west of Paraná. Understand how the social and cultural process of memory's building bring to us intakes intelligible on the ways of living in the city.

Keywords: City, Memory, Urban Spaces

Este é um esboço de questões relacionadas aos interesses de pesquisa em desenvolvimento no programa de pós-graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. O estudo está relacionado às dinâmicas sociais e culturais dos fluxos migratórios e a relação com a ocupação do espaço urbano, vivenciados por diferentes sujeitos na cidade de Cascavel, cidade localizada na região oeste do estado do Paraná. Alinhando-se a narrativa histórica encontram-se as formas, usos e práticas na reprodução social da população através de encontros, assentamentos, deslocamentos como da casa ao trabalho, nas múltiplas experiências entrelaçadas com os espaços lugares e não lugares presentes na vida urbana. Neste breve texto apresento de forma introdutória representações sobre a cidade, interpretação que visa debater com a multiplicidade da memória da população,

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

suas manifestações e reivindicações no espaço permeado pela luta cotidiana no fazer-se da cidade, considerando os valores e significados que permitem compreender a cidade de Cascavel e o movimento de assentamentos urbanos sob o olhar dos sujeitos históricos que a constroem.

A população que ocupa a cidade de Cascavel, bem como, a região oeste do estado paranaense, procede principalmente de fluxos migratórios que se intensificaram em meados do século XX. Bem verdade, trata-se de uma reocupação, considerando que nações Caingangues e Guaranis há tempos remotos lá haviam se estabelecido. O primeiro modelo de ocupação se deu com a exploração da erva mate, através de empresas estrangeiras no início do século XX, exploração que entrou em decadência com a crise econômica de 1929. Na situação de “desabitada”, e mais ainda, constituindo fronteiras nacionais, a colonização regional passou a ser entendida pelo Estado como necessária. Projetos nacionais e regionais como a “marcha para o oeste” nortearam a criação de novos municípios, como no governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), ao promover as emancipações municipais, incluindo Cascavel em 1952.

Em poucas décadas o aumento populacional ocorreu de forma acelerada, em Cascavel, segundo dados do censo demográfico, a população que em 1950 não superava os 500 habitantes em 1970 contava com 89.417 pessoas. Compreendo que fluxos migratórios são movidos por diferentes sujeitos sociais, que chegaram à cidade e que, por vezes, Cascavel não era o destino previsto, e assim “mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais” (MARTINS 1997, p. 45). Desta forma, foi na passagem da década de 1970 que a população urbana ultrapassou a rural, além disso, prosseguiu, com maior evidência, a criação de políticas urbanas para planejamento e modelamento da cidade. No que se refere ao planejamento urbano a presença de arquitetos da Universidade Federal do Paraná – UFPR influenciaram em novos arranjos de organização urbanas e, logo em 1977 a elaboração do Plano Diretor para a cidade.

Avesso às cidades antigas, a constituição municipal de Cascavel é recente - é uma cidade classificada como porte médio, mesmo que essa definição seja um tanto abstrata. O desenvolvimento da cidade está estreitamente ligado à construção de rodovias que iriam “encurtar” grandes distâncias entre o Sul e Centro-Oeste do país. É plausível que as

intervenções e idealização de sua composição urbana se encontrem em símbolos como Brasília e Curitiba, assinalando um modelo de cidade a partir das balizas: moradia, trabalho, circulação e lazer.

No imaginário do tempo e espaço, a cidade construída por discursos e imagens, iniciada pelo dualismo entre o primitivismo e o desenvolvimento, no ato de derrubar a mata, na ocupação do vazio, da presença do concreto na circulação automóvel, no crescimento vertical. Mas, sendo essa uma leitura unilateral progressista não contempla os acontecimentos vividos pelas populações urbanas em suas diferentes dimensões, nas relações tecidas pela sociedade no cotidiano, em seus acontecimentos efêmeros e complexos na complexidade do mundo contemporâneo. Assim, é que os espaços trilhados produzem novas experiências, os espaços não são neutros produzem experiências concretas. Presentes em diferentes formas nas articulações entre os grupos sociais, aonde os lugares vão sendo produzidos pelos encontros sejam estes no: bar, na rua, calçada, nos fundos de uma igreja, na quadra esportiva, *lan house*, em um terminal de transporte, mesmo sem modificar o cenário, é na simples presença que o lugar não significa o mesmo o de sempre.



Imagem 1: Praça do Migrante (2011)

Fonte: Maicon Mariano

Espaços urbanos: Praça do Migrante

A opção em estudar a cidade de Cascavel nasceu de uma pesquisa acadêmica realizada durante o ano de 2008, sobre o bairro Jardim Floresta desde sua constituição em 1981. O processo de produção foi proporcionado pelas experiências de seus moradores, nas dimensões

do vivido e compartilhado entre os espaços da cidade e bairro, das relações pertinentes à rua, a particularizações vividas no interior das casas. No modo em que a trama e relações não apresentam formas definidas simplesmente no âmbito do visível (MARIANO, 2008).

Portanto, neste estudo em andamento compreendo que a história parte em investigar temas e problemas do presente, partindo do pressuposto metodológico de que “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, como um menor recuo e método particulares, o estudo do presente” (CHAUVEAU & TÉRART, 1999, p.15). Entendo que desenvolvimento urbano de Cascavel está estreitamente ligado aos perfis de cidades desenvolvidas durante a ditadura militar brasileiras, observando no conjunto arquitetônico como na cultura política. A cidade como um conjunto de viveres rurais e urbanos proporcionam caminhos para melhores exames, mas no caso da cidade de Cascavel, ocorreu uma descomunal urbanização em poucas décadas, é nesse processo que as relações praticadas no tempo espaço se encontram como meu problema metodológico.

A escala de observação será medida em diferentes espaços da cidade, entre estes os bairros permanecem como objetos de estudo, mas, não exclusivamente, mesmo porque os bairros não configuram apenas uma demarcação espacial, expressam tramas específicas na vida cidadina, no modo como espelham particularidades daqueles que o ocupam. Íntimas relações entre os objetos o espaço público e privado influenciam na identificação dos sujeitos, nos comportamentos que se modificam ao chegar em casa, ao caminhar pelo bairro e sair para a cidade. Neles há linguagens e sinais característicos que contribuem para interpretar a leitura sobre a cidade como um todo podemos perceber no cotidiano:

Pelo fato do seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aqui que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo... O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora... Além disso, o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.) A relação entrada/saída, dentro/fora penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido, calor/frio, tempo úmido/tempo seco, atividade/passividade, masculino/feminino...). É uma relação entre uma

pessoa e o mundo físico e social. (MAYOL, 1996, p.42-43)

Não há como em um único estudo aprofundar as múltiplas relações vividas em cada conjunto por seus moradores, mas pensando as relações entre migração, ocupação e sociabilidades, terei melhor êxito ao capturar fragmentos de práticas culturais vividas nos cruzamentos da cidade. Sendo a História campo do conhecimento que apresenta seus resultados observando os movimentos de transformação. Surge um panorama de nova abordagem e questionamentos onde a complexidade crescente no mundo contemporâneo nos desafia a interpretar, e que será uma janela que rompe o distanciamento da academia e a sociedade.

O processo migratório que venho acompanhar com maior atenção na realização da pesquisa desenvolve-se em diferentes dinâmicas. Na cidade houve uma diversificação de produção econômica, causada pela instalação de indústrias e com desenvolvimento do setor terciário implicou em um novo perfil de cidade. No recorte temporal da década de 1970 para fim da década 2000, o contingente populacional, segundo dados do IBGE, passou de 89.417 para 286.172 habitantes mil habitantes em 2010. O crescimento econômico e populacional contribuiu para projeção de uma cidade polo em desenvolvimento regional uma imagem de cidade do futuro cada vez mais foi difundida, na romântica propaganda oficial a cidade é classificada como “Capital do Oeste”, terra das oportunidades.

Na passagem de 1970/1980 a população urbana ultrapassou a rural não apenas no município como no estado do Paraná, além disso, prosseguiu com maior evidência, a criação de políticas urbanas para planejamento e modelamento da cidade. Um dos fatores que contribuiu para esse crescimento, diz respeito à constituição de um entroncamento rodoferroviário fazendo da cidade um corredor de passagem entre os estados do Sul, Centro-Oeste e países vizinhos. Desde a década de 1970 a circulação de pessoas e mercadorias em direção ao Norte do país passa ser uma constante, entre os fatores que acentuavam o fluxo estão as instalações de madeiras no Estado do Mato Grosso e Rondônia, como a oferta de terras por preços atrativos. Cascavel como outras cidades do oeste paranaense recebeu milhares de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina durante a década de 1950 e 1960 e passava a se configurar um corredor de passagem para o Norte. Entre os monumentos urbanos a *Praça do Migrante* é uma expressão dessa

característica presentes na vida da cidade.



Imagem 2: Praça do Migrante (2011)

Fonte: Maicon Mariano



Imagem 3: Praça do Migrante(2011)

Fonte: Maicon Mariano

Cada placa de concreto representa uma região do Brasil, as duas maiores apontam para região Sul e Norte, respectivamente chegada e partida. A escolha para lugar para construção da praça do migrante correspondia ao lugar que se deu desenvolvimento urbano investido pelo comércio. Localizada na Avenida Brasil, a praça esta ilhada por uma rotatória entre a Avenida Brasil e a Avenida Tancredo Neves. Neste caso é uma praça mais para se ver do que pratica-la.



Imagem 4 :Praça do Migrante (2011)

Fonte: Maicon Mariano

Durante a pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2011, entrevistei alguns moradores da cidade, selecionados de acordo com os critérios estabelecidos como sexo, idade, gênero, trabalho, categorias de migração entre os quais o período em que chegaram à cidade. Entre as perguntas previstas no roteiro a outras que surgiam durante a conversa, gostaria de saber por parte dos moradores qual seria o sentido e significado que a praça teria na vida dessas pessoas, já que tratava de um monumento que homenageia os migrantes. As palavras sentido e significado não souo familiar ao comentar sobre a praça do que outros lugares da cidade menos badalados, a importância muitas vezes era remetida ao ponto de sua localização.

Entre os entrevistados está seu Osiris de setenta e dois anos, natural de Paranaguá veio para Cascavel em 1974 como escriturário no banco Comercial do Estado de São Paulo que após fusão com o banco Itaú, ele foi trabalhar como taxista, ainda em 1978. Em relação à Praça do Migrante:

É um ponto de referência. Na gestão do [prefeito] Jacy Scanagatta foi feito. Foi feito aquela praça em homenagem aos migrantes que vieram para cá e ali é hasteada a bandeira do Brasil e de todos os estado e a municipal, então tem muita importância fica em um local muito privilegiado na cidade e ela é importante por essa razão.

Como taxista seu Osiris passa praticamente todos os dias, e mais de uma vez pela Praça, “é um ponto de referência” raciocínio perfeito, mesmo porque o nome Praça do Migrante, ou apenas Migrante é reempregado como referência para pontos comerciais em

suas proximidades como para Agência do Banco do Brasil “Agencia do Migrante”. Em um dado momento da conversa seu Osiris revela que uma das suas filhas vive no estado do Mato Grosso “Eu tenho uma filha no Mato Grosso, eu tenho uma filha lá em Rondonópolis... estive lá em dois mil e cinco. Eu gostei do Mato Grosso eu gostei do povo do Mato Grosso porque é um povo mais cordial, mais gente sabe?”. Os laços mantidos entre moradores de Cascavel com seus familiares que migraram para Centro-Oeste e Norte foi uma constante entre os entrevistados. Neste sentido existe um distanciamento entre a experiência desta população que deu sentido e razões para a construção da Praça e o sentido da mesma para a população “Mas, para dar ao tempo da história um contraponto espacial digno de uma ciência humana, é preciso elevar-se um grau acima na escala da racionalização do lugar. É preciso proceder do espaço construído da arquitetura à terra habitada da geografia” (RICOEUR, 2007, p. 160).

Outra moradora com quem tive o privilégio de conversar é Inês Monaretto moradora do bairro Guarujá desde a década de 1990. Inês nasceu em Água Doce no Estado de Santa Catarina, acompanhando seus pais chegou a Cascavel com onze anos de idade. Dez anos depois saiu de casa para ter uma vida independente em Curitiba e logo após mudou-se para São Paulo capital, aonde viveu aproximadamente vinte anos, para então voltar a Cascavel. Exercendo a profissão de Contadora trabalhou em diferentes empresas, apenas há dois anos encerrou suas atividades profissionais e vem se dedicando aos afazeres da Associação dos moradores do Guarujá. Perguntada sobre a Praça, ela uma migrante de um estado Sul respondeu:

Eu conheço, passo muitas vezes por lá, agora a gente passa de carro acaba não parando na praça. Sim ela tem [significado], sabe porque? A cidade ela é formada de migrantes. Lógicos esses migrantes vieram se instalaram e logo os filhos nasceram aqui, muita gente jovem é daqui. Mas eu acho por ser fundada por migrantes, então no meu ponto de vista vejo que, deram o nome dessa praça por causa disso, por ter muitos. Agora particularmente se tem outro significado eu não sei.

A pergunta sobre a Praça foi uma das últimas da entrevista poderia ter passado batida, pois não está presente entre os lugares da cidade vivos em sua memória. Inês saiu de Cascavel em 1972, viveu muitos anos na cidade de São Paulo, manteve o contato e

visitas regulares a sua família que havia permanecido na cidade. Segundo Inês quando conseguia pegar férias ficavam alguns dias em Cascavel e surpreendia-se com o crescimento da cidade. Inês articulou muito bem a resposta em relação ao sentido e existências da Praça do Migrante “A cidade ela é formada de migrantes”, mas, dos lugares da cidade que importam outros sentidos e significados de mudança, neste caso existe outro lugar citado várias vezes em sua narrativa que tomou tal importância: a Rua Pio XII, uma referência de seu passado, do passado da cidade, bem como, das transformações da cidade e de sua vida:

Muito bem, quando eu sai de Cascavel era longe para tudo era longe de onde minha família morava para o centro. As vezes que eu vinha aquilo se desenvolvia. Então eu descia na rodoviária pegava um taxi ou meus irmãos iam me buscar, então eu descia a [rua] Pio XII. Na época era aquela laminadora já estava tudo cidade, o desenvolvimento estava sendo tão grande. Naquela época era tudo estrada de chão ainda, e já estava asfaltado e já estava progredindo crescendo então aquilo para mim era um sonho!

Nas décadas recentes parte de sua família mudou-se para o estado do Mato Grosso, segundo ela são sete irmão e mais a segunda família de seu pai “foram todos praticamente para o Mato Grosso, vou para lá quando eu posso”. Fez boas referências sobre a qualidade de vida de seus familiares que vivem no Mato Grosso, reservando um otimismo e mantendo uma perspectiva positiva em relação à cidade de Cascavel, ao seu crescimento urbano medido como qualidade. A referência ao crescimento urbano e a presença de seus equipamentos foi percebido nas oito entrevistas que realizei. E nesta perspectiva é que o urbanismo enquanto discurso difundido e prática cotidiana se localizam nesta História do Tempo Presente, como pondera Paul Ricoeur:

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o tralho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximações e de distanciamento. (RICOEUR,2007, p. 159).

Considerar a possibilidade de definir qualquer cidade apenas por ideias de representações modernas não parece provável, tampouco contestar as interferências empregadas pelas políticas públicas de reformas urbanas. Assim, a opção em trabalhar com a categoria cidade memória vai em direção de problematizar histórias oficiais, questionar a mistificação da cidade progressista, na qual a memória política atribui seus valores, apreciando atores principais, e ao mesmo tempo há a tendência de silenciar os conflitos sociais existentes em outras dinâmicas contraditórias. Para debater com a categoria Cidade e Memória faço uso de fontes orais e impressas explicitando os embates em torno da narrativa histórica.

O historiador Bernard Lepetit, em *Por Uma Nova História Urbana* (2001), em especial o capítulo *É possível Uma Hermenêutica Urbana?* Estimula-nos a refletir sobre os usos da cidade no presente, determinante para continuidade de seus objetos. Lepetit faz referência a cidades europeias com mais de mil anos, interpreta a cidade histórica pelo presente, não pelo acúmulo de vestígios históricos representados por edifícios antigos, mas de que forma são reutilizados no uso moderno. “É evidente que isso põe em questão nossos modos de pensar e de fazer, pois se trata, no limite, de considerar o futuro como fechado e necessário e o passado como aberto e contingente. Mas talvez seja, hoje, o meio mais seguro para a criação do sentido social” (LEPETIT 2001, p. 153).

E para compreender melhor os significados conferidos a cidade menciono a contribuição teórica do antropólogo Antonio Arantes. O autor comenta como os espaços da cidade são agregados de tensões e conflitos. Um capítulo em especial que me faz refletir sobre as sociabilidades dos espaços é *Guerra dos Lugares*, neste há uma forte discussão sobre os ambientes urbanos cotidianamente trilhados, onde se constitui coletivamente as fronteiras simbólicas. Fronteiras que se criam nessa expressão de tensões e conflitos gerados pela confluência de múltiplos territórios, dos lugares e não lugares, entrecruzados formados pela sociabilidade.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, num palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da

experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”. (ARANTES, 2000 p. 106).

Em relação às experiências estas são compreendidas não como um mero viver e sim com viveres compartilhados em diferentes dimensões, assim, o trabalho tem como perspectiva evidenciar práticas coletivas e individuais de reivindicações das diferentes necessidades, morar, ouvir, degustar, tocar, namorar e a precisão de reunir esses sentidos em seu mundo habitual. As experiências sociais possuem um caráter ambíguo entre o ser social e a consciência social, são sujeitos sociais que constroem expectativas e visões sobre a cidade e como elas podem se expressar em tais experiências? Deste modo, é possível recorrer ao historiador E.P. Thompson, através da sua discussão em *A Miséria da Teoria*, que será de relevante importância para discussão deste trabalho:

E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas denso, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão... parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, forma simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto (1981, p. 182)

Deste modo, é por meio das experiências sociais que se encontram suportes compreensíveis sobre as trajetórias vividas pelos sujeitos históricos, como de onde as famílias vieram? Como vivenciam as transformações da cidade? De que forma convivem com certas imagens projetadas aos espaços de moradia? Que relações de pertencimento mantêm com o bairro e a cidade? A proposta é uma pesquisa em que se buscam nas experiências dos moradores suas representações individuais e sociais, a constituição de espaços públicos e outras sociabilidades como uma dinâmica social vivida.

Assim, entre os métodos de pesquisa, as fontes orais, serão como ferramentas para construções de interpretações, em apreender jogos de significação de realidade em face das lutas de dominação e resistência, que indagam horizontes possíveis e limitados de assentamento na vida urbana. Nesta perspectiva, não se trata de transportar a memória no

passado, pois como reintera Ulpiano Meneses “A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto (MENESES, 1992 p.14)”. Em nosso trabalho iremos lidar com homens e mulheres que se constituem socialmente como sujeitos históricos, vão adaptando suas realidades ao mesmo tempo em que são ajustados por ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNÈS CHAUVEAU E PHILIPPE TÉTART (ORG) *Questões para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1997
- ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel de; LUCE, Gird; PIERRE, Mayol, *A Invenção Do Cotidiano 2. Moras, Cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natério; DIAS, Solange Irene Smolarek. *Cascavel: um pedaço no tempo. A história do planejamento urbano*. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.
- DURHAM .Eunice Ribeiro. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio 2006
- MARIANO, Maicon. *Memória e cidade: A cidade de Cascavel a partir das narrativas dos moradores do bairro Jardim Floresta, Cascavel 1980 – 2008*. Marechal Candido Rondon, UNIOESTE. 2008 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- MARICATO. Ermínia. *Política Habitacional do Regime Militar: Do Milagre Brasileiro a Crise Econômica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória do campo das ciências sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, nº 34, 1992.
- PIAIA, Wander. *A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel: As singularidade de uma cidade comum*. 2004. Tese (doutorado em história). UFF.
- PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade*. Projeto história. São Paulo, PUC / SP, nº 14, 1997.

- REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora Unicamp, 2007.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade? : São Paulo: Brasiliense, 2004.*
- ROUSSO, Henry. *A história do Tempo Presente, vinte anos depois*. In PORTO JR., Gilberto (org). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007.
- SPERANÇA, Alceu. *Cascavel: A História*. Curitiba: Editora Lagarto, 1992.
- SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano Trabalho pode: A formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná*. 2 ° ed. Cascavel: GAT, 1999.

REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA URBANA PELOS CORPOS D'ÁGUA: TIPOLOGIAS DE CIVILIZAÇÕES

Sandra Catharinne PANTALEÃO¹

sandrinhapanta@gmail.com

Resumo: A representação dos valores socioculturais como objeto visível e passível de ser percebido e apropriado pela sociedade revela as relações existentes entre homem e ambiente. O domínio e a construção de ambientes antrópicos elenca uma série de significados e códigos com os quais os membros reunidos em determinados pontos do planeta definem um lugar para se fixar. Tomando como referência a água ou os cursos d'água podemos descrever algumas tipologias de civilização, que a consideram protagonista ou relés figurante na construção do habitat. Compreender o papel desempenhado por este importante elemento natural, ao longo da historiografia urbana, permite também visualizar aspectos intangíveis dessa gama de significados. Percorrer a historiografia urbana elegendo-se a água como cerne da narrativa, permite-nos compreender a arquitetura da cidade como conformação de um lugar simbólico.

Palavras-chave: corpos d'água, habitat humano, arquitetura e cidade.

Abstract: The relations established between the environment and humanity by socio-cultural representations is the starting point for this article. Configuration of cities spaces are conditioned by natural elements, like rivers and reliefs. These elements participate on the building cities becoming a specific place to a civilization by their set meanings. The places are recognized by codes established from this society. The relationship between society and environment, specially by the rivers, permits describing types of civilizations, their function and meaning what are different in each place and reveals its importance or not in urban historiography. The water can sometimes be principal element or helper for building habitat. Understanding its part throughout urban historiography could also view the intangible aspects through their meanings. The water like core narrative on the city's architecture possibilities understanding why there are symbolic places.

Keywords: rivers, human habitat, the city's architecture.

¹ Universidade de Brasília.

1. Introdução

A água como força motriz na evolução das civilizações é o tema deste trabalho, retratada por vários autores como importante elemento no domínio de territórios (BENEVOLO, 2001; KOSTOF, 1999, MUMFORD, 1998; TUAN, 1981, 1983). Aferimos assim, a distinção de vários momentos históricos da evolução urbana, quanto ao tratamento dado à água e os possíveis significados. Mello (2008) observa na historiografia urbana, que essas relações não são retratadas no foco das reflexões, o que nos levou a agrupar distintas civilizações, de diferentes tempos e lugares e seu modo de *habitat* pelos seus traços mais característicos. A intenção foi identificar possíveis tipologias civilizatórias quanto à apropriação dos cursos d'água.

O termo civilização aqui está condicionado à “cultura material das cidades” (YÁZIGI, 2003). O método ao qual Yázigi (2003, p.29-30), apoiando-se em Braudel, considera o espaço delimitado pela cultura, sem torná-lo rígido, mas com conteúdo: “São áreas culturais entre as culturas; sempre subordinadas a permanentes trocas. [...] sempre como produto da história.” Consideramos então o termo civilização a estas espacialidades que a sociedade cria e imputa ao meio natural peculiaridades próprias, num processo de continuidade constante.

A precisão não é histórica, mas permeia o campo da historicidade urbana. No processo de configuração espacial, a revisitação historiográfica permite-nos resgatar as relações fundamentais e essenciais natureza-homem, que podem se repetir, mas nunca se conformar como um modelo urbano ou espacial. São pelas transformações que rompem e proporcionam novos modos de dominar o espaço que nos conduziu a diferenciar a apropriação dos corpos d'água pelos seguintes *tipos de civilização*, que também não deixam de ser tipos urbanos. São elas: 1. Civilizações Místicas; 2. Civilizações Antropocêntricas; 3. Civilizações Colonizadoras; 4. Civilizações Institucionalizadas e 5. Civilizações em rede e fluxos tecnológicos.

A construção do *habitat* como domínio de um território dotado de significado, conforma aponta Tuan (1980) evidencia a interdependência entre homens e ambiente, que afetam-se mutuamente, criando estreitos laços cujas percepções são condicionadas a esta própria relação. As colocações de Tuan (1980) se aproximam das observações de Norberg-Schulz (1979) acerca da situação-estímulo dotada de significados, na qual se estabelecem expectativas e esquemas representacionais dos códigos que estreitam os vínculos sociais. As condições fenomenológicas ante aos objetos confere reações, as quais reportam-se às próprias relações intrínsecas entre ambiente e civilização. Nesse sentido, as proposições dos autores se

referem às representações sociais, que, por sua vez, permitem a percepção do mundo e a transmissão de conhecimento por meio de narrativas.

As primeiras experiências e representações da espacialidade do *habitat*, entendido como a construção de um abrigo perene, marcam a presença humana sobre a superfície terrestre, de forma consciente ao interpretar os fenômenos astronômicos, criando um conjunto de significados e funções cósmicas.

Os primeiros assentamentos humanos consideraram as forças da natureza como protagonistas na definição de seu *habitat*, cujo domínio espacial representasse a interferência humana, sem, contudo desprezar seu entorno (CEÇA, 2006). As civilizações que se desenvolveram sob essa perspectiva foram definidas, neste trabalho como *civilizações cosmo-místicas*.

Há também as sociedades que enaltecem o homem e toda a sua racionalidade, rebatendo essa visão mística de mundo sobre a apropriação dos espaços como *civilizações antropocêntricas*. São aquelas que representam seu entendimento racional da natureza por meio da mímese platônica.

Em seguida, apresentamos as sociedades que incursaram pela descoberta ou comprovação de novos mundos, seja pelas conquistas dos imperadores romanos ou pelas grandes navegações, lideradas por espanhóis e portugueses, com fundação de colônias. Compreendem a tipologia *civilizações colonizadoras*.

No processo de inversão campo-cidade, o papel das instituições passa a ser um importante aspecto, muitas vezes, preponderando as relações espaciais de produção, circulação e fluxos, cujas influências emanam com mais força para o seu entorno rural ou regional, legitimando o poder urbano em todas as relações socioambientais. No período denominado de técnico-científico por Milton Santos (1994), as cidades ressurgem evidenciando não só o seu poder espacial como também se sujeitando ao domínio simbólico ou real de outros elementos significativos do mundo contemporâneo. Essas questões são abordadas na tipologia definida como *civilizações institucionalizadas*.

Nessa revisão historiográfica, é importante pontuar as relações propiciadas pela Revolução Industrial e a formação das metrópoles globais, inseridas primeiramente no período *fordista e taylorista*, para em seguida, compreender o papel das águas na sociedade contemporânea, via civilizações em rede de fluxos da informação e comunicação.

2. De espaço a lugar: a tessitura de significados

A configuração espacial urbana se estrutura a partir de elementos característicos e, na

maioria das vezes, estabelece conexões entre ambiente e sociedade para sua plena formação, transformação e evolução. Ainda que os primeiros agrupamentos humanos, da era paleolítica, não estabelecessem um *habitat*, entendido como a construção de um abrigo perene, as relações com o ambiente já eram latentes.

O modo de viver ou de se constituir é um mecanismo da natureza humana que se concretiza pelo **domínio** do espaço que o cerca. Esse conceito, desenvolvido por Langer (1980 apud RIBEIRO, 2003, p. 46) é compartilhado por Tuan (1980), que, em suas explicações sobre a topofilia demonstra que mesmo os esquimós conseguem diferenciar a cor da neve, em sutis tons, ao contrário daquele que não convive com este mesmo perfil geográfico. A transformação do ambiente define um espaço concreto, contido por limites, tamanhos, formas, dimensões, superfície, entre outros aspectos de articulação e organização.

Sendo perceptível, os espaços organizados demandam uma interpretação, podendo ser lidos como textos, pois se estruturam por sistemas simbólicos em que a arquitetura retrata o intermédio entre os aspectos culturais e o rebatimento concreto dos mesmos. Tuan (1983, p. 66) apresenta uma leitura sobre o assunto: “[...] o espaço, uma necessidade biológica de todos os animais, é também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual”. A narrativa do habitar se processa como uma condição da existência humana, pois é por meio dele que se articulam e se efetivam as conexões entre os aspectos visíveis e invisíveis no espaço. (figura 1)

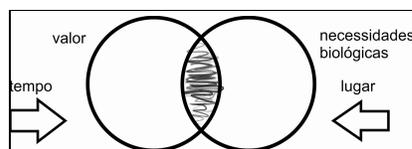


Figura 1: esquematização do conceito de lugar para Tuan. Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Os conceitos desenvolvidos por Tuan (1980; 1983) também foram trabalhados por Norberg-Schulz (1975; 1980) ressaltando os vínculos que o homem confere ao espaço, denominado de *genius loci*. Para Norberg-Schulz, a arquitetura representa os vínculos entre homem e meio, sendo muito mais que mera função, como defendia os precursores do movimento moderno. Nesse sentido, a visão de Norberg-Schulz se apropria dos questionamentos de Heidegger (1951) sobre a existência humana, a partir da qual analisa como a arquitetura representa e possibilita as significações do *habitat*.

Para entender a relação que o homem estabelece com o espaço e cria seus significados, o autor explica que o lugar possui uma estrutura, a qual pode ser descrita por

paisagens. Essa estrutura se constitui pela formação tridimensional do espaço, cujos elementos estabelecem a atmosfera do lugar, isto é, o espaço vivido, dotado de significações.

Em outras palavras, o espaço é organizado por redes de comunicação e interação entre homem e ambiente, afetados mutuamente de acordo com as experiências vividas. Não se trata apenas de discorrer sobre o espaço, mas de uma dimensão espaço-temporal (figura 2). (NORBERG-SCHULZ, 1980).

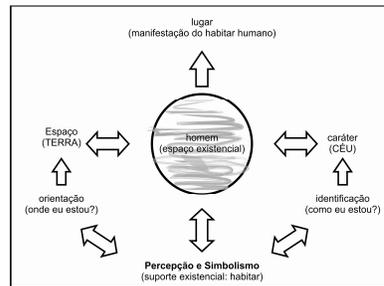


Figura 2: Esquemática do conceito de Norberg-Schulz sobre o lugar, respaldado na fenomenologia existencialista de Heidegger. Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Desse modo, o sentido de espaço só se torna possível pela presença humana, e que, para Heidegger (1951), revela-se o ser, em essência. Da mesma maneira, Norberg-Schulz (1980) discorre sobre a distinção de espaço e lugar, objeto também discutido por Tuan (1983, p. 151): “[...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. [...] No entanto, não é possível descrever o lugar sem introduzir explicitamente conceitos espaciais”. E estes, por sua vez, dependem da topofilia, da experiência vivida, cujo tempo é primordial.

Norberg-Schulz (1980, p. 6) recorre à fenomenologia para definir o espaço existencial, o qual: “[...] não é um termo lógico-matemático, mas compreende as relações básicas entre o homem e o seu meio”. As reflexões de Heidegger (1951) criticavam o urbano e a arquitetura moderna, pelo exarcebado comprometimento que tinham com a funcionalidade do espaço, em que as cidades foram perdendo essa teia de significações complexas exaltadas por Norberg-Schulz (1976), ainda que fosse o lugar da sua concretização. A qualidade destes espaços, enquanto *dwelling* se modificaram ao longo da historiografia urbana, culminando em sociedades distantes do sentido de habitar proferido por Heidegger (1951).

Ao longo da historiografia urbana, foi possível evidenciar claramente como a água contribuiu decisivamente para que o espaço pudesse ser dotado de qualidades, para a construção do sentido de lugar, ou seja, reafirmado no modo de habitar: “[...] salvar a terra, acolher o céu, aguardar os deuses, conduzir os mortais” (HEIDEGGER, 1951).

3. Modos de Habitar: Construindo Espacialidades

As cidades são estruturadas por seus elementos que dão forma ao meio urbano e interagem com a própria história, constituindo formas permanentes, enquanto que as funções podem ser modificadas ao longo do tempo. Neste sentido, o tipo urbano se manifesta, entendendo as formas permanentes como elementos mínimos: a substância e essência do espaço existencial.

Nos anos 1960, Rossi (1966) postulou métodos de análise para as cidades, sendo que a considerava como artefato, um produto humano e, por isso, moldável no tempo: uma cidade pode se sobrepor a outra, mas sua memória permanece. O autor pretendia estabelecer uma ciência urbana, através da análise dos fatos urbanos, como sendo um modo de discorrer sobre a história da cultura do homem (antropologia), com referenciais da própria história. “Identificar as formas elementares e fundamentais do *habitat* humano, expressas em estruturas tais como: a praça, a rua, o quarteirão, o pátio, entre outros, que se definiram em longa duração histórica [...]” (ROSSI, 2001, p.57), os quais assumem o papel de elementos mínimos conforme a civilização que os constrói.

Panerai (2006) acrescenta que, neste processo, de evolução urbana o espaço não está condicionado a uma moldura, que o envolve e protege, pois a dinamicidade tem revelado a inversão das relações entre centro e periferia, “[...] esta última passando a representar, em superfície e população, a parcela maior da aglomeração” (PANERAI, 2006, p. 14).

Durante o século XX, o processo de urbanização e o êxodo rural, contribuíram para grandes transformações nos tecidos históricos, atingindo até mesmo as cidades brasileiras planejadas: constata-se a expansão para além dos limites iniciais, cuja dinâmica é mais explícita nas áreas periféricas, o que difere, em certa medida, do processo de consolidação dos centros antigos, especialmente quando se tratam de cidades milenares. Há um prolongamento da área urbanizada, o que modifica as relações com o suporte físico, quando há a fragmentação e a inserção de redes e fluxos no estabelecimento de novos elementos.

Ao contrário, nas Cidades Antigas, a construção do ambiente foi um processo demorado, cujas transformações são quase imperceptíveis, pois era uma estrutura menos complexa e diversa com menos sistemas incorporados. O advento da industrialização modificou as relações temporais devido à cisão entre o tempo cíclico da natureza e o tempo das atividades humanas, diluindo, em certa medida, as redes de significações.

Ao tratarmos de tipologias, nessa revisitação das civilizações e suas relações com as águas, é possível discutir analogamente os aspectos característicos de cada período histórico. O conceito de tipologia em arquitetura se baseia nas colocações de Panerai (2006, p. 110 *apud*

AYMONINO, 1966): “[...] uma tipologia independente que procura classificar os fenômenos artísticos para elaborar um método de análise crítico”.

Se pensarmos sobre os elementos naturais como a base ou o suporte para a construção do habitat humano, estes abarcam a característica de tipo, pois estruturam e podem também induzir o crescimento da cidade, especialmente aqueles que assumem funções primordiais, como é o caso dos corpos d’água. Trata-se de um “fato urbano”, enquanto lócus e memória tipológica – o substrato do desenho. Postas essas reflexões, apresentamos a interferência dos corpos d’água na concepção das civilizações.

2.1 Civilizações Cosmo-Místicas

O domínio do espaço, mesmo que não resultasse em um espaço fixo, já aparece no homem nômade, que, organizado em grupos deixavam vestígios daquilo que extraíam da natureza, inventando objetos e instrumentos para lidar com seu invólucro, o que pode ser definido como a origem das cidades. Mumford (1998) alerta observando que se procurarmos apenas estruturas permanentes não atingiremos a natureza das cidades, pois para chegar mais perto, é preciso que se faça o trabalho de um arqueólogo que procura a mais funda camada na qual possa reconhecer uma obscura planta baixa, a indicar a existência de uma ordem urbana.

Não havendo o registro dessas relações, sendo ainda difícil desvendar todas as questões dos agrupamentos primitivos, que, durante um período longo, sobreviveu na superfície terrestre, coletando seu alimento e abrigando-se em cavernas, sem que suas ações deixassem profundas cicatrizes sobre o espaço.

Os rios representam o marco de transição entre a aldeia e a cidade, pois suas cheias foram utilizadas para a irrigação pelos povos que se fixaram em diversas áreas, com destaque à região do Oriente Próximo, inaugurando a primeira revolução humana.

Ao passo que os sítios naturais passaram a conter significações, os elementos naturais foram providos de vida, organizando uma estrutura cósmica, que permitia a permanência do homem naqueles lugares (TUAN, 1980).

A fertilidade do solo, nas margens dos cursos d’água, portanto, caracteriza as primeiras civilizações, que desenvolveram um processo de afetividade com o ambiente, fato que se expressa em suas configurações espaciais. O espaço construído é dotado de relações místicas entre o homem e o ambiente.

Surgem, pois, o *habitat*, por meio de tais relações místicas, se concretiza, confirmando a presença do homem e suas atividades agrícolas. Ao apropriar-se de um espaço e dotá-lo de cultura, define-se o lugar do homem enquanto ser que habita (HEIDEGGER,

1951). O homem primitivo produzia seu alimento, criando estruturas espaciais que lhe protegiam e o acolhiam das adversidades do meio. Assim, no vale dos rios, onde as facilidades de irrigação e transportes não exigiam técnicas mais apuradas revelaram-se como próprios para o habitar humano: na Mesopotâmia, entre os rios Tigres e Eufrates; no Egito, no delta do Rio Nilo; na Ásia, nos rios Hindu, Amarelo e Yang-Tsé-Kiang. (Figura 3).

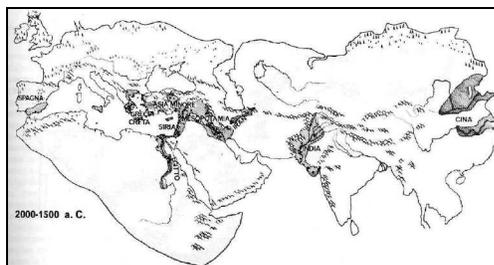


Figura 3: Localização das primeiras civilizações. Fonte: Benévolo (2001, p.25).

Não só as características naturais foram importantes para o berço da civilização se desenvolver entre os rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia; na bacia do rio Nilo, no Egito – civilizações ocidentais e nos rios Hindu, na Índia e no Rio Amarelo, na China – civilizações orientais, pois estes serviam para a circulação e a comunicação entre as diversas civilizações, potencializando as trocas dos excedentes produzidos, à medida que as técnicas agrícolas foram aprimoradas. A localização das primeiras civilizações confere aos rios uma função utilitária, delimitando também as cidades.

Os traços característicos dessas sociedades, portanto, se situam na relação harmônica com o ambiente, tendo os rios como linha mestra da organização espacial, juntamente com elementos construídos de alto valor simbólico: as muralhas e os templos. São características das civilizações místicas, isto é, daquelas que buscaram nos elementos naturais a explicação do mundo, se adequaram a seu tempo cíclico para organizar o seu *habitat*. Como principal traço, podemos dizer que o ambiente, dotado de significações, formava um todo indissociável, sendo a cidade uma expressão cultural como o legado desses povos. Os esquemas abaixo elucidam a questão². (figuras 4 e 5).

²As colocações aqui pontuadas foram desenvolvidas durante as atividades de docência na disciplina Estudos Urbanos 1, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, (2009) e representam as discussões e o processo de construção das reflexões e leituras apresentadas pelos alunos, em seminários.



Figura 4: Vale do Rio Nilo. A civilização egípcia dividia o território em Cidade dos Vivos (à direita) e Cidade dos Mortos (à esquerda), tendo o Rio Nilo como referência de orientação. A cidade dos Mortos era a verdadeira cidade para os egípcios, implantadas na parte mais alta da planície, impedindo que se perdessem no tempo. Fonte: elaborado pela autora, 2009.



Figura 5: Babilônia. Disposição dos templos na margem do Rio Eufrates, que eram protegidos pelos jardins suspensos, os quais funcionam como barreira e proteção. Apropriação das margens ao longo dos rios para construção dos “jardins suspensos”. Fonte: elaborado pela autora, 2009.

Além disso, a observação do comportamento das águas e a adaptação ao ciclo hidrológico permitiram que desenvolvessem técnicas e canais de irrigação. O controle da água era necessário para evitar enchentes e inundações, o que levou a formação política e administrativa para que os sistemas de infraestrutura fossem construídos, elegendo-se sacerdotes para essa tarefa, personificando as relações místicas por meio de um sistema religioso, político e administrativo.

2.2. Civilizações Antropocêntricas

A filosofia e a condição humana integram o cerne do pensamento grego. O homem buscava a explicação do mundo em si mesmo e não somente na natureza, como fizeram os povos da antiguidade. Não mais as águas definem a organização espacial, pois o local para a implantação da *polis* é a colina, onde o “as fortalezas dóricas foram construídas nas montanhas e não nas vertentes dos vales”. (TUAN, 1980, p. 169). A cidade não é mais envolvida pelos limites dos vales, pois o homem almeja o horizonte e exalta a si mesmo: a organização espacial se estrutura pelo pensamento, pela natureza do homem.

Isso resumia a estrutura urbana a dois pontos: Acrópole e Ágora. A primeira, no alto da colina, dedicada aos deuses e, a segunda, na parte baixa, espaço da democracia, dos homens livres. A relação com as águas se efetivava pelo domínio do mar Egeu: o temor às águas turbulentas do mar os condicionava a afirmação da terra como local de seu *habitat*, pois era de onde tiravam seus alimentos. A função utilitária das águas se reforça como caminhos para as trocas comerciais.

Atenas representa a síntese da *polis* grega, situada numa planície “[...] recortada por dois pequenos rios, o Cefiso e Ilisso, entre os quais se encontram uma série de colinas [...]” (BENÉVOLO, 2001, p. 87). A configuração espacial da Acrópole é destinada a implantação dos templos dos deuses, em que emerge uma interação entre os constructos humanos e os elementos naturais, cada qual com suas funções específicas. (figuras 6, 7, 8 e 9)



Figura 6: Localização de Atenas em relação ao Mar Egeu. Fonte: www.flirck.com.br

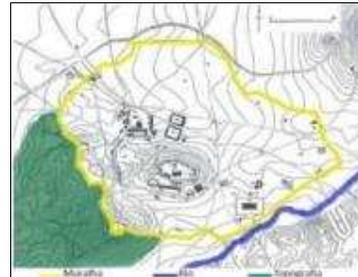


Figura 7: Limite físico da cidade e elementos naturais. Fonte: Pantaleão et. al., 2009.

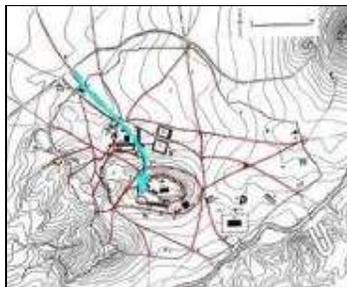


Figura 8: Distribuição dos templos e relação topográfica. Elevação do tempo e distribuição dos elementos para exaltar a posição de destaque. Adequação a topografia, inserção da natureza na paisagem antropizada. Fonte: Pantaleão et. al., 2009.

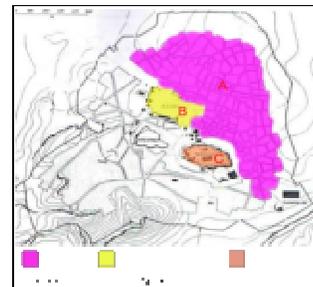


Figura 9: Racionalidade e organização do espaço por funções. Espaço Sagrado, elemento mais importante em destaque, seguido pela Ágora. Habitação pouca importância. Fonte: Pantaleão et. al., 2009.

A tipologia que aqui discorremos, apesar de mostrar-se menos subordinado às leis da natureza, revela uma civilização que buscava entender a sua posição no mundo, isto é, o modo de habitar, reconhecendo a própria força da natural, sendo, portanto, um exemplar da relação harmônica homem-natureza. Desse modo, o plano das ideias opera as formas em esquemas geométricos para a organização da cidade ideal, como mímese dos sistemas cósmicos. A cidade ideal de Platão combinava o círculo com o quadrado. “[...] o sistema de Platão de círculos, quadrados, cores e números refletem as doutrinas cosmológicas dos pitagóricos.” (TUAN, 1980, p. 179).

O extremo da racionalidade geométrica é representada por Hipódamo de Mileto, conferindo a cidade, um rigor ortogonal em seu traçado, definindo zonas e densidade

demográfica. O desenho de Mileto é a síntese dessa concepção, como bem explica Kostof (1999), ao abordar a grelha como princípio de organização espacial, influenciada por Aristóteles, na definição de três tipos de áreas que eram necessárias nas cidades: pública, sagrada e privada. Apesar da morfologia ser definida pela modulação a partir da casa privada, as dimensões padrão permitiam a adaptação às atividades que exigiam maiores áreas, tornando as habitações a unidade base do desenho (figuras 10, 11 e 12).



Figura 10: Cidade de Mileto localizada na foz do Rio Meandro. Fonte: Pantaleão et. al., 2009.

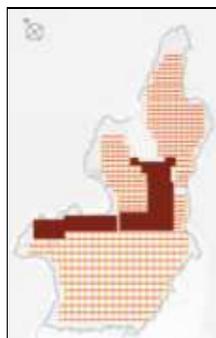


Figura 11: Princípio da grelha, adaptado à topografia, com localização dos espaços públicos em pontos menos planos. Fonte: Pantaleão et. al., 2009



Figura 12: Zoneamento de Mileto, com identificação das zonas comercial, civil e religiosa. Muralha, elemento de defesa. Fonte: Pantaleão et. al., 2009

A visão de mundo dessa sociedade é dada pela condição humana de imitar a natureza, imprimindo na paisagem um diálogo consigo mesmo e com a própria natureza. E são as áreas livres e públicas que a vida da *polis* se manifesta, isto é, “a cidade como a casa de todos”. As plantas das cidades de Olinto e Priene ilustram essas questões (figuras 13 e 14).

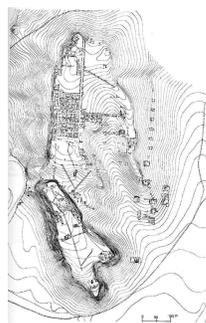


Figura 13: Cidade de Olinto – adequação da malha ortogonal à topografia. Fonte: Morris, (2001, p. 76)



Figura 14: Cidade de Priene – apropriação da parte mais elevada do sítio e distribuição da grelha no sentido das curvas. Fonte: Morris (2001, p. 83)

No panorama da cidade, os templos se sobressaem, sobre todos os demais edifícios, porém mais pela qualidade arquitetônica do que por seu tamanho. Surgem em posição

dominante, afastados dos outros edifícios, e seguem alguns modelos simples e rigorosos. Constitui-se como um conjunto, um organismo artificial inserido no ambiente natural, interagindo-se mutuamente. Respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos. O equilíbrio entre natureza e arte dá a cada cidade um caráter individual reconhecível. (BENÉVOLO, 2001).

O sentido de *habitat heideggeriano* reporta-se tanto ao domínio e a articulação entre o homem e o ambiente, pois as marcas da ação humana sobre o espaço se expressam e se diferem da natureza, sem, contudo, afrontá-la. A busca por um equilíbrio entre os dois sistemas é a essência dessa civilização, na qual está representada pela abstração das formas geométricas puras. Significa que a abstração pura – geometria e filosofia dialogam, sendo as cidades a expressão da visão da cultura helenística, antropocêntrica e interdependente da natureza.

2.3. Civilizações Colonizadoras

Alguns elementos naturais sempre foram vistos como limites ou barreiras que dificultava a sua transposição pela humanidade, dentre eles, Tuan (1980) cita a montanha e os mares, como limites do espaço já dominado. No entanto, a história registra o momento de transposição e a “descoberta do novo mundo” como uma superação e o enfrentamento das adversidades da natureza pelos homens, ainda não alcançada pelos romanos.

A extensão do Império Romano englobava grande parte da Europa, indo desde o Mar Mediterrâneo, tendo sua fronteira delimitada pelas margens do rio Danúbio, até o mar Negro. Praticamente todo o mundo civilizado era dominado por Roma. As estradas abertas pelos romanos foram fundamentais para a extensão de suas fronteiras, fruto de uma organização complexa do ponto de vista administrativo, além das frentes militares e nas leis de regulamentação e ocupação do território.

As colônias fundadas garantiam a posse do território conquistado, cuja configuração espacial era regulada pela quadrícula rígida. Essa estrutura, apesar de racional, surgia de um ritual, em que se delimitava seu perímetro e o ponto central, visando a manutenção da ordem cósmica e universal, herdada da visão humanística grega. Forrat (2003) descreve o sentido dos eixos estruturantes das colônias fundadas:

[...] El decúmano o eje este-oeste se confería como eje principal. La razón La encontramos en las referencias cardinales, cuyos puntos de referencia no eran otros que las direcciones marcadas por el lugar donde el sol salía e escondía. La retícula

que completa el trazado de las calles secundarias se forma con las manzanas de viviendas denominadas insulae. La zona del foro, el equivalente romana del ágora griega, suele estar situado en una de las esquinas formadas pela intersección del decumano y el cardo. (FORRAT, 2003, p. 133)

Este autor também cita três tipos de colônias fundadas pelo império romano, que são: “[...] las *coloniae*, núcleos de población autóctona [...]; los *municipia*, que asumían oficialmente un estatuto foral [...] y las *civitates*, capitales de mercado y centros administrativos tribales [...]”. (FORRAT, 2003, p. 133).

São cidades que definem territórios, pelo poder da conquista, sujeitando-se à organização regulamentada e dirigida. No entanto, para que a afirmação desse domínio se consolidasse, obras de engenharia e soluções adversas às características dessa vasta extensão de terras, deveriam ser contempladas: aquedutos e estradas – os grandes feitos públicos.

Nas cidades de colonização hispânica, do século XV, as bastides francesas e as fortificações militares da Idade Média, bem como nas colônias inglesas do século XVIII e XIX, foi adotada essa estrutura reticular para a formação de cidades novas, com a hierarquia e disposição das colônias romanas, isto é a praça no cruzamento dos dois eixos principais. (MORRIS, 2001). (figuras 17 e 18).

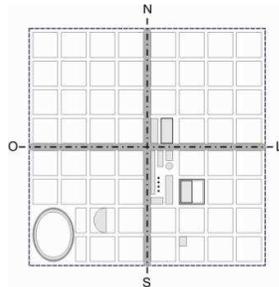


Figura 15: Esquema do desenho urbano de Roma.

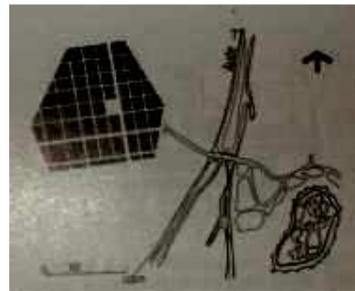


Figura 16: Carcassonne. Bastide Francesa. Fonte, Morris (2001, p. 156).

É a cidade plenamente organizada sobre o território, sendo que o traçado xadrez é de fácil adaptabilidade às condições topográficas, especialmente quando declives e aclives predominam no sítio a ser colonizado. É um processo extremamente racional de concepção e domínio do espaço, juntamente com o desenvolvimento da infraestrutura urbana, conformando, no caso da Roma Imperial, uma rede de sistemas, de alcance regional.

2.2 Civilizações em Institucionalização

Produção e técnica, racionalidade e padronização estão na égide do excedente agrícola e crescimento populacional, na baixa Idade Média. Os processos que deflagrariam no

fenômeno urbano foram incubados, quando a cidade começa a se afirmar afirma o palco das atividades humanas, em contraposição a vida campesina dos feudos medievais.

É da organização política-administrativa das cidades medievais que se criam as condições de florescimento do comércio e a retomada da construção das cidades, com a formação de novos bairros ao redor da cidade amuralhada, cuja população é constituída, basicamente por artesãos e comerciantes, pontuando a dialética centro e periferia e segregação socioespacial na estruturação do espaço.

Morris (2001) considera, na evolução da forma urbana, o período da baixa Idade Média como o ponto chave de gênese das cidades modernas, pois as bases socioeconômicas formaram-se com a apropriação das antigas cidades romanas ou pela construção de cidades fortificadas. Numa visão regional, podemos considerar as cidades medievais pelo princípio de estruturação do território, em que são nítidas as fronteiras entre o campo e a cidade, sendo o primeiro o centro da economia e, a segunda, como suportes para as atividades sociais e possibilidade de pequenas trocas, pois o comércio não encerra por completo, apenas diminui a sua intensidade.

O ressurgimento do comércio acelera a migração para as cidades, que são adaptadas das ruínas romanas ou se enaltecem sobre os terrenos irregulares, sem que houvesse uma forma pré-definida. Muitas vezes, há uma integração entre natureza e geometria: deforma as linhas precisas dos monumentos e ruas antigas e simplificam as formas imprecisas da paisagem seguindo as linhas gerais dos perfis montanhosos, dos vales e dos cursos d'água, com ênfase aqueles que permitiam a navegação. (MORRIS, 2001, p. 108). (figura 17).

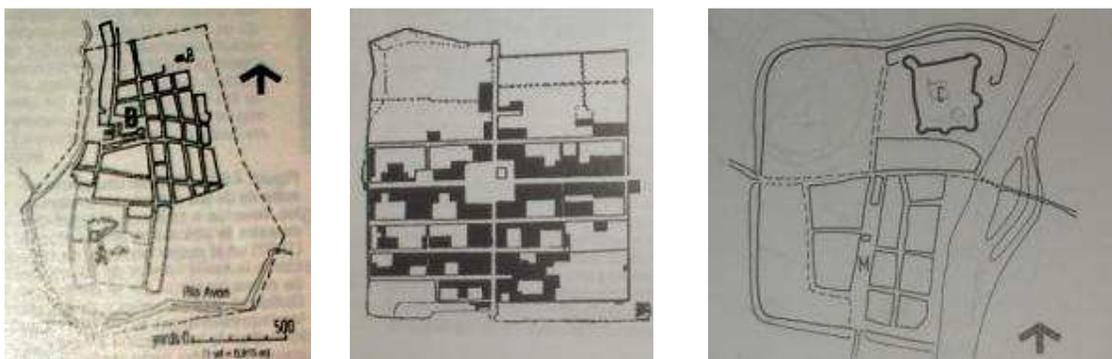


Figura 17: cidades medievais e adequação às preexistências e aos fatores culturais. Morris, 2001.

Decorre daí o crescimento dos extratos artesãos e comerciantes; a colonização do território agrícola, em função do desenvolvimento das cidades, visando o aumento a produção e, em consequência, são colonizadas novas terras, além da racionalização do uso das áreas cultivadas. As estruturas fechadas dos burgos dificultam a expansão da cidade, o que leva a fundação de novas cidades, seguindo a retícula de Hipódamo, com várias obras públicas,

seguindo a urbanística romana.

A formação das cidades-estado controla o território, a produção agrícola, assumindo atividades urbanas, com autonomia e não ligada a um conjunto de diretrizes imperiais. A escala da organização é local, ao contrário das cidades coloniais romanas, que dependiam da metrópole. A cidade medieval é a convulsão da reestruturação da sociedade, representada pela organicidade de seu tecido, delimitado, algumas vezes, pelos leitos fluviais, visando também a proteção contra ataques inimigos.

Assim, uma aparente desordem configuracional incita a formulação de tratados urbanísticos no século XV, quando a visão antropocêntrica do mundo se renova, modificando o modo de se pensar o habitar humano, especialmente pela descoberta da perspectiva que antecipa como o espaço tridimensional poderia ser manipulado. Abaixo, apresentamos 6 imagens de abstração e geometrização do espaço, consideradas como “cidades ideais”, segundo as proporções dos tratadistas renascentistas (figura 18).

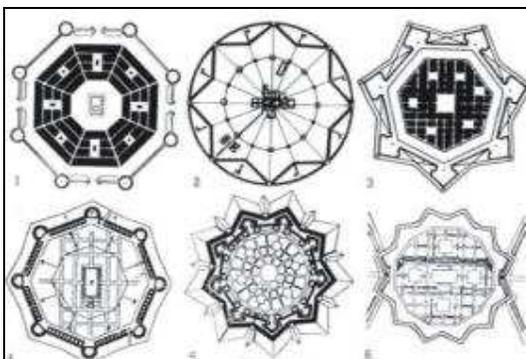


Figura 18: “Cidades Ideais”. Fonte: Lamas (2000, p. 178).

Essa composição ideal preconizava as relações racionais e não as relações sociais que tornam o espaço concreto, que é o espaço dotado de sentido de lugar. Prosseguindo, o homem ia perdendo sensações e percepções do ambiente, tendo em vista que “[...] o cosmo medieval é imenso, porém infinito.” (TUAN, 1980, p. 153). A visão axial, cuja predominância é a vertical, ainda na Idade Média, vai pouco a pouco sendo substituída pela predominância da horizontalidade, especialmente com as descobertas científicas, que para Tuan (1980) destituiu os ambientes construídos de relações espirituais, metafóricas, místicas, etc.

Assim, as cidades passaram a ser pensadas não pela transcendência, mas pela racionalidade, pelo extremo rigor geométrico das relações de proporção, como se a idealização da vida humana estivesse resumida a círculos, retângulos e quadrados. “[...] O círculo e o quadrado representavam a perfeição: a combinação dessas duas figuras eram realçadas no planejamento idealizado”. (TUAN, 1980, p. 181).

A mudança mais radical entre a Idade Média e o Renascimento é a ilusão da terceira

dimensão. É pela ilusão da profundidade que Tuan discorre sobre a mudança axial da sociedade europeia, conferindo ao plano bidimensional, a terceira dimensão por recursos geométricos. O mundo vai se efetivando pela artificialidade da linha reta.

As proposições renascentistas não se concretizaram no espaço real, tendo em vista não só sua racionalidade, mas também pela exclusão de aspectos socioambientais e do cotidiano da população. Entretanto, no período Barroco são efetivadas as intervenções racionais sobre o traçado das cidades medievais, além da construção de cidades residenciais e palácios suntuosos. “Versalhes e Kralruhe são exemplos notáveis de cidades residenciais e de mansões suntuosas que expressaram o sentido de poder e de grandeza do período barroco. [...]” (TUAN, 1980, p. 182).

As intenções político-administrativas moldaram as paisagens dessas cidades pontuando o processo de institucionalização, que é característica do desenho urbano barroco, destacando-se conjuntamente a atividade comercial e as zonas portuárias. É pelo poder do rei que processa a construção do espaço, modificando a estrutura cósmica das cidades antigas, e, por conseguinte abre caminhos para novos problemas urbanos. (figuras 19, 20, 21 e 22)



Figura 19: Planta do Palácio de Versalhes



Figura 21: Parc de Voux. Destaque para o edifício residencial, cercado por jardins geométricos.



Figura 20: Croqui em perspectiva do Palácio do Louvre.



Figura 22: Intervenção em Paris Às margens do Rio Sena. Museu do Louvre.

A vida da cidade moderna se constrói a partir das necessidades da sociedade do século XVII e se torna complexa com as alterações do século seguinte. Choay (1979) explica que é pelo aumento exponencial da população que as cidades sofrem os maiores impactos da industrialização, que, por sua vez, se processa devido à concentração da produção têxtil

próximas aos cursos d'água, quando a máquina de fiação, movida a energia hidráulica é inventada e, sucessivamente a máquina a vapor.

O adensamento populacional que se processa de forma mais constante e efetiva em alguns pontos próximo ao surgimento de atividades estruturais desencadeia e potencializa os problemas urbanos, principalmente a questão da higiene coletiva e pessoal. O poder instituído não estava preparado para compreender a necessidade da problemática higiênica quando a população aglutina e se adensa no *habitat*. Na segunda metade do século XIX, cuja industrialização foi acompanhada pelo aumento da população, advinda do campo, pela intervenção planejadora de grande escala, com o sistema de bulevares, proposto pelo barão de Haussmann, com favorecimento ao capital financeiro e a especulação imobiliária (BENJAMIN, 1985). (figura 23)

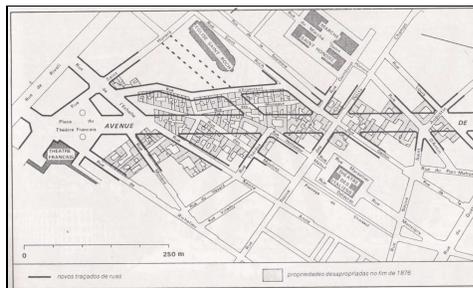


Figura 23: Retificação do traçado medieval. Plano de Haussmann, Paris, sec. XIX.

A formulação da cidade moderna não foi, portanto, proposta a partir de um pensamento linear, mas fruto de várias experiências, em toda a Europa, devido às mudanças decorrentes da urbanização acelerada. Nos primeiros anos do século XX, a cidade moderna ficou restrita à teoria e sua experiência prática só foi possível no período entre guerras (1918-1939), pois com a destruição das cidades, houve espaço para a consolidação do ideal moderno, visto que eram necessárias respostas rápidas e eficazes para os problemas urbanos e a questão administrativa dos projetos estavam a cargo dos arquitetos, definindo modelos urbanos: a cidade-jardim; a unidade de vizinhança; as experiências holandesas, alemãs e austríacas; o racionalismo e o funcionalismo da Carta de Atenas; as propostas de Le Corbusier e os postulados dos CIAM's³. São modelos aceitos e utilizados até meados da década de 1950. Tinham, em comum, a recusa à cidade tradicional. A cidade moderna “[...] acabará por não ter conexão com a cidade tradicional, porque, em definitivo, toda a morfologia tradicional será abandonada e dela nada restará.” (Lamas, 2000, p.300)

Essa separação simplifica a forma da cidade, o edifício não necessita de uma relação

³ CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

direta com a paisagem. A construção do espaço urbano e sua apropriação constituem-se de forma a eliminar a complexidade, a enaltecer as vias como elos entre as zonas. A formulação moderna extinguiu o que havia de mais tradicional do tecido urbano: o centro. Cada zona representa um recorte da cidade e tem sua importância vinculada a sua função, sem que haja um espaço que abarcasse o poder de induzir uma maior atratividade. A centralidade ocorre pela definição das atividades e dos fluxos que geram.

A cidade reduz-se a uma máquina, que só tem sentido pela composição zoneada e pela distribuição espacial das funções definidas no planejamento. A ocupação territorial é institucionalizada, com administração do Estado quanto à compra e a venda dos parcelamentos. Essa nova modalidade de estruturação implica na formação de espaços descontínuos e à expansão horizontal. As distâncias aumentam e são necessárias novas vias de ligação. É o primeiro momento de ruptura nas relações com os corpos d'água.

2.3 Civilização em Redes e Fluxos Tecnológicos

A evolução uma civilização se reveste de características próprias de cada região, cujos comportamentos, tradições e atitudes não se mudam tão rapidamente como, por exemplo, no mundo contemporâneo. Entretanto, em algumas regiões que a consolidação das práticas urbanísticas se apresenta de forma notória, é possível a absorção de novas formas ou elementos que influem no *habitat*. Nos últimos 20 anos, com a evolução tecnológica e difusão da informação instantânea, muitas vezes, o tempo e o espaço são anulados ou se revestem de uma instantaneidade, mesmo sem a materialização ou a prática ainda não absorvida. Em razão disso, podemos caracterizar o atual momento como uma civilização em processo de redes e fluxos tecnológicos, se esboçando rapidamente, cuja absorção em vários pontos do espaço também tem sido de forma acelerada.

Um mundo conectado por fluxos invisíveis: uma aparente virtualização do espaço e a eternidade do instantâneo. Emerge, a partir da microeletrônica, as sociedades em rede.

Há um século, o olhar que lançamos sobre as cidades é moldado pela representação que delas nos dão o cinema e a fotografia, isto é, pela associação da imagem e do percurso, da imagem e do tempo. [...] foram substituídos por outros ritmos e outras escalas. À imagem do movimento [...] a imagem em movimento. (PANERAI, 2006, p. 25)

Nesse momento, o capitalismo se insere em sua esfera neoliberal, sendo que os investimentos são constantemente distanciados desse jogo especulativo, regalados a segundo plano, no cenário econômico mundial. As barreiras deixam de existir, o Estado perde sua

força, o controle sobre as grandes corporações é banido e a desigualdade social se agrava mais e mais. Como descreve Sassen (1991):

A combinação e a dispersão espacial e integração global criou novo papel estratégico para as principais cidades. Além de sua longa história como centros de comércio e atividades bancárias internacionais, essas cidades funcionam em quatro novas formas: primeira, como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segunda, como localizações-chave para empresas financeiras e de serviços especializados [...]; terceira como locais de produção, inclusive a produção de inovação nesses importantes setores e a quarta, como mercados para os produtos e as inovações produzidas. (SASSEN, 1991, p. 4)

Todas essas mudanças de comportamento e relações sociais desencadeiam novas formas de habitar as cidades que tiveram uma quebra dentro da história urbana com o “[...] surgimento dos condomínios fechados, cujos resultados urbanos e sociais são visíveis na dualidade, segregação e o abandono de numerosas áreas urbanas.”⁴ (MUXI, 2004, p. 118)

Discute-se muito se essa revolução da passagem do século XX para o XXI, provocará o fim da cidade vazia de suas funções, em favor, da comunicação estabelecida pelos meios da tecnologia da informação, tendendo-se a relações virtuais de convivência em sociedade, mas para Castells (2000, p. 423), apesar da habitação sugerir uma nova centralidade, os locais de trabalho, as escolas, complexos médicos, postos de atendimento ao consumidor, áreas de recreação e lazer, ruas de comércio, *shoppings center*, estádios de esportes e parque sempre vão existir, haverá o deslocamento de pessoas entre eles, devido ao aumento da mobilidade e pela flexibilidade nas relações de trabalho.

O território perde a característica de apropriação do espaço e toma-se o fluxo, que é muito dinâmico, como fator fundamental e determinante da organização dessas sociedades (comunicação, Internet, etc). Não se relacionam com seus recortes, com sua região geográfica, mas com o tecido urbano em escala planetária. Forma-se a estrutura em redes⁵, não palpável, mas estabelecida pela comunicação das partes das empresas, localizadas em diferentes regiões do globo. Panerai (2006) nos lembra de que essas estruturas quase autônomas não são formas inovadoras, o que se distingue das fortalezas medievais e as propriedades aristocráticas do século XVII são as dimensões de superfície que passam a exigir, tais como aeroportos.

A natureza e seus elementos, notadamente a água e a vegetação são reapropriados e reinseridos nos enclaves urbanos. As soluções de infraestrutura também são diferenciadas

⁴ Tradução nossa.

⁵ Manuel Castells (2000) define redes como um conjunto de nós interconectados por um processo que não mais se estabelece num mesmo espaço físico, podendo expandir-se de forma ilimitada, formando novos nós que compartilham os mesmos códigos de comunicação. Produzem uma concentração de poder descentralizada e em escala planetária.

pelo extenso território, não conferindo a cidade uma uniformidade, como os aquedutos romanos ou as pontes medievais. Não se pode ter uma leitura da totalidade da cidade sem recorrermos a mapas e imagens aéreas, pois a diversidade do tecido urbano predomina sobre a superfície terrestre.

Considerações Finais

Das tipologias apresentadas, podemos avaliar a relação da fenomenologia existencialista pela articulação entre ambiente e sociedade, em função das permanências e transformações aferidas aos tecidos históricos, especialmente pelas vários mapas e plantas que nos permitem uma rápida e panorâmica visualização sobre os espaços construídos ou ainda em processo de construção, ou também, em seu estado “natural”.

A articulação dos elementos naturais e a sobreposição dos artefatos culturais evidenciam objetos remanescentes e as novas formas de uso e apropriação do território, expandindo ou retraindo suas fronteiras. Se observarmos atentamente esse processo dinâmico, pelos diversos recursos iconográficos, constataremos que os núcleos urbanos estão diretamente vinculados aos corpos d’água, quer sejam rios, lagos ou mares. A relação do uso e ocupação nos revelam as funções utilitárias ou metafóricas atribuídas aos rios, quando retomamos a contextualização da construção de cada uma das tipologias apresentadas.

Mumford (1998), na sua obra *A cidade na história*, aborda bem o surgimento das primeiras civilizações que foram determinadas pelas condições geográfica. Do mesmo modo, a ocupação da faixa litorânea é uma constante na historiografia urbana, em que podemos destacar a formação de cidades na confluência do rio com o mar, como é o caso de Londres, Rio de Janeiro e Salvador.

A presença dos rios foi ponto chave para o desenvolvimento da agricultura, por meio das técnicas de irrigação desenvolvidas. Nas cidades romanas, conjugaram-se a técnica da engenharia com a construção de monumentos regionais para que a distribuição de água atingisse as áreas mais continentais do Império. Em seguida, na reestruturação das cidades medievais, obtiveram maior destaque aquelas cuja função mercantil foi determinada pela construção de canais – vias fluviais para a circulação dos produtos agrícolas.

As postulações modernas tornaram o desenho urbano mais abstrato e geométrico, cujo processo desemboca na desvalorização dos corpos d’água. O projeto de cidades novas ou as intervenções em suas partes tendem a manipular o espaço e dotá-lo de qualidades que afirmem o desenvolvimento econômico como mola propulsora das ações humanas. Não interessa mais o sentido cósmico dos elementos naturais e sua inserção no ambiente urbano,

prevalecendo o sentido econômico e utilitário dos corpos d'água, como recursos a ser explorados.

Assim, percebemos que os rios, ao longo das diversas manifestações da civilização foram perdendo sua força para o conhecimento técnico-científico, imperando o domínio do homem sobre a natureza, numa ilusão da criação de ambientes totalmente artificiais. Com emergência das questões ambientais, duas vertentes ressoam nas ações atuais: uma exclusivamente urbanística, em que grandes incorporações imobiliárias devolveram o valor aos rios, mas numa estratégia de consumo, que pauta a sociedade urbana; e outra, oposta, pautada na visão sistêmica, sendo os elementos naturais parte do processo do desenho urbano.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FORRAT, Juan Cano. **Introducción a la historia del urbanismo**. Valencia: Editorial UVP, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Bauen, Wohnen, Denken**. (1951). Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1951.

KOSTOF, Spiro. **The city shape: urban patterns and meanings through history**. London: Thames and Hudson Ltd: Bulfinch Press, 1999.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2ed. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

MELLO, Sandra Soares. **Na beira do rio tem uma cidade**. Tese de Doutorado (em Arquitetura e Urbanismo). 2008 – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

MORRIS, Anthony. E. J. **Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUXÍ, Zaida. **La arquitectura de la ciudad global**. Barcelona: GG, 2004.

NORBERG-SCHULZ. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

_____. **Espacio, tiempo y arquitectura: nuevos caminos de la arquitectura**. Blume: Barcelona, 1975.

- PANERAI, Philipe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- RIBEIRO, Cláudia R. Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura**: parâmetros intangíveis para o espaço concreto. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. 2ed. São Paulo: Nobel, 2001.
- YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo**: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2002, p. 80-104.

ÁLVARO DE LAS CASAS: UM GALEGUISTA AO SERVIÇO DO CAMPO DA CULTURA BRASILEIRA DURANTE O VARGUISMO

Antón Corbacho QUINTELA*

corbaq@letras.ufg.br

Resumo: Álvaro de Las Casas (1901-1950), intelectual nacionalista galego, assentou-se no Brasil no início de 1937, procedente de Portugal, fugindo da Guerra Civil espanhola. No seu exílio brasileiro, ele demonstrou que era capaz de sobreviver economicamente exercendo as mesmas profissões que tivera na Galiza. Nesta comunicação analisa-se a estratégia de sucesso seguida por Las Casas para se inserir no campo da cultura brasileira durante a presidência de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Álvaro de las Casas, estrangeiros no Brasil, campo da cultura brasileiro.

Abstract: Álvaro de Las Casas (1901-1950), a Galician nationalist intellectual, settled at Brazil at the beginning of 1937, coming from Portugal, escaping from the Spanish Guerra Civil. In his Brazilian exile, he proved that he was able of survive economically working at the same professions that he had in Galiza. In this paper, it's analyzed the successful strategy followed by Las Casas in order to his insertion in the Brazilian cultural *champ* during Getúlio's presidency.

Keywords: Álvaro de las Casas, foreigners in Brazil, Brazilian cultural *champ*.

Durante o séc. XX, em contraste com as centenas de milhares de imigrantes espanhóis, só pouco mais de duas dezenas de agentes profissionais da cultura oriundos da Espanha escolheram o Brasil como país de residência. A trajetória de um deles, um suposto exilado, Álvaro de Las Casas (1901-1950), intelectual nacionalista da Galiza, pareceu-nos especialmente significativa; por um lado, porque, embora não renunciasse à reivindicação, através da sua produção ensaística e literária, da identidade galega como uma identidade distinta no contexto espanhol, não almejou coordenar ideologicamente um grupo de patrícios seus imigrantes no Brasil e, por outro lado, porque demonstrou que os seus principais objetivos intelectuais eram a sua inserção no sistema literário brasileiro e a decorrente obtenção de reconhecimento e canonização no campo cultural. Isto é, Álvaro de Las Casas

* Professor adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Filologia Galega pela Universidade de Santiago de Compostela; Grupo GALABRA.

não encarnou o modelo nem do intelectual estrangeiro brasilianista nem do estrangeiro promovedor ou animador da cultura nacional diferencial de uma colônia de imigrantes. Todavia, no segundo lustro da década de 1930, Las Casas alcançou um fulgurante sucesso no Brasil, como o demonstram o *corpus* que ele deixou publicado e a fortuna crítica que *esse corpus* recebeu. *A priori*, poder-se-ia concluir que Las Casas agiu como um intelectual autônomo e, com bastante independência ao lugar em que residisse, fiel ao seu projeto criador. Ora, perante a vertiginosa carreira intelectual de Las Casas no Brasil, cabe cogitar que ou, casualmente, o seu discurso literário e jornalístico coincidiu com o gosto e o *horizonte de expectativas* de um considerável grupo de receptores brasileiros, ou, deliberadamente, ele adaptou e direcionou os seus produtos ao sistema brasileiro.

Nos dois anos que passou no Brasil, 1937 e 1938 – no início de 1939, Álvaro de Las Casas partiu para o Chile, de onde seguiu para a Argentina, país em que fixou a sua residência a meados de 1939 –, ele publicou seis obras, as seis editadas no Rio de Janeiro. Trata-se de *Canciones y consejos de amor* (LAS CASAS, 1937a) – um livro de versos e máximas que obteve uma segunda edição –, *Espanha (gênese de uma revolução)* (idem, 1937b) e *Angústia das nossas horas (A pátria. A democracia. Os ditadores. A guerra)* (idem, 1937c) – dois ensaios sobre a circunstância bélica de Europa de entreguerras classificados por Las Casas como “estudos políticos” –, *Os dois* (idem, 1938a) – um romance de temática homoerótica ambientado na Galiza –, *Na labareda dos trópicos* (idem, 1938b) – um livro de viagens pelo Brasil seguindo roteiros turísticos alternativos pelo Norte e Nordeste – e *Sonetos Brasileños* (idem, 1938c) – uma antologia de sonetos brasileiros traduzidos ao espanhol publicada pela Academia Brasileira de Letras. Nesta comunicação, serão comentados os dois ensaios políticos antes indicados e uma entrevista que Álvaro de Las Casas fez a Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, para o jornal chileno *El Mercurio*, publicada aos 11 de junho de 1939 (COSTA, 1943). O nosso intuito é, em primeiro lugar, sopesar as enunciações e os juízos de Las Casas nos dois ensaios assinalados e, em segundo lugar, a observação da rápida inserção de Las Casas no campo cultural brasileiro. Almejamos ponderar em que grau o *habitus* de Las Casas, as suas interpretações da história europeia e os seus posicionamentos políticos contribuíram para o seu fulgural sucesso no meio da *intelligentsia* brasileira.

Espanha (gênese de uma revolução)

Em 1937, o “Prof.” Álvaro de Las Casas publicava, no Rio, na editora A Noite, *Espanha (gênese de uma revolução)*, com dedicatória a João de Barros, “que me trouxe ao Brasil”. Ele data-a em Petrópolis, aos 6 de março de 1937. Las Casas chegara ao Brasil,

procedente de Portugal – onde se refugiara, em julho de 1936, ao começar a guerra na Espanha – em janeiro de 1937, o qual indica que redigiu *Espanha* em apenas dois meses, sem, de fiarmo-nos da sua declaração, auxílio bibliográfico. Supõe-se que, durante os primeiros meses da sua estadia no Brasil, Las Casas contou com suficientes apoios para se dedicar plenamente à composição de *Oraciones y consejos de amor* – edições de julho e outubro –, de *Espanha* e da sua seguinte obra *Angústia das nossas horas*, datada também em Petrópolis, aos 12 de outubro de 1937.

Em um prólogo intitulado Confissão, Álvaro de Las Casas justifica a composição de *Espanha* pela estima que sentia pelos amigos que lhe pediram que a compusesse. Nesse prólogo esclarece que a pretensão do livro é a exposição da gestação dos motivos que fizeram com que na Espanha estourasse a guerra civil, visando, assim, evitar que esse conflito pudesse ser entendido como um enfrentamento entre “enlouquecidos ou criminosos caídos na mais infesta perversão” (Las Casas, 1937b, p. 9). Las Casas declara que procurou se manter imparcial na exposição dos fatos, mas que não lhe foi possível evitar a paixão ao comentar o drama da sua pátria. Pede aos leitores que conhecem a Espanha que se esforcem para compreender esse drama e que não a deixem de amar nessas horas de aflição. Ele desculpa-se por algum lapso que possa haver na obra, pois toda ela foi composta de cor, e deseja ao seu leitor que sobre o Brasil não se projete o fado que atingiu a Espanha, concluindo que “se algum dia te surpreender a desventura, como a nós nestes tempos, desejo-te toda a generosa hospitalidade que eu encontrei no meu desterro – ontem, na gloriosa terra de Portugal, e hoje neste ubérimo e paternal mundo brasileiro” (idem, *ibidem*, p. 15).

No final do livro, no Triste epílogo de um livro e nebulosa profecia de uma época, Las Casas informa que a sua exposição dos fatos que levaram à Espanha à guerra civil encerra-a nove meses após de iniciada essa luta armada e diz que acredita que a guerra durará ainda muito, pois a paz é impossível e inimagináveis o afeto, a benevolência ou a compreensão entre os adversários, só se podendo encerrar o enfrentamento quando um dos exércitos esteja totalmente esmagado, correndo-se o risco de acabar desencadeando um conflito de proporções maiores que as que atingiu o de 1914. Prognostica que o resultado serão: “cidades arrasadas, tesouros únicos de arte perdidos para sempre, toda a sua economia destruída para cinquenta anos e um milhão e meio de mortos” (idem, *ibidem*, p. 229). Assevera que não reconhece as possibilidades de triunfo em nenhum dos dois bandos, embora creia, “sem paixão” que é lógico que vençam os nacionalistas “porque o seu exército é mais disciplinado e regular, seus comandos mais técnicos e hábeis, a massa que os segue mais apaixonada na sua fé e mais

disposta ao sacrifício, e as ajudas com que contam mais decididas e largas” (idem, *ibidem*, p. 230).

Com independência da vitória de qualquer um dos frentes, a estruturação de um regime democrático ou a garantia do respeito às liberdades ficariam, na opinião do autor, relegados por muito tempo da Espanha. Ele crê que, em qualquer hipótese, governarão as hierarquias e encerra a sua obra expondo que o governo de Franco, se esse general conseguir ganhar a guerra, poderia tomar o modelo português idealizado por Salazar como um guia para superar as contradições entre fascismo e catolicismo:

Tenho para mim que fascismo e catolicismo são inimigos irreconciliáveis, que o Dr. Oliveira Salazar – a quem julgo o ditador mais interessante da Europa – procura em Portugal um terceiro caminho, no qual possam convergir ambas as religiões, e que Franco se esforçaria por prolongá-lo até a meta. A história de Portugal, sempre paralela à da Espanha, ainda uma vez antecipa uma solução.

*Deixemos para oportunidade mais sossegada o meditar sobre este problema. Hoje, o espírito está demasiado aflito, a mão trêmula demais e os olhos tão cheios de lágrimas que não pode uma pessoa ver bem (idem, *ibidem*, p. 233).*

O ensaio *Espanha* está dividido em cinco capítulos: Patriotas e afrancesados, Entre as duas repúblicas, Paisagem das Espanhas, Batalha entre covardias e o, acima mencionado, Triste epílogo de um livro e nebulosa profecia de uma época. No primeiro capítulo – Patriotas e afrancesados –, Las Casas pondera que, no ambiente de instabilidade gerado na Espanha a meados do séc. XIX, o que primou foi a conquista do poder para, desde ele, destruir o adversário em lugar de se planejar a regeneração do país. Feita essa exposição, Casais lança uma pergunta retórica aos seus leitores:

Compreendeis um pouco a gênese de nossa revolução? Guerra, guerra implacável, desumana, selvagem, diante da qual a Europa estremece de horror e pede insistentemente um pouco de piedade, durante a qual os auxiliares estrangeiros do absolutismo têm de suplicar aos seus próprios aliados compaixão pela vida de suas vítimas. Sucede um período de trégua, porém mais cruel que o anterior, em que o punhal substitui a espingarda; a calúnia, a bala; e a emboscada, a batalha. Os generais e os políticos, cansados de correr pelos montes, preferem guerrear-se nas câmaras reais e nos corredores dos ministérios. Crises, crises, mais crises. Com a facilidade com que se muda de camisa, muda-se agora de bandeira, e com mais satisfação do que se conquista um reino, traiçoa-se agora um partido. Apenas importa mandar, dirigir, figurar no governo, e todos querem organizar um grupo,

despedaçando o mosaico político até o infinito. A ninguém lhe importa saber a sua filiação, senão estar perto dos grandes generais para ser utilizado na primeira oportunidade. Sem embargo, lá no fundo da consciência da Espanha, a oposição se mantém inflexível e disposta a recomençar o seu duelo de morte (idem, ibidem, p. 68-69).

Ele acredita que, em relação à política, a sociedade espanhola de meados do séc. XIX pode-se dividir em três planos "perfeitamente visíveis" (idem, *ibidem*, p. 79-81). O plano superior engloba os generais e os políticos profissionais; trata-se de um plano "falto de toda ética, sem critério fixo, sem fé, sem ideal, sem convicção", em que os seus agentes só desejam se fixar em posições hierarquicamente vantajosas que lhes permitam o aumento dos seus ordenados e o reconhecimento da sua autoridade. O segundo plano é o plano da veemência e do fanatismo ideológico e, em decorrência disso, da intransigência com os opositores, frente aos que só cabia a sua eliminação física. Formavam-no "os soldados, os escritores, os empregados, a classe média daquela Espanha" que se dividiam em "direitistas" e "esquerdistas":

O direitoista entende que nem um só espanhol deixará de ouvir a sua missa diária, e que no dia em que a esqueça deve ser fuzilado; o esquerdistista considera que a Espanha não terá salvação ficando um padre vivo. Os dous são apaixonados, morbidamente parciais, doentes de loucura de mitos, incapazes de meditação serena e de observação repousada, e vêem só a aparência dos problemas, sem a calma necessária para se aprofundarem neles. Uns e outros ferem-se, mas não se matam. Ambos, só guiados pelas formas, resistem-se pensando nas soluções (idem, ibidem, p. 80).

O povo – o "bom povo" – conforma o terceiro plano. Esse povo preferia não se envolver nas lutas, pois só desejava que houvesse um governo que soubesse manter a ordem para que poder trabalhar e ser feliz ("Quer ter tranqüilidade, trabalho e boa administração, mas é bom, demasiadamente bom, cordial, sincero, facilmente impressionável"); é ignorante ("Não lê, não estuda, não sabe nada. Não lhe importa Rei nem Roque"), e temperamental e, portanto, instável (idem, *ibidem*, p. 81).

A partir da consolidação desses três planos, Las Casas acha que a marcha rumo a uma grande revolução no séc. XX muito dificilmente se poderia deter. No Capítulo III – Paisagem das Espanhas –, Las Casas analisa a situação em que se encontrava a Espanha em 1931, ao expirar a monarquia. Nesse capítulo tenta mostrar como se produziu o novo acirramento entre

as *duas Espanhas* – a *direitista* e a *esquerdista* – às que se refere como tais desde a invasão francesa. Nenhuma das duas Espanhas merece a admiração do autor. Na sua opinião, todos os integrantes desses dois blocos cometiam o grave erro de acreditar que a Espanha era um todo homogêneo e que todos os espanhóis respondiam a um mesmo perfil. Ele expõe que, com frequência, a asseveração de que havia diferenças entre os espanhóis derivadas da sua nacionalidade foi julgada como um delito de lesa pátria. Ele acredita que a obsessão de tentar impor a catalães, galegos, andaluzes, bascos e castelhanos – os “cinco grandes núcleos” – uma mesma lei, uma mesma preocupação, um mesmo desejo, um mesmo idioma e um mesmo hábito era uma equivocação. Na interpretação do autor, os problemas – a religião, a questão social, a vida econômica e política – eram diferentes para cada uma dessas nacionalidades.

A respeito do *modus* do povo espanhol nas três primeiras do séc. XX, Las Casas diferencia entre o rural – católico, fanaticamente religioso, individualista e monárquico –, relutante, portanto, para se incorporar em associações de classe, e o citadino ou proletário – ateu, anti-clerical, socialista e republicano – (idem, *ibidem*, p. 167). Ao expor as características da “vida econômica” dos campos sociais da Espanha, Las Casas diz, a respeito do operário rural, que “carece de terras próprias, é mal pago e vive mal porque não pode viver bem”; sobre o operário da cidade expressa o seu desprezo. Dele comenta que ganha bem, mas que não sabe aproveitar as boas condições de existência de que desfruta:

O operário da cidade ganha muito – na indústria paga-se melhor que nas profissões liberais – e vive mal porque não quer viver melhor, ou mais exatamente – não sabe, e ganha uma diária de 5 a 20 pesetas. É pretensioso, ousado e desprevenido. Sua ignorância leva-o a combater as leis sociais mais humanitárias e a desprezar os diversos seguros – maternidade, acidentes, doenças, invalidez, desemprego, etc. – que o estado tem de tornar obrigatórios contra a opinião dos próprios beneficiados. Pode dispor de uma boa vivenda, mas nela imperam mau gosto e o desconforto; pode vestir bem, mas não sabe distinguir o fato de trabalho do de passeio; pode instruir-se, mas prefere as diversões (idem, *ibidem*, p. 167-68).

Encerrando a análise do *statu quo* dos campos sociais espanhóis antes de se iniciar a guerra civil, Las Casas assinala que os dois segmentos mais decepcionados com a II República, devido à falta de satisfação das reformas em que depositaram os seus anseios, foram o dos autonomistas e o dos estudantes, e frisa que ambos foram as forças mais poderosas que propiciaram a república. Após o epílogo, Las Casas inseriu uma cronologia da gênese da revolução espanhola. Essa cronologia parte do ano 1808, “Invasão francesa e

começo da guerra da Independência” e encerra-se no ano 1936, “17 de julho – Sublevação do general Franco”. A visão de Las Casas sobre a gestação da contenda espanhola chegou aos leitores brasileiros quando nenhum dos frentes tinha uma vantagem decisiva. Mencionamos que o autor datou a obra aos 6 de março de 1937. Aos 12 de maio desse ano publicou o jornal carioca *A Noite* o que parece ser a primeira resenha da obra (“Schema luminoso do formidável conflito”). Surpreende a rapidez com que Las Casas escreveu um livro de 237 páginas e surpreende a rapidez com a qual ele foi publicado, o qual demonstra tanto o interesse e a confiança da editora *A Noite* no lançamento de um produto com essa temática, elaborado por quem era, nesse momento, um autor desconhecido no Brasil, quanto a efetividade da rede de relações do autor com agentes do campo intelectual.

Angústia das nossas horas

Assim como *Espanha* contém a visão de Las Casas sobre as causas da guerra civil espanhola, *Angústia das nossas horas* é a exposição do seu parecer acerca de conceitos identitários e políticos. O curto prazo – sete meses – que separa a datação de cada uma das obras faz com que achemos que Las Casas decidira passar de um caso prático, a guerra na Espanha, à reflexão teórica a respeito dos problemas que desembocaram no enfrentamento civil espanhol e que ameaçavam com fazer estourar uma conflagração mundial. De fato, *Angústia das nossas horas* combina o discurso didático próprio de um ensaio que visa divulgar, ou esclarecer, juízos em ciência política com o que parece ser o manifesto ideológico do autor. O livro está dividido em sete capítulos: (I) Pátria, Nação e Estado; (II) Internacionalismo e solidariedade internacional; (III) Formas de nacionalismo; (IV) A expressão da pátria nos Evangelhos; (V) Valor actual da democracia; (VI) Normas para a restauração do Estado; e (VII) Na constelação das dictaduras.

O primeiro capítulo – Pátria, nação e estado – recolhe o pensamento do autor sobre os temas “pátria”, “nação”, “estado”, “raça”, “relações entre a nação e o estado” e “direitos e deveres de ‘a nação’”. Las Casas, apresentando-se como porta-voz da sua geração, realça, frente aos outros termos, a *pátria*: “é a pátria – sensação física – a única que os (os homens) situa no mundo, e não a raça, nem a nação, nem o Estado, que são valorizações intangíveis, espirituais, metafísicas, que enchem o âmbito da pátria em largas projeções do passado e do futuro” (Las Casas, 1937c, p. 13). No capítulo IV – A expressão da pátria nos Evangelhos –, nega Las Casas (*ibidem*, p. 81) a racionalidade da diluição, por parte do pensamento marxista, dos conceitos “pátria” e “nação” nos termos “mundo” e “humanidade”, respectivamente, diluição que ele qualifica como um “tópico sentimental” e que crê consistir em um

subterfúgio para esconder, sob o intuito desvirtuado da obtenção de uma “fraternidade universal”, o que na realidade se almeja: a submissão das nações “à ditadura tirânica do proletariado”. Las Casas tira uma lição, aplicável aos governantes, da vida de Cristo; essa lição é a de que a assunção da dedicação desinteressada e sábia à pátria quase nunca é reconhecida por aqueles aos que se serve, pois as multidões só respondem aos impulsos mais vis. O autor crê que os bons estadistas sempre serão impopulares porque terão que agir na condução da nação sem se deixar influenciar pelas multidões.

Las Casas para, com afã docente, definir *nação*, relaciona esse conceito com a existência de uma etnia; à *nação* chega-se espontaneamente pelo pacto entre famílias ligadas por laços de parentesco e por semelhanças diversas. A nação é, segundo ele, o resultado de um sentimento moral, e é anterior ao indivíduo, pois procede do *jus sanguinis*; assim, esse indivíduo, a despeito da sua vontade, nunca se poderá desvincular naturalmente da nação já que a sua personalidade estará, de um modo absoluto, ligada a ela. Salienta que, para a nação existir, uma comunidade de sujeitos deve compartilhar idioma, princípios religiosos e costumes, e deve sentir a comunhão de um mesmo passado, quer dizer, ele crê que a fronteira entre as nações percebe-se onde se captam as mudanças na morfologia do modo de ser comunitário. No entanto, quando o acordo de co-participação e solidariedade entre os membros de uma comunidade se rompe, a nação fragmenta-se, degrada-se e pode desaparecer.

No capítulo III – Formas de nacionalismo – dedica um item a traçar um histórico da formação do *Estado*, desde o séc. X ao séc. XX. Comenta as lutas medievais, pela hegemonia sobre os homens, entre o Pontificado e o Império, explica como se consolidaram as monarquias autoritárias, resenha as ideias políticas de Machiavel, observa a substituição, por parte dos monarcas, do conceito nação pelo de povo e a submissão total deste aos interesses do Estado régio, descreve a corte de Versalhes e diz que a ostentação e a frivolidade cortesãs corromperam e arruinaram o Estado, produzindo o divórcio extremo entre este e os súbditos, na relação com a qual o Estado deixou de saber usar a dialética e perdeu a capacidade de coação, o que permitiu que, com impunidade e desde o cinismo, alguns inimigos do Estado – Montesquieu, Morelly e Rousseau – se achessem a predicar a subversão contra ele e abrissem caminho às futilidades e labilidades do romantismo. O autor acredita que o liberalismo romântico decimonônico imbuíu nas gentes europeias da primeira década do séc. XX a ilusão de que a liberdade integral conseguir-se-ia com a destruição dos impérios.

Por sua vez, a *raça* é para Las Casas a coluna vertebral da nacionalidade. Mas, guiando-se pelo mapa político natural da Europa, ele diz que, devido à miscigenação, não

acreditava que fosse possível nem traçar fronteiras raciais na Europa da década de 1930 nem expor racionalmente quais eram as características raciais do espírito nacional. Além disso, no seu juízo, os perfis nacionais mais fortes eram a consequência da síntese de elementos raciais diversos e, às vezes, opostos (idem, *ibidem*: 20).

Las Casas acredita que é na América onde a Europa deverá encontrar os modelos de que precisa para organizar as nações nos Estados, tanto modelos úteis para estruturar regimes de força quanto os exemplos de comprovado bom funcionamento de democracias constitucionais. Nesse sentido, ele crê que, enquanto as nações e os Estados europeus não encontrem formas novas para se relacionarem, haverá caos. De fato, ele afirma que, no momento em que ele está redigindo a sua obra, esse caos já se fez presente e se expandiu até abranger a Europa inteira. Crê, portanto, que é preciso que cada sujeito reflita sobre a posição que deve assumir e que a ocupe (“Já estamos em pleno caos e já é hora de que cada um defina o seu pensamento e a sua atitude; não podemos, nem seria lícito, subtrair-nos à magnitude destas horas” idem, *ibidem*, p. 31). A solução para a superação do caos e para evitar o cataclismo é, na sua opinião, a reestruturação do mapa europeu a partir do respeito à liberdade das nações, aceitando-se a doutrina autonomista para que estas possam se congregarem em um só Estado, se expressar no seu idioma, desenvolver o seu folclore e realizar práticas econômicas diferenciadas. Essas nações dever-se-iam integrar em poucos grandes Estados dotados de autoridade, pouco mais de dez, confederando-se segundo o “perfil semelhante” e os “interesses compensáveis”, simplificando-se radicalmente o mapa político da Europa, de forma a viabilizar uns “Estados Unidos da Europa”.

Em relação às formas de governo do Estado, Las Casas questiona a conveniência da manutenção do regime democrático tal que este fora desenvolvido ao longo do séc. XIX. A esse tema dedica o capítulo V (Valor atual da democracia). Opina que a crise que, na década de 1930, afetava o mundo, opondo, irreconciliavelmente, uma frente defensora dos princípios democráticos a outra em que se adoravam os regimes ditatoriais, exigia um esforço de reflexão para encontrar uma via alternativa a esses dois modelos clássicos. O autor diz que, compartilhando o conselho que lhe dera Amoroso Lima, antes de discutir os problemas da democracia havia que esclarecer o significado do conceito que era, na sua opinião, bastante confuso. Las Casas admite, como boa democracia, aquela que permitir, dentro de certas restrições, que o governo seja escolhido pelo povo, sem que este possa, contudo, exercer o controle sobre o governo que elegera nem lhe impor as diretrizes da sua atuação, pois as massas, embora possam estar bem intencionadas, não possuem nem a atitude nem o

conhecimento necessários para poderem discernir com clareza e serenidade sobre os grandes problemas técnicos que lhes são contemporâneos (idem, *ibidem*, p. 101).

Las Casas é contundente na negação da capacidade das massas para decidir o governo ou para intervir nele; conseguintemente, Las Casas rejeita o sufrágio universal (“o último acorde da grande sinfonia que o romântico século XIX entoou na morte do segundo milênio” idem, *ibidem*: 104-05). Ele não compartilha que, nas condições confusas que determinavam a circunstância que caracterizava a humanidade na década de 1930, fosse possível deixar ao arbítrio do voto da maioria, da qual fazem parte os analfabetos e os criminosos, a forma de governar (idem, *ibidem*, p. 102).

A vontade popular das massas, no parecer de Las Casas, é iludida, manipulada e corrompida pelos que controlam o poder, que a direcionam conforme os seus interesses. A solução que Las Casas propõe é a limitação da democracia, acomodando-a, temporariamente, dentro das fórmulas aplicadas por Oliveira Salazar, as quais permitiam governar com autoridade sobre bases democráticas renovadas. Para isso, precisava-se impedir que os sujeitos incapazes pudessem ser candidatos a ocupar a chefia do Estado. O Chefe de Estado, para Las Casas, deverá ser eleito por voto secreto e obrigatório, mas limitado, poderá escolher livremente os seus ministros e estes, só em casos excepcionais, serão responsáveis perante o Parlamento, o qual só poderá sancionar as bases legais das leis mais importantes, cabendo ao Poder Executivo faculdades mais extensas para gerir a administração. Precisava-se aumentar o tempo do mandato do chefe do Estado para permitir a atuação repousada e evitar as lutas eleitorais. Para tornar isso possível, os partidos políticos teriam que estar ferreamente controlados e só poderiam existir se tiverem uma direção nacional e uns militantes prestigiosos com capacidade política; na visão de Las Casas, era imprescindível afastar os políticos profissionais dos organismos técnicos, deixando, estes, a cargo de gestores especializados.

Las Casas encerra o capítulo V enunciando as suas propostas para a “restauração” do Estado democrático. Elas giram ao redor do fortalecimento do Estado por meio da blindagem da sua autoridade tanto na ordem interna quanto na internacional. O modelo salazarista era, nessa orientação, o ideal para Las Casas (*ibidem*, p. 115): “O Dr. Oliveira Salazar, do qual não me cansarei de dizer que me parece um dos estadistas mais profundos da nossa época, diz muito bem: temos de fazer um Estado tão forte, que não precise ser violento”. Para salvar, e rejuvenescer, as virtudes estimáveis da democracia, o autor propõe que se reorganize a sociedade. Essa reorganização visaria, em primeiro lugar, a classificação aristocrática dos cidadãos segundo a sua categoria funcional. A partir dessa nova ordem, cumpriria consolidar,

entre os sujeitos robustecidos na sua personalidade pela firmeza das suas convicções e pela sua determinação espiritual, a assunção da obediência livre aos desígnios do Estado como o modo de servir à nação. Las Casas frisa que era urgente que as elites reconhecessem, sem preconceitos, a sua distinção e que desempenhassem o seu papel de chefia perante o resto da sociedade:

*É curioso lembrar que em todas as épocas de decomposição do Estado, em todos os mais graves movimentos subversivos, as massas foram animadas, estimuladas e dirigidas na revolução por burgueses e aristocratas traidores das suas classes, contra as que caminhavam as hordas. As elites deverão sentir, não vaidade estúpida, mas sim o legítimo orgulho e a nobre responsabilidade de estimar-se hierarquias em razão de representar linhagens que tradicionalmente significaram o elemento mais puro de ordenação e de gerência (idem, *ibidem*, p. 116).*

Além disso, o autor fixa um decálogo de normas que teriam que ser seguidas para o encaminhamento da tarefa da restauração do Estado *democrático*. São: 1. O melhoramento da população; 2. A educação no ensino da história; 3. A volta à natureza; 4. A libertação econômica; 5. O fortalecimento da personalidade nacional; 6. A organização hierárquica da vida; 7. A valorização da eficácia; 8. Um rumo exterior; 9. Ar de eternidade e 10. A formação da juventude.

A primeira norma (“O melhoramento da população”) consistia na implementação de uma “política matrimonial inteligente” que visasse à mestiçagem. Las Casas (*ibidem*, p. 120) diz que “o Estado não pode consentir que o cidadão se case quando, como e com quem queira, sem que, entretanto, chegue a cair nos excessos a que chegou o Terceiro Reich”. Propõe que se estabeleça uma idade mínima e uma idade máxima para o casamento, que se proceda, por parte do Estado, ao reconhecimento moral e fisiológico dos cônjuges e que se exijam meios econômicos suficientes aos contraentes. O nascimento dos filhos também havia de ser controlado pelo Estado e o atendimento médico às crianças, por parte deste, deveria estar garantido. Propõe, finalmente, que seja promulgada uma legislação que sirva para vigiar a eleição dos esposos com vistas a facilitar “a mais rápida assimilação dos elementos estrangeiros”.

Com “A educação no ensino da história” pretende Las Casas que se ofereçam, às novas gerações, os exemplos formativos, os “mais puros e fortes”, do passado nacional, pois era preciso que os jovens se comovessem entendendo como se realizaram as gestas que legaram à nação “um território independente, uma lei, um idioma, uma religião”.

O terceiro princípio básico – “A volta à natureza” – visa a restituição à natureza dos cidadãos procedentes do êxodo das povoações camponesas às grandes urbes, fazendo do Estado uma nação de agricultores. O autor acredita no benefício econômico que reportaria conseguir o equilíbrio entre a produção industrial, estranha para a percepção nacional, e a agrícola, pois esta última garante uma fortuna estável, além de contribuir à formação do caráter de quem tem essa terra em posse ao acentuar os instintos mais tipicamente familiares, criando-se a identificação entre a propriedade ou a posse rural e os homens. De agricultores nacionais, confessa Las Casas, ele gostaria que estivesse “a minha pátria cheia”.

“A libertação econômica” para o Estado ideal, norma quarta, consiste na autarquia, isto é, na libertação, da economia estatal, da dependência de importações e do comércio exterior. A norma quinta – “O fortalecimento da personalidade nacional” – almeja a singularização nacional mediante o fortalecimento da individualidade nacional “no concerto polífono das raças” (idem, *ibidem*, p. 124). Las Casas propõe uma arqueologia dos valores puros nacionais custodiados nos ambientes rurais mais virgens, com vistas ao seu estudo e à sua atualização. Assim, diz que “Os nossos músicos, os nossos pintores, os nossos arquitetos, todos os nossos artistas enfim, não de buscar no indígena os seus temas de inspiração” (idem, *ibidem*, *passim*). A concentração da atenção dos estudos de cientistas e pensadores deveria estar, igualmente, nos problemas da realidade nacional; ou seja, a produção intelectual e científica teria que ser nacionalista. A esse respeito, o autor ressalta que é preciso que o adventício se possa reconhecer como tal ao se estranhar perante uma realidade social com a qual ele não se identifica.

“A organização hierárquica da vida”, ponto sexto, visa o escalamento da sociedade em categorias herméticas – “castas” – regidas segundo a responsabilidade da função que os sujeitos exerçam. Las Casas relaciona as “castas” com os grêmios ou as corporações de ofícios e não entende que, na ocupação de profissões, possa haver, *a priori*, a combinação de classes ou a ascensão social. Ele entende que a profissão está ligada geneticamente, por desígnio natural, ao indivíduo e qualifica como subversão perigosa qualquer ação que procure alterar e confundir a regulamentação do acesso ao conhecimento, cuja aquisição só se deveria permitir a quem tivesse condições de assimilá-lo na justa medida. Ou seja, a popularização da cultura não significa só, para ele, a banalização da cultura, senão também a ruptura da ordem natural, pois não é lícito que ao ignorante sejam apresentados assuntos para cuja compreensão o seu discernimento não está dotado; o ignorante sentirá a vontade de se apropriar do conhecimento alheio, e superior, o qual conduzirá à detonação da essência desse conhecimento, e ao caos.

Mediante a “A valorização da eficácia” – ponto sétimo –, Las Casas insta a que tanto os regimes ditatoriais quanto os governos democráticos se sirvam, sobretudo, de funcionários que, embora possam ser pouco entusiastas, ou inclusive críticos e carentes de afeto, com a autoridade, saibam cumprir os seus cometidos com inteligência, fé e lealdade. Na norma oitava, “Um rumo exterior”, o autor propõe como remédio para abafar os “movimentos secessionistas” e para, simultaneamente, conseguir a aglutinação da cidadania, a fixação, por parte do Estado, de uma “política internacional constante e bem definida” que suponha a configuração de objetivos, e inimigos, externos e comuns frente aos quais se requeira a união de todas as vontades e de todos os anelos nacionais que convivem no Estado.

No ponto nono, “Ar de eternidade”, Las Casas predica que os cidadãos não se obcequem com os problemas triviais do dia-a-dia, de solução certa, e que, pelo contrário, de uma larga perspectiva imperial, se preocupem com a realização de fins transcendentais para o Estado. Para que isso seja moralmente viável, ele recomenda que o Estado oficialize a vinculação da nacionalidade que o constitui com alguma religião, pois os fins transcendentais são os ultra-terrenos e a felicidade plena dos súbditos só se encontra em um porvir indefinido.

No último ponto, “A formação da juventude”, enuncia as medidas higiênicas que, mediante a ginástica e o excursionismo, e seguindo o modelo espartano, moldariam virtudes nos jovens de uma nação e fariam deles “um povo guerreiro por excelência”. Inclusive, expõe como ele agiria caso ele chegasse a ser o chefe de um Estado:

*Se de mim dependesse organizar um Estado, é possível que até os doze ou quatorze anos as crianças não soubessem ler nem escrever, mas saberiam cantar e dançar, tirar dardos valentemente e apontar os arcos olhando para o sol; dormiriam de noite pelos bosques, para escutar até o mais fundo da entranha o rumor da natureza pátria, e cada manhã, frente o mar, sentiriam angústias de distância. Em radiantes provas conjuntas, nas quais os mais esbeltos estariam em destaque, os animaria a sentir sempre crescentes estímulos de superação. A juventude assim, deslumbraria: forte, corajosa, bela (idem, *ibidem*, p. 131-32).*

O capítulo Na constelação das ditaduras é o último da obra; esse cabeçalho que faz referência ao sistema político formado por “três estrelas de fulgor análogo [...] porém cada uma com a sua constituição própria: Hitler, Salazar e Mussolini que, para mim significam – o condutor, o tutor e o ditador” (idem, *ibidem*, p. 134). Álvaro de Las Casas faz-se intérprete do angustiado posicionamento político dos povos e expõe que eles, a partir da década de 1920, insatisfeitos com as ações confusas das democracias, frustrados com os políticos dependentes

dos sectários interesses partidários e desejosos de uma autoridade decidida que expressasse a totalidade nacional, entregaram-se às ditaduras.

O autor diz conhecer, além das inquietudes dos povos em geral, a vida em três países concretos – Alemanha, Portugal e Itália –, pelo qual se acha legitimado para expor as suas observações sobre os regimes ditatoriais que neles se desenvolvem. Assim, considera que Hitler é mais um dirigente consoante com o perfil marcado para os líderes responsáveis pelo reto desenvolvimento da “vida alemã” desde a época de Frederico o Grande. Nesse sentido, ele diz (idem, *ibidem*: 136) que Hitler lhe parece “o maquinista de uma locomotiva que dispõe a marcha, regula as velocidades para quando adverte os perigos, mas é independente da máquina, e pode ser substituído em qualquer ocasião sem que sofra o complicado mecanismo”.

Por sua vez, Salazar é qualificado como um paciente reformador, como “o tutor, o esteio, o ordenador, o conselheiro” da vida portuguesa, decadente desde os últimos Braganças e atacada por parasitas desde a proclamação da República. Mussolini é retratado como o ditador por excelência, “à maneira clássica”, que impõe caminhos inéditos, pois acredita que nada do pretérito é aproveitável.

Dos três ditadores, Las Casas salienta os aspetos em comum e as diferenças. Demora-se no retrato de Salazar, de quem compõe um perfil biográfico em que destaca a sua origem humilde, a sua dedicação ao estudo, a sua moral cristã, a austeridade dos seus hábitos de vida e a sua modéstia pessoal, a sua competência para as finanças e os bons resultados da sua política econômica. Em relação à política externa portuguesa planejada por Salazar, Las Casas mostra o intuito evangelizador com que ela é dirigida pelo ditador:

*Português, até a última gota do seu sangue, sonha com que a sua pátria possa reviver as glórias dos dias imperiais, mas para ele, império não é força militar, dura hegemonia política, extensão territorial ilimitada, senão garantia para exercer empresa civilizadora e cristã; como os nossos Reis Católicos importa-lhe possuir terras para resgatar almas. Quando fala de Angola, Moçambique, ou Timor, pensa na cruz de Cristo navegando por todos os mares, e sob o pendão invicto, marinheiros cantando em português. Como homem de Estado tem fé nas virtudes do seu povo e entende que não é difícil restitui-las na sua magnitude primitiva – é um problema de reeducação, de bons conselhos, de exemplos salutareis, de repreensões amáveis; não fazem falta gritos nem forcas (idem, *ibidem*, p. 140-41).*

A respeito das diretrizes para a política interna marcadas pela ditadura portuguesa, Las Casas ressalta a sua moderação, a tendência educativa das instituições públicas, o nacionalismo sadio e, sobretudo, a moralidade nas manifestações da vida pública ou privada, com o qual se conferira ao país energia, estabilidade e prestígio no concerto das nações.

Las Casas considera a Hitler o “antípoda” de Salazar devido, em primeiro lugar, à sua afeição pelo contacto com as multidões, à sua obsessão racial e ao seu talante veemente e, em segundo lugar, ao tipo de vida de Hitler durante a sua juventude (“Viveu quando moço uma boemia demasiado acre para poder esquecê-la com facilidade, e por isso a sua concepção do Estado é basicamente econômica e social, com excessiva angústia proletária” *idem, ibidem*, p. 142). Mussolini é qualificado por Las Casas como o ditador mais erudito e como o único capaz de compreender a Europa integralmente com o ânimo de proceder à sua restauração; o fascismo é entendido pelo autor não como uma tática autônoma de governo, senão como um “sistema de cultura”. Essa restauração consistiria na assunção de que os Estados são uma vontade em que as nações são dinamizadas pelos princípios religiosos e o homem é o senhor da natureza, no molde da Grécia antiga (*idem, ibidem*, p. 145-46).

Las Casas dedica o último item – Trincheiras da nova guerra – desse capítulo a vaticinar uma nova e, então iminente, conflagração mundial. Nesse item avalia, em primeiro lugar, as causas e as consequências da Primeira Guerra Mundial. Diz que a guerra estalara antecipadamente e carecera de motivos suficientes, e que se comprovou que foram três graves erros (a) a aliança dos impérios centrais com a Turquia, “constante e forte inimigo do sistema ocidental”, (b) as alianças *contra-natura* dos aliados e (c) a participação dos africanos na frente francesa, pois isso afundou “por mito tempo a nossa dignidade coletiva, rebaixando o valor da Europa a níveis de pavorosa servidão”. Como consequência desses erros produzira-se a perda de hegemonia da Europa e o fortalecimento de dois “povos remotos”, os Estados Unidos e o Japão. Las Casas examina o Tratado de Versalhes e sublinha as torpezas nele cometidas, ponderando que teria sido essencial, para garantir a paz, o confinamento asiático da Rússia e da Turquia. Como isso não aconteceu, as conflituosas fronteiras traçadas para os Estados europeus, junto à superpopulação e à superprodução, à questão das minorias, à questão colonial e à falta de matérias primas acabariam conduzindo, inevitavelmente, a uma nova guerra mundial.

Las Casas conclui que, devido à magnitude que alcançará a guerra pelo progresso na indústria de armamento, o porvir não poderia ser mais sombrio; no entanto, como essa guerra iniludivelmente acontecerá, ele deseja que os homens se preparem para ela “temperando os nossos espíritos para a prova apocalíptica” e escolhendo adequadamente em que bando

combater, embora esse combate, fruto da “situação de torpe e criminosa rivalidade a que chegaram os Estados europeus”, signifique o final da supremacia europeia e o enfraquecimento da tradição ocidental que se materializará, em primeiro lugar, na expulsão, por parte do Japão, das potências europeias da Ásia, em segundo lugar, na sobreposição da influência dos Estados Unidos à influência “dos velhos reinos transatlânticos” no “mundo ibero-americano” e, por último, em um novo controle turco do Mediterrâneo e em uma nova ameaça islâmica sobre Europa. Os bandos, para Las Casas, são só dois. Associa um deles à anarquia, a “uma vida cômoda, no material esplêndida, zologicamente libérrima, que se limita nas nossas possibilidades econômicas e se acaba ao exalar o último alento”; o outro é associado à ordem e a “uma vida toda dor e perigo, toda esforço e preocupação, com um drama tremendo em cada instante e uma dúvida dilacerante em cada passo, com manhãs radiantes e tardes tempestuosas, sempre limitada na férrea fronteira dos deveres, sobe que sobe para a eternidade” (idem, *ibidem*, p. 159-60).

Diz o autor que ele, como residente no Brasil, tinha percebido o declínio do prestígio da Europa na América e a conseqüente substituição do clássico repertório civilizacional europeu pelo americano. Ele acredita que a recuperação do prestígio europeu era uma tarefa urgente na qual se estava empenhando, por meio do fascismo, a mocidade revolucionária da Itália, da Alemanha, de Portugal e da Espanha:

Os fascismos – vamos chamá-los assim em linhas gerais – são movimentos de juventude que poderíamos enquadrar, dando aos temas um valor atual, em um segundo ciclo romântico, com todo o caráter ocidental que teve o romantismo de 1830. Se queremos compreender a nova revolução europeia, temos de ver nos moços que seguem a Franco, a Salazar, a Hitler e a Mussolini, tudo quanto há além das preocupações nacionais, tudo quanto há de europeísmo: a ilusão de restaurar nas artes os cânones clássicos, de recriar a cultura sobre bases de humanismos, de estruturar a vida em volta de princípios religiosos, de agrupar outra vez a Europa em ideais comuns, e de dar-lhe outra vez empresas imperiais além do continente (idem, *ibidem*, p. 158-59).

Encerra Álvaro de Las Casas o seu livro insistindo em que nunca o mundo vivera horas tão angustiosas e que nelas só sobreviverão “as almas fortes” e “os temperamentos aguerridos” que tenham sabido guardar o seu posto no combate. O autor dedica as derradeiras linhas de *Angústia das nossas horas* a exortar os seus leitores para que escolham com acerto a metade do mundo em beligerância na qual se situarão: “Escolhamos

dignamente o nosso posto e não nos importe a morte, senão como vamos morrer: sobre as cinzas de Creso caiu um dilúvio de desdens; da tumba de Leônidas elevou-se um coro de cânticos” (idem, *ibidem*, p. 160).

A canonização de Las Casas no Brasil

Temos alguns dados acerca da recepção tida por *Angústia das nossas horas* no Brasil através de excertos, supostamente recortados da imprensa brasileira ou da correspondência do autor, inseridos no final de *Os dois* e de *Na labareda dos trópicos*, as seguintes obras publicadas por Las Casas no Rio de Janeiro, ambas pela editora A Noite em 1938. Trata-se, no total, de 27 excertos e do que parece ser o texto completo da missiva que remetera ao autor Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança após ler o exemplar de *Angústia das nossas horas* que aquele lhe remetera. A carta é a seguinte:

Prezado Dr. Las Casas:

Não queria agradecer o seu livro sem ter a impressão de algumas páginas. E, começando-o a ler, fui até o fim. Venho agora dizer-lhe que achei o seu trabalho dramaticamente intenso e grandioso, como a hora que passa. É uma obra forte e digna, cheia de meditações profundas, de teses luminosas, de idéias originais. Para a geração nova, seu livro será como uma “Imitação de Cristo” que se tem à cabaceira e que se consulta a cada passo, e onde sempre se encontra a reflexão grave que se precisa e a verdade austera que se esqueceu.

Como brasileiro que teme pelo futuro da Pátria, eu desejaria que a sua obra fosse lida por todos os meus compatriotas moços.

Parabéns e ainda uma vez obrigado.

Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança (Las Casas, 1938b, p. 191).

Do que se supõe que era a sua correspondência pessoal, o autor incluiu tanto em *Os dois* quanto em *Na labareda dos trópicos* fragmentos, muito elogiosos para *Angústia das nossas horas*, de cartas que lhe teriam remetido, entre outros, Levi Carneiro e Amoroso Lima, ambos da Academia Brasileira de Letras. Junto a esses pareceres, Las Casas incluiu comentários assinados na imprensa por, entre outros, Antonio Guimarães (no *Diário Português*), Múcio Leão (no *Jornal do Brasil*), Austregésilo de Athayde (no *Diário da Noite*), Jarbas de Carvalho (em *A Noite*), Lemos Brito (em *A Vanguarda*), Mário Monteiro (no *Correio da Noite*), Raul de Azevedo (em *Aspetos*) e J. Freitas Nobre (em *O Estado*, de Fortaleza). Nesses comentários, não datados, mas publicados todos eles entre novembro de

1937 e dezembro de 1938, salienta-se a qualidade e o rigor da análise feita por Las Casas acerca do que ele entendia e vaticinava como um lapso entre duas guerras mundiais.

Após a publicação de *Angústia das nossas horas*, nem a proclamação do Estado Novo nem o *putsch* integralista de maio de 1938 parece que afetaram o projeto literário e ensaístico de Las Casas. Além do romance e do livro de viagens, acima assinalados, que seguiram aos ensaios objeto destes comentários, em 1938 saiu também do prelo *Sonetos brasileiros* (LAS CASAS, 1938c). Trata-se de uma antologia de sonetos traduzidos que leva a chancela da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que foi prologada por quem, então, era o presidente da ABL, Claudio de Souza. É ele quem justifica a antologia, e não o tradutor. Souza enuncia que a competência de Las Casas como tradutor de canonizados poetas lusitanos fez com que, em sessão plenária e após pareceres favoráveis de Filinto de Almeida e Ademar Tavares, a ABL resolvesse publicar as traduções apresentadas por Las Casas, quem as fizera retribuindo “el merecido afecto con que nuestro país lo recibió” (idem, *ibidem*, p. 7), e frisa que Álvaro de Las Casas “al llegar a Río fue debidamente recibido en nuestra Casa y pronunció en nuestro salón de honor brillantes conferencias que merecieron calurosos aplausos” (idem, *ibidem*, p. 9). Nas palavras de Souza fica claro, pois, que partira de Las Casas a iniciativa da elaboração e tradução de uma antologia de sonetos brasileiros e que a ABL julgou que a proposta de Las Casas poderia ser o início de uma estratégia de projeção internacional da literatura brasileira: “La Academia resolvió publicar estas traducciones, como inicio de la obra de divulgación de nuestra literatura en diversas lenguas extranjeras” (idem, *ibidem*, p. 10).

Em paralelo ao rápido reconhecimento conseguido por Las Casas no campo literário brasileiro, percebe-se a facilidade com a qual ele, apresentando-se como jornalista, se relacionou com a elite política. Supõe-se que a entrevista a Getúlio Vargas (COSTA, 1943, p. 286-96), publicada pelo diário chileno *El Mercurio* aos 11 de junho de 1939, fora feita por Las Casas enquanto ainda residia no Rio de Janeiro, isto é, antes de fevereiro de 1939. Não tivemos acesso direto a essa entrevista; tivemo-nos que valer da recopilação laudatória de depoimentos dados por Vargas a jornalistas estrangeiros realizada pelo jornalista e diplomata Licurgo Costa, dentro da obra *Cidadão do mundo*. Trata-se de uma ampla entrevista, na qual as perguntas, dirigidas ao presidente como Chefe do Estado Novo, se estendem, especialmente, sobre a sua formação na infância e juventude, as suas preferências intelectuais, a sua ideologia política e os seus posicionamentos nas relações internacionais. Quando Las Casas indaga do Presidente o seu conceito de democracia, este responde:

Não há nada mutável. A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la. O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas, conforme os sentimentos e as exigências de cada época. Esse oportunismo superior é a suprema inteligência do homem de Estado (idem, ibidem, p. 289-90).

Ao longo da entrevista, faz-se patente a consonância entre a orientação das questões formuladas por Las Casas e as premissas manifestadas pelas respostas de Vargas. Conclui-se que Las Casas foi capaz de saber se pôr ao serviço tanto da *intelligentsia* oficial da cultura brasileira quanto da nomenclatura do *varguismo*, mas cumpre salientar que essa disposição não foi efeito de um premeditado servilismo senão da harmonia havida entre a ideologia desse intelectual galego e os fundamentos da estruturação do regime político instaurado por Getúlio Vargas. O fato de Las Casas ser um alienígena recém chegado ao Brasil e de ele proceder de um país em guerra não dificultou o estabelecimento de vínculos dele com agentes da cultura e da política brasileira e também não criou empecilhos para que ele publicasse os seus ensaios sobre ciências políticas e relações internacionais, mas, é claro, tratava-se de obras que continham posicionamentos afins com as orientações que recebia, desde a Chefia do Estado, a política brasileira.

Referências Bibliográficas

COSTA, Licurgo. **Cidadão do mundo** – 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

LAS CASAS, Álvaro de. **Oraciones y consejos de amor** – 2. ed. Rio de Janeiro: Ediciones Rudá

_____. **Espanha (gênese de uma revolução)**. Rio de Janeiro: A Noite, 1937b.

_____. **Angústia das nossas horas (A pátria. A democracia. Os ditadores. A guerra)**. Rio de Janeiro: Moura Fontes & Flores Editores, 1937c.

_____. **Os dois**. Rio de Janeiro: A Noite, 1938a.

_____. **Na labareda dos trópicos**. Rio de Janeiro: A Noite, 1938b.

_____. **Sonetos Brasileños**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1938c.

MARXISMO BRASILEIRO E QUESTÃO AGRÁRIA NOS ANOS 60

Antônio Gonçalves ROCHA JÚNIOR¹

antoniogr.professor@yahoo.com.br

RESUMO: Nesse artigo analisaremos o debate agrário brasileiro do final da década de 50 e início da década de 60. A principal discussão travada foi sobre a função da agricultura no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Palavras Chaves: agricultura, capitalismo, marxismo brasileiro.

ABSTRACT: In this article we will analyze the Brazilian agrarian debate of the late 50s and early 60s. The main debate was waged over the role of agriculture in the development of Brazilian capitalism.

Key Words: Agriculture, capitalism, Brazilian marxism.

1. A Base do Debate Agrário Brasileiro.

As mudanças ocorridas na economia brasileira no período do pós-guerra exigiram novas respostas dos pensadores sociais. As antigas orientações políticas e visões de mundo não tinham a mesma aplicabilidade e viabilidade de décadas anteriores. A diversificação da economia através do crescimento do setor industrial e do avanço das relações capitalistas no campo era um fato evidente no final da década de 1950 e início da década de 1960. Diante de toda essa situação surgiram novas posições teóricas e políticas sobre a estrutura agrária brasileira, principalmente no interior da esquerda.

A economia do Brasil passou por uma fase de crescimento a partir de 1945. O setor capitalista da economia cresceu principalmente baseado no modelo de substituição de importações. Esse crescimento econômico também levou a mudanças no setor agrícola. Durante toda década de 50 e 60 ocorreu uma difusão de novas tecnologias, com a implantação de diversas indústrias de tratores e fertilizantes, que permitiram um considerável aumento na produtividade agrícola e uma maior divisão social do trabalho no campo. Era assim, através das mudanças visíveis que ocorriam na economia e na agricultura que surgiu a base do debate nos meios de esquerda travado no final da década de 50 e início da década de 60.

Mas o modelo de crescimento econômico baseado na substituição de importações

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

apresentou os seus limites já no final da década de 1950. O governo de JK terminava mergulhado em grave crise fiscal e inflacionária. Foi no bojo de toda essa crise econômica que o modelo político populista deixou de existir, mergulhado em suas próprias contradições.

Mesmo com todas essas mudanças econômicas, alguns dos pilares do sistema latifundiário continuavam intocados, como a forte concentração da propriedade fundiária, o baixo índice de assalariamento ou precarização da força de trabalho e a permanência de relações não capitalistas no campo. Mas ao mesmo tempo todo esse período foi marcado por forte êxodo rural e diversificação da sociedade brasileira, implementação dos Complexos Agro-industriais (CAI), grupos monopolistas, grupos financeiros, entre outras atividades capitalistas presentes no campo. Mas o desenvolvimento do capitalismo não significou o rompimento com as antigas relações de produção características do modelo agrário brasileiro. O capitalismo agrário brasileiro se desenvolveu conservando relações arcaicas no seu interior. Inúmeros estudiosos caracterizaram essas mudanças ocorridas durante o desenvolvimento do capitalismo no Brasil pelo conceito de “*modernização conservadora*”.

É assim que o debate agrário ganharia novo fôlego no final da década de 1950 e início da década de 1960, em decorrência desse desenvolvimento capitalista da agricultura surgiram novos questionamentos de organizações políticas, pensadores e militantes, principalmente daqueles que compunham o campo da esquerda. Denominamos as várias intervenções políticas desse período como debate agrário brasileiro do final da década de 1950 e início da década de 1960.

2. O PCB e o Debate Agrário

No final da década de 50 e início da década de 60 irrompeu um grande debate no meio da esquerda brasileira. A discussão central era sobre os caminhos da revolução brasileira, que necessariamente passava pelo debate agrário. Chamamos as intervenções desse período de debate agrário devido ao fato de terem surgido várias posições teóricas e políticas divergentes no meio marxista brasileiro sobre a estrutura agrária do país.

Foram produzidos uma série de textos, intervenções políticas, livros, estudos, entre outros materiais, sobre a função da agricultura na economia brasileira e o seu papel na revolução brasileira. Muitas vezes essas intervenções parecem estar desligadas umas das outras, pois não ocorreu um debate formal entre muitos dos autores que trataremos aqui. Esse debate foi travado muitas vezes de maneira indireta, com questionamentos importantes que não mereceram respostas por parte dos litigantes, entre outros aspectos que demonstram um

caráter informal em grande parte do debate. Mas existe uma polêmica geral sobre a revolução brasileira e sobre o papel do campesinato nessa revolução foi o que levou os marxistas a se posicionarem de forma distinta e que nos leva a concluir que essas várias intervenções fizeram parte de um mesmo debate agrário.

A maioria dos debatedores estavam vinculados ao PCB. Mas não foi somente esta organização que esteve envolvida. Também participaram os militantes da POLOP, intelectuais estrangeiros, economistas, historiadores, entre outros. Por exemplo, Ignácio Rangel era um desses debatedores, tinha rompido com o PCB ainda na década de 40 e escreveu vários textos debatendo com a posição do PCB, mas nunca mereceu uma resposta por parte dos militantes partidários.

A maioria dos pensadores sociais desse período, principalmente aqueles vinculados ao PCB, defendiam que a estrutura agrária era uma barreira para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Defendiam que o latifúndio emperrava o desenvolvimento das forças produtivas. Chegavam à conclusão de que a única maneira para desenvolver o capitalismo brasileiro seria através da destruição do latifúndio por meio de uma reforma agrária que libertaria as forças produtivas nacionais. Mas o país já não era o mesmo do pré-guerra. O crescimento industrial e capitalista no campo era inegável, obrigando os marxistas a atualizarem as suas formulações teóricas sobre a questão agrária. Essa foi a base do debate agrário no final da década de 50 e início da década de 60.

Essas novas condições objetivas do Brasil fez eclodir um debate sobre a estrutura agrária no seio da esquerda. Em vários programas políticos o PCB defendia que o campesinato era um aliado fundamental do proletariado no processo revolucionário e que a concentração fundiária constituía um dos mais graves problemas do país. Assim, apesar das dificuldades de organização e atuação no meio do campesinato e com a crescente ascensão dos movimentos organizados do campesinato, era necessário entender o papel do campesinato e da questão agrária como uma necessidade política fundamental do processo revolucionário brasileiro. Por isso a importância estratégica do campesinato e um dos motivos que esse debate se concentrou no campo da esquerda.

Os comunistas interpretavam os problemas agrários nos marcos da Revolução Democrática Burguesa, em que a revolução brasileira possuía um caráter antiimperialista e antifeudal. Essa compreensão do caráter da revolução brasileira mereceu inúmeros debates e assumiu várias posições no interior do PCB durante toda sua história. Mas no final da década de 50 a direção do PCB passou a defender posições políticas cada vez mais próxima do pensamento nacional-desenvolvimentista, advogando a defesa da tese de que a burguesia seria

uma aliada do proletariado na Frente Única Revolucionária. Com isso, o caráter antiimperialista sobrepunha o caráter antifeudal da revolução brasileira. Era necessário construir uma frente única com as forças progressistas e antiimperialistas, solidificando a aliança operário camponesa, no sentido de realizar no meio rural uma reforma agrária nas terras improdutivas do latifúndio. Essa nova linha política do PCB foi definida em 1958 através do documento conhecido como *Declaração de Março* e nas resoluções do V Congresso de 1960.

Essa nova linha política do PCB modificava por completo a antiga linha política adotada no *Manifesto de Agosto de 1950*, em que desejavam a derrubada do “governo de traição nacional” devido à eminente “ameaça neocolonialistas” sobre o Brasil. A forte repressão do governo Dutra e o sectarismo do PCB, levaram a um isolamento do Partido em relação ao movimento de massas. Mas a *Declaração de Março de 1958* dava uma virada na linha política do Partido. Nesse documento defendiam que seria possível ocorrer uma revolução pacífica no país através do fortalecimento da democracia popular e da atuação dos movimentos de massa na radicalização das reformas de base. Com a crise econômica e política do final da década de 50 e início da década de 60 os movimentos populares passaram a fazer grande mobilização na cidade e no campo. Os militantes comunistas conseguiram aproveitar essa situação e se inseriram em vários movimentos populares, inclusive, fazendo alianças com os trabalhistas, onde chegaram a dirigir vários sindicatos. Foi em decorrência dessa a situação econômica e política que surgiu esse debate agrário.

Mas a linha política do partido durante esse período foi bastante ambígua, principalmente durante o governo de JK, gerando questionamentos de inúmeros militantes. A linha política do Partido Comunista diante do governo JK foi a de incentivar as ações progressistas e a de criticar as ações consideradas reacionárias², guiados pela política de Frente Única baseada no fortalecimento da burguesia nacional progressista.

Claro que as mudanças na linha política no PCB não era fruto apenas da mudança de conjuntura econômica interna, ela também era reflexo de vários debates e mudanças ocorridas no seio do movimento comunista internacional. Em 1956 a revelação do relatório secreto contra Stálin, divulgado no XX Congresso do PCUS, foi um das questões responsáveis por essa mudança de orientação política no PCB. Tais resoluções exerceram influência em todo o movimento comunista internacional, inclusive no PCB. É dessa forma que vemos nesse período ocorrem várias críticas as suas antigas definições sobre a violência

revolucionária, tornando-se um partido pacifista que lutava pela ampliação da democracia, que seria atingida apenas com o pleno desenvolvimento do capitalismo nacional. O PCB passava a defender que os trabalhadores deveriam lutar pelo desenvolvimento do capitalismo nacional, que eles seriam beneficiados com esse processo, fortalecendo o pensamento nacionalista³ do período.

É nesse contexto que aparece a declaração de Março de 58⁴, que levantava uma nova linha política para o partido, que foi ratificada pelo V Congresso de 1960. A declaração defendia que a prioridade da ação dos comunistas era no fortalecimento dos movimentos de massa, aproveitando dos avanços da democracia ocorrida no Brasil e no mundo. Defendiam que se conseguissem uma maioria parlamentar poderiam atender as bandeiras históricas do proletariado e do campesinato. Os comunistas passaram a interpretar que o Estado era um aparelho em disputa entre as várias frações da burguesia e do latifúndio, sendo necessário apoiar as ações progressistas e repudiar as ações conservadoras da administração estatal. Sobre a questão agrária o documento de 1958 continuava a defender que a revolução brasileira seria antiimperialista e antifeudal, mas pela primeira vez admitia o avanço das relações capitalistas no campo brasileiro.

A Declaração de 1958 permitiu o início de um longo debate nas fileiras dos comunistas, sendo produzidos durante esse período as obras mais importantes sobre a questão agrária feita pelos marxistas brasileiros. Não tardou que surgissem uma série de críticas aos vários pontos adotados pelo PCB nesse documento, principalmente sobre a questão agrária.

A grande importância desse documento é que ele abria a possibilidade para uma nova atuação e abria um novo debate sobre a questão agrária. O debate produziu três principais correntes de interpretações. Essas eram: a) Os que defendiam uma reforma agrária radical; b) Os que reafirmavam a Declaração de 58 e as Teses de 1960; e c) Os que defendiam que a agricultura brasileira já era completamente capitalista e que não existia feudalismo no campo brasileiro. Outra posição no debate agrário brasileiro foi a de Ignácio Rangel, mas que deve ser tratada a parte, pois foi um precursor de uma série de estudos do final da década de

3 SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução a Revolução Brasileira. Editora Global: Rio de Janeiro, 1976.

4 No livro de resgate da memória de Giocondo Dias, FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário (meio século de história política do Brasil)*. Rio de Janeiro: Agir, 1993, nos descreve questões interessantes sobre a elaboração do documento de 1958: “Na última reunião Plenária, em agosto de 1957, o Comitê Central decidira preparar um documento analisando os reflexos do XX Congresso do PCUS e da recente luta interna do Partido. Giocondo Dias foi encarregado de coordenar esse trabalho. Para isso, convocou um grupo do qual participaram Mário Alves, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Orestes Timbaúba e Alberto Passos Guimarães. E, no apartamento deste último, à Rua Carvalho de Mendonça, em Copacabana, passaram a reunir-se secretamente, de dezembro de 1957 a fevereiro do ano seguinte. Nem mesmo o CC tinha conhecimento dessas reuniões (Falcão, 1993, pág. 201).

60 e início da década de 70, que a agricultura não representava um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo agrário. Mas a posição de Ignácio Rangel era diferenciada das três acima mencionadas. Vejamos agora essas três teses surgidas do debate no interior do marxismo brasileiro, para depois discutirmos o posicionamento de Ignácio Rangel sobre a questão agrária nos anos 60.

3. O Debate Agrário do Final da década de 1950 e Início da década de 1960

Um exemplo das novas reflexões no seio da esquerda foi o artigo escrito por Carlos Marighela em 1958, em que procurava analisar a renda da terra no Brasil. Ele discutia a situação brasileira com base nas categorias do materialismo histórico e de aplicação deste em três setores agrícolas específicos: o latifúndio cafeeiro, a usina canavieira e a cultura do algodão. A idéia central de Marighela era que o latifúndio representava um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas. Para entender esse processo ele procurou fundamentar a sua explicação na teoria da renda da terra no Brasil.

Esse texto de Marighela já era um reflexo do documento da Declaração de 1958, que falava das relações capitalistas existentes no campo. Ele iria defender que apesar do avanço do capitalismo no campo existia uma coexistência da renda capitalista (diferencial e absoluta) com a apropriação de várias formas de renda pré-capitalista (espécie, territorial, etc.), demonstrando que o latifúndio era um impeditivo para o livre desenvolvimento das forças produtivas nacionais e que a simples implementação de maquinário não resolveria o problema e nem modificaria a substância de uma revolução agrária que varreria os restos feudais existentes na agricultura brasileira. O documento de Marighela não era ainda uma ruptura política com o PCB, mas representava de fato uma superação de antigas visões que negavam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, particularmente por perceber a articulação entre a renda pré-capitalista e a renda capitalista, abrindo terreno para prodigiosas investigações⁵. A grande questão que pretendemos mostrar nesse documento produzido por Marighela é que um alto dirigente comunista, que expressaria as suas divergências apenas na metade da década de 1960, apresentava um ponto de vista distinto ao que era defendido por uma parte do pensamento marxista brasileiro em um período anterior.

5 Não pretendemos realizar uma análise mais detida sobre a análise da renda da terra realizada por Marighela, apenas queremos ressaltar que Marighela não conseguiu exercer influência teórica sobre esse ponto em nenhum autor que se dedicou ao estudo dos problemas agrários posteriormente. Mas gostaríamos de ressaltar um fato que José de Sousa Martins chamou a atenção, que o pensamento agrário brasileiro desprezou uma discussão mais séria sobre a questão da renda da terra

Portanto, esse documento produzido por Marighela é a demonstração dos novos ares que rondava a esquerda do período.

Mas a primeira linha política surgida no pensamento agrário pecebista era a crítica da tradicional visão do partido sobre a estrutura agrária, em particular ao fazerem a denúncia de que os comunistas haviam desprezado a importância do trabalho camponês. A primeira crítica específica as formulações agrárias da Declaração de Março de 58 foi a formulada por Nestor Vera. Ele publicou um artigo crítico a política agrária expressa na Declaração na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB, em junho de 1960, que levou a uma importante intervenção de Alberto Passos Guimarães contra as idéias difundidas por Vera. Ele criticou a linha política adotada pelos comunistas e a prática partidária dos anos anteriores, que não haviam dado a atenção necessária para o problema camponês. O documento de Vera é muitas vezes confuso, principalmente em relação ao movimento comunista internacional. Mas a sua tentativa era a de combater o “revisionismo” que encontrava espaço para atuar no próprio Comitê Central e em organismos intermediários. O seu objetivo, segundo ele, era chegar a uma “linha justa” de atuação do PCB no campo.

Nestor Vera punha-se em combate contra os defensores de que a burguesia deveria possuir a hegemonia no movimento revolucionário em curso no país. Para ele os defensores dessa tese justificavam que a revolução tinha um caráter nacional e que a luta principal era contra o imperialismo. Ele defendia que os “revisionistas” falavam que o campesinato estava atrasado e por isso não havia condições para uma revolução agrária. Afirmava que essas idéias estavam contidas na Declaração de Março de 58, que colocava a questão camponesa “profundamente subestimada e muito mal formulada”. Argumentava que o partido colocava uma definição sobre a reforma agrária no documento, mas estava expressa de forma genérica, que dessa forma não poderia ser cumprida as tarefas agrárias. Ele acreditava que toda essa subestimação da questão camponesa gerava um profundo problema político, pois desprezava o aliado fundamental do proletariado na revolução brasileira e que a declaração de Março colocava a burguesia como aliada fundamental do proletariado. Assim como falava que surgiu uma tese errônea no partido durante esse período de que “os latifundiários no Brasil não são o sustentáculo do imperialismo” e nos lembrava que os latifundiários eram os “principais inimigos internos” dos revolucionários. Sobre toda a política de Frente Única e das alianças que estavam sendo feitas pelo partido, ele assevera:

No Brasil não será a burguesia que irá enfrentar esta tarefa, de derrubada do imperialismo, embora a atual etapa da revolução seja antiimperialista e antifeudal,

nacional e democrática. Mesmo que sejam resolvidas as tarefas da revolução democrático-burguesa. Como também não é a burguesia o aliado principal do proletariado, nem ela é a questão central da revolução. Serão, sim, o proletariado e o campesinato, junto com a burguesia nacional, que resolverão estas questões da revolução. E a burguesia nacional só tomará posição mais decidida à medida que se for ampliando e fortalecendo a aliança operário-camponesa. (VERA, 1996, pág. 60).

Por isso é que ele defendia que o “centro da revolução é o campesinato, por ser ele a maioria da população, a parte do povo mais sacrificada e a que mais vantagens imediatas consegue com a expulsão do imperialismo e a liquidação dos latifundiários” (Vera, 1996, pág. 61) e que na verdade, a situação política do país era a da luta entre a classe operária e a burguesia pela disputa da hegemonia da revolução brasileira, que a aliança com a burguesia era uma questão secundária. Ele acreditava que a questão camponesa era o calcanhar de Aquiles do Partido. Com isso defendia a necessidade de uma reforma agrária radical e a necessidade do Partido Comunista não se abdicar dessa tarefa. Essa concepção defendia que o PCB estava subestimando a questão camponesa e abandonando o aliado fundamental do proletariado, que era esse o conteúdo da proposto pela Declaração de Março de 58, como na posição de defesa da desapropriação apenas das terras improdutivas. Essa seria uma concessão que o partido fazia aos setores da burguesia nacional em detrimento do aliado fundamental, o campesinato.

A luta tomou conta do PCB com diversas manifestações que priorizavam o problema agrário brasileiro. Essas tendências estavam insatisfeitas com as antigas e com as novas orientações e se manifestavam em luta aberta contra o Comitê Central prestista. Primeiro foram alguns integrantes do Comitê Central, como João Amazonas, Pedro Pomar, Arruda, que se manifestaram contrariamente a nova linha adotada na Declaração de Março de 1958 e na Tese do VI Congresso. Esses dirigentes foram afastados do Comitê Central devido às divergências ideológicas com o Comitê Central. Em 1962 esses militantes deram origem ao PC do B, que declarava a necessidade de concentrar no trabalho do campo. Eles defendiam que só seria possível ocorrer uma transformação da propriedade da terra se ocorresse uma mudança do poder político, que seria conquistado através da luta armada contra os latifundiários e o imperialismo, onde o PC do B atuaria na luta de classes no Sul do Pará com a Guerrilha do Araguaia.

Mas o confronto contra as novas posições do PCB não se limitariam a esses militantes, essa luta tomaria corpo em outros membros, que não defendiam teses semelhantes

a esses, mas reconheciam falência na linha política do PCB, como Jacob Gorender e Mario Alves, que dariam origem ao PCBR e Carlos Marighela que daria origem a ALN. Mario Alves escreveu importante documento em 1962 intitulado *Dois Caminhos da Reforma Agrária*. Nesse documento Mário Alves iria discorrer que a questão agrária continuava uma questão central no Brasil e que se abriam “tanto no terreno objetivo como no plano subjetivo (...) as condições que fazem necessária e inevitável uma reforma agrária”. É nesse contexto, de crescimento da luta de massas no campo, que ele discorrerá de forma crítica aos projetos de reforma agrária que estavam sendo discutidos pelo governador de São Paulo, Carvalho Pinto, como o governador de Pernambuco, Syd Sampaio, que propunham o pagamento de indenizações para os latifundiários, a “colonização da selva”, entre outras medidas diante do avanço do movimento de massas. Dessa forma ele defenderá a reforma agrária radical, uma “reforma que seja uma revolução”. No mesmo sentido se dá o rompimento de Marighela, que direciona um dos pontos de seu afastamento, em sua carta de desligamento ao Comitê Central⁶, a subestimação da questão camponesa. Assim, a ALN seria apenas uma retaguarda para o verdadeiro movimento revolucionário que se daria no campo.

Outra posição no seio da esquerda é composta daqueles que defendiam que a agricultura brasileira era capitalista desde o período colonial e rejeitavam a explicação feudalista e enquadram o Brasil desde o período colonial como um empreendimento capitalista. Os principais autores que discutiram nesse sentido foram Caio Prado Jr, Gunder Frank, a POLOP, Rui Mauro Marine, Sergio Bagu, Paulo Wright, entre outros.

A primeira intervenção aberta contra esse posicionamento se deu por André Gunder Frank, que era um estrangeiro que veio lecionar em universidades latinoamericanas e brasileiras no início dos anos 60 e se deparou com as interpretações feudalistas realizada pelos comunistas latino americanos e brasileiros. Para ele, a economia periférica não era de forma nenhuma feudal, muito ao contrário, todo o processo de colonização estava inserido no processo de acumulação primitiva do capital e estava assentado na expansão do mercado mundial europeu. Toda essa tese possuía um sentido político de afirmar que a revolução nas regiões periféricas não era uma revolução democrática burguesa e sim uma revolução socialista. Ele caracterizava a posição política do PCB como reformista. Assim, Gunder Frank escreveu um importante artigo nos anos 60 na Revista Brasiliense, que posteriormente iria dar melhor acabamento à tese no livro *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, onde esboçaria a sua teoria da dependência. Esse fato demonstra o apoio recebido por Caio Prado Jr. para a

6 MARIGHELA, Carlos. Carta de Desligamento ao Comitê Central. In LOWY, Michael. O Marxismo na América Latina. Editora Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

difusão dessas novas idéias no interior das discussões intelectuais de esquerda.

Influenciado por todo esse debate nasceria a POLOP, que depois daria origem a VPR. Nasceu como uma organização trotskista que procurava apresentar uma linha política distinta do PCB, como a de apresentar a revolução brasileira como socialista e reconhecer no passado colonial como capitalista. A sua maior base de influência foi entre os estudantes e intelectuais. Entre os segundos encontramos importantes pensadores que posteriormente fariam parte da linha de esquerda da Teoria da dependência. Os mais conhecidos foram Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marine, mas essa organização contou também com a presença de Michel Lowy. Em 1966, Rui Mauro Marine apresentaria dura crítica as teses de Caio Prado Jr., demonstrando a diferença política, ideológica e teórica existente entre esses autores, mas estamos enquadrando todos esses no mesmo campo devido à semelhança de alguns aspectos na crítica que eles fazem a posição política do PCB.

No mesmo sentido, apesar das divergências, vemos Caio Prado Jr., que era membro do PCB e no início dos anos 60 apresentava uma série de contradições com a linha adotada pelo partido sobre a questão agrária brasileira. Primeiro ele publicou um artigo de divulgação no Partido para a preparação do Congresso de 1960, intitulado *A Questão Agrária* e depois lançou o livro *A Revolução Brasileira*. Nesse artigo, mesmo que de forma recuada, defendia que o Brasil necessitava de uma reforma agrária que desse terras para os trabalhadores, mas que a principal atuação do partido no campo devia ser no meio dos trabalhadores assalariados, no sentido de apoiar as suas lutas por melhoria das condições de vida e salariais. Ele escreveu uma série de artigos na Revista Brasiliense, de sua propriedade e que era um instrumento de divulgação do pensamento de esquerda no país. O historiador reuniu todo esse material publicado na Revista Brasiliense e lançou em forma de livro⁷, com o objetivo político de contrapor a “*essa concepção que se apresenta, além de muito confusa e vacilante, em diferentes variantes, tem levado a conclusões, às vezes simplesmente utópicas e irrealizáveis, decalcadas em modelos europeus de passados séculos*” (Prado Jr., 1979, pág. 09). Assim, todos esses artigos possuíam um sentido geral de contrapor a visão tradicional do pensamento agrário pecebista, que defendia a existência de relações feudais no campo brasileiro, que em 1966 daria forma mais concreta no seu livro *A Revolução Brasileira*.

Diante do posicionamento dos dissidentes de esquerda (Vera, Amazonas, Pomar, etc.) e dos críticos da feudalidade (Prado Jr. e Gunder Frank, etc.), surgiram as respostas em defesa do novo pensamento agrário pecebista esboçado na Declaração de 1958 e na Tese de

7 PRADO Jr. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1979.

1960. Esse será principalmente o caso de Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Moisés Vinhas, que defendiam a linha política da *Declaração de 58* e das resoluções do *Congresso de 1960*. Isso não significa que não houvessem divergências e contradições entre os três autores, mas o que os une é o laço com o PCB após esse momento crítico de dura luta contra as novas orientações políticas do partido.

Iniciemos falando sobre Alberto Passos Guimarães. Ele nasceu no Rio Grande do Norte, mas fez carreira no Rio de Janeiro, cidade em que passou a viver a partir da década de 1950. Mesmo não cursando uma universidade, se especializou como demógrafo. Durante a década de 1950 Alberto Passos Guimarães exerceu função importante no Recenseamento do Brasil de 1950⁸, como funcionário de direção de departamento do IBGE. Em 1957 Alberto Passos Guimarães escreveu o seu livro *Monopólios, Inflação e Preços*, em que demonstrava a relação entre a inflação e o sistema latifundiário. Esse livro teve o mérito de analisar cientificamente o problema agrário através das categorias do materialismo histórico. Alberto Passos Guimarães durante esse período fazia parte do Comitê Central do PCB e fez parte de uma comissão secreta, inclusive para outros membros do Comitê Central, que deveria atualizar os programas partidários. Guimarães teve participação destacada na construção desse material. Depois de meses de reuniões e discussões em seu apartamento conseguiram formular um documento que seria apresentado como a nova orientação política do partido. Esse documento foi aprovado em reunião do Comitê Central e ficou conhecido como a *Declaração de Março de 1958*.

Com todos os desdobramentos da luta no interior do Partido Comunista, com várias críticas ao documento e a nova orientação política, Alberto Passos Guimarães publicou um artigo em 1960 intitulado *As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro*. Nesse artigo declarou um confronto aberto contra as idéias de Nestor Vera. Essas eram, na verdade,

8 Em entrevista realizada no ano de 2008 para o livro **FREIRE**, Américo e **OLIVEIRA**, Lúcia Lippi. *Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 312 pág., a socióloga Licia Valladares, que é uma das maiores especialistas sobre favelas no Brasil afirma a importância de Alberto Passos Guimarães sobre esses estudos, assim afirma: “exatamente, ele foi muito importante no que tange às favelas do Rio de Janeiro. Vindo de Maceió, no Rio entrou para o IBGE, onde teve uma posição fundamental no recenseamento geral do Brasil de 1950. era diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento. O grande mestre do Alberto Passos Guimarães foi Giorgio Mortara, demógrafo italiano que veio para o Brasil e que foi responsável pela formação de várias pessoas do IBGE, dos geógrafos dessa geração de 1930 a 1950. ora, o censo de 1950 foi o primeiro do Brasil a recensear a população da favela separadamente da população geral. Houve um censo feito pela Prefeitura do Distrito Federal. O Alberto Passos Guimarães teve a idéia de colocar a favela no censo brasileiro e, desde então, de 1950 para cá, as favelas são recenseadas. Alberto Passos Guimarães foi o primeiro que teve a preocupação de definir favela oficialmente. Essa definição perdura até hoje, com algumas alterações. Num artigo que eu escrevi primeiro na revista Insight Inteligência (1999) e depois em francês, “Qu'est-ce qu'une favela?”(2000), eu questiono a definição de favela, já que hoje elas pouco têm a ver com a definição de favela dos anos 1950. Mas sem dúvida alguma o Passos Guimarães foi um pioneiro” (Freire e Oliveira, 2008, pág. 176).

críticas as dissidências de esquerda. É nessa luta que ele demonstrou a peculiaridade de seu pensamento, na compreensão da luta de classes no campo, o que será o elemento central de sua futura tese sobre o sistema latifundiário e a luta camponesa escrita em 1963, momento em que ele fundamentou essa interpretação. Assim, o autor não estava de acordo com nenhuma das duas outras posições acima esboçadas, tanto dos antifeudalistas como a dos feudelistas radicais.

No artigo de 1958, Alberto Passos Guimarães defendia os méritos da Declaração de Março e das Teses para o V Congresso, pois elas permitiam a abertura de “*novos horizontes à formulação política dos comunistas no campo*”. Ele discordava do debate proposto por Vera, que segundo ele, despreza a contradição principal, a oposição com o imperialismo e não com os restos feudais, que é secundária. Para Alberto Passos o artigo de Vera possuía o defeito de apresentar apenas duas frentes na luta de classes no campo, que era à frente “*dos camponeses contra os restos feudais e a frente dos assalariados ou operários agrícolas contra o patronato rural*” e que eles subestimam a luta contra o imperialismo no campo, que seria a principal.

Para Alberto Passos Guimarães a opressão do imperialismo no campo era mais forte do que a opressão feudal. Enumerava assim três pontos para afirmar isso. Em primeiro lugar “*a espoliação imperialista é a causa histórica mais longínqua e determinante do atraso semifeudal de nossa agricultura, atraso que decorre fundamentalmente, da evasão de parte substancial da renda nacional para as metrópoles*” (Passos Guimarães, 1996, pág. 77). Em segundo lugar devido uma parcela da renda nacional que era paga aos monopólios estrangeiros e não aos latifundiários. Em terceiro, a massa de trabalhadores do campo sofriam a pressão dos monopólios estrangeiros que reduziam os preços dos produtos primários. Portanto, ele defendia a necessidade de uma análise da luta de classes no campo como fio condutor para o entendimento dos problemas rurais. Entendia que existiam três frentes de luta de classes no campo brasileiro. A primeira era a luta dos camponeses contra a opressão imperialista, a segunda a luta dos camponeses “*contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários*” e em terceiro, a luta dos assalariados e semi-assalariados contra os patrões e grandes proprietários de terras.

Alberto Passos Guimarães acreditava que era necessário defender o desenvolvimento capitalista do campo e da economia nacional como um todo. Era esse processo que permitiria o desenvolvimento das classes em ascensão e o enfraquecimento das classes conservadoras. Ele defendia que o capitalismo se desenvolvia na economia nacional independentemente da vontade individual do ser humano, mas os trabalhadores poderiam

intervir no curso dos acontecimentos para influenciar o sentido desse desenvolvimento da economia. Assim, para ele “*o proletariado não somente deve como pode intervir no sentido de um determinado tipo ou curso de desenvolvimento capitalista*”. É com essas posições que ele afasta a idéia de uma revolução socialista imediata, ou até a necessidade de uma luta violenta, radicalizando sem o desenvolvimento da luta de classes. Assim:

Prestemos bem atenção ao fato de que se, por um lado, independe de nossa vontade o caráter atual, objetivo, das transformações progressistas em nosso país (que só podem ter caráter burguês), por outro lado, o tipo ou curso dessas transformações pode ser modificado segundo a vontade ou a ação política das forças motrizes da revolução, isto é, do proletariado e seus aliados (Passos Guimarães, 1996, pag. 80).

Com esse entendimento sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro é que Alberto Passos Guimarães iria falar dos dois caminhos de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, influenciado pelas premissas leninistas. Acreditava que os trabalhadores deveriam saber atuar no curso desse processo. Ele iria criticar duramente as posições dos que asseveravam a necessidade de medidas radicais no campo, de que somente por meio da violência revolucionária seria possível superar tal situação. Lembrando que existiam meios pacíficos para a solução de inúmeros problemas era que ele apresentaria a questão da desapropriação do Engenho Galiléia em Pernambuco, onde a luta política pacífica (apesar da violência dos grupos de pistoleiros a mando do latifúndio, como a intervenção policial) pôde levar a vitória, com a desapropriação do latifúndio.

Portanto, Alberto Passos Guimarães defendia a necessidade de enxergar a luta de classes em curso no campo e que era através da análise das classes que se poderia perceber o sentido do desenvolvimento econômico. É dessa forma que ele nos esclarecia sobre as formas de atuação dos comunistas no movimento camponês, que seria dentro das três frentes da luta de classes no campo, teria o objetivo prioritário de elevar a organização e a consciência de classe do campesinato.

É dessa forma que devemos entender a publicação de seu mais famoso livro, *Quatro Séculos de Latifúndio*, no ano de 1963. Esse é um estudo em que a problemática de fundo é responder aos críticos das novas formulações sobre a questão agrária elaboradas pelo PCB, portanto, a sua obra esta inteiramente ligada as questões políticas do período. Era uma resposta tanto aos dissidentes de esquerda como dos antifeudalistas, em que ele procurava demonstrar a formação do sistema latifundiário e sua relação com o modelo econômico

implantado no Brasil, que por ser semicolonial, mantinha o latifúndio como o principal aliado interno do imperialismo. Irá ressaltar o papel das classes sociais na formação da estrutura agrária brasileira, na perspectiva do imperialismo como inimigo principal a ser derrotado pelas forças populares. Por isso, apesar de ser o documento mais bem acabado escrito por um marxista brasileiro sobre a questão agrária até aquela data, a obra de Alberto Passos Guimarães procurava justificar as formulações partidárias expressas na Declaração de 58 e nas Teses de 1960.

Já Nelson Werneck Sodré foi o teórico do comunismo brasileiro que mais se aproximou do nacional-desenvolvimentismo, sendo membro do Iseb. As suas principais publicações durante esse período são *Introdução a Revolução Brasileira*, de 1958, *História Econômica do Brasil*, de 1962. Sobre a questão agrária, acreditava nas modificações paulatinas que ocorreriam no campo brasileiro, via a necessidade das reformas estruturais e das reformas de base. Via o latifúndio e a economia brasileira, através da coetanidade do não coetâneo, ou seja, a coexistência de vários modos de produção no interior do mesmo modo de produção. A obra de Sodré é extremamente interessante e original, que não cabe uma interpretação mais profunda nos limites do presente trabalho.

O cerne de sua posição sobre a questão agrária se dava em torno do fenômeno da regressão feudal, que foi elaborado no livro *História econômica do Brasil*, de 1962. Para ele, com fim da abolição os trabalhadores passaram a ocupar terras devolutas, criando uma classe camponesa, portanto, em algumas regiões rurais do país, ocorria uma regressão ao feudalismo. Formulava a compreensão de que ocorria uma coexistência entre modos de produção.

Com a polêmica aberta, no ano de 1967, Moisés Vinhas publicou o livro *Problemas Agrário – problema camponês*, onde fez uma pesquisa empírica sobre duas regiões brasileiras, a região nordeste e a região sudeste, onde procurou comprovar a existência e aplicabilidade dos conceitos de feudalidade e semifeudalidade nessas regiões. Refutava claramente as posições de Caio Prado Jr e se apoiava no estudo de Ruy Miller Paiva, que posteriormente faria a mais profunda crítica ao tipo de visão adotada pelo PCB e pelas esquerdas brasileiras desse período, demonstrando que a agricultura não representava um entrave para o desenvolvimento do capitalismo.

Essa tese sobre a necessária superação dos entraves estruturais para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não foi exclusiva do pensamento de esquerda e nem somente do PCB, uma série de autores renomados defendiam essa concepção, onde os maiores exemplos são o de Celso Furtado, o de Josué de Castro e o de Jaques Lambert. Celso

Furtado, de maneira geral, defendeu em várias obras dos anos 60 que a agricultura arcaica criava problemas estruturais para o desenvolvimento industrial. Para ele, a agricultura feudal gerava inelasticidade da oferta de alimentos nas zonas urbanas. A estrutura agrária concentrada seria uma dificuldade a mais para o crescimento do setor industrial, formulando a partir daí, a necessidade de reformas estruturais (fiscal, administrativa, bancária, agrária) no sistema, para solucionar esse problema e possibilitar a continuidade do desenvolvimento. Já para Josué de Castro, o latifúndio representava um dos principais entraves na distribuição de renda e no desenvolvimento nacional. Inclusive, os maiores flagelos do país e do Nordeste, como a fome, estavam ligados ao problema agrário. Para ele o problema da fome só poderia ser resolvido de fato quando ocorresse uma transformação da estrutura agrária. Outro intelectual que iria reafirmar esse caminho foi Jaques Lambert, que escreveu no final da década de 50 o livro *Os Dois Brasis*. Esse livro foi bem recebido pela intelectualidade brasileira de esquerda. Ele escreveu no final da década de 50 e início da de 60 sobre a dualidade da economia brasileira, que no campo contava com a estrutura de um latifúndio arcaico que representava um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no país.

Essas foram algumas das principais posições em confronto ou não no debate agrário do final da década de 1950 e início da década de 1960 nos meios de esquerda.

4. Ignácio Rangel e o debate agrário

Rangel formulou na década de 60 um pensamento alternativo as antigas idéias que predominavam na esquerda e no tradicional pensamento desenvolvimentista, com a produção de duas importantes obras, sendo *A Questão Agrária Brasileira* e *A Inflação Brasileira*. Foi através da publicação de tais obras que ele se tornou um precursor de toda uma corrente crítica do pensamento agrário surgida durante a década de 70⁹, onde, mesmo que os novos pensadores não comungassem dos argumentos fundamentais e de suas proposições, passaram perceber que a agricultura não representava um entrave estrutural para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As idéias que Rangel esboçou durante a década de 1960 não estavam desligadas do núcleo fundamental de seu pensamento elaborado durante a década de 1950.

9 Colocamos como referenciais o pensamento de Francisco de Oliveira, Ruy Miller Paiva, Barros de Castro, entre outros autores que abandonam a idéia de entrave estrutural da agricultura e passam a perceber o papel da agricultura na acumulação capitalista nacional. Isso não significa que estamos a defender que esses dois autores e essa organização política, formularam as suas hipóteses baseadas no pensamento rangeliano. Muito ao contrário, o debate entre eles é pífio e secundário. Portanto, só estamos falando que Rangel também partiu de uma crítica ao pensamento marxista brasileiro tradicional e possui alguns traços comuns com a crítica dos anos 60 e 70 produzidas por esses autores.

A peculiaridade da tese de Ignácio Rangel sobre a questão agrária possuía uma questão fundamental e de simples distinção em relação ao restante da esquerda brasileira, mas que o diferenciava totalmente desta. Ele insistia que a industrialização ocorria sem uma prévia reforma agrária, ocorrendo uma espécie de “via prussiana” no campo, onde o monopólio da terra não seria um impeditivo para o desenvolvimento do capitalismo agrário. Assim definia:

A estrutura agrária manteve-se aparentemente incólume, de todo esse enérgico processo de desenvolvimento, no curso conservando sua identidade formal, mas uma análise mais atenta ao fundo do que à forma revela que a conservação da identidade formal da estrutura não exclui consideráveis mudanças de conteúdo, ainda não esgotadas e que encontrarão, afinal, expressão formal (Rangel, 2005, pág. 59)

Vemos que ele demonstrava que mesmo com a permanência aparente de sua estrutura arcaica, o latifúndio passou por várias transformações no curso da industrialização, já que “a estrutura agrária brasileira é, por certo, formalmente arcaica” e ela se moderniza adaptando a estrutura arcaica ao novo, ao desenvolvimento das forças produtivas que ocorria com o processo de industrialização.

Acreditava que de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, com o esforço de formação de capital e de inversões em setores virgens da economia, ocorria cada vez mais um desenvolvimento do pólo capitalista da economia, que seria a base para a mudança da dualidade, ou seja, no pacto de poder vigente entre as classes dominantes no controle do aparelho de Estado brasileiro.

Assim, devido a essa permanência do latifúndio e da concentração da terra, ocorria toda uma distorção no mecanismo de formação dos preços, o que gerava fenômenos inflacionários e os pontos de estrangulamento da economia, que possuía a sua manifestação mais evidente na grave crise agrária do período. Ele defendia que a industrialização brasileira caminhava em uma situação de convívio de uma grave crise agrária que levava uma infinidade de pessoas migrarem para as cidades, deprimindo o salário e aumentando a taxa de exploração geral do sistema. Para ele a industrialização se processava através de uma significativa exploração do trabalhador. Portanto, a questão agrária não era uma questão relacionada simplesmente com as questões agrárias, ela deveria ser entendida junto com o conjunto dos outros problemas da sociedade brasileira. Ele acreditava que o problema agrário e o urbano conviviam através de uma relação dialética.

Por outro lado, existia também uma dimensão política na interpretação agrária de

Rangel, um pessimismo político. Ele acreditava que não existiam forças políticas capazes de fazer a reforma agrária e por isso era necessário criar um caminho alternativo que de fato pudesse efetivar mudanças na estrutura agrária.

Foi em torno do questionamento sobre a possibilidade de ocorrerem mudanças na estrutura agrária sem o rompimento do pacto de poder, é que ele elaborou uma distinção importante para o entendimento dos problemas agrários. Ele formulou a teoria dos problemas propriamente agrários e dos problemas impropriamente agrários.

Os problemas propriamente agrários eram aqueles relativos à questão tradicional do campesinato, ou seja, que demandava uma mudança na estrutura agrária para serem solucionados. Os problemas impropriamente agrários eram aqueles que podiam ser solucionados sem a mudança da estrutura e não necessariamente estava vinculada as questões agrícolas. Foi através da busca de um caminho alternativo entre a esquerda e a direita que ele descobriu um caminho alternativo para a questão agrária. Para ele seria necessário resolver determinados problemas impróprios para conseguir resolver os problemas próprios.

É nessa busca de um caminho alternativo que ele iria perceber os aspectos financeiros da questão agrária, que estava relacionada ao monopólio da terra e que era uma questão diretamente ligada a formação do preço da terra, portanto, a questão agrária estava muito mais em criar mecanismos que acabassem com o monopólio da terra, onde essa se tornasse mais uma atividade sem o monopólio feudal, livre ao desenvolvimento e o emprego de capitais, do que uma mudança radical e brusca para a questão agrária. Para ele a questão agrária era uma questão eminentemente financeira, sendo necessário criar mecanismos para a redução do preço da terra e combate a especulação fundiária urbana e rural.

Não cabe nesse pequeno artigo discutir em profundidade o pensamento agrário de Ignácio Rangel. Quisemos simplesmente demonstrar como esse conseguiu produzir um pensamento alternativo ao debate da esquerda sobre os problemas agrários.

5. Conclusão

Nesse texto não procuramos tratar de forma minuciosa sobre cada autor, especificando mais detalhadamente cada uma das contradições presentes no debate sobre a funcionalidade da agricultura. Procuramos apenas apresentar esse importante debate ocorrido no Brasil durante a década de 60 e apontar as várias posições políticas e teóricas em disputa.

No nosso ponto de vista o diagnóstico dos autores de esquerda da década de 1960 não eram completamente errados. Na verdade, o latifúndio tinha provocado vários entraves

para um pleno desenvolvimento do capitalismo, por inúmeros fatores, como a falta de uma prévia acumulação capitalista, provocando graves problemas para os trabalhadores brasileiros, como a falta de alimentos em quantidade suficiente, provocando a fome generalizada, além do papel em que cumpria na formação dos péssimos e comprimidos salários urbanos, que garantiam uma crescente taxa de exploração do sistema. Mas esses autores estavam completamente errados ao estabelecer que o monopólio da terra representava um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que somente uma revolução democrática burguesa seria capaz de livrar o país desses percalços e conseguiria consolidar o capitalismo nacional.

A importância de Ignácio Rangel e outros autores que não tratamos aqui, como Francisco de Oliveira, que representou uma posição original para o debate agrário, foi a de conseguir superar um tipo de visão determinista que compreende a agricultura como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no país. Acreditamos que Rangel trilhou um caminho diferente das teses acima esboçadas, defendendo um ponto de vista completamente oposto a todos esses, mas claro que não deixava também de ter similitudes, pois partia do mesmo “paradigma” explicativo da sociedade brasileira.

Ele não pensava que existia uma situação de impedimento da acumulação capitalista no país, e sim, que esse desenvolvimento ocorria de forma mais retardada, até o momento em que fossem criadas as condições necessárias para o surgimento e maturação de tal economia capitalista.

Para Rangel a propriedade da terra não representava um entrave para o desenvolvimento do capitalismo (na verdade ela representava a concentração de renda e o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, devido ao seu papel desempenhado durante o processo de industrialização, caracterizado pela crise agrária, que soltava muita mão de obra para o mercado de reserva, assim como gerava a falta de mão de obra no interior do latifúndio, que se prendia ainda a técnicas arcaicas baseadas na família camponesa agregada), a monopolização da propriedade da terra não representava um impeditivo para a acumulação capitalista, ela somente produzia como resultado, uma maior concentração de renda e da propriedade da terra, que deveria ser eliminada apenas como fator para dinamizar o pleno florescimento de um capitalismo rural. Vemos que Rangel defende a necessidade do desenvolvimento capitalista da economia nacional. Rangel defendia que o principal fator para criar essa situação favorável aos investimentos e a passagem a uma fase mais avançada do capitalismo, o capitalismo financeiro, seria através do fortalecimento do sistema financeiro nacional, que seria um instrumento para dinamizar a alocação de recursos dos setores

dinâmicos para os setores retardatários, que ainda possuíam essa possibilidade de inversão¹⁰. Inclusive, o desenvolvimento do mercado financeiro permitiria o desenvolvimento do mercado de terras, que devido o próprio jogo do mercado levaria a uma redução do preço da terra, ocorrendo uma espécie de “lei áurea da terra”.

Todas essas conclusões de Ignácio Rangel só eram cabíveis no campo teórico, pois na realidade ocorreu diferente da sua previsão. O desenvolvimento do mercado financeiro e do mercado de terras não abalou a concentração fundiária e muito menos fez a tão sonhada “lei áurea da terra”. Mas a maior crítica que podemos fazer ao pensamento rangeliano como das três principais teses da esquerda no debate agrário, é sobre a defesa idealista do papel redentor do capitalismo rural. O desenvolvimento do capitalismo rural não levou a uma reforma agrária e muito menos reduziu a concentração fundiária.

O capitalismo rural brasileiro, chamados por muitos de agronegócio, não conseguiu homogeneizar as relações de produção no campo, onde continua se apropriando de uma série de atividades pré-capitalistas, subsumindo de forma real e formal o capital. O empresário rural brasileiro é um misto de empresário e latifundiário, de coronel e de gestor. Da mesma forma o capitalismo rural não resolveu a questão camponesa, que representa um dos maiores problemas políticos e sociais do nosso país, onde os movimentos camponeses representam em nossos dias a maior força do movimento popular brasileiro, comprovando a emergência da questão agrária.

O *Primeiro Encontro de Lavradores*, realizado no ano de 1963, impulsionado pelos avanços da luta de classes no país, defendeu a palavra de ordem “*reforma agrária na força e na marra*”. Infelizmente os camponeses e os comunistas brasileiros foram derrotados temporariamente pela ditadura militar, que impôs uma contra-reforma agrária “na marra” e conseguiu desarticular o movimento camponês durante décadas. Mas isso não reduz a importância política dessa palavra de ordem, que continua em pleno vigor nos nossos dias. O processo de transformação da estrutura agrária não serve para desenvolver um tipo de capitalismo democrático nacional, ela serve como base para a construção de outro novo poder, um poder popular, que é a base real para garantir a efetivação da posse da terra para o campesinato e a base real para as mudanças necessárias no país.

Bibliografia

FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário (meio século de história*

10 Muitos não deixam de reconhecer como parece a tese de Ignácio Rangel e a de kaleky. Rangel abordará esse ponto da seguinte forma no seu *Economia Milagre e Antimilagre*.

política do Brasil). Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FREIRE, Américo e **OLIVEIRA**, Lúcia Lippi. *Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2006.

MARIGHELLA, Carlos. Carta de Desligamento ao Comitê Central. In LOWY, Michael. O Marxismo na América Latina. Editora Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

_____ ; **BORGES**, Fragmon Carlos; Outros. *A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. Brasil Debates: São Paulo, 1980.

PRADO Jr. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1979.

RANGEL, Ignácio. *Obras Reunidas (Vol. 01)*. Editora Contraponto: Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Obras Reunidas (Vol. 02)*. Editora Contraponto: Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Raimundo. *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Editora da Universidade Federal Rural do RJ: Rio de Janeiro, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução a Revolução Brasileira*. Editora Global: Rio de Janeiro, 1976.

A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTIFICO E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA LOBATIANA

Danyllo Di Giorgio Martins da MOTA*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo organizar algumas reflexões sobre a atuação intelectual e a produção literária de Monteiro Lobato relacionando-as com as transformações no campo intelectual durante a década de 1910. Neste período o trabalho intelectual esteve marcado pela relação com as questões sociais e pela apropriação dos discursos científicos como forma de afirmação de suas atividades. Analisaremos uma parte da produção lobatiana desse período buscando mapear as relações estabelecidas entre a atividade intelectual e as ações políticas e sociais que encontraram sua afirmação nos discursos próprios da ciência.

PALAVRAS CHAVE: Monteiro Lobato, trabalho intelectual, ciência e política.

ABSTRACT: This study aims to outline Monteiro Lobato's intellectual role and literary production, thus relating them to changes in the intellectual scene during the 1910s. At that time, intellectual work was influenced by social issues and by the appropriation of scientific discourses as a means of legitimizing its activities. The analysis is centered on some of Lobato's production during this period, in an attempt to map the links between intellectual activity and political and social actions validated by the typical discourses of science.

KEYWORDS: Monteiro Lobato, intellectual, science, politics.

I – A obra e a atuação intelectual de Monteiro Lobato

“Sanear o Brasil”. Eis a grande questão apontada por Monteiro Lobato em seus textos do final da década de 1910 como o caminho para que o Brasil alcançasse a modernização tanto almejada por suas elites intelectuais e políticas. Essa pequena assertiva tem uma grande importância no interior do pensamento lobatiano por representar uma das formas pelas quais o autor e seus contemporâneos lidaram com as questões sociais a partir da década de 1910. Num período em que parecia imprescindível para o país acertar o passo com as nações mais avançadas

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor de História da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia – SME.

do Planeta, grande parte da intelectualidade via as necessidades e os problemas do povo como um empecilho para o processo de modernização.

Neste contexto Monteiro Lobato (1882 – 1948) ganhou notoriedade pelo alcance de suas obras e pelas ações que desempenhou no campo social. Para compreendermos essa trajetória intelectual do criador de Jeca Tatu faremos um breve retorno a alguns pontos de sua obra e de sua carreira ressaltando posicionamentos que serão discutidos adiante.

Monteiro Lobato alcançou através da diversidade de seu pensamento e de sua forma de atuação social e intelectual um grande destaque entre seus contemporâneos e na posteridade. As biografias e a historiografia que se volta ao estudo de sua obra ressaltam o fato de o autor ter transformado-se em um símbolo de seu tempo na visão de muitos leitores. A característica de diversidade de sua obra é apontada como um dos indícios de modernidade que tornaram o autor um ícone do campo intelectual brasileiro do início do século XX. Suas obras revelam uma forte ligação com o meio rural, sobretudo do Vale do rio Paraíba, interior do Estado de São Paulo, onde herdara de seu avô uma pequena fazenda. O próprio autor destacou a importância dessa relação com o meio rural e, especificamente, com essa propriedade, onde teve iniciada sua formação cultural ainda quando criança e onde, entre 1911 e 1917, buscou implementar projetos de modernização agrícola e de administração rural.

Lobato teve uma atuação extremamente diversificada nos âmbitos intelectual, social e econômico. Além de escritor foi também editor, tornando-se pioneiro no mercado editorial brasileiro ao fundar ao final da década de 1910 a Monteiro Lobato e Cia, primeira editora nacional. Nesse período tornou-se proprietário da *Revista do Brasil* que se tornaria o empreendimento cultural de maior sucesso na Primeira República através de suas ações de modernização editorial e de inovações no processo de produção e distribuição de livros e revistas. Ao final da década de 1910 ingressou em campanhas em prol do saneamento dos sertões e na luta pela exploração de Petróleo e Ferro em território nacional, o que possibilitaria, em sua visão, a modernização do país. Envolveu-se em inúmeros debates e polêmicas estando sempre marcado pela opinião forte e pela defesa apaixonada de idéias que, muitas vezes, foram vistas como extravagantes e absurdas..

No campo intelectual também teve uma atuação abrangente e diversificada. Deixou grandes marcas na literatura infantil brasileira que influenciam essa área ainda hoje. Na literatura infantil ganharam grande destaque as aventuras do *Sítio do Pica-pau Amarelo* que contribuíram

para a formação de inúmeras gerações de leitores durante o século XX, tornando-se para muitas crianças brasileiras o primeiro contato com a literatura (SOARES, 2007, p. 178). Um dos grandes méritos do autor foi conseguir de forma extremamente hábil tratar na literatura infantil os inúmeros temas que estavam no centro dos debates intelectuais de sua época.

Também é notória a abrangência e diversidade da obra de literatura adulta de Monteiro Lobato. O autor trabalhou questões incontáveis sob diferentes linguagens. Escreveu crônicas, artigos, contos e um romance, divulgados por meio de jornais, panfletos, revistas e livros. Debates sobre economia, política, arte e ciência merecem aqui destaque pela constante presença em seus escritos. Este é mais um indício da importância que Lobato e outros intelectuais desse período davam às questões ligadas ao problema de formação da nacionalidade brasileira.

Nesse artigo nos concentramos na análise da obra adulta de Monteiro Lobato com o objetivo de estabelecer algumas relações entre o pensamento do autor com idéias presentes nos escritos do filósofo Michel Foucault. Quanto à obra de Foucault nos deteremos na visão do filósofo sobre a atividade intelectual e sua relação com o conhecimento científico. Dos itens da obra de Lobato que serão aqui discutidos, cabe ressaltar que correspondem a uma pequena parte da literatura adulta produzida entre meados das décadas de 1910 e 1920, quando o autor ocupou um lugar de destaque no cenário intelectual brasileiro.

A importância dessa parte da obra lobatiana para o desenvolvimento deste texto deve-se também à forte presença de idéias ligadas às formas tradicionais de vida da população, sobretudo no meio rural. Essa é uma questão já amplamente discutida pela historiografia, mas que não encontra-se esgotada. Os textos de Lobato contêm representações do homem brasileiro e do paulista que se transformaram em simbólicos sob diversos pontos de vista que vão do extremo pessimismo a um otimismo baseado na idéia de salvação por meio do conhecimento científico. Estereótipos do povo como o Jeca Tatu, que alcançaram uma grande importância no imaginário nacional provocando grandes polêmicas no interior de um campo intelectual que também passava por transformações nesse período (NAXARA, 1998, p. 12; SANDES, 2003, p. 148).

II - Dois momentos da experiência intelectual no Brasil

No Brasil os literatos exerceram um papel de destaque no meio intelectual durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A literatura foi uma forma ampla de

divulgação de idéias nesse período. A grande mídia era o jornal e posteriormente as revistas periódicas. Por esses meios os literatos disputavam a fidelidade do público através das polêmicas e do direcionamento da produção que atendia aos interesses dos leitores. O jornal era geralmente o meio de sobrevivência dos escritores que, em sua quase totalidade, não viviam exclusivamente da literatura. Essa popularidade dos literatos ampliou-se devido o trabalho na imprensa, apontada por Nicolau Sevcenko como o único veículo de ampla penetração no início do século (SEVCENKO, 1985, p. 226).

Segundo Machado Neto, o sucesso alcançado pelos literatos está ligado ao predomínio do estético-literato sobre o teórico-pragmático na constituição da inteligência nacional (MACHADO NETO, p. 22, 1973). No Brasil a classe intelectual foi dominada por escritores e artistas, geralmente ligados ao campo literário, deixando em segundo plano os detentores de saberes específicos ligados à ciência e voltados a uma aplicação prática de seu conhecimento. Na obra em que reflete sobre a sociedade da “República das letras”, o autor indica como a questão da modernização social, econômica e cultural do país tomou o centro dos debates intelectuais no período entre 1870 e 1930. É nesse momento que Lobato iniciará sua obra, mais precisamente durante a década de 1910.

A ligação entre a vida intelectual e a literatura foi uma característica do período entre 1870 e 1930, mas a forma de atuação dos intelectuais-literatos passou por transformações. Segundo Nicolau Sevcenko, o engajamento tornou-se uma condição ética do homem de letras a partir de 1870 (SEVCENKO, p. 79, 1985). Essa nova atitude que ganhou força a partir da década de 1910 estabelece uma diferença fundamental nesse período entre duas formas distintas de atuação intelectual. A própria idéia de engajamento torna-se um problema sobre o qual devemos refletir. Podemos considerar essa idéia como um posicionamento político-ideológico do literato refletido em sua ação e em sua produção intelectual se levarmos em consideração que o fator que marcou essas diferentes formas de atuação a partir da década de 1910 é a ligação com o meio social e o envolvimento nos debates sobre as questões que o cercam.

A crítica dos intelectuais nas décadas de 1910-1920 ao afastamento das elites em relação às questões sociais também foi exposta por Noé Freire Sandes (SANDES, 2002, p. 11) ao citar a frase inicial de Macunaíma: “muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são”. Segundo o autor, a frase de Mário de Andrade aponta como os vícios dos discursos políticos do início do século demonstram a falta de sintonia das elites intelectuais em relação aos problemas dos

homens comuns.

Durante a década de 1910 são constantes as críticas às práticas intelectuais da virada do século. Engrossando o coro do qual faziam parte os sanitaristas, Lobato voltou-se contra o que chamou de “bacharelismo”, o que em sua visão caracterizava os intelectuais do século XIX - a “intelectualidade de confeitaria”. A camada intelectual da década de 1910 buscava estabelecer um ponto de ruptura com o século anterior criticando a atitude de parte da classe letrada brasileira que ainda mantinha-se distante da sociedade (SILVEIRA, 2004, p. 132). Tais críticas já revelam um novo direcionamento da ação intelectual com uma disposição para seu envolvimento nas questões sociais. Nesse sentido Daniel Pecault destaca como na década de 1920 deu-se uma grande importância a um saber que se tornou socialmente valorizado – um tipo de conhecimento que pudesse fundamentar uma administração científica do homem e da natureza (PÉCAULT, 1990, p. 21).

O início do século foi marcado pelas campanhas de cunho social, pela formação de clubes com vários intuítos voltados a um tipo de atuação em prol do bem estar da população e da valorização da nacionalidade. Também foi marcante a alteração das temáticas literárias com a introdução de visões “realistas” do povo que revelam a preocupação com a denúncia das mazelas nacionais com base em um discurso científico. Já em um período anterior à década de 1910, Euclides da Cunha tornou-se exemplo de reação a esse isolamento e da vontade de colocar a literatura a serviço da recuperação da nacionalidade, fazendo dela um instrumento de transformação social e política (PÉCAULT, 1990, p. 23).

Contudo, diferenciando-se de Euclides da Cunha e da maior parte de seus contemporâneos, a atuação de Lobato voltada às questões sociais ganhou destaque a partir da década de 1910 pela inovação nos instrumentos que utilizou em sua atividade intelectual. Mais que outros escritores, que de diversas maneiras se engajaram nas lutas sociais desse período, Lobato foi além do trabalho literário, participando de forma ativa de diversos movimentos.. Michel Foucault aponta o desaparecimento do limiar da escritura como marca sacralizante do intelectual ao final do século XIX (FOUCAULT, 2008, p. 09). No Brasil essa transformação está localizada com mais impacto durante a década de 1910 em que a instabilidade da política oligárquica, as crises econômicas e os distúrbios do cenário internacional provocaram alterações na relação entre os intelectuais e o Estado. Com esse afastamento, os intelectuais precisaram buscar novas formas de trabalho que tornaram-se cada vez mais diversificadas (MICELI, 2001, p.

54). Ocorreu no Brasil aquilo que Foucault aponta como um dos pontos de afastamento entre as formas de trabalho intelectual dos séculos XIX e XX. O intelectual deparou-se com a necessidade de uma atuação efetiva no meio social para que seu discurso tivesse efeito. A obra escrita e a reflexão não eram mais suficientes para que o intelectual divulgasse suas idéias e alcançasse o reconhecimento junto a seu público.

Seguindo essa perspectiva de transformação do campo intelectual brasileiro, Márcia Naxara destaca em seu livro a presença de uma preocupação entre a intelectualidade dos anos 1910-1920 com questões ligadas ao mercado de trabalho e à preparação de uma mão-de-obra que atendesse às necessidades de um país que buscava modernizar-se (NAXARA, 1998, p. 45). Também estão ligadas a essas questões as inúmeras campanhas que se desenvolveram nesse período e que flutuam entre os territórios político, social e econômico, mas sempre envoltas por um sentido nacionalista. É nesse contexto que encontramos uma preocupação mais específica com a salvação do povo. Parte da intelectualidade brasileira aceitava a idéia que o Brasil encontrava-se doente e que a população precisava ser salva. Tornou-se célebre o texto de Lobato que representa essa visão. Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* e posteriormente incluído no livro *Problema Vital*, Lobato traça o caminho que deveria ser seguido para alcançar os objetivos coletivos tão almejados naquele momento (LOBATO, 1959, p. 244).

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só ha um; sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha, só ha uma; sanear o Brasil.

Reforma Eleitoral só ha uma; sanear o Brasil.

Fomento da produção só ha uma; sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatorio só ha um; sanear o Brasil [sic].

A palavra sanear torna-se o símbolo da necessidade de uma ação baseada no conhecimento científico que tornasse possível o resgate do povo de sua condição de improdutividade e ignorância. A aplicação do conhecimento científico no direcionamento das ações do Estado tornava-se imprescindível para alcançar os objetivos propostos pelos movimentos que defendiam as idéias apontadas por Lobato, como a reforma eleitoral e o fomento da produção. O saber que deveria ser aplicado para esse fim foi especificado por Lobato na conclusão de seu texto (LOBATO, 1959, p. 245).

Por instinto de conservação é força, pois, que o bacharel - Triatoma Bacalaureatus - entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasileira, desengonçada pela ignorância inciclopédica do rubim [sic].

Neste texto está presente a crítica aos bacharéis, que no domínio da política mostraram-se incapazes de solucionar os problemas do país. Para Lobato esses problemas só seriam solucionados através de um conhecimento específico e eficaz próprio do higienismo e da engenharia.

Essas idéias já estavam presentes sob diferentes formas na defesa feita por inúmeros intelectuais, principalmente através da imprensa, das ações conjuntas do início do século XX que ficaram conhecidas como Regeneração. Na esteira dessas idéias voltadas para a modernização do país percebeu-se a necessidade do estabelecimento de ações sociais direcionadas à população. Visto sempre de maneira negativa ou romanticamente idealizada o Povo tornou-se o objeto principal do trabalho dos intelectuais que se auto-proclamaram os detentores do dever e do direito de guiá-lo, instruí-lo, salvá-lo e torná-lo útil.

III – Da linguagem política à linguagem científica

Em vários pontos podemos estabelecer relações entre a obra de Lobato e o pensamento de Foucault. Uma forma de análise profícua para este trabalho é a aplicação dos conceitos de Foucault à análise da obra de Lobato. Desejamos assim verificar a aplicabilidade das idéias desenvolvidas pelo filósofo francês em um momento histórico delimitado temporal e espacialmente. O objetivo não é afirmar as idéias de Foucault como análise única ou última para esse período, mas buscar a verificação de transformações ocorridas nesse momento sob uma ótica que relacione as características do trabalho intelectual com o aumento da importância do conhecimento científico como forma de afirmação de seus discursos.

Segundo Foucault, as tecnologias políticas avançam a partir daquilo que é essencialmente um problema político, removendo-o do domínio desse tipo de discurso e rechaçando-o na linguagem neutra da ciência (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 214). Pelo aparente fracasso, as tecnologias do poder renovam-se e confirmam-se, saindo da linguagem política para a científica. Essa transformação está presente na obra de Lobato nos pontos em que

o autor constrói sua leitura sobre a vida do caipira.

Na historiografia tradicional que trabalha com a obra de Monteiro Lobato, sua produção literária encontra-se dividida em momentos ou fases distintas (ZILBERMAN *et al*, 1983, p. 107) definidas pela forma de análise do autor sobre o povo do interior de São Paulo. Segundo Marisa Lajolo (LAJOLO, 1985), a obra de Lobato pode ser dividida em três fases. A primeira simbolizada pelo personagem Jeca Tatu presente no artigo *Urupês* de 1914.. Este texto é fortemente influenciado por idéias racistas e deterministas característico de um tipo de pensamento comum entre os intelectuais brasileiros desse período apresentando uma visão extremamente pessimista e fatalista da população. A segunda fase da obra contém uma forte influência das idéias higienistas. O grande marco dessas idéias na obra de Lobato é o livro *Problema Vital* de 1918. Nos artigos reunidos nesse volume, Lobato retira da população rural a carga de culpa que havia relegado a ela na fase anterior de sua produção, concluindo que o povo encontrava-se doente devido a falta de assistência e de ações eficazes do Governo. Em um terceiro momento há na obra de Lobato certa influência do pensamento político característico do socialismo. Em textos da década de 1940 Lobato saiu em defesa das idéias de Luis Carlos Prestes e do Partido Comunista Brasileiro. Neste texto nos deteremos na análise dos dois primeiros momentos.

O trecho a seguir exemplifica a crítica de Lobato ao distanciamento do caboclo das questões políticas e econômicas. Escreve Lobato (LOBATO, 1994, p. 167):

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrovinhado à crise de uma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se denovo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num uf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, 'magina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue denovo.

(...)

Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se [sic].

Na análise de Lobato o caboclo encontra-se à margem de todas as grandes questões da vida nacional. Quando não age como um mero observador, simplesmente ignora as mudanças políticas que influenciam a vida social do Brasil. Era essa acomodação e a ausência de uma cultura voltada ao trabalho organizado que, na visão do autor, impedia o progresso do país.

Lobato elabora no texto *Urupês* uma análise que privilegia a participação política da população rural. Contudo, sua visão sobre o povo provocou reações totalmente opostas. Apesar do grande sucesso editorial que alavancou a carreira literária de Lobato, esse texto recebeu inúmeras críticas por parte da camada intelectual brasileira. O autor foi duramente criticado pelo caráter racista de sua análise.

Ao falhar o uso da linguagem estritamente política, o autor busca no conhecimento científico próprio do higienismo as bases para refazer seu pensamento. Através dos textos contidos no livro *Problema Vital*, Lobato passa a defender a idéia de que a população do interior do país encontrava-se assolada por doenças devido à ineficiência do Estado. Isso causava a falta de iniciativa do povo e seu afastamento do mundo da política e do trabalho.

Nos textos contidos no livro *Problema Vital*, Lobato utiliza dados científicos para elaborar uma explicação para a incapacidade da população de promover o progresso do país. Lobato escreve (LOBATO, 1959, p. 231):

Computam alguns estatistas em 25 milhões de habitantes a população do Brasil. Desses 25 milhões, 17 milhões são criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomose (...) Mal da terra, denomina-o com muita propriedade o povo (...). É bem o mal por excelência da terra brasílica um que assim inutiliza dois terços de seus filhos... [sic]

Diferente de *Urupês*, em *Problema Vital* Lobato retira dos ombros do caboclo a culpa pelas mazelas do país. A incapacidade da população de promover o progresso nacional passa a ter como causa a condição de doença que imperava no meio rural e nas cidades do interior devido o descaso das autoridades com o bem-estar da população. Para Lobato era necessário que o caboclo fosse instruído sobre as formas de cuidar de si e do espaço onde vivia (LOBATO, 1959, p. 329). Foi esse um dos objetivos do autor ao produzir o panfleto do *Jecatatuquinho*, que alcançou grande divulgação ao ser utilizado nas campanhas comerciais do biotômico do laboratório Fontoura (NAXARA, 1998, p. 28).

Como já apontamos anteriormente, um dos grandes problemas nacionais na visão dos intelectuais do início do século era a questão da mão-de-obra insuficiente para atender às necessidades de um país que almejava a modernização. O cuidado com os corpos e a preservação da vida presente de forma marcante nas campanhas sanitárias a partir do final da década de 1910 eram essenciais para que a população, sobretudo no meio rural, se tornasse capaz de atender

a essa necessidade.

É claro que essa alteração segue um roteiro que está relacionado com seu contexto. Monteiro Lobato não está deslocado ou separado de seu próprio tempo. No primeiro momento essa visão pessimista causou grande polêmica, sobretudo com os grupos que viam na valorização das tradições populares um caminho para a afirmação do Brasil como nação.. Em um segundo momento, Lobato reconceitua sua visão do povo. Quando em 1918 o autor conclui que “o Jeca não é assim, ele está assim”, defendia a idéia da intervenção direta das instituições competentes na vida da população como forma de salvá-la e torna-la parte integrante do desenvolvimento do país.

Nesse primeiro momento as idéias de Lobato estão voltadas para o campo político. O autor utiliza essa linguagem para demonstrar a necessidade de intervenção do Estado. No segundo momento, a linguagem que domina sua obra ao tratar a questão do povo é própria da ciência. A atenção que Lobato dá ao caipira do interior de São Paulo nos textos *Urupês* e *Velha Praga* (LOBATO, 1994) partem essencialmente de um problema político de seu tempo – o conflito entre a lavoura extensiva e as práticas agrícolas tradicionais. Para o autor a acomodação da população rural impedia o progresso do país, que permanecia às margens da modernidade característica de outras regiões do mundo.

No segundo momento a questão continua sendo política. Mas a aplicação da linguagem científica de salvamento da população, que caracterizou as idéias higienistas, deu a esse discurso um caráter de neutralidade. Analisando a obra de Foucault, Dreyfus e Rabinow afirmam que a linguagem da reforma é um dos componentes essenciais das tecnologias políticas. Segundo esses autores, o biopoder expandiu-se sob a bandeira de tornar as pessoas saudáveis e protegê-las. (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 215). É esse tipo de prática que encontra-se presente na obra de Lobato. O autor clama por ações políticas que tornem a população útil para ingressar no trabalho de promoção do progresso nacional.

Foucault aponta como o final do século XIX e início do XX representam o momento em que, em nome de uma verdade científica “local”, fez-se a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe eram contemporâneas (FOUCAULT, 2008, p. 11). Esse foi o momento de busca e aplicação de um conhecimento eficaz. Um saber que fosse eficiente na solução dos grandes problemas sociais. Que subjugava a Sociedade às intervenções estabelecidas por uma verdade própria de um campo específico do conhecimento. A obra de Lobato demonstra a forma como, no

Brasil da década de 1910, ocorreram essas intervenções e como os intelectuais desempenharam o papel de elo entre a linguagem política e a científica.

Conclusão:

Ao concluirmos este texto verificamos que, através das transformações de sua obra, Lobato deixa transparecer a importância alcançada pelo conhecimento científico como forma de afirmação do discurso intelectual no Brasil durante a década de 1910. Partindo de uma crítica que limitava-se à linguagem política de sua época, Lobato instituiu seu objeto de análise no artigo Urupês. O caboclo passou a existir e a ser reconhecido da forma como representado por Lobato em seu texto.

As críticas à sua visão negativa do homem rural tornaram seu discurso ineficiente. Atualizado através da introdução de uma linguagem baseada em um conhecimento científico local, próprio do higienismo, Lobato passou a proclamar através de seus textos a necessidade e a urgência de salvação do povo.

O criador do Jeca Tatu tornou-se assim um símbolo da transformação da atividade intelectual no Brasil do início do século XX. Os intelectuais encontraram na linguagem neutra da ciência novas formas de desenvolverem seu trabalho, tornando-se o elo de ligação entre o conhecimento científico e a ação política apropriando-se dessas linguagens como artefatos nas lutas de reivindicação social desse período.

Referências Bibliográficas

- DREYFUS, Hubert, L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Unviersitário, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2008.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- LOBATO, M. *Mr. Slang e o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- LOBATO, M. *Problema Vital..* São Paulo: Brasiliense, 1959.
- LOBATO, M. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- MOTTA, Marly S. *1822: Construir o Brasil Moderno* in *A Nação faz 100 Anos*. Rio de Janeiro. CPDOC. 1992
- NAXARA, Márcia R. Capelari. *Estrangeiro em sua Própria Terra*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 1998.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*. Goiânia, Ed. UFG, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- SEVCENCKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. III.
- SILVEIRA, Éder. *Sanear para Integrar: A Cruzada Higienista de Monteiro Lobato*. In *ARTCULTURA*. n° 9. Uberlândia: 2004.
- SOARES, Gabriela Pelligrino. *Semear Horizontes: uma história da formação de leitores na argentina e no Brasil, 1915 – 1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ZILBERMAN, Regina (org). *Atualidade de Monteiro Lobato: uma Revisão Crítica*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

OS COMUNISTAS E A QUESTÃO COLONIAL PORTUGUESA (1950 – 1974)

José Luciano PEREIRA NETO

j.lucianopn@yahoo.com.br

Resumo: O CMLP (Comitê Marxista Leninista Português) em relação à Questão Colonial. Os intelectuais aqui são os responsáveis pela conceitualização dessas visões de mundo, nesse caso estudando os intelectuais como porta vozes de seus respectivos grupos, nesse caso ainda levando em consideração a mediação institucional, que em parte condiciona o pensamento desses intelectuais, incumbidos de representar e defender determinadas visões de mundo de seus grupos que no caso há a mediação institucional.

Palavras-Chave: PCP, Álvaro Cunhal e Colonialismo.

Abstract: CMLP (Committee Marxist-Leninist Portuguese) for the Colonial Question. The intellectuals here are responsible for the conceptualization of these world views, in this case studying the intellectuals as spokespersons for their respective groups, in this case even taking into account the institutional mediation, which in part determines the thought of these intellectuals were appointed to represent and defend certain world views of their groups in which case there is the institutional mediation.

Keywords: PCP, Álvaro Cunhal and Colonialism.

Portugal nos anos de 1940 estava sobre o regime facista ditatorial de Salazar , caracterizamos o regime fascista pela alta repressão e censura empregadas dentro do governo nesta época, além de se caracterizar em um Estado Corporativo o qual faz o papel de mediador entre as tensões sociais de diferentes grupos sociais (ANDERSON,1996).

O Estado nesse aspecto é altamente centralizador contando com uma malha burocrática e um aparelho ideológico homogeneizante o qual procura apaziguar as tensões sociais e o próprio Estado funciona como mediador e gestor dessas tensões sociais. (BERNARDO,1998).

Em Portugal os intelectuais são inseridos nessa conjuntura específica, aqui trataremos os intelectuais como representantes de seus respectivos grupos sociais, os quais os intelectuais são os responsáveis por tecer esse tecido ideológico que justifica a visão de mundo de seus grupos.

No caso português levando-se em consideração o PCP, temos essa formação de intelectuais em universidades, mas também não apenas nessa instituição, já que a própria classe trabalhadora e o próprio partido também forma esses intelectuais (MADEIRA,1996).

Nos anos 40 a situação repressora de Estado português especialmente levando em consideração a PIDE(Polícia Internacional de Defesa do Estado) obriga o partido a reestruturar seus quadros de militantes e repensar suas formas de atuação.

O PCP tinha uma linha extremamente centralizadora em torno do partido, nos quais os próprios intelectuais do partido tinham dificuldade em obter voz dentro do partido, mesmo assim intelectuais como Alvaro Cunhal e Júlio Fogaça conseguem assumir postos no CC(Comando Central) (PACHECO,2005).

No período da década de 40 e início da década de 50, o papel dos intelectuais era colocado em questão, os quais assim como referido por Stalin seriam os “engenheiros de almas”. (MADEIRA,1996).

Esses intelectuais seriam os responsáveis por remodelarem a forma de se ver o mundo, nessas discussões entravam em inúmeras áreas seja na filosofia , história, artes, mesmo na música.

Nessa conjuntura o partido funcionaria como o guia nesse futuro revolucionário que se pretendia alcançar, nos anos 50 com a prisão de Álvaro Cunhal o PCP sofre um duro golpe não só por perder seu principal intelectual, mas também informações importantes como o quadro de funcionários e tipografias, criptografias que caem em domínio da PIDE.

Cunhal em sua defesa no tribunal, o qual o júri já era escolhido a dedo previamente pelo Estado, a platéia era composta por membros da PIDE, e o resultado do julgamento já decidido previamente (PACHECO,2005). Nesse julgamento Cunhal critica duramente o Estado Fascista e o contrapõe com o modelo socialista, se levarmos em consideração o período de Guerra-Fria no qual esses horizontes se expandem no referente as propostas de transformação da sociedade, Cunhal faz uma defesa do socialismo soviético como contraponto ao regime capitalista, tendo em mente o limite de compreensão tomado na época, como o combate entre capitalismo e socialismo.

Cunhal já tinha consciência do julgamento direcionado e forjado pelo tribunal, então toma uma postura de testemunha da história, na qual seu relato seja passado as próximas gerações e sua defesa do modelo do PCP.

Após sua prisão de 1950 nos anos posteriores o cenário mundial começa a se alterar, como as críticas feitas a URSS começam a eclodir especialmente após a morte de Stalin(1953), sobre seus abusos autoritários , sua centralização em torno da luta política no mundo e da própria diretriz nos Partidos Comunistas do mundo.

A Questão Colonial começa a ter que ser discutida pela propria eclosão de movimentos nacionalistas em África, além de várias das lideranças desses futuros movimentos

emancipatórios em África portuguesa nesse período estão se formando em Portugal, no caso do colonialismo português, várias dessas futuras lideranças ainda em Portugal rompem com essa linha ortodoxa do PCP de centralização das lutas, inclusive nas colônias.

Nos anos 60 após a fuga da penitenciária de Peninche, na qual estavam presos vários membros do PCP, entre eles Álvaro Cunhal e Francisco Martins Rodrigues, tomam rumos diferentes, Cunhal é exilado no exterior, enquanto Francisco Martins volta a vida clandestina.

Francisco Martins que é expulso do PCP entre 1962-63, formando posteriormente a CMLP, o qual defende as proostas de luta armada, desalinhamento de setores conservadores discidentes do fascismo e apoio a luta armada nas colônias, que divergia frontalmente da linha pacifista e legalista do PCP, na qual buscava-se contextualizar o regime através de instituições legais como o MUDJ (Movimento pela União Democrática da Juventude).

Durante algum tempo tem se produzido várias discussões sobre o PCP, mas constantemente a questão colonial vem sendo deixada de lado. Neste caso a própria hagiografia feita pelo PCP minimiza propositalmente a discussão de colonialismo português, e o posicionamento do próprio PCP, que não é isento de ambiguidades.

A questão colonial esteve em hiato durante um grande período, sendo que nos anos de 1950 essa discussão toma um contorno periférico dentro das discussões do PCP. A partir dos anos de 1952-53 é que a questão colonial começa a ganhar força e se torna necessário sua discussão dentro do PCP, que se deve a eclosão de movimentos emancipatórios dentro do continente africano, que coloca os problemas do colonialismo dentro das discussões e exige um posicionamento de todos os PCs. (PACHECO,2005).

O PCP possui um posicionamento ambíguo em relação ao colonialismo, ao mesmo tempo em que defende o direito de autodeterminação entre os povos africanos, defende conjuntamente uma centralização em torno do partido, o qual deveria dirigir o processo de contestação colonial. (PACHECO,2005).

Dentro dessa concepção centralizadora do PCP esconde-se uma falta de percepção e de compreensão da situação das colônias portuguesas levando-se em consideração predominantemente o processo da exploração econômica do continente africano.

Nos territórios coloniais a exploração econômica ocorria em parte pela exportação de matérias primas para a metrópole e a compra da colônia dos produtos revendidos pela metrópole.

Podemos analisar ainda os processos de recrutamento forçado para trabalhos forçados, além do próprio deslocamento de membros de tribos diferentes para territórios inimigos (BITTENCOURT,1999).

Ainda podemos citar a exploração concedida pelo Estado português para empresas estrangeiras em setores os quais Portugal não possuía tecnologia suficiente para exploração como petróleo e pedras preciosas (BITTENCOURT,1999).

A visão eurocêntrica lançada ao continente africano tende normalmente a uma homogenização das diferenças étnicas dentro do continente (APPIAH,1997). Dessa forma se ignorava as diferentes culturas dentro do território e se encontrava o preconceito em relação aos próprios africanos.

No território africano a Igreja, especialmente a metodista, contribuiu e muito para o acirramento étnico dentro das colônias, estimulando as divisões étnicas compactuando na formação de elites locais (BITTENCOURT,1999).

Dentro dos anos 50, levando-se em consideração o próprio contexto de Guerra-Fria, percebemos que um certo gradiente ideológico dá o substrato necessária para impulsionar a luta anticolonial nutrindo os movimentos emancipatórios dentro do continente africano, dentro da realidade das colônias portuguesas destacamos a CEI(casa dos estudantes do império), que conglomerava inúmeros estudantes de colônias portuguesas, que vão para a metrópole estudar e que lá encontram substrato ideológico para a luta dentro das colônias, fazendo obviamente várias adaptações a conjuntura de seus respectivos países (MAXWELL,2006).

Dentro dessas realidades tão diferentes que se apresentavam, como a portuguesa e a das colônias, o próprio PCP tem que tomar um posicionamento em relação as colônias, o que é feito de forma confusa pela própria falta de compreensão das diferenças em território africano.

O PCP que defendia uma centralização da luta política contra o salazarismo busca centralizar a luta anticolonial, mas condenando a luta armada, o que gera uma ruptura não só dentro do partido como também como os próprios opositores do salazarismo dentro das colônias.

Francisco Martins Rodrigues que era militante do PCP após a fuga da penitenciária de peninche em 1960 e volta a vida militante clandestina e é expulso do partido por volta de 1962-63, quando funda o CMLP , que defendia uma postura revolucionária armada, inclusive nas colônias, além de um não alinhamento com setores dicidentes do governo.

Desta maneira analisando não apenas as diferentes realidades, seja de Portugal ou das colônias, buscamos problematizar a atuação do CMLP e do PCP em relação a questão colonial e discutir essas diferentes formas de atuação que tem como portavozes os intelectuais dos partidos envolvidos que são por exemplo Álvaro Cunhal e Francisco Martins Rodrigues.

Depois de um levantamento bibliográfico sobre a historiografia, foi percebido que existem inúmeras obras acerca do PCP especialmente no que se diz respeito ao período salazarista.

No decorrer da pesquisa percebeu-se alguns problemas especialmente envolvendo a questão colonial no qual se relacionarmos ao CMLP existe uma clara diferença de projetos, no qual o PCP defende uma luta através de um viés legalista, enquanto o CMLP defende uma luta pelo viés revolucionário armado.

Dentro da historiografia existe um claro silenciamento em relação as ambiguidades do PCP, na qual sua problemática é minimizada em relação ao CMLP, ainda não são claros os estudos referentes a questão colonial e poucos trabalhos desenvolveram esse questionamento.

A ruptura de Francisco Martins obviamente não aconteceu do dia para a noite, mas sim foi um processo que se construiu desde os anos 50 e que nos anos 60 acontece efetivamente e se forma o CMLP.

Dessa forma buscamos inserir o papel do PCP e do CMLP dentro de um processo maior de transformação dentro da conjuntura portuguesa que se liga a mudanças ocorridas em ambiência global, no qual a questão colonial no permite fazer essa ligação , não apenas no embate de diferentes concepções de mundo, mas também em contexto de transformação dentro da sociedade.

A relação do PCP e do CMLP em relação a questão colonial é um tema que ainda não possui uma análise relacionada de acordo com os diferentes propostas políticas e sociais defendidas por ambos e sua relação divergente, em principal no referente a questão conlonial.

Portanto a própria produção bibliografica já existente ajuda na compreensão de determinados aspectos referentes a atuação plítica do PCP, que diverge do posicionamento adotado pelo CMLP, buscando assim um diálogo entre essas e visões de mundo diferentes, que nos permitam colocar em discussão o tema da questão colonial não como um tema periférico, mas sem o conectando com processos de transformação dentro da sociedade portuguesa, assim liga-os a um processo de transformação maior, no qual os partidos e seus intelectuais são estudados como porta vozes dessas propostas de mudança da sociedade, que apesar de dotadas de uma especificidade temporal de suas épocas, não se fecham em si mesmas, e estão ligadas com um processo de transformação não só político como social.

Assim essa pesquisa se insere dentro da área de sertões, regionalidades e projetos de integração, assim buscando trabalhar um tema que não foi tão discutido dentro da historiografia, busca-se o diálogo do mesmo com as diferentes concepções e abordagens exercidas do CMLP e do PCP referentes à questão colonial, e como esse processo se insere dentro de uma transformação da conjuntura da sociedade que vem se modificando.

O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o PCP e o CMLP levando em consideração a questão colonial e o papel dos intelectuais desenvolvido dentro desse processo:

1. . Compreender a relação entre o regime fascista português e as propostas desenvolvidas para a superação do mesmo , levando em conta a heterogenidade e as diferentes propostas oferecidas pelos diferentes intelectuais.
2. Entender o colonialismo português e sua contextualização no ambiente das colônias que obtem propostas diferenciadas dos próprios opositoristas de esquerda de Portugal desenvolvendo suas próprias formas de contestação
3. Definir as diferentes propostas oferecidas tanto pelo PCP quanto pelo CMLP e como elas se inserem em um contexto mais amplo de luta contra o salazarismo na qual a questão colonial assume papel de suma importância
4.
 - O PCP assume um papel centralizador das lutas desenvolvidas contra o salazarismo, tentando sempre organizar e centralizar as lutas em torno do partido
 - O PCP mesmo que não intencionalmente assume o papel de sensor e limitador dentro dos quadros de contextação salazarista
 - Os intelectuais dos partidos assumem o papel de importância dentro da luta dos partidos como legitimadores e formadores de opinião não apenas no quadro partidário mas também no diálogo referido com as colônias e a sociedade portuguesa
 - Os intelectuais em certa medida se tornam mediadores institucionais limitados em certa medida pela própria instituição mesmo ela sendo o próprio partido, sendo eles os porta vozes expressando a visão de mundo de um determinado grupo social mostrando uma compreensão ao menos parcial dentro do limite de consciência possível da época

Nessa pesquisa o referencial teórico-metodológico é baseado em Lucien Goldmann valendo do seu conceito de visão de mundo e máximo de consciência possível, dentro dos quais desenvolvo parte da minha análise sobre o papel dos intelectuais e dos partidos dentro desse processo.

Visão de mundo de acordo com Goldmann (1979), é o conjunto de sentimentos e idéias que reúne membros de um grupo, nessa concepção procuramos validar tanto fatores subjetivos quanto objetivos dentro do pensamento de um autor, no qual a objetividade e subjetividade não são analisadas de formas separadas, mas adquirindo características de conexão, nas quais defendemos a idéia de que na visão de mundo de um autor estejam presentes elementos que no caso específico nosso através da conceitualização feita pelo autor esteja presente elementos que conectem sua visão de mundo ao contexto social no qual ele esteja inserido.

Portanto o autor ao tentar expressar esse limite de tensões de determinada época expressando-as no plano conceitual expressando sua visão de mundo, dessa forma buscando determinada coerência, mas essa coerência normalmente é dada de forma relativa, na qual somente em casos excepcionais essa coerência se dá no plano conceitual expressando o máximo de consciência possível de acordo com Goldmann.

Logo ao relevarmos a questão do PCP partindo de sua reestruturação dos anos 40 , na qual inserido em uma sociedade sobre o governo fascista salazarista que exerce uma grande pressão sobre o partido.

Essa pressão se dá especialmente pelo uso da repressão exercida pela PIDE, controle das esferas públicas do poder, além do governo salazarista contar com o apoio de latifundiários e da própria Igreja, tendo assim sua base de sustentação, contando obviamente com uma política colonial severa que nos anos 60 adquiriu um caráter ainda mais autoritário e repressor.

O PCP que foi jogado a clandestinidade tinha uma linha marxista leninista, na qual a luta de classes deveria ser direcionada pelo partido comunista, o qual seria o guia dessa futura revolução, o PCP nos anos 40 tinha uma atuação fortemente atrelada a URSS, a qual ditava as diretrizes a serem tomadas pelos partidos comunistas, na qual o papel dos intelectuais era posto, que os intelectuais seriam os responsáveis por semear esse novo caminho para a humanidade no qual o partido ajudaria a trilhar.

O PCP tinha uma visão de mundo atrelada a ótica marxista leninista soviética e com bases em setores de classe média portugueses, nos quais se faziam circular sua forma de propaganda e atuação que era através de jornais e movimentos legalistas com o MUDJ.

O PCP seguindo essa linha legalista de atuação na qual seu máximo de consciência possível se expressava na desagregação do próprio regime fascista português pelo seu próprio autoritarismo.

Interessantemente o próprio PCP era um dos mais autoritários e centralistas com seus próprios membros, com muita dificuldade de ascensão dentro do partido ao CC, inclusive para os intelectuais, além de um situação repressora externa a qual limitava o campo de atuação do partido.

O PCP que tinha sua forma de propaganda baseada em jornais, isso em um país com o maior número de analfabetos da Europa não possuía formas de comunicação efetiva com o campesinato que no sul do país era bastante expressiva, o próprio partido fechava-se em si mesmo e mantinha um discurso de agregação aos diferentes grupos da sociedade mesmo os dissidentes do fascismo.

O CMLP tinha uma visão de mundo fortemente influenciada pela Revolução Chinesa e apresentava um discurso maoísta, no qual se aposta no caráter revolucionário das massas populacionais campesinas.

Assim o CMLP buscava uma atuação conjunta das massas campesinas portuguesas e apoiava a revolução armada, incluindo as colônias, na qual sua visão de mundo expressa uma revolução por levante popular e armado, pela impossibilidade de uma via pacífica dada a conjuntura do Estado fascista português, no qual a saída era se valendo de uma revolução popular, o que delimita em certo aspecto o máximo de consciência possível adquirido.

No entanto dentro do discurso do CMLP percebesse uma clara homogeneização da questão colonial na qual os povos coloniais devam se juntar e lutar contra o fascismo português, o problema é que as questões étnicas são postas de lado.

Tanto o CMLP quanto o PCP estão inseridos em um contexto de forte repressão na qual o ideal de ambos representa a necessidade de transformação de uma sociedade em um mundo que vai se transformar e que é de responsabilidade comunista levar esse mundo a um lugar melhor.

De acordo com Goldman a consciência coletiva existe apenas nas consciências individuais, que apresentam sua especificidade no âmbito das relações sociais (família, profissional, nacional, classe, etc.), disso permite alguns indivíduos expressarem sua consciência coletiva, tomando consciência das tensões sociais envolvidas e assim expressando sua visão de mundo, levando-se em consideração as transformações em acontecimento e mesmo a tomada de posicionamento diante desses problemas, o que mesmo que buscando determinada coerência pode se levar a uma incoerência.

Assim a estrutura significativa que é o processo de coerência interna e a consciência individual que tenta expressar essa construção da consciência coletiva de um determinado grupo que expressa assim sua visão de mundo e seu máximo de consciência possível.

Os intelectuais aqui são os responsáveis pela conceitualização dessas visões de mundo, nesse caso estudando os intelectuais como porta vozes de seus respectivos grupos, nesse caso ainda levando em consideração a mediação institucional, que em parte condiciona o pensamento desses intelectuais, incubidos de representar e defender determinadas visões de mundo de seus grupos que no caso há a mediação institucional.

As fontes utilizadas nessa pesquisa são de produção historiográfica sobre o período salazarista com as devidas ponderações referentes a própria historiografia oferecida pelo PCP e ao regime salazarista.

No referente a essas produções historiográficas podemos salientar sua ajuda no processo de compreensão das trajetórias institucionais dos partidos, assim como no papel dos intelectuais como representantes dessas instituições.

Temos ainda de levar em consideração não só os jornais e revistas produzidos na época, que auxiliam na compreensão do debate institucional em voga em Portugal durante a ditadura,

Dentro desse corpo historiográfico oferecido na qual pensamos ser possível rastrear essa trajetória institucional e intelectual a conectando a questão colonial, temos digitalizados pelas universidades de Coimbra e Lisboa e da fundação Mário Soares.

Podemos ainda levar em consideração os inúmeros jornais produzidos na época, como *o Avante*, *Militante*, *Combate*, *Revolução Popular*, ainda consideramos as obras de produção literária de Álvaro Cunhal além da produção dos artigos, palestras e entrevistas pelo mesmo, que nos permite rastrear e conectar a visão de mundo do autor dentro do corpus historiográfico disponibilizado.

No rastreamento desse processo ainda encontramos obras que podem ser importadas quando não existentes dentro dos acervos digitalizados, além da catalogação dessas inúmeras revistas da época, contamos ainda com acessos a diários como o de Francisco Martins.

10. BIBLIOGRAFIA

A) Bibliografia consultada

ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

- BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, vol. XXIX, p.287-317, 1994.
- BERNARDO, João. Estado: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. Dos Jornais às armas :: trajetórias da contestação angolana. Facto e Verdade, 1999.
- BRUNSHWIG, Henri. A Partilha da África Negra. São Paulo: Editora perspectiva, 1974.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- MADEIRA, João. Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta). Lisboa: Estampa, 1996.
- MAXWELL, Kenneth. O Império derrotado: revolução e democracia em
- PANTOJA, Selma. Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. Identidades, memórias e historias em terras africanas/organizadora Selma Pantoja. Brasília: LGE editora , 2006
- PÉLISSIER, René. As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- PEREIRA, José Pacheco. Álvaro cunhal: uma biografia política. Lisboa: Temas & Debates, 2005.
- Portugal. São Paulo : Companhia das letras, 2006
- Revolução Popular. Edição Completa (1964-65). Lisboa: Voz do Povo, 1975.
- ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol.XXXV, p.1031-1054, 2001.
- SECCO, Lincoln. A revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: espaços e tomadas de consciência . São Paulo: Alameda, 2004
- _____. 25 de abril de 1974: a Revolução dos Cravos. São Paulo: companhia editora nacional , 2005

O GRITO SEM ECO: CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA, REVISIONISMO HISTÓRICO E TEORIA REVOLUCIONÁRIA NA OBRA DE MANOEL BOMFIM

Luiz Carlos BENTO*

Resumo: Este artigo busca analisar a proposta de revisão historiográfica produzida por Manoel Bomfim em sua obra *O Brasil na História*, onde o intelectual sergipano propõe um revisionismo radical da historiografia brasileira, denunciando os usos e abusos da história que na sua perspectiva nada mais era do que um discurso político que legitimava os interesses da elite brasileira. Buscamos no transcorrer desta análise refletir sobre sua crítica historiográfica, seu revisionismo da historiografia brasileira produzida pelo IHGB e sobre a sua teoria revolucionária que ele desenvolve de forma radical em 1930, abandonando uma postura ilustrada de reformador social por meio da Educação e definindo uma proposta autêntica de revolução brasileira que nega tanto o conceito de revolução proletária quanto o de revolução burguesa.

Palavras Chaves: Crítica Historiográfica, Revisionismo Histórico e Teoria Revolucionária

Abstract: This article search's to analyze the proposal of historiography revision produced by Manoel Bomfim in its workmanship the *Brazil in History*, where the sergipano intellectual considers a radical revisionism of the Brazilian history, denouncing the uses and abuses of the history that in its perspective nothing more age of what a speech politician who legitimized the interests of the Brazilian elite. We search in the way of this analyzes to reflect on its criticizes historiography, its revisionism of the Brazilian historiography produced by the IHGB and on its revolutionary theory that it develops of radical form in 1930, abandoning an illustrated position of social reformador by means of the Education and defining a proposal it legalizes of Brazilian revolution that in such a way denies the concept of proletarian revolution how much of bourgeois revolution.

Keywords: Critical Historiography, Historical Revisionism and Revolutionary Theory

As assertivas que se seguem são uma reflexão parcial de uma pesquisa que se encontra em andamento e objetiva apresentar um quadro esquemático da reflexão historiográfica de Manoel Bomfim, buscando refletir sobre a importância do pensamento sócio-histórico deste autor para a historiografia brasileira. Defendendo dentro dos limites de uma reflexão

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás

acadêmica a importância da obra deste intelectual que demarca uma especificidade notória na história do pensamento social brasileiro. Em linhas gerais, os elementos que pretendemos problematizar, são as condições históricas que possibilitaram a elaboração de suas obras, que inegavelmente colocaram em outros termos a discussão sobre o passado brasileiro, apresentando uma visão alternativa e inovadora para a compreensão das mazelas sociais deste país, indicando a necessidade de se buscar compreender os males herdados por nossa formação colonial.

Enquanto a maioria dos intelectuais se pautavam em discussões elitistas, não demonstrando a mínima preocupação com os problemas do povo brasileiro, Bomfim foi um dos primeiros intelectuais que realizou uma leitura crítica e revolucionária da sociedade brasileira. Diagnosticando os problemas do Brasil e defendendo abertamente o povo, a educação popular e a liberdade. Diante disso podemos constatar através da leitura de um de seus intérpretes, que a sociedade brasileira produz uma bipolaridade de intelectuais;

A sociedade cria dois tipos de intelectuais: os que se colocam a serviço do combate dos privilégios de minorias e os que, consciente ou inconscientemente, capitulam perante objetivos antipovo e antinacionais. Manoel Bomfim sempre esteve no primeiro grupo. (FILHO, 2008, p. 79).

Segundo Aloizio Alves Filho, Bomfim tinha um perfil intelectual bastante distinto da maioria dos intelectuais da época, pois enquanto a maioria dos intelectuais procurava justificar e manter os interesses dominantes, Bomfim sempre criticou a ordem vigente, demonstrando os erros e as limitações de um discurso dominante. Desta forma ele se mostrou um intelectual com grande capacidade de desenvolver leituras alternativas, trazendo propostas que clamavam por mudanças, e que conseqüentemente defendia melhores condições de vida para sociedade em geral.

Pensar a obra bomfiniana é antes de tudo uma reflexão sobre uma forma de interpretar o Brasil que ficou esquecida, pois foi voz vencida pelo movimento historiográfico, bem como, pelas vicissitudes políticas dos anos 30. A voz deste “*rebelde esquecido*”, mesmo enfraquecida chegou até nós por meio de várias reverberações, e em uma contemporaneidade profundamente marcada pela corrupção política, pela descrença generalizada em várias instituições e por inúmeras mazelas mal resolvidas no plano social, o conteúdo das reflexões do intelectual sergipano torna-se atual e necessário, enquanto instrumento de análise para pensarmos o processo político, bem como as relações entre Estado e sociedade no país.

Compreender a realidade que nos cerca, bem como o contexto histórico em que estamos inseridos, não é algo fácil, principalmente quando se pretende analisar “o mesmo”. Para completarmos a nossa tarefa enquanto recuperadores por excelência da historicidade da ação humana no mundo; devemos fazer como afirma Gadamer um exercício hermenêutico, ou seja, buscar a apreensão dos sentidos para podermos entender melhor o mundo em que estamos inseridos, ou a realidade histórica que pretendemos pesquisar. “*Em todo caso, porém compreensão é apreensão de sentido, e sentido é o que se apresenta à compreensão como conteúdo*” (CORETH, 1919 p 52).

Em princípios do século XX aparecerá este pensador que através de seus escritos irá produzir uma contracorrente na historiografia brasileira, Manoel Bomfim criará um pensamento sócio-histórico, analisando questões que passaram despercebidas por outros intelectuais de sua época, valorizando como fundamentais alguns acontecimentos que na historiografia corrente tinha relevância secundária, propondo uma nova leitura da realidade histórica do Brasil. Assim ele inaugurou uma História problema, pois questionava o discurso histórico vigente, propondo uma re-leitura do passado.

Bomfim foi de certa forma um hermeneuta que durante sua vida procurou incessantemente realizar a apreensão do sentido para compreender a realidade histórica e social do seu país. As referências que faremos no decorrer desta análise são das obras; *América Latina Males de Origem* (1905) *O Brasil na América* (1928) *O Brazil na História* (1929) e *Brasil Nação* (1932). A utilização mesmo que de forma superficial de suas principais obras sobre a história do Brasil é importante para que possamos desenvolver uma visão abrangente em relação à interpretação bomfiniana da história dos povos neo-ibéricos. Ao longo desta última década, iniciou-se certa polêmica entre os interpretes do intelectual sergipano sobre uma possível mudança de véis interpretativo presente na obra *América Latina Males de Origem* (1905) e as obras historiográficas que compõe a trilogia de sua maturidade.

Neste debate, muito embora, tenhamos que reconhecer a originalidade da análise e das críticas de José Carlos Reis¹ em relação à linguagem ao método e própria trajetória intelectual de Manoel Bomfim, nos vemos mais tentados a endossar o que disse Ronaldo Conde Aguiar e o próprio Bomfim na primeira obra de sua trilogia sobre a formação histórica brasileira, de

¹José Carlos Reis elabora uma interpretação interessantíssima da obra de Manoel Bomfim, mas defende algumas teses em relação ao intelectual sergipano que são no mínimo polêmicas. Sobre este assunto ver REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006

que se trata de uma continuidade em relação a sua perspectiva interpretativa que busca apenas aprofundar a sua leitura da formação da realidade da soberania brasileira

Quanto ao primeiro livro o intelectual sergipano queria desconstruir o racismo científico que os europeus tinham em relação aos povos americanos. Os teóricos e publicistas europeus pretensamente apoiados no cientificismo naturalista evolucionista de Darwin classificavam os povos da América do Sul de atrasados e inferiores, definindo-os como uma gente selvagem e incapaz de se autogovernar. Inconformado com esta situação, Bomfim dirá que os males de origem não vinham do povo, mais sim do parasitismo colonial exercido pelas elites.

Na colônia, só o cativo trabalhava; todo mundo explorava e oprimia; a produção dependia, apenas, do numero de cativos e da crueza dos açoites; o processo foi condenado por inútil, a inteligência pesquisada como perigosa. O colono sobre o cativo, o fisco sobre o colono, o absolutismo e o arcaísmo religioso sobre todos afundavam demais em mais, esta sociedade na miséria, do processo dos ibéricos e sim pautado num conservadorismo acabaram por solapar as reais situações de desenvolvimento da América do sul achando-os de atrasados e inferiores (BOMFIM, 1905, p 394).

Manoel Bomfim queria desmistificar estas teorias e propõe como solução para a América do Sul à educação crítica e consciente que poderia fazer com que os indivíduos desenvolvessem condições de se auto-afirmar, tornando-se sujeitos ativos de sua própria história.

O processo há de ser da própria sociedade, no seu todo; e isto; só se obtém pela educação e cultura de cada elemento social. Não se eleva o meio sem melhora aos indivíduos; não há processo para quem seja incapaz de compreendê-los e desejá-lo prevê-lo e buscá-lo. (BOMFIM, 1905 p 351).

Diante desta análise somos levados a reconhecer que a obra *América Latina: males de origem*, foi uma inovação historiográfica, pois é a partir dessa obra que Manoel Bomfim inconformado com a visão que os europeus tinham sobre os povos neo-ibéricos, ira propor uma explicação racional sobre o atraso do continente. Bomfim desmistificou e ao mesmo tempo combateu todas as teorias raciológicas, que serviam para justificar a inferioridade dos povos neo-ibéricos. O sergipano foi além dessas teorias, pois compreendeu que o atraso desses povos, ou seja, os “*males de origem*” provinham do modelo de colonização portuguesa, e também pelos interesses locais dos dirigentes brasileiros, e não pelas suas incapacidades mentais e físicas. Para Manoel Bomfim, os meios mais adequados e cabíveis para se curar os males de origem estavam na educação.

Vinte e três anos depois Manoel Bomfim ira escrever *O Brasil na América*. Nesta obra Bomfim procura caracterizar o processo histórico da colônia à independência, demonstrando que a expressão América Latina nada tinha a ver com a realidade deste continente, pois cada país tinha sua própria forma de se organizar tanto quanto político, cultural, social e economicamente.

Então a expressão América Latina era equivocada, pois o que existe eram diferentes nações neo-ibéricas, na diferença de tradições. Na variedade da colonização, no maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais nas direções e perspectivas históricas, nas diferenças essenciais de valor. (BOMFIM, 1929 p196)

O outro livro da série é o *Brasil na História* de 1930, nele Manoel Bomfim irá produzir uma critica voraz a historiografia brasileira, demonstrando que a história era escrita somente para satisfazer as vontades dos dominantes e que historiadores como Varnhagem eram verdadeiros “*profetas do engano*”, pois escreviam uma história factual e anacrônica pensando somente em interesses particulares. Para Bomfim toda a história se reduz as contendas de tradições, sem perder, com isso seu papel superior de fazer a confiança da nação nos próprios destinos, desta forma, o sergipano propôs a substituição desta “*história feita sobre encomenda*” por uma historiografia capaz de resgatar a tradição nacional que fora aviltada e deturpada por historiadores que estavam a serviço do trono e contra o Brasil. Historiadores estes a que ele se referia ironicamente como “*anotadores de historias*”, ou de “*profetas do egoísmo e da rapinagem*”.

O *Brasil Nação* publicado em 1931 demonstra a exploração bragantina desde 1808 até 1889 com o período Republicano no Brasil. Para o intelectual sergipano o Brasil possui sim os dons essenciais para ser uma nação, tais como espírito de união, solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas. Porém o que contaminou a nação foram os Braganças, que se imigraram e instalaram no Brasil implantando assim uma forma de governar pautada na mentira e no engano, e isto acabou por se tornar uma tradição herdada pelos nossos políticos.

Administração incapaz e perdulária, infame quanto arguto, incapazes e corruptos quanto interesse fazer qualquer coisa: política de ineptos e desbriados, desmoralizando-nos em face com o mundo que pensa e que trabalha fingindo estar piamente grotescamente, uma fisionomia que não é nossa, quando desfrutar de situação que não soubemos prepara pretendendo ser o que não somos, nem nos convém ser, sem saber, menos o que somos, nem o que, de fato, os convém (BOMFIM, 1931 p 53).

Manoel Bomfim rejeitou plenamente que o atraso do Brasil estava em nossa constituição mestiça de negros, e índios, pois para ele o atraso era uma questão histórica resulte da colonização portuguesa que se instalou aqui de forma parasitária. Sobre este

assunto nos diz Jose Carlos Reis, reproduzindo de forma quase que literal uma assertiva do sergipano “*Mas, derrotada e anulada politicamente por Portugal, a nação brasileira foi carne viva para a “varejeira lusitana”*”. (REIS, 2006, p. 196- 197). Segundo Reis a política de Portugal tinha como interesse apenas explorar de forma exacerbada toda a riqueza do Brasil. Para Manoel Bomfim o estado português é o maior parasita que se instalou no Brasil. Em análise historiográfica da obra de Bomfim, a pesquisadora Flora Sussekind, interpreta o estado português da seguinte forma;

“Órgão de opressão” a serviço da metrópole, caracteriza-se o estado como “inimigo” e “espoliador”. Tem por função, no regime colonial “apenas, cobrar e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador”. (SUSSEKIND, 1984, p.42).

A partir das palavras da autora, percebemos que o estado era visto pelo sergipano como o maior inimigo da nação brasileira, pois todas as funções exercidas por ele estavam contra os interesses da sociedade de forma geral. Além do mais o estado português sugou toda fonte de riqueza existente no Brasil, deixando o “país” em ruínas. O que nos parece é que a forma de parasitismo do estado português foi contagioso e crônico. Sussekind, continua nos dizendo aspectos importantes deste estado que;

Emancipa-se a nação, proclama-se a república, mas “o Estado, em si, permanece qual era”. Parasita a nação primeiro em benefício da metrópole, depois em prol daqueles que passaram a dominar os destinos do país, tanto interna quanto externamente. (SUSSEKIND, 1984, p. 42).

Segundo o depoimento de Sussekind, podemos considerar que o parasita que se encontra no estado português é de fato contagioso e crônico, pois aqui instalado contaminou a nação brasileira, e essa contaminação perdura até os dias atuais, onde o estado brasileiro serve como parasita para a classe dominante que vive a explorar o povo. Para Bomfim o remédio mais viável, para se curar esse parasita que permanece no estado, é a educação, porém o maior responsável pelo desenvolvimento desse remédio seria o próprio estado, isso nos deixa com um ar de pessimismo, pois ele nunca teve a preocupação de atender os interesses do povo, e isto não virá a acontecer. Assim, “*Subordinado ao parasitismo, o Estado hipertrofiou-se e distanciou dos verdadeiros interesses nacionais*”. (AGUIAR, 1999, p. 313).

Especificamente na obra *O Brasil Nação*, Manoel Bomfim irá interpretar a situação política do Brasil propondo como solução para a superação de nossos males de origem uma revolução nacionalista nos moldes mexicanos, ou seja, uma revolução popular onde os trabalhadores assumiriam o poder destruindo assim as antigas castas políticas dos Braganças.

Até os dias atuais podemos diagnosticar sem muito trabalho que ainda persiste, sobretudo, nos livros didáticos, uma produção historiográfica, patriótica monarquista, elitista e dogmático, seu objetivo principal consiste em alienar a população brasileira em relação aos mecanismos de dominação do estado, gerando o que podemos chamar de conformismo. É esta mentalidade que o poder público através da história pretendia e pretende impregnar nas mentes e no comportamento da população brasileira “*somos independentes*” temos “*governantes que zelam pelo bem comum da nação*”; conquistamos essa posição através dos atos de “*bravura*” dos nossos “*heróis nacionais*”, como: Pedro Álvares Cabral, Dom João VI, Dom Pedro I, Tiradentes entre outros, ou seja, mera falácia distorcida e ilusória.

E quanto à situação de discriminação, e exploração dos negros e índios? Não importam afinal eles “*são leigos, sem cultura, e devem trabalhar para manter o resto da população*”. Muito embora, hoje pareça discriminatória e esdrúxula, era esta a concepção da sociedade, que vários intelectuais, e políticos tinham em relação à organização social do Brasil, no século XIX e primeiras décadas do século XX. E a história seria este veículo homogenizador, e massificador que o estado utilizaria para legitimar suas ideologias de conservação e manutenção do poder.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi o aparelho utilizado pelo estado para difundir seus ideais de dominação e exploração da sociedade, e um dos principais historiadores que contribuíram diretamente para a disseminação de tais ideais foi aquele a quem Bomfim chamou de “*o menos humanos dos homens*”. Francisco Adolfo Vanhagem, que durante toda a sua vida foi um defensor incansável da dominação e colonização portuguesa no Brasil, ele era contra toda e qualquer revolução que viesse ameaçar o estado português na figura de Dom Pedro II, seu amigo e admirador.

Segundo Franklin de Oliveira todos os historiadores de Vanhagem a Gilberto Freyre, passando inclusive por Euclides da Cunha viram o Brasil com a ótica fornecida por outros países. “*E a alienação dos historiadores, é segundo ele talvez a pior de todas, pois ela induz à desfiguração total do país e do povo*”. Contrariando esta premissa, Manoel Bomfim irá produzir uma análise da história do Brasil fugindo das regras, existentes em sua época: Os negros, o racismo científico, os mecanismos de conservação do estado, bem como vários erros na interpretação da história do Brasil, tal como a independência foram diagnosticados e de certa forma denunciados por Bomfim em seu livro *América Latina Males de Origem*. É por esta razão e por outras que este intelectual foi esquecido, pois ele se posicionava na contra corrente da produção historiográfica brasileira.

Ronaldo Conde Aguiar, um de seus maiores interpretes, e um dos grandes responsáveis pela renovação do debate entorno das idéias do sergipano, afirma que Bomfim contestou o sistema de verdade de sua época, ou seja, ele interpretou o seu tempo e vislumbrou os mesmos problemas que os homens de sua época, mas ele elegeu protagonistas diferentes para a sua história, substituindo o estado e as elites pelo povo, o racismo e o determinismo climático e biológico pela formação histórico social desigual. Em suma, não é como alguns comentadores afirmam que ele conseguiu pensar o impensável, dizer o indizível, sua análise tem como ponto de partida questões que eram comuns a todos os intelectuais, mas a sua perspectiva de interpretação histórica é que se distingui das demais, fazendo de suas análises uma especificidade inovadora e “*revolucionária*” em meio a um mar de conservadorismo.

O conceito que Manoel Bomfim tinha de história não se resume, segundo Aguiar, ao simples registro cronológico dos fatos. Bomfim entendia a história como um processo social contínuo. Daí origina sua consideração de que o futuro da nação brasileira já estava “*delineado*” no seu passado, nas etapas anteriores da sua formação, pois todas elas foram marcadas por tensões e lutas entre dominadores e dominados. Segundo ele as nações mais poderosas constroem a história de acordo com os seus interesses, cabendo aos dominados um papel subalterno ou passivo no transcorrer dos acontecimentos. “*A deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronto dos vencidos e dominados*” (BOMFIM, 1996).

Diante de todas estas mazelas existentes na produção historiográfica brasileira Bomfim dizia que era necessário passar a limpo a historiografia brasileira, livrando-a de todas as visões mistificadoras, que procuravam utilizar da história como um veículo de dominação das massas. No livro *América Latina Males de Origem*, Manoel Bomfim demonstra a discriminação social imposta aos negros, e mestiços em relação a sua cor, julgando-os como atrasados e inferiores. Para Bomfim o problema não é racial, mas sim, fruto da colonização portuguesa que aqui se instalou como verdadeiros parasitas, procurando sugar todas as riquezas existentes na colônia, numa relação de parasitas e parasitados. E os negros e mestiços foram um mecanismo utilizado pelos Braganças para efetivar esta dominação.

Isto para a época foi algo inovador, pois tínhamos uma produção historiográfica que marginalizava o papel do negro e do mestiço na sociedade brasileira. Silvio Romero escreveu vários artigos procurando desconstruir o pensamento de Bomfim chamando-o pejorativamente de “*manuelzinho*”, fato que demonstra o grau de insatisfação de elementos da sociedade brasileira em relação à proposta de análise sócio-histórica do sergipano.

Contrariando autores que postulam a obra de Bomfim como uma obra a frente do seu tempo, o que do ponto de vista histórico é uma atitude beócia, somos levados a entender que tal como Nietzsche, ele foi um homem de seu tempo, mas de certa forma contra ele. Segundo Nietzsche

“Se todo grande homem chegar a ser considerado, acima de tudo, precisamente como filho autêntico do seu tempo e, em todo o caso sofre de todas as suas mazelas, com força maior e mais sensibilidade do que todos os homens menores, então o combate de um tal grande contra seu tempo é ao que parece, apenas um combate sem sentido e destrutivo contra si mesmo. Mas justamente apenas ao que parece, pois o que ele combate em seu tempo é aquilo que o impede de ser grande e isto para ele significa apenas: ser livre e inteiramente ele mesmo (NIETZSCHE, Apud AGUIAR, p 34).

Manoel Bomfim combateu as teorias racistas, e monarquistas que viam o Brasil como um país atrasado e inferior povoado por negros, mestiços e mamelucos, por esta razão o intelectual sergipano foi esquecido, como diz Nietzsche se tornou “pequeno” para sua época, pois o que ele combatia o impediu de se tornar “grande”.

Bomfim sempre foi discreto em suas ações procurando manter-se a margem das instituições que pretendiam legitimar o poder do estado. Ele foi convidado para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma entidade que proporcionava destaque social para quem fizesse parte de tal órgão. Como Manoel Bomfim não era de acordo com a forma de produção historiográfica realizada por tal instituição não aceitou tal proposta, que para muitos seria irrecusável. Se não bastasse, o Médico Sergipano também foi intimado pessoalmente por Machado de Assis para fazer parte da Academia Brasileira de Letras, como um dos primeiros quarentas imortais, no entanto não aceitou. Manoel Bomfim procurava sempre se manter coerente em sua forma de pensar e atuar na sociedade brasileira, caso contrário seus escritos entrariam em contradição com o seu modo de agir, pois compartilhava da idéia de que uma característica importante em um escritor é a teoria estar em consonância com suas ações.

Esta breve exposição de alguns elementos da obra do intelectual sergipano serve como amostra da autenticidade e da atualidade da reflexão historiográfica desde autor “rebelde” esquecido pelos seus contemporâneos, desconhecido de grande parte dos estudantes de história e mal compreendido por muitos em nosso campo de atuação profissional.

1.1 A função da História e da Tradição na Perspectiva de Manoel Bomfim.

Em sua obra *O Brasil na História* finalizada em setembro de 1929, Bomfim dará continuidade a sua reflexão desenvolvida em obras anteriores, que apresentavam a existência

de duas tradições em conflito ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Estas duas tradições em conflito representavam na leitura histórica do sergipano, o visceral antagonismo entre os anseios e interesses do povo brasileiro e as políticas governamentais dos dirigentes, que segundo Bomfim eram os legítimos representantes de uma tradição bragantina externa e alheia ao Brasil.

Nesta obra, Bomfim se propõe a analisar a história entendendo-a enquanto um discurso que se coloca como meio para se legitimar, ou deturpar tradições. A sua análise da forma como se escrevia a história do Brasil, tanto entre os historiadores brasileiros, quanto entre os autores europeus, objetivava denunciar os usos políticos da história. Citando Kaustski, Bomfim demonstra que a história enquanto registro de uma tradição, possui um sentido orientador, pois ela reforça um sentido de reconhecimento em relação ao passado de um povo, que serve como meio para o reconhecimento de um patrimônio histórico comum, que é fundamental para o fortalecimento de uma tradição.

Partindo deste pressuposto, Bomfim vislumbra um problema, pois na sua perspectiva, a história do Brasil que estava sendo produzida até aquele momento, com exceção de alguns poucos autores que o discurso histórico oficial conseguiu encobrir, não estava sendo produzida para o povo brasileiro, mas sim contra ele. A história do Brasil encontrava-se deturpada, era uma história que servia aos interesses das grandes nações capitalistas e que encobria com um nevoeiro de aparências, as legítimas tradições nacionais. Para Bomfim a história de um povo deveria ser *“sincera, purificada, vivaz, exata....capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns”*(1930:38), a história neste sentido possui uma função importantíssima no desenvolvimento de um povo soberano, pois ela, mais que qualquer instituição concreta, é criadora de um mundo, onde os desejos e realizações de um povo se encontram e são dados ao reconhecimento comum.

Bomfim entende a tradição como sendo uma identidade em desenvolvimento progressivo, que representa e reflete tanto o passado quanto revela o futuro. Por isso, exige-se da história conformidade em relação à tradição que ela descreve, para que ela não perca a sua função orientadora e torne-se apenas um *“amontoado de peripécias, enfartadas em erudição caliginosa”* (1930:38), tornando-se uma sombra projetada em outras alteridades pelos enunciadores deste discurso histórico.

Analisando as causas que levam a deturpação das tradições nacionais, Bomfim define a história de um povo como sendo quase sempre a expressão exagerada de suas ações. Desta forma, a expansão econômica e a prosperidade política das nações européias, levaram-nas a

expandir seu poder, ampliando o sentido valorativo dos seus feitos e dando-lhes uma significação e um valor muito além da realidade. Desta forma, a glória e o prestígio histórico dos países europeus tornaram-se uma sombra para outros povos, sobretudo, para os neo-ibéricos.

Em sua crítica historiográfica, Bomfim percebeu o sentido etnocêntrico do ideal de história universal iluminista, e contesta qualquer sentido de objetividade desta forma de pensamento, entendido por ele como apenas um sofisma que encobre o fato de que “*a história fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiais, que apresentam, no momento um maior ativo de contribuições, na obra da civilização geral*”, neste sentido, a hierarquização da história universal que divide o mundo em nações grandes e pequenas em relação ao progresso humano, não tem nenhum sentido objetivo do ponto de vista histórico, trata-se de uma questão de ordem econômica e política, tal como podemos notar na seguinte passagem do sergipano:

Na realidade das cousas, fora impossível achar o limite justo entre os povos grandes e os pequenos, forte e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa, desnaturam a situação, atribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em grandes e pequenas (BOMFIM, 1930, p. 40).

Bomfim rejeita o objetivismo, pois para ele, o ideal de neutralidade é inatingível, visto que, o historiador ao definir e analisar valores não consegue escapar da sua condição humana, pois ele pensa e produz a partir da tradição a qual ele pertence. Desta forma, pretender o objetivismo é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, dispensando todo critério de julgamento, estando fora de qualquer horizonte de análise. Ao negar o objetivismo, o sergipano demonstrou ter consciência de que toda escrita é antes de tudo uma opção política, e quem escreve, não faz isto com neutralidade e isenção, ele o faz, a partir de um lugar de fala que ele tem que reconhecer e explicitar.

De forma bem distinta de outros intelectuais brasileiros de seu tempo, Bomfim não entendia que a objetividade de suas afirmações fosse decorrente de uma posição de imparcialidade perante aos fatos sociais, para ele, tal prerrogativa era impossível. Desta forma, ele rompe com o paradigma do discurso cientificista presente em sua época, assumindo que suas vontades e interesses pessoais eram o motor de suas análises.

Pensando o saber histórico a partir desta perspectiva, ele entendia que a objetividade do cientista estaria ligada aos interesses sociais que direcionavam a sua pesquisa. Neste sentido, a identificação de tais interesses era fundamental para que fosse possível situar o

pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, e a partir desta identificação, se tornaria possível compreendermos as verdades ditas ou omitidas.

O sergipano não entendia a paixão como um entrave para a verdade, muito pelo contrário, ele enxergava nela uma força propulsora da vontade que controlava e guiava os interesses. Em *América Latina Males de Origem*, encontramos a seguinte ponderação; “*prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica*”, em sua obra fica bem nítido que o autor identifica duas formas bem distintas de se lidar com esta questão da parcialidade, que para ele, é inerente ao processo de produção do conhecimento. As alternativas são: negar esta parcialidade afirmando uma pretensa objetividade insustentável na prática, ou explicitá-las, reconhecendo o caráter cultural das escolhas humanas. Inegavelmente, Bomfim é partidário da segunda prerrogativa.

O conhecimento do homem é visto em sua obra como um elemento fundamental para o êxito dos indivíduos e também da sociedade. Esta necessidade impele os indivíduos a buscarem na história o indicativo dos valores humanos de cada sociedade. Porém, o egocentrismo faz com que, cada grupo humano, que tenha alcançado grande êxito econômico e político, compreenda a civilização como atributo de suas próprias ações. Bomfim, numa clara crítica a visão de história universal de Hegel, pondera que os discursos históricos, ao hierarquizar as contribuições dos indivíduos e dos grupos nacionais, encobrem ou ignoram a alteridade de outros povos.

Na interpretação historiográfica do intelectual sergipano, a “*deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados*” (1930:41). Ao constatar que a história é um discurso que atende aos interesses daqueles que há escrevem, Bomfim afirma que cada povo deve produzir e defender a sua própria história, num esforço que seja equivalente ao do discurso histórico europeu. Citando representantes da historiografia européia como Thomas Carlyle e Karl Kaustky, Bomfim afirma que no fundo não há história verdadeira e que a falsidade da história é tão velha quanto à própria história.

No quinto tópico do primeiro capítulo desta obra, intitulado “*valores esquecidos para serem sonogados*”, Bomfim busca demonstrar que os historiadores da França e da Inglaterra, não davam o devido valor histórico para a importância da atuação comercial das cidades italianas e hanseáticas ao longo do período do renascimento, pois foram elas que mantendo contato com o mundo árabe, organizara-se entorno do comércio marítimo, desenvolvendo cidade livres que constituíram o núcleo social de onde deriva a atividade social das nações

modernas. Desta forma, a história universal nega o protagonismo histórico aos seus verdadeiros atores em detrimento da tradição inglesa e francesa.

Rejeitando a visão européia da história, Bomfim propõe negar este discurso visto de fora, para construir uma leitura da história nacional, capaz de dar visibilidade ao povo brasileiro, por meio da apresentação de seus feitos e características, desenvolvidos ao longo do processo de ocupação do território. Desta forma, o sergipano pensava que “*na verificação das falsidades e distorções históricas, adquiri-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar das histórias contadas, o que merece estima e apreço*” (1930:50). Desta forma, caberia ao Brasil em caráter de urgência desprezar os critérios claramente ideológicos das grandes tradições, aceitos no Brasil como critérios universais e objetivos, e afirmar o valor de sua própria tradição nacional.

Analisando o que ele intitulou de “*deturpações e insuficiências da história do Brasil*”, identificou duas influências que considera preponderante para o processo de deturpação da historiografia brasileira: a influência do positivismo comtiano, e a ação pretensamente imparcial de historiadores brasileiros, classificados como antinacionalistas. Bomfim em 1905, no primeiro capítulo de *América Latinas Males de Origem*, analisando a imagem corrente na Europa em relação aos países latino-americanos, critica diretamente a *História da Civilização de Signobos* que apresenta tudo que se tem a dizer sobre a história do Brasil em pouco mais de trinta linhas. Ao falar sobre esta obra Bomfim não contém sua ironia, pois se não bastasse a quase ausência de referências ao Brasil, em poucas linhas, nota-se erros históricos gritantes. Vejamos o que diz o sergipano:

Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se lêem na História da Civilização de Signobos, e que representam tudo que ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como esta: “os paulista formavam no século XVIII um povo independente.....O Brasil tornou-se um estado independente, mas sem perturbações. O regente irmão do rei de Portugal, tomou o título de imperador do Brasil em 1826”. É completo, não é?..... Note-se que este signobos é figura proeminente no ensino superior em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições a direita e a esquerda. (BOMFIM, 2005, p. 47).

Bomfim tornou-se um crítico voraz da historiografia francesa de sua época. Para o sergipano esta crítica justificava-se em função do que ele entendia como sendo a deficiência de critério histórico, e a falta de plasticidade da historiografia francesa, considerando-a pela ausência de rigor científico, uma vez que, apresentavam um reduzido critério de observação, e

desenvolviam em decorrência disto pouca noção da realidade histórica, sobretudo, em relação aos países da América Latina.

Sua antipatia em relação à historiografia francesa justifica-se pela sua negação do positivismo enquanto doutrina histórica, para Bomfim ao contrário do que enseja o nome, *“nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução”* (BOMFIM, 1930:64). Segundo Bomfim a noção escatológica de progresso para Comte era ambígua, pois o progresso deixaria de ser progresso, tornando-se estagnação, visto que, não se poderia ir mais longe do que aquilo que ele definiu como estado último da humanidade. A influência positivista que ele considerava como *“critérios tomados de empréstimo”*, uma *“sociologia para brancos”* que nada contribuía para o entendimento dos problemas brasileiros.

A consagração historiográfica e política do positivismo comtiano, consagrou uma corrente de historiadores que analisaram o passado brasileiro orientados por uma teoria, cujo criador era totalmente alheio as condições de nossa formação social. Idéias incompatíveis com as especificidades brasileiras que não se adequavam aos conceitos estanques e a doutrina pré-formatada do Positivismo.

O positivismo não conhecia o índio: nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso não temos consagração oficial da raça, que se parece desaparecida quasi toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que se bem caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos (BOMFIM, 1930, p. 70)

Considerando os enunciados expostos anteriormente, podemos notar que a superação da influência positivista era vista como fundamental para que os historiadores brasileiros conseguissem superar as três causas da deturpação histórica denunciadas por Bomfim que são: pouca plasticidade do critério francês, turvado pelo positivismo, a perversão das fontes históricas e a produção de uma história *“vista de cima”*, reduzida a uma listagem de fatos e nomes que reduz a história a uma crônica de natureza política ou militar.

2.0 Bomfim e Revolução como Alternativa Histórica para o Desenvolvimento da Sociedade Brasileira.

No desenvolvimento de sua obra historiográfica, Manoel Bomfim defendeu a necessidade de romper com os males herdados de nossa formação ibérica, como uma necessidade para superarmos os problemas sociais que marcavam a sociedade brasileira. Em sua primeira grande obra historiográfica destinada a pensar a realidade latino-americana e

publicada em 1905. Após apontar os males de nossa formação colonial, entendendo-os como a principal causa para a explicação do atraso social da América Latina, ele vai propor como alternativa possível para a superação desta condição uma solução ilustrada, ou seja, irá defender uma reforma social que garantisse a maioria da população acesso há uma educação popular que fosse capaz de formar a consciência dos indivíduos e que garanti-se aos brasileiros a condição de participar de um processo democrático.

Embora a análise ao longo de sua obra *América Latina Males de Origem*, seja crítica e radical, sugerindo em diversos pontos à necessidade de uma ruptura completa com o nosso passado colonial, a solução final apontada pelo autor é de certa forma branda, quando comparada com a voracidade de suas críticas ao parasitismo das elites portuguesas no Brasil. Interpretes da obra bomfiniana tais como Darci Ribeiro e José Carlos Reis, sugerem que esta solução ilustrada seja uma contradição de sua obra, pois ao longo de sua avaliação da composição da sociedade brasileira, Bomfim demonstra que as elites herdeiras do parasitismo ibérico estavam preocupadas apenas em manter os seus privilégios e de forma alguma permitiriam que houvesse alguma solução política, que privilegiasse o povo, que segundo Bomfim vivia espoliado, sob o julgo de um estado que era alheio as necessidades reais do país.

Ao longo de sua obra, Bomfim pinta um quadro do Brasil, onde as elites políticas e o Estado brasileiro são apresentados como os herdeiros degenerados de um passado social nefasto, que deveria ser negado, para que pudéssemos afirmar o nosso desenvolvimento, desta forma, ao apresentar a educação como solução para os problemas de nossa formação, o sergipano de certa forma esvazia o conteúdo de suas críticas as elites políticas e demonstra uma crença na possibilidade de buscar uma solução institucional para o nosso atraso social

A tese do parasitismo social de Bomfim foi exposta pela primeira vez na crítica ao compendio de história da América de Rocha Pombo, ainda no século XIX e foi aprofundada e amadurecida na obra *América Latina Males de Origem* que foi iniciada na França em 1903 e finalizada no Rio de Janeiro no ano de 1905. O parasitismo social enquanto uma categoria de análise desenvolvida por Bomfim numa clara aproximação com a obra de Marx, tornou-se um paradigma que lhe permitiu falar de acontecimentos comuns ao seu meio social, dando-lhes uma conotação alegórica que lhe permitia pensar as cadeias de relações de dominação entre as classes sociais e entre as nações periféricas e centrais.

Seguindo uma análise já consagrada de Ronaldo Conde Aguiar (1999), podemos perceber que Bomfim construiu uma metáfora para o que ele entendia como sendo o eterno conflito dos excluídos e espoliados contra a exploração dominante. Esta análise permitiu-lhe

compreender a lógica do conceito de imperialismo, buscando desvendar os seus efeitos tanto no plano externo quanto no plano interno. Visto por este prisma de análise, o conceito de parasitismo é mais que uma simples linguagem ou analogia tomada do biologismo, ele era um importante instrumento de análise que lhe permitiu pensar a vida social do país de forma autêntica, cuja ascendência e a proximidade com as idéias de Marx são claramente evidentes. As marcas deste passado desigual e marcado por uma relação de exploração unilateral permaneceram de forma quase que indelével na história do Brasil

Essa influência de caráter, geral do parasitismo da metrópole sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral (...) são os efeitos econômicos os mais sensíveis neste regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social (BOMFIM, Apud AGUIAR, 1999 p. 310).

Embora o conteúdo mais primordial de sua reflexão esteja ancorado em uma metáfora de natureza organicista. Bomfim fez um esforço sensível em sua obra para distinguir o biológico do social, traçando uma distinção entre estes dois campos e negando de forma clara qualquer possibilidade de identidade ou de paralelismo entre estas duas realidades. Esta distinção é fundamental em sua obra, pois lhe permitiu escapar do pessimismo e do determinismo das teorias que eram correntemente aceitas em sua época. Ele não entendia os males de nossa formação como incuráveis, para o sergipano esta situação poderia ser superada por meio da luta contra inúmeras formas de exploração que mantinham o atraso do país.

Ao longo de sua vida, Bomfim foi sempre um visionário da educação, e nunca deixou de acreditar no seu caráter transformador da personalidade humana e na sua importância como elemento fundamental para a solidificação de uma tradição nacional, mas após acompanhar as mazelas políticas e o descaso das elites tanto imperiais quanto republicanas em relação à educação, o sergipano irá gradativamente abandonar a sua perspectiva ilustrada e defender uma ação revolucionária, abrangente e radical, que fosse capaz de substituir pessoas e instituições e formasse as bases de uma nova sociedade democrática e popular.

No período que se estende entre 1929 e 1931, Manoel Bomfim ira publicar a sua trilogia historiográfica de maturidade, que como ele mesmo afirmou, visava o desenvolvimento de um mesmo pensamento, mas que quebrava a perspectiva social e política anteriormente defendida em *América Latina Males de Origem*, pois para ele não era mais possível pensar os destinos do Brasil dentro dos planos da normalidade. Em sua obra *O Brasil*

Nação; Realidade da Soberania Brasileira publicada em 1931, ele abandonará esta perspectiva reformista propondo a revolução como paradigma histórico para o povo brasileiro.

Nesta obra, Bomfim apresenta o estado brasileiro como um estado fundamentado em características primitivas “dominantes/dominados”, ou seja, um estado que existe como um poder de opressão, obrigando a massa proletária a produzir em proveito dos dominantes, sustentando esta dominação em um arcaico aparelho político que dentro de cada nação onde o capitalismo tornou-se dominante, tornou a paz dependente das vontades políticas dos dirigentes, causando assim um precário equilíbrio diplomático que culminou no desastre da primeira grande guerra mundial.

Nesta análise, o intelectual sergipano faz um balanço das condições políticas mundiais que se figuraram no pós-guerra, apresentando um mundo composto por dicotomias entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos. Desenvolvendo esta análise ele apresenta como consequência da primeira guerra o desaparecimento necessário de regimes políticos já condenados, como o ksarismo e o Kaiserismo, o que significava para ele uma evolução política importante, porém os dirigentes dos países vencedores com uma política mesquinha impediram que o fim de tais regimes significasse uma verdadeira evolução de valores. Segundo Bomfim;

Na mentalidade de espoliadores verdugos, gozando torpemente a vitória, os estadistas das grandes potências tudo fizeram para reduzir o mundo a seus interesses baixos, de pura espoliação. Unidos para combater, no repartir dos despojos, ei-los vis salteadores, largando-se uns dos outros, deixando ao ridículo a pobre liga de nações que fizeram (BOMFIM, 1996 p. 45).

Ao longo do desenvolvimento deste balanço o autor busca demonstrar, os interesses capitalistas de países como a Inglaterra, França, e Itália que segundo Bomfim estavam interessados em estender seus domínios e tirar o maior proveito possível através de indenizações da Alemanha. Como culminância desta análise da situação política da Europa, Bomfim conclui que a democracia enquanto uma forma mais elevada de governo afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina por completo e não dá à forma definitiva de direção política, pois embora a democracia garanta uma facilidade de renovação dos governantes, ela não consegue escapar do paradoxo de que a maioria que escolhe, nem sempre está preparada para assumir e entender o peso desta responsabilidade. Fica explícito na leitura de *O Brasil Nação*, que Bomfim percebeu que mesmo em países com maior índice de desenvolvimento

humano como os países europeus, o problema da democracia era a facilidade com que uma classe poderia exercer ideologicamente um controle sobre a opinião do povo.

Sua análise em relação à situação de analfabetismo do povo brasileiro, abandonado a sua própria sorte ao longo de séculos de exploração colonial é contundente, pois para ele a superação de nosso atraso educacional era um problema emergencial e ao mesmo tempo afigurava-se como o principal caminho para superarmos a nossa condição de nação periférica. Na perspectiva do intelectual sergipano, uma nação é quase sempre a imagem do seu povo. Se este mesmo for predominantemente “ignorante e não instruído”, atrasada, bárbara e fora do progresso será a nação, se ao contrario o povo for instruído e culto a nação tende a ser adiantada e prospera. Como demonstrado anteriormente, Bomfim entendia a instrução e o progresso como sendo elementos interligados e interdependentes. Este era para ele um preceito aceito e indiscutível, pois se fundamentava no entendimento de que o ser humano é educável e adaptável por excelência.

Em um país como o Brasil, onde a maioria da população não tinha acesso à educação e conseqüentemente não possuía uma consciência política, ainda estávamos longe de conseguirmos um estado verdadeiramente democrático. Situação esta, que deu origem a um estado que significava para ele, nada mais que a conquista e a exploração do poder de uma classe em relação a outras. Esta política tradicional em formas democráticas, converteu os políticos em maus apóstolos que desenvolviam e mantinham uma dualidade, pois a nação entendida como a solidariedade de interesses e necessidades do povo, era contrária a forma de organização política e social mantida pelos dirigentes de forma parasitária.

Bomfim faz uma breve retrospectiva filosófica, buscando demonstrar o avanço do espírito humano, citando Heráclito, Aristóteles, Rousseau, Kant e Hegel no intuito de demonstrar que o domínio do homem sobre a vida é uma característica tipicamente moderna que realçam o quanto a humanidade evoluiu e aprendeu com o legado das produções humanas.

Com o avanço dos conhecimentos humanos em relação ao mundo e a natureza, o homem assenhoreou-se do seu próprio destino, e como a essência da psique humana é eminentemente social, seria fácil para o homem moderno a conquista da plena realização social garantida através da conquista da solidariedade pela justiça. Seria, se a sociedade não estivesse dividida em interesses antagônicos de exploradores e explorados, dirigentes e dirigidos.

Bomfim elege como o principal responsável por este visceral antagonismo, o capitalismo que se alimenta da incapacidade moral dos dirigentes, que são apresentados na

sua obra como os responsáveis últimos pelas misérias do país. Por toda parte (1996), os dirigentes encarnam uma tradição que lhes são próprias, em filiação direta da barbárie guerreira, e que, desta forma, os deixaram distantes das legítimas aspirações humanas, deixando-os alheios as necessidades mais frisantes da vida moderna, nos assuntos que não dizem respeito à promoção de suas riquezas pessoais ou classistas. Por isso segundo Bomfim “*chegamos a essa inexplicável situação de miséria por sobre a abundância, a frescura e a pujança, de energias quais são as do Brasil*” (1996:51)

Bomfim relata de forma apaixonadamente indignada, que o Brasil é um país que possui inúmeras riquezas e possibilidades de expandir-se enquanto nação desenvolvida, mas isto não ocorre em função da continuidade em relação ao nosso passado colonial, que pode ser sentido no utilitarismo e na inépcia das elites políticas brasileiras;

Portento em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos seus dirigentes mais vorazes e torpes, em que se degradou um heroísmo torvo, gerado em mercancia. E o milagre se repete, pois é milagre, que subsista uma nação sugada por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada em vez de ser dirigida....e que, apesar de tudo, cresceu, e trabalhou, e produziu, num trabalho que deu para todos que a exploram (BOMFIM, 1996 pp.51-52)

Nesta passagem podemos perceber que o Estado Brasileiro na perspectiva histórica de Bomfim, ganha adjetivações de uma instituição alheia aos sentimentos e carências da população brasileira, afigurando-se como uma verdadeira monstruosidade antinômica em relação ao povo, arbitrária, corruptora, antieconômica, incoerente e injusta em relação às possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Um Estado controlado por políticos totalmente incapazes de realizar a grande obra que deveriam esforçar-se por fazer, ou seja, contribuir politicamente para corrigir os males de nosso passado e integrar o Brasil no rol das nações verdadeiramente modernas. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar esta situação de degradação, que ele entendia como sendo definidora da realidade da soberania brasileira, ele passará a propor um levante popular como forma de redenção política da nação.

Em seus estudos e ao longo de sua própria experiência de vida, ele constatou que o Império protelou a democracia alegando que não havia povo educado para exercê-la e mesmo depois de sete décadas de realeza não houve o preparo educacional necessário para que isso viesse a acontecer. A república por sua vez afastou-se ainda mais da necessária educação das

massas brasileiras, portanto de acordo com a perspectiva do sergipano, não haveria por que esperar mais, já ficava claro e evidente que inexistia a possibilidade de se encontrar uma alternativa política, institucional e até mesmo pacífica para romper com a inaceitável situação de exploração ao qual estava submetido o povo brasileiro. Esta situação de subalternidade ocorria em dois níveis bem distintos em termos geopolíticos, mas complementares na lógica da exploração capitalista. No plano interno o povo era aviltado pelas elites políticas que controlavam o país ao bel prazer de suas opções de classe, e no plano externo a nação brasileira sofria com as investidas imperialistas de nações desenvolvidas como os Estados Unidos e as potências capitalistas européia.

O projeto revolucionário de Bomfim tem o povo como protagonista histórico que deveria buscar nos ânimos brasileiros, dons de inteligência e de coração para uma vida mais elevada e digna do que a sorte que lhes havia sido imposta. Esta afirmação evidência um problema, visto, que o povo não estava preparado para assumir conscientemente esta responsabilidade de exercer o seu papel de motor da revolução social. Bomfim aposta numa espécie de despertar, não de consciências no sentido estrito do termo, mas em uma situação de negação radical que produziria uma antinomia e uma descrença generalizada nas instituições, que seria causada por um despertar quase que inconsciente da situação de exploração de classe levada a cabo pelas elites brasileiras, desta forma, o povo despertaria um sentimento de revolta adormecido, mas alimentado fortemente ao longo de séculos de exploração desumana e predatória. Este despertar ocorreria como uma expressão quase que instintiva em forma de consciência revolucionária, movida por sentimentos essenciais advindos da fome, do amor e da paixão.

Não importa que na base de tudo estejam os mesmos motivos essenciais: fome, amor, compaixão...São estímulos indispensáveis, mas não limitam a socialização a prosseguir. A fome põe a prova a inteligência, para que se multipliquem incessantemente as possibilidades: o amor difusa simpatia, ou intensidade de afeto, lhe é energia primeira essencial; a compaixão primeira renuncia a animalidade que se eleva...De tal sorte evocada essa base instintiva, temos de reconhecer que a formula nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade (BOMFIM, 1996 p 565).

Segundo Bomfim, esta convulsão social movida por ânimos não claramente definidos, sem extensão de projetos previamente pensados, possibilitaria a substituição das instituições arcaicas que impedem a evolução social, quebrando a lógica pervertida da democracia brasileira, onde a voz da maioria converteu-se na exploração da maioria trabalhadora,

formando uma reserva de energias humanas que é o capital. Segundo o intelectual sergipano uma pequena minoria se tornou senhora dele e subordinou o aparelho democrático aos interesses capitalistas. Esta elite, armada por direitos patrimoniais, fazem cumprir em força de lei os seus privilégios, mantendo-os a custa do sacrifício de grande número de indivíduos mantendo-os em uma condição de miséria e exclusão.

O Brasil segundo a interpretação do sergipano possuía condições históricas muito próprias, pois vivia uma situação de época e de local muito específica e que era bem distinta em relação à Europa. Aqui as instituições e as condições de classe ainda não se encontravam plenamente definidas o que impedia o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Nos países europeus as políticas da burguesia levaram ao pleno desenvolvimento industrial, possibilitando uma percepção mais clara das condições sociais antagônicas dos proletários, que segundo o nosso interprete encontravam-se “*votado a miséria, por isso mesmo que trabalha, assalariado, escravizado economicamente ao capital*” em situação social de clara oposição a burguesia que ele referia-se como, “*os desfrutadores, senhores do capital, e, com ele, dominadores, servidos pela a récuca dos parasitas no apanágio das altas funções do Estado*” (BOMFIM, 1996, 9. 567).

Esta condição anteriormente descrita, não se apresentava no Brasil, visto que o capitalismo ainda não havia sido plenamente implantado e as condições de classe não estavam plenamente definidas. Esta condição evidenciava na perspectiva de Bomfim, a impossibilidade de uma solução comunista para o caso brasileiro. O protagonista histórico da revolução brasileira, não seria o proletário, mas sim o “povo” que deveria se sublevar primeiramente contra a classe dirigente, vista como um fator constante e até certo ponto preponderante das desgraças do país. O povo, entendido como a grande maioria da nação deveria segundo Bomfim, aproveitar a porta larga aberta para ele pela própria história. Esta deveria ser uma revolução totalmente distinta das anteriores, as quais o sergipano referia-se como “*sedições e masorcas estupidamente ambiciosas*”, pois, não foram capazes de afirmar a verdadeira transformação da sociedade por meio da superação do passado ibérico, que só poderia ser obtido, a partir da ruptura com a elite e com as instituições historicamente dominantes. O lema seria destruir para construir

Esta revolução deveria ser criadora de liberdades individuais essenciais para o desenvolvimento da justiça social. Ela inicialmente mergulharia a sociedade brasileira numa situação de anomia. Porém este mergulho no “caos” seria necessário para que a revolução em forma de convulsão salvadora encontrasse os agentes, propósitos e programas historicamente condizentes com a realidade brasileira.

Ao longo do desenvolvimento de sua proposta da revolução, enquanto alternativa para a reparação dos males de origem da formação brasileira, Bomfim demonstra uma preocupação interessantíssima, pois, demonstra nele a existência de uma consciência do caráter globalizante do capital, tal qual Marx havia demonstrado em sua obra. De acordo com o intelectual sergipano, ou se fazia a revolução social naquele contexto de início da década de 30, ou poderíamos perder a possibilidade histórica de transformar os futuros da nação, pois segundo ele,

Avança sobre nós, e já nos constringe órgãos importantes, o polvo-capital. Saímos facilmente do seio podre de Portugal; não será dificuldade sensível vencermos o domínio desta oligarquia infecta que nos possui; mas as roscas cheias do capitalismo, se ele aqui assenta o pleno domínio, esmigalhar-nos-ão os membros antes que tenhamos achado a forma da luta eficaz contra elas. Entregues por sua vez a dirigentes a disposição do capital, rendidos definitivamente ao seu prestígio, estamos sem defesa. Valha-nos que por este vasto Brasil, as suas ventosas ainda não alcançaram muito; mas quando ele se estender na proporção das facilidades que encontra, estaremos inteiramente possuídos. Tratando-nos como colônia, o capitalismo estrangeiro tem para nós processos despejados, e mais simples, para efeitos de mais espoliação, e mais dissolventes ainda que nas nações solidamente construídas (BOMFIM, 1996, p. 571).

Bomfim ao analisar o processo de implantação do capitalismo no Brasil chega a uma interpretação similar a de Marx, ao afirmar que o capitalismo tem como necessidade essencial mercantilizar e comercializar tudo, criando uma sociedade essencialmente materialista. Este modelo de sociedade capitalista global era vista pelo sergipano como sendo extremamente danosa para o desenvolvimento das nações neo-ibéricas, pois ela se tornaria “*a desgraça irreparável dos povos nacionalmente mal diferenciados e socialmente mal protegidos*”. Desenvolvendo uma reflexão embasada por Mommsen e Engels, Bomfim conclui que nacionalismo, capitalismo e justiça social são elementos inconciliáveis, pois o estado saído da sociedade torna-se cada vez mais estranho a ela, personificando somente os anseios do capital tornando-o livre para a realização de todos os crimes que a espoliação capitalista sugere e a ganância dos seres humanos exige.

Bomfim pensou um Brasil, para as classes menos favorecidas e historicamente desprestigiadas ao longo de nossa formação social. Para ele, embora, os verdadeiros brasileiros não aparecessem na história oficial do Brasil, eles constituíam ainda assim uma nação. Este povo que foi escondido pela história oficial do Brasil deveria emergir, e a sua vitória era vista por ele como a única alternativa de se garantir um futuro mais digno para o país. Ao contrário de outros interpretes do Brasil de sua época, Bomfim não enxergava o povo

como um entrave para a vida democrática, para ele o povo brasileiro merecia viver em um regime de liberdade democrática, pois ele tendia a solidariedade e era “*cordial e manso*”. Desta forma, era no próprio passado brasileiro, passado este que fora negado e escondido pela historiografia oficial, estava à indicação de nossa evolução social, pois um povo cordial, solidário e manso nas suas relações, tenderia naturalmente para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, preocupada com a manutenção do bem estar coletivo.

Na perspectiva do intelectual sergipano, a revolução brasileira adjetivada como nacionalista, popular e democrática, representaria um encontro mítico do Brasil com sigo mesmo, visto que, seria um momento de re-fundação mítica da nação brasileira. Tal como demonstra José Carlos Reis, Bomfim expressou algo semelhante à leitura de Walter Benjamin no final dos anos 30. Para ele os revolucionários brasileiros em suas auto- afirmações históricas deveriam “*escovar a história a contra pelo*” e saldar a dívida com os antepassados, que foram diversas vezes vencidos em seus sonhos de liberdade e independência. O presente deveria resgatar a dívida com seus antepassados e realizar o sonho muitas vezes negado ao povo pelas elites dirigentes e pelos falsos profetas da revolução.

Para Bomfim o remédio para o Brasil era o povo brasileiro, lembrando-se das revoluções derrotadas, abrir-se ao novo e fundar uma nova política orientada para os que trabalhavam. A humanidade não poderia continuar dividida em espoliados e espoliadores, trabalhadores e dominantes, toda a produção organizada no interesse dos que detinham o capital (REIS, 2006, p. 219).

Na interpretação bomfiniana da formação histórica do Brasil, existem duas tradições essencialmente conflitantes. Uma ele identifica como legítima representante das aspirações nacionais e que foi continuamente atacada pelas elites brasileiras, apresentadas como herdeiras da estrutura espoliativa da empresa colonial. Esta elite, nega a identidade brasileira e se filia a outra tradição (*bragantina*) externa e vinculada à corte e aos vícios associados ao passado colonial. Por isso, ele entendia que no Brasil, a afirmação da nacionalidade só poderia ocorrer com o rompimento em relação aos valores, instituições e práticas sociais cultivadas pelas elites. Que patrocinarum um desenvolvimento histórico profundamente marcado pela submissão, aceitação e passividade perante aos modelos e as influências estrangeiras

Para ele a nacionalidade é a tradição histórica de cada pátria, que se forma a partir de suas próprias condições históricas e integra-se ao conjunto da humanidade. Sintetizando uma visão da evolução histórica com colorações claramente herderiana, ele vai aferir que os diferentes povos, conquistando separadamente a liberdade e apoiando-se mutuamente na busca da solidariedade e da paz social formaria uma humanidade real. A ação revolucionária

na visão bomfiniana da história seria a única força capaz de romper com a supremacia desta tradição antípoda as necessidades brasileiras e reunir de forma harmônica o estado com a nação, integrando a vida política e civil e eliminando a figura do dirigente alheio as necessidades do povo, consolidando uma “nação-estado” democrática, republicana e verdadeiramente soberana.

O intelectual sergipano não passou despercebido em relação às dificuldades de se efetivar uma prática verdadeiramente democrática no Brasil, mas ele acreditava que embora não fosse perfeita, a democracia era o melhor dos regimes políticos por que permite aos indivíduos viverem livres. A liberdade segundo Bomfim é o direito do indivíduo conduzir a si mesmo dentro da sociedade, neste sentido fica visível a importância que ele atribuía a educação, pois para ele, a educação tem o poder de preparar o homem para governar a si mesmo e a reconhecer os seus direitos e deveres que são indispensáveis para vida em sociedade.

Em linhas gerais, o sergipano definiu a democracia e a liberdade como sendo valores universais, essências e permanentes, princípios que humanizam e que garantem a especificidade dos seres humanos em relação a outros seres vivos “*é só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre*” (2005:338), e que, portanto não podem ser negados.

Em sua obra *As Identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*, José Carlos Reis refere-se ao pensamento sociológico de Bomfim como sendo “*um otimismo revolucionário ingênuo*”, esta obra apresenta uma narrativa autêntica e concisa em relação a alguns aspectos da obra do sergipano, mas deixa a desejar pela superficialidade com que algumas temáticas da obra de Bomfim são abordadas. Este é um problema comum em obras que possuem esta proposta analítica de refletirem sobre autores diferentes, situados em tempos e espaços distintos. Esta visão sintética e interessada em levantar polêmicas levou o autor a produzir alguns adjetivos que descrevem o sergipano como “*racista*”, “*fascista*”, “*integralista*” e na melhor das adjetivações “*ingênuo*”.

Estas adjetivações, não condizem com a realidade, à amplitude da obra e a personalidade do intelectual sergipano. Basta fazer uma leitura da biografia sociológica produzida por Ronaldo Conde Aguiar, que seremos convencidos de que não da para compartilhar com a “*teoria da ingenuidade*” produzida pelo autor de *Identidades do Brasil*. Bomfim foi um intelectual crítico de sua época e que elaborou a sua obra em total desacordo com os padrões de verdade dominantes em seu tempo, e que, talvez por isso, tenha sido capaz de captar em sua escrita histórico-sociológica anseios que outros intelectuais presos aos

padrões de verdade e aos critérios de validade de sua época não conseguiram perceber. Ele produziu a consciência possível de seu tempo, tendo como referência uma preocupação dissonante em relação a seus pares intelectuais

Segundo Aguiar, Bomfim acreditava na importância das utopias, mas definia-se como um utopista e não como um utópico “*o utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho*” (1999:28). Do ponto de vista histórico não é produtivo entender a obra de Bomfim, ou de qualquer outro pensador como ingênua, pois corremos o risco de criarmos um clichê historiográfico que pouco contribui para o entendimento do autor ou da obra. Neste sentido, Bomfim foi um homem de seu tempo, que se diferenciou por sua sensibilidade de pensar uma história do Brasil, protagonizada por negros, índios, pobres, sertanejos, trabalhadores e operários, com claros matizes democráticos e de inspiração popular, opondo-se aos interesses dominantes em sua época, que pensava o Brasil olhando da parte de cima da pirâmide social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.
- ARRUDA, José Jobson, TENGARRINHA José Manoel: **Historiografia luso-brasileira contemporânea**, Bauru, SP EDUS 1999.
- BOMFIM, Manoel: **A América Latina: Males de origem** 3 ed. Rio de Janeiro; Topbooks 1993
- _____: **O Brasil na América: Característica da formação brasileira** 2 Ed- Rio de Janeiro Topbooks 1997
- _____. **Brasil Nação: realidade da soberania nacional** 2 ed.- Rio de Janeiro: Topbooks 1996.
- CORETH, Emerich: **Questões fundamentais de hermenêutica**: Tradução; Carlos Lopes de Matos. São Paulo, Epu, Ed da Universidade de São Paulo, 1973.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988 p 5 a 27.
- IGLESIAS, Francisco: **Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**- Ed Nova Fronteira –Rio de Janeiro 2000
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SUSSEKIND, Flora. **História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984.
- SCHWARZ, Moritz Lilia: *Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História oficial*. In **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Campanha das letras 1993. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Historicismo, Tese, Legado, Fragilidade**.

CELSO FURTADO E O IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1950/1960)

Ricardo Oliveira da SILVA¹

E-mail: ricardorussell@gmail.com

Resumo: No presente artigo abordamos, a partir do reconhecimento dos meios de produção do saber econômico nas décadas de 1950 e de 1960, o papel dos intelectuais na ascensão do ideário desenvolvimentista no Brasil enquanto um projeto político de transformação social, por meio da industrialização e do desenvolvimento auto-sustentado impulsionado pelo Estado. Exemplificamos esse objetivo através de considerações sobre o itinerário do economista Celso Furtado, um dos principais pensadores desenvolvimentistas desse período no país.

Palavras-Chave: intelectuais, desenvolvimentismo, Brasil

Abstract: In this paper we discuss, from the recognition of means of production of knowledge economy in the 1950s and 1960s, the role of intellectuals in the rise of the notion of development in Brazil as a political project of social transformation, through industrialization and self-sustained development driven by the state. We exemplify this goal through considerations on the itinerary of the economist Celso Furtado, a leading development thinkers of this period in the country.

Keywords: intellectuals, developmentalism, Brazil

O presente trabalho corresponde à pesquisa em andamento no programa de Pós-Graduação da UFRGS em torno da participação dos intelectuais na discussão sobre os rumos e os sentidos que deveriam ser conferidos ao desenvolvimento econômico e social do país nas décadas de 1950 e de 1960. Nessa investigação, interpelamos Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado, na análise dos livros e artigos produzidos pelos mesmos durante esses dois decênios. Nesse momento, destacamos o caso de Celso Furtado e sua relação com o pensamento desenvolvimentista oriundo da CEPAL. Para isso, apresentamos inicialmente a constituição dos economistas no Brasil, a partir da década de 1930, enquanto uma nova elite dirigente; em seguida, destacamos o contexto econômico e os pressupostos teóricos do ideário cepalino com o surgimento da CEPAL no final da década de 1940. Por

¹ Doutorando em História pela UFRGS, bolsista CAPES.

fim, nos concentramos no itinerário político e intelectual de Celso Furtado, objetivando, com isso, ressaltar o seu papel na afirmação das idéias cepalinas no Brasil durante as décadas de 1950 e de 1960.

O estudo sobre Celso Furtado, assim como de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, está sendo baseado nas considerações de Jean-François Sirinelli sobre a história dos intelectuais. Segundo Sirinelli, situada no cruzamento da história política, social e cultural, a história dos intelectuais adota uma definição de intelectual com base na noção de engajamento na vida da cidade. Para isso, a “especialização”, ou, em outras palavras, o saber, legitima e mesmo privilegia a intervenção do intelectual no debate da cidade, o qual ele coloca a serviço da “causa” que defende. Uma definição que pode ganhar contornos mais precisos através da observação e cotejo de itinerários, em seu aspecto político e/ou intelectual, os quais podem permitir “desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais” (SIRINELLI, 2003, p. 245).

Uma nova elite dirigente no Brasil: os economistas

Segundo Maria Rita Loureiro, entre as décadas de 1930 e 1960 os economistas firmaram-se no Brasil enquanto elites dirigentes. Neste período, acentuou-se no cenário político um processo de expansão e centralização do controle da economia por parte do Estado, conjugado a transformação da informação técnica, com ênfase no saber econômico, em recurso político. Houve também o deslocamento dos centros de decisão para novas agências encarregadas da regulação e do planejamento econômico, como os conselhos técnicos do primeiro governo de Getúlio Vargas, os grupos executivos do governo Juscelino Kubitschek, e órgãos como o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938), o chamado “superministério”, que controlou o orçamento governamental durante todo o Estado Novo, a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito, criado em 1945, junto ao Banco do Brasil, com atuação importante na área monetária e cambial) e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952). Esses conselhos ficaram responsabilizados por elaborar estudos e sugerir políticas para os setores econômicos prioritários, como energia, transportes, recursos minerais, ou ainda relativa às finanças públicas. Além disso:

Constituindo-se em espaço privilegiado de decisão apropriado pelos técnicos [...] funcionaram também como escolas práticas de formação econômica diferenciada

para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento e desenvolvimento industrial (LOUREIRO, 1997, p. 24).

Nesse caso, os conselhos técnicos igualmente se destacaram enquanto espaço de formação e de disputas entre distintas perspectivas sobre o papel do saber econômico. No início dos anos de 1940 o campo dos economistas começou a apresentar um caráter mais definido com a polêmica estabelecida entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, posteriormente identificada como a “controvérsia sobre o planejamento econômico”. Sucintamente: de um lado, Roberto Simonsen propunha, como membro e relator do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC), a ampliação da intervenção estatal na economia através do planejamento e da adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras; de outro lado, Eugênio Gudín rejeitava, como relator da Comissão de Planejamento Econômico, as propostas de Roberto Simonsen e propunha reformas nas áreas monetária e fiscal e a atuação do Estado apenas em medidas corretivas das tendências desviantes do mercado. Independente do vencedor desse embate, que, na opinião de Maria Rita Loureiro, só produziu vencedores, iniciou-se, em face dessas polêmicas, “o processo de reconhecimento da competência do economista como interlocutor político” (LOUREIRO, 1997, p. 33).

Por sua vez, o predomínio das agências governamentais na formação de economistas deveu-se em grande parte ao fato de que os primeiros cursos superiores oficiais de economia no Brasil foram criados somente nos anos de 1940. Antes disso, o ensino de economia se restringia a algumas poucas disciplinas destinadas à formação cultural geral nos cursos de direito e engenharia, ou no ensino comercial profissionalizante. No entanto, no esteio das transformações políticas com o fim do regime oligárquico no Brasil, acentuou-se na década de 1930 o debate sobre a criação de universidade no país. No caso da economia, o primeiro projeto de uma faculdade nasceu com a reforma de Francisco Campos, em 1931, a qual pretendia criar uma faculdade de ciências políticas e econômicas no Rio de Janeiro. Contudo, além de nunca ter sido criada com tal nome, essa faculdade foi objeto de muita disputa entre diferentes grupos. Para um grupo de egressos de escolas de nível secundário de comércio e contabilidade e de faculdades particulares, os projetos universitários eram a oportunidade de obter status para seus cursos e prestígio social para sua profissão. Para um segundo grupo, com representantes como Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa Bulhões, os cursos universitários eram vistos como necessários à formação de uma nova elite dirigente encarregada da tarefa de

modernização do Estado. Nessa disputa, o segundo grupo acabou saindo vitorioso e, em 1945, foi criado no Rio de Janeiro a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, com o corpo docente recrutado entre estudiosos envolvidos nos problemas práticos na gestão da economia nos organismos governamentais:

Destacam-se as condições que propiciaram a vitória desse projeto. Embora o grupo que representava os interesses dos contadores e administradores organizados nos sindicatos de economistas profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo tivesse feito muitas pressões junto ao ministro Capanema, [...] os trunfos sociais de Gudín e Bulhões eram bem maiores. Além da privilegiada posição social, participavam dos altos escalões do governo Vargas [...] e tinham ainda ligações com os grupos de intelectuais envolvidos nos novos projetos universitários (LOUREIRO, 1997, p. 34-35).

No final da década de 1940 a equipe Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões passou a editar a Revista Brasileira de Economia por meio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição criada em 1944 por iniciativa de altos funcionários do primeiro governo Vargas interessados na formação de quadros para o aparelho do Estado. Nesta instituição, Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões formaram um sólido campo de pesquisas que ganhou em 1950 o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Em linhas gerais, o núcleo de pesquisas econômicas na FGV defendia a livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica. Esse foi o momento em que Celso Furtado começou a publicar seus primeiros trabalhos sobre economia, já na condição de membro da CEPAL. Ao compartilhar de idéias que defendiam a atuação do Estado na economia como protagonista no processo de industrialização, Celso Furtado sofreu severas críticas por parte dos economistas da FGV.

Diante das animosidades enfrentadas com o grupo de pesquisas da FGV, Celso Furtado envolveu-se na fundação do Clube dos Economistas, participando desse empreendimento Américo Barbosa de Oliveira, antigo redator-chefe da revista Conjuntura Econômica, também publicada pela FGV, e de onde saíra por divergências com os membros da instituição, e outros funcionários de agências governamentais, como Eduardo Sobral, Sidney Latini, Domar Campos, Evaldo Correia Lima e João Paulo de Almeida de Magalhães. O Clube dos Economistas, ao contrário dos economistas em torno da FGV, que tinha estreita vinculação com o governo federal e acesso a subsídios para suas atividades, teve dificuldades em obter recursos financeiros. Este grupo também não teve inserção sistemática em

instituições de ensino ou pesquisa. A maioria dos seus integrantes era diplomada em direito ou em outras áreas humanísticas, como sociologia, não tendo uma formação regular em economia, com exceção de Celso Furtado. Os trabalhos desses intelectuais eram efetuados basicamente sob a forma de ensaios, onde eram enfatizados os aspectos mais globalizantes da realidade econômica brasileira, “como desenvolvimento, pobreza e industrialização – vistos sob o foco da problemática nacionalista” (LOUREIRO, 1997, p. 47).

A cisão na atuação dos economistas exposta com o exemplo da FGV e do Clube dos Economistas foi sintomática da constituição dos economistas enquanto elites dirigentes. Da mesma forma, seus conflitos e divergências foram pautados, por um lado, por questões teóricas e, por outro lado, pela tentativa de influir nas decisões do Estado na aplicação de políticas econômicas no país.

Entre teoria e ação: o pensamento desenvolvimentista da CEPAL

Origem de inúmeros debates no Brasil em meados do século XX, o desenvolvimentismo pode ser definido como um “projeto” de superação dos problemas econômicos através da industrialização e do planejamento e apoio estatal. Gestado desde a década de 1930, esse “projeto” ganhou contornos mais definidos no país entre 1945 e 1964. No setor privado houve uma corrente de economistas que assumiram uma posição antiliberal e desenvolvimentista: eram favoráveis ao apoio estatal à acumulação privada, mas com posições variadas sobre o grau de sua participação nesse processo. Em relação à presença do capital estrangeiro na economia interna também não havia uma posição única e homogênea nessa corrente, sendo esses economistas de um modo geral favoráveis, desde que com certo controle. Essa corrente do setor privado teve entre seus representantes Roberto Simonsen e Nuno F. de Figueiredo, com núcleos de atuação na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Fiesp, e órgãos de divulgação em periódicos como *Estudos Econômicos* e *Desenvolvimento e Conjuntura*.

No setor público esteve uma corrente desenvolvimentista “não nacionalista”: os economistas dessa corrente eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcada preferência por soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais. Tinham ainda, em contraste com os desenvolvimentistas “nacionalistas” e em aproximação com os neoliberais, inclinação por políticas de estabilização monetária. Entre seus representantes estiveram Roberto Campos, Ary Torres e Glycon de Paiva, sendo um dos

seus principais núcleos de atuação o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e possuindo órgãos de divulgação como *Digesto Econômico* e *Carta Mensal*.

No setor público também existiu uma corrente de desenvolvimentistas “nacionalistas”: os economistas dessa corrente tendiam a dar preferência a inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização, como mineração, energia e transporte. No geral, esses economistas também se opunham a políticas de estabilização, por receio da recessão. Os principais núcleos de atuação dessa corrente foram o BNDE, a Assessoria Econômica de Vargas e o Clube dos Economistas, contando com representantes como Celso Furtado, Rômulo de Almeida e Américo B. Oliveira, e órgãos de divulgação em *Estudos Econômicos* e *Revista Econômica Brasileira* (BIELSCHOWSKY, 1995).

Celso Furtado definiu-se intelectualmente pela referência aos postulados teóricos do pensamento cepalino. Diante disso, priorizamos nos parágrafos abaixo a análise do ideário desenvolvimentista elaborado na CEPAL. Contudo, cabe frisar inicialmente, como informa Pedro Cezar Dutra Fonseca, que alguns dos postulados consagrados pelo pensamento cepalino já eram defendidos e divulgados na América Latina antes da CEPAL ser criada. Nesse aspecto, um trabalho importante da CEPAL foi ter organizado, sistematizado e apresentado dentro de cânones formais técnicos e científicos teses que já eram divulgadas de forma fragmentada. No caso do Brasil, por exemplo, houve desde o final do século XIX discursos no parlamento em prol da defesa de uma política protecionista favorável à indústria, como a do deputado Aristides de Queirós, em 1895, e críticas a doutrina do *laissez-faire*, como consta no boletim do Centro Industrial do Brasil, de 1903/1904, a qual era defendida como válida apenas para os países que estavam à frente no processo de industrialização. Ou seja, na América Latina, as idéias cepalinas tiveram profundos vínculos com a formação histórico-econômica destes países, praticamente acompanhando o seu processo tardio de industrialização. Um fato que dificulta compreender o estruturalismo cepalino como um novo paradigma, dado:

O amplo respaldo no contexto histórico – econômico, político e teórico – que lhe empresta sentido e razão de ser. Isto porque, entre outros motivos que certamente se pode adicionar, o pensamento estruturalista nunca pretendeu ter o necessário grau de generalidade para substituir o paradigma dominante: sua historicidade latino-americana impedia-o de ser teoria geral (FONSECA, 2000, p. 43).

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), responsável pela analítica histórico-estruturalista das economias subdesenvolvidas do continente, foi criada em 1948, com sede em Santiago do Chile, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas do ano anterior, em um contexto onde inúmeras economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização. A criação da instituição ocorreu diante dos protestos dos países latino-americanos pela sua exclusão do Plano Marshall, o qual previa a reconstrução da Europa no pós-guerra, e da falta de acesso aos “dólares escassos”, o que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região (BIELSCHOWSKY, 2000).

Os primeiros anos da CEPAL marcaram-se pelas pesquisas sobre as economias dos países da região, as quais resultaram no surgimento, por parte de seus membros, de um arcabouço teórico postulando as possibilidades e benefícios da industrialização para a América Latina. O economista argentino Raúl Prebisch foi responsável pela elaboração dos principais textos dessa instituição em sua fase inicial, onde foram reunidos pensadores como Celso Furtado, José Medina Echavarría, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel. No ano de 1949 apareceu o primeiro trabalho de fôlego da CEPAL, redigido por Raúl Prebisch: *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais*. Nesse texto, Raúl Prebisch ressaltou o momento de transição vivido pela economia de alguns dos países do continente:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho [...] Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. [...] Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial (PREBISCH, 1949, p. 71).

Essa afirmação opunha-se a teoria econômica clássica dos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho, na qual o fruto do *progresso técnico*² dos centros tenderia a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda nos preços

² Os termos que destacamos em itálico no corpo do texto se referem aos conceitos mais importantes elaborados no trabalho de Raúl Prebisch.

dos produtos manufaturados, em razão do aumento de sua produtividade, seja através do aumento correspondente da renda. Segundo essa teoria, aos produtos primários da periferia, de menor produtividade, resultaria um maior poder de compra conforme evoluísse a técnica nos centros, não precisando os países da periferia se industrializar:

A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. Se por coletividade entende-se tão-somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro (PREBISCH, 1949, p. 72).

Para Raúl Prebisch, o crescimento econômico da América Latina dependia do aumento da renda média per capita, baixa na maioria desses países, e do aumento de sua população. Esse objetivo poderia ser alcançado com o aumento da produtividade e da renda por trabalhador na produção primária, comparada à renda dos países industrializados que importavam parte da produção, o que tenderia “a corrigir a disparidade de renda provocada pela forma como o fruto do progresso técnico é distribuído entre os centros e a periferia” (PREBISCH, 1949, p. 116). Para o aumento de produtividade foi dado destaque à indústria, compreendida em sua capacidade na assimilação da técnica moderna:

A baixa renda que prevalece nas classes mais numerosas permitiu às de renda mais alta desfrutar de produtos manuais ou de tipos diferentes de serviços pessoais a preços relativamente reduzidos. À medida que vai aumentando a produtividade da indústria e melhorando a renda real per capita, essa população tende a se transferir naturalmente para as atividades industriais. Por mais que esse fato leve perturbação a alguns setores, ele é a forma típica de propagação, dentro de um país, dos benefícios do progresso técnico a todas as classes sociais, como já vimos ao relembrar a experiência dos grandes países industrializados (PREBISCH, 1949, p. 118).

Para estimular a industrialização, e em face dos problemas de escassez de capital, Raúl Prebisch defendeu a necessidade de uma política de desenvolvimento, o que abriu espaço nos seus textos e no de outros cepalinos para a defesa da participação do Estado na economia, no planejamento de uma infra-estrutura para a expansão industrial e na canalização dos recursos nacionais a essas atividades. Em um período onde países da América Latina vivenciavam as

transformações da industrialização via substituição de importações, as idéias da CEPAL “casaram-se” politicamente com projetos de vários governos do continente. No plano analítico, a mensagem cepalina, em seus contornos gerais, foi ao coração dos anseios de uma nova “teoria do desenvolvimento”, ou seja, uma formulação teórica independente, ou pelo menos adaptada, sobre a dinâmica econômica dos países da periferia.

Segundo Guido Mantega, mediante os postulados para o desenvolvimento industrial da Periferia, o pensamento cepalino adquiriu uma coloração nacionalista orientada para uma acumulação capitalista em base local. Porém, um nacionalismo que não hostilizou por completo o capital estrangeiro. Um exemplo: havia a necessidade em aumentar a massa de capital investido na substituição de onerosas importações de produtos industrializados, o que esbarrava na escassez de capital verificada na imensa maioria dos países latino-americanos. Diante disso, não houve uma frontal recusa por parte dos cepalinos ao capital estrangeiro, visto como importante para aumentar a taxa de investimentos e, conseqüentemente, a renda nacional, pelo menos até o momento em que as economias locais conseguissem um nível de poupança satisfatório para prosseguirem sozinhas (MANTEGA, 1985). Para Ricardo Bielschowsky, esse pensamento esteve “politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 07). Pedro Fonseca destaca no pensamento cepalino, “de ver o presente como momento de construção do futuro, assumindo-o como transição na expectativa de determinado futuro a ser conscientemente construído, [...] seu traço de modernidade” (FONSECA, 2000, p. 44). Dessa forma, a análise histórico-estruturalista da CEPAL tornou-se um poderoso instrumental teórico na defesa de um projeto de desenvolvimento.

Celso Furtado e o ideário desenvolvimentista da CEPAL no Brasil

Celso Furtado nasceu em 1920, na cidade de Pombal, no sertão paraibano, filho de Maria Alice Monteiro Furtado e Maurício de Medeiros Furtado. A sua origem familiar, no lado materno, provinha de grandes proprietários de terra da região e, no lado paterno, de uma família com tradição na magistratura. No final da década de 1920 seu pai foi nomeado Juiz de Direito na capital do Estado, o que levou a família a sair de Pombal. Além de funcionário público, Maurício Furtado era maçom e cultivava o gosto pelos estudos, possuindo em casa uma ampla biblioteca, espaço onde Celso Furtado adquiriu os primeiros conhecimentos intelectuais.

No começo dos anos de 1930 Celso Furtado iniciou os estudos secundários no Liceu Paraibano, concluindo, posteriormente, no Ginásio Pernambucano, no Recife. Incentivado pelo pai, Celso Furtado mudou-se em 1939 para o Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar um curso superior. No ano seguinte, ingressou na Faculdade Nacional de Direito. Nesse período, começou a trabalhar como jornalista na *Revista da Semana*, sendo aprovado em concurso público em 1943 no Departamento de Serviço Público (DASP), no Estado do Rio de Janeiro. Em 1944, ano de conclusão da faculdade de Direito, Celso Furtado foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira, indo servir na Itália no começo de 1945 (IGLÉSIAS, 1981).

Após o término da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), Celso Furtado dedicou sua atenção aos estudos na área econômica, indo para França, onde realizou doutorado, concluído em 1948, com tese sobre a economia colonial brasileira. Em obra autobiográfica, esse autor afirmou que os dois primeiros conjuntos de idéias que o influenciaram foram o Positivismo e o Marxismo. No caso do Positivismo, fruto do contato com os livros de um militar reformado parente de sua mãe. Dessa leitura, herdou a percepção de que “a primazia da razão, a idéia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso [...] me impregnou como evidente” (FURTADO, 1997, p. 15); Em relação ao Marxismo, essa aproximação deu-se na esteira do interesse pela História. Ao ler *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, passou a reconhecer como válido a atividade intelectual de buscar um sentido ao real e ver como histórica as formações sociais: “na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a idéia de que as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos” (FURTADO, 1997, p. 15).

No que diz respeito à economia, a abordagem marxista não ocupou uma posição de destaque no pensamento de Celso Furtado: “minha leitura de *O Capital* ocorreu quando meus conhecimentos de economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto” (FURTADO, 1997, p. 20). Celso Furtado teve maior proximidade com os postulados de Raúl Prebisch e do estruturalismo cepalino, como, por exemplo, os conceitos de Centro e Periferia e de Deterioração da troca dos termos de intercâmbio. Sobre isso, pode ser citado como exemplo o esquema teórico furtadiano sobre a especialização dos países latino-americanos na produção de bens primários apresentado no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961. Nessa obra, Celso Furtado argumentou que a especialização da economia latino-americana em produtos-primários se convertia em desvantagem na medida em que os países

centrais do sistema capitalista passavam a ser predominantemente produtores e exportadores de manufaturados. Por meio da desigualdade na relação de trocas no comércio internacional, instaurava-se um mecanismo de sucção do excedente econômico latino-americano por parte da economia dos países centrais, reiterando, para a região subdesenvolvida, a condição de produtores de bens primários (FURTADO, 1961).

Algumas das premissas do trabalho do economista inglês John Maynard Keynes, como a defesa do intervencionismo, de políticas de crescimento do produto e da demanda efetiva interna, influenciaram igualmente o pensamento de Celso Furtado sobre economia. A obra clássica desse autor, *Formação econômica do Brasil*, publicada em 1959, pode ser considerada uma leitura keynesiana da história do Brasil, ainda que contenha outras referências teóricas. Nesse texto, foi montado um esquema keynesiano para explicar a transição da economia exportadora do café para a economia industrial. Nesse esquema, Celso Furtado argumentou que, queimando o café, na década de 1930, o governo brasileiro manteve os níveis de renda interna e, ao mantê-los, preparou a transição para a industrialização. A economia industrial aparece como o resultado convergente de dois processos: a manutenção dos níveis de renda interna e a crise de divisas que, impedindo a importação de bens manufaturados, funcionaram como uma espécie de barreira alfandegária que protegeu os nascentes (ou em ampliação) ramos industriais que passaram a substituir as importações na oferta interna (FURTADO, 2003).

As idéias keynesianas e cepalinas influenciaram a formação intelectual de Celso Furtado, tornando-se a base do seu pensamento desenvolvimentista, o qual encontrou terreno fértil no Brasil dos anos de 1950, período profícuo não apenas em termos de transformações sócio-econômicas e efervescência nos movimentos sociais e políticos, mas também pela discussão teórico-metodológica que acompanhou ou mesmo orientou essa grande movimentação. As idéias econômicas foram marcadas pelo debate entre os partidários dos interesses agroexportadores e os interesses vinculados ao setor urbano-industrial. A controvérsia sobre o desenvolvimento econômico contrapunha, de um lado, uma corrente que defendia o liberalismo econômico e a “vocação agrária” do Brasil e, de outro lado, uma corrente intervencionista que pregava a industrializa o do país. Nesse contexto, as teses da CEPAL vieram dar substância e respaldar a corrente intervencionista no país, a qual tinha como um dos seus principais representantes Celso Furtado, membro da CEPAL desde o final dos anos de 1940.

Na conferência anual da CEPAL de 1953, realizada no Rio de Janeiro, defendeu-se explicitamente a planifica o para o desenvolvimento econômico. Nesse ano formou-se o

grupo misto BNDE-CEPAL, sob direção de Celso Furtado, com o objetivo de subsidiar com pesquisas a intervenção do Estado brasileiro na economia. O grupo misto BNDE-CEPAL realizou um diagnóstico da situação econômica brasileira e sugeriu a implantação de projetos de desenvolvimento que acabaram sendo à base do Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Esse foi o momento onde o pensamento desenvolvimentista cepalino obteve grande ressonância no cenário intelectual e político do país. Para Guido Mantega, o nacional-desenvolvimentismo cepalino foi importante no Brasil não apenas como instrumental teórico, mas também em face de sua aplicação prática:

Se por um lado esse ideário desenvolveu um veio crítico, que auxiliou a compreensão das “velhas” relações de produção ligadas ao passado agroexportador, e ainda começou a deslocar o eixo analítico para a dinâmica interna, por outro lado contribuiu ativamente para a implementação do capitalismo industrial, legitimando-o. Nessa medida, esse ideário tornou-se ideologia social, praticada e acreditada por diversas classes e frações de classe da sociedade brasileira (MANTEGA, 1985, p. 75).

No final da década de 1950 Celso Furtado retornou ao Brasil, onde assumiu uma diretoria no BNDE. Nessa instituição, e no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), amparado pela experiência que adquiriu como técnico da CEPAL, começou a elaborar pesquisas sobre os problemas da região mais pobre do país: o Nordeste, sua terra natal. Esse trabalho deu origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), constituído por representantes de órgãos do governo federal e pelos governadores de nove estados do Nordeste. Celso Furtado foi nomeado secretário-executivo do Conselho. No final de 1959, a política do governo federal para o Nordeste foi impulsionada com a aprovação pelo Congresso Nacional de lei que criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE foi instituída com sede em Recife, sendo Celso Furtado seu primeiro superintendente, por nomeação do presidente Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Aspásia Alcântara Camargo, “a consolidação do projeto SUDENE parece derivar [...] de uma área de centro-esquerda, de orientação tecnocrático-modernizante” (CAMARGO, 1996: 165). Com a SUDENE o Estado percebeu de forma mais precisa os focos de miséria dos camponeses, compreendido até então como “questão de polícia”. A nova conjuntura histórica reorientou a percepção do Estado sobre o social, assim como o próprio

pensamento e trabalho de Celso Furtado, ao conferir ao ideário desenvolvimentista uma conotação reformista:

Uma nova mentalidade emerge à cena política com a tomada de consciência que se delineia ao final do período juscelinista, favorável a amplas reformas de estrutura – as reformas de base – entre elas, à frente delas a integração das camadas rurais ao processo econômico – o desenvolvimento – e político – a cidadania (CAMARGO, 1996, p. 167).

Celso Furtado foi nomeado em 1962 ao posto de Ministro do Planejamento, sendo responsável pela elaboração do Plano Trienal, no qual propôs reduzir o índice de inflação, mantendo ao mesmo tempo um índice de crescimento e, conjuntamente, introduzir reformas que eliminassem barreiras institucionais (educacionais, agrárias, administrativas), que permitissem, em termos sociais e econômicos, um desenvolvimento mais equitativo. Porém, qual a razão para todas essas medidas? Guido Mantega apresenta uma resposta: no princípio dos anos de 1960, começou a ser percebido que muitas das promessas do desenvolvimentismo cepalino não estavam tendo concretude. No caso do Brasil, a instalação de um parque industrial, com razoável capacidade de autopropulsão, não estava sendo suficiente para melhorar as condições de vida da maioria da população. Um fator explicativo dessa “falha” pode ser encontrado na ausência, nos trabalhos da CEPAL, de uma explanação detalhada de como se difundiria a riqueza e o bem-estar para toda a população, levando a crer que isso se efetivaria de forma automática e espontânea, como decorrência inevitável da industrialização, do aumento do emprego urbano e da produtividade. Um ponto que evidenciaria, segundo Guido Mantega, a proximidade da teoria cepalina com um dos marcos teóricos fundamentais da economia política clássica ou neoclássica. Para ambas, o capitalismo conseguiria, com maior ou menor interferência do Estado, difundir por si só o progresso social (MANTEGA, 1985).

O agravamento dos problemas econômicos, somado ao aumento das tensões sociais e políticas em torno das Reformas de Base do governo João Goulart, inviabilizou a execução do Plano Trienal. Celso Furtado deixou o Ministério do Planejamento em 1963, reassumindo a Superintendência da SUDENE em Recife. No entanto, suas atividades foram abruptamente interrompidas com o golpe civil-militar de 1964. Retirado do comando da SUDENE, Celso Furtado também viu seu nome aparecer na primeira lista dos cidadãos com direitos políticos

cassados por dez anos, apresentada pelo novo governo em 04 de abril de 1964. Pouco depois, partiu para o exílio.

Considerações finais

O itinerário político e intelectual de Celso Furtado nas décadas de 1950 e de 1960 pode ser considerado representativo de um contexto onde os economistas caracterizaram-se pela produção de um saber voltado ao exercício de atividades públicas. Sem uma distinção clara e precisa entre ambas atividades, essa circunstância contribuiu no desenvolvimento da atividade intelectual permeado por uma postura de engajamento. No caso de Celso Furtado, sua postura teórica, fruto do contato com a CEPAL, contribuiu na luta pela industrialização e participação do Estado nesse processo, exemplificado nos cargos públicos que ocupou na SUDENE e no Ministério do Planejamento, por exemplo, assim como no “sentido” desenvolvimentista que conferiu as transformações econômicas e sociais em curso no país. No começo dos anos de 1960, essa perspectiva adquiriu um caráter reformista de cunho social, sobressaindo-se, nessa trajetória, um papel ativo na difusão e aplicabilidade das idéias da CEPAL no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. 02 vols. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: GOMES, Ângela Maria de Castro [et all]. **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens teóricas do pensamento da CEPAL. In: POLETTI, Dorivaldo Walmor (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Obra autobiográfica**. Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis, RJ: Polis/Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

OS INTELLECTUAIS CONTRA O INTIMISMO À SOMBRA DO PODER: BREVES NOTAS SOBRE O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NOS ENSAIOS DE CARLOS NELSON COUTINHO (1967-1974)

Ricardo Rodrigues Alves de LIMA¹

Resumo: O presente trabalho investiga a produção intelectual desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho entre os anos de 1967 e 1974, momento em que juntamente com jovens intelectuais como Leandro Konder desenvolvia no interior do PCB uma política cultural, sobretudo inspirado em Lukács, a qual projetava o intelectual como um ator decisivo na luta de classes. Palavras-Chave: intelectual, Lukács, luta de classes.

Abstract: This study investigates the intellectual production developed by Carlos Nelson Coutinho between the years 1967 and 1974, when together with young intellectuals such as Leandro Konder developed a cultural policy for the PCB, especially inspired by Lukács, which projected the intellectual as a decisive actor in the class struggle.

Keywords: intellectual, Lukács, class struggle.

Introdução

Um dos aspectos provavelmente mais desafiadores para a análise histórica da produção intelectual é a de desvendar os nexos que esta estabelece com a luta de classes, particularmente se esta produção é voltada para a análise literária e também para a crítica cultural em geral. Assim sendo, cabe a questão: a crítica literária, a crítica teórica e a crítica cultural em geral realizadas pelos intelectuais correspondem a aspectos da luta de classes num dado momento histórico?

O presente trabalho visa precisamente analisar um momento da trajetória de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro entre os anos 1960 e 1970 que empreenderam a luta de classes por meio da crítica literária e cultural. Neste caso, seriam aqueles intelectuais que, por meio de uma “batalha das idéias”, buscaram projetar uma política cultural para o PCB durante o regime militar brasileiro (1964-1984) e definir o

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Bolsista Capes.

próprio papel dos intelectuais no quadro mais amplo da luta de classes que ocorria no país no período².

Um dos intelectuais mais expressivos dessa corrente foi Carlos Nelson Coutinho, autor aqui selecionado para a análise exatamente por ter sido um dos que melhor empreendeu, no interior do PCB, a luta política por meio da crítica literária, cultural e teórica no período. No entanto, apesar do debate sobre sua obra envolver principalmente seu ensaio mais conhecido, *A Democracia como Valor Universal* (1980), escrito sob a influência da cultura política do Partido Comunista Italiano (PCI), o foco da presente análise está voltado para o período da produção teórica desse autor entre os anos de 1965 e 1974, quando, sob a inspiração de autores como Lukács e Goldman, voltou-se mais detidamente para a crítica literária e cultural do que propriamente à crítica da política brasileira sob inspiração gramsciana (como nos anos 1980).

O resgate do sujeito e a crítica ao estruturalismo

Um aspecto importante na produção de Carlos Nelson Coutinho é a crítica que empreendeu às concepções estruturalistas que marcaram o debate intelectual durante a vigência do regime militar no Brasil. Num ensaio dedicado a Carlos Nelson Coutinho no livro *Intelectuais Brasileiros e Marxismo* (1991), Leandro Konder apresenta uma importante pista para o entendimento do universo político e intelectual presente no universo acadêmico brasileiro dos anos 70 sob a influência do estruturalismo:

O estruturalismo ameaçava "desistoricizar" a nossa produção numa hora em que nós estávamos sendo rudemente desafiados a compreender a história que outros estavam fazendo conosco, a fim de podermos reagir contra ela e passarmos a fazer - libertariamente - a nossa própria história. (KONDER, 1991, p. 120).

Para uma geração de marxistas marcada pela desilusão provocada pelo brusco corte aplicado às esperanças surgidas no pré-64, levar o marxismo a sério seria utilizá-lo para compreender a gênese daquela configuração política e social deflagrada após o golpe e mapear as possibilidades de sua desconstrução e superação. Tornava-se primordial, contra os

² Autores como Santos (1994) caracterizam essa corrente de intelectuais como "renovadores". Em linhas gerais corresponde a um grupo de jovens intelectuais que ingressariam no PCB a partir dos anos 1960, como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Werneck Vianna, e que definiriam sua identidade no interior do partido a partir da crítica ao stalinismo e da defesa da democracia como elemento não apenas tático, mas estratégico na luta política.

positivismos de todos os matizes, a valorização da noção de sujeitos e de suas relações no fazer história, da dialética. Alguns dos novos influxos teóricos na cena cultural brasileira nos anos 60, proporcionados em boa medida pela crise do stalinismo de fins dos anos 50, como Lukács, Gramsci ou mesmo Sartre, forneceram munição para que os jovens intelectuais renovadores dessem vazão a esse anseio. Uma das correntes que renasciam naquele momento com diversas conotações e em oposição ao estruturalismo francês e ao stalinismo era a corrente humanista, que ganhava espaço no marxismo com a divulgação de vários dos escritos de juventude de Marx, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. O enfoque humanista buscava valorizar a concepção do homem como um ser social criativo, surpreendente e capaz de lutar contra os grilhões materiais e espirituais gerados na modernidade capitalista.

Polemizando com diferentes versões do estruturalismo presentes na cultura brasileira dos anos 60, especialmente nas Universidades, Carlos Nelson Coutinho mostrava-se em sintonia com a concepção humanista:

Uma análise humanista de nossa época coloca a nu a mutilação da praxis pela manipulação, a necessária irracionalidade de uma vida voltada para o consumo supérfluo e humanamente insensato. Uma visão concretamente historicista revela as possibilidades de mudança e transformação latentes, embora dissimuladas pelas aparências fetichizadas que se pretendem imutáveis. A dialética, finalmente, denunciaria a contradição entre um mundo aparentemente "organizado" (com os meios de uma razão burocrática) e a irracionalidade objetiva do conjunto da sociedade, superando assim os limites de uma "razão" que se concentra nas regras, nos meios, enquanto abandona como incognoscível o conteúdo e a finalidade da vida e da sociedade. (COUTINHO, 1972, p. 60)

Trata-se de uma passagem do seu livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, publicado em 1972, mas que já estava pronto dois anos antes, tendo encontrado muitas dificuldades para vir a público devido às condições colocadas pelo regime militar aos seus opositores (KONDER, 1991). De todo modo, a mensagem do texto é precisa, tratando-se de combater todas as formas ideológicas que produzissem um discurso fatalista por meio de categorias de análise que recobrem o papel da ação humana no fazer história, criando, pelo poder da argumentação, uma realidade coisificada e refratária à intervenção. Este tipo de discurso, do qual o estruturalismo era a principal expressão no momento, poderia conduzir aqueles que se envolvem pelo seu raciocínio pretensamente científico a uma postura passiva ante a realidade, aceitando um "protagonismo dos fatos", conforme a definição de Gramsci.

A convicção dos jovens intelectuais ligados ao PCB era a de que esse tipo de visão científica e ideológica tinha seu trânsito facilitado pela própria ação do regime militar. Segundo Leandro Konder:

estávamos convencidos de que os setores menos obtusos da ditadura facilitavam a incorporação das posições estruturalistas pela Universidade, pelo mundo da cultura, como modo de ocupar um espaço em que havia brotado e do qual poderia voltar a brotar o marxismo. (LESSA; PINASSI, 2002, p. 173).

É importante observar também a importância direta de Lukács como referência principal no combate ao estruturalismo, como se pode notar em alguns trechos das correspondências entre Konder (LK), Coutinho (CNC) e Lukács (LKS) entre outubro de 1967 e fevereiro de 1968.

LK a LKS (1967): "Meu amigo Coutinho me disse que já lhe mandou o livro dele, uma coletânea de ensaios na qual ele supera o relativismo historicista sem escorregar para o estruturalismo e se pôr contra a história. É um feliz acontecimento. Estamos, agora, numa dupla polêmica: contra o irracionalismo dito "de esquerda" e contra o estruturalismo neopositivista." LKS a LK: "[...] Tenho a impressão de que a incipiente crise ideológica no Ocidente fez do estruturalismo uma grande moda; ao que parece, ele é visto como uma arma contra as concepções históricas dos fenômenos sociais. E tal tendência deve ser combatida pelos marxistas desde o início." CNC a LKS (1968): "Quanto às suas preocupações com o estruturalismo (que compartilho inteiramente), devo lhe dizer que esta perigosa moda já está muito difundida entre nós, particularmente em sua versão althusserina. Liga-se estreitamente a essa influência de Althusser a penetração das posições "esquerdistas" de seu discípulo Régis Débray." LKS a CNC: "[...] No que se refere ao estruturalismo, creio que não terá uma vida muito longa: mas se trata hoje do maior obstáculo para um desenvolvimento do marxismo". (LESSA; PINASSI, 2002, p. 150-153)

Além disso, o estruturalismo no exterior já se apresentara numa versão combinada com o marxismo, como o ilustrava o pensamento de Althusser, tendo receptividade no Brasil. O perigo neste caso seria o de utilizar as categorias de análise legadas pelo marxismo sem a mediação da dialética, conforme a proposta de autores como Marx e Lukács, convertendo-as também em parte de um discurso que não concebe a práxis humana senão como reflexo dos arranjos estruturais existentes em cada sociedade. Fator essencial para a discussão aqui

empreendida é que a perda da concepção dialética da história decorrente da incorporação do estruturalismo impossibilitaria compreender um problema chave para o marxismo brasileiro dos anos 70, ou seja, o de como se processa a relação entre o historicamente novo – o mundo capitalista industrial - e o historicamente velho – o mundo do latifúndio e da superexploração do trabalho – na história brasileira. Numa crítica dirigida ao mesmo tempo a Foucault e Althusser, Coutinho vai direto ao tema:

No lugar da concepção da história como história global, como totalização, como síntese dialética de contínuo e descontínuo, surge a imagem - althusseriana - de uma "história" fragmentada em séries dotadas de temporalidade própria, na qual domina a categoria da descontinuidade. (COUTINHO, 1972, p.151).

Nesta metodologia, presente tanto em Foucault quanto em Althusser, a qual opera cortes entre os tempos históricos, fica ausente a dimensão da transição numa formação histórico-social, considerado problema central à época - tendo em vista que naquela conjuntura o enigma a ser decifrado na história brasileira para intelectuais vinculados ao marxismo era o de como se processava a revolução burguesa no país sem o rompimento com o passado, o que era sugerido pelo pacto conservador entre novas e antigas classes dominantes no interior do Estado brasileiro.

Ainda no campo teórico e de discussão de como o marxismo fora absorvido pelos jovens intelectuais renovadores no interior do PCB, há um fator da maior relevância para a sofisticação das análises sobre o papel dos sujeitos na história. Mais uma vez seguindo a leitura humanista e lukacsiana de Marx, Carlos Nelson Coutinho vai considerar a categoria trabalho como essencial para a análise materialista do real:

A categoria central da ontologia marxista — o núcleo daquele "metabolismo" — é o trabalho. [...] No trabalho, portanto, manifesta-se o "ser homem do homem", o modo ontológico peculiar da especificidade humana. Althusser discorda radicalmente dessas posições; ironiza, considerando-a "humanismo abstrato", simples "ideologia", a tese hegeliana — assimilada e desenvolvida por Marx e Engels — do trabalho como essência do homem. E isso ocorre porque, em sua "leitura", Althusser empobrece a concepção marxista do trabalho, despojando-a de qualquer especificidade humana. (COUTINHO, 1972, p. 212)

É precisamente a afirmação sobre a centralidade do trabalho nas relações humanas um dos pressupostos na consideração da classe operária como o ator principal da mudança social

no sentido da superação do capitalismo. Como se percebe pela passagem acima, a centralidade do trabalho, seguindo uma interpretação de Lukács, será outro aspecto da confrontação teórica ao estruturalismo, entendido no contexto brasileiro como a expressão ideológica do regime militar que permeava o universo acadêmico e o próprio marxismo.

Porém, para além da vinculação entre trabalho e classe operária como sujeito histórico, o que se destaca na produção de Coutinho e na crítica ao estruturalismo é a proposição do intelectual como sujeito atuante na histórica e com um peso decisivo na luta de classes. Tal aspecto, segundo a interpretação aqui sustentada, torna-se mais nítida na crítica literária por ele realizada entre os anos 60 e 70.

Os intelectuais e o intimismo à sombra do poder

Do ponto de vista teórico, uma característica importante na análise teórica desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho durante a vigência do regime militar foi a incorporação da noção de via prussiana como um paradigma explicativo de situações históricas na qual não ocorre a ruptura definitiva com as classes dirigentes oriundas de um passado agrária, conforme já havia sido elaborado por Lênin na análise da questão agrária (EUA x Alemanha) e por Lukács na análise do desenvolvimento histórico alemão. Assim, numa analogia com o caso brasileiro, Coutinho vai afirmar que

O caminho do povo brasileiro para o progresso social - um caminho lento e irregular - ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de "via prussiana" para o capitalismo. [...] Esse fato, decerto, tem profundas repercussões negativas também sobre a formação e o caráter da intelectualidade brasileira. Desenvolveu-se entre ela, praticamente desde os inícios do Brasil independente, uma forte tendência a situar-se naquilo que Thomas Mann, referindo-se aos intelectuais alemães, chamou de "intimismo à sombra do poder". (COUTINHO,1974, p.3-4).

Como se percebe na passagem acima, a preocupação do autor não é propriamente com o desfecho da questão agrária, como em Lênin, mas com o tema dos intelectuais, o que é significativo para o tema aqui proposto. No plano dos influxos teóricos, a passagem acima expressa a força da penetração das idéias de Lukács naquele momento, absorvidas de um "ângulo brasileiro" (KONDER, 1991) e no intuito de decifrar os enigmas da formação histórica brasileira. Lukács não era novidade para Coutinho, que desde o início dos anos 60

buscava construir seu marxismo em sintonia com o pensamento do marxista húngaro. Por outro lado, e aí pensando nas questões tático-estratégicas, a incorporação da hipótese "prussiana" por intermédio de Lukács vinha demarcar o alvo para a ação de uma política cultural, responsabilidade a cargo da jovem intelectualidade pecebista. Tratava-se de um momento diferenciado para o conjunto da esquerda brasileira, pois a questão democrática passaria a ganhar cada vez mais peso em relação à questão nacional, tendo uma clara incidência na interpretação da história do Brasil.

Assim, o uso da noção de via prussiana como hipótese teórica ligava-se na verdade à intenção de definir o lugar e o papel dos intelectuais diante da ação perversa – excludente, truculenta e autoritária - das classes dirigentes no Brasil, em especial nos duros anos 70. Este projeto, que Coutinho desenvolveria especialmente com o amigo Leandro Konder, já estava explícito nos ensaios de *Literatura e Humanismo* (1967), no qual afirmava o compromisso dos intelectuais marxistas com o humanismo, tradição anterior ao próprio marxismo e por este aprofundada, diante das reiteradas formas de alienação exacerbadas no período de predomínio do capitalismo:

Herdeiro do grande humanismo clássico, o marxismo aponta para a formação de uma humanidade unitária e de um homem harmônicamente desenvolvido; ele não faz senão — mas este "senão" é tudo — concretizar e materializar as aspirações seculares da humanidade em sua luta contra a alienação. Em suma, não é necessário se sair da sociedade para criticá-la; é no seu próprio interior que surge a classe social cuja práxis é a dissolução do capitalismo, de todas as suas conseqüências anti-humanas, e cujo ângulo crítico-prático deve ser o dos intelectuais que lutam realmente pela extinção da alienação humana. (Coutinho, 1967, p.21).

A ênfase no tema dos intelectuais não vinha do acaso, estando, ao contrário, ligada à própria posição que os jovens intelectuais da corrente renovadora ocupavam nos anos 60 no interior do PCB, sendo os responsáveis, na divisão de tarefas estabelecida pelo Partido, pela elaboração de sua política cultural e não necessariamente da estratégia de ação política do PCB. Daí o envolvimento de vários deles, especialmente os de orientação lukacsiana, com temas como literatura e artes. Leandro Konder, por exemplo, publicara *Os marxistas e a arte* (1967), além de ensaios sobre a questão da alienação e sobre autores como Kafka. Este ponto está bem esclarecido em entrevista concedida por Carlos N. Coutinho e Leandro Konder:

CNC: É, aceitamos uma certa divisão do trabalho: definíamos a política cultural (nós, o Gullar, o Vianinha, o Wernequinho [Luiz Werneck Vianna], o Moacyr [Félix], o Ênio [Silveira]), mas a política tout court continuava a ser monopólio da direção partidária. Ou seja: conseguimos fazer passar Lukács, Gramsci etc. Mas na linha política stricto sensu não nos intrometíamos. LK: E eles agradeciam. CNC: Quando resolvemos nos intrometer, no final dos anos 1970, a coisa deu no que deu... (LESSA; PINASSI, 2002, p.171).

Vale ressaltar que nesta última fala, Coutinho se refere à disputa interna no interior do PCB que culminou na saída do Partido, no início dos anos 80, de vários membros vindos da corrente renovadora, inclusive a dele. De todo modo, naquele momento compreendido entre os anos 60 e início dos anos 70, antes da fuga para o exílio do Comitê Central do PCB em 75, o campo de ação envolvia principalmente o plano cultural, o que eles mais tarde chamariam de "batalha das idéias". Segundo a perspectiva desses intelectuais, tratava-se de combater todas as vertentes culturais irracionais na literatura, nas artes e nas ciências humanas, responsáveis pela difusão da alienação e ocultamento do papel dos sujeitos na história, ao mesmo tempo em que se mapeava na história do pensamento social brasileiro e internacional aqueles autores e correntes identificados a uma perspectiva humanista e marxista. No combate interno, ou seja, no campo do próprio marxismo, o alvo era o stalinismo, identificado como uma forma irracionista que se fundira ao marxismo e anulava o pensamento dialético. A linha filosófico-humanista seria a ponte para o retorno à dialética.

Por trás da preocupação com o tema dos intelectuais estava, no fundo, uma inquietação com a definição de sua própria identidade e de sua atuação em relação ao partido e às classes subalternas. A construção desta identidade dependeria, no plano teórico, da solução de alguns problemas-chaves, o que também seria decisivo na própria formulação de uma política cultural para o Partido. Um dos problemas colocados pela análise de Coutinho era o da tibieza de uma "cultura progressista popular e nacionalmente integrada" (COUTINHO, 1967) no Brasil. A formação da identidade dos intelectuais voltados para o socialismo deveria necessariamente envolver a incorporação de uma anterior cultura humanista, da qual a expressão mais avançada seria o marxismo:

Este problema da assimilação crítica da herança, importante para qualquer cultura, assume no Brasil uma urgência e uma dimensão ainda maiores. Quando um povo possui tradições nacionais autenticamente progressistas, o seu fechamento com relação à cultura universal pode não apresentar, pelo menos de imediato, um perigo

muito sério. Mas para um país como o Brasil, caracterizado pela ausência de uma cultura progressista popular e nacionalmente integrada — o que é fruto da ausência de uma revolução democrática e efetivamente popular em nossa história, bem como da secular separação entre intelectualidade e o povo-nação — este fechamento levaria necessariamente a um estancamento e mesmo a uma involução do nível ideológico do povo brasileiro. (Coutinho, 1967, p.6).

Naquele momento, uma das principais referências para a nova geração de intelectuais pecebistas na assimilação de uma herança humanista e progressista era, como já observado, Lukács. A mencionada assimilação de uma herança humanista, em sentido lukacsiano, seria portanto o "ponto de partida para a construção de uma nova cultura brasileira democrática e nacional-popular"(COUTINHO, 1974, p.56), projeto a ser levado adiante pelos intelectuais por meio da política cultural, de modo a corrigir a separação entre intelectuais e povo. Mas para definir melhor os caminhos desta política, fazia-se necessário explicar quais os obstáculos legados pelo passado e como se situam os intelectuais no terreno da formação social brasileira. Até porque, é a definição da singularidade de uma formação social o ponto orientador da assimilação de uma cultura universal. Segundo Leandro Konder:

Nosso grande empenho era a política cultural. Nós, eu e o Carlito [Carlos Nelson Coutinho], sempre pensávamos num certo uso das idéias filosóficas no plano da ação política; nosso campo de trabalho era, sobretudo, a política cultural. E, nesse terreno, acho que Lukács deu realmente uma contribuição importante. Trata-se de um autor que, no campo marxista, associa cultura e participação política com muito vigor. Ele sempre chamou a atenção para a questão da herança, para aquilo que devemos assimilar do passado, o que é fundamental para evitar uma posição acrítica do vanguardismo, do novo pelo novo. (LESSA; PINASSI, 2002, p.172)

No ensaio *Literatura e Humanismo* a particularidade brasileira é apenas indicada por Coutinho ao referir-se à ausência de uma revolução democrática e popular na história brasileira — a percepção desta inexistência, aliás, não era novidade no campo das interpretações sobre o país. Mas pode-se notar neste apontamento uma visão da formação brasileira como uma realidade fragmentária, dispersa, o que está simbolizando precisamente no distanciamento dos intelectuais em relação ao "povo-nação".

Caberia aprofundar este ponto, o que virá alguns anos mais tarde no ensaio *O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira* (1974). Como o próprio Coutinho salienta no início do texto, o significado de Lima Barreto para a cultura e a literatura

brasileiras só é perceptível se relacionado ao quadro do desenvolvimento histórico e social do país. Precisamente aí ganhará sentido para a discussão da realidade brasileira a noção de via prussiana, pois por meio dela se explicitará o corte produzido pelas classes dominantes no caminho brasileiro à modernidade, situando os intelectuais numa posição "intimista" em relação ao poder estabelecido e impedindo a difusão e formação de uma cultura progressista e democrática no interior das camadas populares:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. Como consequência desse "modelo" de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um "destino fatal", inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição — igualmente equivocada — de que aquela mudança resulta tão-somente da ação singular de "indivíduos excepcionais". No quadro desse profundo divórcio entre o povo e a nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular. (Coutinho, 1974, p.3).

A observação sobre a percepção fatalista da história difundida pela via prussiana remete novamente a Lukács, especialmente à pesquisa histórica que fez sobre as raízes do irracionalismo moderno e sua relação com o desenvolvimento histórico alemão. Exatamente o tipo de pesquisa à qual Carlos Nelson Coutinho procurava dar seqüência, tendo por objeto a produção cultural e intelectual brasileira e a incidência de modernas correntes irracionalistas sobre ela – como no caso do estruturalismo, analisado no anteriormente. Mas com uma peculiaridade significativa, pois o que estava no centro da reflexão sobre a via prussiana no quadro do regime militar brasileiro não era a questão agrária, como em Lênin, ou a questão nacional, como em Lukács, mas a questão democrática. Esse novo deslocamento pode ser percebido na exemplificação de Carlos Nelson Coutinho ao salientar os desdobramentos da conciliação entre o novo e o velho no "plano imediatamente político", com a exclusão da participação popular no *fazer história* por meio de um "reformismo pelo alto".

No ensaio *O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira* (1974), Carlos Nelson Coutinho utiliza a hipótese da via prussiana como apoio para explicar duas questões: primeiro, por que na literatura brasileira não havia uma continuidade com o realismo, que alcançara grande expressividade em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; segundo, o que

levava a maioria dos intelectuais brasileiros a situarem-se numa posição de "intimismo à sombra do poder", mesmo aqueles que demonstravam um inconformismo declarado com a realidade do país. O estudo sobre Lima Barreto também apresentava uma ligação direta com o projeto de política cultural concebido por Coutinho e os jovens intelectuais renovadores. O objetivo era resgatar um importante expoente do pensamento crítico brasileiro, reatando os laços com os representantes da herança humanista no Brasil e mapeando uma embrionária "cultura brasileira democrática e nacional-popular" (COUTINHO, 1974).

Lima Barreto era um autor realista e na perspectiva lukacsiana o autêntico realismo é justamente uma expressão estética que explora e trabalha com as contradições sociais no fazer arte, sendo esta uma questão central à dialética marxista. Além disso, diferentemente dos anteriores autores brasileiros representantes do realismo, como Machado de Assis e Manuel Antonio de Almeida, Lima Barreto é um homem contemporâneo à formação da República no Brasil, tendo participado dos primeiros embriões de organizações culturais exteriores ao Estado, como a imprensa operária (COUTINHO, 1981). Num ensaio posterior, já sob forte influência gramsciana, Coutinho esclarece esse ponto

Lima é o primeiro grande intelectual brasileiro a se beneficiar dessa maior explicitação das contradições sociais entre nós, dessa primeira (ainda que incipiente) tentativa de organizar a partir de baixo a vida política e cultural brasileira. Lima publicou grande parte de sua produção cultural, sobretudo jornalística, nessa nova imprensa operária que surgia em sua época. E em seu principal romance, o Policarpo Quaresma, Lima faz uma crítica demolidora da sociedade brasileira, atingindo-a em seu ponto talvez mais típico: no modelo de desenvolvimento "prussiano", "pelo alto", que o florianismo e o militarismo (tema central do romance) encarnavam tão bem. (COUTINHO, 1981, p.102)

Ao contrário de muitos outros escritores brasileiros, esse autor fornecia, portanto, a perspectiva de um intelectual situado na esfera da sociedade civil, ainda que embrionária, e com uma certa independência do raio de ação do Estado brasileiro —este um alvo constante da crítica dos renovadores pecebistas. Por meio de um procedimento que pressupunha uma homologia entre a formação social do período e o painel social e os tipos humanos retratados na obra de Lima Barreto, Coutinho visualiza para o leitor e pelas lentes do escritor as deformações humanas provocadas pela forma como o capitalismo emergia na sociedade brasileira. Assim, vai descortinando as determinantes da via prussiana na formação brasileira sugeridos e criticados pela narrativa realista desse autor, como a burocracia estatal e o

bonapartismo militar, em especial no seu principal livro, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, como perceptível na passagem a seguir:

com efeito, o que interessa a Lima, na totalidade extensiva da sociedade brasileira, são aquelas conexões capazes de expressar, do modo mais significativo possível, os traços do "modelo prussiano" que pretende combater. Esquemmatizando um pouco, poderíamos dizer que essas conexões expressivas, tal como se configuram no universo do Policarpo, são a burocracia (que aparece concretamente, no romance, não apenas na representação do mundo das relações burocráticas, mas também através das deformações que esse mundo impõe a vários personagens secundários) e o bonapartismo militar (ou, mais propriamente, aquela manifestação de "transformação pelo alto", enquanto formas sociais voltadas para a eliminação do papel das massas populares na criação da história, aparecem como conexões essenciais da "via prussiana" e, desse modo, manifestam-se igualmente - de forma acentuada e típica - na vida social brasileira. (COUTINHO, 1974, p.37)

O bonapartismo militar, inclusive, seria uma "conexão essencial" da via prussiana dos ciclos militares dos anos 30 e 40, 60 e 70, cuja origem Coutinho capta, através do olhar de Lima, no período de formação da República. Dado o enfoque humanista que sobressai nesta fase do autor, a ênfase é dada à maneira trágica como o país ingressara na modernidade capitalista, não ocorrendo nessa passagem a liberação do potencial humano aprisionado pela estrutura colonial, como ocorrera em alguns países europeus em relação ao feudalismo. Ao invés disso, se teria a manutenção da situação de alienação e pobreza material e espiritual de grande parte da população, configurando uma verdadeira miséria brasileira. Tal tragédia já havia sido assinalada, segundo Coutinho, por Machado de Assis:

Não há dúvida de que Machado já percebe o modo pelo qual os elementos capitalistas modernos penetram no velho mundo semifeudal; mais que isso, indica como essa penetração, longe de representar uma ampliação dos horizontes humanos, contribui para reforçar — na medida em que se processa nos quadros da "via prussiana" — a miséria humana objetiva da vida social brasileira. (COUTINHO, 1974, p.16)

As implicações desumanas dessa via prussiana que se insinuava sobre a sociedade brasileira estariam expressas no fenômeno da bizarrice, representado na trajetória do personagem Policarpo Quaresma, um herói em busca de valores autênticos num mundo degradado e que na luta para preservar o núcleo de sua humanidade diante de um mundo

hostil, tem esse mesmo núcleo esfacelado, encontrando na excentricidade das atitudes, a bizarrice, sua única saída:

é precisamente através dos seus traços bizarros que Policarpo Quaresma eleva-se à universalidade concreta do autêntico tipo romanesco realista, ou seja, converte-se em "herói problemático". (...) Enquanto tipo bizarro, Policarpo Quaresma torna-se o símbolo das contradições humanas impostas pela "via prussiana" seguida pelo Brasil: através da figuração do seu miserável destino, Lima concretiza — com meios especificamente artísticos — uma demolidora e implacável crítica àquela sociedade que condena ao ridículo, à extravagância e à bizarrice as mais profundas e autênticas inclinações do nosso povo no sentido da realização humana e, mais concretamente, da realização humana através da participação criadora no melhoramento da sociedade. (COUTINHO, 1974, p.35)

Policarpo é assim um homem que não encontra meios de colocar seu potencial e talento à sociedade em que vive. A via prussiana é desenhada como uma espécie de gaiola de aço que vai traçando um círculo fatal ao redor daqueles que buscam construir o país a partir "de baixo". Em seu conteúdo, ela seria, nessa primeira perspectiva desenvolvida por Coutinho, essencialmente uma via unilateral de desenvolvimento. Há expansão econômica, mas o potencial humano contido principalmente entre os subalternos permanece aprisionado.

Esse modo de desenvolvimento que situará grande parte dos intelectuais brasileiros numa posição de intimismo à sombra do poder, não visualizando possibilidades de intervenção sobre o curso trágico da sociedade brasileira, até mesmo por não conceberem um ator que o fizesse. O intimismo revelava-se como uma herança negativa do passado colonial brasileiro, em que prevalecendo a condição do trabalho escravo os intelectuais faziam de sua cultura um meio de diferenciação e status social, distanciando-se da classe social que era o sustentáculo daquela formação social e se integrando ao aparelho de Estado como meio de sobrevivência. No plano da produção intelectual e artística, os intelectuais intimistas acabam por realizar, em expressão lukacsiana, uma "apologia indireta do existente" (COUTINHO, 1974), deixando de lado em sua obra as contradições sociais constitutivas da realidade brasileira em sua essência. Assim ocorria, por exemplo, com os românticos brasileiros e a perspectiva de fuga da realidade que animava em geral os seus romances, ou os naturalistas e o reducionismo da condição humana a uma fatalidade, um puro reflexo do meio ambiental e

biológico³. Modernamente, o estruturalismo e o seu cientificismo que, por meio dos conceitos que constrói, apresenta um mundo fetichizado e regido unicamente pela lógica cega das estruturas.

Da visão intimista decorrem ou a resignação completa dos intelectuais em face da realidade ou a crença de que a mudança virá da ação de um indivíduo iluminado, dotado de capacidades excepcionais:

a visão do mundo de Policarpo está longe de libertar-se das deformações impostas pela sua bizarrice e pelo seu isolamento (no plano subjetivo) e pela "prussianização" da sociedade brasileira (no plano objetivo). Em vez de enxergar num caminho democrático-popular, numa autêntica transformação "por baixo", a solução para os problemas que pressentia, Policarpo — em sua falta de vinculações concretas com a vida social — começa a se tornar entusiástico defensor de "um governo forte até a tirania". Em outras palavras: o major "descobrirá" — e, em sua bizarrice, assumirá com seu exacerbado pathos subjetivista — a problemática da "revolução pelo alto", ou seja, da típica modalidade de transformação social nos países que seguem a "via prussiana". Essa modalidade implica na crença de que alguns indivíduos excepcionais, ou quando muito uma elite esclarecida, podem substituir — enquanto sujeito histórico — as massas populares, que se supõe condenadas à apatia e à ignorância. (COUTINHO, 1974, p. 40-41)

A via prussiana de desenvolvimento desencadeada pela ação das classes dirigentes brasileiras potencializaria essa visão intimista entre os intelectuais e as classes subalternas por manter o distanciamento entre esses dois segmentos, perpetuando a fragmentação da sociedade vinda dos tempos da Colônia. Conseguindo anular, no processo de mudança social, o fortalecimento da sociedade civil. Nesse sentido, a conceituação da realidade brasileira como resultado de uma via prussiana, estando ausente uma revolução nacional-democrática, vem apenas reforçar e dizer de um outro modo algo que já havia sido afirmado de diferentes maneiras nos documentos do PCB, ou por autores como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., isto é, a expansão capitalista no Brasil não promovera a integração do conjunto da população à vida nacional. Quanto a isso, há continuidade em Coutinho com uma tradição anterior do pensamento social brasileiro, a diferença começaria a aparecer na explicação desse fato, dando-se mais atenção agora ao pacto conservador que fundamentara a ação do Estado

³ Segundo Coutinho: "as contradições sociais e humanas, fruto das vicissitudes histórico-concretas de nosso país, aparecem no naturalismo como produto de uma "fatalidade" ambiental e biológica, sobre a qual a ação efetiva dos homens não teria nenhum poder". (COUTINHO, 1974, p.7).

na formação brasileira ⁴. Era a questão democrática sendo conduzida ao núcleo da reflexão sobre o país.

Voltando a Lima Barreto, sua importância estaria não apenas em ter representado em sua narrativa os traços deformadores e desumanos da via prussiana, mas também pela recusa à postura intimista e à constante procura por alternativas ao círculo fatal traçado pelas classes dominantes. Segundo Coutinho, embora ainda não visualizasse um sujeito coletivo capaz de se opor à via prussiana, Lima traça em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* alguns tipos humanos situados à margem da vida econômica e que conseguem minimamente preservar uma ética e dignidade pessoais, seu núcleo humano, diante da miséria material e espiritual que prevalece ao seu redor. Disto seriam exemplos os personagens Ricardo Coração dos Outros, o poeta, e Olga. Retomando Goldmann, diz o autor:

Lucien Goldmann, analisando o fenômeno da reificação, observou muito corretamente: "O desenvolvimento da produção capitalista fundado sobre o fator puramente quantitativo do valor de troca eliminou progressivamente a compreensão dos homens para os elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural. A sensibilidade para tais elementos tornou-se cada vez mais o privilégio 'dos poetas, das crianças e das mulheres', ou seja, dos indivíduos situados à margem da vida econômica". A conservação do núcleo humano em Olga, a sua sensibilidade para os problemas éticos, têm suas raízes nessa possibilidade marginal contida no desenvolvimento do mundo da alienação; desligada da vida econômica, Olga consegue afirmar eticamente a sua interioridade, colocando em segundo plano as mesquinhas considerações de interesse egoísta. (COUTINHO, 1974, p.50)

Nesse sentido, há na obra de Lima Barreto a perspectiva de superação da via prussiana através da ação dos sujeitos:

O caráter participante do realismo de Lima impunha-lhe a busca de alternativas concretas, a elaboração de uma perspectiva de superação, através da criação estética de tipos e de destinos humanos. No quadro da estagnação social da Primeira República, era bastante difícil, sem cair na utopia romântica, encontrar

⁴ Marco Aurélio Nogueira, autor que também fez parte da chamada "corrente renovadora", sintetizou bem a preocupação daquela geração que produzira sob a mira do regime militar: "O objetivo era explícito: explicar de que modo a mudança capitalista brasileira - diferentemente da clássica via popular francesa ou da "via russa", mas também da "via prussiana" seguida pela Alemanha - obteve impulso não de movimentos políticos de caráter societal (empreendidos seja por massas organizadas, seja por *junkers* modernizantes), mas sim do protagonismo estatal, verdadeiro agente de uma revolução burguesa que se faz através de um moderado e conciliador ajuste de contas com o passado colonial" (NOGUEIRA, 1998, p. 277)

figuras humanas positivas capazes de representar essa alternativa. O movimento operário, como vimos, já era suficiente para fornecer ao romancista um "ponto de Arquimedes" situado fora do "caminho prussiano", ou seja, para lhe fornecer uma base ideológica histórico-universal para a sua crítica radical de nossa sociedade. Mas essa base ainda era na época suficientemente abstrata. (COUTINHO, 1974, p.47)

Eis a preocupação constante do marxismo, reposta nesse início de século: "achar" "o ponto de Arquimedes" por onde promover e dirigir a mudança. Era essa também a questão para o marxismo nos anos 70 no Brasil. O "ponto de Arquimedes" é o elemento orientador não apenas da ação, mas também o fio condutor da interpretação histórica, conferindo sentido à mesma. Embora nunca fizesse da classe operária seu objeto próprio de estudo, Coutinho, em sintonia com o marxismo de Lukács a identifica claramente com o sujeito central da transformação. Esse, portanto, o sentido da retomada da discussão sobre a via prussiana nos anos 70. Tal conceito vai ganhando sentido à medida que o autor vai recompondo os obstáculos construídos pela ação das classes dominantes na formação social brasileira, em especial no âmbito do Estado, à participação autônoma e transformadora das classes subalternas na história—processo sintetizado pelo conceito via prussiana. O que especifica a produção de Coutinho nesse conjunto de interpretações que aqui apresentamos é a sua constante preocupação em demarcar os constrangimentos postos aos intelectuais. Os sujeitos que animam a sua produção teórica.

Considerações finais e questões para o avanço da pesquisa

Conforme a análise realizada acima, o conceito via prussiana, convertido em hipótese explicativa da particularidade brasileira, é requerido por Coutinho para dar visibilidade ao alvo de ação dos intelectuais identificados ao socialismo e à democracia. É o processo a ser desconstruído e superado. Voltando ao importante ensaio sobre Lima Barreto, Coutinho percebe nesse autor a expressão de uma vertente crítica, humanista e nacional-popular que não encontrara no período de formação da República brasileira um ator que lhe desse expressão e, muito menos, uma continuidade sólida no campo da cultura. No plano expositivo, a analogia ao caminho prussiano, oposto ao democrático-popular, viria ilustrar as razões desse fato, pois essa via impôs uma descontinuidade a toda e qualquer manifestação humanista e democrática que emergisse, promovendo um desenvolvimento unilateral e

contrário à efetiva integração nacional, operando um corte entre intelectuais e o povo e anulando a ação destes por meio de transformações promovidas "pelo alto":

nos países que seguiram uma via democrática de desenvolvimento, nos quais a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e unitário, a literatura apresenta também uma marcada continuidade: os novos escritores tomam sempre como ponto de partida, ainda que para superá-los dialeticamente, os problemas e as soluções encontrados por seus antecessores. (...) Uma continuidade desse tipo inexistente nos países que adotaram a "via prussiana" como forma de desenvolvimento. Em primeiro lugar, isso decorre da radical separação entre os intelectuais e o povo; em segundo, da fragmentação e da heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história. (COUTINHO, 1974, p.11-12).

Seguindo a sugestão de Lukács, o conceito é ampliado para além do campo estrutural, descortinando também as manifestações ideológicas que marcam a cultura brasileira e impedem a difusão de uma cultura democrática e nacional-popular. Revelando uma preocupação maior em apanhar os momentos de formação da esfera supra-estrutural, da sociedade civil brasileira, ou seja, em mostrar os efeitos da via prussiana sobre os intelectuais e as classes sociais, em especial a difusão de uma concepção fatalista da história.

Logo, a crítica literária desenvolvida por Coutinho sobre Lima Barreto revela-se como crítica política e como projeto para os intelectuais e seu papel na luta de classes, no que se responde afirmativamente à questão elaborada no início do texto. Porém, mais significativa que esta conclusão é a indagação de pesquisa que ela aponta, ou seja, pode-se sustentar a hipótese de que a produção intelectual de Coutinho no período de 1967 a 1974 representa o nexo entre o legado teórico de Lukács e o projeto nacional-democrático elaborado pelo PCB ao longo das décadas de 1940 e 1950 e que teria continuidade por meio do próprio projeto político cultural formulado pelos intelectuais renovadores no interior do partido? Ou ainda, seria a obra de Coutinho a expressão da tentativa dos intelectuais de projetarem-se como dirigentes no campo da esquerda brasileira nos anos 1970?

A resposta a tais indagações pode trazer pistas importantes para a análise da condição do intelectual na sociedade brasileira contemporânea e do papel histórico que desempenhou recentemente na esquerda brasileira e na própria luta de classes.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Carlos N. **Literatura e Humanismo**: ensaios de crítica marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: **Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura no Brasil. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, v.10, 1981.

KONDER, Leandro. **Intelectuais Brasileiros e Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LESSA, Sérgio; PINASSI, Maria. O. (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGUEIRA, Marco A. *As possibilidades da política*: idéias para a reforma democrática do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Raimundo. **O Pecebismo Inconcluso**: escritos sobre idéias políticas. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Sociedade Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1994.

A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): PROCESSO, SENTIDO E DESDOBRAMENTOS

Tereza Cristina Pires FAVARO¹

cristina_gyn@hotmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é discutir aspectos da política agrária implementada no Governo maurista. Com a construção de Brasília e de rodovias interligando os centros urbanos nacionais, tornou-se imperioso para esse governo reorganizar o espaço agrário de Goiás, para contrapor-se ao atraso e à pobreza, por meio da modernização com adoção de métodos científicos de organização, e à infiltração comunista no campo. Isso implicou a criação dos Combinados Agrourbanos - ocupação de terras devolutas situadas no norte do estado por famílias de camponeses - Desse modo, não contrariou os interesses das elites agrárias, ao preservar a estrutura fundiária tradicional, sem operar a desapropriação de terras, consistindo em estratégia para o controle social e a reprodução das relações de dominação, com vistas a acelerar o processo de expansão capitalista do agro goiano.

Palavras-chaves: Política agrária em Goiás; Mauro Borges; Capitalismo.

Abstract: This article aims at discussing the aspects of the agrarian policy implemented in the Government maurista's. With the building of Brasilia and the roads connecting the national urban centers, it became imperative for this govern to reorganize the agrarian area of Goiás, to interpose the poverty and backwardness through modernization and the adoption of scientific methods of organization, and to communist infiltration in the countryside. It resulted in the creation of the Agro-Urban Combined - occupation of vacant land in the northern of the state by farm workers families. Thus, it didn't contrary the interests of the landed elite of Goiás once it preserved the traditional agrarian structure, without operating lands expropriation, consisting of a strategy for social control and reproduction of relations of domination, aiming at accelerating the process of capitalist expansion of Goianos agro-business.

Keywords: Agrarian policy in Goiás; Mauro Borges; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Os estudos empreendidos em relação ao Governo Mauro Borges asseguraram contribuições significativas para o entendimento das bases nas quais se assentou essa gestão,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História/UFPA

bem como a ideologia e a ação institucional que buscou para contrapor à tradição política de Goiás, arraigada na oligarquia, na política clientelista. As articulações políticas foram construídas em torno do discurso da modernização do Estado de Goiás. Para isso, colocou na ordem do dia o planejamento, a mobilização popular e o intervencionismo estatal, com vistas a instituir mecanismos de aceleração do capitalismo no estado.

Mauro Borges se elegeu governador adotando um discurso mudancista, contra o atraso, a lógica do favor, pelo “nacionalismo e desenvolvimentismo”. Nacionalismo, entendido como austeridade e lisura no trato da gestão e do dinheiro público; desenvolvimentismo, como bem-estar, com paz social para toda a sociedade. Sua ascensão ao poder foi relevante para este estado. O perfil de Mauro, militar de carreira², obcecado pela ideia de progresso, de modernização e de desenvolvimento, justificou todo o arcabouço institucional construído em seu governo, centrado no Planejamento e direcionado ao fortalecimento da organização administrativa, da expansão dos serviços, com identificação das necessidades e ação coordenada em diversas áreas.

Engajado nas questões de seu tempo, Mauro Borges, com apoio de seu pai, Pedro Ludovico Teixeira, e do Partido Social Democrático (PSD), elegeu-se governador e retoma o processo iniciado por Pedro Ludovico, nos anos 30, que projetou Goiás nas trilhas da modernidade, com transformações e mudanças. Nesse sentido, Goiás, que emerge nos anos 30, tem no governo de Mauro Borges a expressão maior do processo de mudança, em que a racionalidade administrativa, articulada ao desenvolvimentismo, intenta sobrepor-se às administrações tradicionais que imperavam em Goiás.

O Governo Mauro Borges aconteceu no contexto da Guerra Fria, da expansão do capitalismo. O Brasil vivia os ventos da mudança, o rito da passagem para o mundo urbano e industrial, a celebração do *progresso*. A temática política girava em torno da ideologia do desenvolvimento, do progresso e da necessidade de adotar uma política de aceleração do crescimento econômico, no sentido de superar as condições de atraso e atingir a prosperidade, com apoio dos investimentos externos.

O Estado brasileiro, nesse sentido, formulou e executou uma política econômica em direção a um modelo de desenvolvimento de internacionalização da economia brasileira, deflagrado por Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1960), por meio do chamado Programa de Metas. Resguardadas as proporções, esse Programa embasou o *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás*, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (RJ).

² Cursou a Escola Militar do Realengo (RJ) e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (RJ)

Colocado em prática por Mauro Borges, o Plano, expressou uma crítica à ineficácia da forma tradicional de governar, propondo como solução o fortalecimento do papel do gestor, ou seja, respaldar o controle burocrático pela adoção de princípios modernizadores da gestão. No âmbito ideológico, o Plano era a tradução do pensamento político da época. Ao delinear as linhas de atuação, constituiu-se um instrumento valioso de propaganda do governo e de formação de uma cultura política pelo viés do Planejamento.

O Plano de Desenvolvimento Econômico, denominado *Plano Mauro Borges*, foi considerado arrojado para o contexto, com proposituras para reestruturação das atividades administrativas, modernização da agricultura e da pecuária, reforma agrária, transportes, estradas, comunicação, energia elétrica, turismo, saúde, educação, assistência social, armazenagem, indústrias básicas. Como afirma João Bernardo (2009; 1998; 1979), são condições estruturais necessárias à expansão capitalista, essas áreas denominadas *Condições Gerais de Produção (CGP)*, o que demonstra que a finalidade das políticas públicas neste contexto, estava voltada para a promoção do crescimento econômico e da aceleração capitalista.

A proposta de reorganização das estruturas do governo, para torná-lo capaz de trilhar os caminhos da modernização, implicou a concentração de todas as ações políticas e econômicas no poder executivo, sob a justificativa de assegurar eficiência e racionalidade às ações. O Plano MB teve o reconhecimento e empenho do PSD para sua aprovação, ainda que para alguns pedessistas sinalizasse o fim das práticas clientelistas das *cotas pessoais*. Além disso, assegurou o apoio de forças não convencionais à política tradicional, como operários e estudantes.

O governador Mauro Borges introduziu o concurso público para o preenchimento de vagas na administração pública de Goiás, mas também recorreu a técnicos goianos que realizavam estudos na Fundação Getúlio Vargas (RJ), que, ao término dos cursos, foram contratados para colaborar na execução do Plano de Desenvolvimento Econômico, sob a alegação de que a modernização exigia profissionais capacitados.

A gestão de Mauro Borges não ficou imune ao populismo. No entendimento do professor Francisco Rabelo (1978), o populismo adotado por Mauro Borges não foi aquele utilizado comumente pela maioria dos políticos - uma estratégia para assegurar a manutenção do poder; ao contrário, suas práticas “populistas” davam-se taticamente, com vistas a obter respaldo para o Plano de Desenvolvimento Econômico.

A partir de então, assentaram-se as bases para as mudanças administrativas, necessárias para dar vazão aos ideais de construir uma gestão centralizada, hierarquizada,

moderna, coesa, envolvendo a formação de um aparato que atuasse em todo o estado, em diferentes áreas, a fim de superar o atraso e assegurar a inserção da economia goiana nos marcos do desenvolvimento nacional.

Buscou-se, até aqui, uma breve contextualização do Governo Mauro Borges e da conjuntura na qual estava inserido. Para a finalidade deste artigo é feito um recorte de análise na política agrária adotada por esse governo, mais especificamente os Combinados Agrourbanos.

1 OS COMBINADOS AGROURBANOS: DO SONHO CAMPONÊS A REALIDADE CAPITALISTA

A dinâmica que atingiu a infraestrutura de Goiás decorreu da *Marcha para Oeste* (1948-1964), lema político do Estado Novo de Getúlio Vargas - converter lavradores pobres em bandeirantes da nova ordem -, proposta como diretriz de integração territorial para o país, ao assegurar a ocupação e desenvolvimento do interior do Brasil, garantia de mercado interno e também estratégia de segurança nacional, com o propósito de deslocar o excedente populacional para o Centro Oeste. Com isso, o desenvolvimento capitalista estava em marcha. Dentro das propostas previstas com esse intuito estavam: criação de colônias agrícolas, construção de estradas, reforma agrária e incentivo à produção agropecuária de sustentação. Tais propostas motivaram a vinda de milhares de pessoas para Goiás em busca de um pedaço de terra. Em 1945 foi criado, no município goiano de Ceres, por iniciativa do governo federal, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (GANG), dentro da proposta de ocupação e interiorização do país, a partir do Centro-Oeste. Constituiu-se na primeira experiência de colonização planejada em Goiás, atraindo migrantes e assegurando a ampliação da força de trabalho destinada à agricultura. (DAYRELL, 1973).

Atualizando a proposta de ocupação e interiorização, para a expansão da *fronteira agrícola* para o Centro-Oeste, entre 1950-1960, o governo federal investiu em obras de relevo, ao deslocar para essa região grandes projetos agropecuários e integrar a economia regional ao eixo dinâmico do capitalismo, como: a construção da rodovia Belém-Brasília, garantindo à interligação dos centros urbanos, a ampliação da produção agrícola, a emergência de novos núcleos urbanos e o crescimento demográfico, a construção de Brasília, expressão maior da proposta desenvolvimentista de JK, marco da modernidade, do desenvolvimentismo e da urbanização.

A despeito do processo de ocupação e interiorização ocorrido em Goiás, como desdobramento, o estado foi marcado pela efervescência da organização dos camponeses, expresso na luta pela terra, como foi o caso de Trombas e Formoso (1948 a 1964), região de terras férteis e devolutas. Fundou-se ali, a Associação de Lavradores de Trombas e Formoso com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na região os camponeses construíram suas casas e cultivaram suas roças. No entanto, a modernização do campo com a extensão das condições objetivas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias despertou o interesse dos fazendeiros por mais terras. Essa realidade desencadeou conflitos entre camponeses e grileiros, que tomaram proporções com repercussão nacional. Os camponeses se organizaram em Conselhos de Córrego - assim denominados por aglutinarem posseiros que compartilhavam áreas banhadas pelos mesmos córregos - a partir de núcleos, onde se planejavam as ações voltadas para a organização da produção e a comercialização. Atuavam no controle de entrada e saída de posseiros, para impedir a disputa de terras.

Surgiram então as Associações e Cooperativas. Talvez a experiência mais significativa - e mais duradoura - cultivada pelos camponeses tenha sido a *rede de vizinhos* que se organizavam a partir dos cursos d'água que recortavam o cerrado em busca do vale do Tocantins. Estruturaram, a partir dela, uma eficiente forma de autogoverno, para responder aos desafios da produção e da defesa de suas lavouras contra grileiros, jagunços e a polícia, nos momentos mais agudos do conflito. Desse movimento emergiram lideranças de projeção estadual e nacional como José Porfírio, Geraldo Marques, Nego Casseiro e outros (COELHO; BARREIRA, 2007; GUIMARÃES, 1983).

A Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso deliberava a partir das decisões emanadas dos Conselhos do Córrego. Em face das articulações, mobilização e legitimidade era bastante assediada pelos políticos. Na eleição para o Governo de Goiás, em 1960, a plataforma de Mauro Borges (PSD) contemplava demandas da Associação, como a regularização das terras mediante a entrega dos títulos definitivos, os trabalhadores rurais acreditaram que teria espaço para realizar seu projeto político. Enfim confiando na adoção de uma política para a resolução dos conflitos, que colocaria fim as perseguições impostas por grileiros e fazendeiros.

Na eleição de Mauro não houve apoio formal da Associação nem do PCB, o que PEREIRA (2006) considerou fator importante para a vitória maurista, tendo em vista a formação de Goiás, de bases conservadoras e oligarcas. Contudo, recebeu apoio de parcela

dos camponeses, além de haver construído alianças políticas com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, informalmente, com o movimento estudantil.

A dinamização da região, os conflitos sociais no campo, mostraram na disputa eleitoral ao Governo de Goiás ser imperiosa a “reorganização do espaço agrário goiano” (ESTEVEES, 2011, p.56). Nesse entendimento, e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Econômico, o Governo maurista contratou a assessoria do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro/ETPAR³ (com sede no Rio de Janeiro) para elaborar um estudo referente à situação agrária de Goiás. As diretrizes apontaram para a reformulação agrária a partir da modernização do agro e da retomada da política de colonização agrícola, com a criação de novos núcleos, visando operar em Goiás a modernização capitalista, e também conter os conflitos no campo e a infiltração comunista.

Naquela conjuntura, a contratação de assessorias de escritórios técnicos foi uma prática utilizada por alguns governos estaduais, para a realização de estudos e projetos. Além do mais, a atuação política desses escritórios e de sua “elite técnica” ao elaborar estudos sob a ótica do planejamento e da concepção empresarial de administração pública, pautada na eficácia técnico - científica, na racionalização, buscava assegurar condições necessárias por meio de “(...) reformas nos aparelhos estatais e formulação de políticas públicas afeitas, para viabilizar a expansão do capital industrial associado aos interesses transnacionais atuantes no Brasil.” (ESTEVEES 2011, p. 13).

A saber, a proposta de intervenção para o desenvolvimento e modernização do agro goiano compreendia: o desenvolvimento técnico com empreendimento de mecanização da agricultura e fomento à produção capitalista para o sul de Goiás, próximo à fronteira com a região sudeste do Brasil; Colonização com bases cooperativistas, com ocupação de terras devolutas situadas no norte do estado, por meio de colônias agrícolas, sob a gestão estatal.

No entendimento de Esteves (2011), esses princípios identificavam com a proposta de intervenção na agricultura formulada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁴ ao apontar soluções eminentemente técnicas para a questão agrária, com a adoção de um eficiente aparato técnico envolvendo planejamento, procedimentos administrativos racionais

³ Engenheiro e economista, fundador do Serviço de Planejamento da Fundação Brasil Central (1944), Diretor executivo da Fundação Getúlio Vargas (1944/45), assessor técnico da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); membro fundador e diretor do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), assessor técnico e coordenador do Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto da Terra (Gov. Castelo Branco) e presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1965 (ESTEVEES, 2011).

⁴ O minucioso trabalho de Dreifuss (1981) é uma preciosa fonte de consulta sobre o IPES.

capazes de assegurar a modernização do setor. Despolitizando assim, a questão agrária e contrapondo as propostas de reforma agrária formulada pela esquerda brasileira.

O IPES era uma entidade anticomunista, sofisticada e com pretensões científicas no entendimento de Moniz Bandeira (1977) que aglutinava empresários brasileiros, ligados aos interesses do capital internacional, políticos, intelectuais, profissionais liberais e militares. E, conforme atesta Dreifuss (1981, p.164), se por um lado, em seu estatuto afirmava a intenção de contribuir para a solução dos problemas nacionais, promover a educação cultural, moral e cívica do indivíduo, por outro, na prática escancarava a face oculta que articulava uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, com manipulação de opiniões e guerra psicológica, ao se opor à estruturas populistas, ao executivo nacional-reformista, ao comunismo e as forças sociais populares. “Um verdadeiro partido da burguesia”.

Essas considerações em torno do IPES são importantes na tentativa de apontar o projeto maior em curso, no qual a proposta de modernização do agro em Goiás estava inserida, mediada pela atuação dos tecnocratas vinculados aos escritórios privados de consultorias, que constituíram em “(...) espaços estratégicos de articulação e sistematização de demandas” para formular “(...) projetos privados de classe a serem universalizados mediante conversão em políticas públicas por agências estatais” (ESTEVEVES 2011, p. 16).

Para implementar a política agrária conforme diretrizes apontadas pelo ETPAR, o governo maurista criou o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), agência responsável pelas ações de promoção das transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais da agropecuária goiana para “cumprir a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e democrática” (IDAGO, 1963).

A presidência do órgão inicialmente foi ocupada por Archimedes Pereira Lima⁵, depois coube a um militar, o Coronel do exército Petrônio Maia Vieira do Nascimento Sá, que como gestor, organizou, comandou e controlou. De maneira incontestemente legitimou e efetivou as estratégias necessárias à consolidação do projeto político-ideológico para assegurar o progresso e a modernização do agro, com ênfase na técnica, e na defesa da ordem pública, controlando as agitações no campo e combatendo o inimigo - o comunismo.

Nesse sentido, o depoimento do governador Mauro Borges é elucidativo:

As agitações rurais encontradas em curso por meu governo e proteladas em suas soluções por administrações passadas, e outras promovidas por elementos suspeitos

⁵ Foi presidente da Fundação Brasil Central, agência instituída no Estado Novo destinada a promover a ocupação das regiões despovoadas do centro-oeste brasileiro, dentro da proposta da *Marcha para o Oeste*. (ESTEVEVES, 2011)

para tumultuar a vida do Estado, como em Trombas, Formoso, Porangatu, Juçara, Salobrinha, Itaporã, Canuana, Gurupi e Almas, foram energicamente debeladas, estabelecendo-se por vias legais e atendendo a princípios sociais, a verdadeira paz social na maioria da localidade mencionada (2006, p. 48).

Sem dúvida, o IDAGO, com prestígio político e autonomia, executou o planejamento, a organização e o controle, tornando-se o protagonista da modernização do agro, proposta pelo Governo Mauro Borges, com o auxílio direto de outros órgãos, como: Cia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), Cia de Armazéns e Silos do Estado (CASEGO), Cia de Abastecimento do Estado de Goiás (CIAGO) e Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (EFORMAGO). Contou ainda com a “participação inestimável do Serviço Geográfico do Exército” (TEIXEIRA, 2006, p. 47).

Dentro da proposta de reforma agrária, a colonização agrícola implantada pelo Governo Mauro Borges tinha por fim “levar prosperidade ao homem rural [...] não será oferecida como prenda numa bandeja, paternalisticamente”, mas, de maneira efetiva, assegurando condições necessárias para que “o esforço de homens pobres, doentes, analfabetos em sua maioria possa ser vitoriosos” e atingir, assim, “a realização econômica social”. Em documento, afirma-se que a finalidade da reforma agrária somente é alcançada com a melhoria dos índices de produtividade agropastoris; isso implica afirmar que tal melhoria está na “razão direta do progresso da tecnização agrícola”, com adoção de medidas como revolvimento (mecânico) da terra, adubação, combate a erosão, irrigação se possível, seleção de sementes, defesa sanitária, colheita, armazenagem e ensilagem, “comercialização (envolvendo somas vultuosas de dinheiro)”. A proposta governamental era “transformar o homem rural [...] fazer uma revolução agrícola, conduzindo a uma verdadeira mudança social” (IDAGO, 1963).

Nesse entendimento, implementar a reforma agrária seria contrapor-se ao atraso e à pobreza advindos da agropecuária arcaica, por não utilizar de métodos científicos de organização e fazer uso intensivo da força humana, do manejo de técnicas agrícolas consideradas rudimentares e artesanais em relação às técnicas mais modernas, tais como o uso da enxada, a queimada, o arado de tração animal. Com baixa produtividade, produzia-se somente o necessário para a subsistência familiar.

Por meio da modernização da agropecuária, com utilização de técnicas, insumos, mecanização da lavoura, buscou-se a obtenção de maior produtividade, de competitividade, de maiores lucros. A modernização da agricultura atende a lógica capitalista. É importante

destacar que, no contexto da década de 1960, esse processo se concretizaria, com a instalação, no país, de um parque industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, necessários à intensificação produtiva (ESTEVAM, 2004).

Os objetivos proposto deixa transparecer o sentido ideológico desta modernização. À luz dos argumentos de Marx (1988), a perpetração no campo expressa a subordinação da agricultura à lógica industrial. Isso demanda afirmar as alterações provocadas nas relações de trabalho, na produção agrícola e na forma de propriedade da terra. O modo de produção orientado para a subsistência é superado pelo capitalista, ou seja, os produtos perdem a natureza de utilidade para a vida, como alimentos e valores de uso, ao se transformarem em mercadoria, capaz de produzir valores de troca, o que se traduz na questão central, a acumulação e valorização do capital.

Nas palavras de Esteves (2011, p. 57), a idéia da reforma agrária associada ao atraso embasava um discurso reformista e expunha uma preocupação social. Nesse sentido, a superação da pobreza, das situações fomentadoras de conflitos agrários, dependia de uma ação governamental capaz de implantar um aparato tecnológico na agricultura, englobando “desde insumos agrícolas industriais à disciplinarização do trabalhador rural através da educação e do cooperativismo”.

Nos moldes proposto pelo ETPAR, a colonização contrapunha-se ao o modelo distributivista. Para sua efetivação, foram criados os Combinados Agrourbanos (CAU), carro-chefe da gestão maurista, constituídos por quatro núcleos coloniais semelhantes: A, B, C, D, e uma URBS (área urbana, cidade). Áreas ABCD: 1.300 alqueires geométricos ou 6.300 hectares cada uma delas dividida em 200 lotes agrícolas de 30 ha. (um lote para cada família). Área R: composta de uma vila - Rurópolis -, destinando-se, em cada núcleo, área para construção de 200 casas residenciais para famílias de colonos, com água e eletricidade, e também escola primária, posto médico, cooperativas de produção de insumo, centro social, quadra de esporte, templo religioso. A Compra e venda dos produtos, efetivadas por cooperativas. Foram instaladas sucursais da CAESGO, CASEGO e patrulha agrícola mecanizada na localidade (IDAGO, 1963).

Os Combinados Agrourbanos, identificados como “novo procedimento científico”, basearam-se nas experiências de Israel com o cooperativismo⁶, com intuito de atender as

⁶ Orientado pelos modelos israelenses de cooperativismo identificados como: Kibutz (altamente socializado, tanto na produção quanto no consumo); Moshav Ovdim (mais liberdade de produção e de consumo); Moshav Shitufi, beneficiando-se dos elevados índices de produção dos kibutzim e do maior liberalismo de consumo dos

necessidades do campesinato, e superar as condições de subdesenvolvimento das regiões de Goiás. Para seus idealizadores, os Combinados deveriam promover a “integração regional e nacional de comunidades segregadas”, e ser um elemento harmônico dentro das particularidades e características do nosso meio físico e rural (TEIXEIRA, 2006, p.64).

A proposta inicial sinalizava para a criação do Combinado Agroubano em três regiões: CAU1, no município de Arraias, CAU2, no município de Tocantinópolis; e CAU3, no extremo norte goiano, em Araguacema. O primeiro Combinado foi implantado em Arraias, à margem do rio Palmas, a 600 km de Goiânia, ocupando uma área de 6.500 alqueires, terras cobertas de mata, topografia plana, compreendendo a Fazenda Suçuarana e parte da Fazenda Caatinga. Três fatores foram preponderantes para a implantação do CAU1, a saber: primeiro, região longínqua; segundo, previsão de construção de uma usina hidrelétrica; e terceiro, a possibilidade de obter terras planas a preço baixo (IDAGO, 1963). Abaixo, o Mapa do Estado de Goiás com a localização dos Combinados Agroubanos:



O detalhamento do CAU, e seus objetivos estão expressos na *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*, desenvolvida pelo IDAGO, contendo regras de funcionamento e de comportamento a serem seguidas pelos colonos e familiares. Em cada Rurópolis, haveria uma central para controle das contas e despesas das famílias, com advertência em caso de excederem nos gastos; o dia de trabalho dos agricultores não tinha limite, “quanto mais horas trabalhar maior será o lucro”. Para membros não agricultores, a jornada compreenderia 8 horas (IDAGO, 1963). O capitalismo é isso, intenta passar da fiscalização do comportamento

moshavin. Tiveram início na década de 1930, a partir de um projeto de colonização norte-americana na região (ESTEVEZ, 2008).

no mundo do trabalho para estendê-la à vida privada, o [...] “controle dos próprios processos psíquicos dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009, p.225).

Quanto à refeição, era acondicionada em marmita e aquecida no local de trabalho, o jantar reservado à residência. Todos os serviços utilizados (água, luz, escola) eram taxados. Só um membro da Rurópolis trabalhava na própria terra, auxiliado por mulher e filhos, não permitido a contratação de trabalho assalariado. A Cooperativa de Produção, encarregava-se da compra e venda de sementes e adubos para os colonos, e a Cooperativa de Consumo, encarregava-se da comercialização dos gêneros alimentícios, medicamentos, roupas. Cada uma dessas despesas era debitada na conta do colono, e, por fim, a terra na Rurópolis era de propriedade do IDAGO, não podendo ser vendida, subdividida nem transferida. Arrendada para os colonos por 49 anos, anualmente eles pagavam taxa ao IDAGO, sendo-lhes vetada a venda dos seus produtos no mercado externo ao Combinado (IDAGO, 1963).

O financiamento da política agrária, proveniente dos recursos do estado, com possibilidade de captação em fontes federais e do capital externo, como por exemplo, da *Aliança para o Progresso (Corpos da Paz e o Alimento para a Paz)*⁷. O Plano MB previa aumento da arrecadação dos impostos, sendo proposto diversas ações e campanhas para atingir esse propósito. Dentre elas, destaca-se o *Almanaque Anhanguera*, uma cartilha, em forma de quadrinhos, incentivando a população a exigir nota fiscal nas suas compras, como garantia do sucesso do Plano MB. A edição intitulada *Plano MB: nasce um sol para os Goianos*, apresentava o personagem Zé Goiano, trabalhador rural, doente, pobre, a roça com baixa produtividade, e sugeria como solução para acabar com aquele *atraso*, a adoção de técnicas mais modernas, como mecanizar o processo produtivo (ESTEVES, 2011).

Com isso, vem tona a velha dualidade identificada pela geração oitocentista: cidade x campo, urbano x rural, litoral x sertão, civilização x barbárie. Tudo que diz respeito ao sertão é sinônimo de atraso, de inculto, de inóspito; o moderno, o progresso, dizem respeito à cidade. Assim, buscou-se disseminar a necessidade das mudanças propostas pelo Plano MB, ao justificar o progresso por meio da tecnização do agro, para romper com a pobreza advinda da lavoura arcaica e atender as demandas impostas pelo capital.

⁷ Programa desenvolvido pelo governo americano do presidente John Kennedy, com objetivo de financiar políticas de reformas estruturais na América Latina. Mas na prática não conseguiu descolar do viés ideológico imposto pela Guerra Fria, e as reformas transformaram-se em iniciativas contra o avanço do comunismo no continente. No Brasil, a cooperação econômica era realizada diretamente com os governos estaduais, uma estratégia de boicote ao Governo de João Goulart (FICO, 2008).

Conforme argumenta Esteves (2011), a essa tecnização do trabalho, estava atrelado discurso ideológico propagando um novo modo de vida espelhado nos aspectos da vida urbana, da modernização, do desenvolvimentismo.

Para o processo seletivo de escolha dos colonos, o modelo adotado aproximou-se da metodologia israelense para os *moshavs*. A realização desse processo contou com o apoio do Departamento de Psicologia e Psicotécnica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Os testes psicológicos remontam ao taylorismo, como estratégia de reduzir a ocorrência de desajustamento no ambiente de trabalho e aumentar a produtividade e a satisfação dos trabalhadores (WEINSTEIN, 2000).

A partir de criteriosa avaliação médica, os candidatos jovens, mais fortes e sadios, aptos a desempenhar grandes esforços físicos, eram selecionados. A família era a base para ocupação do CAU, cujo modelo padrão, eram os casais jovens com filhos pequenos. Casais com filhos adultos não eram aceitos. Colonos demonstrando pouca capacidade física eram dispensados, sob alegação de tornarem onerosos para o Combinado (IDAGO, 1963). Seguindo essa lógica, foram excluídos os idosos. Segundo Bernardo (2009, p.166) [...] “procura-se evitar a existência de estômagos inúteis, de pessoas que sejam suficientes vivas para alimentar, mas demasiado fracas para trabalhar”.

O quadro apresentado é o que interessa aos capitalistas modernizantes, ou seja, introdução de inovações técnicas, aumento de produtividade por meio da utilização da força de trabalho da família camponesa, que, inserida numa estrutura social pré-capitalista, valoriza o produto final, sem levar em conta as horas de trabalho no custo dessa produção e o aumento marginal do esforço empreendido, não remunerado, gratuito. O modelo é típico do regime de produção arcaica de sobrevivência, que o capitalismo aproveita e mantém, na medida em que propaga técnicas que ampliam o rendimento do solo, sem dispensar a força de trabalho (BERNARDO, 2009).

O processo seletivo contou com a presença de trabalhadores rurais de diferentes estados brasileiros (Bahia, São Paulo, Minas Gerais), recrutados com apoio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). De Goiás, vieram trabalhadores de Itumbiara, Ceres, Morrinhos, Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Catalão.

Trabalhadores de outros estados no CAU foi motivo de crítica por parte dos políticos de oposição, em especial da União Democrática Nacional (UDN), alegando a falta de vontade política do governo para resolver o problema do trabalhador goiano. Para além disso, denunciavam, as precárias condições de vida e trabalho impostas aos colonos.

Um aspecto de relevo para os idealizadores do CAU foi a educação dos colonos, cuja formação foi orientada para outra mentalidade, dentro dos princípios e regras formulados para a *nova vida* e para técnicas modernizantes de trabalho. A proposta não priorizava elementos da educação formal – ainda que aproximadamente 70% dos colonos fossem analfabetos –, estava direcionada para o aprendizado de novas técnicas de plantio e cultivo. (IDAGO, 1963). Assim, buscou-se romper com a velha prática de manejo da terra, com processos artesanais e rudimentares, para construir um saber novo, centrado na técnica. Isso implica afirmar que, ao impor esse novo saber, negava-se o conhecimento prático dos colonos adquirido na labuta diária.

A modernização recusava o empirismo prático em favor do conhecimento científico. A formação orientada dentro desses princípios interessa ao capital, ou seja, disseminar regras de comportamento, formar mão de obra com certa escolarização, disciplinada, coesa, apta já receber formação técnica. Como resultado maior eficiência e produtividade.

Para João Bernardo (1998), no capitalismo o que importa é aumentar as habilitações da força de trabalho para acelerar os mecanismos de produção. Para tanto, a escola é fundamental, qualifica o indivíduo para utilizar novas tecnologias.

Por ser Goiás um estado agropecuário, numa conjuntura de graves conflitos pela luta e posse da terra, de forte atuação das lideranças do movimento camponês e sindical, Mauro Borges buscou acomodar os interesses de todos, assim como articulou com diferentes forças políticas, mobilizando as camadas populares para apoio ao seu governo.

Nessa assertiva, outra estratégia direcionada à política agrária foi a mobilização dos trabalhadores rurais, por meio de ampla campanha de sindicalização e de conversão das associações em sindicatos. Desse modo, atendia os interesses e as orientações de um aliado político, o PTB, e, por outro lado, exercia um controle duplo, dos trabalhadores e da infiltração comunista no campo. Ao estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais, recusava a condição desses espaços de lutas de classe, com vistas à coesão e harmonia entre governo, patrões e trabalhadores. Consequentemente, [...] “procurava fomentar a cooperação entre as classes e a paz social como forma de combate ao comunismo” (WEINSTEIN, 2000, p. 133).

Imbuída desse propósito descrito, é importante resgatar aqui a ação da Igreja Católica de Goiás, na figura do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes do Santos, na defesa da reforma agrária, dentro da filosofia da Encíclica *Mater et Magistra*, expressa durante o

papado de João XXIII⁸. Nesse sentido criou a Frente Agrária Goiana (FAGO) e atuou de maneira incisiva na mobilização e sindicalização do trabalhador rural de Goiás, com apoio da Juventude Universitária Católica e das Comunidades Eclesiais de Base. A articulação católica, em defesa da paz e bem-estar social no campo, buscava contrapor-se às influências políticas de esquerda ali presente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. Mauro Borges afirmava ter buscado inspiração nos princípios da *Mater et Magistra* para levar a efeito a reforma agrária, cristã e democrática, do seu governo, conforme destaca Esteves (2011).

Isso implica afirmar que a política de reforma agrária proposta no Plano MB manteve inalterada a estrutura fundiária centrada no grande latifúndio, aspecto bastante contestado pelas organizações camponesas em todo o estado. E, ao propor a criação de núcleos coloniais a serem ocupados por trabalhadores rurais provenientes de regiões de conflito, reforçava os interesses que “sustentavam a reprodução do pacto conservador entre a burguesia industrial nacional e as frações da oligarquia agrária regional”, com vistas a manter o controle sobre o acesso à terra ao mesmo tempo em que amenizaria os conflitos no campo. Destaca-se ainda que a criação dos Combinados Agroubanos estava inserida numa proposta maior de integração agrária capitalista, com o deslocamento do eixo da questão fundiária para a ausência de técnica, induzindo ao aparecimento de um *novo trabalhador rural* vinculado à produtividade e à lógica empresarial do agro (ESTEVES, 2008. p. 56).

Com o golpe operado pelos militares em 1964, ocorre a deposição de Mauro Borges do Governo de Goiás e a interrupção do Plano MB, bem como, o combate implacável ao movimento camponês, com a prisão de suas lideranças, e colocando fim ao movimento da luta pela terra.

Posto isto, Esteves (2011) destaca que com a ascensão dos militares ao poder, no que tange a política agrária, foram as diretrizes construídas no âmbito dos escritórios de consultorias para as administrações estaduais, que constituíram as bases do Estatuto da Terra, com vigência a partir de 1964, reforçando a atuação do Estado de Goiás, como *laboratório* das propostas formuladas pelo IPES para a modernização do agro e sistematizadas pelos escritórios técnicos.

⁸ A Carta papal manifestava uma visão liberal para os problemas econômicos, garantindo o estímulo à iniciativa pessoal, reconhecia a propriedade privada como natural, fazia a defesa da lógica urbano industrial como condição para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos rurícolas (ESTEVES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi delinear aspectos do modelo agrário implementado por Mauro Borges, na busca de compreender os arranjos político, econômico e ideológico que moldaram essa política em Goiás.

O posicionamento de Mauro Borges demonstra a maneira como ele buscou articular a prática militar com a ação política. Suas práticas institucionais refletiam seu posicionamento de classe, defensor da harmonia e da paz social, engajado em um projeto de reformas que assegurassem os interesses do Estado de Goiás e o bem da coletividade. Por meio das estratégias proposta por ele, é possível depreender sua coerência nas decisões políticas tomadas para aquele contexto, a partir da sua formação, do seu lugar de fala, expressas em um programa agrário de bases reformistas, ao buscar construir o consenso, o não conflito, e ao defender a harmonia entre o capital e o trabalho. Cooperação e harmonia foram uma tentativa de suplantar as lutas de classe, e manter sob controle os conflitos sociais no campo.

Isso se confirma na contratação do escritório de consultoria tecnoempresarial, como do engenheiro Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), para a formulação da política estatal de intervenção no agro, e que atuava em perfeita sintonia com o IPES, entidade que combatia o comunismo, o nacionalismo, as forças populares e o governo de João Goulart. Entre seus principais articuladores, o emblemático General Golbery do Couto e Silva, vinculado a Escola Superior de Guerra (ESG). A ação política do IPES foi fundamental para operar o golpe militar de 1964.

Daí é explicado, a indicação de um militar para responder pelo IDAGO, órgão responsável pelo desenvolvimento da política agrária desse governo, dando mostras da lógica da política agrária implementada em Goiás, afinada com as estratégias do IPES e de segurança nacional de combate às ações da esquerda, empreendidas pelo PCB e pelas Ligas Camponesas.

A proposta de reforma agrária apresentada pelo Governo Mauro Borges buscou ainda, conciliar os interesses das elites agrárias de Goiás, centrados no latifúndio, e dos camponeses, em luta há vários anos pela posse da terra. Para Mauro Borges, reforma agrária significava levar a modernidade e a prosperidade ao homem do campo, por meio da tecnificação do agro, e de aumento da produção. Como solução para os conflitos sociais em curso em Goiás, promoveu a cessão de terras devolutas para o assentamento de trabalhadores rurais em colônias – Combinados Agrouurbanos - sob gestão estatal, como estratégia de controle e reprodução das relações de dominação. Não há dúvida de que o controle social era uma

prioridade desse governo, com elaboração de normas de funcionamento e de comportamento de cunho disciplinador, a serem imposta aos colonos, para além de controlar a infiltração comunista. Se, por um lado, entregou títulos de propriedade de terra para os camponeses, o fez em razão da luta e da pressão desses camponeses, por outro lado, realizou uma ampla massificação dos sindicatos e sindicalização dos trabalhadores rurais, como forma de tutela, o que contribuiu para desmobilizá-los, conseqüentemente, enfraquecer a luta.

Nessa assertiva, a modernização do agro proposta pelo Governo Mauro Borges, com a manutenção do grande latifúndio, demonstra uma mudança operada pelo alto, ou seja, as elites agrárias foram partícipes desse processo. Recorreu à participação dos trabalhadores como estratégia de apoio às mudanças propostas, mas cerceando esta participação quando pairava qualquer ameaça à ordem instituída. Em tese, consistiu em uma modernização pelas vias conservadoras e autoritárias, sem promover mudanças efetivas na estrutura fundiária, fomentando o desenvolvimento, investindo na tecnização, abrindo as portas para o promissor mercado industrial de equipamentos e insumos para a agricultura, iniciante naquele contexto.

Concluindo, a política agrária do Governo Mauro Borges como proposta para superar o atraso, com a implantação dos Combinados Agrourbanos, mostrou-se desagregadora e significou a apropriação de novos espaços pelo capital. Historicamente isso tem levado os trabalhadores rurais a forjar na luta coletiva a resistência diante da exploração e expropriação que são submetidos, demarcando uma luta para além de um pedaço de terra, mas, sobretudo contra a opressão imposta pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____ *A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____ *O Inimigo Oculto*. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

COELHO, José Braga; BARREIRA, Celene Cunha Antunes Monteiro. *Esperança Camponesa no Estado de Goiás: A Luta Pela Terra*. *Revista Educação e mudança*. Nº 18 e 19. Unievangélica: Anápolis, 2007. (ISSN 2179-5215) Disponível: <http://revistas.unievangelica.edu.br>. Acesso: 8 maio 2011.

- DAYRELL, Eliane G. *A Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1973. Mimeografado.
- DREIFUSS, Renée Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- ESTEVAM, Luiz. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Estado e agricultura em Goiás: escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961 – 1964)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- _____. *Homem certo para o lugar certo: colonização, educação rural e tecnização da agricultura dos Combinados Agro-Urbanos de Goiás durante o governo Mauro Borges (1961 – 1964)*. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA., Márcia Menendes da Motta Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008.
- GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Econômico do Governo Mauro Borges*. Vol. I – Análise da Estrutura Econômica do Estado. Vol. II – Diretrizes para 1961 – 1965. Goiânia, 1961.
- _____. Instituto de Desenvolvimento Agrário. Goiás, *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Goiás, 1963. CERNE: Goiânia.
- FICO, Carlos Fico. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos EUA e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- GUIMARÃES, Maria Tereza C. *Formas de Organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1982.
- MARX, Karl *O Capital: crítica da economia política*. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. Nova São Paulo: Cultural, 1988 (1887).
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil:1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MST. *Calendário Histórico dos Trabalhadores*. Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 3 ed, São Paulo. 1999
- PEREIRA, Sebastião Lázaro. *De fazendeiros a Agronegociistas: Aspecto do desenvolvimento capitalista em Goiás*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006.

RABELO, Francisco Chagas E. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás*. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência Política/UFMG, Belo Horizonte, 1978.

WEINSTEIN. Bárbara. *Organização Racional e reforma Social*. In: (Re) Formação da Classe trabalhadora no Brasil (1920-1964). Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez, 2000. 71 – 134.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos*. Minhas experiências. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

_____. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. 2. ed. Goiânia: UCG; Vieira, 2006 (1965).

O QUE SE PRESERVOU EM JOÃO PESSOA OU DE QUANDO A ARTE A ARQUITETURA DEFINEM O PATRIMÔNIO CULTURAL DE UMA CIDADE

Almir Félix Batista de OLIVEIRA¹

almirfbo@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo procura mostrar como a arte e as formas arquitetônicas foram essenciais para a formação do patrimônio preservado na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba/Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio. Arte e arquitetura. João Pessoa.

ABSTRACT: This article attempts to show how art and architectural forms were essential to formation of preserved heritage in the city of Joao Pessoa, state capital of Paraiba/Brazil.

KEYWORDS: Heritage. Art and architecture. João Pessoa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fundada em 05 de agosto de 1585 com o nome de “Nossa Senhora das Neves” (referência a Nossa Senhora das Neves, santa homenageada na data do dia da aliança com os índios Tabajaras, fato que propiciou a conquista do território resultado da vitória dos portugueses sobre os índios Potiguaras e os franceses), a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, nasceu com o *status* de cidade, se constituindo na terceira cidade mais antiga do Brasil (após as cidades de Salvador em 1549 e a do Rio de Janeiro em 1565). Inicialmente território da Capitania de Itamaracá, em 1574, a região foi desmembrada por ordem de Dom Sebastião e criada a Capitania Real da Paraíba, com terras demarcadas de Igarassu, indo em direção norte, até a Baía da Traição.

A cidade foi fundada a margem do Rio Sanhauá, jamais vivendo a condição de vila, tinha como função além da pacificação e ocupação do território servir como defesa e de apoio militar a Capitania de Pernambuco². Seu papel administrativo-militar terminou por obrigar a cidade a se manter sem grandes mudanças estruturais em seu traçado inicial (decorrente

¹ Mestre em História pelo PPGH-UFPE. Atualmente, discente do Curso de Doutorado do PPGH-PUC-SP.

² Uma das marcas visíveis dessa função foi a construção da Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo, cuja função, além de proteger a própria capitania, era proteger a produção de açúcar em Pernambuco.

inclusive das normas utilizadas pela Coroa Espanhola para construção de cidades nas suas colônias, no momento em que essa se encontrava dominando a Coroa Portuguesa – União Ibérica – período em que a cidade adotou o nome de “Filipéia de Nossa Senhora das Neves”, em alusão ao Rei Felipe II de Espanha, também Felipe I de Portugal), a não ser pela construção dos conventos, das igrejas e das fortificações militares.

Com solo bastante apropriado, passou logo após a sua ocupação, como a Capitania de Pernambuco, a também produzir cana-de-açúcar e em seus recém construídos engenhos a beneficiar o açúcar para ser comercializado pela metrópole. Em 1634, em decorrência da própria invasão de Pernambuco pelos holandeses (e conseqüentemente a invasão e ocupação do litoral nordestino por estes) terá seu nome alterado para o de “Friederickstadt” (Cidade de Frederico) ou “Frederica” (uma homenagem feita ao príncipe de Orange, Frederico Henrique de Nassau) permanecendo assim por 20 anos, período de ocupação.

No ano de 1654, com a expulsão e retomada do controle político-administrativo, econômico e militar por parte do português a cidade passou a se chamar “Cidade da Parahyba”, permanecendo essa denominação até o ano de 1930, ano da morte do Presidente do Estado, João Pessoa de Albuquerque, assassinado na cidade de Recife e que havia concorrido, na condição de candidato a vice-presidente, juntamente com Getulio Vargas a presidência do Brasil. O fato gerou uma grande comoção popular e em 04 de setembro de 1930 a mudança de nome foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado³.

A economia paraibana, baseada primeiro na cana-de-açúcar, contando com a participação da produção de algodão⁴ e posteriormente a implantação de indústrias (têxtil, de cigarros e de bens de consumo) propiciou o surgimento de uma arquitetura rebuscada caracterizada não somente pelas construções barrocas (sendo os principais exemplos o Conjunto Arquitetônico dos Franciscanos, composto pelo Convento de Santo Antônio e a Igreja dos Franciscanos, o Convento do Carmo, o Mosteiro de São Bento, além de uma série de casarões dos ricos proprietários de engenhos) bem como uma série de construções em estilo eclético predominantes dos fins do século XIX e início do século XX (Teatro Santa Rosa, Tribunal de Justiça do Estado, entre outros).

A preservação desse patrimônio tem sido feita tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando pelo Instituto Patrimônio Histórico e

³ Ocorreu não só a mudança do nome da cidade como também da bandeira do Estado. Passando esta a adotar as cores vermelha e preta e a inscrição NEGO em referência ao não apoio do Presidente João Pessoa aos candidatos Júlio Prestes e Vital Soares, chapa apoiada pelo então Presidente Washington Luiz.

⁴ Mesmo a cidade de João Pessoa não ser um pólo produtor de algodão a arrecadação de impostos bem como melhorias (como a construção da estrada de ferro Great Western) contribuíram para o desenvolvimento da capital.

Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP e tem contado com a parceria dos Governos da Espanha, do Brasil, do Estado da Paraíba e da Prefeitura da João Pessoa. Parceria que através da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico e do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa vem buscando conservar essas construções. Os processos de intervenção para restauração dos exemplares arquitetônicos têm ficado a cargo da Oficina Escola de João Pessoa cujo objetivo principal tem sido o de capacitar jovens excluídos do mercado de trabalho em antigos ofícios que a sociedade industrial – mesmo num espaço periférico como a Paraíba – fez quase desaparecer e que, anteriormente, tão bem haviam edificado a cidade de João Pessoa. Novamente era necessário ensinar o trato com a madeira, o ferro, a cal, a pedra, a terra etc. para podermos vislumbrar, a partir da integração entre o ensino-aprendizagem, o papel da memória, a preservação dos nossos monumentos, a reconstrução do nosso passado, a significação do nosso presente e a projeção, principalmente em termos de melhoria da qualidade de vida, do nosso futuro.

O efetivo processo de preservação do patrimônio paraibano se inicia na data de 31 de março de 1971, com a assinatura pelo então Governador Ernâni Sátiro do Decreto-Lei n.º 5.255, que criava o IPHAEP que tinha por finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e compreenderia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico. Este deveria fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura e os recursos necessários para o funcionamento do Instituto viriam do Fundo Estadual de Cultura, ficando ao encargo do Conselho Estadual de Cultura, num prazo de trinta dias, a elaboração do regulamento de funcionamento do Instituto.

A preocupação com o patrimônio histórico estadual, constituindo-se inclusive um órgão estadual para tratar da questão, deve ser entendida a partir da análise de uma política maior, cuja finalidade era o desenvolvimento econômico e integração da região Nordeste ao cenário nacional, implantada pelo Governo Federal em fins da década de 60, início da década de 70. Essa política nacional foi à origem da constituição da quase totalidade dos Institutos Estaduais que teriam, por preocupação básica, os patrimônios históricos nos respectivos Estados e que, de certa forma, não tinham condições de serem protegidos pelo IPHAN, devido a questões técnicas e financeiras.

Essa política planejada e desenvolvida para à integração da Região Nordeste, via mercado turístico, foi responsável inclusive pela iniciativa de organizar dois eventos de extrema importância para a real efetivação dessa política. Os I e II Encontros de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

do Brasil, conhecidos como Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador, em 1970 e 1971. Mesmo tendo sido fundado em 1971, o IPHAEP só teve seu efetivo funcionamento a partir do ano de 1974, como nos relata o Professor Linduarte Noronha, em entrevista, concedida, em 24/10/2002.

Isso aí é um negocio quase folclórico, como tudo na Paraíba. Essa noite da cultura, esse desmembramento foi do SPHAN, em pleno regime militar. O governo federal achou de exigir dos Estados a criação dos Institutos Estaduais e foi criado o nosso IPHAEP. E ficou dormindo durante 03 anos no Diário Oficial, foi publicado. [...] Eu exercia aqui uma função dentro de um órgão do Estado, me aborreci, pedi para ser afastado e o José Carlos Dias de Freitas [...] disse:

E o que queres fazer rapaz?

Vamos fundar o Instituto do Patrimônio, que o governo já criou isso aí, que está dormindo no Diário Oficial, e não faz nada.

Fomos ao Governador [...] sem mais delongas, ele me assinou a portaria, me designando para Presidência do Instituto (NORONHA, 24/10/2002).

Os inícios do trabalho se deram de forma problemática, principalmente porque a Secretaria de Educação e Cultura não tinha verbas destinadas ao funcionamento do IPHAEP, não existia pessoal qualificado e conhecedor do ofício e muito menos uma sede para abrigar o Instituto.

Tudo bom, mas onde ia funcionar isso?

Não tinha prédio, não tinha coisa nenhuma, [...]. Até que eu soube que, na Rua Duque de Caxias, funcionava a escola de música Antenor Navarro, no casarão que fica ali na esquina. Ia desocupar, ia não sei para onde, aí eu agarrei, fui logo para lá, peguei logo a chave que os meninos me deram e fiquei lá sentado no chão, pois não tinha uma cadeira, só tinha telefone. (NORONHA, 2002, p. 1).

O Conselho Consultivo (atualmente CONPEC) seria o órgão responsável pela gestão da política de proteção do patrimônio histórico a ser desenvolvida pelo Instituto e iniciou seus trabalhos em 12 de setembro de 1974, contando com a seguinte composição:

- 1 – Vanildo Ribeiro de Lyra Brito – Engenheiro Civil
- 2 – Lauro Pires Xavier - Botânico
- 3 – Mario Glauco di Lascio - Arquiteto
- 4 – Pe. José Trigueiro do Vale

5 – Raul Córdula Filho – Artista Plástico

6 – Fernando Antonio da Silva Oliveira

Com a presidência do mesmo cabendo ao Professor Linduarte Noronha.

Esta composição ficou a cargo do próprio presidente, e mostrou-se bastante eclética nas profissões dos participantes e a principio eclética também, nas propostas de trabalho. A divisão dos trabalhos foi estabelecida da seguinte maneira: Arqueologia, Ecologia, Obras de Arte (e aí, principalmente, as obras de arte religiosas), Monumentos Históricos e Igrejas, além da possibilidade do levantamento das Artes Plásticas e estudo sobre o Folclore. As discussões realizadas continham preocupações que iam desde a própria falta de estrutura do Instituto, os problemas de competência, e as necessidades de preservação urgente. As propostas de tombamento eram as mais diversas possíveis e geravam problemas tais como: a quem competia a palavra final do tombamento? Caberia ao Conselho de Cultura essa palavra final.

Mesmo com todas as dificuldades, principalmente pela falta de estrutura e de pessoal especializado, já haviam sido cadastrados mais de 800 imóveis, sendo praticamente todos eles na cidade de João Pessoa. Nesse período é firmado um Convênio, com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, no qual a mesma ficava obrigada a consultar o IPHAEP em caso de reformas/demolições/alterações solicitadas à mesma, para que o este promovesse parecer quanto à possibilidade de realizá-las. Esses imóveis deveriam constar na “ZPR – Zona de Preservação Rigorosa” ou conter características arquitetônicas ou históricas dignas de preservação.

Esse convênio vai começar a alterar a possibilidade de ecletismo nas suas propostas de atuação. A partir desse momento, a arquitetura passou a ser o eixo central para análise do Conselho em vários projetos. Podemos verificar, através das Atas de Reunião do Conselho Consultivo, que 90% das solicitações direcionadas à Prefeitura e repassadas ao IPHAEP eram: a) mudança de piso; b) retelhamento; c) construção de muros; d) demolição de prédios em ruínas para posterior construção; e) mudanças internas e f) fechamento e abertura de portas e janelas. Alguns termos técnicos passaram a constar com muita frequência das reuniões, como: volumetria, monidatura, gabarito, alteração da fachada, área frontal, recuos, tipo do telhado, entre outros. Além disso, os estilos arquitetônicos passaram a constar dos pareceres e discussões realizados pelo Conselho, e serem determinantes para os futuros tombamentos, estilos como: belle époque, neoclássico, *art nouveau*, estilo colonial, cubismo, regionalismo. Outro fator de grande relevância a ser considerado, foi a própria escolha por parte dos

membros do Conselho pelo viés arquitetônico, como podemos ver nas palavras do Professor Linduarte:

Exatamente porque a cidade de João Pessoa, capital, sendo a 3ª surgida no Brasil, uma das mais antigas, estava sendo destruída, [...] inclusive, áreas nobres da cidade, [...] o Conselho, a gente começou a ver, começou a analisar a destruição dos prédios que mereciam realmente uma conservação, principalmente o Varadouro lá de baixo, que a arquitetura e a turma especialista no assunto chamavam de artérias esclerosadas de uma cidade (NORONHA, 2002, p. 3).

Além dessas questões, surgiu um ponto polêmico entre a necessidade de preservação e os donos dos imóveis, qual seja, o direito de propriedade. Esse direito era reivindicado sempre ou até mesmo usado em momentos em que a vigilância não se fazia presente.

Eram prédios particulares, não tinha nada que pertencesse ao governo com raríssimas exceções.

Mas os proprietários criavam realmente problema, queriam colocar abaixo, queriam modificar.

Um negócio incrível era a mutilação da fachada. Porque criou-se uma mania, aqui em João Pessoa que ainda hoje perdura: um indivíduo cortava um prédio importantíssimo para botar um tipo daquela porta esteira, aquelas portas de correr. [...]

Num estudo da Maciel Pinheiro que fizemos, constatamos que 80% era mutilado, quebrado, destruído, aquelas casas comerciais, o que não acontece em Ouro Preto: ninguém tem a ousadia de cortar uma casa para colocar um carro dentro, fazer uma garagem Os carros são todos estacionados na rua, de noite, tudo no meio fio, mas aí seria exigir de mais de João Pessoa, pessoal muito rebelde.

Aí uma razão só, a preocupação era da arquitetura [...] (NORONHA, 2002, p. 5)

Estava assim definida a orientação e o privilégio que o viés arquitetônico assumiria nas discussões do Conselho, viés que, de forma alguma, se diferenciava da política adotada pelo IPHAN desde a sua criação e que, naquele período, ainda mantinha esta conotação.

DESCRIÇÃO DE ALGUNS BENS TOMBADOS PELO IPHAEP

Os monumentos descritos a seguir, foram escolhidos por nós mediante alguns critérios estabelecidos:

I – Serem bens edificados na cidade de João Pessoa, considerando que nessa localidade se encontra a maior parte dos tombamentos;

II – Por se tratarem, quase todos, dos primeiros tombamentos realizados a partir do Decreto 7.819, de 24 de novembro 1978;

III – Por serem bens imóveis para os quais o IPHAEP produziu uma justificativa para o seu tombamento. Essa documentação foi amplamente divulgada pelo Jornal Oficial do Governo do Estado (A União), que usamos como uma das fontes principais de pesquisa;

As análises derivadas do estudo desses bens selecionados comprovam, verdadeiramente, as palavras proferidas pelo Professor Linduarte, no tocante à arquitetura ter sido o viés privilegiado no momento da definição pelo Conselho do que seria tombado pelo IPHAEP. Privilégio verificado nas descrições dos traços suntuosos emanados das construções.

ALGUNS EXEMPLOS DO PATRIMÔNIO PRESERVADO EM JOÃO PESSOA

1 – Praça da Independência, Coreto e Obelisco:



Figura 1 – Coreto da Praça. Independência
Foto: Almir Oliveira

Tombamento realizado em 26 de agosto de 1980, conforme Decreto de Tombamento n. 8.641. A praça foi planejada no processo de modernização da cidade no início do século passado, sendo um marco, junto com a Av. Epitácio Pessoa, por representar a via de expansão para a Orla Marítima. Contém uma grande diversidade de plantas representativas da flora paraibana, além de exemplares amazônicos, cujas disposições deveriam ter obedecido ao projeto paisagístico criado por Burle Marx. Local de lazer muito freqüentado para a prática de esportes. Em seu centro, encontra-se um Obelisco (tombado em conjunto com a praça) representativo das comemorações (provavelmente, o único monumento intencional no Estado) do Centenário da Independência. A outra construção na Praça é o Coreto que foi construído

para a realização dos eventos cívicos que, por ventura, acontecessem no local, sendo hoje ocupado por uma floricultura. Suas características arquitetônicas são ecléticas, onde o *Art Nouveau* se mistura com elementos clássicos para compor a construção, “[...] o monumento está elevado sobre pódio, podendo nele entrar por três elegantes escadarias guarnecidas de guarda corpos vazados. O perímetro do Coreto é, do mesmo modo, limitado por guarda corpos, interrompidos apenas nos vãos de acesso, que são marcados por elegantes colunas Dóricas lisas” (CABRAL, 1998, p. 13). Além disso, existem, em torno da Praça, edificações que demonstram a evolução urbana da cidade, formando um conjunto arquitetônico singular e de grande beleza.

Figura 2 – Obelisco da Praça. Independência
Foto: Almir Oliveira



2 – Coreto da Praça Venâncio Neiva:



Figura 3 – Coreto da Praça Venâncio Neiva
Foto: Almir Oliveira

A Praça Venâncio Neiva foi inaugurada no dia 27 de julho de 1917 e do seu projeto já constava a construção do Coreto como forma de embelezamento do local e modernização da cidade. Tombado pelo Decreto n. ° 8.636 de 26 de agosto de 1980, teve, nas suas características arquitetônicas, os motivos do seu tombamento:

[...] um magnífico Coreto, em forma circular, que possui, sobre a balaustrada renascentista, 16 colunas dóricas agrupadas duas a duas. Os capitéis dessas colunas sustentam arquitrave guarnecida de tríglifos, entremeados por métopas circulares em legítimo estilo greco-romano. Essa faixa anelar é encimada por cornija que apóia a platibanda coroada com elementos decorativos barrocos, o que evidencia o ecletismo do Coreto (CABRAL, 1998, p. 17).

O prédio sofreu a primeira reforma no Governo de Osvaldo Pessoa (1947-1951), quando foram incorporados os banheiros, inexistentes no projeto original. Ruiu em 1994, decorrente de fortes chuvas e do longo período sem reformas. Foi restaurado pelos alunos do Projeto Oficina-Escola com as obras iniciadas em 1995 e concluídas em 2000.

3 – A Balaustrada e os Casarões da Avenida João da Mata:



Figura 4 – Balaustrada – Av. João da Mata
Foto: Almir Oliveira

A Balaustrada é fruto de melhoramentos que iniciaram as mudanças no aspecto colonial da cidade e foram produzidas no Governo Camilo de Holanda (1916-1920). Dali pode-se contemplar uma grande parte de terras da Várzea da Paraíba. Tem, em sua estrutura, “[...] bancos bem trabalhados, distribuídos harmoniosamente, embelezando a ‘rotunda’ da Balaustrada das Trincheiras, apoiada firmemente sobre uma muralha de sustentação, em pedra calcárea, eliminando a idéias de abismo existente na área” (CABRAL, 1998, p. 17) e um pedestal com um busto em homenagem a Camilo de Holanda.

Os casarões são em número de 09, onde podemos encontrar características arquitetônicas ecléticas, *Art Nouveau* e *Art Decó*, seguindo os parâmetros para a construção de mansões urbanas do início do século, com considerável recuo frontal, lateral e de fundo. Um exemplo do ecletismo é o casarão de nº 185, que tem, em sua estrutura, “[...] pilastras caneladas (neoclássicas), aberturas coroadas por bandeiras em arco pleno (barrocas),

platibandas com relevo (rococó) e colunas de fuste circular liso (eminentemente grega)” (CABRAL, 1998, p. 20).



Figura 5 – Colégio Dom Pedro II –
Av. João da Mata
Foto: Almir Oliveira

Outro exemplar é a antiga Escola de Aprendizes Artífices da Parayba, com o início da construção datada de 1912 e com características *Art Nouveau*, “as janelas são compostas por Caixilhos quadrados, remetendo ao desenho [...] de Charles Mackintosh, na sua célebre escola de Arte de Glasgow, na Escócia” (CABRAL, 1999, p. 13). A Escola foi de grande influência na formação profissional das classes pobres no início do século. O tombamento desses imóveis se deu em conjunto, na data de 26 de agosto de 1980, conforme o Decreto 8.627.



Figura 6 – Escola de Aprendizes de Artífices
Foto: Almir Oliveira

4 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo:



Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo
Foto: Almir Oliveira

A Igreja do Carmo (uma das primeiras da Paraíba) teve sua construção iniciada pelos carmelitas, presumivelmente, em 1591. Faz parte de um conjunto arquitetônico com características barrocas, composto pela própria Igreja, pelo Palácio Episcopal e pela Igreja de Santa Tereza, e “formavam um único bloco [...], destacado pelas magníficas obras de lito-talhas esculpidas na pedra calcárea, pelos relevos de seus altares, colunas e nichos, bem como por algumas imagens de Barro autêntico”⁵. Sua estrutura é toda em pedra calcária, e isso conforme a construção em estilo pesado, semelhante ao das fortalezas. É um testemunho do belo trabalho de Arte Colonial desenvolvido na Paraíba. Dos três componentes do conjunto, somente a Igreja do Carmo e o Palácio Episcopal são tombados pelo IPHAEP, conforme os decretos 20.134, de 02 de dezembro de 1998 e 8.641, de 26 de agosto de 1980, respectivamente.

5. A Biblioteca Pública do Estado

Figura 8: Biblioteca Pública do Estado



Fonte: foto de Almir Oliveira.

⁵ CABRAL, Guilherme. Quinhentismo na Cidade Alta. *A União*. João Pessoa, 20 dez. 1998. Cultura, p.13.

O prédio da Biblioteca Pública do Estado teve o início da sua construção em 26 de março de 1874, pelo Barão de Abiaí, com a finalidade de abrigar a Escola Normal. Passou, em seguida, a ser ocupado pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo a Escola transferida para o Palácio Presidencial das Trincheiras, hoje o NAC – Núcleo de Arte Contemporânea. Posteriormente, com a transferência do Supremo Tribunal para o atual Palácio da Justiça, o prédio passou a abrigar a Biblioteca Pública, criada em 1875, que funcionava no Paraíba Palace Hotel, permanecendo aí até a década de 80, quando se deu sua transferência para o Espaço Cultural. Em 1983, passou a ser sede do jornal A União. Ficando desocupado de 1985 a 1998, quando da sua reinauguração novamente como Biblioteca Pública, após restauração promovida pela Comissão permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Foi tombado através do decreto 8.626, de 26 de outubro de 1980, e constitui um exemplar típico da arquitetura neoclássica do final do século XIX.

6. Conjunto Urbanístico Educacional – Liceu Paraibano, Instituto de Educação da Paraíba e a Escola de Aplicação.



Figura 9 – Liceu Paraibano
Foto: Almir Oliveira

O Liceu Paraibano, o Instituto de Educação da Paraíba e a Escola de Aplicação constituem um conjunto harmônico de linhas arquitetônicas de características modernistas, no momento em que esse movimento se fazia unânime entre os especialistas. As construções datam da década de 30, início da década de 40, entre os governos Argemiro Figueiredo e José Américo de Almeida. O prédio do Liceu foi construído para abrigar o educandário que funcionava, anteriormente, na antiga casa do Colégio dos Jesuítas. Considerado o melhor colégio da Paraíba, entre as décadas de 50 e 60, foi o local formador da elite letrada do estado. O Instituto de Educação da Paraíba e a Escola Modelo foram construídos decorrentes da

política do Governo Argemiro de Figueiredo, que visava privilegiar a instrução pública, procurando aumentar a escolaridade no Estado, bem como aprimorar a formação de quadros para atuação no magistério. O conjunto foi tombado pelo Decreto nº 8.644, de 26 de agosto de 1980.

7 - Prédio da Faculdade de Direito:

Figura 10: Faculdade de Direito



Fonte: foto de Almir Oliveira.

O prédio da Faculdade de Direito fez parte de um conjunto arquitetônico composto por três edificações – o Convento, a Capela e o Colégio de São Gonçalo – construídos pelos Jesuítas no início da colonização da Paraíba. Contém características da arquitetura civil do Brasil colônia, quando o Barroco era o estilo predominante. Esse conjunto arquitetônico foi abandonado quando ocorreu a expulsão definitiva dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Posteriormente, o conjunto transformou-se na sede do Governo da Província da Paraíba (hoje Palácio da Redenção). A Igreja foi demolida (1929), restando apenas a torre do templo, incorporada ao prédio do colégio. O monumento ainda abrigou o Liceu Paraibano, até a sua transferência para sua atual sede e a Escola Normal, além de ter sido sede provisória do Governo e de repartições como a Secretaria da Educação e Assembléia Legislativa. Foi tombado pelo decreto nº 8.630, de 26 de agosto de 1980.

8 - Teatro Santa Roza:

Figura 11: Teatro Santa Roza



Construído em fins do século XIX (1873), ainda no período imperial, no último governo provincial de Francisco Luiz da Gama Roza, foi, por muito tempo, casa de apresentação cinematográfica. É uma das mais antigas de espetáculo do Brasil e contém, em suas linhas arquitetônicas, a forma neoclássica como estilo de construção, sendo considerado um dos monumentos mais expressivos da arquitetura civil da Paraíba. Foi tombado conforme o Decreto nº 20/36, de 02 de dezembro de 1998. Restaurado recentemente, dois materiais destacam-se na sua construção: a pedra calcária e o pinho de Riga.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado e erigido a categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro na data de 6 de dezembro de 2007 pelo IPHAN e teve sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Um dos argumentos principais é o fato de ser a terceira cidade mais antiga do Brasil e podemos a partir da citação a baixo alguns outros argumentos que motivaram o tombamento:

Com o reconhecimento, veio também o compromisso maior de preservar essa área tão importante para manter vivas a história e a identidade do povo pessoense e também para entender o processo de surgimento das primeiras cidades brasileiras. A área delimitada possui bens que representam vários períodos da história de João Pessoa, a exemplo do barroco da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; do rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; do estilo maneirista da Igreja da Misericórdia; da arquitetura colonial e eclética do

*casario civil, além do art-nouveau e o art-déco, das décadas de 20 e 30, predominantes na Praça Antenor Navarro e no Hotel Globo.*⁶

Podemos observar que além dos motivos históricos e paisagísticos, o apelo às características arquitetônicas e aos estilos artísticos ainda são muito forte, levando inclusive a conformação de um tipo de cidade, característica não só de João Pessoa, mais de outras com seus centros históricos protegidos como Olinda-PE, Salvador-BA, Ouro Preto-MG, para ficarmos em alguns exemplos nacionais. A cidade turística com seus pontos de visita e onde supostamente se inscrevem as memórias, as histórias e as identidades de seus antigos e atuais moradores.

Os estudos, as pesquisas tentando entender e historicizar estes processos de preservação, tanto a nível nacional, quanto a níveis locais tem se caracterizado como algo recente, algo muito novo no campo dos estudos históricos bem como na prática de trabalho e atuação dos historiadores, constituindo-se, já a bastante tempo em um campo próprio e restrito ao trabalho dos arquitetos e nesse sentido talvez encontremos uma explicação bastante plausível para o forte apelo aos estilos artísticos e arquitetônicos nos momentos da realização dos tombamentos.

O papel da arquitetura e das artes, definindo o que será preservado oficialmente, acima de tudo configurou-se em uma das características herdadas pelos institutos estaduais e municipais da política pública implementada pelo IPHAN durante praticamente toda a sua atuação na defesa do patrimônio nacional e foi copiada por estes, inclusive, no tocante a própria legislação de proteção e preservação desses patrimônios. Pelos exemplos observados (inclusive tomadas as descrições nos jornais e na documentação oficial produzida pelo IPHAEP) podemos verificar a força exercida pela arquitetura e pelas artes no momento de definir o que seria produzido/definido como patrimônio a ser preservado na cidade de João Pessoa. Os discursos constituídos e reproduzidos levaram em conta somente esses aspectos (mesmo que por vezes permeados por aspectos históricos) e os tomaram como valores intrínsecos e únicos definidores do patrimônio histórico-cultural pessoense.

Nesse sentido, até mesmo propostas mais ecléticas, como as formuladas dentro de órgãos como o CONPEC-IPHAEP (preservação de árvores-monumentos e locais como o Altiplano-Cabo Branco; o mapeamento da Bacia do Rio do Peixe no município de Sousa, para o tombamento da área onde se encontravam os vestígios de pegadas de dinossauros; a

⁶ Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa: Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/propacjp/>>. Acesso em 05 de abril de 2011.

construção e tombamento de Parques de Flora Medicinal nas principais cidades do Estado; propostas de preservação e estudos do folclore paraibano, entre uma série de outras propostas abandonadas pelo Conselho) terminaram por ser esquecidas ou cederam a essa política da preservação da *pedra e cal*. Dessa forma, justificada pela luta contra a especulação imobiliária, o descaso dos proprietários dos imóveis e a própria ação devastadora do tempo, as formas arquitetônicas e os estilos artísticos terminaram por se sobrepor aos outros argumentos de preservação.

Portanto, sem juízos de valor ou de mensurar se essa perspectiva adotada estava certa ou não, gostaríamos de lembrar que outras possibilidades existiram, que estas outras possibilidades poderiam ter sido conformadas e que as escolhas poderiam ter sido múltiplas e plurais levando a outra direção como nos aponta o depoimento da Professora Déa Ribeiro Fenelon quando à frente do Departamento do Patrimônio Histórico, órgão integrante da Secretária Municipal de Cultura, da cidade de São Paulo:

Patrimônio histórico não é só o patrimônio edificado, há mais coisas para se considerar como patrimônio. A idéia de que há uma vivência a recuperar, que essa cidade, que é um patrimônio histórico, pertence à sua população, que deve decidir sobre o seu patrimônio, sobre a sua vida, sobre os modos de vida. Nós queríamos registrar esses modos de vida tão diferenciados. Portanto, essa cidade tem direito à sua memória, não maneira como estava sendo definido. [...] Foi uma tentativa de testar a possibilidade do trabalho histórico em outra área, em outra dimensão, de implementar projetos de organização de arquivos e de centros de memória nos movimentos populares, não para trazer a memória desses movimentos para dentro do Estado, mas para ajudá-los a montar o seu centro de memória [...]. (SMC, 1992, s/p).

Nesse contexto, os avanços verificados nos últimos 20 (vinte) anos em relação às características definidoras dos novos patrimônios a serem preservados têm nos demonstrado que não podemos nos restringir unicamente a características arquitetônicas ou as belas artes, mais que poderíamos/podemos ir mais além, como nos refere tão bem a Profa. Déa em suas palavras acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CABRAL, Guilherme. Uma obra que resiste à ação do tempo. **A União**, João Pessoa, 20/set/1998. Cultura, p.20.

_____. Um lugar para ver o pôr-do-sol. In: **A União**, João Pessoa, 27/set/1998. Cultura, p.17.

_____. Uma relíquia dos anos 20. In: **A União**, João Pessoa, 25/out/1998. Cultura, p.17.

_____. Uma praça de muitos símbolos. In: **A União**, João Pessoa, 13/dez/1998. Cultura, p.13.

_____. Quinhentismo na Cidade Alta. In: **A União**, João Pessoa, 20/dez/1998. Cultura, p.13.

_____. Palacete das artes plásticas. In: **A União**, João Pessoa, 10/jan/1999. Cultura, p.13.

_____. Antiga Faculdade de Direito: uma herança dos jesuítas. In: **A União**, João Pessoa, 24/jan/1999. Cultura, p.13.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na Repartição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – IPHAN, 2000.

CASTRO, Sonia Rabello. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DECRETO-LEI nº 5.255 de 31 mar. 1971. **Diário Oficial do Estado**, João Pessoa, Ano IV, n.2653, 1971.

DECRETO-LEI nº 7.819 de 24 out. 1978. **Diário Oficial do Estado**, João Pessoa, 1978.

ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 2., 1973. Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA - IPHAEP. **Livro de Atas do Conselho Consultivo**: ata da reunião nº 001; nº 002; nº 006; nº 010; nº 055; nº 071; nº 074. João Pessoa, 1974. Livro 001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA - IPHAEP. **Livro de Atas do Conselho Consultivo**: ata da reunião nº 271. João Pessoa, 1981. Livro 003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA
- IPHAEP. **Livro de Atas do Conselho Consultivo**: ata da reunião nº 454. João Pessoa,
1983. Livro 005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA
- IPHAEP. **Livro de Atas do Conselho Consultivo**: ata da reunião nº 576. João Pessoa,
1986. Livro 005.

KERRSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**:
bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

NORONHA, Linduarte. João Pessoa, 24 out. 2002. Entrevista concedida a Almir Félix.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília:
MEC/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

SÃO PAULO, Secretária Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O
Direito à Memória**: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa: Disponível em:
<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/propacjp/>>. Acesso em 05 de abril de 2011.

CASA CANDIA DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO – MS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PATRIMÔNIO EDIFICADO E DOCUMENTAL

Carlos MARTINS JUNIOR¹

cmartins@dr.com

RESUMO: Fundada por imigrantes italianos, em Nioaque (1905), com filial instalada, em 1908, no atual município de Anastácio, a casa comercial popularmente conhecida como Casa Candia pode ser considerada um remanescente vivo das casas comerciais que atuaram no Sul do antigo Estado de Mato Grosso. Ainda em funcionamento e arrolada pela 18ª Superintendência Regional do IPHAN como patrimônio histórico municipal, o local e os elementos arquitetônicos e documentais que a integram constituem-se em fatores privilegiados para compreensão da teia de relações sócio-econômicas e culturais vigentes no comércio platino no final do séc. XIX e início do XX. Explicar sua produção histórica focalizando as forças sociais envolvidas em sua origem e desenvolvimento, de modo a compreender seu significado como lugar da memória em Mato Grosso do Sul, é o objetivo desta comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: casa comercial, patrimônio, Mato Grosso

ABSTRACT: Established for Italian immigrants, in Nioaque (1905), with branch office installed, in 1908, to the left edge of the river Aquidauana, current city of Anastácio, the commercial establishment popularly known as Casa Candia can be considered a remaining living creature of the commercial houses that had acted in the South of the old state of unified Mato Grosso. Still today in functioning and enrolled by 18ª Regional Supervision of the IPHAN as municipal historic site, the Casa Candia and the elements architectural and you register that they integrate it consist in privileged factors for entangled understanding of web of effective partner-economic and cultural relations in the platino commerce in the end of

¹ Professor Titular do Departamento de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (DHI/CPAQ/UFMS). Coordenador dos Projetos de Pesquisa Estudo Sócio- Histórico do Casario do Porto Gal de Anastácio - MS e Tratamento Arquivístico do Acervo Documental Histórico da Casa Candia do Município de Anastácio – MS, este último sob financiamento da Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT-MS).

century XIX and beginning of century XX. To explain its historical production focusing the involved social forces in its origin and development, in order to understand its meaning as place of the memory in Mato Grosso do Sul, is the objective of this communication.

KEYWORDS: commercial house, patrimony, Mato Grosso

INTRODUÇÃO

Fundada por imigrantes italianos, em Nioaque, no ano de 1905, com filial instalada, em 1908, à margem esquerda do rio Aquidauana, atual município de Anastácio, o estabelecimento comercial tradicionalmente conhecido como Casa Cândia pode ser considerado um remanescente das antigas casas comerciais que atuaram no sul do antigo Estado de Mato Grosso uno. Ainda hoje em funcionamento e arrolada pela 18ª SR do IPHAN, juntamente com outros nove edifícios que compõem o sítio histórico do Casario do Porto Geral de Anastácio, como patrimônio histórico municipal, a Casa Cândia, e os elementos arquitetônicos e documentais que a integram, constitui-se em fator privilegiado para a compreensão da emaranhada teia de relações sócio-econômicas vigentes no efervescente comércio platino no início do século XX. Explicar sua produção histórica focalizando as forças sociais envolvidas em sua origem e desenvolvimento, de modo a compreender seu significado como lugar da memória de Mato Grosso do Sul, é objetivo central deste trabalho.

Distante 127 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, compondo a área que, tradicionalmente, constituía o chamado Bairro da Margem Esquerda do rio Aquidauana, o município de Anastácio foi criado em 18 de março de 1964, em decorrência de seu desmembramento de Aquidauana, município vizinho localizado à margem direita daquele rio. Seu nome é uma homenagem a Vicente Anastácio, comerciante de origem italiana que ali se fixou por volta de 1872, hoje reconhecido como um dos pioneiros do antigo bairro da Margem Esquerda. Da chegada de Vicente Anastácio à data da criação do novo município, desenrolou-se toda uma história de lutas por sua autonomia (MARTINS, 2002; VALÉRIO, 2002; ROBBA; 1992; NEVES, 2007).

As notícias mais recuadas sobre o território onde hoje se localizam aquelas cidades remontam ao século XVI, quando a área do Pantanal situada a Leste do rio Paraguai, hoje pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, conheceu as primeiras incursões espanholas. Um dos principais marcos dessas incursões de penetração e posse territorial espanholas na

região foi a fundação, em 1593, por Rui Diaz de Guzman, do legendário povoado de Santiago de Xerez.

Originalmente localizado em algum ponto da margem direita do baixo curso do rio Muney, hoje Ivinhema, no atual município sul-mato-grossense de Navirai, o povoado de Santiago de Xerez permaneceu naquele local até 1599, quando foi trasladado para a região não inundável do Pantanal sul-mato-grossense banhada pela bacia hidrográfica dos rios Miranda (anteriormente denominado Mbotetey) e Aquidauana, sendo definitivamente destruído por bandeirantes paulistas em 1680.

Embora existam controvérsias quanto à exata localização da segunda Santiago de Xerez após 1599, recentes pesquisas arqueológicas apontam fortes indícios de que o povoado foi edificado à margem direita do rio Aquidauana, na altura da “Volta Grande”, aproximadamente quinze quilômetros a jusante da atual cidade de Aquidauana, mais especificamente nas terras da Fazenda Buriti. Referindo-se às ruínas que encontrou nessa fazenda, informa o arqueólogo Gilson Rodolfo Martins:

Pelo porte e pela extensão territorial desses vestígios (aproximadamente trinta hectares) é muito difícil atribuir a instalações rurais a origem dessas evidências. A historiografia e a memória regional têm claro que antes da fundação de Aquidauana, não havia nenhuma instalação edificada nessa área, nem mesmo retiros da fazenda Buriti, considerando-se, sobretudo, que os fundadores de Aquidauana eram portadores de um conhecimento detalhado do processo histórico do povoamento da região, mesmo antes da Guerra do Paraguai [...] é muito improvável que se houvesse algum assentamento anterior à fundação de Aquidauana, isso não fosse preservado na memória dos pioneiros do lugar (MARTINS, 2002, p. 251).

As informações do arqueólogo coincidem com as do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que entre 1900 e 1906, no comando da comissão militar responsável pela construção da linha telegráfica do Sul de Mato Grosso, visitou a Fazenda Buriti, assim se referindo às ruínas ali encontradas:

No dia 2 de agosto de 1904, passamos pelo Buriti, porto da fazenda do mesmo nome, pertencente ao Coronel Trindade e distante meia légua da margem direita do rio. Neste porto desemboca um pequeno córrego. Um pouco acima de sua foz, na margem direita do Aquidauana, existiu outrora a célebre cidade de Xerez, da qual hoje restam apenas escassos vestígios. Onde foram casas, onde foram ruas, crescem agora as grandes árvores que constituem a mata do rio [...] (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-CNPI, 1949, p. 59).

Tais indícios têm estimulado não só o desencadeamento de novas pesquisas científicas e o desenvolvimento de perspectivas para a implementação do turismo cultural no município, como constituem fator fundamental para o aprofundamento das relações científico-culturais e turísticas entre Aquidauana e a capital paraguaia, Assunção, que, conforme declaração conjunta assinada pelos respectivos prefeitos em outubro de 2001, passaram a ser consideradas “cidades irmãs”.

Rota de passagem das bandeiras e das monções que, saindo de São Paulo, se dirigiam às minas auríferas de Cuiabá, a partir do século XVIII a região onde hoje se localizam os municípios de Aquidauana e Anastácio testemunhou o acirramento das disputas travadas entre colonizadores ibéricos pela posse da área. Disputas que também envolveram a população indígena, a exemplo dos Guaicuru, Paiaguá, Kadweo, Terena, Kinikinao e Layana.

No século XIX, a invasão paraguaia em território sul-mato-grossense, fato considerado o estopim da Guerra da Tríplice Aliança, constituiu-se num divisor de águas do processo de ocupação dessa área de fronteiras até aquele momento não claramente delimitadas.

Marcas de episódios que compuseram o cenário da guerra podem ser encontradas em várias cidades do estado, a exemplo de Corumbá, Dourados, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Aquidauana e Anastácio. Marcas de episódios num cenário de guerra que hoje configuram para toda a região tanto um forte potencial para o desenvolvimento da pesquisa histórica e arqueológica, quanto para a prática das modalidades do turismo de contemplação e cultural.

Exemplo disso o visitante que se dirige ao Pantanal vindo de Campo Grande pela BR 262 encontra já durante a viagem. Localizado em pleno município de Anastácio, distando cerca de 15 km de sua sede, da estrada o visitante avista o Morro do Chapéu e o Morro Azul. Integrando a Serra de Maracaju, que serpenteia grande parte do município, esses verdadeiros monumentos naturais esculpidos pela ação da intempérie foram cantados em verso e prosa pelos poetas e escritores locais, a exemplo de Aglay Trindade, que no livro intitulado *Morro Azul* relata a saga dos inúmeros fazendeiros que para lá se dirigiram quando da invasão paraguaia, ali permanecendo durante os anos que durou a guerra. Já na expressão do escritor e prefeito municipal de Anastácio, Cláudio Valério:

Dizem os mais antigos que esses monumentos naturais guardam, em suas entranhas, segredos inescrutáveis como botijas de ouro e outras pedras preciosas, e documentos históricos. Foram ali colocados por famílias e padres fugitivos da Guerra do Paraguai. Conhecemos um cidadão de nome Moacir Adelino de Lucena que afirma sonhar, constantemente, com esses tesouros, sem jamais tê-los tocado (VALÉRIO, 2002, p. 81).

Vale ressaltar ainda, que próximo ao Morro Azul, no local denominado Porto Canuto, à margem esquerda do rio Aquidauana, os soldados brasileiros pertencentes à Força Expedicionária de Mato Grosso ficaram acantonados em 1867, encerrando sua participação no episódio conhecido, nos anais da história do Brasil e da Guerra do Paraguai, como a Retirada da Laguna. Epopéia imortalizada com profusão de detalhes e colorido de imagens pela pena magistral do Visconde de Taunay no livro *A Retirada da Laguna. Episódio da Guerra do Paraguai*, publicado em 1871.

Isso posto é possível afirmar que a área abrangida pelos morros do Chapéu e Azul e pelos rios Taquaruçu e Aquidauana, próximo à sede do município de Anastácio, incorporam elementos determinantes do início e do fim da guerra com o Paraguai, daí a sua importância como monumento ambiental e cultural, não só para a população local, mas de todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Porém, a viagem não se encerra aí. Ultrapassado esse trecho da “morraria” da Serra de Maracaju, em Anastácio nosso visitante pode ser levado a entrar em contato com uma enorme diversidade étnica e cultural, expressa, entre outros, nos assentamentos rurais, em sua maioria compostos por trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro, os quais se especializaram na produção da farinha de mandioca (tida como a de melhor qualidade do estado); no aldeamento Terena urbano da Aldeinha; bem como na arquitetura do conjunto de dez edificações construídas às margens do rio Aquidauana entre o final do século XIX e início do XX. Tombadas pela 18ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atualmente integrando o sítio histórico do “Casario do Porto Geral de Anastácio”, de imediato essas edificações indiciam períodos de prosperidade econômica vividos em toda a região. Mas a compreensão mais aprofundada do que representa aquele conjunto arquitetônico exige a inserção do visitante no rico processo histórico que o produziu. Como destacou a historiadora sul-mato-grossense Lúcia Salsa Corrêa, o fim da guerra com o Paraguai trouxe profundas mudanças para Mato Grosso, sobretudo para a sua porção sul, resultantes da penetração de modernos mecanismos impostos pelo do sistema capitalista em nível global. Superadas as dificuldades com a guerra, iniciou-se a reorganização dos núcleos urbanos devastados, e o restabelecimento da navegação pela rede hidroviária da Bacia do Prata viabilizou a atração de Mato Grosso para a órbita de interesses do capital estrangeiro, no interior da qual cidades como Buenos Aires, Montevideu e outros centros portuários platinos transformaram-se em pólos de concentração de intensa atividade comercial vinculada ao

capital financeiro, irradiando através da navegação fluvial sua influência sobre a região de Mato Grosso (CORRÊA, 1985, p. 33).

Na expressão de Gilberto Luiz Alves, tal processo esteve intimamente articulado às casas comerciais vinculadas aos grandes comerciantes dos portos, agentes sociais cujo surgimento remonta ao ano de 1857, quando, fruto do acordo entre os governos paraguaio e brasileiro, abriu-se à navegação toda a rede hidroviária da Bacia do Prata, viabilizando a atração da região mato-grossense para uma nova órbita econômica. Para esse autor:

Ao contrário do mercador que prevaleceu na região da fase mineradora até meados do século XIX, o grande comerciante produzido pela revolução industrial não exerceria seu poder, exclusivamente, a partir do armazém. Desvinculados da ligação imediata com seu empreendimento, legando suas antigas responsabilidades a inúmeros funcionários especializados, o que levaria a nova casa comercial a assumir grandes dimensões físicas a fim de abrigar escritórios e dependências para os diversos serviços prestados, após a guerra com o Paraguai os comerciantes dos portos tornaram-se os responsáveis diretos pelos contatos com Assunção, Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro e os principais centros comerciais europeus (ALVES, 1985, pp. 60 e 62).

Assim, o lapso de tempo que se estende das três últimas décadas do século XIX às três primeiras décadas do século XX correspondeu à época de apogeu e lenta desestruturação do poderio das casas comerciais dos portos, instaladas em todas as principais cidades ribeirinhas de Mato Grosso, as quais, no auge de seu desenvolvimento, estiveram na vanguarda da vida política e econômica do estado, financiando por meio do crédito à produção a exploração de novas atividades econômicas ou a expansão das existentes (ALVES, 1985, p. 63).

Uma ilustração do funcionamento daqueles estabelecimentos, no período de seu apogeu, aparece nos “anúncios” publicados no *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*, obra monumental editada na cidade alemã de Hamburgo, em 1914, sob a coordenação dos comerciantes corumbaenses S. Cardoso Ayala e Feliciano Simon, como resultado dos esforços de comerciantes mato-grossenses para divulgar as potencialidades econômicas do estado (AYALA e SIMON, 1914).

Os “anúncios” indicam que, na virada do século XIX para o XX, as casas comerciais eram elementos de concentração do capital, exercendo o controle absoluto do comércio de importação, de boa parte do comércio de exportação e da navegação fluvial. Paralelamente, dispunham de “seções bancárias” que, além de realizarem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros; representavam companhias

seguradoras; incorporavam indústrias e se apropriavam de terras para exploração da pecuária, da agricultura e da extração de produtos vegetais e minerais.

Tudo isso conferiu àqueles novos empreendedores um perfil essencialmente cosmopolita, por meio do qual acabariam por expressar uma concepção universalista a respeito do mundo e dos homens. Universalismo que seria corporificado nas práticas de ordenamento urbano e nas inspirações arquitetônicas dos edifícios das principais cidades ribeirinhas mato-grossenses, cujas esferas da vida política e econômica estiveram sob o domínio da vigorosa burguesia portuária.

É nesse contexto histórico mais amplo que se insere o sítio histórico urbano do Porto Geral de Anastácio, cujas edificações constituem-se em marcos da presença do ecletismo como estilo arquitetônico introduzido pelos grandes comerciantes dos portos das cidades ribeirinhas do antigo Sul de Mato Grosso.

Em Anastácio, as expressões mais significativas daquela parcela da burguesia ligada aos centros comerciais platinos foram os imigrantes de origem italiana Vicente Anastácio, que empresta seu nome ao município, e os irmãos José, Fideles e Vicente Candia, proprietários da “Casa Vicente Anastácio” e da firma “Candia & Irmãos”, respectivamente.

Italiano natural de Aieta, Vicente Anastácio chegou a Mato Grosso no término da guerra com o Paraguai, estabelecendo-se na cidade de Nioaque onde, em 1871, fundou a “Casa Vicente Anastácio”. Com filial instalada no antigo bairro Margem Esquerda do rio Aquidauana, essa casa comercial, conforme “anuncio” no *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*, dedicava-se à importação em geral e à exportação de “couros vacuns”, crina, borracha, painas e penas de garças. Seu proprietário, “banqueiro da Caixa Geral das Famílias, da Sociedade Bonificadora e da Companhia de Seguros Sul América”, também realizava serviços de navegação por meio da “lança a vapor” Ligúria e de duas chatas. Além disso, as duas fazendas da Casa, situadas “nas proximidades de Nioac”, contavam com um “stock” de 4000 cabeças de “gado vacum e 500 cavallos” (AYALA e SIMON, 1914).

Localizada na Avenida Manoel Murtinho, esquina com a Rua Porto Geral, onde foi construída em 1872, a “Casa Vicente Anastácio” foi originalmente edificada em taipa-de-mão. A fundação e as alvenarias estruturais, revestidas de argamassa, são de pedra – ciclópica, com predominância do arenito aquidauana. Vidro, bronze e madeira são os materiais que compõem as aberturas e a estrutura da cobertura. A fachada principal possui embasamento em soco com abertura, degrau e uma trama de pilastras com aberturas em arco pleno, além de coroamento com linhas verticais e horizontais emparelhadas. Reformado em 1953, o edifício recebeu inspiração art-déco (MARQUES, 2001, t. 1, p. 117)

ão obstante a importância da Casa Vicente Anastácio é, contudo, a Casa Cândia, como é popularmente conhecida, quem merece destaque especial aqui.

Fundada no município de Nioaque, em 22 de setembro de 1905, em 1º de fevereiro de 1908, no bojo da euforia vivida pela perspectiva de progresso ensejada pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a Casa Cândia, dedicada à “importação em geral” e à “exportação de produtos do paiz” (AYALA e SIMON, 1914), teve uma filial instalada à margem esquerda do rio Aquidauana. Ainda hoje em funcionamento, conservando boa parte da mobília original e um acervo documental de enorme valor histórico, esse estabelecimento pode ser considerado um remanescente vivo das antigas casas comerciais dos portos mato-grossenses, constituindo-se numa referência arquitetônica da cidade e da região.

Projetado e construído pelo imigrante italiano Nicola Cicalise, o edifício apresenta fundação e alvenarias de arenito aquidauana com revestimento de argamassa. As esquadrias e a estrutura da cobertura são de madeira e telhas coloniais de barro. A fachada principal possui embasamento em soco, escadaria de acesso, trama de pilastras com capitéis de inspiração toscana, aberturas em arcos plenos emoldurados, com rusticação em arco ogival até o plano das impostas; além de retangulares encimadas por cercaduras (Foto 1). O coroamento contém arquitrave, friso, cornija e muro de ático encimados por frontões laterais abatidos, interrompidos por ornato no vértice e frontão central com cartela e monograma C & M no tímpano, correspondendo a Cândia & Moliterno, razão social da firma a partir de 1909 (Foto 2).

Foto 1: Casa Candia – Fachada Frontal



Fonte: Acervo particular do autor

Foto 2: Casa Candia – Detalhe da fachada principal



Fonte: Acervo particular do autor

Destaque-se, que esse edifício não é exceção. Como ele, a maioria das edificações do Casario do Porto Geral de Anastácio foi construída com paredes portantes de pedra e cal, coroamento do tipo platibanda, portas e janelas estreitas e altas acompanhando os pés-direitos. Nas fachadas principais, as platibandas são frequentemente sobrepostas a cornijas de massa, ou a uma ordem estilizada resultante da aplicação de pilastras com entablamento - arquitrave, friso e cornija. Esses elementos, aplicados como relevos às superfícies das fachadas principais, não possuem função estrutural. Atuando apenas como recursos ornamentais, participam da composição arquitetônica de modo a determinar um ritmo (MARQUES, 2001, t. 1, p. 124).

Assim como em outras cidades ribeirinhas do antigo estado de Mato Grosso unificado, o edifício da Casa Cândia foi construído a partir de uma linguagem arquitetônica fortemente influenciada pelos padrões europeus, introduzidos na região pelos grandes comerciantes dos portos que ali se estabeleceram no final do século XIX. Até a década de 1920, a opção arquitetônica daquela burguesia portuária caracterizou-se pelo desejo de modernidade e conforto, simbolizado na linguagem que o ecletismo expressava.

Se, por um lado, a influência eclética permitiu a adoção de certa liberdade estilística na composição formal dos elementos decorativos que figuravam, sobretudo, no plano das fachadas frontais das edificações, dado característico de uma arquitetura fachadista, por outro lado resultou em soluções pouco onerosas, corporificadas no uso de materiais abundantes da região, a exemplo do arenito aquidauana e dos diversos tipos de madeiras de lei; na clareza

construtiva, na simplicidade e padronização de formas em que predominaram ingredientes neoclássicos.

Desde a sua fundação a Casa Cândia esteve intimamente vinculada ao comércio platino, trazendo de Corumbá, através de pequenas embarcações como a lancha Ligúria de propriedade do comerciante Vicente Anastácio, as mais variadas mercadorias de países da América do Sul e da Europa, fato indicativo das interconexões que esta casa comercial estabeleceu com um espectro econômico, social e cultural que extrapolava o âmbito exclusivamente regional. Traços do amplo espectro de relações em que esse estabelecimento esteve envolvido apareceram em pesquisa recentemente iniciada no acervo documental mantido sob a guarda de sua atual proprietária, senhora Jandira Trindade, para quem por meio daqueles antigos documentos seria possível escrever “toda a historia da nossa região” (CABRAL; CABRAL & ÂNGELO, 2003, p. 36).

Além de uma quantidade significativa de fotografias e documentos avulsos ainda não analisados, o acervo documental da Casa Cândia compõe-se de 12 livros de registros correspondentes a parte da movimentação comercial e financeira do período de 1905 a 1949, assim distribuídos:

- Livro Borrador da Casa Cândia e Irmãos de Nioaque (1905-1909).
- Livro de Balanço da Casa Cândia e Moliterno de Aquidauana (1912).
- Livro de Balanço da Casa Cândia e Moliterno de Aquidauana (1922).
- Livro Copiador de Telegramas Expedidos da Casa Cândia e Moliterno de Nioaque (1905-1914)
- Livro Copiador de Notas Mensais da Casa Cândia e Moliterno de Nioaque (1911-1913).
- Livro Copiador de C/ Correntes da Casa Cândia e Moliterno de Nioaque (1911-1914).
- Livro Copiador de Cartas Expedidas da Casa Cândia e Moliterno de Nioaque (1911-1915).
- Livro Diário da Casa Cândia e Irmãos de Nioaque (1905-1909).
- Livro Diário da Casa Cândia e Moliterno de Aquidauana (1908-1914).
- Livro Diário da Casa Cândia e Moliterno de Aquidauana (1915 – 1917).
- Livro Diário da Casa José Cândia e Cia de Aquidauana (1934 – 1935).
- Livro Diário da Casa José Cândia e Cia de Aquidauana (1948 – 1949).

O contato com essa documentação permitiu, por um lado, apurar que os livros atualmente sob a guarda da Casa Cândia do Município de Anastácio correspondem a parte dos documentos de, no mínimo, duas casas comerciais distintas, porém ligadas entre si, conservando o nome fantasia Casa Candia: a da então matriz Casa Cândia e Irmãos de Nioaque que, fundada naquele município em 1905, teve, em 1910, sua razão social mudada

para da Casa Cândia e Moliterno de Nioaque; e os documentos da Casa Cândia e Moliterno de Aquidauana, que, fundada em 1908 como filial do estabelecimento sediado em Nioaque, teve, como demonstra o Livro Diário correspondente ao ano de 1934 e 1935, sua razão social mudada para Casa José Cândia e Cia de Aquidauana.

Por outro lado, tomando por referência, a título de exemplos, o Livro Diário da Casa Candia e Irmãos de Nioaque, referente ao período de 13/05/1905 a 23/10/1909, o Livro Copiador de Telegramas Expedidos da Casa Candia e Moliterno de Nioaque, relativo ao registro de 4.854 telegramas expedidos entre 1910 e 1914, e o Livro Copiador de Cartas Expedidas da Casa Candia e Moliterno de Nioaque, correspondente ao registro de 332 cartas expedidas entre 09/05/1911 e 16/01/1915; adentra-se ao universo das transações comerciais e financeiras que a Casa Candia estabelecia com clientes individuais e com as mais diversas casas comerciais do estado Mato Grosso e de outras regiões do Brasil, com destaque para o valor e o tipo das mercadorias negociadas, o que permite mapear não só a complexa rede de vínculos à qual aquela casa comercial estava atrelada, mas também os hábitos de consumo da região.

Explicitamente, da análise desse material nota-se que, além das atividades comerciais, a Casa Cândia também atuava como representante, em toda a região, de corporações financeiras como o City Bank dos Estados Unidos, e de sociedades ou grupos de pecúlio como a sociedade “A Bonificadora”, de Barbacena, Minas Gerais. Operava ainda como representante imobiliária, mantinha uma interessante e peculiar relação de crédito com clientes individuais e com outras casas comerciais dentro e fora de Mato Grosso, além de prestar serviços como botica, farmácia e joalheria, entre outros.

Vale destacar, que no decorrer do trabalho de recuperação das informações contidas nos telegramas expedidos observou-se a presença maciça de transações de crédito envolvendo especialmente as comissões militares que atuaram na região por ocasião da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Linha Telegráfica do Sul de Mato Grosso, essa última comandada pelo então major de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, bem como com pequenos e grandes proprietários e a população local. Tal fato indicia não só a constância, mas a importância atribuída às transações de crédito, tanto para a constituição e consolidação das relações comerciais, quanto para a formulação de práticas sociais cotidianas, que, ao que tudo indica, tinham esses estabelecimentos como um de seus elementos centrais.

Como apontou Gilberto Luiz Alves, o poder político, econômico ou social da casa comercial mato-grossense não advinha somente do fato dela monopolizar, por um determinado período, as empresas de navegação ou o comércio de importação e exportação.

Para esse autor, desde que adquiriram, no final do século XIX e início do XX, a responsabilidade de também atuarem como casas bancárias, representando bancos nacionais e internacionais, as casas comerciais geraram sua “principal fonte de poder”, materializada pela prática do crédito. Nos discursos de empresários da época é possível detectar, como bem observou Gilberto Luiz Alves, a presença das transações de crédito permeando e entrelaçando as relações sociais, uma vez que a efetivação de qualquer transação de crédito dependia diretamente das relações sociais existentes entre as partes contratantes, o que fica explícito na fala do usineiro Joaquim Augusto da Costa Marques, ao declarar que “se acaso o lavrador necessitasse de algum capital teria que recorrer à *generosidade* de algum comerciante” (ALVES, 1984, pp. 39-40).

Por sua vez, em instigante trabalho sobre as casas comerciais paulistas, Maria Luiza de Oliveira demonstra que no período por ela estudado (1850-1900) as relações de crédito inseriam-se e se confundiam com as relações pessoais, através de vínculos constituídos com base numa noção mais ampla de crédito, em que estavam presentes as idéias de autoridade, reputação, confiança e influência. A partir daí, concluiu a historiadora paulista que qualquer tipo de relação de crédito, materializada em empréstimos em dinheiro ou transações de compra e venda sem o pagamento imediato, só ocorreria a partir da qualidade e da consistência das conexões de ordem familiar, de amizade, ou simplesmente de negócios, que se estabeleciam entre os contratantes (OLIVEIRA, 2005, p. 133).

Indícios de elementos semelhantes aos levantados por Maria Luiza de Oliveira e Gilberto Luiz Alves, em seus estudos sobre as casas comerciais paulistas e mato-grossenses, foram constatados durante a leitura dos telegramas expedidos pela Casa Cândia, até aqui inventariados.

De outra parte, os livros de registros aqui indicados podem ser fontes de enorme riqueza quanto ao desvendamento das características de consumo da região, informando sobre quem comprava e o que comprava, além dos valores das mercadorias, as quais podiam variar de vestidos de noiva a caixões funerários, de mobília doméstica, jóias e vinhos importados, até uma simples carne seca, comprada a crédito por um colono local, e remédios como o “Vidro da Saúde da Mulher”. Dados como estes, de enorme valor para o mapeamento de toda a cultura de consumo da região, também se constituem em ferramentas fundamentais para a implementação e o desenvolvimento de pesquisas nos campos da história urbana, da história dos costumes ou da história empresarial, levando-se em consideração nesse último caso a conclusão de Eulália L. Lobo de que:

As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interagentes, no qual lhe cabe a produção de bens (LOBO, 1987, p. 222).

Se diversos estudiosos evidenciam a relevância das casas comerciais para a história da ocupação da região Sul do antigo Estado de Mato Grosso uno (QUEIROZ, 2004; BORGES, 1991; REYNALDO, 2004; CORRÊA, 1999; CORRÊA, 1985), não seria demais mencionar que a presença, em Nioaque, de estabelecimentos comerciais como a Casa Vicente Anastácio e a Casa Cândia é apontada, por alguns analistas locais, como um dos mais importantes motivos impulsionadores da fundação da cidade de Aquidauana, em 1892 (MARTINS JUNIOR, 1998; NANTES, 1993; NEVES, 2007). Isso porque tais estabelecimentos acabaram por se constituir em elementos fundamentais para a resolução de inúmeros problemas cotidianos dos fazendeiros que viviam abaixo da Serra de Maracaju e no Pantanal, os quais enfrentavam dificuldades relacionadas às distâncias entre cidades como Nioaque e Miranda quando da necessidade de cartórios, igrejas e, sobretudo, de casas comerciais para o abastecimento de suas propriedades.

Disso resultaria a fundação, em local mais central e de fácil acesso a todos, da vila de Aquidauana, que rapidamente substituiria Miranda na condição de ponto terminal da navegação irradiada de Corumbá. Noutros termos, a fundação da vila de Aquidauana, e a posterior instalação de casas de comércio no local, teria feito com que a região se vinculasse às intensas relações comerciais que se processavam na Bacia Platina à época, passando, aos poucos, a desempenhar importante papel de entreposto comercial no extremo sul de Mato Grosso. Tamanha seria a importância comercial de Aquidauana, que a cidade passou a abastecer a então vila de Campo Grande com os gêneros que vinham de Corumbá por via fluvial. Paralelamente, por meio das vias terrestres a cidade se tornaria o empório comercial de grande parte do leste do Estado (QUEIROZ, 2004).

Referindo-se o cenário em que está inserida e aos objetos vinculados à Casa Cândia, assim se expressou sua atual proprietária, Jandira Trindade:

Construir, antigamente, era para sempre. Assim nasceram na margem esquerda do rio construções que até hoje desafiam a tudo e a todos. Prédios bem feitos, que apesar do tempo e da pouca conservação trazem de volta um tempo passado... Paredes sólidas, feitas de pedra, com espessura de meio metro, sua fachada super decorada desenhada por um pedreiro artista, que além dos detalhes que são muitos, é completada com uma espécie de brasão onde estão entrelaçadas as iniciais da firma que começou naquele longínquo 2 de fevereiro de 1908 os trabalhos da firma

comercial. Está no mesmo lugar, plantada na travessa Ragalzi, centro comercial da cidade daqueles idos tempos, hoje Anastácio. Seu piso é de ladrilhos trazidos de Corumbá, pela lancha Ligúria, e apesar do tempo, eles estão em forma, assim como as prateleiras e o balcão, a pequena vitrine, tudo conservado da melhor forma. A escrivadinha, onde na certa foram redigidos tantos documentos, tem tantas histórias a contar. O forro também, com seu madeiramento de puro cedro, que apesar do tempo e dos cupins está como novo. As telhas francesas ainda são as mesmas da época e dando conta do recado, sem ter goteiras. O cofre enorme à prova de fogo, Feito pela Lucardelli, fabricado na Rua Oriente, em São Paulo, ainda funciona com segredo e tudo. Seus enormes armários, que serviram de arquivos, só causam admiração a todos que aqui vivem. O que faz mais sucesso são os livros de contabilidade, pois neles está escrita toda a história da nossa região [...] Assim é a história do prédio da Casa Cândia e seus pertences, que nasceu para servir de casa comercial e que, nesses 90 anos de existência, apesar das crises e dificuldades, está ainda em pé, sem rachaduras, firme, com as portas abertas à espera de fregueses. Velho ancião que carrega tantas histórias e tantos segredos sem denunciar ninguém [...] (Apud CABRAL; CABRAL & ÂNGELO, 2002, pp. 35-36).

Transformada pela memória (entendida como construção social em uma operação ideológica que estrutura imagens e organiza simbolicamente as relações sociais e seus produtos materiais, produzindo, nesse processo, legitimações) em patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul, a Casa Cândia passa a se constituir em símbolo, tornando-se, enquanto tal, passível de desconstrução/ interpretação para que seja possível a apreensão de seu significado (CAMARGO, 2002, p. 96).

Por outro lado, sujeita a musealização, mais que um lugar evocativo e celebrativo de uma memória, a Casa Cândia pode e deve se constituir em espaço de problematização da memória, ou seja, num instrumento para a interpretação das transformações culturais de uma sociedade. Noutros termos, e parafraseando José Newton Coelho Meneses (MENESES, 2004, p. 91), se a história não é apenas memória, tratar como relíquia aquilo que, no campo das tensões sociais, se define como patrimônio histórico e cultural pode colocar em risco a possibilidade de se evidenciar o valor de uso dos objetos, da construção cultural de uma sociedade ou da identificação radical que sustenta a vida dos homens de uma determinada coletividade em outro espaço histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá (1857-1929). A propósito das determinações econômicas do Casario do Porto. In: CORRÊA,

Valmir Batista (Org.). **Casario do Porto de Corumbá**. Patrimônio Histórico a ser preservado. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS/ Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

_____. Mato Grosso e a História: 1870 – 1929 (Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n 61, 1984.

AYALA, S. C. e SIMON, F. **Álbum Gráfico do Estado de Matto Grosso**. Hamburgo/ Corumbá, 1914.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 – 1930)**. Cuiabá: Genus, 1991.

CABRAL, Silas; CABRAL, Cimara e ÂNGELO, Reginaldo. **Anastácio 38 anos**. Campo Grande: Gráfica Editora Alvorada, 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. SP: Aleph, 2002 (col. ABC do Turismo).

CORRÊA, Lúcia Salsa. Corumbá: o comércio e o Casario do Porto (1870-1920). In: CORRÊA, Valmir Batista (Org.). **Casario do Porto de Corumbá. Patrimônio Histórico a ser preservado**. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS/ Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira**. O Sul de Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. In: _____ (Org.). **Casario do Porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS/ Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

Livro Diário da Casa Candia e Irmãos de Nioaque (1905-1909).

Livro Copiador de Telegramas Expedidos da Casa Candia e Moliterno de Nioaque (1910-1914).

Livro Copiador de Cartas Expedidas da Casa Candia e Moliterno de Nioaque (1911-1915).

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 5. ed. RJ: Campus, 1987.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato- Grossense**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, t. 1.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. In: **Historia Paraguaya**. Anuário de la Academia Paraguaya de la Historia. Asuncion: Academia Paraguaya de la Historia, vol. XLII, 2002.

MARTINS JR, Carlos. Duas cidades uma história. **Anais do IV Encontro Regional da ANPUH-MS**, 1998.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório dos Trabalhos Realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso. Apresentado às Autoridades do Ministério da Guerra Pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon Como Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, publicação nº 69-70.

NANTES, Aglay Trindade. **Morro Azul: Estórias Pantaneiras**. Campo Grande: Ed. Rubens Aquino, 1993.

NEVES, Joana. **Um Porto Para o Pantanal**. A fundação de Aquidauana: civilização e dependência. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o Armazém: Relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850 – 1900**. São Paulo: Alameda, 2005.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX**. Bauru: Edusc, 2004.

REYNALDO, Ney Iared. **Comércio e Navegação no Rio Paraguai (1870 – 1940)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2004.

ROBBA, Claudio. **Aquidauana Ontem e Hoje**. Campo Grande: Gráfica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

_____. **Anastácio Ontem e Hoje**. Aquidauana: Edição do Autor, 2006

TAUNAY, Alfredo D' Escagnolle. **A Retirada da Laguna**. Episódio da Guerra do Paraguay. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

VALÉRIO, Cláudio. **Breve História de Anastácio**. Anastácio: Edição do Autor, 2002.

O ACERVO DO CDH-FURG COMO SUPORTE PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Carmem G. Burgert SCHIAVON¹

cgbschiavon@yahoo.com.br

Tiago Fonseca dos SANTOS²

tiago_fsantos@yahoo.com.br

RESUMO: O presente texto visa apresentar a constituição do acervo do Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG), assim como os pressupostos do Programa de Educação Patrimonial (PEP) desenvolvido na mesma Instituição e o quanto o espaço do CDH pode contribuir à realização de práticas da Educação Patrimonial a partir da utilização do acervo Coriolano Benício.

PALAVRAS-CHAVE: documentação; educação; patrimônio.

ABSTRACT: This paper aims to provide formation of the collection of the Historical Documentation Center Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Federal University of Rio Grande (CDH-FURG), as well as the assumptions of the Heritage Education Program (PEP) developed in the same space as the Institution and the CDH may contribute to the achievement of practices Heritage Education from the use of the acquis Coriolanus Benicio.

KEYWORDS: documentation, education, heritage.

A ORIGEM DO CDH E A CONSTITUIÇÃO DO SEU ACERVO

O Centro de Documentação Histórica “Professor Hugo Alberto Pereira Neves” da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG) está ligado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da mencionada Universidade (ICHI-FURG) e teve origem nos primeiros anos da década de oitenta do século anterior, a partir do esforço coletivo dos professores do antigo Departamento de Biblioteconomia e História (DBH-FURG).

¹ Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG) e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

² Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na mesma Universidade (PPGEA/FURG). Bolsista CAPES/REUNI.

Originalmente, o CDH funcionava junto às salas de permanência dos docentes do Curso de História, os quais haviam projetado o espaço. Posteriormente, a partir do momento em que as doações passaram a avolumar-se, o acervo do CDH exigiu um espaço maior para sua acomodação, passando, então para a sala 14 do Pavilhão 04 – ao lado do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (LEPAN) – do Campus Carreiros da FURG, onde dispõe, em seu interior, de duas unidades menores; uma destinada à constituição do banco de dados (informática) e ao laboratório de história oral e, a outra, ao arquivamento de periódicos.

Em 1998, a partir de um projeto que tramitava junto aos Conselhos Superiores da FURG, o CDH passou a ser denominado com o nome de “Professor Hugo Alberto Pereira Neves”³, um dos principais ícones e defensores da ideia de criação deste centro de pesquisa. Neste mesmo momento, teve início um processo de inventário do acervo, atividade esta que originou a sua distribuição a partir de 08 coleções e uma biblioteca, conforme descrição apresentada na sequência.

Atualmente, O CDH encontra-se disponível à consulta e à pesquisa para o público em geral todavia, configura-se, principalmente, como um aporte à realização de pesquisas e práticas pedagógicas dos Cursos de História, Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade.

Com relação ao acervo do CDH, destacam-se as seguintes coleções:

* **Acervo Coriolano Benício:** este é constituído de recortes, folhas de anotações e prospectos relacionados às atividades culturais como, cinemas, teatros, clubes e circos, as quais ocorreram na cidade do Rio Grande, no período de 1923 até 1982. Ressalta-se que o material deste acervo está organizado em pastas, que contém as atividades relacionadas ao cinema, teatro e companhias teatrais, bem como as revistas que noticiaram a realização de tais eventos. Além destas documentações, o acervo conta, ainda, com anotações que versam sobre a sua própria vida e que contam a trajetória do Clube Carnavalesco Irresistíveis e da Companhia de Teatro Amador Beira-Mar. O teatro rio-grandino é outro destaque no acervo Coriolano Benício e esta parte é composta por fotografias, desenhos (realizados pelo próprio Coriolano), assim como alguns modelos de alegorias carnavalescas e cenários de teatro elaborados para o carnaval em Rio Grande.

* **Acervo de Documentação Eclesiástica:** apresenta-se pela composição de aproximadamente 4.700 documentos eclesiais relacionados aos autos de casamento,

³ O Professor Hugo Alberto Pereira Neves faleceu no início da década de 1990.

proclamas, justificativas de casamento, procurações, habilitações, justificativa do estado de solteiro, de batismos e falecimentos. Destaca-se que a documentação compreende o período de 1805 até 1912 (aproximadamente) e que grande parte deste acervo encontra-se microfilmada.

* **Acervo da União Operária:** este acervo é composto por 38 livros com atas, relatórios e o controle contábil do sindicato (relacionadas ao período de 1900 a 1932); 02 pastas que apresentam folhetos de peças teatrais; 148 jornais operários; 01 caixa com documentos diversos e o acervo da biblioteca da União Operária (778 livros).

* **Acervo de Revistas e Jornais:** este acervo é composto revistas e jornais locais, regionais e nacionais, compreendendo o período de 1905 até 1990 (com algumas interrupções) e conta com, aproximadamente, 8.000 fascículos e 65 títulos. Neste acervo destacam-se as Revistas *Fon-Fon*; *O Malho*; *Rio Grande do Sul*; *Revista Ilustrada*, *Revista Souza Cruz*; o semanário carioca *Tico-Tico*, o qual é tido como uma das 4 coleções existentes em todo o Brasil; o jornal *A Voz do Povo*, apesar de estar incompleto, constitui uma coleção única também.

* **Acervo Fotográfico:** apresenta caixas com fotografias da fachada e de operários da Fábrica Reighantz; dos Casarões Ipiranga; inúmeras charqueadas de Pelotas; Clube de Regatas e antigas residências da cidade do Rio Grande.

* **Processo do Inventário do Comendador Faustino Corrêa:** este acervo é constituído por 482 caixas contendo petições de habilitados, as quais comprovam a descendência por intermédio de certidões de nascimentos, batismo, casamento, óbito, inventários e testamentos; 33 caixas que apresentam decisões e peças judiciais (estas caixas compreendem a documentação referente aos séculos XVIII e XX) e 06 caixas contendo documentos avulsos, sendo que estes apresentam uma datação mais próxima da atualidade.

* **Núcleo de História Demográfica:** apresenta fichas de reconstituição de famílias da cidade do Rio Grande, compreendidas entre o período de 1737 a 1850. As mencionadas fichas possibilitam o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à genealogia e a estudos populacionais. Este acervo apresenta, ainda, 43 rolos de microfilmes da Diocese do Rio Grande, com os registros de batismos, matrimônios e óbitos ocorridos na paróquia rio-grandina durante o já mencionado período.

* **Laboratório de História Oral:** constitui-se de entrevistas e transcrições destas, disponibilizando à consulta temas como imigração, pesca, indústrias, relatos relacionados à cidade do Rio Grande. Além das entrevistas, o referido Laboratório apresenta o registro de algumas palestras e eventos ocorridos na FURG.

* **Biblioteca:** o CDH apresenta, ainda, uma biblioteca com, aproximadamente, 950 exemplares de livros relacionados à história regional e local e nacional; assim como catálogos, anais, periódicos e boletins. Além dos livros, o CDH também apresenta alguns documentários e monografias dos cursos de graduação e especialização em História e vídeos relacionados à mesas redondas, as quais abrangem diversos temas ministrados na FURG.

Como pode ser observado, em razão da riqueza do seu patrimônio documental, o CDH-FURG constitui um espaço privilegiado não somente para a realização de pesquisas mas, também, para a execução de outras práticas, como é o caso da Educação Patrimonial, como poderá ser constatado na sequência deste texto.

O INÍCIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FURG E A SUA RELAÇÃO COM O CDH-FURG

O Programa de Educação Patrimonial (PEP) da FURG foi criado em 2009 e visa fornecer às Escolas locais, uma atividade de reflexão crítica acerca de seu currículo escolar, permitindo-lhes apropriar-se de um instrumental teórico-metodológico e, sobretudo, prático, para a apropriação singular dos bens culturais da comunidade escolar e suas adjacências, tendo em vista a tomada do patrimônio cultural local como uma ferramenta de “alfabetização cultural” (Horta, et. al, 1999). Para tanto, o Programa conta com as ferramentas da Educação Patrimonial, que abrange as etapas da observação, registro, exploração e apropriação e, ao mesmo tempo objetiva o estabelecimento de atividades interdisciplinares que gerem o (re) conhecimento e a valorização do patrimônio e da cultura local. Entre as suas ações destacam-se a busca pela inserção da temática da Educação Patrimonial nos currículos escolares das séries iniciais do ensino fundamental da cidade do Rio Grande; a valorização da memória e da identidade cultural local e a melhoria da qualidade de vida e auto-estima dos cidadãos, despertando atitudes de cidadania e respeito ao patrimônio cultural. Em síntese, almeja-se a sensibilização da comunidade rio-grandina para a valorização dos seus bens culturais e naturais, a partir das especificidades da cultura e do meio natural locais.

Nesta direção, as propostas do Programa de Educação Patrimonial estão fundamentadas em um vasto referencial teórico e metodológico, podendo este ser elencado em três grandes áreas: a Educação Patrimonial, a Educação Ambiental e, ainda, a História. Traçando um ponto de convergência entre estas três temáticas, pode-se visualizar a importância do trabalho da História e suas metodologias, como a história oral, a memória e a didática da História e a sua articulação com a Educação Patrimonial, a fim de realçar a

identificação histórica a partir do patrimônio cultural e dos laços identitários das comunidades envolvidas em sua relação com o pertencimento, objetivando o exercício da reflexão crítica acerca das problemáticas socioambientais presentes. Além disso, considerando seu envolvimento afetivo com artefatos culturais envolvidos no processo de construção das práticas pedagógicas, esta metodologia adquire ainda maior relevância para a relação ensino-aprendizagem, tendo em vista a possibilidade de experiências a partir do contato direto com estes artefatos históricos, culturais e ambientais.

As categorias fundamentais na construção do conhecimento histórico (duração, permanências, rupturas, simultaneidade, anterioridade e posteridade) devem ser trabalhadas nas atividades de História, partindo do universo mental dos estudantes e este trabalho pode ser fundamentado na análise de documentos e fontes disponíveis nos Centros de Documentação, afinal, a projeção destas categorias trabalhadas da Educação Patrimonial à realidade imanente dos estudantes possibilita-lhes apreender o conhecimento histórico de modo que possam analisar, criticamente, o patrimônio cultural de suas comunidades, (re) significando, desta forma, os diversos saberes-fazeres com os quais interagem na Escola e na comunidade, ou seja, articulando-os. Ainda, a este respeito, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN's, 1998, p. 55) pode-se visualizar que os objetivos do ensino de História, “remetem para o estudo de questões sociais relacionadas à realidade dos alunos; acontecimentos históricos e suas relações e durações no tempo; discernimento de sujeitos históricos como agentes de transformações e/ou permanências sociais”. Assim, a Educação Patrimonial possibilita uma apropriação no processo de construção do conhecimento, a partir do trabalho com o patrimônio cultural da comunidade, tendo em vista a interação direta com a cultura local, fortalecendo, desta forma, o sentimento de pertencimento àquela comunidade.

Desse modo, o Programa de Educação Patrimonial da FURG procura construir práticas pedagógicas que orientem os estudantes e educadores a identificar os 'signos' e os significados atribuídos às 'coisas' por uma determinada cultura, a mergulhar no universo dos sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a “língua cultural” específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se afetivamente com elas, através de vivências e experimentações de modo a ser capaz de apropriar-se desses 'signos' e 'contextos culturais' (HORTA, 2000).

Em relação ao conteúdo e à perspectiva de análise do conhecimento histórico escolar, Alves aponta uma importante dimensão de estudo e a sua apropriação pelos educadores da disciplina escolar História; segundo o autor, a História local permite ao educando um referencial analítico que lhes permita a “compreensão da dinâmica social, percebendo-se parte

integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não são lineares, mas permeados de continuidades e descontinuidades próprias do processo histórico” (2006, p. 71). Além disso, a investigação e a construção do conhecimento histórico com base em elementos da cultura local permitem um maior envolvimento dos estudantes, uma vez que os mesmos passam a (re) significar os elementos estruturantes desta cultura. Assim, o estudo da História local permite problematizar as relações socioambientais, a dinâmica do tecido social e a complexidade das estruturas vigentes, a partir de uma análise em que os estudantes podem, facilmente, projetar as categorias trabalhadas nas práticas escolares. Diante da sua perspectiva interdisciplinar, a Educação Patrimonial permite a reflexão sobre a sociedade e a cultura que é produzida, bem como as formas possíveis de interferência e acesso ao patrimônio cultural socialmente construído. Para isso, procura-se utilizar diferentes mediadores culturais e, ainda, diversas fontes primárias a fim de compreender o direito à memória como dimensão básica da construção da identidade e da cidadania (DAL BÓ & MACHADO, 2000).

Com base nesses pressupostos, o CDH, notavelmente, o acervo Coriolano Benício constitui um espaço privilegiado para a prática da Educação Patrimonial, haja vista que o desenvolvimento de atividades educativas em Arquivos e Centros de Documentação vem aumentando nos últimos anos, vindo a se constituir em espaços diferenciados para a adoção de novas metodologias educacionais, como é o exemplo Educação Patrimonial, em outras palavras, estão sendo evidenciadas ações que propiciem “uma efetiva articulação entre educação e a consciência da salvaguarda, ou seja, entre a escola, o patrimônio e o exercício da cidadania, recursos capitais para a promoção do direito à memória e à diversidade cultural” (PELEGRINI, 2009, p. 11).

Nessa direção, os registros informacionais dos Centros de Documentação são vistos como material didático de grande relevo, haja vista que sua leitura proporciona o desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa e, ainda, à reflexão conceitual na área. Inclusive, destaca-se que, no Brasil, a adoção dos PCNs de História, em 1997, incentiva o contato dos educandos com documentos já no primeiro ciclo, tendo em vista que “espera-se que no final do primeiro ciclo os alunos sejam capazes de: [...] identificar alguns documentos históricos e fontes de documentação discernindo algumas de suas funções”(PCNs, 2001, p. 50).

Seguindo esta orientação, desde o ano de 2009, o espaço do CDH e a riqueza do seu patrimônio documental, integram as atividades do Programa de Educação Patrimonial da FURG. Desse modo, o acervo do Coriolano Benício é tido como fonte de exploração para o

trato com a história local, haja vista que se procura superar a disjunção entre o conhecimento histórico escolar e os saberes prévios dos estudantes, que incorre na fragilização das práticas escolares, uma vez que “a escola formal se encarrega de homogeneizar os valores, e a história ‘oficial’ tem mais relevo do que as histórias que contavam em casa... A memória do grupo começa a se perder, a cultura vai-se esgarçando, empalidecendo, a desagregação social vem a reboque” (HORTA, 2000, p. 34). Desse modo, percebe-se que (re) significar os conteúdos do currículo escolar é um imperativo pujante. A aproximação dos conteúdos, conceitos e categorias e as práticas pedagógicas da Educação Patrimonial são fundamentais para se aproximar à realidade da comunidade escolar. Da mesma forma, é imprescindível que os educadores procurem trabalhar com elementos da História local, de forma a suscitar as reflexões dos estudantes em relação ao vivido e às relações socioambientais nas quais estão inseridos, haja vista que:

(...) as crianças constroem narrativas seguindo as experiências familiares e do grupo de convivência. Começam a elaborar conceitos relativos ao mundo onde vivem estabelecendo comparações entre as temporalidades e os espaços vividos e não vividos (BITTENCOURT, 2006, p. 70).

Da mesma forma, no CDH, os alunos recebem informações referentes ao trato documental adequado, como a necessidade de utilização de máscaras e luvas, durante o manuseio dos documentos integrantes do acervo, como se observa na imagem abaixo:

Figura 1: alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Renascer no CDH FURG



Fonte: foto de Carmem G. Burgert Schiavon.

Como se pode observar, a partir do contato direto com as fontes documentais dos Centros de Documentação, os educadores são instigados a trabalhar com os elementos da História local, de forma a suscitar as reflexões dos estudantes em relação ao *vivido* e às relações socioambientais nas quais estão inseridos, pois “as crianças constroem narrativas seguindo as experiências familiares e do grupo de convivência. Começam a elaborar conceitos relativos ao mundo onde vivem estabelecendo comparações entre as temporalidades e os espaços vividos e não vividos” (CAINELI, 2007: 70). As categorias fundamentais na construção do conhecimento histórico (duração, permanências, rupturas, simultaneidade, anterioridade e posteridade) devem ser trabalhadas nas atividades de História, partindo do universo mental dos estudantes. Diante deste pressuposto, considera-se pertinente o uso de recursos teórico-metodológicos atinentes à Educação Patrimonial, uma vez que:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; et. al, 1999, p. 06).

A projeção destas categorias trabalhadas no ensino de História à realidade imanente dos estudantes possibilita-lhes apreender o conhecimento histórico de modo que possam analisar, criticamente, o patrimônio cultural de suas comunidades, (re) significando, desta forma, os diversos saberes-fazeres com os quais interagem na Escola e na comunidade, de modo a articulá-los. Ainda a este respeito, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN's; 1998, p. 55) pode-se visualizar que os objetivos do ensino de História, “(...) remetem para o estudo de questões sociais relacionadas à realidade dos alunos; acontecimentos históricos e suas relações e durações no tempo; discernimento de sujeitos históricos como agentes de transformações e/ou permanências sociais”.

Desse modo, a Educação Patrimonial possibilita uma apropriação no processo de construção do conhecimento, a partir do trabalho com o patrimônio cultural⁴ da comunidade, tendo em vista a interação direta com a cultura local, fortalecendo, desta forma, o

⁴ “(...) se manifesta, assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como uma “marca” que a identifica, que adquire um sentido “comum” e compartilhado por toda uma “comunidade” (HORTA, 2000, p. 29).

*pertencimento*⁵ àquela comunidade. Para tanto, o Projeto procura construir práticas pedagógicas que orientem os estudantes e educadores a identificar os ‘signos’ e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, o mergulho no universo dos sentidos e as correlações que elas oferecem à descoberta, à procura do entendimento referente à “linguagem cultural” específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, ao envolvimento afetivo com elas, por meio de vivências e experimentações de modo a possibilitar a capacidade de aproximação desses ‘signos’ e ‘contextos culturais’ (HORTA: 2000). A respeito da perspectiva cognitiva e da operacionalização dos conceitos, há que se considerar a realidade imanente dos estudantes, a fim de contemplar importância da construção de uma problemática concreta para os estudantes na elaboração das problemáticas empreendidas pelo conteúdo escolar, procurando, desta forma, se aproximar da estruturação da *consciência histórica*⁶, a partir de atividades que fomentem a ideia de *pertencimento*, tendo em vista fortalecer a *alteridade*⁷ como pressuposto fundamental à consolidação da identidade, em consonância com o fortalecimento do exercício da cidadania, como tema gerador do ambiente escolar, afinal, a percepção da experiência da humanidade no tempo-espaço é fundamental para a compreensão da própria existência⁸.

Através do exposto, se pode perceber que é de fundamental importância o trabalho com o patrimônio cultural, no intuito de provocar o *pertencimento* e a *alteridade*, de modo que ambos, articulados, possam desvelar as singularidades do individual e do local, em suas

⁵ Segundo Lais Mourão de Sá, o conceito de *pertencimento* ainda está em aberto, onde as discussões teórico-epistemológicas apontam uma relação dialógica entre a semelhança e o estranhamento, entre a natureza e as sociedades. Segundo a autora, “(...) se é verdade que toda visão humana de mundo é estritamente uma visão cultural, de quais limites jamais poderemos escapar (seja ela mítica, ideológica, filosófica ou científica), também é certo que o padrão cultural é aberto e se transforma exatamente na práxis dos indivíduos-sujeitos interconectados, na relação entre os ecossistemas e as sociedades humanas” (MOURÃO In FERRARO JR. (Org.), 2005, p. 252).

⁶ “a consciência histórica constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (RÜSEN, 2001, p. 66-77).

⁷ Segundo a autora, a *alteridade* surge “(...) na emergência da consciência e da autoconsciência, da distinção e do experienciar o mundo como algo diferente de si mesmos, como um outro, separado e distante. Esta emergência da identidade humana, da pessoa humana e se dá simultaneamente ao surgimento da alteridade – alteridade que é a condição de possibilidade da pessoa humana. *Somos o que somos porque o outro existe e sua existência nos afirma*” (MAKIUCHI In FERRARO JR. (Org.), 2005, p. 29).

⁸ De acordo com Rösen (2001), “(...) trata-se de seus pressupostos concretos na vida prática, suas raízes, por assim dizer, na vida humana concreta, com as quais a história nunca chega a romper e a partir das quais se constitui e cresce. Com o termo ‘raízes’ quer-se dizer duas coisas: de um lado, as necessidades de orientação percebidas pelos homens, agentes e pacientes, na experiência cotidiana do transcurso do tempo, em si mesmos e em seu mundo. De outro lado, a elaboração de uma determinada idéia de ‘história’, correspondente a essas necessidades e orientação prática no cotidiano e no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 22-23).

relações com o coletivo e, da mesma forma, como o local reflete e é refletido o/no global. O fortalecimento da investigação do local possibilita visualizar a inserção crítica dos *agentes* no *processo histórico* a fim de fomentar a cidadania, haja vista que essas práticas,

(...) propiciam aos alunos perceber a História como experiência. E a história das cidades parece-nos ser de enorme potencial para que os alunos reflitam sobre sua própria experiência histórica no lugar em que vivem, sobre suas responsabilidades no presente e na construção do futuro. Esse modo de pensar as cidades nos parece de grande potencial para quem quer promover uma educação histórica sensível ao desenvolvimento da capacidade decifradora dos sinais, signos, artefatos de memória, sensível aos diálogos entre os tempos históricos, as gerações, criando pontes entre a casa e a escola, a criança e o adulto (SIMAN, 2008, p. 266).

Por fim, cabe destacar que o Programa de Educação Patrimonial da FURG passa a ter ainda maior relevância socioambiental no atual momento, tendo em vista o processo de profundas transformações as quais a cidade do Rio Grande vivencia com o desenvolvimento do Pólo Naval, a instalação de diversas indústrias e a expansão das atividades do Porto como um todo⁹.

Neste contexto, a valorização do patrimônio cultural e ambiental do Município constitui uma necessidade urgente e, para além de uma postura meramente preservacionista, vale a prática de atividades que se voltem às especificidades da cultura e do ambiente local, ao trabalho com os laços societários constituídos, visando fortalecê-los, a fim de construir com os educadores e educandos envolvidos no Programa uma possibilidade de análise crítica deste processo.

Em sua segunda edição, o Programa (PEP) conta com uma perspectiva metodológica orientada à experimentação ativa dos estudantes envolvidos com os bens naturais e culturais, tomados como temas gerados para a construção de práticas pedagógicas interdisciplinares, visando (re) significar o ambiente escolar e constituí-lo como um espaço de interação entre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes e educadores com os saberes escolares, de forma a elaborar um exercício crítico reflexivo acerca da realidade sociambiental das comunidades adjacentes às Escolas.

Além dos aspectos já ressaltados, torna-se salutar mencionar que, o exercício da Educação Patrimonial a partir do acervo do CDH-FURG, já permitiu a elaboração de

⁹ Os impactos sociais e ambientais inerentes a este processo já começam a aparecer nas ruas da cidade, tanto que a previsão de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) é que a população local duplique e atinja a marca de, aproximadamente, 450.000 (em apenas 10 anos).

inúmeros jogos didáticos como quebra-cabeças, labirintos, cruzadinha, as sete diferenças, jogo da memória e criação de desenhos para pintar, entre outros, e, no atual momento de execução do Programa de Educação Patrimonial da FURG (PEP), a cartilha relacionada ao patrimônio cultural e natural do Município encontra-se em fase de finalização (o texto encontra-se pronto, só faltam as ilustrações).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC / SEF, 1999.
- CAIMI, Flávia. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**, Ed. UFF, nº 21, vol. II, pp. 17-32, 2006.
- CAINELLI, Marlene. A relação entre o conteúdo e metodologia no ensino de História: apontamentos para repensar a formação de professores, bacharéis ou profissionais da História. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa: 2000/2001, nº 6/7, pp. 12-21.
- DAL BÓ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Memória, educação e cidadania. In: **Revista Ciências & Letras**. Porto Alegre: FAPA, 2000, nº 27. pp. 259-276.
- FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Pereira, et. al. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- _____. Fundamentos de Educação Patrimonial. **Ciências & Letras**. Porto Alegre: FAPA, 2000, nº 27. pp. 13-35.
- NEVES, Joana. A História local e a construção da identidade social. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, PB. nº 3, pp. 13-27, 1996/1997.
- PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- _____. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, janeiro - junho, vol. 26, n. 51, São Paulo: Brasil, 2006, pp. 115-140.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. **Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2004.

SCHMIDT, M. A. BRAGA, Tânia. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, nº. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SIMAN, Lana. Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 47, pp. 241-270, 2008.

SOARES, André Luís R. (org.) **Educação Patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

OBRAS RARAS E ESPECIAIS: REFLEXÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO NORTE DE MINAS

João Olímpio Soares dos REIS

joaoreis1986@hotmail.com

Filomena Luciene Cordeiro REIS

ilomena.joao.reis1996@gmail.com

Elizabethete Barbosa CARNEIRO

betecarneiro@yahoo.com.br

Roseli Aparecida Damaso Messias GARCIA

Roseli.damaso@unimontes.br¹

RESUMO: O mundo atual clama por mudanças e transformações cotidianas demandadas pelo progresso e desenvolvimento, porém há ainda quem resista e persiste em querer preservar. Preservar é uma prova constante de resistência. Esse relato é uma reflexão da experiência em tratar obras raras e especiais da Diretoria de Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros com o objetivo de preservar esses documentos ricos como fonte histórica, literária, educacional, enfim, para todas as áreas de conhecimento que queira trabalhá-las. Um grupo de historiadores, biblioteconomistas, literatos e educadores refletem acerca das vivências na lida com as obras raras e especiais, foco desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Educação; Obras Raras.

ABSTRACT: Today's world calls for changes and transformations demanded by the daily progress and development, but there are still those who resist and persist in wanting to preserve. Preserve is a constant test of endurance. This report is a reflection of experience in treating rare books and special Board of Library of the State University of Montes Claros in order to preserve these rich documents as historical sources, literary, educational, and finally, to all areas of knowledge they want to work them. A group of historians, library, scholars and educators reflect on the experiences in dealing with rare books and special focus of this work.

¹ Professores do Departamento de Educação, do Departamento de História e diretora da Biblioteca Universitária da Universidade Estadual de Montes Claros, respectivamente. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. A pesquisa conta com a participação dos seguintes bolsistas de iniciação científica júnior -BIC Júnior: Karen Alessandra Souza, Danilo Davi Campos Ruas, Heuvath Soares Alquimim Júnior, Ingrid Lara Vieira Gomes; Diego Zuba Barbosa e Rafael Henrique Andrade Faria.

KEYWORDS: Cultural Heritage, Education, Rare Books.

Os órgãos de documentação apresentam acervos extremamente importantes para pesquisa e estudo. Nesse sentido, o projeto denominado “Tratamento Documental: Um Resgate da História e da Memória. II Versão.” apresenta possibilidades de tratamento de documentação sob custódia desses órgãos. Dentre eles, pode-se citar o arquivo, a biblioteca e o museu, cuja estrutura da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes contempla em seu organograma. Nesse caso específico, o referido projeto visa tratar obras raras especiais da Diretoria de Biblioteca Universitária da Unimontes, pois verifica-se uma grande demanda de trabalho e pesquisa a ser realizada nesse acervo. Esse trabalho é uma parceria entre os departamentos de Educação, História e a Biblioteca Universitária da Unimontes, assim como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e escolas públicas estaduais de Montes Claros.

Para tanto, o projeto conta com bolsistas de iniciação científica júnior do ensino médio de escolas públicas estaduais de Minas Gerais financiados pela FAPEMIG. Contar com esses bolsistas é uma experiência inovadora no processo de iniciação científica, pois a introdução de alunos do ensino médio desperta sentimentos diversos para a sensibilidade e desejo de preservar bens culturais.

A pesquisa objetiva tratar esse acervo visando produzir e desenvolver novas técnicas de restauro, bem como trabalhos científicos por meio dos documentos, nesse caso específico as obras raras e especiais da Biblioteca. Esse trabalho constitui e se apresenta de forma interdisciplinar contando com historiadores, bibliotecários e pedagogos no intuito de perceber o valor agregado a esse material por meio da pesquisa executada por essa equipe multidisciplinar.

OBRAS RARAS E ESPECIAIS: PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

A Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge – BCPAJ é responsável, em grande parte, pela formação dos hábitos de leitura e pesquisa entre os acadêmicos, professores e servidores, enquanto centro propagador de informação, repositório da produção literária e, por fim, mas não menos importante, lastro e estímulo ao progresso e desenvolvimento da indústria editorial. O livre acesso ao conhecimento nos vários formatos bibliográficos é pré-requisito

para a formação da comunidade universitária auto-consciente, integrada aos mais diversos estratos da cultura do país, ajustada ao seu tempo e apta a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornaram tão variadas as opções de vida na sociedade.

Diante da grande quantidade de acervo documental sob custódia desse órgão de documentação da Unimontes, esse projeto objetiva propiciar tomadas de iniciativas no sentido de conservá-lo e preservá-lo para a posteridade. Conforme Ingrid Breck (1991), os bibliotecários, arquivistas e documentalistas necessitam por meio de observação e estudo identificar de forma precisa danos, causas e meios de prevenção de deterioração de documentos a fim de estabelecer uma política de preservação do acervo documental. A fase de tratamento é de extrema importância. Exige pesquisas para identificar a situação dos documentos e o tipo de tratamento que deve ser usado. Esta é a proposta do presente projeto que pretende continuar com o processo de tratamento de documentos sob custódia da Unimontes, nesse caso, em relação ao acervo de obras raras e especiais.

Foi observado² que parte desses documentos está em mau estado de conservação e deteriorando em função do armazenamento inadequado, disponível no acervo geral da BCPAJ e uma grande quantidade das obras estão guardadas, sem quaisquer métodos para sua qualificação e/ou avaliação em nível científico e histórico, necessitando de tratamento diferenciado para sua conservação. O grande problema das obras raras e especiais da BCPAJ é a constatação de índices alarmantes de infestação de insetos. Estima-se que entre 2.900 e 3.100 volumes estejam comprometidos pela infestação, ou seja, quase 75% do acervo raro e especial estão comprometidos, representando uma séria ameaça ao patrimônio cultural guardado por esta Instituição.

Entre os itens do acervo há uma grande coleção de obras do direito antigo dos séculos XVIII e XIX como, por exemplo: *Collecção das Leis do Brazil de 1808* (Rio de Janeiro, 1891); *Do Hábeas-Corpus e seo Recurso* (Rio de Janeiro, 1879), de Manoel Godofredo D'Alencastro Autran; *Primeiras Linhas Sobre o Processo Orphanologico* (Rio de Janeiro, 1888), de José Pereira de Carvalho; *Fascículo de Dissertações Jurídico-Práticas* (Lisboa, 1866), de Manuel de Almeida e Sousa de Lobão; *Le Droit des Gens, ou Principes de la Loi Naturelle* (Rio de Janeiro, 1830), M. de Vattel; *Le Casse Ordinarie di Risparmio in Italia dal*

² Informações contidas em: GARCIA, Roseli Aparecida Damaso Messias. **Projeto de Tratamento e Informatização das Obras Raras e Especiais da Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge** / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Montes Claros, março 2004.

1822 al 1904 (Roma, 1906), de Ministério D'Agricultura, Industria e Commercio; *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1838* (Rio de Janeiro, 1863), além de outros.

Destacam-se obras como o livro *Avlo Persio Flacco* (Burgos, 1609), de Iuan Baptista Varesio, traduzido em língua castelhana por Diego Lopez. O livro trata de declarações das histórias, fábulas, antiguidades, versos difíceis e moralistas que tinha o poeta.

Outros livros encontrados no acervo são: *História da Poesia Portuguesa* (Lisboa – Portugal, [s.d.]), de João Gaspar Simões (folha-de-rosto); *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro em 04 volumes* capa em estilo gótico (Porto, 1945), de José Lello e Edgar Lello (ilustração das forças armadas do Brasil) e; *Cartas Políticas e Literárias* (Bahia, 1919), de Rui Barbosa (livro autografado pelo autor).

Também podemos constatar a presença das seguintes obras: *Festas e Tradições Populares do Brasil* (Belo Horizonte, 1979), de Mello Moraes Filho; *Barro Blanco* (São Paulo, [s.d.]), de José Mauro de Vasconcelos; *Novelas nada exemplares* (Rio de Janeiro, 1959), de Dalton Trevisan; *Monographia do Município de Montes Claros* (Belo Horizonte, 1916), de Urbino de Sousa Vianna. Destaca-se também o livro *O Cheiro de Deus* (Rio de Janeiro, 2001), de Roberto Drummond, autografado e com dedicatória do próprio autor um mês antes de seu falecimento. Diversas outras obras serão ainda identificadas seguindo critérios de raridade ou de características especiais.

Diante do contexto, onde se apresentaram tantas preciosidades verificou-se, conforme Ingrid Beck (1991), a existência de vários agentes capazes de deteriorar essas obras raras, entre eles pode-se citar: clima tropical; poluição do ar; químicas nocivas; acondicionamento e manuseio; acondicionamento inadequado e o manuseio sem zelo dos documentos pelo homem que pela falta de higiene das mãos (gordura, suor, resíduos de alimentos), além da postura incorreta, com apoio sobre o documento, anotações, rasgos, cortes e dobras danificam em grande escala o acervo.

Diante dessa realidade propícia a degradação das obras raras, os principais danos são causados devido as impurezas superficiais; fitas e etiquetas adesivas; tintas de escrever; impregnação de água; microrganismos; insetos e roedores e, sobretudo, pelo manuseio incorreto feito pelo homem aos documentos. Para cada tipo de degradação existe um tratamento específico e realizado por técnicos e/ou pessoas treinadas para tal exercício.

Considerando que é relevante este registro do patrimônio para a preservação do conhecimento humano e disseminação da informação, justificou-se o presente projeto pela possibilidade de tratar esse conjunto bibliográfico, de reconhecido valor histórico e científico, que permanece há muito tempo “desconhecido” e inacessível na própria Instituição, o que

permitirá um efeito multiplicador sobre a qualidade e o volume das pesquisas produzidas nas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, essa atitude, ou seja, tratar as obras raras da Biblioteca prof. Antônio Jorge degradados, permitirá as gerações futuras conhecer a sua história e preservá-la para a posteridade.

O ATO DE PRESERVAR E CONSERVAR É UM PROCESSO EDUCATIVO

Atualmente, as Universidades preocupam-se em ter os “olhos voltados” para o futuro, adequando-se às novas políticas e tecnologias de informação, e por outro lado, não deixando de considerar seu passado, como depositária das tradições de ensino e pesquisa científicas.

As bibliotecas universitárias representam o reduto onde anos, formas de cultura e conhecimento estão depositadas. A preocupação, além da aquisição de material, recai sobre *como e o que* fazer para manter "vivo" este material.

Nesse sentido, a experiência em tratar as obras raras e especiais da Biblioteca Universitária da Unimontes permite, assim como verificar os critérios de sua raridade, a compreensão e entendimento por meio da curiosidade entre os pesquisadores, sobretudo para conservar e preservar tais bens culturais para a posteridade e o desenvolvimento de outros trabalhos em áreas distintas do conhecimento.

O projeto de Tratamento Documental: Um Resgate da História e da Memória objetiva, nessa perspectiva, identificar o estado de degradação dos documentos e o tipo de tratamento demandado; tratar os documentos; refrigerar os documentos que apresentam problemas; detectar orifícios; higienizar os documentos; desacidificar dos documentos que apresentam acidez; secar dos papéis; encadernar dos documentos; acondicionar dos documentos; gerar produção científica dos estudantes sob orientação dos professores; desenvolver novas técnicas de restauro; disponibilizar os documentos restaurados ao público em geral; preservar os documentos originais por meio do tratamento adequado; evitar a deteriorização dos documentos a partir da destruição de sinistros (fungos, bactérias, traças, etc.) por meio de técnicas próprias da restauração; estimular, apoiar e contribuir para a qualidade do ensino, aprendizagem e Iniciação Científica da região; incentivar, conscientizar e preservar para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história; promover a interdisciplinaridade por meio das diversas áreas do saber envolvidas nesse estudo e; educar e sensibilizar a academia para lidar com este tipo de acervo.

Enfim, preservar esse acervo consiste em elaborar estratégias com o objetivo de concretizar o processo ensino-aprendizagem para o ato de conservar os bens culturais como bens de uma coletividade. Para tanto, a metodologia de execução do trabalho e da pesquisa consiste em várias etapas, geralmente similares, porém o acervo a ser tratado deverá incluir etapas características a natureza dos documentos. Sempre o plano de trabalho detalha as etapas e a metodologia de trabalho adequado. O processo ensino-aprendizagem se concretiza nesse momento quando a equipe de pesquisa entra em cena com suas diversas formações, especialidades e sensibilidades não apenas tratamento e estudando as obras, mas tentando compreender seu significado para o homem enquanto produtor do conhecimento e vivenciador de experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de pesquisa trabalhou, além das obras citadas acima, juntamente com os bolsistas de iniciação científica júnior com a obra de Níkos Kazantzákis, um [escritor](#), [poeta](#) e [pensador grego](#). Comumente considerado o mais importante escritor e filósofo grego do [século XX](#). Estudou também “O Cristo Recrucificado” (Ο Χριστός Ξανασταυρώνεται) que aborda o antigo costume da aldeia de Licóvrissi. Outro trabalho importante pesquisado foi de José Maria de Eça de Queirós. Eça de Queirós é um dos mais importantes escritores [lusos](#).

O estudo ressaltou obras e escritores, mas também foram realizadas pesquisas sobre as editoras, dentre elas, “A Nova Fronteira”, que é uma das maiores [editoras](#) do [Brasil](#), com sede no [Rio de Janeiro](#), fundada por [Carlos Lacerda](#), assim como outras que atualmente não estão mais no mercado editorial ou encontram-se além das fronteiras do nosso país.

Os critérios de raridade verificados nos livros da Diretoria de Biblioteca Universitária da Unimontes foram: consta material iconográfico como fotografias, estampas, gravuras e desenhos; contém dedicatória e/ou autógrafo de autores consagrados; tem marcas de propriedade, assinaturas, *ex-libris*, super-líbris, carimbos, brasões, etc; constituem primeiras edições; apresentam relevantes informações sobre os Estado ou suas cidades em seus mais diferentes aspectos; tem mapas importantes em geral; constam anotações (autor, leitor que descrevem, corrigem, esclareçam ou comentem o texto); apresentam marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado editorial (encadernadores, restauradores, livreiros, etc.), dentre outras.

Além da pesquisa nas obras a pesquisa foi desenvolvida visando estudar inovações técnicas no tratamento das obras raras, porém diante do contexto apresentado, ou seja, uma grande quantidade de livros para serem tratados e o seu estado caótico foi priorizada a higienização e o acondicionamento com o objetivo de não perdê-las. O contato com as obras raras pelos pesquisadores e bolsistas pôde sensibilizá-los em relação à importância desse patrimônio cultural e, a partir daí tomar algumas medidas como realização de oficinas em escolas, conversas com amigos e, sobretudo viver o dia-a-dia possibilitando a quem está ao redor conhecer sobre a questão. Outro fator importante no desenvolver do projeto foi conhecer as obras raras por meio da pesquisa *on line*. Essa foi uma atividade que demandou dos bolsistas e professores um olhar atento aos livros considerados obras raras ou especiais, bem como pesquisar acerca das mesmas. A higienização e o acondicionamento proporcionaram aos bolsistas e a equipe de trabalho em geral, cursos na área, o qual na região é escasso e extremamente caro. A experiência com essa atividade os habilitou a lidar com documentos raros e antigos e, assim preservá-los. Enfim, o estudo proporcionou a DBU tratar parte de suas obras raras e garantir por mais tempo a sua preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referência e elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.
- BECK, Ingrid. **Manual de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. (Publicações técnicas, 46)
- FONTES, Celina Lourdes de Faria. **Conservação de coleções**. Formiga: ESBI, 1998. (Apostila)
- FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- GOMES, Sônia de Conti. **Técnicas alternativas de conservação**: um manual de procedimentos para manutenção, reparos e reconstituição de livros, revistas, folhetos e mapas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.
- JUSTE, Marília. A arte de recuperar o passado: restauro e conservação resgatam trabalho de artistas antigos. **Revista Galileu**. São Paulo: Globo, n.148, nov. 2003.
- SPINELLI JR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

BUJAN, EMILIA LUZNIK. ... e em pó se tornarão. Disponível em: <<http://users.copetel.com.ar/emiluz/en-polvo-se-convertiran3htm>> Acesso em: 05 març. 2004.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Programa de preservação de documentos.** Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/prog-conserva.html>. Acesso em: 05 março. 2004.

COBRA, Maria José Távora Queiroz. **Conservação e restauração de livros e documentos: perguntas mais freqüentes.** Disponível em: <Http://www.cobra.pages.nom.br/rest-pmf.html>. Acesso em: 05 março 2004.

MESSIAS, Roseli Aparecida Damaso e CORDEIRO, Filomena Luciene. **Curso Conservação de acervos bibliográficos e documentais.** Montes Claros, 1999.

MOURA, A. M. M; BENNING, R. A. **Inventário.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Apostila.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?** Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: INL, 1989.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **AACR 2 - Anglo-American Cataloguing Rules: descrição e pontos de acesso.** 2. ed. Brasília, Distrito Federal: Edições do Autor, 1995.

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E O ACERVO PESSOAL DE CORIOLANO BENÍCIO

João Paulo Borges da SILVEIRA¹

Joao-pbs@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivos tecer relações entre os conceitos memória, patrimônio documental e acervos pessoais. Como plano de fundo para a discussão, se utiliza a pesquisa que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. O objeto central dessa pesquisa é Coriolano Benício (1911-1984), cidadão rio-grandino, que dedicou a sua vida ao teatro, jornalismo e carnaval em sua cidade. O seu acervo está sob guarda do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande e contém entre outros documentos, manuscritos de Benício, jornais, recortes de jornais, revistas, panfletos de propagandas e cartazes de peças teatrais e fotografias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Patrimônio documental. Acervo pessoal. Coriolano Benício.

ABSTRACT: The present work at establishing relations between the concepts memory, documentary heritage and personal collections. As background for the research being conducted at the Postgraduate Program in Memória Social e Patrimônio Cultural of the Universidade Federal de Pelotas. The center of this research is Coriolano Benício (1911-1984), borned in Rio Grande citizen. He dedicated his life to the theater, journalism and carnival in your town. The collection is under custody of the Centro de Documentação Histórica, Universidade Federal do Rio Grande and contains among other documents, Benício manuscripts, newspaper, clippings, magazines, pamphlets, advertisements and posters and photographs of plays.

KEYWORDS: Memory. Documentary heritage. Personal collections. Coriolano Benício.

“Nossos sofrimentos:

*Mulheres – Amor proprio – Recordações – Firmeza de Carater e de palavra”.*²

Coriolano Benício.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP-UFPEL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

² Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Documento: *II Privações*. Sem data. Manteve-se a grafia original.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de pesquisa junto ao Mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP-UFPEL), vinculado à linha de pesquisa em Gestão de Acervos e Patrimônio. O objetivo da pesquisa de dissertação visa a gestão do acervo pessoal de Coriolano Benício, porém para este trabalho realizou-se um recorte para a discussão de memória, patrimônio documental e acervos pessoais.

Serão abordados brevemente conceitos de memória, patrimônio cultural, patrimônio documental e acervos pessoais, conceitos chaves para a pesquisa no acervo pessoal de Coriolano Benício (1911-1984). O referido acervo encontra-se sob a guarda do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG). O acervo compreende documentos manuscritos por Benício, jornais, recortes de jornais, revistas, panfletos de propagandas e cartazes de peças teatrais e fotografias.

MEMÓRIA

Memória para Izquierdo (2002), é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. O que determina e diferencia as memórias de cada indivíduo, é a bagagem de vida que cada pessoa traz consigo, entendendo-se memória como formadora de identidade. Chauí afirma que “[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (1995, p. 125).

Fragoso (2008, p. 20), nos afirma que a “preservação da memória coletiva é também uma questão de necessidade, porque se vê a memória como um construto social, que viabiliza a constituição de um marco identificador de uma sociedade ou de um grupo social”. Sendo assim, entende-se que a preservação de um acervo pessoal (memória individual) contribua para a preservação de uma memória coletiva. Entretanto Candau (2002) nos alerta que a memória coletiva não é interpretada por todos os indivíduos da mesma maneira, de forma idêntica. Identifica-se o conceito de memória coletiva ao de Halbwachs (1990) que nos diz que a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva.

Diehl (2002, p. 121) entende memória como “uma representação daquelas experiências vividas por homens numa dimensão social”. Sendo a memória presença do passado (ROUSSO, 2006), ela é então responsável por “salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471).

O *enfraquecimento* da memória, também compreendido por esquecimento, pode causar inúmeras reações na sociedade, como a perda das suas origens e da sua própria história e identidade. Este esquecimento gradual pelo tempo, faz com que haja a necessidade de uma memorização, como nos aponta Diehl: “Tempo como força de corrosão, espaço como lócus da experiência da memorização e o movimento como a estrutura simbólica da cultura são os elementos constituidores da(s) memória(s) e da(s) identidade(s)” (2002, p. 114).

Rosário nos diz que “o lugar da Memória é, pois, o lugar da imortalidade” (2002, p. 3), ou seja, “o esquecimento é a impermanência, a mortalidade” (2002, p.3), tal imortalidade pode ser configurada pelo patrimônio documental, representação presente de um passado ausente, já que o objeto da memória já não existe mais (RICOUER, 2007). Em acervos pessoais, o que há são fragmentos de uma vida, o que a pessoa pôde e/ou quis deixar, de forma intencional ou não, tornando-se portanto fonte histórica para pesquisas. O conceito de memória é muitíssimo amplo, e não se pretende aqui discutir tal conceito de forma mais aprofundada, mas sim dar significância ao conceito na discussão de patrimônio documental e acervos pessoais.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E ACERVOS PESSOAIS

De forma simples, patrimônio pode ser entendido como um conjunto de bens. Sendo que o patrimônio cultural envolve todos os bens denominados culturais, produzidos por uma sociedade e que refletem a relação do homem com a natureza. No Brasil, o conceito de patrimônio cultural ganha força com Mário de Andrade, em 1937, com o seu anteprojeto de criação de um órgão de preservação do patrimônio de cunho histórico e artístico brasileiro. Atualmente no país, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do Ministério da Cultura é o responsável por “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2011).

Jeudy (1990 apud LUPORINI, 2000) amplia o sentido de patrimônio cultural para além da questão material, atuando também na perspectiva de valorização das memórias coletivas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, conceitua patrimônio cultural como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Coelho (1992, p. 31) ainda define patrimônio cultural como:

Conjunto dos bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse social, que por sua vinculação como fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os monumentos naturais, sítios e as paisagens que sejam importante conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Entre os conceitos de patrimônio cultural, está o de patrimônio cultural documental. Patrimônio documental possui uma ampla compreensão de sua abrangência, assim, neste trabalho o patrimônio documental compreende a documentação arquivística do acervo pessoal de Coriolano Benício.

Terry Cook (1998) diz que “os arquivos são evidências das transações da vida humana” (p. 131). Sobre acervos, Mathieu e Cardin (1990, p. 114 apud JARDIM, 1995, p. 6), nos afirma que “os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro”. E o conjunto de documentos de acervos pessoais, sobre si e fontes sobre a sociedade em que o colecionador viveu, é o que Ribeiro (1998) denomina de coleção e memórias de si, ou seja, é “o desejo de perpetuar-se [...] de constituir a própria identidade pelos tempos adiante [...]” (p. 35).

Por conjunto documental ou acervo, Heymann (2009, p. 02) diz que são “acumulados por uma entidade pública ou privada no desempenho de suas funções ou no exercício de suas atividades”. Edmondson (2002, p. 10) nos diz que documento “é aquilo que ‘documenta’ ou ‘registra’ algo com um propósito intelectual deliberado”. No caso do acervo pessoal de Coriolano Benício, este deixou registrado através de seus (documentos) manuscritos trechos de sua vida pessoal e profissional, tendo então um propósito com isto, deixar suas memórias registradas.

Meneses (1998) caracteriza documentação como *objetos históricos*, ou ainda o que Heymann (2005) chama de *legados*, conjuntos documentais que servem como fonte para a História, no qual “os acervos são associados à categoria de patrimônio, e passam a ser vistos

como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional” (HEYMANN, 2009, p. 01).

O acervo pessoal de Benício é um fundo arquivístico, entendendo fundo como “uma coleção ou série de coleções que obram em poder de uma instituição ou uma pessoa” (EDMONDSON, 2002, p. 12), sendo coleção “um conjunto de documentos selecionados individualmente” (EDMONDSON, 2002, p. 11). Já Ducrot (1998) entende que “uma coleção de documentos históricos não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial, segundo os critérios determinados subjetivamente por quem os reuniu” (p. 158), mas ressalta que a instituição deve criar uma coleção, mas pode receber quando já constituída, e “que tais documentos são arquivos, seja junto com o fundo da pessoa que as constituiu e cujas áreas de interesse elas esclarecem” (p. 158).

Barros e Neves (2009, p. 60), entendem o “documento arquivístico como um bem cultural patrimonial”, ou seja, patrimônio documental. As mesmas autoras ainda nos dizem que “os documentos arquivísticos se constituem em fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas [...]” (p. 60). Santos traz um panorama da criação, organização, conservação e uso de acervos pessoais, como o de Coriolano Benício. O autor descreve que:

documentos de arquivos pessoais são aqueles produzidos e recebidos por pessoa física em decorrência do exercício de atividades específicas qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Em outras palavras, aquilo que a pessoa recebe e/ou produz quando exerce seus direitos e cumpre com suas obrigações (2008, p. 6).

Os acervos pessoais também mostram sua importância com outro caráter: as redes de relações que abarcam, os nomes de pessoas que trazem descritos, assim como lugares e fatos históricos e que complementam a formação do protagonista do acervo. Ducrot (1998) faz o alerta para a diferenciação de fundos arquivísticos, provenientes das funções exercidas pelo produtor e a formação de coleções pessoais. As coleções devem ter organização diferenciada a do fundo, visando uma melhor recuperação das informações, seja esta organização por ordem cronológica ou por nomes de pessoas, como é o caso dos índices onomásticos, por exemplo, no qual demonstra as redes de relações desenvolvidas pelo produtor da documentação.

CORIOLANO BENÍCIO

“Durmo aqui o sono da morte, a espera do Senhor, que ha-de levar Consigo para a morada Eterna”.³

Coriolano Benício

Coriolano Mário de Araújo Benício, nascido em 24 de maio de 1911, na cidade do Rio Grande(RS), foi uma importante figura na promoção cultural cidadina. Filho de João Pedro Benício (músico) e Rachel Lopes de Araújo Benício (dona de casa), o quarto de cinco filhos do casal, entrou muito jovem para a cena cultural *papareia*⁴, espaço onde esteve ligado até o seu falecimento, em 1984, com 72 anos de idade. Não obstante, apesar de sua contribuição para o cenário cultural rio-grandino, acabou sendo relegado ao esquecimento após o seu falecimento, tanto em se tratando de sua figura pública, devido ao declínio da cena teatral na cidade, quanto ao seu acervo pessoal.

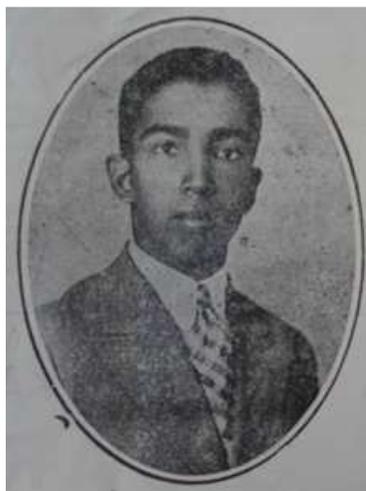


Figura 1. Coriolano Benício⁵.

As dificuldades financeiras enfrentadas por sua família não o impediram de ingressar no Instituto de Educação Juvenal Miller, na cidade do Rio Grande, aos sete anos de idade. Concluiu o antigo primário e os dois primeiros anos do antigo ginásio no mesmo colégio, tendo, inclusive, segundo Neves (1987), recebido a Medalha “Disciplina, Obediência e Caráter” por seu comportamento estudantil.

³ Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Documento: *Nosso Epitáfio*. Sem data. Manteve-se a grafia original.

⁴ Expressão referente a pessoas nascidas na cidade do Rio Grande.

⁵ Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Fotografia de Coriolano Benício, retirada de reportagem de jornal. Sem data. Fonte da fotografia da reportagem: o autor.

Dono de uma genialidade descrita como incrível, foi teatrólogo⁶ (ator, diretor e ensaiador), jornalista, carnavalesco, professor de teatro, presidente da *Companhia de Teatro Amador Beira-Mar*, do *Clube Carnavalesco e Corpo Cênico Irresistíveis*, dos jornais *O Tagarela*, *A Gazeta* e *O Carnaval*, e um dos fundadores da Academia Rio-grandina de Letras, tendo ocupado a cadeira de número 11.

Começou muito jovem a trabalhar como tipógrafo em jornais da cidade do Rio Grande, até 1929, onde fundou seu primeiro jornal *O Tagarela*, com apenas 18 anos de idade. Em 1930, após enfraquecimento nas vendas deste periódico, tendo como possível motivo os desdobramentos da crise de 1929, começa a trabalhar como repórter, cronista e colunista em diversos jornais da cidade e do Estado.

Todavia, a vertente letrada de Coriolano não se resume à vida jornalística, atuou também como redator de peças teatrais, escreveu contos, poesias, crônicas carnavalescas, escreveu inclusive dois livros literários, etc. Figura ilustre da sociedade rio-grandina participou de dezenas de associações, dentre elas: o Grêmio União Operária, no qual foi diretor; o Conselho Municipal de Cultura; o Centro de Estudos Históricos; a Casa do Poeta Rio-grandino; e a Irmandade de São Miguel das Almas, tendo ocupado nesta o cargo de secretário executivo.

Foi o fundador da *Companhia de Teatro Amador Beira-Mar*, juntamente com mais seis amigos, em novembro de 1932, sendo sua criação registrada no dia 15 de janeiro de 1933, data da primeira exibição teatral na cidade do Rio Grande, registrada sob nº 258 no Cartório de Pessoas Jurídicas do município. A sede desta Companhia localizava-se na Rua Benjamin Constant 182, centro de Rio Grande, e visava à difusão da cultura no cenário municipal e estadual. A Companhia manteve-se ativa por mais de 50 anos, entre os manuscritos de Benício encontram-se anotações e convites referentes às atividades de comemoração do cinquentenário da Companhia.

Dias afirma que “durante anos a Companhia Beira-Mar e Coriolano Benício mantiveram além dos trabalhos teatrais, aulas de teatro, aulas de poesia, aulas de declamação, de música e ainda uma pequena escola com curso primário” (2006, p. 23). Fatos estes que reforçam a afirmação do significado da figura de Benício no cenário artístico e cultural rio-grandino.

O *Clube Carnavalesco e Corpo Cênico Irresistíveis* foi outro empreendimento de Benício, tendo sido fundado em 10 de maio de 1930, na cidade do Rio Grande. Este Clube –

⁶ Coriolano Benício denominava-se de *teatrólogo*, ou seja, um estudioso no assunto.

Irresistíveis – transformou a cena carnavalesca cidadina, por intermédio da organização de festejos em salões, com diversos concursos de *misses*, e carnaval de rua; inclusive, com direito a alegorias e sambas enredo, se mantendo presente no carnaval citadino até a década de 1980. É importante destacar que *Clube Carnavalesco e Corpo Cênico Irresistíveis* também se dedicava a arte teatral, não limitando-se ao carnaval.

Benício residiu na cidade do Rio Grande, a qual amava, e dedicou a sua vida à cultura e à arte *papareia*, enquanto jornalista, teatrólogo, carnavalesco e cidadão preocupado com as raízes de sua cidade e região. Faleceu em 13 de abril de 1984, aos quase 72 anos de idade, na Santa Casa de Rio Grande, sem oficialmente deixar filhos, já que nunca se casou.

ACERVO PESSOAL DE CORIOLANO BENÍCIO

O Acervo pessoal de Coriolano Benício é o que Artiêres (1998) afirmaria de *Arquivar a própria vida*. É composto por cadernos e folhas de anotações manuscritas pelo próprio Coriolano, tendo esta coleção, como afirma Meneses (1998) e Fraiz (1998), um caráter autobiográfico. Essas anotações contam partes da sua vida, da *Companhia de Teatro Amador Beira-Mar* e do *Clube Carnavalesco Irresistíveis*, constam também esquetes de peças teatrais, relatos sobre a vida de jornalista e a direção dos jornais *O Tagarela*, *A Gazeta* e *O Carnaval*. Na documentação do acervo ainda preservam-se balancetes contábeis da Companhia Beira-Mar, hino e atas de reuniões, cartas públicas de cumprimentos a Coriolano Benício e cartas oficiais da Companhia relacionadas ao período em que ele foi diretor.



Figura 2. Pastas de armazenamento de documentos⁷.



Figura 3. Caixas de armazenamento de documentos⁸.

⁷ Pasta de armazenamento de documentos manuscritos, recortes de jornais, documentos jurídicos, cartas, cartões, cartazes, panfletos e cartazes de divulgação de peças teatrais e fotografias. Fonte da fotografia: o autor.

⁸ Caixas de armazenamento de revistas. Fonte da fotografia: o autor.

Recortes de jornais do Estado, que abordavam a figura de Benício, a Companhia, o Clube e eventos culturais de Rio Grande, também fazem parte do acervo. Assim como centenas de fascículos (completos e preservados) de revistas, almanaques e periódicos, de diferentes regiões do país, tais como as revistas: *Cruzeiro*, *Tico-Tico*, *O Malho*, *Carioca*, *O Pampa*, *Vida Pelotense* e *Tudo*, almanaque *Saúde* e jornais *O Tagarela*, *Agora*, *Il Corriere*, *Mulherio*, *O Peixeiro* e *Rio Grande*, dentre outros títulos.

O acervo ainda conta com fotografias e desenhos do próprio Coriolano Benício, como modelos de alegorias para o carnaval rio-grandino e cenários teatrais. Panfletos e cartazes de divulgação de suas peças em Rio Grande e região completam o acervo, o que demonstra a preocupação de Coriolano Benício em manter viva a memória e a história cultural e artística da cidade do Rio Grande.

Vale ressaltar que toda esta documentação foi armazenada e preservada por Coriolano Benício por quase seis décadas, contendo, inclusive trechos de sua vida pessoal e profissional escritas com o próprio punho, pois como afirma Artières “O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida” (1998, p. 14), fato que ocorre no acervo pessoal de Benício. Após sua morte, o acervo foi doado ao CDH-FURG, local onde se encontra organizado e conservado.



Figura 4. Currículo pessoal de Benício⁹.

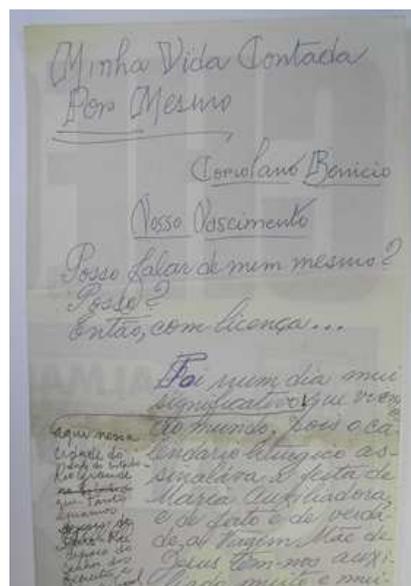


Figura 5. Minha vida contada por mim mesmo¹⁰.

⁹ Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Documento: *Currículo de Coriolano Benício como Homem de Teatro Profissional*. Sem data. Fotografia do documento: o autor.

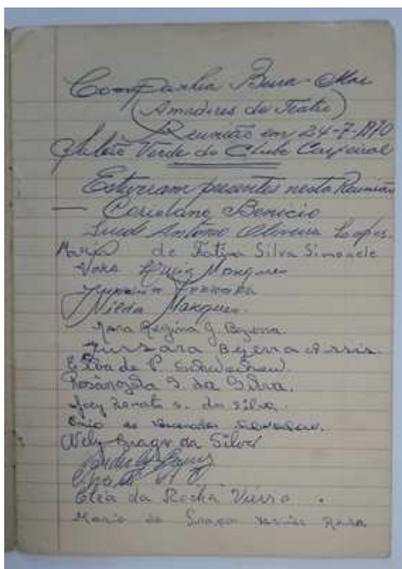


Figura 6. Ata de presença da Companhia Beira Mar, ano de 1970¹¹.

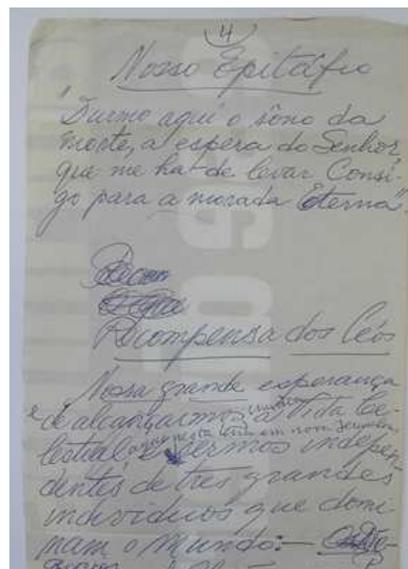


Figura 7. Epitáfio¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acervos pessoais, enquanto portadores de memória individual e conseqüentemente memória coletiva e identidade cultural, possuem o poder de salvaguardar fragmentos da história de um determinado personagem, aquele que armazenou a documentação, quanto fragmentos de uma sociedade. O patrimônio cultural documental vem ganhando força com o passar das décadas, pois, além de ser fonte de estudos e pesquisas para várias disciplinas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, também é referência à história, memória e identidade.

Esse trabalho se apresenta como uma breve reflexão da relação entre memória, patrimônio cultural documental e os acervos pessoais. A partir desse, pode se perceber a importância da preservação de acervos pessoais como fontes de informação para o preenchimento de lacunas da historiografia local. Dessa forma, o estudo do acervo pessoal de Coriolano Benício se propõe a inúmeras pesquisas referentes a sua vida pessoal, e das cenas

¹⁰ Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Documento: *Minha vida contada por mim mesmo*. Sem data. Fotografia do documento: o autor.

¹¹ Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: 43(4). Documento: *Ata de presença (Companhia de Teatro Amador Beira-Mar)*. Data: julho e agosto de 1970. Fotografia do documento: o autor.

¹² Acervo pessoal de Coriolano Benício. Pasta de armazenamento do documento: Classificador verde. Documento: *Nosso epitáfio*. Sem data. Fotografia do documento: o autor.

artístico e cultural da cidade do Rio Grande/(RS), além de ser representante da memória e do patrimônio dessa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, 1998. p. 9-34. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**. Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=330>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- BRASIL. **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 09 maio 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CANDAUI, Joel. **Antropologia de la memoria**. Buenos Aires: Nuevo Vision, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- COELHO, Olinio Gomes P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1992.
- COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, N. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- DIAS, Lóri Nelson Nogueira. **O olhar contextualizado**. Monografia do curso de especialização em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política & Cultura. 2006.
- DIEHL, Astor Antônio. Memória e Identidade: perspectivas para a História. In: _____. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 111-136.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 151-169, 1998. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>. Acesso em: 14 abr. 2011
- EDMONDSON, Ray. Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, 2002, Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

- FRAGOSO, Ilza da Silva. Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. 2008.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 59- 88, 1998. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". In: SEMINÁRIO PRONEX: DIREITOS E CIDADANIA, 1., Rio de Janeiro, 2005. **Anais...** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV): Rio de Janeiro, 2005. p. 1-10.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8., Buenos Aires, 2009. **Anais...** Buenos Aires, 2009. p. 1-19.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. 5º ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. pp. 419-476.
- LUPORINI, Teresa Jussara. Lugares da memória: políticas pela preservação do patrimônio cultural. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 205-217, jan./jun. 2000.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- NEVES, Décio Vignoli das. **Vultos do Rio Grande**. 2º tomo. Rio Grande: [s. n.], 1987.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de só, ou ... **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068/1207> >. Acesso em: 14 abr. 2011.
- RICOUER, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
- ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira de. O lugar mítico da memória. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro, Ano 01, n. 01, 2002.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moares; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Arquivos pessoais. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 62-80, jan./jul.2008. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=131&layout=abstract>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira. A popularização dos arquivos. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 4-5, n. 2-1, p. 85-89, 1989-90.

A CRIAÇÃO DOS MUSEUS HISTÓRICOS BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE NACIONAL, 1895-1922

Julia Fúria COSTA¹

julia.furiacosta@gmail.com

RESUMO: Em 1922, houve a criação das primeiras instituições museológicas de caráter histórico, o Museu Paulista e o Museu Histórico Nacional. Estas duas instituições ao prepararem suas exposições para a celebração da efeméride se depararam com o debate em torno da identidade nacional que envolvia os intelectuais e políticos brasileiros neste momento. Assim, o presente estudo, baseado em uma dissertação de mestrado em elaboração, se constrói, buscando historicizar a função e a relação dos dois museus históricos com o projeto republicano de modernização do país e de consolidação da ideia de nacionalidade, a partir do papel de ambos nas comemorações cívicas do Centenário da Independência do Brasil. Procuraremos mostrar como estes espaços institucionais se tornaram “lugares de memória”, os quais podem ser entendidos como espaços onde a memória social mantém-se viva na sociedade (Pierre Nora).

PALAVRAS-CHAVE: Museu Histórico; Identidade Nacional; Projeto Republicano.

ABSTRACT: In 1922 was the creation of the first historical museum, the *Museu Paulista* and the *Museu Histórico Nacional*. These two institutions to prepare their exhibits for the celebration of the ephemeris came across the debate about national identity involving Brazilian politicians and intellectuals at this time. Thus, the present study, based on a dissertation still under development, builds, seeking to historicize the role and relationship of the two historical museums newly founded with the republican project of modernization of the country and strengthen of the idea of nationality, as the role of both on the civic celebrations of the Centenary of the Independence of Brazil. We shall show how these institutional spaces have become “*Lieux de Memoire*” which as defined by Pierre Nora, which can be understood as social spaces where memory is still alive in society and can be constantly rescued.

KEYWORDS: History Museum; National Identity. Republican Project.

¹ Universidade de Brasília (UnB) – Mestrado (ano de conclusão: 2012) em História Social.

A História brasileira começou a ser escrita em meados do século XIX, os intelectuais do recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passaram a registrar os fatos e eventos do país em livros, revistas e iconograficamente, com destaque para a pintura histórica. Estas obras procuravam mostrar para os seus interlocutores como estes intelectuais viam e entendia o Brasil e sua população. Neste primeiro momento as obras iconográficas ainda não tinham um espaço de divulgação próprio, acessível para o público. É com a proclamação da República, a partir de seu projeto cultural que temos a fundação dos primeiros museus históricos no Brasil, espaços voltados, principalmente, para a divulgação destas obras.

Durante o século XIX, os estudos históricos estavam em segundo plano dentro das primeiras instituições museológicas brasileiras. Em sua maioria estas se voltavam para a História Natural, Arqueologia e Antropologia, e tinham como finalidade apresentar a exuberância dos trópicos (SANTOS, 1996, p. 22). Apenas no século XX a demanda por museus históricos no Brasil ganhou visibilidade, auxiliada pelo fato de que a proclamação da independência estava prestes a completar cem anos e não havia locais de memória próprios para aclamar sua história.

Com a proximidade das celebrações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, começou no país uma articulação para a criação dos primeiros museus dedicados especificamente à História. Naquele momento, reafirma-se a importância da memória e do nacional no projeto republicano, com a proposta de institucionalização de espaços onde estes poderiam ser afirmados e enaltecidos. A idéia de se construir uma instituição voltada para a História da nação não era uma novidade desse período; o IHGB, por exemplo, há tempo incentivava a construção de um museu histórico nacional. Como ressalta Elkin, a proposta do IHGB “não chegou a ser aprovada, mas mostra que circulava entre as elites intelectuais e políticas diferentes ideias de como deveria ser um museu dedicado a preservar e expor a memória histórica nacional” (1997, p. 127).

Dentre os primeiros museus históricos no Brasil destacam-se o Museu Paulista em São Paulo, criado em 1894, e o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, criado em 1922. O Museu Paulista, apesar de sua inauguração em 1894, seguiu o modelo dos demais museus brasileiros do século XIX, voltando-se para a História Natural. Apenas com a aproximação do Centenário da Independência, em 1917 que o museu passa a ter uma abordagem histórica, e pode então ser caracterizado como um museu histórico. Assim, podemos considerar que seu caráter de instituição museológica histórica somente emergiu no final da década de 1910 e início da década 1920.

Por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, o Museu Paulista e o Museu Histórico Nacional prepararam suas exposições sobre a história do Brasil, dentro de um contexto republicano de debate intelectual e político em torno da questão nacional. Como em todo processo de leitura, em que ocorre necessariamente uma seleção de idéias, a criação destes museus e a natureza de suas exposições foram influenciados pelo contexto maior do projeto político cultural republicano. Com a chegada da década 1920, passou a ter mais relevância o debate (cujos primórdios podem ser traçados desde 1870), sobre a nacionalidade brasileira e a entrada do Brasil na modernidade. Em suas diversas formas de expressão², o movimento modernista brasileiro buscou, a ruptura com o passado e a tradição lusitana, com o objetivo de inaugurar uma cultura de vanguarda marcada por elementos caracteristicamente brasileiros. Essa tarefa passava, primeiro, pela necessidade de definir o que seria o brasileiro.

Em torno dessas duas instituições consagradas na memória nacional, o presente estudo se constrói³, buscando historicizar a função e a relação do Museu Paulista e do Museu Histórico Nacional com o projeto republicano de modernização do país e de consolidação da ideia de nacionalidade, a partir do papel de ambos nas comemorações cívicas do Centenário da Independência do Brasil. Procuraremos mostrar como estes espaços institucionais se tornaram lugares de memória, entendidos como espaços onde a memória social mantém-se viva na sociedade e pode ser constantemente resgatada (NORA,1993).

Os museus históricos são definidos como instituições permanentes que adquirem, conservam, pesquisam, transmitem e expõem testemunhos materiais dos homens e de seu meio ambiente (SANTOS, 2006, p. 57). Os testemunhos presentes nos museus são a marca que a sociedade (por eles representada) deixa. Através da ligação entre o passado e o presente, cristalizada pelas exposições, os museus criam laços de pertencimento com a sociedade. Esta é uma das razões pela qual, podemos considerar as instituições museológicas locais de memória.

Chamados de casa da memória, os museus foram criados para que o passado não fosse esquecido e permanecesse vivo no presente. Eles ganham, na lógica de defesa da memória social, um lugar destacado que tornou ainda mais importante a compreensão da relação entre a memória e a história.

² Acostumou-se a pensar o modernismo como um movimento espaço-temporal definido: São Paulo, 1922, mas este foi um movimento heterogêneo que pode ser datado a partir de 1870, com a geração de 1870 (formada por intelectuais como Silvio Romero, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha). “Ao longo da década de 1920 surgiram manifestos, jornais e revistas em várias cidades brasileiras. (...) Temos, então, várias vertentes e expressões do moderno que revelam ritmos distintos, concepções próprias (...)” (VELLOSO, 2010, pp. 358-59).

³ Este estudo é feito a partir de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, intitulada “O Centenário da Independência no Templo das Musas - A criação de museus históricos no Brasil (1894-1922)”.

Os museus, como grande parte dos lugares de memória, são patrimônios da sociedade. Entendemos patrimônio, segundo a definição do antropólogo José Gonçalves, ou seja, como uma alegoria. Neste sentido, os objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e demais estruturas que classificamos como patrimônio podem ser pensados como espaços no qual existe um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico (GONÇALVES, 1996, p. 28). O patrimônio está ligado diretamente com as concepções de memória e território, que juntas operam como vetores para a formação de uma identidade, ou seja, eles são símbolos da identidade nacional de um país.

O historiador François Hartog (2006) explica que a identidade à que os patrimônios fazem referência não é, em sua totalidade, uma identidade concreta e em evidência, mas sim uma identidade em construção, oprimida, em busca dela mesma. Por esta razão que não devemos entender o patrimônio apenas pelo o que ele é e possui, mas sim como uma forma de anamnese coletiva aonde se pode conhecer o verdadeiro “eu” da sociedade. Esta definição de patrimônio apresentada por Hartog vai de encontro com a concepção dos intelectuais modernista do início do século XX.

Estes intelectuais pensavam patrimônio histórico-cultural como um dos formadores da identidade nacional e por isto dever-se-ia associar os patrimônios com a nacionalidade brasileira. O patrimônio histórico-cultural de uma nação se associa à memória na preocupação em guardar os vestígios do passado no presente, estabelecendo, assim elos com o momento originário (o de construção do patrimônio) que se teria rompido e transformado (CHUVA, 2003).

Observa-se uma política voltada para a construção de uma memória nacional, com o início do governo republicano, na qual novos heróis e símbolos nacionais⁴ – como, por exemplo, Tiradentes e Zumbi – foram interpelados a fim de mobilizar a sociedade em torno de um novo regime e de legitimá-lo socialmente. Como bem explica José Murilo de Carvalho, os heróis são “símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos” (2009, p. 55). A fim de se

⁴ Sobre o assunto ver: MORAES, R. A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888. In. SOIHET, Rachel et. al. (org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009; MATTOS, H. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In. ABREU, et al. (Org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas.** 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

tornar o carro chefe na construção dos novos símbolos nacionais e na legitimação do novo discurso republicano de nacionalidade, o patrimônio histórico e cultural brasileiro, com foco principal nos museus, passou por uma ressignificação (RANGEL & VERGARA, 2010). Os monumentos histórico-culturais dariam materialidade à nação, desvendando a todos os brasileiros aquilo que embora existente, encontrava-se escondido.

Junto da construção de uma nova memória social, temos a questão da identidade nacional, que já vinha sendo discutida desde século XIX, com os intelectuais da geração de 1870. O debate em torno desta questão buscava encontrar qual era a imagem/representação que o país iria apresentar de sua população. Procurou-se localizar na nacionalidade uma pedra bruta que poderia ser lapidada pelos intelectuais a fim de revelar a identidade nacional. O projeto republicano, escrito sob influências positivistas e cientificistas, propôs diversas reformas complexas e abrangentes em todo o mecanismo social brasileiro. Um dos principais lemas dos republicanos foi: “somos da América e queremos ser americanos”. O país deveria ressaltar suas características americanas e voltar-se à América, pondo-se em contato “com todos os povos, em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte” (PESSOA, 1976). Com este objetivo o governo republicano preocupou-se em representar o Brasil como uma nação moderna, civilizada e impulsionada pela idéia de ordem e progresso.

Importante ressaltarmos que, durante todo o século XIX e no início do século XX a formação de uma identidade nacional para o Brasil era uma função do Estado. Como bem apresenta a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, a construção efetiva de uma cidadania⁵ e uma identidade nacional não se deu por meio de uma sociedade civil forte e atuante, mas sim através do Estado. Isto por que, explica a historiadora, “no Brasil, como ocorre em geral em países de passado colonial e tradição ibérica, revela-se, constantemente, no decorrer de sua história, uma tendência a hipertrofia do Estado” (DELGADO, 2007, p. 91). Desta forma as noções de identidade e cidadania foram elaboradas por representantes eleitos pela população do país.

Investindo no futuro e na modernidade, os intelectuais procuraram apresentar um produto genuinamente nacional, ou seja, o brasileiro. Por esta razão, eles buscavam compreender as diversas nuances existente na identidade nacional. “O brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço” (VELLOSO, 2010,

⁵ A historiadora Lucília Neves explica que cidadania e identidade constituem dois lados de uma mesma moeda. Isto por que a cidadania, também, pode ser entendida como “a sensação de pertencimento a uma comunidade, de participação de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns. (...) A identidade está quase sempre vinculada aos direitos, sobretudo os civis” (CARVALHO, 1995, p.11 *apud* NEVES, 1998, p. 82).

p. 356), mas sempre pensando o europeu como uma raça superior aos brasileiros. No século XX, com abolição da escravidão e proclamação da República o cenário social mudou, e com ele o pensamento dos intelectuais. Eles continuavam reconhecendo na figura do brasileiro mestiço a imagem do Brasil, mas agora ela dialogava com a imagem do europeu. Uma das principais características do modernismo de 1920 foi a “comunicação entre diferentes segmentos sociais, que redundam em férteis trocas culturais” (*idem, ibidem*, p. 363). A vida cultural voltada para a Europa passou a coexistir com as tradições indígenas e negras.

O modernismo, como já apresentado, não foi um movimento uniforme em todo o país. No Rio de Janeiro, cidade sede do Museu Histórico Nacional, o movimento se caracterizou pela utilização da linguagem humorística como uma das suas formas de comunicação. Mônica Velloso, pesquisadora do movimento modernista, explica que foi através “dos escritos satíricos e das caricaturas, o grupo buscou mostrar as mudanças que estavam ocorrendo nos tempos modernos” (*idem, ibidem*, p. 360). Este grupo carioca do movimento modernista pertencia a chamada família boemia, participando ativamente dos movimentos políticos, das lutas abolicionistas e da instauração do Regime Republicano. Os modernistas cariocas buscavam mostrar através de suas caricaturas, de seus poemas e de suas obras de arte a rotina da capital do país, contrastando o oficialismo da vida voltada para a Europa e as manifestações populares e tradicionais, marcadas, sobretudo pela cultura afro-descendente.

Serão estas características do modernismo carioca que poderão ser vista refletida na exposição inaugural do Museu Histórico Nacional. O principal objetivo da instituição era fazer um resgate da memória nacional, identificando a nação com uma imagem moderna e progressista. Afinal esta instituição nasceu nos seios da Exposição Internacional do Centenário da Independência⁶, evento que buscava mostrar ao mundo um Brasil moderno em marcha ao progresso. O museu podia ser situado “em uma linha nacionalista e militarista típica dos museus europeus da década de 20” (SANTOS, 2006, p. 34). Era, assim, valorizada uma história política dos grandes heróis e das grandes batalhas. Sua justificativa para essa

⁶ As Exposições Internacionais tinham como principal objetivo reforçar a legitimidade dos Estados participantes, além de divulgar suas identidades nacionais. A Exposição Internacional do Centenário da Independência foi criada por meio de um decreto, como parte do programa de comemoração do Centenário da Independência. A exposição ficou sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que deveria organizá-la a fim de “compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativista e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes” (*Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil – A Exposição de 1922*, 01 jun. 1922 *apud* MOTTA, 1992: 67). Com duração de um ano, a exposição contou com a participação de todos os estados brasileiros, alguns municípios, e inúmeros países.

história repleta de heróis e figuras emblemáticas, é que a mesma fazia parte das “lembranças da vida e dos feitos dos nossos avôs” (*idem, ibidem*, p. 35).

A nova casa Brasil [nome pelo qual o MHN era conhecido na época de sua fundação], parece desempenhar a função de reconciliar uma sociedade que deve aprender a ser moderna com um passado que em suas coleções apresentava, não como atraso, mas como memória de tradições. Tradições e progressos, vistos com referências comuns a todos os agentes sociais, conformavam assim a nação (NEVES, 1995, p. 23).

O Museu Histórico Nacional procurou não se afastar do dilema em torno da identidade nacional e organizou uma exposição que, apesar de seu cunho militarista, tratava da nacionalidade brasileira e da unificação do país durante a monarquia. Pode-se entender a inauguração do Museu Histórico Nacional sob a perspectiva de representar um país voltado para o futuro e modernidade, mas que ao mesmo tempo não desejava perder seus vínculos com o passado e a tradição.

Do outro lado do eixo Rio-São Paulo, os intelectuais paulistas partiram em expedições pelo Brasil a fim de conhecer o verdadeiro brasileiro. O movimento modernista paulista se caracteriza por um distanciamento e releitura dos padrões europeus, que reinavam no meio cultural até aquele momento, e uma tentativa de definição e síntese do nacional. Como bem explica a pesquisadora Monica Velloso, a integração com o moderno era difícil e ambígua, havia dúvidas em relação a como

unir tradição e modernidade? Regional e universal? Popular ou erudito? Mais ainda: como elaborar um pensar próprio que não fosse uma mera caricatura e imitação do moderno europeu? Essas são as questões com as quais se defrontam os modernistas num primeiro momento da sua reflexão (2010, p. 373).

O que se procurou fazer neste primeiro momento pelos modernistas paulistas foi uma releitura do acervo de tradições e valores europeus, mas agora com um novo olhar no qual o nacional era valorizado. Importante frisarmos que o mesmo o movimento modernista não foi homogêneo. Existiam distintas visões sobre o nacionalismo entre os grupos, mas todos tinham um ponto em comum: todos concordavam em relação à necessidade de atualizar a cultura brasileira, torná-la moderna, e definir o que era o nacionalismo brasileiro.

Tornar a cultura brasileira moderna e definir o nacional foram as principais temáticas do Museu Paulista nos primeiros anos como um museu de caráter histórico⁷. O museu foi estruturado de forma de a identidade paulista passasse a sintetizar a identidade nacional⁸, com foco na imagem do bandeirante. O progresso, a modernidade e o futuro podiam ser percebidos na exposição, da mesma forma que a tradição, a memória e o passado. Como explica o historiador Hartog, a “ideia de progresso vem se somar aquela história concebida como processo, como auto-compreensão do tempo” (2006, p. 16).

Percebe-se então, que não existe um consenso sobre a ideia de identidade nacional. Cada grupo de intelectuais, segundo suas influências entendia a nacionalidade sob um aspecto. Quais eram as representações hegemônicas dos museus históricos recém fundados no Rio de Janeiro e São Paulo, acerca da identidade nacional no contexto das comemorações do Centenário da Independência, esta é uma das principais questões que este estudo, ainda em desenvolvimento, procura responder. Representação é aqui entendida segundo a definição de Roger Chartier. Segundo ele, as representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são formadas verdadeiras “lutas de representações” (1990, p. 17). Estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis de representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.

Para tal, devemos entender a ideia de poder no projeto republicano. Como que as diferentes concepções da memória, de símbolos, de patrimônio e de identidade nacional se

⁷ O Museu Paulista foi criado em 1895, e inicialmente, o museu era uma instituição que apresentava um acervo antropológico e histórico. Sua ênfase incidia na área da história natural, principalmente devido à doação do Museu de Sertório que era em sua grande maioria um acervo de história natural. Mas não se pode esquecer que o edifício-monumento havia sido planejado para ser um memorial da independência, assim, a história brasileira não poderia ser renegada a um segundo plano, em relação ao acervo de ciências naturais, dentro da instituição. O decreto que regulamentava o funcionamento do museu determinava que a instituição deveria ter uma seção especial comemorativa, onde o quadro de Pedro Américo – *Independência ou morte!* – ficaria exposto em destaque, além de outras obras de caráter históricas e sobre costumes brasileiros. Para o historiador Noé Freire Sandes (2000), o museu inicialmente apresentou ênfase na história natural por razões políticas. Segundo o autor, esta seria uma evidência do desinteresse da República pelos símbolos e temas que relembavam a Monarquia.

⁸ No início do século XX a elite paulista passou a ter uma influência cultural de alcance nacional. Esta influência se deu principalmente à riqueza que o café trouxe para o estado e que transformou a forma de pensar da classe dominante, que passou a procurar suportes que simbolizassem a ascensão do estado no cenário nacional. “O surto cafeeiro não serviu apenas para trazer novos confortos materiais para a região, mas também contribuiu para a construção de uma elite que acreditava estar apta para governar o estado e todo o país” (ELIAS, 1997, p.109). Além do aumento de influência da elite paulista, a imigração e o crescimento demográfico foram essenciais para a mudança do cenário da cidade de São Paulo, que perdeu os ares coloniais que marcavam seu passado, e começou a se urbanizar. O governo queria que a cidade se apresentasse esteticamente como um pólo econômico de importância nacional. A nova mentalidade das elites econômicas e políticas influenciaria também os intelectuais, que passaram a defender uma nova política cultural para o Estado. Foi neste cenário político e econômico que o Museu Paulista foi criado.

fizeram representar hegemonicamente dentro das instituições museológicas. O poder não está localizado no Estado, nem nas instituições, mas é algo que funciona, que atravessa o tecido social, vertical e horizontalmente. Foucault explica que em uma sociedade “existem relações múltiplas de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (1984, p. 179). O poder atua estabelecendo verdades, controlando os significados, as expressões dos sujeitos na história e na memória social.

As duas instituições estudadas como pudemos perceber, foram muito importante no processo de construção do nacional. Além de serem locais aonde a identidade nacional podia ser concretizada, através de suas exposições os museus históricos tornam-se um local privilegiado no processo de construção de uma memória social, como já foi dito anteriormente. Desta forma, para se tornarem um local no qual a memória social e a identidade nacional podem ser resgatados pela população, os museus históricos tem de se tornar um lugar de memória, conforme a definição do historiador Pierre Nora.

Para esse autor, a memória é viva, está sempre em constante evolução, aberta à dialética da lembrança, do esquecimento e do inconsciente. A história, por outro lado, possui vocação universal, já que constitui uma reconstrução do passado, que pertence a todos e a ninguém. A partir dessa relação antagônica, na qual a memória é abandonada em favor da História que surgem os lugares de memória. Nora define lugar de memória, a partir do reconhecimento de três características primordiais: material, funcional e simbólica. Segundo o historiador, são lugares “com efeito, nos três sentidos da palavra, material, funcional e simbólico, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21). Percebe-se então que, segundo a definição de Nora, podemos classificar os museus históricos como lugares de memória, já que estes são instituições não apenas materiais e funcionais, mas que também se revestem de uma aura simbólica.

Os lugares de memória são criados por não mais haver uma memória espontânea. Para que o passado continue vivo, faz-se então necessária a criação de espaços de manutenção da memória, como por exemplo, arquivos, aniversários, celebrações, monumentos, etc. (*idem, ibidem*, p. 13). Para esse autor, uma “sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria (...) lugares onde ancorar sua memória” (*ibidem*, p. 9). Assim, os lugares de memória são locais onde o passado é cauterizado no presente, onde a memória, que não mais existe na sociedade, pode ser lembrada.

Com perspectiva semelhante à de Nora, Maurice Halbwachs defende que os locais/espços desempenham um papel na memória coletiva das pessoas, ao permitir que lembranças sejam por elas recordadas. Os locais carregam um simbolismo, um sentimento de pertencimento para os grupos sociais, e por tal razão recebem a marca do grupo, e vice-versa. Os espaços, principalmente os espaços públicos, formam um mundo comum aos homens, que como bem explica a filósofa Hannah Arendt, articulam-os em uma “trama feita de fatos e eventos tangíveis em seus acontecimentos, construindo as referências cognitivas e valorativas de um horizonte comum e uma interlocução possível” (ARREDT, 1980 *apud* TELLES, 2006, p. 39). É a partir dos espaços sociais que os homens desenvolvem seus ideais, suas tradições e conseqüentemente suas memórias.

Por esta razão que ao estudarmos os museus históricos como um “lugar de memória”, não se pode deixar de tratar de memória coletiva. Esta ocorre quando se evoca um fato que teve lugar na vida de um grupo e que ainda pode ser recordado do ponto de vista deste (HALBWACHS, 2008).

As três ideias aqui trabalhadas, lugar de memória, memória e identidade nacional estão correlacionados. Michel Pollack explica que a memória é um sentimento constitutivo da identidade. A memória é um fenômeno construído social e individualmente, e pode-se dizer também “que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLACK, 1992, p. 204).

Desse modo, os vestígios da memória permitem que uma pessoa ou grupo tenham o sentimento de pertencimento a um todo. Estes vestígios vão desde uma lembrança pessoal até memórias públicas (memória de uma guerra, por exemplo), que geralmente se utilizam de lugares de apoio da memória. Estes são os Lugares de Memória, que no nosso caso são os museus históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHUVA, Márcia. Fundando a Nação: Representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In. **TOPOI**, v. 4, n. 7, Jul.-Dez. 2003, pp. 313-333.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Dilemas e perspectivas da cidadania no Brasil Republicano. **Revista Tempo**. Número 4. Niterói, UFF, 1998, pp. 80-102.

- ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997. pp.121-140.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- ELIAS, Maria José. Um museu para São Paulo. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 109-120.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, IPHAN, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- _____. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: Jul/Dez 2006, p.261-273.
- MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- NEVES, Margarida de Souza. Museu – Memória – História. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXVII. Rio de Janeiro, 1995, p. 19-30.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 10, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- PESSOA, Reinaldo Carneiro (Org.). **A Idéia Republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, PP. 39-62.
- RANGEL, Marcio; VERGARA, Moema. **História, Museus, Nação e Patrimônio**: mini-curso (Anpuh/RJ), 20-23de jul. de 2010. Notas de Aula.
- SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação**: entre a Monarquia e a República. Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

_____. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200004&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2008.

TELLES, Vera da Silva. Política e Espaço Público na Constituição do “Mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In. **Direitos Sociais – Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 27-76.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1.

EDUCAÇÃO HISTÓRIA E TURISMO: PRÁTICAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Júlia Silveira MATOS¹

jul_matos@hotmail.com

Adriana Kivanski de SENNA²

adrianasenna@vetorial.net

RESUMO: Nos dias atuais muito ouvimos sobre políticas e práticas voltadas a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro e mais do que isso, são constituídas ações para um ensino centrado na preservação e valorização do patrimônio. Essas ações se configuram enquanto práticas da educação patrimonial, as quais podem ser promovidas tanto em espaços de educação formal quanto informal. No presente texto, propomos exatamente um debate sobre o papel das práticas do turismo para uma educação histórica em espaços não formais de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação histórica – patrimônio – turismo

ABSTRACT: Nowadays we hear much about policies and practices aimed at preserving the historical and cultural heritage of Brazil and more than that, actions are made to an education centered on the preservation and enhancement of heritage. These actions are configured as a sheet of education practices, which can be promoted both in areas of formal and informal. In this paper, we propose a debate on the exact role of the practices of tourism to a historic education in non formal education.

KEYWORDS: Education - historical heritage - tourism

“O chamado turismo cultural se caracteriza pelo interesse na obtenção de novas informações, conhecimentos, o encontro com outras pessoas, comunidades e lugares, a fim de se conhecerem os costumes, tradições, enfim, a identidade cultural do local visitado”.

Mariana Elias Gomes

¹ Professora do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, doutora em História pela PUCRS.

² Professora do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, doutora em História pela PUCRS.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Nos dias atuais muito ouvimos sobre políticas e práticas voltadas a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro e mais do que isso, são constituídas ações para um ensino centrado na preservação e valorização do patrimônio. Essas ações se configuram enquanto práticas da educação patrimonial, as quais podem ser promovidas tanto em espaços de educação formal quanto informal. O caráter metodológico de intervenção social que visa à promoção de uma consciência para a valorização seja do patrimônio material ou imaterial das sociedades, apresenta semelhanças com as propostas que o grupo da professora lusitana Isabel Barca (2007) vem desenvolvendo no Uminho em relação à Educação História. Essa proposta dos educadores portugueses visa empreender ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades e competências para a construção de reflexões sobre a cidadania, a profissionalização e a responsabilidade social frente à preservação do patrimônio histórico e cultural, assim como, o aprimoramento de uma cognição histórica. A partir dessa conceituação, podemos perceber uma interface entre as ações da educação história e da educação patrimonial, por ambas proporem um tipo de ensino que promova a emancipação dos sujeitos e sua conseqüente conscientização sobre sua história, cultura e patrimônio decorrente de seus saberes tradicionais e práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, campo da educação histórica e suas relações com um ensino voltado a formação de um olhar histórico, pode parecer restrito aos espaços de educação formal, tanto de professores, quanto de educandos em diferentes níveis, sejam ensino fundamental e médio ou superior. Entretanto, as ações de educação histórica quando associadas a outras práticas formativas em espaços não formais de ensino, podem alcançar públicos diversos, em situações não controladas e dessa forma, propiciar instrumentos aos sujeitos de autoconstrução e reflexão sobre suas próprias realidades e identidades.

Um das áreas do conhecimento que em muito podem contribuir para as práticas da educação história para o desenvolvimento de uma consciência para a preservação do patrimônio histórico e cultural é o turismo. Essa afirmação pode parecer exógena ou extemporânea a discussão aqui entrelaçada, no entanto, no presente texto, propomos exatamente um debate sobre o papel das práticas do turismo para uma educação histórica em espaços não formais de educação.

1. O TURISMO E SEU NASCIMENTO COMO PRÁTICA PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

O turismo é uma atividade moderna que pode ser definida como: todo o deslocamento humano com permanência acima de 24 horas, que não tenha fins para o trabalho, apesar de que nessa situação existem controvérsias. A partir dessa conceituação simples e usual, poderíamos observar no processo histórico das sociedades, em diversos momentos, ações humanas que tiveram os mesmos propósitos, mas que não foram realizadas sob o entendimento que temos hoje de turismo.

Para esclarecermos melhor, podemos pensar nas romarias religiosas, que atualmente são entendidas e classificadas enquanto turismo religioso. As mesmas ocorrem até hoje com propósitos muito semelhantes às peregrinações medievais. No entanto, no medievo o conceito de turismo ainda não existia e por isso encontrar atividades turísticas em momentos históricos anteriores ao surgimento do conceito, seria demasiado anacrônico. Dessa forma, no presente ensaio buscaremos analisar o papel do turismo e sua relação com a cultura e suas possibilidades de ações para uma educação histórica, assim como o momento no qual podemos perceber suas raízes.

1.1 O TURISMO MODERNO

O turismo no sentido cultural do termo apareceu pela primeira vez na obra “Viagem completa pela Itália” ou “Viagem pela Itália” de Richard Lassels, publicada em 1670. Nessa obra o autor não apenas relata sua viagem pela Itália, mas principalmente um hábito que se formara dentro da tradição renascentista de jovens, na passagem da vida juvenil para a adulta, realizarem o chamado na época *Grand Tour*, uma viagem pelas principais ruínas históricas, museus e locais, culturalmente repletos de história e formação. Essas viagens eram rotineiras dentre a nobreza e depois na burguesia ascendente, que almejava demonstrar seu poder econômico. Essa tradição se forma muito sob influência do ideário renascentista de que a cultura clássica era fonte de conhecimento e base da reformulação da vida moderna.

O Renascimento intensificou o interesse pelo pensamento e pela cultura, material e imaterial, Greco-romana. Muitos filósofos se interessavam em encontrar obras dos pensadores gregos e romanos. Quentin Skinner ao analisar as bases do pensamento moderno, cita um relato do filósofo Alberti, que teria em seus escritos discorrido sobre o quando era importante para a formulação de suas análises da política e da sociedade na Idade Moderna estar entre as

ruínas de Roma. Para o filósofo era como estar entre os pensadores romanos e assim ser tomado de total emoção e influência do mundo romano.

Com o intento de suprir essa demanda surgiu a figura do antiquário, aquele que iniciou o trabalho de escavações “arqueológicas”, não com o intento de preservação ou estudo, mas com o objetivo de encontrar relíquias materiais, livros, esculturas, pinturas e outros vestígios do mundo greco-romano. Dentre a fase que conceituamos como renascimento literário, artístico e cultural, o comércio de artefatos Greco-romanos se tornou comum, procurado e muito valorizado. Fortunas eram pagas nesse momento da história por um pergaminho antigo, pedaços de uma ânfora ou de uma escultura, ou quem sabe moedas. Qualquer objeto do mundo Greco-romano era extremamente valioso. Os falsificadores, já ativos na Idade Média, investiam em cópias, réplicas mal feitas ou até criações. Portanto, as pessoas se deslocavam para conhecer, assim como, para encontrar esses artefatos, fossem com intentos culturais ou econômicos, se tornou regular viagens na Europa com o fim de visitar as regiões de influência do antigo Império Romano.

Jacob Burckhardt chegou a afirmar que o Renascimento na Idade Moderna ocorreu de forma irradiadora primeiramente na Itália simplesmente porque essa vivia imersa entre as ruínas romanas que tanto influenciaram uma sede de retorno aos tempos grandiosos da Roma Império. Os italianos nunca teriam se desligado do mundo romano e por isso o Renascimento seria para a Itália o reconhecimento de seu valor. Viajar e estudar na Itália nesse momento, especificamente Florença era o princípio de qualquer jovem de boa família ou que almejasse se tornar ou se reconhecido como artista. Os antiquários dos séculos XVI e XVII atuavam como verdadeiros promotores da vivência cultural, servindo de guias pelos monumentos e museus que se formavam nesse momento para abrigar todas essas descobertas, como ocorreu com o Louvre, obra de Francisco I e Margarite de Valois ou como depois ficou conhecida a Rainha Margot.

O Louvre na França, alguns relatam que desde o século XIII, já existiria um local que servia para abrigar as conquistas de guerras, foi obra do renascimento francês, primeiramente sobre o intento de Francisco primeiro que construiu a ala mais antiga do museu e depois de Marguerite de Valois que teria embelezado a fachada do Louvre com esculturas. O museu acabou também por se tornar um monumento atrativo para os roteiros de viagens culturais que ocorriam entre as elites dos séculos XV, XVI e XVII.

Sendo assim, podemos perceber que o turismo enquanto conceito e fenômeno cultural têm suas raízes fortemente enterradas na Idade Moderna e nas transformações sócio-econômicas propostas por esse momento da história da Humanidade. A partir de agora

analisaremos o turismo enquanto fenômeno cultural e a relação dialética estabelecida com a constituição de uma mentalidade para a edificação e preservação do patrimônio histórico e cultural.

1.2 O TURISMO COMO FENÔMENO CULTURAL

Primeiramente devemos perceber que, segundo Sodré (2001), a cultura é um conjunto de práticas que dispõe de mediação simbólica, como a língua, leis, ciências, artes, mitos, ritos religiosos e tradições, que permitem formação de grupos e ao mesmo tempo a sua representação do real. A cultura acaba por compor um instrumento ou equipamento coletivo que posta à disposição de todos permite sua construção identitária. Sendo assim, qual a relação entre cultura e turismo? A essa questão chamamos atenção para a relação dialética entre atividade turística, cultura e ações para uma educação histórica, como discorreremos a partir de agora.

O turismo cultural apresenta em sua estrutura uma dupla ação, por um lado tem como finalidade levar grupos de pessoas a conhecerem diferentes culturas, por outro lado esses mesmos indivíduos que saem de suas casas para conhecer povos e suas culturas também deixam nos locais por onde passam traços de suas próprias culturas. Nessa direção, o turismo cultural proporciona aos turistas o conhecimento de saberes tradicionais e históricos dos lugares nos quais passavam, assim como transmitem suas próprias histórias e tradições.

Segundo Ferro (1983) é preciso se levar em conta que o conhecimento do passado não é apreendido de forma unívoca por todos, para cada sujeito ele promoverá múltiplas significações e se transformará no mesmo ritmo das mudanças vivenciadas pela sociedade. Mas, o conhecimento do passado, é sempre delegado aos espaços formais de educação, conforme discorreu George Snyders (1995), o professor é o responsável pelo fornecimento de uma espécie de matéria prima, nesse caso o conhecimento histórico, para o desenvolvimento de habilidades para o raciocínio, da crítica e da reflexão e mais importante que isso, o docente ensina ao educando que existe a possibilidade concreta de se raciocinar. Ainda nessa linha, afirmou Jean Vogler que, a História enquanto disciplina tinha, no passado, como objetivo a construção de uma memória social e podemos afirmar que ainda tem. No entanto, essa capacidade de influência e contribuição para a formação das memórias coletivas não está restrita a escola e a atuação do professor, mas também, a figura de outros profissionais da área de cultura como o turismólogo ou o guia de Turismo. Esses profissionais se forem bem preparados, dentro de uma perspectiva de educação histórica, podem promover ações

formativas fundamentais para uma consciência de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Os saberes históricos não são informativos, como vulgarmente se pensa, mas formativos, ele é responsável, diante da prática de profissionais comprometidos com a perspectiva da educação histórica, de ensinar aos sujeitos em situação de vivências de aprendizagem a relação entre o passado e presente, a refletir sobre os problemas vivenciados em seu tempo e principalmente a criar novas problemáticas de reflexão que os possibilitem intervir no campo social. Portanto, segundo Schmidt,

Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal (2010, p. 57).

Constituir condições para a emancipação dos sujeitos aprendentes de forma que esses possam se perceber como sujeitos históricos, conforme discorreu Schmidt, é o próprio ato de oferecer instrumentos de empoderamento aos educandos. Esse se configura como uma ação coletiva desenvolvida entre os profissionais do ensino e nesse caso da promoção cultural, o turismólogo, e seus educandos ou turistas, que transformam as ações de educação histórica em espaços privilegiados de decisões, de reflexão e de consciência social dos seus direitos como cidadãos. De acordo com Paulo Freyre (1992), essa consciência promovida pelo ato e ação de empoderamento do sujeito, transcende a simples tomada individual de iniciativa, resolução e superação de situações reais e pontuais de suas vidas e os possibilita compreender as complexas teias das relações sociais próprias de cada contexto econômico e político, de forma a instrumentalizá-los a um olhar mais abrangente dos processos históricos no qual se insere.

Nessa direção, de acordo com Schmidt, “a aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento” (2010, p. 57). É o espaço do público, do coletivo, mas também do fazer-se individual, como afirma a autora.

No entanto, sabemos que esse é um processo de depende da emancipação e empoderamento do próprio professor de História. Isso porque conforme afirmou Olavo Pereira Soares, “Para ensinar, são necessárias determinadas habilidades, métodos,

procedimentos de trabalho que possibilitem ao professor uma docência que resulte na compreensão e incorporação do aprendizado da História pelos seus alunos” (2008, p. 11). Entretanto, para o desenvolvimento dessas habilidades, elencadas pelo autor, o professor de História precisa compreender que deve ser mais do que um simples eco das produções de outrem, e seguir para o seu próprio entendimento como produtor e partícipe do conhecimento histórico. Afinal, para Schmidt, na sala de aula, diariamente o historiador-docente, ciente de seu papel como sujeito histórico, trava “um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa” (2010, p. 57).

A partir desse debate, o que propomos é que os conhecimentos históricos não sejam temas de ensino-aprendizagem apenas nas salas de aula como apontou Maria Auxiliadora Schmidt, mas, sim, de ações de educação histórica, promovidas a partir de projetos turísticos. Quando propostos os projetos turísticos com vistas a instigar, formar e promover o ensino-aprendizagem para uma consciência de preservação do patrimônio histórico e cultural, podem contribuir de forma enfática para o crescimento local e a valorização dos saberes tradicionais locais. Esse é o caráter dialético do turismo cultural, no entanto, não podemos perder de vista que mesmo como uma atividade de cunho educativo e cultural, também é econômica.

Na atualidade muitas entidades e municípios investem no campo do turismo cultural, seja com festas, propagandas e acordos com agências de viagens, com o intuito de animar ou desenvolver pequenos centros marginalizados por economias deficitárias. Mariana Elias Gomes, afirma que: “Ao se optar pelo desenvolvimento deste tipo de turismo nota-se o intuito de, através da cultura local e do seu patrimônio, promover também o desenvolvimento social e econômico do município” (GOMES, 2010, p. 02). Essa relação entre divulgação da cultura e desenvolvimento econômico dentro do turismo, indicada pela autora, também é dialético, pois ao mesmo tempo em que essa atividade pode trazer benefícios como o cuidado e a preservação do patrimônio histórico e cultural local também podem levar a degradação dessa mesma cultura explorada economicamente. Por isso, Reinaldo Dias (2005, p. 71), alerta para o fato que todo o investimento nesse tipo de turismo depende de uma pesquisa atenta para a demanda local e de mercado, com o intuito de conhecer as preferências do turista e da localidade, de forma a elaborar produtos adequados que atendam as expectativas de ambos os grupos envolvidos.

Outra questão levantada por Gomes, é a problemática de criações artificiais de atividades culturais nos locais que visem o desenvolvimento turístico, isso porque:

uma manifestação cultural, seja uma festa religiosa, rituais, danças, ou até mesmo conhecimentos técnicos ou culinários, deve buscar manter a sua dinâmica independente da atividade turística, para que não sejam simplesmente vendidas como entradas para concertos musicais, ou com uma refeição num restaurante típico. Evita-se assim que estas percam a sua característica pessoal enquanto manifestação repleta de sentido dentro de um contexto social, para se tornarem apenas objetos de consumo (GOMES, 2010, p. 02).

A transformação da cultura em mercadoria, conforme referido pela autora, é uma problemática presente desde a constituição do conceito de turismo ou *Grand Tour* na Idade Moderna, pois é inegável que o turismo enquanto atividade tem como finalidade o comércio e o desenvolvimento econômico dos grupos e locais envolvidos. No entanto, para que esse segmento da economia atue de forma positiva localmente precisa estimular preservação, veiculação e cuidado com a história e a cultura locais, é trazer a tona velhas tradições que poderiam se perder, com o intuito de preservar o patrimônio imaterial de uma sociedade, ao invés de criar ou inventar tradições exógenas, sobrepujando-as as que existiriam na localidade potencializada para o turismo e contribuindo, assim, para o esquecimento do patrimônio cultural do local.

O turismo cultural precisa contar com a consciência da localidade disposta a se colocar como ponto de turístico, assim como treinamentos e cursos de capacitação para os indivíduos envolvidos diretamente no produto turístico. Enquanto que do outro lado dessa linha, é preciso que as atividades desenvolvidas voltadas para o turismo devam ter como foco, também, as preferências do turista, dentro da programação de sua viagem. De acordo com Gomes,

A prática do turismo cultural se desenvolve assim a partir de uma tênue divisão entre os benefícios que podem ser gerados e entre os aspectos negativos que perpassam o desenvolvimento desta atividade. Neste contexto, a conscientização da população local sobre a importância de suas expectativas, desejos, necessidades, é primordial para que estas pessoas não sejam apenas fantoches de um sistema capitalista que busca o ócio sem qualquer tipo de preocupação social (GOMES, 2010, p. 02).

Assim, o turismo pode auxiliar no processo de desenvolvimento econômico de uma dada região, mas deve ser pensado de forma sustentável e preservadora e por isso precisa

atentar para as duas modalidades de turista que existem: aqueles com interesse específico na cultura; aqueles com interesse ocasional na cultura.

Ambos podem se valer do turismo cultural, mas seus interesses são diferentes, por isso, devem ser conhecidos pelo profissional do turismo, para que o produto turístico seja desenvolvido de forma a atender os princípios éticos e sustentáveis de um turismo responsável, mas também ao que os turistas procuram. Sendo assim, a partir desse momento discutiremos um pouco sobre como é possível levantar os perfis desses turistas com vistas a desenvolver produtos voltados a atender suas expectativas e necessidades.

1.3 LEVANTANDO O PERFIL DO TURISTA

Com vistas a desenvolver um turismo responsável é importante que os profissionais do turismo desenvolvam projetos voltados a levantar o perfil do possível turista que visitará a região de atenção do produto turístico.

Para tanto, deve verificar se existem pesquisas relacionadas ao perfil e a motivação dos turistas em potencial; após precisa realizar pesquisas direcionadas ao tema turismo cultural na região de foco do projeto. Depois de identificadas as características e perfil desse turista em potencial, para o qual será desenvolvido todo o projeto turístico para a região, o profissional do turismo precisará investir na construção da imagem do local, como um produto turístico. Essa ação dependerá dos veículos de informação, de acordo com o manual de Orientações Básicas produzido pelo Ministério do Turismo e a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo,

O cinema e a televisão podem agregar valor a um destino turístico, transformando cenários e recursos culturais em grandes atrativos, quando esses forem palco para as gravações de um filme, ou minisséries e novelas de cunho histórico, principalmente. Quando tais produções se tornam conhecidas, podem estimular maior fluxo turístico para esses locais (MT, 2006, p. 18).

Tais recursos podem ser eventuais quando um roteiro prevê a filmagem de uma novela, propaganda ou filme em determinada região, nesse caso, os profissionais do turismo devem aproveitar a veiculação da imagem do local para desenvolver o turismo da região, ou então, produzir propaganda de divulgação do turismo na região nos veículos de informação. Esse fato “(...) deve ser visto como uma oportunidade de se trabalhar outros conteúdos

presentes no local, aproveitando o fluxo de turistas para promover a cultura local, valorizando-a em sua totalidade de aspectos” (MT, 2006, p. 18). Novamente podemos perceber que mesmo quando o profissional do turismo aproveita oportunidades de divulgação do local para promoção do turismo, sua preocupação deve estar na valorização da cultura da região.

A constante preocupação dos sujeitos envolvidos na produção do turismo cultural deve ser com a confusão entre turismo cultural e cultura-mercadoria. Afinal, segundo Leonard Lickorish, “a comercialização de eventos da cultura tradicional pode levar à criação de uma pseudo-cultura, um folclore artificial para o turista, sem valor cultural algum para a população local nem para os visitantes” (2000, p. 108).

Nesta direção, ressaltamos que valorizar a cultura dentro do turismo é buscar preservar e compartilhar aquilo que verdadeiramente é base das relações entre os indivíduos de certa região historicamente, assim, as manifestações culturais devem seguir sua dinâmica independente. O profissional do turismo, assim como a comunidade devem evitar a perda de sentido das manifestações culturais, para tanto é necessário reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre cultura e turismo está fundamentada em dois pilares: o primeiro é a própria motivação das pessoas por conhecer culturas diferentes das suas, enquanto que o segundo é a possibilidade de o turismo enquanto campo do conhecimento atuar como instrumento de valorização da identidade cultural das regiões, assim como, da preservação, conservação do patrimônio, da mesma forma que promoverá a economia de sua localidade de atuação.

Dessa forma, percebemos que o turismo é uma atividade que tem, desde a modernidade, se complexificado na mesma velocidade em que a própria sociedade se torna mais complexa, contribui para a preservação da cultura ao mesmo tempo em que se volta para o desenvolvimento econômico. No turismo cultura e desenvolvimento de bens e serviços não é antagônico, assim como, pode se constituir enquanto prática de promoção da educação histórica para o desenvolvimento de uma consciência de preservação para o patrimônio histórico e cultural e valorização dos saberes tradicionais de cada local e povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISENBERG, Beatriz. Para qué y cómo trabajar en el aula con los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicología genética a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria. In: AISENBERG, B. (org.) **Didáctica de las ciencias sociales. Aportes y reflexiones**. Buenos Aires: Paidós, 1994, pp.137-162.

ALLIEU, N. De l'Histoire des chercheurs à l'Histoire scolaire. In: DEVELAY, M. **Savoirs scolaires et didactique des disciplines: une encyclopédie pour aujourd'hui**. Paris: ESF Editeur, 1995.

ASHBY, Rosalyn. Conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos. In: BARCA, I. (Org.) **Educação histórica e museus**. Braga: Uminho, 2003, p.37-57.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: Uma nova área de investigação. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005, pp.15-25.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projecto à avaliação. In: BARCA, Isabel (Org.). **Para uma educação histórica com qualidade**. Braga: Uminho, 2004, pp.131-144.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BURKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In: CHARLOT, B. (Org.). **Os jovens e o saber**. Porto Alegre: Artmed, 2001, pp.11-31.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

EDWARDS, Verônica. Las formas del conocimiento em el aula. In: ROCWELL, Elsie (coord.). **La escuela cotidiana**. México. Editora Fondo de Cultura Económica, 1995, pp.145-172.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOMES, Mariana Elias. **Reflexões a cerca da relação entre turismo e cultura**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/relacao-turismo-cultura/relacao-turismo-cultura.shtml>. acesso 22/05/2010.

LICKORISH, Leonard John. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SKINNER, Quentin. A Renascença Florentina. In: **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. Volume 5. São Paulo: Aleph, 2000.

VOGLER, Jean. **Pourquoi enseigner l'histoire à l'école?** Paris: Hachette, 1999.

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE PRÁTICA (2005-2010)

Leandro Henrique MAGALHÃES¹

leandro.magalhaes@unifil.br

RESUMO: Pretende-se neste artigo abordar aspectos teóricos que norteiam o Projeto Educação Patrimonial, além de apresentar a forma como o mesmo vem sendo trabalhado nos últimos seis anos. Em 2010 o mesmo recebeu a denominação “Projeto Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, contando com apoio da Diretoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina-PR e financiamento do Programa Municipal de Incentivo a Cultura – PROMIC. Esta iniciativa vem sendo desenvolvida, ininterruptamente, desde 2005, demonstrando o interesse público pelo tema, garantindo ações educacionais e culturais em conjunto com a população de Londrina. Na sua sexta edição, o projeto visa dar continuidade a valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural do município a partir de ações que venham contribuir para a construção de uma consciência voltada para sua preservação. É uma proposta que parte das reflexões dos projetos anteriores, garantindo a continuidade de algumas ações e a uma reavaliação e redirecionamento de outras. Este texto está dividido em três partes: na primeira é apresentado alguns aspectos conceituais relativos a educação patrimonial. Na segunda, tem-se um pequeno histórico do projeto, com sua dinâmica e seus resultados e, na terceira, é abordada sua fase atual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, Patrimônio Histórico e Cultural, Memória.

ABSTRACT: This article intends to approach the theoretical aspects that outline the Heritage Education Project, as well as present the way it has been developed over the last six years. In 2010 it was recognized as the “Heritage Education Project VI: Street memories”, having the support of the Heritage Board of Londrina Municipal Culture Department and the financial support of the Culture Incentive Municipal Program – PROMIC. This initiative has been uninterruptedly developed, since 2005, showing great public interest in the theme and validating educational and cultural actions within the population of Londrina. The project aims at continuing to value and promote the historical-cultural heritage of the city from

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Coordenador do Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da ANPUH/PR. Vice Presidente da ANPUH/PR. Trabalho financiado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC, de Londrina-PR.

actions which will contribute to raise awareness of its people to its preservation. It is a proposal based on reflections of previous projects, intended to guarantee, redirect and reevaluate some other actions. This study is divided into three parts: on the first part some conceptual aspects related to heritage education are presented, on the second one, a brief history of the project is introduced, showing its structure and results, and finally, on the third part its current phase is approached.

KEYWORDS: Heritage Education, Historic and Cultural Heritage, Memory

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade apresentar um breve histórico do projeto “Educação Patrimonial”, desenvolvido desde 2005 na cidade de Londrina e vencedor da 23ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. É financiado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura do Município de Londrina – PROMIC e tendo como parceiros instituições importantes da cidade, como Secretaria de Cultura do Município de Londrina, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Município de Londrina, Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da Associação Nacional de História – Seção Paraná, Museu de Arte de Londrina – MAL e Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – MHL.

A equipe do projeto vem ampliando-se com o passar dos anos.

No ano de 2005, o projeto foi coordenado por Aline Pitzchk e, em 2006, por Denise Lezo, contando com a participação dos Arquitetos e Professores Dr. Humberto Yamaki Elisa Roberta Zanon. A partir de 2007, o projeto passou a ser desenvolvido pelos Historiadores e Professores Dr. Leandro Henrique Magalhães e Ms. Patrícia Martins Castelo Branco, além da Arquiteta e Especialista Elisa Roberta Zanon. A partir de 2010, agregou-se a equipe o Historiador e Professor Ms. José Augusto Alves Neto e as Turismólogas, Geógrafas e Professoras Especialistas Tatiana Colasante e Alini Nunes. O projeto atual conta ainda com a colaboração de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Em relação aos objetivos do projetos, temos, como Objetivos Gerais:

* desenvolver metodologia de Educação Patrimonial que possibilite o entendimento conceitual em torno do significado do Patrimônio Cultural e que leve ao reconhecimento do patrimônio local, possibilitando assim sua apropriação, salvaguarda e preservação;

* garantir a valorização das identidades e memórias que compõem o Patrimônio Cultural londrinense, a partir atividades e produtos vinculados tanto a educação formal como a informal.

E, como Objetivos Específicos:

* Realizar eventos e cursos de capacitação, voltado para professores, agentes culturais e população em geral;

* Desenvolver roteiros, passeios e trilhas interpretativas que possibilite um olhar diferenciado para a cidade de Londrina, valorizando a diversidade de possibilidades, identidades e memórias que marca a paisagem e arquitetura do município;

* Realizar oficinas para alunos de escolas públicas da cidade de Londrina;

* Elaborar trilhas interpretativas comunitárias, vinculadas a bairros da cidade e desenvolvidas por alunos de escolas públicas da cidade de Londrina;

* Confeccionar material gráfico acerca das atividades desenvolvidas nas oficinas ofertadas para alunos de escolas públicas da cidade de Londrina, visando disseminar o trabalho realizado e estimular a realização de atividades com educação patrimonial na escola;

* Montar exposições itinerantes, em parceria com o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, valorizando as experiências e vivências comunitárias;

* Publicar material impresso, visando disseminar a metodologia de trabalho desenvolvida pelos participantes do projeto, além de apresentar conceitos vinculados ao Patrimônio Cultural e debates sobre o tema.

UM BREVE HISTÓRICO DO PROJETO

O Projeto Educação Patrimonial vem despertando interesse da população londrinense, especialmente no que se refere ao conhecimento de sua história e ao reconhecimento de seu patrimônio histórico-cultural. Vem sendo desenvolvido, de forma ininterrupta, nos últimos seis anos, envolvendo diversos atores, tendo como núcleo ordenador a Diretoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina - PR.

No ano de 2005, as ações restringiram-se a um curso de capacitação em educação patrimonial, atendendo aproximadamente quarenta pessoas, desde servidores públicos municipais de órgãos como IPPUL, Secretaria da Educação e Secretaria da Mulher, até estudantes, professores e profissionais de Turismo, História e Arquitetura e Urbanismo, além de funcionários do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Durante o curso houve a elaboração de roteiros experimentais com orientação do professor ministrante Dr. Humberto Yamaki. No

início do ano de 2006, entre os meses de janeiro a maio, foram realizadas visitas monitoradas ao centro histórico e ao Patrimônio do Heimtal, atendendo escolas, grupos organizados, entidades e a população em geral, abrangendo aproximadamente quinhentos participantes.

Ainda neste ano o projeto buscou ampliar as discussões relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural de Londrina, o que se deu por meio de capacitação de professores da rede pública municipal e estadual. Garantiu-se, com esta atividade, uma ampliação da discussão sobre o tema, além de fornecer subsídios para o trabalho nas escolas do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, tendo em vista que o tema Educação Patrimonial passou a ser considerado como eixo transversal pela Secretaria Municipal de Educação. Foram realizados quatro cursos de capacitação, sendo dois para professores que trabalhavam nas bibliotecas da rede municipal de ensino, um para professores das redes municipal e estadual de ensino e um para o público em geral, atendendo aproximadamente cento e cinquenta participantes. Como material de apoio foi produzido uma cartilha, publicada e lançada na Conferência Municipal de Cultura de Londrina, ocorrida no ano de 2007, intitulada “Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina”. O conteúdo da publicação teve por objetivo apresentar conceitos sobre Patrimônio Histórico Cultural e suas categorias, envolvendo aspectos materiais (arquitetônico, urbanístico, documental, artístico, arqueológico, etc.) e imateriais (saberes, expressões, costumes, técnicas, entre outros) do patrimônio (LEZO, 2007).

Em 2007, o projeto educação patrimonial III teve o mérito de resgatar as atividades desenvolvidas nos anos anteriores e ampliá-las. Neste sentido foi realizada pesquisa que resultou no passeio monitorado e no material gráfico referente ao “Roteiro da Diversidade Religiosa”. Foi realizado ainda curso voltado para a comunidade, contando com mais de cento e quarenta inscrições, superando todas as expectativas, já que a proposta inicial era atender quarenta pessoas. Entre o público, participaram professores de escolas públicas e privadas, profissionais da área de museologia, arquivística e afins, agentes culturais, estudantes de história, pedagogia, arquitetura, turismo, sociologia, dentre outros.

A partir das reflexões do curso, iniciou-se a montagem de oficinas, que foram ofertadas a três escolas da rede pública da cidade de Londrina, em três regiões distintas e periféricas, visando ampliar a abrangência das reflexões sobre o Patrimônio Histórico e Cultural. As escolas atendidas foram: localizada na Zona Norte, o Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, na Zona Oeste, a Escola Municipal Ruth Ferreira Souza e no Distrito Espírito Santo, a Escola Municipal Luiz Marques Castelo. Desta etapa do projeto, chegou-se a algumas conclusões, especialmente sobre a importância deste tipo de atividade na valorização da localidade, destacando a importância de seus personagens, de sua dinâmica cultural, de

seus valores e, em especial, de seu patrimônio. Percebeu-se ainda a elevação da estima dos envolvidos, problema identificado no início das atividades do projeto.

Em 2008, o Projeto Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedaco deu continuidade às atividades, ampliando o curso de capacitação e consolidando a proposta metodológica desenvolvidas nas oficinas do ano anterior. Desta vez foram atendidas duas escolas municipais de Londrina. Além disso, houve uma aproximação com o Museu Histórico Padre Carlos Weiss e o desenvolvimento de material didático para distribuição nas escolas e para os agentes culturais da cidade, em uma proposta de arte-educação: o curso de capacitação foi desenvolvido durante o primeiro semestre, na Cidade da Criança, com cento e cinquenta inscrições. O mesmo foi complementado com visitas monitoradas referentes a “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico” e o “Roteiro da Diversidade Religiosa”; no segundo semestre, foram realizadas oficinas, ofertadas gratuitamente para alunos da 4ª. Série do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do município, sendo elas: Escola Municipal Padre Anchieta (Patrimônio Heimtal) e Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti (Região Oeste); como complemento, foi montado o chamado “Museu Itinerante”, uma mostra de fotografias disponibilizadas pelo Museu Histórico Padre Carlos Weiss, que trata especificamente das regiões onde as escolas estavam situadas. O “Museu Itinerante” já foi exposto em diversos espaços de Londrina, além de cidades como Curitiba-PR, Cascavel-PR e Rio Grande-RS; foi produzido ainda um folder e confeccionado seis banners referente aos trabalhos desenvolvidos nas escolas, intitulado “Qual é o seu Centro?”, além de dois banners educativos referente as atividades do projeto. Este material foi destinado à Diretoria de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura; outra atividade do projeto foi a montagem do passeio monitorado intitulado “Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina”, ofertado gratuitamente para a população londrinense. Como complemento, foi produzido material gráfico referente a trilha. Ocorreu, também em 2008, entre os dias 24 a 26 de novembro, o “Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná”, evento que visou ampliar o debate sobre o tema e que contou com palestrantes de todo o estado, tendo como resultado a publicação de uma coletânea dos textos apresentados (SILVA; MORAES, 2008).

Já em 2009 veio a público o livro “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”, que apresentou o resultado das atividades desenvolvidas nas escolas, assim como uma proposta de metodologia de trabalho no âmbito da educação patrimonial (MAGALHAES, 2009). Em 2009 foi dada continuidade ao projeto, voltado agora para a disseminação de idéias e a

reflexão sobre o tema Patrimônio Histórico e Cultural e, conseqüentemente, Educação Patrimonial. Neste sentido, foi realizado dois cursos de capacitação em educação patrimonial, com cinquenta inscritos. A partir destes cursos, foi selecionada a escola em que as atividades relacionadas seriam desenvolvidas, a Escola Municipal David Dequech. E, em outubro de 2009, ocorre o evento intitulado “II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”, que contou com palestrantes e participantes de diversas localidades do país. Para divulgação do evento foi montada uma página na internet (<http://www.evsnet.com.br/cidadesnovas/>), que recebeu mais de duzentos e cinquenta inscrições e, como resultado, foi publicado um livro com os textos apresentados (MAGALHÃES, 2009).

A experiência adquirida nestes anos motivou a equipe envolvida em desenvolver dois outros projetos no ano de 2010: o “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, que será abordado a seguir, e as “Oficinas de Educação Patrimonial”, que atenderá duas escolas municipais da cidade de Londrina-PR.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VI: MEMÓRIAS DA RUA

Em 2010 foi dado início ao projeto “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, tendo por objetivo dar continuidade a valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural da cidade de Londrina, a partir de ações que venham a contribuir para a construção de uma consciência voltada para sua preservação. Partindo das reflexões possibilitadas nos projetos anteriores, optou-se pela continuidade de algumas ações e a reavaliação e redirecionamento de outras. Os eventos realizados nos últimos anos, intitulados Encontro Cidades Novas, proporcionaram debate teórico em torno da temática e, aliados as oficinas de Educação Patrimonial realizadas em escolas do Ensino Fundamental e aos Cursos de Capacitação ofertados a comunidade, proporcionaram um amadurecimento da equipe envolvida no projeto. As oficinas nas escolas resultaram na formulação de uma metodologia de trabalho materializada no livro “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”, e os eventos garantiram espaços de discussão e levaram a publicação de coletâneas de textos, possibilitando uma reflexão efetiva em torno do Patrimônio Histórico e Cultural, permitindo que se vá além (mas sem excluir) aquele considerado oficial ou localizado na área central da cidade, avançando sobre o significado do patrimônio histórico e cultural.

Neste sentido, foi desenvolvido um trabalho em que se procurou fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva, garantindo a apropriação e o uso do patrimônio, trazendo à tona histórias de vidas, realizando debates sobre o caráter público dos espaços e aliando a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais. Um dos resultados foi a exposição intitulada “Museu Itinerante”, que buscou valorizar o bairro como elemento central da constituição identitária comunitária. Em um movimento inverso, o projeto voltou-se, em 2010, para a área central, entendendo que esta também faz parte da formação das identidades londrinenses, contribuindo para o entendimento de pertencimento à cidade. Escolheu-se, para tanto, a Rua Sergipe, pelo fato de ser uma das mais antigas ruas de comércio da cidade, possuindo até hoje tipos de estabelecimentos comerciais e ofícios que não existem mais em outros lugares da cidade. A rua possui ainda importantes exemplares da arquitetura *art déco* londrinense, além de contar com dois espaços significativos que marcaram as transformações recentes por qual a cidade passou: o cadeião e a antiga rodoviária de Londrina, hoje Museu de Arte de Londrina - MAL.

Seguindo este caminho, o projeto propõe a realização de um inventário da Rua Sergipe, abordando tanto o Patrimônio Imaterial, especialmente no que se refere aos ofícios e ao comércio “em extinção”, como a Paisagem e o Patrimônio Material, o que se dará a partir da identificação das edificações de interesse e de um trabalho específico no cadeião e na antiga rodoviária. Esse trabalho irá se integrar ao inventário de bens culturais da Secretaria Municipal de Cultura/Diretoria de Patrimônio Histórico. Para um melhor desenvolvimento das atividades, a equipe contará com orientações técnicas de profissionais capacitados pelo IPHAN na realização dos inventários. Como produtos, está previsto a confecção de um folder e de um *CD ROOM*, a ser distribuído para os lojistas que atuam na Rua Sergipe, além de entidades de pesquisa e profissionais interessados.

O projeto dará continuidade a sua proposta educacional e de disseminação ao garantir a oferta do Curso de Educação Patrimonial, desta vez voltado não apenas para educadores e agentes culturais, mas também e principalmente para os funcionários, lojistas e frequentadores da Rua Sergipe abordando, além dos conceitos de patrimônio histórico e cultural, a memória e a história da rua, aliado a um curso de vitrinismo. Também serão realizadas oficinas com crianças do Ensino Fundamental da rede pública e privada, visando a preparação de material didático (livro infantil) sobre a Rua Sergipe. Estas oficinas estarão pautadas nos princípios da educação patrimonial e, assim como o curso, serão realizadas no Museu de Arte de Londrina - MAL. O curso e as oficinas estarão articulados com o inventário, podendo subsidiá-lo com novas informações, além de contribuir com a nova versão do “Museu Itinerante”, tendo em

vista que está prevista a recepção de material impresso e fotos sobre a rua que, caso os participantes aceitem, poderá ser doado ao Museu Histórico Padre Carlos Weiss, alimentado e reforçando o acervo sobre a rua.

Como dito, será dada nova roupagem ao Museu Itinerante, ação desenvolvida em parceria com o Museu Histórico Padre Carlos Weiss e que, em 2008, resultou na produção de dez banners que vem sendo expostos em diversos espaços da cidade, do Estado do Paraná e do País. A proposta é que a exposição, desta vez intitulada “Museu Itinerante – Qual é o Seu Centro?”, seja focada na Rua Sergipe. A partir de pesquisa a ser realizada junto ao museu histórico e das informações obtidas no curso de educação patrimonial e nas pesquisas para a construção do Inventário da Rua Sergipe, será montada a exposição, composta por três seções independentes que, em conjunto, formarão uma mais ampla sobre a rua. As seções terão como tema: o cadeião; a antiga rodoviária; as fachadas dos prédios da Rua Sergipe. O material será exposto, primeiramente, nos seguintes espaços: Museu Histórico Padre Carlos Weiss, Museu de Arte de Londrina, Secretaria de Cultura de Londrina, Centro Universitário Filadélfia - UniFil e vitrines e interiores das lojas da Rua Sergipe, sendo posteriormente disponibilizada para a Secretaria de Cultura/Diretoria de Patrimônio Histórico para exposição em outros locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. In: **Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas; São Paulo: UNICAMP, n° 13, 2004.
- LEZO, Denise; DORNELAS, Eline; ZANON, Elisa. **Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina**. Londrina: Midiograf/PROMIC, 2007.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. **Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática**. Londrina UniFil. 2009.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; ZANON, Elisa (Orgs.). **Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País**. Londrina: UniFil. 2009.
- SILVA; MORAES (Orgs.). **Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná**. Londrina: Humanitas, 2008.

ANEXO - RESUMO DAS AÇÕES

Ano de 2005

- * Curso de capacitação em educação patrimonial.

Ano de 2006

- * Quatro cursos de capacitação em educação patrimonial;
- * Visita monitorada ao Centro Histórico de Londrina, intitulado “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico”;
- * Confeção de Material Gráfico referente a “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico”;
- * Montagem da cartilha Intitulada “Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina”.

Ano de 2007

- * Curso de capacitação em educação patrimonial;
- * Visita monitorada intitulada Roteiro da Diversidade Religiosa;
- * Visita monitorada ao Centro Histórico de Londrina, intitulado “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico”;
- * Confeção de material gráfico referente ao Roteiro da Diversidade Religiosa;
- * Lançamento da cartilha Intitulada: Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina, durante a Conferência Municipal de Cultura de Londrina;
- * Oficinas para alunos de escolas públicas de Londrina-PR, sobre o tema Educação Patrimonial. As escolas foram: localizada na Zona Norte, o Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, na Zona Oeste, a Escola Municipal Ruth Ferreira Souza e no Distrito Espírito Santo, a Escola Municipal Luiz Marques Castelo;
- * Confeção de material gráfico referente as oficinas realizadas com alunos de escolas públicas de Londrina – PR.

Ano de 2008

- * Curso de capacitação em educação patrimonial;

- * Visita monitorada ao Centro Histórico de Londrina: Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico;
- * Visita monitorada intitulada Roteiro da Diversidade Religiosa;
- * Visita Monitorada intitulada Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina;
- * Confecção de material gráfico referente a Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina;
- * Oficinas para alunos de escolas públicas de Londrina-PR, sobre o tema Educação Patrimonial. As escolas foram: localizada no Patrimônio Heimtal, Escola Municipal Padre Anchieta, e na Região Oeste, a Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti;
- * Confecção de material gráfico referente as oficinas realizadas com alunos de escolas públicas de Londrina – PR;
- * Confecção e Exposição do Museu Itinerante (10 *banners* referente aos bairros onde as oficinas com as escolas foram ofertadas);
- * Confecção e Exposição da Mostra intitulada “Qual é o seu Centro”, com cinco banners referente as atividades desenvolvidas nas cinco escolas onde foram ofertadas as oficinas, mais dois banners explicativo;
- * Realização do Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná, promovido pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Londrina – UEL;
- * Publicação de livro com os textos apresentados do Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná.

Ano de 2009

- * Dois cursos de capacitação em Educação Patrimonial;
- * Visita monitorada ao Centro Histórico de Londrina: Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico;
- * Visita monitorada intitulada Roteiro da Diversidade Religiosa;
- * Visita Monitorada intitulada Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina;
- * Oficinas para alunos de escolas públicas de Londrina-PR, sobre o tema Educação Patrimonial, realizada na Escola Municipal David Dequech;
- * Confecção de material gráfico referente as oficinas realizadas com alunos de escolas públicas de Londrina – PR;

* Realização do “II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País

* Publicação de livro com os textos apresentados no “II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País;

* Publicação do livro Educação Patrimonial: da Teoria à Prática.

EDUCAR PARA PRESERVAR: UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TOMAR DO GERU/SE¹

Maria Socorro Soares dos SANTOS²

helpclio@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho relata e analisa a experiência da aplicabilidade da metodologia da Educação Patrimonial com a Igreja Nossa Senhora do Socorro em Tomar do Geru/SE (2006), enquanto elemento cultural, com alunos e professores da oitava série da Escola Agrícola “Dr. Albano Franco”. Para isso, utilizamos o potencial do bem cultural para demonstrar aos pesquisados-participantes que a valorização dos traços culturais locais é importante para a construção da identidade. Contudo, a não apropriação consciente dos bens é fruto da ausência de conhecimento crítico sobre sua realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial. Patrimônio. Identidade cultural.

ABSTRACT: The present work tells and analyzes the experience of the applicability of the methodology of the Patrimonial Education with the Nossa Senhora do Socorro Church located in Tomar do Geru town in the state of Sergipe (2006), while cultural element, with students and teachers of Elementary School into 8th stage of the Agricultural School called "Escola Agrícola Dr. Albano Franco". For this, we use the potential of the cultural good to demonstrate to the searchers and participants, that the valuation of the local cultural traits is important for the construction of the identity of the community. However, the non appropriation conscious of the goods is resulted of the absence of critical knowledge on their reality.

KEYWORDS: Patrimonial Education, Patrimony, cultural Identity.

A questão patrimonial está constantemente presente no nosso dia a dia, seja na esfera midiática, política, econômica ou educacional. Essa se configurou em uma questão de relevância universal que agregada às grandes problemáticas atuais, vai penetrando no

¹ Este artigo é parte do meu trabalho monográfico para a conclusão do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Mestranda do Curso Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEl/Capes. Especialista em História Cultural e licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe.

imaginário coletivo das sociedades como alusão essencial. Nesse contexto, a escola é atingida por essa problemática. Afinal, encontra-se inserida numa determinada comunidade e não está, nem deve ficar, imune às questões da época. Essas novas demandas da educação exigem uma resposta apropriada da escola. Para que, através de procedimentos didático-pedagógicos e a utilização da realidade como pontapé inicial, desenvolva na atual geração as capacidades de investigação e de leitura histórica do patrimônio. Assim como, o fortalecimento da identidade cultural e exercício da cidadania.

Mas, atualmente, quando pensamos em patrimônio remetemo-nos não só ao individual, mas, também, à coletividade. Desde Roma antiga, tudo que pudéssemos legar por testamento era considerado *patrimonium*. Patrimônio é uma palavra de origem latina referente a tudo que se herda, bens materiais e imateriais. No plano individual, o próprio dono decide o que fazer do patrimônio. Mas, no coletivo, a decisão é mais complexa, pois há múltiplos pontos de vista, interesses e benefícios que os partícipes dessa coletividade esperam obter do legado, e nem sempre tais posições convergem. Logo, a determinação do que é patrimônio depende da comunidade, ela é que vai dizer quais são suas marcas e o que pretende deixar para gerações posteriores. Para isso, é necessário que haja identificação entre alguns grupos sociais e culturais e que construam o sentimento de pertença com aquele objeto ou manifestação. Segundo Varine-Boham, patrimônio cultural pode ser dividido em três grandes categorias: a) aqueles pertencentes à natureza; b) aqueles pertencentes às técnicas (o saber-fazer) e c) aqueles pertencentes aos artefatos (*apud* LEMOS 2000, pp. 9-10). E é a própria comunidade através de suas afinidades quem determina o que é patrimônio ou não. Portanto, o que alguns podem classificar como patrimônio, outros não classificam.

A Educação Patrimonial surge como uma nova maneira de observar e manter viva a tradição de cada localidade, desenvolvendo papel fundamental para que a comunidade conheça o seu potencial histórico e cultural. A inserção, nos currículos escolares, da questão patrimonial permite atingir o público-alvo, os alunos, dotados de uma capacidade de percepção muito aguçada. Assim, novos valores culturais podem ser identificados e desenvolvidos por meio de diversas possibilidades.

Despertar a comunidade escolar para a utilização do patrimônio local como ponto de partida no processo ensino-aprendizagem implicará no fortalecimento da identidade cultural. Com este intuito foi desenvolvida uma experiência em Educação Patrimonial de maio a dezembro/2006, na Escola Agrícola “Dr. Albano Franco”, no município de Tomar do Geru/SE, com os alunos e professores da 8ª série do ensino fundamental. Trata-se de uma escola municipal, situada no povoado Cardoso nas cercanias da sede do município. Seu

público-alvo são os alunos da zona rural, fator significativo para a escolha do campo de pesquisa, já que o alunado é constituído de diversas partes do município, facilitando a ampliação da rede de informações.

Com a carência dos educadores e educandos de um conhecimento crítico sobre seu patrimônio cultural, e principalmente, a distância deles em relação à Igreja Nossa Senhora do Socorro, enquanto bem cultural, é necessário atividades didático-pedagógicas que promovam a construção de conhecimento sobre a história local. Assim, vemos a metodologia da Educação Patrimonial como instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura de sua realidade, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

A questão norteadora desta ação foi o distanciamento entre os educandos e a Igreja como elemento de identidade cultural merecedora de preservação, levando em consideração a ausência de conhecimento crítico e apropriação consciente dos bens culturais essenciais no processo de preservação e reafirmação da identidade local. Na Educação Patrimonial, o objeto real é insubstituível. Entretanto, no nosso caso, a fonte primordial de informações é a igreja, enquanto objeto cultural, seguido dos questionários aplicados ao campo de estudo para a coleta de dados, no início e no final da pesquisa, e a bagagem teórica adquirida através de consultas bibliográficas constantemente acrescidas e enriquecidas.

A nossa fonte primária de informações é uma igreja revestida de muita simplicidade na fachada, entretanto, em seu interior pode-se encontrar o que é considerada uma beleza magnífica, situada na Praça Matriz da cidade de Tomar do Geru/SE. A Igreja Nossa Senhora do Socorro “é uma representação do barroco joanino, caracterizado pelas formas singelas da sua arquitetura e a exuberância dos retábulos” (MECENAS, 2005, p. 68). E segundo Lúcio Costa, esta Igreja é “obra mestiça e vigorosa que se enquadra no importante surto de arte ocorrido de fins do século XVIII a meados de setecentos, naquela região, e que constitui, a bem dizer, uma escola à parte” (COSTA, 1997, p.138).

Exemplar da mentalidade jesuítica ibero-americana e patrimônio cultural de Sergipe e do Brasil, desde 1943, o edifício e todo o seu acervo encontram-se inscritos nos livros de Tombo Federal: Livro Histórico com o número 196 e o Livro de Belas Artes com a inscrição 262-A.

Figura 1: Fachada da Igreja N. Sra. do Socorro

Fonte: Acervo Maria Socorro Soares

Figura 2: Altar-mor e altares laterais

Fonte: Acervo Maria Socorro Soares

Para tanto, a comunidade local necessita de conhecimento crítico a seu respeito, para que a mesma não perca os laços efetivos de sua identidade cultural. Perante isso, justifica a aplicabilidade da metodologia da Educação Patrimonial com esse templo religioso em estilo barroco, representante do universo cultural sergipano.

1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.

Para capacitar a comunidade para (re)descobrir e perceber os valores e particularidades de sua identidade cultural, partindo de suas experiências, é aconselhável empregar a metodologia da Educação Patrimonial. Essa proposta tem uma metodologia específica, inspirada em atividades educacionais do modelo inglês de preservação, para o desenvolvimento de ações educativas direcionadas para o uso e apropriação dos nossos bens culturais.

Em 1983, a Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil, em termos conceituais e práticos, pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, no 1º seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial, em Petrópolis/RJ. A partir disso, várias experiências e atividades vêm sendo realizadas, com diferentes contextos e regiões do país, porém, são projetos de pouca continuidade temporal. Quanto a Sergipe, não tivemos referência a nenhum trabalho alusivo à Educação Patrimonial, sendo este, o pioneiro. Tais experiências estão resultando na recuperação da memória coletiva, no resgate da autoestima, no desenvolvimento local e no encontro de soluções inovadoras para a preservação do patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA, 1999, p. 9). Dessa forma, o objeto real torna-

se ponto de partida no processo ensino-aprendizagem, pois os objetos e expressões culturais serão observados, indagados e explorados em todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Decerto, a metodologia da Educação Patrimonial possibilita aos educadores utilizarem objetos culturais nas aulas, na sala ou onde são encontrados, como peça chave no desenvolvimento dos currículos e não, apenas, como ilustração. Para isso, o educador deve planejar e selecionar o bem ou conjuntos de bens culturais que lhe auxiliem na tarefa de mediar e induzir o aluno nesta viagem repleta de descobertas, que implicará em transformações no seu cotidiano. Escolhidos o objeto/fenômeno e o tema a serem abordados, a ação educativa transcorrerá ao longo das seguintes etapas metodológicas: observação, registro, exploração e apropriação (HORTA, 1999, p. 11).

Na observação, o indivíduo pode desenvolver todos os seus sentidos, desde que o objeto permita a percepção simbólica, como também, identificar do objeto, sua função e significado. A partir daí, deve-se registrar (escrita, fotografia, oralidade, etc.) o que descobriram, aprofundando os seus conhecimentos sobre o objeto, além de exercitar a memória e desenvolver o pensamento lógico, intuitivo e operacional.

A exploração refere-se à análise do problema, formulação de hipóteses, discussão, pesquisa em outras fontes como arquivos, cartórios, desenvolvendo as capacidades de análise e julgamento crítico, além de interpretar as evidências e significados do elemento cultural em questão. Quanto à apropriação, o indivíduo vai recriar, reler, representar e se envolver afetivamente, interiorizando os conhecimentos obtidos, se apropriando e expressando o significado que o mesmo apreendeu através de sua participação criativa que implicará na valorização e preservação do patrimônio cultural.

Esta disposição de etapas não significa necessariamente a ordem a ser seguida, pois ao desenrolar das atividades, algumas dessas etapas podem acontecer concomitantemente ou mesmo sobrepor-se a outras. Convém ressaltar que cada evidência cultural apresenta uma variedade de aspectos e significados que ultrapassam os limites de cada disciplina, possibilitando-nos desenvolver atividades pedagógicas interdisciplinares. Vale ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem o estudo do patrimônio cultural brasileiro e deixa clara a necessidade de abordagem interdisciplinar desta temática na prática pedagógica do ensino fundamental.

A construção e solidificação da identidade individual e coletiva devem estar alicerçadas em procedimentos didático-pedagógicos que propiciem ao sujeito a construção do conhecimento e a obtenção de respostas para suas inquietações, tendo a figura do educador

como um mediador desse processo. Desta maneira, a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial favorece a construção o fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de cidadania, além de reforçar a auto-estima. Então, encontramos uma possibilidade de irmos além da teoria.

A Educação Patrimonial vai além da simples preservação, visa também à apropriação e re-apropriação consciente desses bens pela comunidade. Portanto, faremos, em síntese, o relato e análise da experiência do uso educativo da Igreja Nossa Senhora do Socorro em Tomar do Geru/SE com professores e alunos da 8ª série da Escola Agrícola “Dr. Albano Franco”.

2. RELATO DA EXPERIÊNCIA

Neste estudo de caso, optamos por uma pesquisa-participante apresentada por Carlos R. Brandão, para que, assim, os sujeitos envolvidos no processo tenham a realidade como matéria-prima da ação educativa para participar da produção de conhecimento e tomar posse dele. Porém, buscamos uma forma democrática, para não usarmos a comunidade como simples objeto de investigação e/ou produzirmos um conhecimento acadêmico que fique apenas na inutilidade social.

A duração deste estudo corresponde a dois anos, incluindo preparação do projeto, pesquisa bibliográfica, levantamento de dados, planejamento e aplicação da metodologia da Educação Patrimonial e apresentação dos resultados, em curto prazo.

A escola é o espaço propício para construirmos uma nova prática social. Por isso, apresentamos o projeto ao corpo docente, deixando claro que o desenvolvimento deste dependeria da integração e participação de todos, como também, a análise desse estudo seria para o trabalho de conclusão de curso. Assim que aceitei, acordamos com os professores que planejassem atividades didáticas usando o potencial cultural e histórico da Igreja como fonte primária na sua disciplina ou articular-se com outras disciplinas.

Então, coletamos os dados iniciais para traçarmos o perfil dos sujeitos envolvidos com a aplicação de questionários ao corpo docente e discente. Apresentamos um apanhado geral do projeto, ressaltando que a participação de todos seria imprescindível no transcórre do trabalho. Nesse momento, procuramos verificar, através do questionário, o nível de conhecimento inicial sobre patrimônio cultural e a relação com os bens culturais do município, fontes fundamentais para o direcionamento do estudo.

A partir daí, percebemos a necessidade, também dos educadores, de um maior esclarecimento sobre a história do município. Dessa forma, e realizamos o seminário Geru:

História, Arte e Educação Patrimonial, realizado pelo Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades/UFS/CNPq. Nosso objetivo nesse seminário era compartilhar algumas das pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal de Sergipe e apresentar o projeto monográfico aos educadores do município.

2.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Os dados obtidos com os questionários foram o alicerce para o a construção do planejamento desta etapa. Esta fase correspondeu a uma semana letiva, de dois a seis de outubro de 2006, que tivemos em contato direto com os alunos. A primeira parte foi teórica³, de preparação, depois a parte prática do trabalho. Vale ressaltar que durante esse processo não estávamos trazendo o conhecimento pronto e acabado, muito menos a verdade absoluta. Estávamos sim, baseados em pesquisas científicas, todavia ao longo do caminho encontraríamos lacunas devido à escassez de pesquisas sobre Geru, ficando em alguns casos apenas interrogações. Pois a preocupação maior era auxiliar os indivíduos envolvidos na construção do saber histórico.

A imaginação do professor e o monumento histórico devem ser os dois fatores essenciais para a determinação da utilização educacional do patrimônio. Para Neal⁴, em uma visita ao monumento devem ser consideradas quatro linhas de abordagens: 1) As pessoas e os costumes sociais da época em questão; 2) O edifício e seu conteúdo; 3) A propriedade e sua estrutura econômica e social; 4) A área onde está localizada. Para o resultado ser proveitoso o aluno deve compreender coerentemente o lugar, sua estrutura e função, e da comunidade que ali viveu e trabalhou. Além da preparação e continuação do estudo em sala de aula.

Nas aulas de preparação, discutimos sobre as pessoas relacionadas com a Igreja. Pois, são as pessoas que constroem a história, no nosso caso, os índios Kiriri e os Jesuítas construíram, viveram e atuaram no monumento. Com o estímulo da imaginação, é preciso trazer essas pessoas de volta à vida, porém com base histórica.

Geralmente, o patrimônio está presente nas aulas “tradicional”, embora sua utilização seja apenas para ilustrar ou exemplificar conteúdos científicos já estudados, transformando-o em ponto de chegada. Na Educação Patrimonial “é a Escola que deve ir ao patrimônio” (MANIQUE; PROENÇA, 1994, p. 57).

³ Exploramos tais conteúdos: Questão indígena do Brasil, Sergipe e Geru, Identidade e Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

⁴ Texto distribuído durante o 1º Seminário sobre “Uso Educacional de Museus e Monumentos” em 1983, no Museu Imperial em Petrópolis/RJ.

Dessa forma, saímos do prédio escolar em direção a Igreja para estabelecer diálogo entre ela e a comunidade estudantil. Partimos nossa leitura da Praça Matriz, para o edifício e seu conteúdo, objeto concreto que pode ser visto e tocado, diferentes dos ocupantes do passado. Investigamos os materiais de construção, identificamos o estilo do monumento juntamente com portas, janelas, torre, pináculo, telhado, piso, túmulos, fechaduras, mobiliário e detalhes decorativos. Na oportunidade, os alunos registraram as informações em uma ficha de observação para caracterizar o edifício.

2.2 SEGUINDO O CAMINHO

Dado os primeiros passos, cabia agora aos professores dar continuidade à exploração do potencial histórico e cultural da igreja com os alunos em suas aulas, seja de forma separada ou de forma articulada com outras disciplinas. A partir daí, deu-se início aos trabalhos, sendo preciso mais dois meses para a conclusão.

Sugerimos alguns caminhos, inclusive o de que ao sairmos da sala de aula em direção à comunidade descobriríamos mais. Assim fez o professor de Matemática e Geometria, Manoel Messias Teixeira, saiu com os alunos da escola rumo à nossa fonte primária de informações. Utilizando o monumento, o referido educador, trabalhou com os estudantes, perímetro, cálculo de área, medidas de superfície e medida linear. Para isso, os alunos visitaram a edificação por diversas vezes, monitorado pelo professor e munido de instrumentos de medição. Ao explorar o objeto, os pesquisados-participantes confrontaram as medidas utilizadas na época da construção do edifício com as medidas atuais⁵. Com a transformação do tamanho real para o desenho, os educandos construíram uma planta com as medidas, e o cálculo da área do edifício.

Entretanto, foi o conhecimento construído pelo educador Manoel Messias com os alunos da 8ª série que nos impulsionou a continuar pesquisando qual é a área da Igreja. Apesar de não termos tido acesso ao dado do IPHAN na ocasião do desenrolar do projeto, agora tivemos acesso. A área construída da Igreja Nossa Senhora do Socorro para o IPHAN é de 595,17m², enquanto que, o resultado obtido na atividade escolar é de aproximadamente 455,64m². Desta feita, podemos afirmar, diante a incompatibilidade desses dados, que há equívocos em um dos dois, ou em ambos. Até então, não podemos concluir qual é exatamente a área construída da Igreja Matriz de Geru, para isso precisamos continuar investigando.

⁵ As medidas utilizadas para a construção do prédio não seguiam aos padrões de medidas atuais, por isso foi percebido algumas medidas irregulares.

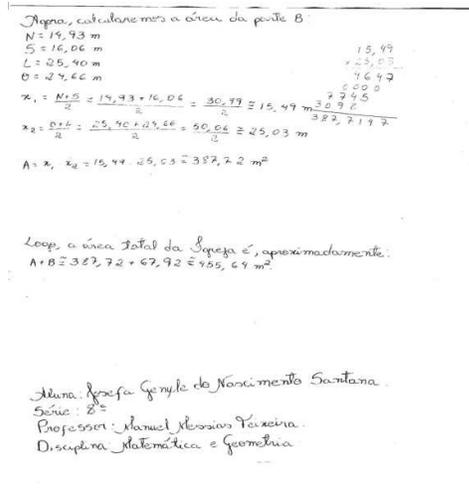
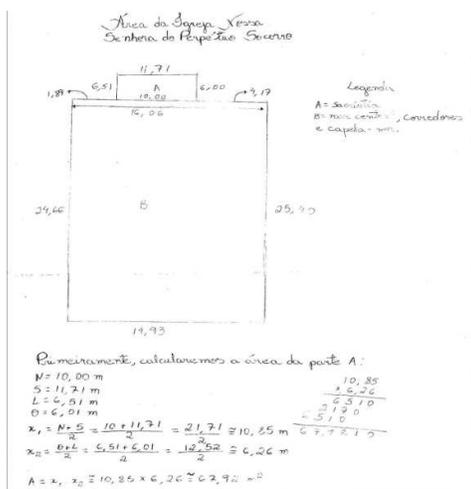


Figura 3 e 4: Cálculo da área da igreja

É válido destacar, também, o empenho de outros professores, como: os professores de Agricultura e Zootecnia (Antonio Ribeiro), Português (Lucineide Correia) e História (Gláucia Maria), que se articularam e desenvolveram uma atividade interdisciplinar abordando a questão ambiental, com ênfase na madeira utilizada para a construção do prédio; o professor de Inglês (Joilson Oliveira) despertou nos alunos as possibilidades da utilização daquele bem cultural para o desenvolvimento do turismo local, inclusive à recepção dos turistas, nacionais e estrangeiros; e o professor de Educação Física (José Wildson dos Santos) que acompanhou todo o nosso percurso ao prédio, contribuindo com os conhecimentos da sua área para o desenvolvimento das atividades.

A participação efetiva dos alunos foi bastante significativa, pois além destes trabalhos desenvolvidos com os professores acima citados, também tivemos os trabalhos de iniciativa própria dos alunos. Ao final, expomos os trabalhos realizados à totalidade da escola. Apesar da escassez de material didático disponível, pois não tivemos financiamento, os nossos alunos não desanimaram, visto que priorizamos a participação dos indivíduos envolvidos, assim como as possibilidades de socialização, o exercício de cooperação, organização e solução de problemas, por meios criativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta ação educativa foi um pontapé inicial para a utilização do patrimônio local no processo ensino-aprendizagem a fim de promover o enriquecimento individual e coletivo, pois a Educação Patrimonial deve ser um trabalho contínuo, assim, ainda há muito a ser

realizado, acrescentado, enriquecido. A semente experimental atrelado ao meio acadêmico passou a ter características próprias, sólidas o suficiente para seguir seu caminho.

Além disso, reservamos a descrição de uma atividade pedagógica desenvolvida, concomitante ao desenrolar do projeto, pelo prof. Messias (matemática) nas outras turmas de alunos da escola em questão para este espaço, pois a consideramos como um desdobramento de nossa pesquisa-ação. Já que, foi construído um tangram⁶ que forma a imagem da Igreja Nossa Senhora do Socorro, propiciando o desenvolvimento de habilidades de raciocínio geométrico nos alunos. Para nossa surpresa, a rede de informações já estava se ampliando, pois o tangram já tinha sido apresentado a toda comunidade no “Desfile de 7 de Setembro”, inclusive a todas as escolas geruense.

Logo, propiciamos aos educadores envolvidos descobrir que a fonte primordial para trabalhar a história local com os educandos é a própria realidade, dessa forma, este trabalho constituiu-se, também, em uma preparação dos professores no seu ambiente de trabalho. Uma vez que, para compreender e transformar a realidade deve ser essencial a utilização da memória coletiva. Porém, a carência de fontes bibliográficas sobre o município é evidente, a população necessita de ações permanentes e de longo prazo que visem à democratização do saber e a capacitação da comunidade para (re)descobrir e apropriar-se das suas especificidades culturais. Logo, deve ser prioridade dessas ações ir além da valorização e da preservação do patrimônio cultural geruense, ou seja, promover também a (re)apropriação coletiva desses bens.

Contudo, a distância entre os pesquisados-participantes e a Igreja em sua monumentalidade mostrou-se evidente durante o desenvolvimento do projeto. Entretanto, acreditamos que o conhecimento crítico e a apropriação consciente dos nossos bens culturais são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável, assim como na autoafirmação do indivíduo.

A participação ativa e entusiasmada dos alunos ao realizar as atividades demonstrou que não lhes agradavam ficar parados. Dessa forma, os discentes desenvolveram todas as tarefas propostas pelos professores e as de iniciativa própria. Assim como, reclamaram da ausência de engajamento de alguns professores no projeto, como os que lecionavam as disciplinas: Artes, Geografia, Ciências e Religião. O envolvimento e interesse dos alunos permitiram que conhecessem o passado que está presente no seu dia a dia.

⁶ Significa “Tábua das sete sabedorias”. Jogo oriental constituído por sete peças (também conhecidas por *tans*): 5 triângulos de tamanhos diferentes, 1 quadrado e 1 paralelogramo.

Abrimos um caminho para a construção de uma nova prática social, lançamos a semente, cabe aos educadores serem agentes multiplicadores e prosseguidores dessa ação. Uma vez que, a educação é a arma mais eficiente para a transformação social. E a Educação Patrimonial uma trilha para a construção, solidificação da consciência da identidade cultural, melhoria da qualidade de vida e do efetivo exercício de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacional: história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardy. Vol. II, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade. Ed. UNESP, 2001.
- COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Edição Fac Similar. Revista do Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 1941. nº 5. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Distrito Federal: MIC./IPHAN, nº 26.1997. p.104-171.
- DANTAS, Beatriz Góes. **Missão indígena no Geru**. Aracaju: UFS, 1983.
- FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. IN: **Conscientização; Teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Melo e Silva. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980, p. 25-56.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: paz e Terra, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **VARIA HISTORIA**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- Igreja Nossa Senhora do Socorro – Tomar do Geru/SE**. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal, [1991?]

- LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MANIQUE, Antônio Pedro/ PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História**: patrimônio e história local. Lisboa Texto Editora, 1994.
- MECENAS, Ane Luise. **Evocação ao céu**: a Igreja de Nossa Senhora do Socorro uma expressão da mentalidade da Companhia de Jesus na Aldeia de Geru (1683-1759). 2005,75 f. monografia – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.
- NEAL, Philip. **Educação Patrimonial**. Nacional Association for environmental education – Serie 1, Guia Prático nº 7. Trad. e adap. de Maria de Lourdes Horta. Texto distribuído durante o 1º Seminário sobre “Uso Educacional de Museus e Monumentos” em 1983, no Museu Imperial em Petrópolis/RJ. Mimeografado.
- NUNES, Kátia Regina Ashton. Matemática e cidadania. **Pátio** – Revista pedagógica. Ano IX nº 36 nov. 2005/jan. 2006, p. 30-32.
- ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: **O Saber Histórico na sala de aula**. BITTENCOURT, Circe (org.). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000 (Repensando o ensino) pp. 128-148.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Processo museológico e educação**: construindo um museu didático-comunitário, em Itapuã. Orientação do Prof. Dr. Sérgio Coelho Borges Farias. Tese (Doutorado em Educação). Salvador, 1995.
- SANTOS, Maria Socorro Soares dos. **Patrimônio e identidade**: uma experiência com Educação Patrimonial em Tomar do Geru/SE, 2006. 2007, 88p. monografia – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.
- SOARES, André L. Ramos (Org.); MACHADO, Alexandre da Silva; HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues. **Educação patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

HIBRIDIZAÇÃO TIPOLÓGICA NA ARQUITETURA VERNÁCULA: O CASARÃO AZUL DE PLANALTINA (DF)¹

Pedro Paulo PALAZZO²

palazzo@unb.br

RESUMO: O Casarão Azul de Planaltina (DF) é uma residência de fachada neoclássica cuja planta combina elementos da casa de morada inteira e da casa eclética. A consideração das características desses dois tipos, associada a um levantamento realizado no local, permite discorrer sobre as datas e as etapas da construção da casa. Além disso, o conceito de hibridização tipológica abre oportunidades na conservação do Casarão Azul e de conjuntos arquitetônicos vernáculos ao contemplar transformações nos tipos tradicionais condizentes tanto com o caráter histórico dos imóveis quanto com as demandas dos modos de vida que se alteram com o tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura vernácula, Tipologia, Historiografia

ABSTRACT: The Blue House in Planaltina (DF) is a dwelling with a Neoclassical façade and a plan combining elements of the larger urban dwelling in Colonial Brazil (“casa de morada inteira”) and of a housing type characteristic of the Eclectic period. Considering the features of both types, together with an on-site survey, it is possible to discuss the dates and stages in the building of the house. Moreover, the concept of typological hybridization opens up opportunities in the conservation of the Blue House and of vernacular architectural ensembles, allowing for transformation in the traditional types that are compatible with the historical character of buildings while providing for the demands of lifestyles which change through time.

KEYWORDS: Vernacular architecture, Typology, Historiography

INTRODUÇÃO

A caracterização do tipo arquitetônico é uma das principais ferramentas conceituais para avaliar e classificar o patrimônio imóvel vernáculo. Se na arquitetura cívica,

1 Agradecemos a participação de Juliana Gehlen e Patrícia Fiuza na elaboração do levantamento, a Simone Macedo (Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina) e Ana Laterza (Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB) pelo auxílio na pesquisa histórica sobre a cidade, e aos doutores Maria Amélia e Laerte, antigos proprietários do Casarão Azul, por nos terem facultado o acesso ao imóvel e transmitido relatos da história oral sobre o mesmo.

² Arquiteto e Urbanista, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

especialmente na religiosa, há também a recorrência de soluções “típicas”, é no tecido edilício de base, a construção residencial, que os tipos arquitetônicos se expressam com maior constância.

Na prática construtiva tradicional brasileira, alguns tipos muito difundidos consagraram-se como lugares-comuns da historiografia, tais como a casa bandeirista, o ilustre tipo de residência rural paulista com salão central e alpendre, a de morada inteira ou a de porta-e-janela. A popularidade desses não significa, entretanto, que ocorressem sempre em suas versões canônicas: Mayumi (2008, p. 29ss) faz uma crítica contundente a equívocos históricos que resultaram na remoção de anexos às casas bandeiristas em São Paulo, em nome da pureza tipológica.

O Casarão Azul (Figuras 1 e 2), edificação com características coloniais e neoclássicas situada em Planaltina (DF), é um caso peculiar de hibridização entre dois tipos residenciais primários, a casa de morada inteira e a casa eclética com varanda lateral. O estudo da sua evolução histórica, iniciado com um levantamento feito em maio de 2009, revela uma solução arquitetônica de transição entre a morada colonial e os espaços da vida moderna. Essa característica, revelada pela reconstituição do seu aspecto original e das transformações que o Casarão sofreu ao longo dos anos, faz deste um exemplo de compatibilidade possível entre a preservação das características arquitetônicas tradicionais de uma cidade histórica brasileira e a modernização dos modos de vida que vem ocorrendo há mais de um século.

Essa consideração tem particular importância para a maioria das cidades históricas brasileiras, nas quais não é possível exercer um controle estrito sobre o tecido edificado, sendo necessário um compromisso entre a preservação patrimonial e o desejo dos moradores por modernizar suas residências. De fato, o conceito de hibridização tipológica permitiria ao menos a manutenção do caráter de conjunto, na falta de se conseguir uma conservação integral dos imóveis históricos.

Iniciaremos este estudo com a caracterização dos tipos arquitetônicos relevantes para o estudo de caso, após o que faremos uma proposta de reconstituição da evolução histórica do Casarão Azul, baseada nos tipos identificados e no levantamento do imóvel. Por fim, consideraremos as implicações da hibridização tipológica para a preservação patrimonial.

1. CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE HABITAÇÃO EM GOIÁS

1.1 MARCOS TEÓRICOS

A arquitetura residencial tradicional no Estado de Goiás é derivada da habitação paulista (Coelho 2007, p. 17), com algumas variações sobretudo na densidade edificada e nas

tipologias rurais, influenciadas pela arquitetura dos engenhos de açúcar do Nordeste. O panorama edilício, tanto rural quanto urbano, é relativamente homogêneo, em que pesem os ajustes qualitativos impostos pelas disparidades de recursos, sobretudo a partir do século XIX.

A maior parte das residências, incluindo-se aí o próprio Casarão Azul, é construída com a técnica do frontal, empregando uma estrutura semi-autônoma em madeira, com as paredes preenchidas em pau-a-pique ou, o que é bastante freqüente, adobe (COELHO, 2007, p. 15). A ocorrência de fundações em pedra é comum, sendo estas gradualmente substituídas por pedestais em tijolo queimado a partir do século XIX. Fora dos centros das cidades e vilas mais importantes, o uso de forro nos beirais e de vergas ornamentadas é excepcional.

A caracterização da morfologia tipológica pode, em princípio, seguir dois caminhos que se complementam. De um lado, pode-se fazer um levantamento empírico dos modelos que ocorrem no recorte histórico e geográfico adotado. A partir daí, busca-se reconstituir por indução os tipos que melhor descrevam o inventário edilício pesquisado. Do outro lado, adotar-se-ia um enfoque de raiz teórica, a partir de princípios primeiro bem como da comparação externa com outros universos tipológicos. Conduz-se então uma “regressão” dos modelos em direção não mais a um tipo mediano representativo mas a um *idealtypus* original, a partir do qual os tipos empiricamente caracterizados tiram sua explicação morfológica.

Ambos os métodos têm sua utilidade para o estudo da forma edificada, mas também suas limitações. Assim, está sempre presente o risco de uma construção teórica, deixando a evidência empírica em segundo plano, fabricar concepções falsas ou irrelevantes. Por outro lado, a pesquisa empírica desprovida de um marco teórico consistente não consegue ultrapassar o estágio de mero inventário, carecendo até mesmo de uma sistematização catalográfica coerente; outrossim, pesquisas ditas empíricas são geralmente fundamentadas em pressupostos teóricos implícitos, e portanto não expostos ao escrutínio crítico.

O caráter marcadamente utilitário da arquitetura vernácula goiana, bem como a necessidade de fazer valer os escassos recursos disponíveis na região — principalmente quando nos afastamos dos principais núcleos de povoamento —, aparentemente sugerem explicações materiais e portanto, até certo ponto, a-históricas. Estas seriam de cunho empírico e avessas a considerações teóricas que ultrapassem os estreitos limites dos seus condicionantes funcionais e técnico-econômicos, bem como indiferentes a preocupações estéticas (COELHO, 2007, p. 17).

Não obstante essa restrição inicial, a cultura material não se produz num vácuo de cultura simbólica; esta, por sua vez, traz para a prática artesanal representações, hábitos e convenções imprescindíveis para traduzir os condicionantes não-arquitetônicos em forma

edificada. Em sua valorização de uma suposta autenticidade espontânea da evidência material, ela é análoga à ideologia do “discurso primário”, segundo Lemert, “uma ilusão que proclama o verdadeiro significado como se a sua veracidade fosse derivada da sua imediatez” (1997, p. 47).

A propalada autenticidade do não-teorizado, seja no âmbito da produção do discurso como da forma arquitetônica, seja no da sua interpretação, tem sido dominante no estudo da arquitetura tradicional brasileira. É no âmbito implícito dessa ideologia que Lucio Costa escrevia elogiosamente, a respeito do aspecto pouco ornado da habitação vernácula portuguesa, que:

Tais características, transferidas — na pessoa dos antigos mestres e pedreiros ‘incultos’ — para a nossa terra, longe de significarem um mau comêço, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura Portuguesa na colônia, êsse ar despretenso e puro que ela soube manter [...] (COSTA, 2007a, p. 86)

Está claro aqui que a “pureza”, derivada da “incultura” alegada a fim de negar aos mestres de obras a capacidade de formular um juízo estético, é parte do argumento mais amplo e bem conhecido da continuidade entre o autêntico mestre de obras inculto e a autêntica arquitetura modernista:

Cabe-nos agora recuperar todo êsse tempo perdido, estendendo a mão ao velho mestre-de-obras sempre tão achincalhado, ao velho ‘portuga’ de 1910, porque — digam o que quiserem — foi êle quem guardou, sòzinho, a boa tradição. (COSTA, 2007a, p. 94)

Note-se que esse discurso, além de promover uma teleologia materialista da história, exige a construção de um passado monolítico — pelo que o “bangalô” e a casa eclética pós-1910, entre outros tipos, pertencem à “desarrumação” e não à “tradição” (Costa 2007a, p. 93). A ideologia da imediatez empiricista, do acesso direto à essência material do “velho portuga”, é de fato uma mensagem ideológica que não se assume enquanto tal, mas procura dissimular-se por detrás de uma aparência de inevitabilidade natural.

Carlos Lemos já considera essa inocência adquirida como parte de uma historiografia sistemática e não mais como justificativa para a arquitetura modernista (Lemos 1979, p. 11). O seu sistema tem como ponto fulcral a arquitetura colonial paulista, “um dos ‘momentos’ de manifestação nacionalista” (1979, p. 12), “arquitetura verdadeiramente brasileira” em

oposição à relevante, mas estrangeira, arquitetura “européia adaptada”. Coelho também considera a arquitetura bandeirista como um dos dois únicos “momentos representativos de desenvolvimento”, ao lado do engenho de açúcar (Coelho 2007, p. 39). Ao estabelecer esse sistema centrado na arquitetura do “ciclo bandeirista”, Lemos reitera e reforça, de um lado, que a arquitetura paulista seja a mais significativa no estudo da arquitetura brasileira, e de outro, que dentro da arquitetura paulista o tipo da casa bandeirista seja o mais característico.

Apesar da sua conveniência analítica, tal historiografia centrada na casa bandeirista carrega de preconceitos intelectuais o estudo da morada goiana, especialmente quando se pesquisa exemplares, como o Casarão Azul, que por suas características híbridas fogem ao padrão simples. Sem negar a importância indiscutível que têm os tipos vernáculos paulistas na configuração da paisagem edificada de vastas áreas do interior do Brasil, é preciso reconhecer que a existência do cânone configura certa dificuldade na nossa historiografia e, mais ainda, na classificação tipológica da arquitetura tradicional do País.

De qualquer forma, sabe-se que o diagrama “puro” da casa bandeirista, que nem sempre resumia sequer o partido da edificação principal da fazenda, era apenas o elemento central de um complexo composto ainda por diversas edificações secundárias (LEMOS, 1999, p. 46). Lemos alerta, ainda, contra a tentação de se associar pureza morfológica e anterioridade temporal (1999, p. 49-50). Essa discussão da evidência tipológica tem particular relevância para o estudo das sucessivas intervenções no Casarão Azul, que veremos abaixo.

Evidencia-se aí outra armadilha na caracterização tipológica da arquitetura vernácula brasileira, qual seja, o emprego de um arcabouço teórico definido aprioristicamente, substituindo-se às evidências arqueológicas lacunares. Vê-se por aí também o quanto a abordagem supostamente empírica e avessa à erudição, representada pelo discurso sobre a autenticidade do simples e rústico mestre de obras, se assemelha em suas conclusões à abordagem teorizante, que define *a priori* como exemplares certas manifestações vernáculas, tal a casa bandeirista.

1.2 TIPO E URBANIZAÇÃO

A historiografia urbana brasileira desdobra-se a partir do debate inicial em torno das metáforas do “semeador” e do “ladrihador” cunhadas por Sérgio Buarque de Holanda, com foco no sistema viário. Mais recentemente, textos como o de Marins (2001) têm trabalhado a apropriação social do espaço público. Ao se enfatizar, no urbanismo, a via de circulação e o passeio público, e na arquitetura o partido da edificação, pouco se diz do parcelamento que delimita o sistema viário e condiciona a morfologia das edificações.

Philippe Panerai aponta o escamoteamento da escala referente ao parcelamento como uma característica do pensamento urbano modernista (PANERAI, 2006, p. 97). E, o que é mais relevante para o nosso caso, ele aponta paralelamente a tendência da historiografia, em apoio à preservação patrimonial, de adotar “um ponto de vista que privilegia o construído. A cidade inteira é vista como arquitetura, como obra de arte, como artefato” (PANERAI, 2006, p. 93). Assim, até mesmo o caráter *típico* das edificações e a sua relação com o espaço urbano cai em segundo plano, em favor de uma abordagem que trata as construções como realizações artísticas únicas.

Desta feita, subestima-se a influência que tem o parcelamento sobre a edificação, a qual não é determinada apenas pelos condicionantes próprios à construção, mas também por aqueles decorrentes da lógica urbana. Esta, por sua vez, é influenciada tanto por circunstâncias materiais quanto por hábitos e tradições. E, reciprocamente, os casos em que as edificações fogem ao padrão esperado a partir do parcelamento tornam-se particularmente significativos enquanto dados arquitetônicos.

Paradoxalmente, a ocorrência do partido em meia-morada, mais adaptado à testada-padrão de 8 m, em lotes de testada larga corrobora a tese da sua existência autônoma enquanto tipo primário (COELHO, 2007, p. 51), para além da sua adequação às exigências de um certo padrão de loteamento. Em todo caso, é certo que a *busca* pela definição dos tipos morfológicos da morada de extração paulista corresponde bem à definição operativa do tipo enquanto aquilo que corporifica o “conceito de casa” (CANIGGIA, 1997b, p. 58), no sentido da percepção coletiva de que uma casa típica “tem cara” de casa.

1.1 HIBRIDIZAÇÃO TIPOLOGICA

Por tudo isso a caracterização tipológica da arquitetura goiana deve passar pela inclusão, na sua definição, dos exemplares de edificação que fogem do cânone *a priori* da casa bandeirista e das casas urbanas de origem colonial. Assim, é preciso citar também a introdução dos partidos em “bangalô”, com acesso recuado por trás de uma varanda frontal, e da “casa eclética”, nome dado ao tipo de morada burguesa com acesso lateral (Figura 3). Cabe então investigar a razão de ser da presença desses diferentes tipos, bem como das suas combinações, formando partidos híbridos dos quais o Casarão Azul é um exemplo.

Pensar os exemplares residenciais da virada do século XIX não como expressões univocamente “desfiguradas” (COSTA, 2007a, p. 94) ou “descharacterizadas” (COELHO, 2001, p. 19) de tipos canônicos dados, e sim como resultado da hibridização desses tipos entre si, é crucial para a compreensão do *habitat* vernáculo pós-colonial, e especialmente a

arquitetura das cidades de interior no período em que as atingem os reflexos dos tipos eruditos introduzidos no Brasil na segunda metade do século XIX.

O conceito de hibridização também permite solucionar o problema da dicotomia planta/fachada, invocado já por Lucio Costa para criticar a morada eclética do início do século XX e ainda presente no discurso de Carlos Lemos com um nítido juízo pejorativo. Essa dicotomia na leitura da habitação popular decorre, em parte pelo menos, da imagem moderna que o historiador-arquiteto se faz de um *Gesamtkunstwerk* onde todos os elementos devem adequar-se a uma concepção determinista da expressão artística de sua época e região.

Diante dessa visão totalizante da obra arquitetônica, buscando uma “uniformidade” entre todas as suas manifestações (COSTA, 2007b, p. 33), a possibilidade de uma casa com características seis-setecentistas por sua planta arvorar um programa ornamental neoclássico, versão cabocla das fachadas metropolitanas oitocentistas, só pode escandalizar o ideólogo e desalentar o entusiasta de uma suposta pureza colonial.

Em alguns casos, o contraste entre os elementos visíveis de cada estilo chega a ocultar as influências mútuas entre a tradição regional e as novidades cosmopolitas que passam pelo filtro do relativo isolamento das vilas e cidades no interior do Brasil. Assim, imbuído da mudança radical que representava a espacialidade modernista, Lucio Costa não conseguia ver por trás do “modismo” desfigurado que ele criticava no bangalô (COSTA, 2007a, p. 94) as sutis transformações espaciais que esse tipo trazia para a morada tradicional. A hibridização do bangalô com a casa de porta-e-janela é porém prova contundente de que o resultado da combinação de tipos não se explica simplesmente pela sobreposição de uma fachada “da moda” sobre uma planta vernácula.

A lógica da hibridização pressupõe a existência, ao menos conceitual, dos tipos de base — a ocorrência de exemplares desses tipos em estado puro não é, por outro lado, uma necessidade (CANIGGIA, 1997a, p. 78), podendo estes ocorrer somente enquanto embasamento cultural de tipos ideais teóricos.

Assim é que a tipologia da habitação urbana no interior de Goiás inicia-se com as casas em renque de meia-morada e de porta-e-janela, eventualmente implantadas em lotes de maior testada. Mesmo a casa de morada inteira, inclusive o Casarão Azul, não ocupa em geral a inteira extensão da testada, havendo o contato de empena com empena somente nos casos de urbanização mais densa, no centro de vilas importantes. Nos demais casos ocorre naturalmente a possibilidade de ventilação pelas paredes laterais, e a introdução da varanda de acesso do bangalô e da casa eclética se vale justamente dos afastamentos laterais.

Configuram-se, então, dois níveis de leitura da residência vernácula goiana: um

primeiro arqueológico, no qual importa identificar o processo efetivo de constituição do tecido edificado, e um segundo tipológico, no qual a conformação levantada pela arqueologia é interpretada pela interação teórica dos tipos que influíram na sua composição. Apenas respeitando a autonomia de ambos os níveis é possível evitar os reducionismos empíricos e teóricos.

2. BREVE HISTÓRICO DE PLANALTINA

Planaltina, antigamente conhecida como Mestre d'Armas e ainda Altamir, pertence a uma esfera econômica e cultural que engloba o leste do Estado de Goiás e o noroeste de Minas Gerais (Figura 4), incluindo alguns centros históricos bem conservados tais como Paracatu (MG), Pirenópolis e Pilar de Goiás (GO), e diversas outras cidades onde resta pouco ou nada do tecido edilício tradicional. Situada entre rotas de comércio e de exploração de ouro, a cidade de Planaltina originou-se, tal como ocorria nesse período, como reflexo de desmembramento de estruturas rurais, como latifúndios pecuaristas, embriões das comunidades urbanas do século passado.

A chamada rota dos currais, uma estrada real que ligava o norte de Minas e o sul da Bahia à região aurífera do oeste goiano e ao Mato Grosso pela Lagoa Feia e Couros (atual Formosa), encontrava a estrada de São Paulo por Santa Luzia (atual Luziânia) numa crista entre o ribeirão saído da área de Águas Emendadas e o Córrego do Atoleiro, após uma passagem a vau através deste último.

A implantação de um assentamento nesse local é relativamente tardia, não constando nenhum comentário a seu respeito no relato da viagem de José da Costa Diogo de 1734 (VIEIRA, *et al.* 2006), ao contrário de Lagoa Feia (sítio de Formosa) e mesmo de fazendas vizinhas como Sobradinho (hoje cidade satélite de Brasília). Os primeiros moradores do local foram a família do Capitão José Gomes Rabelo, que se instalou na região por volta de 1780. Em sua companhia teria vindo um artífice, conhecido como o “consertador de espingardas”, o “mestre d’armas”, que se tornou ponto de referência do local (CAMPOS, 1985).

Em 1811, os moradores sofreram com uma epidemia, e fizeram a promessa de doar terras para a construção de uma capela, em troca da saúde de seus doentes. Foi então construída a Igreja de São Sebastião, e o núcleo urbano passou a se estruturar em torno dela (CAMPOS, 1985). Os primeiros relatos sistemáticos sobre Planaltina surgem a partir da visita da missão Cruls em 1892 e principalmente da comissão Polli Coelho em 1955, a qual estabeleceu-se na cidade para explorar o que viria a ser o sítio escolhido para a construção de Brasília. Apesar do importante desenvolvimento econômico de Planaltina entre o final do

século XIX e meados do século XX, é com a construção da nova capital que se inicia um processo de rápida transformação da cidade, com importante expansão e a substituição de grande parte do seu acervo arquitetônico por habitações que seguem os modelos da construção vernácula moderna, em concreto e bloco cerâmico.

3. PROJETO E EVOLUÇÃO DO CASARÃO AZUL

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Casarão Azul situa-se num lote de forma excepcional, largo (cerca de 23 m de testada) e proporcionalmente raso (em torno de 25 m). A planta atual do Casarão, levantada em maio de 2009 (ver Figura 2), mostra uma heterogeneidade na construção do edifício. O núcleo morfológico principal, mostrado em preto na figura, é construído com a técnica do frontal empregando adobe nas paredes e remete ao tipo da casa de morada inteira, com algumas variações importantes. Não se verifica a existência do tradicional degrau que separa, no corredor central (1)–(2) das casas goianas, a área social da área íntima da casa. Por outro lado, um corredor avarandado (22) (Figura 5) define o lado sul da casa, à vista da rua, disposição que não se encontra em nenhuma outra casa tradicional de Planaltina, talvez nem em toda a região.

A declividade acentuada do terreno proporcionou a construção de um porão baixo, sobre o qual se assenta a casa, cuja soleira está 15 cm acima da cota da calçada. Devido a esse declive e à pouca profundidade do lote, o casarão deforma o partido canônico, dispondo os aposentos centrais (3)–(8) ao longo da testada e da fachada sobre o jardim. Essa distribuição, ditada em parte pelas restrições espaciais do sítio, resulta numa planta sem as tradicionais alcovas, pelo que não é possível deduzir a data de construção da casa a partir da ausência dessa classe de cômodos. No entanto, a existência de aposentos construídos em dois lanços (3)–(6), na parte norte da casa, sem corredor de distribuição, associam a estrutura inicial da casa à tradição das habitações paulistas dos séculos XVII e XVIII. Sabe-se que em São Paulo essa distribuição em *enfilade* cai em desuso a partir de meados do século XIX, porém a insuficiente documentação histórica das residências goianas, somada ao lento crescimento das cidades do interior do estado ao longo do século XIX, não permitem atestar ou negar a eventual persistência dessa solução para além do limiar cronológico paulista.

Ao final do corredor central abre-se um salão (10) seguido de dois cômodos menores (11)–(12). Essa disposição diverge do habitual uso de um salão avarandado na extremidade posterior da casa, usado como sala de estar e de jantar (Coelho 2007, p. 48). Ela tampouco se relaciona com a tipologia rural, caracterizada pelo eixo central composto de um salão e de um

alpendre. Os dois cômodos do fundo são forrados com tabuado e mata-junto, únicos locais da casa onde essa solução foi preservada.

A atual cozinha (17) situa-se, juntamente com uma área de serviço (16), um depósito (18) e o banheiro principal (14), num puxado para o sul do núcleo principal. Já foi visto acima como Lemos e Mayumi refutam a posição de Saia de associar ruptura da pureza volumétrica com acréscimo tardio apenas baseado em critérios geométricos. Entretanto, no caso do Casarão Azul, a falta de continuidade no tecido edificado é evidente; além do desvio aparente na parede de fundos entre o depósito e a área de serviço (Figura 6), nenhuma das paredes do anexo segue o esquadro do restante da casa. A descontinuidade é ainda mais evidente na junção da parede externa do banheiro com a varanda lateral, havendo uma reentrância significativa nesse local.

A data posterior do anexo onde se situa atualmente a cozinha levanta a questão da localização original da mesma. Do lado norte, ocupando a reentrância do “L” formado pelo núcleo original da casa, há um terraço (23) acessível pelo salão e construído sobre a mesma fundação que o restante da casa. Se o acesso à cozinha a partir da sala era uma disposição comum na casa paulista, não há porém comprovação de que se cozinhasse ao ar livre. É improvável que o terraço em questão fosse coberto: a atual cumeeira do telhado está situada precisamente acima da parede mais grossa da edificação, na direção norte-sul. Outrossim, o pé-direito no beiral é insuficiente para que se possa considerar a possibilidade de uma simples extensão das águas do telhado por sobre o terraço. Outra possibilidade é a cozinha original estar situada numa edícula no quintal, hoje desaparecida. Existe atualmente um galinheiro no ângulo sudoeste do lote (25), assentado sobre uma grande fundação de pedra em forma de “L”, de dimensões suficientes para a função.

A fachada principal sobre a rua data, segundo a história oral comunicada pelo antigo proprietário da casa, Dr. Laerte, de 1926, época em que um médico argentino teria habitado o Casarão. Várias camadas de pintura azul, verde e rosa se sobrepõem à estrutura em tijolo queimado com ornamentos neoclássicos em estuque. Curiosamente, a nova fachada liga-se de modo um tanto quanto desajeitado à varanda lateral, por meio de um pórtico sem adornos que pode ser ainda mais recente.

Dentre as edificações com fachadas de inspiração neoclássica e eclética em Planaltina — são apenas quatro dentro do perímetro em estudo para o tombamento da cidade — o Casarão Azul é o único que ostenta um vocabulário clássico quase completo, com pilastras toscanas sobre pedestais sustentando um entablamento simplificado e um frontispício ornamental outrora encimado por pinhas. As janelas seguem o padrão vernáculo regional,

com as folhas cegas instaladas por trás das envidraçadas (Coelho 2007, p. 56).

3.2 A VARANDA COMO TESTEMUNHO DE HIBRIDIZAÇÃO TIPOLÓGICA

A varanda lateral (22) é um dos elementos mais curiosos do Casarão Azul. Localizada no lado sul do núcleo original, o antigo proprietário relata que teria existido outra idêntica na extremidade norte da casa. Esta teria sido removida quando do desmembramento do lote para a construção de uma casa de porta-e-janela atualmente adjacente à divisa norte, em meados do século XX. Não existem, contudo, vestígios visíveis de antigas aberturas na extremidade do Casarão adjacente a essa casa.

A varanda existente atesta a complexidade tipológica do Casarão Azul. Casas urbanas na tradição paulista podem apresentar uma sala avarandada nos fundos, e a casa bandeirista é dotada do famoso alpendre recortado na planta quadrada. Nenhum dos dois tipos comporta varandas laterais, que só aparecem a partir da arquitetura residencial eclética, na segunda metade do século XIX.

A disposição da varanda existente, fornecendo um acesso direto à sala sem passar pela porta principal na fachada, nem pelo tradicional corredor central, lembra nitidamente a distribuição de acessos da casa em renque eclética, mas também o tipo arquitetônico do bangalô, atestado em outros exemplos da arquitetura goiana na virada do século XIX. De fato, a varanda lateral é estreita demais para ter cumprido o papel de um alpendre ou de uma sala íntima, que pudessem ter sido deslocados pela anomalia na forma do lote, e deve estar diretamente ligada ao padrão de acessos da casa eclética.

Cabe, portanto, estudar a sua relação com o processo de desenvolvimento arquitetônico do Casarão Azul, em particular a cronologia relativa de cada intervenção de modo a reconstituir a composição tipológica da casa. Estudando a planta, constata-se que o anexo sul, onde se encontra a cozinha, foi construído levando em conta a existência prévia da varanda. O lavabo (13) é significativamente mais estreito que o banheiro, de modo a acomodar o espaço necessário para a entrada do salão pela varanda, introduzindo um ressalto na planta. Ademais, o nível do piso do lavabo encontra-se praticamente na mesma cota da varanda, a qual difere de todas as outras peças vizinhas; enquanto o piso do banheiro é ainda mais baixo, sem relação com o dos ambientes vizinhos, o da cozinha é mais alto, estando na mesma cota do salão. Isso leva a concluir que a construção da varanda é anterior à do puxado, uma vez que todas as disposições deste último ocorrem em função da existência prévia da varanda.

A cobertura da varanda se apóia sobre dois muros em alvenaria de tijolo queimado,

reforçados há cerca de dez anos por um pilar em concreto; há também uma mureta em tijolo queimado unindo a parede do banheiro ao primeiro maciço. Esses dados remetem a fábrica atual da varanda à mesma época, 1926, em que foi erigida a fachada, ou a uma data posterior, provavelmente meados do século XX, antes da introdução do uso de concreto armado na região promovida pela construção de Brasília.

Porém, considerando que a carpintaria do telhado foi inteiramente refeita em época bem mais recente — conforme atesta a diferença no estado de conservação e na feitura do seu madeiramento com respeito aos esteios e frechais antigos das paredes —, é bem possível que por essa ocasião se haja substituído certo número de esteios de madeira pelos maciços. De fato, o uso de esteios sustentando varandas e alpendres é prática bem documentada na arquitetura vernácula de origem paulista.

Outras indicações acerca da varanda podem ser obtidas observando-se a fachada posterior do Casarão Azul. Nota-se na parede do puxado uma diferença entre as fundações da cozinha e as da área de serviço: nesta se vê um embasamento em pedra apoiado sobre a fundação geral da casa, numa evidente alteração no nível do piso nesse local. O limite do embasamento também corresponde a uma nítida inflexão no alinhamento da parede. Ademais, a extensão desse embasamento corresponde exatamente à projeção do alinhamento da varanda até os fundos da casa. Depreende-se daí que o final desse embasamento e o ponto de inflexão da parede corresponda à projeção original da varanda e à posição do seu último esteio de sustentação, o qual provavelmente ainda se encontra embutido na parede por trás do reboco.

Assim, apesar de não subsistirem, ao menos à vista, os materiais originais, é possível datar a varanda relativamente às outras partes da casa tomando por base os condicionantes que ela impõe sobre as intervenções subseqüentes e a relação que ela estabelece com o núcleo original. Já sabemos que ela é anterior ao puxado e à fachada de 1926, resta descobrir sua relação com a construção original do Casarão; a relação dos esteios da varanda com a composição do salão é determinante para resolver essa questão.

Duas constatações ficam evidentes ao se observar a implantação do salão: a porta de acesso ao terraço não está centralizada na parede, e a porta de entrada pela varanda tem à sua frente o ressalto do banheiro. As paredes do puxado, todavia, ocultam a posição dos esteios originais da varanda. Uma possível reconstituição do seu estado original (Figura 7) toma por base o alinhamento da parede norte-sul; além de racional do ponto de vista construtivo, essa disposição resulta num espaçamento razoavelmente regular dos esteios.

Ademais, note-se que foram realizados reforços estruturais em concreto em dois pontos da parede sul da casa, nos quais a parede apresenta um desvio de prumo importante. É

provável que esse desvio de prumo esteja relacionado a um desequilíbrio estrutural introduzido com a substituição dos esteios de madeira pelos maciços de alvenaria e a conseqüente modificação na distribuição das cargas do telhado. A posição original dos esteios aqui proposta também leva em conta esse dado.

A reconstituição da varanda com esteios retira a obstrução da frente da porta, mas também sugere outra disposição interessante: percebe-se que o portal do lavabo, alinhado com a porta do terraço, também fica desobstruído sobre a varanda. Assim, cria-se um eixo transversal que configura um gradiente de privacidade, da varanda de acesso até o terraço passando pelo salão.

Esse gradiente representa uma espacialização social da casa nitidamente mais moderna do que aquela do partido da casa de morada inteira, que caracteriza a composição geral do Casarão. Isso confirma a afirmação feita acima de que a varanda do Casarão Azul é um motivo de composição baseado na casa eclética, cumprindo a mesma função distribuidora de dar acesso direto à sala, sem relação com o caráter eminentemente íntimo e convivial do alpendre e da varanda característicos das plantas dos séculos XVII e XVIII. A coerência desse motivo com o restante da casa, criando um eixo de circulação contínuo no qual o terraço responde, como área íntima, à exposição pública da varanda, sugere que esta é contemporânea à concepção original do Casarão Azul.

TENTATIVA DE DATAÇÃO

A existência da varanda como parte do núcleo original da casa também permite propor uma data aproximada para este. Como visto acima, Planaltina era uma vila comercial importante, situada no cruzamento de duas estradas de relevância nacional e comandando uma passagem a vau no Córrego do Atoleiro. Foi a primeira localidade do Estado de Goiás a contar com rede elétrica. A primeira linha telefônica da localidade foi instalada na fazenda do Dr. Hosannah Pinheiro Guimarães, que veio a ser proprietário do Casarão Azul em meados do século XX. Apesar do conservadorismo arquitetônico geral, comum a toda cidade de interior, é concebível que as tendências arquitetônicas mais cosmopolitas tenham alcançado a vila com uma certa rapidez.

Ainda assim, observando-se as transformações na arquitetura paulista, às quais uma vila do interior de Goiás, por mais próspera que fosse, dificilmente poderia se antecipar, é improvável que uma solução espacial eclética como a do Casarão Azul pudesse ter ocorrido antes da segunda metade do século XIX. Mais prudente seria datar o Casarão Azul das últimas décadas do século XIX ou início do século XX.

A construção da fachada datando, de acordo com os relatos orais da cidade, de 1926, resta a questão de situar o puxado na cronologia. A construção deste último reflete a decisão de romper com a disposição tradicional da cozinha separada do corpo principal da casa; tal decisão deve ser, portanto, associada a uma mudança no estilo de vida dos proprietários, ou mesmo a uma mudança *de* proprietários. Das trocas de mãos às quais foi submetido o Casarão Azul — a chegada do médico argentino, na década de 1920, a transformação da casa em hotel, a instalação do Dr. Hosannah e posteriormente a compra do Casarão por outro casal de médicos, que manteve a propriedade até o final de 2009 — a última pode ser tranqüilamente descartada tanto pelo testemunho dos antigos proprietários quanto pela data excessivamente recente.

Para o funcionamento do hotel em meados do século XX, um banheiro interno seria indispensável, mas não uma cozinha. A inclusão desta no volume da casa reflete uma preocupação mais nitidamente residencial. Houvesse ela ocorrido após a aquisição da casa pelo Dr. Hosannah, era de se esperar que houvesse um banheiro preexistente, ao menos desde a época do médico argentino. Porém, o banheiro, ao menos na sua implantação atual (14), parece na verdade formar um conjunto, com o depósito (18), distinto da construção da cozinha (17) e da área de serviço (16), as quais como foi visto são acréscimos posteriores à construção do núcleo original.

É possível que a atual área de serviço tenha originalmente servido como banheiro, sem água encanada. Nesse caso, configuram-se dois momentos distintos para a construção do puxado: um primeiro com a criação de uma cozinha e de um banheiro, e um segundo caracterizado pelo deslocamento do banheiro e pela construção de um depósito. Isso se confirma pela existência de um vestígio na parede da cozinha sugerindo a existência anterior de uma porta, atualmente obstruída, na parede que hoje confronta o banheiro.

Observa-se na cozinha e no seu corredor de acesso (15) a existência de três reforços estruturais, provavelmente em alvenaria de tijolo queimado pelas suas formas e proporções (não nos foi consentido remover o revestimento para verificar visualmente). Todos os três estão integrados na estrutura das paredes, determinando seu alinhamento, não sendo, portanto, posteriores às divisórias em adobe adjacentes. Essa constatação pode associar a construção do puxado, cujas paredes são predominantemente em adobe, à da fachada neoclássica em 1926 por iniciativa do médico argentino.

Por outro lado, a escada (19) que dá acesso ao quintal pela porta de fundos da cozinha (Figura 8), com seu desenho simples mas elegante e a execução cuidadosa do guarda-corpo em pedra reforçam o paralelo com a fachada principal, ao passo que a implantação dessa

escada supõe a existência prévia do depósito (18), em cuja parede o guarda-corpo termina sem vestígios de emendas ou alterações.

Assim, tudo indica que o puxado em adobe tenha sido construído na mesma época que a fachada neoclássica em tijolo queimado, e que as incoerências e os desvios de alinhamento na sua composição sejam resultado de alterações ocorridas durante a construção, que pode ter estado sujeita a decisões contraditórias da parte do proprietário.

VARIAÇÃO TIPOLOGICA E VALOR PATRIMONIAL

A relevância do Casarão Azul na história de Planaltina, enquanto sede da primeira clínica da vila e marco da identificação do caráter histórico da cidade atual, é incontestável. Ao lado da capela de São Sebastião e do Museu histórico, o Casarão, que figura na camiseta promocional da Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, é amplamente conhecido e é uma das poucas casas que têm a maior parte da sua história presente na memória oral da população.

Existe também a questão da sua representatividade enquanto exemplar do patrimônio edificado regional, que passa por requisitos distintos da primeira. Não será discutida aqui a questão do valor estético, ponto certamente fundamental mas razoavelmente pacífico com o esmaecimento do discurso purista pró-colonial e anti-eclético das gerações de Lucio Costa e Luís Saia. Avaliações historiográficas e estéticas à parte, dois critérios diametralmente opostos são comumente invocados para o tombamento de um monumento, a ponto de figurarem na lista de justificativas da Unesco: ser representativo de um certo cenário cultural, ou ser único e inconfundível, eventualmente por ser obra de um grande mestre.

Há diversos casos de bens que se enquadram simultaneamente em ambos os critérios, dentre os quais conta-se o Plano Piloto de Brasília. O Casarão Azul de Planaltina também possui características que o filiam a ambos. De um lado, ele apresenta expressões dos tipos da casa de morada inteira bem como da casa eclética, presentes em toda a esfera cultural paulista. De outro, essa mesma hibridização entre os aspectos de um e de outro tipo tornam o Casarão Azul um exemplar único na esfera geográfica da bacia do rio São Bartolomeu.

Essa dupla natureza coloca desafios peculiares perante a necessidade de se conservar o casarão. Evidentemente, entende-se por aí uma conservação ativa, com viés utilitário ou pragmático, uma vez que o cenário cultural de Planaltina não comporta, ao menos atualmente, uma conservação predominantemente antiquária ou museológica. Nesse âmbito, a funcionalidade dos espaços residenciais deve ser considerada sob a perspectiva dos modos de vida atuais, para a qual a combinação dos tipos presentes no partido do Casarão Azul oferece

oportunidades pertinentes.

Considerar o valor arquitetônico do casarão do ponto de vista da sua diferenciação com respeito aos partidos residenciais correntes na região é sem dúvida legítimo sob a perspectiva dos requisitos técnicos para um eventual tombamento. Todavia, resumir a caracterização do seu hibridismo tipológico à *diferença*, logo a um caráter não exemplar, constitui uma séria limitação à possibilidade de se conceituar uma abordagem holística e pragmática para a preservação do conjunto urbano e arquitetônico.

Isso porque os conjuntos edificados históricos, em se constituindo predominantemente de formas edilícias de base, ou seja, de expressões típicas, tiram sua coerência em face da diversidade estilística justamente do caráter *exemplar* das suas edificações; isto é, para caracterizar a arquitetura desses conjuntos, o tipo ou os tipos primários são implicitamente normativos. Em outras palavras, qualquer expansão hipotética segundo os preceitos teóricos da preservação patrimonial pressupõe a reprodução, senão do estilo, ao menos da tipologia das construções.

Nesse aspecto, os tipos constituem como que um acervo de boas práticas contextuais, ao menos na medida em que eles, além de se enquadrarem na tipologia histórica da área, também respondam às expectativas materiais e culturais dos usuários hodiernos, de modo a persistirem tanto no acervo já edificado quanto na prática construtiva local.

A existência do Casarão Azul enquanto híbrido de um tipo colonial e outro eclético, apesar de ser um caso atualmente único no contexto de Planaltina, onde o parque imobiliário se remete predominantemente a casas ou inteiramente coloniais, ou inteiramente modernas, representa portanto um exemplo potencial para conciliar o caráter arquitetônico tradicional com as expectativas dos usuários de hoje. Esse caráter exemplar transcende, na verdade, a solução tipológica específica que foi adotada no caso do casarão: é o próprio conceito de hibridização de tipos que representa uma oportunidade de se promover a compatibilidade entre o tecido histórico e as novas intervenções, forçosamente pautadas pelas necessidades da vida moderna.

Considerando-se o interesse em preservar um conjunto urbano numa situação de transformação constante, como é o caso de Planaltina e de tantos outros centros históricos, é preciso ultrapassar a cisão tecnocrática entre a “marca do nosso tempo” e a restituição histórica integral; a primeira corre o risco de alterar permanentemente os próprios aspectos do conjunto cuja autenticidade ela tenciona proteger, enquanto que a segunda se revela inviável na escala de intervenção caracterizada pela autoconstrução que impera nas cidades brasileiras.

CONCLUSÃO

O estudo da tipologia enquanto prática operativa permite um olhar dual, simultaneamente retrospectivo e prospectivo, sobre a preservação de edificações históricas que, como aquelas da tradição residencial vernácula, possuam tanto características típicas quanto especificidades individuais. A visão retrospectiva permite reconstituir a produção do exemplar a partir das suas raízes tipológicas, explicando a natureza das intervenções que deram forma ao objeto. A partir dessa explicação, a visão prospectiva busca depreender normas e boas práticas para intervenções futuras na edificação, bem como para fortalecer a coerência do conjunto arquitetônico ao qual ela pertence.

Assim é que a hibridização tipológica verificada no Casarão Azul de Planaltina torna-se duplamente relevante. Num primeiro nível de leitura, ela apresenta um exemplo de compatibilidade entre a persistência do tipo arquitetônico e da fachada da casa de morada inteira, e a modernização do modo de vida, caracterizada pela distribuição e pelo gradiente de privacidade introduzidos no tipo da casa eclética. Num segundo nível, essa análise tipológica sugere, seja pela transposição direta da sua solução de distribuição, seja pela aplicação do próprio conceito de hibridização de tipos, a viabilidade de se preservar características históricas numa perspectiva pragmática em que seja indispensável dar abertura à expressão de expectativas e modos de morar distintos daqueles implantados nos séculos XVII e XVIII.

Tendo em vista o foco nos aspectos tipológicos do estudo de caso, não nos ocupamos neste estudo nem da análise estilística do Casarão Azul, certamente rica em informações quanto à adoção de um estilo erudito numa sociedade desprovida de arquitetos intelectualizados, nem das questões teóricas e técnicas atinentes à conservação material dos elementos edificados.

Outra consideração importante a ser desenvolvida mais adiante é a questão do valor social atribuído aos tipos arquitetônicos. Johnston (1994, pp. 3-4) alerta para o hiato existente entre os critérios científicos da preservação patrimonial e a percepção social de valores arquitetônicos. A imagem de uma contradição entre patrimônio histórico e “progresso”, comum no Brasil, decorre em parte da associação amplamente justificada entre as “casas velhas” e pobreza ou desconforto material, associação reforçada pelo próprio discurso moderno dos arquitetos, avessos a reconhecer relevância direta nos modelos tradicionais para a vida atual. Se a própria Carta de Veneza desencoraja a imitação dos modelos antigos, como vai o usuário leigo aceitar a preservação tal e qual de uma residência cuja distribuição diverge dos modos de viver atuais?

Acrescente-se a isso que o tombamento arquitetônico, tal como entendido na maioria

dos casos, efetivamente interrompe o próprio processo responsável por dar forma aos conjuntos edificados vernáculos: a transformação, lenta mas constante, de tipos e de exemplares em resposta às necessidades concretas de seus usuários. Essa preservação museológica pode ser importante enquanto forma de transmissão de documentos históricos, mas diverge de outros valores invocados para a preservação patrimonial. Assim, Maretto lembra, em contrapartida, que a relevância da arquitetura tradicional reside não na sua museificação, mas:

[...] no seu depreender do sítio natural os materiais e as estruturas os mais adaptados à realização do escopo habitacional, ou mesmo da fruição, numa coalescência pontual dos meios, entre motivações de um lado e finalidade do outro [...] (MARETO, 1989, p. 168).

Todas essas são considerações que, se talvez não sejam “práticas” no contexto atual e imediato da baixa qualificação da mão-de-obra, capaz de apreender as técnicas tradicionais somente com treinamento especializado, e da popularidade de sistemas construtivos industrializados, caros e efêmeros subsidiados por políticas governamentais como motores de crescimento do PIB, ainda assim são considerações que mostram claramente a importância de se dar continuidade àquelas soluções tipológicas e construtivas que se mostraram mais adaptadas ao meio natural e urbano onde se firmaram. Nesse escopo, a compreensão de como as tipologias tradicionais se enquadram nos modos de vida modernos tem um papel primordial para viabilizar a conservação de edificações e conjuntos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPELLO, G. **O brilho da simplicidade**. Dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / Departamento Nacional do Livro, 2001.
- CAMPOS, A. C. P. (org.). **Planaltina...** Relatos. Planaltina (DF): Administração Regional de Planaltina, 1985.
- CANIGGIA, G. Analisi tipologica: la corte matrice dell'insediamento. In: **Ragionamenti di tipologia**. Operatività della tipologia processuale in architettura. Firenze: Alinea, 1997a, p. 59–107 (ed. orig.: In: Recupero e riqualificazione urbana, Quaderno n. 19 Cresme, Milano, 1984).
- . Progetto e lettura: lettura come ri-costruzione e progetto come ri-progettazione. In: **Ragionamenti di tipologia**. Operatività della tipologia processuale in architettura. Firenze: Alinea, 1997b, p. 47–58 (ed. orig.: Trascrizione inedita di una conferenza tenuta al Politecnico di Ginevra, 24 novembre 1982).
- COELHO, G. N. **Guia dos imóveis tombados em Goiás**, v. 1: Vila Boa. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001.
- . **Arquitetura da mineração em Goiás**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.
- COSTA, L. Documentação necessária. In: **Sôbre arquitetura**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2007a, p. 86–94 (ed. orig.: 1937).
- . Razões da nova arquitetura. In: **Sôbre arquitetura**. Porto Alegre: Editora

- UniRitter, 2007b, p. 17–41 (ed. orig.: 1936).
- JOHNSTON, C. **What Is Social Value? A Discussion Paper**. Canberra: Australian Heritage Commission, 1994.
- LEMERT, C. **Postmodernism Is Not What You Think**. Malden, Mass.: Blackwell, 1997.
- LEMOS, C. A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- . **Casa paulista: História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAESTRI, M. **O sobrado e o cativo**. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.
- MARETTO, P. Verità del tradizionale in architettura. In: CATALDI, G. (org.). **Attualità del primitivo e del tradizionale in architettura**. Firenze: Alinea, 1989, p. 166–168.
- MARINS, P. C. G. **Através da Rótula**. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, século XVII a XX. São Paulo: Humanitas / Edusp, 2001.
- MAYUMI, L. **Taipa, canela-preta e concreto**. Estudos sobre o restauro de casas bandeiristas. São Paulo: Romano Guerra, 2008.
- PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006.
- VIEIRA, W., JR.; D. ROCHA, JR. e R. CARVALHO. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Figura 1: Fachada do Casarão Azul de Planaltina



Fonte: Fotografia do autor

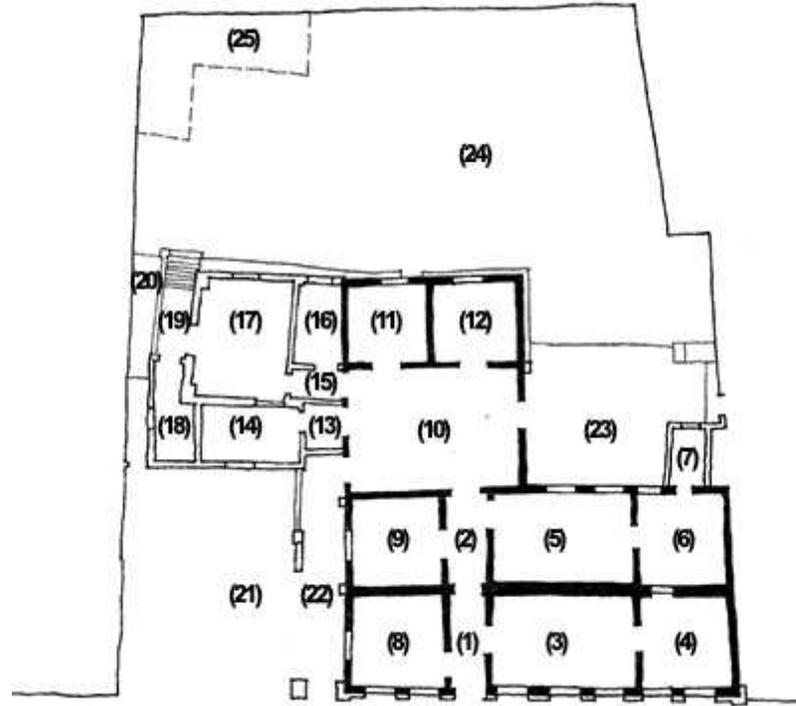


FIGURA 2 — Planta do Casarão Azul, tal como levantada em maio de 2009. Escala aproximada 1:900. Norte à direita. Desenho do autor. (1) Vestíbulo; (2) Corredor; (3) Sala; (4) Quarto; (5) Sala; (6) Quarto; (7) Banheiro; (8) Escritório; (9) Quarto; (10) Salão; (11) Depósito; (12) Depósito; (13) Lavabo; (14) Banheiro; (15) Corredor; (16) Área de serviço; (17) Cozinha; (18) Depósito; (19) Patamar e escada; (20) Passagem; (21) Pátio; (22) Varanda; (23) Terraço; (24) Quintal; (25) Galinheiro



FIGURA 3 — Casa eclética com acesso característico por varanda lateral. Rua Duque de Caxias 1691, Porto Alegre, RS. Fotografia do autor



FIGURA 4 — Planaltina e sua região. Desenho do autor. Traçado das estradas baseado em parte em Vieira et al. (2006)



FIGURA 5 — Varanda do Casarão Azul (Fig. 2 n.º 22). Fotografia do autor



FIGURA 6 — Parede de fundos do Casarão Azul, entre o depósito (Fig. 2, n.º 12) e a área de serviço (Fig. 2, n.º 16), mostrando o embasamento acima da fundação. Fotografia do autor

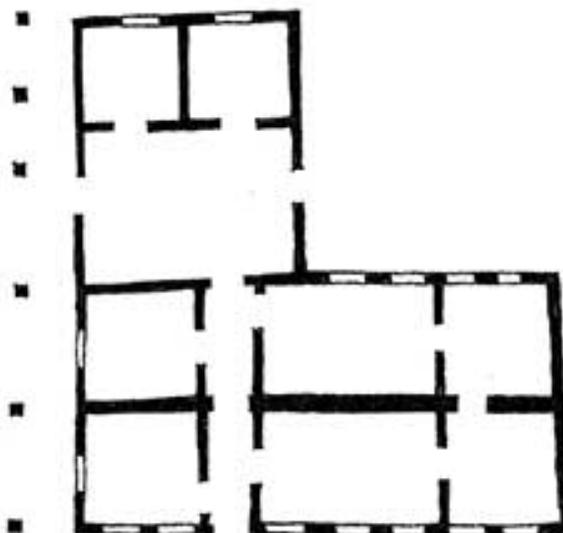


FIGURA 7 — Reconstituição provável da planta original do Casarão Azul. Escala aproximada 1:900. Norte à direita. Desenho do autor



FIGURA 8 — Escada de acesso ao quintal do Casarão Azul. Fotografia do autor

CORA CORALINA, CORAÇÃO DO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DA CRENÇA EM UM ACERVO LITERÁRIO

Clovis Carvalho BRITTO¹
clovisbritto5@hotmail.com

Resumo: O artigo analisa as estratégias de produção da crença em Cora Coralina a partir da manipulação de seu legado documental destacando como a escritora, herdeiros legais e simbólicos promoveram agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica. Analisando a construção do museu, as publicações e eventos sustentados no acervo da escritora, observamos como o conjunto de documentos adquiriu centralidade na batalha das memórias que institui personalidades significativas no campo do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Cora Coralina, acervo, patrimônio.

Abstract: The article discusses the production strategies of belief in Cora Coralina and manipulation of its collection by the writer, legal heirs and symbolics promoted on behalf of his distinction in the context of the symbolic economy. Analyzing the construction of the museum, publications and events supported in the collection of the writer, observed as a set of documents acquired centrality in the battle of memories establishing significant personalities in the field of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Cora Coralina, collection, heritage.

Compreender as relações entre acervos literários e economia simbólica consiste em considerar as estratégias de manipulação da memória dos titulares e os lucros simbólicos e materiais decorrentes dessa manipulação. Tarefa empreendida em vida pelos integrantes do campo de produção simbólico em busca do estabelecimento de legitimidades manifestas nas formas de prestígio, autoridade e distinção. Conforme afirma Bourdieu (1983), no terreno da cultura a luta no interior do campo é integradora, tende a assegurar a permanência das regras do jogo e o princípio da mudança seria a busca do monopólio da distinção, da imposição da última diferença legítima. Em suas análises, a distinção encaminha para aquilo que muitos denominam como “marcar época”, consistindo no ato de deter o tempo, de eternizar o estado presente e pactuar entre os agentes a continuidade, a identidade e a reprodução. O “marcar época” consiste em “fazer existir uma nova posição para além das posições estabelecidas, na

dianteira dessas posições, na vanguarda, e, introduzindo a diferença, produzir o tempo.” (BOURDIEU, 1996b, p.181). As lutas pela distinção são constantes e torna-se necessário um contínuo processo de reavaliação, reinvenção e reverberação da memória literária dos agentes a quem se pretende “imortalizar”. Na verdade, os acervos literários possuem valor estratégico nesse processo, já que consistem em indícios e manifestação material de determinados aspectos da trajetória e das obras que interessam consagrar. Surgem, assim, mecanismos que conferem legitimidade (e ilegitimidade) a ações empreendidas em nome da prevalência de determinadas leituras sobre o passado (versões concorrentes) e do monopólio do direito de falar sobre o passado (capitais diferenciados).

É por essa razão que seguimos a opção de Luciana Heymann (2004) ao visualizarmos como os acervos interferem na construção de legados. Não apenas como herança material e política deixada às gerações futuras, mas entendidos como investimento social em virtude do qual uma determinada memória individual é transformada em exemplar ou fundadora de um projeto, ou, em outras palavras, ao trabalho social de produção da memória resultante da ação de “herdeiros” ou “guardiães”: “a produção de um legado implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração” (p. 3). Os agentes interessados se utilizam dos acervos como instrumentos úteis para a criação, manutenção e divulgação da memória do personagem, fomentando a criação de espaços de evocação da imagem e de atualização da trajetória do titular por meio de trabalhos acadêmicos, reedições, exposições, eventos e comemorações. Não desconsideramos as estratégias que o próprio titular forjou com vistas à criação de uma memória que sobrevivesse a sua morte, das quais a constituição do acervo pessoal seria um ilustrativo exemplo. Mas o que nos interessa é perceber as apropriações posteriores dessa memória e as formas de encenação da “imortalidade” instituídas pelos agentes e instituições que se revestem da condição de “herdeiros” ou “guardiães” dessa memória.

A produção do legado se estabelece conjuntamente com a produção da crença nesse legado. Para além da existência de uma trajetória e de um projeto criador considerado excepcional, torna-se necessário que a energia social produzida em torno de um nome próprio se estenda ao longo do tempo. Quanto maior a extensão cronológica do prestígio, maior é a eficácia dos mecanismos materiais e simbólicos mobilizados contra a ameaça do esquecimento. Desse modo, não basta ser um escritor conhecido e reconhecido em sua geração, é necessário reunir subsídios para que sua obra conquiste perenidade ou reconquiste o prestígio perdido ou não obtido em outros tempos. Tarefas empreendidas não apenas pelos

herdeiros legais e simbólicos do autor, mas pelo conjunto de agentes que integram o espaço de possíveis expressivos de produção simbólica: escritores, editores, críticos literários, biógrafos, jornalistas, instituições de ensino e cultura, dentre outros. Aqui é importante compreendermos as ações empreendidas pelo artista (e *post mortem* pelos demais agentes) para a gestão e manutenção do capital de legitimidade acumulado. Ações que convergem para o estabelecimento de uma “marca” distintiva, identificada com o capital simbolizado por seu nome e renome e, conseqüentemente, com a posição ocupada no campo artístico. O escritor fornece eficácia à alquimia simbólica, na medida em que garante a produção de um bem dotado de uma “marca” específica. É por isso que no campo artístico os “descendentes legítimos” (familiares, colaboradores, discípulos) lutam para a perpetuação da “mensagem”, mas não para substituir o “criador”, ou seja, se unem para a perpetuação do carisma.

Cora Coralina (1889-1985) desenvolveu uma trajetória de vida e um projeto criador *sui generis* culminando com sua volta a casa familiar 45 anos depois, lugar em que escreveu sua obra e construiu seu acervo literário. Na casa ancorada às margens do Rio Vermelho reuniu centenas de “papéis de circunstância” que ficaram amontoados em gavetas e caixas enquanto rascunhava novas obras e aguardava a publicação das mesmas. No final de sua vida, período de uma explosão discursiva em torno de seu nome e imagem, apesar de receber alguns prêmios de projeção nacional como o de *Doutora Honoris Causa* (1983) pela Universidade Federal de Goiás, o Juca Pato (1984) da *Folha de São Paulo* e União Brasileira dos Escritores e o Grande Prêmio da Crítica (1984) da Associação Paulista de Críticos de Arte e das crônicas de Carlos Drummond de Andrade que cancelaram nacionalmente sua obra, Cora ainda encontrou dificuldades para publicar seus livros. Conforme descreveu no poema “Meu vintém perdido”, de *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965), permaneceu treze anos no esquecimento “esperando se fazer a geração adolescente/ que só o conheceu na sua segunda edição” (CORALINA, 2007, p. 52). E em entrevistas, diários e correspondências não é incomum encontrá-la falando sobre essa temática desde 1960 quando desenvolveu uma peregrinação pelas editoras paulistas em busca da publicação de seu primeiro livro (Cf. BRITTO, SEDA, 2009). Frase que inaugura o texto de abertura escrito para a segunda edição de *Poemas dos becos*: “mais fácil, para mim, escrever um livro do que publicá-lo. Devo a tantos chegar a esta edição. Amigos, muitos, me estenderam as mãos, cuidaram da nova apresentação, escoimaram erros numa revisão minuciosa, me socorreram nas dificuldades” (CORALINA, 2001, p. 21). Em carta datada de 1965 ao escritor Augusto Lins a poetisa expôs a dificuldade: “muito me ajudaria perante as editoras, para a publicação de um livro de contos,

se tudo quanto sentiu lendo esses *Poemas* e externou com magia na sua carta, fosse publicado em revista ou jornal dessa culta cidade e assinado com a grandeza de seu nome”. Destacando, ainda, que o destinatário possuía um nome “altamente credenciado” e que, por isso mesmo, a crítica depois de publicada deveria ser enviada para a Editora José Olympio: “a edição dos *Poemas* já está esgotada. Sinto necessidade de apoio para novos lançamentos. Acontece o seguinte: embora me ajude o conteúdo dos livros, desajuda-me, contudo, a idade e... estamos no Brasil”.

Isso é evidente se observamos que embora seu nome fosse conhecido nacionalmente e tivesse muitos livros prontos, quando faleceu havia publicado apenas três livros de poemas com as seguintes reedições: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* publicado em 1965 pela Editora José Olympio e sua segunda e terceira edições pela Editora da Universidade Federal de Goiás, respectivamente em 1978 e 1980; *Meu livro de cordel* publicado pela Livraria e Editora Cultura Goiana em 1976; e *Vintém de cobre* pela Editora da Universidade Federal de Goiás em 1983, com segunda edição pela mesma editora um ano depois. A análise das reedições dos livros de Cora Coralina revela que foram lançadas justamente no período de sua maior projeção nacional, ou seja, a partir de 1980. Todavia, ao contar com o auxílio de amigos para editar suas obras e, nesse sentido, concordar que seus livros fossem publicados por editoras goianas, contribuiu para que seu nome e imagem fossem conhecidos mais do que seus livros. No acervo da escritora é possível identificar matérias em jornais de Goiânia cujos redatores reclamavam da ausência dos livros de Cora nas livrarias goianas e de outros estados. Essa repercussão contribuiu para que a Editora da Universidade Federal de Goiás lhe escrevesse prometendo-lhe uma solução para o impasse:

Prezada amiga Cora. Só agora respondo a sua carta, depois de ter acertado algumas providências a respeito de seu livro. Embora a sua poesia dispense qualquer promoção, é evidente que a crônica de Carlos Drummond de Andrade veio tornar mais fácil o nosso trabalho de difusão e venda do seu livro fora de Goiás. Infelizmente esta Editora estava presa por um contrato de exclusividade com a Livraria Planalto e somente ela, como distribuidora exclusiva, poderia e deveria remeter os livros publicados pela Universidade para as principais livrarias do País, tarefa da qual não estava se desincumbindo a contento. Entramos em entendimento com a Livraria Planalto e, graças à compreensão e boa vontade do Sr. Sebastião de Miranda, podemos agora utilizar os serviços de outras firmas fora do Estado de Goiás. Já nos dirigimos a três das melhores distribuidoras de livros do País visando, especialmente, à colocação do seu livro nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Junto segue cópia da carta endereçada a essas

Distribuidoras para seu conhecimento. Os 1.000 exemplares de sua propriedade estão guardados na Imprensa da UFG onde poderão ser apanhados quando assim o desejar. Cordial abraço deste seu amigo e admirador, Joffre Rezende. Of. n.º 16/81. Goiânia, 27 de fevereiro de 1981.

Escolhemos este documento por acreditarmos ser ilustrativo das relações que o nome ou marca “Cora Coralina” empreendia no campo literário brasileiro após a crônica e as cartas de Carlos Drummond de Andrade que reconheceram a importância do legado da poetisa goiana. Questão explícita no ofício quando afirma que o poder simbólico da marca “Drummond” facilitaria sobremaneira a difusão da obra da poetisa fora de Goiás. Reconhecimento que acarretou maiores olhares sobre a escritora que, por conseguinte, despertaram o interesse da crítica e do público leitor e exigiram que sua editora modificasse o plano de ação visando uma distribuição eficiente dos livros para fora do estado. Além dessa “radiografia” de um momento do campo literário, destaca que os mil exemplares destinados à autora já estavam a sua disposição. Muitas editoras dispõem em contrato a possibilidade dos autores receberem seus direitos autorais em dinheiro ou em exemplares. No caso de Cora Coralina, ela optava por receber sua parcela em livros que eram vendidos em sua própria residência para as dezenas de turistas de diversas partes do País e do mundo que a procuravam. Desse modo, ao mesmo tempo em que transformava sua casa em uma espécie de livraria, difundia seu nome e reforçava a estratégia de relacionar contornos biográficos a sua obra: o leitor além de conhecer a autor do livro, adquiria a obra na casa em que foi elaborado, no espaço descrito pelo narrador e pelo “próprio” narrador, visto que ali quem vendia e conversava com os leitores não era apenas Ana Lins, mas também a personagem Cora Coralina. O escritor e sua obra, ao vivo e ao mesmo tempo, na Casa Velha da Ponte (um dos espaços mnemônicos eleitos pela escritora e fundamentais para a compreensão de seu projeto criador). Muitas vezes, a escritora fazia questão de declamar seus versos e escrever um poema exclusivo em cada uma das dedicatórias, relacionado ao nome, a profissão ou a algum dos temas trazidos pelo interlocutor. Ação que reforçava a engrenagem do campo literário ao ponto dessa prática ser incorporada no roteiro turístico da cidade de Goiás: conversar com Cora Coralina, comprar seus doces e livros, ouvir a declamação de seus poemas.

Uma visita a Goiás, a antiga capital do Estado, não se completa sem que se vá conhecer Cora Coralina. Ela mesma é quem o diz: ‘Já pertencço ao patrimônio da cidade’. Conhecê-la, porém, não é apenas ir vê-la: ‘Você veio aqui conhecer Cora Coralina’, diz ela a uma visitante, “não veio olhá-la na cara não. Conhecê-la é

conhecer o seu espírito, é levar consigo, ao sair, o seu íntimo, a sua mensagem de otimismo, de juventude, de poesia'. A sala está sempre cheia: gente sai, gente entra. De tudo quanto é lugar: SP, RJ, DF, GO, são as iniciais que exibem as chapas de carros estacionados por perto. Há os que querem comprar seus doces e livros e os que só desejam ouvi-la dizer seus poemas. E ela vai dizendo a propósito de qualquer coisa de que esteja fazendo (RAMOS, 1971, p. 1).

Apesar de dizer em entrevistas não se importar com a imortalidade simbólica e que “o que vale é a imortalidade da carne, dos músculos, dos ossos, da massa cinzenta” (Cf. BORGES, 2004), observamos que Cora dedicou parte de sua vida à busca da imortalidade por meio de suas obras. Em diversos poemas encontramos esse anseio, a exemplo do poema em epígrafe neste item que reafirma que quando morrer não morrerá de tudo já que estará nas páginas de seus livros. Aqui dialogamos com Alessandra El Far (2000) ao concebermos tais estratégias autorais como mecanismos de “encenação da imortalidade”, garantindo a sobrevivência de determinadas memórias e, por isso mesmo, a invenção de tradições. No caso de Cora Coralina essa “imortalidade” pode ser estendida ao seu acervo pessoal que compreende seus objetos pessoais, seu arquivo literário e sua biblioteca. Muitos são os turistas e freqüentadores da casa da poetisa que ainda se lembram de determinados objetos ou que seu acervo documental permanecia espalhado sobre mesas ou empilhados em caixas de papelão esparramadas pela casa. Além de seu conteúdo, a materialidade do acervo pessoal aciona memórias de e sobre Cora Coralina contribuindo para a fabricação de determinados repertórios sobre a personagem e, por isso mesmo, articulando valor econômico e simbólico. A gestão do legado consiste em promover a vida e obra da autora, reatualizando e ritualizando determinadas versões construídas por ela e por outros agentes de acordo com os interesses dos herdeiros, das instituições de guarda e do campo literário vigente. Nesse aspecto, é fundamental vislumbrar a ação do Museu Casa de Cora Coralina na produção/consolidação da sua memória biográfica (Cf. DELGADO, 2005). Após a morte de Cora Coralina seus herdeiros venderam a casa em que residiu à maior parte da vida, onde elaborou sua obra e constituiu seu acervo documental, para a Associação Casa de Cora Coralina, pessoa jurídica de direito privado e de natureza cultural fundada em 28 de setembro de 1985. Instituição criada com o intuito de “preservar bens móveis e imóveis, assim como dar prosseguimento à concretização dos ideais da poetisa”, tendo como finalidades preservar sua memória e divulgar sua obra (Livro de Ata da Associação, p. 1-5).

De início, a pergunta a ser feita é qual memória seria “preservada” pela associação. Nessa ordem de idéias, a ata deixa entrever a resposta quando afirma a intenção de “dar

prosseguimento à concretização dos ideais” da autora, ou seja, seria a memória selecionada pela titular. Memória essa imbricada em seus “bens móveis e imóveis” e daí a importância de preservar sua casa e seu acervo pessoal. Os filhos da poetisa venderam a Casa Velha da Ponte e os objetos nela presentes para que a Associação criasse um museu biográfico, ação concretizada graças aos recursos da Construtora Alcindo Vieira de Belo Horizonte e da então Fundação Nacional Pró-Memória, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que possibilitaram a aquisição dos bens (130 milhões de cruzeiros) e a restauração dos mesmos (59 milhões de cruzeiros). Aqui é oportuno recordar a criação do Museu-Casa de Cora Coralina. Inaugurada em 20 de agosto de 1989 na data em que se comemorou o centenário de nascimento da escritora, a “Casa de Cora”, como é comumente chamada, coopera com a paisagem e o endereço na realização de duas tarefas que se aproximam das que Eneida Cunha (2003) identificou ao analisar a Casa de Jorge Amado: reinvestir a inscrição da memória e plasmar a narrativa autobiográfica. A Casa de Cora se torna, desse modo, uma construção autobiográfica com forte assinatura e, como um texto, impõe a sua própria narrativa “aberta à leitura, mas resistente às interpretações que a desvirtuem, que rasurem ou alterem a imagem instituída do escritor” (p. 125). O Museu se tornou um dos principais espaços de fabricação/consagração do legado coralíniano na medida em que foi montado no espaço biográfico eleito pela autora, lugar que reúne seus objetos pessoais, reconta uma leitura específica da obra e de sua história de vida e que se tornou no principal guardião de seu acervo documental (embora não seja o único).

Amigos e familiares decidiram consolidar e criar mecanismos para a reinvenção da crença em Cora Coralina e ao longo dos anos vêm instituindo uma série de eventos destinados à homenageá-la, revisitar sua vida e obra e a analisar o seu legado. Nesse sentido, diversas instituições estiveram envolvidas nessas comemorações abrigando ou produzindo eventos ou criando e fornecendo os discursos a eles relacionados: museus, bibliotecas, exposições, biografias, revistas, livros, praças, programas especiais veiculados na TV, editoras, eventos como o “Dia do Vizinho” e o “Dia do Cozinheiro” (criado pela poetisa e comemorado anualmente no dia de seu aniversário, 20 de agosto), as comemorações do centenário de seu nascimento (em 20 de agosto de 1889), do cinquentenário de sua volta à cidade de Goiás (em março e abril de 2006) e dos seus 120 anos de nascimento (durante todo o ano de 2009). Conforme analisa Luciana Heymann (2004), as datas comemorativas não são dotadas de valor intrínseco, nem se justificam no passado. Seus significados resultam da atribuição de valor ao evento ou pessoa que se recorda, envolta nos imperativos do presente e nos lugares ocupados

pelos agentes que comemoram. A importância desses eventos seria construir mecanismos que legitimariam ações em nome da memória (sobre qual leitura do passado e o monopólio do direito de falar sobre o passado), acionando, assim, a rede de economia simbólica em torno de determinadas pessoas e fatos. Nesse aspecto, possuir acervos consiste em uma estratégia importante para adquirir essa legitimidade. Eles embasam exposições, pesquisas, publicações e, ao mesmo tempo, constituem em forma de “atestar” a importância das comemorações: “os acervos documentais e o capital de testemunho de que são investidos ocupam um lugar central, bem como os acervos museológicos e os atributos de autenticidade que conferem às peças sua força simbólica” (p. 5). Também é importante destacar que não basta possuir acervos, mas desenvolver estratégias para utilizá-los como trunfos ao subsidiar homenagens, o prestígio das instituições e pessoas deles responsáveis, as redes de relações desses agentes, os contatos nas esferas acadêmica, governamental e junto a agências de financiamento.

No caso de Cora Coralina a importância do acervo como subsidio a legitimação de muitas realizações em seu nome é evidente. Exemplo disso foi a opção dos herdeiros em dividir o acervo oficial da autora, ambos de propriedade da família: um sob a responsabilidade e guarda da Associação Casa de Cora Coralina, localizado no Museu Casa de Cora Coralina em Goiás-GO, e outro sob os cuidados de Vicência Bretas Tahan, filha da autora e representante legal dos herdeiros, localizado no apartamento da mesma na capital paulista. Embora saibamos que os acervos pessoais não são completos e que outros agentes possam ter conjuntos documentais relativos a determinado indivíduo, aqui observamos a configuração de dois acervos oficiais da poetisa resultantes do desmembramento dos documentos acumulados em vida pela titular. Surge um acervo que era privado e se tornou público (no caso do acervo do Museu Casa de Cora Coralina) e um acervo que permaneceu privado (o acervo sob a guarda da filha de Cora). A família, que é detentora dos direitos autorais da poetisa, optou por deixar no Museu a biblioteca, os recortes de jornais, a correspondência e os originais das obras já editadas, permanecendo com os textos inéditos e outros documentos selecionados antes da venda do imóvel e abertura do museu em agosto de 1989. Separação que propicia a frequente publicação de obras póstumas (fruto da compilação de inéditos) e de eventos (fruto da utilização do material já editado). Desse modo, tanto a Associação quanto a família possuem discursos de autoridade sobre o legado memorial de Cora Coralina. Discursos na maioria das vezes interdependentes e, embora não exclusivos, percebemos a família se dedicando a gestão editorial e jurídica e a Associação à gestão museológica e de eventos e comemorações em torno da escritora.

A primeira ação da família foi separar os textos inéditos do restante do material. Já a Associação focou na seleção do acervo documental e do acervo museológico (os documentos que comporiam a exposição do museu e os que ocupariam a reserva técnica). O acervo pessoal da autora foi e vem sendo utilizado pelos herdeiros (legais e simbólicos) com vistas à promoção e à preservação de determinadas leituras sobre sua obra e vida, garantindo sua “imortalidade” e suscitando um renovado interesse do público no mercado de bens simbólicos. Para tanto, inicialmente analisaremos a gestão editorial promovida pela família em parceria com a Editora Global, a gestão memorial/museológica realizada pela Associação Casa de Cora Coralina e a vigilância comemorativa empreendida tanto pela família quanto pelos membros da Associação visando, a partir do acervo, compreender as estratégias de renovação da crença no nome Cora Coralina.

Após a morte de Cora e a decisão de vender o imóvel para a criação do museu, Vicência Bretas Tahan, filha caçula da escritora que representa legalmente a família, levou parte do acervo documental para sua residência na capital paulista. Esse conjunto em sua maioria se constituía de textos inéditos visando um projeto de publicação ao longo do tempo: a primeira ação da família, até para facilitar as negociações já que residiam no estado de São Paulo, foi estabelecer no ano da morte da escritora um contrato de edição exclusivo com a Global Editora, sediada na capital paulista. Na verdade, desde 1983 a Global vem empreendendo ações no sentido de reeditar constantemente a obra coraliniana, publicar textos inéditos da autora, além de inseri-los em coleções de poesia e coleções infanto-juvenis. Ainda em vida, Cora autorizou que a editora fosse responsável pela quarta edição de *Poemas dos becos de Goiás* (1983). De acordo com o histórico descrito no site da editora, fundada em 1973 a Global teve sua produção voltada para livros considerados referência para o pensamento socialista, publicando autores como Marx, Engels e Lênin. Também privilegiou em seu catálogo a publicação “dos mais conceituados autores da literatura em língua portuguesa, consagrados tanto no cenário nacional como internacional”, consistindo em uma das maiores exportadoras de autores brasileiros publicados em língua espanhola, atendendo toda a América Latina e os Estados Unidos. Em seu material de divulgação os autores mais citados como integrantes de seu catálogo são Ana Maria Machado, Câmara Cascudo, Cora Coralina, Ferreira Gullar, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Ignácio de Loyola Brandão, Marina Colasanti, Marcos Rey, Ruth Rocha e Mário Quintana. A estratégia de difundir a idéia de que seu catálogo reúne os mais conceituados escritores de língua portuguesa serve para que cada um dos autores integrantes reforce o capital simbólico do outro, gerando legitimidade e

contribuindo para que a editora também receba uma parcela do capital simbólico de seus “parceiros”. No caso de Cora Coralina, embora ela também tenha trilhado as veredas da prosa curta e da literatura para crianças, sua visibilidade maior se dá pela poesia. Conforme salienta Flávio Moura (2009), ao optar trabalhar com um gênero que conquista pouco espaço no mercado editorial brasileiro, a publicação se torna um duplo prêmio para o autor: entra no rol dos “consagrados” ao ter sua obra editada por uma concorrida editora e, também, consegue fazê-la abrir concessão a um gênero não rentável. Nesse aspecto, o fato de “atentar à produção de poesia converte-se em capital simbólico para a editora, que com isso reforça sua imagem de pouco comprometimento com o mercado” (p. 361).

A partir da Editora Global a obra de Cora Coralina começou a ter um melhor esquema de distribuição e, como o problema não era mais o alcance do público leitor, tornava-se necessário desenvolver estratégias de difusão que despertassem o interesse pela leitura de sua obra. De imediato a ação foi publicar a primeira edição de *Estórias da casa velha da ponte*, livro de contos organizado pela autora e lançado no mesmo ano de sua morte, 1985. A editora apostou não apenas em reeditar os três livros de poemas inserindo novos comentários críticos e uma série de fotografias da autora e de Goiás, mas em lançar facetas pouco conhecidas da escritora, como a Cora cronista e contista e também a autora de livros para crianças. Seguindo essa estratégia publicou *Os meninos verdes* (1986), *A moeda de ouro que um pato engoliu* (1987) e *O tesouro da casa velha* (1989). Este último, organizado pela escritora Dalila Teles Veras e publicado no ano em que se comemorava o centenário de nascimento da escritora. Na introdução do livro, Dalila justificou a homenagem: “Cora Coralina comemorou 100 anos juntamente com a nossa República, e este livro de contos inéditos, selecionados do espólio deixado por ela, veio para festejar o evento”.

Além de publicar os inéditos, a família também decidiu editar o material aos poucos, diluindo a presença de Cora Coralina ao longo do tempo ou, porque não dizer, desenvolvendo mais uma forma de encenar a imortalidade: “Temos centenas de poemas e contos todos ainda guardados na gaveta. Todo o material inédito de minha mãe ficou comigo. Os originais de livros já editados foram para Goiás. Os inéditos aos poucos serão publicados” (In: SENA, 2002, p. 1). Conjuntamente com o livro *O tesouro da casa velha* a Global publicou a biografia romanceada *Cora coragem, Cora poesia* (1989) nas comemorações pelo centenário de Cora Coralina. Escrita por Vicência Tahan a obra está incluída no catálogo da editora no rol das “obras de Cora Coralina” e auxilia na fabricação de uma biografia oficial produzida pela representante da família e difundida pela editora. Como mecanismo de celebração a biografia

“orienta” as leituras possíveis sobre a vida e obra coraliniana, visto que a autora além de filha é a representante legal da família nas ações de autorizar ou vetar a utilização da imagem e da obra de sua mãe, freqüentemente assediada para adaptações no teatro e no cinema. Baseados no acervo documental e em obras publicadas anteriormente, a editora ainda publicou *Villa Boa de Goyaz* (2001), *O prato azul pombinho* (2001), *O poema do milho* (2006), *As cocadas* (2007) e *A Menina, o cofrinho e a vovó* (2009). Além disso, editou o livro *Os melhores poemas de Cora Coralina* (2004), coletânea de poesias seguida de análise literária, biografia e fortuna crítica organizada pela poetisa e crítica literária Darcy França Denófrío para integrar a Coleção “Os Melhores Poemas”. A coleção consiste na seleção de poesias do legado éditado de 61 autores considerados expoentes da literatura brasileira e mundial. A escolha das obras e produtores e dos escritores e críticos convidados para a seleção e prefácios deve obter consenso dentre os detentores de distinção no campo literário. Demonstra Bourdieu que assim “como os caminhos da dominação, os caminhos da autonomia são complexos, se não impenetráveis. E as lutas no seio do campo (...) podem servir indiretamente aos escritores mais preocupados com sua independência literária” (1996b, p. 68). Dessa forma, a obra de Cora Coralina se legitima na medida em que é inserida na coleção (masculina quase que em totalidade), se respaldando no prestígio dos autores publicados, a exemplo de Castro Alves, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto, Luis de Camões, Machado de Assis, Manuel Bandeira e Mário de Andrade.

A família de Cora publicou o livro *Cora Coralina: doceira e poeta* (2009), lançado nas comemorações dos 120 anos de nascimento da poetisa na abertura da exposição comemorativa no Museu da Língua Portuguesa, capital paulista. A obra há mais de uma década era anunciada pelos herdeiros, visto que além de escritora Cora se notabilizou como doceira, ao ponto de dizer ser mais doceira do que intelectual. Publicado pela Editora Global, o livro traz fotografias dos doces, receitas tradicionais e fotos da cidade de Goiás. Além disso, apresenta fotografias e textos inéditos da autora relacionados à culinária e pela primeira vez os textos de um caderno de receitas pertencentes à Cora Coralina, conforme relatou Vicência Tahan:

Este caderno eu sempre tive. É um caderno de receitas que minha mãe fazia em casa. E este livro eu estava preparando junto a editora há dois anos. Só as receitas não davam para preencher o livro. Então, eu separei escritos e cartas dela que falassem sobre doce. Eu fui procurando tudo isso e juntando para o livro. Nisso eu demorei dois anos. Há também as receitas que ela fazia para vender. Em Goiás, ninguém faz doce igual ao da minha mãe. Eles fazem doces cristalizados. Ela fazia

doces glacerizados. O caderno estava guardado. Ele é único. Se alguém disser que tem outro, mente (In: BORGES, 2009, p. 3).

A entrevista de Vicência indica que ela possui vários originais inéditos de sua mãe, ao ponto de permitirem uma seleção de temas relacionados especificamente a doces. Do mesmo modo, reafirma a singularidade dos doces de Cora e a importância do livro baseado no único caderno de receitas de autoria de sua mãe. Ao destacar que só as receitas não davam para preencher o livro deixa implícito a estratégia editorial de recorrer mais uma vez ao acervo pessoal da escritora no intuito de publicar receitas, textos e fotografias, reafirmando a produção da crença na indissociação entre a arte culinária e a literatura, insistentemente afirmada em vida por Coralina. O acervo, mais uma vez, encena a imortalidade não apenas de Cora, mas de parte do patrimônio imaterial expresso pelos saberes e sabores da culinária goiana. Nesse sentido é explícita a relação entre o acervo documental e economia, não apenas na comercialização do livro no valor de 119 reais, mas na movimentação de ingredientes para a execução das receitas, na comercialização das mesmas e na mobilização de profissionais e empresas cujos objetos foram utilizados nas fotos e cujos nomes, endereços e telefones de contato se encontram dispostos ao final do livro como forma de agradecimento/propaganda.

A Global Editora com a anuência da família a cada ano tem publicado novas edições e reedições, ao ponto de colocar em seu catálogo de literatura brasileira a rubrica “Coleção Cora Coralina”. Se compararmos as edições anteriormente publicadas pelas editoras goianas, observamos uma mudança significativa no projeto gráfico no intuito de não apenas destacar cenários de Goiás, mas focalizar a imagem da autora. No ano 2000 as capas foram padronizadas, cada obra com uma cor específica, mas com uma linguagem uniforme. Além disso, as reedições trazem fotografias de diferentes fases de vida da autora reforçando a idéia da obra como autobiografia. Uma das orelhas do livro apresenta biografia resumida e na outra é transcrita a primeira carta de Carlos Drummond de Andrade enviada à autora em 14 de julho de 1979 e que constituiu um divisor de águas em sua recepção. A partir de 2005 os livros tiveram seu formato modificado para 16 X 23 cm, reforma visual que implicou no aumento das letras facilitando a leitura e gerando uma identidade entre os diferentes livros. E as inovações não param. A família anunciou que está organizando novas coletâneas de crônicas, poemas e correspondências inéditas. A cada dois anos em média tem se publicado reedições das obras, o que comprova a efetiva circulação do produto. *Poemas dos becos*, por exemplo, já alcançou a sua vigésima segunda edição. Também é importante observar que não somente nas livrarias é possível adquirir os exemplares. Seguindo a tradição iniciada pela própria

autora, o Museu-Casa de Cora Coralina constitui em um dos principais pontos de comercialização dos livros. O acervo museológico estimula o interesse pelas obras originadas do acervo documental e vice-versa. Ambos contribuem para a fabricação e propagação da crença no projeto criador de Cora Coralina.

Na medida em que os herdeiros legais desenvolviam o trabalho de gestão da obra e da imagem, os membros da Associação Casa de Cora Coralina, compostos em sua maioria por amigos e vizinhos da poetisa, definiriam uma organização do acervo documental e do acervo museológico. A prioridade foi organizar o acervo tridimensional para a primeira exposição do museu inaugurada em 20 de agosto de 1989, dia do centenário de nascimento da poetisa. Conforme destaca Andrea Delgado (2005), o Museu-Casa de Cora Coralina configura um projeto de organização e acumulação de diversos tempos da vida da poetisa, um arquivo de objetos, imagens e discursos presentificados que evocam Cora e promovem sua imortalização. Avaliando o primeiro projeto museológico elaborado por Célia Corsino e Virgínia Papaiz, informa que atendeu as expectativas da Associação e, por isso mesmo, a narrativa material da Casa de Cora foi “fruto de uma seleção material e simbólica, cujo interesse não é reproduzir ‘tudo como no tempo de Cora’, mas enquadrar o passado dentro dos limites da biografia que se quer fabricar e oficializar” (p. 106). Em outras palavras, a narrativa museológica solidificaria a narrativa autobiográfica produzida pela poetisa e desenvolveria uma lógica análoga a que analisamos nos acervos documentais (até porque aqui os objetos também são tidos como documentos, suportes de significados). Ao montar a exposição, alguns discursos, imagens e objetos são eleitos em detrimento de outros, empenhando-se nas tarefas de produzir lembranças e esquecimentos e de dar a visibilidade simbólica por meio de eventos com o intuito de manter e reinventar o culto a Cora Coralina. Na verdade, as três exposições permanentes que o museu abrigou foram inauguradas em momentos comemorativos. A primeira, como dissemos, foi o ponto alto das comemorações do centenário da poetisa e permaneceu montada de 20 de agosto de 1889 até 31 de dezembro de 2001, data em que uma enchente do Rio Vermelho invadiu o museu. Na elaboração dessa exposição, as museólogas recorreram ao acervo documental da poetisa apenas para a obtenção de fotografias de diversas fases da autora espalhando-as premeditadamente pela residência e, além de exporem a biblioteca pessoal, colocaram três cadernos de manuscritos e algumas correspondências em vitrines. Após a enchente os acervos museológico e documental foram restaurados e reorganizados. Devido à importância simbólica e econômica que a Casa de Cora conquistou na dinâmica turística da cidade de Goiás, o museu se manteve aberto durante oito meses com

uma exposição “improvisada” e os visitantes puderam acompanhar os procedimentos de restauração do imóvel, dos objetos e dos documentos, motivados pelo que poderíamos designar de “consumo do trágico”. Com a doação de 150 mil reais, a Telegoiás Brasil Telecom propiciou a restauração do imóvel e do jardim, a renovação da exposição e a separação e o acondicionamento emergencial do acervo. Na data do aniversário da poetisa, 20 de agosto, a nova exposição museológica foi inaugurada:

Foram instaladas estruturas de vídeo e som pelo museu. Um documentário em DVD, trazendo depoimentos sobre a escritora poderá ser visto durante todo o dia. Aparelhos de TV estarão ligados em determinados pontos da casa, onde serão exibidos vídeos relacionados com a obra da antiga moradora, incluindo declamações da própria Cora. Completando este trabalho, 15 painéis, a maioria com formato 90 X 1,60 cm, foram instalados na residência. Eles contam, em reproduções ampliadas e digitalizadas de documentos e fotografias, a caminhada de Cora pela vida (BORGES, 2002, p. 1).

A exposição inaugurada em 2002, sob a curadoria de Célia Corsino, promoveu um diálogo mais explícito com o acervo documental. Conforme destacou a matéria, os painéis espalhados pela casa traziam reproduções ampliadas dos documentos até então inéditos ao grande público. Exposição complementada em 2003 quando o museu destinou uma sala para a exibição do resultado da restauração de alguns manuscritos atingidos pela enchente. Restauração e organização documental de acordo com as normas internacionais de arquivologia subsidiada pela Fundação Vitae. Seleccionada dentre mais de mil projetos, a Casa de Cora recebeu 70 mil reais utilizados “na compra dos materiais necessários à restauração, acondicionamento e digitalização dos documentos e treinamento e remuneração de estagiários” (BORGES, 2003, p. 7). Apesar das inovações, o conteúdo dos painéis reforçava a autobiografia escrita pela poetisa. Os documentos dialogavam com trechos de poesias selecionadas para compor ambientes específicos da residência como cozinha, quarto, sala de escrita, sala de condecorações, sala de visitas e biblioteca reiterando determinados marcos biográficos e a idéia de que tudo permanecia como “no tempo de Cora”. Questões que ganharam visibilidade no recente projeto de atualização do acervo permanente inaugurado nas comemorações dos 120 anos de nascimento da escritora, em 20 de agosto de 2009. Novamente sob a curadoria de Célia Corsino a exposição foi patrocinada pelo Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais e priorizou a reprodução dos documentos do acervo, inclusive montando uma linha do tempo com os mesmos, e a exibição de fotografias,

correspondências e manuscritos de poemas e crônicas, dispostos em doze vitrines ao longo do museu. Para além da ancianidade, a exposição sublinhou aquilo que Andrea Delgado (2005) havia identificado como um processo que visava inscrever Cora como arquivo e arauto da memória da cidade, amalgamando a memória da escritora com a Casa Velha da Ponte e, desse modo, transformando a poetisa como um “monumento” de Goiás: “concepção museológica que pretende construir a memória individual como símbolo da memória da cidade, consagrando e imortalizando a Cora-Monumento” (p. 112). Nesse sentido, a exposição deve ser concebida como um discurso social que visa persuadir o expectador. Aqui dialogamos com o entendimento de Lisbeth Gonçalves (2004) quando analisou a forma como o desenho espacial da exposição e o curador influenciam na recepção estética. Daí porque prefere o termo “cenografia”, pois concebe que na comunicação da exposição ocorre algo próximo do que ocorre no teatro, onde a “cena” apresenta atores desempenhando seus papéis e construindo ficções. Todavia, destaca que na exposição o visitante também pode ser concebido como um ator. Ao percorrer o circuito da mostra se torna um ser ativo que interage com os discursos de acordo com suas experiências. É por isso a necessidade não apenas de trazer o conteúdo de informação, mas desenvolver estratégias para uma melhor apresentação do conteúdo. Daí a busca de novos recursos de comunicação e de envolvimento com seu público, a exemplo dos apresentados pela Casa de Cora Coralina. Desse modo, é fundamental o papel do curador da exposição que “não só faz as obras ‘falarem’ mas fala sobre elas” (p. 110). Além disso, ao eleger como curadora a museóloga Célia Maria Corsino, a instituição herda parte do capital simbólico da profissional reconhecida nacionalmente que, ao mesmo tempo, se legitima ao ser escolhida para encenar uma determinada história a partir de objetos que agem como referências para a memória que se pretende imortalizar.

O trabalho de difusão da biografia oficial e das leituras críticas salvaguardadas pelo museu também perpassa a organização de coletâneas acadêmicas a exemplo do livro *Moinho do tempo: estudos sobre Cora Coralina* (2009) que reuniu trabalhos de pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, promove eventos comemorativos como o “Festival Cora Viva Coralina” em homenagem aos 120 anos de nascimento da poetisa que contou com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o patrocínio do Ministério do Turismo. Com a realização desses eventos a instituição reforça a crença no projeto criador coraliniano e, ao mesmo tempo, projetando seu acervo e suas competências, reafirma seu capital institucional. Para uma melhor compreensão dessas estratégias, vale a

pena nos determos na exposição intitulada “Cora Coralina, Coração do Brasil” realizada no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, durante o segundo semestre de 2009.

Inaugurado na Estação da Luz, na capital paulista, em 20 de março de 2006 o Museu da Língua Portuguesa é dedicado à valorização e difusão de nosso idioma se tornando uma instituição de referência internacional que já recebeu mais de um milhão e seiscentos mil visitantes. Utilizando tecnologia de ponta e recursos interativos na apresentação dos conteúdos, possui seu diferencial na forma expositiva. Distribuído em três andares, abriga exposição permanente e espaço para exposições temporárias geralmente dedicadas a autores considerados pela crítica como expoentes da literatura nacional. Uma característica dessas exposições consiste na utilização dos acervos literários dos autores homenageados para a composição das mostras. Os curadores não apenas ambientaram os espaços remetendo a episódios da vida e obra dos escritores, eles se pautaram nos acervos para a elaboração e composição das cenografias “Grande Sertão: Veredas” (2006), “Clarice Lispector: a hora da estrela” (2007), “Gilberto Freyre - Intérprete do Brasil” (2007) e “Machado de Assis: Mas Este Capítulo Não É Sério?” (2008). Em todas essas exposições, os itens documentais previamente selecionados dos acervos pessoais constituíram nos principais atrativos das mostras. A exposição em homenagem a Guimarães Rosa, com curadoria de Bia Lessa, trazia cópias do datiloscrito de *Grande Sertão: Veredas* revisado pelo autor, cedido pelo bibliófilo José Mindlin. A que celebrou a obra de Clarice Lispector teve como curadores Júlia Peregrino e Ferreira Gullar e trouxe correspondências, manuscritos e fotografias da autora sob a guarda do Arquivo–Museu da Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, além de documentos do Arquivo Nacional e fotografias arquivadas no Instituto Moreira Salles. Já os curadores Júlia Peregrino, Pedro Karp Vasquez e Élide Rugai Bastos utilizaram correspondências, manuscritos e fotografias do acervo da Fundação Gilberto Freyre para a mostra em homenagem ao escritor. No mesmo sentido, os curadores Cacá Machado e Vadim Nikitin organizaram a exposição sobre Machado de Assis utilizando documentos pessoais do escritor pertencentes ao acervo da Academia Brasileira de Letras.

Seguindo essa tendência, a Associação Casa de Cora Coralina empreendeu esforços para que o Museu da Língua Portuguesa abrigasse pela primeira vez a exposição sobre um autor não canônico. Encenação que “equipararia” Cora Coralina aos demais “expoentes” da literatura nacional. Utilizando o poder simbólico sedimentado em anos de atuação no campo cultural em Goiás e fortalecida pelos inúmeros eventos comemorativos dos 120 anos de nascimento de Cora, a Associação não somente estabeleceu contato com a direção do museu

paulista que aceitou o pedido, como conseguiu que o Governo de Goiás doasse 150 mil reais para a execução do projeto. Após as negociações, contrataram como curadora Júlia Peregrino, que já havia organizado anteriormente as exposições sobre Clarice Lispector e Gilberto Freyre e que, por sua vez, deixou a cenografia a cargo de Daniela Thomas e Felipe Tassara:

A cenografia evoca a geometria das janelas das casas centenárias e do balaustre da ponte em frente à residência da autora, hoje Museu Casa de Cora Coralina. Objetos e cenas que faziam parte do seu cotidiano compõem agora um mosaico de imagens que dialoga com seus versos. Fragmentos de seus poemas foram bordados em tiras metálicas – um recurso que lembra os trabalhos de linha e tecido que na juventude da autora eram um dos raros veículos de expressão feminina. A alusão também se refere ao delicado artesanato envolvido na construção poética. Embora em menor escala, a exposição Cora Coralina: Coração do Brasil segue os mesmos preceitos que nos orientaram nas mostras Clarice Lispector: a hora da estrela e Gilberto Freyre: intérprete do Brasil, montadas em 2007 no Museu da Língua Portuguesa. A partir da apresentação de documentos originais e de elementos visuais que evoquem o universo do autor, procuramos oferecer ao público a emoção de um contato íntimo com o escritor e sua obra. (...) Os visitantes podem ver entre outros itens, cartas, recortes de jornais, fotografias e primeiras edições de suas obras. Entre os itens mais curiosos e menos conhecidos está um caderno em que a autora colou fotografias da época de lugares da cidade de Goiás e combinou essas imagens com poemas sobre eles. Outro volume traz receitas favoritas, anotadas pela escritora que se dizia mais doceira que autora (PEREGRINO, 2009, p. 15-18).

A fala de Júlia Peregrino revela algumas estratégias utilizadas para a montagem da cenografia. Apesar do título “Coração do Brasil” querer focar a universalidade da obra da homenageada, não a restringindo ao espaço goiano, observamos que a maioria das 145 imagens que compuseram os três painéis da exposição retratavam aspectos da cidade de Goiás e do interior do Museu-Casa de Cora Coralina. Reafirmando essa intenção, uma estrutura reproduzindo os balaustres da Ponte da Lapa que unem a residência da autora ao outro lado da cidade adquiriu centralidade na mostra. A exposição, nesse sentido, reafirmou a biografia oficial da autora engendrada pela Casa de Cora especialmente ao valorizar a dimensão privada de sua trajetória. Não sem motivos muitas matérias divulgaram que a exposição remetia “ao universo de Cora, uma mulher da casa” (PIRES, 2009, p. 1) ou “a doçura e as pequenas narrativas cotidianas da poeta Cora Coralina” (Agência Estado, 2009). Apesar da personalidade forte da autora e de suas reiteradas incursões em espaços até então não reservados à mulher, reiterar a doçura, a singeleza e a poetisa como uma “mulher da casa”

contribuiria para estimular o interesse em conhecer sua residência, hoje Museu-Casa de Cora Coralina, e a cidade de Goiás. A mesma intenção ao afirmar que aspectos da cenografia se inspiraram no trabalho de linha e tecido ou no delicado artesanato goiano. Proposta coerente com a Associação Casa de Cora, proponente da mostra, e com o Governo de Goiás, seu principal patrocinador. Daí uma contradição: ao mesmo tempo em que os organizadores e o próprio governador de Goiás afirmavam que “Cora Coralina extrapola fronteiras”, até com o intuito de justificar a mostra na cidade paulista e na instituição que anteriormente dedicou exposições a autores canônicos, o cenário montado e as imagens selecionadas remeteram a uma Cora circunscrita nas fronteiras de Goiás e no universo doméstico. Para tanto, os 45 anos em que viveu no estado de São Paulo e suas relações com a cidade que sediou a exposição, juntamente com aspectos de sua participação no campo literário e nos movimentos sociais, permaneceram em silêncio nas linguagens verbal e não-verbal.

O que importa reconhecermos é que o ponto alto da mostra concebida por Júlia Peregrino foi a utilização do acervo pessoal da escritora não apenas como subsídio para as reproduções fotográficas e, sim, como centralidade: o acervo documental se tornou acervo museológico. Conforme destacou a curadora, embora em menor escala a mostra seguiu os mesmos preceitos orientadores das exposições que organizou sobre Clarice Lispector e Gilberto Freyre. Já legitimada pelas experiências anteriores, Peregrino apostou na utilização dos acervos pessoais e no “feitiço” que acionam, ou seja, a ilusão de intimidade. Por isso a valorização dos documentos originais, aproximando o autor e a obra, o público e os “bastidores” da criação: “Nem os pesquisadores tiveram acesso a esse material. São documentos originais que têm coração, corações que batem’, garante Júlia Peregrino” (Agência Estado, 2009). Sabedora do forte apelo que os acervos evocam na economia de bens simbólicos, optou por reunir os dois acervos oficiais da autora, o da Casa de Cora Coralina e o de posse da filha de Cora, Vicência Tahan. Isso porque se o acervo da Associação pode ser visualizado pelos turistas na exposição museológica em Goiás, o de Vicência permanece inédito ao grande público e aos pesquisadores. A cessão do material de acesso restrito que possui “corações que batem” ao mesmo tempo em que reuniu os acervos dispersos contribuiu para o deslocamento dos mesmos. Foi a primeira vez que o acervo oficial da autora saiu da cidade de Goiás. Os originais que carregam a *griffe* do autor se tornaram estímulo para a leitura das obras, à consolidação de determinada memória biográfica e à visita da cidade fabricada pelos versos e pelas imagens expostas. Segundo informações do Museu da Língua

Portuguesa a mostra recebeu mais de 80 mil pessoas e devido à “aceitação” do público foi prorrogada até 17 de janeiro de 2010.

Dentro dessa lógica, para os interessados em levar para casa “os corações que batem”, a Imprensa Oficial de São Paulo patrocinou a realização do catálogo da mostra. Com oitenta páginas, reproduz as fotografias dispostas nos três painéis, além de documentos dos acervos do Museu-Casa de Cora Coralina e de Vicência Tahan (correspondências, manuscritos, matérias de jornal etc.). Também traz textos de Alcides Rodrigues, à época Governador de Goiás; de Antônio Sartini, diretor do Museu da Língua Portuguesa; de Marlene Vellasco, diretora do Museu Casa de Cora Coralina; da curadora da exposição, Júlia Peregrino; de Kátia Bezerra, professora da Universidade do Arizona a respeito da memória em Cora Coralina como “retrato” da cidade de Goiás; e a crônica “Cora Coralina, de Goiás”, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, peça fundamental no processo de produção da crença na autora. O gesto metonímico do turista ao levar o catálogo para casa, como se levasse o acervo e a “intimidade” da autora, é o mesmo que mobiliza o interesse crescente pela documentação pessoal no mercado de bens simbólicos. A exposição com o acervo literário implica manipular uma memória já manipulada. Porém, para a maioria dos leitores pouco interessa problematizar o que ficou fora da exposição ou do catálogo, mas consumir tudo o que esteja relacionado ao nome Cora Coralina. Atitude que contribui para fabricar a imortalidade da autora e para alimentar a crença que impulsiona as engrenagens do campo literário.

Referências Bibliográficas

BORGES, Rogério. ‘Em Goiás, ninguém faz doce igual aos da minha mãe’. *O Popular*, Goiânia, 1.º Nov. 2009.

BORGES, Rogério. Acervo de Cora Coralina é recuperado em Goiás. *O Popular*, Goiânia, 23 nov. 2003.

BORGES, Rogério. Acervo valorizado. *O Popular*, Goiânia, 17 ago. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITTO, Clovis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. *Cora Coralina: raízes de Aninha*. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2009.

- CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 9. ed. São Paulo: Global, 2007.
- CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da ponte*. 13. ed. São Paulo: Global, 2006.
- CORALINA, Cora. Vida. In: BORGES, Rogério. *O Popular*, Goiânia, Magazine, 14 mar. 2004.
- CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 20. ed. São Paulo: Global, 2001.
- CUNHA, Eneida Leal. A “Casa Jorge Amado”. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DELGADO, Andrea Ferreira. Museu e memória biográfica: um estudo da Casa de Cora Coralina. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n.º 2, jul/dez 2005.
- FAR, Alessandra El. “A presença dos ausentes”: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.
- GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Entre cenografias: o museu a exposição de arte no século XX*. São Paulo: Edusp, 2004.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”. *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2004.
- MOURA, Flávio. Pegada de Elefante. *Estudos de Sociologia*, Araraquara-SP, v. 14, n.º 27, 2009.
- PEREGRINO, Júlia. Cora Coralina: emoção à flor da letra. In: *Cora Coralina: coração do Brasil*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2009.
- PIRES, Francisco Quinteiro. Cora Coralina, artista apaixonada pela arte de viver. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 set. 2009.
- RAMOS, Anatole. Cora Coralina, o tesouro da casa velha de Vila Boa. *O Popular*, Goiânia, 17 out. 1971.
- SENA, André de. Inéditos de Cora Coralina. *Correio da Paraíba*, Campina Grande, jan. 2002.

ARTE, INSTITUIÇÃO E EXPOSIÇÃO: O SALÃO E O MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Emerson Dionisio Gomes de OLIVEIRA*

dionisio@unb.br

Resumo: O presente trabalho procurou apresentar de que modo o Museu do Estado de Pernambuco representa a história do Salão de Arte oficial do estado (1942-2000). Para isso, elegemos como objeto de análise uma exposição comemorativa que apresentou parte das obras premiadas dentro de uma configuração histórica específica. No intuito de melhor compreender que dimensão dos salões estava sendo rememorada, optamos por investigar a documentação oficial produzida pelos eventos desde os anos de 1940.

Palavras-chave: salão de arte, identidade, museus

Abstract: This paper sought to understand how the Museum of the State Pernambuco is the history official state art exhibitions (1942-2000). In order to do this, we choose as the object of analysis showed that a commemorative exhibition of the works of art awarded within a specific historical setting. In the desire for better understand what size of the art exhibitions was being recollected, we chose to investigate the official documents produced by the events since the 1940.

Keywords: art exhibitions, identity, museums

Num texto escrito em 1977, sobre o VII Salão Paulista de Arte Contemporânea, o crítico Ronaldo Brito afirmava que: “O problema como sempre é que com toda sua irrealidade o salão age sobre o real” (BRITO, 2005, p.72). O ponto discutido era o quanto os salões dissimulavam o desinteresse do Estado pelas artes visuais. Nessa perspectiva, o salão configurava-se apenas num modo de estabelecer um ponto de contato, por meio de “uma leitura crítica do processo local das linguagens”, com parte da produção cultural. Provavelmente, o crítico tem razão quanto ao fato de que o salão parece ser – sobretudo a partir dos anos de 1970 – uma “irrealidade” no universo das artes. Uma instituição que em plena maturação daquilo que posteriormente será chamada de “arte contemporânea” serve-se

* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto do Departamento de Artes Visuais/IdA/UnB e docente consorciado do curso de Museologia na mesma universidade.

da competição entre obras e artistas, cujos valores de avaliação ficam cada vez mais herméticos, senão indefensáveis.

Uma resposta plausível para existência dos salões até nossos dias seja o uso que determinadas instituições de memória fazem dele. O presente trabalho procura investigar uma destas instituições, que embora não seja considerada uma clássica instituição preocupada com as artes visuais, oferece em seu acervo uma excelente demonstração de como um salão pode ser útil para o fortalecimento de determinadas representações da arte e do passado. A instituição em questão o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), responsável pelo mais longo salão do estado e detedor ciente do legado patrimonial que o evento legou para a sua identidade institucional.

O MEPE foi oficialmente criado em 1929¹, mas conquistou sua sede definitiva em 1940, depois de passar pelo Palácio da Justiça e pela Biblioteca Pública do Estado, no casarão que havia sido do barão de Beberibe, Francisco Antônio de Oliveira (MEPE, 2003, p.9). Engenharia de uma geração que começava a compreender a fina linha entre patrimônio e identidade, o museu absorveu importantes coleções que o credenciaram como um dos acervos mais importantes do nordeste brasileiro. Dono de uma coleção heterogênea, com todos as contradições e conflitos existentes, o MEPE abriga do tradicional discurso voltada aos homens de poder do passado - como pode-se observar na coleção do general Paulo Figueiredo, doada em 1952 - à coleção Afro-Brasileira, que desde 1940 compõe o eclético acervo da instituição.²

É difícil precisar pelas fontes disponíveis no museu e a falta de detalhamento das fontes jornalísticas nas duas primeiras décadas, o quanto das obras premiadas foi direcionado para a coleção permanente do MEPE. Isto porque o grosso das premiações conferidas pelo júri, em especial após a retomada de 1976, foi destinado aos acervos dos patrocinadores, o que fazia do salão um evento de real impacto sobre o mercado das artes pernambucanas, criando distinção e legitimação das carreiras. Além disso, não se pode deixar de ressaltar a exótica decisão do júri da quarta edição do Salão Anual de Pintura³, em 1945, que decidiu não conceder premiações, para garantir a qualidade e as características do salão.

¹ De fato, o museu ficou sob a guarda da Biblioteca Pública do Estado entre 1934 e 1940. Recriado em 1940, foi transferido para o edifício situado à Rua Rui Barbosa, onde se encontra até os dias de hoje; (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1991, p.15).

² Doada em 1940 pela Secretaria de Segurança Pública, a coleção Afro-Brasileira possui 307 objetos, entre esculturas em metal, em madeira, instrumentos musicais e orações típicas do “Xango Pernambucano” (LODY, 2005, p.47-60).

³ O júri naquela ocasião foi composto por Newton Sucupira, Silvio Mesquita, Hélio Feijó, Manoel Bandeira e Jarbas Maranhão.

Em 2000, o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) apresentou um recorte específico de sua coleção de artes visuais. Tratava-se de obras assimiladas pelos prêmios aquisitivos do tradicional Salão Anual de Pintura (nome original), criado em 1942. O que a exposição “Retrospectiva dos Salões” do MEPE evidenciou é que parte considerável das obras do acervo que ganharam maior visibilidade nos anos anteriores estava vinculada a história do salão. Nessa parcela destacada da coleção oficial da instituição encontram-se os principais artistas eleitos pelas narrativas memoriais da arte local: Vicente do Rego Monteiro, Mário Nunes, Reynaldo Fonseca, Francisco Brennand, Muilo La Greca, Fédora do Rego Monteiro, Anchises de Azevedo, Wellington Virgolino, João Câmara, Adão Pinheiro, Mary Gondim, Gil Vicente, Montez Magno, Ladjane Bandeira, Lula Ayres, entres outros (MEPE, 2000).

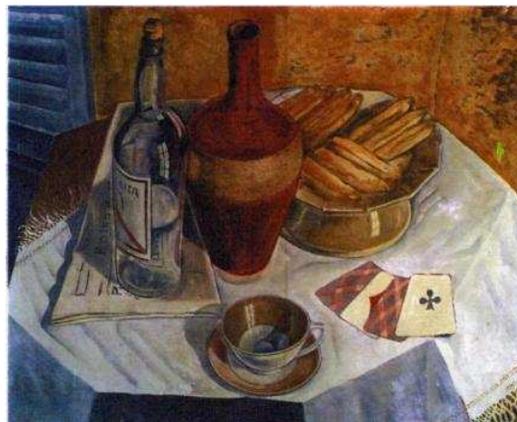


Fig.1. Vicente do Rego Monteiro, *Estudo nº31*, 1942, óleo sobre cartão, 64 x 80cm, MEPE

A mostra foi um pequeno apanhado da importância da coleção para a história da arte em Pernambuco e, no mesmo sentido, a valorização do salão de arte desde o final dos anos 1990. A exposição era um evento memorial dentro das atividades propostas pelo Salão Pernambucano de Artes Plásticas (SPAP), que tentava restituir seu papel angular tanto para o MEPE quanto para seu congêneres da área, o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MACPE), em Olinda. A exposição não foi a primeira a selecionar o salão como elemento privilegiado de sua visibilidade institucional, sobretudo no tocante às artes visuais. Todavia foi uma importante mostra que explicitou a importância histórica do evento-instituição e das obras assimiladas pela coleção permanente do museu. O evento é um exemplo de um paradigma perturbador, na medida em que nos perguntamos como o MEPE tem se comportado diante de uma instituição tradicional como o Salão. Da mesma forma, como este

modelo conservador tem conseguido adaptar-se às novas demandas do sistema de arte moderno.

O Salão Anual de Pintura de 1942 nasceu sob a perspectiva tradicional que privilegiava a pintura como a técnica mais importante daquilo que se convencionou denominar como Belas Artes. Naquele evento foram premiados: Vicente do Rego Monteiro, *Estudo nº31*, óleo sobre cartão (fig.1); Mário Nunes com *Claustro – Interior do Mosteiro de São Bento* e Francisco Lauria com a tela *Moça*. Os três primeiros premiados já servem de modelo retrospectivo para entender como se organizou o evento-competição nas duas décadas seguintes: premiações calculadas entre a consagração de nomes estabelecidos no cenário local e artistas emergentes, geralmente vinculados às instituições e movimentos culturais locais.

Rego Monteiro, já naquele momento, era o representante de um clã de artistas responsáveis pela divulgação da arte moderna no Estado. Sua trajetória destacava-se pela participação no evento símbolo do movimento modernista – a Semana de Arte de 1922. Já Mário Nunes foi um dos fundadores da Escola de Belas Artes em 1932, onde deu aula por mais de trinta anos. Sua arte transitava entre o recém criado salão pernambucano e o Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Lauria foi integrante do Grupo dos Independentes, que nos anos 1930 incentivou salões e exposições com objetivo de fomentar as artes plásticas em Pernambuco (RODRIGUES, 2008, p.42-51). Mesmo inserido no incipiente cenário cultural do estado, e ao contrário de Monteiro e Nunes, Lauria parece ter sido uma aposta dos jurados do salão.

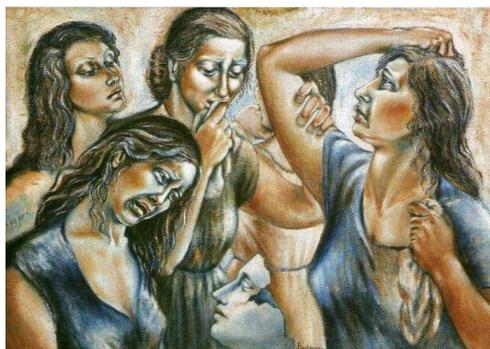


Fig. 2. Ladjane Bandeira, *Guerra*, 1951, óleo sobre tela, 66 x 94,5cm; acervo do MEPE

O salão nas edições posteriores permaneceu voltado à pintura como técnica central. Apenas em 1950 a escultura passou a ser exposta. Numa outra mostra de 1986, igualmente preocupada em celebrar os premiados no salão e assimilados pelo acervo do MEPE, destacou-

se o caso de Francisco Brennand, artista renomado que entrou para as narrativas da história da arte como escultor, mas que em 1948 recebeu o primeiro prêmio no salão com a tela *Frade em Oração*: “Foi graças ao salão de Arte de Pernambuco que o Museu do Estado enriqueceu o seu acervo com obras de maior interesse: desde as primeiras pinturas de Reynaldo Fonseca, um dos premiados de 1944, à telas de Francisco Brennand, que ainda hoje são raras pelo resto do país.” (MEPE, 1986). Brennand foi premiado mais duas vezes com pinturas, novamente em primeiro lugar em 1948, e segundo prêmio em 1950.

Em 1956, o salão adotou mais duas categorias de premiação: gravura e desenho. Além de dividir por alguns anos a pintura em óleo e aquarela, situação que demonstra a resistência de um enquadramento acadêmico oitocentista de valorização da pintura de cavalete, realizada com a técnica a óleo⁴. Resistência estranha para uma década onde já visualizava uma preferência pela estética modernista, como podemos verificar nas obras de Ladjane Bandeira, *Guerra* de 1951 (fig.2), Anchises de Azevedo, *Espera* de 1956 e Montez Magno, *Abstrato* de 1958.

Premiado no salão de 1951, o óleo sobre tela, intitulado *Guerra*, de Bandeira possui elementos caros ao vocabulário modernista: leve distorção perspectiva, apelos expressionista-simbolistas, conteúdo social e político, simplificação de alguns elementos formais e uma tênue insinuação de inacabado, quase um esboço trágico, onde cinco mulheres (e uma máscara) compõem um cenário impreciso, porém convincente. Já *Espera*, também um óleo sobre tela de 1956, premiado no mesmo ano, de Azevedo apresenta-nos claras filiações com a pintura e artistas modernistas como José Pancetti e Manoel Santiago, com simplificação de campos cromáticos e aplicação de pinceladas extensas. *Abstrato*, óleo sobre tela de 1958 de Magno (fig.3), premiado no mesmo ano, é uma das primeiras obras não figurativas a ser assimiladas pelo acervo do museu por meio do salão⁵. Com elementos gráficos destacados do fundo escuro e difuso a obra de Magno alinha-se a arte produzida na época por Inimá de Paula, Flávio Shiró e Yolanda Mohalyi, cuja influência tachista era senão assumida, evidente.

⁴ A arquitetura só figurou como categoria do salão entre 1961 e 1963, com a participação de arquitetos e alunos de arquitetura (MEPE, 1978).

⁵ Anterior é a assimilação do óleo sobre tela de Ionaldo Cavalcanti, *Construção* n°3, premiada no salão de 1957.



Fig. 3. Montez Magno, *Abstrato*, 1958, óleo sobre tela, 79 x 97cm, MEPE

Entre a criação do salão e 1969, ano em que foi interrompido, os premiados em primeiro lugar em pintura nos Salões foram: Vicente Rego Monteiro (1942), Mário Nunes (1943), Vicente Rego Monteiro (1944), Mário Nunes (1946), Francisco Brennand (1947), Francisco Brennand (1948), Miguel Torres (1949), Fédora Fernandes (1950), Ladjane Bandeira (1951), Frederico Antonio Duzi (1952), Marius Bern (1953), Reynaldo Fonseca (1954), Anchises de Azevedo (1956), Ionaldo Cavalcanti (1957), Montez Magno (1958), Iris de Melo Ribeiro (1959), Lenine Medeiros (1960), Wellington Virgolino (1961), João Câmara (1962), Silvia Serra Barreto (1963), José Barbosa Tabares (1964), Adão Pinheiro (1965), Humberto Magno Cavalcanti (1966), Edson Heleno da Silva (1967), Carlos Härle (1968), Ismael Caldas e Roberto Lúcio (1969), em 1945 e 1955 não houve premiados. Os premiados em primeiro lugar em escultura nos Salões foram: José Corbiniano Lins (1957), José Corbiniano Lins (1958), Maria Carmem D. Bastos (1962), David dos Santos (1963), Ypiranga Dantas Filho (1965), Amaro Francisco da Silva (1966), Luiz Notari (1967), Ypiranga Dantas Filho (1968) e Ricardo G. Pessoa (1969). Os premiados em primeiro lugar em desenho: Celina Lima Verde (1957), Adão Pinheiro (1958), Celina Lima Verde (1959), Celina Lima Verde (1960), Marília Rodrigues (1961), Maria Carmem Bastos Farias (1962), Antonio Alvez Dias (1963), José Barbosa Tavares (1965), Delano (1966), Francisco das Neves Andrade (1967), Valdi Coutinho (1968) e Paulo Bruscky (1969). Não há premiação na categoria em 1964. E os premiados em primeiro lugar em gravura: Gilvan Samico (1957, 1958 e 1959), Marina Colsanti (1961), Inalda Xavier da Silva (1962), Tereza Carmen Diniz (1963), João Câmara Filho (1964), Fernando Ferreira Pinto (1967), Francisco das Neves de Andrade (1969).

A extensa lista, apenas dos primeiros colocados, mostra-nos a construção de um elenco de artistas que dominou direta e indiretamente o cenário artístico pernambucano entre

as décadas de 1940 e 1970 (DINIZ, 2008). Quase todos locais, o que parece evidenciar uma dificuldade em tornar o salão uma referência nacional. Tais artistas estavam ligados a instituições ou movimentos legitimadores como: a Escola de Belas Artes (1932), a Sociedade de Arte Moderna (1948), ao Ateliê Coletivo (1951), Clube da Gravura (1954), O Gráfico Amador (1954), Movimento de Cultura Popular (1960), o Oficina 154 e o Atelier+10 (1965).

Em 1970 o salão não foi realizado. As justificativas transitaram entre falta de recursos financeiros e a ausência de uma organização profissional e autônoma para o evento. Aqui, arrisquemo-nos com uma generalização que nos parece, no entanto, plausível. São os duros anos da Ditadura Militar. Manifestações artísticas não foram uma prioridade das instituições ligadas ao Estado. Ainda mais no ambiente político pernambucano, onde parte dos artistas relacionava-se direta ou indiretamente com o Movimento de Cultura Popular. Um reforço para a especulação foi que em 1972 o salão era rebatizado como “Salão do Sesquicentenário da Independência do Brasil”. Numa demonstração pouco hábil de controlar o formato, colocando-o a serviço de uma efeméride, exótica à configuração competitiva dos salões anteriores. Os mais importantes e destacados artistas recusaram-se a participar, de tal modo que mesmo o júri teve que ser convidado de fora do estado, o que só agravou o acirramento com os produtores locais.

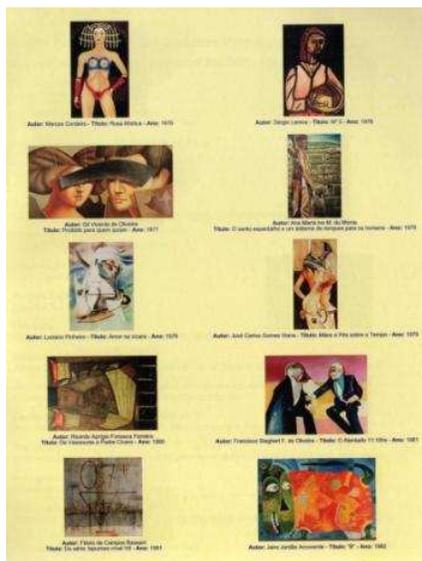


Fig.4.Detalhe do Catálogo da Exposição “Retrospectiva dos Salões”, 21 de setembro a 30 de novembro de 2000. MEPE

Apenas em 1976 o salão foi retomado com o nome de Salão Oficial de Arte (SOA). Em sua 29ª edição, as categorias contempladas foram pintura, desenho e gravura. Escultura,

objeto e fotografia não foram inseridos ⁶. Os premiados foram: Marcos Cordeiro (Pintura), Linobaldo Reis (desenho) e Noberto Maylis (gravura). Apenas a obra premiada de Cordeiro consta da mostra de 2000. Trata-se de um óleo sobre tela datado do mesmo ano e intitulado *Rosa Mística*. Uma premiação ousada do júri: a tela mostra uma mulher seminua com pelos pubianos à mostra, numa postura esquemática, automatizada. Erotismo frio, quase nulo. Surpreendentemente é como se o salão não tivesse sido interrompido. As obras premiadas em 1969, *Estabilidade II* de Ismael Caldas e *Q.I.12* de Roberto Lucio de Oliveira, óleos sobre telas do mesmo ano, comungam do mesmo vocabulário *pop* expressa em *Rosa Mística*. Obras com um sugestivo apelo político. Sutil e vigoroso. Embora heterogêneas, elas parecem acreditar no poder de intervir social e politicamente ou de expressar força (resistência) graças a um gesto ou a uma composição.

No salão seguinte firmou-se a ousadia com premiação de uma obra menos sutil, com um título expressivamente político. *Proibido para quem quiser*, óleo sobre tela de Gil Vicente de 1977, apresenta um casal cujos olhos estão obliterados por uma longa faixa, que mais se assemelha a um facão (fig.4). A tela, sem seu título, não apresenta grandes questionamentos e não provoca inquietações num primeiro momento. Mas, aliada a ele, provoca uma revisão de sentido imediato.

Nos dois anos seguintes, nos salões acentua-se a fixação de uma pintura preocupada em assemelha-se com as “tendências” praticadas nos principais centros culturais brasileiros, com a premiação de Ana Montes, Plínio Soares e Luciano Pinheiro (1978), Luciano Pinheiro, Wandekson Wanderley, José Carlos Gomes Viana, Ricardo Ferreira, Drica Glória Cavalcanti e Kahoto Saito (1979). Numa década em que o cenário brasileiro conheceu as mais diferentes formas de experimentações quanto aos suportes e as linguagens da arte, a retomada de 1976 apresentava-se convencional em demasia (JAREMTCHUK, 2007, p.39-70). Prevaleceu a supremacia dos suportes pictográficos.

No período entre 1980 e 1986, o salão é renomeado como Salão de Artes Plásticas de Pernambuco (SAPP). Junto com o novo nome, há o retorno da escultura e introdução de mais categorias: objeto, fotografia, proposta, papel artesanal, colagem e tecelagem. A dilatação obedecia dois sentidos – aparentemente opostos – que ampliaram a discussão dos limites da arte contemporânea. Um voltado para a experimentação e outro indicativo de tradicionais técnicas. Não por acaso, o salão de 1985 apresentou uma sala especial com obras de Gilvan Samico, artista gráfico fortemente influenciado pela gravura popular nordestina.

⁶ A fotografia foi contemplada, em parte, com I Salão de Fotografias da Cultura de Pernambuco no mesmo ano.

Em 1986, com o fim do Salão dos Novos, depois de 14 edições, sob o comando do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, sediado em Olinda, o Estado tentou remediar a precariedade fundindo o Salão dos Novos ao SAPP, sob uma nova nomenclatura: Salão de Arte Contemporânea de Pernambuco (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1987). Três edições ocorreram sob esta denominação a partir de 1987 e uma especial nos anos 1990.

As premiações na categoria pintura nos anos 1980 apresentam três tônicas predominantes: um neofigurativo, um grafismo mais conceitual e uma pintura onírica. Do realismo neofigurativo, cuja relação entre a realidade objetiva da vida cotidiana e um sentido existencial particular é representada com códigos estilísticos aproximados da *pop art*, temos: óleo sobre tela *Atentado 11:15hs* de Francisco Siegnert Oliveira (SAPP-1981); *Ponto de solda*, óleo sobre tela de Plínio Palhano (SAPP-1987); de Rinaldo José da Silva, o óleo sobre tela de 1989, *Faltam frutas no Café* (SACP-1989) e; o acrílico sobre tela de Félix Farfan, intitulado *Sob o sol de parador* (SACP-1989). Dentro das proposições gráficas com forte acento conceitual temos: de Flávio de Campos Bassani, uma aquarela da série *Tapumes nível VII* (SAPP-1981); *Nº1*, óleo sobre tela de Raul Córdula (SAPP-1983) e *Sistemas II*, técnica mista de Maria Luisa Mendes Lins (SAPP-1983). Com elementos oníricos hibridados à apropriações da cultura popular temos: *Título B*, óleo sobre tela de Jairo Arcoverde (SAPP-1982); *Altar II* do alemão Leonhard Duch, um óleo sobre duratex (SAPP-1984).

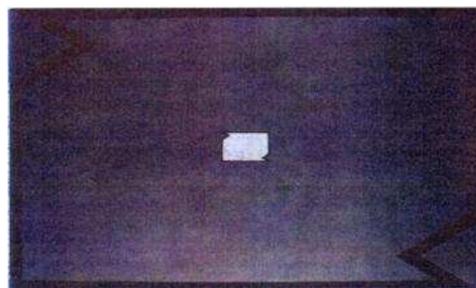


Fig.5. Raul Córdula, *Nº1*, óleo sobre tela, 78 x 128cm, MEPE

Depois das edições de 1987, 1988 e 1989, o Salão de Arte Contemporânea de Pernambuco retornou em 1992 para uma edição especial em homenagem ao 1.º Salão de Pintura de 1942. Mas tal iniciativa teve vida curta; no intervalo entre os anos 1993 e 1999, MACPE e MEPE tiveram dificuldades para dar continuidade a seus eventos. Nem criaram outros que pudessem substituí-los efetivamente sem interrupções. Apenas em 2000 surge o atual Salão de Pernambucano de Artes Plásticas, sob responsabilidade do Museu do Estado (BARBOZA, 2002).

A importância do salão para o acervo do MEPE parece ter sido o principal motivo da realização da “Retrospectiva dos Salões” dentro da programação do SPAP, mas dois aspectos ficam claros no modo de rememorar o evento e apresentar parte de seu legado: a questão identitária e seleção majoritária de pinturas.

A questão identitária é árdua. Nas instituições da arte, em particular nos museus, são demasiadamente freqüentes as articulações entre arte e o discurso identitário, geralmente em termos simplificados. Parece-nos que tem sido muito mais difícil construir uma reflexão, sobretudo quando se trata de acervos públicos, sobre a intrincada rede de relações que cada identidade local possui com a produção cultural.

Tomemos como exemplo a apresentação do 33ª edição SAPP, ainda utilizando o nome antigo do evento, Gilberto Freyre escreve:

A Pernambuco não poderia faltar esta instituição superiormente cultural que é um Salão Oficial de Arte, responsável pela animação e pelo desenvolvimento das artes plásticas no Estado. Isso porque não há parte do Brasil que venha se apresentando mais ligada a essas artes. Desde a ocupação holandesa do Brasil, tendo Pernambuco como centro, que é evidente essa ligação (...) Data daí uma nada insignificante superioridade de Pernambuco, neste particular, dentro do conjunto brasileiro, em importante setor cultural: o das artes plásticas. Superioridade que, pode-se sugerir, vem sendo favorecida por aquela luz de Pernambuco, não só celebrada, em página entusiástica, por Joaquim Nabuco, como do ponto de vista científico...” (apud SILVA, 1982)

Parte desta citação foi reproduzida no folder da exposição de 2000, exposição que se pretendia “propõe um roteiro histórico e didático para uma melhor compreensão da trajetória e das tendências da arte e dos artistas pernambucanos”. A questão da identidade não era exclusiva do MEPE e do salão pernambucano. A ênfase dada por Freyre, ele mesmo um símbolo identitário local, pode ser encontrada em outros salões congêneres.

Em museus de alcance regional, uma disputa clássica entre a arte local e a “estrangeira” transforma os salões em palcos privilegiados para a discussão de temas árdus como identidade, memória e produção artísticas. Foi o caso do 22º Salão de Belas Artes de Belo Horizonte de 1967, onde houve o embate entre artistas mineiros e os artistas de fora. Críticos e outros artistas locais colocaram-se contrários às escolhas dos jurados e entraram na justiça pedindo a anulação do salão. Uma síntese da disputa pode ser lida nas palavras do jornalista e crítico Wilson Frade: “Acredito que se tal acontecer será uma vitória dos artistas

mineiros que lutam e trabalham por um lugar ao sol e são sistematicamente aliados em favor de artistas componentes das chamadas ‘panelas’.”⁷

Esse tipo de disputa marcou as relações entre os salões e as comunidades artísticas em boa parte dos museus regionais que assimilaram obras por intermédio dos eventos. Alguns acervos sentiram essa cisão entre locais e “estrangeiros”. Além do salão belo-horizontino, questões identitárias já balizaram outras comunidades e seus museus: Campo Grande (MARCO), Goiânia (MAC-Goiás), Salvador (MAM-Bahia), Curitiba (MACPR), Campinas (MACC), Ribeirão Preto (MARP), apenas para citar os estudos por nós (OLIVEIRA, 2010, p.51-117).

A questão não é esquecer tais conflitos, pelo contrário, evidenciá-los de modo a problematizar o próprio sentido de uma arte pernambucana, paranaense ou sul-matogrossense. E não reconfigurá-la. Museus dinâmicos não podem mais hesitar em adotar uma postura crítica diante de valores que no passado serviram para tipificar e selecionar obras de arte. Tomemos como exemplo dois extremos. O que faz de *Estudo nº 31* de Rego Monteiro (fig.1) e de *Nº1* de Raul Córdoba (fig.5), premiadas em 1942 e 1983, arte pernambucana? Dois artistas empenhados em construir poéticas e carreiras internacionais.

O peso do discurso que promovia uma identidade fez-se sentir em 1986, quando o júri – formado por Casimiro Xavier de Mendonça Neto, Daniel Santiago, Roberto Lúcio de Oliveira, Paulo Bruscky e Guita Charifker – manifestou claramente que :

Na avaliação do Júri, em nenhum momento foi usado um critério regional que favorecesse ou desculpasse um artista local. No entanto, o que se vê é que a grande maioria dos artistas do Estado está mais preocupada em trabalhar a linguagem individual do que atualizar-se com uma ou outra tendência da moda. (MEPE, 1986)

A dimensão da identidade a serviço de instituições ligadas à manutenção de uma memória coletiva permite que, em muitos casos, cunhe-se a idéia de que identidades bem-sucedidas são aquelas destinadas à estabilidade. Nega-se, portanto, seu movimento e ambivalência, da mesma forma que se dissimula o fato de que são negociáveis, renováveis e finitas. Tal operação acaba, muitas vezes, por forjar “tradições imaginadas”, ou melhor dizendo, acaba por inventar suas próprias tradições retificadoras (BANN, 1994, p.20).

O apego à pintura funciona como mecanismo de afirmação da identidade eleita e defendida pelo MEPE para re-apresentar os premiados dos salões. Um problema evidente de

⁷ Texto de Wilson Frade publicado no jornal *Estado de Minas* em 24 de novembro de 1967.

uma seleção com tal característica está no fato de que toda uma história paralela de conflitos e negociações exclui esculturas, fotografias, gravuras e demais suportes⁸. Nomes cruciais para a arte local como Gilvan Samico e Paulo Bruscky, premiados em gravura e desenho, não entram.

É certo que nenhum projeto curatorial poderá nos oferecer, no caso da arte, uma totalidade. Mesmo dentro de um espectro circunscrito como o de um salão. O começo, meio e fim numa seleção de matizes identitários, que implica apenas uma técnica-suporte, não passa de uma utopia ou projeto retórico que qualquer visitante atento entenderá como frágil. Todo um repertório e vocabulário, sobretudo após 1976, foram descartados.

O risco de um projeto curatorial amplia-se na medida em que as próprias obras selecionadas ganham contornos exclusivistas. Ou seja, apresentar apenas pintura transforma o salão num modelo atrelado em demasia à tradição acadêmica do século XIX. Tal rótulo é desconfortável, pois não explicita os conflitos internos da própria instituição-evento. Rótulo que vivifica o salão como estratégia ultrapassada. Longe disso, embora polêmicos, os salões continuam a ser demandados por diferentes instituições como estratégias de políticas aquisitivas e de visibilidade. O cuidado com a memória não pode excluir um debate crítico; narrar o passado com olhos do passado é exclusivamente esforçar-se para que ele continue sendo passado e não se transforme posteriormente num aparato crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, Stephen. *As invenções da História*. Ensaio sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BARBOZA, K.M. *Panorama dos Salões de Arte Em Pernambuco*. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Artes Plásticas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

BRITO, Ronaldo. “Casa da titia”. In: LIMA, Sueli de (org.). *Experiência crítica – textos selecionados*: Ronaldo Brito. São Paulo: Cosac Naify, 2005 [1977].

DINIZ, Clarissa. *Crachá: aspectos da legitimação artística (Recife-Olinda, 1970 a 2000)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2008.

⁸ Mesmo quando as ausências são indicadas, a pintura prevaleceu. Em texto de Casimiro Xavier de Mendonça Neto, a instituição lembra que embora a coleção ofereça um dos mais completos panoramas da arte pernambucana entre as décadas de 1940-1980, há ausências importantes, cujo nome principal é o José Cláudio (MEPE, 1986). O artista recebeu, todavia, uma menção especial do júri em 35º SAPP, em 1982, e possui uma obra assimilada pelo salão de 1965 no acervo do MEPE.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Museu do Estado de Pernambuco*. Pinacoteca. Recife: CEPE, 1991.

JAREMTCHUK, Dária.. “Circuito artístico experimental” In:_____. *Anna Bella Geiger: passagens conceituais*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Pernambuco tem salão de artes que desperta atenção nacional”. Recife, 3 de agosto de 1981.

_____. “Novo Salão Contemporâneo”, texto assinado por Fernanda d’Oliveira, Recife: 16 de outubro de 1987

LODY, Raul. *O Negro no museu brasileiro*. Construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO. XXXI Salão Oficial de Arte. Folder da exposição. Texto de Leonardo Dantas Silva. Recife: MEPE, 1978.

_____. *Premiados nos Salões de Arte de Pernambuco*. Folder de exposição. Recife: MEPE, 1986.

_____. *Retrospectiva dos Salões*. Catálogo de exposição. Salão Pernambucano de Artes Plásticas. Recife: Governo de Pernambuco, 2000.

_____. São Paulo: Banco Safra, 2003.

OLIVEIRA, E.. *Museus de fora*. A visibilidade dos acervos de arte contemporânea no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2010.

RODRIGUES, Nise. *O Grupo dos Independentes: arte moderna no Recife – 1930*. Recife: Editora Aurora, 2008.

SILVA, José Cláudio. *Artistas de Pernambuco*. Recife: Governo do Estado, 1982.

AS BRUMAS DO PASSADO: PEDRA MONUMENTO, LUGAR DE TRADIÇÃO

Paulo Brito do PRADO*

paulobrito_historia@hotmail.com

Resumo: Como bem afirma Ecléa Bosi as “lembranças se apóiam em pedras” e é este apoiar que torna possível a reconstrução de episódios da história regional dos Guayazes. A Pedra Goiana sempre foi um importante monumento que servia de referência para visitantes que vinham de todas as regiões, sua destruição causou um grande reboliço, no entanto agora se investe numa corrida de memórias que tenta representar a história regional através de reconstruções do recalçado, dissipando assim as brumas do passado vilaboense. A pedra é um ícone antropomórfico que além de agir como signo indiciário de tradições reinventadas, também atua como âncora para memórias e histórias dos Guayazes.

Palavras - chave: Pedra, Monumento, Reinvenção de tradições, Lugares de memória, Goiás.

Abstract: As well Ecléa Bosi says the "memories rest on the rocks " and it is this support that makes possible the reconstruction of episodes in the history of regional Guayazes. Stone Goiana always been an important monument that served as a reference for visitors coming from all regions, its destruction caused a big fuss, but now is invest in a rush of memories that tries to represent regional history through reconstructions of the repressed, dissipating so the mists of the past vilaboense. The stone is an anthropomorphic icon that besides acting as a sign of evidentiary reinvented traditions, it also acts as an anchor for memories and stories of Guayazes.

Keywords: Stone, Monuments, Places of Memory.

“A memória pendura-se em lugares”: pedra lugar

As lembranças para Maurice Halbwaks não dependem de objetos, fotos e signos para existir. Elas existem por si sós, “são exteriores a nós e sobre cada uma delas exercemos apenas uma influência muito pequena” (HALBWAKS, 2006, p. 57), no entanto fica subentendido em suas palavras que todos estes artifícios são essenciais para evocá-las, ou como supõem Ecléa Bosi ao dizer que a “lembrança é a sobrevivência do passado. O passado,

* Especializando em Educação para a Diversidade e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás, Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás.

conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança”. (BOSI, 1994, p. 53).

Em dado momento interferimos nas lembranças dos indivíduos e manejamos memórias em acordo com os interesses almejados por determinada pesquisa, vale elencar que posicionamentos como este exigem do pesquisador uma reavaliação dos pressupostos metodológicos apresentados por referenciais canônicos, como o já mencionado Halbwaks que, reforça seus apontamentos ao perguntar se será que “agora a memória evoca uma ou muitas partes desta série e esses estados reaparecem apenas por serem evocados por outros estados que foram e continuam ligados a eles em nosso espírito?” (HALBWAKS, 2006, p. 58). Sabemos que a memória é seletiva e que, como nos afirma Pierre Nora através do caso dos judeus que, sua constituição em “povo da memória excluía uma preocupação com a história, até que sua abertura para o mundo moderno lhes impôs a necessidade de historiadores” (NORA, 1993, p. 09), não é o bastante apenas determinar alguém ou algo, como difusor, ou lugar de memória. A memória, os lugares de memória e os testemunhos não existem por si sós, a não ser que sua existência venha acompanhada por um historiador. A forma como a memória e suas lembranças podem ser administradas e manipuladas por um historiador só ficou visível a partir do momento em que combinamos todos estes arquétipos a vários fragmentos da história de Goiás, cujo quais recorreremos durante o alinhavo e tessitura da trama proposta. Segundo Eric Hobsbawm e Terence Ranger, em a “Invenção das Tradições”, cabe ao historiador contribuir “conscientemente ou não, para a criação, desmantelamento e reestruturação das imagens do passado que não só pertencem ao mundo da investigação especializada, mas sim à esfera pública do homem como ser político”. (HOBSBAWM e RANGER, 1983, p. 20).

Como dizia Coralina (2008, p. 95): “Do perdido tempo. Do passado tempo escuto a voz das pedras: Volta... Volta... Volta...” (CORALINA, 2008, p. 95). Sua lírica evoca a lembrança das pedras que “são uma espécie de apoio às suas memórias da velha Goiás” (RIBEIRO, 2006, p. 153) e incentivadoras do seu regresso à terra dos Guayazes.

Por que a história deixaria em situação de silenciamento a “pedra angular” do cotidiano vilaboense e símbolo da goianidade? Entre elogios e perdas, foram muitas as vezes em que se comemorou a transfiguração das pedras dos Guayazes. No poema “O chamado das pedras”, Cora, se transfigurou nas pedras que cobrem as ruas, e muros que serpenteiam casas seculares em Goiás. As pedras que fazem parte da arquitetura local da cidade “podem reconstruir as sensações perdidas no transcorrer do tempo” (RIBEIRO, 2006, p. 154). A Pedra

Goiana, neste sentido configurou-se em “ser vivente” testemunho da história regional e, que segundo Silveira e Lima Filho (2005, p. 39):

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui a “alma das coisas”, referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar considerando as tensões próprias do esquecimento. (SILVEIRA e LIMA FILHO, 2005, p. 39).

Num lugar lembrado por seus monumentos e romanticamente evocado por Eudes Pacheco, depoente deste artigo, como lugar único, marcado por signos de “goianidade” e “vilaboensidade”, nos aventuramos em seus testemunhos saudosistas que reportam não só à pedra, mas a outros monumentos importantes da cidade.

Então... Nossa senhora, dava uma noite de lua muito bonita sabe? Lua cheia e... Não sei quem teve a felicidade de por Noites Goianas... Mas deu um banzo em todo mundo, deu uma tristeza em todo mundo, um saudosismo em todo mundo, você não via o Araguaia. Nós estávamos no Araguaia. Você não via o Araguaia, você mentalizava a igreja. Uns a igreja Santa Bárbara, uns o Largo do Rosário, outros o Largo do Chafariz cada um com sua maquete afetiva, mas o hino era um símbolo afetivo da cidade de Goiás... Se você for na Itália, aí fala da Itália... “na Itália famosa tais noites não há”... Lembro... das noites goianas... lá na Itália, por que as noites italianas não são bonitas como as noites goianas então são estas situações que eu acho que alguém tem na sua área... Explorar isso se sabe o que isto representa? Isto representa o espírito de goianidade de vilaboensidade, nós somos vilaboenses por que nós temos este modelo afetivo.¹

A partir do testemunho de Eudes Pacheco percebemos a importância de trabalhos como este tomar forma na intenção de reconstruir a história dos Guayzes, e partir em busca de tempos, monumentos e patrimônios materiais e imateriais esquecidos. Aproveitando essas palavras inserimos a concepção de que o “patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva” (HARTOG, 2006, p. 06).

¹ Entrevista realizada com Eudes Pacheco em 17 de março de 2011.

A Pedra Goiana localizada na parte mais alta da Serra Dourada, figurada no uniforme do Lyceu de Goyaz e em partituras musicais, foi um importante ponto turístico da região até 1965 quando foi “destronada” por jovens vilaboenses sob o efeito de álcool e auxiliados por um macaco hidráulico². Em 2010 o Instituto de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG), disponibilizou em seu sítio a proposta de recolocação da pedra em sua posição original. Todo o projeto amparado pelos professores Enio José Pazini Figueiredo, Márcio Bellumini Moraes e José Affonso Brod, e os cuidados com a valorização de um ícone da cultura goiana nos inquietou quanto à importância dada à referida pedra que, a partir deste momento deixou de ser apenas um ponto turístico, mas assumiu por meio de sua monumentalização, tradição e representação a categoria de lugar de memória. A pedra mesmo tombada começou a “falar de um lugar” (SILVEIRA e LIMA FILHO, 2005, p. 40), pelo fato de estar “ligada à experiência dos sujeitos” (2005, p. 40), com e na cidade de Goiás e implicações que dela sugerem tais reflexões. Considerando que a pedra “representa uma porção significativa da paisagem vivida” (2005, p. 40), o tradicionalismo e rituais em volta dela financiou “sua apropriação e constante (re) configuração”. (BRITO, 2008, p. 34). Através do mecanismo de objetivação, as representações adquiriram “o status de realidades concretas, legíveis e exemplares” (BRITO, 2008, p. 34), como as representadas nas fotografias de pessoas sobre a pedra, o que tornou exemplar a valorização da compreensão de “que as representações fazem existir aquilo que anunciam, no próprio ato de sua enunciação”. (BRITO, 2008, p. 34). A pedra assumiu uma “dimensão aurática do objeto, seu caráter sagrado como artefato representativo” (SILVEIRA e LIMA FILHO, 2005, p. 47) de Cidades e de um Estado, revelou-se aos olhos de muitos moradores não só de Goiás, mas também de Mossâmedes após sua destruição, “como a imagem da profanação” (2005, p. 47) e, em outras palavras o objeto documento imprimiu “marcas nos sujeitos, dinamizando interna e externamente um processo comunicativo intercultural” (SILVEIRA e LIMA FILHO, 2005, p. 43) que passou então a caracterizar textos e informações de protesto contra a destruição do já afamado monumento.

² Cf. PRADO, Paulo Brito. “Porque mataram a pedra”: variações da cultura jovem em Goiás. In: Semana de História, 9. Ensino de História: novas perspectivas e novas abordagens./ CICLO DE ESTUDOS DO CEDOC, 2. Pesquisar e ensinar história. Anais. Anápolis, GO: UEG, 2010.



Fig. 01: Visitantes sobre a Pedra Goiana na década de 1960. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.



Fig. 02: Visitantes sobre a Pedra Goiana na década de 1960. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.



Fig. 03: Visitantes sobre a Pedra Goiana após seu tombamento em 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Como anunciado por Nora (1993, p. 14): “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história”. (NORA, 1993, p. 14). A necessidade de memória representada no ato da recolocação da pedra em sua posição original, além de reforçar a identidade local dos moradores da cidade também proporcionou a reinvenção de tradições. Segundo Hobsbawm e Ranger (1983, p. 08):

A ‘tradição inventada’ implica um grupo de práticas, normalmente governadas por regras aceitas abertas ou tacitamente e de natureza simbólica ou ritual, que buscam inculcar determinados valores e normas de comportamento por meio de sua repetição, a qual implica automaticamente continuidade com o passado. (HOBSBAWM e RANGER, 1983, p. 08).

A alegoria do patrimônio ao redor da pedra reforça a invenção de tradições. A pedra é um símbolo de poder, não só pelo seu tamanho, singularidade ou por ser ícone turístico

natural, mas pelo fato de ter incentivado durante sua “vida” constantes visitas, representações fotográficas, simbólicas e, pelo fato de mesmo estando tombada ainda incentivar olhares curiosos.



Fig. 04: Visitantes femininas à Pedra Goiana na década de 1960. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Se verificarmos com maior atenção perceberemos que o ato de sua reconstrução alcança os conceitos de representação discutidos por Roger Chartier e Eleonora Zicario Costa de Brito e ainda evoca as colocações de Hartog (2006, p. 08) sobre a condição da patrimonialização e reinvenção da história regional.

Produziu-se lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza, em todos os sentidos da palavra, a ‘circulação’. (HARTOG, 2006, p. 08).

Para Chartier as estruturas do mundo social não “são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas

pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras”. (CHARTIER, 1990, p. 27), debruçada sobre estas concepções, Eleonora Brito (2008, p. 33) nos diz que “as representações que construímos sobre o mundo social são aquilo que compõem a realidade social” (BRITO, 2008, p. 33). Durante entrevista realizada com Eudes Pacheco, Elder Camargo e o vídeo disponibilizado pela Universidade Federal de Goiás³ onde falam o ex-prefeito da cidade de Mossâmedes Lincon Ferreira da Cunha, um morador da Cidade de Goiás Sebastião Alexandre Pereira e a Secretária de Turismo de Mossâmedes Abadia Linhares, foi rememorada a importância, as visitas à pedra e sua destruição por jovens “vândalos” da cidade de Goiás, pertencentes a famílias tradicionais da cidade. Por vezes, durante a entrevista, verificamos que a pedra era mais que um monumento, ela era um símbolo de poder, limite de fronteiras entre as duas cidades, somando ainda a situação peculiar de estar quase suspensa no ar, se não fossem duas pequenas rochas que a mantinham numa situação de “balançar, mas não cair”.

³ Vídeo Pedra Goiana. Canal da UFG. Reportagem Pedra Goiana - De: TVUFGcanal14 - 06/11/2010 - 327 exibições. A reportagem conta a história da Pedra Goiana, marco histórico e ambiental das cidades de Goiás e Mossâmedes. Ficha técnica: Direção: Rosana Borges Reportagem: Sallisa Vasco Imagem: Fernando Brás Ass. Cinegrafista: Charles Helmer Edição/ Designer: Rodolfo Martins. Apoio: Prefeitura de Mossâmedes. Disponível em: <http://www.ufg.com.br>. Acesso em 20/03/2011.



Fig. 05: Base na qual a Pedra Goiana se apoiava década de 1960. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Como discutido em linhas anteriores, a prática de recolocação da pedra em sua posição original dá força não só ao seu processo de monumentalização e patrimônio, mas estimula a reinvenção de tradições, a exemplo das excursões à Serra Dourada evocando lembranças a muito tempo relegadas ao esquecimento e/ou recalçadas. Daí, sua reconstrução/representação se assemelhar à “materialização da memória” (NORA, 1993, p. 15).

Por isso, na vontade de reaver as brumas do passado partimos na busca da memória, tentamos capturar lembranças num passado distante com a intenção de nos apropriar “daquilo que sabemos não mais nos pertencer”. (NORA, 1993, p. 20). O enquadramento da pedra na

categoria de “lugar de memória” só se tornou possível a partir do momento em que se criaram efeitos ritualísticos diretamente ligados à sua representação. A pedra enquadrou-se nesta categoria, a partir do momento em que se tornou “objeto de um ritual” (NORA, 1993, p. 21), já a categoria “invenção de tradições” se adequou às apropriações dos testemunhos que proporcionaram a compreensão de que a reconstrução da pedra era apenas uma representação e que jamais conseguiríamos “resgatar” o monumento anterior ao evento de 1965, tal e qual como era.

De igual maneira, Ginzburg (2001) ao comentar as representações de reis em seus sepultamentos conduz-nos que “a substituição precedeu a imitação (...). Tanto nos *kolossoi* como nas *representationes* funerárias, o elemento substitutivo prevalece nitidamente sobre o elemento imitativo”. (GINZBURG, 2001, p. 93). Pierre Nora nos fala que “é preciso ter vontade de memória” (NORA, 1993, p. 22), portanto, entendemos esta necessidade como um dos papéis que constituem o ofício de um historiador. Não buscamos nesta análise a monumentalização, criação de uma tradição, ou a pintura bucólica de uma paisagem do passado goiano, tentamos por meio de uma leitura crítica a produção de representações e a evocação de memórias sobre um importante símbolo cultural e marco de poder na cidade e região dos Guayazes. O passado aliado às técnicas modernas proporciona não a instalação do futuro sobre o passado, mas proporciona “a oportunidade de permanecer visível no futuro, um tipo de semióforo duplicado”. (HARTOG, 2006, p. 09).

“A história pendura-se em acontecimentos”: pedra representação

Como bem nos apresenta Françoise Choay o patrimônio, bela e antiga palavra que “estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001, p. 11), nos exige olhares inquietos quanto à sua condição histórica e a condição de monumentalização que alguns podem adquirir, pelo fato de ser o monumento um ícone que “acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo”, (CHOAY, 2001, p. 18) na verdade esta conjuração do tempo transforma o monumento em uma espécie de totem criando “símbolos que transcendem sua aparência e identidade objetiva apontando para um grupo humano” (LIDÓRIO, 2008, p. 01), como apresentado no caso da Pedra Goiana que, a partir da observação de imagens fotográficas viabiliza a interpretação de uma representação totêmica da população goiana que submete o patrimônio natural ao processo de monumentalização e, ao redor da gigantesca pedra constrói,

inventa e reinventa tradições. Apegados a esta concepção entendemos que o totemismo sendo um “conjunto filosófico binário relacional”, precisa necessariamente da “sabedoria dos velhos” e seus grupos baseiam-se na “crença de que o universo é vitalizado por uma única força que se associa a seus habitantes, animados ou inanimados, fazendo com que sejam os homens apenas parte do todo, dependendo do todo, ligado ao todo” (LIDÓRIO, 2008, p. 03), este fazer parte, depender e ligar-se ao todo e que no nosso caso liga-se à pedra, infere a compreensão de que é preferível o monumento, o memorial. O passado atrai mais que a história, a presença do passado, “a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação; enfim, este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente” (HARTOG, 2006, p. 12).

Choay através das palavras de Furetière chama-nos a atenção quanto à necessidade de uma crítica mais aguçada sobre o valor memorial do monumento/patrimônio. O fato de estes monumentos serem testemunhos daquilo que nos “resta de alguma grande potência ou grandeza dos séculos passados (CHOAY, 2001, p. 19), exige pensar o caso particular da pedra que, além de ser uma escultura natural e singular na região da Serra Dourada, inspira reflexões que a assemelham a um símbolo de poder isto é, representado nas constantes visitas, produções fotográficas e textos comentando ou caracterizando a pedra não como uma rocha, mas como um ser humano testemunha ocular de acontecimentos importantes da região, a exemplo do cotidiano indígena; da vida de seres mitológicos e da chegada dos bandeirantes na região dos Guayazes.

Neste espaço ritualístico, “sob a forma de estatuetas, imagens pintadas ou fetiches, os objetos são naturalmente tidos como representação de seres (espíritos, divindades, ancestrais) construídos à imagem de locutores humanos”. (SEVERI, 2010, p. 03), e neste ambiente a pedra assume um papel antropomórfico tomando para si “funções próprias aos seres vivos (...), pode perceber, pensar, agir ou tomar a palavra”. (SEVERI, 2010, p. 02).

Dizem os mais antigos que, nas noites de luar, quando as areias multicores enfeitavam as entranhas da Serra Dourada, a Pedra Goiana dialogava com os espíritos da noite e que todos os seres vivos que viviam ali até o Pai-do-Mato, o Caipora e as almas dos índios e dos Bandeirantes quedavam-se ouvindo histórias antigas que ela cantava. A Pedra falava de muitas coisas antigas. Do trabalho que os ventos e as chuvas tiveram para moldá-la durante muitos milhares de anos. Falava dos animais estranhos e das plantas esquisitas que vicejam ao seu lado. Falava dos estertores da terra nos seus primórdios. Falava, também de um lugar

lindo chamado “Paraíso” onde viviam dois animais estranhos que andavam sobre dois pés e não tinham pelos no corpo. Eram casos acontecidos noutras terras, mas que os ventos lhe traziam notícias. A história mais bonita e que ela gostava mais era a da chegada dos homens do esforço que faziam para chegar até onde estava e ficava feliz sabendo que todos a respeitavam e que era o cartão de visita de toda uma gente que se chamava Anhaguerina. Um dia sem que ela e nem ninguém soubesse porque, destronaram-na, sacudiram-na de sua base secular. Mataram-na⁴.

Depois que lemos o documento percebemos na construção textual o grande valor atribuído à pedra. Além de ser testemunho e lugar de memória a pedra garantia a organização de manifestações ao seu redor, ela não era apenas patrimônio ou monumento, na verdade ela norteava costumes e tradições no interior do coração goiano e, isto é comprovado a partir do momento em que observamos a quantidade de imagens da pedra espalhadas pela cidade e região. Se torna relevante elencar que não era por simples satisfação que moradores da cidade de Goiás promoviam piqueniques ao seu redor, escalavam sua superfície para a confecção de uma boa fotografia e evocavam a memória da famosa pedra em territórios longínquos como mencionado por Eudes Pacheco:

É por que ela... Lembro (...) meu irmão quando foi estudar no Rio de Janeiro ele falava de vez em quando por alguma coincidência em algum lugar... Você não sabe o que é ver a Pedra Goiana aqui do Rio de Janeiro, ela tornou-se um símbolo afetivo, então derrubar a Pedra Goiana tirou... Feriu profundamente a identidade vilaboense.⁵

Na verdade o tombamento da pedra também feriu a identidade da população mossamedina e de todo o Estado, já que como mencionado na reportagem divulgada pela Universidade Federal de Goiás, o monumento natural era conhecido em todo o país através de notícias contidas num periódico carioca chamado “Informação Goyana” de agosto de 1917. A fala de Eudes e o notório valor atribuído à pedra nos aguçam a necessidade de problematizar a relação de visitação e estima ao monumento. Quem eram os visitantes frequentes da pedra, seriam pessoas de classes sociais baixas ou integrantes de importantes famílias da cidade? As fotografias cedidas por Elder Camargo sugerem uma análise mais precisa da condição de valor atribuída à singular pedra e sua leitura como sendo símbolo de poder. Além disso, a pedra se torna um referencial da história goiana, ao escrever o texto o autor lembrou todo o

⁴ Fragmento do Jornal Tribuna de Goiás de 22 a 28 de setembro de 1968. Arquivo Frei Simão Dorvi.

⁵ Entrevista realizada com Eudes Pacheco em 17 de março de 2011.

ambiente no qual se encontrava a pedra, além de não deixar de elogiar as areias coloridas que caracterizam o nome da serra e dão vida aos trabalhos de Goiandira do Couto.

No interior das distinções propostas por Françoise Choay acerca do patrimônio verificamos a partir do momento em que ela diz ser o monumento responsável por “fazer reviver um passado mergulhado no tempo” (CHOAY, 2001, p. 26), e o monumento histórico relacionar-se “de forma diferente com a memória viva e com a duração” (CHOAY, 2001, p. 26) que o caso particular da pedra refere-se à condição de dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso ‘desejo de arte’” (CHOAY, 2001, p. 26) pelo fato de se estar recolocando no lugar uma pedra que há muito tempo estava desalinhada da história e por ser “parte constitutiva do presente vivido”, (CHOAY, 2001, p. 26) a dessemelhança é que neste caso a representação vem carregada por uma mediação da memória, pelo fato da pedra ser uma espécie de âncora da história regional também por que as lembranças preservadas nos jornais e as fotos exigem através de seu realinhamento a reinvenção de uma tradição, por que uma vez colocada na posição original a “nova pedra” irá incentivar visitas, inclusive o retorno de antigos visitantes. O não concordar com a sugestão de Choay no momento em que ela se referia ao desejo de arte como não mediado pela memória ou história apoiasse no que nos sugere Henri Pierre Jeudy quando nos diz que “as memórias subjetivas, individuais convergem; forjam um estranho edifício da memória coletiva. Os relatos, os documentos tornam-se mais essenciais do que os lugares ou os objetos. (JEUDY, 1980, p. 16-17), neste caso as fotografias de antes da destruição da pedra, os relatos e construções literárias depois da sua queda são uma espécie de âncora que não permitem o esquecimento deste monumento, mas sim o incentivo à sua reconstrução. Embora acreditemos que a memória media o caso particular da reconstrução da pedra deixamos de concordar com Jeudy no momento em que ele nos diz que as lembranças são mais importantes do que os lugares, pelo fato de entendermos que um não pode existir sem o outro. “Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. (NORA, p. 08). A pedra precisa das lembranças e as memórias precisam e precisarão da pedra para ser construídas. Para evitarmos negligências quanto aos apontamentos de autores importantes no campo do patrimônio optamos por nos apoiar nas sugestões de Pierre Nora (1993, p. 07):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento da nossa história. Momento de articulação onde consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada,

mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 07).

Como mencionado por Éclea Bosi as “lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar” (BOSI, 2004, p. 443). No entanto, precisamos nos atentar ao que Halbwachs diz ao inferir que as “pedras e os materiais não oferecerão resistência” (HALBWACHS, 2006, p. 163), como a denominada pedra goiana, mas sim nos grupos humanos que resistiram, resistirão e, neles, iremos nos “deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos” (HALBWACHS, 2006, p. 163). É exatamente a estes grupos e arranjos aos quais recorreremos quando verificamos o projeto de reconstrução da pedra. Através dos comentários e documentos inferidos na pesquisa verificamos que as “pedras são a sapata de nossa memória” (RIBEIRO, 2006, p.162), firmes na concepção de que precisamos de grupos responsáveis por criar imagens/lembranças do objeto que “‘circulam’ nos meandros das memórias dos sujeitos, carreando lembranças de situações vividas outrora” (SILVEIRA, LIMA FILHO 2005, p. 39) entendemos a situação como uma forma de tentar reconstruir ícones da cultura e através daí criar totens para a cultura e identidade goiana.

O projeto coloca a pedra numa condição de monumentalização e a transforma em lugar de memória, permeado “por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença”. (SILVEIRA, LIMA FILHO, 2005, p. 39). Durante conversa com Elder Camargo ao mesmo tempo em que folheava álbuns fotográficos dizia que “subia... tanto de gente em cima dela e ela oscilava, mas não caia, então isto era uma atração muito grande⁶”. Ao relembrar parte deste cotidiano, Elder Camargo encontrou algumas informações sobre a pedra que diziam ser um belo “monumento mycaschístico na Serra Dourada, a 18 Km da capital de Goiás batizado com esse nome em memória do Dr. M. L. Carvalho Ramos, que enfeichou no poema Goyania, a história de Goyaz (Revista Selecta nº 11 – agost. 1915, pg. 30)⁷”.

⁶ Entrevista realizada com Elder Camargo de Passos em 09 de abril de 2011.

⁷ Arquivo Particular de Elder Camargo de Passos.

A pedra tornou-se não só um monumento, uma representação ou um totem. Ela assumiu a condição de ancora responsável por evitar o naufrágio das lembranças e da história regional imersa ainda sobre brumas que nos favorecem outros diálogos para a elas dissipar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. 3ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História, historiografia e representações. In: *Os espaços da história cultural*. Org. Marcia de Melo Martins Kuyumijam, Maria Thereza negrão de Melo – Brasília: Paralelo15, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. – São Paulo: estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CORALINA, Cora. *Meu livro de Cordel*. São Paulo: Gaudi Editorial, 2008.
- DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. *Cora Coralina – celebração da volta*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Olho de madeira: nove reflexões sobre a ditadura*. Tradução de Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, Françoise. Tempo e patrimônio. In: *Varia história*, Belo Horizonte, 2006.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JEUDY, Henri Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LIDÓRIO, Ronaldo Almeida. Totemismo. In: *Revista Antropos*. Vol. 02. Ano 01, maio de 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto de história-Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1993.

SEVERI, Carlo. A palavra emprestada ou como falam as imagens. *In: Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, v. 52 n° 2.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da, LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. *In: Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, 2005.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL: AS IMAGENS RUPESTRES DE SERRANÓPOLIS COMO GERADORAS DE RECOMPOSIÇÃO IDENTITÁRIA

Pollyanna de Oliveira Brito MELO¹

pibrito.melo@gmail.com

Humberto Pinheiro LOPES²

umpiro@gmail.com

RESUMO: Apresento neste artigo as imagens rupestres de Serranópolis–GO, grafismos datados em mais de onze mil anos atrás, realizados pelos primeiros grupos humanos que habitaram o Planalto Central Brasileiro. Tais imagens são registros arqueológicos e artísticos, patrimônio histórico, material e cultural, não só de Serranópolis (município que se localiza a 450 km de Goiânia, a sudoeste de Goiás), mas da humanidade como um todo. Discorro ainda sobre o sentimento de pertença (alicerçado pela *memória coletiva, diferenciação social e lugares de sentido social*) e o elo topofílico, (relação entre *indivíduo e meio ambiente*) sentimentos que as imagens rupestres de Serranópolis podem despertar estruturando, fortalecendo e re-significando nossa identidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: imagens rupestres, patrimônio e identidade cultural.

ABSTRACT: Present in this article the rock images of Serranópolis–GO, graphics that have been dated at more than eleven thousand years ago and which were made by early human groups that inhabited the Center of Brazil. It records images that are artistic and archaeological, historical, cultural and material, not only from Serranópolis (municipality which is located at 450 km from Goiânia, Goiás to the south), but of humanity as a whole. I discourse even in this communication about the feeling of belonging (founded by the collective memory, social differentiation and social meaning of places) and topophilia link

¹ Graduada em Tecnologia em Saneamento Ambiental (2008) pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET–GO). Especialista em Artes Visuais: Cultura e Criação (2010) pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual (PPGACV) pela Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação da Profa. Dra. Maria Elízia Borges. Bolsista do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

² Bacharel em Estilismo e Moda (2009) pelo Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual (PPGCV) da Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação da Profa. Dra. Míriam da Costa Manso Moreira de Mendonça. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

(relation between individual and environment) feelings that the rock images of Serranópolis can wake up and that structure, strengthen and new means to our cultural identity.

KEYWORDS: rock images, heritage and cultural identity.

Tudo está escrito para quem sabe ler.

J. A. MAUDUIT

Entende-se como arte rupestre toda expressão gráfica, gravura ou pintura que utilize como suporte uma superfície rochosa, independentemente de sua qualidade e dimensões, tais como: paredes de abrigos, de grutas ou de penhascos, rochas isoladas ou agrupadas em campo aberto. Arte rupestre é o acervo de pinturas e gravuras realizadas pelo homem pré-histórico, o qual utilizava como suporte ou fundo rochas (SCHMITZ, 1984).

A 450 km de Goiânia, no sudoeste de Goiás, localiza-se Serranópolis, um pequeno município com pouco mais de 7.333 habitantes. Dentre as áreas de lazer e cultura da cidade, destaca-se o Armazém de Cultura, inaugurado no dia vinte de maio de 2010, abrigando o Museu Serra do Cafezal e a Sala Eliziário, auditório para a realização de manifestações artísticas e culturais. O município possui ainda várias fazendas que chamam à atenção pelos seus atrativos turísticos, como: a Fazenda 3 Cachoeiras; a Fazenda Pastinho, o Sítio Recanto da Saudade e a Fazenda Muquem³.

Nenhum destes atrativos desperta tanta atenção para pesquisadores como o patrimônio arqueológico da cidade. A área arqueológica do município possui 1.159 imagens pintadas, distribuídas em quatorze dos 26 abrigos estudados (SCHMITZ, 1997, p. 20). Espaços arqueológicos que possuem algumas singularidades, entre elas, o fato de que estes ambientes foram ocupados sistematicamente, abrigando pelo menos 550 gerações humanas, inicialmente cerca de 450 gerações de caçadores e depois de agricultores, vindos do norte, leste e sul, formando ali as suas aldeias. Por lá chegaram bandeirantes paulistas em busca de ouro, pedras preciosas e mão-de-obra indígena, dizimando aldeias desses povos por doze gerações (SCHMITZ, 1984, p. 12).

Serranópolis foi habitada continuamente, não por um motivo aleatório, mas por ser um local de solo fértil, de cerrado denso, fornecendo uma grande quantidade de animais,

³ Dados disponíveis em:

<http://www.ecobooking.info/destinoCidade.php?pais_id=Brasil&estadoid=go&cidadenome=Serran%F3 e <http://siteantigo.chapeu.com.br/JornalDaTarde_15-set-2003.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

frutos e água, além da matéria-prima necessária para fabricação de utensílios, de uma *boa pedra*, no caso o quartzito, para produção de instrumentos líticos (SCHMITZ, 1984, p. 15).

A ocupação contínua de Serranópolis representa uma raridade, em geral as populações pré-históricas praticavam o nomadismo, permaneciam em uma área durante determinado tempo retirando-se para novos espaços a procura de alimentação, água ou por outros motivos a fim. Essa singularidade reflete-se na arte rupestre da região, que contém várias sobreposições de imagens (pinturas ou grafismos realizados sobre outros pré-existentes) formando um painel híbrido, imagens recentes de dois mil anos atrás, sobre outras de onze mil anos atrás, por exemplo. Revelando os diferentes estilos dos vários coletivos que passaram por aquelas grutas e formaram uma verdadeira bricolagem.

Imagens que foram classificadas em motivos geometrizarantes e naturalistas. Destas 1.159 imagens, 239 (20,62%) são naturalistas e 633 (54,62%) são geometrizarantes. Já as gravuras, somam um total de 4.009, distribuídas em doze dos 26 abrigos estudados (SCHMITZ, 1997, pp. 11/16–17). Os pigmentos não possuem muita variação de cor, predominantemente vermelhos, possuindo como matéria-prima o óxido de ferro, encontrado facilmente na região (SCHMITZ, 1997, p. 20).



Figura 1 – imagem rupestre do sítio arqueológico GO-JA-03, motivo naturalista (representação de uma ave; há conflitos na comunidade acadêmica se trata-se de uma arara ou uma ave de rapina. Pintura realizada em tons de vermelho e ocre). Serranópolis-GO. Fonte: YEPO, 2008.



Figura 2 – imagens rupestres do sítio arqueológico GO-JA-04, motivos naturalistas e geometrizarantes (em tons de ocre). Serranópolis-GO. Foto: YEPO, 2008.



Figura 3 – imagem rupestre do sítio arqueológico GO-JA-03, motivos geometrizarantes (círculos concêntricos em tons de vermelho e preto). Serranópolis-GO. Foto: Pollyanna de Oliveira Brito Melo, 2010.

Imagens rupestres: uma forma de comunicação e de expressão artística

Algumas das mais importantes imagens rupestres de Serranópolis localizam-se nas grutas da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ⁴ Pousada das Araras. Patrimônio

⁴ A Pousada das Araras localiza-se na rodovia GO-184, no km. 70, na Fazenda Pedraria, no Jardim das Moras em Serranópolis-Goiás. Tendo sido adquirida em 1964 pelo Sr. Manoel Vieira Braga, iniciando-se as atividades turísticas na fazenda em 1994, em resposta ao interesse da filha do proprietário, Sra. Ivana Braga Ramos

histórico, artístico e cultural estes sítios arqueológicos são considerados como um dos mais importantes do Brasil⁵. Pinturas e grafismos que despertam atenção não só por serem registros arqueológicos, como também códigos de comunicação da primeira e extinta população que habitou o Planalto Central. Segundo o pesquisador Carlos Etchevarne (ETCHEVARNE, 2007, p. 11), que tem estudado há anos as imagens rupestres do Estado da Bahia,

O extraordinário acervo de pinturas e gravuras rupestres que se encontra distribuído em diferentes partes do estado da Bahia demonstra, de forma eloqüente, a existência de uma profusa rede de comunicação visual utilizada por populações pré-coloniais que habitaram, em diferentes épocas, os ambientes de caatinga [...] Os dados conseguidos permitem pensar que esses códigos imagéticos poderiam ser acionados nas mais diversas situações, tais como registro de eventos, explicações de fenômenos naturais, transmissão de experiências, delimitação de territórios, homenagens, ritualizações, contagens, etc.

As imagens rupestres da Pousada das Araras são códigos imagéticos, representando o mundo da comunidade que habitou a região que hoje conhece-se como Goiás há cerca de onze mil anos atrás, representando seus anseios, medos; aquilo que os cercava, os animais que faziam parte da sua alimentação ou que apenas despertavam sua admiração, formando uma rede de comunicações, de valores e de preceitos.

Esta vertente reafirma-se, uma vez que Serranópolis era um lugar de encontro, de trocas dentro destas comunidades, onde festejos eram realizados, experiências trocadas e elos eram estabelecidos, enfim, um lugar de recomposição identitária. Segundo estudos (SCHMITZ, 1997), os bandos que estavam dispersos por esta região reuniam-se em Serranópolis para festas e rituais necessários para preservar a comunicação, a fluidez e a solidariedade destes grupos (SCHMITZ, 1997, p. 19).

Toda pintura e gravura rupestre começa a manifestar-se a partir de uma vontade de representar algo, de simbolizar, externar aquilo que está no pensamento do indivíduo, como fruto de suas experiências individuais ou coletivas e por reflexões destas mesmas experiências (ETCHEVARNE, 2007, p. 19).

Segundo o filósofo Vilém Flusser, as imagens são superfícies que intentam representar algo. Portanto, imagens são resultado do empenho de expressar em apenas duas,

(BARBOSA, 2009, p. 11). Recebeu o título de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em 24 de dezembro de 1998, através da Portaria nº 173/IBAMA, tornando-se assim, Patrimônio Histórico Brasileiro (SOUZA, 2005, p.2).

⁵ SCHMITZ, 1997.

das quatro dimensões espaciais-temporais, e da abstração das outras duas dimensões, no intento de ajustar a imagem ao plano. Ação que tem sua origem na abstração específica, conceituada como imaginação (FLUSSER, 1985, p. 7).

A imaginação possui duas vertentes segundo Flusser (1985): se por uma, permite ao sujeito abstrair duas dimensões; por outra vertente, possibilita a reconstrução das dimensões abstraídas. A imaginação é a capacidade de codificar fenômenos, transformando quatro dimensões em símbolos planos e decodificando estes mesmos símbolos (FLUSSER, 1985, p. 7). Se olhamos um desenho com duas dimensões, nossa mente é capaz de compreender que ali retratamos algo, um animal, um ser humano com três dimensões conhecidas: profundidade, largura, altura e a quarta, que estaria ortogonal a outras três, representando o tempo, sendo conhecida como dimensão temporal, dando vida à imagem⁶. Ainda segundo Flusser (FLUSER, 1985, p. 7),

As imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens eternalizem eventos; elas substituem eventos por cenas. E tal poder mágico, inerente à estruturação plana da imagem, domina a dialética interna da imagem, própria a toda mediação, e nela se manifesta de forma incomparável.

Eis aí o poder real das imagens: mediar o homem e o mundo. Quando o homem expressa a sua percepção de mundo, este torna-se mais acessível, mais compreensível mentalmente ao ser humano, razão porque ainda hoje, em pleno século XXI, as crianças desenhavam, pintavam, enfim, criam imagens, porque enquanto o fazem organizam melhor o mundo a sua volta.

Portanto, estas imagens rupestres não foram elaboradas ao acaso, mas são representações desta sociedade, de processos mentais e escolhas realizadas por indivíduos desta época. Indivíduos que priorizavam representar uma cena, ao invés de outra, selecionando determinado animal, em detrimento de outro, realizando círculos concêntricos, ao invés de outra forma qualquer (uma que fosse mais fácil talvez). Optaram também por

⁶ “Na visão relativista, o velho espaço de três dimensões tem de ser substituído por um novo *espaço-tempo*, de quatro dimensões. Além disso, a geometria desse espaço-tempo não é euclidiana, e sim *minkowskiana*. O tempo passava assim a ser concebido como uma quarta dimensão, o que foi absolutamente fundamental e necessário para a construção da teoria da relatividade geral e a subsequente revolução científica promovida por ela. Na relatividade geral, considerada por muitos como a maior realização intelectual humana, a geometria deixava de ser *minkowskiana* para ser *riemanniana*. E a gravitação entre os corpos deixava de ser vista como uma força física para ser considerada uma propriedade geométrica do espaço-tempo” (ROMERO FILHO, 2011, não paginado).

realizar estas imagens em certos espaços nos paredões: geralmente em destaque, à altura dos olhos, ao invés de outros espaços.

Existia ainda uma vontade consciente de deixar estas mensagens gráficas imaterializadas no tempo, pois não foram elaboradas na areia, ou em argila, mas foram realizadas em superfícies pétreas. A arte rupestre é o único vestígio arqueológico que possui esta marca: uma intencionalidade (ETCHEVARNE, 2007, p. 22). As imagens rupestres da Pousada das Araras além de serem uma forma de comunicação visual, também despertam subjetividade por sua estilização e simplificação formal.

A arqueóloga Denise Shaan aborda sobre o papel da arte nas sociedades indígenas. A arte nestas sociedades cumpre um papel diferente do apresentado pelo mundo ocidental. A autora discorre sobre a impossibilidade de uma arte indígena com arroubos de criatividade, já que esta arte vem cumprir uma função necessariamente ritualística e utilitária (SHAAN, 1997, p. 38), o que é ilustrado pelo mito Shipibo⁷ (SCHAAN, 1997, p. 28) sobre o surgimento do desenho:

O pescador, então, avistou ao longe uma bela mulher e quis conhecê-la. Caminhou circundando o curso das águas, mas a areia quente lhe queimava os pés. Pegou então galhos molhados pela cheia e passou a caminhar sobre eles, sempre recolocando-os à sua frente.

A bela mulher corria sobre a terra quente e seus pés queimavam, pois não conhecia o proceder do homem. Assim ferida ela caiu desmaiada, sendo alcançada por seu perseguidor. Ele queria tê-la salvo, mas era tarde. O homem contemplou a jovem morta. Nunca havia visto um rosto e um corpo mais bonitos: estava enfeitada por estranhas pinturas, iguais às suas vestes. O homem a tomou nos braços e a levou ao seu povo.

Todos viram e admiraram aquela beleza inanimada. Dos povoados próximos chegavam e olhavam fascinados. Primeiro vieram os Shipibo, depois vieram os Shetebo, os Conibo, os Huari Pano, os Piro; todos ao redor dela. A desconhecida estava vestida com vários panos de algodão finamente ornados. Os Shipibo se aproximaram do primeiro que tinha o estilo em cruz; os Conibo tomaram o de

⁷ Os Shipibo são um povo ribeirinho que vive na bacia amazônica, principalmente ao longo do rio Ucayali. São conhecidos por sua rica e complexa cosmologia, que está diretamente ligada à arte e aos artefatos que produzem. As mulheres Shipibo-Conibo fazem miçangas e tecidos, mas são provavelmente mais conhecidas por sua cerâmica; decorada com labirintos vermelhos e pretos e por padrões geométricos. Como todas outras populações indígenas na bacia amazônica, os Shipibo-Conibo estão ameaçados por fortes influências externas, tais como a especulação de petróleo, a extração de madeira e o narcotráfico. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Shipibo-Conibo>>. Acesso em: 29 de mar. 2011.

linhas curvas; os Huari Pano, os motivos folhados; os Piro pegaram o com linhas quebradas. Naquela época as mulheres desconheciam as pinturas.

Foi assim que aprenderam suas artes: bordados, pinturas, decorados nos corpos, vestidos, cerâmicas e armas. Dizem que a desconhecida foi enviada por Cori Inca, o Inca bom.

O mito relata como as imagens foram descobertas pelos índios destas e de outras aldeias. Desenhos que passaram a decorar utensílios, vestimentas, armas, adornos e os próprios corpos daqueles que os receberam, representando uma porta ao mundo sobrenatural, uma vez que são recebidas como uma dádiva. As tribos que receberam essas imagens são especiais, entre todos os povos, só estes receberam um pedaço do vestido da enviada de Coro Inca (SCHAAN, 1997, p. 28).

Outro importante fator é que cada tribo passa a ter um estilo estético. “Os Shipibo se aproximaram do [...] que tinha o estilo em cruz; os Conibo [...] o de linhas curvas; os Huari Pano, os motivos folhados; os Piro pegaram o com linhas quebradas” (BERTRAND [...] *apud* SHAAN 1997, p. 28) Não são desenhos advindos de uma criatividade do artista, mas sim do estilo estético e étnico sobrevivendo de um acontecimento mítico e que passa a caracterizar cada aldeia (SCHAAN, 1997, p. 28–29).

As imagens rupestres foram realizadas há milhares de anos atrás, no entanto não podemos ignorar o fato de que grupos humanos pré-históricos originaram grupos indígenas, que realizaram estas imagens, foram encontrados por colonizadores quando chegaram ao Planalto Central. Estas imagens cumpriam provavelmente um papel utilitário e sagrado, assim como a arte indígena, ainda hoje, cumpre dentro das aldeias contemporâneas. No mito Shipibo, estas são uma dádiva dos deuses, passaram a recobrir vestidos, cerâmicas, armas, corpos...

Cumprindo um papel utilitário, podem ser contempladas pelos aportes da arte, da estética e da subjetividade de uma produção artística. Elementos que nos levam a considerá-las, inclusive dentro dos padrões da cultura ocidental, como verdadeiras manifestações artísticas.

As pinturas rupestres possuem um teor extremamente eclético, apresentando motivos representativos, que variam desde a esquematização da idéia, ao naturalismo pormenorizado; da bidimensionalidade chapada à apresentação de volumes, inclusive com o escorço. Também possuem imagens com traços orgânicos e abstratos, que vão da mais pura abstração geométrica (linhas, pontos, círculos), bem como outras, de uma possível carga representativa (a exemplo de triângulos, usados geralmente para representar vulvas ou faces humanas,

tridáctilos — três traços convergentes —, para representar pegadas de aves etc.). Algumas imagens estão isoladas e outras em grupos, articuladas em cenas, registrando momentos de movimento, de espaço, em síntese: são imagens que possuem um forte conteúdo narrativo (MENESES, 1983, p. 33).

As imagens rupestres são vistas como o registro de um código de comunicação entre povos pré-coloniais. São registros arqueológicos de grande significância histórica, mas também são verdadeiras produções artísticas. É possível inferir que as imagens nas sociedades pré-colombianas também cumprem uma função social... Inserindo-se no âmbito de todas as outras expressões culturais humanas (SCHAAN, 1997, p. 37).

Patrimônio histórico, artístico e cultural

As imagens rupestres de Serranópolis são também consideradas um patrimônio material, por serem tangíveis, ou seja, podem ser tocadas, pois são concretas, diferentemente do patrimônio imaterial: lendas, contos, a receita de pão-de-ló que está na família há várias gerações... Danças, cantigas próprias de um grupo, enfim, patrimônios incorpóreos, mas que também possuem um rico significado para uma coletividade. Entretanto, o termo patrimônio nem sempre representou aquilo que tinha importância para um grupo de pessoas. Originado do latim, *patrimonium* fazia referência na Grécia antiga a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. Este patrimônio abrangia tudo o que pertencia ao senhor da família, inclusive mulher, filhos, escravos, bens móveis e imóveis e animais. Portanto, o patrimônio representava um valor elitista e privado dentro da sociedade romana (FUNARI, 2006, p. 10–11).

Com o passar do tempo, a noção de patrimônio foi mudando, deixando de ser um valor privado para ser um valor coletivo. O patrimônio, atualmente, é um bem material concreto, de alto valor material e simbólico para uma nação, partindo do pressuposto de que há valores que são comuns e compartilhados por todos e que se consolidam, materializam-se em coisas concretas e abstratas, incentivando comunidades a salvaguardarem sua soberania e independência; reafirmando sua identidade cultural (FUNARI, 2006, p. 20 e p. 37).

Durante muito tempo, a noção de patrimônio estendia-se apenas ao que fosse essencialmente belo, único e excepcional, mas através de várias modificações que ocorreram na sociedade nos últimos tempos. Os conceitos de cultura e meio ambiente também sofreram modificações, passando a integrar também bens comuns e que se repetem, mas sem os quais não existiria o excepcional (FUNARI, 2006, pp. 24–25).

Segundo a UNESCO⁸, em resolução definida durante a primeira convenção referente ao patrimônio mundial, “Convenção Geral para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, realizada em 1972 e subscrita por mais de 150 países, patrimônio da humanidade “designa um monumento, conjunto de edifícios ou sítio de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico”.

Sentimentos: topofilia e pertença

Não é possível afirmar de forma incisiva que esses grupos humanos sejam nossos descendentes diretos, tendo em vista as imbricadas relações entre tribos indígenas e o fato de que muitas delas foram dizimadas pelos primeiros colonizadores que chegaram a Goiás. Todavia, essa ligação existe pelo território, por um elo topofílico, relação afetiva entre o indivíduo e o meio ambiente. Relação que desperta o sentimento de pertença, que desperta nossa memória e reafirma, estrutura nossa identidade cultural.

O sentimento de pertença estrutura-se a partir de três preceitos: da *memória coletiva*, da *diferenciação social* e de *lugares de sentido social*. A memória pode ser atualizada historicamente e possui um contexto. É produzida através da experiência e, por isso, ao contrário da lembrança, possui maior densidade. É constituída por saberes, formando tradições, caminhos — como canais de comunicação entre o tempo (DIEHL, 2002, p. 116). A memória coletiva mantém-se viva e só é capaz de viver por meio da consciência do grupo que a mantém, que continua a fomentá-la, transformando-se assim em uma corrente de pensamento contínuo (HALBWACKS, 2006, p. 103). Dessa forma, a memória coletiva leva ao sentimento de pertença, uma vez que essa memória (saberes, tradições, cantigas, histórias...) não é individual mas sim pertence a um grupo. Os indivíduos que detêm essa memória, que ajudam a tornar essa memória coletiva, passam a pertencer, a fazer parte de um grupo social.

A diferenciação social também é um dos elementos para formação de um sentimento de pertença, porquanto esse sentimento está em contínua reelaboração, baseando-se em um contexto de atividades sociais, que são sempre campos de tensões mais ou menos complexos (COSTA, 2002, p. 12). Quando fazemos parte de um certo grupo social, passamos a ter certas

⁸ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/unesco/>>. Acesso em: 19 maio 2011.

afinidades com este grupo: dificuldades, anseios, conquistas. Elementos que fazem com que nos sintamos pertencente a esse ou aquele grupo social.

Os lugares de sentido social ou os lugares de memória social são espaços de representação, em que o próprio ambiente forma um sentimento de pertença; fundam critérios de verdade localmente adquiridos, são preceitos que se tornam verdadeiros porque são historicamente construídos e consagrados (COSTA, 2002, p. 5). Esses lugares são essenciais para culturas locais, são identitários, a memória viva e concreta de uma comunidade.

Os lugares de valor arqueológico, onde aqui chamo a atenção, funcionam para sociedades contemporâneas como geradores de recomposição identitária, revitalizando significados (COSTA, 2002, p. 4). Os sítios arqueológicos, portanto, são lugares de sentido social, onde relembra-se o passado, tornando-se refúgios sociais. As imagens rupestres são uma linguagem, representações estéticas destes antigos moradores, que habitaram a casa onde hoje habitamos, repletas de significados.

Dessa forma, as imagens rupestres têm uma capacidade de despertar-nos um elo topofílico⁹, ou seja, incitar-nos a um elo de afetividade com essas imagens. Segundo Tuan, duas pessoas não vêem a realidade da mesma forma, pois a maneira como o sujeito percebe e avalia um mesmo espaço são diferentes. O elo topofílico seria essa união afetiva, que une o indivíduo ao lugar, onde memória cultural e inteligência emocional fundem-se (TUAN, 1980, p. 106). Ainda segundo Yu-fu Tuan (TUAN, 1974, p. 107),

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentidos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

O elo topofílico teria três níveis, o primeiro mais superficial e fugaz que seria a percepção estética de um determinado espaço. O segundo, quando esse simples passar de olhos produz a sensação de beleza, de encantamento. O último estágio, que seria mais raro,

⁹ Sobre Topofilia, vejam as obras de TUAN, Yu-fu. Cf. *Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente e Espaço e Lugar*.

advém quando um determinado lugar não possui apenas uma estética que nos chama a atenção, mas representa algo profundo para seu espectador, provocando uma gama de significados que se relacionam com proteção, casa, lembranças, saudade, aconchego, um espaço que nos propicia levar sustento para nossa família.

Tuan (1974) ainda reforça que o simples fato de um espaço ser aberto ou fechado pode alterar completamente os sentidos que ele provoca. Um espaço aberto, geralmente, recorda liberdade, aventura, luz... Beleza imutável, enquanto um espaço fechado geralmente conduzirá à privacidade, útero, segurança e escuridão (TUAN, 1974, p.31). Os lugares de valor arqueológico são espaços que geralmente despertam para o sentimento topofílico, sendo um lugar não só de grande beleza estética, mas de história, de recomposição identitária, de descoberta, de re-significação histórica.

Lugares de memória, como os sítios arqueológicos com imagens rupestres, tornam-se ainda mais significativos em nossa sociedade contemporânea. Segundo Hall (2003), o enfraquecimento da identidade cultural é sem dúvida um dos grandes problemas da nossa sociedade atual, conceituada por David Harvey como sociedade de modernidade tardia. Estas sociedades são caracterizadas pela “diferença”, possuem divisões e antagonismos sociais tão acentuados que fazem com que o sujeito não tenha mais posições claras, e nesse ambiente confuso e antagônico, acaba perdendo uma base de sua identidade cultural (HARVEY, 1989 *apud* HALL, 2003, p. 17).

Identidade cultural

A sociedade forma-se em integração com o eu, é apenas quando o sujeito passa a ter suas vivências, estabelecendo trocas sociais, que este constitui sua identidade. Afinal, nossa identidade cultural é formada por “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e acima de tudo, nacionais” (HALL, 2003, p. 8). Existe no sujeito uma necessidade de descobrir qual sua origem, buscar respostas em um passado para descobrir quem é hoje. As imagens rupestres representam uma ponte, um vestígio vivo repleto de significados. Uma peça importante desse quebra-cabeça chamado identidade cultural, que não é fechada, não possui contornos definidos e imutáveis. Conforme Manuel Castells (CASTELLS, 1992, p.22),

[...] entendendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-

relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.

O intento de compreender os grafismos rupestres de Serranópolis representa um anseio de fornecer subsídios para a construção de uma identidade cultural coletiva para a sociedade goiana. De acordo a pesquisadora Ana Paula de Lima (LIMA, 2001, p. 13):

Goiás ainda busca um primeiro esboço de identidade coletiva. É um processo lento de conscientização histórica e cultural. Grande parte da população não sabe sequer parte da história conhecida, registrada. Muitos nem se interessam em saber e se contentam em se autodenominarem goianos. Mas o que é ser goiano? Quando foi forjada essa identidade?

Nesse ínterim, reforçam-se as necessidades de fortalecer uma identidade cultural da população goiana, visto que uma das chaves para se compreender a situação atual, perspectivas da história contemporânea, é o estudo da memória e da identidade (DIEHL, 20002, p. 112). Acrescento que não só uma identidade goiana, mas também re-significar, estruturar e fortalecer nossa(s) identidade(s) cultural (ais) de forma ampla e profunda. Através da visualização, do conhecimento e da percepção, estas imagens rupestres podem despertar-nos a um sentimento de pertença e a um elo topofílico.

Pesquisar, buscar compreender e preservar este patrimônio se faz extremamente necessário, não só para compreensão de quem foram estes primeiros habitantes do Planalto Central, mas para nossa própria concepção de mundo e de quem somos. O amanhã depende do hoje e do ontem, e será tanto mais compreensível sem as lacunas deste passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

COSTA, José Carlos Pinto da. **Ser de Carlão**: O espaço de pertença e as representações da identidade como fundamentos da tomada de consciência cultural. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2002.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação.** São Paulo: Edusc, 2002.

ETCHEVARNE, Carlos (coord). **Escrito na Pedra: cor, forma e movimentos nos grafismos rupestres da Bahia.** Bahia. Rio de Janeiro: Versal, 2007. 310 p.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** Editora HUCITEC. São Paulo, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural.** — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

IPHAN. **Preservação do Patrimônio Arqueológico de Goiás.** Ministério da Cultura. 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios.

LIMA, Ana Paula Gonçalves de. **Arte rupestre em Serranópolis, Caiapônia e Palestina de Goiás: reflexões iniciais para um esboço de identidade cultural nas áreas de cerrados do Brasil Central. 2001. 185 f.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed. ou reimpressão.

MAUDUIT, J. A. **Quarenta mil anos de arte moderna.** Editora Itatiaia. Belo Horizonte. Tradução: Pierre Santos e Jorge Afonso R. de Rezende Alves 1964.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Arte no período pré-colonial.** In: W. Zanini. (Org.). História Geral da Arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. 2v., il.

POUSADA DAS ARARAS. Disponível em: <<http://reocities.com/CollegePark/locker/6753/pousadadasararas/>> Acessado em um de outubro de 2010.

— Disponível em <http://www.pousadadasararas.com/pages/fale_conosco.htm> Acesso: 12 abril 2011.

RESOLUÇÃO GERAL PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/unesco/>>. Acesso: 19 maio 2011.

ROMERO FILHO. **As dimensões escondidas do universo.** Disponível em: <<http://www.fisica.ufpb.br/port/artigoCRF.htm>>. Acesso: 24 maio 2011. Não paginado.

SCHMITZ, Pedro Ignácio, SILVA, Fabíola Andréa e Beber, Marcus Vinicius. **Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis II.** As pinturas e gravuras dos abrigos. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1997.

— **Os primeiros povoadores do Cerrado.** Revista Com Ciência arqueologia e sítios arqueológicos. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arg01.shtml>>. Acessado em nove de março de 2011

— BARBOSA, Altair Sales, RIBEIRO, Maira Barberi, VERARDI, Ivone. **Arte Rupestre no Centro do Brasil;** pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1984.

— SCHMITZ, P. I.; ROSA, A. O.; BITTENCOURT, A. L. V. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. “Serranópolis III”. **Revista Pesquisas – Antropologia** n. 60, São Leopoldo/RS: Instituto Anchieta de Pesquisa, 2004.

SERRANÓPOLIS. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/serranopolis.pdf>>. Acessado em onze de dezembro de 2010.

— Disponível em <<http://www.vilaboadegoias.com.br/HOTEIS-POUSADAS-EM-GOIAS/serranopolis-hoteis-e-pousadas-pensoes-hotel-fazenda-camping-em-serranopolis-goias.htm>>. Acessado em dezoito de maio de 2011.

— Disponível em <http://www.ecobooking.info/destinoCidade.php?pais_id=Brasil&estadoid=go&cidadenome=Serran%F3>. Acessado em 24 de maio de 2011.

— Disponível em <http://siteantigo.chapeu.com.br/JornalDaTarde_15-set-2003.htmpolis>. Acessado em 24 de maio de 2011.

SCHAAN, Denise Pahl. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara**. Um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó. Dissertação de Mestrado. PUC/RS. 2006

SHIPIBO. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Shipibo-Conibo>>. Acesso: 29 março 2011.

SILVA, Fabíola A. 1992. **Manifestações artísticas pré-históricas**. Um estudo descritivo-classificatório e interpretativo da arte rupestre de Serranópolis – Goiás. Porto Alegre. UFRGS (dissertação de mestrado).

SOUZA, Harley Anderson de. **O desgaste da pintura rupestre e dos abrigos sob rocha na reserva particular do patrimônio natural (RPPN) Pousada das Araras em Serranópolis Goiás: Condicionantes Naturais**. 2005, 61f. Dissertação (Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia). 2005

TUAN, Yu-fu. **TOPOFILIA – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

A CONTRIBUIÇÃO DOS ARTESÃOS IMIGRANTES ITALIANOS NO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E ARQUITETÔNICO DE SÃO PAULO

Vera Regina Barbuy WILHELM¹

vera_wilhelm@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho relata o desenvolvimento da pintura mural na arquitetura da cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX e a contribuição dada pelos imigrantes italianos, artesãos e artistas, para a propagação deste tipo de arte no território paulistano. Os imigrantes e seus descendentes através da sua a formação técnica especializada, já trazida da sua pátria, ou aqui realizada nas escolas profissionalizantes foram os profissionais responsáveis pela alteração da linguagem plástica das construções e pela implantação de novos partidos arquitetônicos que surgiram em função do desenvolvimento urbano da cidade, neste período de prosperidade econômica social e política, proporcionado pela expansão da cultura do café.

PALAVRAS CHAVES: Arquitetura, Pintura Mural, Italianos

ABSTRACT: This work is related to the development of mural painting in the architecture of the city of São Paulo in the late 19th and early 20th century and the contribution given by Italian immigrants, craftsmen and artists, to the spread of this type of art in São Paulo. Immigrants and their descendants through their specialized technical training, has already brought his homeland, or vocational schools performed here were the professionals responsible for modification of plastic language of constructions and by the development of new architectural styles that emerged in the city, during the urban development in this period of economic prosperity and social policy provided by the expansion of coffee culture.

KEYWORDS: Architecture, Mural Painting, Italian.

INTRODUÇÃO

Durante o final do século XIX correntes imigratórias proveniente da Itália chegaram as terras brasileiras distribuindo-se em vários estados. Os imigrantes que vieram para São Paulo

¹ Universidade Federal de Goiás, Profª. do Curso de Bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais, FCS/UFG.

se instalaram no interior do Estado para trabalhar nas lavouras de café em substituição a mão de obra escrava extinta em 1888 após a abolição. Incentivados pelo próprio Governo Brasileiro e pelos proprietários de terras, que investiam no crescimento da produção das suas respectivas fazendas no interior do Estado, os imigrantes vinham em busca de melhores condições de vida pois as alterações políticas e socio-econômicas ocorridas em solo europeu já não se apresentavam adequadas nem mesmo satisfaziam mais a todos.

Em finais do século XIX e início do século XX novas oportunidades surgiram com as riquezas provenientes da monocultura do café. A construção da ferrovia “São Paulo Railway” em 1867 proporcionou o escoamento e a exportação da produção pelo Porto de Santos e essa circulação de mercadorias permitiu com que a prosperidade econômica e as transformações sociais ocasionadas pelas exportações de café se consolidassem e se evidenciassem também na arquitetura gerando o crescimento da cidade e da classe de imigrantes italianos que passaram a colaborar, não só na produção agrícola, mas também no desenvolvimento urbano, arquitetônico e artístico da cidade de São Paulo.

Alterações no modo de vida e nos costumes da sociedade diversificaram os programas de necessidades e a arquitetura foi ganhando novas formas e feições características da nova concepção espacial e estética distinta das casas de taipa, que até então dominavam a paisagem da cidade. Os novos partidos arquitetônicos buscavam conforto e bem estar e se caracterizavam pelo uso de novos materiais que aqui chegavam vindos como lastros dos navios de exportação de café.

Os investimentos na área urbana ampliaram as perspectivas de trabalho e a atuação dos imigrantes se expandiu também para as áreas do comércio, da indústria e da construção civil.

Os italianos se instalavam gradativamente na cidade em crescimento contribuindo para a difusão de novas técnicas construtivas com uso da alvenaria de tijolos e para a sua modernização. Os traços da sua cultura eram visíveis nos costumes e no modo de viver dos habitantes e vários foram os bairros criados com predomínio dos italianos como moradores, como o Bom Retiro, o Brás, Pari, Cambuci, etc, geralmente em áreas mais periféricas.

O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA E DA ARTE

As novas correntes migratórias traziam não só os trabalhadores para lavouras, mas também aqueles que queriam progredir e já possuíam alguma instrução adquirida em escolas italianas. As mudanças na cidade e na arquitetura foram sendo implantadas gradativamente no

final do século XIX com a colaboração de italianos engenheiros e arquitetos e mestres de obras que para cá vieram.

Um dos grandes incentivadores e impulsionadores da construção civil em São Paulo foi Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) engenheiro e arquiteto com formação na Bélgica, entre os anos de 1875 e 1878, que ao retornar para o Brasil teve uma intensa atuação profissional, a partir de 1879, na cidade de Campinas e posteriormente na cidade de São Paulo.

Ramos de Azevedo, como é mais comumente conhecido foi proprietário de um grande escritório responsável pela construção da maioria das obras que sediaram as instituições públicas em São Paulo. Ele teve também uma atuação abrangente não só como engenheiro e empresário da construção civil, mas também como empresário do ramo imobiliário, como docente e diretor de escolas de formação como a Escola Politécnica (1883) e o Liceu de Artes e Ofícios (1895-1924) e até como político, desfrutando de grande prestígio na sociedade, o que lhe garantia constantemente as encomendas de projetos e a execução das obras (CARVALHO,1996). Ramos de Azevedo era considerado o arquiteto oficial do governo e o construtor de toda classe abastada.

Uma das instituições que mais concentrou os imigrantes de diferentes origens e principalmente os italianos foi o Liceu de Artes e Ofícios,² instituição de formação da mão de obra profissionalizante, técnica e especializada, que abastecia a demanda do mercado de trabalho da construção civil em expansão na época.

Como diretor institucional ele estruturou o currículo dos cursos segundo os moldes dos cursos de Escolas de Artes Industriais, do Liceu de Artes e Ofícios e das Escolas de Artes Decorativas existentes no continente Europeu.

A estrutura do Liceu assumiu na sua gestão uma certa semelhança a proposta de William Moris (1834 – 1894) para o movimento inglês [*Arts and Crafts*](#) que valorizava o trabalho artesanal na indústria.

Ramos de Azevedo foi quem incentivou estes artesãos italianos contratando vários deles para lecionar na Instituição e para trabalharem nas inúmeras obras, executadas pelo seu escritório que incluíam construções oficiais e particulares.

Num discurso de 1921, por ocasião do seu Jubileu profissional, Ramos de Azevedo revela a sua opinião sobre a contribuição destes artesãos:

² O Liceu de Artes e Ofícios surgiu em 1882 a partir da Sociedade Propagadora para Instrução Popular, criada por alguns membros da elite paulista em 1873 para dar instrução básica às classes trabalhadoras.

“Relevarei o concurso de italianos, cuja imigração para o nosso Estado tem sido mais numerosa e porque constituem a maior comunidade de artistas de todas as artes. Entre eles e seus descendentes tenho encontrado os meus melhores auxiliares de todos os misteres; e seria injusto se não salientasse a sua notável colaboração no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos e artes da construção.” (CENNI 1975, p. 407)

Alguns desses italianos imigrantes eram oriundos de diferentes regiões da Itália, como Florença , Ferrara, Lucca, Veneza, Roma, etc e já traziam de sua terra natal uma bagagem técnica e artística com uma formação em Escolas de Artes Decorativas e Industriais e passaram a atuar diretamente no mercado de trabalho da construção ou foram contratados por Ramos de Azevedo como professores do Liceu.

“ Durante muitos anos assim, os decoradores triunfaram, e entre eles, naturalmente, numerosos italianos. [...], nos anos em que os novos ricos criados pelo café ou pela indústria nascente não podiam tolerar sequer um palmo de parede sem enfeites policromos, [...] “ (CENNI, 1975, p. 448)

Os conhecimentos que traziam eram muitas vezes transmitidos para seus descendentes, que, se não retornavam à Itália para adquirirem uma formação profissional semelhante a dos pais, acabavam realizando sua formação aqui no Liceu de Artes e Ofícios.

A princípio muitos dos pintores decoradores que tiveram sua formação ou aperfeiçoamento no Liceu de Artes e Ofícios, seguiam o repertório clássico, pois no programa dos cursos era obrigatório o estudo de Vignola³, (DEBENEDETTI, SALMONI, 1985). Portanto, o estilo neoclássico se desenvolveu durante algum tempo em São Paulo até que os outros estilos também se propagassem pela cidade no final do século XIX.

Atuando em diferentes áreas como mestres de obra, frentistas, serralheiros e pintores esses imigrantes contribuíram para conferir à arquitetura da cidade uma estética, condizente com as riquezas que a cultura do café e sua repercussão no mercado internacional puderam proporcionar, como os benefícios da utilização de novas tecnologias e materiais importados e trazidos até São Paulo.

³ Sua obra intitulada *Regole delle cinque ordini d'architettura*, "Regras das cinco ordens da arquitectura", de 1562 que estabelece os modelos ou regras do estilo clássico na arquitetura

OS PINTORES DECORADORES

O italianos foram os principais propagadores das técnicas de ornamentação e decoração de interiores e fachadas, principalmente das técnicas de pintura mural, tanto decorativas quanto artísticas, em fins do século XIX e início do século XX período em que se também se desenvolveu a arquitetura eclética em São Paulo.

Os novos estilos traziam consigo diferentes linguagens plásticas exigindo o uso de materiais e motivos ornamentais diversificados diferindo em cada edificação ou mesmo apresentando diferentes linguagens em uma mesma edificação.

Neste período em função da grande demanda por esse tipo de serviço, para ornamentação das residências da classe abastada, a pintura mural alcança, então, o seu apogeu. O projeto das edificações era desenvolvido pelo arquiteto ou mestre de obras e o projeto decorativo, ficava a critério do pintor decorador, que escolhia a temática e executava os motivos ornamentais, em comum acordo com o proprietário.

Os pintores decoradores usavam sua criatividade, mas também utilizavam de fontes de inspiração recorrendo a catálogos, manuais e revistas de decoração importadas, como mencionam as autoras DEBENEDETTI e SALMONI.

“Muitas obras feitas em São Paulo seguindo os ditames do “Art Nouveau” devem ter sido inspiradas nas reproduções contidas nos números de artista Moderno, revista ilustrada, de arte aplicada, publicada em Turim desde os primeiros anos do século. O pintor H. Catani tomou a iniciativa de trazê-la e distribuí-la aqui; na sobre loja do Largo do Palácio, 7 ele nunca tinha o número suficiente para satisfazer a procura da revista.” (DEBENEDETTI, SALMONI, 1985, p.82)

As tendências e os estilos de pintura decorativa estavam em constante evolução e atualização por parte destes profissionais. Representações de cenas da terra natal, cenas de paisagens e caça, temas relacionados à origem das famílias, elementos compositivos de flores e frutas, brasões, natureza morta, vasos e pássaros, frisos com motivos geométricos, guirlandas, florais além de motivos relacionados com a produção do café, cenas de colheita, faziam parte da temática das pinturas murais executadas na arquitetura do período, nos diferentes ambientes da edificação.

Neste universo técnico artesanal as funções eram bem definidas e apresentavam uma hierarquia das atividades. Na criação de equipes cada membro tinha uma função específica desenvolvendo uma atividade desde a simples pintura de fundo, básica, pintura “lisa”, até a

pintura especializada com determinados motivos decorativos (flores, animais, imitações de tecidos, etc). A pintura de áreas lisas, que servia de base para aplicação dos motivos artísticos e decorativos, era realizada pelos auxiliares, enquanto, os detalhes e acabamentos, eram função dos pintores decoradores.

Eram atribuições dos pintores decoradores a realização dos projetos de decoração/pintura de ambientes, a execução da pintura de paredes internas, mais raramente paredes externas, execução de pintura de faixas decorativas que eram escolhidas através dos catálogos, execução de desenhos especiais e/ou exclusivos para aplicação na parede, bem como a respectiva confecção de moldes vazados ou máscaras feitos com chapa de zinco ou papel, além confecção das tintas a serem empregadas. Eles executavam ainda do trabalho de douramento em Igrejas, execução de trabalhos de imitação de pedra cooperando algumas vezes com o trabalho do frentista (artesão que realiza o projeto e execução do revestimento e decoração das fachadas) e execução de painéis imitando tecidos. (MACAMBIRA, 1985).

A pintura e a decoração eram adequadas a cada ambiente e apresentavam um caráter simbólico caracterizado pelo uso de determinados motivos e cores. As residências apresentavam três áreas distintas a área social/estar (salas), a de repouso (dormitórios) e a de serviços (cozinha, etc). Nas áreas de maior visibilidade e contato social eram geralmente encontradas as pinturas e a ornamentação mais intensa e refinada, independentemente do estilo da edificação adotado.

Os motivos da pintura decorativa mudavam segundo o ambiente onde eram realizados. Na área social/estar (salas de visita e jantar, hall de entrada e escadaria) eram executadas cenas de paisagens, da vida do homem, caça, elementos compositivos de flores e frutas, guirlandas, natureza morta, vasos e pássaros, utilizando cores fortes e contrastantes como o vermelho (bordo), azul, verde, amarelo e ocre. Na área de repouso (dormitórios, banheiros) eram realizadas aplicações de frisos com motivos geométricos florais, guirlandas, com o uso de cores claras em tons de ocre, verde, azul, amarelo, e branco.

Com relação à disposição dos elementos compositivos na pintura decorativa, é possível mencionar a freqüente divisão dos ambientes como salas de jantar e de visitas em painéis emoldurados seguindo basicamente o esquema adotado para a aplicação de revestimentos de tecido e papéis de parede.

As paredes eram, então, na sua maioria totalmente preenchida com os painéis que serviam de elementos moduladores do seu espaço. Era comum também a composição com painéis e um barrado até determinada altura geralmente de lambri de madeira, e com

acabamento superior em faixa decorativa. Os painéis eram delimitados por molduras em gesso ou pela própria pintura através de filetes.

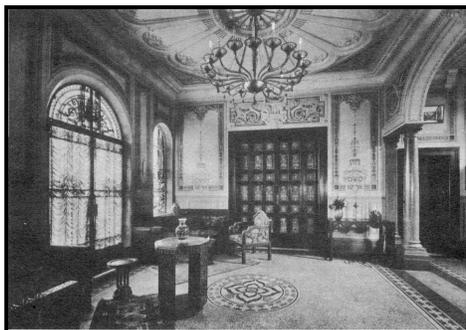


FIG.01 Residência do Sr. Lamberto Ramenzoni de 1926. Decorada por "professor" Dinucci.

FONTE: LEMOS,1989 p.178



FIG. 02 Pinturas decorativas na sala de jantar da Vila Penteadó

FONTE: HOMEM, 1996 p.194



FIG. 03 Vestíbulo Palacete José de Souza Queiroz detalhe da faixa decorativa na área superior

FONTE: Álbum da família arquivo Nelson Penteadó. HOMEM, 1996 p. 110



FIG. 04 Pintura em área de circulação Residência na Av. Higienópolis

FOTO: Vera Wilhelm, 1995

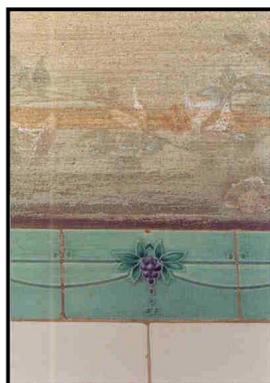


FIG.05 Pintura em área de circulação em Residência na Av. Higienópolis.

FOTO: Vera Wilhelm, 1995.



FIG.06 Detalhe do banheiro com pintura em residência na Av.Higienópolis

FOTO: Vera Wilhelm, 1995.



FIG.07 Sala de residência na Av. Higienópolis
Residência na Av. Higienópolis
FOTO: Vera Wilhelm, 1995



FIG. 08 Escadaria de acesso ao piso superior
Residência na Av. Higienópolis
FOTO: Vera Wilhelm, 1995



FIG. 09 e 10 Detalhe da pintura hall da escada do 1º e 2º piso
casa nº 01 antiga residência Major Benedito Antônio da Silva
FOTO: Vera Wilhelm, 1991.



FIG. 11 Faixa decorativa no Dormitório
Resid. Carlos Teixeira de Carvalho
FONTE: HOMEM, 1996, p. 110, foto: Vera Ferraz
Arquivo Condephaat.

Os remanescentes destes palacetes, residências da elite paulistana, cuja arquitetura teve sua inspiração em fontes de residências francesas, palacetes mouriscos, renascentistas, etc e, onde a grande maioria das pinturas foram realizadas são bastante raros. Ainda encontramos em alguns bairros exemplares desta arquitetura em diferentes estilos.



FIG. 12 Resid. Basílio Jafet. Palácio dos Cedros

FONTE: O Estado de São Paulo 27/09/2003

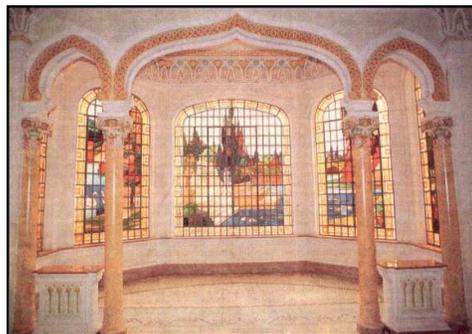


FIG. 13 Pinturas decorativas

FONTE: O Estado de São Paulo 27/09/2003



FIG. 14, 15 e 16 Sala de Estar e Vestíbulo do Antigo Palacete da família Ricardo Jafet, no Ipiranga com pinturas de Ernesto Frioli, restauradas.

FONTE: O Estado de São Paulo 24.11.2009.

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,dias-de-rei,455558,0.htm> acesso em: 11 jan. 2010

As pinturas estavam também presentes em residências da classe média, já não com o mesmo requinte de detalhes na ornamentação, mas seguindo os mesmos padrões de composição decorativa, cores, etc, adotados nos palacetes, de onde se inspiravam para a comporem a sua arquitetura.

Dentre os pintores decoradores que haviam concluído sua formação no Liceu de Artes e Ofícios destacam-se nomes importantes cuja atuação se estendeu para fora dos limites de São Paulo, decorando também residências e instituições públicas em outras cidades.

Nomes como o de Ernesto Frioli (Roma 1889 - São Paulo 1985) que executou o Palacete da família Ricardo Jafet; o de Sebastiano Sparapani (Montefano 1876 - São Paulo 1955) que foi mestre no Liceu e, também se destaca por ter sido solicitado para realizar inúmeros trabalhos e pela criação de uma casa de materiais de pintura; o de Paschoal Police filho de imigrantes, que trabalhou com Alfredo Volpi e Mario Zanini.

Alguns pintores decoradores não tiveram nenhuma relação com o Liceu de Artes e Ofícios, o que se apresenta como fato raro. Porém, também tiveram uma produção bastante significativa atuando não somente em São Paulo, mas também em outras capitais, como é o caso de pai e filho Orestes (Florença 1869 – São Paulo 1927) e Bruno Sercelli (Florença 1892 - São Paulo 1954) como destaca (MACAMBIRA, 1985).

O trabalho se estendeu em território nacional, atuando também em Aracaju no Palácio do Governo, em Maceió no Teatro Deodoro,⁴ em Salvador no Palacete Catharino, hoje atual Museu Rodin, no Rio de Janeiro no antigo Pavilhão Mourisco, etc, tanto em decoração de residências quanto em edifícios públicos. Seu filho Bruno Sercelli também nascido em Florença, veio com o pai para o Brasil ainda pequeno e somente quando jovem retornou para Itália para realizar a sua formação, na mesma Escola de Artes Decorativas de Florença que seu pai Bruno Sercelli deu continuidade a algumas obras iniciadas pelo pai como o Palácio Beneducci e desenvolveu uma produção própria tendo sido seu trabalho também bastante requisitado em residências. Destacou-se pela grande variedade de estilos e motivos decorativos adotados em suas obras, adequando-se aos padrões ecléticos vigentes na época.

Muitos outros nomes de profissionais que contribuíram para a difusão desta arte, realizando obras também em edifícios públicos, podem ser citados: Césari Alexandre Formenti (Basílica de Nossa Senhora da Glória; Igreja do Cambuci), Antonio Vincitori (Palácio da Justiça); Gino Cattani (Igreja de Santa Cecília; Igreja de Santa Efigênia); Carlo de Servi (Teatro Municipal); Giuseppe Pasquale (Cine teatro Oberdan) Arnaldo Mecozzi (Santuário do Sagrado Coração de Jesus em Santos; Igreja do Brás; Catedral de Jundiá) Torquato Bassi , etc.

A grande demanda pela realização desses trabalhos de pintura e decoração e a necessidade da execução do trabalho artesanal mais integrado, favoreceram a organização destes artesãos em grupos, através das lojas de decorações e pinturas.

Estas lojas se concentravam na área central da cidade próxima às imediações da Av. Brigadeiro Luis Antônio, ou como o caso da Empresa de Decoração de Sebastião Sparapani, localizada na Praça da Sé. Empresa que vendia materiais para construção e decoração, sendo a primeira a importar tintas já prontas (MACAMBIRA, 1985) e segundo (CENNI, 1975, p. 448) ele foi o fundador da primeira fábrica nacional de tintas e vernizes.

Os materiais utilizados na pintura eram importados e fornecidos pelas casas de decoração entre outras firmas/oficinas especializadas em pintura.

Elas recebiam as encomendas dos proprietários e escritórios de arquitetura que eram repassadas para equipes de artesão para a execução. O trabalho se iniciava pelo projeto além do próprio preparo artesanal das tintas até a aplicação no local destinado. Dependendo da demanda as equipes eram constituídas e as tarefas distribuídas para cada membro.

Nessa fase, de grande desenvolvimento da construção civil, muito se realizou na arte mural, a princípio com mão de obra especializada e materiais importados da Europa e posteriormente com a mão de obra local, favorecida pelo desenvolvimento do ensino técnico e artístico, bem como pelo aparecimento e produção aqui de alguns materiais.

As atividades dos pintores decoradores juntamente com a de outros profissionais da construção, responsáveis pela decoração interna e externa, irá diminuir significativamente por volta dos anos 20 e 30, a princípio por causa da crise do café no mercado internacional em 1929 levando a uma redução nas encomendas desse tipo de arte e posteriormente apresentando também um considerável declínio com a introdução de novas idéias e partidos arquitetônicos, que questionavam a utilização dos ornamentos na arquitetura e o “modo de morar a francesa” até então valorizado pela elite paulistana.

Todavia, esse tipo de trabalho ainda se estendeu, mas de forma reduzida pelos anos 30 e 40 com a nova geração de artistas artesãos imigrantes e/ou descendentes como Mario Zanini, Alfredo Volpi, Fulvio Pennacchi, Francisco Reboló Gonsales (o único não descendente de italianos) que apesar de atuarem como pintores decoradores tinham a produção engajada em um outro contexto divergente do da arquitetura eclética.

Esses artistas ainda seguiam o esquema de trabalho desenvolvido pelas associações de pintores ou pelas lojas de decoração. Ao receberem as encomendas, os artistas contavam com a colaboração de seus colegas para a execução das obras,

realizando, portanto, vários trabalhos em conjunto, o que possibilitava a troca de experiências e informações, estreitando os laços que os unia do ofício e da vida

A temática adotada por eles para execução das pinturas murais ainda se encontrava mais voltada para atender ao gosto do usuário e ao desenvolvimento de uma linguagem formal que permitisse a compreensão e identificação imediata por parte do mesmo. Essa linguagem, embora nem sempre tradicional, de linhas acadêmicas ainda mantinha o caráter figurativo, evidenciando a temática da natureza morta, cenas de paisagens, cenas religiosas, etc.

“Ao lado de empreitadas para execução de frisos com elementos geométricos ou de estilização floral - que basicamente lhes assegurava o sustento – receberam encomendas para figurações por vezes de vulto, sendo de notar que o contemplado com frequência se valia do préstimo dos colegas. A regra era ceder aos desejos dos clientes, ocorrendo, entretanto, circunstâncias em que se conciliavam o interesse de ambas as partes. Em fases posteriores, pelos anos de 1940, essa situação alterou-se para a aceitação das próprias mensagens dos artistas.” (ZANINI, 199: 109).

Essa nova geração que despontava ainda dentro desse espírito de colaboração e aperfeiçoamento passou a compartilhar, em fins dos anos trinta, algumas salas como ateliers, no centro da cidade, no Edifício Santa Helena na Praça da Sé nº 43, local de reuniões desse grupo e um importante reduto da classe artística da época, pois reunia diversos ateliers.

Diferentemente dos nomes já citados de pintores decoradores que colaboraram com essa arte em São Paulo, esse grupo de artistas artesãos, que passou a ser conhecido como Grupo Santa Helena⁵, tinha outras perspectivas que não só a do trabalho artesanal, que realizavam como garantia de sustento, mas buscavam um aperfeiçoamento do desenho e da técnica da pintura e uma produção artística individual.

O grupo permaneceu junto no Edifício Santa Helena, até os anos quarenta quando a partir de então alguns integrantes saíram para montar seus ateliers em outros locais e seguiram caminhos diferentes. Contudo, a troca de experiências e os interesses comuns, bem como, o

⁵ ZANINI (1991, p. 91) menciona que somente no início dos anos 40 é que o nome do edifício passou a designar o grupo. Segundo ele, isso ocorreu devido as primeiras referências em um artigo de Sergio Milliet sobre “Rebolo” e “Zanini” no suplemento de Rotogravura de O Estado de São Paulo, publicado em agosto e novembro de 1941.

convívio prazeroso fizeram com que, mesmo separados o grupo ainda mantivessem contato ao longo de suas respectivas trajetórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **A arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo**. In : Revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano V, nº 5, p. 4-19. São Paulo, SMC/DPH, 1998.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil “andiamo in américa”**. São Paulo, Editora Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

DEBENEDETTI, Emma, SALMONI, Anita. **Arquitetura Italiana em São Paulo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1985.

FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1987.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. **Casa Paulista**. São Paulo, EDUSP, 1999.

MACAMBIRA, Ivoty de Macedo Pereira. **Os Mestres da fachada**. São Paulo, Centro Cultural São Paulo, 1985.

WILHELM, Vera R.B. **A Arte Mural do Grupo Santa Helena, um estudo para Preservação**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ZANINI, Walter. **A arte no Brasil nas décadas de 1930-40: O Grupo Santa Helena**. São Paulo, Nobel, EDUSP, 1991.

IDENTIDADE NACIONAL E CULTURA POPULAR NA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO¹

Vânia Dolores Estevam de OLIVEIRA²

RESUMO: O texto traz uma breve trajetória do Museu de Folclore Edison Carneiro no período entre 1968 e 1984, apresentando os antecedentes de sua criação, o grupo de intelectuais que formou o Movimento Folclórico Brasileiro, a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e seu apoio na constituição de uma rede de museus folclóricos. Nessa trajetória o Museu foi palco do diálogo entre a cultura popular e a museologia, no contexto das ações visando a permanência dos estudos de folclore e a institucionalização em bases mais sólidas, em constante jogo de forças e negociações de vontades de memória.

PALAVRAS-CHAVE: memória social, cultura popular, Museu de Folclore Edison Carneiro

ABSTRACT: The text provides a brief history of the Edison Carneiro Folklore Museum from 1968 to 1984 with focus on its creation inside the group of intellectuals who formed the Brazilian Folkloric Movement which gave support in setting up a network of folk museums. During its path the Museum hosted the dialogue between popular culture and museology in the context of actions aimed the development of folklore studies and their institutionalization on more solid foundations, in constant negotiations of wills of memory.

KEYWORDS: social memory, folklore, Edison Carneiro Folklore Museum

O Museu de Folclore Edison Carneiro tem suas origens nas ações direcionadas para a pesquisa, valorização e difusão do folclore brasileiro, que tiveram sua gênese no final do século XIX, com os escritos de Silvio Romero (1851-1914), numa atividade quase solitária. A publicação *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (ROMERO, 1879) é apontada por Vilhena (1997), como pioneira nesse campo.

Amadeu Amaral (1875-1929) vem a seguir, antecedendo os modernistas e, como Silvio Romero, centrava seus estudos nas narrativas em prosa e verso, transmitidas oralmente, e consideradas então como as mais autênticas expressões de brasilidade. com suas ideias de

¹ Trabalho elaborado a partir da tese de doutorado em Memória Social pela UNIRIO, orientada pela Profª Drª Vera Dodebei.

² Docente do bacharelado em museologia da Universidade Federal de Goiás.

criação de uma Sociedade Demológica, em 1925, também inspirou a iniciativa de Mário de Andrade, mais de dez anos depois, com a instalação da Sociedade de Etnografia e Folclore, quando o escritor paulista esteve à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, de 1935 a 1938.

Com o advento do Movimento Modernista, essas ações se intensificaram no meio intelectual, lideradas por Mario de Andrade. Este intelectual paulista exerceu importante papel através de suas pesquisas e viagens de cunho etnográfico e, sobretudo, pela influência que teve sobre estudiosos do folclore, como Oneyda Alvarenga, Rossini Tavares de Lima.

Na década de 1940 temos as ações de Luís Heitor Correia de Azevedo, que afora sua atividade de professor da disciplina de Folclore Nacional, da Escola Nacional de Música, criou na mesma Escola o Centro de Pesquisas Folclóricas, e de Gustavo Barroso, escritor e personagem importante para a memória museológica brasileira, que também exerceu intensa e reconhecida atividade como folclorista. Há que se mencionar as experiências fora do eixo Rio-São Paulo, como a criação da Sociedade Brasileira de Folclore em 1941, por Luiz da Câmara Cascudo em Natal, no Rio Grande do Norte. Cascudo é considerado por muitos como o maior estudioso de folclore no Brasil.

No cenário mundial, as duas grandes guerras desencadearam em vários países um processo de valorização das características culturais mais tradicionais e distintivas da nacionalidade, sob o impacto de um sentimento característico dos que vivem esse tipo de situação limite em que a continuidade dos valores e referenciais de mundo e de vida é posta em cheque pelo risco de esfacelamento e ruptura. Esse processo de valorização conduziu à ampliação do conceito de patrimônio e de sua institucionalização, que vinha sendo posta em curso desde meados do século XIX. Com o término da Primeira Guerra Mundial, foi criada a Sociedade das Nações, ou Liga das Nações, em 1919, que congregava as potências vencedoras. No seu âmbito surgiu a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) em 1922, reunida pela primeira vez no início do mês de agosto em Genebra, sob a presidência de Henri Bergson - um dos pensadores da memória social. Dela participavam nomes de destaque na arte e ciência da época³, além do já mencionado Bergson, representando a filosofia. A comissão tinha como objetivo levar a cabo uma pesquisa para mapear as

³ Dentre eles, Kristine Bonnevie (zoóloga), Marie Curie (física), Devendra Nath Bannerjea (economista político), o brasileiro Aloísio de Castro (médico), Jules Destrée (literatura), Gilbert Murray (filólogo), Gonzague de Reynold (literatura), Franceso Ruffini (direito), Leonardo de Torres-Quevedo (engenheiro eletromecânico) e Albert Einstein (físico), ausente por estar em missão científica no Japão (DODEBEI, 2008, p. 23).

condições do trabalho intelectual nos diversos países membros da Sociedade das Nações. Os eixos centrais dessa pesquisa focavam-se no avanço da investigação científica, na organização internacional da documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), e na cooperação internacional no que se refere à educação, especialmente no ramo das ciências humanas, em que se considerava haver pouca transferência de informações. Para o planejamento de uma ação de cooperação havia que inventariar o estado da arte da produção cultural dos países membros; iniciaram-se então os levantamentos da produção intelectual e científica, em particular dos bens culturais. Em 1926, por iniciativa do governo francês, é criado o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual⁴, com vista a por em prática as decisões e sugestões da CICI. Dentro desse Instituto foi criado no mesmo ano o Escritório Internacional dos Museus (OIM⁵), primeira entidade que visava congregar profissionais de museus de todo o mundo, precursora do atual Conselho Internacional de Museus - ICOM⁶ (CRUZ, 2008, p. 3).

A Liga das Nações foi extinta em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e com ela todos os órgãos a ela subordinados. Suas funções e responsabilidades passaram para a Organização das Nações Unidas (ONU), criada com o término da Guerra Mundial. A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual presidida por Bergson deu origem à UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, um dos organismos internos da ONU, instituída pela Convenção de Londres, de 16 de novembro de 1945. A UNESCO procurou mobilizar as diversas nações para implantação de iniciativas e mecanismos de documentação e preservação de tradições que, segundo as suposições, estariam em vias de desaparecimento diante da modernização acelerada. No Brasil, atendendo ao artigo VII da Convenção de Londres⁷, e em caráter pioneiro, foi criado em 1946 o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e, em 1947, dentro de sua estrutura, a Comissão Nacional de Folclore (CNFL). Pioneirismo que talvez tenha sido facilitado pelos antecedentes nas ações de “salvaguarda, estudo e pesquisa do folclore nacional”.

⁴ Em francês: Institut International de Coopération Intellectuelle (IICI).

⁵ Em francês Office International des Musées.

⁶ Em inglês: International Council of Museums

⁷ O preâmbulo da Convenção de Londres [...], determinou, em seu artigo 7º, o estabelecimento, em cada país, de organismos compostos de Delegados Governamentais e de grupos interessados em educação, ciência e cultura, destinados a coordenar esforços nacionais, associá-los à atividade daquela Organização e assessorar os respectivos governos e delegados às Conferências e Congressos, como agentes de ligação e de informação (INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, [1982], p. 1).

Também data desse período o início de um “conjunto de iniciativas empreendidas em prol da salvaguarda, estudo e pesquisa do folclore nacional” (VILHENA, 1997, p. 14), capitaneadas por um grupo de intelectuais, que se constituiu no que se convencionou chamar de Movimento Folclórico Brasileiro (MFB). As ações do Movimento Folclórico eram direcionadas ao fortalecimento de uma identidade nacional em formação, ressaltando os valores da nacionalidade e buscando realçá-los através das realidades regionais, uma vez que desde a gênese dos estudos folclóricos, os seus estudiosos entendiam que a essência e a singularidade da identidade nacional estariam nas manifestações da cultura popular. Ao fortalecimento de uma identidade tipicamente brasileira, uniam-se os propósitos de alçar os estudos sobre folclore à condição de ciência, e de criação de instituições museológicas e de salvaguarda dos “produtos da inventiva popular”, conforme expresso na Carta do Folclore Brasileiro, elaborada no Congresso Nacional de Folclore, realizado em 1951 (CONGRESSO NACIONAL DE FOLCLORE, 1951).

Dessas ações, somadas ao discurso e a todo um conjunto de iniciativas dos estudiosos que integravam o MFB, resultou a instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), neste texto denominada Campanha na maioria das vezes, criada pelo Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Seu primeiro diretor-executivo foi o músico Mozart Araujo, indicado pelo governo. Sem antecedentes no Movimento Folclórico Brasileiro, Mozart permanece à frente da Campanha até ser substituído por Edison Carneiro, um dos mais atuantes integrantes do MFB, que assumiu a direção-executiva em 1961.

Com o golpe militar de 1964, Edison Carneiro, de declaradas ideias marxistas, é destituído do cargo de diretor da Campanha, o que resultou no enfraquecimento do órgão. Faltavam-lhe apoio político e recursos financeiros. A Campanha havia sido criada durante o governo de Juscelino Kubistchek, que concentrava seus esforços e recursos no projeto da construção de Brasília para capital federal. Os governos subseqüentes de Jânio Quadros e João Goulart foram tempos conturbados da política brasileira, e não foram melhores na destinação de recursos às atividades da Campanha, que permaneciam bem modestos.

Com a saída de Edison Carneiro, Renato Almeida é nomeado diretor. Com a liderança incontestada do grupo ligado ao Movimento Folclórico Brasileiro e sem antecedentes políticos que o incompatibilizassem com o governo militar instalado, o novo diretor liderou articulação para salvar o órgão, garantindo sua manutenção e sobrevivência, dentro das limitações

impostas por um regime ditatorial.⁸ Renato Almeida retoma a proposta de estruturação da Campanha, idealizada por Edison Carneiro em 1962, em que se incluía a criação de um museu de folclore “na Guanabara”.

Em 1968, acontece a inauguração do Museu de Folclore⁹, ocupando parte das instalações do Museu da República, que se constituía na época em uma seção do Museu Histórico Nacional (MHN). A criação do Museu deu-se graças ao acordo firmado entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o MHN.

Museus são lugares sociais de disputa de poderes e saberes, em busca por estabelecer os parâmetros culturalmente aceitos para alçar objetos e bens materiais, simbólicos ou imateriais à condição de documentos e monumentos culturais – à condição de patrimônio. As narrativas da trajetória institucional do Museu de Folclore servem de ilustração do território museal como um território de constantes tensões e conflitos. Esse constante jogo de tensões vai resultar na memória do museu, em permanente construção e reconstrução, na medida em que se alteram e alternam os poderes e saberes em jogo.

Ao debruçar-me inicialmente sobre meu objeto de estudo, deparei-me com a primeira grande questão: como uma instituição voltada para o trabalho com camadas populares e menos valorizadas da cultura brasileira, viria a ser fundada em 1968, em pleno enrijecimento da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985? Esta questão desencadeou as demais. Que forças e atores políticos e sociais, ou poderes simbólicos, contribuíram para sua criação no período mais acirrado da ditadura militar, a despeito das adversidades do momento político? É importante assinalar que em 13 de dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que fecha o Congresso Nacional, autoriza a intervenção federal nos estados e municípios, enrijece a censura, determinando o exame prévio das músicas, filmes e peças de teatro, suspende a concessão de *habeas corpus* aos acusados de crimes políticos, entre outras medidas restritivas dos direitos de cidadania, que culminaram por fortalecer a chamada “linha dura” do regime instituído pelo golpe militar de 1964. Como consequência surge o questionamento seguinte: após o fim do Movimento Folclórico Brasileiro e com o enfraquecimento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, até que ponto a criação do Museu de Folclore correspondeu ao projeto de museu defendido ou

⁸ Vilhena (1997) situa em 1964 o fim do Movimento Folclórico Brasileiro, pelo menos na sua vertente de mobilização nacional.

⁹ A denominação do Museu é alterada para Museu de Folclore Edison Carneiro, através da Lei 6.353, de 13 de julho de 1976, em homenagem ao segundo diretor da Campanha, falecido quatro anos antes.

preconizado pelos integrantes daquele Movimento, constituindo-se como resultado de seu discurso fundador?

Outras perguntas se apresentaram no desenrolar da pesquisa. O núcleo original do Museu de Folclore foi instalado no Museu da República, que se constituía então numa seção do Museu Histórico Nacional, dirigido à época por um militar. Que ligações poderiam existir entre a aquele tradicional museu e os planos de institucionalização da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro? Olhando-se mais atentamente, percebe-se que há mais sentido nessas ligações do que aparenta à primeira vista. O MHN detinha o prestígio e o saber museológico consagrados que a Campanha precisava para organizar e dinamizar o seu museu, o que explica o partido museológico adotado pelo Museu no seu início.

Neste breve esboço de análise da memória do Museu de Folclore Edison Carneiro no período compreendido entre sua criação em 1968 e 1984, é inevitável retroceder alguns anos, para termos um panorama do quadro em que se inseriu a criação desse Museu. Esse contexto nos mostra uma atividade intensa no sentido de tecer uma rede de ações e de museus de folclore que serviram de suporte de memória aos estudos de folclore, e como estratégia de sobrevivência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Nos chamados “anos de chumbo”¹⁰ da ditadura militar, a Instituição permaneceu confinada aos limites impostos pela nova configuração política da esfera pública, deixando, por exemplo, de promover os congressos brasileiros de folclore, e demais eventos “rumorosos”¹¹ que marcaram o auge do Movimento Folclórico Brasileiro. Contudo, já possuindo a essa altura uma biblioteca com mais de cinco mil itens, e com o apoio e incentivo à instalação de museus de folclore em todo o país, aliado à criação de um museu onde fossem mostrados os exemplares coletados durante os primeiros dez anos de existência, a Campanha garantiria a sua permanência no cenário cultural. Assim, é possível afirmar como pressuposto que a rede de museus folclóricos, e o Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC) em particular, vêm sendo, ao longo da memória do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, um esteio ou suporte institucional. Nesse trajeto verifica-se que vem sendo tecido um diálogo entre as questões da cultura popular e da museologia, e se estabelecem relações entre a consolidação da instituição, a formação das coleções ou patrimônio constituído, e as transformações da Museologia como área de

¹⁰ Termo utilizado na Europa Ocidental para designar os anos de radicalização política, sendo aqui reapropriado para designar o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, ou seja, de 1968 a 1974.

¹¹ Vilhena (1997, p. 197 e seguintes) denomina a ênfase proposital que se dava à divulgação das ações do Movimento Folclórico Brasileiro, de *estratégia do rumor*.

conhecimento - entre elas a sua profissionalização.

Para a construção deste relato utilizei uma abordagem interdisciplinar, tecendo redes de sentidos entre a museologia e a memória social. Essa urdidura ou trama se utilizou das narrativas orais e escritas elaboradas pelo Museu, quer em seu acervo e exposições, quer em suas falas do presente e do passado. As narrativas foram coligidas preferencialmente nas fontes textuais de pesquisa, os documentos produzidos pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, como os relatórios, projetos, históricos, discursos e textos para exposições e os que se referiram à documentação do acervo, como listagens de objetos, critérios definidores de política de aquisição do acervo, dados dos livros de registro, das fichas de inventário e dos termos referentes ao modo de aquisição de acervo. As fontes orais estão representadas pelas entrevistas, depoimentos e conversas informais com profissionais que atuam ou já atuaram na Instituição. Uma importante fonte para este trabalho foi a Revista Brasileira de Folclore, periódico lançado pela Campanha, que circulou entre 1961 e 1976, e que pelo seu valor documental de voz e espelho do universo ideológico folclorista, forneceu dados preciosos para a reconstrução de memória do Museu de Folclore Edison Carneiro, e para a percepção e reconstrução da rede de museus de folclore. Foi a consulta quase exaustiva aos fascículos digitalizados dessa Revista, que me fez visualizar a rede, e pensar mais profundamente sobre a “imaginação museal” (BACZKO, 1985 e CHAGAS, 2003) dos intelectuais do Movimento Folclórico Brasileiro, ou dito de outro modo, a criação de instituições museológicas como suportes materiais da construção da identidade nacional, e depositárias da coleta folclórica para sua preservação, já era perceptível desde a origem dos estudos de folclore.

A “imaginação museal” dos folcloristas se materializou na constituição de uma estratégia efetivamente levada a efeito, principalmente após a instauração da ditadura militar no país, que serviu para a sobrevivência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do próprio Movimento Folclórico Brasileiro, e que resultou na criação do Museu de Folclore Edison Carneiro. Dessa estratégia, fez parte o empenho em prol da instituição oficial do Dia do Folclore e a implantação de uma rede de “museus folclóricos” que cobriu quase todo o território brasileiro. Conformando-se à ideologia do Estado, da integração nacional, a mobilização para que se estabelecesse o Dia do Folclore iniciada em 1964, foi tão bem sucedida, que o Brasil foi até 1965, pelo menos, o único país que havia oficializado a data, como sempre alardeava a Revista Brasileira de Folclore, o veículo de divulgação da

Campanha. Essas celebrações foram muito incentivadas pelo Governo, sendo ostensivamente comemoradas, e amplamente noticiadas no Brasil e no exterior.

A rede pode ser visualizada no quadro a seguir:

| ESTADO | 1950 | | 1960 | | 1970 | | TOTAL |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|-------|
| | 1950 a | 1955 a | 1960 a | 1965 a | 1970 a | 1975 a 1979 | |
| | 1954 | 1959 | 1964 | 1969 | 1974 | | |
| ALAGOAS | 1 | | | | 1 | | 2 |
| BAHIA | | | | 1 | | | 1 |
| CEARÁ | | | 1 | | | | 1 |
| ESPÍRITO SANTO | | | 1 | | | | 1 |
| GOIÁS | | | 1 | 1 | | | 2 |
| MINAS GERAIS | | | 2 | | 2 | 1 | 5 |
| PARÁ | | | | 1 | | | 1 |
| PARANÁ | | | 2 | | | | 2 |
| PERNAMBUCO | 1 | | | 2 | 1 | | 4 |
| SÃO PAULO | | | 4 | 9 | 4 | | 17 |
| RIO DE JANEIRO | | | 1 | 2 | 1 | | 4 |
| RIO GRANDE DO NORTE | | | 1 | | | | 1 |
| RIO GRANDE DO SUL | 1 | | 1 | 1 | | | 3 |
| TOTAIS POR PERÍODO | 3 | | 14 | 17 | 9 | 1 | 44 |

O alcance territorial da rede alcança 13 das 21 unidades da federação¹², cobrindo de Norte a Sul do país. Cabe aqui ressaltar que não só de museus de folclore viveu o regime militar. Entre 64 e 80 ocorre grande expansão da produção, distribuição e consumo de bens culturais, e entre estes, o período foi pródigo na criação de museus, embora nem sempre se tenha pensado na sua permanência e manutenção. Até 1958 havia 145 museus no Brasil (HOLLANDA, 1958 apud CHAGAS, 2010, p. 53). Neste quadro vê-se que foram criados 44 museus em 22 anos, confirmando a tendência de aumento que vinha se acentuando a partir da década de 1930, com as mudanças sociais, políticas e econômicas advindas com o Estado Novo. Tendência que acompanha o viés nacionalista e coincide com o incremento das preocupações com a definição da identidade nacional no país. Hoje existem 2.917 museus no

¹² Aqui se considerou a divisão geopolítica que existia em 1976.

Brasil, segundo o Cadastro Nacional de Museus¹³, em sua maioria criados durante o século XX, que pode ser considerado no Brasil, o “século dos museus” (CHAGAS, 2010, p. 55).

Com a criação do Museu de Folclore Edison Carneiro em 1968, suas ações se inserem no contexto das ações da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, visando a permanência dos estudos de folclore e a institucionalização do órgão em bases mais sólidas. Essa fase compreende, dentro da trajetória da Campanha, a gestão do seu terceiro diretor executivo, Renato Almeida, e vai de 1968 a 1974. O Museu já contava com museólogos, e vinha sendo utilizado como “laboratório” para os estudantes de Museologia (OLIVEIRA, 2009) - o museu-escola sonhado por Renato Almeida, só que voltado para a capacitação profissional, tão cara aos folcloristas. Os museólogos que por ali passaram, auxiliados por estudantes de museologia e segundo a técnica em vigor na época, dedicavam-se à documentação do acervo e à realização de exposições, muitas exposições. Sua documentação em livro de registro específico tem início em 1969, menos de um ano após sua criação. Antes disso, listagens minuciosas do acervo demonstram a importância atribuída a técnica, fato nem sempre frequente nos museus. O Museu de Folclore funcionava, de um lado como laboratório e, de outro, como palco de palestras e cursos ministrados por folcloristas, e apresentação de eventos do gênero, mostrando que o Movimento Folclórico Brasileiro continuava atuante.

Em 1974 assume o Prof. Bráulio do Nascimento, integrante do grupo mais jovem do Movimento Folclórico Brasileiro, que segue na direção até 1982. Já nessa fase do regime militar, a cultura em geral, e a cultura popular no seu bojo, vinha sendo instrumento para políticas públicas voltadas para a valorização e reforço da cidadania, numa tentativa de controlar e conter os movimentos sociais nascentes que clamavam por liberdade e melhores condições de vida. A reorientação da política para a cultura e a necessidade de novos intelectuais, não mais conservadores e agora mais administradores coincide com a saída de Renato Almeida. Com isso a almejada institucionalização da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro é alcançada em 1976, com a sua incorporação na estrutura da recém criada Fundação Nacional de Artes - FUNARTE. O Museu de Folclore é parte integrante e importante desse processo de esgotamento do modelo ditatorial e suas ações refletem isso. As exposições temporárias e itinerantes são cada vez mais intensas, a documentação do acervo incorpora novos profissionais e novas técnicas e o Museu intensifica suas atividades

¹³ Dados disponíveis no site < http://www.museus.gov.br/sbm/cnm_estatistica.htm.> Acesso em 28 nov. de 2010.

educativas do Museu, com experiências até então inovadoras, como ações voltadas para cegos e portadores de Síndrome de Down.

As ações bem sucedidas da Campanha pela consolidação de sua existência institucional e espacial, ao lado das ações castradoras de sua atuação, como a supressão da independência na edição da Revista Brasileira de Folclore, assinalam o fim da fase folclorista na instituição. Em 1982, em tempos de flexibilização do regime militar, rumo à democratização do país, as políticas culturais assumem novas configurações, valorizando a diversidade cultural como marca identitária do nacional, e estimulando sua difusão e auto sustentabilidade. A nomeação de Lélia Coelho Frota para a direção do então Instituto Nacional do Folclore, por Aloysio Magalhães, então Secretário de Cultura do Ministério da Educação de Cultura, provoca mudanças profundas na estrutura e funcionamento do órgão. A nova direção tenta cunhar uma face mais antropológica, e vários e jovens antropólogos¹⁴ são trazidos pela nova direção. Amplia-se a relação com outras instituições e é reatada a antiga parceria com a Universidade. O Instituto Nacional do Folclore se fortalece, alcançando renome e reconhecimento nacional e internacional. Este curto período de apenas dois anos, que coincide com a gestão de Lélia Coelho Frota deixa marcas indeléveis na Instituição. A Museologia passa a dirigir a Instituição como um todo, fazendo refletir no Museu as discussões teóricas trazidas com o surgimento da Nova Museologia, e a profissionalização do campo no país, que resultou na regulamentação da profissão de museólogo em 1984.

Nessa análise mais acurada ficaram visíveis os jogos de poder e negociação das vontades de memória para a construção da memória da cultura popular brasileira, no âmbito das políticas culturais praticadas durante o regime militar. Nesse contexto surge o tema dos diferentes nacionalismos com que se vem trabalhando desde os primórdios dos estudos folclóricos, pois a discussão do popular e do nacional está na raiz dos estudos de folclore. Essa discussão resultante de um longo processo que ganhou ênfase no mundo ocidental a partir da Revolução Francesa, no Brasil possivelmente já era embrionária na proclamação da independência, e passou a ser mais incisivamente pensado a partir dos primeiros anos da República.

O conceito de memória coletiva de Halbwachs serviu na análise das narrativas sobre a busca da identidade nacional nas manifestações populares e nas ideias museológicas dos precursores dos estudos folclóricos e, mais adiante, nas ações desenvolvidas pelo Movimento

¹⁴ Entre eles, Ricardo Gomes Lima, Ana Margareth Heye, Elizabeth Travassos, seguidos logo depois por Marina Mello e Souza e Lygia Segalla.

Folclórico Brasileiro e nos anos iniciais da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Sua visão do grupo social como algo estável e homogêneo combina com o ideário norteador do pensamento dos integrantes do Movimento Folclórico Brasileiro, que buscavam nas manifestações populares, os elementos mais essenciais e característicos da cultura brasileira, que delimitariam a identidade nacional, e serviriam de suporte à manutenção das tradições mais características do povo brasileiro.

Os conceitos de “vontade de memória” de Gérard Namer (1987) e de “lugar de memória” de Pierre Nora iluminaram minhas discussões sobre o *corpus* analítico utilizado. A vontade de memória do Movimento Folclórico Brasileiro criou a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que por sua vez, pela ação de sua vontade de memória, paralelamente a outras ações visando a mesma meta, criou uma rede de museus de folclore, e dentro dessa rede o Museu de Folclore Edison Carneiro. Ou seja, com a criação de uma rede de lugares de memória a Campanha garantiu a continuidade dos estudos de folclore, e construiu sua institucionalização em bases mais duradouras, permitindo sua permanência e fortalecimento no cenário político e cultural brasileiro. Jogos de força e resistência perceptíveis nessas ações de fundação de lugares de memória, da mesma forma que sustentaram e justificaram o “projeto e a missão” dos folcloristas, colaboraram para fortalecer e dar forma ao projeto político do regime militar instaurado em 1964. Construiu-se assim, através de seus escritos, de suas coletas dos testemunhos materiais das manifestações, e de sua preservação em instituições museais, uma memória da cultura popular brasileira. A memória, assim como a identidade, é fenômeno negociável e negociado dentro do quadro social em que se reconstrói, e embora haja pontos ou marcos imutáveis, que conformam a sua essência, a memória (e a identidade) é construída “em relação ao Outro” (POLLAK, 1992, p.206).

O desenvolvimento desta pesquisa levou-me a elaborar alguns outros questionamentos e pressupostos. Teria mesmo findado o Movimento Folclórico Brasileiro com o golpe militar de 1964? Penso que sobrevive sem o caráter ruidoso de outrora, e é possível que continue se utilizando da museologia e dos museus nessa continuidade. Nessa continuidade, as redes de relações pessoais tiveram relevância. Forneceram o apoio necessário à permanência da instituição de estudo e defesa do folclore brasileiro e, mais tarde, à implantação de novas diretrizes institucionais. A gestão de Lélia Coelho Frota à frente do então Instituto Nacional de Folclore, também se apoiou em sua rede pessoal de intelectuais do campo da antropologia para atingir seus propósitos de mudança. Da mesma forma, ao me dar

conta da constituição da rede de museus de folclore, fui instigada a procurar até onde conduziram os fios por ela tecidos. Que fim levou, ou a que recomeço levou a rede museal construída pelos folcloristas? Certamente que houve um enfraquecimento da rede museal e muitos nós dessa rede se romperam, sobretudo pela falta do auxílio financeiro que era remetido nos tempos de Campanha e, na fase inicial de sua institucionalização, como Instituto Nacional de Folclore. Alguns museus, no entanto, mesmo sozinhos prosseguiram em suas trajetórias particulares. E para alguns o atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e seu Museu de Folclore Edison Carneiro, nunca deixou de ser um ponto de referência. Continuou e continua sendo procurado pelos demais museus de folclore, e pelas comissões estaduais, tanto como parceiro na realização de eventos, como convidados para conferências e participação nos congressos e seminários da área, como na prestação de consultorias para revitalização e/ou montagem de exposições¹⁵. Se por um lado, lidar com a preservação, pesquisa e comunicação de um acervo de feição popular, lhe rendeu uma posição de museu de “segunda classe” diante dos museus tradicionais que dominaram o cenário museológico até bem recentemente; por outro lado, lhe possibilitou a liberdade para ousar e permitir-se sempre a implantação de novas ideias e técnicas, como a exposição de objetos fora de vitrines na exposição de longa duração de 1980.

Apesar do saldo ambíguo que Vilhena (1997) assinalou em sua obra, das idas e vindas com as rupturas na política cultural do país, das mudanças de sigla da sua instituição matriz, a períodos alternados de pouco ou quase nenhum recurso financeiro, o Museu de Folclore Edison Carneiro (ao lado da Biblioteca Amadeu Amaral), reuniu o mais importante e representativo acervo de cultura popular de abrangência nacional, em nosso país, e vem sendo em muitos aspectos um posto avançado das mudanças de rumo da museologia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO firmado entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o Museu Histórico Nacional, para instalação do Museu do Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MHN, 1968. (p. 1. Pasta 11, divisória 16, Arquivo CNFCP).

¹⁵ Como é o caso do Museu de Folclore de São José dos Campos, SP, que em seu registro no Cadastro Nacional de Museus indica que foi instalado entre 1997 e 1999, *sob a orientação técnica do Museu de Folclore Edison Carneiro e do Museu Rossini Tavares de Lima* (CNM, 2011) e recentemente, recorreu à consultoria de profissionais do CNFCP para a concepção e montagem de sua nova exposição de longa duração.

CARTA do folclore brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE (1:1951). **Anais...** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952. V.1, p. 77-85.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Estrutura organizacional**. Rio de Janeiro, 2009, Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/>>. Acesso em 25 set. 2009.

CHAGAS, Mario. **Imaginação museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.

_____. Museums, memories and social movements. **Sociomuseology IV**, Cadernos de Sociomuseologia, v.8, 2010. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/1644/1309>> Acesso em 28 nov. 2010.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez há 60 anos atrás...: o Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. São Paulo, 2008. Monografia que recebeu o Prêmio Mario Barata, instituído pelo ICOM-BR, como parte das comemorações dos 60 anos de fundação do Comitê Brasileiro do ICOM. Disponível em <<http://www.icom.org.br/sub.cfm?subpublicacoes=publicacoes1&canal=publicacoes>> Acesso em 28 de agosto de 2010.

FROTA, Lélia Coelho. **Discurso na inauguração da exposição permanente do Museu de Folclore Edison Carneiro**. Rio de Janeiro: INF, 1984, p. 4-5.

_____. Instituto Nacional do Folclore. **Atividades culturais (1995-1998)**. Rio de Janeiro, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HALBWACHS Maurice (1925). **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952, 299 pages. Collection Bibliothèque de philosophie contemporaine. Disponível em <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html> Acesso em 25 jun. 2007.

NAMER, Gerard. Les institutions de mémoire culturelle. In: **Mémoire et société**. Paris: Meridien, 1987. p. 159-185. (Collection Société).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História/PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Aécio. **Aécio de Oliveira (entrevista, 10/03/2009)**. Rio de Janeiro, CNFCP, 2009. Entrevista concedida à autora no âmbito do projeto de tese de doutoramento.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Rio de Janeiro, 1879.

UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. Londres, 16 nov. 1945. Disponível em <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 23/02/2010.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte / FGV, 1997.

APARIÇÕES DE SÃO TIAGO: UM DOS INSTRUMENTOS FORTALECEDORES DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE IBERO-AMERICANA

Adailson José RUI¹

aj.rui@terra.com.br

RESUMO: Nesta comunicação analisamos relatos, nos quais são descritas aparições de São Tiago durante a Reconquista Espanhola e a Conquista da América. As descrições referentes à Reconquista fazem parte da *Primera Crónica General de España*, obra elaborada no século XIII sob a orientação de Alfonso X, o Sábio. As descrições referentes às aparições ao longo da Conquista são extraídas, entre outras, das obras: *Historia de la Conquista de Mexico* de Francisco Lopez de Gomara, *Historia Verdadera de los Sucesos de la Conquista de la Nueva-España* de Bernal Diaz del Castillo e *Comentários Reales de los Incas* do Inca Garcilaso de la Vega. Por meio desses relatos percebemos a construção da memória histórica que visa sustentar, inicialmente, a unidade dos castelhanos frente aos muçulmanos, e posteriormente da identidade dos nativos que se posicionaram a favor dos conquistadores.

PALAVRAS CHAVE: São Tiago, Castela, América, Reconquista, Conquista da América

Introdução

Para tratarmos sobre a forma como as “aparições” de São Tiago ocorreram durante a Conquista e como elas foram interpretadas por aqueles que viveram esse processo é necessário considerarmos que a religiosidade implantada pelos conquistadores na América, na prática, possuía pelo menos três formas de ser vivida. A primeira: a dos conquistadores e dos primeiros colonizadores, própria do século XVI, na qual o homem conta com a providência divina, porém não vive sob o comando dela, já que se entende como senhor das suas ações; a segunda: a transmitida aos nativos e mestiços que se aproxima dos parâmetros desenvolvidos na Baixa Idade Média cuja característica principal é a exaltação da sensibilidade religiosa, temática explorada pelos religiosos na apresentação das vidas e ações dos santos e, a terceira: a vivida pelos nativos e mestiços cristianizados ou em processo de evangelização que a viviam de uma forma sincrética, constituída pela sensibilidade desenvolvida em torno ao sagrado pregado pelos religiosos, somada às características locais, autóctones.

O desenvolvimento da sensibilidade religiosa deve se ao fato dos “pregadores”

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Assis. Professor adjunto de História Medieval na Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG.

trabalharem também com a emoção como recurso que conduz o simbólico a tornar-se algo concreto. O uso de imagens e de encenações colaborou para que os nativos e mestiços vinculassem os símbolos que representavam São Tiago a alegoria a ele correspondente: o guerreiro montado num cavalo que levava em uma das mãos uma espada reluzente com a qual combatia e matava os nativos que lutavam contra os invasores, alegoria que lhe dava novo significado.

Estas considerações iniciais são significativas, pois de acordo com as fontes, São Tiago não aparece para os “europeus” que estão na América. Ele aparece somente para os nativos e mestiços, isto acontece porque temos a prática dos religiosos do século XVI que encontram nas imagens dos santos um dos maiores recursos a ser utilizados no processo de evangelização e, por outro, a tradição nativa que tinha nos ídolos a presença e representação do sobrenatural, embora estes dois posicionamentos respondam a dois conceitos diferentes do sagrado².

Como demonstraremos, tais aparições foram registradas nos escritos do século XVI, elaborados por leigos, religiosos, mestiços e nativos. Porém nos relatos elaborados pelos religiosos e leigos, quem vê o apóstolo guerreiro é sempre o nativo, é ele quem diz que ocorreu uma aparição. Esclarecemos aqui, que nesses casos a aparição deve ser entendida como algo concreto, isto é, não é só uma visão. Para o nativo, São Tiago surge de fato, é um guerreiro que combate ao lado dos espanhóis e, às vezes, pelos espanhóis, portanto ultrapassa o plano da visão.

Ao contrário do posicionamento seguido pelos religiosos e leigos, os autores nativos e mestiços se colocam geralmente como testemunhas oculares das intervenções do santo ou dão veracidade às informações transmitidas por seus antepassados. É característica comum desses

² O uso das imagens dos santos como instrumento de evangelização foi acentuada com o Concílio de Trento (1545-1563) no qual foi decretado a legitimidade e a conveniência do uso de imagens para a propagação da fé: [...] por medio de las imágenes que besamos y ante las cuales descubrimos nuestra cabeza y nos prosternamos, adormamos a Cristo y veneramos a los Santos, cuya semejanza ostentan aquéllas. Cosa que fue sancionada por los decretos de los Concilios, particularmente por los del segundo Concilio Niceno, contra los opugnadores de las imágenes. Enseñen también diligentemente los obispos que por medio de las historias e de los misterios de nuestra redención, representadas en pinturas u otras reproducciones, se instruye y confirma el pueblo en el recuerdo y culto constante de los artículos de la fe; aparte de que de todas las sagradas imágenes se percibe grande fruto, no sólo porque recuerdan al pueblo los beneficios y dones que le han sido concedidos por Cristo, sino también porque se ponen ante los ojos de los fieles los milagros que obra Dios por los Santos y sus saludables ejemplos, a fin de que den gracias a dios por ellos, compongan a su vida y costumbres a imitación de los Santos y se exciten a adorar y amar a Dios y a cultivar la piedad. Ahora bien, si alguno enseñare o sintiere de modo contrario a estos decretos, sea anatema. Mas si enestas santas y saludables prácticas, se hubieren deslizado algunos abusos; el santo Concilio desea que sean totalmente abolidos, de suerte que no se exponga imagen alguna de falso dogma y que dé a los rudos ocasión de peligroso error. Y si alguna vez sucede, por vonvenir a la plebe indocta, representar y figurar las historias y narraciones de la Sagrada Escritura, enséñese al pueblo que no por eso se da figura a la divinidad, como si pudiera verse com los ojos del cuerpo o ser representada com colores o figuras [...] (DENZIGER, E. 1963, p 279 apud LOPEZ BERALT, 1990, p 57).

autores, o fato de terem elaborado os respectivos relatos muito tempo após terem ocorrido os acontecimentos por eles descritos. Diego Muñoz Camargo e Garcilaso de la Vega escrevem no final do século XVI e o nativo Felipe Guaman Poma de Ayala só escreverá sua obra no início do século XVII. Portanto, escreveram num período em que já existiam publicadas algumas histórias da conquista e também o cristianismo já era amplamente difundido na América. Estes fatores contribuíram para que, em seus relatos, expressassem a assimilação que tiveram da cultura dos conquistadores e a registrassem com características próprias.

À primeira vista, parece que a religião passava a exercer mais pressão na mente dos nativos e mestiços do que na dos conquistadores. Para estes, a difusão do cristianismo entre os nativos transformava-se cada vez mais em arma de conquista. Na medida em que os nativos eram doutrinados, segundo os valores cristãos, as organizações, a estrutura das sociedades nativas ia se esfacelando, favorecendo assim, o domínio imposto pelos conquistadores. Por outro lado, as práticas cristãs também foram transformadas em instrumentos de resistência por parte dos nativos que passavam a cultuar os santos. Porém, na maioria dos casos, era uma farsa, uma estratégia para, por meio das imagens dos santos, continuarem cultuando as divindades tradicionais. Dessa maneira a cristianização tornava-se uma arma ambígua, pois, por um lado, a favor dos conquistadores, contribuía para o esquecimento das tradições vividas pelos nativos e, por outro, para os nativos e mestiços, transformava-se em recurso que propiciava a permanência das tradições autóctones.

No entanto, nos textos deixados pelos conquistadores leigos é comum encontramos referências diretas de invocações a São Tiago, nas quais é possível percebermos, nas entrelinhas, que tinham conhecimento de milagres realizados pelo apóstolo e da sua presença nos principais episódios da Reconquista, como o referente à batalha de Clavijo, ocorrida em 844. Porém, tais conhecimentos não contribuía para que eles tivessem visões do apóstolo e, muito menos, que São Tiago viesse pessoalmente combater por eles.

São Tiago pertencia ao imaginário - cultural - dos conquistadores, sejam leigos ou religiosos. No entanto, tal imaginário era vivenciado de maneiras distintas. Como distinguir o imaginário dos leigos em relação ao dos clérigos e dos nativos? Por que os leigos e religiosos não eram testemunhas das aparições? Por que os religiosos, mesmo sem serem testemunhas oculares, insistiam na “existência” das aparições? Como ocorriam e em quais circunstâncias as aparições aconteciam? E ainda, o que levava os nativos a relacionarem São Tiago com as forças da natureza por eles cultuadas?

Embora não tenham sido testemunhas oculares das aparições de São Tiago, os religiosos fizeram das descrições delas parte significativa das suas obras. Procuravam, por um

lado, registrar um fato miraculoso -a aparição- mantendo assim a perspectiva providencialista e, por outro, utilizavam-se de tais relatos como instrumento de propagação do cristianismo, tanto entre os nativos como entre os próprios conquistadores, visto que a religiosidade destes não era intensa, pois estavam mais voltados para o mundo do que para as “coisas” do espírito.

Por exemplo, encontramos a presença da interferência dos religiosos, isto é, da inserção de detalhes do “maravilhoso” cristão, típicos da Idade Média, nas descrições das aparições de São Tiago nos relatos elaborados por Francisco Lopes de Gomara, capelão de Cortés; nos do capitão Alonso de Gongora Marmolejo, na *Historia de Chile* e, nos do capitão Pedro Mariño de Lobera narrados na *Crónica del Reino de Chile*. Os dois últimos fizeram parte da conquista do Chile, sendo comandados pelo Governador Pedro de Valdivia. Embora, na origem, estas narrativas tenham sido feitas por leigos, numa segunda fase foram refundidas por religiosos, responsáveis pela inserção de certa “carga” de religiosidade nos escritos deixados pelos autores mencionados³.

A título de exemplo, Alonso de Gongora Marmolejo narra que em determinado momento da conquista do Chile os capitães de Pedro Valdivia invocaram o guerreiro protetor dos castelhanos antes de iniciar o confronto com os naturais. Após vencerem, ficaram sabendo por “*dicho de los indios*” que, embora sendo em maior número, não tinham forças para combater os conquistadores e justificavam tal atitude pelo temor, não provocado pelos conquistadores, mas sim por *una mujer de Castilla y un hombre en un caballo blanco*, visão que os cegava (GONGORA MARMOLEJO, 1960, p. 94). Este mesmo episódio é narrado por Pedro Mariño de Lobera:

Habiendo todos respirado un rato del cansancio de la refriega mandó el general traer ante sí algunos de los indios que en ella habían sido presos, y los examinó haciendo escrutinio de las causas porque habían tan repentinamente desamparado el campo. A lo que respondieron que estando en su mayor coraje y certidumbre de su victoria, vieron venir por el aire un, cristiano en un caballo blanco con la espada en la mano desenvainada, amenazando al bando índico, y haciendo tan grande estrago en él tanto que se quedaron todos pasmados y despavoridos; dejando caer las armas de las manos no fueron señores de sí, ni tuvieron sentido para otra cosa más de dar a huir desatinados sin ver por dónde, por haber visto cosa llamada en su lengua pesiamando, que quiere decir nunca vista (MARIÑO DE LOBERA, 1960, p. 255-6).

³ A obra de Pedro Mariño de Lobera foi refundida pelo jesuíta Bartolomeu de Escobar. É interessante, também, destacar que os relatos narrados por estes cronistas tratam do mesmo período descrito por Pedro de Valdivia em suas cartas, na maioria destinadas ao Imperador Carlos V. No entanto, nelas Pedro de Valdivia não faz nenhuma referência à aparição de São Tiago. Tais informações só aparecem nas obras já mencionadas.

De Lopes de Gomara é significativa a narrativa referente à revolta dos nativos que pretendiam libertar Montezuma da prisão imposta por Cortés. Segundo este autor (1979, p.364), os índios diziam que:

[...] andaban peleando por los españoles Santa Maria y Santiago en un caballo blanco, y [...] que el caballo heria y mataba tantos con la boca y con los pies y manos como el caballero con la espada, y que la mujer del altar les echaba polvo por las caras y los cegaba[...].

Como pensavam- continua Gomara (1979, p.364)- que estavam cegos, os índios iam para suas casas para recuperar-se. Quando voltavam ao combate diziam: “Si no tuviésemos miedo á una mujer e al del caballo blanco, ya estaria derribada vuestra casa, vosotros cocidos, aunque no comidos, ca no sois buenos de comer[...].

Estes relatos podem ser considerados como exemplos. Gomara era capelão de Cortes e, quanto às narrativas sobre a conquista do Chile, a primeira foi elaborada por um leigo que faz presente uma imagem muito descrita nas crônicas da conquista: a aparição da virgem Maria e de São Tiago, sendo que a virgem sopra poeira nos olhos dos nativos. Sobre esta temática, além da descrição Guamam Poma nos deixou uma gravura (figura1).

A segunda foi obra de outro leigo Mariño de Lobera, refundida pelo jesuíta Bartolomeu de Escobar. Acreditando dar maior autenticidade às notícias relatadas na Crônica, o jesuíta inseriu uma série de dados relacionados à religião, como por exemplo, as intervenções diretas de Maria e de São Tiago.

As notícias transmitidas por estes autores permitem constatar que ainda era muito forte entre eles a influência medieval que considerava as ações humanas como fruto da providência divina, expressa na intervenção direta dos santos. No entanto, conforme consta nessas fontes é o índio quem vê o sobrenatural sagrado. Isto indica uma mudança no comportamento religioso do homem “europeu” em relação à religião. Esta mudança de posicionamento é nítida nos textos elaborados pelos leigos; nesses textos constata-se a explícita oposição às informações contidas nos relatos sobre as aparições, elaborados pelos religiosos, fato que nos permite também verificar o confronto de idéias e de comportamentos presentes no homem europeu – em particular o ibérico- do século XVI.

Os leigos e a recusa das aparições de São Tiago

Nos relatos sobre as aparições, temos também o choque de visões de mundo: a dos religiosos com a dos leigos. Para os primeiros, vinculados ainda à perspectiva medieval, os santos intervinham pessoalmente, socorrendo os cristãos nos momentos difíceis. Os segundos, inseridos num momento de valorização do homem e do individualismo, acreditavam mais no poder de ação que possuíam do que nas intervenções dos santos. Com esta forma de pensar, demonstram uma nova perspectiva de viver a religiosidade em detrimento da perspectiva medieval mantida pelos religiosos do século XVI.

É ilustrativo, a este respeito, o relato referente à batalha de Cintla ou Tabasco narrada tanto por Francisco Lopes de Gomara como por Bernal Diaz del Castillo. Ambos afirmam que em três momentos de dificuldade durante o combate, os conquistadores passaram a contar com reforços, que os ajudaram a sair de uma situação de inferioridade. Segundo Francisco Lopez de Gomara, por ocasião do primeiro momento de perigo, apareceu o capitão Francisco de Morla montado em um cavalo castanho, com o qual afugentava os naturais. No segundo momento, quando os conquistadores não contavam mais com o cavaleiro, os índios voltaram a atacar e, a colocá-los em situação de inferioridade, mais uma vez, superada mediante a ajuda e o encorajamento feito por um cavaleiro que os tornara superiores aos indígenas e, quando esse misterioso cavaleiro se retirava, os índios retornavam ao ataque. Para salvar os espanhóis pela terceira vez, “o cavaleiro” apareceu e fez com que os índios fugissem com medo. Quando Hernán Cortés chegou com seus companheiros, os espanhóis que já estavam no local, os interrogaram pedindo se o cavaleiro que havia aparecido fazia parte do grupo de Cortés. Ao receberem uma resposta negativa, acreditaram que o cavaleiro misterioso “[...]era el apóstol Santiago, patrón de España”.

Na seqüência do mesmo relato, Gomara afirma que após agradecerem a Deus pela milagrosa proteção frente à força dos índios, os soldados disseram: “[...]que vieron por tres veces al del caballo rucio picado pelear en su favor contra los indios[...] y que era Santiago, nuestro patrón”.

Para dar veracidade ao milagre, Lopez de Gomara afirma que, além dos espanhóis terem visto São Tiago, os índios perceberam a sua presença no combate. A este respeito comenta: “[...]también los indios notaran por el estrago que en ellos hacia cada vez que arremetia a su escuadrón, y porque les parecia que los cegaba y entorpecia. De los prisioneros que se tomaron se supo esto” (LOPES DE GOMARA, 1979, p. 38-39).

Sobre esta aparição narrada por Francisco Lopez de Gomara, Bernal Diaz del Castillo

comenta que, como todas as vitórias acontecem pelas mãos de nosso Senhor Jesus Cristo, poderia ser que o narrado por Gomara, de fato, tivesse acontecido. No entanto, ele como pecador, afirma que não foi digno de ver nem São Pedro e, muito menos, São Tiago naquele combate⁴.

Segundo Bernal Diaz del Castillo (1947, p. 29), o que ele viu e reconheceu foi Francisco de Morla montado em um cavalo castanho que vinha juntamente com Cortés. Isto sim, segundo Bernal Diaz, pode ser confirmado, pois neste confronto estiveram presentes além dele, Hernán Cortés e muitos dos seus cavaleiros e ainda, mais de quatrocentos soldados, sendo que nenhum deles tinha visto São Tiago. Ele mesmo só ficou sabendo de tal “aparição” quando leu a obra de Francisco Lopes de Gomara, pois até então: “[...]nunca entre conquistadores que allí se hallaron tal se oyó hablar”.

O capitão Andrés de Tapia, que participou desse mesmo combate, narra esse mesmo episódio na sua *Relación*. Segundo este conquistador, de fato apareceu, por três vezes, um cavaleiro, porém não afirma que tenha sido São Tiago. Já o capitão Bernardino Vázquez de Tapia, que também esteve no combate e o relatou em 1544, entra em contraposição aos dois últimos autores⁵.

A versão narrada por Bernardino, seguida pela de Gomara, foram as primeiras a serem escritas. Nelas nota-se o forte vínculo com as descrições dos relatos medievais, já que fazem questão de apresentar São Tiago como um guerreiro que monta, ora um cavalo branco, como durante a Reconquista, ora um castanho, o tipo comum entre os animais que faziam parte das forças de Cortés.

As divergências entre os posicionamentos seguidos pelos autores leigos e religiosos presentes nas narrativas do episódio apresentado, expressam indícios de diferentes visões de mundo existentes naquele cotidiano. Embora ambos manifestem formas de viver, o mito de São Tiago, a intensidade e a maneira da vivência são diferenciadas.

Ao registrar que os índios teriam visto São Tiago no combate, Gomara exalta o culto ao patrono da Espanha, procurando apresentar certa assimilação de alguns elementos da cultura castelhana do século XVI, por parte dos naturais. Entretanto, para os espanhóis leigos a crença na presença do sobrenatural, neste período, fazia mais parte das tradições medievais por eles herdadas do que a crença vivenciada por eles durante a Conquista. Bernal Diaz del Castillo é um representante desta perspectiva.

⁴ Este mesmo comportamento Bernal Diaz tem em relação a uma notícia sobre uma aparição de Nossa Senhora (Santa Maria) que Montezuma diz ter visto (DIAZ DEL CASTILLO, 1947, p. 213-214).

⁵ A *Relación* de Bernal Diaz de Castillo foi escrita posteriormente a de Bernardino Vazquez de Tapia.

A divergência presente nas narrativas deste episódio foi percebida, já no século XVII, por Antonio de Sólis. Sobre ela na *Historia de la Conquista de Mejico* fez o seguinte comentário:

Exceso es de la piedad el atribuir al cielo estas cosas que suceden contra la esperanza o fuera de la opinión: a que confesamos poca inclinación, y que en cualquier acontecimiento extraordinario dejamos voluntariamente su primera instancia a las causas naturales; pero es cierto que los que leyeren la historia de las Indias, hallarán muchas verdades que parecen encarecimientos, y muchos sucesos que para hacerse creíbles fue necesario tenerlos por milagrosos (SOLIS, 1970, p.65).

Neste comentário, frei Antonio de Solis faz uma crítica tanto a respeito do grau de verdade do relato histórico como sobre a forma de escrever a história seguida pelos primeiros cronistas da Conquista da América.

À parte desta discussão, travada entre religiosos e leigos, encontramos o posicionamento dos nativos e mestiços que passaram a não só acreditar, mas em ver São Tiago em alguns casos como o deus dos conquistadores – invasores – e outros como um deus já conhecido, reverenciado e temido por eles.

São Tiago: visto como deus pelos nativos e mestiços

Partindo de um referencial dado – a crença na existência de um protetor sobrenatural - autores como o nativo Felipe Guamam Poma de Ayala e os mestiços Diego Muñoz Camargo (1529-1599) e o Inca Garcilaso de la Vega demonstram, em suas obras, como as suas respectivas culturas passaram a viver o mito de São Tiago, pois, na América, além de estar presente e ganhar impulso junto aos conquistadores, o mesmo aflorava entre os índios, fossem estes aliados ou não visto que, tanto uns como outros, incorporavam e adaptavam elementos da cultura dos “recém chegados” à sua. Assim, colaboravam, de maneira geral, no desenvolvimento de uma nova interpretação do mito de São Tiago, contribuindo para que a caracterização tradicional do apóstolo pelos conquistadores ganhasse novos valores. Porém, a nova interpretação, vista em si, trazia particularidades próprias dos locais onde o culto ao guerreiro São Tiago foi difundido.

No México, a interpretação, feita pelos nativos, dos relatos referentes às aparições de um ser estranho a eles e do poder deste mesmo ser fizeram com que passassem a ver no

desconhecido, invocado pelos conquistadores, um deus e não o intermediário entre os cristãos e Deus, conforme apresentado pela doutrina católica.

Contribuiu para o desenvolvimento desse processo o comportamento que os espanhóis tinham diante das imagens dos santos, muitas vezes, conforme afirma Bernal Diaz (1947, p. 92) mais como uma encenação que tinha como meta causar um impacto nos nativos, demonstrando o quanto os espanhóis eram submissos às divindades que cultuavam do que propriamente um ato de fé.

As demonstrações dos espanhóis a tal submissão e a crença no poder de intervenção, particularmente de São Tiago, eram constantes. Frequentemente, segundo o cronista Antonio de Remensal, os espanhóis ajoelhavam-se diante da imagem de São Tiago e aproximavam dela seus rosários, suas espadas, seus chapéus. Outra prova de devoção e reverência era o ato de beijar as bandeiras que traziam estampadas a imagem do santo, segundo o mesmo autor:

De esta veneración entendieron los indios que aquella imagen era el dios de los españoles, y como le veían armado a caballo, con espada ensanguentada en alto y hombres muertos en el campo, teníanle por Dios muy valiente y que por servirse lo eran también tanto los españoles, y de aquí venía el rendirseles con facilidad y desmayar en las batallas al primer encuentro [...]. Corría la voz a los enemigos y todo se hacía bien y Santiago a caballo y armado era el Dios de los cristianos (REMENSAL, 1932. P. 432).

A crença dos nativos de que São Tiago era um deus também nos é transmitida por Diego Muñoz Camargo quando trata do confronto entre os tlaxcaltecas, os primeiros aliados dos espanhóis, e os cholultecas, integrantes da Confederação Asteca e inimigos dos tlaxcaltecas. Segundo Diego Muñoz Camargo (1990, p. 280) esse confronto ocorreu em duas dimensões: uma terrena e outra sobrenatural. Na primeira, os castelhanos combatem os naturais e, na segunda, o confronto ocorre entre duas divindades, de um lado, os tlaxcaltecas que combatiam protegidos por São Tiago; do outro, encontravam-se os cholultecas que acreditavam que Quetzalcoátl iria intervir a favor deles.

Esta situação é reafirmada por Diego Muñoz Camargo (1990, p. 280) quando o mesmo relata que, após a vitória dos tlaxcaltecas neste combate, os cholultecas passaram a considerar que “[...] era de más virtud el Dios de los hombres blancos y sus hijos más poderosos”. Conforme afirma na seqüência do mesmo relato, após o combate referido, a crença dos tlaxcaltecas no poder de intervenção do guerreiro celeste que combatia ao lado dos espanhóis aumentou. Nas palavras do autor: “[...]y de alli les quedó que hoy en dia

hallandose en algún trabajo los de tlaxcalla, llaman al Señor Santiago”.

Embora em nenhum momento Diego Muñoz Camargo manifeste que os espanhóis invocassem São Tiago, é possível deduzirmos que tal prática tinha acontecido no decorrer do confronto, pois é o autor quem utiliza o verbo no presente para afirmar que os tlaxcaltecas invocavam a ajuda de São Tiago sempre que necessitavam, fato que nos esclarece também que o São Tiago, que passavam a invocar, não era o divulgado pelos conquistadores, mas sim uma interpretação deste.

Mediante esta demonstração de poder (ter vencido Quetzalcoátl) São Tiago tornava-se, para os cholultecas, em fonte de temor e, para os tlaxcaltecas, por um lado, em protetor contra os inimigos que viessem a ter e, por outro, assumia o caráter civilizador, anteriormente atribuído a Quetzalcoátl, deus que também veneravam e temiam antes do “encontro” com os espanhóis. Fato que contribuía no processo de reorganização social implantado pelos conquistadores.

A equiparação do santo como sendo um deus, constata-se também nos relatos que tratam da conquista do Peru. Destes destacamos, entre outros, os elaborados pelo Inca Garcilaso de la Vega e por Felipe Guamam Poma de Ayala justamente por serem exemplos da expressão do pensamento de pessoas que estavam presas, entre pelo menos duas culturas: a nativa e a européia (hispânica).

Entre os relatos específicos que fazem referência a São Tiago como sendo considerado pelos nativos como deus são ilustrativos aqueles que descrevem o confronto travado entre Manco Inca e as forças de Francisco Pizarro, pois neles são reveladas pistas sobre como os nativos entendiam o significado da expressão São Tiago. Por exemplo, na versão transmitida por Guamam Poma, o confronto mencionado é descrito a partir das justificativas que levaram Manco Inca a se rebelar contra os espanhóis. Segundo o autor citado, Manco Inca avançou sobre os espanhóis com um número superior de guerreiros. Tinha como intenção massacrá-los, procurando defender, assim, o seu povo contra os maus tratos e abusos cometidos pelos recém-chegados.

Em situação de inferioridade, restou aos espanhóis pedir ajuda aos céus. Segundo Guamam Poma, os espanhóis se reuniram e se ajoelharam pedindo misericórdia à Virgem Maria, Santiago e a Deus. Nas palavras do autor:

[...] y todos [os espanhóis] se habían ajuntado los dichos soldados cristianos pedían misericordia, hincados de rodillas llamaban a Dios con lágrimas a voces y a la Virgen Maria y a sus santos y decían a gran voz: Señor Santiago válgame

Santiago, Santa Maria, válgame Santa Maria, ayúdanos Dios esto decían con alta voz los caballeros a la escaramuza, diciendo Santiago, los soldados en el medio hincados de rodillas diciendo Santa Maria puestas las manos.” (POMA DE AYALA, 1979, Vol.I, p. 294).

Com algumas variações, o mesmo relato é narrado por Garcilaso de la Vega que apresenta esse episódio como sendo um momento do cerco imposto pelas forças de Manco Inca aos espanhóis. Tal cerco durou mais de oito meses entre os anos de 1535 a 1536. Portanto, diverge de Guamam Poma que o apresenta de maneira resumida – uma notícia – dando, em primeira instância, a idéia de que o ocorrido tinha sido um ataque repentino. Garcilaso de la Vega, embora tendendo para o lado espanhol, procura apresentar as duas posições: a bravura dos nativos contra a coragem dos espanhóis que preferem lutar até a morte, se for o caso, sem mostrar fraqueza. No entanto, tais posições são desenvolvidas a partir do olhar dos nativos, filtrado pelo autor, já que são eles quem comentam o episódio:

‘ Arremetieron a los indios, llamando a grandes voces el nombre de la Virgen y el de su defensor apóstol Santiago.’ Los unos y los otros pelearon obstinadamente, con mucha mortandad de los indios y muchas heridas de los españoles” (GARCILASO DE LA VEGA, 1960, T.III, p. 124).

Voltando ao relato de Guamam Poma, encontramos na seqüência da narrativa a descrição de um milagre: a Virgem Maria e São Tiago apareceram justamente quando os espanhóis pensavam que seria o fim deles, pois sentiam-se desgastados e em menor número. Tal aparição foi, segundo Guaman Poma, comentada pelos nativos:

[...] dicen que lo vieron a vista de ojos que bajó el señor Santiago con un trueno muy grande, como rayo cayó del cielo a la fortaleza del Inga llamada Sacsaguaman, que es pucara del Inga, arriba de San Cristóbal; y como cayó en tierra se espantaron los indios y dijeron que había caído llapa, trueno y rayo del cielo, caccha, de los cristianos, favor de cristianos. Y así bajó el señor Santiago a defender a los cristianos (POMA DE AYALA, 1979. Vol. I . p. 296).

Na seqüência do mesmo relato apresenta o impacto sofrido pelos naturais em função da intervenção do santo:

[...] y que venía con gran destrucción y muerte, muy muchos indios, y desbarató

todo el cerco de los indios a los cristianos que había ordenado Mango Inga; y que llevaba el santo mucho ruido y de ello se espantaron los indios; esto echó a huir Mango Inga y los demás capitanes e indios, y se fueron al pueblo de Tambo con sus capitanes y demás indios, los que pudieron. Y desde entonces, los indios al rayo les llaman y dice Santiago, porque el santo cayó en tierra como rayo, Illapa, Santiago. Como los cristianos daban voces diciendo Santiago, y así lo oyeron los indios infieles, y lo vieron al santo caer en tierra como rayo y así los indios son testigos de vista del señor Santiago, y se debe guardarse esta dicha fiesta del señor Santiago en este reino, como pascua, porque del milagro de Dios y del señor Santiago se ganó.” (POMA DE AYALA, 1979. Vol. I. p. 296)

O mesmo episódio é descrito por Garcilaso de la Vega, porém com um número menor de características locais. Garcilaso reforça a imagem tradicional de São Tiago. Como dado inovador acrescenta à menção a “divisa militar” fato que comprova o papel e a influência da Ordem Militar de Santiago no processo de difusão do culto e do mito de São Tiago na América:

A esta hora y en tal necesidad, fué nuestro Señor servido favorecer a sus fieles con la presencia del bienaventurado apóstol Santiago, patrón de España, que apareció visiblemente delante de los indios encima de un hermoso caballo blanco, embrazada una adarga y en ella su divisa de la orden militar y en la mano derecha una espada que parecía relampago, según el resplandor que echaba de sí. (GARCILASO DE LA VEGA, 1960, T.III, p. 125).

Tal forma de representação do apóstolo é aceita por Guamam Poma, embora este autor acrescente a ela características locais:

Dicen que vino encima de un caballo blanco, que traía el ducho [sic] caballo pluma suri y mucho cascabel enjaezado, y el santo todo armado, con su rodela, y su bandera, y su manta colorada, y su espada desnuda,[...] (POMA DE AYALA, 1979, Vol. I, p. 296.).

Entretanto, nota-se no comentário dos nativos, recolhido por Garcilaso, que a interpretação que faziam de São Tiago se aproximava mais a uma identificação do apóstolo com os elementos pertencentes a cultura local: “Los indios se espantaron de ver el nuevo caballero, y unos a otros decían: ‘ Quién es aquel *viracocha* que tiene la *illapa* en la mano? (que significa relâmpago, trueno y rayo)[sic]. (GARCILASO DE LA VEGA, 1960,T. II,

p.125)

Percebe-se, tanto em Guamam Poma como em Garcilaso, que a forma comum de representação de São Tiago será o raio e o trovão; o primeiro, às vezes também identificado no feixe de luz produzido pelos disparos das armas de fogo, e o segundo identificado no barulho dos disparos e no impacto dos cascos dos cavalos no chão. Tais elementos da natureza ou representações destes passaram a ser manifestações do *Señor Santiago*. Nas palavras do cronista: “[...]y así los indios hasta hoy [final do séc. XVI] les llaman al raio Santiago por la ayuda y conversion de los indios por Dios y del Santo apóstol Santiago[...]” (POMA DE AYALA, T. I., 1979, p. 77)

No entanto, temos que esclarecer que o relâmpago, o raio e o trovão não eram somente elementos da natureza, mas sim manifestações de Illapa, o deus que os nativos do sul andino, particularmente daqueles de fala aimara e quéchuas situados entre Cuzco e Potosi, consideravam como deus universal (GISBERT MESA, 1993, p.290).

As origens de Illapa como deus guerreiro são encontradas nas culturas anteriores a incaica, esta incorporou-o no seu panteão como deus do trovão e do raio, como aquele que tinha controle dos céus podendo intervir na ação das chuvas e tempestades. Era um deus guerreiro que tinha o poder de se adaptar a novas situações. A última foi a da conquista, quando segundo os nativos passou a ser visto na representação de São Tiago, tão divulgada pelos conquistadores.

A relação entre Illapa e São Tiago por parte dos nativos foi facilitada pelo fato de tanto um como outro possuírem características semelhantes. Se por um lado Illapa era o deus da guerra, São Tiago era o santo guerreiro; se Illapa era o deus do trovão, São Tiago, segundo a tradição ibérica, era o "*hijo del Trueno*", o filho do trovão; se por um lado Illapa era o deus do raio e do trovão e se manifestava por meio desses fenômenos da natureza, São Tiago por sua vez, detinha a espada reluzente com a qual feria e matava e, ainda, a caracterização de São Tiago na América não pode ser dissociada da representação do cavalo e do barulho causado pelo galopar considerado pelos nativos como trovões. Esses dados demonstram como a representação e qualidades de uma divindade era semelhante a outra. Isto tornava mais fácil a assimilação por parte dos nativos e contribuía na criação de uma nova interpretação e representação daquele que na origem foi um apóstolo de Jesus Cristo.

Nesta nova representação, passaram a ter relevância elementos pouco considerados na tradicional caracterização, como exemplo, o barulho provocado pelo impacto dos cascos dos cavalos no chão e o brilho da espada diante de uma fonte de luz. Estes elementos desconsiderados na caracterização anterior são relevantes na nova, pois são características do

deus Illapa. O barulho provocado pelo impacto dos cascos dos cavalos no chão representava o barulho do trovão e o brilho das espadas era confundido com os raios e relâmpagos. O trovão e os raios eram também percebidos nos disparos das armas de fogo e a luminosidade provocada pelas mesmas, passando a ser também indicativo da presença do deus Illapa/São Tiago.

Nesta nova caracterização, o patrono dos castelhanos passava a ser reverenciado e temido pelos nativos, convertendo-se assim em arma, às vezes, inconsciente e outras conscientemente utilizada pelos conquistadores como instrumento para impor o seu poderio frente aos nativos.

O impacto que esta nova interpretação do apóstolo exercia sobre os nativos nos é transmitida por Garcilaso de la Vega ao comentar uma aparição ocorrida em Cajamarca: “Dondequiera quel el Santo acometia, huian los infieles como perdidos y desatinados; ahogábanse unos a otros huyendo de aquella maravilla” (GARCILASO DE LA VEGA, 1960, T.III, p, 125).

Independentemente das particularidades apresentadas pelos autores citados, eles demonstram que os nativos e mestiços encontraram um novo referencial de temor quando passaram a interpretar São Tiago como sendo um deus que intervinha diretamente a favor dos cristãos e dos aliados destes. Porém este novo referencial era controlado pelos recém chegados, pelos conquistadores tanto espirituais como leigos. O temor dos nativos em relação ao deus Illapa, agora também manifestado nas representações de São Tiago tornou-se mais um elemento de demonstração da superioridade dos espanhóis sobre os naturais do Peru, fator que auxiliou os últimos no processo de conquista e evangelização daquela região.

Ambos os autores deixaram também referências da vivência do mito de São Tiago. Expressaram aquilo que julgavam que os nativos haviam interpretado sobre a introdução de um elemento que havia sido apresentado a eles pelos conquistadores. Em tal interpretação, percebe-se que os elementos da religiosidade, transmitidos pelos cristãos, fizeram efeito, uma vez que os nativos associaram a crença local- no deus Illapa - ao ente invocado pelos espanhóis, São Tiago que passava a ser mais uma metamorfose do deus Illapa.

Parece que os nativos passaram a entender que os espanhóis detinham o controle deste deus que sempre os havia atemorizado. Seguindo esta perspectiva, o santo temido por eles não era aquele que fazia parte das estórias comentadas pelos conquistadores ou dos sermões pregados pelos padres, cujas características eram aquelas elaboradas durante a Reconquista. Era um novo desconhecido até mesmo pelos conquistadores. Isso nos leva a constatar que o São Tiago da Conquista é original, fruto de um poder de adaptação e construção mental

efetuado pelos nativos e mestiços de cada região da América, a partir da fusão de dados fornecidos pelos espanhóis, com os elementos das culturas locais, desenvolveu-se dessa maneira, um novo imaginário em torno de São Tiago.

FONTES

ARCEO, F. Relación, hecha de viva voz por El Alferéz Francisco de Arceo, al capitán e historiador Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdes. In: Parres Arias (dir.) **Crónicas de la Conquista**. Guadalajara: Instituto Jalisciense de Antropología e Historia, 1963.

CORTES, F. Cartas de Relacion. In: Enrique de Vedia (ed.) **Historiadores Primitivos de Indias**. Madrid: Atlas, 1946.

DÍAZ DEL CASTILLO, B. Historia Verdadera de los Sucesos de la conquista de la Nueva-España. In: Enrique de Vedia (ed.) **Historiadores Primitivos de Indias**. Madrid: Atlas, 1947, tomo II, p. 1-317.

FERNANDEZ, D. **Crónica del Peru**. Primera e segunda parte. Edição e prólogo de Juan Peres de Tudela Bueso. Madrid: Atlas, 1963, T. I, 384p (B.A.E.)

GARCILASO DE LA VEGA, I. **Comentários Reales de los Incas**. In: Obras Completas Del Inca Garcilaso de la Veja. Edição e estudo preliminar de P. Carmelo Saenz de Santa Maria, S.I. Madrid: Atlas, 1960.

GONGORA MARMOLEJO, A. Historia de Chile. In: Francisco Esteve Barba. **Crónicas del Reino de Chile**. Madrid: Atlas, 1960.

GUSMAN, P. Relación, hecha de viva voz por, Pedro de Gusman al capitán e historiador Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdes. In: Parres Arias (dir.) **Crónicas de la Conquista**. Guadalajara: Instituto Jalisciense de Antropología e Historia, 1963

IXTLILXOCHITL, F. A. Relación de la venida de los españoles y principio de la ley evangélica. In: A. M. Garibay K. (ed.) **Historia General de las Casas de Nueva España** Mexico D. F. Porrúa, 1956. Vol. 4. P: 187-276.

JEREZ, F. Verdadera Relación de la Conquista del Perú y Provincia del Cuzco, llamada la Nueva-Castilla. In: Enrique de Vedia (publ.) **Historiadores Primitivos de Indias**. Madrid: Atlas, 1947.

LOPEZ DE GOMARA, F. **Historia de la Conquista de Mexico**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

MARIÑO DE LOBERA, P. **Crónica del Reino de Chile**. In: Esteve Barba. **Crónicas del Reino de Chile**. Madrid: Atlas, 1960.

MUÑOZ CAMARGO, D. Historia de Tlaxcala, livro 12. In: BAUDOT, G. & TODOROV, T. **Relatos Aztecas de la Conquista**. 1ªed. Mexico D.F.: Grijalbo, 1990 p. 243-301.

POMA DE AYALA, F.G. **Nueva Coronica y Buen Gobierno**. Transcrição, Prólogo, Notas e Cronologia de Franklin Pease. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

REMENSAL, A.O. P. **Historia General de las Indias Occidentales y particularmente de la Gobernación de Chiapas y Guatemala**. Madrid: Atlas, 1964 (BAE, 175).

SAHAGÚN, B. **Psalmódia Christiana**. Edição, introdução e versão do náhuatl e notas de José Luis Suárez Roca. León: Instituto Leonés de Cultura, 1999.

VALDIVIA, P. Cartas. In: Esteve Barba. **Crónicas del Reino de Chile**. Madrid: Atlas, 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GISBERT MESA, T. Santiago e o mito de Illapa. In: **Santiago e America**. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia & Arcebispado de Santiago de Compostela, 1993. P. 289-295.

LOPEZ-BARALT, M. La iconografía política del Nuevo Mundo: El mito fundacional em la imágenes católica, protestante y nativa. In: **Iconografía Política del Nuevo Mundo**. Puerto Rico: Editora de la Universidade de Puerto Rico, 1990.

PORRO, N. R. El Señor Santiago em Tierra del antiguo Incario. In: **Estudios en homenaje a don Claudio Sanchez-Albornoz en sus 90 años**. Avila Buenos Aires. Fundación Sanchez-Albornoz Avila & Instituto de Historia de España Buenos Aires, 1990.

WECKMANN, L. **La Herencia Medieval de Mexico**. D.F. El Colegio de Mexico, 1984.

PODER E “SAÚDE PÚBLICA” NA MONARQUIA PORTUGUESA QUATROCENTISTA

André Costa Aciole da SILVA¹

andreaciole@ifgoiano.edu.br

Resumo: Este estudo visa estabelecer a relação entre o poder político dos reis portugueses e a prática médica do século XV. Ele também pretende mostrar como os monarca usou a "arte da medicina" como um instrumento para reforçar o poder real e como isso trouxe uma mudança na assistência aos doentes no período acima mencionado, tal transformação é evidenciada por um aumento na fiscalização e regulamentação do conhecimento e da prática da medicina. Como ao mesmo tempo e de maneira especial, o presente trabalho pretende indicar como a criação de hospitais reais podem ser vistos como uma indicação de uma preocupação estratégica do estado lusitano: a “saúde pública”.

Palavras chave: Poder – Medicina – Portugal.

Abstract: This study seeks to establish the relationship between the political power of the Portuguese kings and the medical practice of the fifteenth century. It also intends to show how the monarchs used the “art of medicine” as an instrument for strengthening royal power and how this brought about a change in assistance to the sick in the aforementioned period, such a transformation is evidenced by an increase in the fiscalization and regulation of the knowledge and medicine practice. As the same time and in a significant manner, this paper intends to demonstrate how the creation of royal hospitals can be seen as an indication of a new strategic preoccupation of the Lusitanian state: “public health”.

Keywords: Power – Medicine – Portugal.

É lugar comum, na opinião dos mais variados segmentos sociais, a ideia de que a medicina enquanto exercício e prática profissional é sinônimo de sucesso financeiro e status.

¹ É mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e bolsista CNPq.

O médico (assim como o advogado) é o “doutor” e sua presença, para alguns, exige mesmo uma maior preocupação com a hospitalidade, com os costumes, com a forma de trajar, falar e se postar ante esta figura que é “quase divina”. A autoridade do advogado vem, provavelmente, da sua capacidade de lidar com as letras, portanto com o meio de entender o mundo, especialmente o mundo das leis. No caso do médico sua autoridade advém da possibilidade de curar por meio de procedimentos que são próprios de sua profissão. Tais procedimentos foram obtidos com a frequência a um curso que lhe garantiu o grau de bacharel em medicina. Enfim, foi sua escolarização universitária que assegurou o conhecimento e o controle de tais procedimentos que tem como base a ciência médica. Por outro lado, ao final da Idade Média é certo que, muitas vezes, se preferiu homens e mulheres que, por sua “virtude”, podiam curar ou cuidar da saúde das pessoas ainda mais numa sociedade predominantemente agrária onde o acesso a um médico diplomado não era muito ordinário. Deste modo o acesso a uma ciência médica e mesmo os médicos só podem ser encontrados com mais facilidade entre aqueles que tinham certa segurança financeira.

Em sua *História da Medicina Portuguesa – doutrinas e instituições*, Lemos afirma que a falta de médicos formados e a precariedade na medicina foi algo comum em quase toda história de Europa assim como na de Portugal. A sociedade agrária dos tempos medievais, a ausência instituições que oferecessem os conhecimentos médicos e a conseqüente ausência de médicos com saber formal não contribuiu para o desenvolvimento de uma prática médica propriamente dita era comum que as pessoas procurassem indivíduos com comprovado conhecimento na arte de curar (LEMOS, 1991, p. 53).

Armando Tavares de Souza nos lembra que a cura e as praticas médicas no período medieval foram atividades de dois tipos de “profissionais”: primeiro, aqueles que detinham pelo menos uma certa noção formal da arte médica, ou seja, os físicos e cirurgiões e em segundo lugar, aqueles que aprenderam praticando com aqueles. Os primeiros são os raros médicos que tinham formação escolar, coisa dispendiosa no período medieval. Muitas vezes era necessário aos lusitanos se ausentar de suas terras e buscar formação na França (Montpellier) ou na Itália (Salerno) onde se encontravam as escolas de medicina mais importantes da Europa. Os outros, ou seja, aqueles que aprendiam na prática, eram muitas das vezes pessoas de menor condição social, inábeis da profissão e sem noção de práticas higiênicas e doutrinas médicas (TAVARES DE SOUZA, 1996, p. 188-189).

No prisma de Luís Nuno Ferraz de Oliveira, a deficiência de médicos na Europa medieval foi o que permitiu o surgimento e crescimento no número de “práticos” que exerceram a arte de curar. Isso não significa que neste período houve completa inexistência de

médicos, mas uma falta acentuada destes que tratassem a população mais necessitada. Físicos de formação era algo fora do alcance da população devido ao custo elevado de seus serviços assim como pela inexistência de uma rede eficiente de assistência médica que buscasse curar os doentes (FERRAZ DE OLIVEIRA, 2001, p. 23).

Iria Gonçalves concorda com as afirmações de Ferraz de Oliveira. No que se refere à presença médica a autora afirma que a ausência médica foi realidade em várias localidades do território português. Entretanto, procura lembrar que, as práticas curativas, eram realizadas de forma até mesmo eficiente por indivíduos que, mesmo sem formação letrada, realizavam grandes curas tendo excelente reputação entre a população. Efetivamente a população só poderia com estes práticos e alguns cirurgiões que tinham autorização real para tal atividade (GONÇALVES, 1989, p, 12-13).

Entender o lugar dos médicos entre aqueles que podiam tê-los por perto e a crescente importância da medicina entre os nobres, parte da burguesia ascendente e especialmente para os monarcas em tempos derradeiros da Idade Média foi o que me levou às leituras sobre estes temas. Tais leituras apontaram para a necessidade de aprofundar as pesquisas neste ramo da história da medicina medieval especificamente em Portugal.

As leituras apresentaram novas possibilidades para a construção da história da medicina em Portugal. Foram evidenciadas lacunas importantes de modo especial no que tange aos médicos das cortes régias e nobiliárquicas assim como a relevância que os “físicos” passar a ter para o poder público. Relevou-se, portanto um campo de pesquisa que até o momento tem despertado pouco interesse entre os estudiosos do tema: a importância da medicina junto ao poder político em Portugal assim como a importância do círculo médico nas cortes.

Deste modo, no sentido de ampliar os conhecimentos sobre o campo supracitado é que elegi os governos de D. Afonso V (1448-1481) e D. João II (1481-1495) para ser o foco das leituras e desta proposta de pesquisa. Essa opção resulta da importância dada à medicina por estes monarcas. Em parte de documento transcrito por Iria Gonçalves o monarca D. Afonso V afirma que: “(...) *Quanto por seruiço de deus e nosso bem e proueito do nosos Regnos e Senhorio he neçesario em elles a arte da mendicina(...)*”. A frase é reveladora de uma posição assumida do monarca, a de que o trabalho realizado pelos médicos em seus domínios era importante. Talvez não importante apenas para a população, mas ao mesmo tempo importante por que relacionada como estratégia política de fortalecimento de seu poder.

Quando afirmo que era importante não apenas para a população não pretendo sugerir que a preocupação com a saúde e com a doença fosse algo menor para os reis portugueses. Pelo contrário, o cenário urbano de Portugal no final da Idade Média e os surtos de epidemias levaram a uma preocupação constante dos monarcas no sentido de evitar ou pelo menos dificultar a disseminação das doenças. No que tange aos surtos de endemias, era de fundamental importância produzir um discurso que explicasse e mesmo justificasse a existência daquela situação anormal. A justificativa visa produzir um quadro favorável à manutenção da ordem, arquitetar uma ordenação, onde se poderia, com o entendimento das origens ou motivos destas pestes, introduzirem os meios e procedimentos passíveis de promover o bem estar do corpo social.

Não é demais lembrar que para parte do clero, o recurso mais utilizado era e de que as calamidades tão recentes eram revelações da cólera divina. Em inúmeras obras (da literatura, pintura, escultura) as doenças apresentavam-se como castigo. Duby e Le Goff demonstraram como a doença se apresentava e era representada como este castigo que se deveria ser imposto a um grupo que se afastava do plano divino, pecadores que insistiam em transgredir a lei de Deus (DUBY, 1999, p. 103). Neste sentido era fundamental, para diminuir a cólera de Deus, a contrição, a retomada da fé e a purificação da comunidade de todos os seus pecados. Importante ressaltar como as doenças e epidemias faziam aflorar ou renovar os valores cristãos. Em certa perspectiva a doença purificava. Ao final entre mortos e moribundos salvavam-se todos por conta da retomada da fé, da mudança de posturas e da reafirmação dos valores cristãos (LE GOFF, s/d, p. 6-8).

Por um lado, no campo do espiritual os monarcas não deveriam, o que não quer dizer que não poderiam, fazer qualquer ingerência no sentido de construir um discurso voltado para a valorização de sua figura como aquele que tira a doença do mundo. Por outro lado, no plano temporal, a ação régia deveria ocorrer e de forma urgente.

O recorte temporal que me proponho a estudar é a segunda metade do século XV neste sentido, preferi me dedicar aos governos de D. Afonso V e D. João II. Em primeiro lugar pelo fato do governo destes monarcas darem uma importância considerável à organização e regulamentação da prática médica em seus “reinos e senhorios” dando continuidade às políticas de D. João I e D. Duarte no tocante à esta disposição de dar licença régia para o exercício da “física”. Iria Gonçalves, em outra obra, lembra a preocupação do estado português na regulamentação da prática médica naquele país. Sua pesquisa mostra que desde o século XIV os monarcas se preocuparam em controlar e averiguar o exercício da medicina em seus domínios. O exame daqueles que pretendiam exercer a medicina em

Portugal passou a ser a única exigência legal para tal. Contudo, mesmo que possamos identificar um crescente número de médicos com autorização real, isso não esconde que a carência e a ausência médica na maioria das localidades. Em Leiria, entre 1434 e 1495, por exemplo, havia dois físicos licenciados e três com autorização para cirurgia; em Évora, no mesmo período, apenas treze físicos atenderam a população local (GONÇALVES, 1988, p. 34).

Em segundo lugar, poderemos verificar que esta disposição para regulação da arte médica aponta para uma preocupação do poder público no sentido de ordenar a ação dos médicos em território português o que pode ser indicativo de uma maior influência de um discurso médico através dos médicos da corte na ação estatal ou mesmo de uma ação deliberada dos monarcas para avançar sobre uma área, a assistência, que até então era de domínio quase exclusivo da Igreja.

Acredito que este ordenamento, esta limitação ocorre não apenas por conta de se exercer controle sobre aqueles que praticavam a medicina mas de uma preocupação em outra área: a saúde pública. No que se refere à saúde pública, não existe em Portugal um sistema ordenado de assistência ligada diretamente à monarquia até a criação das Misericórdias e especialmente do Hospital Real de Todos os Santos em 1492 por D. João II, filho de D. Afonso V. Acredito que a criação desta instituição deve ser analisada dentro de um momento específico da história portuguesa onde os monarcas D. João II e D. Afonso V procuravam centralizar poderes em suas mãos. Ao mesmo tempo deve ser considerada a hipótese de que a ação real pretendia criar uma imagem do rei associada às qualidades religiosas dos monarcas especialmente se relacionado com as características da misericórdia, piedade e assistência que podem aparecer como justificativa que sustentam a centralização (PANARRA, 1994, p 201).

Em terceiro lugar volto a minha atenção para a segunda metade do século XV por ser este um momento importante para podermos sondar o processo de consolidação de um sistema de saúde pública em Portugal no final da Idade Média. Lembremos que até este momento a assistência e a beneficência medieval em períodos anteriores aos governos do século XV estavam sempre ligados ao ideal da caridade do cristão e das orientações bíblicas para que se amasse o próximo como Jesus havia nos amado. Deste modo já se pode identificar associações de populares sendo fundadas nos séculos XII e com grande impulso no século XIII em decorrência do sucesso da Ordem de São Francisco. Mas não se pode falar em uma assistência médica especializada nestes casos uma vez que grande parte destas instituições da caridade e beneficência eram fundadas por leigos que, na maior parte dos casos, estavam longe do terem um saber médico (CORREIA, 1999, p. 165).

No que tange ao recorte espacial Portugal foi escolhido por ter sido um país onde a medicina parece ter se destacado como área de saber de modo específico no período tratado em que o poder régio vai atuar na criação de espaços de discussão e difusão do saber como é a universidade (SARAIVA, 1988, p. 128). Mas lembramos que desde o século XIII e fora da proteção real as universidades portuguesas ofereciam os cursos de medicina como pudemos identificar no caso da Universidade de Lisboa. Ao mesmo tempo vale lembrar que a produção de um conhecimento médico considerado científico teve em Portugal certa relevância. Imperioso é destacar figuras como Pedro Hispano (Papa João XXI) e sua obras como o *Liber de Conservantia Sanitate*, *De oculo* assim como o *Thesaurus Pauperum* (este último de cunho mais pedagógico e voltado para a população) que já no século XIII demonstra a importância do “saber curar” e do discurso médico em terras Lusitanas (FAGUNDES, 2006, p. 89).

Para o bom juízo da medicina em Portugal nos governos de D. Afonso V e D. João II é necessário estar atento aos fatores que propiciaram o desenvolvimento de uma arte médica, da presença e importância dos médicos nos séquitos reais e nos hospitais gerais criados por estes monarcas. É necessário também salientar o cenário político, a composição de forças nas cortes, as relações de poder entre estado e Igreja. Em contraposição ao cenário cortesão vale lembrar a precariedade da vida social no espaço rural português, marcada pela raridade de médicos de formação escolar, pela carência de boticas e por uma assistência hospitalar que visava mais o morrer bem do que o curar o doente (FOUCALT, 1981, p.102).

A compreensão da história dos saberes médicos, das práticas médicas e de uma saúde pública nos governos de D. Afonso V e D. João II passa tanto por uma análise dos dados contidos nos documentos da época, dos condicionantes sob os quais foram elaborados, da relação com o imaginário social quatrocentista acerca da medicina, das práticas médicas e de assistência à saúde. Desta forma, é mister avaliar o imaginário social e as demais representações sociais acerca dos temas tratados. Ao mesmo tempo outro caminho será percorrido, o dos elementos concretos das práticas médicas que fazem parte da história da medicina lusitana dando-se destaque a algumas instituições de assistência (Hospitais, Albergarias e Misericórdias) mantidas pela Coroa portuguesa.

Deste modo, considerando que a possibilidade do historiador reescrever continuamente a história a partir de um novo ângulo e de lacunas deixadas por estudos anteriores; considerando a possibilidade de se questionar as fontes com abordagens diferentes é que proponho apresentar uma análise dos saberes médicos, práticas médicas e poder político em Portugal na segunda metade do século XV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Fernando da Silva. *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Horizonte. 1999.

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1999.

FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. *Saúde e dietética: o liber de conservanda sanitate do físico português Pedro Hispano (séc. XII)* Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006.

FERRAZ DE OLIVEIRA, Luís Nuno e Dória, José Luís *Apontamentos da História da Medicina*. Lisboa: FCM, UNL, 2001.

FOUCALT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981.

GONÇALVES, Iria. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

GONÇALVES, Iria. Possibilidade de acesso ao médico diplomado na Beira de quatrocentos. In: *Medicina na Beira interior - da pré História ao século XIX*, Castelo Branco, 1989.

LE GOFF, Jacques. *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar, s/d.

LEMOS, Maximiano, *História da Medicina em Portugal – doutrinas e instituições*. Lisboa: Ordem dos Médicos/Publicações D. Quixote, 1991.

PANARRA, Antônio Carlos Gomes. Na origem do Hospital Real do Todos os Santos. In: *Medicina Interna*, Vol 1, n. 3, Lisboa: 1994.

TAVARES DE SOUSA, A. *Curso de História da Medicina – das origens aos fins do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SARAIVA, António José *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.

A ORDEM DE CRISTO E AS BASES DO PADROADO RÉGIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV E XVI)

Bruno Tadeu SALLES¹

salles_bruno003@yahoo.fr

Resumo: A Ordem de Cristo, fundada em Portugal no ano de 1319 a partir dos bens da extinta Ordem dos Templários, conheceu, durante os séculos XV e XVI, um estreitamento de suas relações com a realeza lusitana. Detentora de importantes privilégios sobre as terras conquistadas no decorrer do século XV, gozando de uma grande honra junto à sociedade luso-brasileira e progressivamente associada à figura real, a Ordem de Cristo teria se convertido, no século XVI, em um importante instrumento dos reis de Portugal. Neste sentido, o presente texto pretende discutir alguns aspectos das relações da coroa portuguesa com a Ordem de Cristo, bem como o seu lugar no poder dos reis de Portugal.

Palavras Chave: Ordem de Cristo, Portugal, Padroado Régio.

Abstract: The Order of Christ, established in Portugal in the year of 1319 from the properties of the extinct Templars' Order met, during the XVth and the XVIth centuries, a strengthen of yours relations with the lusitanian royalty. Keeping the important privileges about the lands conquered in the XVth century, the Order of Christ became an important tool of the portuguese kings. Therefore, this text intends to talk about any aspects of the relations between the portuguese crown and the Order of Christ as well as its place in the power of the Portugal kings.

Keywords: Order of Christ, Portugal, Royal Patronage.

Palavras Chave: Ordem de Cristo, Rei, Padroado Régio, Portugal.

O esforço despendido pela Ordem de Cristo nas navegações e conquistas portuguesas, a partir de 1420, foi um fato bem reconhecido, não somente pelo seu Governador, o Infante D. Henrique, mas também por reis e papas. A participação da Ordem, além de ter sido efetuada através do financiamento das viagens, contou com o engajamento direto de seus membros: é

¹ Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Estadual de Goiás – UnU de Itumbiara. Doutorando do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve a tese intitulada “*Te fili, magister in nostra presentia conquerente: a construção da idéia de militia Christi nas relações entre o Papado e as Ordens Militares (1099-1216)*”, sob orientação da Professora Doutora Adriana Vidotte e com financiamento da CAPES.

notável, segundo o cronista Zurrara, que, entre os primeiros povoadores do arquipélago da Madeira, figurasse um homem chamado Frei Gonçalo Velho, Comendador da dita Ordem ².

Com relação a essas ilhas, registra-se o seu reconhecimento, por parte de navegadores a serviço do Infante D. Henrique, entre os anos de 1418 e 1420. Junto a isso, há dois documentos régios, um que doa as ilhas para o Infante D. Henrique e outro que concede o espiritual delas à Ordem de Cristo ³. Ao que tudo indica, a Cavalaria estabeleceu-se solidamente nas ilhas Madeira, pois, em 1461, o filho adotivo de D. Henrique e então Governador e Administrador da Ordem, D. Fernando, emitiu um mandado de pagamento ao vigário e aos capelães das igrejas da Ordem de Cristo nas ditas ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, pelas missas que deveriam celebrar em benefício da alma do Infante D. Henrique, como fora ordenado em suas cartas e em seu testamento ⁴. Em outras palavras, aproximadamente trinta anos após a chegada de Frei Gonçalo as ilhas, a Ordem do Cristo já possuía nelas, com autorização real, a administração de igrejas.

Além, do mandado de D. Fernando, o Brigadeiro R. J. Da Cunha Matos, escrevendo por volta do século XIX, chama atenção aos consideráveis rendimentos que a Ordem conseguia com a arrecadação do quinto da produção açucareira, o qual lhe fora concedido ⁵. As evidências mencionadas, além de mostrar a participação da Ordem na ocupação das terras conquistadas no século XV, apontariam que este mesmo período foi muito “frutuoso” para ela, afinal, estaria estendendo suas propriedades e arrecadações para além da Península Ibérica, como podemos perceber por uma carta do rei D. Afonso V (1438-1481):

A quantos esta carta virem, fazemos saber que a Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, fundada em nossos reinos por divina ordenança, assim foi virtuosamente, em nossos dias, pelo mui ilustre Infante D. Henrique, meu tio muito

² (...) mandou o Infante um Cavaleiro, que se chama Gonçalo Velho, Comendador que era na Ordem de Cristo, que fosse povoar outras duas ilhas, que estavam afastadas daquelas cento e cinquenta e duas léguas ao noroeste. In: ALMEIDA (org.); DINIS (org.) & BROCHADO (org.). v. 02, 1963: 361.

³ Os dois documentos citados são: Carta de doação vitalícia das Ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, com todos os direitos, rendas e jurisdição cível crime, salvo em sentenças de morte e amputação de membros, e com reserva, para o rei, da alçada, e da cunhagem e curso da moeda (1433). In: MARQUES (org.). v. 1. 1944: 271-272. Carta de doação de todo o espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta à Ordem do Cristo, a requerimento do Infante D. Henrique, Regedor e Governador da mesma Ordem. O rei reservava para si e para a coroa do reino o foro, o dízimo do pescado e todos os outros direitos reais (1433). In: MARQUES (org.). v. 01, 1944: 272-273.

⁴ Mandado de pagamento do Infante D. Fernando, de certas prestações anuais, em prata, ao vigário e capelães das igrejas da Ordem do Cristo nas Ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, pelas missas e outros sufrágios que deveriam celebrar pela alma do Infante D. Henrique (1461). In: MARQUES (org.). v. 03, 1971: 12.

⁵ Logo que a[s] ilha[s] da Madeira principiou a ser povoada, introduziu-se a cultura da cana-de-açúcar, importada da Sicília e outros lugares do Mediterrâneo, a qual prosperou de modo que se erigiram 150 engenhos de que a Ordem do Cristo chegou a receber de quinto, em alguns anos, 60.000 arrobas. In: MATOS, 1963: 37.

prezado e amado, administrada, que além do divino culto e espiritual acrescentamento, em que certamente recebeu manifesta melhoria, ainda nas coisas temporais, sem as quais a espiritualidade nem a militar disciplina, por uma devota e religiosa vontade recebida, não pode ser sustentada, foi muito acrescentada, que, saindo longe dos seus antigos termos, cobrasse muitas ilhas grandes e proveitosas, por uma singular prudência e maravilhosa indústria do dito infante, [foram] novamente povoadas.

(...)

Porém, considerando nós, como com algumas despesas da dita Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo e por contemplação sua, a dita conquista foi prosseguida e começada, razão nos pareceu a ela pertencer a espiritualidade das terras conquistadas. E, portanto, nós, querendo satisfazer ao que devemos ao todo poderoso Deus das hostes, Senhor dos vencimentos, de cuja mão recebemos o principado e esta nova vitória, queremos e outorgamos, quanto com direito podemos, que a dita Ordem de Jesus Cristo, pelo dito Infante e pelos administradores que depois dele vierem, para todo o sempre, haja daquelas praias, costas, ilhas, terras conquistadas e por conquistar e de Gazula, Guiné, Núbia, Etiópia e por quaisquer outros nomes que sejam chamadas, toda a espiritual administração e jurisdição, assim como há em Tomar, que é cabeça da dita Ordem, a qual as ditas terras, assim como membros de novo incorporados e ajuntados, devem ser anexas ⁶.

Pelo documento citado, percebemos como, na opinião do monarca lusitano, a Ordem e seu chefe foram sujeitos importantes na exploração do Atlântico, a qual seria impulsionada por motivos políticos e econômicos, como a conquista de pontos e portos estratégicos, e espirituais, como a conversão dos nativos ao cristianismo. No mesmo ano em que a carta de doação do espiritual das terras de além-mar foi emitida pelo rei D. Afonso V, à instância deste, o Papa Nicolau V confirmou e endossou as conquistas que Portugal havia feito na África e nas ilhas do Atlântico:

Sabemos que os sobreditos rei e Infante – que com tantos e tão grande perigos, trabalhos e gastos de fazenda, com perda de tantos naturais dos referidos reinos, os quais em grande número tem perecido nesses feitos, confiados exclusivamente na ajuda desses mesmos naturais, fizeram percorrer aquelas províncias e adquiriram e

⁶ Fragmento da Carta do rei D. Afonso V, a doar à Ordem do Cristo, muito acrescentada pelo Infante D. Henrique, a administração espiritual e a jurisdição de todas as praias, costas, ilhas e terras, conquistada e por conquistar, da Guiné, Núbia, Etiópia e de qualquer outra denominação, nos termos em que o donatário a exercia em Tomar (1454). In: ALMEIDA (org.); DINIS (org.) & BROCHADO (org.). v. 12, 1960: 04-05.

ocuparam como seus verdadeiros senhores os referidos portos, ilhas e mares, como dito é – receando que outros, arrastados pela ambição, navegassem para aquelas partes com o fito de usurparem em seu favor a conclusão, fruto e louvor desta obra, ou pelo menos, com desejo de a impedir; e deste modo, quer por mira de ganância, quer por malícia, levassem ou mandassem ferro, armas, cordoalha e outros objetos e utilidades que é proibido levar aos infiéis; ou ainda, que lhes ensinassem a arte de navegar, tornando-os assim inimigos mais fortes e perigosos, o que prejudicaria o prosseguimento desta empresa, ou porventura a faria acabar de todo, com muita ofensa de Deus e não menos opróbrio de toda a cristandade. Para obviarem a estes inconvenientes, manterem o seu direito e conservarem a sua posse, proibiram sob gravíssimas penas, logo declaradas, e de um modo geral estabeleceram que ninguém fosse ousado a navegar para as referidas províncias, ou em seus portos comerciais, ou pescar em seus mares, a não ser em suas naus e com seus navegadores, mediante o pagamento de certo tributo, e tendo para isso primeiramente alcançado carta de licença dos ditos rei e Infante.

Contudo, pode vir a acontecer, com o andar do tempo, que algumas pessoas de outros reinos e nações, movidas por inveja, malícia ou ambição, tomem ousio de abordar àquelas paragens, e nas províncias daquele modo adquiridas, e em seus portos, ilhas e mares navegar, comerciar e pescar contra a dita proibição, sem licença e sem pagamento do referido tributo. E daqui, poderiam seguir-se, com grande ofensa de Deus e perigo das almas, muitos ódios, rancores, dissensões, guerras e escândalos entre os que estas coisas ousassem e os ditos rei e Infante, que de modo nenhum sofreriam que assim os escarnecessem.

E nós, ponderando com a devida reflexão todos e cada um dos inconvenientes apontados, e considerando:

- que em tempos, por outra nossa, bula, concedemos ao dito rei D. Afonso, entre varias outras mercês, a faculdade plena e livre de invadir, conquistar, atacar, vencer e subjugar quaisquer sarracenos ou pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estivessem estabelecidos, bem como a seus reinos, ducados, principados, domínios, possessões e quaisquer bens moveis ou imóveis por eles retidos ou possuídos, e outrossim que pudesse reduzir à escravidão perpétua as suas pessoas, reinos, ducados, condados, principados, domínios e possessões, e apropriar-se de seus bens, atribuindo-os a si aos seus sucessores;

- que pela obtenção desta faculdade o mesmo rei D. Afonso e o dito Infante, em nome de Deus, justa e legitimamente adquiriu, possuiu e possui aquelas ilhas terras, portos e mares, os quais tocam por direito e pertencem ao mesmo rei D. Afonso e aos seus sucessores. E nenhuma outra pessoa, até agora, ainda que seja fiel cristão, se pode intrometer licitamente nesta empresa, nem de qualquer modo o pode fazer⁷.

⁷ Fragmento da Bula de Nicolau V, *Romanus Pontifex*, que concede a D. Afonso V e a todos os reis de Portugal, seus sucessores, perpetuamente, e ao Infante D. Henrique, a conquista, ocupação e apropriação de todas as terras,

Os monarcas lusitanos previram, com razão, que, ao conquistarem novas terras, poderiam suscitar a cobiça e a concorrência de outras potências da cristandade, não sendo os naturais das regiões conquistadas os únicos entraves à expansão portuguesa, afinal, Castela já havia vencido a batalha diplomática e tomado às ilhas Canárias dos portugueses. Não bastava defender suas posses no ultramar apenas com fortalezas costeiras e com a manutenção de contingentes armados, era necessário, mais do que isso, conseguir uma proteção sagrada. D. Afonso V teria, naquele momento, o mesmo objetivo de D. João I, quando este procurou o apoio do Papa Martinho V, após a conquista de Ceuta em 1415: proteger suas conquistas contra os interesses de outras potências através da autorização e do consentimento das mesmas, por parte do “representante de Deus na Terra”, o Sumo Pontífice.

A proteção da Sé Romana se daria por meio de sanções eclesiásticas, é claro, tais como as excomunhões. O Papado, obviamente, não teria forças para auxiliar Portugal militarmente, seja contra os muçulmanos de África, seja contra qualquer rei que se intrometesse e contrariasse a supremacia portuguesa sobre suas conquistas. No entanto, o amparo da dignidade papal e as suas sanções, na concepção de D. João I e de D. Afonso V, intimidariam os soberanos (cristãos) que quisessem concorrer com Portugal. Contudo, os corsários cristãos não deixaram de atacar as embarcações portuguesas, nem os monarcas castelhanos deixaram de contestar o predomínio português nas terras conquistadas, buscando, diplomaticamente ou não, “uma fatia do bolo”⁸. No entanto, dificilmente naquele momento, um rei católico, sobretudo o de Castela, se colocaria de forma aberta e temerária contra as decisões do Papa, expondo a sua figura às penas e aos castigos “espirituais”, pois isto poderia prejudicar sua imagem, seja junto a seus súditos ou junto aos outros soberanos cristãos.

Dois anos após a confirmação papal das conquistas portuguesas, o sucessor de Nicolau V, Calisto III, novamente a pedido do rei e do Infante D. Henrique, não só confirmava o

portos, ilhas e mares da África, já conquistados e que de futuro fossem conquistadas, desde os Cabos Bojador e Não até a Guiné, inclusivamente, e toda a costa meridional ate o seu extremo; em todas elas poderão fazer as leis e impor os tributos, penas e defesa que por bem houverem; edificar mosteiros, casas religiosas e igrejas, cujos padroados lhes pertencerão (1454). In: MARQUES (org.). v. 01, 1944: 510.

⁸ Como exemplo deste interesse castelhano, em 1493, um ano após a unificação dos reinos de Castela e Aragão sob uma única coroa e cinco anos após Bartolomeu Dias dobrar o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, desbravando uma rota rumo às riquezas da Índia, o Papa Alexandre VI estabeleceu a divisão das terras conquistadas, entre portugueses e espanhóis, através de um meridiano fixado a cem léguas a oeste dos Açores e do arquipélago de Cabo Verde. Portugal ficaria com a porção a leste do meridiano e Espanha com a porção a oeste. Descontentes com o acordo, os portugueses travam mais uma batalha diplomática, e conseguem, em 1494, que o meridiano seja estendido de cem para trezentas e setenta léguas em direção ao ocidente. Este tratado, também intermediado pelo Papa, não só estendia o domínio português no Atlântico, com exceção das Ilhas Canárias, como garantia para os lusos uma porção do continente americano, conquistado por Cristóvão Colombo, a serviço dos monarcas espanhóis, dois anos antes.

documento de seu antecessor, como dava consentimento à carta de doação régia do espiritual das terras conquistadas e por conquistar a Ordem do Cristo:

E nós, considerando que a religião da referida Ordem pode produzir frutos salutares no Senhor naquelas ilhas, terras e lugares; inclinados à referida súplica e tendo por bem ordenada e vantajosa aquela declaração, constituição, doação, apropriação, decreto, (...), exortação, injunção, inibição, mandado e vontade, assim como a dita bula, o seu conteúdo e as conseqüências que daí derivam, por autoridade apostólica e pelo teor das presentes letras, de certa ciência, confirmamos e aprovamos todos aqueles atos e cada um deles e decretamos que subsistam com o vigor de perpétua firmeza, suprimindo todas as faltas que nelas possa ter havido.

E outrossim, pela autoridade e ciência, perpetuamente decretamos, estatuímos e ordenamos que o espiritual, a toda a jurisdição ordinária e todo domínio e poder, pelo menos em matéria espiritual, nas ditas ilhas, portos terras e lugares adquiridos e a adquirir desde o Cabo Bojador e o Cabo Não, decorrendo por toda a Guiné e, por toda a plaga meridional até os índios, cuja situação, número, qualidade, nomes, designações, confrontações e lugares, queremos que se considerem como expressos na presente bula: toquem e pertençam pelo tempo diante e para sempre à referida Ordem Militar. E pelo mesmo teor, autoridade e ciência, lhas concedemos e damos a partir de agora, de modo que o Prior-Mor que pelo tempo for da dita Ordem possa providenciar sobre todos e cada um dos benefícios eclesiásticos com cura e sem cura, seculares ou regulares de qualquer ordem, já fundados e instituídos ou a fundar e instituir nas ditas ilhas, terras, lugares, qualquer que seja o seu valor e qualidade, e os possa conferir sempre que de futuro vagarem. Que, além disso, possa proferir sentença de excomunhão, suspensão, privação e interdito, bem como outras censuras, sentenças e penas eclesiásticas, sempre que for oportuno e o pedir a natureza dos negócios e casos que forem surgindo pelo tempo adiante. E tudo o mais que os ordinários por direito e costume podem fazer, dispor e executar, e de fato fazem, dispõem e executam nos lugares em que exercem jurisdição espiritual, igualmente, e sem nenhuma diferença, o Prior-Mor possa e dela dispor, ordenar e executar. E para todas e cada uma das coisas que ditas são, pelo teor da presente, lhe concedemos plena e livre faculdade, e decretamos que as ditas ilhas, terras e lugares sejam nullis diocesis [sem autoridade de um bispo]. E se acontecer que alguma autoridade, seja qual for, consciente ou inconsciente, venha contra o que dito é, seja a sua ação írrita e nula⁹.

⁹ Passagem da Bula do Papa Calisto III, *Inter Coetera*, a qual confirma bula de Nicolau V, *Romanus Pontifex* de 1454 e concede perpetuamente à Ordem do Cristo todo o poder, domínio e jurisdição espirituais sobre as terras, portos, vilas, lugares e ilhas já adquiridos e que de futuro forem adquiridos, desde os cabos Bojador e Não e por toda a Guiné e plaga meridional (1456). In: MARQUES (org.). v. 01, 1944: 538-539. As bulas citadas de Nicolau V e de Calisto III foram novamente confirmadas, em 1481: *Bula Aeterni Regis Clementia do Papa Xisto*

Percebemos que, além de estabelecer e legitimar seu domínio temporal sobre as terras conquistadas, D. Afonso V, com a benção papal, atribuiu a administração espiritual daquelas terras a uma Ordem Militar e Religiosa essencialmente portuguesa, buscando, provavelmente, evitar que congregações eclesiásticas estrangeiras se fortalecessem e se desenvolvessem livremente nos novos territórios da Coroa, o que seria prejudicial para a mesma.

No entanto, ao tempo em que a Ordem se envolvia nas navegações e conquistas, colhendo os frutos deste engajamento, sua participação em atividades militares de vulto arrefecia ¹⁰. No ano de 1456, o Papa Calisto III, a pedido real, emitiu uma bula que determinava que as quatro Ordens sediadas em Portugal (Avis, Santiago, o Hospital e Cristo), devessem, cada uma, construir na cidade de Ceuta, um convento (entenda-se como praça forte) e arcar com as despesas de defesa deles ¹¹. Além disso, o Papa estipulava que elas deveriam fornecer um terço de seus preceptores, comendadores, oficiais e beneficiados para a composição das guarnições dos tais conventos.

O documento de Calisto III foi reafirmado por Pio II em 1462, o que nos leva a imaginar que a construção dos conventos nunca ocorreu. Porém, em 1464, a Bula de Calisto III foi revogada pelo Papa Paulo II, a pedido dos membros das Ordens, em particular do Governador da Ordem de Cristo, o Infante D. Fernando. Ele argumentava que as Ordens não tinham como construir e manter os ditos conventos, considerando as difíceis condições de luta nas regiões africanas: a pouca quantidade de pessoas que compunham as Ordens, comparada ao grande número de muçulmanos do norte da África e às grandes despesas tornavam inviável o estabelecimento das Ordens Militares, por sua própria conta e risco, naquela região.

IV que confirma a Bula do Papa Nicolau V, Romanus Pontifex, e a do Papa Calisto III, Inter Coetera. (1481).
In: MARQUES (org.). v.3, 1944: 230-238.

¹⁰ Com relação aos feitos militares da Ordem, destacamos que, por volta de 1332, ela estava se envolvendo em expedições contra os mouros de Granada, fato que nos informa o bispo e cabido da Guarda: (...) *pele relato de cada um dos fidedignos, percebemos que, na mesma fronteira, contra os granadinos, o dito Mestre [D. Martim Gonçalves], com seus séqüitos, em parte seu exército, discreta e fortemente se expõe ao combate, como devia.* Fragmento do Instrumento do bispo e Cabido da Guarda, a ceder a D. Martim Gonçalves, Mestre da Ordem de Cristo, a pedido deste, os rendimentos da igreja de Santa Maria Maior de Portalegre, reservados apenas a côngrua para o respectivo vigário e alguns outros direitos do prelado egitaniense, atendendo, entre outros motivos, aos encargos a suportar pelo dito Mestre e à maneira como ele com alguns freires e com seculares que consigo levou, combateu os inimigos da fé na fronteira de Granada (1332). In: ALMEIDA (org.); DINIS (org.) & BROCHADO (org.). v. 01, 1960:167. Acreditamos que, no século XV, a Ordem do Cristo não se envolveu, de maneira constante e por sua própria conta e risco, em guerras, como as mencionadas pelo bispo e cabido da Guarda.

¹¹ Bula de Calisto III, *Etsi Cuncti Cristiano Nomine*, a qual determina que cada uma das Ordens Militares sediadas em Portugal construa um convento na cidade de Ceuta e cuide delas próprias da defesa destes conventos, fornecendo, cada uma, um terço de seus membros para a guarnição dos mesmos, como apoio ao rei D. Afonso V e socorro ao perigo de retomada daquela cidade por parte dos muçulmanos (1456). In: MARQUES (org.). v. 01, 1944: 530-533.

Aparentemente, ocorreu um atrito de interesses entre o rei e a Ordem de Cristo. D. Afonso V não podia simplesmente obrigar as Ordens a cumprir suas determinações e a auxiliá-lo nas guerras em que se envolvia, por isso, solicitou o documento daquele que, como o rei, tinha, em teoria, as Ordens Militares sob sua autoridade, o Papa. Talvez, considerando a recusa das Ordens Militares e do Governador da Ordem do Cristo, D. Fernando, seu próprio irmão, o rei D. Afonso V se perguntasse se seria vantajoso para o poder real ter à frente da Cavalaria de Cristo qualquer homem que não fosse o próprio rei.

De qualquer forma, D. Afonso V e seu sucessor, D. João II (1481-1495), deixaram os príncipes no controle da Ordem. Após a morte de D. Fernando, mais três príncipes assumiram o Governo da Ordem de Cristo, entre eles D. Manuel. Este último subiria ao trono português em 1495 e conservaria consigo o Governo da Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Por volta de 1496 o rei pediu ao Papa, com sucesso, que, daquele ano em diante, os Cavaleiros que entrassem na Ordem pudessem contrair matrimônio. Ao conceder, o Papa argumentou que essa medida seria salutar, tendo em vista o grande número de casos de concubinato existente entre os membros da Ordem¹². Com essa permissão, D. Manuel (1495-1521) provavelmente desejava aumentar os contingentes e as rendas da Ordem, pois, sem o entrave do voto de castidade, os homens casados (ou os que quisessem se casar), poderiam, oficialmente, ingressar nela, trazendo, é claro, parte de seus bens móveis e de raiz. É curioso perceber que, sob o Governo de D. Manuel, a Ordem de Cristo rompe, formalmente, com o ideal bernardino do “monasticismo guerreiro”, deixando o cavaleiro da Ordem, oficialmente, de ser associado como uma figura próxima do monge celibatário.

Já em 1522, o Papa concedeu a sucessão do Governo da Ordem do Cristo a D. João III (1521-1557), passando, a chefia da Ordem, pela primeira vez, de rei para rei. No ano de 1551, ainda durante o reinado de D. João III, a chefia das três Ordens Portuguesas (Ordem do Cristo, Avis e Santiago) foi perpetuamente anexada à Coroa Portuguesa¹³. A partir de D. Manuel e de D. João III, o poder real ganharia maior força e dignidade, estendendo, através das prerrogativas do Governador e Administrador da Ordem do Cristo, seu domínio sob o espiritual das terras de além-mar. Colhiam-se os frutos de cerca de cinquenta anos de

¹² Bula Do Papa Alexandre VI em que dispensa os Cavaleiros Das Ordens Militares De Nosso Senhor Jesus Cristo e De São Bento de Avis dos votos de Castidade, sendo liberados para poderem se casar (1496). In: SOUSA, António Caetano (org.). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. v. 02, tomo 01. Coimbra: Atlântida, 1947: 326-328.

¹³ Bula da união dos Mestrados das Ordens Militares, de Cristo, Santiago e Avis, a Coroa portuguesa perpetuamente (1551). In: SOUSA (org.). v. 02, tomo 02, 1947: 366-376.

explorações marítimas no Atlântico e das concessões, respaldadas pelo Papado, a Ordem de Cristo.

Com relação aos feitos dos navegadores portugueses na exploração do Atlântico, Vasco da Gama, em 1498, e Pedro Álvares Cabral, em 1502, haviam chegado até a Índia, contornando o Cabo da Boa Esperança no sul da África. Portugal abria uma rota alternativa para as riquezas do Oriente. No entanto, para controlar essas mesmas riquezas, os lusitanos teriam de combater o domínio dos comerciantes muçulmanos no Índico. Dessa forma, os portugueses conseguiam atacar o Islã pela retaguarda, tentando cortar o fornecimento de mercadorias que iam para a Península Arábica e para o Egito e do Egito para a Europa através de mercadores genoveses e venezianos¹⁴. Resta mencionar que em 1500, antes de atingir as Índias, Cabral havia tomado posse, oficialmente, em nome da Coroa Portuguesa, das terras americanas. Salientamos que, diante desse esforço expansionista lusitano, não deveria ser uma tarefa fácil para o rei manter a supremacia portuguesa no norte da África, a qual havia se estendido para outras cidades além de Ceuta, e sustentar um combate contra os mouros pelo controle do comércio na Índia.

Os monarcas lusitanos tinham se apoderado do Governo da Ordem do Cristo, a mais próspera, privilegiada e poderosa das Ordens Militares Portuguesas. É provável que o poder real desejasse administrar diretamente os rendimentos e privilégios da Cavalaria de Cristo sem a intermediação de outro homem que ocupasse a sua chefia, seja ele um nobre qualquer ou mesmo um príncipe. Por outro lado, a anexação do Governo da Ordem do Cristo à Coroa Portuguesa poderia ser entendida como um ato de engrandecimento da figura do rei, pois, ser

¹⁴ Quanto ao comércio no Índico, o cronista Fernão Lopes de Castanheda, no século XVI, nos conta que: *Antes deste nosso descobrimento da Índia, recebiam os mouros de Meca muito grande proveito com o trato da especiaria, e assim o grande sultão, por amor dos grandes direitos que lhe pagavam. E também ganhava muito a senhoria de Veneza com o mesmo trato, que mandava comprar a especiaria a Alexandria, e depois a mandava vender por toda a Europa. E era desta maneira: Estes mercadores mouros moravam em Meca e em Judá (porto de Meca), e tinham seus feitores em Calicute, de que lhe mandavam especiaria, droga, pedraria e panos finos de algodão, em grandes naus que faziam no Malabar, porque no mar Roxo não há madeira para fazerem naus. E para comprarem a especiaria e o mais que digo que lhe levavam da Índia, mandavam estes mercadores, a seus feitores, ouro amoedado em uma moeda que se chama Xarafim de Aden, que vale cada um quatrocentos e vinte réis, e assim ouro por amoedar, prata, cobre, estanho, latão, vermelhão, azougue, pedra-ume, verdete, açafraão, águas-rosadas, panos de lã de cores, chamalotes, veludos pintados de Meca, brocadilhos, coral lavrado e por lavar, e pouro fiado. E todas estas coisas se levavam de Alexandria ao Cairo pelo Nilo a cima, e do Cairo eram levadas por terra em camelos à cidade de Suez, que esta no cabo do estreito do mar Roxo na costa da Arábia, jornada de três dias do Cairo. E em Suez se carregam estas mercadorias em navios pequenos que se chamam gelbas e se levam a Judá, cento e sessenta léguas de Suez; e iam nestas gelbas por irem mais seguras, porque em navios grandes corriam perigo pelos muitos baixos que há de Suez a Judá, onde as carregavam nas naus e as levavam a Calicute, de onde seus feitores lhe mandavam em retorno o que já disse. Passagem da História do Descobrimto e Conquista da Índia pelos Portugueses, escrita por Fernão Lopes de Castanheda. Apud: SÉRGIO, 1972: 42-44. A fala de Castanheda, que apresenta um relato minucioso da situação do comércio no Índico, mostraria a importância do controle daquela região para os portugueses, tendo em vista a exposição de informações detalhadas sobre rotas marítimas, as práticas dos comerciantes mouros e os produtos comercializados.*

líder de uma Ordem Militar, detentora do controle das igrejas do ultramar e renomada pela sua oposição contra os “infiéis”, atribuir-lhe-ia, frente às pessoas do início do século XVI, uma imagem nobre e respeitável.

É importante mencionar que, no período em que a monarquia portuguesa tomava para si a administração da Ordem de Cristo, nos primeiros cinquenta anos do século XVI, o poder papal vinha, novamente, sendo contestado em algumas regiões da Europa: Martinho Lutero nos Estados Germânicos, Calvino na Suíça e o próprio rei Inglês Henrique VIII haviam rompido com a Sé Romana. Assim, o Papado buscou, mais uma vez, o apoio de Portugal, entre outras formas, dizendo sim às solicitações de D. Manuel e de seu sucessor. Como temos enfatizado no decorrer deste trabalho, o Papado, apesar de sua riqueza e sacralidade, sempre enfrentou problemas e precisou de apoio político. Se, por um lado, o poder do Sumo Pontífice era posto em xeque, por outro, os navegadores e conquistadores portugueses e espanhóis “abriam novos mundos”, “novas possibilidades para o catolicismo”.

Enquanto a Europa vivia um momento de reviravoltas por causa da Reforma, a América Portuguesa poderia ser caracterizada por um completo abandono por parte da monarquia lusitana. Entre 1534 e 1536, D. João III implantou na América Portuguesa o sistema de Capitânicas Hereditárias, que consistia na divisão do Brasil em faixas de terra e na concessão destas faixas a nobres portugueses, os quais ficariam responsáveis pelo povoamento e administração da terra. No entanto, esta medida mostrou-se problemática, visto que alguns capitães donatários não venceram as dificuldades do povoamento e outros nem chegaram a vir para a América. Só duas capitânicas conseguiram prosperar: Pernambuco e São Vicente.

Perante o fracasso daquele sistema, o rei, em 1548, instituiu o Governo Geral, cuja uma das responsabilidades era pôr em ordem a administração portuguesa no Brasil e evitar excessos e abusos dos capitães donatários (apesar do fracasso, eles ainda continuaram existindo). Junto com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, vieram os padres jesuítas. A Companhia de Jesus, criada em 1540 por Santo Inácio de Loyola, visava, através da catequese e da pregação, à defesa do catolicismo, que, como vimos, vinha sofrendo ataques. Foram os jesuítas que deram um maior impulso à cristianização dos índios e a um maior combate às práticas ilícitas dos colonizadores, como o concubinato.

É importante destacar que, ao mesmo tempo em que o rei buscava organizar sua administração material com o envio do Governador Geral, ele se preocupava com administração espiritual das terras de além-mar: os jesuítas, como Tomé de Souza, eram “funcionários reais”, dependentes de sua autoridade e das rendas de sua fazenda. Sendo o espiritual das terras do ultramar responsabilidade do Governador da Ordem de Cristo

(responsabilidade que incluía o envio e sustento dos missionários, gerência dos dízimos, indicação de pessoas para cargos eclesiásticos, como os bispados, e construção de igrejas e colégios), a cristianização da América Portuguesa era algo que fazia parte da esfera do poder régio. A Ordem de Cristo, na condição de detentora de importantes privilégios, concedidos pelos papas ao longo do século XIV, pode ser considerada como a base fundamental do direito de Padroado Régio da monarquia portuguesa. Não ignoramos que o rei e seus funcionários poderiam direcionar os dízimos que recebiam das igrejas americanas para outros investimentos, atrasando ou não enviando o pagamento dos missionários jesuítas¹⁵. Entretanto, o poder real demonstrava preocupação com suas responsabilidades e fazia valer suas prerrogativas de líder da Ordem de Cristo, como por exemplo D. Sebastião (1554-1578) em 1568:

*Eu, o rei, como Governador e Perpétuo Administrador que sou da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço a saber a vós, Mem de Sá, do meu conselho e capitão da capitania da Bahia de todos os santos e governador da dita capitania e das outras capitanias das partes do Brasil e a qualquer que outro que ao diante for, que considerando eu a obrigação que tenho pela conversão da gentildade das partes do Brasil e instrução e doutrina dos novamente convertidos, assim, pelas ditas partes serem de minha conquista, como pelos dízimos e frutos eclesiásticos de serem aplicados por bula do Santo Padre à dita Ordem e Cavalaria de que eu e os reis destes reinos somos governadores e perpétuos administradores, mandei que na cidade de Salvador da capitania da Bahia de todos os santos se fundasse e fizesse um colégio dos Padres da Companhia de Jesus, que já está principiado, que houvesse o número de sessenta religiosos para do dito colégio poderem entender na conversão dos gentios e irem ensinar a doutrina Cristã nas aldeias e povoações da dita capitania. (...), os quais serão providos, a custa de minha fazenda, do mantimento e do mais necessário para sua sustentação*¹⁶.

Além de legitimar a interferência régia nos assuntos eclesiásticos da América Portuguesa, a Ordem de Cristo foi utilizada, pelo rei, para recompensar os súditos que realizassem algum serviço para a Coroa. Ser Cavaleiro da Ordem de Cristo, assim como das

¹⁵ Nas palavras do Padre Manuel da Nóbrega: *Aqui pagam-nos muito mal o mantimento e vestuário que o rei manda dar; seria melhor dar-se aí e enviá-lo aqui, como mais largamente escrevo a Padre Domenech*. Trecho da carta de padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, enviada de São Vicente a Portugal, no qual reclama sobre o pagamento dos missionários (1553). In: LEITE, 1940: 36-37.

¹⁶ Passagem do Alvará expedido pelo rei D. Sebastião (1557-1578) para Mem de Sá, capitão da capitania da Bahia e governador geral do Brasil, sobre o colégio de jesuítas, mandado fundar na cidade da Bahia e para que na capitania de São Vicente se funde também colégio idêntico (1568). In: CORTESÃO. v. 5, 1956: 361-362.

outras Ordens portuguesas, era nobilitante, algo que, no Brasil do século XVI, elevava o indivíduo na escala social¹⁷. É bem provável que os colonos portugueses, assim como certos índios¹⁸ cristianizados que tomaram contato com as práticas sociais lusitanas, ao solicitarem os hábitos das Ordens Militares, não fossem motivados somente por um fervor religioso, no qual estariam ansiosos por combater o “infiel” ou os inimigos do rei cristão católico, mas por uma vontade de se mostrarem como “homens bons” e se engrandecerem frente às pessoas que conviviam¹⁹.

Diante dessas considerações, a primeira metade do século XVI poderia ser compreendida como uma importante etapa na relação entre a Ordem do Cristo e o poder real, pois, naquele momento, ela se tornou parte integrante das prerrogativas régias, se convertendo em um instrumento do rei e justificando a intervenção do Estado Português nos assuntos espirituais. Da mesma forma, como forma de recompensa pelos serviços de seus súditos, a condição de cavaleiro da Ordem de Cristo serviu ao rei como forma de recompensa e de arrematação de aliados para a ocupação e defesa das terras portuguesas na América.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coleções documentais

ALMEIDA, Manuel Lopes de (org.); DINIS, António Joaquim Dias (org.) & BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa (org.). *Monumenta Henricina*, 15 vols. Coimbra: Comissão

¹⁷ Quanto aos benefícios advindos com a condição de Cavaleiro das Ordens Militares, Laima Mesgravis afirma que: “Além de pequenas vantagens financeiras nos postos mais altos das Ordens Militares, elas ofereciam, sobretudo, a cobiçada condição de “nobre”, com todas as vantagens inerentes, que no caso, acrescidas de foro eclesiástico privilegiado, com possibilidade de julgamento em três instâncias”. In: MESGRAVIS, 1983: 809.

¹⁸ Quanto à concessão de hábitos e outras honrarias das Ordens Militares a índios e cristãos novos, é necessário mencionar os seguintes trabalhos: RAMINELLI, Ronald. *Privilegios y Malogros de la Familia Camarão*. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Coloquios, 2008: URL: [HTTP://nuevomundo.revues.org/27802](http://nuevomundo.revues.org/27802) e OLIVAL, Fernanda. *Juristas e Mercadores à Conquista das Honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas*. In: *Revista de História Econômica e Social (separata)*, n.º. 4 – 2.ª. série / 2.º. semestre de 2002.

¹⁹ A esse respeito, Mary del Priore afirma que: *Apoiado no pré-requisito fundamental para a manutenção de um espírito baseado no prestígio, que era a terra e a produção agrícola, o senhor de engenho seguia lutando para controlar redes de poder. E o falso luxo e a aparência davam combustível para esse jogo: mesmo fazendo jus ao dito “pai barão, neto pobretão”, Castelobranco escrevia choroso a Lisboa, pedindo aos tios que lhe enviassem meias, camisas finas e o hábito de Santiago. E para quê / Ele mesmo respondia em suas cartas, desnudando as lógicas simbólicas que mediavam os contatos no interior da sociedade colonial: “Como hei de luzir para manter nesta cidade, público esplendor, estimação e respeito de nossa casa, pois fique-me em lugar de Vossa Mercê tratando-me com os melhores desta terra, diante dos quais é preciso que traje com o mesmo asseio e sendo impróprio que eu há de andar sujo e roto como com efeito andava e não sei se ainda ando”. O hábito da Ordem de Santiago, (...), era o auge do prestígio metropolitano em terra luso americana (...)*. In: PRIORE, 2000: 35-36.

Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1965.

CORTESÃO, Jaime (org.) *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica (1494-1600)*. v. 05. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956.

LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

MARQUES, João da Silva Martins (org.). *Descobrimientos Portugueses*. 3 vols. Lisboa: Instituto Para a Alta Cultura, 1944-1971.

SOUSA, António Caetano (org.). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 6 vols. Coimbra: Atlântida, 1946-1954.

Estudos

MATOS, R. J. Da Cunha. *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1963.

MESGRAVIS, Laima. Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social da Colônia. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, 13 (especial), 1983: 799-811.

OLIVAL, Fernanda. Juristas e Mercadores à Conquista das Honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. In: *Revista de História Econômica e Social (separata)*, n.º 4 – 2.ª série / 2.º semestre de 2002.

PRIORE, Mary Del. *Revisão do Paraíso. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Privilegios y Malogros de la Familia Camarão. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [en línea], Coloquios, 2008: URL: [HTTP://nuevomundo.revues.org/27802](http://nuevomundo.revues.org/27802).

SÉRGIO, Antônio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

ROMANISMO, GERMANISMO E CRISTIANISMO: OS PILARES DO MUNDO MEDIEVAL

Cláudio CARLAN

RESUMO: Durante o século IV os povos germanos começam a influenciar diretamente na política romana. Primeiro no exército, depois no Senado e na Casa Imperial. Nesse contexto, os visigodos tiveram uma importante participação, em primeiro lugar ao impedir a invasão de Átila, na Batalha dos Campos Catalúnicos. Depois, conquistando a Península Ibérica, transformando-a em um importante reino. Nosso objetivo com essa comunicação é analisar essa transformação e legitimação do poder entre os reis visigodos, através das representações numismáticas. Como corpus documental utilizaremos a coleção do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, importante acervo arqueológico brasileiro, ainda pouco explorado.

PALAVRAS-CHAVE: Moeda; Espanha; Bárbaros.

Introdução

Estudaremos agora a formação da Alta Idade Média, que a maioria dos historiadores define como o período que se inicia no século V, com o fim do Império Romano do Ocidente, até o século X, com o apogeu do **feudalismo** na Europa Mediterrânea.

Mas antes disso, retornaremos ao final do século IV, no Império Romano, durante o governo de Teodósio I.

Após a oficialização do Cristianismo como culto do Império Romano, em 28 de fevereiro de 380, o cristianismo tornou-se a única religião aceitável no Império, tudo que lembrava o paganismo foi proibido. O ponto mais marcante deste período foi a proibição dos **Jogos Olímpicos** (393), espécie de festa esportiva realizada em homenagem aos deuses que, segundo a tradição mitológica, viviam no monte Olímpo, na Grécia.

Uma das causas dessa determinação foi a penitência imposta pelo Bispo de Milão, Santo Ambrósio (340 – 397), ao Imperador. Outro fator importante foi a divisão do Império, entre os dois filhos de Teodósio, como vimos na aula anterior.

Os herdeiros de Teodósio I não tiveram a sua competência ou o seu carisma e pouco a pouco, foram deixando as obrigações nas mãos de terceiros. As obrigações militares, por

exemplo, passaram aos generais de origem bárbara, como Arbogates (lembram-se da aula anterior), Estilício, entre outros. Em resumo: o controle passou as mãos dos generais e ministros.

Teodósio morreu em Milão, em janeiro de 395 e o Império foi dividido entre os dois filhos, Honório e Arcádio.

Honório ficou com o Império Romano do Ocidente (morreu em 423, sem herdeiros), que foi, aos poucos, arrasado por uma leva de invasões, até o seu final no ano de 476 (marco do início da Idade Média). Arcádio ficou com o Império Romano do Oriente, também chamado de Império Bizantino, vindo a falecer em 408, que, durante todo o período Medieval, foi o representante de Roma no Oriente, entrando em conflito com a Igreja Católica e o Papado. Em 1054, as duas Igrejas acabavam por dividir-se: Igreja Católica Apostólica Romana, em Roma, chefiada pelo Papa, e Igreja Católica Ortodoxa, liderada pelo Patriarca de Constantinopla (maiores detalhes nas próximas aulas).

No ano de 1453, o Império Bizantino foi conquistado pelos turcos **otomanos**. Desde então, passou a fazer parte do antigo Império Turco ou Império Otomano. Sua capital, Constantinopla (atual Istambul), hoje pertence a Turquia.

Nesse período, a estabilidade política teve uma característica simples: imperadores muitos jovens (Teodósio II tinha 6 anos quando sucedeu ao pai, Honório) eram manipulados por generais, ministros e cortesãos. Esses, por sua vez, estavam tão preocupados com as vantagens pessoais, que praticamente abandonaram o império aos invasores: os bárbaros.

Os bárbaros em Roma

Com a fragmentação política e cultural do Império, iniciaram-se as invasões dos povos chamados de “bárbaros” ou germânicos, nos séculos IV e V.

A infiltração dos povos germânicos do norte da Europa no território romano havia começado séculos antes, através dos seguintes processos:

- Filiação de bárbaros e grandes guerreiros ao exército romano;
- Fixação de famílias de bárbaros como servos nas grandes propriedades;
- Invasões violentas, nos séculos IV e V, que provocaram destruição e decadência econômica e cultural.

Esses povos não possuíam um elo entre si. Eram de diferentes origens, culturas, línguas e religiões. Muitos eram inimigos entre si, chegando a auxiliar os romanos no combate contra os demais bárbaros que invadiam o Império. Os principais grupos bárbaros eram:

- germanos: constituídos pelos godos (divididos em visigodos e ostrogodos), vândalos, francos, lombardos, suevos, anglos, saxões, alamanos, teutônicos, entre outros;

- eslavos: formados pelos russos, poloneses, bósnios, sérvios, tchecos, croatas;
- tártaro-mongóis: compreendendo os hunos, alanos, avaros, húngaros, búlgaros, turcos.

Foram os visigodos que abriram caminho para a destruição do mundo romano, venceram o exército romano em Andrianópolis (378) e capturaram e saquearam Roma (410). A partir daí, várias tribos germânicas invadiram, também violentamente o território romano, culminando com a desagregação do Império Romano do Ocidente, no século V.

Quando o último imperador romano, **Rômulo Augústulo**, foi deposto, em 476, por um grupo de mercenários, poucos territórios (e tropas) restavam ao seu serviço. Os comandantes e chefes que tentavam manter o Estado Romano nos últimos anos também eram, na maioria dos casos, de origem bárbara. Só faltava que um decidisse tomar o “púrpura” (ou seja, o governo, já que o púrpura era a cor do manto imperial), coisa que não se sucedeu.

Rômulo Augústulo era filho de um general de origem bárbara, Orestes, antigo general de **Átila, o Huno**. Rômulo havia obtido o trono graças ao pai, Orestes, que havia derrubado o último imperador legítimo, **Júlio Nepos**. Nepos consegue manter sua autoridade sobre a Dalmácia. Os aliados de Orestes (**hérulos e rugios**) depois se desentenderam com seu patrono e, sob as ordens de **Odoacro**, depuseram Rômulo Augústulo. Observa-se que a deposição do último imperador não foi um acontecimento repentino e que trouxesse mudança social drástica, mas sim o resultado de um longo processo que se desenrolava há quase um século. Convencionou-se essa data (476) como o fim da Antigüidade, mas é provável que poucos naqueles anos considerassem aquele fato como o fim de uma era.

Com a ocupação da Itália, da Gália, da Península Ibérica (Portugal e Espanha) e da Inglaterra por povos germânicos, a Europa Ocidental modificou-se: surgiram os reinos bárbaros. Uma nova época começou, a Idade Média, caracteriza-se, em sua fase inicial, por violências, decadência econômica e cultural.

No século VII, outras invasões, as dos árabes, perturbaram ainda mais a Europa Ocidental. Os árabes, povo de religião muçulmana, iniciaram uma Guerra Santa contra os demais povos, considerados por eles como infiéis. Após a conquista da Síria, Egito e Pérsia (Antigo Império Sassânida), eles conseguiram impor seu domínio na África do Norte e em quase toda a Península Ibérica, prejudicando seriamente o comércio no Mediterrâneo e aumentando a decadência econômica da Europa. No século VIII, os francos conseguiram evitar a continuidade da expansão árabe na Europa Ocidental, com a Batalha de Poitiers (732). Veremos com mais detalhes nas próximas aulas.

O papel da Igreja Católica

O primeiro período da Idade Média foi repleto de caos gerado pela violência e dificuldade, no entanto, a Igreja representou a única instituição organizada. Esse fato permitiu-lhe impor-se aos reinos bárbaros. Através da influência da Igreja, muito da organização e do pensamento romano permaneceram nos povos que estavam se formando na Europa Ocidental. Uma nova civilização apareceu como resultado da adaptação da cultura clássica às novas condições de vida nas comunidades semibárbaras. Ou seja, processou-se lentamente uma união da cultura romana com a cultura germânica.

No choque e na fusão das culturas clássica e bárbara nasceu uma nova mentalidade que, influenciada pela religião cristã, considerava a salvação eterna o objetivo principal do homem na terra. Em decorrência do universalismo, um dos princípios do cristianismo, surgiu o próprio espírito missionário. Por esse motivo, desenvolveu-se o grande processo de cristianização dos bárbaros através dos monges. O trabalho realizado pelos missionários que passaram a viver e trabalhar nas comunidades bárbaras, foi de grande importância tanto sob o ponto de vista cultural como econômico. Seu objetivo fundamental era a conversão e a civilização de toda a Europa Ocidental.

A Herança Romana

Enquanto o Império Romano do Ocidente ruía, os novos governantes germânicos que haviam conquistado as províncias sentiram a necessidade de manter muita das leis e tradições romanas que eles achavam apropriadas. Muitas das tribos germânicas já eram cristianizadas, mas a maioria delas era seguidora do Arianismo. Eles rapidamente converteram-se à fé católica, ganhando mais lealdade da população romanizada local, e, ao mesmo tempo, reconhecimento e apoio da poderosa Igreja Católica Romana. Embora inicialmente as tribos continuassem a reconhecer suas leis nativas, elas foram fortemente influenciadas pelo Direito Romano e gradualmente passaram a incorporá-lo.

O Direito Romano, particularmente o *Corpus Juris Civilis* coletado por ordem de Justiniano I, é a base antiga na qual o Direito Civil moderno se apóia. Em contraste, a *Common Law* (lei comum) é baseada na lei germânica anglo-saxã.

O latim nunca realmente desapareceu. Combinou-se com línguas vizinhas célticas e germânicas, dando origem a muitas das línguas românicas como o italiano, o francês, o espanhol, o romeno, o catalão, o português etc., influenciando muitas línguas germânicas como o inglês, o alemão, o holandês e outros. O latim sobrevive, na sua forma mais "pura", como a língua da Igreja Católica Romana (a Missa era falada exclusivamente em latim até 1965) e foi usada como língua oficial em muitas nações. Permaneceu como a língua da

medicina, do direito, da diplomacia (muitos tratados eram escritos em latim) e dos intelectuais e acadêmicos até o século XIX.

O alfabeto latino foi expandido, com a adoção das letras J, K, W e Z, e é o sistema de escrita alfabética mais utilizado no mundo contemporâneo. Os numerais romanos continuam a ser usados, mas foram majoritariamente substituídos pelos algarismos arábicos.

O Império Romano na Idade Média

A idéia de um Império Romano como um majestoso Império Cristão, com um único governante, continuou a seduzir muitos governantes poderosos. Carlos Magno, Rei dos Francos e dos Lombardos, foi coroado como Imperador Romano pelo Papa Leão III em 800. Imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, como Frederico I, Frederico II da Germânia e Carlos I de Espanha, e Sultões como Suleimã, o Magnífico, do Império Otomano, entre outros, tentaram até certo grau restaurar o outrora grandioso Império Romano (pelo menos territorialmente), mas nenhuma de suas tentativas obteve êxitos.

Um visível legado do Império Romano do Ocidente é a Igreja Católica Romana. A Igreja vagarosamente começou a substituir as instituições romanas no Ocidente, ajudando, inclusive, na segurança de Roma no final do século V. Quando Roma foi invadida pelas tribos germânicas, muitos assimilaram o cristianismo, e no meio do período medieval (séculos IX e X), a parte central, norte e ocidental da Europa já haviam largamente aceitado o catolicismo como fé e o Papa como o Vigário de Cristo.

Uma das discussões sociológicas muito debatidas ao longo da história é a questão de saber se o Cristianismo contribuiu ou não para a queda do Império Romano do Ocidente. Vejamos estas duas opiniões, por exemplo:

- Santo Agostinho, pensador e religioso cristão do século V, refutava esta conexão. Segundo ele, Roma caiu pelos seus próprios pecados. Quando os Imperadores deixaram de agradar a Deus, passando as luxúrias terrenas. Ainda dentro do pensamento de Santo Agostinho, o fim de Roma era um sinal que as “cidades dos homens” teria um fim (como Roma teve), enquanto que a “cidade de Deus” era eterna.

- Edward Gibbon e David Hume, propagadores da ideologia anti-religiosa do Iluminismo no século XVIII, foram da opinião contrária. ambos defendiam a idéia que o cristianismo ajudou a destruir o Império. A mentalidade conservadora e autoritária do clero cristão (na figura dos imperadores cristianizados), afastou todo o poder de reação dos romanos, iniciando um período de “trevas” (como os esses pensadores classificavam a Idade Média, Idade das Trevas), dominado pela Igreja.

Com relação às invasões, é importante notar que a região européia do império passou a ser ocupada por povos nômades, de diferentes origens e em alguns casos, realizando processos de migração, ou seja, sem a utilização de guerra contra os romanos. Vários desses povos foram considerados aliados de Roma e o Império Romano foi dividido devido à de invasores em quase toda parte de Roma.

Por outro lado, quando se fala em "sinais da crise" que estariam pretensamente relacionados ao cristianismo, na verdade se fala de um período extremamente conturbado, no qual o Império chegou a estar muito perto da derrocada. Por volta de 285, o imperador Diocleciano salvou o Império Romano do colapso, dando a ele um último fôlego. Tudo isso já ocorria numa época em que os cristãos eram somente uma minoria marginalizada.

A tentativa de responsabilizar o cristianismo pelos fortes problemas vividos em Roma durante os séculos II e III fica bastante enfraquecida quando se percebe que mesmo no início do século IV apenas cinco a sete por cento dos romanos tinham se tornado cristãos (quase todos eles na parte Oriental do império, exatamente o lado que permanecera mais forte e estruturado durante a crise).

Além disso, mesmo na época da queda definitiva de Roma, o lado oriental continuava sendo o mais cristianizado. E foi esse lado mais cristão que continuou de pé na forma do Império Bizantino.

Se a Igreja tivera reticências ao serviço militar nos tempos da perseguição, a partir do momento que o império se tornou cristão, considerava-se um crime grave alguém furtar-se ao seu dever (a pena por deserção no exército era ser queimado em fogo lento).

Um outro argumento que se apresenta normalmente, é que enquanto o Império pagão fora tolerante, o cristianismo era intolerante, perseguindo pagãos, cristãos considerados heréticos e judeus. Roma, de fato, foi relativamente tolerante (se perseguira pontualmente grupos como os cristãos fora por motivos muito específicos). Depois das dificuldades do século III. (uma série de invasões bárbaras, guerras civis e declínio econômico), vários imperadores procuraram centralizar mais o Estado, obter um maior controle dos cidadãos (para que deste modo fosse mais fácil mobilizar recursos humanos e financeiros para defender o fragilizado império), e unificar o império em torno de uma ideologia.

Seria como culparmos os funcionários públicos pelos problemas econômicos, políticos e sociais pelos quais o Brasil passa.

Os historiadores têm revisto o conceito de decadência. Se analisarmos os séculos IV e V, veremos que estes são muito ricos em termos artísticos e culturais, sobretudo se comparados com os séculos II e III. Temos os Padres da Igreja, os Neo-Platônicos, os

primeiros passos da arte bizantina (a não ser que não se goste dessas manifestações artísticas, mas aí é questão de opinião) a mostrar a vitalidade do Império, que continuou com Bizâncio. É que quando se fala que o Império desmoronou, existe a tendência a esquecer que o Império Romano do Oriente, fortemente cristianizado e urbano, ainda existiu mais mil anos, embora em declínio territorial, enquanto a metade ocidental pagã e menos urbanizada é que foi conquistada pelos bárbaros.

De certo modo, Roma ainda vive em nós. Nossa língua, assim como outras línguas européias, deriva do latim, e mesmo idiomas não-latinos têm muitas palavras de origem latina. As bases de nossa justiça, exército e família são de romanas.

A herança romana, a formação dos reinos bárbaros e a influência cristã ajudaram a moldar uma nova Era, nascida das ruínas do Império Romano.

O Cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano em 380. O Império Romano do Ocidente cairia cerca de 100 anos depois. Entre os séculos II e III, período em que o Cristianismo ganhou cada vez mais adeptos entre os romanos, o Império começou a sentir os sinais da crise: diminuição do número de escravos, rebeliões nas províncias, anarquia militar e invasões bárbaras.

Quando o último imperador romano foi deposto, em 476., por um grupo de mercenários, poucos territórios (e tropas) restavam ao seu serviço. Os comandantes e chefes que tentavam manter o Estado Romano nos últimos anos também eram, na maioria dos casos, de origem bárbara. Convencionou-se esta data como o fim da Antiguidade, mas é provável que poucos naqueles anos considerassem aquele fato como o fim de uma era.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWDER, Diane. *Quem foi quem na Roma Antiga*. São Paulo: Art Editora / Círculo do Livro, 1980.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Que fim levou o último César ?* Revista Aventuras na História. São Paulo: Editora Abril Cultural, n, 24, agosto de 2005.

FERRIL, Ather. *A Queda do Império Romano*. A explicação militar. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e CARLAN, Cláudio Umpierre Carlan. *Romanos e Germânicos: lutas, guerras, rivalidades na Antigüidade Tardia*. Revista eletrônica Brathair / UFRJ. N. 13, agosto de 2007.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 347 páginas.

ETNOGRAFIAS E A LUTA CONTRA OS ISLÂMICOS NO *ESMERALDO DE SITU ORBIS* DE DUARTE PACHECO PEREIRA

Elby Aguiar MARINHO¹

elbygode@yahoo.com.br

RESUMO: Duarte Pacheco Pereira foi um navegador e explorador português que, além de grandes feitos no processo de expansão marítima, escreveu uma obra extraordinária e símbolo desse processo: o *Esmeraldo de Situ Orbis*². Esta tinha como objetivo servir de roteiro na navegação da costa africana aos pilotos portugueses. Porém, o navegador vai muito além desse seu objetivo. Entre os vários outros assuntos trabalhados estão as caracterizações de diversos povos africanos e asiáticos que encontrava ou que conseguia notícias, nos chamando especial atenção as referências aos islâmicos. O presente artigo irá, justamente, discutir esse tema.

PALAVRAS-CHAVE: experiência, imaginário, navegação.

ABSTRACT: Duarte Pacheco Pereira was a great portuguese navigator who, besides having done great things on the process of maritime expansion, also wrote an extraordinary work which symbolizes this process: *Esmeraldo de Situ Orbis*. Such work had the objective of serving as an itinerary for the navigation of the african coast by portuguese navigators. However, the browser goes beyond your goal. Among many other issues mentioned there are the characterizations of various Asian and African people that found or got the news, calling our attention to the Islamic references. This article will precisely discuss this issue.

KEYWORDS: experience, imaginary, navigation.

Em toda a extensão do *Esmeraldo de Situ Orbis*, Duarte Pacheco Pereira faz referências a costumes, crenças, religiosidades, características físicas, economia, organização familiar, militarismo e estrutura política de diversos povos das regiões africanas (principalmente) e asiáticas, geograficamente importantes para a navegação ou para os interesses colonialistas de Portugal, além de várias referências, com críticas diretas e comentários sobre as desavenças com povos islâmicos. O autor acaba por fazer uma

¹ Instituição de origem: Universidade Federal de Goiás

Titulação: Mestre em História

² As referências a essa obra ao longo deste trabalho serão representadas pela sigla *ESO*.

etnografia de diversos povos com os quais manteve contato direto ou indireto, sendo que esses por meio de relatos que escutava.

Em sua narrativa, procura traduzir o que é o outro, fazendo com que seu leitor, seu destinatário, acredite no outro que ele constrói, ocorrendo aí uma retórica da alteridade, cheia de procedimentos e regras. Nesse sentido, várias marcas de enunciação são usadas para persuadir seu destinatário, já que o navegador viu ou ouviu diversas situações sobre vários povos, tendo assim total credibilidade para escrever seus relatos.

Ao fazer o inventário dos povos e dos territórios longínquos, o narrador ordena o mundo e traduz o outro em termos do saber compartilhado pelos portugueses. O olhar lançado sobre os outros povos é frio, sem o objetivo de conhecê-los intimamente, por meio, por exemplo, do domínio de suas línguas. Duarte Pacheco Pereira fala somente com portugueses ou com intérpretes da região que compreendem o português. Sendo assim, sua etnografia guarda, logicamente, grandes diferenças em relação à ciência atual. Ocupando-se constantemente da descrição de vários povos e culturas, essa não ocorre em uma perspectiva neutra, mas é enormemente influenciada por seu imaginário social.

Tais descrições não são simples e diretas. Como o autor descreve o momento privilegiado da descoberta, bem diferente das maiores relações ocorridas no momento da colonização, tudo ainda está suspenso em mistério. Surpresas o chocavam constantemente no encontro com outras humanidades, explicando todo o seu estranhamento diante de tão diferentes povos. Sua escrita, como a de diversos outros viajantes dos séculos XV e XVI, reflete as ideias preconcebidas européias que determinavam o conhecimento e as imagens, carregadas do maravilhoso presente no imaginário social, projetadas aos continentes e povos africanos e asiáticos. A fé judaico-cristã na existência de um Deus único e na unidade do gênero humano influenciou na dificuldade de compreensão do outro e de suas diferentes culturas, surgindo daí a missão glorificante de levar a esses povos a cristianização. Uma classificação binária e assimétrica ocorre, estando de um lado os portugueses e do outro todos os outros povos não-cristãos. A ausência de características cristãs em outros povos e em outras regiões indica um espaço diferente no relato de suas viagens, que se torna operatória e manejável apenas para os portugueses (HARTOG, 2004).

Porém, uma grande ressalva deve ser feita. Muitas vezes, e isso vale mais para esta primeira sequência de trechos do *Esmeraldo de Situ Orbis* a serem analisados, o olhar de Duarte Pacheco Pereira faz muitas descrições de particularidades dos povos africanos que nos ajudam enormemente no conhecimento dessas grandes e diferentes populações. Em muitas passagens, sem sombra de dúvida, a caracterização do outro tende à sua discriminação por ser

distante das concepções européias ou limitadas pelo estranhamento, mas em outras partes isso se faz em escala menor, sendo assim muito importante para o seu conhecimento.

E as gentes que nestas Etiópias habitam, são negros, e tem os cabelos curtos e crespos feitos como frisa de pano [...].

A outra Etiópiá Superior começa no rio Indo, além do grande reino de Pérsia, do qual a Índia este nome tomou; e o seu lito e costa do mar se dilata e estende... léguas. E estes são negros, mas não já em tanta quantidade como os da Etiópiá Baixa, e têm os cabelos corredios e compridos como os dos homens brancos. (ESO, p. 96-97)

O primeiro parágrafo aborda a população africana no sentido de serem fisicamente muito diferentes em relação aos europeus, pois aqueles, além de negros, possuem cabelos curtos e crespos. Já no segundo parágrafo, os habitantes também são de pele escura, porém, possuem certas características próximas aos europeus e distantes dos povos africanos, já que se trata de população asiática (Etiópiá Superior).³

Presenciamos aí uma forma de dizer o outro pela comparação, já que isto permite ao navegador mostrar algo desconhecido aos seus compatriotas, reunindo o mundo que se conta e o mundo em que se conta, passando de um para o outro. A comparação estabelece semelhanças e diferenças que têm efeito, já que sempre o segundo termo pertence ao saber compartilhado na sociedade dos portugueses, tal como ocorre na comparação dos cabelos crespos com frisadas de pano ou então na comparação dos cabelos compridos e corredios com o dos homens brancos.

Duarte Pacheco Pereira tenta mostrar algo sobre o outro para seus destinatários, ao colocar coisas que eles conheçam no movimento de comparação, estando aí a originalidade das obras da literatura de viagem como o *Esmeraldo de Situ Orbis*, uma vez que faz o destinatário ver como se ele estivesse lá. Já os traços não capturados pela comparação, como poderemos ver nas próximas citações, acabam por se apresentar como algo extraordinário, sendo esta não-possibilidade de captura uma das formas que assegura a alteridade (HARTOG, 1999).

Em outra passagem:

³ Estes seriam os ancestrais dos atuais paquistaneses e indianos, entre outros povos daquela região.

À ordem da obra convém dizermos da natureza da gente desta Serra Leoa e do seu modo de viver.⁴ E a maior parte dos moradores desta terra por um nome são chamados Boulões, e é gente belicosa que poucas vezes estão em paz. Estes chamam ao ouro ‘enloão’, e a água ‘men’. E algumas vezes se acontece estes negros comerem outros homens, ainda que isto não usam tão comumente como se usa em outras partes desta Etiópia. E estes todos são idólatras e feiticeiros, e por feitiços se regem em tal maneira que aos oráculos e aos agoiros sem dúvida se lhe dão. [...].

Estes negros tem os dentes limados e agudos como de cão. [...].

Tôdolos negros desta terra andam nus senão quanto cobrem as partes inferiores e membro de geração com um pano de algodão. (ESO, p. 117-118)

A população de Serra Leoa é vista como belicosa e voltada a feitiçarias, além de possuírem dentes diferenciados (talvez pelo desgaste natural provocado pelo seu tipo de alimentação ou então feito intencionalmente por motivação estética) e ter o hábito da nudez, que acaba os caracterizando melhor e surpreendendo o navegador. Interessante perceber também que Duarte Pacheco Pereira traduz duas palavras de sua língua típica: justamente o ouro, muito provavelmente devido às ambições comerciais portuguesas; e a água, que com certeza era algo sempre procurado por exploradores que ficavam por meses e até anos envolvidos em suas viagens. Já a grande novidade deste trecho, bem como do próximo, é o registro do canibalismo.

Na próxima citação também há um fato que é bem difícil de se notar em fontes históricas desse período. Um elogio é feito à população do reino do Congo por produzirem melhores tecidos do que os manufaturados na Itália. Uma especificidade desse autor que percebia isso devido aos interesses comerciais portugueses, apesar de não deixar de descrever em detalhes o estranho hábito do canibalismo:

Neste reino do Congo se fazem uns panos de palma, de pelo como veludo, e deles como lavores, como çatim velutado, tão fermosos que a obra deles se não faz melhor, feita em Itália. E em toda a outra Guiné não há terra em que saibam fazer estes panos senão neste reino do Congo [...]

Estes são negros como os de Congo [a da província de Anzica], e são ferrados na testa ou fronte, em roda, maneira de caracol. E as mais das vezes tem guerra com Manicongo; e qualquer homem que morre na guerra, ora seja dos seus ora dos

⁴ Interessante perceber que em vários momentos Duarte Pacheco Pereira afirma não ser objetivo de sua obra a descrição das mais variadas populações que se encontram no caminho para as Índias, mas, como podemos perceber, o contrário sempre ocorre, sendo esta mais uma forte característica da literatura de viagem.

alheiros, logo o comem, e assi comem qualquer outro que é doente em tal extremo que lhe parece que pode morrer. (ESO, p. 177)

Já o próximo relato, além de tratar de uma das fontes de obtenção de ouro, faz descrição de uma maravilhosa população, segundo a interpretação do navegador:

E duzentas léguas além deste rio de Mandinga está uma comarca de terra onde há muito ouro, a qual chamam Toom; e os moradores desta província tem rosto e dentes como cães, rabos como de cão, e são negros e de esquiva conversação, que não querem ver outros homens. E as gentes de uns lugares [...] vão a esta terra de Toom comprar o ouro por mercadorias e escravos que lhe levam; os quais, no modo de seu comércio, tem esta maneira: todo aquele que quer vender escravo ou outra cousa, se vai a um lugar certo pera isto ordenado a ata o dito escravo a uma árvore e faz uma cova na terra, daquela quantidade que lhe bem parece; e, isto feito, arreda-se afora um bom pedaço, e então vem o rosto de cão, e se é contente de encher a dita cova de ouro, enche-a, e se não, tapa-a com a terra e faz outra mais pequena, arreda-se afora. E como isto pé acabado, vem seu dono do escravo e vê aquela cova que fez o rosto de cão, e, se é contente, aparta-se outra vez fora: e tornado o rosto de cão ali enche a cova de ouro. E este modo tem em seu comércio e assi nos escravos como nas outras mercadorias; e eu falei com homens que isto viram. E os mercadores Mandingãs vão às feiras de Bêtu e de Bambarraná e de Bahá comprar este ouro que hão daquela monstruosa gente. (ESO, p. 107)

Neste trecho, Duarte Pacheco Pereira faz descrição de um povo africano que se assemelharia, em sua visão e na dos homens de quem ele escutou o episódio, aos cachorros. Nunca poderemos saber como eram na realidade. Muitas coisas poderiam ser ditas para tentar explicar tal situação maravilhosa, como, por exemplo, que sua aparência animalesca poderia provir de seu tipo de vestimenta ou ornamentação típica. Mas, enfim, isso seria somente uma suposição, já que uma descrição como essa que evidencia práticas e pessoas abomináveis, ao olhar europeu, é mostrada pelo navegador como se fosse simples e corriqueira.

Mas tentemos entender a perspectiva do explorador. No meio de tantos relatos espetaculares, esse apenas seria mais um, contando, com certeza, com o seu aval. Breves contatos permitiam apenas imagens superficiais e falaciosas sobre o outro, muito mais pautadas na criatividade do imaginário social e nos preconceitos etnocêntricos do que num estruturado conhecimento determinado pelo diálogo e pelo contato cotidiano, algo impossível na época abordada.

Além de ser um reflexo, o navegador contribuiu, com suas descrições e julgamentos, para a construção de uma imagem de espanto, carregada de etnocentrismo, sobre os mais variados povos africanos e asiáticos, que atravessa os séculos. Isso, pois, o imaginário social consegue colocar em contato tempos diferentes, entre um passar histórico lento, como é o da cultura, com as rápidas transformações políticas, geográficas e de contatos entre diferentes povos ocorridos na época dos descobrimentos. Enfim, o imaginário torna possível percebermos na escrita desse explorador as suas influências e o que ele influenciaria, perspectivas às vezes ocultas e que passariam despercebidas sem tal olhar.

Na longa transcrição que segue, diversos detalhes a respeito da construção da feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina são evidenciados pelo navegador:

E temos sabido que em toda a Etiópia de Guiné, depois de ser dada criação ao mundo, este foi o primeiro edifício que se naquela região fez; na qual casa Nosso Senhor acrescentou tão grandemente o comércio, que em cada um ano se tira dali [...] cento e setenta mil dobras de bom ouro fino; e muito mais em alguns anos se resgata e compra aos Negros que de longas terras este ouro ali trazem [...]. E estes levam desta casa muitas mercadorias assi como lambens, que é a principal delas, de que já no noveno item do quarto capítulo deste segundo livro falamos, e pano vermelho e azul, e manilhas de latão, e lenços e corais, e umas conchas vermelhas que antre eles são muito estimadas, assi como nós cá estimamos pedras preciosas [...]. Esta gente até'gora foram gentios e já alguns deles são feitos cristãos; [...] Mas esta terra é muito doentia de febres e razoadamente morrem aqui os homens brancos. [...] Em cada um ano arma El-rei nosso senhor, por ordenança, doze navios pequenos que vão carregados de mercadorias, os quais a este Reino trazem o ouro que o feitor de Sua Alteza lá resgata; e isto além de três e quatro naus, que também lá manda, carregadas de mantimentos, vinhos e mercadorias que lá são necessárias. Os mercadores de que atrás falamos, que a este castelo trazem o ouro, não trazem asnos nem outras bestas pera levarem as mercadorias, que compram em maior preço a terça parte, e mais, do que valem nestes Reinos. E estes escravos são comprados pela nossa gente que o Sereníssimo Rei em seus navios manda duzentas léguas além deste castelo, em uns rios onde está uma muito grande cidade a que chamam o Beni, e dali os trazem. (ESO, p. 142-144)

Algo interessante a ser ressaltado no trecho é a concepção acerca de São Jorge da Mina demonstrada pelo autor. Esta feitoria-fortaleza não era apenas um posto português na África. Era uma forte marca da presença econômica, militar e cultural portuguesa. Muitas vidas, esforços, guerras e despesas foram empregados em sua construção. A minoria de

portugueses necessitava de uma construção fortificada, pois se sentiam ameaçados pelos povos não-europeus, em grande maioria, que viviam no mesmo espaço ou que poderiam vir a atacá-los. O que ocorre é uma repressão pelo afastamento, tanto dos membros portugueses como do outro que não poderia entrar em contato mais íntimo com os lusitanos. São Jorge da Mina era o elemento concreto que permitia a coesão dos portugueses naquela determinada região africana, por meio do cristianismo, do sentimento de pertencimento a Portugal, da luta contra o infiel, além de todos os interesses econômicos e políticos.

A complexidade social, que no caso do *Esmeraldo de Situ Orbis* refere-se ao encontro dos portugueses com sociedades africanas, leva à formação de agrupamentos de pessoas diferentes que se apresentam umas às outras como pessoas estranhas. Nesse contexto, as diferenças, as complexidades e as estranhezas sustentam a resistência à dominação que, no livro, é ilustrada pelo europeu se fechando na fortaleza para se defender da ameaça do outro. Para manterem sua pureza, os portugueses necessitavam, pelo menos no primeiro momento da ocupação (fundação da feitoria-fortaleza), se segregar para manterem sua unidade na defesa de seus interesses contra o outro, que sai prejudicado em sua imagem e existência, já que são os portugueses os invasores e é um português, Duarte Pacheco Pereira, que relata o episódio segundo seus interesses. É assim que, em ambientes complexos ou não-familiares, os indivíduos tendem a classificar tudo o que não conhecem como estranho, como uma ameaça, julgando a situação de maneira instantânea, fechando-se inteiramente (SENNETT, 1997).

Chama-nos a atenção também a possibilidade da existência de alguns silêncios, de forma geral, na escrita do navegador. Em muitos casos são obscuros os reais interesses comerciais portugueses por meio da constante reflexão acerca da necessidade da cristianização, tal como Coelho (1996) aborda para o caso de João de Barros.⁵ O navegador não relata a difícil situação de abandono que seus irmãos portugueses ficavam por diversos meses e até anos em distantes regiões, protegidos apenas pelo poder e pela tecnologia de seus navios, artilharias e fortificações.⁶ Por fim, também são completas as omissões sobre os desregramentos dos religiosos e de todo um conjunto de homens que se africanizavam, algo que logicamente ameaçava a união e a força dos portugueses nos distantes territórios, além de ser altamente negativo a um dos vários objetivos da obra, que era o de fortalecer e

⁵ Executou vários cargos administrativos importantes, como o de capitão de São Jorge da Mina e de tesoureiro da Casa da Mina, possuiu duas capitânias hereditárias no Brasil, além de se destacar como historiador e gramático. Entre suas importantes obras se destacam a *Gramática da Língua Portuguesa* (1540) e as *Décadas da Ásia* (publicadas entre 1552 e 1563). Resultado de um antigo pedido feito por D. Manuel I, esta obra narra os feitos portugueses na Índia, onde aparecem os constantes discursos acerca da necessidade de cristianização dos outros povos.

⁶ Obras que abordaram este tema eram conhecidas há algum tempo como pertencentes ao gênero da epopéia portuguesa. Hoje, porém, a partir de outra perspectiva, fala-se em Portugal de “história trágico-marítima”.

engrandecer os grandes feitos portugueses. São com exemplos como esses que percebemos os silêncios da história, já que as sociedades funcionam também se calando sobre as partes ameaçadoras de si mesmas.

O contato com o outro é desagradável e perigoso, pois coloca em risco as defesas arraigadas, as normas e a cultura dos portugueses. Tal relação explica a necessidade da construção da feitoria-fortaleza e os silêncios sobre os prováveis portugueses desertores. Se um de seus membros tomasse contato com as sociedades rivais (vistas como desordeiras, indignas de confiança e indisciplinadas), um sério perigo ao grupo dos portugueses começaria a configurar-se. Assim, a auto-imagem e a estima de Duarte Pacheco Pereira estão ligadas apenas às opiniões dos membros de seu grupo, estando susceptível à sua pressão, que determina, restringe e delimita o que se deve escrever ou não.

Mas os portugueses na África não buscavam, após certo momento inicial de ocupação, tal como o analisado quando da construção de São Jorge da Mina, isolar-se perpetuamente. O *Esmeraldo de Situ Orbis* torna explícita a evidência que os portugueses, em nome de seus interesses, enfrentavam outros povos, combatendo-os. Mesmo sendo minoria, sua maior capacidade tática e bélica⁷ permitiam-lhes sentirem-se mais fortes e taxar os outros como desorganizados e fracos. Estes não seriam apenas silenciados. O grande objetivo era a dominação, com a conversão ao catolicismo, à cultura européia e ao fim dos isolamentos, desde que baseado no interesse português.

Os portugueses não eram tão esplêndidos e os africanos e muçulmanos, por sua vez, não eram tão cruéis e desorganizados como Duarte Pacheco Pereira relata. Este é reflexo e constituidor de um imaginário social que define direitos, deveres e hierarquias, inibe conflitos sociais, propõe sentido, controla a vida coletiva e dá espaço ao exercício do poder. Tais descrições do outro são resultado de uma relação de força entre as concepções impostas pelos detentores de poder (os portugueses) sobre a posição de aceitação ou resistência que cada comunidade produz (africanos, muçulmanos e asiáticos), não existindo práticas ou estruturas que não sejam produzidas ou influenciadas pelo imaginário com o qual os indivíduos e grupos dão sentido ao seu mundo. Uma lógica ufanista deveria ser associada à existência portuguesa, bem diferente do que se queria mostrar em relação às outras sociedades inimigas dos seus interesses (FALCON, 2000).

⁷ O domínio de táticas novas de guerra foi a chave para a conquista e o duradouro domínio português na África e no Oriente. Diferente das guerras terrestres medievais, onde a maior capacidade de resistência em longos conflitos levava à vitória, as conquistas militares portuguesas no além-mar deveram-se a ofensivas rápidas, onde predominava sua maior capacidade bélica e tática.

Um ótimo exemplo é este relacionado à fundação da feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina. Percebem-se aí as várias indisposições que os portugueses enfrentaram com os negros nativos para conseguirem sua edificação, como as mercadorias tão simples e baratas aos olhos dos europeus para os nativos tornavam-se objetos de grande valor, mercadorias que eram de interesse apenas dos portugueses e doenças que os acometiam.

Como discutido anteriormente, são vários os passos do livro em que o navegador expõe desavenças e severas críticas aos povos africanos e islâmicos que se tornavam empecilhos aos objetivos portugueses, vistos como pessoas melhores, dotadas de coesão grupal, com virtudes compartilhadas somente por seus membros, justificando inclusive a luta contra povos diferentes. Mesmo constituindo uma minoria, os portugueses são o grupo detentor de poder. Como mais um português, só que com o poder da escrita, Duarte Pacheco Pereira estigmatiza o mais fraco como pessoa de menor valor humano, sem um carisma grupal distintivo, atribuído a si mesmo pelo seu forte etnocentrismo. Essa estigmatização torna-se uma arma nas disputas por poder para os portugueses, além de um meio para mantê-lo, o que explica os constantes choques culturais, militares e econômicos.

A seguinte passagem traz uma rica exemplificação da situação comentada anteriormente:

E todos estes quatro lugares, Cepta, Alcácer, Tânger e Arzila, são destes reinos de Portugal e de sua Coroa Real, porque vai ora em noventa anos que Cepta foi tomada por força de armas aos Mouros por el-rei D. João, o primeiro deste nome, da gloriosa memória, vosso visavô; e os outros três por el-rei D. Afonso o quinto, vosso tio, de quarenta e sete anos pera cá pelo mesmo modo, também por força de armas, aos Mouros os tomou. Dos quais sempre se fez áspera guerra a estes inimigos da nossa santa fé católica, a qual Vossa Alteza [D. Manuel], de bem melhor, com muitas vitórias, cada vez faz mais multiplicar. (ESO, p. 56)

É notável neste trecho práticas de significação que produzem conteúdos suficientes para a legitimação de relações de poder contra o inimigo de fé. Ao se identificar um inimigo comum, no caso o muçulmano, não só se exclui o que é perigoso, mas também se unem todos aqueles que são cristãos para os mesmos objetivos e com as mesmas atitudes, algo bem característico das ações expansionistas e colonizadoras portuguesas no pós-Guerra de Reconquista.

Sobre os costumes e os modos de vida das populações muçulmanas, destacamos o fragmento:

E a gente desta terra toda fala a língua dos Mandingas, e são macometas que guardam a lei ou a seita de Mafona; são vestidos de camisas de algodão azuis, e ceroulas do mesmo pano. São gente de muitos vícios, tem as mulheres que querem, e a luxúria entre eles totalmente é comum; são muito grandes ladrões, bêbados e mentirosos e ingratos; e tôdolos males que há-de ter um mau, eles os tem. (ESO, p. 108)

Este trecho é claro em nos mostrar que Duarte Pacheco Pereira nunca conseguiria, e nem poderia, ser fiel na retratação de seus contatos com os muçulmanos e na descrição de seus costumes. Isso, porque, sua obra foi concebida no contexto do imaginário social ibérico anti-islâmico, perspectiva esta que, sem sombra de dúvidas, valoriza e autoriza todo o etnocentrismo e favorece as críticas que o navegador levanta contra tais povos. Sem falar que muitas dessas descrições acentuam mais suas características ruins, segundo as concepções culturais ibéricas, bem como são percebidas por ele de forma limitada, graças à constante luta contra o infiel.

Dessa forma, eles são ladrões, bêbados, mentirosos, ingratos e vivem em completa luxúria, ou seja, possuem todos os males condenáveis. Esta inversão é uma das maneiras mais eficazes que o navegador encontra para estabelecer a diferença, mostrando o outro como o inverso de si, tornando a descrição fácil de se apreender entre os portugueses (HARTOG, 1999).

Na seguinte seleção de citações, a temática central mostrada e discutida pelo autor gira em torno de uma ação muito ridicularizada e estranha aos olhares europeus: a circuncisão. Por ser este um costume de povos de outras religiosidades, críticas e depreciações são feitas a todo o momento aos muçulmanos, por causa dessa prática no continente africano:

E porá em campo o rei de Jafolo dez mil de cavalo e cem mil de pé. E toda esta gente anda nua, senão os fidalgos e homens honrados, e se vestem de camisas de pano de algodão, azuis e ceroulas do mesmo pano; e toda esta gente, com a do grande reino de Mandinga e Tucurool e outros negros, todos são circoncisos e macometas, os quais adoram na bulra da seita de Mafoma. Esta gente toda é viciosa, de pouca paz uns com os outros, e são muitos grandes ladrões e mentirosos, que nunca falam verdade, e grandes bêbados e muito ingratos, que bem que lhe façam não no agradecem, e muito desavergonhados que nunca deixam de pedir. (ESO, p. 97)

E a gente que nesta terra habita [região do rio Grande] são Gogolis e Beafares, e são sujeitos a el-rei dos Mandingas. E estes são muito negros de color, e muitos deles andam nus e outros vestidos de panos de algodão [...].

Esta gente tem muita abastança de arroz, milho e inhames e galinhas e vacas e cabras. E quási todos estes são macometas e a Mafamede adoram, e são circuncisos; é gente em que não há vergonha nem medo de Deus. (ESO, p. 111-112)

E tôdolos negros do rio Grande até Serra Leoa, e dali por diante, são gentios idolatras; e são circuncisos sem saberem razão porque atal circuncisão fazem e costumam; sòmente dizem que o fazem por andarem limpos, e outros dizem que não fariam geração se se não circuncisassem, outros que assi o costumaram seus padres. E crera da causa principal e razão porque cem neste error, é como quer que os Jafolos, Mandingas e Tucurois são macometas, e por causa da sua lei são circuncisos [...]. (ESO, p. 116)

Vários costumes locais são evidenciados, destacando-se os diferentes alimentos consumidos, as estranhas vestimentas e, como já comentado anteriormente, a circuncisão, sobre a qual o navegador busca ao final motivos e explicações de sua adoção entre esses povos. Esses são vistos como sujos, sempre em constante guerra e, por serem muçulmanos, são desavergonhados, não agradecem a ajuda dos portugueses e, diferente destes, não têm medo de Deus.

O próximo trecho mostra bem essa visão de um incontestável cristão contra todos aqueles que não seguem a sua fé:

assi que tem Fez, em toda a sua reibeira e costa de mar, duzentas e dez léguas. A qual terra é muito fértil de pão e carnes e outros fruítos, com muita pescaria do mar. E pode pôr o rei de Fez, em campo, cem mil de cavalo. E as mercadorias que nesta terra há, é muito trigo e cevada e mel e cera e tâmaras e anil e coirama e pilitaria e muitos e bons cavalos, com outras cousas de grande preço que cada dia se lá compram e trazem a estes Reinos. E as mercadorias que nesta terra há, que no reino de Fez tem valia, é prata e panos vermelhos e azuis, verdes, roxos e amarelos; e quanto mais finos, tanto tem mor valia. Também compram holandas e lenços finos e outros lenços grossos a que chamam bordates; e tôdolo gênero de armas e ferramenta compraram pela míngua que delas tem, mas, por serem defesas pelos Santos Padres de Roma e por leis de vossos reinos que se não vendam a infiéis, nenhuma pessoa se ousa fazer. E tudo o que atrás é dito é a soma do reino de Fez e sua potência e calidade de cousas que nele há; e a felicidade de sua gente

é crerem na abusão de seita de Mafona, que cuidam, verdadeiramente, ser menssegeiro de Deus, enviado e este indocto vulgo pera a remissão de seus pecados; o qual tôdolos vícios e desonestidades pera o corpo ensinou, e das virtudes da alma nenhuma doutrina lhe deu, porque toda a sua principal tenção foi destruir, de todo, o que é grave de crer e trabalhoso de obrar; e fâcilmente outorgou aquelas cousas a que os viciosos e miseráveis homens soem a ser incrinados, maiormente os de Arábia de cuja província Mafona foi natural, que sempre estudam em luxúria, gula e rapina. E por esta preversa gente ser inimiga de nossa santa fé católica, e os reis destes reinos, do tempo del-rei D. João da gloriosa memória pera cá, lhe fezerem sempre áspera guerra e lhe tomaram os quatro lugares, segundo é já dito no terceiro item dos quatro capítulos deste livro. (ESO, p. 73-74)

Parece-nos claro que tudo o que o muçulmano faz e o que é distanciam-se dos hábitos e das verdades dos cristãos. Estes, no caso os portugueses, são sempre os detentores da verdadeira fé e possuidores da força militar para sempre reprimir seu inimigo bárbaro, ao qual em nada se assemelham.

Um determinado conjunto de regras, comportamentos e crenças é colocado como norma de conduta entre os portugueses na escrita do navegador. É por meio dessa avaliação que ele mensura as outras sociedades, que acabam recebendo uma enorme carga de negatividade, sendo entendidas como de comportamento estranho, vexatório e exótico.

Apesar de acontecer contra as vontades dos muçulmanos, fortalezas e atividades de explorações econômicas portuguesas sempre são bem-sucedidas. Muitas mercadorias provindas dos infiéis, mesmo sendo muito especiais e valiosas, sofrem, pelo menos neste discurso do navegador, restrições à aquisição portuguesa, já que as leis papais e do reino português as proibiam. Isto se torna algo bem contraditório, uma vez que, mesmo sendo bem declarada a boa qualidade dos produtos, vemos um exemplo em que o etnocentrismo supera os interesses econômicos. Os portugueses precisavam dominar e reprimir os muçulmanos, já que, em sua visão, Maomé lhes teria ensinado somente vícios e desonestidades. Isso revela um desconhecimento completo dos dogmas islâmicos pelo navegador, situação que em nada é estranho na escrita de um ibérico que ainda respirava a Reconquista e agora promovia a expansão cristã.

Os muçulmanos dominaram por vários séculos o território que formaria o Estado português. Inclusive, este teve seu início marcado pela expulsão do elemento muçulmano, que não sairia tão rapidamente do imaginário social. Eles não deixaram de ser um empecilho aos

interesses lusitanos pela continuidade de seu afastamento,⁸ pela vontade da conquista de novos territórios africanos e de toda a necessidade de expansão da fé católica. Por isso, o conflito e a estigmatização do muçulmano são características centrais nesse período marcado por um forte etnocentrismo.

E para encerrar essa discussão segue a última citação da obra:

[Interessante o que diz sobre os habitantes da região da Mauritània, que são chamados de Mauros] e, por corrupção do vocábulo, nós a todos universalmente por Mouros os nomeamos.

[...] e diz Plínio, no seu terceiro livro da Natural História, capítulo primeiro, que, por a Europa ser mais excelente que tôdalas outras partes, ela nos dá o criador dos povos vencedores das gentes; e o seu sito e assento é muito mais fermoso que tôdolos outros. E alguns antigos escritores disseram que, por Europa ser de tanta bondade, estimaram que fosse não a terça parte da terra, mas a metade dela. Nem devemos duvidar que de cidades, vilas e fortalezas cercadas de muros, e outros sumptuosos edifícios, Europa precede Ásia e a África, e assi as precede de muita e melhor frota de naus melhor aparelhadas e armadas que tôdalas outras partes. E não podem negar os Asiáticos e Africanos que toda a abastança das armas e polícia dela, com outras muitas artilharias, Europa possui, e, sobretudo, os mais excelentes leterados em tôdalas as ciências que o orbe em si tem, com outras muitas cousas de vantagem de todo o circuito da redondeza.

E porque sua excelência é tanta que em poucas palavras se não podem compreender, nos pareceu melhor o calar que pouco escrever. (ESO, p. 27-28)

Neste ponto, podemos desenvolver outras reflexões sobre a concepção eurocêntrica e sua conseqüente atitude etnocêntrica, tão antiga que, como se vê no livro, remonta aos autores clássicos da Antiguidade.

Além disso, o próprio *Esmeraldo de Situ Orbis*, como já observado, por se inserir em uma época de encontros e choques culturais, é tanto um reflexo quanto uma força promotora do longo processo de construção e manifestações do eurocentrismo e do etnocentrismo.

Tal concepção forjou a população européia, herdeira das formas de pensamento da civilização greco-latina. As estruturas mentais e culturais dos europeus já traziam de longa data a percepção da diferença e o direito à defesa de sua manutenção como atitude de

⁸ Só que agora no norte africano próximo ao território português.

sobrevivência.⁹ Os gregos constituíram uma cultura etnocêntrica, que em sua opinião justificava a superioridade de sua civilização na originalidade de suas formas de pensar. Sendo assim, os ibéricos, um dos povos herdeiros desse legado, acentuavam essa concepção cada vez mais ao se fechar em si próprios por causa da ameaça islâmica, fortalecendo o cristianismo como ideologia de resistência. Mas esse caminho até o século XV nada teve de linear ou pacífico, em que o eurocentrismo passou por constantes processos de mudanças e transformações até chegar a sua forma no Portugal de Duarte Pacheco Pereira (PINTO, 1992).

Não há dúvidas de que uma ligação legítima aos escritos de Plínio e de outros autores clássicos são incorporados ao *Esmeraldo de Situ Orbis*, tendo também grande relação com a tradição européia, já muito antiga, de sempre recorrer às *auctoritates*. Tudo isso não é apenas uma simples reiteração feita pelo navegador, mas uma mesma e antiga posição eurocêntrica e etnocêntrica que se transforma.

O etnocentrismo era inevitável na época das grandes viagens marítimas, mesmo porque ainda não existiam estruturas mentais para se pensar o contrário. Assim, antes de serem físicas, as fronteiras foram culturais, fazendo com que os lusitanos se opusessem a outras cosmologias e religiões, o que gerava os confrontos.

Os portugueses de Duarte Pacheco Pereira não conseguiam aceitar as diferenças culturais dos outros povos, levando ao trágico resultado da imposição política e comercial violenta, ao preconceito e à desqualificação das outras etnias, nivelando os mais diferentes povos a uma igualdade vil, rotulada como selvagens ou sem cultura. Os portugueses, como em citações anteriores do *Esmeraldo de Situ Orbis*, por exemplo, não chegavam a perceber que os diversos povos tinham diferentes critérios de valor atribuído aos mais variados produtos e, por isso, reivindicavam para si maior aptidão comercial e cultural, sendo incapazes de compreender outros modos de vida, algo que naturalmente era impossível nos séculos XV e XVI.

Não temos mais Grécia ou Roma na luta contra os bárbaros, mas ainda temos uma luta travada, em outras diretrizes, por Portugal contra o negro, o estranho, o muçulmano e contra todos aqueles que demonstravam resistência à sua vontade de expansão. Duarte Pacheco Pereira ainda mostra uma poderosa Europa que é a região mais formosa do mundo, lugar dos homens mais fortes, berço e assento de todo o conhecimento verdadeiro. Liderada pelo grande

⁹ Isto já era algo manifestado em Heródoto, Estrabão e Aristóteles, que começaram a idealizar e a justificar racionalmente a alteridade. No Liceu, Aristóteles já discutia as primeiras oposições entre bárbaros e helenos, validando assim a conquista de territórios pelos gregos. As mesmas questões serão legitimadas por Heródoto e Estrabão, e sua corrente geográfica descritiva, mostrando oposições e instrumentos mentais que permitissem a separação.

povo português, tão elogiado pelo navegador, percebemos a continuidade da antiga posição eurocêntrica. Juntamente com esta, ele é um reflexo de toda a história, da linguagem e da cultura ibérica para produzir não o que sua sociedade é, mas o que quis se tornar diante de si mesma e do outro, tanto por suas características afins como por tudo que lhe é diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, António Borges. *O tempo e os homens*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 177-220.
- FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 21, 2000. p. 87-126.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- PERES, Damião. *O Esmeraldo de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira*. 3. ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.
- PINTO, João Rocha. Imagem e conhecimento da África: a invenção dos “outros” pelos navegadores portugueses e europeus. In: CHANDEIGNE, Michel. (Org.). *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 107-125.
- _____. O vento, o ferro e a muralha: a construção do império asiático no século XVI (1498-1548). In: CHANDEIGNE, Michel. (Org.). *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 195-209.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TOMÁS DE AQUINO E AS CIDADES-ESTADO ITALIANAS

Fabício Sant'Anna de ANDRADE¹

fabricao_santanna@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho propõe discutir a imagem do governante perfeito idealizada no século XIII nas cidades-Estado italianas. Estas cidades, caracterizadas por reivindicar a autonomia em suas formas de governo, viviam constantemente ameaçadas pelas esferas de poder -temporal e espiritual – que as tentavam subjugar. Tomás de Aquino, através de sua obra *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*, escrita em 1266, desejava intervir nessa disputa, oferecendo uma resposta aos problemas que assolavam as cidades-Estado italianas. O aquinate defendia que todas as cidades necessitavam de um governo unificado para defender o bem comum, e que a melhor forma de governo seria a monarquia. Suas afirmações são pautadas nas Escrituras Sagradas, na história, em Aristóteles, em Santo Agostinho e, sobretudo, em seus conhecimentos empíricos.

Palavras-chave: cidades-Estado italianas, império e papado.

Abstract: This paper aims to discuss the creation of the image of the perfect ruler during the thirteenth century, especially in the Italian city-states. Known to claim for autonomy in their government regime, these cities lived under constant threat, fearing subjugation from two spheres: temporal and spiritual power. St. Thomas Aquinas, in his 1266 work, *De regimine principum ad regem Cypri*, tried to intervene in these matters, offering a solution to the problems found in these cities. He states that every city needed a unified government to protect the common good and that monarchy was the best regime. His thesis is based on the Holy Scriptures, History, Aristotle, St. Augustine of Hippo and, above all, in his own empirical knowledge.

Key-works: Italian city-states, empire, papacy.

Este trabalho propõe discutir a respeito da imagem do governante perfeito durante o século XIII, a partir do livro primeiro da obra *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*², de

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista CNPq.

² AQUINO, Santo Tomás. Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro. In: *Filosofia política de Tomás de Aquino*. 3ª Ed. São Paulo: 1956. (Organização e prefácio de Arlindo Veiga dos Santos). *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*, foi produzida no ano de 1266, e é endereçada a um rei no poder, Hugo III, filho de Henrique I, “o Gordo” de Lusinhã. Cipro ou Chipre, como atualmente é conhecido, localiza-se no mar Mediterrâneo, entre o continente europeu e africano. *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*, é uma obra composta por quatro livros.

Tomás de Aquino, escrita em 1266. Estabelecemos como recorte espacial as cidades-Estado italianas, região conhecida atualmente como Itália.

Tomás de Aquino nasceu em 1225, na cidade de Aquino, no castelo de Roccasecca, no seio de uma família de descendência lombarda. (Cf. COSTA, 1993, p. 26) Foi educado inicialmente por monges beneditinos e identificou-se com a Ordem dos Dominicanos por volta de 1244. Seguiu para Paris no ano seguinte para complementar seus estudos com o mestre Alberto Magno. Após o ano de 1248 reside em Colônia, e somente em 1252 retornará a Paris. Na França, como fruto de seus esforços durante longa data de estudos na Universidade de Paris, Tomás de Aquino receberá o título de doutor em 1259. Agora como professor de teologia e difusor de suas próprias idéias, Tomás de Aquino permanecerá na Itália de 1259 a 1269. Após essa data, seguirá novamente para a França para exercer na Universidade de Paris a função de mestre. Ele retorna a seu país somente em 1272 onde ficará até a sua morte aos 49 anos de idade, no dia 7 de março de 1274. Ele será canonizado no ano de 1323 pelo papa João XXII. (Cf. MATTOS, 2004, pp. 5-6)

Além das questões biográficas de Tomás de Aquino, é importante ater-se também aos acontecimentos sociais e políticos que ocorriam na Europa, não apenas no período vitalício de nosso autor, mas sim àqueles que possam ter influenciado, de alguma maneira, na elaboração do pensamento social até o momento de produção da obra. Em virtude disso, torna-se esclarecedor observar as relações entre as cidades-Estado italianas com o Império e o papado, assim como os meios utilizados para a afirmação de suas convicções. Somente após trilhar esse caminho é possível compreender a razão pela qual a obra *Do governo dos príncipes*, escrita por Tomás de Aquino, é considerada do gênero *espelhos de príncipes*.

Mesmo antes das preocupações de Tomás de Aquino, desde o século XII a região Norte da Itália, frente à nova realidade social e política, perdera seu caráter feudal. As cidades-Estado atribuíram a si o direito de se governarem, obtendo o reconhecimento de todos que estavam sob sua jurisdição, até mesmo dos nobres. Elas refutavam o ideal de monarquia hereditária que prevalecia por todo o continente, instituindo o modelo republicano de governo. As medidas tinham o intuito de acatar os anseios de liberdades que todas possuíam. Sempre em busca de atender os desejos de sua população, elegiam um cônsul, por meio do voto popular. Quase que anualmente os substituíam, para que não se tornassem tiranos. Tal

Porém, analisaremos apenas o primeiro, já que a autoria dos demais livros é atribuída a Ptolomeu de Luca, que também estudava na Universidade de Paris. Segundo Skinner, “durante os últimos séculos da Idade Média se considerava que Tomás de Aquino teria escrito a obra inteira, mas na verdade Ptolomeu foi o autor da maior parte do segundo livro e do terceiro e quarto inteiros”. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão técnica: Renato Janine Ribeiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 73.

modelo foi sobreposto por outro mais eficiente nos finais do século XIII. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 25-6)

Um cidadão de outra cidade-Estado era escolhido para que privilégios não fossem concedidos a membros locais, isentando-o de qualquer parcialidade perante a justiça. Essa pessoa, mais conhecida como *podestà*, recebia autoridade máxima, *potestas*, sobre a cidade-Estado. O governo do *podestà* constituía-se de dois conselhos, os quais consultava quando necessário. Um ponto interessante era que, mesmo sendo a autoridade máxima sobre toda a cidade-Estado, seja perante as leis ou as decisões políticas, a relação do *podestà* com essa era semelhante à forma de um contrato. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 26)

Isso porque “a principal característica a marcá-lo era que sua condição sempre foi a de um funcionário assalariado, nunca a de um governante independente”, de acordo com Skinner. (SKINNER, 1996, pp. 26) Seu vínculo era curto; e antes de deixar o cargo ao qual fora submetido era obrigado a prestar contas das questões judiciais e administrativas de seu governo, para só então adquirir o consentimento da jurisdição que lhe contratara para partir. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 26)

No entanto, mesmo declarando-se independentes, as cidades-Estado continuaram sob o jugo dos imperadores. Elas eram independentes “*de facto*, (...) porém, de direito, [continuavam] a ser vassalas do Sacro Império Romano”, segundo Skinner. (SKINNER, 1996, pp. 26) Oto I (955-983), através de meios legais, anexou a seu território a região conhecida como *Regnum Italicum*³ desde o século X. Nesse sentido, quando Frederico Barbaruiva reduz toda a região à “mera província do Império” apenas reafirma o que já está impregnado na sociedade. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 26)

Esses acontecimentos contribuíram para que as cidades-Estado se unissem contra um inimigo comum, formando, em 1167, a Liga Lombarda. Se antes dessa data todas as cidades-Estado encontravam divididas entre si, agora, com todos os exércitos reunidos, elas poderiam combater em termos de igualdade, e algumas vezes até de superioridade, as forças imperiais. Frente a um cenário totalmente desfavorável, em 1183, Barbaruiva se viu forçado a retirar suas tropas das cidades-Estado italianas e firmar um tratado de paz. Por mais de meio século as cidades-Estado italianas obtiveram a paz tão almejada e puderam exercer seus próprios governos de forma autônoma. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 27)

³ “O termo *Regnum Italicum* assim se refere apenas àquela parte do norte da Itália que corresponde ao reino lombardo medieval, que Oto I reincorporou ao Império germânico em 962”. Cf. SKINNER, 1996, op. cit., p. 627.

É preciso ter conhecimento que durante todo o período conflituoso envolvendo as cidades-Estado italianas e as pretensões dos imperadores resultaram às comunidades locais um apoio incondicional por parte do papado. O início dessa aliança deu-se em 1159, quando Frederico Barbaruiva lançou suas tropas sobre a região norte da Itália, apoiado no ideal do *Regnum Italicum* para satisfazer os interesses de expansão de seus domínios. Nesse mesmo período, Barbaruiva se recusa a promover a ascensão de Alexandre III (1020-1181) ao trono pontifício, o que concede ao papa motivos suficientes para apoiar as cidades-Estado contra o imperador. Esses apoios eram em formas de fundos para construção de fortificações, participações nas campanhas militares e de mediação dos acordos de paz. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 34)

O papa Gregório IX também irá se opor a Frederico II quando este, na década de 1230, invade novamente as cidades-Estado itálicas. O pontífice, além de firmar acordos com Gênova e Veneza, excomunga o imperador, no ano de 1239, e restabelece os acordos com a Liga Lombarda. A mesma conduta será tomada por seu sucessor, o papa Inocêncio IV, que, além do apoio prestado em forma de fundos, fornece as cidades-Estado a ajuda das tropas pontifícias contra o imperador, até então isentas no conflito. Em 1244, ambas as partes resolvem dar uma trégua ao conflito. Porém, alguns anos mais tarde, Frederico II, no intuito de retomar as invasões, é novamente excomungado e logo em seguida deposto pelo papa Inocêncio IV, encerrando de vez as invasões imperiais no ano de 1250.⁴

Parecia ser o fim dos problemas das *civitates*, porém ocorreu totalmente o contrário. Após eliminar a presença constante da figura dos imperadores, os próprios papas passaram a se interessar em governar o *Regnum Italicum*, o que foi percebido rapidamente por elas. Isto se torna mais evidente quando os papas, visando agora intenções temporais, passam a interferir em suas práticas cotidianas, principalmente na política. Um bom exemplo é a intervenção por parte do papado nas intenções de Manfredo e Conradino, filhos de Frederico II, de assumir o governo de Nápoles, na década de 1260. O papa Urbano IV (1195-1264) reage de forma incisiva excomungando Manfredo e nomeando o francês Carlos de Anjou (1227-1285) para o governo da cidade de Nápoles. Carlos de Anjou derrota os exércitos de

⁴ Cf. SKINNER, 1996, op. cit., pp. 34-5. Para entender melhor o embate ideológico entre papado e império, particularmente entre o imperador Frederico II e os papas Gregório IX e Inocêncio IV, recorreremos a SKINNER, 1996, op. cit., pp. 53-5; ULLMANN, Walter. *Escritos sobre teoria política medieval*. Compilado por Francisco Bertelloni; traducido por Marcelo Barbuto... [et al.].- 1ª ed.- Buenos Aires: Eudeba, 2003, pp. 53-3, 148-9; CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político. Tomo 1. Da cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico*. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, pp. 201-3.

Conradino, deixando sob o controle da Igreja toda a região norte da Itália, assim como o centro e o sul do país. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 35)

Esse domínio se manifesta de tal forma que, em 1266, o papa Clemente IV (1200-1268) transfere a Cúria Romana para a cidade de Orvieto devido à sua ótima localização estratégica; já que esta se localizava entre Florença e Roma. Isso propiciava ao papado exercer com maior influência sua autoridade sobre as regiões centrais da Itália. Além da ocupação territorial, todo um contexto intelectual foi criado para “legitimar as mais agressivas pretensões do papado a governar *in temporalibus* (nos assuntos temporais)”. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 36)

Tais intenções políticas geravam um sentimento de revolta nas populações locais, o que propiciava disputas intensas contra as pretensões pontifícias. Em 1266, a cidade-Estado de Pádua entra em conflito com as igrejas sob sua jurisdição, já que estas se recusavam a pagar impostos, pautadas no princípio de que eram superiores às instituições temporais. Divergências semelhantes ocorreram na região da Toscana e também no centro da Itália, estendendo-se até o final do século XIII e início do século XIV. (Cf. SKINNER, 1996, pp. 37)

É importante ressaltar que, no século XIII, a organização da sociedade europeia distinguia-se bastante dos padrões atuais. A idéia de nação, assim como o sentimento de pátria, ainda desabrochava de forma tímida nas pessoas daquela época. As delimitações geográficas do que seriam os países que hoje conhecemos, inexistiam. O que existia eram reinos, governados por senhores locais, submissos a outros senhores, na maioria das vezes, detentores de grandes propriedades de terras e com laços de parentesco com os reis.

Desprovida de sentimentos comuns, o que mantêm o elo entre essa massa iletrada de indivíduos são os hábitos e costumes herdados de seus ancestrais. No topo dessa sociedade, as instituições criam as próprias ideologias como instrumento de legitimação e a Igreja aparece como detentora do poder espiritual. A noção entre o que é público e privado carece de mecanismos que os definam e cabe ao Estado, no sentido moderno da palavra, essa função. Porém, como é possível perceber, a preocupação dos governantes restringe-se apenas naquilo que é ou não sua função.

Contextualizando com diversos medievalistas, é necessário ter em mente que nesse período os conflitos são intensos entre os poderes secular e espiritual. Estes variavam desde combates no campo de batalha a formulações de concepções filosóficas que atendessem seus anseios. A busca pela autonomia do poder faz com que ambas as esferas possuam elementos semelhantes para se justificarem, o que tornará o embate ainda mais tenso.

Luís IX, a frente de seu governo, utilizará bastante de todo o prestígio que possui para intervir nas intensas disputas que ocorriam em sua época entre o imperador e o papa. Como já foi visto anteriormente, o imperador Frederico II, com seus projetos universalistas, pretendia anexar todos os territórios do Ocidente para criar o Sacro Império Romano Germânico. Porém, o rei da França, seguindo a mesma tradição dos reis Capeto, projetava-se como o único que detinha a autoridade de intervir nos assuntos temporais dentro de seus domínios. O rei, mesmo não aceitando submeter-se às intenções do imperador, o respeitava e reconhecia toda a sua dignidade imperial. (Cf. LE GOFF, 2002, pp. 108-9)

No entender de Luís IX, toda a sociedade de sua época era formada por um só corpo, a Cristandade. Esse corpo seria formado por duas cabeças, representado pela figura do papa e do imperador. Cada um era responsável por funções específicas. O papa detinha o domínio sobre todos os assuntos espirituais, enquanto o imperador, mesmo fora do território que compreendia o Império, merecia um respeito especial. O rei, dentro desse corpo, seria um membro que não aceitaria em hipótese alguma a intervenção de ambas as esferas de poder nas coisas temporais de seu reino. (Cf. LE GOFF, 2002, p. 109)

Além de considerar-se soberano, Luís IX também se comprometia com a paz e a justiça. Portava-se como uma espécie de mediador nos constantes conflitos entre o imperador e o papa. Optava por permanecer em uma posição de neutralidade. Não concedia asilo ao papa quando solicitado, mas sempre que o imperador enviava seus exércitos para seqüestrá-lo, o rei direcionava tropas em sua defesa. Mesmo assim, mantinha laços estreitos com Frederico II, quase como irmãos, e dedicava-se para a conciliação entre o papado e o Império. Agia sempre com firmeza e deferência, pois acreditava ser essa a função do bom príncipe cristão. (Cf. LE GOFF, 2002, pp. 150-4)

Acima de tudo, Luís IX era muito religioso. Sua religiosidade era uma prática devocional, que expressava-se através de gestos e ritos, que foram repetidos por toda a sua vida. Através de sua devoção, buscava não só a salvação pessoal, mas acima de tudo a de seus súditos, pois acreditava que dessa maneira uma levaria a outra. Detinha uma afinidade muito grande com as ordens mendicantes e uma estima elevada com suas práticas cotidianas. Quanto mais as observava, mais inabalável tornava sua fé. Por essas razões, tornara-se tão obstinado em sua maior experiência religiosa, a Cruzada. (Cf. LE GOFF, 2002, pp. 660-92)

Neste contexto turbulento temos, de um lado, o imperador, que almejava expandir seus domínios. De outro, o papado, que se utilizava de toda a atmosfera ideológica, presente no medievo, para limitar o poder do imperador. No centro da disputa encontravam-se as cidades-Estado italianas. Caracterizadas pela autonomia em suas formas de governo resistiam às

investidas de ambos os poderes. Presente em todo o conflito estava o rei da França, Luís IX. Governante do reino mais poderoso da Europa no século XIII, São Luís, como é popularmente conhecido, reconhecia a autoridade do imperador e o caráter divino do papa. Porém, dentro de seu reino comportava-se como o único soberano. Prezava pela justiça, o bem comum e a paz, e por isso incumbiu-se da função de ser o mediador dos conflitos de seu tempo, pois acreditava ser essa a função do bom príncipe cristão.

Tomás de Aquino, nascido no seio de uma família imperial e criado sob as vestes da Igreja Católica, respirou todo o ambiente confuso que permeava seu tempo. Além de todos os conflitos, viu ainda as idéias de Aristóteles enfraquecer os significados simbólicos do século XIII. Fruto de seu meio, ele se sentiu na incumbência de responder à sociedade de sua época. Assim, ele concebe sua obra *Do governo dos príncipes*, em 1266, com a intenção de mostrar às cidades-Estado italianas que a melhor solução aos problemas que as perturbavam seria o estabelecimento de um governante único, o rei. Ao mesmo tempo, empenha-se em mostrar ao futuro governante que ele deve cultivar a justiça, o bem comum e a paz. Pois são esses os elementos fundamentais que diferenciam o rei do tirano.

É nesse sentido que a obra de Tomás de Aquino, *Do governo dos príncipes*, adéqua-se ao gênero literário *espelhos de príncipes*, o qual mostra as virtudes a serem cultivadas ou repudiadas pelos governantes.⁵ Em *Do governo dos príncipes*, Tomás de Aquino estabelece as funções de cada esfera de poder. Define o que é direito e o que é dever dos representantes da Igreja e dos poderes seculares. Aos reis, particularmente, o aquinate oferece um verdadeiro manual de aconselhamento. Ele aponta quais as melhores virtudes a serem buscadas pelos reis para se tornarem perfeitos governantes, ao mesmo tempo em que lhes mostra quais são os piores vícios que rondam àqueles que possuem o poder.

No seio da sociedade medieval, uma das características marcantes de suas manifestações culturais é a idéia da imagem do *speculum*. Desde Santo Agostinho (354-430), vigora o pensamento de que o plano terrestre é a cópia de um modelo *ideal*, um estereótipo. Segundo Le Goff, isso ocorre devido à teoria do sinal e do reflexo, em que a imagem refletida pelo espelho corresponde à imagem considerada *ideal* para a realidade dos homens. De acordo com o autor, o espelho é um instrumento que reproduz a *verdade*. Porém, freqüentemente, a função teológica para a qual foi criado é sobreposta por outra. (Cf. LE GOFF, 2002, p. 360)

⁵ Referente ao gênero *espelhos de príncipes*, recorreremos a LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Tradução de Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 358-60; CASSIRER, E. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976, p.168.

Os *espelhos de príncipes* são obras especializadas, escritas a sujeitos particulares, na maioria das vezes detentores de um cargo real. Nelas, seus autores preocupam-se em dar ênfase, não apenas aos poderes que os governantes detêm, mas também nas virtudes que deve possuir. Por essa razão, os espelhos, ao invés de cumprirem com a função para a qual foram criados, adotam um caráter normativo e moral. Caracteristicamente produzido por clérigos, durante todo o século XII, e principalmente o XIII, esse modelo se generaliza por toda a Europa, tornando-se *exemplar*. (Cf. LE GOFF, 1996, pp. 358-60) Ernst Cassirer afirma que “perto de mil livros destinados a ensinar o rei como se devia conduzir” nos tratados com as coisas de seu governo foram produzidos entre os anos 800 e 1700. (Cf. CASSIRER, 1976, p. 168)

O primeiro objetivo desses clérigos consistia em controlar o aspecto “sagrado” adquirido pelos reis no momento de sua sacração. Deviam evitar, a todo custo, que a idéia de “sagrado” se confundisse com um caráter divino e sacerdotal. O rei era apenas um escolhido por Deus para governar os homens. Afastando os reis da condição de sacerdotes, os clérigos estabeleciam funções inerentes a seu cargo. Entre elas estavam os limites do poder real. Em hipótese alguma os reis poderiam tornar-se tiranos. Toda a extensão de seu poder estava em favor da Igreja. Assim, deviam prezar pelo zelo das vontades de Deus, da Igreja, dos súditos e do povo, respectivamente nessa ordem. (Cf. LE GOFF, 2002, p. 358)

Podemos dizer que a obra de Tomás de Aquino, *Do Governo dos Príncipes ao rei de Cipro*, escolhida para análise, encontra-se estritamente ligada aos aspectos destacados acima. Resta observar minuciosamente os argumentos utilizados pelo aquinate para a elaboração de seu tratado. Precisamos nos ater aos acontecimentos de sua época para compreender o que motivou Tomás de Aquino à produção dessa obra. Depois de esboçado todo o contexto, podemos considerar *Do Governo dos Príncipes ao rei de Cipro* como uma resposta de Tomás de Aquino para a real situação das cidades-Estado italianas durante o século XIII.

Para analisar o pensamento político de um teólogo-político do medievo devemos considerar que neste período as esferas política e simbólica estavam estreitamente relacionadas. Sendo assim, pretendemos captar todo o simbolismo inerente ao pensamento político-teológico de Tomas de Aquino referente às imagens a serem representadas pelo governante cristão, particularmente no tocante à justiça, à paz e ao bem comum.⁶

⁶ A este respeito, recorreremos a BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Esses autores discutem de forma brilhante sobre a mística real e o caráter simbólico do poder dos governantes seculares e espirituais. Analisaremos também LE GOFF, 2002, op. cit.

É perceptível que a pesquisa não se concentra em torno de um único personagem ou local, mas sim, num contexto amplo, em movimento, que reúne elementos diversos, porém interligados. Isso faz sentido quando observamos a afirmação de Harold Laski, o qual diz que “todo grande pensador é, em parte, a autobiografia da sua época”. (Cf. LASKI, Harold J. 1980, p. 13) É a partir da análise desses diferentes elementos e personagens que torna-se possível situar o pensamento filosófico de Tomás de Aquino, principalmente àqueles referentes ao pensamento político do aquinate, já que a pesquisa insere-se no âmbito da história intelectual.

A escolha de um bom método de pesquisa é indispensável para uma melhor compreensão do tema. Por isso foi adotado o método de interpretação de texto do historiador inglês Quentin Skinner, ou seja, relacionar a obra discutida com o contexto do autor, buscando perceber quais as suas intenções no momento em que a produziu, o que o autor chama de “atos lingüísticos”. (Cf. SKINNER, 2000, p. 320) A este respeito, podemos concordar veementemente com a afirmação que Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas fazem sobre os documentos, os quais na opinião deles devem ser concebidos pelo pesquisador, como portadores de um discurso, principalmente se referirem ao pensamento político de um determinado período. (Cf. CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 377)

O caminho adotado é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois nos permitirá analisar as obras dos grandes filósofos, não a partir delas única e exclusivamente, mas sim de todos os acontecimentos que contribuíram para que seus agentes as produzissem, fossem eles culturais, sociais, intelectuais, religiosos ou políticos. Nesse sentido, pretendo abordar a obra referida de Tomás de Aquino em relação ao contexto ao qual foi produzida. Quentin Skinner explicita isso de forma brilhante. Para ele, “a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política”. (SKINNER, 1996, p. 10)

Segundo Skinner, tal método é extremamente relevante, pois permite ao historiador produzir de fato um trabalho histórico, aproximando o pesquisador de seu próprio objeto de estudo, no qual poderá emitir uma “imagem mais realista de como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado” e não restringir-se apenas ao “método textualista”. Para Skinner, é fundamental que o historiador permeie pelo estudo das ideologias, para só então poder compreender, mais habilmente, as teorias políticas, visto que a vida pessoal dos cânones encontrava-se muito próxima da prática política. (Cf. SKINNER, 1996, p. 11)

No entendimento de Skinner, isto nos leva não apenas a obter um conhecimento mais amplo do autor, mas sim a compreender os motivos que o levaram a produzir a sua obra, algo

que nunca seria possível se nos restringíssemos apenas ao texto, por mais que este fosse revisto.⁷ Conforme Skinner, ter uma visão ampla de sua sociedade, seu vocabulário e saber a quem foi direcionada a obra concede ao historiador instrumentos que o possibilitam não se limitar “a fornecer um quadro histórico para nossa interpretação”, mas sim ingressar “no próprio ato de interpretar”. (Cf. SKINNER, 1996, p. 13) Nesse sentido, seria possível verificar além dos argumentos apresentados, pois teríamos condições de perceber com quem debatiam e como se comportavam em torno do debate político da época de cada autor.⁸ Se isso não for feito, é praticamente inviável promover uma discussão objetivando quais teriam sido seus anseios e se esses autores estavam “satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras idéias e argumentações”.⁹

Um ponto interessante e que merece ser destacado é a importância que autores como Skinner, James Henderson Burns e também Eric Voegelin¹⁰ dão ao estudo das obras “menores”, ou seja, aquelas que não são consideradas clássicas. Isto porque, *Do governo dos príncipes*, de Tomás de Aquino, é considerada uma obra menor se comparada à sua *Suma teológica*, escrita na mesma época.

A escolha pelo tema deu-se devido ao grande interesse nos estudos referentes ao período medieval. Por se tratar de um período muito longo e chamado pelos humanistas como “Idade das Trevas”, devido à obscuridade que lhe é peculiar, discussões nesse sentido são ignoradas até mesmo pelos próprios historiadores. No Brasil, em particular, existe certo receio por parte dos pesquisadores com relação a esse período. Os motivos são os mais variados, desde a dificuldade de manuseio com as fontes, à falta de centros especializados que auxiliem os estudantes nas pesquisas.

Renato Janine Ribeiro caracteriza muito bem a recusa por parte dos historiadores em trabalhar com temas que constituem um passado remoto. De acordo com ele, os historiadores pesquisam o passado para compreender as preocupações do tempo presente. Em virtude disso, esses mesmos pesquisadores consideram que as abordagens sobre tal período compõem um

⁷ Cf. SKINNER, 1996, op. cit., p. 13. A este respeito consultaremos também BOBBIO, Norberto. *As teorias das formas de governo*. Brasília: EUB, 1998. Além das questões apresentadas por Skinner, Norberto Bobbio ressalta a relevância de se observar os elementos que rompem e permanecem na leitura dos próprios documentos.

⁸ Segundo Skinner, é preciso “ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as idéias e convenções então predominantes no debate político”. SKINNER, 1996, op. cit., p. 13.

⁹ Cf. Skinner, Quentin. “Entrevista”. In: PALLARES – BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 313. Sobre o contextualismo, abordaremos também TUCK, Richard. “História do pensamento político”. In: BURKE, Peter (Org.); *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹⁰ Cf. SKINNER, 1996, op. cit.; BURNS, James Henderson. *Histoire de la pensée politique Médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993; VOEGELIN, Eric. *A nova teoria política*. Brasília: EUB, 1979.

eixo inatual e por isso, não respondem as inquietações modernas. Porém, uma análise minuciosa pode oferecer mecanismos e recursos metodológicos que propicie correlacionar elementos presentes no período pesquisado com os atuais. (Cf. Ribeiro, 1993, p. 11)

Outro fator que contribui para o desprezo a temas distantes de nossa realidade é o fato de muitos pesquisadores acreditarem que não é possível se fazer novas perguntas ao material antigo, pois todos os questionamentos possíveis já foram feitos. Pensar dessa maneira é errôneo; e Robert Darnton exemplifica isso muito bem. Independentemente do período pesquisado, ele afirma que sempre que obtivermos algum documento que apresente qualquer informação que não faça sentido para o nosso tempo é sinal de que encontramos algo que, às vezes, pode significar muitas coisas para o período o qual foi escrito.¹¹

Um exemplo disso relaciona-se diretamente com esta pesquisa. A grande maioria dos trabalhos que abordam o período medieval preocupa-se apenas em demonstrar as disputas internas existentes no seio da Igreja Católica. Poucos são aqueles que relacionam o poder papal com os demais poderes da época. É por essa razão que, mesmo existindo diversos trabalhos referentes a Tomás de Aquino, e alguns sobre a obra aqui analisada, tanto no âmbito da história quanto na perspectiva filosófica, acreditamos que o caminho percorrido por esta pesquisa possui o seu diferencial. Pois, de maneira inovadora, abordaremos a obra de Tomás de Aquino, *Do governo dos príncipes, ao rei de Cipro*, na perspectiva de um *espelho de príncipes*.¹² Por esse caráter de originalidade esperamos contribuir não só com a comunidade acadêmica, mas também com a comunidade em geral.

¹¹ Cf. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986, apresentação, pp. 14-6. Referente aos métodos aplicados pelos pesquisadores de história política, recorreremos a ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. BA: Ariel, 5ª edição, 2004; RÉMOND, René. “Uma História Presente”, IN: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. Analisaremos também LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da História?” IN: *O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983; LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999; DUBY, Georges. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999. Todos esses autores serão utilizados para discutir sobre as transformações ocorridas nos modelos de se fazer história política e sobre a impossibilidade de isolá-la das outras disciplinas.

¹² Para compreender a relevância de autores como Tomás de Aquino, é imprescindível a análise dos textos de LACERDA, Sônia & KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos.” In: LOPES, M. A. (Org). *Grandes nomes da História Intelectual*, São Paulo, Contexto, 2003. Essas autoras enfatizam muito bem a importância dos autores clássicos, a partir do momento que afirmam ser possível percebê-los como autores que possuem uma dupla abordagem, uma no presente e outra na história. De acordo com elas, “o que confere a determinados textos o *status* de clássicos é precisamente a dinâmica da tradição, as repetidas renovações do seu significado, por revisão das precedentes interpretações.” *ibid.*, p. 34.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fonte:

AQUINO, Santo Tomás. Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro. In: *Filosofia política de Tomás de Aquino*. 3ª ed. São Paulo: 1956. (Organização e prefácio de Arlindo Veiga dos Santos).

Bibliografia:

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOBBIO, Norberto. *As teorias das formas de governo*. Brasília: EUB, 1998.

BURNS, James Henderson. *Histoire de la pensée politique Médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. “História e análise de textos”. In: *Domínios da história – ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CASSIRER, E. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político. Tomo I. Da cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico*. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1982.

COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé*. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos).

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBY, Georges. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Sonia & KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos.” In: LOPES, M. A. (Org). *Grandes nomes da História Intelectual*, São Paulo, Contexto, 2003.

LASKI, Harold J. “Sobre o estudo da política”. In: KING, P. *O estudo da política*, Brasília, Editora UnB, 1980.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Tradução de Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da História?” IN: *O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- MATTOS, Carlos Lopes de. *Tomás de Aquino, Vida e obra*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2004.
- RÉMOND, René, “Uma História Presente”, IN: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. “Entrevista”. In: PALLARES – BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- TUCK, Richard. “História do pensamento político”. In: BURKE, Peter (Org.); *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- ULLMANN, Walter. *Escritos sobre teoria política medieval*. Compilado por Francisco Bertelloni; traducido por Marcelo Barbuto... [et al.].- 1ª ed.- Buenos Aires: Eudeba, 2003.
- ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. BA: Ariel, 5ª edição, 2004.
- VOEGELIN, Eric. *A nova teoria política*. Brasília: EUB, 1979.

AS LEIS, A ESCRITA E O PESO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DELAS, NO MEDIEVO PORTUGUÊS

Flávio Ferreira PAES FILHO¹

paes31@gmail.com

Resumo: A temática que se apresenta neste artigo faz parte de algumas das reflexões que desenvolvi no meu doutoramento. As Leis e a escrita passaram a ter um peso político que se destacou, em importante na Idade Média. Com efeito, passou-se, a tentar, disciplinar e a controlar as relações existentes no reino, particularmente, entre as *Ordines*. Procuo evidenciar o peso político da escrita, desde o período condal, e nos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III (1248-1279) e, em particular no reinado de D. Dinis(1279-1325).

Palavra chaves: Leis; *Ordines*; Escritas

Abstract: The issue presented in this paper is part of some of the thoughts which I developed in my PhD. Laws and writing came to have a political weight that stood out in a major in the Middle Ages. Indeed, it moved, trying to disciplinary and control relationships within the kingdom, particularly among the ordinals. Seeking to show the political writing since the period condal, and the reigns of Alfonso II, D. Afonso III (1248-1279) and, in particular the reign of King Dinis (1279-1325).

Keywords: Laws; *Ordines*; Writings

A escrita da história, sofreu importantes mudanças, particularmente, nos anos 70 e 80 do século que passou, em seu aspecto teórico - metodológico. Graças à influência, sobretudo dos franceses, temos a criação de novos temas, novos objectos e novos métodos. Nas origens dessa nova história, convém destacar Marc Bloch e Lucien Febvre os fundadores da revista dos Annales, que criticavam muito a chamada história política e/ou a história positivista.

Os investigadores, como não poderia deixar de ser, sofrem grande influência das transformações que ocorrem na história, em particular as mudanças introduzidas pelos franceses. Esses factos levaram os historiadores, sobretudo a partir da década de 80 e 90, do século passado a se interessarem pelo estudo biográfico, pelo estudo do Cotidiano, pela

¹ Professor Doutor do Departamento de História da UMFT.

história da mentalidade, o imaginário e ainda particularmente pëlos temas relacionados à arte, à cultura, a escrita, a leitura e ao lazer.

Assim discutir a escrita e a leitura na Idade Média no reino português, é compreender a dimensão sócio - cultural dessa sociedade no período em tela, tendo claro que a cultura é aqui compreendida em sua dimensão mais ampla, ou seja, tudo que é produzido pelo homem em sociedade.

Os monarcas se preocupam em montar uma corte composta por letrados, por juristas, escritvãs. Dessa forma promove-se, com a intensificação da escrita e da prática da leitura, uma determinada circularidade cultural. Constrói-se assim ao longo de toda a chamada Idade Média Tardia uma proposta de “sociedade”, de cotidiano e de cultura.

Com efeito, a prática da escrita no reino português, pode-se afirmar, teve início ainda no período Condal com D. Afonso Henriques (1146 - 1184), tendo tido uma certa intensificação com D. Afonso II (1211 - 1223), mormente devido à sua Chancelaria (COELHO & HOMEM, 1989, 629). A partir dessa época, e em particular, com D. Afonso III (1248-1279) e até o momento em que as Leis do reino começam a ser sistematizadas nas Ordenações, a escrita teve um peso político importante no confronto entre as três *Ordines* do reino.

Percebe-se no reino português a produção de vários documentos oficiais, (Leis, Concordatas², Carta Foral³, Cartas de Aforamentos, Cartas de Perdão, Cartas de Privilégios etc.) e o seu registro na Chancelaria e concomitantemente a sua divulgação, através da leitura em lugares públicos. Essa prática foi politicamente e administrativamente muito importante. Sobre essa questão Gama Barros nos afirma “ a publicação das leis e de quaisquer ordens do soberano estava a cargo dos tabeliães, que, depois de as registrarem em seus livros, as deviam ler no tribunal do concelho, ordinariamente um vez em cada semana, durante um certo período que chegava não raro até um ano.”(BARROS. 1945, 137). A necessidade do registro das cartas expedidas diariamente pela Chancelaria impulsionou a prática da escrita.

² Concordatas - Nome usado para designar as convenções solenes feitas entre as autoridades supremas eclesiásticas e civil, tenha esta ou não representantes diplomáticos habituais junto a Santa Sé, sobre determinados assuntos, geralmente controversos, de interesse para ambas as partes, com aceitação de certos deveres e reconhecimentos dos direitos da Igreja por parte do Estado e concessão de privilégios da parte da Igreja. Cf. Joel SERRÃO. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1993, p. 657.

³ Forais - Foral ou carta de foral era o diploma concedido pelo rei, ou por um senhor laico ou eclesiástico, a uma determinada terra, contendo normas que disciplinavam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com quem o outorgava. Constitui a espécie mais significativa das chamadas cartas de privilégio. Normalmente as suas normas referiam-se às seguintes matérias: liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; **impostos e tributos**; composição e multas devidas pelos diversos delitos e contravenções; imunidade coletiva; serviço militar; encargos e privilégios dos cavaleiros-vilãos; ônus e forma das provas judiciárias; citações, arrestos e fianças; aproveitamento dos terrenos comuns. Cf. Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I. Porto: Iniciativa Editoriais, 1977, p. 286.

Para além dessa questão, a adopção no século XIII, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) do português como língua oficial para o registro na Chancelaria, contribuiu para o desenvolvimento ainda mais da escrita, graças a isso toda documentação régia devia ser produzida em português. Não obstante, encontram-se documentos escritos no vernáculo desde à época do reinado de D. Afonso II (1211-1223).

Todavia, D. Dinis, em seu reinado de quarenta e seis anos, se preocupou em dar continuidade ao processo de consolidação do poder da monarquia, nesse sentido a produção de Leis e acordos com as outras *Ordines* do reino foi importante. Graças a sua acções é considerado pela historiografia portuguesa, um dos monarcas mais importantes no tocante ao processo de constituição do Estado Lusitano.

Este monarca resolveu os problemas com o Clero através de acções político-legislativa, ou seja, realizou com o clero três concordatas, duas em 1289, contendo 11 artigos e 40 artigos respectivamente, a primeira só reconhecida por D. Dinis em 1292, e a de 1309, contendo 22 artigos.

Além de ter resolvido as querelas com o Clero, empreendeu várias mudanças no reino de Portugal: além da obrigatoriedade do uso do português na documentação do reino; organizou a marinha comercial e de guerra e, em 1317, confiou-a, a Manuel Pessanha, um renomado navegador genovês com grande conhecimento e experiência marítima e comercial; fundou várias vilas, algumas com Cartas Forais; estimulou a ocupação de espaços fronteiriços com Castela, pelos camponeses sem terra e pelos cavaleiros vilões; Concluiu o processo de definição da fronteira luso-castelhana, até então em litígio, mediante a assinatura conjunta com D. Fernando IV do tratado de Alcanises, em 1297, “(...) e numa altura em que o próprio vocabulário atinente (frontaria,- fronteira -) parecia fixar-se, atingindo significados próximos dos atuais” (COELHO & HOMEM. 1996, 144). Com esse tratado Portugal se tornou o primeiro país da Europa a ter o seu território totalmente definido sob o domínio de um único soberano, fato que, somados as outras políticas de diminuição do patrimônio do Clero e da Nobreza, possibilitou a D. Dinis dar continuidade ao seu projeto político. Criou ainda a primeira Universidade portuguesa através de uma Carta Régia, datada de 1 de março de 1290; Emitiu um grande conjunto de leis sobre várias matérias; Estabeleceu importantes medidas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, para o estabelecimento de mercados e feiras, tão importantes para o comércio e, em particular, para a produção interna; Incentivou, também, a exportação de produtos agrícolas para Flandres, Inglaterra e França.

Dentre as Concordatas assinadas, com o Clero, optamos como nosso objetivo, neste artigo, comentarmos a concordata de 22 artigos. Porém será lembrado também uma Carta de

Lei em que o monarca reforça as sanções já estabelecidas e registradas em sua Chancelaria régia. Esta Concordata encontra-se publicado no *Livro de Leis e Posturas*, e por Fortunato de Almeida. Estes documentos são fontes importantes para o estudo político - administrativo - jurídico do reino português na Idade Média.

Convém, antes de passamos a comentar o conteúdos desses documentos, explicitarmos rapidamente o processo de sistematização das *Ordenações*⁴, pois, cremos ser importante para o entendimento do desenvolvimento da escrita e do seu registro no reino português. Esse processo, de sistematização das leis, iniciou-se, sobretudo, no reinado de D. João I, e teve prosseguimento no reinado seguinte, com D. Duarte (1433-1438), que é considerado o grande responsável pelo processo de sistematização das Leis existentes no reino. Entretanto à época do seu reinado, provavelmente já havia o *Livro de Leis e Postura*, não sabemos se efectivamente era do conhecimento do monarca esse facto, talvez o fosse⁵. Esse livro foi escrito em letra gótica dos fins do século XIV ou início do século XV. Contém várias Leis desde o reinado de D. Afonso II até D. Afonso IV, o processo de sistematização dessas Leis em um único livro, só foi possível, por que desde o reinado de D. Afonso II, devido à sobretudo o seu Chanceler Durão Pais, há uma preocupação em “racionalizar” a administração e assim tem-se a preocupação de valorizar a escrita, ocorre então o registro de praticamente todos os actos político - legislativos - administrativos na Chancelaria régia.

O Livro de registro da chancelaria de D. Afonso II foi o primeiro no Reino e o quarto na Europa. A chancelaria de D. Afonso II foi um serviço caracterizado pela inovação, pela competência e pelo alto nível que aí atingiu a cultura diplomática, paleográfica e até linguística (lembramos que o mais antigo documento escrito em português, datado e não literário, até hoje conhecido, é o primeiro testamento de D. Afonso II - ano de 1214). Tem-se a compreensão de que a escrita é uma das mais notáveis manifestação de cultura do homem, por isso é fonte de conhecimento individual e coletivo.

A exigência da escrita deve-se ao facto de ela, ao contrário da oralidade, perenizar,

⁴ *ORDENAÇÕES* - Esta palavra - no seu conceito amplo, sinónimo de leis - foi tradicionalmente adoptada num duplo sentido: 1º ora significando ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas, com carácter regimental ou não; 2º - ora significando as colectâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português.

⁵ Armando Luís de Carvalho Homem. Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa. *In: En la España Medieval*, número 22; 1999 p. 177-185, nos explica que: “Os primeiros ensaios de compilação legislativa, ocorridos na época de João I (1395-1433), mas fundamentalmente a partir da segunda década de Quatrocentos (ca. 1418 ss.). O grande “protagonista” parece ser o futuro rei Duarte I (1433-1438), associado a algumas tarefas da governação a partir de ca. 1411. E o facto é que a sua livraria pessoal inclui um volume manuscrito conhecido como *Ordenações del-Rei Dom Duarte (ODD)*, (...). Ao mesmo tempo que o século XIV final vira ser elaborada, provavelmente no seio da oficialidade de justiça, uma outra compilação, o *Livro das Leis e Posturas (LLP)*, p. 178.

legitimar, provar, porque usa uma linguagem formal, jurídica e técnica. Todavia, a escrita e o seu produto, o escrito, possuem em si mesmos, força, autoridade e domínio.

Graças a isso, a Concordata realizada entre as autoridades, no caso, entre a Igreja e o Monarca português D. Dinis (1279-1325) e ainda Carta de Lei são consideradas documentos importantes para se compreender a necessidade de se registrar os acordos e as determinações outorgadas pelo monarca.

Esses documentos são efectivamente a demonstração de uma concepção de poder, do entendimento da importância, em se escrever o estabelecido para que não se esquecesse e, acima de tudo, fosse cumprido. A Concordata de 22 artigos foi provocada porque o Clero questionava: o direito de o Rei não pagar o dízimo; as Leis que impediam os eclesiásticos de adquirir herdades; as leis contra o seu privilégio de foro; as Leis contra as Inquirições⁶ e Desamortizações; a proibição impedindo os clérigos de viajarem com mercadorias e as venderem pelo caminho, a fim de poderem se manter, ou as trocarem por livros de seu interesse, quando os encontrassem. (ALMEIDA. 1971, pp. 76 a 80)

E ainda devido ao costume que havia, da parte dos grandes senhores e dos membros da família real, de pousarem em casa dos eclesiásticos, contra a vontade destes, típico caso de um *servitium* feudal. Tais reclamações, como se pode notar, estavam relacionadas com a perda de algum direito que o clero possuía, e que o Rei estava disposto a suprimir, com vista a diminuir o poder e a riqueza daquela Ordem.

Entretanto, tanto o Clero quanto a Nobreza continuaram a adquirir propriedades, inclusive as reguengas, desrespeitando a nova legislação dionisina. Esse fato levou D. Dinis, em 1311, a outorgar uma Carta de Lei, reiterando as proibições anteriores, especialmente no tocante à aquisição das propriedades reguengas por parte das igrejas, dos fidalgos, dos clérigos e das congregações religiosas:

“(...) Johane Lourenço vogado en mha casa porque foy achado que alguuns tanben eigrejas como ordiins come filhos d’algo como clerigos conpravam nos meus regaengos que eu tragia muytos deles enalheados de guisa que mi non davamendo os meus direitos (...)”. (MARREIRO.,1973,148)

Ainda neste documento pudemos constatar que os castigos imputados aos infractores

⁶ Inquirições - Inquéritos em larga escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV. Podem integrar-se no conjunto de medidas de fortalecimento do poder real e da centralização administrativa que caracterizam os últimos séculos da Idade Média. Na raiz destas inquirições portuguesas estão os abusos dos senhores, laicos e eclesiásticos, e até de vilões, cometidos aos bens da coroa. Cf. Joel Serrão. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1993, pp. 356 - 357.

eram bem duros:

“non possam comprar nem ganhar per nenhuma maneira nos meus regaengos mando que o que vender perca o preço que receber e o que comprar perca a herdade que conprou. E porque achei ainda que avya tempo que El rey Don Afonso meu padre deffendera com conselho da sa corte que as ditas pessoas nom comprassem nos seus regaengos tenho por ben e mando aque se for achado que algumas das sobre ditas pessoas conpraram” .(MARREIRO.,1973,149)

A preocupação do Rei em não perder uma parcela do patrimônio régio, por menor que fosse, explica-se não apenas pelo fato de, àquela época, a terra ser fundamentalmente a base da economia do reino, bem como do próprio poder político, inclusive aquele possuído pelo Monarca, mas também porque, dela dispondo, D. Dinis poderia vir a aforá-la e, através desse procedimento, obter mais recursos monetários para aplicar noutros negócios de interesse da monarquia. Ademais, se o Clero pudesse continuar a adquirir terras, iria continuar alegando a imunidade fiscal de que gozava, para não pagar impostos e taxas sobre as mesmas, de modo que o círculo vicioso permaneceria. Por outro lado, os leigos, comprando ou arrendando uma propriedade reguenga, jamais poderiam evocar para si aquele direito, porque nunca o tinham possuído. Assim, era uma forma de romper com os empecilhos que impediam o ingresso de mais recursos no erário.

Não obstante, foi à época de D. Dinis que os impostos passaram a incidir mais fortemente sobre todo o tipo de exploração direta ou indireta da terra, sobre a criação de gado, sobre a caça e a pesca. Havia ainda a jugada⁷, a colheita⁸, o montado⁹, o condado¹⁰, além, evidentemente, dos impostos sobre o transporte de mercadorias, a passagem ou peagem

⁷ *“Segundo as Ordenações do Reino, era a jugada um direito real que os reis de antigamente ordenaram lhes fosse pago nas terras em que especialmente para si o reservaram, quando deram os forais a essa terras. Ordenaram ao mesmo tempo que apenas se pagasse de trigo, milho, vinho e linho. Estava este trigo relacionado com o jugo ou o singel de bois com que o lavrador agricultava a terra e, regra geral, a quantia a pagar era um moio de cereais - trigo ou milho, conforme o que tivesse semeado - por cada junta de de bois com que lavrasse.”* Cf. Joel Serrão. *Op. cit.*, p. 639. Ver ainda, Maria Rosa Ferreira Marreiros. *Op. cit.*, pp. CLXXXVIII a CLXI. José Eduardo Pimentel de Godoy e Tarcízio Dino Á Medeiros. *Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal antigo*. Brasília: ESAF, 1983, pp. 78 e 79.

⁸ *“Contribuição devida pelos enfiteutas ao senhorio quando este visitava a terra aforada. A colheita tinha como sinônimo comedura, comedoria, collecta, jantar, procuração, parada e visitação.”* Cf. José Eduardo de Godoy e Tarcízio Dino Á Medeiros. *Op. cit.* p. 42. Ver ainda. Joel Serrão. *Op. cit.*, p. 615. Maria Rosa Ferreira Marreiros. *Op. cit.*, pp. CLXXXVIII a CLXI.

⁹ *“Imposto que recaía sobre os criadores de animais, pelo uso de pastagens régias, concelhias ou senhoriais.”* Cf. José Eduardo Pimentel de Godoy e Tarcízio Dino Á Medeiros. *Op. cit.*, p. 91. Ver ainda. Joel Serrão. *Op. cit.*, p. 100. Maria Rosa Ferreira Marreiros. *Op. cit.*, p.p. CLXXXVIII A CLXI.

¹⁰ *“Tributo cobrado nos concelhos e que recaía sobre o produto da caça e da pesca fluvial. Consoante incidia sobre a primeira ou sobre a segunda, assim recebia a designação de condado do monte ou condado do rio. A incidência deste imposto variava imenso de localidade para localidade.”* Cf. Joel Serrão. *Op. cit.*, p. 659. Ver ainda, Maria Rosa Ferreira Marreiros e José Eduardo Pimentel de Godoy e Tarcízio Dino Á Medeiros.

e a portagem. Com tantos impostos a receber era importante que tais obrigações fossem, para além da prática costumeira, tornadas obrigações legais, daí a necessidade do seu registo. Encontram-se a cobrança desses impostos registados em várias Carta de Foral.

Entretanto, o incipiente aparelho burocrático estatal, não permitia que as Leis fossem aplicadas à risca e não impedia que os abusos continuassem a ser praticados. De fato:

“A ausência duma efectiva centralização, que resulta da existência de escassos recursos materiais colocados ao serviço da coroa, dificultou em particular o estabelecimento de canais de circulação entre as directrizes dimanadas da estrutura do Estado e a sua transmissão junto dos sectores que a ele se encontravam directamente subordinados”. (MORENO. 1990, p. 78).

Na verdade, acolhendo plenamente a opinião do Professor Baquero Moreno, este autor afirma que:

“Toda esta afirmação de poder, apesar das lacunas do sistema já apontadas, traduz-se na ampla riqueza patrimonial de que dispunha a coroa. Além de o rei possuir imensas terras, eram enormes os direitos reais cobrados sobre todas as actividades económicas dos seus súditos.” (MORENO. 1990, p. 78).

Em vista disso tudo, igualmente acreditamos que a luta do Rei contra os privilégios, tanto do Clero quanto da Nobreza, foram confrontos inevitáveis, face à política de centralização e/ou, de disciplinarização dos poderes, que D. Dinis estava tentando implantar no reino português, a qual passava pela propriedade patrimonial e o bom uso da mesma, principal forma de obter recursos para gerir o reino. Daí, muitas vezes, ter sido necessário e conveniente celebrar acordos com a Ordem mais importante do reino e registrá-los em sua Chancelaria, do que manter uma querela permanente com a mesma, o que seria desgastante e insustentável, tendo em vista o poder que a Igreja detinha. O Rei, com certeza, também se lembrava do que havia ocorrido com seu pai, nos seus últimos anos de vida.

Enfim, como já dissemos antes, as Leis, em particular as Concordatas, além de terem contribuído para melhorar o relacionamento entre a Monarquia e a Igreja, demonstram a importância de registrar, através da escrita, os acordos celebrados entre as autoridades. Com isso evitava-se também que os prelados, os demais clérigos lusitanos e as Congregações religiosas apelassem para a Sé Apostólica, quando se sentiam prejudicados nos seus direitos, procedimento muitas vezes, funesto para os leigos, e àquela altura, governava a Igreja

Bonifácio VIII (1294-1303) que, além de cioso do poder e dos direitos eclesiásticos, por questão semelhante com Eduardo I (1272-1307) da Inglaterra e Filipe IV (1285-1314) tinha promulgado a célebre bula *Clericis Laicos*¹¹. Era, pois, mais interessante as partes tentarem resolver diretamente os atritos que as colocavam em situação antagónica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, FURTUNADO DE. *História da Igreja em Portugal*. Nova Edição Preparada e Dirigida por Damião Peres. Vol. IV. Porto - Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1971, pp. 76-80.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal em Portugal nos Séculos XII a XV*. 2ª Edição dirigida por Torquato de Sousa Soares. Tomo I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, p. 137.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. O Poder e o Espaço. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Portugal em Definição de Fronteira. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Nova História de Portugal; Volume III, Direção de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

LIVRO DE LEIS E POSTURAS. Lisboa: Faculdade de Direito, 1971, p. 155.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. *A Administração Pública em Portugal no Reinado de D. Dinis através do Estudo de Alguns Documentos da sua Chancelaria*. Dissertação de Licenciatura em História, policopiada, Coimbra, 1973.

MORENO, Humberto Baquero. *Exilados, Marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

¹¹ A bula *Clericis laicos*, resumidamente, proibia, sob pena de excomunhão, aos eclesiásticos proporcionarem quaisquer espécies de auxílio financeiro aos potentados seculares, e menos que fossem autorizados pela Cúria Romana. Proibia também aos príncipes e aos seus oficiais de imporem qualquer taxaço ao clero e às suas propriedades, sob a ameaça de receberem semelhante castigo. Cf. José Antônio de C.R. de Souza e João Morais Barbosa. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens*. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, s/d, p. 151.

SANTOS, Maria José Azevedo. A escrita. In: *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, pp. 626-629.

_____ - *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras de Coimbra, 2000.

SOUZA, José Antônio de C.R. de e BARBOSA, João Morais. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens*. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, s/d.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO ESPANHOL NO SÉCULO XVI

Marcella F. G. M. MIRANDA¹

marcellamiranda@ig.com.br

RESUMO: O trabalho tem como objetivo apresentar os principais elementos que norteiam o debate sobre o problema do Estado na Primeira Modernidade. Pretendo analisar as idéias de autores como F. Chabod, J. Elliot, A. M Hespanha, A. Maravall e M. Florenzano, e mostrar a contribuição de cada um deles para a discussão sobre a política na Europa Quinhentista. Desse modo, intenciono discutir as particularidades do caso Espanhol, e então, refletir se é possível a aplicação do conceito de “Estado moderno” a Espanha de Felipe II.

PALAVRAS-CHAVE: Estado – Política - Espanha

ABSTRACT: This work aims to present the main important elements that guide the debate on the issue about the problem of state in the Early Modern State. I want to analyze the ideas of authors like F. Chabod, J. Elliot, A. M Hespanha, A. Maravall e M. Florenzano and show each one's contribution to the Europe sixteenth's century politics debate. Then, I intend to discuss the particularities of the Spanish case and so reflect if the application of the concept “Modern State” is appropriate to Spain of Phillip II.

KEYWORDS: State – Politic - Spain

Não sei se eles acham que eu sou feito de ferro ou de pedra. A verdade é que precisam entender que sou mortal como todos os demais²

O processo de consolidação das monarquias nacionais no século XVI tem suscitado vários debates em torno da problemática do Estado moderno. Afinal de contas, na Europa Ocidental teriam se constituído Estados centralizados ou, como defendem alguns, a primazia dos poderes locais acabou minando as tentativas absolutistas da coroa? O objetivo desse trabalho é tentar aprofundar as discussões sobre o tema do Estado moderno, tentando entender e colocar em evidência as particularidades da monarquia hispânica do século XVI no cenário europeu.

¹ Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo

² Felipe II, 29 de novembro de 1578, Biblioteca Zabálburu, Madrid (142, f.9). Apud: Kamen, 2003,5.

A historiografia do século XIX e início do século XX foi responsável pela construção do paradigma sobre o fenômeno do político no *quattrocento* e *cinquecento*, tomando esse marco cronológico como a época por excelência do fim da Idade Média e o advento da Primeira Modernidade. Assim, o dogma foi adaptado pela historiografia de várias nações da Europa Ocidental, que o apropriou para as particularidades de cada região. Desse modo, a invasão francesa no norte da Itália (1494) ou o fim da Guerra dos Cem Anos (1453) seriam eventos formadores do Estado francês, ocorrendo o mesmo na Inglaterra com o fim da Guerra das Duas Rosas (1485), na Espanha, com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão (1469) e na Alemanha, com a ascensão de Carlos V ao Sacro Império Romano Germânico (1519). (FLORENZANO, 1992, p.15)

Desse modo, a questão do Estado foi central para esta corrente historiográfica que, partindo de elementos comuns a esses países, cunhou a expressão “Absolutismo”, que, assim como o conceito de mercantilismo, é posterior ao período retratado. Max Weber afirmou que

De fato, o próprio Estado, tomado como uma associação política com uma constituição racionalmente redigida, leis racionalmente ordenadas é uma administração coordenada por regras racionais ou leis, administrado por funcionários treinados, é conhecido, nessa combinação de características, apenas no Ocidente, a despeito de todas as outras que dele se aproximam. (1976, p.5)

A nova estrutura de poder que surgia podia ser percebida, com maior ou menor grau, no Ocidente, e cuja característica essencial era criação de um corpo burocrático organizado e racional, baseado em leis também racionais.

Antonio Manuel Hespanha critica o que ele denominou como paradigma estadualista, que tradicionalmente interpretava o fenômeno do Antigo Regime e suas instituições jurídico-políticas como uma antecipação “natural” das instituições do Estado burguês-liberal.

O moderno conceito de “Estado” designa a entidade que, nas sociedades contemporâneas, detém em exclusivo o poder de coação legítima (imperium), “poder político”; é a ela que compete a prossecução do “interesse público” – diferente e contraditório com (i. é., realizado à custa de) os interesses particulares – daqui decorrendo um modelo específico de racionalização jurídica do Estado com os particulares (relação jurídica de “direito público”). Contraposta ao Estado (que, nesse sentido, constitui a sociedade política) encontra-se a sociedade civil, privada de poder político (societas civiles sine imperio) e domínio de realização – por meios

convencionais, pactícios e voluntários (relação jurídica de direito privado) dos interesses particulares. (1984, p.27)

Essa concepção de Estado, trasladada ao mundo do Antigo Regime, acabava por prejudicar a interpretação da dinâmica própria e as particularidades políticas desse período. A ideia de uma separação da esfera do público e privado, colocado no *Ancien Régime*, distorcia o caráter pluralista da constituição política da época. O alcance da absolutização do poder central só se concretizaria com a revolução, “ao estabelecer o dogma da exclusividade e da indivisibilidade do poder do Estado” (p.63). Nesse sentido, o contexto pré-absolutista seria caracterizado pelo estabelecimento de uma ordem jurídica em que o direito particular (privilégio) se imporia ao direito geral (a lei) e cujo corolário seria a autonomia do poder dos corpos periféricos. “A subordinação do direito régio ao direito comum, que mais do que refletir a subordinação política ao Império ou ao Papado, refletia a subordinação prática ao poder incontrolado dos juristas” (p.64) O poder uno e indivisível do Estado é um paradigma da sociedade contemporânea, que, mesmo existindo a divisão de poderes e os diversos órgãos centrais e periféricos, a unidade de poder político (soberania) permanece intata. (p.59)

Na verdade, entendia-se que a jurisdição dos órgãos periféricos (cidades, senhorios, mas também oficiais) era sua própria (e não delegada) e inatacável pela coroa, mesmo através da lei. O poder político, (a “jurisdição”, na linguagem da época) dos corpos periféricos constituía então uma limitação inultrapassável do poder central, uma vez que, dada a já referida concepção patrimonial do poder político, as faculdades (que hoje diríamos públicas) desses corpos eram consideradas como integradas no seu patrimônio, aí figurando como uma casa ou uma quinta, enfim, como direitos adquiridos ou radicados que o rei nunca poderia violar (HESPANHA, 1984, 60)

A excessiva ênfase dada às instituições locais e a conseqüente crítica à existência de uma centralização “dos poderes” nas mãos do rei acabam por questionar a existência de um Estado centralizado antes do fim do Antigo Regime, às vésperas da Revolução. A concepção colocada por Hespánha sobre o poder patrimonial, do Estado como patrimônio do rei, complementa, de alguma forma, a definição de Federico Chabod sobre a política de Carlos V. Para este autor, um ponto fundamental da formação de Carlos V era cristalização da ideia de Estado como dinastia, definindo a política imperial como uma política dinástica. Este Estado dinástico seria uma antítese do Estado moderno, e corresponderia, no fundo, a um aglomerado

de fragmentos variados e diferentes, identificados entre si somente em nome de razões puramente dinásticas. (1992, p.15)

O Estado, de acordo com Skinner, pensado como “uma forma de poder público, separada do governante e dos governados, constituindo a suprema autoridade política no interior de um território definido” (SKINNER, 1996, p. 621. Apud: FLORENZANO, 2007, p.30-31) é próprio da segunda metade do século XVI e XVII, concebido a partir das teorias políticas de Jean Bodin e Thomas Hobbes, que, “juntamente com Maquiavel, constituem a tríade fundadora tanto do conceito de Estado moderno, em particular, quanto do pensamento político moderno em geral” (FLORENZANO, 2007, p.31).

O Estado moderno, em primeiro lugar, se definiria pela delimitação de fronteiras, da luta pela formação de um território relativamente estável, concomitantemente com a instituição de um governo autônomo e soberano.³ A soberania constitui, portanto, uma questão importante para as monarquias européias do século XVI, porque é em torno da legitimação da autoridade política, tanto interna quanto externa, que se elabora a moderna teoria do Estado. Nesse aspecto, importaria menos, talvez, o quão o rei consegue impor a sua autoridade, mais ou menos centralizada, mas os argumentos e discursos utilizados para legitimar o poder régio como a autoridade máxima no seu território, que não reconhece superior no temporal.

Federico Chabod se desdobra como o tema do Estado Moderno. No texto “*Existe un Estado del Renacimiento?*” (1990) o autor tem como foco encontrar as linhas, as nuances comuns ao fenômeno do crescimento da esfera do Estado. A grande pergunta do autor é: existiriam elementos comuns a esses Estados que confeririam a estes uma modernidade, mesmo levando em consideração marcos cronológicos diferentes?

A resposta é positiva, e deve ser buscada no espírito dos homens que viveram naquele tempo. A chave para se entender a questão do Estado no *cinquecento* é o estudo da organização administrativa que se desenvolve no Ocidente, que sustenta uma nova estrutura de poder. Assim, a essência do Estado moderno seria o alargamento da esfera do poder que, para além da pessoa do rei e seu círculo privado, incorporaria um conjunto de funcionários públicos, letrados, que atuam em nome do monarca e são responsáveis pelo vínculo deste com seus territórios. Vale lembrar que Chabod, um grande historiador italiano da primeira metade do século XX, escreve o artigo mencionado no imediato pós-guerra, possivelmente ainda muito marcado pelas repercussões e conseqüências da ascensão dos regimes fascista e nazista na Europa.

³ A questão da fronteira nacional será discutida mais adiante.

Outro grande destaque desse debate sobre a formação do Estado moderno seria a questão nacional. Creditava-se ao início da Idade Moderna o período de construção da identidade nacional. Esse sentimento, mobilizado por elementos comuns entre os povos, como a língua, a cultura e a religião, teria sido fundamental para a consolidação das monarquias nacionais. Chabod, na obra citada, questiona esse ponto de vista, ao afirmar que o Estado, nesse momento, não era mobilizado em nome de uma ideologia nacional. É possível encontrar na literatura de vários países vozes expoentes de um sentimento nacional, mas que ficam circunscritas ao ambiente cultural, não se traduzindo em uma força motriz da vida estatal. Se não é o nacionalismo o elemento propulsor desse fenômeno, qual seria? A religião e as lutas confessionais teriam tido muito mais peso que o patriotismo na geopolítica europeia do século XVI, e constituíram um poder capaz de gerar ações políticas, como por exemplo, as lutas na França na segunda metade do século XVI, entre as casa de Guise e Bourbon, que inclusive ameaçaram a própria dinastia de Valois. O Estado nacional, portanto, só emergiu no século XIX.

A preocupação de Chabod reside em entender um processo histórico contínuo e inexorável do crescimento da esfera do Estado e do grau de intervenção e penetração deste na sociedade. No século XVI, o elemento fundamental em que se desdobra o autor é a grande modificação na estrutura interna e externa do Estado. Para Modesto Florenzano, a monarquia absoluta era “um Estado resultante de uma articulação entre a nobreza fundiária e a monarquia dinástica, cuja autoridade agia no ápice da pirâmide de poder, mas não na base, na estrutura dos direitos senhoriais”. (2007, p.26) Ocorre o aumento do poder do príncipe, que reforça a sua autoridade no âmbito interno, ao submeter - pela força ou pela negociação - a nobreza feudal, mas mantendo os seus privilégios e, no âmbito externo, ao confirmar a soberania da monarquia frente ao papado.

O período moderno é caracterizado por uma mudança do conceito de soberania, vinculada à questão política. Na Idade Média foi desenvolvida a idéia do governo como missão a ser cumprida pelo rei; este, portanto, deveria cumprir uma série de obrigações, morais e políticas, que o cargo representava, explicitados na grande difusão dos “espelhos de príncipe”. A soberania, nesse sentido, enquanto autonomia de governar, estava ligada aos deveres do rei, e à “superioridade hierárquica dum centro de poder sobre outros” (HESPANHA, 1984, 27) . Já na época moderna, tal concepção foi ampliada. Desenvolve-se a noção de governo vinculado aos direitos do rei, respaldada pela publicação de obras que enfatizam o poder absoluto, como Jean Bodin (*A República*) e Jacques Bossuet (*Memórias para a educação do delfim e Política segundo a Sagrada Escritura*). A soberania pertence ao rei, e está relacionada com a

autoridade superior do monarca em seu próprio território. Segundo Nieto Soria, “[...] o reconhecimento da independência do poder do monarca com respeito a qualquer poder exterior e, por sua vez, a indiscutível supremacia da jurisdição real sobre todas as jurisdições existentes no reino vêm, em parte, facilitado pela noção de soberania.”(1988, p.248).

Na carta de renúncia ao trono da Espanha e no seu testamento, Carlos V referiu-se a si mesmo como rei e senhor natural, em diversas ocasiões, denotando a sua posição de legítimo governante, através da linha sucessória do trono, que, conseqüentemente, o tornava portador dos direitos de governar. O imperador recorreu ao termo “poderío real absoluto” para afirmar o seu poder de mandar cumprir e executar seu testamento. O termo *poderío real absoluto* se refere à “capacidade do rei para fazer e derrogar leis e para reconhecer a si mesmo livre das limitações impostas pelas leis, assim como para não aceitar a existência de nenhuma autoridade temporal superior a do monarca”. (NIETO SORIA, 1988, p.243)

De fato, no documento citado, o imperador deixa claro que não reconhece autoridade superior no âmbito temporal: “[...] temos deliberado e determinado de ceder, renunciar e refutar em vós o dito rei nosso filho primogênito, príncipe jurado da Espanha, como rei, que não reconhece superior no temporal [...]”. (Apud: SANDOVAL, 1957, p.487). Nesse sentido, as disputas na Idade Média sobre os limites da natureza do governo temporal e espiritual parecem ter sido avançadas no período moderno, pelo menos na perspectiva do poder real, uma vez que o imperador não reconhecia a autoridade do papa nas questões internas do governo de seus reinos, embora, na prática, ainda houvesse disputas políticas entre o papado e as monarquias nacionais.

De acordo com Chabod, um elemento capaz de gerar identidade seria a fidelidade ao rei, pois a teoria do direito divino e a crença no caráter sagrado da realeza seriam suficientes para conferir uma base moral ao Estado, geradores de uma fidelidade dos súditos à monarquia.

O absolutismo caracteriza-se pelo aumento do poder real, legitimado pelas teorias políticas que ressaltam o caráter sagrado da realeza e pela estruturação da chamada sociedade de corte. Este espaço de sociabilidade configura uma nova relação de poder do rei com os grupos dominantes, porque nele ocorre o reforço dos cerimoniais da realeza, que pretendem enaltecer a majestade real, marcando a diferenciação da monarquia em relação aos súditos, e onde também se articulam os bastidores da política.

A pompa e o cerimonial, como Catarina de Médicis depressa compreendeu, eram uma meio útil de afirmar o que não era automaticamente aceite como dado.

Convenientemente empregues, podiam ser usados para impor a súditos naturalmente turbulentos a autoridade única e o esplendor da coroa; e, sublinhando a majestade da instituição, poderiam ajudar a esconder a fraqueza do homem. (ELLIOT, 1985, p.53).

As transformações políticas que marcaram o advento da Primeira Modernidade tiveram como corolário o monopólio do rei sobre a violência e a tributação. Para Norbert Elias, somente quando aparece no cenário político “o monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para a administração, é que esses domínios assumem o caráter de “Estados”. (1993, p.98) Nos conflitos e disputas que ocorreram entre as casas dinásticas e os senhores feudais na Idade Média, emergiu um vencedor que, a partir de então, adquiriu esse monopólio do uso da força. O momento em que essa nobreza é domada consistiria num estímulo ao processo civilizador.

Esse monopólio foi possível devido ao surgimento do exército mercenário, que dava ao soberano uma maior independência de ação frente à nobreza, uma vez que os soldados pagos estavam sob a autoridade de um comandante nomeado pelo monarca que agia sob as ordens deste. Desse modo, os exércitos de Carlos V, compostos por mercenários alemães e suíços, invadiram e saquearam Roma em 1527. Rompia-se assim com a tradição medieval de mobilização dos cavaleiros mediante o recurso às relações de vassalagem e, além disso, o novo exército mercenário poderia ser mantido em tempos de paz, o que não ocorria no medievo. Outro fator a ser considerado é a revolução que ocorre na arte da guerra: o surgimento da infantaria e das armas de fogo. O poder bélico da infantaria era maior que a cavalaria medieval, o número de combatentes era muito superior, eram mais ágeis e o exército oferecia ao monarca maiores possibilidades de deslocamento. O reino mais poderoso do XVI era também aquele que conseguia mobilizar maiores recursos, capazes de organizar um exército mais numeroso: o império espanhol.

O fenômeno dos Estados modernos implicou o desenvolvimento da política externa por meio da diplomacia. Um exemplo disso é o Tratado de Cateau-Cambresis, assinado em 1559, que selava a paz entre os Habsburgo e a França. Para Henry Kamen, este constituiu num dos “tratados mais decisivos da história ocidental”. (2003, p.117) O acordo confirmava a dominação da Espanha sobre a Itália, e a França adquiriu três fortalezas ao longo do Reno mais Calais. O mais interessante é que este definiu os rumos da península itálica, sem, contudo, ter a participação de um único italiano.

A diplomacia nesse período se desenvolve a partir da implementação de uma embaixada permanente em outro país e o envio de agentes semi-oficiais e/ou não-oficiais (espões). Esta se consolida em um momento em que, de acordo com Chabod, se constrói uma política de equilíbrio de poder, consistindo numa doutrina típica do renascimento.

Meanwhile, all during the fighting, diplomatic conversation went on, always among allies, usually with wavering neutrals, and often between enemies. Under the stimulus of this intense activity the art of diplomacy experienced a development at least as striking as the parallel development of the art of the war. (MATTINGLY 1971, p.151)

A concepção de que os reinos europeus existem há tempos, inclusive as relações internacionais entre eles, norteou o desenrolar dessa diplomacia, que implica uma luta pelo reconhecimento da autonomia das casas dinásticas reinantes em seus respectivos territórios. Volto a insistir, portanto, que a afirmação da soberania é um elemento fundamental para o jogo político da Europa quinhentista. Na segunda metade do século XVI, Mattingly afirma que um grande obstáculo se coloca à consolidação da arte da diplomacia como um meio eficaz para a resolução dos conflitos: as lutas confessionais. (1971, p.156)

A luta entre católicos e protestantes provocou uma divisão mais nítida na Europa Ocidental. O crescimento avassalador dos grupos calvinistas ao mesmo tempo em que Roma inicia a sua ofensiva contrarreformista provoca uma cisão fundamental na sociedade europeia. Assim, a redução da diplomacia se fez sentir, uma vez que tratar ou negociar com o “outro” seria considerado traição e heresia. A inflexibilidade das duas religiões na luta confessional, por volta de 1550, conferiu à disputa uma perspectiva catastrófica.

By the 1550's neither Rome nor Geneva could envisage any end of their struggle short of the other's complete extermination. [...] As religious issues came to dominate political ones, any negotiations with the enemies of one's faith looked more and more like heresy and treason. (MATTINGLY, 1971, p.156).

O caso espanhol: O conceito de Hispaniae

A idéia de rei e reino na Espanha assumiu uma dimensão muito peculiar, se comparada a outras monarquias no mesmo período. A invasão muçulmana na península ibérica em 711 desintegrou a monarquia visigótica e gerou um processo de “reconquista” do território, que,

principalmente a partir do século XI, estabeleceu uma pluralidade de reinos e também de reis nos territórios do antigo Califado de Córdoba. Nesse sentido, concomitante a essa multiplicidade de reinos e reis, havia a noção de reinos hispânicos, de uma diversidade fundamentada numa igualdade, ou seja, à vários reinos e reis num território outrora ocupado por um único monarca, de onde remonta a idéia de uma unidade do reino hispânico.

De acordo com Maravall “subsiste fortemente a consciência de Espanha, com absoluta independência de que um rei ou vários reinos possam existir ou não no espaço da mesma”. (1997, p.346). Dessa forma, o conceito de Espanha, durante a Idade Média, aflorou independentemente da existência ou não de um poder político centralizado, e, pelo contrário, admitiu a possibilidade de uma fragmentação territorial, de várias partes, mas que cooperavam, que se associavam, tendo como base a idéia de um todo.

A definição dos espaços, como cidades, vilas e reinos se dissociaram da figura do rei, na medida em que não dependiam a sua existência a uma autoridade política central, pois, embora estivessem vinculadas a um soberano, através de uma relação de vassalagem, tinham certa autonomia jurídico-administrativa, através da preeminência dos *fueros (liberdades)*. Nesse sentido é comum encontrar nos documentos oficiais, os reis e rainhas espanhóis se colocarem como soberanos de territórios, lugares, cidades em maior recorrência que Estado ou país.

Em 1556 Carlos V abdicou do trono de Espanha a favor do príncipe Felipe. Na carta de renúncia o imperador se colocou da seguinte forma:

Faz-se conhecer a todos os que a presente carta de cessão e renúncia e refutação vierem, como Nos don Carlos, pela divina clemência Imperador sempre augusto, rei de Alemanha, de Castela, de Leão, de Aragão, das duas Sicílias, de Jerusalém, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galícia, de Mallorcas, de Sevilla, de Sardenha, de Córdoba, de Córcega, de Múrcia, [...], de Gibraltar, das ilhas Canárias, das Índias, ilhas e terra firme do mar Oceano [...]. (Apud: SANDOVAL, 1956, p.487).

Na citação Carlos V não se colocou como rei da Espanha, enquanto um país, mas sim como soberano de vários reinos que compõem a Espanha. Um pouco antes da outorga do documento citado, em outubro de 1555, o imperador renunciara aos estados do norte (Países Baixos) em nome do príncipe Felipe. Nesta carta, de 26 de outubro, o imperador inicia da seguinte forma: “Don Carlos, pela graça de Deus e Imperador de romanos, rei das Espanhas, etcétera. [...]”. (Apud: SANDOVAL, 1956, p.484). Ao mesmo tempo, em vários momentos, o

imperador, ao referir-se a Felipe, o coloca como príncipe da Espanha. Dessa forma, no século XVI, o que representava a Espanha era uma associação de vários reinos na península ibérica sob a monarquia dos Habsburgo, a *monarquia hispânica*, mas, além disso, reinos esses que, outrora, formaram a monarquia visigótica, de onde remonta a idéia de Espanha. “Monarchs uniting the crowns of Castile and Aragon sought to revive shadowy memories of a Roman or Visigothic Hispania in order to suggest a wider potential focus of loyalty in the form of a historically revived “Spain”. (Elliot, 1991, p.57).

Entretanto, no século XV e XVI pode-se perceber que há uma preocupação dos reis com a delimitação das fronteiras geográficas, que envolviam disputas e conflitos entre as monarquias, e que está vinculada a uma tentativa de fazer corresponder a fronteira política a uma fronteira geográfica da qual se tem a pretensão de conquistar. De acordo com Bourdieu,

A regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade, que consiste em circunscrever a região, o território, em impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão do mundo social. Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia. (1998, p.114)

Portanto a fronteira, mesmo que arbitrária, resultada de um ato da autoridade política, com o passar do tempo acaba produzindo uma identidade, que é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo. A idéia de uma Espanha, que existia antes da invasão dos mouros, serviu como uma arma poderosa na legitimação do processo de centralização monárquica, liderado pelos reis católicos. Assim, a conquista de Granada, em 1492, foi pensada como a última etapa de um processo natural, a reconquista do último reino “espanhol” dominados pelos mouros. Nesse sentido, pode-se dizer que, embora após 1492 os reinos sob a égide dos Reis Católicos ainda mantivessem autonomia, a fronteira arbitrária resultou na própria formação do Estado espanhol, ou melhor, da Espanha.

Para Vicens Vives, havia uma “contradição interna na monarquia espanhola do século XVI, baseada sobre a máxima concentração de poder no vértice e sobre a sua mínima irradiação na direção da base.” (1984, p.208) Entretanto, se a Espanha não era um verdadeiro Estado centralizado, marcado pelo conjunto de reinos “espanhois” que estavam submetidos aos Áustrias, ao menos uma centralização política no vértice era visível, e o rei, a cabeça do reino, detinha agora as rédeas do poder. Uma arte de governar se desenrolava, e o papel do

soberano era de um verdadeiro governante, capaz (ao menos em teoria) de reger a política através das facções. O crescimento da esfera burocrático-administrativa e a formação de um corpo de funcionários estatais permitiram o alargamento da esfera de poder do soberano, uma vez que estes eram os instrumentos de vinculação do poder central com os diversos territórios (contíguos ou não) que compunham o Estado.

Na pluralidade, a monarquia espanhola teve de ser capaz de encontrar a sua força: a partir de um centro, a corte em Madrid, o rei articulava toda uma engrenagem que movia e fazia o corpo funcionar. Essa característica da monarquia hispânica, de, a partir de um centro de poder, comandar uma vastidão de territórios não contíguos e independentes entre si foi classificado por Elliot como a *monarquia compósita*.

In other words, composite monarchies were built on a mutual compact between the crown and the ruling class of their different provinces which gave even the most arbitrary and artificial of unions a certain stability and resilience. If the monarch could then go on from here to foster, especially among the higher nobility of his different kingdoms, a sense of personal loyalty to the dynasty transcending provincial boundaries, the chances of stability were still further improved.
(ELLIOT, 1991, p.57)

Dessa maneira, a coroa criou o sistema de Conselhos⁴, compostos por representantes das elites locais, onde o soberano recebia as queixas e as petições dos súditos, e de onde elaborava as políticas para com os seus respectivos territórios. No nível mais alto, estava o Conselho Real, a mais alta instituição de decisão da coroa, capaz de defender os interesses da monarquia como um todo.

A capacidade de Carlos V e Felipe II de manter o império Habsburgo ao longo do século XVI se deveu a essa combinação de uma autoridade central que dirigia e administrava uma multiplicidade de conselhos e instituições com relativa autonomia, que eram responsáveis pela vinculação do soberano com os súditos, especialmente a nobreza local. A esse fenômeno deve-se acrescentar a importância das novas fontes de prata e ouro, com a descoberta das minas de Potosí e Zacatecas, na América, e que davam ao rei a sustentação dessa política. O corolário que resulta dessa situação, como já demonstrou o historiador

⁴ Iniciado pelos Reis Católicos, Felipe II foi, de fato, o soberano que instituiu o governo por meio dos Conselhos, ou sistema polissinodal, encabeçados pelo Conselho Real. Assim, foram mantidos e/ou surgiram os seguintes Conselhos: Castela, Aragão, Itália, Portugal, Países Baixos e Conselho das Índias. Para John Lynch, estes conselhos “estavam plenamente profissionalizados, e, se na realidade não foram ministérios, foram os instrumentos pelos quais se impôs um controle central sobre todo o império (1982, p.250)

Modesto Florenzano, corresponde a uma articulação política entre a monarquia dinástica e a nobreza fundiária, que, mesmo subordinada ao rei, tinha seus privilégios assegurados. A monarquia espanhola, de acordo com Elliot, corresponderia o modelo que mais se aproximou do princípio *aeque principalier*, que implicava a união de vários reinos sob uma mesma dinastia, mas que continuavam a ser tratados como entidades distintas, e mantinham as suas próprias cortes, leis, *fueros* e privilégios. “This method [...] was employed with considerable success by the Spanish Habsburgs over the course of the sixteenth century to hold their enormous monarchy together”. (ELLIOT, 1991, p.53) No final do século XV, as mudanças orquestradas pelos reis católicos, com o objetivo de reforçar a autoridade da monarquia castelhana sobre os outros territórios “hispânicos”, acabaram por garantir e ampliar o poder econômico da alta nobreza baseado na expansão das propriedades, permitindo a prática das alianças matrimoniais, e que explica o aumento da fortuna desse grupo a partir da virada do século. Alguns exemplos podem ser demonstrados pelo cuidado da coroa ao lidar com nobres como os Alvarez de Toledo – Duque de Alba- os Mendoza – Duque do Infantado-, os Guzmán - Duque de Medina Sidonia- os Cerda – Duque de Medinaceli, só para citar os mais poderosos.

CONCLUSÃO

Seria possível, a partir de todas essas reflexões, afirmar que existiria um Estado moderno espanhol? Não se pode dizer que existe um Estado centralizado, onde o centro detém o controle total sobre a periferia, assim minando as liberdades e privilégios das instituições locais. O embate centralização/descentralização polariza excessivamente essa discussão, reduzindo o fenômeno do Estado a uma mera questão administrativo-jurisdicional. O conceito proposto por Modesto Florenzano, já citado no texto, me parece uma alternativa que condiz mais propriamente com a realidade do século XVI. Acredito também que o conceito colocado por Nicola Matteucci, citado pelo próprio Modesto, pode ampliar o entendimento sobre o fenômeno político do século XVI: [E de N. Matteucci, em texto de 1997: “*Se o Estado é um fenômeno eminentemente político, políticas são as causas do seu desenvolvimento: ele cresce não por ser dominado por uma ratio interna, ou por ser guiado por um projeto consciente de uma classe, e sim para dar respostas precisas a problemas políticos precisos [...]*”]. (FLORENZANO, 2007, p.18). Os monarcas do século XVI não ascendiam ao poder com um projeto político previamente definido; muitas vezes governavam e tomavam decisões de acordo com as circunstâncias que iam aparecendo, e, no desenrolar dessa conjuntura,

estabeleciam suas orientações políticas. Para dar conta das novas estruturas sociais e econômicas que emergiram no quinhentos, os soberanos criavam leis, instituições, conselhos, impostos, faziam a guerra ou a paz, buscando, também, a preservação e/ou expansão da sua autoridade. Daí, o estabelecimento de um aparato burocrático racional aparece como uma consequência dessas necessidades, a fim de dar conta dessa nova realidade.

O século XVI é um período de transformações políticas, econômicas, culturais e religiosas. O Estado moderno só pode ser compreendido à luz dessas mudanças. O aumento do poder dos monarcas, a sociedade de corte, os exércitos mais poderosos, maiores recursos financeiros, uma estrutura administrativa mais eficiente e um controle mais incisivo sobre a Igreja nacional são elementos integrantes dessa nova conjuntura. Uma nova organização política, mais complexa, se desenrola nesse emaranhado de tramas e redes de poder. O monarca absoluto não tinha poderes ilimitados, como quis a historiografia liberal do século XIX, e estava preso a uma série de obrigações e liberdades que existiam nos seus territórios. O direito consuetudinário e as “liberdades fundamentais do reino” não poderiam ser violados, uma vez que o monarca era a própria garantia da manutenção desses privilégios. Sim, porque a liberdade no mundo do Antigo Regime era um privilégio, e não um direito. Entretanto, não concordo com o peso excessivo que Antonio Manuel Hespanha confere aos poderes locais e ao direito particular. As estruturas políticas do século XVI devem ser consideradas para além do aspecto jurídico-administrativo, uma vez que não se pode compreender uma sociedade somente pelas suas leis. As articulações políticas do rei e seus conselheiros, os bastidores do poder, as disputas políticas internas, além dos elementos citados anteriormente, devem ser consideradas como partes integrantes dessa nova e complexa estrutura de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, Antony. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*. Cambridge; New York, NY : Cambridge University Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1998.

CHABOD, F. *Carlos V y su Imperio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *Escritos sobre el renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. 2v.

ELLIOT, J. H. *A Europa dividida. 1559-1598*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

_____. *A Europe of Composite Monarchies*. In: *Past and Presente*, (1992) 137 (1). 1992.

- FLORENZANO, Modesto. *Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente*. *Lua Nova*, São Paulo, 71: 11-39, 2007.
- HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- KAMEN, Henry. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- LYNCH, John. *España bajo los Austrias. Imperio y absolutismo (1516-1598)*. Barcelona: Ediciones 62 s/a, 1982.
- MARAVALL, J. A. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- MATTEUCCI, Nicola. *Lo Stato moderno. Lessico e percorsi*. Bolonha: Il Mulino. 1997
- MATTINGLY, Garret. *International diplomacy and international Law*. In. *The New Cambridge Modern History*, Cambridge at University Press, 149-170, 1971.
- SORIA, J.M. Nieto. *Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (CA. 1400 – 1520)*. Madrid: Dykinson, 1999.
- _____ *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla* . Madrid: EUEDEMA, S. A (Ediciones de la Universidad Complutense, S. A), 1988
- SANDOVAL, Fray Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, Vol. 80 e 82. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1956.
- VIVES, J. VICENS. *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*. In:
- HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984
- WEBER, Max. 1976. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

LOYOLA: DE PEREGRINO A FUNDADOR DA COMPANHIA DE JESUS

Paulo Romualdo HERNANDES¹

paulo.hernandes@unifal-mg.edu.br

Resumo Nesse artigo abordo sobre a vida Ignácio de Loyola, o mentor e fundador da Companhia de Jesus, sua passagem de cavaleiro do rei para peregrino e depois para líder dos cavaleiros de Jesus e, nessa trajetória, a elaboração dos Exercícios Espirituais. Traz ainda a forte relação dos Exercícios com a organização e fundação da Companhia de Jesus. Trato ainda dos eventos que propiciaram a missão da Companhia explorar o novo mundo.

Palavras-chave: Inácio de Loyola, Companhia de Jesus, Exercícios Espirituais.

Abstract: This article approaches about the Ignacio de Loyola's life, the mentor and founder of the Company of Jesus, and his passage of knight of the pilgrim to a king to knight of Jesus and, in this trajectory, the elaboration of the Spiritual Exercises. It still brings the strong relationship of the Exercises with the organization and foundation of the Jesus' Company. The text approaches also the events to bring the Company to New World.

Keywords: Ignacio de Loyola, Company of Jesus, Spiritual Exercises.

Introdução

Nesse artigo, apresento a trajetória de Inácio de Loyola para a fundação da Companhia de Jesus. Nasce a Companhia em um período de intensa crise pela qual passava a Igreja Católica, e, tem como principal objetivo formar guerreiros espirituais para re-educar o homem do povo do velho mundo, na moral cristã, católica e sobretudo ajudá-lo a escapar das ideias “peregrinas”. Assim como, educar o homem do novo mundo (o infiel como os jesuítas o chamavam), a fim de trazê-lo para a fé cristã, para a Igreja Católica. Em sua caminhada como peregrino Loyola irá desenvolvendo um método de viver a vida espiritual, a imitação da vida de Cristo, os Exercícios Espirituais. Método sistemático e rigoroso desenvolvido pelo mestre Ignácio de Loyola, quando ele, justamente, irá se transformar em um guerreiro espiritual na luta contra os inimigos da Igreja Católica.

O leitor terá nesse artigo uma rápida passagem pelo momento histórico, no que diz respeito a religião, por que passava a Europa no início do século XVI acompanhando a vida e a transformação por que passou Ignácio de Loyola, sua formação espiritual, o momento em

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal de Alfnas

que decide tornar-se um peregrino, para salvar Jerusalém, primeiro a terrestre, mais tarde a celeste das mãos dos inimigos. No percurso, para a salvação da Jerusalém terrestre e celeste, é que formulará os *Exercícios Espirituais*. Apresento, também, como a aplicação dos exercícios foram importantes para a reunião dos primeiros companheiros de Paris. O encontro com seus novos companheiros, principalmente Francisco Xavier e Pierre Favre no colégio Santa Bárbara e daí ao nascimento da Companhia de Jesus.

O cavaleiro de Pamplona

O basco Iñigo, filho dos senhores de Loyola, nasceu em 1491 (LACOUTURE, 1994, p. 11). No ano seguinte, Colombo viajaria para as Índias, navegando pelo Ocidente e encontraria em sua viagem um novo mundo, muito embora visse a Índia diante de seus olhos, incluindo a imaginária existência na futura América do Grande Can. Cristóvão Colombo que é Cristobal, isto é, “Christum Ferens, que quer dizer portador do Cristo” e Colón que quer dizer “repovoador”, seria o precursor na transformação desse novo mundo em católico e cristão. Teria sido ele, portanto, o eleito pela Providência Divina para abrir as portas desse novo mundo para a entrada de Jesus Cristo e seria o responsável por *constituir uma nova Igreja cristã*. Afinal, se os habitantes desse lugar são culturalmente virgens, páginas em branco, então estariam à espera da inscrição espanhola e cristã (TODOROV, 2010, p. 49).

A esse trabalho, iniciado por Cristobal Colón, de constituir uma nova Igreja Cristã no Novo Mundo, lançar-se-iam os legionários de Jesus liderados por Inácio, a partir de 1540. O nascimento de Iñigo de Loyola, em 1491, seria um sinal, talvez não das divindades, como pensaria ele, mas dos novos tempos — de Erasmo, de Copérnico, de Maquiavel, de Miguelangelo, de Rabelais, de Thomas More, de Lutero, do rei Henrique VIII, de Calvino e, obviamente, de Colombo e do Novo Mundo.

Iñigo, que mais tarde adotaria o nome Inácio, antes de sair à luta para constituir a nova Igreja Cristã do Novo Mundo, teria que decifrar outros sinais, desta feita emitidos pelas divindades, para fazer suas escolhas. O futuro mentor da Companhia de Jesus tornou-se um cavaleiro do rei de Espanha e participaria, em 1521, da luta dos espanhóis, fiéis ao poderoso Carlos V, no cerco dos franceses, súditos de Francisco I, a Pamplona. “Depois de durarem um bom tempo os tiros de artilharia, uma bombarda lhe acertou numa perna e a quebrou toda: a bala lhe passou entre as pernas, deixando a outra também bastante ferida.” (LOYOLA, 1987, p. 20). Iñigo conta em sua autobiografia que foi operado pelos próprios inimigos, sendo

depois levado em uma liteira para sua terra. Lá o operaram novamente, ou melhor, “fez-se de nova carnicaria” (Ibidem). Enfermo e passando por várias operações nas pernas, algumas delas, a seu pedido, para corrigir os defeitos que ficaram, afinal um cavaleiro não poderia ter pernas feias, com ossos saltados para fora. Como iria calçar as elegantes botinas? Chegou mesmo a receber a extrema unção, mas recuperou-se (Loyola, 1987, p 21). Querendo ler os seus costumeiros livros de cavalaria, entre eles o *Amadis de Gaula*, não os encontrou no castelo de seu irmão, pois não era casa de leitores. Sua delicada cunhada, Dna. Madalena de Araoz, por quem Ignácio sentiria uma eterna afeição, ofereceu-lhe as únicas obras que havia por lá então: *a Vida de Cristo* de Ludolfo da Saxônia e a *Legenda áurea*, em vernáculo. Obras populares que contavam a vida de Cristo e a vida dos santos e mártires da mesma forma que eram contados a vida dos famosos cavaleiros medievais. Lera e relera esses livros ficando admirado da vida dos santos, queria ter uma vida gloriosa, como São Francisco, ou então, Santo Domingos e, pensava consigo mesmo Ignácio, em seu leito, como nos revela:

Contudo Nosso Senhor o socorria, fazendo suceder a estes pensamentos outros que nasciam de suas leituras. Porque, lendo a vida de Nosso Senhor e dos Santos, raciocinava consigo: "E se eu realizasse isto que fez S. Francisco? E isto que fez S. Domingos?" Assim discorria por muitos assuntos que achava bom, propondo sempre a si mesmo empreitadas dificultosas e grandes: e quando as propunha, lhe parecia encontrar em si facilidades para executá-las. (Loyola, 1987, p 23).

Estes pensamentos frutos de uma importante mudança no comportamento do homem leigo medieval, ou do fim do medievo, a leitura silenciosa, a reflexão solitária, não mais apenas para o monge, o ermitão, o religioso, mas para o homem que não era culto como Ignácio, graças ao surgimento e a popularização das obras impressas e da alfabetização (Àries e Chartie, 1991, p. 10) teriam um efeito singular para o já famoso e honrado cavaleiro de Pamplona, que o levaria a uma escolha difícil e importante, também interior, marcadamente fruto ainda do espírito Medieval: ser um mártir da Igreja, ou um cavaleiro do rei? Confessa para o relator de suas memórias, padre Câmara, que até os vinte seis anos de idade tinha sido um homem entregue às vaidades humanas, tinha até mesmo sua dama de devoção.

De muitas vaidades que se lhe apresentavam, uma se apossara tanto de seu coração, que ficava logo embebido a pensar nela, duas, três e quatro horas sem perceber. Imaginava o que faria em serviço de uma senhora, os meios que empregaria para poder ir à terra onde ela se achava, os motes, as palavras que lhe diria, os feitos de armas que empreenderia em seu serviço. Ficava com isso tão

desvanecido que não olhava quão impossível era poder alcançá-la. Porque a senhora não era de vulgar nobreza, nem condessa, nem duquesa, mas seu estado era mais alto que qualquer desses”.(Loyola, 1987, p 22).

Por inferências, interpreta-se que a senhora de nosso personagem seria a filha de Dona Joana, a louca, Catarina D'Áustria, irmã menor de Carlos V, futura esposa de D. João III (casar-se-iam em 1525), que seria amiga "eterna" de Loyola e da Companhia de Jesus. Ignácio teria assistido a mãe de Catarina trancafiando-a em um castelo. Passou a sofrer em seu pensamento com esse desejo material de viver a vida mundana (libertar a futura rainha de Portugal do Castelo em que estaria presa, imaginam alguns de seus biógrafos), que lhe dava prazer imediato ou entregar-se a vida de Cristo, que lhe ofereceria sofrimento e dor: ir a pé descalço e comendo apenas verduras até Jerusalém, fazer muitas penitências externas e internas, humilhar-se, mas que o fazia sentir uma alegria permanente.

Percebera, fazendo um exame de consciência, início da formulação dos *exercícios*, que na verdade os sonhos e pensamentos que o levavam a desejar a vida mundana eram movidos pelo demônio, enquanto os outros por Deus. Após ter feito a eleição por uma vida santa e ir para Jerusalém, veio-lhe a confirmação divina.

Já se ia esquecendo dos pensamentos passados com a força dos santos desejos que alimentava, quando uma visita do céu os confirmou desta maneira. Estava uma noite acordado, quando viu claramente uma imagem de Nossa Senhora com o santo menino Jesus. Com esta vista, por espaço notável, recebeu consolação muito excessiva e ficou com tanto asco de toda a via passada e especialmente dos pecados da carne, que parecia terem-lhe tirado da alma todas as imagens que antes tinha nela pintadas (Loyola, 1987, p 24).

A eleição em seguir a bandeira de Cristo, com a confirmação da própria divindade é que se tornarão os *Exercícios Espirituais*. Isto é, exercícios para que o fiel possa mergulhar em seu espírito, encontrar-se com Deus, Nossa Senhora, Cristo, e assim poder discernir (termo muito usado por Ignácio) entre as várias moções que invadem a alma aquelas dos demônios ou das divindades do bem, com a ajuda das próprias divindades.

Neste mesmo momento de eleição para Ignácio, uma importante decisão está sendo tomada e a escolha seria, para Loyola e seus seguidores, inspirada pelo demônio, com quem o futuro mestre da Companhia de Jesus irá se defrontar: o monge Martin Lutero *professa publicamente doutrinas julgadas heréticas por Roma, em 1517, e se colocava em batalha*

contra a autoridade da Santa-Sé e finalmente, em 1521, se via eliminado, por um ato solene da comunicação aos fiéis romanos (Febvre, 1968, p 8).

A escolha a ser feita por Loyola teria que ser radical. Para seguir a bandeira de Cristo, e encontrar a vida verdadeira teria que deixar para trás toda sua vida de nobre cavaleiro a serviço do Duque de Najéra e vice-rei de Navarra, Antonio Manrique de Lara, esquecer sua senhora, para tornar-se um peregrino. Decidido, então, na casa de seu irmão, a tornar-se peregrino, com a ajuda de Nossa Senhora e do menino Jesus, mesmo ainda doente, segue para Jerusalém. No caminho ficará por quase um ano em Manresa onde realizará muitas penitências a fim de pagar pelos erros do passado, seus e da humanidade. Já são os *Exercícios Espirituais* na prática.

Toda a semana perseverou sem meter nada na boca, sem deixar de se entregar aos costumados exercícios, mesmo de ir aos ofícios divinos, de fazer oração de joelhos e até de levantar-se à meia noite... Ao terceiro dia, porém, terça feira, estando em oração começou a recordar seus pecados e como se estivessem atado num fio, ia pensando de pecado em pecado pelo tempo passado, e lhe parecia de novo que estava obrigado a confessá-los outra vez. Mas no fim destes pensamentos vieram uns desgostos da vida que abraçara, com alguns ímpetos de largá-la. Com isto quis o Senhor que despertasse como de um sonho. Como já alcançara alguma experiência da diversidade de espíritos, com as lições que Deus lhe dera, começou a considerar os meios pelos quais viera aquele espírito..."(Loyola, 1987, p 38).

No caminho tem muitas visões: vê com os olhos do entendimento elevar-se em seu espírito a Santíssima Trindade em figura de três teclas. Com alegria sente que Deus imprime em seu espírito, o modo como criara o mundo. Vê, também, uma coisa branca da qual saíam alguns raios e dela fazia Deus luz. Viu ainda claramente, com os olhos interiores, a humanidade de Cristo e sua figura, que lhe parecia como um corpo branco, não muito grande, nem muito pequeno, mas não enxergava nenhuma distinção de membros (cf Loyola, 1987, p 43).

Uma Serpente aparece-lhe constantemente e em todos os lugares, é o demônio. Descobre que estas visões são as tentativas do espírito mau em lhe desviar do caminho. Antes de continuar em sua missão é preciso purgar-se de todos os pecados a fim de livrar-se das admoestações e seduções do demônio, da serpente. No ano que esteve em Manresa, faz penitências, purgações para estar totalmente purificado de sua vida antiga. Quase morre pelo rigor das penitências que se impôs. Finalmente, livre das moções do diabo, ajudado por Jesus

e pela Virgem Maria segue para Jerusalém. Primeiro irá a Roma pedir permissão e Bênção ao então papa Adriano VI. Em Veneza aguarda as embarcações como mendicante, é reconhecido por um nobre espanhol que lhe dá abrigo e o conduz ao doge veneziano André Gritti. Enquanto aguarda para seguir viagem tem a oportunidade de participar de duas das principais festas da cidade, uma das bodas místicas da Senhora com o Mar e a do Corpo de Deus.

Em Jerusalém quer ficar para salvar almas, que esta é sua missão revelada diretamente por Deus, mas os franciscanos que são os padres guardiões dos lugares sagrados e que tomam conta da cidade, sob a vigilância dos turcos, não o deixam ficar, pois ele seria mais um para ser alimentado, o que já está difícil sem ele. Ignácio que sonhara em tornar-se um mártir como os outros, quem sabe morrendo uma morte gloriosa na tentativa de libertar a cidade Santa vê esse sonho desfazer-se no ar, pois não há nada a fazer por lá.

Já experiente em entender os desígnios de Deus, prático nos exercícios, percebe que ficar em Jerusalém não era Vontade Divina. Uma nova escolha é preciso ser feita. Retorna, então para a Espanha e toma uma importante decisão, irá estudar. Uma nova escolha surge: de mártir a cavaleiro de Jesus. Percebera, afinal, (antes que Dom Quixote) que os livros da *Legenda Áurea* e da *Vita Cristi* eram apenas belas histórias? Ou o inverso, que a verdadeira vida está nos livros e não na realidade?

Inicialmente em Barcelona, irá estudar a gramática com um professor particular seu amigo, depois passará para Alcalá, a célebre escola humanista fundada pelo Cardeal Francisco Jiménez de Cisneiros. Parece ser em Alcalá que o peregrino munido de seu poderoso instrumento de sedução, os *Exercícios Espirituais*, irá iniciar o projeto de sua Companhia.

Em Alcalá exercitava-se em dar Exercícios Espirituais e declarar a doutrina cristã. Com isto fazia fruto para a glória de Deus. Muitas pessoas subiram da alta notícia e gosto de coisas espirituais (sic). Outras sofriam várias tentações, como uma que querendo se disciplinar, não o podia fazer, como se lhe detivessem a mão. Estes e outros fatos causavam rumores no povo, principalmente pelo muito concurso de gente que havia onde quer que ele estivesse explicando a doutrina...(Loyola, 1987, p. 66).

Em um período em que as ideias consideradas heréticas pela Igreja Católica surgiam de todos os lados e leigos, ignorantes, iluminados (*alumbrados*) e muitos fanáticos religiosos queriam tomar o espaço que pertencia unicamente a Igreja Católica, não era de se esperar menos dos inquisidores do que prender aquele “louco”, que, ignorante das coisas da fé, queria

ensinar a doutrina cristã e aplicar *Exercícios Espirituais* e com isso seduzir importantes pessoas da comunidade.

Como acima se disse, havia um grande rumor, por toda aquela terra, dos sucessos de Alcalá, e quem falava de um modo e quem de outro. Chegou isso até Toledo aos ouvidos dos inquisidores. Vieram a Alcalá, foi avisado o peregrino pelo hospedeiro deles, dizendo-lhe que lhes chamavam "os ensaiados (sic)" e creio que "iluminados", e que iriam fazer carnificina neles. Começaram a fazer pesquisa e processo de sua vida. Por fim voltaram a Toledo sem chamá-los, tendo vindo só Figueroa, que agora está com o imperador (Loyola, 1987, p. 67).

Chamado por Figueroa, no final do processo, o vigário relatou que nada de estranho fora encontrado em sua doutrina pelos inquisidores, que poderia continuar fazendo o que fazia sem impedimento. Uma única exigência foi feita pelo inquisidor, que Inácio e seu companheiro Arteaga deveriam tingir seu hábito de preto, não sendo eles religiosos. Calixto e Cáceres teriam que tingir seu hábito em laranja, Joãozinho o rapazinho poderia continuar do mesmo jeito que estava. Mais tarde Figueroa manda Ignácio, que andava descalço, que se calce. Quatro meses depois será novamente investigado por Figueroa, sem ser convocado. Mais tarde será preso, ficará dezessete dias sem saber do que se trata, praticando os exercícios na cadeia a quem o procurava.

Entre as muitas pessoas que seguiam o peregrino, havia uma mãe e uma filha, ambas viúvas: a filha era muito moça e muito bela. Ambas tinham entrado em espírito, principalmente a filha. E tanto, que sendo nobres, tinham ido à Verônica de Jaén a pé, não sei se mendigando e sós. Isto levantou grande celeuma em Alcalá. O doutor Ciruelo, que tinha alguma proteção delas, pensou que o peregrino as induzira e por isso o fez prender. (Loyola, 1987, p. 70).

É importante a sentença final dada pelo notário, pois que coloca Ignácio no percurso que o levaria à Paris.

Desde o dia de sua entrada no cárcere até que o tiraram dele, passaram-se quarenta e dois dias. No final deles, quando as duas devotas já tinham voltado, foi o notário ao cárcere a ler-lhe a sentença: "Ficava livre se, se vestisse como os outros estudantes. Não falassem de assuntos de fé dentro de quatro anos em que estivessem estudando, pois não eram letrados". Na verdade, o peregrino era o que mais sabia,

e mesmo assim com pouco fundamento. Aliás, era a primeira coisa que costumava dizer quando o examinavam. (Loyola, 1987, p. 72).

Estava claro para Ignácio em luta, não mais para retomar Jerusalém das mãos dos turcos, mas para trazer para a bandeira de Cristo, na luta contra Lúcifer (Calvino, Lutero, entre outros inimigos da Igreja Católica), as almas perturbadas, o que deveria fazer, já que segundo ele mesmo concluiu "parece que tapavam a porta para aproveitar às almas por ele não ter estudado os fundamentos da fé." (Loyola, 1987, p. 72). Deveria, portanto, estudar esses fundamentos.

Com a ajuda do arcebispo de Toledo simpático do humanismo de Erasmo, Alonso de Fonseca e Azevedo, consegue ajuda para ir a Salamanca, cidade universitária em esplendor na época.

Em Salamanca Ignácio seria requisitado outras vezes pelo Santo Ofício a dar explicações e o leva a uma nova escolha. Não havia dúvidas, para lutar pela fé Católica seria preciso estar dentro das estruturas da Igreja. Mais uma prisão e uma proibição definirão essa escolha:

O subprior...começou por perguntar o que tinham estudado. O peregrino respondeu singelamente Entre todos nós, o que mais estudou sou eu, e lhes declarou o pouco que estudara e o pouco fundamento com que o fizera. E o subprior, questiona, mas então o que é que pregam? Nós, diz o peregrino, não pregamos; mas conversamos com alguns familiares sobre coisas de Deus, depois de comer com algumas pessoas que nos convidam. Mas, pergunta o frade, de que coisas de Deus falam? Isso é o que desejávamos saber Falamos, diz o peregrino, ora de uma virtude, ora de outra com louvor; e com repreensão ora de um vício, ora de outro. O snrs não são letrados, diz o frade, e falam de virtudes e de vícios : ora disso ninguém pode falar senão de duas maneiras: ou por letras ou pelo Espírito Santo. Não por Letras, logo pelo Espírito Santo!"[e isto do Espírito Santo é o que queríamos saber] (Loyola, 1987, p. 76)".

Evidentemente Ignácio percebeu onde queria chegar o frade e calou-se. Saber das virtudes e dos vícios pelas letras, através dos ensinamentos dos padres, ou diretamente iluminadas pelo Espírito Santo, como os heréticos *alumbrados*. Ignácio não era padre nem letrado, logo... O frade diz então que ele precisa falar, afinal a tantos erros de Erasmo e de outros enganando o mundo...Ele e seu companheiro Calixto foram presos inicialmente na Igreja depois no cárcere com corrente nos pés. Os outros dois companheiros foram presos

depois. Foram examinados por três juízes para explicar principalmente a doutrina, e sobre os *Exercícios Espirituais*. A questão dos exercícios em que estava preocupando os juízes:

...quando falavam dos Exercícios, insistiram muito num ponto que se encontrava no princípio do livro: quando um pensamento é pecado venial e quando é mortal" A questão era que, não sendo letrado, ousara determinar aquilo. Ele respondia-se "se isto é verdade ou não determinem-no os Snrs. se não é verdade condenem-no!" E por fim eles foram-se, sem condenar nada. (Loyola, 1987, p. 79)".

Durante seus dias de prisão esteve o peregrino pensando sobre uma nova escolha, estudar para melhor aproveitar às almas e quem sabe ajuntar alguns de mesmo propósito, conservando seus companheiros. Parece que é nesse momento que irá sair de cena o Peregrino e entrar o Cavaleiro de Jesus.

Após mais 22 dias presos receberam a sentença final sobre o que faziam e foram proibidos de definir o que era pecado venial ou pecado mortal, podendo fazer isso apenas após quatro anos de estudo. Ignácio percebeu que não poderia ficar mais em Salamanca, afinal a proibição fechava as portas para sua intenção.

Iñigo foi solto em Salamanca, mas, segundo determinação dos homens do Santo Ofício, devia restringir seus *exercícios espirituais* àquilo que lhe fosse permitido, não podendo indicar penitências, purgações dos pecados, nem mesmo falar de coisas da fé, já que não era padre. Em Paris foi direto inscrever-se no famoso e rigoroso colégio de Montaigu, uma espécie de curso introdutório para o colégio de Santa Bárbara e para a Universidade de Paris.

Instalou-se numa casa com alguns espanhóis, e ia estudar humanidades em Monteagudo. A razão disso era achar-se muito falto de fundamentos, pois o fizeram passar adiante nos estudos com muita pressa. Estudava agora com os meninos, passando pela ordem e método de Paris (Loyola, 1987,p 83).

Mesmo em Paris, Ignácio se auto-intitulava o peregrino. Passara pela experiência em viver no disciplinado colégio das pulgas, como se referem as personagens *Grandgousier* e *Ponocrates*, de *Gargântua e Pantagruel*, ao colégio de Montaigu (Rabelais, 1991, p. 157). Com a fama de fanático religioso, feiticeiro, quando estava no colégio das pulgas, teria enlouquecido alguns nobres estudantes de lá, assim como a Amador, do tradicional e importante colégio de Santa Bárbara. Com seus *Exercícios Espirituais*, pelo menos três filhos

importantes de famílias espanholas, abandonaram tudo para viver no hospital São Jacques, como mendicantes. Na voz do próprio Ignácio:

Levantaram-se em Paris grandes murmurações, principalmente entre espanhóis, contra o peregrino. Mestre Gouveia dizia que tornou louco a Amador, morador de seu colégio, e decidiu e afirmou que a primeira vinda a Santa Bárbara lhe mandaria dar uma "sala", como sedutor de escolares (Loyola, 1987, p, 86).

O colégio de Santa Bárbara era o desejo daqueles que iam a Paris e tinham a intenção de entrar na Universidade dessa cidade. Tinha como reitor Diego de Gouveia, o velho, que aceita Ignácio após este escrever um documento dizendo que se dedicaria aos estudos e não a pregações. É colocado em um quarto, na torre, visível por todos os lados, lugar em que estão os mais experientes alunos, entre eles Pierre Favre e o professor Juan de la Peña, além de Francisco Xavier. A ideia é vigiá-lo. Nem bem inicia seus estudos e já estabelece junto a si um grupo de alunos para falar das coisas da fé. Perturbando os jovens com suas pregações, é levado “a sala” lugar em que os alunos de mau comportamento eram conduzidos a fim de serem disciplinados na frente dos seus companheiros. Diogo da Gouveia, o principal do colégio, ouvindo a Ignácio, talvez por sua idade, e fama, resolve desconsiderar a ideia de aplicar-lhe o corretivo.

Os cavaleiros de Jesus

Perdoado, Ignácio inicia seu jogo de sedução a fim de encantar seus dois jovens e brilhantes companheiros de quarto, Francisco Xavier e Pierre Favre, para arregimentar figuras importantes para serem seus seguidores. No entanto, nem Favre, muito menos Xavier, caíam nos "encantos" do peregrino facilmente. Xavier era um fidalgo que "teria garantido uma prebenda eclesiástica na diocese de Pamplona. Torna-se um parisiense. Belo, vigoroso, petulante, agitado em todos os sentidos; eloqüente nas disputas, ardente nos debates, consagra-se campeão de salto em altura da ilha de Notre Dame..." (Lacouture, 1994, p 71). Orgulhoso e ambicioso zombava de Ignácio, ridicularizava-o em sua vida de mendicante e ignorante. Enquanto isso Pierre Favre, mais amável, erudito conhecedor de Aristóteles, tem com o peregrino um relacionamento intelectual. Apenas após dois anos de relacionamento com o envolvente religioso é que Favre irá dedicar-se a uma convivência espiritual e decidir-se pela vida religiosa, isto em 1531, antes queria ser médico.

Mas, é com os *Exercícios Espirituais* que Loyola seduz definitivamente seus companheiros para entrar com ele na luta contra os inimigos de Deus. Favre praticará os *Exercícios Espirituais* em 1534, no ano do pacto.

A experiência dos Exercícios realizados por Favre sob a direção de Loyola, como ninguém ainda provavelmente pôde "faze-los", numa entrega, num abandono total, merece nossa atenção por um instante: é como se ele atirasse uma tocha de fervor devorador sobre o currículo universitário clássico que acaba de concluir. Em fevereiro de 1534, o licenciado saboiano tranca-se num casebre isolado do bairro de Saint-Jacques, ao lado da atual Val-de-Grâce. O inverno é terrível: as carroças atravessam o Sena gelado. Pierre usa como cama a lenha que lhe dão para se aquecer a fim de avivar seu sofrimento. Fica oito dias sem se alimentar, recusando os goles de vinho que lhe oferece Ignácio, e chega a passar várias noites ajoelhado na neve. É preciso que Loyola - o ermitão irsuto de Manresa - assustado, o obrigue a pôr fim a essa insensatez. (Lacouture, 1994, p 70)

Serão os exercícios que forjarão os cavaleiros de Jesus, e estes, tendo-os como arma, se tornarão valentes soldados espirituais defensores da Igreja Católica se esparramando pelo velho e novo mundo.

No mesmo ano de 1534, o papa Clemente VII convocaria o já renomado pintor Michelangelo para fazer um projeto de pintura do teto da capela Sistina, executado e terminado durante o papado de Paulo III. De um lado, nasceria uma ordem religiosa dos cavaleiros de Jesus, colocando-se sob a autoridade do Papa, com ideais claramente ainda medievais; por outro, a demonstração de um poder suntuoso plantado na modernidade. Foi nesse ano também que Henrique VIII, rei da Inglaterra, rompeu com a Igreja Católica, com o papa, e fundou a Igreja Anglicana. Fortes indícios dos tempos e das dificuldades por que passava a Igreja Católica..

No pacto de Montmartre, os companheiros decidiram que partiriam para Jerusalém no dia da conversão de São Paulo, 25 de janeiro do ano de 1537, pois antes era preciso preparar-se de corpo e alma para essa obra. Esse ano foi importante para a Companhia, pois, por determinação apostólica, o papa Paulo III decidiu que os índios seriam homens racionais, como nos conta Simão de Vasconcelos, na “Crônica da Companhia de Jesus no Brasil”, composta no início do século XVII:

No qual tribunal, depois de vistas as informações de uma, e de outra parte, se determinou com Autoridade Apostólica, como coisa tocante à Fé, que os Índios da

América são homens racionais, da mesma espécie, e natureza de todos os outros; capazes de Sacramentos da Santa Igreja e por conseguintes livres por natureza, e senhores de suas ações. (VASCONCELOS, 1977, p. 115).

Esta decisão foi tomada porque, segundo Vasconcelos, “chegaram a ter para si muitos daqueles primeiros povoadores, não só idiotas, mas ainda letrados, que os índios da América não eram verdadeiramente homens racionais nem indivíduos da raça humana” (Ibidem, p. 115), e seria fundamental para a constituição e, sobretudo, para os trabalhos missionários da Companhia de Jesus, principalmente no Brasil, e na sua disputa com os senhores de engenho daqui, já que os índios não poderiam servir como “camelos, cavalos ou um boi”, não se poderia “feri-los, maltratá-los, matá-los, sem injúria alguma, restituição, ou pecado” (Ibidem, p. 114). Eles poderiam receber sacramentos, e, portanto, ser convertidos.

No entanto, os índios continuariam a ser escravizados por colonos espanhóis, portugueses, franceses, mas isso era contra a lei, e esses apresadores teriam em seu encalço, após a determinação do papa Paulo III, os homens do governo e, principalmente, os padres da Companhia de Jesus. Seriam, por exemplo, denunciados no palco do teatro de Anchieta, em Vila de Vitória, como aliados de Satanás. Claro também que os índios eram escravizados pelos homens do governo, nos aldeamentos, junto aos padres da Companhia, mas em guerras “justas” (cf. VAINFAS, 1995).

No ano de 1537, os dez companheiros reunidos em Veneza iriam até Roma pedir permissão e bênção ao papa para a viagem a Jerusalém. O mestre Iñigo que, a partir desse período passaria a assinar também Inácio, certamente latinizando seu nome, e não para prestar uma homenagem ao Santo descrito na Legenda Áurea, como pode parecer (MONUMENTA IGNACIANA, 1909), foi chamado ao convento de Monte Castelo, em Roma, pelo embaixador de Carlos V na Santa Sé, Don Pedro de Ortiz, a fim de aplicar-lhe os *exercícios*. Não pôde ir, portanto, para a audiência com Paulo III. Foram seus companheiros, que voltaram com a bênção e com dinheiro para a viagem a Jerusalém. Infelizmente, a cidade Santa estava com suas portas fechadas pelos turcos, que haviam rompido relações com os venezianos. Assim, a peregrinação para lá ficou impossibilitada, dirigindo-se, então, todos para Roma, para colocarem-se à disposição da Santa Sé.

No período em que aguardavam para serem recebidos pelo Papa, de 1538 a 1540, aconteceu uma importante troca de cartas: de Diogo de Gouveia, o reitor do colégio de Santa Bárbara, para Dom João III, rei de Portugal; de Pedro Favre para Gouveia; e de Dom João III para Dom Pedro Mascarenhas, embaixador de Portugal junto à Santa Sé, em Roma. Neste

momento da narrativa, pede-se ao leitor que fique atento à leitura dessas cartas, pois deram um novo rumo aos objetivos missionários e de luta da nova ordem religiosa, que sequer havia sido instituída oficialmente.

Diego da Gouveia, em carta de 16 de fevereiro de 1538, sugeriu ao rei Dom João III que entrasse em contato com seus ex-estudantes do colégio de Santa Bárbara, principalmente os mestres Iñigo, Pedro Favre e o português Simão Rodrigues, para irem à Índia, “pois que são homens próprios para essa obra, de converter toda a Índia” (LEITE, 1954a, p. 95.). Diz ao rei que os indianos seriam bem mais fáceis de converter do que os mouros, tarefa à qual se tinham proposto os companheiros de Jesus. Aqui há um primeiro indício das mudanças no rumo da Companhia de Jesus. Se, em 1534, em Montemartre, os primeiros jesuítas organizaram-se em torno do ideal cavaleiresco de salvar Jerusalém das mãos dos turcos e de colocar-se à disposição do papa, agora, com a movimentação política do influente reitor da Universidade de Paris, os ventos passaram a soprar a favor dos indianos, que seriam mais fáceis de converter do que os mouros, e concretizar-se-ia, assim, a expansão política e de consciências nas colônias do reino português.

Gouveia enviou uma carta a seu ex-estudante, Pedro Favre, relatando o seu pedido feito ao rei de Portugal. Pedro Favre lhe respondeu, em carta de 23 de novembro de 1538, que ele e seus companheiros gostariam muito de trabalhar “com os vossos Indianos”, mas que havia um impedimento:

se puseram à disposição do Sumo Pontífice e que é ele quem decide se devem partir ou não, mas que há algum tempo não faltou quem procurasse conseguir que ele nos mandasse para os índios, que os espanhóis vão sujeitando ao Imperador, para conseguir falarem primeiro a um Bispo espanhol e ao Embaixador imperial, mas estes notaram que a vontade do Sumo Pontífice não era que saíssemos daqui...(Ibidem, p. 100).

Parece uma forma delicada de dizer “não, não queremos ir *trabalhar com vossos indianos*”. O projeto inicial de Loyola e dos primeiros jesuítas era o resgate da cristandade e da Igreja Católica, em crise intensa, no continente europeu. É bom lembrar que Pedro Favre havia sido enviado para a Alemanha e Diogo Laínez se tornara interlocutor do Papa no Conselho Tridentino.

D. João III escreveu, então, em 4 de agosto de 1539, para seu embaixador em Roma, D. Pedro Mascarenhas, para que ele dissesse ao papa que sua intenção, como todos sabiam, era enviar para todas as suas conquistas homens letrados e de bem, para a maior glória de

Nosso Senhor. Que ele fora informado por carta, pelo Mestre Gouveia, que haviam partido de Paris para Roma clérigos de bem e letrados, dispostos a converter infiéis. Que esses clérigos haviam dito a Gouveia que estavam sob o mando do Papa. Para ele, então, interceder junto ao Sumo Pontífice, a fim de enviar esses homens para Portugal, para que eles pudessem partir para as terras conquistadas.

D. Pedro Mascarenhas respondeu ao rei de Portugal, em carta de 10 de março de 1540, dizendo que havia pedido aos clérigos e que eles responderam “que não tinham querer, porque se colocaram à disposição do Papa para irem onde ele os mandasse, ainda que fosse mais longe que a Índia” (Ibidem, p. 106). Ele foi pedir, então, ao Papa dois pares desses clérigos e depois mais. O Papa lhe disse que os clérigos eram homens bons, letrados, virtuosos e que estavam fazendo grande proveito na conversão dos que tinham se afastado da fé. Que tinha entendido as boas intenções de D. João, mas que “para jornada tão longa e perigosa havia necessidade que eles a tomassem voluntária: por isso que os rogasse eu, e que depois lhos mandaria” (Ibidem, p. 106). O embaixador informou ainda que tinha havido pouco trabalho na conversa com os companheiros de Jesus, pois os clérigos decidiram ir para a Índia com grande contentamento. Mas apenas dois deles, pois os outros seis estavam em outras missões, pela Europa.

Foram destacados para a viagem Simão Rodrigues, português, e o castelhano Nicolau Alfonso de Bobadilha, trocado por Francisco Xavier, porque havia se ferido (LACOUTURE, 1994, p. 110). Foi com eles também um jovem italiano, Paulo de Camerino, que iria com Xavier para as Índias (LEITE, 1954a, p. 107). Simão Rodrigues estava doente, como relata ainda nessa carta Dom Mascarenhas: havia chegado agora de Sena, onde estivera reformando um mosteiro de mulheres a mandado do Papa e de lá havia voltado “quartanayro. E por esta causa de sua indisposição, de que Deus seja louvado, já está melhor” (Ibidem, p. 107), mas, mesmo assim, retirou-se à quinta da Palma, de D. Mascarenhas, em Portugal, para nela convalescer.

Em vinte sete de setembro de 1540, os peregrinos mendicantes seriam recebidos em audiência por Paulo III e veriam aprovadas (também pelo conselho de cardeais), na bula *Regimini Militantes Ecclesiae*, a instituição e a primeira constituição da Companhia de Jesus. Instituída oficialmente a Ordem de Jesus, em 1541, Inácio de Loyola seria eleito o primeiro geral da Companhia, iniciando em 1547 a composição de sua Constituição, finalizada em 1552. Mas, no ano de 1556, ano da morte de Inácio de Loyola, este fez revisões e alterações nas regras da Ordem.

E assim, no mesmo ano de aprovação institucional da Companhia de Jesus, em Lisboa, Francisco Xavier e Simão Rodrigues eram hóspedes de sua Majestade D. João III. Esperavam o momento certo para partir às Índias Ocidentais. Preparavam-se mentalmente, pois na bagagem não levariam mais que um crucifixo, alguns livros, entre eles, o livro de horas e o manual de *exercícios espirituais*. Francisco Xavier deixaria para trás Lisboa, este mundo misturado entre o antigo: os autos de fé em que figuram todas as práticas medievais de intolerância religiosa, e o novo: os novos conhecimentos, as novas ideias que circulavam trazidas pelas naus, pelos professores das escolas, colégios portugueses; e com Paulo Camerino, no ano de 1541, seguiriam viagem para a Índia. Por fim, Simão Rodrigues ficou em Lisboa e tornar-se-ia o primeiro provincial da Companhia em Portugal.

Nesta releitura e “redescoberta” da formação da Companhia de Jesus e sua inserção no Novo Mundo, chama-se a atenção do leitor para duas questões essenciais, singulares, mas nodais (FOUCAULT, 2002, p. 30, *passim*). A primeira questão relaciona-se aos *exercícios espirituais* que foram desenvolvidos por Inácio de Loyola e que se tornariam arma importante para a formação moral, religiosa cristã e católica, assim como para a sedução dos membros da Companhia e também dos fiéis. *Exercícios* que prostram o exercitante como ator da Vida de Cristo (cf. HERNANDES, 2007). Essa arma poderosa seduzia tanto mendicantes quanto nobres, como o já citado embaixador de Carlos V junto à Santa Sé, Don Pedro de Ortiz; ou Dona Catarina D’Áustria, esposa de Dom João III, rei de Portugal (HERNANDES, 2008 b). Instrumento poderoso que abriu caminhos junto à arraia miúda para a popularização da Companhia de Jesus, bem como entre pessoas importantes e influentes.

A outra questão é a importante participação de Diogo de Gouveia, reitor do colégio de Santa Bárbara e da Universidade de Paris, em que estudaram Loyola e seus primeiros companheiros. Anti-humanista e anti-Erasmo, é ele, com sua forte influência, quem sugere ao rei Dom João III enviar clérigos para as colônias, a fim de dar uma formação moral e religiosa por lá. Ele é quem estabelece contato entre o Rei de Portugal e os membros da Companhia.

A esses nós estão amarrados a expansão da Companhia de Jesus, em Portugal e em suas colônias, e as bases pedagógicas para a evangelização, antes da Constituição e da Razão de Estudos – *Ratio Studiorum*. Para vir ao Brasil, a Colônia Continente de Portugal, é destacado como líder o soldado de Cristo, forjado pelos *exercícios espirituais*, Manoel da Nóbrega.

Para Finalizar:

Desde antes de sua constituição formal pela Igreja Católica, saíam os cavaleiros de Jesus pelo mundo a fim de transformá-lo em cristão e católico. Os jesuítas se dedicariam a formar quadros para a luta contra os inimigos da Igreja, onde eles estivessem. No fervor das cidades européias, na Irlanda, do rei Henrique, para onde se dirigiram Bröet e Salmeron. Na Alemanha de Lutero, para onde foi Pierre Favre. Para as Índias Orientais, com Francisco Xavier ou em meio à mata, no caso a Mata Atlântica, para onde se dirigiriam os jesuítas liderados por Manoel da Nóbrega, em 1549. A missão dos cavaleiros de Jesus seria resgatar a fé dos fiéis, na Igreja Católica, ou trazer para ela os infiéis do novo mundo. Na bagagem (material ou espiritual) como arma para essa luta os *Exercícios Espirituais*, que estarão presentes como exercícios mentais para formar as consciências, como também apareceriam na seiva que circula em todas as ações dos inicianos: nas festas religiosas, no maravilhoso teatro jesuítico, nos sermões, e sobretudo na educação do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUNB, 1999a.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Prefácio de Roman Jakobson. Apresentação de Marina Yaguello. Tradução de Michel Lahus e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

BITTAR, M; FERREIRA, A. A pesquisa em história da educação colonial. In: PAIVA, J. M.; BITTAR, M.; ASSUNÇÃO, P. (Org.). *Educação, história e cultura no Brasil colonial*. São Paulo: Arké, 2007.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e normas e regras. São Paulo: Loyola, 1997.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Pluralidade lingüística, escola de bê-a-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 25 n. 86, p. 472-482, set.-dez. 2004. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: set. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Casas de bê-a-bá e colégios jesuítcos no Brasil do século 16. In: *Em Aberto*, Brasília, v. 21, p. 33-57, [sd]. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1240/1108>>. Acesso em: out. 2010.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HERNANDES, Paulo R. Os Exercícios Espirituais e o teatro. In: PAIVA, J. M.; BITTAR, M.; ASSUNÇÃO, P. (Org.). *Educação, história e cultura no Brasil colonial*. São Paulo: Arké, 2007.

_____. *O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil colônia*. Campinas: Alínea, 2008a.

_____. Os Exercícios Espirituais e a Companhia de Jesus. *Revista do HISTEDBR* on-line, n. 30, 2008b. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes30/art18_30.pdf>. Acesso em: set. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

LACOUTURE, Jean. *Os jesuítas 1: os conquistadores*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim S. J. *Novas cartas jesuítcas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil —1538-1553*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, [1954a]. v. 1.

_____. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil — 1553-1558*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, [1954b]. v. 2.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil: século XVI - o estabelecimento*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000a. v. 1.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil: século XVI – a obra*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000b. v. 2.

LOYOLA, Inácio. *Exercícios espirituais*. Orientação da tradução e anotações de Pe. Géza Kövecses S. J. 3. ed. Porto Alegre, 1966.

_____. *Diário espiritual de Inácio de Loyola*. Tradução e notas de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. *Autobiografia de Inácio de Loyola*. Tradução e notas de Pe. Armando Cardoso, S.J. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

METRAUX, A., *A Religião dos Tupinambás*. Prefácio, Tradução e Notas do prof. Estevão Pinto São Paulo: Companhia Editora Nacional, [sd].

MILLER, René Fülöp. *Os jesuítas e o segredo de seu poder*. Tradução de Alvaro Franco. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

MONUMENTA IGNACIANA. *Sanct Ignatii de Loyola: epistolae e instrucciones*. Madri: Gabriele Lopes Del Horno, 1909.

NAVARRO, João de Azpilcueta et al. *Cartas Avulsas, 1559-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas jesuíticas I*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

RABELAIS, François. *Gargântua e Pantagruel*. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do pensamento moderno).

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Introdução de Serafim Leite. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

WRIGHT, Jonathan. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*. Tradução de André Rocha. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

A VIDA E A MORTE DO INFANTE SANTO NO “TRAUTADO DA VIDA E FEITOS DO MUITO VERTUOSOS SR INFANTE D. FERNANDO”

Renata Cristina de Sousa NASCIMENTO¹

mtrcrsss@terra.com.br

RESUMO: Os dois cronistas mais importantes sobre o início da expansão marítima portuguesa são Gomes Zurara e João Álvares. Álvares, de modo especial, é a principal fonte sobre a vida e morte do Infante Santo. É nosso objetivo proceder à análise desta narrativa.

PALAVRAS CHAVE: Crônica; Expansão Marítima, Narrativa

As narrativas sobre o desastre de Tânger (1437) e o martírio do Infante Santo D. Fernando tem sido objeto de estudo desde a célebre crônica de Frei João Álvares- que tem sua primeira versão editada em 1527 tendo por nome “*Chronica dos Feytos, Vida, morte do Infante Fanto D. Fernando que Morreo em Fez*”, posteriormente foi também editada em Coimbra em 1577. Para Serrão (1999:11), as duas edições correspondem a momentos de crise na história da expansão portuguesa em Marrocos.

O alargamento do reino português fazia parte do projeto expansionista já iniciado em 1415 com a conquista de Ceuta. “Ao ocupar Ceuta, Portugal ia tão longe quanto possível na reserva de espaços ao seu ulterior projeto expansionista...era pois triunfo de grande valor a ser exibido perante Castela e aos olhos atentos dos restantes reinos cristãos e do papa”. (Farinha, 1999:4) Desde seu início o estabelecimento dos portugueses em África foi realizado sob o signo de Cruzada. O alargamento da conquista marroquina dividiu opiniões, mas a possibilidade de uma política expansionista de caráter internacional e a defesa da fé cristã frente ao Islã, numa época em que o perigo turco no Oriente inquietava a Europa, era um objetivo que a todos interessava.

Para dar continuidade ao projeto expansionista e proteger Ceuta era preciso ocupar mais praças no norte africano². A expedição a Tânger foi organizada durante o reinado de D. Duarte. Nas Cortes de Évora de 1436 foi decidido apoiar a iniciativa. Segundo o cronista Rui

¹ Doutora em História pela UFPR. Professora adjunta da Universidade Federal de Goiás (Campus de Jataí), da Universidade Estadual de Goiás e da PUC-GO.

² “Num período de pouco mais de cem anos, ou seja, entre 1415 e 1521, Portugal conquistou, ocupou e construiu no Norte da África um conjunto significativo de cidades e praças fortes, mantendo aí uma presença ininterrupta, sobretudo de caráter militar.” (ROSA, 2006:1)

de Pina os principais entusiastas da expedição foram D. Henrique e D. Fernando. Em 1437 a expedição partiu de Portugal:

“Assente, por decisão régia, o ataque à praça marroquina após complexos trâmites que não importa aqui rever, o Infante e os que o acompanhavam- entre eles, naturalmente João Álvares- entraram a 25 de Julho no navio ancorado, em frente da cidade de Lisboa, o qual seguiu para o Restelo, voltando o Infante à capital para se despedir dos soberanos. Era uma quinta feira, 22 de agosto, quando a armada partiu do Restelo, e, cinco dias mais tarde, estava em Ceuta. Em 9 de setembro foi repartido o contingente em duas frações, seguindo por terra a maior delas, apesar dos perigos que o caminho oferecia. Chegaram finalmente à vista de Tanger no dia 13.”
(CALADO, 1964:23)

Foram 37 dias de luta. As fontes divergem quanto à iniciativa de um acordo, mas a maioria afirma terem sido os portugueses a proporem um armistício. A preeminente derrota frente aos mouros devido à falta de homens e de provisões e a qualidade das fortificações da cidade de Tanger impediram o sucesso da empreitada. Outro fator que também colaborou com a derrota portuguesa frente aos mouros foi a fraca estratégia e o fato de que estando os portugueses demoradamente em Ceuta tiveram os inimigos tempo hábil para se prepararem para a defesa. Em 12 de outubro de 1437 D. Henrique, então chefe da expedição, decidiu-se pela rendição. Sallah ben Sallah que aguardava o exército cristão em Tanger já havia recrutado 7000 homens. O exército mouro cercou os portugueses, cortando-lhes a comunicação com os navios. Sem opção os portugueses aceitam as exigências dos mouros. Segundo Moreira, (2009:82-83) as condições da rendição seriam:

- Os mouros deixavam ir livremente os portugueses, apenas com a roupa do corpo;
- Todo o material militar, assim como os cavalos, que estavam no arraial seria entregue aos mouros;
- A cidade de Ceuta deveria ser devolvida.
- D. Duarte teria que estabelecer com eles, por mar e por terra, paz definitiva, assim como com todos os mouros da Berberia;
- Sallah Ben Sallah daria seu filho como garantia de segurança de embarque dos cristãos, sem confrontos;
- Como garantia da entrega de Ceuta, assim como todos os seus cativos, ficaria refém o Infante D. Fernando acompanhado por um pequeno grupo.

Os debates que envolvem o desastre de Tanger são vários: Rui de Pina acusa D. Henrique pelo insucesso da empreitada Sabe-se, porém que durante cinco meses o Infante manteve-se em Ceuta acompanhado da maioria de seu exército. Procurava garantir que a cidade não fosse entregue e tentou por todos os meios resgatar seu irmão.

Clínio Amaral (2009) em recente artigo sobre as discussões historiográficas sobre o Infante Santo afirma que os debates sobre a derrota em Tanger trouxeram a luz os motivos que levaram o Infante D. Fernando a participar da expedição. Para Luís Albuquerque (1994:414) “D. Fernando optou por essa aventura devido a sua ambição em aumentar a fortuna, cujo valor considerava insuficiente. No entanto, acabou numa masmorra, morto, abandonado por razões de Estado, mas transformado em santo pelo imaginário popular.”

Nas cortes de Leiria de 1438 foi decidida temporariamente a sorte de Ceuta e conseqüentemente dos cativos. “Lisboa, Porto, o Algarve, o grosso da nobreza e altos dignatários da Igreja eram pela conservação da praça e logicamente pela continuação do projeto” (Coelho, 1994:72). Pelo que auferimos das cortes alguns concelhos e os infantes D. Pedro e D. João eram pela entrega de Ceuta. Diante do impasse a resistência aos mouros foi a posição assente. No mundo ocidental, especialmente no contexto português da época, a mentalidade cruzadística e a missão preconizada de defesa da fé cristã frente à muçulmana não podem ser desprezadas como razões suficientes para o não cumprimento do acordo e o abandono do Infante Santo no cativo.

O desastre militar e o impasse político afetaram profundamente o rei D. Duarte. Como rei não poderia desistir de Ceuta, mas obviamente se sentira infeliz com a sorte do irmão. Em setembro de 1439 morre o rei em Tomar. A crise sucessória que tomou conta do reino impediu que se prosseguissem as negociações relativas à libertação dos cativos. Desse modo, abandonado à própria sorte, falece em cativo o Infante D. Fernando (1443).

Os dois cronistas mais importantes sobre o início da expansão marítima são Gomes Zurara e João Álvares. Álvares, de modo especial, é a principal fonte sobre a vida e morte do Infante Santo.

“A maior interseção discursiva, entre esses cronistas, aborda a motivação da expansão ultramarina portuguesa. Segundo eles, toda história dos descobrimentos era explicada por duas noções básicas – o serviço a Deus e a expansão da fé católica. Expressões desse mesmo campo semântico aparecem em todas as crônicas trabalhadas, com grande recorrência. Ceuta, segundo Zurara, fora conquistada para expandir a fé cristã e expulsar o inimigo muçulmano do norte da África. O discurso é o mesmo em relação à expedição de

Tânger, na crônica do Frei João Álvares. É interessante sublinhar que tanto Zurara quanto Frei João Álvares estavam escrevendo praticamente no mesmo período, a década de 1450, sob tutela do rei D. Afonso V e também do Infante D. Henrique, que tinham um projeto bem definido sobre a África. Portanto, a temática dos descobrimentos em ambos os autores está diretamente ligada a uma sacralidade que visava consolidar esse projeto de conquista do norte da África.” (AMARAL, 2008)

1- João Álvares e o Martírio do Infante Santo

Primeiramente é importante situarmos o contexto histórico a que pertence o cronista para depois passarmos à análise específica da fonte. Frei João Álvares é natural da Vila de Torres Novas, foi moço da Câmara de D. Fernando e depois seu secretário. O frei tomava parte nas cerimônias do culto que se realizavam na capela do Infante ou na própria câmara. Acompanhou-o na malfadada derrota de Tanger, sendo ao lado do infante, cativo dos mouros. D. Fernando morreu em Fez em 5 de julho de 1443 onde haviam sido transferidos os cativos de Tanger. João Álvares foi testemunha de seu sofrimento e de seus últimos momentos de vida na cidade de Fez.

O cronista foi resgatado em 1448, cinco anos, portanto após a morte de D. Fernando. Foi autor do *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor Iffante D. Fernando*, mais conhecido como Crônica do Infante Santo, que compôs entre 1451 e 1460. “Tendo vivido na intimidade do Príncipe, Frei João Álvares dispunha de informes preciosos acerca de seu biografado. Acompanhara-o na sua juventude e, sobretudo, viveu com D. Fernando nas horas amargas do cativo, recebendo-lhe as últimas confidências.” (Serrão, 1999:11).

Após alguns anos de seu retorno a Portugal foi convidado em 1451 para ingressar na Casa Henriquina e, a pedido do “Navegador” e do rei D. Afonso V (1448- 1481) redigiu o texto da crônica. Outra grande entusiasta da memória relativa ao Infante Santo e a sua sacralização enquanto personagem central e mártir de Fez foi a Duquesa Isabel de Borgonha sua irmã³. Esta foi responsável pela difusão do culto ao Infante D. Fernando e enquanto pôde trabalhou incansavelmente por sua beatificação e futura canonização junto ao Papa Paulo II. Promovia diariamente o culto a seu irmão, inicialmente em sua capela e depois em Guimarães e Lisboa. Segundo Cristina Sobral (2007:15) a Duquesa D. Isabel de Borgonha não só assume o papel de defensora da santidade do irmão, mas, provavelmente, tornou-se a principal divulgadora de

³ Casou-se em 1430 com Felipe III Duque da Borgonha- conhecido como Felipe o Bom. Faleceu em 1471.

sua vida sacrificial e de sua morte na Europa. Conforme Fontes⁴ (2000) a obra de João Álvares deve ser vista como uma hagiografia, contendo todos os elementos discursivos comuns a esta forma de narrativa. Deteremos-nos aqui na edição de Frei Jerônimo de Ramos, versão atualizada em 1730.

Já no início do discurso são narradas as dificuldades enfrentadas pela Rainha Filipa de Lencastre (1359-1415), que não gostaria de perder seu filho ainda em gestação. Tendo partido em peregrinação a Igreja de Vera Cruz de Marmelar teve bom parto: “e mando à fanta vera Cruz do Marmelar pelo preciofo lenho da Cruz. Que ahi eftá. E foy Deos fervido, que depois de alguns dias tiveffe a Rainha bom e feguro parto; e pario a effe Infante no anno de Chrifto de 1402, dia de São Miguel.” (Álvares:37).

Segundo o Frei durante a infância D. Fernando foi vítima de uma série de doenças até a idade de vinte e cinco anos, chegando, por várias vezes à beira da morte. “E em toda fuá vida teve continuamente dor de coração: mas poz Deos em elle, e o conservou em muytas virtudes...Guardava muy inteiramente a virginal caftidade e nunca conheceo alguma mulher.”

Em vários momentos da construção narrativa não é possível encontrar o ser humano e sim o santo. Isso traz uma série de questões pertinentes ao estudo da hagiografia do século XV. Cristina Sobral (2007:12) diz que uma das características dos textos hagiográficos é sua capacidade de dialogar com a realidade, oferecendo-lhe modelos de comportamento, especialmente em momentos de crise política e convulsão social.

“Pouco do talento literário de Fr. João Álvares teria tido conseqüências sociais se o Infante D. Henrique, seu novo protetor, não tivesse encomendado a escrita da obra depois de explicitamente ter promovido o culto ao irmão morto, cuja prisão gerara grave crise política, levando à ameaça de cisão social e à comoção coletiva pelo sofrimento do jovem Infante, sacrificado às estratégias políticas ultramarinas. Em 1451, recebera D. Henrique os restos mortais do irmão, venerando-os com o responso pelos mártires, presidindo às cerimônias com missa de Plurimorum martirium e instituído missa diária na capela da Batalha.”
(SOBRAL:2007, 15)

Ao transformar o cativo em martírio resgata-se a santidade dos primeiros heróis do cristianismo, chamados os santos mártires. Neste contexto, ao sacrificar-se pela nação e pela evangelização dos infiéis, a prisão do Infante D. Fernando e sua conseqüente morte em

⁴ Cito aqui a análise realizada por Clínio de Oliveira Amaral (2008), pois ainda não tive acesso a obra de João Luís Inglês Fontes: Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo. Cascais: Patrimonia, 2000.

Marrocos assume um viés de sacralidade. O desejo de canonização motivou também a redação e divulgação do relato de Álvares.

A narrativa do texto também está repleta de virtudes, especialmente de virtudes morais. Suas vestimentas diárias também eram muito simples, se levássemos em consideração sua posição social: “Os veftidos ricos, e nobres de fuá peffoa, e os guarnecimentos de fuá cafa, não os coftumava fenão nas feftas, e dias fantos, e em quanto eftava na Corte, e nos lugares, e tempos, em que lhe convinha de ufar por ferviço e por prazer Del Rey...”(Álvares:15). Outro aspecto refere-se a sua ação cotidiana: “Verdadeyramente defte fenhor Fe pode certificar, q no peccado da ociofidade elle haja muy poucas vezes encorrido porque foy fempre muy diligente em todas fuás obras.”(Álvares:32-33) Os episódios de sua vida são obviamente associados à trajetória de um santo.

Clínio Amaral (2008) defende que o culto ao Infante Santo será edificado no sentido de legitimação da expansão portuguesa, fazendo parte do projeto político da Casa de Avis.

2- As relíquias e o culto ao Infante

Após a morte de D. Fernando os mouros à época liderados por Lazeraque retiraram do corpo do infante suas tripas e o penduraram de cabeça para baixo nos portões da cidade. Os prisioneiros então em grande sofrimento aproveitaram a distração de seus algozes e “Entrarão na cafa da mafmorra que inda até então jazião apartados os outros cativos...E nefte efpço meterão as tripas e a freçura com o coração, tudo como o tinhão guardado em huma grande pannela de barro...e tudo foy muy bem falgado. (Álvares:321).

O resgate das relíquias da fressura, coração e tripas e do que foi tirado do corpo do Infante foi feita em 1451, sendo estas enviadas a Portugal e depositadas em seu túmulo no Mosteiro da Batalha. O estudo das práticas e das crenças do cristianismo medieval nos remete à importância das relíquias enquanto realidades materiais necessárias na representação de um sagrado transcendente. Segundo Jean- Claude Schmitt (2007, 280), com efeito, a experiência religiosa não consiste apenas em crenças e num imaginário do além e do divino, e nem somente em palavras e gestos (orações, homilias, ritos, etc), mas consiste, também, em manipulações de objetos de toda espécie, cuja natureza, grau de consideração e funções são variadas. No ocidente vários objetos materiais são considerados simultaneamente como santos e como representações do sagrado: Por exemplo, a cruz, a eucaristia e as santas relíquias.

Neste sentido o culto ao Infante encontraria abrigo e se tornaria mais concreto com a veneração popular de seus restos mortais. Veneração esta apoiada e patrocinada especialmente por D. Henrique e por seu sobrinho o rei D. Afonso V como já dito anteriormente. Durante o governo de D. Afonso V (1448-1481) a ampliação das conquistas em África se concretizaram consolidando ainda mais o projeto expansionista.

A posse de Alcácer Ceguer conseguida em 24 de outubro de 1458 também contribuiu para o controle de Gibraltar e a tão sonhada conquista de Tanger. Esta cidade enfraquecida, devido ao cerco, tornou-se presa fácil para o exército português: “[C] Om estas cousas que assy o conde hya fazendo na terra dos mouros hya osseu poder delles enfraquecendo cada uez mais. Specialmente naquela comarca de tanger, onde se o sseu desejo mais inclinava fazer dampno” (ZURARA, 1978. p. 250-51). O próprio monarca participou pessoalmente desse episódio. Em 1471 Tânger foi ocupada. Isso só foi possível devido à conquista de Arzila. Damião Peres (1946, 433-450) narra com detalhes a conquista destas cidades e as dificuldades que os portugueses enfrentaram para fortificá-las e mantê-las sob seu domínio. Os marroquinos, já em 1458 tentaram incessantemente reconquistar Arzila.

A conquista de Tanger foi muito importante não somente do ponto de vista econômico- militar, mas, também contribuiu para que popularmente houvesse a crença de que a prisão e morte do Infante não teriam sido em vão. De que o projeto divino seria finalmente concretizado. Importante ressaltar que “nas crônicas produzidas por Pina e seus sucessores não há nenhum fato relacionado à recuperação das vísceras de D. Fernando porque era entendida como sinal de uma desonra ainda não reparada.” (AMARAL :2008, 118) O mesmo não se pode dizer da chegada da ossada do Infante após a conquista das cidades de Tanger e Arzila.

N’ este anno sendo ainda em Fez, os ossos do Infante D. Fernando, que lá falleceu era um santo captiveiro como atrás fica...finalmente o dito Molley Belfagege enviou a El-Rei a própria ossada do dito Infante, bem reconhecida por tal por Molley Belfaca seu filho moço,...os quaes por mar chegaram com Ella a Restello, e do navio foi tirada e trazida com grande manificencia à cidade de Lisboa, e entrou pela porta de Santa Catherina, onde com solemne procissão foi recebida, e alli pelo priol de S. Domingos Mestre Affonso se fez um sermão para o caso mui conveniente e devoto, em que houve palavras de tanta piedade e compaixão, que commoveram as gentes a muitas lagrimas ...E d’alli foram os ossos postos no mosteiro do Salvador, e de hi levados ao mosteiro da Batalha, e postos com devidas exéquias em sua ordenada sepultura...(PINA:1901, 71-72)

O cronista Rui de Pina ainda nos informa sobre a crença nos milagres realizados por intermédio do Infante D. Fernando:

“onde segundo alguma clara evidencia, Deos por merecimentos do dito Infante, e em sinal de sua bemaventurança fez alguns milagres... (PINA: 1901, 72) E mais adiante: “E certamente com a restituição da ossada d’este bemaventurado Infante, por justas causas e mui claras razões recebeu todo o reino prazer e alegria sem couto...” (PINA: 1901, 72).

Além da redação do texto sobre a vida e morte do Infante Santo João Álvares com suas ações fomentou seu culto e ao lado de D. Isabel de Borgonha tentou, junto a Roma conseguir sua canonização. O culto sobreviveu à proibição das festas em sua homenagem pelo Bispo de Leiria D. Martim Afonso (1605-1615) por não ser até este momento o Infante ao menos beatificado. No entanto a crença popular no santo continuou independente da autorização oficial do papado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes impressas

ALVARES. Frei João. **Chronica dos Feytos, Vida, e Morte do Infante Fanto D. Fernando, que Morreo em Fez.** In: RAMOS, Jerônimo de. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1730.

PINA, Rui de **Crónica do Rei D. Duarte.** Lisboa : Editorial Presença, 1966.

----- **Crónica de El Rei D. Affonso V.** Lisboa: Escriptorio, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónicas do Conde D. Duarte de Meneses.** Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

Bibiografia

Amaral. Clinio de Oliveira. **O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481).** Niterói: Tese de doutorado (UFF). 2008.

_____. **A relação entre o culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis na segunda metade do século XV.** In NOGUEIRA, Carlos. O Portugal Medieval. SP: Alameda, 2010.

_____. **As discussões historiográficas em torno do Infante Santo. In Revista Medievalista.** Ano 5. nº 7, 2009. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>.

CALADO, Adelino de Almeida. **Frei João Álvares- Obras. Edição crítica, cartas e traduções.** Vol II, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra. 1959

COELHO, Antônio Borges. **Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos.** Lisboa: Caminho, 1994.

FARINHA, Antonio Dias. **Os Portugueses em Marrocos.** Lisboa: Instituto Camões, 1999.

FONTES, João Luís Inglês. **Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo.** Cascais: Patrimonia, 2000.

GALVÃO, Arminda Rodrigues. **El Príncipe Constante: Do Nobre Infante ao Infante Santo.** Niterói. Dissertação de mestrado (UFF), 2006

GOMES, Saul Antônio. **D. Afonso V- o africano.** Reis de Portugal. Lisboa: Temas & debates. 2009

MOREIRA, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva. **A Campanha Militar de Tanger.** (1433-1437). Dissertação de mestrado (Faculdade de Letras da Universidade do Porto): Porto, 2009.

ROSA, Maria de Lourdes. **Do santo conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte- africana (1415-1521).** In Deutsches Historisches Museum, *Novos Mundos- Portugal à época dos descobrimentos.* Ciclo de conferências- Berlim: 2006. Disponível em <<http://www.dhm.de/ausstellungen/neuewelten/pt/essays.html>>.

SCHMITT, Jean- Claude. **O Corpo das Imagens- Ensaio sobre cultura visual na Idade Média.** Tradução de José Rivair Macedo. Bauru, SP: Edusc:2007.

Serrão, Joaquim Veríssimo. **História e Antologia da Literatura portuguesa (Século XV).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999

SILVA, Vítor Deodato. **O Infante D. Henrique e as Responsabilidades do Desastre de Tanger.** Revista de História da USP. Nº 47. SP: 1961. p 141-143.

SOBRAL, Cristina. **Hagiografia em Portugal: Balanço e Perspectivas.** In Revista Medievalista. Ano 3.nº 3.2007. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>.